

# INDICE

DOS

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

### 1899

( VOLUME I )

---

	Pags.
N. 3187 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1899 — Approva as alterações feitas nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro Central da Bahia . . . . .	1
N. 3188 — MARINHA — Decreto de 5 de janeiro de 1899 — Supprime os Arsenaes de Marinha estabelecidos nos Estados de Pernambuco e da Bahia e manda alienar os respectivos terrenos e predios. . . . .	3
N. 3189 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento para o Estado-Maior do Exercito. . . . .	4
N. 3190 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia. . . . .	14
N. 3191 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1899. — Reorganisa a Secretaria de Estados da Justiça e Negocios Interiores. . . . .	15
N. 3192 — EXTERIOR — Decreto de 12 de janeiro de 1899. — Supprime o Consulado no Rosario . . . . .	33
N. 3193 — GUERRA — Decreto de 12 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento da Intendencia Geral da Guerra. . . . .	33

	Pags.
N. 3194 — MARINHA — Decreto de 12 de janeiro de 1899 — Manda completar a tabella n. 4 do Código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica. . . . .	63
N. 3195 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1899 — Supprime os Arsenaes de Guerra do Pará, Pernambuco e Bahia, extingue as companhias de operarios militares e de aprendizes artífices, crea depositos de artigos bellicos e dispõe sobre os respectivos predios e terrenos . . . . .	63
N. 3196 — EXTERIOR — Decreto de 19 de janeiro de 1899 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 30:000\$, moeda do paiz para o pagamento de uma indemnização ao subdito allemão Carlos Roth. . . .	69
N. 3197 — MARINHA — Decreto de 19 de janeiro de 1899 — Reorganisa o Corpo de Engenheiros Navaes . . . . .	70
N. 3198 — GUERRA — Decreto de 19 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento da Direcção Geral de Engenharia . . . . .	76
N. 3199 — GUERRA — Decreto de 19 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento dos commandos dos districtos militares . . . . .	85
N. 3200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia . . . . .	92
N. 3201 — FAZENDA — Decreto de 23 de janeiro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 764:736\$252, supplementar á verba — Exercicios findos. . . . .	93
N. 3202 — EXTERIOR — Decreto de 26 de janeiro de 1899 — Estabelece regras para execução do art. 12 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, na parte relativa aos Vice-Consulados remunerados pelo Thesouro Federal. . . . .	93
N. 3203 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1899 — Proroga por mais cinco annos o prazo fixado no decreto n. 1079, de 28 de novembro de 1890, para a Companhia Melhoramentos da Lagôa e Botafogo terminar as obras de saneamento da lagôa Rodrigo de Freitas . . . . .	94
N. 3204 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1899 — Approva a	



	Pags.
planta do terreno necessario á construcção de um hotel-restaurante junto á estação do Sylvestre da Estrada de Ferro do Corcovado. . . . .	95
N. 3205 — GUERRA — Decreto de 26 de janeiro de 1899 — Approva o regulamento da Direcção Geral de Artilharia. . . . .	95
N. 3206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1899 — Reorganisa a Guarda Nacional da Capital Federal. . . . .	102
N. 3207 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.402:609\$760, supplementará verba — Juros e amortização da divida interna. . . . .	103
N. 3208 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1899 — Autorisa o contracto com Carlos Alegre para concluir o trecho do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, entre Carvoracy e Alegrete, e trafege-o conjuntamente com o de Carvoracy a Uruguayana. . . . .	104
N. 3209 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1899 — Declara caduca a patente de invenção de n. 1985, de 8 de janeiro de 1896. . . . .	107
N. 3210 — EXTERIOR — Decreto de 9 de Fevereiro de 1899 — Dá providencias sobre a guarda e entrega dos archivos dos Legações e dos Consulados e outras. . . . .	107
N. 3211 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1899 — Approva o regulamento para o Museu Nacional. . . . .	109
N. 3212 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1899 — Equipara os vencimentos dos empregados das Faculdades de Direito de S. Paulo o do Recife aos dos empregados da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. . . . .	123
N. 3213 — FAZENDA — Decreto de 20 de fevereiro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 280:000\$ para pagamento de porcentagens devidas aos empregados de diversas Repartições arrecadoras no exercicio de 1898. . . . .	124
N. 3214 — FAZENDA — Decreto de 21 de fevereiro de 1899 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo. . . . .	124
N. 3215 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1899 — Approva	

	Pags.
as alterações feitas nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay . .	147
N. 3216 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1899 — Approva a planta e orçamento para a construção de um armazem em Tupaceretan, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay. . . . .	151
N. 3217 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1899 — Concede autorização a L. Paulino & Comp. para organisarem uma sociedade Anonyma sob a denominação de — Fabrica Nacional de Conservas Alimentares. . . . .	151
N. 3218 — EXTERIOR — Decreto de 28 de fevereiro de 1899 — Annulla a criação do Consulado em Dresden	154
N. 3219 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores novo credito supplementar de 87:800\$919 á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1898 . . . .	155
N. 3220 — GUERRA — Decreto de 7 de março de 1899 — Approva o regulamento da Direcção Geral de Saude . . . . .	156
N. 3221 — GUERRA — Decreto de 7 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 574:906\$492. supplementar á verba 16 <sup>a</sup> — Material — consignação n. 36 — Transporte de tropas, etc., do exercicio de 1893. . . . .	176
N. 3222 — EXTERIOR — Decreto de 10 de março de 1899 — Publica a adhesão, a partir de 1 de janeiro do corrente anno, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permutação de cartas e encommendas com valor declarado . . . . .	177
N. 3223 — EXTERIOR — Decreto de 10 de março de 1899 — Publica a adhesão, a partir de 1 de abril proximo, da India Britannica ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permutação de cartas e encommendas com valor declarado	178
N. 3224 — GUERRA — Decreto de 10 de março de 1899 — Approva o regulamento do Tiro Nacional . . . .	179
N. 3225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:927\$920, para pagamento dos ordenados e custas a juizes de direito que reverterem á disponibilidade . . . . .	187

	Paga.
N. 3226 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1899 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de bebidas. . . . .	187
N. 3228 (*) — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 48:125\$780, supplementar á verba — Ajudas de custo, do exercicio de 1898. . . . .	210
N. 3229 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1899 — Approva a reforma dos estatutos da Associação de Auxilios Mutuos entre os funcionarios do Estado do Rio de Janeiro — Mutualidade. . . . .	211
N. 3230 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1899 — Modifica o pessoal da comissão das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul. . . . .	211
N. 3231 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de março de 1899 — Concede autorização á Companhia de Seguros « Maunheimer Versicherungs Gesellschaft » para estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo. . . . .	212
N. 3232 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de março de 1899 — Supprime os bilhetes especiaes de passagens de ida e volta para a estação de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana. . . . .	213
N. 3233 — MARINHA — Decreto de 17 de março de 1899 — Reforma o regulamento da Escola Naval, mandado executar pelo decreto n. 2799, de 19 de janeiro de 1898. . . . .	213
N. 3234 — MARINHA — Decreto de 17 de março de 1899 — Approva o regulamento geral para o Corpo de Officiaes Inferiores da Armada. . . . .	255
N. 3235 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 62:344\$171 para occorrer ao pagamento ao major medico de 3ª classe do Exercito Dr. Affonso Lopes Machado de vencimentos de professor da extincta Escola Militar desta Capital, que deixou de receber desde janeiro de 1895, e bem assim a varios lentes e professores vitalicios em identicas condições. . . . .	273
N. 3236 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1899 — Modifica o art. 5º do regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra. . . . .	273

(\*) Com o n. 3227 não houve acto algum.

	Pags.
N. 3237 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 20:592\$ para pagamento dos juros garantidos ao prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama em relação ao segundo semestre do exercicio de 1898.	274
N. 3238 — MARINHA — Decreto de 28 de março de 1899 — Estabelece regras para as nomeações de commandos, administração militar e tempo de duração dessas comissões.	275
N. 3239 — GUERRA — Decreto de 28 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de 61:037\$111 ao § 11 — Etapas — do exercicio de 1898.	279
N. 3240 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1899 — Approva os typos de secções transversaes e respectivo orçamento na importancia de 1.297:302\$487, para reconstrução dos tunneis ns. 10 e 15, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby . .	279
N. 3241 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.600:000\$, para pagamento dos juros do emprestimo interno de 1897.	280
N. 3242 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:200\$, supplementar á verba — Caixa de Amortização — do exercicio de 1898 . . . . .	280
N. 3243 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$, supplementar á verba — Comissões e corretagens — do exercicio de 1898 . . . . .	281
N. 3244 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de março de 1899 — Reorganisa a Assis-tencia a Alienados . . . . .	281
N. 3245 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 59:964\$566, supplementar á verba — Juros dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro — do exercicio de 1898. . . . .	303
N. 3245 A — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 575:000\$, supplementar á verba — Juros diversos — do exercicio de 1898 . . . . .	303
N. 3246 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de abril de 1899 — Crêa duas brigadas	

	Pags.
de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes. .	304
N. 3247 — GUERRA — Decreto de 4 de abril de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 400:750\$030 para occorrer ao pagamento reclamado por D. Domingas Laudabouro Delabary como indemniz ção por prejuizos e damnos a ella causados . . . . .	305
N. 3248 — EXTERIOR — Decreto de 7 de abril de 1899 — Dá regimento definitivo para o serviço das Legações . . . . .	306
N. 3249 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS— Decreto de 7 de abril de 1899 — Approva o regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro e Timbaúba . . . . .	324
N. 3250 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1899 — Concede autorização á « Brasilianische Elektricitäts Gesellschaft » para funcionar na Republica . . . . .	371
N. 3251 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de abril de 1899— Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional. . . . .	372
N. 3252 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de abril de 1899 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz federal nas circumscripções da Secção do Estado do Amazonas. . . . .	405
N. 3253 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de abril de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Piedade, Estado de S. Paulo. . . . .	406
N. 3254 — FAZENDA — Decreto de 10 de abril de 1899 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de perfumarias . . . . .	406
N. 3255 — FAZENDA — Decreto de 10 de abril de 1899 — Dá regulamento para a cobrança de imposto de consumo de velas . . . . .	425
N. 3256 — FAZENDA — Decreto de 10 de abril de 1899 — Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de calçado . . . . .	442
N. 3257 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1899 — Declara as faltas com que foi impresso o Codigo Commercial . . .	460
N. 3258 — MARINHA — Decreto de 11 de abril de 1899 — Nova regulamentação aos conselhos de compras da Marinha. . . . .	463

	Pags.
N. 3259 — EXTERIOR — Decreto de 11 de abril de 1899 — Approva a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro.	478
N. 3260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia. . . . .	537
N. 3261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes. . .	588
N. 3262 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santa Luzia do Norte, no Estado de Alagôas .	588
N. 3263 — EXTERIOR — Decreto de 20 de abril de 1899 — Approva a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomatico Brasileiro.	589
N. 3264 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de abril de 1899 — Autoriza o Banco Constructor do Brazil a organizar companhia ou empresa para explorar a concessão da Estrada de Ferro de Victoria a Pessanha . . . . .	617
N. 3266 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1899 — Equipara o numero de preparadores da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ao dos preparadores da cadeira de anatomia descriptiva da mesma Faculdade. . . . .	618
N. 3267 — FAZENDA — Decreto de 24 de abril de 1899 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de especialidades pharmaceuticas . .	618
N. 3268 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1899 — Declara sem elleito o decreto n. 3240, de 28 de março ultimo, que approvou os typos de secções transversaes para reconstrucção dos tunneis ns. 10 e 15 da Estrada de Ferro Santos a Jundiahy e augmentou o respectivo capital de 1.297:302\$487. . . . .	637
N. 3269 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes . . . . .	637

(\*) Com o n. 3265 não houve acto.

N. 3270 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1899 — Substitue a clausula 32ª (com referencia sómente à Companhia Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba) do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890. . .	638
N. 3271 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de maio de 1899 — Completa o regulamento de 15 de junho de 1859 e altera algumas de suas disposições . . . . .	640
N. 3272 — FAZENDA — Decreto de 8 de maio de 1899 — Approva, com alterações, os novos estatutos da Sociedade de Seguro Mutuo sobre a vida — A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil. .	644
N. 3273 — GUERRA — Decreto de 12 de maio de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 50:333\$342, para occorrer ao pagamento devido a diversos officiaes por vencimentos que deixaram de receber, na qualidade de alunos e professores dos Institutos militares de ensino. . . . .	645
N. 3274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Dá nova organização à Brigada Policial da Capital Federal.	646
N. 3275 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará . .	649
N. 3276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itaituba, no Estado do Pará. . . .	649
N. 3277 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Miguel de Guamá, no Estado do Pará . . . . .	650
N. 3278 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Mazagão, no Estado do Pará. . . .	650
N. 3279 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1899 — Dá regulamento para arrecadação do imposto de consumo de vinagre . . . . .	651
N. 3280 — FAZENDA — Decreto de 15 de maio de 1899 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de conservas . . . . .	671

	Pags.
N. 3281 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1899 — Supprime um lugar de engenheiro chefe do districto da Repartição Geral dos Telegraphos . . . . .	689
N. 3282 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1899 — Concede autorização á <i>The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, limited</i> para, funcionar na Republica . . . . .	689
N. 3283 — MARINHA — Decreto de 17 de maio de 1899 — Manda substituir a côr branca das bandeiras ns. 2 e 3, da quinta estampa doCodigo de signaes; commum a tollos os portos e barras da Republica, pela encarnada, e acrescentar novos signaes aos da tabella n. 1 do mesmoCodigo . .	721
N. 3284 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Dá instrucções para os concursos aos logares de assistentes de clinicas das Faculdades de Medicina da União. . . . .	723
N. 3285 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Dá instrucções para o reconhecimento dos Institutos de ensino secundario fundados pelos Estados, associações ou particulares. . . . .	724
N. 3286 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cambuihy, no Estado de Minas Geraes. . . . .	727
N. 3287 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Fructal, no Estado de Minas Geraes. . . . .	727
N. 3288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes . . . . .	728
N. 3289 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes . . . . .	728
N. 3290 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Conquista, no Estado da Bahia. . . . .	729



N. 3291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cacteté, no Estado da Bahia. . . . .	729
N. 3292 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de maio de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Rio de S. Francisco, no Estado da Bahia . . .	730
N. 3293 — FAZENDA — Decreto de 22 de maio de 1899 — Approva, com modificação, os estatutos da Companhia Brasileira de Seguros para a Vida e autoriza a mesma a funcionar. . . . .	731
N. 3294 — FAZENDA — Decreto de 22 de maio de 1899 — Altera o art. 568 da <i>Nova Consolidação das Leis das Alfandegas</i> na parte que se refere ao despacho de exportação das mercadorias que tiverem de transitar por paizes estrangeiros . . . . .	741
N. 3295 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de maio de 1899 — Transfere á <i>The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, limited</i> a concessão de que trata o decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para as obras de melhoramentos no porto do Rio de Janeiro, nos termos do art. 46 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898 . . . . .	742
N. 3296 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de maio de 1899 — Transfere ao cidadão José Marcellino Pereira de Moraes a concessão a que se referem os decretos ns. 10.407, de 19 de outubro de 1889 e 476, de 11 de julho de 1890, para o arrasamento do morro de Santo Antonio. . . . .	742
N. 3297 — MARINHA — Decreto de 24 de maio de 1899 — Approva o regulamento para o Conselho Naval. . . . .	743
N. 3298 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Taubaté, no Estado de S. Paulo. . . . .	753
N. 3299 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Castro, no Estado do Paraná . . . . .	753
N. 3300 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia. . . . .	754

	Pags.
N. 3301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899— Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Curalinho, no Estado da Bahia. . . . .	754
N. 3302 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1899— Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Bezerros, no Estado de Pernambuco. . . . .	755
N. 3303 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1899— Altera o art. 118 do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro Conde d'Eu, approvados pelo decreto n. 1908, de 12 de dezembro de 1894. . . . .	756
N. 3304 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1899 — Autoriza a Sociedade de Seguro Mutuo sobre a Vida — a Equitativa — a operar em seguros terrestres e maritimos. . . . .	756

# ACTOS DO PODER EXECUTIVO



1899

DECRETO N. 3187 — DE 3 DE JANEIRO DE 1899

Approva as alterações feitas nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro Central da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Central Bahia Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvadas as alterações feitas nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro Central da Bahia, de accordo com as bases que com este baixam, assignadas pelo director geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 3 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

Alterações feitas nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro Central da Bahia, a  
que se refere o decreto n. 3187, desta data

TARIFA		KILOMETROS		
N. 1	Passageiros de 1ª classe.....	De 1 a 50.....	\$085	Por passageiro por kilometro.
	Idem.....	» 51 a 200.....	\$075	Idem.
	Idem.....	» 201 em diante..	\$065	Idem.
N. 2	Passageiros de 2ª classe.....	» 1 a 50.....	\$055	Idem.
	Idem.....	» 51 a 200.....	\$045	Idem.
	Idem.....	» 201 em diante..	\$035	Idem.
N. 3	Passageiros de 1ª Re- torno.....			25 % de abatimento entre as estações só- mente.
N. 4	Passageiros de 2ª Re- torno.....			Idem idem.
N. 5	Encomendas e exce- dente de bagagem pelos trens de pas- sageiros.....	De 1 a 50.....	\$400	Por tonelada por kilometro.
	Idem.....	» 51 a 200.....	\$500	Idem.
	Idem.....	» 201 em diante..	\$100	Idem.
N. 6	Mercadorias.....	» 1 a 50.....	\$150	Idem.
	Idem.....	» 51 a 200.....	\$300	Idem.
	Idem.....	» 201 em diante..	\$150	Idem.
N. 7	Mercadorias.....	» 1 a 50.....	\$280	Idem.
	Idem.....	» 51 a 200.....	\$200	Idem.
	Idem.....	» 201 em diante..	\$100	Idem.
N. 8	Mercadorias.....	» 1 a 50.....	\$260	Idem.
	Idem.....	» 51 a 200.....	\$130	Idem.
	Idem.....	» 201 em diante..	\$065	Idem.
N. 9	Mercadorias.....	» 1 a 50.....	\$220	Idem.
	Idem.....	» 51 a 100.....	\$100	Idem.
	Idem.....	» 101 em diante..	\$055	Idem.
Espe- cial				
N. 9	Mercadorias.....	» 1 a 50.....	\$170	Idem.
	Idem.....	» 51 a 100.....	\$085	Idem.
	Idem.....	» 101 em diante..	\$042	Idem.
N. 10	Mercadorias.....	» 1 a 50.....	\$300	Por vagão por ki- lometro.
	Idem.....	» 51 a 100.....	\$150	Idem.
	Idem.....	» 101 em diante..	\$075	Idem.
N. 11	Mercadorias.....	» 1 a 50.....	\$240	Idem.
	Idem.....	» 51 a 100.....	\$120	Idem.
	Idem.....	» 101 em diante..	\$060	Idem.
N. 12	Gado e cavallos.....	» 1 a 50.....	\$240	Idem.
	Idem.....	» 51 a 100.....	\$200	Idem.
	Idem.....	» 101 a 200.....	\$100	Idem.
	Idem.....	» 201 em diante..	\$050	Idem.
N. 13	Porcos e carneiros..	» 1 a 50.....	\$013	Por cabeça por ki- lometro.
	Idem.....	» 51 a 100.....	\$010	Idem.
	Idem.....	» 101 em diante..	\$005	Idem.

TARIFA		KILOMETROS		
N. 41	Perús e gallinhas.....	De 1 a 50.....	\$500	Por tonelada por kilómetro.
	Idem.....	» 51 a 100.....	\$150	Idem.
	Idem.....	» 101 em diante..	\$400	Idem.
N. 45	Carros de duas rodas	» 1 a 50.....	\$250	Por cada um por kilómetro.
	Idem.....	» 51 a 100.....	\$170	Idem.
	Idem.....	» 101 em diante..	\$150	Idem.

### Observações

1.<sup>a</sup> A tarifa movel continúa em vigor, conforme as bases emitidas por portaria de 26 de março de 1895, exceptuando a de café, que é reduzida de 6 % a 5 %.

2.<sup>a</sup> Os artigos especificados nas bases acima mencionadas continuarão a ser livres das operações da tarifa movel.

3.<sup>a</sup> A cobrança minima para vagões carregados, conforme as tarifas 40 a 43 e tambem da tarifa 45, será de \$8000.

A cobrança minima para outro qualquer frete é de 100 réis, exceptuando porcos, carneiros, etc., cujo minimo será de 1\$ por cada um.

4.<sup>a</sup> Nos calculos para passageiros (tarifa 1 a 4), tambem nas taxas de vagões, as fracções de 100 réis serão tomadas como 100 réis.

5.<sup>a</sup> Nas outras tarifas, as fracções de 20 réis serão consideradas como 20 réis.

As fracções de um kilometro serão consideradas como um kilometro.

Directoria Geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas. 3 de janeiro de 1899. — *C. Costa de Campos*, director geral.



### DECRETO N. 3188 — DE 5 DE JANEIRO DE 1899

Supprime os Arsenalles de Marinha estabelecidos nos Estados de Pernambuco e da Bahia e manda alienar os respectivos terrenos e predios.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida no art. 15, lettras *g* e *h*, da lei n. 560, de 31 de dezembro do anno passado, decreta :

Art. 1.<sup>o</sup> Ficam supprimidos os Arsenalles de Marinha estabelecidos nos Estados de Pernambuco e da Bahia.

Art. 2.º Os terrenos e prelios em que funcionam a administração e oficinas dos ditos estabelecimentos serão alienados, levando-se o respectivo producto a credito do Ministerio da Marinha.

Capital Federal, 5 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar da Silveira.*



## DECRETO N. 3.189 — DE 6 DE JANEIRO DE 1899

Approva o regulamento para o Estado-Maior do Exercito

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 16 da lei n. 403, de 24 de outubro de 1896, resolve approvar o regulamento para o Estado-Maior do Exercito, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*

### Regulamento do Estado-Maior do Exercito

#### CAPITULO I

##### DO ESTADO-MAIOR E SEUS FINS

Art. 1.º O Estado-Maior constitue uma repartição subordinada ao Ministro da Guerra e tem a seu cargo preparar o Exercito para defesa da Patria no exterior e manutenção das leis no interior.

Art. 2.º Ao Estado-Maior compete :

§ 1.º Prover a organização do Exercito, a direcção e execução das operações militares.

§ 2.º Organisar o plano geral de defesa da Republica, distribuição e collocação das tropas, da hierarchia militar e da composição dos quadros do pessoal do Exercito.

§ 3.º Organisar o plano geral de mobilização, de concentração e de transporte.

§ 4.º Organisar projectos de regulamentos para os diversos serviços geraes do Exercito, tanto na paz como na guerra, tendo em vista principalmente os « Dos Exercitos e Estados-Maiores em campanha ».

§ 5.º Designar, conforme as ordens do Ministro da Guerra, o pessoal que deva desempenhar o serviço de Estado-Maior junto aos commandos de forças, districtos militares e direcções geraes.

§ 6.º Propor ao Ministro da Guerra todos os meios conducentes á instrucção e disciplina das tropas.

Art. 3.º No que respeita á disciplina e instrucção das tropas, os commandos de forças e as direcções geraes ficam sob a inspecção e fiscalização do Estado-Maior do Exercito.

Art. 4.º O Estado-Maior do Exercito compõe-se de um gabinete e quatro secções :

§ 1.º O gabinete terá a seu cargo a correspondencia, despacho e expediente do chefe de Estado-Maior, assim como a organização das ordens do dia do Exercito.

§ 2.º A's secções incumbem:

#### *Primeira secção*

I. Estudo estatístico e historico dos Exercitos nacional e estrangeiros, especialmente os americanos, em tudo quanto possa interessar a mobilização e concentração das forças militares.

II. Organização de paz e de guerra, attendendo de modo especial ao recrutamento e á reserva.

III. Instrucção geral theorica e pratica.

IV. Serviço de Estado-Maior.

V. Tactica e estrategia.

VI. Missões militares.

VII. Direcção da *Revista Militar* e publicações.

#### *Segunda secção*

I. Estudo dos theatros provaveis de operações de guerra.

II. Estudo dos meios de defesa do paiz.

III. Grandes exercicios e campos de manobras.

IV. Organização de planos de campanha.

V. Planos de mobilização, de concentração e serviços da retaguarda.

#### *Tercera secção*

I. Organização da carta geral da Republica, mappas geographicos e topographicos das fronteiras e estatistica militar.

II. Levantamentos geodesicos e topographicos de operações militares.

III. Plano de viação geral da Republica sob o ponto de vista militar, estradas em geral, linhas estrategicas.

IV. Emprego das vias-ferreas quanto ao preparo e direcção dos transportes militares.

V. Telegraphia e telephonia militares.

VI. Cryptographia, semaphores e outros systemas de signaes, aerostação, pombos-correios.

#### *Quarta secção*

I. Codificação e consolidação da legislação militar.

II. Administração, economia e disciplina.

III. Justiça militar.

IV. Licenças, transferencias e reformas.

V. Organização e publicação do *Almanah*.

VI. Registro militar do estado civil dos officiaes, assentamento dos generaes e officiaes do Estado-Maior, informações annuas de todos os officiaes do Exercito.

VII. Aquisição de livros, revistas militares e technicas que possam desenvolver a instrução dos officiaes e praças do Exercito.

VIII. Material e archivo do Exercito.

### CAPITULO II

#### DO PESSOAL

Art. 5.º O Estado-Maior do Exercito terá o seguinte pessoal:

§ 1.º—Direcção:

Um chefe, marechal ou general de divisão do quadro effectivo ;

Um sub-chefe, general effectivo com o curso de estado-maior, ou coronel do corpo de estado-maior.

I. O chefe terá:

Um ajudante de campo, official superior do corpo especial, ou capitão de qualquer corpo ou arma, devendo ter em um e em outro caso o curso de estado-maior, e

Dous ajudantes de ordens, subalternos de qualquer arma.

II. O sub-chefe terá:

Um ajudante de ordens, subalterno de qualquer arma.

§ 2.º—Gabinete:

Um chefe, official superior do corpo de estado-maior;

Dous adjuntos, officiaes superiores ou capitães do corpo de estado-maior.

§ 3.º — Secções:

Quatro chefes de secção, officiaes superiores do estado-maior ;

Doze adjuntos, officiaes do estado-maior ;

Dez amanuenses ;



Um archivista, official do estado-maior ;  
 Dous ajudantes do archivista, officiaes reformados ;  
 Um porteiro, official reformado ;  
 Tres continuos, ex-praças do Exercito ;  
 Tres serventes, ex-praças do Exercito ;  
 Um encarregado dos pombos-correios, official subalterno effectivo de qualquer arma.

§ 4.º Os cargos de amanuenses serão exercidos por aliezes e 2.ºs tenentes que excederem dos respectivos quadros, passando a ser occupados por praças do Exercito, logo que todos aquelles sejam classificados.

Art. 6.º Os officiaes do actual corpo de estado-maior de 1.ª classe, nos postos em que se acham, constituirão o corpo de estado-maior que ficará immediatamente subordinado ao respectivo chefe.

§ 1.º Além dos officiaes do estado-maior poderão servir junto ao chefe no gabinete e nas secções officiaes tirados:

a) do corpo de engenheiros ;  
 b) do estado-maior de artilharia e dentre os capitães e subalternos das armas arregimentadas, uma vez que tenham pelo menos o curso de estado-maior.

§ 2.º Os serviços de ordenanças no Exercito — ajudante de ordens e de pessoa — incumbem aos capitães e subalternos, sendo preferidos os que tiverem o curso de estado-maior ou ao menos o de sua arma.

§ 3.º Os officiaes do estado-maior de artilharia e capitães arregimentados, de que trata o § 1.º, lettra b, deste artigo, só poderão servir no Estado-Maior do Exercito quando tiverem um anno de serviço effectivo do posto.

### CAPITULO III

#### DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7.º Ao chefe do Estado-Maior do Exercito incumbe :

§ 1.º Exercer, sob a autoridade do Ministro da Guerra, a direcção do Estado-Maior do Exercito.

§ 2.º Velar pela fiel observancia das leis e regulamentos militares, ou ordens do Governo, assim como das instrucções adoptadas para cada arma do Exercito.

§ 3.º Velar pela disciplina e instrucção das tropas.

§ 4.º Servir de intermediario entre o Ministro da Guerra e os commandos dos districtos militares e direcções de serviços.

§ 5.º Regular por meio de instrucções:

a) a execução dos serviços a cargo do gabinete e das secções ;  
 b) o archivo da repartição ;  
 c) o registro e a expedição da correspondencia ;  
 d) a escripturação geral da Repartição ;  
 e) o pombal militar.

§ 6.º Propor ao Governo as medidas que, não consignadas neste regulamento, forem todavia convenientes à boa marcha do serviço militar e que a experiência ou os progressos da arte aconselharem.

§ 7.º Assignar a correspondencia dirigida ao Ministro da Guerra e a quaesquer outras autoridades, com excepção dos Ministros de Estado, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal, e despachar o expediente preparado no gabinete e nas secções.

§ 8.º Expedir instrucções regularizando o modo por que os trabalhos a cargo das secções e das mais dependencias de sua Repartição devam ser feitos, indicando os processos e methodos mais apropriados a cada um delles, conforme a sua natureza e destino.

§ 9.º Emitir o seu parecer sobre qualquer trabalho executado na Repartição e dirigido ao Ministro da Guerra.

§ 10. Dar os themas para as grandes manobras, exercicios e viagens de instrucção do Estado-Maior, sujeitando tudo previamente à approvação do Ministro da Guerra.

§ 11. Empregar, nos problemas militares a resolver, nos planos e estudos a executar, todos os meios para estimular, desenvolver e patentear a iniciativa e a actividade dos officiaes que estiverem sob sua direcção.

§ 12. Fazer pessoalmente viagens de inspecção aos districtos militares, sempre que julgar conveniente e com prévia autorização do Governo.

§ 13. Distribuir os officiaes pelas secções, gabinete e mais dependencias da Repartição, conforme as aptidões de cada um, e transferil-os quando lhe parecer conveniente ao serviço.

§ 14. Designar, com autorização do Ministro da Guerra, os officiaes do Estado-Maior, que devam servir junto aos commandos de districtos e forças militares.

§ 15. Providenciar sobre a compra de livros, instrumentos e mais artigos necessarios aos trabalhos da Repartição.

§ 16. Apresentar com antecedencia ao Ministro da Guerra o orçamento das despesas com as commissões, trabalhos ordinarios e extraordinarios, viagens de exploração, de instrucção e estudos do Estado-Maior.

§ 17. Encaminhar os processos militares aos tribunaes competentes, promover o cumprimento de suas sentenças e decisões, fazendo as devidas publicações.

§ 18. Fiscalizar a manutenção do plano dos uniformes adoptados no Exercito.

§ 19. Remetter ao Ministro da Guerra, até 1 de fevereiro, um relatorio circunstanciado dos serviços da Repartição durante o anno anterior, acompanhado do mappa geral da força efectiva do Exercito.

§ 20. Fazer publicar em ordem do dia do Exercito todas as disposições geraes e particulares, cujo conhecimento interesse ao Exercito ou a algum de seus membros.

§ 21. Exercer todas as attribuições conferidas ao extinto

cargo de ajudante general, que por sua natureza não compitam aos commandantes de districtos militares e ás direcções geraes de serviço.

§ 22. Nomear conselhos de investigação e de guerra para os officiaes da Repartição, de conformidade com o disposto no respectivo regulamento processual.

§ 23. Presidir a comissão de promoções.

§ 24. Transferir praças de pret de um districto militar para outro.

§ 25. Prestar as informações que forem reclamadas pelo Ministro da Guerra.

§ 26. Responder perante o Governo pela fiel execução deste regulamento e dos serviços da Repartição.

Art. 8.º Ao sub-chefe do Estado-Maior do Exército incumbe:

§ 1.º Substituir o chefe do Estado-Maior em seus impedimentos e faltas, sendo por sua vez substituído pelo mais graduado dentre os chefes de gabinete e das secções.

§ 2.º Dirigir sob a autoridade do chefe do Estado-Maior os serviços que incumbem á Repartição.

§ 3.º Funcionar como intermediario entre o chefe do Estado-Maior e os do gabinete e secções em tudo o que se relacionar com a administração, economia e disciplina da Repartição.

§ 4.º Empregar todas as medidas que julgar convenientes para que a maior discreção e o mais completo sigillo sejam guardados, quanto aos trabalhos da Repartição.

§ 5.º Providenciar para que a Repartição esteja sempre provida de livros, instrumentos, appparelhos e todos os demais artigos necessarios á execução dos diversos trabalhos a seu cargo.

§ 6.º Dirigir, de ordem do chefe do Estado-Maior, os trabalhos internos ou externos, tendentes á instrucção pratica dos officiaes da Repartição.

§ 7.º Prestar ao chefe do Estado-Maior informações sobre as aptidões profissionaes dos officiaes e sua dedicação ao serviço.

§ 8.º Dar conhecimento ao chefe das occurrencias havidas na Repartição, não só debaixo do ponto de vista da disciplina militar propriamente dita, como ainda de outro qualquer que interesse á boa marcha dos serviços.

§ 9.º Rubricar as contas dos fornecedores e passal-as ás mãos do chefe, acompanhadas dos respectivos pedidos ou ordens de fornecimento, afim de serem remettidas á Contadoria Geral da Guerra.

Art. 9.º Ao chefe do gabinete incumbe :

§ 1.º Responder perante o chefe do Estado-Maior pela disciplina e regularidade do serviço no gabinete.

§ 2.º Distribuir, dirigir e fiscalizar todos os trabalhos que correm pelo gabinete.

§ 3.º Redigir as ordens do dia do Exército e todas as peças officiaes que devam ser assignadas pelo chefe e pelo sub-chefe do Estado-Maior.

§ 1.º Organizar o systema de escripturação, abrangendo protocollos, registros, archivos e demais meios que possam facilitar a conservação e a busca de quaesquer documentos da Repartição, de conformidade com as normas estabelecidas pelo chefe.

§ 5.º Apresentar o expediente à assignatura do chefe do Estado-Maior.

§ 6.º Subscriver as certidões passadas por ordem do chefe do Estado-Maior, conferir e authenticar as cópias que este mandar extrahir.

§ 7.º Não prestar, nem deixar prestar a pessoas estranhas, informações de qualquer natureza, sem ordem expressa do chefe.

§ 8.º Organizar a folha de pagamento dos empregados da Repartição, a qual será assignada pelo chefe do Estado-Maior.

Art. 10. Aos chefes de secção incumbem :

§ 1.º Responder perante o chefe do Estado-Maior pela disciplina, ordem e regularidade do serviço na respectiva secção.

§ 2.º Distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos, procurando aproveitar em sua execução as aptidões especiaes de cada um dos officiaes da secção.

§ 3.º Solicitar do chefe do Estado-Maior as necessarias providencias para o regular andamento do serviço.

§ 4.º Informar todos os papeis processados em sua secção, emittindo com clareza e precisão o seu juizo a respeito.

§ 5.º Conferir as cópias e authenticar as certidões extrahidas de documentos ou registo pertencente à sua secção.

Art. 11. Aos adjuntos incumbem :

Executar os trabalhos determinados pelos respectivos chefes, observando rigorosamente as instrucções que por estes lhes forem dadas.

Paragrapho unico. O adjunto mais graduado do gabinete e de cada secção substituirá o respectivo chefe em seus impedimentos e faltas.

Art. 12. Ao archivista incumbem :

§ 1.º Conservar em boa ordem os livros, mappas, cartas, plantas, planos, projectos, memórias, desenhos e quaesquer documentos, impressos ou manuscritos, recolhidos ao archivo.

§ 2.º Organizar catalogos dos objectos sob sua guarda e fazer a escripturação do archivo, tudo de accordo com as instrucções que forem dadas.

§ 3.º Conferir as cópias e authenticar as certidões de documentos archivados, passadas por ordem da autoridade competente.

Art. 13. Os ajudantes do archivista são immediatamente subordinados ao archivista, a quem substituirão nas faltas e impedimentos, na ordem de suas graduações.

Art. 14. Aos amanuenses incumbem :

Executar os trabalhos de escripta que lhes forem distribuidos no gabinete ou secções pelos chefes ou adjuntos.

Art. 15. Ao encarregado dos pombos-correios incumbe: a conservação, penso e ensino dos pombos existentes no pombal, observando as instruções especiaes que lhe forem dadas.

Art. 16. Ao porteiro incumbe:

§ 1.º A guarda, limpeza e arranjo da Repartição, assim como a conservação de tudo quanto nella existir, tendo sob suas ordens immediatas os serventes.

§ 2.º Expedir a correspondencia, encaminhar as partes e fiscalizar os serviços dos continuos.

Art. 17. Em seus impelimentos e faltas, o porteiro será substituido por um continuo, designado pelo chefe do Estado-Maior.

Art. 18. Os continuos coadjuvarão o porteiro em suas obrigações e cumprirão tambem as ordens dos officiaes da Repartição.

## CAPITULO IV

### DAS NOMEAÇÕES, DEMISSÕES E LICENÇAS

Art. 19. Serão nomeados:

O chefe e o sub-chefe do Estado-Maior, por decreto.

Os chefes de secção e do gabinete serão nomeados por portaria do Ministro da Guerra, mediante proposta do chefe do Estado-Maior.

Os adjuntos, ajudantes de campo e de ordens, archivista e seus ajudantes, encarregado do pombal, amanuenses, porteiro e os officiaes a que se refere o art. 6º, § 1º, letras *a* e *b*, tambem por portaria do Ministro da Guerra, precedendo proposta do chefe do Estado-Maior.

Os continuos e serventes, pelo chefe da Repartição.

Art. 20. Os officiaes e empregados na Repartição do Estado-Maior poderão ser livremente demittidos ou dispensados de seus cargos.

Art. 21. As licenças serão reguladas pelas leis em vigor.

## CAPITULO V

### DOS VENCIMENTOS E FREQUENCIA

Art. 22. Os officiaes empregados na Repartição do Estado-Maior do Exercicio ou ao seu serviço perceberão os vencimentos constantes da tabella annexa.

Art. 23. Para a verificação da frequência dos officiaes e mais empregados haverá livros de ponto ou quaesquer outros meios determinados pelo chefe do Estado-Maior.

Paragrapho unico. O não comparecimento, sem causa justificada, acarretará ao empregado a perda da gratificação correspondente, além das penas em que elle incorrer pela falta.

## CAPITULO VI

### DA DURAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 24. O serviço da Repartição começará ás 10 horas da manhã e terminará ás 3  $\frac{1}{2}$  da tarde.

Paragrapho unico. Quando a conveniencia do serviço exigir, poderá o chefe da Repartição prorogar as horas do expediente, e, em caso de urgencia, fazer executar os serviços em dias feriados, na Repartição ou fóra della.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 25. O chefe do Estado-Maior requisitará da Intendencia da Guerra, das direcções geraes, dos commandos dos districtos e estabelecimentos militares os esclarecimentos e informações que julgar necesarios aos serviços da Repartição.

Art. 26. Os trabalhos de ordem technico-profissional, de iniciativa de officiaes, approva-los p lo chefe do Estado-Maior, poderão ser executados com character official.

Art. 27. O plano de convenções graphicas e escalas para os trabalhos topographicos, corographicos e geographicos organisados na 3ª secção será lithographado e distribuido opportunamente pelos officiaes do Estado-Maior e do corpo de engenheiros, bem como cadernetas de campo para registro dos trabalhos de operações no terreno.

Art. 28. A Repartição assignará as mais importantes revistas militares e technicas, e adquirirá instrumentos e aparelhos que tenham applicação aos trabalhos a seu cargo, para o que solicitará annualmente a necessaria verba.

Art. 29. A *Revista Militar*, o *Almanak* e outras publicações previstas na lei a que se refere este regulamento, assim como boletins e outros trabalhos de publicidade, feitos por quaesquer processos decorrentes de sua natureza e destino, terão serviços organisados especialmente, em occasião opportuna, com instruções expedidas pelo chefe do Estado-Maior.

Art. 30. Com o assentimento do Ministro da Guerra e indicação do chefe do Estado-Maior, serão nomeadas commissões especiaes para o estudo do terreno nos logares considerados mais importantes, sob o ponto de vista da geographia militar e no sentido da preparação da defesa do territorio.

Art. 31. Installada a Repartição de Estado-Maior do Exercito, o seu chefe providenciará desde logo, afim de serem iniciados os trabalhos de organização da carta geral do Brazil.

Art. 32. O chefe do Estado-Maior escolherá, de conformidade com as ordens do Ministro da Guerra, os terrenos para as grandes manobras do Exercito, nas diversas circumscripções militares, e providenciará sobre a realização annual das mesmas manobras e exercicios.

Art. 33. Os addidos militares receberão do chefe do Estado-Maior as instrucções precisas para o desempenho de sua missão; estas instrucções deverão ser approvadas pelo Governo.

Art. 34. A visita ás dependencias da Repartição só se fará com permissão expressa do Ministro da Guerra ou do chefe do Estado-Maior.

Art. 35. É prohibido retirar da Repartição, para serviços particulares, instrumentos,apparelhos, livros, documentos e quaesquer outros objectos.

Art. 36. Os officiaes do Estado-Maior do Exercito, sob a direcção do chefe ou sub-chefe, farão viagens de instrucção dentro do paiz, quando assim o entender conveniente o Governo.

Art. 37. O chefe do Estado-Maior do Exercito, tendo em vista a extensão territorial das diversas circumscripções militares e sua importancia strategica, organizará o quadro dos officiaes que devem nellas executar serviços de estado-maior, submettendo-o á approvação do Ministro da Guerra.

Art. 38. Em caso de guerra, o chefe ou sub-chefe do Estado-Maior passará a servir sob as ordens do commandante em chefe, levando consigo parte do pessoal da Repartição, para formar o quartel-general do Exercito em operações, ficando a outra parte do pessoal junto ao Ministro da Guerra para a execução do serviço da Repartição.

Art. 39. Todos os empregados, sem excepção, são obrigados a guardar o maior sigillo sobre os assumptos e trabalhos da Repartição.

Art. 40. O plano de que trata o art. 2º, § 3º, será formulado e apresentado ao Governo logo depois de organizado o Estado-Maior, afim de ser submettido á consideração do Congresso Nacional, como base á completa execução do n. 18 do art. 34 da Constituição.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1899.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

Tabella das gratificações mensaes dos officiaes e mais empregados da Repartição do Chefe do Estado-Maior do Exercito

Chefe do Estado-Maior.....	730\$000
Sub-chefe .....	450\$000
Chefe de gabinete ou de secção.....	260\$000
Adjunto .....	210\$000
Ajudante de campo.....	130\$000
Ajudante de ordens.....	130\$000
Archivista .....	210\$000
Ajudante do archivista.....	150\$000
Amanuense .....	50\$000
Encarregado do pombal militar.....	150\$000
Porteiro.....	70\$000
Continuo (ordenado 100\$).....	33\$333
Servente (diaria).....	3\$000

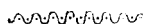
## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> Aos officiaes que desempenharem trabalhos de campo poderá o Ministro da Guerra arbitrar uma diaria, conforme as circumstancias das localidades onde tiverem de operar.

2.<sup>a</sup> Os chefes dos serviços de Estado-Maior junto aos commandos de districtos, assim como os seus adjuntos ou auxiliares, perceberão vencimentos identicos aos das secções da Repartição.

3.<sup>a</sup> O ajudante de campo e ajudantes de ordens tem direito as gratificações marcadas na lei n. 232, de 7 de dezembro de 1891, designadas para identicos cargos, ora extinctos, do ajudante general do Exercito.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1899.—*J. N. de Medeiros Mallet*.



## DECRETO N. 3190 — DE 7 DE JANEIRO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 11 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, aquella com a denominação de 26<sup>a</sup>, que

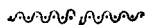


se constituirá de tres batalhões do serviço activo, ns. 76, 77 e 78, e um do da reserva n. 26, e esta com a de 9ª, com dous regimentos, sob ns. 17 e 18, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



#### DECRETO N. 3191 — DE 7 DE JANEIRO DE 1899

Reorganisa a Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação contida nos arts. 9º da lei n. 559 e 3º, n. IX, da lei n. 560, ambas de 31 de dezembro do anno proximo findo, resolve reorganisar a Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, de conformidade com o regulamento anexo, assignado pelo respectivo Ministro.

Capital Federal, 7 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Regulamento da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, a que se refere o decreto n. 3191, desta data.

#### CAPITULO I

##### ORGANISAÇÃO DA SECRETARIA

Art. 1.º A Secretaria da Justiça e Negocios Interiores comprehende tres Directorias, independentes entre si e immediatamente subordinadas ao Ministro, sob a denominação de: Directoria da Justiça, Directoria do Interior e Directoria da Contabilidade, subdividida cada uma dellas em duas secções.

§ 1.º A Directoria da Justiça occupar-se-ha :

Na 1ª secção :

I. Da organização e administração da justiça federal e da local no Districto Federal ;

II. Das nomeações e demais actos relativos aos magistrados e empregados dessas justiças, e dos respectivos assentamentos ;

III. Das listas de antiguidade dos juizes federaes e dos membros do Tribunal Civil e Criminal ;

IV. Do *exequatur* das precatorias de jurisdicção estrangeira ;

V. Do registro civil dos nascimentos e obitos e do casamento civil ;

VI. Dos recursos de graça interpostos para o Presidente da Republica ;

VII. Da extradicção e moeda falsa ;

VIII. Da amnistia ;

IX. Do estado de sitio ;

X. Da assistencia judiciaria.

Na 2ª secção :

I. Da policia e segurança publica do Districto Federal ;

II. Da Brigada Policial da Capital Federal ;

III. Da Guarda Nacional ;

IV. Das Casas de Correção e de Detenção da Capital ;

V. Das colonias penaes e correccionaes mantidas pela União ;

VI. Do Corpo de bombeiros.

§ 2.º A' Directoria do Interior incumbirá o que for concernente :

Na 1ª secção :

I. A' organização politica da Republica e dos Estados ;

II. Ao Congresso Nacional e ás eleições em geral ;

III. A's nomeações dos Ministros de Estado e da casa civil do Presidente da Republica ;

IV. A's relações com a administração municipal do Districto Federal, e a nomeação e posse do Prefeito ;

V. A' nacionalidade e a naturalisação ;

VI. A's festas nacionaes ;

VII. A' manutenção da liberdade e igualdade dos cultos e ás questões decorrentes da separação da Igreja e do Estado ;

VIII. A's medalhas de distincção humanitarias ;

IX. Ao Archivo Publico Nacional ;

X. A' Bibliotheca Nacional ;

XI. Ao Museo Nacional ;

XII. A' Assistencia medico-legal a alienados ;

XIII. Aos soccorros publicos ;

XIV. Ao archivo da Secretaria.

Na 2ª secção :

I. A' instrucção superior e secundaria no Districto Federal, e aos estabelecimentos de taes ramos de ensino a cargo da União nos Estados ;

II. Aos institutos, academias, escolas, estabelecimentos e sociedades que se dediquem às sciencias, lettras e artes, mantidos, subvencionados ou fiscalizados pela União.

§ 3.º A Directoria de Contabilidade terá a seu cargo:

Na 1ª secção:

I. A organização do orçamento geral do Ministerio, da tabella explicativa da distribuição das quotas para os differentes serviços, e da relação das dividas de exercicios findos ;

II. A abertura de creditos supplementares e extraordinarios ;

III. A escripturação e classificação de todas as despesas ;

IV. A demonstração do estado das verbas orçamentarias ;

V. A prestação de contas e fiscalização das despesas cujo conhecimento couber à Secretaria ;

VI. O exame e processo de todas as contas e folhas, quer relativas à Secretaria quer às demais Repartições do Ministerio.

Na 2ª secção :

I. O preparo, a redacção e a expedição de todas as ordens de pagamento, adiantamento, restituição ou recebimento, no Thesouro Federal, de quaesquer quantias, inclusive as relativas a depositos, fianças, caucões, sellos e emolumentos devidos à Fazenda Nacional ;

II. O expediente sobre aposentadoria, reforma, jubilação e montepio dos funcionarios do Ministerio e respectiva escripturação, e sobre gratificações addicionaes em virtude de lei ;

III. O que for concernente ao escriptorio das obras a cargo do Ministerio ;

IV. O inventario dos moveis e mais objectos pertencentes à Secretaria e Repartições dependentes ; e as providencias para o fornecimento dos objectos destinados ao expedienteo [serviço interno do edificio ;

V. O tombamento dos proprios nacionaes ao serviço do Ministerio ;

VI. A organização de um quadro annual dos empregados da Secretaria, com as observações relativas ao tempo de serviço, extrahidas dos livros de assentamento que devem existir em cada Directoria ;

VII. O Palacio da Presidencia da Republica.

Art. 2.º O pessoal effectivo da Secretaria se comporá de: tres directores geraes, seis directores de secção, sete primeiros officiaes, 12 segundos officiaes, 24 terceiros officiaes, um porteiro, um ajudante do porteiro, sete continuos e cinco correios, distribuidos pela forma seguinte:

Na Directoria da Justiça:

1 director geral.

2 directores de secção.

2 primeiros officiaes.

4 segundos officiaes.

6 terceiros officiaes.

2 continuos.

Na Directoria do Interior:

- 1 director geral.
- 2 directores de secção.
- 3 primeiros officiaes, servindo um do archivista.
- 4 segundos officiaes.
- 8 terceiros officiaes, sendo dous para o archivo.
- 2 continuos.

Na Directoria da Contabilidade:

- 1 director geral.
- 2 directores de secção.
- 2 primeiros officiaes.
- 4 segundos officiaes.
- 10 terceiros officiaes.
- 2 continuos.

§ 1.º A designação dos empregados para cada secção, excluindo o respectivo director, que só poderá ser transferido a pedido ou mediante permuta, compete ao director geral da Directoria.

§ 2.º No gabinete do Ministro, além dos funcionarios em commissão de que trata o art. 31, servirão um continuo e um correio.

§ 3.º Servirá tambem junto á Secretaria um assistente militar, nos termos dos decretos legislativos ns. 332 de 14 de novembro de 1895 e 429 de 10 de dezembro de 1896.

§ 4.º Para o auxilio da Secretaria admitir-se-hão seis serventes.

## CAPITULO II

### NOMEAÇÃO DOS EMPREGADOS

Art. 3.º São de livre escolha do Governo os directores geraes.

Art. 4.º Será de accesso a nomeação dos directores de secção e dos 1.ºs officiaes.

As nomeações em qualquer destas duas classes serão feitas, por merecimento a primeira, e por antiguidade de classe a segunda, e assim por diante, sempre alternadamente.

Quando for a mesma a antiguidade de classe, o accesso se regulará pela antiguidade absoluta.

Art. 5.º A nomeação dos 2.ºs e 3.ºs officiaes precederá concurso, em que serão observadas as regras estabelecidas no capitulo seguinte.

Que grapho unico, quer no caso de de art. 37, quer no do art. 40, antecedente, fica salva a disposiçõ transitoria da ultima parte do art. 37.

Art. 6.º Serão feitas por decreto as nomeações dos directores geraes, dos directores de secção e dos 1.ºs officiaes; as demais nomeações por portaria do Ministro.

## CAPITULO III

## CONCURSOS

Art. 7.º Aos concursos para o logar de 2.º official serão admittidos os 3.ºs officiaes da Secretaria, versando as provas, que serão escriptas, sobre noções de direito constitucional e administrativo e pratica de todos os serviços da mesma Secretaria.

§ 1.º A mesa examinadora será constituida por um dos directores geraes, designado pelo Ministro, como presidente, e dois examinadores por elle indicados, os quaes organizarão, na occasião do acto, uma lista de pontos.

§ 2.º Poderá ser nomeado 2.º official independentemente de novo concurso o que já o tiver feito na Secretaria para igual emprego, e houver sido approvedo.

§ 3.º Os actuaes 3.ºs officiaes (antigos amanuenses) que tiverem sido nomeados em virtude do concurso, estão isentos das provas ora exigidas para o provimento do logar de 2.º official.

Art. 8.º Para preenchimento dos logares de terceiro official observar-se-hão as seguintes regras:

1.ª O director da Directoria em que se houver dado a vaga mandará annunciar a inscripção para o concurso, pelo prazo de 30 dias, a contar da data do edital, que será publicado duas vezes por semana, sendo a ultima na vespera do encerramento.

2.ª A inscripção serão admittidos os candidatos que, mediante requerimento, escripto do proprio punho e dirigido ao director, provarem ter a idade de 18 annos, pelo menos, e bom procedimento moral e civil.

O segundo requisito, quando não se tratar de candidato que já exerça função publica, prova-se com attestado do delegado de policia da respectiva circumscripção, ou de duas pessoas de notoria consideração social, affirmando todos, de modo positivo, o bom procedimento do candidato.

3.ª No impedimento do candidato, a inscripção poderá ser feita por procuração, observadas as demais disposições do n. 2.

4.ª Findo o prazo do edital, nenhum candidato será admittido a inscrever-se, salvo em nova inscripção, que o director deverá abrir, por igual tempo, si ninguem se houver apresentado na primeira.

5.ª Organizada a lista dos candidatos inscriptos, o director designará o dia e hora para começo dos trabalhos, fazendo-se com antecedencia os necessarios annuncios.

6.ª Si, no dia marcado para o começo dos trabalhos do concurso, adoecer algum dos candidatos, o director, attendendo à allegação do requerente, devidamente comprovada, poderá espazar o acto até oito dias no maximo, ou quinze no caso de haver um unico candidato.

Nesta ultima hypothese, terminado o novo prazo, será annunciada outra inscripção.

7.<sup>a</sup> As provas no concurso serão escriptas e oraes, e versarão sobre as seguintes materias:

- 1.<sup>a</sup> prova — Lingua portugueza ;
- 2.<sup>a</sup> prova — Linguas franceza e ingleza ;
- 3.<sup>a</sup> prova — Arithmetica ;
- 4.<sup>a</sup> prova — Geographia geral e historia do Brazil.

Para cada uma destas provas será nomeado pelo director um examinador privativo.

No impedimento do director da Directoria em que se tiver dado a vaga, servirá de presidente do acto o director de secção que o substituir.

8.<sup>a</sup> As provas escriptas serão realizadas em dias successivos.

Durante as provas do concurso, o candidato não poderá ter comunicação com pessoa alguma, nem fazer uso de notas ou apontamentos, com excepção de dicionarios, para a segunda prova.

O candidato que infringir este preceito será excluido do concurso e do facto se lavrará um termo, assignado por todos os membros da commissão.

Tambem será excluido do concurso o candidato que, por qualquer motivo, retirar-se depois de começadas as provas.

9.<sup>a</sup> Os pontos para as provas escriptas, em cada dia, serão organizados pela commissão examinadora, antes de começarem os trabalhos, em numero de vinte para cada uma das materias, excepto quanto ás provas de francez e inglez, que consistirão em versão de trechos escolhidos, e quanto á de portuguez, que terá por objecto um dictado e uma descripção sobre assumpto dado no momento.

Os pontos para todas estas provas, que são communs á totalidade dos candidatos, serão tirados, á sorte e na occasião, pelo primeiro inscripto, salva a faculdade commettida á commissão quanto ás provas de linguas.

10.<sup>a</sup> As provas escriptas serão feitas em papel rubricado pelo presidente da commissão, e fiscalizadas por dous examinadores, que se revesarão durante as horas de trabalho.

Findas estas provas, em cada dia, serão encerradas em um envoltorio, lacrado e rubricado por todos os membros da commissão examinadora.

11.<sup>a</sup> A's provas escriptas seguir-se-hão as oraes, em dias consecutivos, e cada um dos candidatos tirará, á sorte, o ponto sobre que deva ser arguido, com exclusão dos que houverem sido sorteados para as provas escriptas.

A prova oral de portuguez versará sobre a analyse logica e grammatical de um trecho escolhido na occasião.

Na prova oral das linguas franceza e ingleza, os candidatos deverão traduzir um trecho tambem escolhido na occasião.

12.<sup>a</sup> Terminadas todas as provas, a commissão reunir-se-ha, no dia seguinte, afim de proceder ao julgamento do concurso.

13.<sup>a</sup> Cada um dos examinadores, depois de ler as provas escriptas respectivas, lançará em cada uma destas as notas : *Optima*, *Bon.*, *Sufficel* ou *Má*, declarando tambem como julga a oral, datará e assignará a declaração.

Feito isto, em votação nominal e por maioria de votos, a comissão decidirá si o candidato está ou não habilitado.

Em seguida se procederá à classificação dos candidatos habilitados, por ordem de merecimento relativo. Para este effeito serão adicionados os pontos obtidos pelos candidatos, a saber : nota optima tres pontos, boa dous pontos e soffrivel um ponto.

14.<sup>a</sup> De todas as occurrencias do concurso, em cada dia, bem como do julgamento, serão lavradas actas pelo secretario do mesmo concurso.

Servirá de secretario um dos empregados da Directoria, designado pelo presidente do acto.

15.<sup>a</sup> Depois de assignada por todos os membros da comissão examinadora a acta do julgamento, serão remettidos ao Ministro todos os papeis do concurso, com officio do presidente, e bem assim a classificação dos concurrentes.

Paragrapho unico. Os bachareis e doutores em direito e os bachareis em sciencias e letras poderão ser dispensados das provas de concurso para o logar de terceiro official.

## CAPITULO IV

### ATTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS

Art. 9.<sup>o</sup> A cada um dos directores geraes compete :

1.<sup>o</sup> Distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos da respectiva Directoria ;

2.<sup>o</sup> Manter e fazer manter, pelos meios a seu alcance, a observancia das leis e regulamentos em vigor ;

3.<sup>o</sup> Exigir, por despacho assignado, o preenchimento dos requisitos e formalidades legais, sem o que não remetterão os papeis à presença do Ministro ;

4.<sup>o</sup> Cumprir as determinações verbaes ou escriptas do Ministro ;

5.<sup>o</sup> Verificar e participar ao Ministro, verbalmente ou por escripto, os factos que possam interessar à sua Directoria e cheguem ao seu conhecimento pela imprensa ou por qualquer outra forma ;

6.<sup>o</sup> Propôr ao Ministro, verbalmente ou por escripto, as providencias que julgar convenientes, e consultal-o no que parecer a bem do serviço publico ;

7.<sup>o</sup> Crear os livros necessarios para a escripturação, protocolos especiaes e registros da Repartição ;

8.<sup>o</sup> Ter sob sua responsabilidade a correspondencia que, por sua natureza, não tenha de ser distribuida às secções ;

9.<sup>o</sup> Preparar e fazer preparar os regulamentos e instrucções para execução das leis, e tambem as instrucções para a direcção, processo, ordem e economia dos serviços da sua Directoria ;

10. Apresentar ao Ministro, na época conveniente, o relatorio annual dos trabalhos de sua Directoria ;

11. Mandar passar, por despacho assignado, não havendo inconveniente, as certidões requeridas, que serão authenticadas pelo director da secção respectiva ;

12. Assignar, quando não for dirigida aos Ministros de Estado e ao Congresso Nacional, toda a correspondencia relativamente às informações e esclarecimentos para instrução o decisão dos negocios, às communicações, recebimento ou remessa de papeis, e aos infeirados que não importem autorisação ou approvação de actos ; e mandar archivar os papeis sobre que não se tenha de fazer expediente algum ;

13. Conferenciar, sempre que for necessario, com os outros directores geraes ;

14. Prestar-lhes, ou a quaesquer autoridades, espontaneamente ou mediante requisição, os esclarecimentos precisos ;

15. Assignar os termos do posse dos empregados da sua Directoria ;

16. Impor as penas disciplinares de conformidade com o art. 22 ;

17. Assignar a folha de vencimentos dos empregados da sua Directoria, julgando ou não justificadas as faltas que contarem durante o mez, à vista do livro do ponto, e requisitar o respectivo pagamento ;

18. Examinar e assignar os contratos que interessem à sua Directoria, mediante prévia autorisação do Ministro e à vista da minuta que tiver sido approvada ;

19. Providenciar sobre o encerramento do ponto e sobre as notas que no livro respectivo devam ser lançadas ;

20. Revor todo o expediente e pôr o visto, quando não houver de dar parecer, em todos os papeis que tenham de ser levados à presença do Ministro ;

21. Visar as cópias ou extractos dos actos que devam ser publicados ;

22. Dar licença aos empregados respectivos, até 30 dias, nos termos legais ;

23. Representar ao Ministro sobre irregularidades ou delictos commettidos pelos empregados, quando a penalidade não caiba em sua alçada ;

24. Ordenar, dentro da quota distribuida, as despezas com o expediente e mais objectos necessarios ;

25. Attender às partes que carecerem de sua audiencia, sendo os proprios interessados nos negocios ou seus procuradores legais ;

26. Visitar os estabelecimentos dependentes de sua Directoria, prestando informações ao Ministro sobre o que verificar em taes visitas ;

27. Exercer quaesquer outras attribuições que lhe couber por este regulamento e mais disposições em vigor.

Art. 1.º — grapho unico. Ao director geral da Contabilidade tambem incumbe :

a) admitir os serventes para o asseio da Secretaria ;

b) superintender os trabalhos que forem desempenhados na portaria.



Art. 10. Aos directores de secção incumbem :

1.º Auxiliar a direcção dos trabalhos, segundo as instrucções do director geral respectivo ;

2.º Dirigir, examinar, fiscalizar e promover todos os trabalhos que competirem ás secções e entregal-os ao director geral convenientemente feitos ;

3.º Ter em dia os registos de suas secções e a classificação das minutas dos avisos e officios das mesmas secções ;

4.º Prestar aos outros directores as informações necessarias aos trabalhos de suas secções ;

5.º Apresentar ao director geral, até o dia 31 de janeiro, as notas e elementos para o relatório annual da Directoria, com os documentos em que se basearem, assim como para o orçamento das despesas do Ministerio, na parte que lhes compotir ;

6.º Propôr ao director geral as medidas que julgarem convenientes, assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos, como sobre a insufficiencia do pessoal da secção, ou sobre a falta de cumprimento de deveres por parte dos empregados ;

7.º Legalisar as cópias e documentos que hajam de ser expeditos das secções, depois de conferidos, e authenticar as certidões de papeis existentes nas secções respectivas ;

8.º Remetter os papeis findos ao archivo da Secretaria ;

9.º Organisar a synopse e indice das leis, regulamentos, instrucções e decisões peculiares aos assumptos tratados nas secções.

Art. 11. Os officiaes :

1.º Executarão os trabalhos normaes que lhes forem distribuidos pelos directores de secção ;

2.º Coadjuvar-se-hão, prestando informações reciprocas e comunicando uns aos outros o que for adequado á perfeita execução dos diferentes serviços.

Art. 12. Ao official archivista cabe :

1.º Conservar o archivo em ordem e com asseio ;

2.º Guardar todos os livros e papeis findos e classificar-os com rotulos ou indicações ;

3.º Organisar, por classes correspondentes aos varios ramos de serviços da Secretaria, o catalogo dos livros manuscritos e o indice dos papeis, cartas, memorias, planos, orçamentos, mappas, jornaes, folhetos e outros documentos existentes no archivo ;

4.º Ministar qualquer livro, papel ou documento exigido exclusivamente pelos directores geraes ou pelos directores de secção, mediante nota, que será restituída, para ser inutilisada, quando se recolher ao archivo o papel, livro ou documento ;

5.º Colleccionar e fazer expedir os impressos que devam ser distribuidos por ordem do director geral competente ;

6.º Catalogar os livros existentes no archivo ;

7.º Passar, mediante despacho do director geral da Directoria do Interior, e authenticar as certidões de papeis findos.

Parapho unico. Os empregados em exercicio no archivo desempenharão os serviços que lhes forem distribuidos pelo archivista.

Art. 13. E' da attribuição do porteiro :

- 1.º Abrir e fechar o edificio da Secretaria ;
- 2.º Cuidar na segurança e asseio do mesmo edificio ;
- 3.º Comprar, de ordem dos directores geraes, pelo modo que mais conveniente parecer, os objectos necessarios para o serviço da Secretaria, e apresentar-lhes as contas, documentadas, da despesa respectiva ;
- 4.º Expedir toda a correspondencia official ;
- 5.º Pôr o sello da Secretaria nos actos que exigirem esta formalidade (decretos, patentes e portarias) ;
- 6.º Determinar o serviço dos correios ;
- 7.º Ordenar e fiscalizar o trabalho dos serventes, propondo ao director geral da Contabilidade a despesa do que não servir bem ;
- 8.º Encerrar o ponto do seu ajudante, dos continuos e dos correios que tiverem exercicio na Secretaria, um quarto de hora antes da marcada para o começo dos trabalhos ;
- 9.º Representar aos directores geraes sobre o procedimento dos continuos ;
10. Prestar, mensalmente, contas da applicação das quantias recebidas, documentando o emprego das que excederem de 10\$ e relacionando as demais, conforme o art. 2º, § 6º, letra b, da lei n. 392 de 8 de outubro de 1896.

Art. 14. Ao ajudante do porteiro incumbe coadjuvar o porteiro e substitui-lo em suas faltas ou impedimentos.

Art. 15. Aos correios cabe fazer entrega da correspondencia e auxiliar o serviço do porteiro, quando se achem na Secretaria.

Art. 16. Aos continuos compete o serviço da transmissão dos papeis e recados dentro da Secretaria.

Art. 17. Ao assistente militar, escolhido dentre os officiaes superiores da Brigada Policial, incumbirá dar conhecimento ás corporações militares subordinadas ao Ministerio de todos os despachos e determinações, quer do Ministro, quer do director geral da Directoria da Justiça, relativos ás mesmas corporações, quando não constituam objecto de aviso ou officio ; bem assim transmittir á dita Directoria o expediente militar, para o devido processo, ou apresental-o ao Ministro, com seu parecer, para despacho, quando o assumpto for de natureza urgente e não exigir exame da mesma Directoria.

## CAPITULO V

### VENCIMENTOS, DESCONTOS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 18. Os vencimentos annuaes dos empregados da Secretaria são os constantes da tabella annexa ; e a gratificação do assistente militar a que for marcada na lei orçamentaria.

§ 1.º Não terá direito a vencimento algum o empregado que deixar temporariamente o exercicio do seu lugar pelo de

qualquer comissão extranha ao Ministerio, salvos os casos de expressa disposição legal.

§ 2.º Não soffrerá desconto o empregado que deixar de comparecer á Secretaria por achar-se incumbido:

- I. De trabalho ou comissão do mesmo Ministerio ;
- II. De serviço da Secretaria que exija trabalho fóra della, quer durante as horas do expediente, quer nas demais horas do dia ;
- III. De trabalho gratuito e obrigatorio em virtude de lei.

Em qualquer destas hypotheses se fará declaração no livro do ponto e na folha mensal do vencimento.

§ 3.º O empregado que faltar ao serviço, fóra das hypotheses do artigo antecedente, soffrerá perda total dos vencimentos :

- I. Si não justificar o motivo da falta ;
- II. Si retirar-se sem autorisação do director geral respectivo ou de quem suas vezes fizer, antes de findos os trabalhos.

§ 4.º Perderá somente a gratificação o que faltar com causa justificada.

São causas justificadas: molestia do empregado ou de pessoa de familia, nojo ou casamento.

A molestia será provada com attestado medico, si as faltas excederem de tres dias em cada mez.

§ 5.º As faltas se contarão á vista do livro do ponto, que deve haver em cada Directoria e será assignado pelos empregados, até 15 minutos após a hora marcada para começo dos trabalhos e na occasião de se retirarem, findo o expediente do dia.

§ 6.º A excepção dos directores geraes, que todavia deverão comparecer regularmente na Secretaria, e dos funcionarios do gabinete, todos os empregados estão sujeitos ao ponto.

§ 7.º Não soffrerá desconto algum o empregado que chegar á Secretaria logo depois de encerrado o ponto, desde que justifique, a juizo do director geral, o motivo da demora.

Art. 19. Serão substituidos em seus impedimentos e faltas :

1.º O director geral da Directoria pelo director de secção mais antigo que estiver em exercicio ;

2.º O director de secção pelo 1º official da respectiva secção, e, na falta deste, pelo 1º official da outra secção. No caso de não haver funcionario desta categoria em exercicio na Directoria, servirá o official que for designado pelo Ministro ;

3.º O official archivista será substituido pelo empregado que for designado pelo director geral da Directoria do Interior ;

4.º O porteiro pelo seu ajudante, e este pelo continuo que o director geral da Contabilidade designar, de accordo com o director da Directoria onde o mesmo continuo tiver exercicio.

Paragrapho unico. Ao substituto caberá, além do seu vencimento integral, uma gratificação igual á differença entre este e o do logar substituido.

## CAPITULO VI

## LICENÇAS

Art. 20. As licenças serão concedidas aos funcionarios da Secretaria, ou por molestia provada, que os iniba de exercer os cargos, ou por qualquer outro motivo justo ou attendivel.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito à percepção do ordenado até seis mezes, e da metade do ordenado por mais de seis mezes até doze.

§ 2.º A licença por motivo que não seja molestia importa o desconto da quarta parte do ordenado, até tres mezes; da metade, por mais de tres até seis; de tres quartas partes, por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dali por deante.

§ 3.º Em nenhuma hypothese a licença dará direito à percepção da gratificação de exercício.

§ 4.º O tempo da licença prorogada ou de novo concedida dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto aoda antecedente ou antecedentes, afim de fazer-se o desconto de que tratam os §§ 1.º e 2.º.

§ 5.º Para formar o maximo de tempo a que se referem os ditos §§ 1.º e 2.º, deverá ser levado em conta o das licenças concedidas pelos directores.

§ 6.º Esgotado o tempo de um anno, maximo dentro do qual podem as licenças ser obtidas com vencimento, só se concederá nova licença com ordenado ou parte d'elle depois que tiver decorrido um anno contado do termo da ultima.

§ 7.º Toda licença entender-se-ha concedida com a clausula de poder ser gosa la onde aprouver ao licenciado.

§ 8.º Não se concederá licença ao empregado que ainda não houver entrado no exercício do logar.

§ 9.º Ficará sem effeito a licença si o funcionario que a tiver obtido não entrar no gozo della dentro do prazo de trinta dias, a contar da data de sua concessão.

§ 10. Não se considerarão renunciadas as licenças cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem superior ou de qualquer outro motivo independente da vontade do empregado.

§ 11. O—visto—do director geral é clausula essencial para a execução das portarias de licença concedidas pelo Ministro, embora mencione a data de que se deverá contar o respectivo prazo; e sua falta importa a perda do ordenado durante o tempo de ausencia do logar, no caso de a haver o funcionario obtido com esta vantagem, além das outras penas em que possa incorrer.

§ 12. O empregado que, depois de terminada a licença, continuar impossibilitado de reasumir o exercício, deverá pedir nova licença, que só lhe será concedida si justificar as faltas correspondentes ao periodo decorrido do termo da mesma licença até a data em que reputer a nova.

§ 13. Nos titulos de licença de qualquer dos directores geraes, o — visto — será lançado por outro director.

## CAPITULO VII

## APOSENTADORIA E MONTEPIO

Art. 21. As vantagens relativas á aposentadoria e ao monte-pio obrigatorio dos empregados da Secretaria regular-se-hão pela legislação em vigor.

## CAPITULO VIII

## PENAS DISCIPLINARES

Art. 22. Os empregados da Secretaria, nos casos de negligencia, falta de cumprimento de deveres ou ausencia sem causa justificada, ficarão sujeitos ás seguintes penas disciplinares:

- 1.º Simples advertencia ;
- 2.º Reprehensão verbal ou por escripto ;
- 3.º Suspensão até 15 dias ;
- 4.º Demissão.

§ 1.º As tres primeiras serão impostas pelos directores geraes, gradualmente ou não, conforme a gravidade da falta commetida, a penultima com recurso voluntario para o Ministro, podendo a advertencia ser tambem infligida pelos directores de secção.

§ 2.º A pena de suspensão excedente de 15 dias só poderá ser imposta pelo Ministro.

## CAPITULO IX

## EXPEDIENTE E ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 23. O trabalho na Secretaria começará ás 10 horas da manhã e findará ás 3 horas da tarde em todos os dias uteis.

Art. 24. Poderão os directores geraes, por urgencia do serviço, prorogar as horas do expediente, ou mandar executar quaesquer trabalhos em horas ou dias exceptuados, na Repartição ou fóra della, por quaesquer empregados.

Art. 25. As communicações de nomeações, demissões, aposentadorias e licenças ás Repartições ou funcionarios dependentes do Ministerio continuam substituidas pelas publicações feitas no *Diario Official*, e as de posse e exercicio pelas verbas ou declarações escriptas nos respectivos titulos; além do registro das notas competentes nos livros de assentamento e os attestados de exercicio, quando requeridos.

Art. 26. Continúa dispensado o registro :

I. Das leis e dos decretos numerados, dos regulamentos e instrucções ;

II. Dos avisos e officios, cujas minutas serão classificadas systematicamente e encadernadas.

Art. 27. Incumbe às secções, na parte relativa aos assumptos de sua competencia :

§ 1.º O registro da entrada de todos os papeis, a distribuição destes pelos empregados e o respectivo andamento até à nota do despacho e data da expedição dos actos por este determinados ;

§ 2.º A guarda dos livros e papeis relativos a negocios pendentes ;

§ 3.º O exame dos negocios e as informações e pareceres, afim do subirem à presença do Ministro ;

§ 4.º A redacção dos actos e correspondencia official, segundo a decisão dos poderes competentes ;

§ 5.º O exame e a organização das bases para os contractos ;

§ 6.º A collecção das minutas, depois de passadas a limpo, dos avisos e officios ;

§ 7.º As certidões de papeis que ainda não se acharem no archivo da Secretaria ;

§ 8.º Os elementos para a organização do orçamento do Ministerio, e em geral para os trabalhos da Contabilidade e para o relatorio do Ministro ;

§ 9.º Os actos relativos a nomeação, licenças e demissão dos empregados respectivos e das Repartições dependentes ;

§ 10. A remessa para o archivo da Secretaria dos papeis relativos a negocios findos.

Art. 28. No processo dos papeis, além do extracto ou resumo quando for preciso, à vista da complexidade e extensão da materia, e das informações e pareceres, os empregados referir-se-hão aos precedentes e estylos ou tradição da Repartição, juntando quaesquer papeis, mesmo findos, para esclarecimento do assumpto.

Art. 29. Os pareceres deverão ser claros, concisos, isentos de prevenção ou animosidades pessoaes, e de incidentes extranhos ao objecto em estudo, cabendo aos directores geraes mandar, por despacho, cancellar os que forem oppostos a esta indicação.

Art. 30. Caberá a cada uma das Directorias a publicação do respectivo expediente.

## CAPITULO X

### GABINETE DO MINISTRO

Art. 31. O Ministro designará, para os trabalhos do seu gabinete, um funcionario de sua confiança, tirado da Repartição, ou pessoa extranha a ella, com a denominação de

secretario, e os precisos auxiliares; cessando o exercicio dos mesmos logo que o Ministro deixe definitivamente o cargo. Estas designações serão feitas por aviso.

Art. 32. Incumbe ao secretario:

I. Receber, abrir, e distribuir pelas Directorias os papeis entrados na Secretaria;

II. Transmittir por escripto, em nome do Ministro, aos directores geraes as ordens que, á vista da urgencia, não lhes possam ser communicadas directamente pelo mesmo Ministro;

III. Providenciar sobre os actos que, depois de assignados pelo Ministro, devam, á vista da urgencia do assumpto, ser logo expedidos, fazendo as devidas communicações á Secretaria;

IV. Auxiliar o Ministro nos trabalhos que este reservar para si;

V. Fazer annunciar audiencias e durante estas prestar ao Ministro as informações que lhe forem precisas para o despacho das partes;

VI. Receber os papeis enviados da Secretaria para despacho e assignatura do Ministro, e preparar convenientemente os que devam ser levados a despacho ou assignatura do Chefe do Estado;

VII. Incumbir-se da correspondencia epistolar ou telegraphica do gabinete e do archivo desses actos;

VIII. Restituir á Secretaria, devidamente classificados, os papeis que ficarem no gabinete sem despacho ou assignatura, por occasião da exoneração do Ministro, e aos novos empregados do gabinete o registro dos actos reservados.

§ 1.º Os auxiliares desempenharão os serviços que lhes forem designados pelo secretario.

§ 2.º Aos empregados da Secretaria ou extranhos a ella que tiverem exercicio temporario no gabinete, quer como secretario, quer na qualidade de auxiliares, será arbitrada uma gratificação extraordinaria, de accordo com a verba orçamentaria.

## CAPITULO XI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 33. O porteiro deverá residir no edificio da Secretaria ou em proprio nacional que lhe fique proximo.

Art. 34. A cada um dos correios será entregue, annualmente, a quantia de 300\$ para fardamento.

Art. 35. Para as obras e reparos dos edificios ao serviço do Ministerio haverá o pessoal technico e de escriptorio indispensavel, conforme as necessidades dos trabalhos, sob a direcção de um engenheiro.

§ 1.º Taes logares são considerados de commissão, e o pagamento dos respectivos vencimentos será levado á conta da verba « Obras ».

§ 2.º A esses funcionarios compete:

I. A organização dos projectos, plantas e orçamentos de todas as obras do Ministerio, e a direcção e fiscalização das que estiverem a seu cargo;

II. A conservação dos edificios e materiaes de obras;

III. As informações, por escripto, sobre questões technicas, cuja solução dependa do Ministerio, quando solicitadas pela Directoria respectiva.

Art. 36. Os empregados da Secretaria terão 20 dias uteis de fôrias durante o anno, vantagem de que gosarão sem prejuizo do serviço, a juizo dos respectivos directores geraes.

Art. 37. Ficam supprimidos todos os logares que excederem do quadro de que trata o art. 2º deste regulamento; tendo os empregados que os occupavam preferencia, em ordem de antiguidade absoluta, no preenchimento das vagas que forem occorrendo nas classes respectivas.

Art. 38. Continua a ser feito na Directoria Goral de saude publica, de accordo com o regulamento dado pelo decreto n. 2458 de 10 de fevreiro de 1897, todo o expediente relativo aos serviços sanitarios a cargo da União.

## CAPITULO XII

### FORMULAS GERAES

Art. 39. As resoluções do Congresso Nacional que contiverem normas geraes e disposições de natureza organica ou que tenham por fim crear direito novo, terão a seguinte formula:

Lei n.º de... de... de... de..... (a ementa). O Presidente (ou Vice-Presidente) da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte: (segue-se o texto da lei em sua integra). Capital Federal, em... de... de....., .... da Republica (assignaturas do Presidente (ou Vice-Presidente) da Republica e do Ministro).

Art. 40. As resoluções que consagrarem medidas de caracter administrativo ou politico, de interesse individual ou transitorio, denominar-se-hão — decretos legislativos —; e a formula differe da precedente em que as palavras — lei seguinte — são substituidas por estatuas — resolução seguinte — vindo na epigraphie a expressão — decreto — em vez de — lei.

Art. 41. Quanto ás leis ou decretos legislativos que independem de sancção, ou são enviadas ao Poder Executivo para a simples promulgação, a differença da formula é: O Presidente (ou Vice-Presidente) da Republica, etc.: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a lei (ou resolução) seguinte.

Relativamente ás resoluções concernentes as prorrogações das sessões legislativas, na ementa diz-se: « Publica a resolução, etc. »



e no contexto: O Presidente (ou Vice-Presidente) da Republica, etc.: Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar, etc.

Art. 42. Nos decretos do Poder Executivo que exijam a formalidade da numeração, a formula é: Decreto n... de... de... de..... (ementa). « O Presidente (ou Vice-Presidente) da Republica, etc. (seguem-se os considerandos ou exposição de motivos, quando for de mister): Resolve (ou decreta) », seguindo-se as disposições ou preceitos, e o mais como nos actos a que alludem os artigos antecedentes.

Art. 43. Nos decretos não numerados, taes como os de nomeação, demissão, aposentadoria e outros, a formula é: « O Presidente (ou Vice-Presidente) da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Resolve »... (o mais como nos anteriores).

Art. 44. Dos tres autographos de lei ou resolução do Congresso Nacional, por este enviados ao Poder Executivo, dous serão devolvidos à Camara que os houver remettido, por meio de Mensagem do Presidente (ou Vice-Presidente) da Republica ao presidente da mesma Camara, transmittida ao 1º secretario com aviso do Ministro.

Paragrapho unico. No *Diario Official* a respectiva publicação far-se-ha do seguinte modo: a lei ou decreto, que contenha o texto da resolução do Congresso Nacional, sob a epigraphie — Actos do Poder Legislativo; a Mensagem do Presidente (ou Vice-Presidente) da Republica, na secção dos Actos do Poder Executivo; e o aviso ao 1º secretario da Camara ou do Senado será dado por extracto, sob a rubrica — Secretarias do Estado.

Art. 45. Na hypothese de ser negada saneção à lei ou resolução do Congresso, os autographos, em numero de dous, serão devolvidos à Camara iniciadora, por meio tambem de Mensagem, acompanhada da exposição de motivos do *veto*.

Por occasião de transmittir-se a Mensagem à alludida Camara será endereçado tambem aviso ao 1º secretario da outra casa do Congresso, communicando a devolução.

Paragrapho unico. No caso de ser negada a saneção quando estiver já encerrado o Congresso, dar-se-ha publicidade às razões do *veto* na parte do *Diario Official* destinada aos « Actos do Poder Executivo ». Nessa publicação se incluirá o texto da resolução ou de *veto* a que tenha sido negada a saneção.

Art. 46. Não tendo sido promulgada a lei ou resolução, ou não lhe sendo negada a saneção dentro do prazo constitucional, serão dous dos autographos devolvidos, por officio, ao director da Secretaria do Senado, a fim de que se possa observar o disposto no art. 38 da Constituição Federal.

Art. 47. A remessa dos papéis relativos a simples expediente e as demais communicações do Ministro far-se-hão por aviso ao 1º secretario da Camara ou do Senado, conforme a hypothese.

Art. 48. Nas portarias e titulos ministeriaes observar-se-ha a formula: o Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores,

em nome do Presidente ( ou Vice-Presidente ) da Republica: Resolve (quando houver considerandos, estes precederão a palavra — resolve).

Art. 49. Os avisos ministeriaes não poderão versar sobre interpretação de lei ou regulamento cuja execução estiver exclusivamente a cargo do Poder Judiciario.

Paragrapho unico. Nos actos officiaes a direcção será dada antes do contexto dos mesmos quando forem endereçados aos Ministros de Estado, membros das Mesas das Camaras Legislativas Federaes, Presidentes ou Governadores dos Estados, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal de Contas, Presidente do Conselho Municipal, Prefeito do Districto Federal, e pessoas de distincção extranhas ao publico serviço. Nos demais casos a direcção será escripta em linha inferior á da assignatura do Ministro, salvo ordem expressa em contrario, conforme a circumstancia especial da hypothese.

Art. 50. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de janeiro de 1899. — *Epitacio da Silva Pessoa.*

Tabella de vencimentos do pessoal da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, a que se refere o art. 18 do regulamento anexo ao decreto n. 3191, desta data

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Director geral.....	6:000\$000	3:000\$000
Director de secção.....	4:800\$000	2:400\$000
Primeiro official.....	3:800\$000	1:200\$000
Segundo official.....	3:000\$000	1:000\$000
Tercceiro official.....	2:200\$000	800\$000
Porteiro.....	2:200\$000	800\$000
Ajudante do porteiro.....	1:500\$000	500\$000
Continuo.....	1:200\$000	400\$000
Correio.....	1:200\$000	400\$000

Capital Federal, 7 de janeiro de 1899.— *Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3192 — DE 12 DE JANEIRO DE 1899

Supprime o Consulado no Rosario

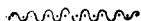
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que, pela lei n. 560, de 31 de dezembro proximo findo, foi votada a verba necessaria para a gratificação de um Vice-Consulado no Rosario, decreta :

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado no Rosario.

Capital Federal. 12 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*



DECRETO N. 3193 — DE 12 DE JANEIRO DE 1899

Approva o regulamento da Intendencia Geral da Guerra

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 16 da lei n. 403, de 24 de outubro de 1896, resolve approvar o regulamento para a Intendencia Geral da Guerra que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*

## Regulamento da Intendencia Geral da Guerra

### CAPITULO I

#### DA INTENDENCIA GERAL DA GUERRA E SEUS FINS

Art. 1.º A Intendencia Geral da Guerra tem por fim assegurar aos corpos de tropas, ás fortalezas e aos demais estabelecimentos militares o fornecimento do material necessario á subsistencia e accomodação do pessoal do Exercito, todo o fardamento, equipamento, arreamento, correame, armamento, munição e demais material de guerra e de transporte, bem assim a necessaria cavallhada.

Art. 2.º A Intendencia Geral da Guerra se comporá de um gabinete e quatro secções.

§ 1.º O gabinete terá a seu cargo a correspondencia, expediente e despacho geral do intendente.

§ 2.º Incumbe ás secções:

*Primeira*

I. Aquisição, conservação, distribuição, fiscalização do material do Exército e do que disser respeito a proprios nacionaes a cargo do Ministerio da Guerra;

II. Serviço de marcha, aquartelamento, acantonamento e acampamento;

III. Serviço postal do Exército em operações, illuminação de quartéis e outros estabelecimentos militares;

IV. Coudelarias e remontas.

*Segunda*

I. Distribuição do armamento, equipamento, arreamento, correame, utensilios e munições;

II. Carga e descarga, consumo;

III. Providencias sobre o fardamento e ajuste de contas do mesmo.

*Terceira*

I. Viveres e forragens;

II. Transporte do material do Exército, requisição, lançamentos e contribuições de guerra;

III. Reunião de dados estatísticos e de tudo que interesse o serviço militar em operações de guerra.

*Quarta*

Guarda em deposito de todo o material de guerra, munições e fardamentos de reserva, e a carga geral desse material.

Art. 3.º A Intendencia Geral da Guerra terá o seguinte pessoal:

Direcção:

Um intendente geral — Official general do quadro effectivo;

Um sub-intendente — Coronel ou tenente-coronel de corpo especial;

Dous ajudantes de ordens — Subalternos effectivos do Exército.

Gabinete:

Um chefe — Official superior ou capitão de corpo especial;

Um adjunto — Official superior ou capitão de corpo especial;

Dous auxiliares technicos — Officiaes do corpo de engenheiros.

## Secções :

Quatro chefes de secções — Official do estado-maior de 2ª classe, reformados ou honorarios, que tiverem serviços militares ;

Quatro 1.ª officiaes — Civis, preferidos os que tiverem serviços militares ;

Quatro 2.ª ditos — Idem idem ;

Nove amanuenses — Idem idem ;

Dous agentes compradores — Idem idem ;

Dous despachantes — Idem idem ;

Um porteiro — Ex-praça do Exercito ;

Tres continuos — Idem idem ;

Tres serventes — Idem idem.

## CAPITULO II

## DAS ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 4.º O intendente geral é a primeira autoridade da Repartição e como tal o principal responsavel pela regularidade e boa marcha dos serviços sob sua direcção, para o que solicitará do Ministro da Guerra, com quem se entenderá directamente, todas as providencias que julgar necessarias á completa execução do disposto neste regulamento.

Art. 5.º Compete ao intendente geral :

§ 1.º Inspeccionar e fiscalizar a entrada e o recebimento do material comprado para provimentos, cumprindo-lhe sempre mandar fazer os necessarios exames para a verificação do peso, qualidade e quantidade, tudo segundo as estipulações dos contractos respectivos e de conformidade com as amostras ou modelos adoptados.

§ 2.º Inspeccionar a arrumação e acondicionamento de todo o material arrecadado.

§ 3.º Autorisar por escripto e fiscalizar a sahida dos artigos suppridos aos arsenaes, corpos, fortalezas e outras dependencias da Repartição da Guerra, tendo em vista que esse serviço seja executado com a maior promptidão e regularidade.

§ 4.º Fazer com que a Repartição se conserve sempre provida do material preciso para o consumo ordinario de tres mezes, com excepção, porém, dos artigos de facil deterioração, além de evitar delongas nos fornecimentos.

§ 5.º Effectuar os ajustes ou contractos necessarios para a aquisição do material, fretamento de navios, transporte de artigos e outros que lhe forem determinados pelo Ministro, bem como autorisar as compras que não importarem em mais de um conto de réis.

§ 6.º Mandar examinar o material que for recolhido á Intendencia Geral pelos corpos e fortalezas, dando em consumo o que

estiver em máo estado, remettendo para o Arsenal o que for susceptivel de concerto, o fazendo arrecadar o que possa ser aproveitado como materia prima.

§ 7.º Ordenar o acondicionamento e a expedição do material que tiver de ser remettido para os districtos militares ou para fóra da Republica, em virtude de ordem do Ministro.

§ 8.º Inspeccionar e fiscalizar todos os serviços relativos á Intendencia Geral e velar que os respectivos empregados cumpram fielmente seus deveres, executando pontual e esrupulosamente as leis, regulamentos e ordens concernentes á arrecadação, fornecimento e escripturação do material.

§ 9.º Prestar aos chefes das diversas Repartições do Ministerio da Guerra, tanto na Capital Federal como nos Estados, as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como requisitar dessas autoridades o que julgar conveniente á regularidade e boa marcha do serviço a cargo da Intendencia.

§ 10. Dar parte ao Ministro de qualquer falta grave ou inconveniente que occorrer para o exacto cumprimento dos contractos, ajustes ou ordens expedidas para a aquisição do material necessario.

§ 11. Comunicar á Contadoria Geral da Guerra as multas em que incorrerem os fornecedores ou quaesquer pessoas que houverem celebrado contractos com a Intendencia Geral, de accordo com as respectivas estipulações.

§ 12. Mandar realizar pelos agentes todas as compras urgentes, dando, porém, parte ao Ministro, das condições em que se effectuaram, bem como das causas que as determinaram, si a respectiva importancia exceder de 1:000\$000.

§ 13. Comunicar aos commandantes de districtos a remessa dos artigos mandados fornecer aos respectivos arsenaes, depositos ou corpos, remettendo na mesma occasião o competente conhecimento, passado pela 4.ª secção.

§ 14. Propôr os empregados da Intendencia Geral que forem de nomeação do Ministro.

§ 15. Dar posse a todos os empregados nomeados para servirem na Intendencia Geral.

§ 16. Nomear os continuos e serventes das secções, mandar admittir os serventes braçoes necessarios ao serviço dos armazens, dentro do numero fixado pelo Ministro, e bem assim os marinheiros e foguistas para o serviço das respectivas embarcações.

§ 17. Mandar despetir do serviço da Intendencia Geral os empregados que não forem de nomeação do Ministro e procederem mal ou não cumprirem fielmente os seus deveres.

§ 18. Mandar passar, quando não houver inconveniente, as certidões que se pedirem dos livros, documentos e mais papeis pertencentes ás estações que lhe são subordinadas, devendo-se observar o que a respeito dispõem as leis de Fazenda.

§ 19. Dar as instrucções que julgar convenientes para o regular andamento dos serviços internos.

§ 20. Distribuir os amanuenses, os continuos e serventes pelas secções o gabinete.

§ 21. Despachar os requerimentos das partes, dentro dos limites de suas attribuições.

§ 22. Apresentar annualmente ao Ministro, até o fim de fevereiro, um relatório circumstanciado da marcha do serviço a seu cargo, durante o anno anterior, indicando, nessa occasião, as medidas que julgar convenientes, para o melhoramento dos differentes ramos do serviço.

§ 23. Participar ao Ministro qualquer irregularidade, transgressão de lei ou deste regulamento e que não esteja na sua alçada resolver afim de serem responsabilizados e punidos os culpados.

§ 24. Pedir providencias ao Ministro ácerca de qualquer assumpto que se prenda aos interesses do serviço ou da Fazenda Publica, quando não for de sua competencia a medida a tomar.

§ 25. Suspender até quinze dias o empregado de nomeação do Ministro, que incorrer em qualquer falta grave, com relação ao cumprimento de seus deveres ou sem tempo determinado, si a falta for de tal gravidade que exija a demissão do empregado, caso em que dará logo parte ao Ministro para resolver convenientemente.

§ 26. Rubricar todos os livros da escripturação do gabinete.

Do sub-intendente :

Art. 6.º O sub-intendente tem por dever principal coadjuvar a acção administrativa e fiscal do Intendente geral, competindo-lhe especialmente :

§ 1.º Substituir o Intendente geral na sua ausencia ou impedimento.

§ 2.º Inteirar-se, tanto quanto for possível, afim de informar ao Intendente, do estado do mercado, ácerca da existencia, qualidades e preços dos artigos, cuja compra ou aquisição torne-se necessaria.

§ 3.º Velar na rigorosa execução do serviço da Intendencia Geral, na parte relativa ás entradas, salidas, embarques, acondicionamento, classificação e provimentos, dando immediatamente conhecimento, ao Intendente geral, de qualquer falta ou irregularidade que encontrar.

§ 4.º Fiscalizar a escripturação das secções e rubricar os documentos de despeza.

§ 5.º Rubricar todos os livros de escripturação, quer das secções, quer dos armazens ou depositos de artigos bellicos, com excepção, porém, dos de receita, despeza e mappa que deverão ser rubricados pela Contadoria Geral da Guerra.

§ 6.º Tomar nota das ordens expedidas pelo Intendente geral, afim de fazel-as cumprir com a maior brevidade e exactidão.

§ 7.º Examinar diariamente o ponto dos empregados e serventes e authentical-o com a sua rubrica.

§ 8.º Assistir ao exame e classificação do material recolhido por inutil, ou por falta de applicação, pelos corpos, fortalezas e mais dependencias do Ministerio da Guerra, e rubricar os termos respectivos da commissão para esse fim nomeada.

§ 9.º Dirigir e fiscalizar o serviço dos escaleres e mais embarcações da Intendencia Geral, bem como inspecção a respectiva arrecadação e todo o material relativo a esse serviço, que será confiado ao primeiro patrão, havendo para isso um livro especial de carga e descarga dos objectos pertencentes ao mesmo ramo de serviço.

§ 10. Rubricar as informações dos agentes-compradores, que teem de ser presentes ao intendente geral, quando concordar com os respectivos preços, segundo as condições do mercado, attendendo-se ás compras anteriores relativas ao mesmo artigo.

§ 11. Rubricar todos os pedidos dos chefes de secções e gabinete, dos encarregados de depositos e armazens, e primeiro patrão, sempre que se conformar com a necessidade dos respectivos objectos.

§ 12. Fiscalizar as folhas de ferias de todo o pessoal da Intendencia.

Do chefe do gabinete :

Art. 7.º Compete ao chefe do gabinete :

§ 1.º Dirigir e fiscalizar o serviço a cargo do gabinete.

§ 2.º Lançar os despachos nos pedidos, requerimentos e mais papeis do expediente.

§ 3.º Dirigir o serviço e arranjo do archivo da Intendencia Geral que ficará a cargo e sob a responsabilidade de um dos officiaes designado pelo intendente geral.

§ 4.º Propor ao intendente geral os livros e protocollos que forem necessarios para o exacto e prompto conhecimento de todos os negocios que correrem pelo gabinete, e fazer escriptural-os.

Dos chefes de secção :

Art. 8.º Aos chefes da 1.ª, 2.ª e 3.ª secções compete:

§ 1.º Dirigir e fiscalizar o serviço na respectiva secção.

§ 2.º Distribuir o expediente de sua secção pelos empregados.

§ 3.º Ter sempre em dia os mappas ou relações do material que disser respeito ao assumpto da respectiva secção, a fim de que o intendente geral esteja a par do material existente nos corpos, fortalezas e demais Repartições militares.

Do chefe da 4.ª secção :

Art. 9.º Ao chefe da 4.ª secção, além das attribuições do artigo antecedente, compete:

§ 1.º Fazer escripturar, com toda a fidelidade e asseio, a receita e despeza da respectiva secção, segundo as regras e modelos estabelecidos, ou que forem novamente adoptados por ordem do intendente geral.

§ 2.º Assistir ao exame e verificação dos artigos que entrarem para a sua secção, cumprindo-lhe assignar o termo circumstanciado que deverá ser lavrado sempre que se der o caso de rejeição de qualquer artigo.

§ 3.º Verificar si os documentos para a entrega de qualquer artigo estão revestidos das formalidades legais, recusando ou



fazendo corrigir os que não estiverem conforme as regras estabelecidas, e não consentir na sahida dos mesmos artigos sem ordem da autoridade competente.

§ 4.º Representar ao sub-intendente ácerca das irregularidades ou faltas que se derem no serviço da respectiva secção, e propor-lhe o que julgar a bem da arrecadação e fiscalização da Fazenda Nacional.

§ 5.º Prestar ao sub-intendente informação exacta do estado do supprimento da respectiva secção.

§ 6.º Assignar as guias que devem acompanhar os objectos que sahirem da sua secção, declarando a quantidade, qualidade, destino e o nome do portador.

§ 7.º Informar, nos pedidos que lhe forem apresentados, nos quaes será sempre mencionada a respectiva ordem do intendente geral, si existe ou não na sua secção o objecto requisitado.

§ 8.º Extrahir e assignar os conhecimentos de receita, logo que as respectivas contas estiverem devidamente processadas.

§ 9.º Responder pelo material a cargo da respectiva secção.

§ 10. Manter os armazens em perfeita ordem e asseio, dirigindo com o mais escrupuloso cuidado a arrumação e acondicionamento dos artigos sob a sua responsabilidade; zelando a sua limpeza e conservação, e devendo, no caso de deterioração casual, dar immediatamente parte, para que o intendente geral possa tomar conhecimento do facto e resolver a respeito. A falta de cumprimento dos deveres enumerados neste parographo sujeita o chefe da secção á indemnisação do valor do material deteriorado.

§ 11. Assignar os termos e declarações que devam constituir sua responsabilidade, bem como dar recibos aos fornecedores dos artigos por elles suppridos.

§ 12. Satisfazer, com promptidão, todos os pedidos e ordens devidamente legalisados para o fornecimento de artigos pertencentes á sua secção.

§ 13. Apresentar ao sub-intendente, quinzenalmente, uma relação dos artigos mandados fornecer e que ainda não foram fornecidos, dando o motivo de tal falta.

§ 14. Dirigir e assistir o acondicionamento e preparo das remessas do material.

§ 15. Fazer os pedidos dos objectos precisos para o serviço a seu cargo, bem como de todo o que for necessario para o provimento de sua secção, segundo as ordens que receber do intendente geral.

Dos auxiliares technicos:

Art. 10. Os auxiliares technicos ficam immediatamente subordinados ao intendente geral e compete-lhes:

§ 1.º Informar e dar parecer sobre os assumptos em que o intendente geral julgar conveniente ouvir-os.

§ 2.º Executar e fiscalizar as pequenas obras que se tenham de fazer pela Repartição.

§ 3.º Fiscalizar o serviço da illuminação dos quartéis e estabelecimentos militares.

Dos agentes compradores :

Art. 11. Os agentes compradores tem por dever :

§ 1.º Realizar as compras miudas que forem determinadas pelo intendente geral.

§ 2.º Mandar fazer os concertos dos instrumentos, moveis, utensilios e outros objectos, que tenham de ser executados fora das officinas do Arsenal, segundo as ordens que para isso receber do intendente geral.

§ 3.º Satisfazer as despesas de pequena importancia, ou de natureza urgente, que pelo Intendente Geral forem ordenadas.

§ 3.º Colligir e prestar ao intendente geral, com presteza, as informações e esclarecimentos que este exigir sempre que se tratar de aquisição de material.

Art. 12. Para o occorrer ao pagamento das despesas a que se referem os §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo antecedente, receberá cada agente comprador, nos primeiros dias de cada mez, a quantia de quinhentos mil réis da Contadoria Geral da Guerra, devendo no fim do mez seguinte apresentar ao intendente geral, um balancete com documentos probatorios das quantias despendidas no mez precedente, afim de ser remettida áquella repartição que fará o competente processo.

Art. 13. Sempre que o saldo de um mez for maior de cem mil réis, deverá o agente comprador entrar com elle para a mesma Contadoria, por meio de uma guia rubricada pelo intendente geral, fazendo este a competente communicação á referida Contadoria para os effeitos legais.

Art. 14. São documentos justificativos para o ajuste de contas dos agentes compradores:

§ 1.º As ordens ou despachos do intendente geral para effectuar compras ou despesas de qualquer natureza.

§ 2.º Recibos ou declarações de que realizou a entrega de qualquer quantia em boa e devida ordem.

§ 3.º Recibos nas contas de venda, facturas, ou documentos de igual natureza, para provar que pagon o artigo que se mandou comprar, ou o serviço de que fôra encarregado.

Art. 15. Os agentes compradores apresentarão uma fiança de um conto de réis, e no fim de cada anno financeiro, prestarão contas na Contadoria Geral da Guerra, depois de terem effectuado a entrega do saldo então existente em seu poder e de encerrada a conta corrente que com os mesmos agentes deve ter aquella repartição.

Dos despachantes:

Art. 16. Aos despachantes cumpre:

§ 1.º Praticar as diligencias necessarias para o despacho, desembarque e recebimento do material remittido de portos nacionaes ou estrangeiros, á ordem do Ministerio da Guerra.

§ 2.º Effectuar a remessa de todos os artigos que tiverem de ir para fóra da Capital Federal, quer por mar, quer por terra.

§ 3.º Assistir ao encaixotamento e ao enfiamento dos objectos que se tiver de remetter para fóra da Capital Federal.

§ 4.º Dar quitação dos objectos que receberem para effectuar a respectiva remessa.

§ 5.º Ter em dia um livro de entradas e sahidas de todos os objectos por elles recebidos ou remettidos, com as declarações das competentes marcas, numeros e o estado em que se achavam os mesmos objectos ou seus involucros.

Do porteiro:

Art. 17. Incumbe ao porteiro da Intendencia Geral:

§ 1.º Abrir e fechar diariamente o portão do estabelecimento às horas que forem marcadas pelo intendente geral.

§ 2.º Obstar a sahida de qualquer artigo que não for acompanhado de ordem por escripto do intendente geral, ou de guia rubricada pelo sub-intendente, na qual se declare a qualidade, quantidade e destino do mesmo objecto, bem como o nome do portador.

### CAPITULO III

#### DAS NOMEAÇÕES

Art. 18. Serão nomeados:

O intendente geral, o sub-intendente e os 1.ºs officiaes, por decreto;

Os chefes do gabinete e das secções, os ajudantes de ordens, os auxiliares technicos, o adjunto, os 2.ºs officiaes, os amanuenses, os agentes compradores, os despachantes, os fideis de armazem ou deposito, o porteiro, os continuos e os guardas de armazens ou depositos, por portaria do Ministro da Guerra, mediante proposta do intendente geral;

Os serventes das secções e os serventes braçaes, patrões, machinista, foguistas e mecanicos serão nomeados e demittidos pelo intendente geral da Guerra.

Art. 19. Na execução do presente regulamento, o Governo nomeará para os logares que devem ser exercidos por militares, os officiaes que julgar idoneos; para os logares civis, porém, serão aproveitados os empregados das extinctas Repartições de Quartel-Mestre General e Intendencia da Guerra, sendo que os que excederem do quadro ficarão addidos, para serem incluidos à medida que se forem dando vagas.

Art. 20. Depois de organizada a Repartição, os logares de amanuenses serão providos por concurso, preferindo-se em igualdade de circumstancias os concurentes que tiverem serviços militares.

Art. 21. As nomeações de 1.ºs e 2.ºs officiaes serão feitas por accesso, sob proposta do Intendente geral ao Ministerio da Guerra.

## CAPITULO IV

## DAS LICENÇAS

Art. 22. As licenças por motivo de molestia garantirão aos empregados da Intendencia Geral a sua antiguidade por inteiro até seis mezes, por metade desse prazo até um anno, não se levando em conta todo o tempo que decorrer de então em deante.

Art. 23. Os empregados que obtiverem licença por motivo de molestia, poderão perceber o ordenado por inteiro até seis mezes e a metade, de então em deante, até um anno; nos outros casos, porém, observar-se-hão as seguintes regras:

1.º Até tres mezes descontar-se-ha a quarta parte do ordenado;

2.º Mais de tres até seis mezes, o desconto será de metade do ordenado;

3.º Mais de seis mezes até um anno, só terá logar sem ordenado.

Art. 24. Em caso algum será abonada a gratificação devida pelo exercicio effectivo, dadas as hypotheses do artigo anterior.

Art. 25. O tempo das diversas licenças concedidas dentro de um anno, qualquer que tenha sido o prazo ou motivo de cada uma dellas, será reunido, tanto para os effeitos do art. 22, quando for por molestia, como para os descontos de que trata o art. 23.

Art. 26. Nenhum empregado poderá obter licença antes de haver entrado no exercicio effectivo do seu cargo.

Art. 27. Ficarão sem effeito as licenças de que se não usar trinta dias depois de publicalas no *Diario Official* ou em ordem do dia do Exercito.

Art. 28. O intendente geral poderá conceder até oito dias de licença sem perda de vencimentos.

## CAPITULO V

## DAS PENAS DISCIPLINARES

Art. 29. Os empregados da Intendencia Geral ficam sujeitos ás seguintes penas disciplinares, nos casos de negligencia, desobediencia, falta de cumprimento de deveres e não comparecimento à Repartição por espaço de oito dias consecutivos, sem causa justificada:

§ 1.º Simples advertencia verbal ou em portaria.

§ 2.º Reprehensão verbal ou em portaria.

§ 3.º Suspensão até quinze dias com perda de todo o vencimento.

Art. 30. As penas de que trata o artigo antecedente serão impostas pelo intendente geral, podendo, porém, o sub-intendente

ou os chefes das respectivas secções, impor as de simples advertencia e reprehensão aos empregados que lhes forem subordinados.

Art. 31. Todos os empregados da Intendencia Geral são responsaveis pelas faltas que commetterem no desempenho de suas attribuições e deveres; aquelles, porém, que perturbarem a boa ordem do estabelecimento, praticarem actos de desobediencia formal, que offendam a disciplina ou de qualquer outro modo faltarem aos seus estrictos deveres, com grave prejuizo para o serviço do Estado, serão suspensos até tres mezes pelo Ministro da Guerra, ou demittidos discrecionariamente, segundo as circumstancias do caso.

Art. 32. O effeito da suspensão é privar o empregado pelo tempo correspondente do exercicio do emprego, da antiguidade e de todos os seus vencimentos.

Art. 33. Os empregados militares estarão sujeitos ás penas em que incorrerem, conforme as leis e os regulamentos militares.

## CAPITULO VI

### DO PONTO DOS EMPREGADOS E DOS DESCONTOS POR FALTAS

Art. 34. Haverá um livro chamado—de presença—numerado e competentemente rubricado, para que os respectivos empregados assignem os seus nomes por extenso, ás horas marcadas para o começo e terminação dos trabalhos ordinarios.

Art. 35. Esse livro ficará sob a immediata fiscalização do sub-intendente a quem cumpre abrir e encerrar o ponto.

Art. 36. No fim de cada mez todas as folhas ou ferias serão remettidas ao gabinete com as notas das faltas commettidas pelos empregados, de conformidade com as regras aqui pre-scriptas.

Art. 37. As faltas que qualquer empregado civil commetter durante o mez, a juizo do intendente geral, serão communicadas á Contadoria Geral da Guerra, nas relações de pagamento para se lhe fazer o devido desconto nos vencimentos correspondentes; devendo, quanto aos militares, observar-se as disposições geraes que lhes são proprias.

Art. 38. O empregado que faltar ao serviço soffrerá perda total ou desconto em seus vencimentos, conforme as regras seguintes :

§ 1.º O que faltar sem causa justificada, perderá todo o vencimento.

§ 2.º O que faltar por motivo de molestia, perderá sómente a gratificação.

§ 3.º O que comparecer depois de encerrado o ponto, sem causa justificada, perderá metade da gratificação.

§ 4.º O que retirar-se sem licença de seu chefe, antes de terminado o expediente, perderá todo o vencimento.

Art. 39. São motivos justificados :

1º, molestia do empregado ;

2º, nojo ;

3º, gala de casamento.

As faltas que por molestia excederem de dous dias, em cada mez, serão justificadas com attestado medico.

Art. 40. Ao empregado que tiver um só vencimento, se lhe descontará a terça parte nos dias em que faltar por qualquer dos motivos mencionados no artigo antecedente, e a sexta parte nos casos em que os outros devem soffrer o desconto da metade da gratificação.

Art. 41. O desconto por faltas interpoladas será relativo sómente aos dias em que ellas se derem.

Art. 42. Pertence exclusivamente ao intendente geral o julgamento sobre a justificação das faltas.

Art. 43. Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar :

1º, por achar-se encarregado de qualquer trabalho ou commissão, em virtude de ordem do Ministro da Guerra ;

2º, por motivo de serviço determinado pelo intendente geral ;

3º, por estar servindo algum cargo gratuito e obrigatorio, em virtude de preceito de lei.

Art. 44. O chefe do gabinete, á vista do livro de prosença e das notas do ponto relativas aos empregados, todas authenticadas pelo sub-intendente, passará o attestado de frequencia, que será assignado pelo intendente geral e remettido á Contadoria Geral da Guerra.

## CAPITULO VII

### DAS DEMISSÕES E APOSENTADORIAS

Art. 45. Nenhum empregado poderá ser procurador de partes, em negocios que, directa ou indirectamente, pertençam ou digam respeito á Fazenda Nacional, e nem por si, nem por interposta pessoa, tomará parte em qualquer contracto com a mesma Fazenda, sob pena de ser demittido.

Art. 46. Qualquer empregado civil que commetter faltas graves, ou for descuidado no cumprimento de seus deveres, poderá ser demittido.

Si for empregado militar será dispensado da commissão, além de soffrer as penas em que possa incorrer.

Art. 47. Será aposentado com ordenado por inteiro o empregado que se tornar invalido e contar trinta ou mais annos de serviço effectivo ; e com ordenado proporcional o que nessas condições tiver menos de trinta e mais de dez annos, tambem de serviço effectivo.

Art. 48. Nenhum empregado será aposentado tendo menos de dez annos de serviço effectivo.

Art. 49. O empregado que tiver direito a aposentadoria, só a obterá com ordenado, do ultimo logar que exercer, si nelle contar tres annos de exercicio effectivo, excluindo todo o tempo de interrupção por motivo de licenças ou faltas, ainda mesmo em consequencia de molestias; e em quanto os não completar, só poderá conseguir com o ordenado do logar que anteriormente occupava.

Art. 50. Serão considerados como serviços uteis para a aposentadoria e addicionados aos que forem feitos na Intendencia Geral, os que qualquer empregado houver prestado:

§ 1.º No exercicio effectivo de empregos publicos de nomeação do Governo e estipendiados pelo Thesouro Nacional.

§ 2.º No Exercito ou na Armada, como official ou praça de pret, si o respectivo tempo de serviço já não tiver sido computado em reforma militar.

Art. 51. Na contagem do tempo de serviço se observará o seguinte:

§ 1.º Quanto ao serviço prestado nas Repartições da Guerra não se descontará o tempo de interrupção pelo exercicio de quaesquer outras funcções publicas em virtude de nomeação do Governo, e de preceito de lei; será, porém, descontado o tempo de faltas por molestias, excedentes a sessenta dias em cada anno, e o de licenças e de faltas não justificadas.

§ 2.º Quanto aos serviços prestados no Exercito ou na Armada, essa contagem será feita segundo as disposições da legislação militar concernente à reforma.

Art. 52. Perderá a aposentadoria o empregado que for convencido em qualquer tempo, por sentença passada em julgado, de ter commettido, em quanto se achava no exercicio de seu emprego, os crimes de peita e suborno ou praticado acto de revelação de segredo, de traição ou abuso de confiança.

## CAPITULO VIII

### DOS VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS

Art. 53. Os vencimentos dos empregados da Intendencia Geral da Guerra serão os constantes das tabellas annexas.

Art. 54. O official que substituir ao intendente geral, ao sub-intendente, ao chefe do gabinete e aos chefes de secções, perceberá a gratificação que competia ao substituido.

Art. 55. O empregado civil que exercer interinamente qualquer logar, perceberá, além do seu ordenado, mais a gratificação do substituido; si, porém, este nada perceber, caberá ao substituto todo o vencimento do substituido.

Art. 56. O empregado commissionedo em serviço extranho ao Ministerio da Guerra, ainda que competentemente autorizado, não terá direito aos vencimentos do seu emprego.

Art. 57. O empregado civil nomeado para serviço da Reparação, fóra da Capital Federal, perceberá a ajuda de custo, que se abonar aos empregados do Ministerio da Fazenda em igualdade de circumstancias.

## CAPITULO IX

### DO ABASTECIMENTO DOS DEPOSITOS DA INTENDENCIA GERAL

Art. 58. A aquisição dos principaes artigos para provimento dos armazens da Intendencia Geral será commettida a um conselho de compras, composto do intendente geral, do director do Arsenal de Guerra da Capital Federal e do chefe da Contadoria Geral da Guerra. As sessões desse conselho terão lugar em uma das salas da Intendencia Geral.

Art. 59. Servirá de secretario do conselho de compras um empregado da Intendencia Geral da Guerra, designado para esse fim pelo intendente geral, sem remuneração alguma especial por este serviço.

Art. 60. O conselho não funcionará sem que estejam presentes todos os membros ou seus substitutos nos estabelecimentos respectivos, presidindo a sessão o membro que for mais graduado ou mais antigo, segundo a gerarchia militar.

Art. 61. A aquisição do material preciso realizar-se-ha :

§ 1.º Por contractos celebrados mediante concorrência publica, chamada pelas folhas officiaes e pelas particulares de maior circulação ;

§ 2.º Por encomendas feitas pelo Ministerio da Guerra, ou pelo conselho de compras, devidamente autorisado, aos agentes ou ás casas importadoras e estabelecimentos industriaes, nacionaes ou estrangeiros, de notorio credito ;

§ 3.º Por ajustes directos da Intendencia Geral, em virtude de ordem expressa do Ministro da Guerra.

Art. 62. A aquisição dos objectos de pequena importancia realizar-se-ha por intermedio do agente comprador, devidamente autorisado pelo intendente geral, e as compras em grande far-se-hão sempre por intermedio do conselho de compras, ficando, porém, os respectivos contractos dependentes de approvação do Ministro da Guerra.

Art. 63. Só poderá concorrer aos fornecimentos annunciados pelo conselho de compras quem habilitar-se previamente, exhibindo, em requerimento dirigido ao mesmo conselho, documentos que provem :

§ 1.º Haver pago, como negociante estabelecido, o imposto de casa commercial, relativo ao ultimo semestre vencido ;

§ 2.º Ser negociante matriculado e ter casa importadora.

Art. 64. Para as firmas commerciaes, bastará a certidão do respectivo contracto social, extrahida dos livros de registro da Junta Commercial.



Art. 65. As propostas devem ser em duplicata e fechadas, referindo-se a uma só especie de artigo e mencionarão :

§ 1.º O nome do proponente, as diversas qualidades do mesmo artigo, si as houver, e o preço de cada uma dellas ;

§ 2.º Os numeros e marcas das respectivas amostras ;

§ 3.º O prazo improrogavel da entrega total ou parcial e mais condições do fornecimento ;

§ 4.º Declaração expressa de sujeitar-se o proponente á multa de 5 % da importancia a quemontarem os artigos que lhe forem aceitos, no caso de deixar de comparecer para assignar o respectivo contracto dentro do prazo que for notificado pelo *Diario Official*, e que nunca será maior de tres dias uteis ;

§ 5.º Indicação da casa commercial do proponente.

Art. 66. As propostas mencionarão no sobrescripto a especie do artigo proposto, os numeros e marcas das amostras que apresentarem e a data da sessão do conselho de compras.

Art. 67. As amostras serão entregues no mesmo dia da sessão do conselho de compras ao porteiro da Intendencia Geral, qual, depois de verificar a existencia das condições exigidas no artigo antecedente e de conferir as amostras com as alterações feitas no sobrescripto das propostas, deverá deposital-as, na presença do portador, em uma caixa para esse fim destinada.

Art. 68. As amostras dos artigos que não forem aceitos deverão ser retiradas dentro de 48 horas, sob pena dos proponentes perderem o direito a ellas, mandando o intendente geral recolh-las aos competentes armazens, como carga.

Art. 69. As amostras dos artigos aceitos não serão restituídas; incluir-se-hão, porém, nas contas dos fornecimentos para serem pagas conjuntamente com as quantidades contractadas.

Art. 70. Dos objectos cujas amostras forem enviadas pelo Arsenal de Guerra, ou tiverem outra qualquer procedencia official, para serem presentes aos concorrentes, não se admittirão outras amostras, devendo aquellas ser franqueadas ao exame de quem quizer concorrer até o dia marcado para a respectiva sessão.

Art. 71. A escolha das amostras apresentadas pelos proponentes é da attribuição do conselho de compras, por exame proprio, ou auxiliada por perito da sua confiança; feito o que serão excluidas as que forem de qualidade inferior.

Art. 72. No dia e hora marcadas nos annuncios para abertura das propostas, e reunido o conselho de compras, fará este a escolha das amostras e mandará entrar os proponentes, na presença dos quaes abrirá a caixa das propostas e serão estas separadas por artigos, excluindo-se logo as que se referem a amostras rejeitadas, depois do que terá lugar a leitura, apreciação e julgamento, sobre a preferencia da propostas admittidas.

Art. 73. As propostas que se referirem a amostras rejeitadas não serão abertas, e guardar-se-hão com a nota « amostra rejeitada » escripta pelo empregado que servir de secretario e rubricada pelos membros do conselho de compras.

Art. 74. As propostas de que trata o artigo antecedente serão guardadas somente durante um anno, sendo no fim desse tempo queimadas as que não tiverem relação com alguma questão pendente.

Art. 75. Os concurrentes são obrigados a guardar silencio e a maior circumspecção durante a sessão do conselho de compras. Aquelle que infringir esta disposição será obrigado a sahir da sala, ficando por este facto rejeitada a sua proposta.

O que, porem, desrespeitar ou injuriar qualquer membro do conselho, incorrerá nas penas comminadas no Codigo Penal referentes ao caso e contra elle procederá o presidente do conselho de compras, na forma da legislação em vigor.

Art. 76. No acto da abertura de cada proposta o empregado que servir de secretario fará a chamada do proponente respectivo, para verificar si este ou pessoa devidamente autorizada se acha presente, devendo, no caso de ausencia absoluta de representante, não abrir a proposta e lançar e assignar no subscripto uma nota declarando o motivo por que deixa de ser tomada em consideração, dando-a em seguida aos membros do conselho para rubricar-a.

Art. 77. Si durante o exame ou leitura de qualquer proposta o conselho reconhecer que ha nella alguma omissão, emenda ou rasura que possa occasionar duvida, o presidente exigirá que o signatario ou seu representante a resolva de **rompito**, com as convenientes declarações por escripto.

Art. 78. A apuração das propostas acceptas será feita successivamente por artigos, mas quando acontecer encontrarem-se duas ou mais em identicas circumstancias, preferirá o conselho a do licitante que então propuzer por escripto maior abatimento.

Art. 79. Concluido o trabalho da apuração de todas as propostas, concernentes ao mesmo artigo, resolverá o conselho, em acto seguido, qual ou quaes deverão ser acceptas.

O secretario lançará em cada uma a nota «**approvada em sessão de.....**» declarando por extenso todas as circumstancias que não estiverem mencionadas e possam servir para prevenir qualquer duvida, devendo nas outras lançar a nota «**rejeitada em sessão de.....**», declarando o motivo da rejeição.

Todas estas notas serão rubricadas immediatamente pelos membros do conselho.

Art. 80. Logo que houver terminado esse processo, e ainda em presença de todos os concurrentes, proceder-se-ha á apposição do sello e á arrecadação das amostras ou modelos dos artigos acceptos.

O sello se porá sobre lacre em cartões, devendo estes prender-se ás amostras, de modo que só destruindo-se o sello possam ser dellas desligados. Em uma das faces do cartão declarar-se-ha o nome do proponente, a quantidade offerecida, o preço e a data da sessão em que foi accepta a proposta. Estes cartões serão rubricados pelos membros do conselho e pelo proponente.

Art. 81. Terminada a apuração das propostas, a apposição dos sellos nos modelos ou amostras, e encerrada a sessão, o secretario *ad hoc* lavrará a competente acta, que será assignada pelos membros do conselho; devendo-se mencionar o nome do proponente, a quantidade, qualidade, numero, marca e preço de cada um dos artigos acceitos, com as observações que o conselho julgar conveniente addicionar-lhe, bem como, prazo e quaesquer outras condições apresentadas pelos respectivos proponentes. Também se deverá mencionar na mesma acta o numero das propostas que não foram tomadas em consideração, ou das que foram excluidas por má qualidade das amostras respectivas e o das que foram rejeitadas, declarando-se o motivo da rejeição.

Art. 82. Uma cópia dessa acta, acompanhada das primeiras vias das propostas admittidas á concorrência, será, com a possível brevidade, apresentada ao Ministro, para resolver si devem ou não ser effectuados os contractos dos artigos acceitos pelo conselho.

Art. 83. O intendente geral, logo que receber o despacho do Ministro, relativo á aquisição do material alludido no artigo antecedente, por-lhe-ha o «cumpra-se» e providenciará para que, sem perda de tempo, sejam chamados pelos jornaes de maior circulação os proponentes que foram preferidos e devam assignar os contractos respectivos; publicando-se na mesma occasião a notificação da multa de que trata o § 4º do art. 65 deste regulamento; para o que serão previamente preparadas, não só as guias com que os contractantes terão de pagar o sello proporcional, como o termo do contracto que cada um terá de assignar.

Art. 84. Os contractos relativos á mesma sessão serão lavrados em um só termo, mencionando-se, não só as condições especiaes concernentes ao fornecimento de cada artigo, como as outras condições e clausulas communs a todos os contractantes.

Art. 85. No dia immediato áquelle em que tiver expirado o prazo marcado para a assignatura dos contractos, far-se-ha o encerramento nas assignaturas dos contractantes, declarando-se os nomes dos que não compareceram.

Esta declaração será rubricada pelo intendente geral, que providenciará immediatamente para que seja recolhida ao Thesouro Nacional a importancia da multa, marcada no art. 65, enviando as competentes guias aos que tiverem incorrido na mesma multa, afim de effectuarem o respectivo pagamento e marcando-lhes um prazo improrogavel para apresentação do documento probatorio de o haverem satisfeito, devendo esse documento ser notado no proprio contracto.

Art. 86. Encerradas as assignaturas do termo dos contractos, extrahir-se-ha cópia que, depois de authenticada pelo intendente geral, será remetida á Contadoria Geral da Guerra.

Art. 87. O intendente geral da guerra organizará, em vista dessa cópia de contracto, uma nota dos objectos que deixaram de ser contractados, no todo ou em parte, afim de ser presente ao conselho de compras que, nesse caso, mandará proceder a novos annuncios, para aquisição de taes artigos.

Art. 88. O fornecedor que não entrar com qualquer artigo para a Intendencia Geral, dentro do prazo improrogavel que se houver estipulado no respectivo contracto, incorrerá na multa de 10 % do valor total dos objectos não entregues; si, porém, o excesso do prazo for de mais de quinze dias, deverá pagar a multa de 20 %, ficando entendido que, em qualquer desses casos, a multa será imposta sem recurso algum, salvo o caso de força maior provado perante o Ministro.

Art. 89. O fornecedor que não entrar para a Intendencia Geral com qualquer objecto que houver contractado, 15 dias depois de expirado o prazo estipulado, pagará os 20 % de que trata o artigo antecedente e o seu contracto será *ipso facto* rescindido, devendo-se, nesse caso, proceder quanto antes á aquisição do objecto que deixou de entrar, conforme for mais conveniente, mas sempre de accordo com os preceitos estatuidos neste regulamento, salvo caso de força maior.

Art. 90. No caso de rejeição de artigos que careçam de concerto, o intendente geral poderá marcar, si lhe parecer que não houve intenção de illudir o contracto, um novo prazo razoavel para os concertos ou substituição exigida, findo o qual tornar-se-ha effectiva a multa, si não verificar-se a entrada e recebimento desses artigos.

Art. 91. O exame e recebimento de todos os artigos contractados se effectuará na Intendencia Geral, em um local especialmente destinado para esse fim, e só serão arrecadados ou carregados em receita, depois de bem examinados e conferidos com as amostras ou modelos correspondentes.

Art. 92. Os objectos comprados ou contractados que, tendo sido rejeitados, não forem retirados dentro do prazo marcado pelo intendente geral, serão removidos e entregues aos depósitos publicos, ficando seus donos sujeitos ao pagamento das despesas de remoção.

Art. 93. Para cada contracto haverá um cartão rubricado pelo intendente geral, contendo o titulo do artigo, a quantidade contractada, o nome do contractante e a data e o prazo do contracto, devendo-se notar nesse cartão, por datas, a receita do mesmo artigo, até completar-se o respectivo fornecimento. O mesmo cartão estará em poder do sub-intendente, enquanto não se effectuar a entrada total do objecto contractado, afim de que, apenasse verifique que qualquer entrada não teve lugar dentro do prazo estipulado, — de immediatamente parte desta occorrença ao intendente geral, que a comunicará logo á Contadoria Geral da Guerra, para que se torne effectiva a multa de que trata o art. 88 d'este regulamento. Assim que se houver completado o recebimento do objecto contractado, aquelle cartão e as amostras que serviram de base para o contracto respectivo serão archivados na Intendencia Geral.

Art. 94. O exame e conferencia para o recebimento de qualquer objecto contractado pelo conselho de compras, terá lugar na Intendencia Geral sob a immediata inspecção do intendente geral, por uma comissão composta do sub-intendente, de um

dos chefes das tres primeiras secções e de um empregado da Contadoria Geral da Guerra, designado mensalmente pelo respectivo chefe, podendo a mesma commissão requisitar os peritos que julgar conveniente.

Art. 95. Quando os contractantes não se conformarem com as decisões da commissão poderão recorrer ao intendente geral e deste ao Ministro da Guerra.

Art. 96. O provimento de ferramentas, utensilios, combustivel e o que for preciso para os trabalhos das officinas do Arsenal de Guerra da Capital, Laboratorio Pyrotechnico do Campinho e Fabrica de Polvora da Estrella e outras Repartições, bem como dos utensilios e mais artigos de supprimento ás fortalezas, quartéis, hospitaes, enfermarias e outros estabelecimentos ou estações militares da Capital Federal, continuará a ser feito por contractos semestraes.

Art. 97. Para o provimento de que trata o artigo antecedente cabe ao intendente geral mandar chamar a concorrência, conforme está estabelecido, para os casos de compras que pertencem ao conselho de que trata este regulamento; formando-se para isso uma commissão composta do mesmo intendente geral como presidente, do sub-intendente e do chefe da 4ª secção, como membros, servindo de secretario o empregado que for designado para exercer esse cargo nas sessões daquelle conselho.

Art. 98. O procedimento do intendente geral com relação aos trabalhos de que trata o artigo antecedente será pautado pelo que está marcado para o presidente do conselho de compras, devendo portanto observar o que se acha estatuido a semelhante respeito, quer em referencia ao destino que lhe cumpre dar ás amostras que forem necessarias para certos objectos, quer á applicação das differentes multas por falta de cumprimento de qualquer estipulação dos contractos respectivos, bem como á approvação das actas das sessões daquelle commissão e a tudo que for concernente ao mesmo conselho e possa ser executado no caso vertente, sem inconvenientes ou delongas prejudiciaes ao serviço.

Art. 99. Os fornecedores por contractos semestraes ficarão relativamente sujeitos a todas as multas e mais condições estabelecidas para os que concorrerem aos fornecimentos annunciados por aquelle conselho.

Art. 100. Os chefes, commandantes ou encarregados dos estabelecimentos ou estações de que trata o art. 96 organizarão e remetterão ao intendente geral, até o dia 15 dos mezes de maio e novembro de cada anno, uma nota da quantidade e qualidade dos objectos de que deverá constar o respectivo fornecimento no proximo semestre. Com essas notas e tendo em vista as necessidades ordinarias do Exercito, organizará o intendente geral um orçamento com a importancia total de taes fornecimentos, para o mesmo semestre, servindo-lhe de base a média dos preços e o consumo dos objectos que forem contractados ou comprados durante os dous semestres proximamente anteriores.

Esse orçamento do intendente geral será submittido ao Mi-

nistro da Guerra, nos primeiros dias dos mezes de junho e dezembro, afim de ser marcada pelo Governo a quantia dentro da qual deverão ser feitos aquelles fornecimentos, em circumstancias ordinarias.

Art. 101. Os pagamentos dos objectos comprados por meio de contractos, quer effectuados pelo conselho de compras, quer pela commissão da Intendencia Geral, serão feitos no Thesouro Nacional em vista de conhecimentos extrahidos pela respectiva secção da Intendencia Geral e devidamente processados na Contadoria Geral da Guerra, sempre que a sua importancia exceder de cem mil réis.

Art. 102. O pagamento de qualquer objecto comprado pela Agencia poderá ser do mesmo modo effectuado no Thesouro, si o vendedor estiver por isso; no caso contrario, porém, será feito pela mesma Agencia, sempre em virtude de ordem escripta do intendente geral.

Art. 103. A importancia de qualquer artigo fornecido á Intendencia Geral, não excedendo de cem mil réis, será paga pela Agencia, precedendo ordem escripta do intendente geral.

Art. 104. Em todas as contas ou facturas provenientes de contractos semestraes se deverá deduzir a importancia do sello proporcional, visto que os outros contractos não devem ter effeito sinão depois do pago esse sello.

Art. 105. Todas as outras contas estão sujeitas ao pagamento do sello marcado na respectiva lei.

## CAPITULO X

### DO MATERIAL

Art. 106. Na distribuição do material pelos armazens e depositos da Intendencia Geral observar-se-ha o seguinte:

§ 1.º A polvora, os artefícios de guerra e em geral todas as materias ou productos pyrotechnicos, quer inflammaveis, quer explosivos, deverão ser arrecadados em depositos especiaes convenientemente construidos.

Esses depositos ficarão a cargo de um ou mais officiaes effectivos, reformados ou honorarios do Exercito, segundo as distancias em que se acharem, havendo um guarda em cada um delles, que servirá sob a responsabilidade do respectivo encarregado.

§ 2.º Todos os demais artigos recolhidos á Intendencia Geral serão distribuidos pelos respectivos armazens, tendo-se muito em vista, não só reunir os da mesma classe ou especie, como também separar tudo quanto for materia prima, dos artigos já confecciona'os.

§ 3.º Haverá um armazem especial para a arrecadação dos objectos inuteis ou que não tenham mais applicação para os misteres a que se destinavam.

Art. 107. O material supprido á Intendencia Geral será entregue e arrumado pelos respectivos fornecedores nos logares que lhes forem designados, devendo esta obrigação constituir uma das clausulas dos contractos de fornecimento.

Art. 108. Não será permittida a existencia de material nos armazens da Intendencia Geral, qualquer que seja a sua procedencia, sem estar lançado em receita, salvo o caso de ordem expressa do intendente geral.

Art. 109. E' expressamente prohibido o emprestimo de qualquer objecto pertencente á Nação, sem ordem do Ministro.

Art. 110. A entrada para o respectivo armazem dos objectos inuteis ou sem applicação realizar-se-ha perante uma comissão nomeada pelo intendente geral, a qual lavrará, em livro especial, um termo de exame, classificação e avaliação dos artigos recebidos, separando-os em quatro classes:

- 1.<sup>a</sup> Dos que estiverem em bom estado;
- 2.<sup>a</sup> Dos que possam ser utilizados mediante concerto;
- 3.<sup>a</sup> Dos susceptiveis de transformação ou aproveitamento como materia prima;
- 4.<sup>a</sup> Dos completamente imprestaveis.

Art. 111. Concluido o exame, o intendente geral, com a maior brevidade possivel, dará destino ao material pela seguinte fórma:

Os objectos de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes serão arrecadados e levados á receita da 4.<sup>a</sup> secção, remettendo-se para o Arsenal de Guerra os que precisarem de concerto; e os da 4.<sup>a</sup> classe serão dalos em consumo, por uma comissão nomeada *ad hoc* pelo mesmo intendente geral, lavrando-se tambem um termo especial, que será assignado pelos membros dessa comissão.

Art. 112. E' inteiramente prohibido o consumo dos objectos da 4.<sup>a</sup> classe por meio de vendas particulares ou em hasta publica, salvo casos muito especiaes, mas, sempre por ordem expressa do Ministro da Guerra.

## CAPITULO XI

### DO SERVIÇO DAS EMBARCAÇÕES

Art. 113. O intendente geral terá o numero de embarcações necessarias para o serviço de transporte do material do Exército, quer se destine aos Estados, quer ás fortalezas, Asylos de Invalidos e depositos de munições existentes na Capital Federal.

Art. 114. Para esse serviço haverá o seguinte pessoal, que aquartelará na propria Repartição.

Um 1.<sup>o</sup> patrão, que será o encarregado desse serviço.

Dous 2.<sup>os</sup> patrões.

Quatro 3.<sup>as</sup> patrões.

Os machinistas, foguistas e remadores que forem indispensaveis.

Art. 115. O intendente geral poderá, sempre que for necessario, augmentar o numero de patrões de modo que corresponda ao numero de embarcações que estiverem em serviço.

§ 1.º Para esses logares se exigirá carta de arraes e serão preferidos os remadores mais antigos e de melhor conducta.

§ 2.º As commissões de patrões cessarão logo que terminem os serviços de urgencia de transporte.

Art. 116. Ao 1º patrão compete especialmente:

§ 1.º Dirigir todo o serviço das embarcações a seu cargo.

§ 2.º Responder pelo asseio e boa ordem do quartel da maruja.

§ 3.º Responder pela boa conservação e guarda do material a seu cargo, quer esteja em serviço activo quer se ache em deposito.

§ 4.º Fazer pedido por escripto, que será apresentado ao sub-intendente, de tudo quanto for preciso para que não soffra interrupção o serviço, nem se estrague o material a seu cargo.

§ 5.º Receber da secção, a quem dará quitação, o fardamento e tudo o mais que, por ordem do intendente geral, for fornecido para o serviço das embarcações.

§ 6.º Dar parte ao sub-intendente de qualquer novidade que occorrer no serviço a seu cargo, afim de serem tomadas de prompto as providencias que o caso exigir.

Art. 117. Aos outros patrões, machinistas, foguistas, remadores, compete obedecer ao 1º patrão e cumprir pontualmente as ordens concernentes ao serviço.

Art. 118. O intendente geral mandará fornecer, nas épocas proprias, o fardamento dos patrões e remadores, segundo as tabellas em vigor, bem como o material preciso para que o serviço seja feito com a necessaria presteza e segurança.

Art. 119. Os vencimentos dos patrões, machinistas, foguistas e remadores serão os constantes da tabella junta.

## CAPITULO XII

### DA ESCRIPTURAÇÃO

Art. 120. Haverá na Intendencia Geral um livro de protocolo, um livro de matricula dos empregados e mais os que o intendente geral julgar necessarios para a regularidade do serviço.

Paragrapho unico. A 4ª secção terá mais os seguintes que serão escripturados conforme os modelos annexos:

1º, livro para registro da receita;

2º, livro-mappa que mostre a existencia real dos artigos entrados e sahidos diariamente na secção (modelo n. 1);

3º, talão de despeza, no qual se lançará a ordem de fornecimento e o destino deste, bem como o nome, posto ou cargo official de quem receber os artigos na secção. As folhas do talão



serão divididas em tres partes iguaes — a 1.<sup>a</sup> será remettida pelo intendente geral ao destino do fornecimento — a 2.<sup>a</sup> constituirá o documento de despeza, do chefe de secção e a 3.<sup>a</sup> servirá de registro. Todas ellas deverão ser rubricadas pelo sub-intendente e assignadas pelo chefe da secção e pela pessoa que receber os artigos. Haverá mais tantos livros de talões, quantas as especialidades dos destinos dos artigos a fornecer (modelos ns. 2, 3, 4 e 5).

Art. 121. São documentos da receita das secções:

1.<sup>o</sup>, portarias ou outras ordens do intendente geral, especificando os artigos, sua qualidade, quantidade, procedencia, destino e preços ;

2.<sup>o</sup>, as contas dos fornecedores, que serão em tres vias escripturadas com clareza, sem rasuras e emendas, depois de conferidas na secção, visadas pelo sub-intendente, e do despacho do intendente geral ;

3.<sup>o</sup>, guia de remessa de artigos enviados á Intendencia pelos diversos estabelecimentos militares.

Depois de ordenada a receita pelo intendente geral será a conta registrada no livro de receita, assignando esse registro o chefe da secção, e visando o sub-intendente, fazendo-se no verso das tres vias a nota do registro, data, numero da conta e o de ordem, rubricada pelo chefe da secção.

Uma vez feito o processo como ficou dito, serão as duas primeiras vias enviadas pelo intendente geral á Repartição que tem de fazer o respectivo pagamento. A terceira via ficará archivada na secção com os demais documentos que constituem a responsabilidade da receita do chefe.

Art. 122. Todos os documentos, tanto de receita, como de despeza, serão archivados, capeados e rotulados mensalmente em dous maços diversos — Receita e Despeza — sob a immediata responsabilidade do chefe da secção. O extravio de qualquer documento que não for em tempo communicado pelo chefe da secção ao sub-intendente para que este, por sua vez, communique ao intendente geral, acarretará a responsabilidade criminal daquelle.

Art. 123. O chefe da secção não poderá deixar sahir cousa alguma da sua secção, sem ordem escripta do intendente geral e sem que seja escripturada nos respectivos talões de despeza.

Art. 124. Sempre que se tiver de fazer qualquer fornecimento o intendente geral mandará o chefe da 4.<sup>a</sup> secção informar nos pedidos ou outra qualquer ordem si existem em arrecadação os artigos pedidos ; o que será verificado de prompto no livro Mappa.

§ 1.<sup>o</sup> A vista da informação, o intendente geral ordenará o fornecimento, autorisando a aquisição do que faltar si este não puder ser completo.

§ 2.<sup>o</sup> Nas portarias de fornecimento se declarará a qualidade dos artigos que se tenha de fornecer, tudo de accordo com a nomenclatura da receita.

§ 3.<sup>o</sup> Estas portarias de fornecimento serão archivadas na 4.<sup>a</sup> secção juntamente com os documentos de despeza, afim de que

se possa, na occasião da tomada de contas ou inspecção, fazer os confrontos necessarios.

Art. 125. O sub-intendente providenciará convenientemente sobre a retirada da secção dos artigos mandados fornecer com urgencia pelo intendente geral, e que alli permaneçam por falta de quem possa recebê-los.

Art. 126. Os artigos constantes de quaesquer documentos de receita serão conferidos no acto do recebimento pelo chefe da secção, o qual passará recibo, depois de verificada a sua exactidão.

### CAPITULO XIII

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 127. A' Intendencia Geral devem ser enviados directamente pelos commandantes de districtos, chefes de Repartições e estabelecimentos militares todos os pedidos e communicações relativas ao material do Exército.

Art. 128. Além das attribuições já definidas, compete ao intendente geral:

§ 1.º Dar as instrucções necessarias para a fiel execução do presente regulamento, principalmente na parte relativa aos armazens do material do Exército, depositos de munições e artigos bellicos da Capital Federal e dos Estados; podendo propor a supressão de algum dos existentes ou a creação de novos, conforme for conveniente, assim como o augmento ou redução do pessoal respectivo.

§ 2.º Mandar fornecer, independente de ordem superior, tudo que já estiver determinado em tabella ou ordens geraes e permanentes do Ministro da Guerra.

§ 3.º Organisar em epocas competentes os orçamentos das despesas a fazer-se com os fornecimentos que concorrem pela Intendencia Geral.

§ 4.º Propor ao Governo as mudanças que achar convenientes nos typos regulamentares dos artigos, quando o progresso da industria ou qualquer outro motivo o aconselhar.

§ 5.º Nos casos de fornecimentos extraordinarios submeter os respectivos pedidos, convenientemente informados, à approvação do Ministro da Guerra.

Art. 129. Os empregados civis das Repartições ora supprimidas serão aproveitados na Intendencia Geral, ficando addidos os que excederem do quadro. Estes conservarão os vencimentos que percebiam naquellas Repartições e irão sendo incluídos à proporção que se forem abrindo vagas.

Art. 130. Ficam supprimidas as actuaes Repartições de Quartel-Mestre General e Intendencia da Guerra, e revogadas todas as disposições contrarias ao presente regulamento.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1899.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

Tabella das gratificações mensaes dos officiaes do Exercito que exercerem cargos na Intendencia Geral da Guerra

Intendente geral.....	600\$000
Sub-intendente.....	333\$000
Chefe do gabinete e da 4. <sup>a</sup> secção.....	260\$000
Chefe das 1. <sup>a</sup> , 2. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup> secções.....	210\$000
Adjunto do chefe do gabinete.....	210\$000
Auxiliar technico.....	210\$000
Ajudante de ordens.....	130\$000
Encarregado de deposito de polvora ou artificios de guerra.....	125\$000

## OBSERVAÇÕES

Os ajudantes de ordens do intendente geral tem direito ás gratificações marcadas na lei n. 232, de 7 de dezembro de 1894, designadas para os ajudantes de ordens do ora extinto cargo de Quartel-Mestre General do Exercito.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

Tabella dos vencimentos dos empregados civis da Intendencia Geral da Guerra, a que se refere o art. 18 § 1.<sup>o</sup> da lei n. 403 de 24 de outubro de 1896

EMPREGADOS	ORDENADO	GRATIFI- CAÇÃO	TOTAL
1. <sup>o</sup> official.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
2. <sup>o</sup> official.....	1:500\$000	750\$000	2:250\$000
Amanuense.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Agente comprador.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000
Despachante.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000
Fiel de armazem ou deposito.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
Guarda de armazem ou deposito.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
Porteiro.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Continuo.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
Servente de secção, diaria 3\$000....			
Servente braçal, diaria 2\$500 a 3\$500			

## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> O servente braçal que começar o trabalho antes das 9 horas da manhã e terminal-o á noite terá nesse dia mais quinhentos réis (500 rs.)

2.<sup>a</sup> Ao servente braçal, que contar cinco annos de serviço effectivo, sempre com bom comportamento, se abonará o jornal de tres mil quinhentos réis (3\$500) por dia de trabalho.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

Tabella das diarias dos patrões, machinistas, foguistas e remadores a que se refere o art. 119 do regulamento approved pelo decreto n. 3193 desta data

1º patrão .....	10\$000
2º patrão .....	8\$000
3º patrão .....	5\$000
Machinista .....	8\$000
Foguista .....	5\$000
Remador .....	3\$000

NOTA — Só os remadores terão a etapa de **praça de pret.**  
Capital Federal, 12 de janeiro de 1899. — *J. N. de Medeiros Mollet.*

Visto.  
O sub-intendente,  
.....

N. ....

## INTENDENCIA GERAL DA GUERRA

Entregou-se ao cidadão F.....  
mestre da officina de alfaiates do Ar-  
senal de Guerra desta Capital, em  
virtude do pedido n. 20 de 2 de ja-  
neiro do corrente anno.

O SEGUINTE:

Panno azul ultra- mar, regular, para ardamento de pra- ças, vinte metros (20)	9\$000	180\$000
Panno mescla, re- gular, para farda- mento de praças, quinhentos metros (500). . . . .	9\$500	4:750\$000
		4:930\$000

4ª Secção da Intendencia Geral da  
Guerra, ..... de ..... de 189.....

O CHEFE

Recbi .....

INTENDENCIA GERAL DA GUERRA

Visto.  
O sub-intendente,  
.....

N. ....

## INTENDENCIA GERAL DA GUERRA

Entregou-se ao cidadão F.....  
mestre da officina de alfaiates do Ar-  
senal de Guerra desta Capital, em  
virtude do pedido n. 20 de 2 de ja-  
neiro do corrente anno.

O SEGUINTE:

Panno azul ultra- mar, regular, para ardamento de pra- ças, vinte metros (20)	9\$000	180\$000
Panno mescla, re- gular, para farda- mento de praças, quinhentos metros (500). . . . .	9\$500	4:750\$000
		4:930\$000

4ª Secção da Intendencia Geral da  
Guerra, ..... de ..... de 189.....

O CHEFE

Recbi .....

INTENDENCIA GERAL DA GUERRA

Visto  
O sub-intendente,  
.....

N. ....

## INTENDENCIA GERAL DA GUERRA

Entregou-se ao cidadão F.....  
mestre da officina de alfaiates do Ar-  
senal de Guerra desta Capital, em  
virtude do pedido n. 20 de 2 de ja-  
neiro do corrente anno.

O SEGUINTE:

Panno azul ultra- mar, regular, para ardamento de pra- ças, vinte metros (20)	9\$000	180\$000
Panno mescla, re- gular, para farda- mento de praças, quinhentos metros (500). . . . .	9\$500	4:750\$000
		4:930\$000

4ª Secção da Intendencia Geral da  
Guerra, ..... de ..... de 189.....

O CHEFE

Recbi .....

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

VISTO  
O SUB-INTENDENTE

N. ....

Intendencia Geral da Guerra

A 4ª Secção precisa .....

O seguinte :

4ª Secção da Intendencia Geral da Guerra,  
de ..... de 189 .....

O CHEFE,

VISTO  
O SUB-INTENDENTE

N. ....

Intendencia Geral da Guerra

A 4ª Secção precisa .....

O seguinte :

4ª Secção da Intendencia Geral da Guerra,  
de ..... de 189 .....

O CHEFE,

INTENDENCIA GERAL DA GUERRA

VISTO  
O SUB-INTENDENTE

N. ....

Intendencia Geral da Guerra

*Sahe para a casa d* .....

O seguinte :

4ª Secção da Intendencia Geral da Guerra  
em ..... de ..... de 189

O CHEFE

INTENDENCIA GERAL DA GUERRA

VISTO  
O SUB-INTENDENTE

N. ....

Intendencia Geral da Guerra

*Sahe para a casa d* .....

O seguinte

4ª Secção da Intendencia Geral da Guerra  
em ..... de ..... de 189

O CHEFE

VISTO  
O SUB-INTENDENTE,

N. ....

Intendencia Geral da Guerra

*Recobi por conta d*.....

O seguinte :

*4ª Secção da Intendencia Geral da Guerra*  
*em*.....*de*.....*de* 189

O CHEFE,

INTENDENCIA GERAL DA GUERRA

VISTO  
O SUB-INTENDENTE,

N. ....

Intendencia Geral da Guerra

*Recobi por conta d*.....

O seguinte :

*4ª Secção da Intendencia Geral da Guerra*  
*em*.....*de*.....*de* 189

O CHEFE,



## DECRETO N. 3194 — DE 12 DE JANEIRO DE 1899

Manda completar a tabella n. 4 do Código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que seja completada a tabella n. 4 annexa ao Código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica, mandando adoptar pelo decreto n. 2661, de 1 de novembro de 1897, addicionando-se-lhe os signaes em seguida mencionados:

Decimetros      Signal n.      Correspondente no Código Interna-  
cional.

65	1.432	W. F. H.
66	2.134	W. F. J.
67	2.143	W. F. K.
68	2.314	W. F. L.
69	2.341	W. F. M.
70	2.413	W. F. N.
71	2.431	W. F. P.
72	3.124	W. F. Q.
73	3.142	W. F. R.
74	3.214	W. F. S.
75	3.241	W. F. T.
76	3.412	W. F. V.
77	3.421	W. G. B.
78	4.123	W. G. C.
79	4.132	W. G. D.
80	4.213	W. G. F.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlo: Balhazar de Silveira.*



## DECRETO N. 3195 — DE 13 DE JANEIRO DE 1899

Supprime os Arsenaes de Guerra do Pará, Pernambuco e Bahia, extingue as companhias de operarios militares e de aprendizes artifices, crea depositos de artigos bellicos e dispõe sobre os respectivos predios e terrenos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 4<sup>o</sup>, n. 1, da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, declarado em vigor pelo art. 9<sup>o</sup> da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> Ficam supprimidos os Arsenaes de Guerra estabelecidos nos Estados do Pará, Pernambuco e Bahia, o cargo de

sub-director do desta Capital e, bem assim, todas as companhias de operarios militares e de aprendizes artifices.

Art. 2.º São creados nas sedes dos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º districtos militares depositos de artigos bellicos, com pequenas officinas annexas para reparação e conservação do armamento portatil.

Art. 3.º Nos regulamentos, opportunamente expedidos, em cumprimento do artigo anterior, se providenciara para serem aproveitadas nas referidas officinas alguns dos mais habeis de entre os operarios militares das actuaes companhias, em numero estrictamente necessario.

Art. 4.º Os operarios militares serão transferidos para as fileiras do Exercito, onde permanecerão até completarem cinco annos de serviço.

Art. 5.º Os aprendizes artifices, cujos paes ou tutores não preferiram recebê-los, serão incluídos nas escolas de aprendizes marinheiros.

Art. 6.º Os predios e terrenos em que funcionam os Arsenaes, ora extinctos, que não forem utilizados para outras Repartições do Ministerio da Guerra, serão alienados, na fórma da lei, levando-se o respectivo producto a credito desse Ministerio.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*

Exm. Sr. Presidente da Republica. — A creação dos Arsenaes de Guerra teve por fim prover o Exercito de todo o material, fardamento e equipamento que lhe fosse necessario, empregando-se no fabrico pessoal proprio, que, se habilitando e aperfeiçoando-se dia a dia, prestaria em tempo de paz inestimaveis serviços e cujas vantagens, na emergencia de uma guerra, estariam acima de qualquer contestação.

A distancia que separa o centro de alguns pontos em que permanecem corpos em serviço das guarnições; o afastamento desta Capital de mercados que pudessem-n'a abastecer com facilidade; as difficuldades e morosidade de transportes, mesmo internacionaes; o atrazo da industria nacional, quer em relação ao preparo de materia prima, quer nas successivas transformações desta para a manufactura dos artigos, seriam razões sufficientes para justificar, naquella epoca, os elevados intuitos com que foram creados e installados os Arsenaes de Guerra que possuímos.

Apezar de dotados com regulamentos cuidadosamente organisados, de modo a poderem corresponder ao onus com que se sobrecarregava a Nação, esses estabelecimentos não foram opportunamente dotados com recursos aperfeiçoados do fabrico e com os necessarios ao ensino profissional, resultando que, por falta de providencias indispensaveis e outras causas que não ha interesse em recordar, chegaram ao estado desolador em que se encontram.

O desenvolvimento extraordinario de nossas relações commerciaes, o progresso animador das industrias particulares, resultando obter-se sem difficuldade e por preços mais vantajosos artigos necessarios aos fornecimentos da tropa; a impraticabilidade da confecção e concertos de certa ordem no material bellico, sempre adquirido nas grandes fabricas da Europa, são, além de outras, razões que militam a favor da suppressão de alguns dos Arsenaes a cargo deste Ministerio.

Como consequencia da criação desses estabelecimentos e para garantir a permanencia de um pessoal especial habilitado naquella epoca, em que pouco desenvolvido estava o ensino profissional, e a industria luctava para acquisição de artistas, foram instituidas e mantidas companhias de operarios militares e de aprendizes artifices.

Taes instituições, ainda que quasi seculares, tambem não teem dado os resultados almejados, apesar de absorverem grandes sommas do erario publico, tão insignificante é o numero de operarios capazes annualmente obtido, como seria facil demonstrar com dados estatisticos.

O ensino dos aprendizes absorve grande tempo ao pessoal habilitado das officinas e exige uma rigorosa fiscalisação, para que não haja distracção dos operarios ou perturbação no serviço, concorrendo isso, certamente, para a elevação do custo dos artigos manufacturados que não podem competir com os similares da industria particular. Acresce que a esse preço, já elevado, veem addicionar-se as despesas da administração complexa e prolixa dos nossos Arsenaes.

Attendendo ás condições financeiras em que nos achamos, parece-me não devermos continuar o sacrificio pecuniario, quasi improficuo, da manutenção de seis Arsenaes de Guerra e das companhias de operarios militares e de aprendizes artifices.

Fundado, pois, nas considerações expostas, venho propor a V. Ex. a extincção dos Arsenaes de Guerra do Pará, Pernambuco e Bahia, e bem assim a das companhias de operarios militares e de aprendizes artifices.

De taes medidas advirá a economia de 371:956\$500 em relação aos Arsenaes, e de 734:880\$450 pela suppressão das referidas companhias, conforme o orçamento para o exercicio vigente, além de extinguir-se a causa de futuros compromissos de aposentadorias e montepios.

O mappa annexo melhor discrimina a economia a realizar-se.

Em substituição a esses Arsenaes, julgo conveniente installar-se, nas sé les dos districtos militares, depositos de artigos bellicos, com pequenas officinas annexas para a reparação e conservação do armamento portatil, sendo ahi recebido e armazenado convenientemente, até a distribuição, o material necessario ao provimento da tropa de cada districto. Nossas pequenas officinas, installadas com as ferramentas e material existentes, poderão ser aproveitadas alguns operarios militares, os mais habéis e de melhor conducta, sendo todos transferidos para os corpos do Exercito, visto estarem sujeitos á disciplina militar e á presta-

ção de serviços por tempo determinado. Os aprendizes artífices passarão para as escolas de aprendizes marinhheiros, si nisso não houver inconveniente á administração da Marinha, podendo-se excluir das respectivas companhias aquelles cujos paes ou tutores preferirem recebê-los. O pessoal civil das officinas será aproveitado nas vagas que se derem nos Arsenaes subsistentes.

Acceitas as medidas propostas, os edificios e terrenos onde funcionam os tres alludidos Arsenaes poderão ser aproveitados para Repartições dependentes deste Ministerio, que está pagando elevados alugueis por edificios improprios, ou alienados a particulares, e cujo valor é consideravel, já pela capacidade das construcções e extensão dos terrenos, já pelas situações em que se acham á beira-mar, vantajosas ao commercio e mesmo excepçõaes, em cidades importantes, como são as de Belém, Recife e Bahia. O producto da venda desses proprios nacionaes reverterá em beneficio da administração ora a meu cargo, ou para melhoramento das condições de aquartelamento e hospitalares dos corpos do Exercito nos diversos Estados, onde as necessidades de reconstrução e conservação dos edificios exigem despesas que montam a cerca de dez mil contos de réis, conforme os orçamentos ultimamente organisados, ou para aquisição de material de guerra aperfeiçoado que melhor garanta a defesa da Republica.

A conservação dos Arsenaes desta Capital, do Rio Grande do Sul e de Matto Grosso, classificados respectivamente em 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> ordens, é motivada pela necessidade da manufactura e reparação do material bellico, além de abastecer os diversos departamentos militares e pela possibilidade, visto serem em menor numero, de dotá-los com aperfeiçoamentos que os habilitem a prestar realmente os serviços a que são destinados, com economia e aproveitamento para a administração da Guerra. O desta Capital attenderá os cinco primeiros districtos militares, o do Rio Grande do Sul ao sexto districto e o de Matto Grosso, que torna-se indispensavel pela posição especial deste Estado, fará os fornecimentos aos corpos alli estacionados.

Assim pensando, submetto ao alto criterio de V. Ex. o incluso decreto, que resume as medidas a que se referem as opiniões expostas.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1899.—*J. N. de Medeiros Allet.*

Resumo da despesa annual com o pessoal dos Arsenaes de Guerra da Bahia, Pernambuco e Pará, inclusive as companhias de aprendizes artifices e de operarios militares, conforme o votado para o exercicio de 1899

DISCRIMINAÇÃO	6.º ARSENAL E DEPOSITOS %	10. SOLDOS %	11. GRATIAS %	12. MATERIAL E ARMAMENTO %
<b>Bahia</b>				
Pessoal administrativo:				
Ordenados .....	25:933\$334			
Gratificações .....	12:960\$666			
21 serventes (diarias) .....	15:900\$000			
Um 1º patrão, um 2º dito e seis remadores (diarias) .....	8:577\$500		4:088\$900	1:600\$000
Officinas:				
Tres mestres, dois contra-mestres e um mandador:				
Ordenados .....	10:800\$000			
Gratificações .....	5:400\$000			
18 operarios, sendo quatro de 1ª, dois de 2ª, oito de 3ª e quatro de 4ª classe:				
Jornaes .....	18:884\$700			
Gratificações .....	9:438\$300			
19 aprendizes, sendo quatro de 1ª, tres de 2ª, nove de 3ª e tres de 4ª classe:				
Gratificações .....	6:900\$000			
Operarios dispensados do trabalho:				
Jornaes .....	3:500\$000			
Aprendizes artifices:				
Pessoal administrativo e de ensino:				
Ordenados .....	7:919\$900			
Gratificações .....	3:360\$000			
Cinco serventes (diarias) .....	4:652\$500			
80 aprendizes .....			40:880\$100	7:300\$900
Operarios militares:				
Um 1º sargento .....		45\$3250	511\$000	200\$000
Um 2º dito .....		365\$000	511\$000	200\$000
Dois cabos .....		365\$000	1:022\$000	400\$000
Um corneta .....		182\$500	511\$000	200\$000
20 soldados .....		2:628\$000	10:220\$000	4:000\$000
	134:830\$000	3:996\$750	57:743\$000	13:900\$000
Pernambuco, como na Bahia	134:830\$000	3:996\$750	57:743\$000	13:900\$000
Pará, idem, idem .....	134:830\$000	3:996\$750	57:743\$000	13:900\$000
Total geral da despesa ....	404:490\$000	11:990\$250	173:220\$000	41:700\$000
		631:409\$250		

Observações: Não se comprehendem 10:800\$ dos ordenados da mestranga das extintas officinas de alfaiate.

Extinctos estes Arsenaes, a economia annual de 631:409\$250 se reduzirá a 486:919\$251, si aos funcionarios com direito á aposentadoria forem concedidos os ordenados de 132:959\$990, como acontece com a mestranga das officinas de alfaiates e forem conservados os jornaes de 10:500\$ aos operarios dispensados do trabalho, de conformidade com o art. 235 do decreto n. 5118, de 19 de outubro de 1872.

Contadoria Geral da Guerra, 9 de janeiro de 1899. — O director, Carlos

Resumo da despesa annual com o pessoal das companhias de aprendizes artifices e operarios militares dos Arsenaes de Guerra da Capital, Rio Grande do Sul e Matto Grosso, conforme o votado para 1899

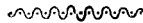
DISCRIMINAÇÃO	3º ARSENAIS, ETC.	10. SOLDOS	11. ETAPAS	12. MATERIAL E FARDAMENTO
<b>Capital</b>				
Aprendizes artifices, pessoal administrativo e do ensino :				
Ordenados.....	15:200\$000			
Gratificações.....	7:600\$000			
1 enfermeiro.....	1:080\$000			
1 ajudante.....	900\$000			
4 guardas.....	4:800\$000			
2 serventes de 1ª classe (diarias).....	2:100\$000			
10 ditos de 2ª classe (diarias).....	9:125\$000			
250 aprendizes.....			127:750\$000	22:812\$500
Operarios militares :				
2 1ºs sargentos.....		912\$500	1:022\$000	400\$000
4 2ºs ditos.....		1:168\$000	2:044\$000	800\$000
8 cabos.....		1:460\$000	4:088\$000	1:600\$000
4 cornetas.....		730\$000	2:011\$000	800\$000
82 soldados.....		10:774\$800	41:902\$000	17:600\$000
<b>Rio Grande do Sul</b>				
Aprendizes artifices, pessoal administrativo e do ensino :				
Ordenados.....	7:919\$000			
Gratificações.....	3:950\$001			
7 serventes (diarias).....	6:337\$000			
80 aprendizes.....			40:880\$000	7:300\$000
Operarios militares :				
1 1º sargento.....		15:32\$50	511\$000	200\$000
2 2ºs ditos.....		912\$500	1:022\$000	400\$000
4 cabos.....		730\$000	2:044\$000	800\$000
2 cornetas.....		365\$000	1:022\$000	400\$000
41 soldados.....		5:387\$100	20:954\$000	8:200\$000
<b>Matto Grosso</b>				
Aprendizes artifices, pessoal administrativo e do ensino :				
Ordenados.....	7:913\$909			
Gratificações.....	3:950\$001			
5 serventes (diarias).....	4:625\$500			
80 aprendizes.....			40:880\$000	7:300\$000
Operarios militares :				
1 1º sargento.....		456\$250	511\$000	200\$000
2 2ºs ditos.....		365\$000	511\$000	200\$000
2 cabos.....		365\$000	1:022\$000	400\$000
1 corneta.....		182\$500	511\$000	200\$000
20 soldados.....		2:638\$000	10:220\$000	4:000\$000
	75:695\$000	27:155\$200	298:935\$000	73:912\$500

Observações — Extintas estas companhias, a economia annual de 75:695\$000 reduziria a 144:387\$202, si aos funcionarios com direito á aposentadoria se applicasse a mesma economia.

Resumo das despesas com os Arsenaes de Guerra da Bahia, Pernambuco e Pará e as companhias de aprendizes artifices e operarios militares de todos os Arsenaes

DISCRIMINAÇÃO	6.º ARSENAES E DEPOSITOS %	10. SOLDOS %	11. ETAPAS %	16. MATERIAL FARMAMENTO %
Despezas dos Arsenaes da Bahia, Pernambuco e Pará, excluidas as companhias de aprendizes artifices e operarios militares.	371:892\$500	.....	12:261\$000	4:890\$000
Despezas com as companhias de aprendizes artifices e operarios militares dos Arsenaes da Capital, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará.....	125:292\$500	39:175\$450	459:900\$000	110:512\$100
	480:185\$000	39:175\$450	472:164\$000	115:312\$500
Despesa total.....	1.106:836\$550			

Contadoria Geral da Guerra, 9 de janeiro de 1899.— O director, *Carlos Corrêa da Silva Lage*.



DECRETO N. 3196 — DE 19 DE JANEIRO DE 1899

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 30:000\$, moeda do paiz, para o pagamento de uma indemnisação ao subdito allemão Carlos Roth.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Tendo-se compromettido com a Legação do Imperio Allemão, por motivos de ordem superior, a pagar ao professor Carlos Roth, subdito daquela nação, a quantia de 30:000\$, moeda do paiz, como indemnisação dos damnos a elle causados por occasião dos successos occorridos, em novembro de 1897, na villa da Palhoça, Estado de Santa Catharina ;

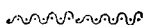
E havendo consultado o Tribunal de Contas, que foi de parecer que pôde ser aberto um credito para o referido fim, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 30:000\$, moeda do paiz, para o pagamento de uma indemnisação ao subdito allemão Carlos Roth.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olymtho de Magalhães.*



## DECRETO N. 3197 — DE 19 DE JANEIRO DE 1899

Reorganisa o Corpo de Engenheiros Navaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida ao Poder Executivo pelo art. 15, letra C, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, resolve reorganisar o Corpo de Engenheiros Navaes, observando-se no mesmo corpo o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar da Silveira.*

Regulamento do Corpo de Engenheiros Navaes a que se refere o decreto n. 3197, desta data

## CAPITULO I

### DA ORGANISAÇÃO DO CORPO

Art. 1.<sup>o</sup> O Corpo de Engenheiros Navaes comprehenderá todos os officiaes da Armada effectivamente empregados nas especialidades de construcção naval, machinas a vapor, armamento e trem bellico, torpedos, electricidade e hydraulica, divididas estas em cinco secções, a saber:

- Na 1.<sup>a</sup> secção — Construcção naval ;
- Na 2.<sup>a</sup> secção — Machinas a vapor ;
- Na 3.<sup>a</sup> secção — Armamento e trem bellico ;
- Na 4.<sup>a</sup> secção — Torpedos e electricidade ;
- Na 5.<sup>a</sup> secção — Hydraulica.



Art. 2.º Haverá em cada uma das secções o numero de engenheiros navaes abaixo indicados :

- 8 Engenheiros navaes de construcção naval.
- 8 Engenheiros navaes de machinas a vapor.
- 5 Engenheiros navaes de torpedos e electricidade.
- 4 Engenheiros navaes de armamento e trem bellico.
- 4 Engenheiros navaes hydraulicos.

Art. 3.º O quadro do Corpo de Engenheiros Navaes constará de:

Ns.	Classes	Postos
1	Engenheiro chefe.....	Contra-almirante.
5	Engenheiros de 1ª classe....	Capitães de mar e guerra.
5	Engenheiros de 2ª classe....	Capitães de fragata.
6	Engenheiros de 3ª classe....	Capitães-tenentes.
6	Sub-engenheiros de 1ª classe.	1ª tenentes.
6	Sub-engenheiros de 2ª classe.	2ª ditos.

Art. 4.º Ao Corpo de Engenheiros Navaes fica extensiva a disposição do decreto n. 430 de 29 de maio de 1890, constituindo a 2ª secção do mesmo Quartel General.

Art. 5.º Ninguém poderá ser admittido no quadro de engenheiros navaes sinão por concurso e só poderá concorrer a elle quem tiver completado o curso da Escola Naval com approvações plenas e distinctas.

Art. 6.º Os concursos serão pelas vagas das especialidades e só poderão concorrer a ellas os 2.ºs tenentes que forem mais modernos dos que existirem no quadro de engenheiros navaes.

Art. 7.º O concurso será feito perante a Congregação da Escola Naval, de conformidade com os pontos determinados em programma por ella estabelecido opportunamente,

Art. 8.º Submettida ao Ministro da Marinha a classificação dos candidatos, escolherá os melhores classificados, fazendo-os seguir para a Europa ou para os Estados Unidos da America, afim de estudarem a especialidade a que se destinam.

Art. 9.º A duração do curso na Europa será de dous annos, determinando previamente o Ministro a fabrica ou fabricas que os mesmos officiaes devem frequentar.

Art. 10. Durante o tempo do estudo na Europa, o ministro brasileiro, e na sua falta o consul, se informará das fabricas sobre o aproveitamento desses officiaes, bem assim sobre o seu procedimento civil, communicando trimensalmente ao Ministro da Marinha.

Art. 11. Findo o curso, deverão os mesmos officiaes apresentar diploma ou certificados passados pelas autoridades competentes, satisfazendo as exigencias determinadas para o obte-

rem, em que provem ter as habilitações necessárias para exercer as funções do ramo de engenharia a que pertencerem, sendo neste caso admittidos, no quadro, como sub-engenheiros do 2.<sup>a</sup> classe.

Art. 12. O official que durante seis mezes em estudo na Europa não tiver aproveitamento algum, ou que seu procedimento não seja regular, será immediatamente recolhido a esta Capital, e não terá direito a entrar para o quadro.

## CAPITULO II

### DA DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHEIROS

Art. 13. Para conveniente distribuição dos engenheiros nos Arsenaes de Marinha da Republica, serão estes classificados em duas categorias:

Arsenal de 1.<sup>a</sup> categoria, o da Capital Federal; Arsenaes de 2.<sup>a</sup> categoria, os dos Estados.

Art. 14. Os engenheiros de 1.<sup>a</sup> classe só poderão ser empregados no Arsenal de 1.<sup>a</sup> categoria ou no Conselho Naval, como membros effectivos.

Os de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes, como directores nos Arsenaes de 2.<sup>a</sup> categoria e como ajudantes nos de primeira, ou como directores na falta dos engenheiros de 1.<sup>a</sup> classe. Os sub-engenheiros, como ajudantes nos de primeira ou segunda categoria, ou como directores na falta absoluta de engenheiros.

Art. 15. O Ministro da Marinha, sob proposta do chefe do Estado Maior General da Armada, que ouvirá o chefe do corpo, nomeará, quando julgar necessario, de entre os engenheiros do quadro, os fiscaes ou encarregados dos trabalhos que houverem de ser executados fóra da Republica, ficando entendido que esses fiscaes terão sempre como chefe um official general da Armada, á escolha do Ministro da Marinha, bem assim os que tiverem de acompanhar as operações navaes.

Art. 16. O chefe do Corpo dos Engenheiros Navaes terá como secretario um engenheiro naval de 3.<sup>a</sup> classe ou sub-engenheiro que se encarregará de toda a correspondencia e mais serviços, e mais um amanuense que será um sub-engenheiro naval de 2.<sup>a</sup> classe.

Os vencimentos do secretario e sub-engenheiro serão correspondentes aos de ajudantes de officinas desta Capital.

Art. 17. E' expressamente vedado aos engenheiros navaes qualquer commissão que não constitua o ramo da Engenharia a que pertencerem, excepção feita de membro effectivo do Conselho Naval.

Art. 18. Os engenheiros navaes poderão, mediante licença do Governo e por tempo limitado, servir na industria particular, passando neste caso para o quadro da reserva.

Parapho unico. E' rigorosamente prohibido aos engenheiros navaes, quando em serviço activo, dirigirem estabelecimentos particulares ou serem nelles interessados.

Art. 19. Em disponibilidade e por motivo independente de sua vontade serão os engenheiros navaes addidos ás Directorias do Arsenal da Capital Federal.

### CAPITULO III

#### DAS PROMOÇÕES

Art. 20. O accesso ás classes do quadro de engenheiros navaes será gradual e successivo desde sub-engenheiros de 2ª classe até engenheiro de 1ª classe.

Art. 21. E' condição essencial para o accesso no Corpo de Engenheiros Navaes o serviço profissional nas officinas dos Arsenaes da Republica.

Art. 22. Os intersticios para as promoções dos engenheiros navaes serão os mesmos actualmente em vigor para os postos correspondentes do corpo da Armada, sendo a condição de embarque substituida por igual tempo de serviço nos Arsenaes da Republica.

Art. 23. Nas promoções dos engenheiros navaes serão observadas as seguintes regras :

1ª, as vagas de sub engenheiros serão preenchidas na proporção de dous terços por antiguidade e um terço por merecimento ;

2ª, as vagas de engenheiros de 3ª e 2ª classes serão preenchidas metade por antiguidade e metade por merecimento ;

3ª, as vagas de engenheiros de 1ª classe serão preenchidas por absoluta antiguidade ;

4ª, a vaga de chefe do corpo será preenchida por escolha do Governo, entre os engenheiros de 1ª classe ;

5ª, quando houver fracção será em favor da antiguidade.

Art. 24. São condições de merecimento :

1ª, maior tempo de serviço nos Arsenaes da Republica ;

2ª, apresentação de trabalhos technicos originaes, taes como: projecto de obras, trabalhos praticos importantes, relativos ao ramo de engenharia a que pertencer, realizados sob seus planos ou direcção ;

3ª, maior numero de commissões importantes, no ramo da engenharia que lhe pertencer, quer em paiz estrangeiro, quer nos Estados da Republica ;

4ª, maior tempo de direcção ou ajudancia nas officinas dos Arsenaes ;

5ª, zelo, dedicação pelo serviço publico e economia nas despesas.

Art. 25. O Ministro da Marinha, sob proposta do chefe do Estado Maior General da Armada e de accordo com o chefe do corpo, nomeará de entre os engenheiros de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes uma comissão para julgar dos trabalhos technicos.

Art. 26. As Directorias das officinas dos Arsenaes da Republica prestarão annualmente aos inspectores dos Arsenaes informações minuciosas sobre o procedimento e habilitações dos respectivos ajudantes, afim de serem presentes ao Ministro da Marinha e levadas em conta na promoção dos mesmos.

Art. 27. A antiguidade para os accessos será contada da data do ultimo decreto de promoção e sendo essa igual prevalecerá a das classes successivamente inferiores até sub-engenheiros de 2.<sup>a</sup> classe.

Art. 28. Não se contará para antiguidade de engenheiro naval o tempo:

- 1.<sup>o</sup>, de licença para tratar de interesses particulares ;
- 2.<sup>o</sup>, de cumprimento de sentença condemnatoria ;
- 3.<sup>o</sup>, de serviço extranho á Repartição da Marinha.

Art. 29. São exceptuados da regra do § 3.<sup>o</sup> do artigo antecedente os engenheiros navaes que exercerem os seguintes cargos:

- 1.<sup>o</sup>, de Ministro de Estado ;
- 2.<sup>o</sup>, cargos publicos federaes ou estaduais de eleição popular.

Art. 30. As promoções no Corpo de Engenheiros Navaes serão feitas á proporção que se derem as vagas.

Art. 31. Não podem entrar em promoção:

1.<sup>o</sup>, os engenheiros, sub-engenheiros processados em conselho de guerra, no foro civil, ou em conselho de inquirição, por máo procedimento habitual, e os irregularmente ausentes ;

2.<sup>o</sup>, os que estiverem cumprindo sentença.

Art. 32. Os officiaes do Corpo de Engenheiros Navaes não poderão sob pretexto algum reverter ao quadro activo da Armada.

Art. 33. Os engenheiros navaes, que houverem entrado para o respectivo corpo como sub-engenheiros de 2.<sup>a</sup> classe, não poderão deixar o serviço da Armada, sem terem servido, pelo menos, seis annos em Arsenaes da Republica, a contar da data em que entraram para o respectivo quadro.

#### CAPITULO IV

##### DAS NOMEAÇÕES, ATTRIBUIÇÕES E DEVERES

Art. 34. Serão feitas por decreto as nomeações:

- 1.<sup>o</sup>, de chefe do corpo ;
- 2.<sup>o</sup>, de directores das secções technicas dos Arsenaes ;
- 3.<sup>o</sup>, de membros effectivos do Conselho Naval.

Art. 35. As nomeações para os demais cargos e commissões serão feitas por portaria do Ministro da Marinha.

Art. 36. As attribuições e deveres dos engenheiros e sub-engenheiros serão estabelecidas pelos regulamentos dos Arsenaes e do Conselho Naval.

Art. 37. Aos que forem nomeados para qualquer commissão fóra dos Arsenaes serão dadas instrucções especiaes, definindo os respectivos deveres e attribuições.

## CAPITULO V

### DOS VENCIMENTOS, LICENÇAS, GRADUAÇÕES, REFORMA, MONTEPIO E DISCIPLINA EM GERAL

Art. 38. Os engenheiros navaes perceberão, além dos soldos e etapas das respectivas patentes, as gratificações fixadas no regulamento em vigor e tabella annexa ao decreto n. 105, de 13 de outubro de 1892, para os serviços technicos e para o Conselho Naval.

Art. 39. No desempenho de commissões imprevistas, perceberão os engenheiros navaes, além do soldo e etapas, as gratificações e vantagens que forem fixadas nas respectivas instrucções pelo Ministro da Marinha.

Art. 40. Em disponibilidade por motivo independente de sua vontade, os engenheiros navaes terão direito ao soldo, etapas e mais dous terços da gratificação que corresponder ao menor dos cargos compatível com a sua classe e patente.

Art. 41. As licenças aos engenheiros navaes serão concedidas de conformidade com o disposto nos regulamentos dos Arsenaes e no do Conselho Naval, e, nos casos não previstos, serão reguladas pelas disposições em vigor para o corpo da Armada.

Art. 42. São extensivas ao Corpo de Engenheiros Navaes as disposições que vigorarem relativamente á graduação, monte-pio, reserva e quaesquer outras estabelecidas para o corpo da Armada, que não forem revogadas pelo presente regulamento.

Art. 43. Para a reforma dos officiaes do Corpo de Engenheiros Navaes regulará o disposto no decreto n. 1344, de 7 de fevereiro de 1891, que tornou extensivas á Armada as disposições do art. 7º do decreto n. 1232 E, de 31 de dezembro de 1890, observando-se para a reforma compulsoria o que opportunamente for determinado pelo Poder Legislativo.

Art. 44. Todos os engenheiros navaes serão responsaveis perante o chefe do Estado Maior General da Armada, de accordo com as leis, codigos e regulamentos em vigor, pelas faltas disciplinares que commetterem no desempenho de suas attribuições e deveres.

Art. 45. Em casos de erros ou faltas profissionais, o chefe do corpo proporá ao chefe do Estado Maior General da Armada a nomeação de uma commissão de engenheiros mais graduados ou mais antigos, afim de emittir parecer relativamente ao assumpto de que se tratar e só no caso de não haver mais antigos recorrerá ao Ministro da Marinha, afim de ser ouvido o Conselho Naval.

Art. 46. Para os effeitos da disciplina em geral, os engenheiros navaes serão considerados, nos mesmos postos, como mais modernos que os officiaes da Armada e mais antigos que os das demais classes annexas.

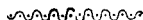
Art. 47. Os engenheiros navaes usarão do mesmo uniforme dos officiaes do corpo da Armada, com os distinctivos estabelecidos no plano dos uniformes.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 48. Os engenheiros addidos ao actual quadro, não officiaes da Armada, poderão optar pela reforma, nos postos em que se acham graduados ou pela aposentadoria de accordo com o disposto nos arts. 336 e 337 do regulamento que baixou com o decreto n. 745, de 12 de setembro de 1890.

Art. 49. Os actuaes alumnos engenheiros, guardas-marinha, addidos ao actual quadro, reverterão para o quadro do corpo da Armada, occupando nos postos em que se acham o logar na escala correspondente à turma a que pertenceram e de accordo com a classificação feita pela Escola Naval, na conclusão do curso.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899.—*Carlos Balthazar de Silveira.*



#### DECRETO N. 3198 — DE 19 DE JANEIRO DE 1899

Approva o regulamento da Direcção Geral de Engenharia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 16 da lei n. 403, de 24 de outubro de 1896, resolve approvar o regulamento da Direcção Geral de Engenharia, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Nepomucceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*

## Regulamento da Direcção Geral de Engenharia

## CAPITULO I

## DA DIRECÇÃO GERAL DE ENGENHARIA E SEUS FINS

Art. 1.º A Direcção Geral de Engenharia é incumbida de todos os trabalhos de engenharia militar, quer na paz como na guerra. Compete-lhe exclusivamente a confecção dos planos e organogramas de todas as obras militares, bem como a sua execução e inspecção.

Paraphrased unico. Depende desta direcção o corpo de engenheiros, que fica immediatamente subordinado ao director geral.

Art. 2.º A Direcção Geral de Engenharia se comporá de um gabinete e tres secções.

§ 1.º O gabinete é encarregado da correspondencia, escripturação, expediente, despachos da Direcção Geral e de tudo quanto for concernente aos officiaes do corpo de engenheiros.

§ 2.º As secções são incumbidas dos seguintes trabalhos technicos :

I. Construcção e empregos das vias-ferreas, telegraphos, telephones, estradas em geral como elemento de guerra, material de engenharia.

II. Obras em geral no que diz respeito a fortificações e edificios militares, pontoneiros, machinas de guerra e de destruição, ataque e defesa dos pontes fortificados.

III. Direcção technica dos estabelecimentos militares de instrucção theorica e pratica de engenharia, colonização militar, triangulação do territorio da Republica, sendo os dados obtidos enviados ao Estado Maior do Exercito para organização da carta geral, mappas e plantas topographicas.

Art. 3.º A's secções incumbem :

*Primeira secção*

§ 1.º Colligir os dados, confeccionar os planos e dirigir a execução das estradas de ferro permanentes ou portateis que forem necessarias ao serviço do Exercito.

§ 2.º Estudar os traçados das vias de comunicação existentes e organizar uma tabella exacta das distancias relativas entre todas as localidades.

§ 3.º Ter a seu cargo todo o material pertencente á secção.

*Segunda secção*

§ 1.º Organizar e executar todos os projectos de obras do Ministerio da Guerra, no que se referir a fortificações, aquartelamentos, hospitaes, fabricas ou laboratorios, etc.

§ 2.º Examinar, corrigir e emittir parecer sobre os projectos de obras militares dos Estados, afim de serem submittidos á consideração do Ministro, e bem assim estudar todas as questões que se referirem á especialidade da secção.

§ 3.º Proceder ao tombamento geral de todos os proprios do Ministerio da Guerra, colligir todos os documentos e informações necessarias, afim de organizar um album completo de todos com as necessarias especificações.

§ 4.º Colligir specimens de todos os materiaes de construcção e conservar em dia quanto possivel os seus preços correntes em toda a Republica.

§ 5.º Proceder ás necessarias experiencias sobre todos os materiaes de construcção e especialmente os do paiz, determinar os seus coefficients de resistencia, suas propriedades e applicações.

§ 6.º Organizar e conservar em dia uma tabella das unidades compostas communmente empregadas nas obras militares, fazel-as publicar regularmente, para distribuir por todos os officiaes do corpo de engenheiros.

### *Tercceira secção*

§ 1.º Colligir todos os documentos e informações relativas á colonização militar, medir, verificar e demarcar os lotes; tomar conhecimento e estudar todas as questões que se referirem a esse assumpto, afim de bem orientar o Governo.

§ 2.º Estudar e emittir pareceres sobre todas as questões technicas de engenharia, informando ou propondo ao Governo o que convier ser adoptado nos estabelecimentos de instrucção de engenharia a seu cargo.

§ 3.º Guardar e conservar os instrumentos mathematicos pertencentes á Repartição, classificando-os em catalogo e mencionando em livro especial os que sahirem para desempenho de qualquer commissão.

As pessoas a quem forem entregues quaesquer instrumentos assignarão em livro proprio a respectiva responsabilidade.

§ 4.º Redigir os *Anaes de Engenharia Militar*, que serão sempre prefaciados pelo director geral e remettidos ao chefe do Estado Maior, para a devida publicação.

Art. 4.º Alim dos trabalhos consignados nos anteriores artigos, as secções poderão ser incumbidas de quaesquer outros, desde que tenham connexão com a especialidade de cada uma.

Art. 5.º Cada secção terá o seguinte pessoal:

Um chefe, official superior do corpo de engenheiros;

Tres adjuntos, officiaes superiores ou capitães do mesmo corpo.

Paragrapho unico. Os demais officiaes do corpo de engenheiros que excederem do numero fixado para o exercicio effectivo na Direcção Geral e das necessidades dos serviços della dependentes, serão, independentemente de nomeação do Ministro da Guerra, distribuidos pelo director geral, como julgar conveniente, segundo as exigencias do serviço, pelo gabinete e pelas secções.



Art. 6.º Aos chefes de secção incumba:

§ 1.º Distribuir todo o serviço pelos officiaes da secção e fiscalizar a sua execução.

§ 2.º Prestar ao director geral todas as informações que julgar convenientes á boa marcha dos trabalhos a seu cargo.

§ 3.º Fazer guardar e conservar em dia todo o archivo, livros, expediente e objectos da secção.

§ 4.º Organisar e apresentar ao director geral nos primeiros dias de janeiro de cada anno um relatório minucioso dos trabalhos effectuados pela secção, fazendo-o acompanhar dos mappas indicativos das obras concluidas, das que estiverem em andamento e das projectadas, de modo a servir de base para a concessão de credits.

§ 5.º Encaminhar ao gabinete todo o expediente que tiver de subir ao director.

Art. 7.º O adjunto mais graduado da secção substituirá o respectivo chefe em seus impedimentos e faltas.

## CAPITULO II

### DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 8.º O pessoal administrativo se comporá de:

Um director geral — official general com o curso de engenharia;

Dous ajudantes de ordens — subalternos com o curso de engenharia;

Um chefe de gabinete — coronel ou tenente-coronel de engenheiros;

Dous adjuntos — officiaes superiores ou capitães de engenheiros;

Sete amanuenses—alferes ou 2.ªs tenentes sem corpo designado, ou praças de pret precisamente habilitadas;

Um archivista—official reformado ou honorario do Exercito, habilitado;

Um porteiro—idem, idem;

Dous continuos—ex-praças do Exercito;

Dous serventes—idem, idem.

Art. 9.º Ao director geral, como primeira autoridade da repartição, compete:

§ 1.º Corresponder-se directamente com o Ministerio da Guerra sobre os assumptos technicos da direcção, com o chefe do Estado Maior do Exercito no que diz respeito á disciplina e instrucção, e com as demais autoridades militares, sempre que for necessario ao serviço.

§ 2.º Distribuir os officiaes, a que se refere o paragrapho unico do art. 5º, pelas differentes secções e gabinetes e transferil-os de uma para outra.

§ 3.º Indicar os officiaes de engenheiros que devam occupar os cargos de delegados do director geral de engenharia nos districtos militares, e respectivo pessoal tecnico, e as commissões especcias que o Governo entender crear.

§ 4.º Propor ao Ministro da Guerra as medidas que, não consignadas neste regulamento, forem todavia convenientes á boa marcha do serviço a seu cargo e que a experiencia ou os progressos da arte o aconselharem.

§ 5.º Presidir todo o serviço da direcção e superintender o das obras nos Estados, organisando instrucções que regulem e uniformizem a marcha dos trabalhos de engenharia militar.

§ 6.º Fiscalizar todas as obras que se effectuarem no Districto Federal.

§ 7.º Inspeccionar por si ou por delegados seus, quando julgar conveniente, as obras dos Estados, precedendo authorisação do Ministro da Guerra.

§ 8.º Autorisar, por si, independente de contracto, uma vez que disponha de credito, os reparos urgentes, obras de segurança e de hygiene nos quartéis e proprios do Ministerio da Guerra até a quantia de 1:000\$000.

§ 9.º Enviar annualmente á Secretaria de Estado, até os primeiros dias do mez de fevereiro, um relatorio circumstanciado dos trabalhos effectuados pela Direcção Geral e pelos seus delegados nos Estados, propondo todas as medidas cuja execução julgar opportuna.

§ 10. Organisar o orçamento da despeza provavel das obras mais urgentemente reclamadas e de todo o serviço de direcção, afim de servir de base á decretação do credito pelo Congresso.

§ 11. Rubricar todas as contas dos fornecedores, empreiteiros e contractantes, e remettel-as directamente ao chefe da Contadoria Geral da Guerra, para effectuar o pagamento.

§ 12. Rubricar todos os pedidos dos chefes de secção e autorisar o respectivo fornecimento.

§ 13. Providenciar sobre a compra de livros e instrumentos de engenharia, tanto para a Direcção Geral, como para as Delegacias dos Estados e commissões de engenharia, dentro da verba para esse fim votada.

§ 14. Remetter mensalmente á Contadoria Geral da Guerra a folha de vencimentos de todos os empregados da Direcção Geral e quinzenalmente as falias dos operarios que trabalharam nas obras.

§ 15. Emitir o seu parecer sobre qualquer trabalho de ordem technica, executado na direcção e dirigido ao Ministro da Guerra.

Art. 10. Em seus impedimentos ou faltas, o director geral será substituido pelo official mais graduado dos presentes.

Si esse impedimento tiver de prolongar-se, o Ministerio da Guerra providenciará sobre sua substituição.

Art. 11. Os demais officiaes da direcção se precelarão nos logares vagos, de accordo com as suas antiguidades, em cada secção.

Art. 12. Ao chefe do gabinete incumbem:

§ 1.º Dirigir todo o trabalho do gabinete.

§ 2.º Conferir e authenticar todas as cópias e assignar as certidões que forem passadas em virtude de despacho do director geral.

§ 3.º Lavrar os contractos e os termos de abertura de propostas nos conselhos de concorrência.

§ 4.º Conferir as contas que tiverem de ser remettidas á Contadoria Geral da Guerra.

§ 5.º Organisar as folhas de pagamento do pessoal da direcção.

§ 6.º Cuidar da guarda, arranjo e conservação dos livros e papeis archivados, conservando em dia o expediente e os livros de registro.

§ 7.º Extrahir as fés de officio dos officiaes do corpo de engenheiros e cuidar de toda a escripturação relativa ao commando do corpo.

§ 8.º Organisar pedidos de artigos de expediente.

§ 9.º Fiscalizar todo o serviço do gabinete, do porteiro, continuos e serventes.

Art. 13. O chefe do gabinete, em suas faltas ou impedimentos será substituido pelo mais graduado dos seus adjuntos.

Art. 14. Aos adjuntos incumbem:

§ 1.º Desempenhar todo o serviço que lhes for ordenado pelo respectivo chefe.

§ 2.º Substituir o chefe em suas faltas ou impedimentos.

Art. 15. Aos amanuenses incumbem:

§ 1.º Executar cuidadosamente todo o serviço de escripturação que lhes for distribuido pelos chefes de gabinete e secção e pelos adjuntos.

Art. 16. O porteiro da direcção, immediatamente subordinado ao chefe do gabinete, tem por dever:

§ 1.º Estar na Repartição meia hora antes da marcada para o começo dos trabalhos.

§ 2.º Cuidar da segurança e asseio da Repartição, da conservação dos moveis e mais objectos, sendo por tudo responsavel, á vista do inventario que houver recebido.

§ 3.º Fazer mensalmente as despesas miudas relativas ao asseio da Repartição e apresentar as contas documentadas para serem conferidas pelo chefe do gabinete e rubricadas pelo director geral.

Art. 17. Os continuos são immediatamente subordinados ao chefe do gabinete e das secções e ao porteiro, devendo cumprir exactamente as ordens que por elles lhes forem dadas.

Os serventes cumprirão as ordens do porteiro e serão responsaveis pela limpeza e boa ordem dos objectos.

Art. 18. O archivista tem o dever de conservar em ordem, limpeza e asseio todo o archivo geral da direcção, bem como os instrumentos, bibliotheca, etc., e será immediatamente subordinado ao chefe da 3.ª secção.

## CAPITULO III

## DAS NOMEAÇÕES, LICENÇAS E TEMPO DE SERVIÇO

Art. 19. Serão nomeados:

O director geral, por decreto ;

Os chefes de secção ou gabinete, adjuntos, ajudantes de ordens, amanuenses, archivista e porteiro, por portaria do Ministro da Guerra, precedendo proposta do director geral, que, com relação aos officiaes, terá sempre em vista as suas aptidões ; os continuos e serventes, pelo chefe da Repartição, que poderá livremente demittil-os.

Art. 20. As licenças serão reguladas pelas leis vigentes.

Art. 21. Os serviços da Direcção Geral começam regularmente ás 10 horas da manhã e irão até ás 3 <sup>1</sup>/<sub>4</sub> da tarde, quando não haja necessidade de prolongar esse tempo, a juizo do director geral.

Art. 22. Para verificação da frequencia dos officiaes e mais empregados, haverá livros de ponto ou quaesquer outros meios determinados pelo director geral.

Paragraphe unico. O não comparecimento, sem causa justificada, importará em desconto na gratificação correspondente, além das penas em que incorrer, pela falta, o funcceionario.

Art. 23. Os empregados militares da direcção serão considerados em commissão e revesarão no serviço dos Estados ; os civis, porém, terão direito á aposentadoria, segundo as leis vigentes.

## CAPITULO IV

## DO SERVIÇO NOS ESTADOS

Art. 24. Para a execução dos trabalhos de engenharia militar, ficam creadas delegacias junto a cada commando dos districtos militares em que se acha dividido o territorio da União, excepto no 1.<sup>o</sup> districto por ser a séde desta Direcção Geral.

§ 1.<sup>o</sup> Cada delegacia terá o seguinte pessoal fixo:

Um chefe de serviço—official superior de engenheiros ;

Um ajudante—official de engenheiros ;

Um amanuense, de accordo com a lei.

§ 2.<sup>o</sup> Além desse pessoal fixo, poderão ser nomeados os auxiliares precisos, segundo as exigencias do serviço.

Art. 25. Compete ao chefe de serviço nos Estados :

§ 1.<sup>o</sup> Projectar e executar por si e seus auxiliares as obras militares dos respectivos districtos, segundo as ordens que receber do director geral de engenharia.

§ 2.º Prestar todas as informações que lhe forem exigidas pelos commandantes dos districtos militares e director geral de engenharia e demais autoridades competentes.

§ 3.º Executar sobre o terreno do respectivo districto todas as operações precisas para o levantamento das cartas e remetter todas as cadernetas e mais informações à Direcção Geral.

§ 4.º Ter sempre em dia o archivo, livros e mais papeis relativos ao serviço das obras.

§ 5.º Examinar constantemente os proprios nacionaes do Ministerio da Guerra, organisando os projectos das obras, plantas dos edificios ora existentes e mais observações que remetterão ao director geral, tudo nas escalas adoptadas.

§ 6.º Organisar e remetter annualmente até 15 de janeiro de cada anno um relatorio minucioso dos trabalhos executados durante o anno, indicando as obras necessarias com especificação das verbas respectivas.

§ 7.º Fiscalizar o serviço da illuminação dos quartéis e estabelecimentos militares.

Art. 26. Sempre que o Governo ordenar que as obras sejam executadas por praças de engenharia, os destacamentos que para tal fim forem designados ficam subordinados directamente aos chefes do serviço de engenharia.

Paragrapho unico. As praças perceberão uma diaria arbitrada pelo Governo sob proposta do director geral, conforme as condições da localidade em que forem feitas as obras.

## CAPITULO V

### DOS PROJECTOS E CONTRACTOS

Art. 27. A Direcção Geral de Engenharia organisará as bases precisas e as especificações para regular a licitação e os contractos de obras ou fornecimentos de materiaes em toda a Republica, e submeterá a approvação do Ministro, não podendo ser alteradas sem nova ordem sua e sob proposta da direcção.

Art. 28. Todas as obras serão levadas a effeito por qualquer dos seguintes modos, a juizo do Ministro da Guerra :

- a) Por contracto, precedendo concorrência publica ;
- b) Por systema mixto de administração e empreitadas parciaes ;
- c) Por administração dos engenheiros que dellas forem encarregados.

§ 1.º Nos contractos, além de todas as especificações que forem necessarias, serão claramente estabelecidas as qualidades dos materiaes, em vista das amostras apresentadas à direcção, a sua quantidade e local de entrega, o destino dos que resultem das demolições, o andamento e ordem dos trabalhos, o prazo ou prazos em que a obra toda ou parte della tenha de ser concluída, o modo de fiscalização, as condições dos pagamentos, as multas, os casos de força maior e rescisão.

§ 2.º A concorrência publica será annunciada nos jornaes de maior circulação com a antecedencia precisa.

Não serão a ella admittidos os individuos que não apresentarem documentos comprobatorios de sua idoneidade, a juizo do director geral ou seus delegados nos Estados.

§ 3.º As propostas serão em duas vias, entregues no acto da concorrência e deverão ser acompanhadas dos documentos seguintes:

a) Carta, attestado ou certificado das habilitações dos licitantes;

b) Recibo de deposito da Repartição competente, de 5 % do valor da obra para garantia da assignatura do contracto;

c) Declaração do fiador idoneo e sua assignatura.

Art. 29. Na Capital Federal, o conselho de concorrência será composto do director geral, como presidente, do chefe da 2.ª secção, do chefe do gabinete, de um engenheiro, sendo sempre preferido o autor do projecto, e de um empregado da Contadoria Geral da Guerra, como representante da Fazenda Nacional.

Nos Estados, o conselho se comporá do respectivo delegado do director geral, de um dos seus auxiliares ou ajudante, e um empregado de Fazenda, previamente requisitado, que servirá de secretario.

Paragrapho unico. As primeiras vias das propostas, acompanhadas da cópia da acta da secção, serão remetidas na Capital Federal ao Ministerio da Guerra e nos districtos aos respectivos commandantes, com a opinião do conselho, que informará sobre o merito de cada uma dellas.

Art. 30. Uma vez aceita a proposta mais vantajosa aos interesses da Fazenda, será lavrado no livro competente o contracto respectivo e assignado pelo conselho, pelo contractante e seu fiador, extrahindo-se duas cópias, das quaes uma será remetida á Contadoria Geral da Guerra ou Repartição de Fazenda, e a outra ao Ministerio da Guerra ou commandante de districto.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 31. Os actuaes empregados da Directoria Geral de Obras Militares serão aproveitados na fórma da lei.

Art. 32. Os vencimentos dos officiaes empregados na Direcção Geral de Engenharia serão os constantes da tabella annexa.

Art. 33. Ficam revogados todos os regulamentos anteriores e disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

## ANNEXO

*Tabella das gratificações mensues dos officiaes e vencimentos dos demais empregados da Direcção Geral de Engenharia, a que se refere o art. 33 deste regulamento*

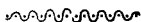
Director geral.....	450\$000
Chefe de gabinete.....	260\$000
Chefe de secção.....	260\$000
Ajudante de gabinete.....	210\$000
Dito de secção.....	210\$000
Auxiliares.....	150\$000
Porteiro.....	70\$000
Continuo (100\$ ordenado).....	33\$333
Archivista.....	150\$000
Amanuense.....	50\$000
Servente (diaria).....	3\$000

## NOTA

1.º Os officiaes que desempenharem trabalhos fóra da Repartição poderão perceber uma diaria arbitrada pelo Ministro da Guerra, conforme as circumstancias das localidades em que tiverem de trabalhar.

2.º Os chefes de serviço de engenharia nos Estados e seus ajudantes terão as mesmas vantagens que os da Direcção Geral.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899.— *J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3190 — DE 19 DE JANEIRO DE 1899

Approva o regulamento dos commandos dos districtos militares

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 16 da lei n. 403, de 24 de outubro de 1896, resolve approvar o regulamento dos commandos dos districtos militares que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*

## Regulamento dos commandos dos districtos militares

### CAPITULO I

#### DOS DISTRICTOS MILITARES

Art. 1.º Os districtos militares serão constituídos pelo Districto Federal e pelos Estados, isolados ou reunidos em grupo, conforme a posição geographica ou strategica de cada um, e tem por fim facilitar a administração e o commando do Exercito e melhor garantir a defesa da Republica.

Paragrapho unico. Os commandos dos districtos militares poderão ser subdivididos em commandos de guarnição e estes em commandos de fronteira, de accordo com as necessidades da distribuição dos corpos do districto, não só sob o ponto de vista da instrução, como da vigilancia e defesa das fronteiras da Republica.

### CAPITULO II

#### DOS COMMANDANTES DOS DISTRICTOS E GUARNIÇÕES

Art. 2.º Os commandantes dos districtos militares serão responsáveis pela instrução e disciplina das tropas, pela boa marcha da sua administração, bem como pela de todos os estabelecimentos subordinados ou pertencentes ao Ministerio da Guerra que existirem nos respectivos districtos.

Art. 3.º No que diz respeito à instrução geral e disciplina das tropas, os commandantes de districtos estão sob a acção immediata do chefe do estado-maior do Exercito, de quem receberão todas as ordens emanadas do Ministro da Guerra, devendo, outretanto, prestar aos Governadores ou Presidentes dos Estados dos seus districtos, em casos urgentes e de extrema gravidade, o auxilio por estes requisitado para restabelecer a ordem e a tranquillidade publica, do que darão immediato conhecimento áquella autoridade.

Art. 4.º Aos commandantes de districtos estarão subordinados toda e qualquer commissão militar, as fortalezas, armazens, fabricas, escolas, arsenaes, depositos, hospitales e demais estabelecimentos dependentes do Ministerio da Guerra, que existirem nos respectivos districtos.

Paragrapho unico. Na Capital Federal, porém, a acção do commandante do 4.º districto só se estenderá ás fortalezas, aos corpos da guarnição e à linha de tiro nacional.

Art. 5.º Nos casos em que o Governo Federal, mobilizando tropas, tiver de intervir em qualquer ponto do territorio nacional, o commandante do districto commandará as forças que



ahi houverem de operar, e neste caso, o seu quartel general será o mesmo do respectivo districto, salvo em todo caso ao Governo o direito de dar outro commandante ou diversa organização áquellas forças.

### CAPITULO III

#### DOS QUARTEIS GENERAES DOS COMMANDOS DE DISTRICTOS MILITARES E DOS RESPECTIVOS SERVIÇOS

Art. 6.º Os quartéis generaes dos commandos de districtos militares comprehendem :

O commandante de districto, general do quadro effectivo;

O delegado do chefe do estado-maior do Exército, official superior do corpo de estado-maior;

O delegado do director geral de engenharia, official superior do corpo de engenheiros;

O delegado do director geral de saude, official superior do corpo de saude;

O auditor de guerra;

Dous ajudantes de ordens do commandante do districto, subalternos dos corpos dos districtos, de accordo com a lei do estado-maior do Exército;

O secretario, capitão em serviço no estado-maior do Exército ou capitão de um dos corpos do districto;

Dous escripturarios, subalternos dos corpos do districto;

Um encarregado do pessoal, official superior ou capitão do Exército;

Um encarregado do material, official superior ou capitão do Exército;

Um encarregado do detalhe, capitão de um dos corpos do districto;

Um encarregado do embarque e desembarque dos officiaes e praças, subalterno de um dos corpos do districto;

Seis amanuenses, praças dos corpos do districto.

Art. 7.º Os serviços nos quartéis generaes dos commandos de districtos incumbem :

O de estado-maior, ao delegado do chefe do estado-maior do Exército e aos respectivos adjunctos;

O de engenharia, ao delegado do director geral de engenharia e aos seus auxiliares;

O de saude ao delegado do director geral de saude e aos seus auxiliares;

O de ordenança, aos ajudantes de ordens;

O de administração militar, ao secretario e aos encarregados do pessoal e do material;

Os serviços auxiliares, ao auditor, aos escripturarios, encarregado do detalhe e do embarque e dos desembarques e amanuenses.

## CAPITULO IV

## DAS ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL DO QUARTEL GENERAL

Art. 8.º Aos commandantes dos districtos militares compete, na respectiva circumscripção :

§ 1.º Commandar todos os officiaes que compoem as differentes classes do Exercito; todas as praças de pret a estes pertencentes, quer em actividade de serviço, quer reformadas; todos os individuos annexos ao m smo Exercito e bem assim as tropas ou individuos da Guarda Nacional ou das forças estadoaes que forem postas à sua disposição.

§ 2.º Velar pela fiel execução de todas as leis, regulamentos, instruções e ordens militares.

§ 3.º Exercer superior fiscalização sobre a qualidade e quantidade dos generos de etapa que se distribuir às tropas, a receita e despeza dos ranchos e dos conselhos economicos, as escolas regimentaes, a distribuição do fardamento, as caixas das musicas dos corpos; e, bem assim, sobre todos os objectos concernentes á economia, administração, contabilidade e escripturação dos livros e demais papeis dos mesmos corpos.

§ 4.º Fazer o detalhe das tropas para o serviço ordinario e extraordinario das guarnições, prover interinamente os commandos ou empregos que vagarem nos seus districtos, dando de tudo immediata sciencia ao chefe do estado-maior do Exercito.

§ 5.º Manter a regularidade dos uniformes, não consentindo que elles sejam alterados sob qualquer pretexto.

§ 6.º Providenciar para que as fortalezas, corpos, guardas e sentinellas não deixem de fazer as continencias, de conformidade com a tabella em vigor, velando igualmente pela execução do que se acha determinado sobre honras funebres.

§ 7.º Ter todo o cuidado que nos manejos e evoluções militares não sejam arbitrariamente alteradas as instruções em vigor de modo a haver a mais completa uniformidade de movimentos em todos os corpos de uma mesma arma; providenciando ainda de que cada guarnição tenha uma linha de tiro para instrução dos seus officiaes e praças.

§ 8.º Fiscalizar e inspecionar pessoalmente, sempre que julgar conveniente e nunca excedendo de tres annos, o periodo por inspecionar, aos corpos, hospitaes, arsenaes, fortalezas, escolas e demais estabelecimentos que estiverem sob sua immediata jurisdicção.

§ 9.º Providenciar para que as praças sejam pagas pontualmente de seus fardamentos e vencimentos, e que aos corpos não falem os seus armamentos, equipamentos e arreamentos, meios de transporte e utensilios.

§ 10. Exigir, para estarem sempre em dia com o movimento da força militar e estado dos estabelecimentos existentes nos respectivos districtos, os mappas e relações que julgar conveniente.

§ 11. Remetter ao chefe do estado-maior do Exercito nas devidas epochas ou sempre que este exigir, mappas das forças sob seu commando.

§ 12. Remetter ao intendente geral da Guerra, semestralmente, relatorios, mappas e informações circumstanciadas sobre os estabelecimentos de producção, confecção, reparação ou guarda de tudo quanto se referir ao material do Exercito, informando igualmente a respeito do que pertencer ou estiver a cargo dos corpos e demais estabelecimentos militares.

§ 13. Nomear, quando não for da competencia dos commandantes dos corpos ou chefes de estabelecimentos militares, conselhos de disciplina, investigação ou guerra, na fórma das disposições em vigor, velando para que se proceda com toda a regularidade e providenciando para que elles sejam feitos com a maior presteza.

§ 14. Remetter ao chefe do estado-maior, na época competente, as informações de conducta dos officiaes e das praças que tiverem satisfeito os requisitos exigidos pela lei de promoção, emitindo o seu juizo a respeito.

§ 15. Informar aquella autoridade de todas as occurrencias que se derem no respectivo districto, que merecerem menção e que exijam providencias que não estejam em sua alçada resolver.

§ 16. Velar pela execução da lei do sorteio militar e seu respectivo regulamento.

§ 17. Fazer a distribuição pelos corpos dos respectivos districtos dos cidadãos sorteados para o serviço do Exercito, ou os que se apresentarem voluntariamente para o mesmo serviço.

§ 18. Participar immediatamente ao chefe do estado-maior do Exercito o fallecimento dos officiaes do quadro effectivo, reformado ou honorario.

§ 19. Comunicar immediatamente aquella autoridade qualquer alteração ou novidade que tenha de ser mencionada ou que influa na collocação relativa dos officiaes no *Almanak Militar*.

§ 20. Remetter semestralmente á mesma autoridade, dentro dos mezes de junho e janeiro, mappas geraes das forças do Exercito sob seus commands e annualmente, até ao fim de janeiro, mappas dos movimentos internos por altas e baixas nos corpos, mappas estatistico-criminaes das tropas e mappas de toda a força de reserva dos respectivos districtos.

§ 21. Remetter na época competente ao intendente geral da Guerra os ajustes de contas do fardamento vencido e recebido ou distribuido ás praças sob seu commando.

§ 22. Requisitar daquela autoridade as ordens e providencias de que necessitar sobre muniçamentos, armamentos, remontas e mais artigos de que se compõe o material dos corpos e estabelecimentos militares, acompanhando as suas requisições de minuciosas informações.

§ 23. Requisitar do Ministerio da Guerra, por intermedio da Contadoria Geral da Guerra, as ordens e providencias relativas aos vencimentos quando não forem elles pagos nas devidas epochas.

§ 24. Conceder baixa do serviço militar ás praças dos corpos que forem julgadas incapazes do mesmo serviço, em inspecção de saúde ; velar pela boa applicação dos creditos votados para obras e quaesquer flus militares e autorisar os pagamentos ; requisitar e conceder passagens nas vias fluviaes, maritimas e terrestres aos officiaes, praças, bagagem e material do Exercito, e mandar proceder aos ajustes de contas, para o que se entenderão directamente com todas as estações fiscaes ou companhias.

§ 25. Conceder aos officiaes e praças do respectivo districto dispensa do serviço por oito dias, sem perda de vencimento, e licenças para tratamento de saúde, dentro do districto, até tres mezes, á vista das actas de inspecção, com vencimentos, na forma das disposições vigentes, dando disso sciencia immediata ao chefe do estado-maior do Exercito.

§ 26. Transferir as praças de pret de uns para outros corpos de seus districtos.

§ 27. Percorrer ao menos uma vez no anno o respectivo districto, afim de conhecer do estado da instrucção e disciplina dos corpos das diversas guarnições d'elle dependentes, e de tudo informando o chefe do estado-maior do Exercito, em relatório minucioso e circumstanciado.

§ 28. Promover quinzenalmente grandes exercicios, marchas, manobras e passeios militares, e semanalmente tiro ao alvo nas linhas de tiro e bem assim fazer com que nos quarteis sejam as praças a miudo exercitadas no tiro reduzido, exigindo dos commandantes de corpos mappas demonstrativos dos resultados obtidos, afim de envia-los ao chefe do estado-maior do Exercito, com as observações que entender necessarias sobre o assumpto, e, em geral, sobre a instrucção e disciplina das forças sob seu commando.

Art. 9.º Aos chefes dos serviços do estado-maior de engenharia e saúde, bem como aos respectivos auxiliares e ao auditor de guerra compete, sob a direcção superior do commandante do districto, exercer todas as attribuições que lhes forem conferidas nos regulamentos e instrucções concernentes aos mesmos serviços.

Art. 10. Ao secretario compete preparar o expediente, a correspondencia, informações, ordem do dia, bem como a guarda do archivo do Quartel-General.

Art. 11. Os trabalhos relativos ao movimento do pessoal e do material do districto incumbem aos respectivos encarregados.

Art. 12. Os ajudantes de ordens serão incumbidos dos serviços que lhes forem determinados pelo commandante do districto.

Art. 13. Aos escripturarios e amanuenses incumbe fazer os trabalhos de escripta que lhes forem distribuidos pelos respectivos chefes.

## CAPITULO V

DOS COMMANDOS DE GUARNIÇÃO OU DE FRONTEIRAS E DE SUAS  
ATTRIBUIÇÕES

Art. 14. Os commandantes de guarnição ou de fronteiras receberão ordens sómente por intermedio dos respectivos commandantes de districtos.

Em casos, porém, de grave perturbação da ordem, e a bem da segurança publica, prestarão ás autoridades civis o auxilio, sempre de character temporario e passageiro, que solicitarem, informando disso immediatamente aquellas autoridades, e no exercicio de suas funções compete-lhes:

§ 1.º Fazer o detalhe das forças de seus commandos;

§ 2.º Requisitar e conceder passagens nas vias fluviaes, maritimas e terrestres aos officiaes e praças, bagagem, material do Exercito que tenham de ser transportados das respectivas guarnições ou fronteiras para outros pontos do mesmo districto, dando disso immediato conhecimento aos seus commandantes de districtos;

§ 3.º Mandar inspecionar os officiaes e praças doentes que lhes forem subordinados, remettendo as actas de inspecção áquellas autoridades para deliberarem como for de justiça;

§ 4.º Exercitar constantemente o batalhão ou forças de seus commandos nas manobras, evoluções, marchas, tiro ao alvo e manejo das armas;

§ 5.º Informar os respectivos commandantes de tudo que, sob o ponto de vista militar, se passar na circumscripção sujeita aos seus commandos e providenciar para que as forças respectivas estejam sempre providas de tudo e promptas para serem mobilizadas ou entrar em acção.

## CAPITULO VI

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 15. Na falta ou impedimento do commandante do districto, deverá exercer interinamente as suas funções o official mais graduado do quadro effectivo, que estiver prompto no serviço e entre os de igual graduação o mais antigo; mas, quando o official que tiver de substituir aquella autoridade se achar distancia tal que não possa immediatamente entrar em exercicio, deverá assumir o commando do districto o que, observadas as condições prescriptas, estiver mais proximo, até que aquelle se apresente.

Art. 16. Nos logares onde houver mais de um corpo o commandante da guarnição ou fronteira será o official effectivo de

maior graduação ou antiguidade ahí em serviço, caso não exista um commandante nomeado pelo Governo.

Paragrapho unico. Os commandantes de guarnição nomearão para o cargo de secretario um official subalterno dos corpos de seu commando e tirarão uma ou duas praças de pret para os trabalhos de escripta da secretaria, cujas despezas de expediente correrão por conta da Repartição competente.

Art. 17. Durante a permanencia accidental ou temporaria do commandante do districto em uma das guarnições que lhe sejam subordinadas, não cessam as funcções inherentes ao respectivo commandante.

Art. 18. No 4º districto militar os serviços de estado-maior, engenharia e saude ficarão a cargo do chefe do estado-maior do Exercito e dos respectivos directores geraes, com quem directamente se entenderá o commandante do mesmo districto.

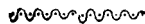
Art. 19. O chefe do estado-maior do Exercito expedirá as instrucções e ordens necessarias para a completa execução deste regulamento, especialmente no que diz respeito ao serviço de estado-maior.

Art. 20. Os commandantes de districtos e todos os chefes militares deverão timbrar em manter boas relações e estar sempre na melhor harmonia com as autoridades civis, procedendo de modo a evitar conflictos de attribuições, que possam causar embaraço á boa marcha do serviço, enfraquecer o prestigio da autoridade e a disciplina das tropas.

Não intervirão nem consentirão que as tropas intervenham nos negocios peculiares dos Estados; terão bem presente que as forças federaes são instituições destinadas á defesa da Patria no exterior e manutenção das leis no interior; e que, consequentemente todo o tempo passado pelo cidadão na fileira, deve ser exclusivamente consagrado á educação e instrucção profissional.

Art. 21. Ficam revogadas as instrucções anteriores e disposições em contrario ao presente regulamento.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899.—*J. N. de Melciras Mallet.*



#### DECRETO N. 3200 — DE 21 DE JANEIRO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1893, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, sob n. 23, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo,

com as designações de 67º, 68º e 69º, e um do da reserva, com a designação de 23º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3201 — DE 23 DE JANEIRO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 764:736\$262, supplementar á verba — Exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida no art. 23, n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. E' aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de 764:736\$262, supplementar á verba — Exercicios findos, afim de occorrer ao pagamento das quantias devidas aos Correios da União Postal por serviços concernentes ao transito de correspondencia.

Capital Federal, 23 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



DECRETO N. 3202 — DE 26 DE JANEIRO DE 1899

Estabelece regras para execução do art. 12 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, na parte relativa aos Vice-Consulados remunerados pelo Thesouro Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de regular a execução do art. 12 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, na parte relativa aos Vice-Consulados remunerados pelo Thesouro Federal, decreta:

Art. 1.º O vice-consul residente em Assumpção terá jurisdicção em toda a Republica do Paraguay ; o residente em

Posadas, no territorio das Missões; o residente no Rosario, na provincia de Santa Fé; o residente em Southampton, no respectivo condado, e o residente em Bremen, na dita cidade livre.

Art. 2.º Todos esses funcionarios se corresponderão directamente com o Ministerio das Relações Exteriores e o delegado do Thesouro Federal em Londres.

Art. 3.º A esses funcionarios serão applicadas as disposições dos arts. 2º, 3º e 4º do decreto n. 2194, de 16 de dezembro de 1895.

Art. 4.º Os supraditos vice-consules nomearão agentes commerciaes que os substituam nos seus impedimentos, precedendo propostas informadas pelas Legações e mediante approvação do Governo.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*



#### DECRETO N. 3203 — DE 26 DE JANEIRO DE 1899

Proroga por mais cinco annos o prazo fixado no decreto n. 1079, de 28 de novembro de 1890, para a Companhia Melhoramentos da Lagoa e Botafogo terminar as obras de saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas.

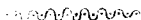
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Melhoramentos da Lagoa e Botafogo, cessionaria das obras de saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas, e de accordo com o disposto na clausula 11ª do decreto n. 1079, de 28 de novembro de 1890, decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por mais cinco annos o prazo fixado na clausula 7ª do citado decreto para terminação daquellas obras, sob a condição de a companhia, para esse fim, augmentar o seu pessoal e o seu material, dentro de seis mezes, a contar desta data, na razão necessaria áquella conclusão no prazo ora marcado.

Capital Federal, 26 do janeiro de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Saverino Vieira.*





## DECRETO N. 3204 — DE 26 DE JANEIRO DE 1899

Approva a planta do terreno necessario á construcção de um hotel-restaurante junto á estação do Sylvestre, da Estrada de Ferro do Corcovado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Ferro-Carril e Hotel do Corcovado, decreta:

Artigo unico. Fica approvada, de accordo com a clausula 1<sup>a</sup> do decreto n. 8372, de 7 de janeiro de 1882, a planta que com este baixa, rubricada pelo director geral de Obras e Viação, do terreno necessario á construcção de um hotel-restaurante junto á estação do Sylvestre, da Estrada de Ferro do Corcovado, de que é concessionaria a referida companhia, ficando assim alterada a respectiva situação no perfil já approvado da mesma estrada.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3205 — DE 26 DE JANEIRO DE 1899

Approva o regulamento da Direcção Geral de Artilharia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 16 da lei n. 408, de 24 de outubro de 1896, resolve approvar o regulamento da Direcção Geral de Artilharia, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*

## Regulamento da Direcção Geral de Artilharia

### CAPITULO I

#### DA DIRECÇÃO GERAL DE ARTILHARIA E SEUS FINS

Art. 1.º A Direcção Geral de Artilharia é incumbida do estudo e preparação do material de artilharia, das munições de guerra e de todo o armamento necessario ao Exercito, assim como da direcção da instrucção technica da respectiva arma.

Art. 2.º A Direcção Geral de Artilharia constituo uma Repartição composta de um gabinete e tres secções.

§ 1.º O gabinete terá a seu cargo a correspondencia, o expediente e o despacho do director geral.

§ 2.º A's secções incumbem :

#### *Primeira secção*

I. Estudo para adopção, aquisição, modificação, etc., do material de artilharia.

II. Estudo para adopção, aquisição, modificação, etc., de todo o armamento necessario ao Exercito.

#### *Segunda secção*

I. Estudo para adopção, aquisição, modificação, etc., das munições de guerra.

II. Direcção technica das fabricas de polvora, armas e munições.

III. Direcção technica dos laboratorios pyrotechnicos e arsenaes.

#### *Terceira secção*

I. Direcção technica dos estabelecimentos de instrucção theorica e pratica de artilharia, corpos da arma e fortalezas.

II. Assentamentos dos officiaes do respectivo estado-maior.

III. O archivo da direcção e seu material.

### CAPITULO II

#### DO PESSOAL

Art. 3.º A Direcção Geral de Artilharia terá o seguinte pessoal:

§ 1.º Direcção:

Um director geral-general de divisão ou de brigada, tendo o curso de artilharia.

O director geral terá:

Dous ajudantes de ordens — subalternos de artilharia, com o respectivo curso.

§ 2.º Gabinete:

Um chefe — coronel do estado-maior de artilharia.

Dous adjuntos — officiaes superiores ou capitães do estado-maior de artilharia.

§ 3.º Secções:

Tres chefes de secção — officiaes superiores do estado-maior de artilharia.

Seis adjuntos — officiaes superiores ou capitães do estado-maior de artilharia.

Sete amanuenses.

Um porteiro — official reformado ou honorario do Exercito.

Dous continuos — ex-praças do Exercito.

Tres serventes — idem idem.

Um archivista — official reformado ou honorario do Exercito.

§ 4.º— Os cargos de amanuenses serão exercidos por alferes ou segundos tenentes, que excederem dos respectivos quadros, passando a ser occupados por praças de pret do Exercito, logo que todos aquelles forem classificados.

Art. 4.º A Direcção Geral de Artilharia tem á sua disposição, para execução dos respectivos serviços, o estado-maior de artilharia, que fica immediatamente subordinado ao director geral.

Art. 5.º Os officiaes do estado-maior de artilharia que excederem do numero fixado para o exercicio dos cargos effectivos da Direcção Geral, serão, independentemente de nomeação do Ministro da Guerra, distribuidos pelo respectivo director, como julgar conveniente e segundo as exigencias do serviço, pelo gabinete e secções, onde serão considerados auxiliares, tendo sempre em vista as aptidões de cada um.

Art. 6.º Os arsenaes de guerra, laboratorios pyrotechnicos, as fabricas de polvora, armas e munições, os estabelecimentos de instrucção theorica e pratica de artilharia, as fortalezas e corpos de arma, no que diz respeito á parte technica, ficam sujeitos á inspecção da Direcção Geral de Artilharia.

### CAPITULO III

#### DAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 7.º Ao director geral de artilharia compete :

§ 1.º Dirigir, sob a autoridade do Ministro da Guerra, os trabalhos da Direcção e todos os serviços della dependentes.

§ 2.º Corresponder-se directamente com o Ministro da Guerra sobre todos os assumptos de ordem technica e administrativos da Direcção; com o chefe do estado-maior do Exercito

no que for concernente á disciplina do pessoal dependente da Direcção e á instrucção da arma de artilharia, e com as demais autoridades no que se referir ao serviço da Repartição.

§ 3.º Velar pela fiel observancia das leis e regulamentos ou ordens do Governo na parte concernente á sua direcção.

§ 4.º Velar pela disciplina e instrucção technica das tropas de artilharia.

§ 5.º Regular por meio de instrucções :

a) a execução do serviço a cargo do gabinete e das secções, indicando os processos e methodos mais apropriados aos trabalhos, conforme sua natureza e destino ;

b) o archivo da Repartição ;

c) o registro e a Expedição da correspondencia ;

d) a escripturação geral da Repartição e do estado-maior de artilharia.

§ 6.º Propor ao Ministro da Guerra as medidas que, não consignadas neste regulamento, forem todavia convenientes á boa marcha dos serviços a cargo da Direcção, e que a experiencia ou os progressos da sciencia da guerra aconselharem.

§ 7.º Emitir o seu parecer sobre qualquer trabalho executado na Repartição e dirigil-o ao Ministro da Guerra ou ao chefe do estado-maior do Exército.

§ 8.º Empregar nos problemas militares a resolver nos planos e estudos a executar todos os meios para estimular, desenvolver e patentear a iniciativa, aptidão e a actividade dos officiaes que estiverem sob a sua direcção.

§ 9.º Distribuir os officiaes de que trata o art. 5º pelas secções, gabinete e mais dependencias da Repartição, conforme as aptidões de cada um e transferil-os, quando lhe parecer conveniente.

§ 10. Providenciar sobre a compra de livros, instrumentos e mais artigos necessarios aos trabalhos da Repartição, dentro da verba annualmente votada para esse fim.

§ 11. Apresentar com antecedencia ao Ministro da Guerra o orçamento das despesas com as commissões, trabalhos ordinarios, extraordinarios, experiencias e estudo das armas, etc.

§ 12. Remetter ao Ministro da Guerra, até 1 de fevereiro de cada anno, um relatório circunstanciado dos trabalhos da Repartição durante o anno anterior, acompanhado do mappa geral do armamento de artilharia arrecadado e distribuido pelos corpos e fortalezas.

§ 13. Remetter ao chefe do estado-maior do Exército, requisitando a publicação na *Revista Militar*, todos os trabalhos feitos na Direcção e cujo assumpto interesse ao Exército conhecer.

§ 14. Exercer todas as attribuições conferidas ao extinto cargo de presidente da Comissão Technica Militar Consultiva que por sua natureza não compitam a outra autoridade.

§ 15. Exercer a policia militar de accordo com o regulamento processual criminal militar.

§ 16. Prestar as informações que forem requisitadas por autoridade competente.

§ 17. Enviar ao chefe do estado-maior as relações annuaes referentes ao pessoal do estado-maior de artilharia.

Art. 8.º O director, no seu impedimento, será substituído pelo chefe de secção ou do gabinete, que for mais graduado.

Art. 9.º Ao chefe do gabinete incumbem:

§ 1.º Responder perante o director geral pela disciplina e regularidade do serviço do gabinete.

§ 2.º Distribuir, dirigir e fiscalizar todos os trabalhos que correm pelo gabinete, segundo as ordens do director geral.

§ 3.º Organizar o systema de escripturação, abrangendo protocolos, registros, archivos e demais meios que possam facilitar a conservação e busca de quaesquer documentos da Repartição, de conformidade com as normas estabelecidas pelo director geral.

§ 4.º Redigir e apresentar o expediente á assignatura do director geral.

§ 5.º Subscrever as certidões passadas por ordem do director geral, conferir e authenticar as cópias que este mandar extrahir.

§ 6.º Não prestar nem deixar prestar a pessoas extranhas informações de qualquer natureza, sem ordem expressa do director.

§ 7.º Organizar a folha de pagamento dos empregados da Repartição, a qual será assignada pelo director geral.

Art. 10. Aos chefes de secção incumbem:

§ 1.º Responder perante o director geral pela disciplina, ordem e regularidade do serviço na respectiva secção.

§ 2.º Distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos, procurando aproveitar em sua execução as aptidões especiaes de cada um dos officiaes da secção.

§ 3.º Solicitar do director geral as necessarias providencias para o regular andamento do serviço.

§ 4.º Informar todos os papeis processados em sua secção, emitindo com clareza e precisão o seu juizo a respeito.

§ 5.º Conferir as cópias e authenticar as certidões extrahidas de documentos ou registros pertencentes á sua secção.

Art. 11. Aos adjuntos incumbem: executar os trabalhos determinados pelos respectivos chefes, observando rigorosamente as instrucções que por estes lhes forem dadas.

Paraphrasis unico. O adjunto mais graduado do gabinete e de cada secção substituirá o respectivo chefe em seus impedimentos e faltas.

Art. 12. Ao archivista incumbem:

§ 1.º Conservar em boa ordem os livros, mappas, cartas, plantas, projectos, memorias, desenhos e quaesquer documentos impressos ou manuscritos recolhidos ao archivo.

§ 2.º A conservação e guarda da bibliotheca e do museo e seu laboratorio.

§ 3.º Organisar catalogos dos objectos sob sua guarda e fazer a escripturação do archivo, tudo de accordo com as instrucções que forem dadas pelo director geral.

Art. 13. Aos amanuenses incumbe : executar os trabalhos de escripta que lhes forem distribuidos pelos chefes de secção ou pelos adjuntos.

Art. 14. Ao porteiro incumbe :

§ 1.º A guarda, limpeza e arranjo da Repartição, assim como a conservação de tudo quanto nella existir, tendo sob suas ordens immediatas os serventes.

§ 2.º Expedir a correspondencia, encaminhar as partes e fiscalizar os serviços dos continuos.

Art. 15. Em seus impedimentos e faltas o porteiro será substituido por um continuo designado pelo director geral.

Art. 16. Os continuos coadjuvarão ao porteiro em suas obrigações.

#### CAPITULO IV

##### DAS NOMEAÇÕES, DEMISSÕES E LICENÇAS

Art. 17. Serão nomeados :

O director geral, por decreto ;

Os chefes de secção, de gabinete, os adjuntos, ajudantes de ordens, archivistas, amanuenses, porteiro, por portaria do Ministro da Guerra, precedendo proposta do director geral ;

Os continuos e serventes, pelo director geral.

Art. 18. As licenças serão reguladas pelas leis em vigor.

#### CAPITULO V

##### DOS VENCIMENTOS E FREQUENCIA

Art. 19. Os officiaes empregados na Direcção Geral perceberão os vencimentos constantes da tabella annexa.

Art. 20. Para a verificação da frequencia dos officiaes e mais empregados haverá livros de ponto ou quaesquer outros meios determinados pelo director geral.

Paragrapho unico. O não comparecimento sem causa justificada acarretará ao empregado a perda da gratificação correspondente, além das penas em que incorrer pela falta.

#### CAPITULO VI

##### DA DURAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 21. O serviço da Repartição começará ás 10 horas e terminará ás 3 ½ horas da tarde.

Paragrapho unico. Quando a conveniencia do serviço exigir, poderá o chefe da Repartição prorogar as horas do expediente ; e, em caso de urgencia, fazer executar os serviços em dias feriados, na Repartição ou fóra della.

## CAPITULO VII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 22. O director geral requisitará da Intendencia da Guerra, das direcções geraes, dos commandos de districtos e estabelecimentos militares os esclarecimentos e informações que julgar necesarios ao serviço da Repartição.

Art. 23. A Repartição assignará as mais importantes revistas militares de artilharia e adquirirá instrumentos eapparelhos e livros que tenham applicação aos trabalhos a seu cargo, para o que solicitará annualmente a necessaria verba.

Art. 24. A bibliotheca, o museo de armas, o laboratorio que pertenceram á extincta Commissão Technica Militar Consultiva ficarão a cargo da Direcção.

Art. 25. A linha de tiro do Realengo, suas dependencias e respectivo material ficam pertencendo á Direcção Geral de Artilharia.

Art. 26. As visitas ás dependencias da Repartição só serão permittidas mediante ordem expressa do Ministro da Guerra ou do director geral.

Art. 27. E' prohibido retirar da Repartição, para serviço particular, instrumentos, apparelhos, livros, documentos e quaesquer outros objectos.

Art. 28. Todos os empregados, sem excepção, são obrigados a guardar o maior sigillo sobre os assumptos e trabalhos da Repartição.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

Tabella das gratificações mensaes dos officiaes e mais empregados da Direcção  
Geral de Artilharia

Director geral.....	450\$000
Chefe de gabinete ou secção.....	260\$000
Adjunto.....	210\$000
Ajudante de ordens.....	130\$000
Auxiliar.....	150\$000
Amanuenses.....	50\$000
Archivista.....	150\$000
Porteiro.....	70\$000
Continuo (100\$ ordenado).....	33\$333
Servente, diaria.....	3\$000

Capital Federal, 26 de janeiro de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3203 -- DE 28 DE JANEIRO DE 1890

## Reorganisa a Guarda Nacional da Capital Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que no decreto n. 1121, de 5 de dezembro de 1890, ficou determinado o numero exacto de corpos de que se deve compor cada brigada, de qualquer das armas, sendo que as de infantaria se constituirão com tres batalhões de serviço activo e um do da reserva, attendida, para a organização de novas brigadas, a méria numerica dos guardas qualificados pelos respectivos conselhos de alistamento, e para execução do decreto legislativo n. 431, de 14 de dezembro de 1896, que determinou que na organização da Guarda Nacional da União vigorasse o decreto n. 142, de 18 de abril de 1891, que tornou extensivo á referida milicia nos Estados o citado decreto n. 1121, com as alterações constantes do mesmo decreto n. 431, decreta:

Art. 1.º A Guarda Nacional da Capital Federal se comporá de uma brigada de cavallaria, uma de artilharia e seis de infantaria.

Art. 2.º A brigada de cavallaria se constituirá com dous regimentos, com as designações de 1.º e 2.º; a de artilharia com um regimento de artilharia de campanha e um batalhão de artilharia de posição, e as de infantaria com 18 batalhões do serviço activo com as designações de 1.º a 18.º e seis do de reserva com as de 1.º a 6.º, constituindo-se cada uma das brigadas de infantaria com tres batalhões do serviço activo e um do da reserva.

Art. 3.º Para a organização das brigadas e corpos acima mencionados, a Capital Federal dividir-se-ha em seis regiões de brigada e cada região em tres districtos de batalhão, organisando-se cada uma das brigadas de infantaria na região correspondente ao mesmo numero, e cada um dos batalhões da referida arma no districto respectivo, pela maneira seguinte:

1.ª região — 1.ª brigada:

1.º districto — Freguezias da Lagôa e Gavea — 1.º batalhão.

2.º districto — Freguezia da Gloria — 2.º batalhão.

3.º districto — Freguezia de S. José — 3.º batalhão.

2.ª região — 2.ª brigada:

4.º districto — Freguezias da Candelaria, Santa Rita e Paquetá — 4.º batalhão.

5.º districto — Freguezia do Sacramento — 5.º batalhão.

6.º districto — Freguezia de Santo Antonio — 6.º batalhão.

3.ª região — 3.ª brigada:

7.º districto — Freguezia do Espirito Santo — 7.º batalhão.

8.º districto — Freguezia de Sant'Anna (1.º districto) — 8.º batalhão.



9º districto — Freguezia de Sant'Anna (2º districto) — 9º batalhão.

4ª região — 4ª brigada:

10º districto — Freguezia do Engenho Velho — 10º batalhão.

11º districto — Freguezia de S. Christovão — 11º batalhão.

12º districto — Freguezia do Engenho Novo — 12º batalhão.

5ª região — 5ª brigada:

13º districto — Freguezia de Jacarépaguá — 13º batalhão.

14º districto — Freguezia de Irajá — 14º batalhão.

15º districto — Freguezias de Inhauma e ilha do Governador — 15º batalhão.

6ª região — 6ª brigada:

16º districto — Freguezia de Campo Grande — 16º batalhão.

17º districto — Freguezia de Santa Cruz — 17º batalhão.

18º districto — Freguezia de Guaratiba — 18º batalhão.

Art. 4.º Cada um dos seis batalhões da reserva organisar-se-ha na região correspondente á sua numeração ; o 1º regimento de cavallaria será organizado nas 1ª, 2ª e 3ª regiões, e o 2º regimento nas 4ª, 5ª e 6ª regiões ; o regimento de artilharia de campanha e o batalhão de artilharia de posição organisar-se-hão em todo o Districto Federal.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de janeiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



#### DECRETO N. 3207 — DE 30 DE JANEIRO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.402:609\$760, supplementar á verba — Juros e amortisação da divida interna.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 23, n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1898, decreta :

Artigo unico. E' aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.402:609\$760, supplementar á verba — Juros e amortisação

da divida interna—,afim de occorrer ao pagamento da differença de juros resultante da conversão das apolices, determinada pelo decreto n. 2907, de 11 de junho ultimo.

Capital Federal, 30 de janeiro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



DECRETO N. 3208 — DE 31 DE JANEIRO DE 1899

Autorisa o contracto com Carlos Alegre para concluir o trecho do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto-Alegre a Uruguayana, entre Carvoracy e Alegrete, e trafegal-o conjunctamente com o de Carvoracy a Uruguayana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autori-ação constante do art. 25, lettra E, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, e attendendo á exposição do engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, decreta:

Artigo unico. Será contractada com Carlos Alegre a conclusão do trecho do extincto prolongamento daquella estrada, entre Carvoracy e Alegrete, e trafego á sua custa e sob sua responsabilidade de toda a linha de Alegrete a Uruguayana, estatuidas, como parte integrante desse contracto, as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

Clausulas a que se refere o decreto n. 3208 desta data

I

E' concedido a Carlos Alegre o direito de concluir á sua custa o trecho do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Carvoracy a Alegrete, dentro do

prazo de um anno, a contar da data deste contracto, e trafegar toda a linha, entre Alegrete e Uruguayana, igualmente á sua custa e sob a sua responsabilidade.

## II

O prazo da presente concessão para uso e gozo da estrada entre Uruguayana e Alegrete será de 10 annos, fornecendo-lhe o Governo o material adquirido para a construcção do extincto prolongamento, que for necessario para conclusão do trecho a que allude o presente contracto e correndo as despesas de conducção daquelle material por conta do contractante.

## III

Montará o contractante as quarenta pontes de ferro entre Carvoracy e Alegrete, existentes á margem da linha, devendo, nessas pontes e sobre o leito da estrada, empregar dormentes nas condições exigidas no contracto Malaquias Cohey e Freitas Reis.

## IV

Nos pontos da linha que, precisando de obras de arte, não as tenham construidas já, é permitido ao contractante fazer passagens provisórias, nas condições de segurança para a velocidade de 25 a 30 kilometros. Caso seja necessario dar a essas passagens character definitivo, a juizo do Governo, este, no fim do prazo deste contracto, indemnizará o contractante do excesso de despeza feita para dar-lhes esse character definitivo sobre a que seria necessaria para a obra provisoria.

## V

O contractante obriga-se a conservar em perfeito estado o trecho e respectivas dependencias da linha já construida, de Uruguayana a Carvoracy e que vier a construir, de Carvoracy a Alegrete, sob pena de rescisão do contracto, de modo a permittir aos trens, com toda a segurança, a velocidade de 25 kilometros por hora.

## VI

O Governo indemnizará o contractante do material rodante que elle adquirir para o serviço do trafego, si, findo o prazo deste contracto, não preferir arrendar ao mesmo contractante a estrada nas mesmas condições do actual contracto de arrendamento á *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil*, por tempo que não exceda o da terminação do referido contracto.

## VII

O contractante prestará uma caução de 10:000\$ recolhida aos cofres da União, em moeda nacional ou em apolices da dívida publica, para garantia da execução deste contracto.

## VIII

O contractante obriga-se a entrar mensal e adeantadamente para os cofres publicos com a quantia de 300\$, destinada ás despesas de fiscalização da construcção e do trafego.

## IX

A caução de que trata a clausula 7ª será reforçada annualmente com a quantia de 10% dos lucros liquidos que realizar o contractante.

## X

As tarifas para passageiros, bagagens, encomendas e mercadorias serão approvadas pelo Governo e terão por base de calculo os preços actualmente cobrados pelo contractante no trecho Uruguayana-Carvoracy.

## XI

O contractante não poderá abrir ao trafego porção alguma de estrada entre Carvoracy e Alegrete, sem previo exame e autorisação do engenheiro-fiscal do Governo.

## XII

Caso, antes de terminado o prazo de 10 annos, alludido na clausula 2ª, o Governo precise de trafegar o trecho a que se refere este contracto, indemnizará o contractante de tantas decimas partes do capital empregado nas obras de conclusão quantos annos faltarem para terminar o referido prazo, mais o juro de 7% ao anno sobre o capital total, pagos por semestres vencidos até o fim do mesmo prazo.

## XIII

O excesso da renda liquida da estrada sobre 8% do capital empregado nas obras de conclusão reverterá á amortisação da importância gasta nas obras definitivas da mesma estrada.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1899.— *Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3209 — DE 31 DE JANEIRO DE 1899

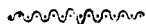
Declara caduca a patente de invenção de n. 1985, de 8 de janeiro de 1896

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o cidadão Antonio Fernandes Ribeiro Guimarães, concessionario da patente n. 1985, expedida em 8 de janeiro de 1896, resolve, na conformidade do art. 58, n. 6, do decreto n. 8820, de 30 de dezembro de 1882, declarar caduca a referida patente.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3210 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1899

Dá providencias sobre a guarda e entrega dos archivos das Legações e dos Consulados e outras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Tendo em vista as disposições em vigor sobre a guarda e entrega dos archivos das Legações e dos Consulados e

Considerando a necessidade de consolidar e ampliar aquellas disposições, decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> Toda a correspondencia das Legações e Consulados de qualquer character — ostensivo, reservado ou confidencial — trocada entre o Ministerio do Estado das Relações Exteriores e os seus agentes, as memorias, relatorios ou quaesquer outros documentos officiaes por elles expedidos ou recebidos, assim como os tratados e convenções entre o Brazil e as demais potencias constituem propriedade do Estado.

E' inteiramente vedado tirar-se cópia de qualquer daquelles documentos sem previa autorisação do Governo, quando não for para uso official.

Art. 2.<sup>o</sup> Deve existir em cada Legação ou Consulado um protocollo de entrada de todos os documentos alli recebidos.

Art. 3.<sup>o</sup> Naquelle protocollo devem constar a data do recebimento, o numero de entrada, a procedencia, a serie do documento (ostensivo, reservado ou confidencial), a Secção, o numero e data do mesmo documento e o seu assumpto, conforme o modelo A, annexo.

Art. 4.<sup>o</sup> Os funcionarios diplomaticos ou consulares quando forem removidos ou exonerados entregarão ao seu successor ou



## MODELO B

*Declaração de entrega do archivo*

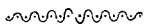
Nesta data, de accordo com o disposto no decreto n. 3210 de 9 de fevereiro de 1899, procedeu-se á verificação dos papeis e registros que compoem o archivo da Legação (ou Consulado) do Brazil em... entre o Sr... (nome do funcionario que se retira) e o Sr... (nome do funcionario titular ou substituto interino).

Desta verificação resultou :

1º, que o dito archivo contém os papeis, registros, correspondencias, documentos e mais collecções pertencentes a esta Repartição, de accordo com o inventario procedido em... (data);

2º, (outras declarações podem ser incluídas nesta parte).

O Sr... (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou cópia dos papeis que recebeu em seu character official.



## DECRETO N. 3211 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1899

Approva o regulamento para o Museo Nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida nos arts. 9º da lei n. 559 e 3º, n. X, da lei n. 560, ambas de 31 de dezembro do anno proximo findo, resolve approvar para o Museo Nacional o regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1899. 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Regulamento do Museo Nacional a que se refere  
o decreto n. 3211 desta data

## CAPITULO I

## DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS

Art. 1.º O Museo Nacional tem por fim estudar a historia natural do Globo e em particular do Brazil, cujas produções naturaes deverá colligir, classificando-as pelos methodos mais

acceitos nos gremios scientificos modernos e conservando-as acompanhadas de indicações quanto possível explicativas, ao alcance dos entendidos e do publico.

Art. 2.º O Museo Nacional dividir-se-ha em quatro secções :

- 1.ª De zoologia.
- 2.ª De botanica.
- 3.ª De mineralogia, geologia e paleontologia.
- 4.ª De anthropologia, ethnologia e archeologia.

## CAPITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3.º A direcção e fiscalização de todos os ramos do serviço do Museo Nacional serão exercidas pelo director com o auxilio da Congregação, que elle presidirá.

Art. 4.º O Museo Nacional terá o seguinte pessoal :

- 1 director.
- 4 professores, sendo 1 para cada secção.
- 4 assistentes » 1 » » »
- 1 bibliothecario.
- 1 secretario.
- 5 preparadores, sendo 1 de taxidermia, 1 de osteologia, 1 de botanica, 1 de mineralogia e 1 de ethnographia.
- 1 porteiro.
- 1 continuo.
- 1 jardineiro-chefe.
- 2 guardas.
- 6 serventes.
- 14 trabalhadores.

### DO DIRECTOR

Art. 5.º O director é a primeira autoridade do Museo ; exerce superior fiscalização sobre todos os outros empregados e é o unico responsavel pelas ordens que der fóra das prescripções deste regulamento. Compete-lhe :

1.º Corresponder-se directamente com os Ministros, Governadores dos Estados e outras autoridades nacionaes e estrangeiras em assumptos puramente relativos ao desenvolvimento scientifico do Museo ;

2.º Expelir as ordens necessarias á regularidade do serviço de cada secção, applicar aos empregados as penas disciplinares que couberem nas suas attribuições e representar ao Ministro sobre as necessidades de penas maiores ou de outras providencias ;

3.º Convocar e presidir a Congregação, sempre que se tornar necessaria a sua reunião ;



4.º Rever e assignar a folha de pagamento dos empregados e despachar os pedidos de artigos que tenham de ser comprados para o estabelecimento;

5.º Inspeccionar frequentemente as secções, bibliotheca, secretaria e outras dependencias do Museo;

6.º Nomear, suspender e demittir os empregados do estabelecimento, quando for isto de sua competencia;

7.º Julgar justificadas ou não as faltas dos mesmos empregados até oito dias e communicar ao Ministro quando excederem de tal prazo;

8.º Autorisar sob a sua responsabilidade as despesas de caracter urgente, cuja importancia não exceda de 200\$, dando disto conhecimento á Congregação na sua primeira reunião;

9.º Indicar pessoas idoneas para preenchimento dos cargos que, independente de concurso, tenham de ser providos pelo Ministro, assim como os profissionaes estrangeiros que, na deficiencia de nacionaes, estejam no caso de ser contractados para o exercicio de qualquer logar do Museo;

10. Apresentar ao Ministro, até ao ultimo dia de fevereiro, um relatório circumstanciado de todo o movimento administrativo e scientifico do anno anterior, com indicação das necessidades a attender a bem da prosperidade da Repartição;

11. Solicitar do Ministro as providencias que julgar necessarias ao estabelecimento e promover relações entre este e instituições analogas nacionaes e estrangeiras;

12. Organisar os modelos da escripturação do Museo, submettendo-os á approvação do Ministro, em seguida á publicação do presente regulamento;

13. Assignar toda a correspondencia;

14. Solicitar do Ministro a nomeação de commissões de exame dos candidatos ás vagas de assistentes;

15. Assignar com o secretario os titulos conferidos pela Congregação, nos termos do art. 6º, n. 4;

16. Exercer quaesquer outras attribuições que lhe couberem por este regulamento e mais disposições em vigor.

#### DA CONGREGAÇÃO

Art. 6.º A Congregação do Museo será composta do director, como presidente, dos professores e assistentes.

A' Congregação incumbe:

1.º Estudar as questões sobre que for consultada, indicando as providencias que julgar mais uteis e necessarias a bem da manutenção e do progresso do Museo;

2.º Organisar as instrucções destinadas ás commissões technicas, attm de serem colligidos objectos de historia natural, indicando o professor de cada secção o que mais convenha ao augmento e riqueza de suas colleções;

3.º Redigir as instrucções e programmas dos concursos para os cargos providos por esse meio;

4.º Conferir o título de membro correspondente aos nacionaes e estrangeiros dignos desta distincção, por trabalhos de universal notoriedade;

5.º Organisar e formular o regimento interno para ser apresentado á approvação do Ministro;

6.º Reunir-se sempre que for convocada pelo director ou a requerimento de tres de seus membros;

7.º Designar o assistente que deya ser incumbido de excursões scientificas, fixando o tempo de duração destas, zonas em que se devem realizar e a diaria que deya ser abonada nos termos da observação 1ª da tabella annexa ao presente regulamento;

8.º Resolver sobre a aquisição de artigos que tenham de ser comprados para o Museo, obras a executar e quaesquer outras medidas que não sejam da privativa competência do director.

#### DAS SESSÕES DA CONGREGAÇÃO

Art. 7.º A's sessões da Congregação são obrigados a comparecer todos os membros que a compoem, os quaes deverão ser convocados com 24 horas de antecedencia, pelo menos.

Art. 8.º A abertura da sessão terá logar logo que, dada a hora marcada, se ache presente a maioria dos membros da mesma Congregação, inclusive o presidente.

§ 1.º Antes de entrar-se na materia para que houver sido convocada a sessão, o secretario procederá á leitura do expediente, que terá o destino designado pelo presidente, conforme a importância do assumpto.

§ 2.º As discussões versarão exclusivamente sobre a materia que houver motivado a convocação ou assumptos que com ella immediatamente se relacionem.

Art. 9.º A Congregação não poderá deliberar sem que se ache reunida a maioria de seus membros, cabendo ao presidente o voto de qualidade no caso de empate.

Paragrapho unico. Incorre na perda da gratificação diaria o membro da Congregação que não comparecer á sessão, salvo os casos de impedimento por serviço publico ou de molestia provada por attestado medico.

Art. 10. Para a tomada de contas, a Congregação celebrará uma sessão ordinaria, que terá logar até o dia 10 de cada mez; nesta sessão serão examinados os documentos da receita e despesa do mez antecedente, os quaes, depois de confrontados com os lançamentos feitos, serão enviados á estação competente, ficando uma das vias na secretaria do Museo.

Art. 11. Nenhuma despesa será lavada em conta sinão quando for feita em virtude de deliberação da Congregação ou autorizada pelo director, nos limites do art. 5º, n.º 3.

Art. 12. No livro das actas da Congregação serão escripturados os termos de suas sessões, inclusive os de contractos, as deliberações tomadas e outras occorrencias, devendo taes termos,

como as actas, ser lavrados pelo secretario e assignados por todos os membros que tiverem comparecido.

Art. 13. Exercerá as funções de fiscal da Congregação o professor mais antigo, a quem incumbe o exame minucioso de todos os documentos da receita e despesa, rubricando-os, depois de verificar a sua exactidão e legalidade.

Art. 14. Nos livros de contas da Congregação não se fará lançamento algum sem que estejam preenchidas todas as formalidades prescriptas neste regulamento, ficando responsáveis pela preterição de qualquer dessas formalidades o fiscal e o secretario.

#### DOS PROFESSORES

Art. 15. Aos professores incumbe :

1.º Classificar, segundo os methodos e systemas mais conhecidos nos principaes Museos, os objectos contidos em suas secções, organisando o respectivo catalogo com toda a minuciosidade, mencionando a origem, valor e applicação de cada *specimen*, bem como quaesquer outras informações uteis, dadas por convenções graphicas ou por côres explicativas, etc. ;

2.º Submetter ao director, até ao fim de janeiro, a exposição dos trabalhos realizados na secção durante o anno antecedente, com a indicação das providencias que entender necessarias ao melhoramento do serviço a seu cargo ;

3.º Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento, bem como o regimento interno e quaesquer instrucções a bem do serviço sob sua direcção, que lhes forem transmittidas ;

4.º Levar ao conhecimento do director as faltas e infracções commettidas por seus subordinados ;

5.º Assignar os pedidos de artigos necessarios á sua secção ;

6.º Fazer conferencias publicas sobre assumptos scientificos que se relacionem com a sua secção.

#### DOS ASSISTENTES

Art. 16. Aos assistentes incumbe :

1.º Substituir o professor em suas faltas e impedimentos ;

2.º Auxiliar-o nos trabalhos da secção, particularmente na inspecção das collecções e objectos da secção, bem como na confecção dos respectivos catalogos ;

3.º Velar pela boa ordem da secção, evitando que pessoas extranhas ao serviço tenham ali ingresso abusivo e prejudicial aos trabalhos em execução ;

4.º Fazer conferencias publicas sobre assumptos scientificos que se relacionem com a sua secção ;

5.º Effectuar as excursões de que forem incumbidos para o augmento das collecções, de accordo com as instrucções que receberem.

## DO SECRETARIO

## Art. 17. Ao secretario incumbem :

1.º Fazer a correspondencia do Museo de conformidade com as instrucções que receber do director, a quem é immediatamente subordinado ;

2.º Preparar e instruir com os necessarios esclarecimentos todos os papeis que tenham de subir ao conhecimento do director ou ser examinados pela Congregação, fazendo succinta exposição delles e interpondo a sua opinião, quando parecer isso necessario ;

3.º Lavrar os termos de exames que tiverem logar no Museo e as actas das sessões da Congregação ;

4.º Preparar os esclarecimentos que devem servir de base ao relatório do director ;

5.º Registrar no livro competente todas as alterações occorridas com os empregados do Museo e escripturar o lançamento de toda a receita e despesa da Repartição ;

6.º Organisar o attestado de frequencia e as folhas de vencimentos do pessoal do Museo ;

7.º Propor ao director todas as medidas que entender necessarias para o bom andamento dos trabalhos da secretaria, e conservar sob sua guarda, devidamente archivados, os livros e documentos relativos á administração do estabelecimento ;

8.º Organisar a lista dos volumes destinados a permutas internacionaes e expellir-os, devidamente rotulados, a seus destinos.

## DOS PREPARADORES

## Art. 18. Aos preparadores incumbem :

1.º Realizar todos os trabalhos de preparação de sua especialidade, e velar pela conservação das colleções ;

2.º Velar pela guarda e conservação dos objectos do gabinete ou laboratorio a seu cargo, devendo ter sempre em dia o inventario de taes objectos.

## DO BIBLIOTHECARIO

## Art. 19. Ao bibliothecario incumbem :

1.º Velar pela conservação e boa ordem dos livros, revistas, folhetos, mappaes, estampas, e c., confiados á sua guarda ;

2.º Organisar devidamente um catalogo, por materia e ordem alphabetica, de todos os livros, revistas, etc., existentes na bibliotheca, tendo sempre em dia esse catalogo, de modo a facilitar a consulta ;

3.º Apresentar semestralmente ao director um relatório indicando as obras adquiridas, quantas foram consultadas no semestre anterior, e um mappa demonstrativo dos volumes existentes na bibliotheca ;

4.º Fazer a escripturação de todos os livros da bibliotheca, tendo-os sempre em dia e na melhor ordem;

5.º Propor por escripto ao director as medidas que lhe parecerem acertadas com o fim de melhorar as condições da bibliotheca e de tornar mais proveitosa a sua existencia.

#### DO PORTEIRO

Art. 20. Ao porteiro, que terá residencia no edificio, incumbe:

1.º Cuidar da segurança e asseio do Museo e cumprir as ordens e instrucções que lhe forem nesse sentido prescriptas pelo director;

2.º Tomar o ponto, dirigir e fiscalizar o serviço dos serventes;

3.º Verificar a entrada e saída de volumes e artigos de qualquer natureza, o que só poderá ter logar de accordo com disposições regulamentares;

4.º Encarregar-se do recebimento de dinheiros no Thesouro para as despezas de prompto pagamento, do que apresentará contas mensalmente a Congregação.

Art. 21. Ao continuo incumbe:

Levar ao seu destino a correspondencia official do Museo e executar as ordens que em serviço da Repartição lhe forem prescriptas.

#### DO JARDINEIRO-CHEFE

Art. 22. Ao jardineiro-chefe incumbe:

1.º Tomar o ponto dos trabalhadores e dos guardas fiscalizando-lhes o respectivo serviço;

2.º Velar cuidadosamente pela conservação, asseio e embelezamento do parque, horto-botanico e jardins, dirigindo as respectivas culturas, segundo as determinações do director e do professor da secção de botanica.

### CAPITULO III

#### DOS FORNECIMENTOS E CONTRACTOS

Art. 23. A execução de obras e os fornecimentos de artigos necessarios ao Museo serão feitos por contractos celebrados em sessão da Congregação, mediante concorrência publica.

Art. 24. A aquisição dos artigos de pequena importancia e que não sejam da natureza daquelles que possam figurar em contractos semestraes ou annuaes, realizar-se-ha por intermedio do continuo, mediante pedido explicativo com o — visto — do fiscal da Congregação e despachado pelo director.

Art. 25. Si, annunciada a concorrência duas vezes consecutivas, com intervallo de 10 dias, não apparecerem proponentes, a

Congregação resolverá sobre o objecto da mesma concorrência do modo que melhor attenda ás necessidades do Museo e aos interesses da Fazenda Nacional.

Art. 26. Para effectuar-se a compra de qualquer artigo que, pelo director ou pela Congregação, for resolvida, se exigirão do continuo informações por escripto, que serão acompanhadas, sempre que fôr possível, das respectivas amostras, para exame da qualidade.

Art. 27. Os fornecimentos feitos ao Museo serão examinados por uma comissão composta de um dos assistentes, de um preparador e do secretario, os quaes reunidos verificarão a qualidade, peso ou quantidade dos artigos a receber; devendo recusar-os, si não estiverem em condições de ser aceitos.

Paragrapho unico. A comissão dará immediatamente conta ao director do resultado do seu exame, afim de que elle providencie sobre a substituição do artigo ou artigos rejeitados.

Art. 28. O secretario entregará ao fiscal da Congregação, até o dia 5 de cada mez, as contas da receita e despeza do mez anterior, instruindo-as com os respectivos documentos, afim de serem examinadas pela Congregação na sessão ordinaria de tomada de contas.

## CAPITULO IV

### DAS CONFERENCIAS PUBLICAS

Art. 29. Os professores e assistentes do Museo, sempre que parecer conveniente aos interesses do estabelecimento e do serviço, realizarão conferencias publicas, sobre assumptos concernentes ás especialidades de suas secções.

Além dos referidos funcionarios, poderão fazer essas conferencias os membros correspondentes e profissionaes illustres que se tenham salientado nas sciencias comprehendidas nas diversas secções do Museo.

## CAPITULO V

### DAS PUBLICAÇÕES

Art. 30. O Museo Nacional publicará uma revista intitulada — *Archivos do Museo Nacional do Rio de Janeiro* — na qual serão publicadas investigações realizadas sobre as especialidades da Repartição, noticias originaes referentes á historia natural e relatorios interessantes a respeito de excursões scientificas effectuadas no interior do Brazil.

Art. 31. A relação dos *Archivos* ficará a cargo da Congregação, sob a immediata direcção do director, e a sua distribuição far-se-ha gratuitamente ás bibliothecas e estabelecimentos scientificos e litterarios, publicos ou de caracter particular, bem como

aos Museos e institutos estrangeiros, com os quaes convenha manter correspondencia.

Art. 32. A impressão dos *Archivos* se fará na Imprensa Nacional ou no estabelecimento typographico que offereça maiores vantagens ; devendo, neste caso, ser contractada semestralmente pela Congregação.

Art. 33. No contracto se mencionará o formato, numero de paginas e outras condições que sejam reputadas convenientes em relação aos *Archivos*.

## CAPITULO VI

### DAS NOMEAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES, LICENÇAS, VENCIMENTOS E APOSENTAÇÕES

Art. 34. As nomeações do director, dos professores, assistentes e bibliothecario serão feitas por decreto ; as de secretario, preparadores, porteiro, continuo e jardineiro-chefe, por portaria do Ministro. Os demais empregados serão de livre nomeação do director.

Paragrapho unico. As vagas de professores serão preenchidas por accesso dos assistentes ; as dos assistentes, por concurso.

Art. 35. Os estrangeiros só poderão occupar os logares de professores, temporariamente e por contracto, na falta de nacionaes.

Art. 36. As demissões, substituições, licenças e frequencia dos empregados, as penas disciplinares e os descontos dos respectivos vencimentos, serão regidos pelo Codigo approved pelo decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892, em tudo que não estiver especialmente determinado neste regulamento.

Art. 37. A aposentação será concedida nos termos da lei geral que regular a uateria para os demais funcçionarios federaes.

## CAPITULO VII

### DOS CONCURSOS

Art. 38. Dada a vaga de assistente, será aberta a inscripção no prazo maximo de quatro mezes, mandando o director publicar os respectivos annuncios pelo *Diario Official*.

Art. 39. O concurso constará de dissertação escripta e oral e da prova pratica sobre pontos tirados á sorte, de accordo com o programma previamente organiado pela Congregação e approved pelo Ministro.

Art. 40. São requisitos necessarios para a admissão ao concurso :

- 1.º A qualidade de cidadão brasileiro ;
- 2.º Moralidade provada por folha corrida.

Art. 41. A prova escripta constará de um ponto tirado á sorte e durará tres horas, durante as quaes os candidatos se

conservarão desacompanhados de pessoas extranhas, de livros ou de notas.

Esta prova, prestada na presença da commissão examinadora, será lida perante todos os membros da Congregação pelo candidato, sob a inspecção dos outros ou de um membro da Congregação, caso haja um só candidato.

Art. 42. A exposição oral será publica, durará uma hora e constará de um assumpto importante sobre qualquer das materias comprehendidas na respectiva secção e tirado á sorte com duas horas de antecedencia.

Art. 43. As provas praticas serão feitas de conformidade com as disposições estabelecidas nos programmas especiaes.

Art. 44. Satisfeitas as formalidades do concurso, a Congregação procederá á votação, por escrutinio secreto, sobre a capacidade de cada candidato, considerando-se excluidos desde logo os que não obtiverem dous terços da votação total.

Em seguida, e da mesma forma, far-se-ha a classificação por ordem de merecimento dos candidatos não excluidos.

Art. 45. Concluida a votação, e em acto successivo, a Congregação organizará a lista dos candidatos acceptos e classificados, conforme o disposto no artigo precedente, afim de ser apresentada com a proposta do candidato que julgar preferivel.

Art. 46. O director enviará ao Ministro, com a proposta dos candidatos, copias das actas do processo do concurso e as provas escriptas, bem como uma informação minuciosa sobre todas as circumstancias occorridas, communicação especial do modo por que se conduziram os candidatos nos actos do concurso, do seu procedimento moral, das suas habilitações scientificas, dos seus trabalhos impressos e dos serviços que tenham prestado ao Estado.

Art. 47. Si, terminando o prazo da inscripção, nenhum candidato se tiver apresentado, o director procederá a novos annuncios, espaçando por igual tempo o primeiro prazo; caso neste segundo ainda ninguem se haja inscripto, communicar-o-ha ao Governo, com uma proposta de tres candidatos para cada logar, organizada pela Congregação, para que o Governo providencie como melhor convier.

Art. 48. Serão preferidos, em igualdade de condições, os concurrentes que já pertencerem ao quadro dos empregados do Museo.

## CAPITULO VIII

### DA ESCRITURAÇÃO

Art. 19. Para a regularidade do serviço, haverá no Museo os seguintes livres:

#### *Na Directoria*

1. Registro de officios a diversas autoridades;
2. Registro das ordens expedidas pela Directoria ás diversas Repartições do estabelecimento;



3. Do ponto dos empregados ;
4. Registro dos assentamentos dos mesmos empregados, com todas as alterações que lhes disserem respeito.

*Na Congregação*

5. Registro das actas das sessões da Congregação e dos termos de contractos ;
6. Registro da receita e despesa.

*Nas secções*

7. Registro dos pedidos feitos á Directoria ;
8. Registro da entrada e sahida de objectos da secção.

*Na bibliotheca*

9. Para o catalogo de que trata o n. 2 do art. 19 ;
10. Registro de pedidos, feitos á Directoria, de artigos que tenham de ser comprados para a bibliotheca, mencionando-se em cada pedido a data do respectivo fornecimento ;
11. Para o catalogo especial dos livros que só podem ser consultados na bibliotheca ;
12. Registro de entradas e sahidas dos livros, revistas, estampas, mappas, etc. ;
13. Registro dos recibos dos professores.

*Na portaria*

14. Registro das entradas e sahidas de quaesquer artigos, de conformidade com o n. 3 do art. 20.

Art. 50. Os livros mencionados no artigo antecedente serão abertos, encerrados e rubricados pelo director e terão o numero de folhas, formato e dimensões marcados nos respectivos modelos, de conformidade com os quaes deverão ser escripturados.

Paragrapho unico. Serão responsaveis pelo aseo e regularidade da escripturação de taes livros os seguintes funcionarios :

O secretario, pelos da Directoria e da Congregação ; o bibliothecario, pelos da bibliotheca ; os professores, pelos da respectiva secção e, finalmente, o porteiro, pelo da portaria.

Art. 51. No fim de cada anno serão encadernados em volumes distinctos os avisos e portarias do Ministro, os pedidos feitos á Directoria de artigos necessarios ao Museo e outras quaesquer obras ou documentos de reconhecida importancia.

## CAPITULO IX

### DAS EXCURSÕES

Art. 52. Os assistentes do Museo realizarão as excursões julgadas necessarias, afim de adquirir productos naturaes, artefactos indigenas, etc., ou para o exame de qualquer phenomeno cujo estudo aproveite á instituição e á sciencia.

Art. 53. Ao funcionario itinerante será entregue o material necessario aos trabalhos da excursão e uma caderneta rubricada pelo director, na qual mencionará as suas pesquisas, devendo essa caderneta ficar archivada na secretaria do Museo.

## CAPITULO X

### DOS LABORATORIOS

Art. 54. Cada secção terá um laboratorio destinado á preparação dos objectos que devem fazer parte das respectivas colleções e a qualquer estudo ou pesquisa sobre assumpto da mesma secção.

A de zoologia terá dous laboratorios. (Art. 4º.)

Art. 55. Haverá em cada laboratorio um inventario dos apparelhos e instrumentos nelle existentes e que só poderão ser dahi retirados em serviço da Repartição, observado o disposto no parographo unico do art. 68.

Art. 56. O fornecimento dos objectos destinados aos laboratorios se fará mediante pedido formulado pelo assistente e rubricado pelo professor da respectiva secção ao director, que providenciará sobre a sua acquisição pelos meios prescriptos neste regulamento.

O professor da secção poderá, entretanto, indicar o meio que lhe parecer mais vantajoso de realizar a referida acquisição e no proprio pedido passará recibo, logo que tenha sido elle satisfeito.

Art. 57. São immediatamente responsaveis pelos artigos existentes nos laboratorios os professores e os preparadores que nelles trabalharem, cabendo aos ultimos a organização do inventario.

Art. 58. Para estudos biologicos haverá um laboratorio, provido dos apparelhos e utensilios necessarios; ficando encarregado da sua direcção o director do Museo.

## CAPITULO XI

### DO PARQUE, HORTO-BOTANICO E JARDINS

Art. 59. O parque, horto-botanico e jardins tem por fim principal a cultura de especies vegetaes, especialmente indigenas, destinadas a estudos praticos de botanica, sendo aquelles organizados de modo a fornecer ao publico instructiva e agradável diversão.

Art. 60. O director, de accordo com o professor da secção de botanica, prescreverá ao jardineiro-chefe as ordens necessarias ao cumprimento do artigo precedente.

Art. 61. O terreno pertencente ao Museo Nacional será convenientemente demarcado, fechado e illuminado a bem da necessaria conservação, fiscalização e policiamento.

## CAPITULO XII

## DA POLICIA DO MUSEO

Art. 62. O Museo será aberto ás 8  $\frac{1}{2}$  horas da manhã e fechado ás 4 da tarde.

Art. 63. Tanto na abertura, como no fechamento das portas, o porteiro procederá á mais minuciosa inspecção de todos os salões, gabinetes, laboratorios e mais dependencias internas do Museo.

Art. 64. Ao porteiro cumpre envidar accurado zelo e activa vigilancia de dia, e mais ainda á noite, afim de evitar incendios, roubos ou qualquer outro damno ao Museo.

Art. 65. Para a policia do edificio, parque, horto e jardins, haverá constantemente ás ordens do director um destacamento de força publica com o numero sufficiente de praças para perfeito desempenho desse serviço.

## CAPITULO XIII

## DAS EXPOSIÇÕES PUBLICAS

Art. 66. A's quintas-feiras, sabbados e domingos, das 11 horas da manhã ás 2  $\frac{1}{2}$  da tarde, será franqueada ás pessoas decentemente vestidas a visita ao estabelecimento, a qual, entretanto, poderá ser permittida pelo director em outro qualquer dia, não havendo prejuizo do serviço.

Art. 67. O porteiro fiscalizará a exposição, fazendo-se auxiliar por quatro serventes. Ao abrir-se a porta do edificio, recomendará ao commandante da força que fizer a policia do Museo, o maior cuidado para que não tenham ingresso menores sem pessoas que os guiem, individuos ebrios ou acompanhados de animais, e pessoas não decentemente vestidas.

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 68. E' prohibida a retirada de qualquer objecto do Museo, salvo havendo mais de dous exemplares.

Paraphrasso unico. Nenhum objecto sahirá do estabelecimento sem autorisação escripta do director, fazendo-se as devidas notas na Repartição a cuja guarda estiver confiado o objecto e bem assim no livro da portaria.

Art. 69. Poderão ser admittidos, á requisição de qualquer dos professores, coadjuvantes gratuitos até o numero de dez, no maximo, que quizerem dedicar-se ao estudo da historia natural, quando disso não resultar inconveniente ao serviço e disciplina da Repartição, a juizo do director.

Art. 70. O regimento interno deverá ser submettido á approvação do Ministro dentro de dous mezas, a contar da data da publicação deste regulamento.

Art. 71. O director será substituido em seus impedimentos pelo professor mais antigo, podendo o Governo designar outro substituto, si assim entender conveniente.

Art. 72. Os vencimentos dos empregados do Museo Nacional serão os constantes da tabella annexa.

Art. 73. Ficam supprimidos todos os logares não mencionados no art. 4º deste regulamento. Os actuaes directores e sub-directores de secção serão providos respectivamente nos logares de professores e assistentes.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1899.—*Epitacio da Silva Pessoa*.

Tabella de vencimento dos empregados do Museo

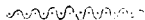
	VENCIMENTO ANNUAL		TOTAL DA CLASSE
	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	
1 Director .....	7:200\$000	2:800\$000	10:000\$000
4 Professores .....	4:000\$000	2:000\$000	24:000\$000
4 Assistentes .....	3:000\$000	1:500\$000	18:000\$000
1 Bibliothecario .....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
1 Secretario .....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
5 Preparadores .....	1:800\$000	900\$000	13:500\$000
1 Porteiro .....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000
1 Contínuo .....	1:100\$000	500\$000	1:600\$000
1 Jardineiro-chefe .....	.....	2:400\$000	2:400\$000
2 Guardas .....	.....	1:500\$000	3:000\$000
6 Serventes (diaria 3\$000) .....	.....	.....	6:570\$000
11 Trabalhadores (diaria 4\$000) .....	.....	.....	16:800\$000
			105:770\$000

#### OBSERVAÇÕES

1.ª Os assistentes incumbidos de trabalhos fóra do Districto Federal vencerão uma diaria que será fixada pela Congregação nos limites do orçamento.

2.ª Para os logares de guardas, serventes e trabalhadores serão preferidos operarios que tenham officio de que careça o estabelecimento, e, dentre estes, os que tiverem serviços militares.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1899.—*Epitacio da Silva Pessoa*.



## DECRETO N. 3212—DE 11 DE FEVEREIRO DE 1899

Equipara os vencimentos dos empregados das Faculdades de Direito de S. Paulo e do Recife aos dos empregados da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 3º, n. VI, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, resolve equiparar os vencimentos dos empregados das Faculdades de Direito de S. Paulo e do Recife aos dos empregados da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na conformidade da tabella annexa.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Tabella a que se refere o decreto desta data

## PESSOAL DE NOMEAÇÃO

LOGARES	ORDENADO	GRATIFI- CAÇÃO	TOTAL
Sub-secretario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Amanuense.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Guarda.....	1:333\$332	666\$668	2:000\$000
Guarda servindo na bibliotheca	1:600\$000	800\$000	2:400\$000

## PESSOAL SEM NOMEAÇÃO

Serventes..... 100\$000 mensaes cada um

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1899.—*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3213 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplemental de 280:000\$ para pagamento de porcentagens devidas aos empregados de diversas Repartições arrecadadoras no exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 567, de 16 de janeiro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na conformidade do art. 2º, § 2º, n. 2, lettra c, do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896, decreta :

Art. 1.º É aberto ao Ministerio da Fazenda o credito supplemental de 280:000\$, sendo 58:500\$ á verba — Recebedoria da Capital Federal — e 221:500\$ á verba — Alfandegas — do art. 22 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para occorrer ao pagamento das porcentagens devidas aos empregados das Repartições arrecadadoras que, no exercicio passado, tiveram receita superior á orçada na lei n. 2807, de 31 de janeiro de 1898.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de fevereiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Martinho.*



## DECRETO N. 3214 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1899

Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 3º, n. VII, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898 :

Resolve que, para a cobrança do imposto de consumo do fumo, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 21 de fevereiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Martinho.*

**Regulamento para a arrecadação do imposto de consumo do fumo a que se refere  
o decreto n. 3214 desta data**

**CAPITULO I**

**DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA**

Art. 1.º O imposto de consumo do fumo de que trata o art. 1º, n. 44, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, recae não só sobre os preparados de fumo — charutos, cigarros, rapé, fumo desfiado, picado e migado — como sobre os accesorios de palha e papel para cigarros, qualquer que seja a procedencia desses artigos.

Art. 2.º O imposto compõe-se do registro das fabricas, casas de negocio e mercadores ambulantes e das taxas a que estão sujeitos os productos designados no art. 1º.

Art. 3.º As importancias a pagar pelo registro são as especificadas no art. 5º e as taxas as constantes da tabella annexa.

**CAPITULO II**

**DO REGISTRO**

Art. 4.º Todos os fabricantes e commerciantes das mercadorias mencionadas no art. 1º são obrigados a registrar annualmente, até 28 de fevereiro, os seus estabelecimentos e os individuos que empregarem na venda ambulante.

§ 1.º Os mercadores ambulantes de conta propria deverão ser tambem registrados dentro do mesmo prazo.

§ 2.º Os industriaes e commerciantes que se estabelecerem depois de 28 de fevereiro deverão obter o registro antes de iniciarem suas operações commerciaes, pagando integralmente o registro annual, qualquer que seja a epoca do anno em que o obtenham.

Art. 5.º As importancias a pagar pelo registro são:

a) Fabricas.....	200\$000
b) Depositos de fabricas e casas commerciaes em grosso ou de atacado.....	100\$000
c) Casas commerciaes retalhistas exclusivamente de bebidas.....	50\$000
d) Casas commerciaes retalhistas com outros ramos de negocio além do de bebidas.....	20\$000
e) Mercador ambulante, ainda que trabalhando por conta de fabrica ou casa commercial registrada.	20\$000

Art. 6.º Para pagamento do registro na vigencia deste regulamento, os interessados apresentarão á estação fiscal competente uma guia organizada de accordo com o modelo A.

Art. 7.º As transferencias de registro deverão ser requeridas dentro de sessenta dias, a contar da data da aquisição do estabelecimento, mas não serão permittidas si o transferente for devedor de multas ou estiver sob a pressão de auto de infração, salvo si o mesmo depositar previamente a importancia da multa, que ficará retida até completa solução do processo.

Art. 8.º O comprador será responsavel pelas dividas do vendedor, excepto :

a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica ;

b) si o houver de espolio ou massa fallida, comtanto que o titulo de aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 9.º Sempre que, no correr do anno, forem alteradas as condições do estabelecimento, de modo a sujeital-o a uma taxa maior de registro, será o contribuinte obrigado ao pagamento da differença dentro de sessenta dias, sob pena de ficar sem effeito o registro primitivo.

Art. 10. Diversos ramos de negocio no mesmo estabelecimento não eximem o proprietario da obrigação do registro, si no dito estabelecimento forem vendidas as bebidas a que se refere o art. 1.º.

Art. 11. A venda ambulante fica sujeita a tantos registros quantas forem as pessoas empregadas nesse commercio, e o titulo de registro expedido para semelhante fim só será valido dentro da zona territorial (Capital Federal ou um determinado Estado) para a qual tiver sido concedido.

Art. 12. Na falta de transferencia de registro dentro do prazo do art. 7.º, ou quando o mesmo não houver sido solicitado de accordo com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e profissões, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 13. A falta de registro será punida na forma do art. 35 e elevará ao maximo a pena em que incorrer o contribuinte pela infração de qualquer outra disposição regulamentar.

Art. 14. A guia de que trata o art. 6.º servirá para organisar-se um cadastro dos estabelecimentos e pessoas registradas, o qual deverá conter declaração da rua e numero do estabelecimento, nome do contribuinte, genero de commercio, taxa e numero da patente de registro (modelo 13), data do pagamento e mais observações.

Este cadastro será publicado no *Diario Official* em junho de cada anno.

### CAPITULO III

#### DAS TAXAS DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 15. As taxas de consumo sobre os preparados e accessorios de que trata o art. 1.º serão pagas por meio de estampillas especiaes applicadas aos mesmos e que só poderão ser vendidas pelas estações fiscaes.



**Art. 16.** Haverá estampilhas de duas côres: — de uma cor para os productos nacionaes e de outra para os productos estrangeiros. O formato e signaes caracteristicos das mesmas serão regulados pelo Ministro da Fazenda e os seus valores os seguintes :

*Applicaveis a productos nacionaes*

De 8	réis	para charuto de preço inferior a 80 réis.
De 20	»	» » » superior a 80 réis.
De 25	»	» cigarros, por maço até 20 cigarros.
De 40	»	» 25 grammas de fumo preparado exclusivamente nacional.
De 100	»	» 25 grammas de fumo preparado com mistura de nacional e estrangeiro.
De 60	»	» 125 grammas de rapé.
De 10	»	» maços de palha de 50 ou menos mortalhas.
De 40	»	» maços ou livrinhos de mortalhas de papel de 50 ou menos mortalhas.
De 800	»	» 500 grammas de fumo destilado, picado ou migado.

*Applicaveis a productos estrangeiros*

De 2500	réis	para caixas de charutos na razão de 100 réis cada charuto.
De 80	»	» cigarros por maço até 20 cigarros.
De 120	»	» 25 grammas de fumo preparado.
De 200	»	» 125 grammas de rapé.
De 20	»	» maços de palha de 50 ou menos mortalhas.
De 40	»	» livrinhos ou maços de mortalhas de papel de 50 ou menos mortalhas.

**Art. 17.** O deposito central das estampilhas será :

1.º Para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional ou em ambas essas Repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda ;

2.º Nos outros Estados, nas Delegacias.

**Art. 18.** Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos directamente á Imprensa Nacional ou á Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recebedoria, Alfandega do Macahé e Delegacias Fiscaes, e por intermedio da Directoria de Rendas Publicas pelas Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas, como as de Antonina, S. Francisco e Porto Murinho, as quaes o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 19. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições, do qual deverá constar especificadamente todo o movimento de sahida.

Art. 20. A arrecadação do imposto será feita :

- a) na Capital Federal, pela Alfandega e Recebedoria ;
- b) no Estado do Rio de Janeiro — nos municípios de Nitheroy e S. Gonçalo — pela Recebedoria, em Macahé, pela respectiva Alfandega e nos outros municípios, pelas Agencias Fiscaes ;
- c) nos outros Estados, pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas estações.

Art. 21. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser escripturado diariamente o movimento de entrada e sahida de estampilhas com as devidas especificações (modelo C').

Art. 22. Os preparados de fumo fabricados no paiz não poderão sair das fabricas sem estar competentemente sellados, devendo os charutos ser sellados um a um.

Paragrapho unico. Exceptua-se da disposição deste artigo o fumo desfiado, picado ou migado, destinado á venda a retalho ou á confecção de cigarros, que serão estampilhados no acto da venda ou por occasião da manufactura.

Art. 23. E' considerada contravenção a este regulamento a exposição á venda de preparados de fumo e accessorios sem o competente sello.

Art. 24. São considerados expostos á venda todos os preparados de fumo e accessorios que forem encontrados dentro das casas commerciaes ou em poder dos mercadores ambulantes, ainda que guardados em caixas ou moveis.

§ 1.º O fumo picado, desfiado ou migado poderá achar-se a granel nas fabricas e depositos das fabricas e ser vendido sem estampilhamento de fabricante a fabricante que tenha de transformat-o em cigarros, ou de fabricante a commerciante que queira revendel-o a retalho, uma vez que o comprador prove ao vendedor sua qualidade de fabricante ou commerciante registrado de preparados de fumo.

§ 2.º Effectuada a venda de fumo picado, desfiado ou migado nas condições do § 1.º, o vendedor dará ao comprador uma guia ou nota da quantidade vendida, declarando o nome do mesmo comprador e a data da transacção.

§ 3.º Dentro das casas commerciaes o fumo picado, desfiado ou migado deverá achar-se acondicionado em latas, saccoes de panno ou de papel, caixas, pacotes ou outros envoltorios semelhantes, que contenham pelo menos quinhentas grammas de fumo. Em cada volume será indicado sobre etiqueta da casa retalhadora do producto o peso do fumo nelle contido, e no acto da venda a estampilha será collada, parte sobre a mesma etiqueta e parte fóra desta. (\*)

---

(\*) Vide circular annexa n. 22, de 8 de abril de 1899.

§ 4.º Os volumes de fumo picado, desfiado ou migado offerecidos á venda pelos mercadores ambulantes deverão ter sido previamente estampilhados.

Art. 25. O fumo preparado de qualquer modo não poderá sair das fabricas a que se refere o art. 22 sinão em caixas, latas, pacotes, saccos, carteiras e maços.

Exceptua-se da disposição deste artigo o fumo picado, desfiado ou migado, destinado á venda a retalho ou á manipulação de cigarros, de accordo com o § 1º do art. 24.

§ 1.º Fica prohibida a venda de cigarros soltos, ou a granel, seja nas fabricas, seja pelos commerciantes fixos ou ambulantes.

§ 2.º Nos pacotes e pacotinhos de fumo deverá constar o peso de cada um e a declaração impressa da sua qualidade, isto é, si é fumo exclusivamente nacional ou exclusivamente estrangeiro, ou nacional com mistura de estrangeiro.

Art. 26. Os fabricantes de preparados de fumo terão escripta especial em livros sellados, rubricados e authenticated pelas respectivas estações fiscaes, nos quaes registrarão o movimento diario do estabelecimento.

§ 1.º As fabricas que venderem fumo picado, desfiado ou migado para a venda a retalho ou manipulação de cigarros ou desfiarem por conta alheia, terão para esse commercio um livro auxiliar, sellado, rubricado e authenticated pela fôrma acima indicada.

§ 2.º Os livros serão escripturados de conformidade com os modelos D e E.

§ 3.º Os fiscaes ou os empregados designados pelos chefes das repartições fiscaes deverão examinar os mencionados livros, e em caso de duvida poderão pedir o exame da escripta geral para verificar a exactidão dos lançamentos que encontrarem obscuros ou suspeitos na escripta especial.

## CAPITULO IV

### DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

#### *Da venda*

Art. 27. As estampilhas do imposto de consumo do fumo serão vendidas pelas estações fiscaes respectivas ás pessoas habilitadas com o respectivo registro na fôrma deste regulamento.

Art. 28. O fornecimento de estampilhas será feito mediante pedido formulado de accordo com o modelo — F — na estação competente em importancia nunca inferior a 50\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas para os preparados de fumo e accessorios importados, cujo fornecimento será feito de accordo com a nota do despacho, mediante guia organisa-da pelo despachante e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 29. A venda se fará nas seguintes condições:

1.º As estampilhas para preparados de fumo importados — exclusivamente aos importadores ou seus representantes, devidamente habilitados, à vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo antecedente e na medida exacta da quantidade e qualidade do preparados de fumo e seus accessorios que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas Repartições aduaneiras;

2.º As estampilhas para charutos, cigarros, rapé e pacotinhos de fumo fabricados no paiz, mediante o pedido a que se refere o art. 28 e declaração do numero de registro — exclusivamente aos fabricantes registrados;

3.º As estampilhas para fumo desfiado, picado ou migado, fabricado no paiz e para os accessorios de palha e papel para cigarros — aos fabricantes e commerciantes (excluidos os mercadores ambulantes);

§ 1.º E' prohibido aos industriaes e commerciantes revenderem as estampilhas que adquirirem para o estampilhamento de seus productos.

§ 2.º Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes que lhes comprarem preparados de fumo importados, as estampilhas correspondentes à qualidade e quantidade de productos comprados, e só a esses commerciantes poderão ceder taes estampilhas.

§ 3.º Os preparados de fumo que tiverem de ser exportados para o estrangeiro ficam isentos do imposto de consumo, devendo, porém, os exportadores pedir uma guia da respectiva Repartição aduaneira, na qual se especifique a quantidade e qualidade dos productos a exportar. Esta guia, que só será concedida em vista do despacho de exportação, deverá ser apresentada pelo exportador ao fabricante que vender a mercadoria e acompanhará a expedição desta da fabrica até à Repartição aduaneira ou ao ponto designado para o embarque.

§ 4.º Si decorrido o prazo de 20 dias não se tiver effectuado o embarque da mercadoria para a qual houver sido solicitada a guia de que trata o § 3º, o chefe da Repartição exigirá explicações de quem a solicitou e fará proceder a uma syndicancia, si suspeitar que houve fraude.

#### *Da collocação*

Art. 30. O estampilhamento dos preparados de fumo de fabricação nacional será feito nas fabricas, salva a excepção relativa ao fumo desfiado, picado ou migado de que trata o art. 25 deste regulamento.

Paragrapho unico. O estampilhamento dos productos de fumo importados do estrangeiro poderá ser feito pelo importador em seu estabelecimento ou pelos commerciantes retalhistas, que para isso são obrigados a receber do dito importador o numero de estampilhas correspondente à quantidade e qualidade dos productos que lhe comprarem.

Art. 31. A applicação das estampilhas será feita no envoltorio externo, de modo que, aberto este, fiquem as mesmas inutilisadas, observando-se o seguinte:

1º, nos pacotes, saccos e caixas — nos fechos ;

2º, nas latas — tanto sobre a parte inferior da orla da tampa, como sobre o corpo da lata, na parte immediata à orla ;

3º, nos outros envoltorios, quaesquer que sejam suas fórmas ou dimensões — sobre o logar por onde devam ser abertos ;

4º, nos maços de cigarros — perpendicularmente à *banda* ou facha que os unir, de modo que os extremos do maço sejam apanhados pela estampilha que deve ser collada ;

5º, nas carteirinhas — na extremidade das duas abas, de modo a servir de fecho às mesmas.

6º, nos charutos:

a) — estrangeiros — nas caixas, nos respectivos fechos, de modo que, abertas, fique inutilisada a estampilha ;

b) — nacionaes — cada um de per si, quer a granel, quer em maço ou caixa, collada a estampilha em forma de anel ;

7º, nos accessorios de palha e papel, de modo a não se poder iniciar o consumo sem dilacerar a estampilha.

Paragrapho unico. Sempre que se fizer uso de estampilhas de cinta, devem as mesmas ser colladas de modo que a gomma seja applicada exactamente na parte que corresponde aos algarismos indicativos da taxa do imposto e a adherencia seja perfeita, pelo menos em dous pontos de sua extensão.

Art. 32. Para completar a importancia da taxa legal, poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, comtanto que o sejam seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo logar.

Esta disposição não comprehende o charuto nacional.

Art. 33. Consideram-se inutilisadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas, colladas a maços cujas cintas estejam quebradas, e quando formarem anel de tal modo frouxo que se possa, sem o menor esforço, transferil-as de um para outro maço.

Paragrapho unico. Considera-se não sellado o producto nacional a que forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras, e bem assim o producto estrangeiro sellado com estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

## CAPITULO V

### DAS PENAS E SUA APPLICAÇÃO

Art. 34. As penas comminadas neste regulamento serão impostas em vista de processo administrativo, que terá por base o auto.

Paragrapho unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas colhidas.

*Das multas*

Art. 35. Os infractores deste regulamento serão punidos com as seguintes multas:

De 300\$ a 500\$000:

a) Os fabricantes e negociantes de preparados de fumo que não registrarem seu estabelecimento ou negocio de conformidade com o art. 4º;

b) Os fabricantes que deixarem de cumprir qualquer das disposições do art. 26 e seus paragraphos;

c) Os fabricantes e commerciantes que não collarem as estampilhas conforme prescrevem o art. 31 e seu paragrapho, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indicio de já terem servido;

d) Os directores, gerentes ou empregados das empresas de transporte que se oppuzerem ao disposto no art. 64.

De 500\$:

e) Os fabricantes que permittirem sahír das fabricas preparados de fumo não sellados, ou sellados incompletamente, salvas as excepções constantes deste regulamento;

f) Os fabricantes que não sellarem os charutos nacionaes um a um;

g) Os commerciantes que expuzerem á venda preparados de fumo nas condições das letras e e f deste artigo;

h) Os commerciantes que infringirem os §§ 3º e 4º do art. 24;

i) Os fabricantes e commerciantes que venderem cigarros soltos;

j) Os fabricantes que infringirem o art. 25 e seus paragraphos;

k) Os fabricantes e importadores que revenderem estampilhas adquiridas para o estampilhamento dos productos que fabricarem ou importarem;

l) Os mercadores ambulantes que infringirem o art. 73.

De 1:000\$ a 3:000\$000 :

m) Os que registrarem fabrica não existente, ou com falsa declaração do nome ou firma do proprietario;

n) Os que usarem estampilhas falsas ou rotulo de fabrica não existente;

o) Os que por qualquer forma embaraçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas attribuições;

p) Qualquer pessoa que seja encontrada vendendo ou procurando vender estampilhas servidas;

q) Os que se servirem da guia a que se refere o § 3º do art. 29 para obter dos fabricantes productos não estampilhados, dando lhes depois consumo no interior do paiz.

Art. 36. Quando qualquer commerciante se recusar a declarar qual o fabricante dos preparados de fumo encontrados em sua casa ou negocio e em condições que não respeitem as prescripções fiscaes deste regulamento, será punido com as mesmas multas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 37. Além da applicação das multas impostas no art. 35, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, selladas incompletamente, ou com sellos falsos ou já servidos.

Art. 38. As multas impostas neste regulamento serão cobradas no dobro aos reincidentes.

*Do auto e processo administrativo*

Art. 39. O auto, base do processo administrativo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualisação, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que occorrerem.

Art. 40. O auto será lavrado :

- 1º) por fiscaes especiaes ou empregados de Fazenda designados ;
- 2º) por qualquer pessoa.

§ 1.º O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas ; quando, porém, o for pelos funcionarios de que trata o n. 1 deste artigo, esta formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.º O infractor ou seu representante na occasião deverá assignar o auto ; no caso, porém, de recusa ou impossibilidade, será declarada esta circumstancia.

Art. 41. Lavrado o auto de infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor, dando conhecimento da falta autoada, affirm de que venha allegar o que julgar a bem de sua defesa dentro do prazo improrogavel de 15 dias, sob pena de revelia.

§ 1.º A intimação será feita pela seguinte fôrma:

- a) por publicação de edital no *Diario Official*, na Capital Federal, e em outros órgãos de publicidade, nos Estados;
- b) por notificação escripta ou verbal á parte interessada, comprovada com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.º Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento não só da infracção commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido .

Art. 42. O prazo de 15 dias, de que trata o artigo antecedente, será contado da data da publicação do edital ou da notificação.

Art. 43. Produzida a justificação, á qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da Repartição, depois de ouvido o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necessarios, imporá multa ou julgará improcedente o auto.

Paragrapho unico. Si, esgotado o prazo de 15 dias, a parte interessada não produzir justificação, nem allegar em seu favor, notar-se-ha no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 44. As decisões dos chefes das Repartições serão immediatamente publicadas ou communicadas á parte interessada.

Art. 45. Proferida a decisão, o acto não poderá ser mais reconsiderado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo á parte

interessada o recurso nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 46. Preparado e concluso o processo, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas nas provas dos autos.

Art. 47. As informações ou pareceres que sobre o auto de infracção tiverem de ser prestados por funcionarios, não deverão exceder, em caso algum, o prazo de 15 dias, bem como nenhuma dilação probatoria será concedida ao infractor no correr do processo maior de 10 dias.

Art. 48. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de 15 dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Si findo este prazo não for satisfeita a multa, deverão ser immediatamente remettidos os processos á Directoria do Contencioso ou ás Delegacias para a cobrança executiva.

Art. 49. No caso de não residir o infractor na séde da Repartição por onde correr o processo administrativo de imposição de multa, as intimações e mais actos serão exercidos por intermedio da estação do logar da residencia.

## CAPITULO VI

### DO RECURSO

Art. 50. Das decisões proferidas pelas estações fiscaes haverá recurso para a instancia superior.

Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista e serão interpostos :

a) para o Ministro da Fazenda, das decisões fiscaes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes, em primeira instancia, excedentes das respectivas alçadas ;

b) para as Delegacias Fiscaes, das decisões proferidas pelos chefes das Repartições arrecadadoras, nos outros Estados.

Art. 51. Haverá recurso de revista, interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807 de 31 de janeiro de 1898, das decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder e violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 52. Haverá recurso *ex-officio* :

1º, das decisões favoraveis ás partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas ;

2º, das decisões dos inspectores das Alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira, quer em segunda instancia, e do director da Recebedoria, quando forem julgadas em favor das partes as contravenções de que tratam o art. 26 e seus paragraphos e art. 35 letra n.



Paragrapho unico. Estes recursos deverão ser interpostos dentro do prazo de 15 dias :

a) para o Ministro da Fazenda — pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e de Macahé e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro;

b) para as Delegacias Fiscaes — pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 53. Os recursos de decisões das Repartições arrecadadoras deverão ser interpostos dentro do prazo de 15 dias, contados da publicação ou intimação do despacho, por meio de petição dirigida à autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos serão apresentados à Repartição competente e por ella encaminhados com o processo e informações dentro do prazo de oito dias.

Art. 54. Si o recurso versar sobre multa, não será acceito sem deposito prévio de sua importancia.

Art. 55. O recurso perempto não será encaminhado à instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 56. Na fórma do art. 13 do decreto n. 2807, de 31 de janeiro de 1898, incumbe à Directoria das Rendas Publicas a direcção e fiscalização do imposto de consumo do fumo em toda a Republica.

Art. 57. A fiscalização do imposto compete:

1º, na Capital Federal — à Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro ;

2º, no Estado do Rio de Janeiro—em Nitheroy e S. Gonçalo, à Recebedoria; em Macahé, à respectiva Alfandega, e nos outros municipios, às Agencias Fiscaes sob a immediata inspecção da Directoria das Rendas ;

3º, nos outros Estados—às Delegacias Fiscaes em todo o Estado e às Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.

Art. 58. A fiscalização do imposto será exercida:

a) nas Alfandegas e outras Repartições aduaneiras ;

b) nas fabricas ;

c) nas casas de commercio;

d) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferro-carris, das linhas de navegação maritima e fluvial ou de quaesquer outras empresas de transporte.

Art. 59. A fiscalização será feita não só pelos chefes das Repartições mencionadas no art. 57 e respectivos empregados, como especialmente pelo intermedio dos fiscaes.

Art. 60. Enquanto não for reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço regular-se-ha pelos decretos ns. 2.998 de 14 de setembro de 1898 e 3.040 de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 61. Incumbe aos fiscaes:

1.º Velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequencia as fabricas e casas commerciaes de preparados de fumo e examinando, quando julgar conveniente, os armarios, caixas ou moveis que ahi encontrarem;

2.º Lavrar os autos de infracção;

3.º Apprehender as mercadorias em contravenção deste regulamento, lavrando o competente auto;

4.º Apresentar um specimen de cada producto ou preparado que encontrar em infracção regulamentar, para prova material da contravenção;

5.º Visar o registro das fabricas e casas mercadoras de preparados de fumo e bem assim examinar a escripta dos fabricantes;

6.º Solicitar o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funcções;

7.º Desempenhar qualquer outra funcção que se contenha no limite de suas attribuições;

8.º Apresentar mensalmente, até o dia 10, mappa das casas visitadas durante o mez antecedente, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, genero de negocio, numero do registro, infracções verificadas e natureza das mesmas, com os precisos esclarecimentos, bem como do movimento das fabricas, quer quanto á producção e consumo, quer quanto ao valor das estampillas que cada uma houver applicado;

9.º Inspeccionar:

a) o fabrico de rotulos, para verificar si se prestam á applicação de productos nacionaes para serem expostos á venda como estrangeiros;

b) os productos nacionaes expostos á venda para verificar si trazem rotulo em lingua estrangeira;

10. Prestar á autoridade competente as informações e serviços que lhes forem exigidos em relação ás suas funcções.

Art. 62. Os fiscaes serão immediatamente subordinados aos chefes das Repartições arrecadoras, e, no desempenho de suas funcções, são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de Fazenda.

Art. 63. Os que desacturam por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização, no exercicio de suas funcções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Código Criminal, para o que o empregado offendido lavrará um auto accompa-

nhado do rol de testemunhas, o qual será pelo chefe da Repartição remettido ao Procurador da Republica.

O empregado, no caso da disposição precedente, poderá prender o offensor ou infractor e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

Art. 64. Os agentes fiscaes dos impostos de consumo, qualquer que seja a sua categoria, poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas de ferro, ferrocarris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer emprezas de transporte, si os preparados de fumo, em carga ou descarga nessas estações, estão devidamente estampilhados, exigindo, em caso de suspeita, que os volumes sejam retidos nas referidas estações, até que os remetentes ou destinatarios os abram ou autorisem a abri-los á vista do agente fiscal.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte facultarão aos funcionarios da Fazenda Publica todas as informações que elles requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a necessaria inspecção.

§ 1.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará e assignará um termo declarando a diligencia que houver effectuado.

§ 2.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remetente auto de infracção nos termos deste regulamento e apprehenderá o mesmo producto.

Art. 65. Os fiscaes poderão penetrar sempre nas fabricas de preparados de fumo e ali exercer suas funcções a qualquer hora do dia, ou mesmo da noite, quando de noite estiver a fabrica funcionando em trabalho industrial.

Art. 66. Todas as Repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço fiscal quando lhes for solicitado.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 67. Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da publicação dos despachos no *Diario Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

Art. 68. Logo que se acharem impressas as novas estampilhas do imposto de consumo do fumo, o Governo as fará distribuir por todas as Repartições fiscaes incumbidas da respectiva venda.

Art. 69. A' medida que as Repartições competentes na Capital Federal e nas capitaes dos Estados forem recebendo as novas estampilhas, farão annunciar immediatamente a venda das mesmas por editaes no *Diario Official* ou nas gazetas que publicam o expediente do Estado, e nesses editaes marcarão o prazo improrogavel de 20 dias, além do qual não poderão mais

circular no commercio, nem ser expostas á venda, as mercadorias mencionadas no art. 1.<sup>o</sup>, que não estejam estampilhadas de conformidade com as disposições deste regulamento e a tabella annexa.

Paragrapho unico. Este prazo de tolerancia será de 60 dias para os charutos nacionaes que se acharem em *stock* nas casas commerciaes na data da expedição do presente regulamento e de 10 dias para o *stock*, tambem de charutos, existente nas fabricas.

Art. 70. Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho, que durante o prazo de 20 dias estabelecido no art. 69 ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias da citada especie não estampilhadas, ou estampilhadas incompletamente, deverão supprir-se nas Repartições competentes das estampilhas necessarias que, por excepção ao disposto nos arts. 27, 28 e 29, serão durante o mesmo prazo vendidas em qualquer quantidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

Paragrapho unico. Para os negociantes de charutos nacionaes este prazo será de 60 dias.

Art. 71. Posto que as antigas estampilhas possam em parte ser utilizadas, os fabricantes e negociantes de preparados de fumo e seus accessorios poderão, si julgarem de sua conveniencia, trocal-as dentro dos prazos do artigo precedente nas Repartições competentes, em igual valor, por estampilhas dos novos typos, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 72. Decorridos os prazos de 20 e 60 dias estabelecidos no art. 69, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão as suas circumscripções, inspecionando todas as casas commerciaes e negocios ambulantes de preparados de fumo, a fim de verificarem si ha producto á venda, nos termos do art. 24, sem estar devidamente estampilhado, e, decorrido o prazo de 10 dias, marcado no mesmo artigo, exercerão igual vigilancia para que não saiam das fabricas preparados de fumo incompletamente estampilhados, autoando, em ambos os casos, os infractores.

Art. 73. Os vendedores ambulantes de preparados de fumo deverão trazer sempre consigo seu titulo de registro, que são obrigados a apresentar aos fiscaes todas as vezes que estes o exigirem.

Art. 74. Quando em qualquer das Repartições incumbidas da venda de estampilhas occorrer accidentalmente a falta de um determinado typo, poderá essa Repartição supprir estampilhas de valor correspondente e relativas a qualquer dos outros impostos de consumo que são arrecadados por esse meio, uma vez que não sejam suppridas aos importadores estampilhas applicaveis a productos nacionaes, nem a fabricantes de productos nacionaes e negociantes não importadores estampilhas applicaveis a productos estrangeiros.

Art. 75. O preço de 80 réis para cada charuto nacional, mencionado no art. 16 e na tabella annexa, e que serve de

limite para a applicação da estampilha de 8 réis, é o preço do retalhista e não o da fabrica.

Art. 76. Verificando-se a mudança de localidade, nome da rua, numero da casa, composição de firma social, ou qualquer outra das indicações exigidas por este regulamento nos rotulos dos productos, os antigos rotulos serão tolerados na circulação e commercio durante seis mezes.

Art. 77. No corrente anno o prazo para o registro de que trata o art. 4º será prorogado por 20 dias, a contar da data da publicação deste regulamento, nos termos do art. 67.

Art. 78. Os titulos de registro concedidos até á data da promulgação deste regulamento, de conformidade com o disposto no cap. 2º do decreto n.º 2777 de 30 de dezembro de 1897, serão respeitados até 31 de dezembro do corrente anno, taes quaes foram concedidos.

Art. 79. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de fevereiro de 1899.—*Joaquim D. Murtinho*.

# TABELLA

140

Taxas de consumo a que estão sujeitos os preparados de fumo e seus accessorios

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

PRODUCTOS NACIONALES		PRODUCTOS ESTRANGEIROS	
Charutos de preço superior a 80 réis, um.....	20 réis	Charuto, um.....	100 réis
Idem de preço inferior, um.....	8 »		
Cigarros — por maço até 20.....	25 »	Cigarros, por maço até 20.....	80 »
Fumo desfiado, picado ou migado, por 25 grammas.....	40 »	Fumo desfiado, picado ou migado, ainda mesmo preparado no paiz, por 25 grammas.....	120 »
Idem com mistura ou preparo de fumo estrangeiro, 25 grammas.....	100 »		
Rapé, por 125 grammas.....	60 »	Rapé, por 125 grammas.....	200 »
Papel para cigarros em livrinho ou mortalias, por maço até 50 folhas (*).....	40 »	Papel para cigarros, em livrinho ou mortalias, por maço até 50 folhas.....	40 »
Palha, maço até 50 palhas.....	10 »	Palha, maço até 50 palhas.....	20 »

(\*) Vide circular annexa n. 22, de 8 de abril.

**MODELO — A**

F..... estabelecido á rua de..... n... com (fabrica ou negocio)  
de..... vem registrar para os effeitos do imposto de consumo do  
fumo, o seu estabelecimento ou negocio.

Capital Federal,... de..... de 18..

( Assignatura do interessado. )

Averbado a fls. n... do Cadastro

O escripturario, .

F.

MODELO — B

142

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

N.



EXERCICIO DE 189...

**Recebedoria da Capital Federal**  
REGISTRO DO FUMO

Rs....\$....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido a  
rua..... com negocio de..... a patente de  
registro para o commercio de preparados de fumo e  
seus accessorios na fôrma do art....do decreto n....

Recebedoria da Capital Federal....de.....de 189...

Pelo sub-director,

F.

Recebi em.....

O thesoureiro,

F.

N.



EXERCICIO DE 189.....

**Recebedoria da Capital Federal**

(Decreto n.....)

REGISTRO PARA O COMMERCIO DE FUMO

Rs....\$....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio  
de..... a patente de registro para o commercio de preparados de  
fumo e seus accessorios na fôrma do art.... do decreto n....

Recebedoria da Capital Federal....de.....de 189..

Pelo sub-director,

O thesoureiro,

F.



MODELO — C

DEVE				CAIXA				HAVER		TOTAL DO DIA		
1899	Janeiro	2	Importancia recebida em estampilhas especiaes de funo do logar da procedencia), conforme a guia n. de (data) a saber:  1.000 de 25 réis.... 3.000 de 40 réis.... 500 de 800 réis....  4.500	25\$000 120\$000 400\$000	547\$000	»	»	»	Idem a P. sob a guian., a saber: 100 de 25 réis.. 200 de 40 réis..  2\$500 8\$000	5\$000 16\$500 160\$000	181\$000	191\$500
1899	Janeiro	2	Importancia das estampilhas vendidas a F. sob guia n., a saber: 200 de 25 réis. 400 de 40 réis. 200 de 800 réis.									

## MODELO — D

Mapa demonstrativo da casa commercial de propriedade..... á rua d.... n..... no mez de.... de 189...

CONSUMO						ESTAMPILHAS				
DATA	FUMO	CIGARROS	RAPÉ	CHARUTOS (PREÇO SUPERIOR A 80 REIS)	CHARUTOS (PREÇO INFERIOR A 80 REIS)	DATA	IMPORTANCIA DAS COMPRADAS NA REPARTIÇÃO FISCAL	IMPORTANCIA DAS EMPREGADAS NOS PREPARADOS	SALDO EXISTENTE	SIGNIFICAÇÃO
	Desfiado, picado ou migado	Maços								

N. B. — No fim do mez os saldos existentes nas estampilhas passar-se-hão para o mez seguinte.

MODELO — E

Mapa de saída do fumo desfiado, picado ou migado, que não se acha sujeito a imposto nos termos do art.... do regulamento anexo ao decreto, n....

**Fabrica de F... á rua de..... n....**

D AT	NOME DO DESTINATARIO	RESIDENCIA	N. DO REGISTRO	QUANTIDADE DE FUMO		OBSERVAÇÕES
				Vendido	Desfiado por conta	

ADVERTENCIA — Neste livro só será lançado o fumo desfiado, picado ou migado vendido, bem como o fumo bruto desfiado, picado ou migado, por conta de outrem, com destino á venda a retalho, ou á confecção de cigarros.

## MODELO — F

N.

O abaixo assignado, inscripto sob n...., estabelecido á rua ..... n... com (fabrica ou commercio) de preparados de fumo, precisa das seguintes estampilhas do imposto de consumo do fumo :

...	Folhas com ....	estampilhas de ....	réis na importancia de	5
...	»	» ....	» .... » » »	50
...	»	» ....	» .... » » »	50
...	»	» ....	» .... » » »	50
...	»	» ....	» .... » » »	50
...	»	» ....	» .... » » »	50
...	»	» ....	» .... » » »	50
...	...	...	...	5

Importa em (*por extenso*).

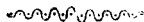
(*Data e assignatura*).

Recebi em (*data e assignatura*).

Averbado a fls.... do livro de inscrições n. 1, em.... de ..... de 189...

O escripturario,

F.



## DECRETO N. 3215 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1899

Approva as alterações feitas nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie de Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas as tarifas approvadas pelos decretos ns. 2088, de 12 de setembro de 1895, e 2512 e 2671, de 17 de maio e 3 de novembro de 1897, como abaixo se declara:

As tarifas para madeira serrada em transito pela Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay gosarão dos abatimentos seguintes: de cinco por cento, para as estações entre Santa Maria e Cruz Alta; de dez por cento, para as estações além da Cruz Alta até Santa Barbara; de quinze por cento, para as estações além de Santa Barbara.

Art. 2.º Fica, outrosim, approvada a transferencia da quarta para a quinta classe dos productos de exportação do paiz, carregados por vagão completo, de accordo com as tabellas que com este baixam, assignadas pelo director geral de Obras e Viação do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 21 de fevereiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

## S. O. B

Por vagão completo

Frete por 1.000 kilos

Com abatimento de 5, 10 e 15 %

TARIFA N. 2

6ª CLASSE

	Pinhall	Colônia	Taquarém	Villa Rica	Tupacretan	Espinillo	Cruz Alta	Lagoão	Porongos	S. Barbara	Pinheiro Marcado	S. Bento	Carasinho	Pulador	Passo Fundo
Santa Maria.....	12830	32550	52080	72280	92780	122160	152460	162420	182260	192520	202870	222220	232000	242180	252760
Pinhall.....	—	12740	32250	52160	72020	102800	132800	142900	162940	182200	192600	212260	222430	232540	242840
Colônia.....	—	—	12540	32760	62320	92260	122210	132340	152620	162960	182440	202080	212050	222660	232960
Taquarém.....	—	—	—	22210	42780	72760	102360	122120	142300	152820	172380	192040	202060	212880	232180
Villa Rica.....	—	—	—	—	22600	52560	82260	102240	122420	132920	152880	172560	182560	202520	222060
Tupacretan.....	—	—	—	—	—	32000	62300	82000	102220	112720	132940	152800	162800	182780	202520
Espinillo.....	—	—	—	—	—	—	32340	52180	72580	92180	112520	132500	142630	162720	182480
Cruz Alta.....	—	—	—	—	—	—	—	22040	42120	62120	82840	102800	122020	142360	162240
Lagoão.....	—	—	—	—	—	—	—	—	22140	4200	72040	92190	102300	122320	142680
Porongos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12680	42760	62920	82220	102360	122620
S. Barbara.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	32180	52340	62680	92160	112220
Pinheiro Marcado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22200	32520	62120	82360
S. Bento.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12350	32940	62220
Carasinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22620	42880
Pulador.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22280

Directoria Geral de Obras e Viagem, 21 de fevereiro de 1920. — C. Cesar de Campos, director geral.

## S. O. B.

TARIFA N. 2

Frete por 1.000 kilos

4ª CLASSE

	Pinhal	Colônia	Taquarémbo	Villa Rica	Tupacretan	Espinilho	Cruz Alta	Lagoão	Porongos	Santa Barbara	Pinheiro Marcado	S. Bento	Carasinho	Pulador	Passo Fundo
Santa Maria.....	3\$320	6\$420	9\$160	13\$140	17\$500	21\$960	26\$940	30\$060	33\$120	35\$220	37\$460	41\$920	43\$260	45\$860	48\$160
Pinhal.....	—	3\$100	5\$860	9\$820	14\$460	19\$200	24\$180	27\$400	30\$920	33\$040	37\$260	40\$180	41\$600	44\$220	46\$520
Colônia.....	—	—	2\$760	6\$740	11\$360	16\$640	21\$600	24\$820	28\$640	30\$960	35\$200	38\$120	39\$900	42\$660	44\$960
Taquarémbo.....	—	—	—	3\$980	8\$620	13\$980	19\$320	22\$520	26\$340	28\$980	33\$360	36\$260	38\$080	41\$300	43\$580
Villa Rica.....	—	—	—	—	4\$660	10\$020	15\$980	19\$220	23\$040	25\$680	30\$720	33\$640	35\$440	38\$920	41\$600
Tupacretan.....	—	—	—	—	—	5\$380	11\$340	15\$200	19\$200	21\$340	27\$120	30\$560	32\$340	35\$820	38\$580
Espinilho.....	—	—	—	—	—	—	5\$930	9\$840	14\$120	17\$360	22\$660	24\$300	28\$440	32\$260	35\$320
Cruz Alta.....	—	—	—	—	—	—	—	8\$460	11\$640	17\$700	21\$340	23\$580	27\$920	31\$340	34\$340
Lagoão.....	—	—	—	—	—	—	—	3\$880	4\$620	7\$780	14\$140	18\$120	20\$360	24\$620	28\$540
Porongos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3\$200	9\$540	13\$920	16\$540	20\$880	24\$720
Santa Barbara.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6\$380	10\$760	13\$440	18\$240	22\$080
Pinheiro Marcado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4\$400	7\$080	12\$300	16\$780
S. Bento.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2\$700	7\$920	12\$500
Carasinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5\$220	9\$820
Pulador.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4\$300

Directoria Geral de Obras e Viação, 21 de fevereiro de 1899.— C. Cesar de Campos, director geral.

## S. O. B.

Por vagão completo

TARIFA N. 2

Frete por 1.000 kilos

5ª CLASSE

	Pinhal	Colonia	Taquarembó	Villa Rica	Tupaceretan	Espinho	Cruz Alta	Lagoão	Porongos	Santa Barbara	Pinheiro Marcado	S. Bento	Carasinho	Pulador	Passo Fundo
Santa Maria.....	23580	58000	78120	108220	138640	178220	218180	238700	238240	288000	318540	338660	348840	378160	398200
Pinhal.....	—	23420	48520	78640	118260	158000	188000	218560	218420	238180	298700	328140	338380	358700	378740
Colonia.....	—	—	23460	58240	88840	128960	168320	198500	228560	248460	278980	308120	318700	348320	368360
Taquarembó.....	—	—	—	38100	68700	108880	138100	178660	208720	228840	268460	288880	308380	338100	358140
Villa Rica.....	—	—	—	—	38920	78800	128120	158020	188080	208200	248240	268680	288180	318080	338380
Tupaceretan.....	—	—	—	—	—	88180	88820	118820	158000	178100	218340	248120	268300	288500	318000
Espinho.....	—	—	—	—	—	—	48660	78660	118220	138540	178740	208680	228480	258520	288000
Cruz Alta.....	—	—	—	—	—	—	—	38000	68560	98060	138800	168720	188500	218580	248760
Lagoão.....	—	—	—	—	—	—	—	—	38900	68060	118000	148140	158940	198420	228480
Porongos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28180	78420	108840	128380	168300	198420
Santa Barbara.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	48960	88360	108460	148240	178300
Pinheiro Marcado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	38420	58320	98580	138060
S. Bento.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28100	68160	98720
Carasinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	48060	78640
Pulador.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	38530

Directoria Geral de Obras e Viação, 21 de fevereiro de 1899.— C. Cesar de Campos, director geral.



## DECRETO N. 3216 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1899

Approva a planta e orçamento para a construcção de um armazem em Tupaceretan, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.

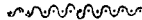
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, decreta:

Artigo unico. Ficam approva/los a planta e orçamento, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para a construcção de um armazem em Tupaceretan, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, devendo a despesa ser levada á conta do custeio repartidamente em dous exercicios successivos.

Capital Federal, 21 de fevereiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3217 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1899

Concede autorisação a L. Paulino & Comp. para organisarem uma sociedade anonyma sob a denominação— Fabrica Nacional de Conservas Alimentares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram L. Paulino & Comp., decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação a Paulino & Comp. para organisarem uma sociedade anonyma sob a denominação de —Fabrica Nacional de Conservas Alimentares— de accordo com os estatutos que apresentaram e ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir as formalidades exigidas pelo decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

## Estatutos da Companhia Fabrica Nacional de Conservas Alimentares

### CAPITULO I

#### FINS, SÉDE, DURAÇÃO E CAPITAL DA COMPANHIA

Art. 1.º Sob a denominação —Fabrica Nacional de Conservas Alimentares— é creada uma sociedade anonyma, com séde e domicilio juridico nesta cidade do Rio de Janeiro, para os fins de realizar em larga escala a fabricação e commercio de conservas alimentares, tanto animaes como vegetaes, doces de todas as qualidades em massa e em calda, geléas, xaropes, licores e preparo de feculas, condimentos, café e outros artigos de alimentação, para o que se servirá dos machinismos e utensilios adquiridos da extincta Companhia Provisora de Conservas Alimentares e montará outros que mais adequados pareçam para os seus fins, estabelecendo armazens e depositos onde convier para a guarda e venda dos seus productos.

Art. 2.º A duração da sociedade será pelo prazo de 30 annos, que poderá ser prorogado por deliberação da assembléa geral dos accionistas.

Art. 3.º O capital será de 220:000\$000, dividido em 440 acções de 500\$ cada uma. A primeira entrada, paga no acto da subscrição dos presentes estatutos, será de 70 % do capital e as demais de 10 % cada uma no fim de 30, 60 e 90 dias, contados da assembléa geral de installação.

Art. 4.º As acções poderão, depois de integradas, ser nominativas ou ao portador.

### CAPITULO II

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 5.º A companhia será administrada por uma directoria composta de dous accionistas, um dos quaes será o presidente, que representará a companhia em Juizo e em todos os actos extrajudiciaes. O outro director será secretario e thesoureiro.

Será eleita annualmente na assembléa geral ordinaria da prestação de contas, sendo, porém, de tres annos o mandato da primeira directoria eleita na assembléa geral de installação.

No impedimento de algum dos directores, será substituido pelo membro do conselho fiscal que este designar.

Art. 6.º A direcção da fabrica assim como a acquisição da materia prima e a venda dos productos estarão a cargo de um gerente, nomeado pela directoria. O primeiro gerente será eleito pela assembléa geral, pelo tempo de cinco annos e só pela mesma assembléa poderá ser dispensado.

Art. 7.º Cada um dos directores deverá dar caução de 10:000\$ em acções da companhia, sendo de 20:000\$, na mesma especie, a do gerente. A assembléa geral de installação marcará os honorarios.

Art. 8.º O conselho fiscal se comporá de tres accionistas e exercerá as attribuições que lhe cabem por lei.

Art. 9.º Competem á directoria todos os actos de administração superior, especificadamente a compra e venda de immoveis, machinismos, moveis e semoventes que façam parte do acervo social, e a fixação, de accordo com o conselho fiscal, dos dividendos semestraes, ficando tambem autorisada a contrahir empréstimos com a garantia real dos bens sociaes.

Art. 10. Ao director-presidente cabem a direcção geral dos negocios da companhia, a convocação da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria, a nomeação e demissão dos empregados e prepostos da companhia e a designação dos respectivos vencimentos, sendo a escolha dos da fabrica sempre sob proposta do gerente.

### CAPITULO III

#### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 11. A assembléa geral ordinaria effectuar-se-ha annualmente no mez de abril, para os fins definidos na lei, e as extraordinarias quando a directoria entender ou legalmente for reclamado pelos accionistas.

Art. 12. Cada accionista terá tantos votos quantas forem as acções que possuir.

### CAPITULO IV

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 13. Fica a directoria autorisada a, mediante acquiescencia do conselho fiscal em parecer fundamentado, augmentar o capital da companhia até outro tanto do marcado nestes estatutos, emittindo ao par as novas acções, independentemente de prévia audiencia da assembléa geral, devendo, porém, dar conta na primeira reunião ordinaria desta, dos motivos do seu acto e do emprego dado ao capital accrescido.

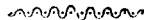
Art. 14. Em todos os casos não definidos nestes estatutos, consideram-se como nelles escriptas as disposições legaes concernentes ao andamento das sociedades anonymas.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1898. — *L. Paulino & Comp.*

Reconheço verdadeira a firma supra.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1898.

Em testemunho de verdade. — *Evaristo Valle de Barros.*



## DECRETO N. 3218 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1899

Annulla a criação do Consulado em Dresde.

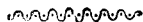
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica sem effeito o decreto n. 3118, de 12 de novembro ultimo, que creou o Consulado em Dresde.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*



Sr. Presidente da Republica — As consignações de alimentação do Hospicio Nacional e Colonias de Alienados, votadas para o exercicio de 1898, esgotaram-se uma em outubro e outra em novembro, conforme se verifica da relação junta.

Foi isto devido a que, tendo sido as rações calculadas para 500 enfermos no primeiro daquelles estabelecimentos e para 150 no segundo, esse numero foi excedido em 192 para o hospicio e em 102 para as colonias, o que determinou naquellas consignações, até o fim do exercicio, um augmento de 87:808\$919, sendo 73:165\$794 no Hospicio Nacional, relativamente aos mezes de outubro a dezembro, e 14:643\$125 nas colonias, correspondendo aos mezes de novembro e dezembro ultimos.

Trata-se de despesas que por sua natureza devem ser consideradas de soccorro publico prestado em asylo de assistencia e achando-se comprehendidas no proprio titulo da verba — Soccorros publicos — por esta verba devem ser pagas, como já se fez.

Mas, sendo para esse effeito insufficiente o saldo de 22:131\$378 que apresenta o credito supplementar á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1898, aberto pelo decreto n. 3041, de 19 de outubro do anno passado, e estando ainda esse saldo sujeito a despesas previstas naquella data, torna-se preciso abrir um novo credito supplementar, na importancia de 87:808\$919.

Eis porque tenho a honra de submeter á vossa assignatura o incluso decreto, abrindo, de conformidade com o art. 23 n. 1 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, um credito daquella importancia á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1898.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1898. — *Eptacio Pessoa.*

Relação de despesas de diversos fornecimentos de generos alimenticios feitos ao Hospicio Nacional e ás Colonias de Alienados, que deixaram de ser pagas por falta de credito nas consignações — alimentação — da verba n. 19, do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1898, e a que se refere a exposição de motivos desta data

*Hospicio Nacional*

Em outubro.....	20:639\$670	
Em novembro.....	26:559\$547	
Em dezembro.....	<u>25:968\$577</u>	73:165\$784

*Colonias de Alienados*

Em novembro.....	7:047\$907	
Em dezembro.....	<u>7:595\$218</u>	14:643\$125
		87:808\$919

Primeira Secção da Directoria de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 28 de fevereiro de 1899. — O 1º official, *Carvalho e Souza*. — *Rodrigues Barbosa*, director da secção, — Visto — *J. Bordini*, director geral.

DECRETO N. 3219 — DE 4 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores novo credito supplementar de 87:808\$919 á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos dos Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro da Justiça e Negocios Interiores e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, §5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir, de accordo com o disposto no art. 23, n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, novo credito supplementar de oitenta e sete contos oitocentos e oito mil novecentos e dezenove réis (87:808\$919) á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1898, afim de occorrer ao pagamento das despesas mencionadas na relação que a este acompanha.

Capital Federal, 4 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3220 — DE 7 DE MARÇO DE 1899

Approva o regulamento da Direcção Geral de Saude

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida pelo art. 16 da lei n. 403, de 24 de outubro de 1896, resolve approvar o regulamento da Direcção Geral de Saude, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 7 de março de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*

## Regulamento da Direcção Geral de Saude

## CAPITULO I

## DA DIRECÇÃO GERAL DE SAUDE E SEUS FINS

Art. 1.º A Direcção Geral de Saude é especialmente incumbida de assegurar aos hospitaes, enfermarias e corpos de tropas, tanto na paz como na guerra, todo o pessoal, materiais, medicamentos necessarios á boa hygiene e saude das tropas, assim como o pessoal e os medicamentos para o tratamento da cavallhada do exercito.

Paragrapho unico. Para preencher esses fins, compete-lhe essencialmente a direcção do serviço geral de saude do exercito e tem como agente o pessoal respectivo e como meios :

- a) os hospitaes e enfermarias militares;
- b) o Laboratorio de Bacteriologia e Microscopia clinica;
- c) o Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar;
- d) as pharmacias militares;
- e) os depositos do material sanitario e de medicamentos;
- f) emfim, todo o material sanitario necessario aos diferentes serviços de paz e de guerra.

Art. 2.º A Direcção Geral de Saude constitue uma repartição composta de um gabinete e tres secções.

§ 1.º O gabinete terá a seu cargo a correspondencia, expediente e despachos do director geral, assim como o archivo da direcção.

§ 2.º As secções são incumbidas :

*Primeira secção*

I. Do pessoal medico, veterinario, enfermeiro e padoleiro.

II. Dos empregados civis da direcção.

III. Do que diz respeito á direcção e administração dos hospitaes e enfermarias, na paz e na guerra.

IV. Do Laboratorio de Bacteriologia e Microscopia clinica.

*Segunda secção*

I. Do que diz respeito ao deposito do material e utensilios de saude.

II. Material de agasalho, transporte, alimentação e meios curativos nas operações militares.

*Terceira secção*

I. Do pessoal pharmaceutico.

II. Do fornecimento e fiscalização de drogas, medicamentos, utensilios e vasilhames de pharmacia.

III. Da direcção technica dos laboratorios pharmaceuticos, das pharmacias militares e depositos de medicamentos, em tempo de paz e de guerra.

## CAPITULO II

### DO PESSOAL

Art. 3.º A Direcção Geral de Saude terá o seguinte pessoal:

§ 1.º Direcção:

Um director geral, o chefe do Corpo de Saude ;

O director geral terá um assistente medico de 3ª ou 4ª classe.

§ 2.º Gabinete:

Um chefe medico, official superior ;

Um adjunto, medico de 4ª classe.

§ 3.º Secções:

Um chefe da 1ª secção, medico de 1ª classe ;

Um chefe da 2ª secção, medico de 1ª ou 2ª classe ;

Um chefe da 3ª secção, pharmaceutico de 1ª classe ;

Dous adjuntos, um para a 1ª, outro para a 2ª secção, medicos de 3ª ou 4ª classe ;

Um adjunto para a 3ª secção, pharmaceutico de 3ª ou 4ª classe ;

Tres 1.ªs escripturarios, empregados civis ;

Tres 2.ªs ditos, idem, idem ;

Tres 3.ªs ditos, idem, idem ;

Um porteiro, ex-praça ;

Dois continuos ;

Tres serventes.

Art. 4.º A Direcção Geral de Saude tem á sua disposição, para execução dos respectivos serviços, o Corpo de Saude do Exercito, a secção de enfermeiros militares, padioleiro, ficando todos immediatamente subordinados ao director geral.

Art. 5.º Os medicos e pharmaceuticos militares, que excederem do numero fixado para o exercicio effectivo na Direcção Geral e ás necessidades dos serviços della dependentes nos estabelecimentos e corpos do exercito, serão, independente de nomeação do Ministro da Guerra, distribuidos pelo director geral, como julgar conveniente e segundo as exigencias do serviço, pelo gabinete e pelas secções.

### CAPITULO III

#### DAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 6.º Ao director geral de saude compete:

§ 1.º Dirigir, sob a autoridade do Ministro da Guerra, todos os trabalhos da direcção, bem como os serviços desta dependentes.

§ 2.º Corresponder-se directamente com o Ministro da Guerra, sobre todos os assumptos de ordem technica, profissional, administrativa e economica da direcção com o chefe do Estado-Maior do Exercito, no que for concernente á disciplina do pessoal militar da direcção, e com as demais autoridades militares, sempre que for necessario aos serviços respectivos.

§ 3.º Velar pela fiel observancia dos regulamentos ou ordens do Governo concernentes ao serviço de saude do exercito, bem assim pela disciplina do pessoal da direcção e dos estabelecimentos militares desta dependentes e pela instrucção dos enfermeiros e padioleiros.

§ 4.º Regular por meio de instrucções:

a) a execução dos serviços a cargo do gabinete e das secções e demais dependencias da repartição, indicando os processos e methodos mais apropriados a cada um delles, conformo a natureza e destino ;

b) o registro e a expedição da correspondencia ;

c) o archivo da repartição ;

d) a escripturação geral da direcção.

§ 5.º Propor ao Governo adopção de todas as medidas que, não consignadas neste regulamento, julgar convenientes á boa marcha do serviço respectivo, e que a experiencia ou os progressos das sciencias aconselharem.

§ 6.º Emittir o seu parecer sobre qualquer trabalho de ordem technica e profissional executado na repartição e que tenha de ser dirigido ao Ministro da Guerra.



§ 7.º Inspeccionar pessoalmente, sempre que for conveniente e com prévia autorização do Governo, o serviço de saúde nos districtos militares; e bem assim, uma vez por mez, fazer visitas de inspecção aos estabelecimentos sanitarios militares desta Capital.

§ 8.º Distribuir os officiaes a que se refere o art. 5.º deste regulamento pelas secções e gabinete, e transferil-os quando lhe parecer conveniente ao serviço, tendo sempre em vista a aptidão provada de cada um.

§ 9.º Remetter até 1 de fevereiro de cada anno um relatório circunstanciado dos serviços da repartição, durante o anno anterior, acompanhado do mappa do pessoal do Corpo de Saude e dos empregados civis da direcção, dos mappas nosologicos, contendo a porcentagem da mortalidade do exercito, as molestias epidemicas e trabalhos sobre prophylaxia da tuberculose bem assim o quadro comparativo entre as molestias do exercito nacional e exercitos dos diversos paizes, especialmente americanos.

§ 10. Remetter ao chefe do Estado-Maior, requisitando a publicação, na *Revista Militar*, dos trabalhos, cujo assumpto interesse ao exercito conhecer.

§ 11. Exercer a policia militar, de accordo com o respectivo regulamento processual.

§ 12. Nomear e promover os enfermeiros-móres e ajudantes de enfermeiros da Capital Federal e dos Estados, tendo em vista as suas alterações e os conceitos emitidos nas respectivas relações pelos chefes da 1.ª secção e autoridades a que aquelles estiverem immediatamente subordinados.

§ 13. Prestar as informações que forem exigidas pelo Ministro da Guerra e pelo chefe do Estado-Maior do Exercito, bem como satisfazer a todas as requisições que lhe forem feitas pelas autoridades militares competentes.

§ 14. Expedir, por si ou por intermedio dos órgãos competentes da repartição, as necessarias ordens e instrucções sobre qualquer assumpto concernente á direcção e que vise o bom e prompto desempenho dos serviços a seu cargo.

§ 15. Presidir o Conselho Superior de Saude.

§ 17. Propor ao Ministro da Guerra, mediante indicação dos chefes da 1.ª e 3.ª secções, o pessoal medico, pharmaceutico e veterinario para o serviço das guarnições nos districtos e forças expedicionarias, assim como dos differentes estabelecimentos militares da Republica que por sua natureza exijam a presença de taes funcionarios.

§ 18. Remetter anualmente ao chefe do Estado-Maior do Exercito as informações annuas dos officiaes do Corpo de Saude, devendo nestas com precisão, emittir o seu juizo sobre cada um.

§ 19. Autorisar, por intermedio do chefe de gabinete, sempre dentro da verba orçamentaria annualmente votada, as despesas miúdas que julgar convenientes aos trabalhos da repartição e requisitar os pagamentos á repartição competente.

Art. 7.º Em seus impedimentos e faltas será substituído pelo chefe da 1.ª secção e na falta deste pelo official mais graduado da repartição.

Art. 8.º Ao chefe de gabinete compete :

§ 1.º Responder perante o director geral pela disciplina, economia e regularidade do serviço no gabinete.

§ 2.º Centralizar no gabinete e distribuir a correspondencia pelos secções, segundo a natureza de cada uma, salvo a que for de caracter reservado, especialmente dirigida ao director geral.

§ 3.º Dirigir e fiscalizar todos os trabalhos que correrem pelo gabinete, e bem assim o respectivo pessoal.

§ 4.º Redigir as ordens do dia do director geral e todas as peças officiaes que devem ser assignadas pelo chefe da repartição.

§ 5.º Organizar o systema de escripturação, abrangendo protocolos, registros, archivos e demais meios que possam facilitar a conservação e busca de quaesquer documentos da repartição, de conformidade com as normas estabelecidas pelo director geral.

§ 6.º Apresentar o expediente á assignatura do director geral.

§ 7.º Subscrever as certidões passadas por ordem do director geral, conferir e authenticar as cópias que este mandar extrahir.

§ 8.º Não prestar nem deixar prestar ás pessoas estranhas informações de qualquer natureza, sem ordem expressa do director geral.

§ 9.º Manter na melhor ordem o archivo da direcção e designar quaes os papéis que devem ser archivados.

§ 10. Rubricar os pedidos de artigos para o expediente e os recibos relativos aos mesmos, assim como as contas das despesas miudas feitas com prévia autorização do director geral.

§ 11. Organizar a folha de pagamento dos empregados da repartição, a qual será assignada pelo director geral.

Art. 8.º Aos chefes de secção em geral incumbe :

§ 1.º Responder perante o director geral pela disciplina, economia e regularidade do serviço da respectiva secção.

§ 2.º Distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos da secção, procurando aproveitar em sua execução as aptidões especiaes de cada um dos officiaes e empregados civis e bem assim dirigil-os e fiscalizal-os.

§ 3.º Solicitar do director geral as necessarias providencias para o regular andamento dos serviços a cargo da secção.

§ 4.º Informar todos os papéis processados na secção, emitindo com clareza e precisão o seu juizo a respeito, bem como dar com presteza todas as informações que lhes forem determinadas pelo director geral.

§ 5.º Conferir as cópias e authenticar as certidões extrahidas de documentos ou registros pertencentes á secção.

§ 6.º Prestar informações sobre o zelo, conducta, aptidão e preparo dos empregados militares e civis da secção.

**Art. 9.º Compete especialmente :****§ 1.º Ao chefe da 1.ª secção :**

I. Fiscalizar e ter em dia a escripturação relativa a registros, assentamentos de praça e alterações occorridas com o pessoal medico, veterinario, enfermeiro e padioleiro e com os empregados civis da direcção e da administração dos hospitaes, enfermarias e demais estabelecimentos militares subordinados à Direcção Geral de Saude.

II. Ter em dia a escala do serviço de todo o pessoal medico da direcção geral.

III. Indicar, á vista desta escala, attendendo á antiguidade de permanencia, a quem compete a primeira commissão a desempenhar, não só na Capital Federal e nos Estados, como nos estabelecimentos militares e forças expedicionarias.

IV. Presidir a junta militar de saude na Capital Federal e tambem o concurso para admissão dos empregados civis da direcção e dos estabelecimentos militares na mesma Capital.

V. Exercer a fiscalização e inspecção constante do Laboratorio de Bacteriologia e Microscopia clinica, informando ao director geral, por escripto, de tudo que ali occorrer.

**§ 2.º Ao chefe da 2.ª secção :**

I. Examinar e fiscalizar o mappa do material a cargo dos almoxarifados dos hospitaes e agente de enfermarias militares e deposito geral do material sanitario, e bem assim os do instrumental cirurgico a cargo dos directores daquelles estabelecimentos e medicos dos corpos de tropas.

II. Examinar e fiscalizar os pedidos deste material e confrontal-os com as declarações exaradas nos mappas, no que diz respeito ao seu estado, e com os respectivos termos de exame e consumo, que deverão acompanhal-os, fazendo todas as verificações, emittindo o seu parecer claro e preciso, tudo a fim de salvaguardar os interesses da Fazenda.

III. Redigir novos pedidos, si os que forem recebidos estiverem inquinados de vicios ou em desacordo com os modelos e disposições em vigor; de tudo informando o director geral, para as necessarias providencias de policia militar.

IV. Examinar todos os documentos relativos á economia dos hospitaes e enfermarias, ajuizando com exactidão das operações e da morbilidade dos contractos effectuados, e si os conselhos economicos observaram fielmente as disposições em vigor quanto á especie; no caso contrario, propor ao director geral as medidas de policia necessarias para a punição dos culpados.

V. Organisar as tabellas com os respectivos padrões do material e utensilios de saude, material de transporte e de agasalho, e meios curativos que devem ter os hospitais, enfermarias e ambulancia em tempo de paz e de guerra, bem assim o dos fornecimentos feitos pelo deposito geral do material.

VI. Indicar o modelo ou typo das ambulancias regimentaes para o serviço dos corpos, em quartel, exercicios, grandes manobras e operações.

VII. Organisar uma relação de todo o material sanitario do exercito, bem assim o custo de suas unidades para a apuração da responsabilidade dos extravios.

VIII. Funcionar na commissão de compras do material sanitario militar.

§ 3.º Ao chefe da 3ª secção :

I. Fiscalizar e ter em dia a escripturação relativa a registro, assentamento de praças e alterações occorridas com o pessoal pharmaceutico do exercito.

II. Ter em dia a escala do serviço de todo o pessoal pharmaceutico militar.

III. Fazer parte da commissão de exame no concurso para a admissão dos que se propoem a pertencer ao Corpo Pharmaceutico do Exercito.

IV. Indicar ao director geral, á vista da escala de serviço, attendendo á antiguidade de permanencia, a quem compete a primeira commissão a desempenhar nos estabelecimentos militares da Capital Federal e dos Estados que exijam a presença de pharmaceuticos, assim como nas forças expedicionarias.

V. Examinar e fiscalizar a exactidão da escripturação dos mappas de carga e descarga das pharmacias militares e do Laboratorio Chimico Pharmaceutico.

VI. Organisar os pedidos de medicamentos, drogas, utensilios de pharmacia e vasilhame nos mappas de que trata o numero antecedente; exercendo nesse mister a necessaria fiscalização para que o fornecimento corresponda ás necessidades reais do serviço e seja feito com equidade pelas differentes pharmacias.

VII. Exercer a maxima vigilancia e fiscalização nos pedidos de medicamentos, drogas, utensilios de pharmacia e vasilhame, afim de serem submettidos ao despacho do director geral, a quem compete dar as ordens para o fornecimento; devendo, no caso de omissões ou irregularidades, communicar-as ao director geral, por escripto, afim de que sejam promptamente tomadas as medidas de policia militar necessarias para a punição dos culpados.

VIII. Funcionar na commissão de compras de medicamentos, drogas e material de pharmacia necessario ao serviço.

IX. Inspeccionar e fiscalizar, sob a autoridade do director geral, a direcção technica do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.

Art. 10. Ao assistente do director geral incumbê:

§ 1.º Transmittir verbalmente aos chefes do gabinete e secções ou a qualquer estabelecimento sanitario desta Capital ou do ponto em que o director geral se achar todas as ordens de natureza urgentes que este determinar.

§ 2.º Acompanhar o director geral em todos os actos de serviço em que o mesmo comparecer e executar as ordens dadas por aquelle e inherentes ao cumprimento dos respectivos deveres.

Art. 11. Aos adjuntos incumbê exercer todos os trabalhos determinados pelos respectivos chefes, observando rigorosamente as instrucções que por estes lhes forem dadas.

Paragrapho unico. Os adjuntos na secção substituirão os seus chefes, segundo suas graduacões.

Art. 12. Aos escripturarios incumbem todos os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos seus chefes e adjuntos da secção.

Art. 13. Ao porteiro incumbê:

§ 1.º A guarda, limpeza e arranjo da repartição, assim como a conservação de tudo quanto nella existir, tendo sob suas ordens immediatas os continuos que o coadjuvarão em suas obrigações e cumprirão tambem as ordens dos empregados da repartição.

§ 2.º Receber e expedir a correspondencia, encaminhar as partes o fiscalizar o serviço dos continuos, dos quaes um, designado pelo director geral, o substituirá em seus impedimentos e faltas.

## CAPITULO IV

### DAS NOMEAÇÕES, DEMISSÕES E LICENÇAS

Art. 14. Serão nomeados :

O director geral e os 1.ºs escripturarios, por decreto.

Os chefes de secção e de gabinete, o assistente, os adjuntos e demais funcionarios dependentes da Directoria Geral, encarregados ou chefes dos estabelecimentos de que trata o paragrapho unico do art. 1.º, e os delegados do director geral junto aos commandos de districtos e seus adjuntos, os 2.ºs e 3.ºs escripturarios nas primeiras nomeações e o porteiro, por portaria do Ministro da Guerra, precedendo proposta do director geral, que deve ter muito em vista as aptidões especiaes dos propostos. Os continuos e serventes, pelo director geral, que os poderá demittir livremente.

**Paragrapho unico.** Os logares de 3<sup>os</sup> escripturarios serão preenchidos por concurso, e os de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> por accesso.

**Art. 15.** Os officiaes do corpo de saude em exercicio na direcção geral, serão considerados em commissão militar; as licenças e aposentadorias dos empregados civis serão reguladas pelas leis respectivas.

**Art. 16.** Os officiaes e empregados civis com exercicio na Direcção Geral de Saude perceberão os vencimentos constantes das tabellas annexas.

**Art. 17.** Para a verificação da frequencia dos officiaes e mais empregados haverá livro de ponto ou quaesquer outros meios determinados pelo director geral.

**Paragrapho unico.** O não comparecimento á repartição, sem causa justificada, acarretará ao empregado a perda da gratificação correspondente, além das penas em que incorrer pela falta.

**Art. 18.** O serviço da repartição começará ás 10 horas da manhã e terminará ás 3  $\frac{1}{2}$  da tarde.

**Paragrapho unico.** Quando a conveniencia do serviço o exigir, poderá o chefe da repartição prorogar as horas do expediente, e, em caso de urgencia, fazer executar os serviços em dia feriado, na repartição ou fóra della.

## CAPITULO V

### DO SERVIÇO DE SAUDE DO EXERCITO EM TEMPO DE PAZ

**Art. 19.** O serviço de saude em tempo de paz é assegurado aos estabelecimentos militares e aos corpos de tropas pela respectiva direcção geral, de accordo com o art. 1<sup>o</sup> e seus paragraphos.

Esse serviço comprehende :

1<sup>o</sup>, o tratamento dos militares enfermos e a applicação das regras de hygiene e a intervenção profissional em todas as questões que entenderem com a conservação da saude das tropas;

2<sup>o</sup>, a hospitalização pelas guarnições, o preparo e fornecimento dos medicamentos e diferentes meios curativos e o serviço sanitario dos estabelecimentos militares;

3<sup>o</sup>, as medidas sanitarias geraes, instrucções especiaes de serviço, programmas, pareceres, consultas technicas exigidas pelo Governo, pesquisas scientificas levadas a effeito nos laboratorios sob hygiene militar e prophylaxia das molestias infecto-contagiosas, ou, simplesmente contagiosa, mais communs no exercito.

**Paragrapho unico.** A execução desse serviço será effectuada pelas organizações sanitarias descriptas neste capitulo e nos seguintes :

## CAPITULO VI

## DO CONSELHO SUPERIOR E DA JUNTA MILITAR DE SAUDE

Art. 20. Haverá na Capital Federal um conselho superior e juntas militares de saúde, ali e onde houver guarnição.

Art. 21. O conselho compor-se-ha: do chefe do corpo, como presidente, dos tres chefes de secção da Direcção Geral, e do director do hospital central, tendo por secretario o chefe do gabinete.

Art. 22. Ao conselho superior de saúde compete:

§ 1.º Emitir opinião sobre questões sanitarias que lhe forem propostas pelo Governo.

§ 2.º Apresentar ao Governo os programmas de concurso, os regulamentos, instrucções e pareceres que julgar convenientes, para o melhoramento e boa marcha do serviço.

§ 3.º Organisar com a precisa brevidade o regulamento para o serviço sanitario em campanha, o qual será submittido á approvação do Governo, e bem assim as instrucções para o concurso e exame de admissão dos veterinarios, serviço dos mesmos e curso dos enfermeiros, devedo este ultimo ser feito no hospital central por um medico de reconhecida aptidão indicado pelo chefe da 1ª secção ao director geral.

§ 4.º Examinar quaesquer obras, memorias e monographias escriptas pelos officiaes do corpo, relativas quer á medicina geral, quer ao serviço de saúde do exercito, emittindo juizo sobre ellas, e caso lhes reconheça valor e interesse, proporá sua impressão por conta do Estado e averbação competente nos assentamentos do autor, em nota clara e concisa da natureza do trabalho, sua utilidade e apreço do Governo.

§ 5.º Inspeccionar novamente os individuos que a autoridade superior entender.

§ 6.º Tratar das questões hygienicas relativas á saúde dos militares nos quartéis, em marcha, em campanha, grandes manobras e nos acampamentos.

§ 7.º Informar ao Governo, nos casos de epidemias ou imminencia das mesmas, os meios convenientes para combatel-as ou evital-as.

§ 8.º Organisar a lista das molestias ou defeitos physicos que isentam do serviço militar e o formulario das prescripções medicas para uso dos hospitaes e enfermarias militares e submittel-as á approvação do Governo.

Art. 23. No caso do § 5º do artigo antecedente o conselho funcionará como junta superior de saúde, que será composta do director geral, como presidente e dos outros dous medicos membros do conselho que não fizerem parte da junta militar de saúde, tendo por secretario o chefe do gabinete, o qual, em livro especial lavrará a acta e os pareceres, que serão uma exposição clara e precisa do exame e suas conclusões.

§ 1.º Quando houver impedimento legal do director geral será elle substituido pelo chefe da 1.ª secção ; si este não tiver feito parte da junta que inspecionou o individuo sujeito ao exame do conselho superior, caso em que presidirá a junta o chefe da 2.ª secção.

§ 2.º No impedimento de qualquer outro membro do conselho superior, será chamado o medico mais graduado em serviço na Capital Federal, que, pelo motivo do paragrapho antecedente, não se achar também impedido.

§ 3.º As sessões do conselho superior serão consignadas em livro para este fim destinado, no qual serão lançados pelo chefe do gabinete, de seu proprio punho, as actas respectivas.

Art. 24. A junta militar de saude da Capital Federal será presidida pelo chefe da 1.ª secção da direcção geral, tendo por vogaes dous medicos designados pelo director geral para cada sessão da junta, e nos Estados e guarnições pelo delegado do director geral ou directores locais de serviço e dous outros medicos.

§ 1.º Na hypothese de haver em uma guarnição apenas dous medicos militares, estes constituirão a junta declarando-se na respectiva acta esta circumstancia.

§ 2.º Dado o caso de divergencia de parecer entre estes dous medicos, será convidado um medico reformado e, na falta, um honorario ou civil para decidir do empate.

§ 3.º Na falta absoluta de um terceiro medico para tal fim, o inspecionado, si o seu estado o permittir, será remettido para a guarnição mais proxima, devendo, no caso negativo, ser chamado um medico dessa guarnição.

§ 4.º Quando houver mais de tres medicos em uma guarnição a junta será presidida pelo medico chefe, procedendo-se, quanto aos vogaes, de conformidade com o que se acha estabelecido para a da Capital Federal.

Art. 25. Compete á junta:

Paragrapho unico. Proceer a examo de sanidade nos individuos que para esse fim lhe forem mandados apresentar pela autoridade superior competente, á qual remetterá a cópia das actas das respectivas inspecções, que serão lavradas na Capital Federal pelo 1.º escriptuario adstricto á 1.ª secção e nos Estados pelo 1.º escriptuario ou amuniense da enfermaria.

Art. 26. Quando na inspecção se apresentarem pretendentes á pensão, reforma, melhoramento de reforma ou concessão de etapa e recolhimento ao Asylo de lavallidos da Patria, a junta, si encontrar enfermidade, declarará na acta si ella impassibilita, difficulta ou não impede de prover o candidato, aos meios de sua subsistencia.

Paragrapho unico. Em todos estes casos e em outros que o Governo julgar conveniente, será ouvido o director geral, que por sua vez ouvirá o conselho superior, quando julgar necessario.

Art. 27. Os pareceres da junta serão escriptos com a maior clareza e laconismo de modo a ser bem orientada a autoridade.



## CAPITULO VII

## DOS MEDICOS INSPECTORES

Art. 28. Sob proposta do director geral de saude, poderá o Governo nomear medicos de 1ª ou 2ª classes, encarregados de inspecionar os estabelecimentos e serviços de saude do exercito nos districtos militares.

Art. 29. A inspecção abrangerá todos os ramos do serviço sanitario e nella proferirá o inspector como delegado do director geral, a quem, em relatorio circunstanciado prestará conta do que houver observado.

Art. 30. O fim da inspecção é principalmente :

1º, verificar si nas repartições de saude executam-se rigorosamente as leis o regulamentos em vigor;

2º, si são convenientemente guardados todos os preceitos da sciencia e de humanidade para com os enfermos quanto a dietas, medicamentos e agasalhos e si os empregados mostram zelo, interesse e proficiencia;

3º, si, attendendo a estes preceitos, zelam-se tambem os interesses da Fazenda Nacional;

4º, si os estabelecimentos estão providos de todo o material necessario e, no caso negativo, pedir providencias a respeito;

5º, si a escripturação e contabilidade são feitas com a exacção e moralidade exigidas pelos regulamentos.

Paragrapho unico. Os inspectores serão sempre acompanhados d'um auxiliar pharmaceutico de 4ª ou 5ª classe.

Art. 31. No exercicio de suas attribuições, exercerão a acção disciplinar sobre todo o pessoal do estabelecimento sujeito à inspecção.

Art. 32. Poderão tambem determinar a cessação de actos ou praticas que julgarem prejudiciaes á saude dos enfermos ou aos interesses da Fazenda Nacional, dando immediatamente parte ao director geral.

## CAPITULO VIII

## DOS DELEGADOS DO DIRECTOR GERAL E DOS CHEFES DE SERVIÇO OU DIRECTORES

Art. 33. Haverá junto a cada commando de districto militar, e fazendo parte do quartel-general, um melico official superior que será o delegado do director geral de saude e o chefe do serviço sanitario militar do districto.

Art. 34. A nomeação dos chefes ou directores do serviço sanitario nos districtos militares e nas guarnições será feita tendo-se em consideração a respectiva força e a patente dos officiaes do corpo de saude.

Art. 35. Compete aos delegados e aos chefes de serviço :

§ 1.º Cumprir e fazer cumprir as leis regulamentares, ordens em vigor ou as attinentes ao serviço que reclamarem da autoridade superior.

§ 2.º Envidar todos os esforços para que o serviço de saúde do districto seja feito com a maior vantagem, para o que serão solícitos em obter das autoridades todo o auxilio necessario.

§ 3.º Fiscalizar o serviço de saúde, visitando os hospitais, pharmacias, ambulancias, etc., verificando o tratamento dos enfermos, o zelo, a assiduidade e proficiencia dos officiaes de saúde e demais empregados ; a boa guarda e conservação do material cirurgico e pharmaceutico ; e, finalmente, toda a escripturação e moralidade das contas e despezas feitas, dando parte á autoridade competente das irregularidades que encontrar e solicitar as providencias que não estiverem em sua alçada.

§ 4.º Propor á autoridade militar superior o pessoal reclamado pelas necessidades do serviço e detalhar-o entre os officiaes na séde da chefia.

§ 5.º Presidir ao conselho economico dos hospitais e enfermarias e cumprir os deveres que lhe são impostos no regulamento que baixou com o decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1896.

§ 6.º Remetter directamente ao director geral no fim de cada trimestre e anno o mappa das pharmacias e os nosologicos com as considerações que forem de valor e interesse para a sciencia e annualmente, até fins de janeiro um relatório, circum-tanciado do serviço de sua fiscalização, especialmente hospitalar, ficando nessa parte alterada a disposição do § 10, art. 8º, do regulamento de 27 de dezembro de 1892.

§ 7.º Remetter do mesmo modo semestralmente o mappa de carga e descarga dos instrumentos cirurgicos dos hospitais e enfermarias, por intermedio do commando do districto, trimestralmente os mappas de carga e descarga dos almoxarifados e agencias dos hospitais e enfermarias ; a relação de alterações do pessoal de sua jurisdicção e tambem a relação de conducta e serviço dos officiaes de saúde, segundo o modelo geral adoptado para o exercito.

Art. 36. Nos Estados em que houver mais de uma guarnição os chefes de enfermarias remetterão os mesmos papeis aos seus chefes, observando *mutatis mutandis* o disposto no paragrapho precedente.

Art. 37. Os chefes de hospitais e enfermarias se corresponderão com os commandantes de districtos nas respectivas sédes por intermedio do delegado do director geral ; fora dellas, por intermedio do commando da guarnição, quando se tratar de assumpto relativo á administração e disciplina ou de adopção de medidas hygienicas ou providencias urgentes, em relação á saúde das praças e officiaes que não estejam nas suas attribuições ; e nos outros casos com a Direcção Geral de Saúde.

## CAPITULO IX

DOS DIRECTORES DE HOSPITAL, CHEFES DE ENFERMIARIAS ESPECIAES  
E MEDICOS DE CORPOS

Art. 38. O exercicio desses cargos constitue funcção de serviço que compete por nomeação aos medicos designados por categoria de postos.

Art. 39. As attribuições conferidas e os deveres especiaes impostos aos mesmos estão definidos nos regulamentos approvados pelos decretos ns. 476, de 6 de agosto de 1891, 1183, de 27 de dezembro de 1892, e 338, de 23 de maio de 1891, com as modificações constantes deste regulamento.

## CAPITULO X

## DOS HOSPITAES MILITARES

Art. 40. Os hospitaes são destinados ao tratamento dos officiaes e praças do exercito enfermos ou feridos e dos individuos que lhes forem assemelháveis.

Serão estabelecidos em lugar apropriado, funcionando em edificios adquiridos, alugados ou especialmente construidos para esse fim de accordo com as exigencias da hygieine e proporcionaes com a força da guarnição.

Art. 41. Haverá na Capital Federal um hospital de 1ª classe sob a denominação de *Hospital Central do Exercito* e hospitaes de 2ª classe nas sedes dos districtos militares e o provisorio do Andaraíhy ou outro que o substituir. O primeiro será dirigido por um medico de 1ª ou 2ª classe e terá um vice-director medico de 2ª ou 3ª classe; os demais, por medicos de 2ª ou 3ª classe.

Art. 42. O pessoal em serviço nos hospitaes será dividido em duas secções, tecnica e administrativa. As funcções de ambas, sob immediata direcção, fiscalização, responsabilidade dos directores com as attribuições conferidas neste regulamento e no de 6 de agosto de 1891, comprehendendo a primeira a parte essencialmente profissional, que será desempenhada pelo pessoal medico e pharmaceutico e pelos enfermeiros; a segunda, a administrativa, pelos demais empregados constantes dos respectivos quadros.

Art. 43. Os hospitaes serão providos de moveis, utensilios e roupas, para uso dos doentes, por pedidos feitos á Intendencia da Guerra, pelo director geral de saude, de conformidade com a tabella approvada pelo regulamento n. 5352, de 23 de julho de 1873.

Art. 44. Haverá em cada hospital um conselho economico composto pela forma estabelecida no decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1896, o qual proverá ao fornecimento dos generos para as dietas dos doentes ali em tratamento.

Art. 45. Sendo da attribuição desse conselho tratar da economia interna do hospital, gerindo a sua despesa e receita,

receberá dos commandos dos corpos, como receita, a importancia do pret de vencimentos das praças respectivas que nelle forem tratadas, para o pagamento aos fornecedores, de conformidade com o art. 51 do citado decreto.

Art. 46. Cada hospital terá uma pharmacia completa para satisfazer as necessidades do serviço clinico.

Art. 47. Esse serviço, assim como o do expediente, se fará de 8 horas da manhã ás 2 da tarde, no inverno, e das 7 da manhã até 1 da tarde, no verão.

Art. 48. Haverá effectivamente no hospital um medico e um pharmaceutico de dia, inseparaveis do e-tabelecimento, para attenderem ao serviço extraordinario. Estes serão soccorridos pelo hospital com alimentos ali preparados e correspondentes em preço, á dieta mais forte em generos e extraordinarios, abonados aos officiaes nas tabellas em vigor.

Art. 49. Todas as manhãs o vice-director do hospital central, auxiliar e substituto do director ou quem suas vezes fizer, reunirá os facultativos e encarregados da pharmacia e tomará conhecimento das occorrencias havidas relativas ao serviço clinico e communicará o resultado dessa conferencia ao director, o qual determinará o que julgar necessario.

Art. 50. Ficam estabelecidos no mesmo hospital os cargos de primeiro medico e primeiro cirurgião.

Paragrapho unico. Exercerão taes cargos dous medicos do estabelecimento, nomeados pelo director geral, mediante indicação do chefe da 1.<sup>a</sup> secção.

Art. 51. Os hospitaes terão um arsenal cirurgico correspondente á sua importancia e necessidades, a cargo do vice-director no hospital central e dos directores nos outros hospitaes.

Art. 52. Em caso de epidemia grave ou de grande accumulo de doentes, serão estes retirados em parte ou na totalidade para outro hospital militar ou civil mais proximo, mediante indicação ou proposta do director geral ao Governo.

Art. 53. O official superior de dia á guarnição deverá visitar os hospitaes. Nesta visita e em livro para esse fim collocado na portaria, mencionará as faltas administrativas que encontrar, para que o respectivo director providencie a respeito. Si, porém, as faltas forem de natureza grave, deverá leva-las immediatamente, por escripto, ao conhecimento do commando do districto ou guarnição.

Art. 54. Os hospitaes se regem pelo regulamento que baixou com o decreto n. 476, de 6 de agosto de 1891, observadas as modificações consignadas no presente regulamento.

Art. 55. Nos hospitaes em que houver irmãs de caridade, será o serviço na parte respectiva feito de accordo com as instrucções de 12 de dezembro de 1868.

Art. 56. Nas localidades em que o Governo contractar a hospitalização civil, ficará esta sob a immediata fiscalização do chefe do serviço ou de quem suas vezes fizer, devendo as visitas diarias aos doentes ser feitas por medicos militares.

## CAPITULO XI

## DAS ENFERMIARIAS MILITARES

Art. 57. As enfermarias militares são estabelecimentos de categoria inferior á dos hospitaes e instituidas nas pequenas guarnições, seguindo os mesmos principios do art. 38 e destinadas ao mesmo fim.

Art. 58. O pessoal empregado em cada enfermaria será o actual.

Art. 59. Esse pessoal desempenhará as funções technicas e administrativas que lhe competirem, sob a immediata direcção do chefe, cujos deveres e attribuições estão definidos no regulamento especial das enfermarias militares.

Art. 60. As enfermarias são, como os hospitaes, dirigidas technica e administrativamente pelos respectivos chefes, sendo-lhes applicaveis, *mutatis mutandis*, todas as disposições expressas nos arts. 38 a 54, respeitadas, quanto ao art. 46, a restricção do art. 14 do regulamento de 27 de dezembro de 1892.

Art. 61. As enfermarias militares se regem por esse regulamento, ficando, porém, alterada a disposição do § 9º do seu art. 8º na parte relativa ao *visto* da autoridade militar nos papeis da parte technica.

Art. 62. Além das enfermarias de guarnição haverá as especiaes nos estabelecimentos de instrucção militar, arsenaes, fortalezas, fabricas, etc., privativas dos usos e sujeitas ao respectivo commandante e regimen administrativo.

Paragrapho unico. Estas enfermarias terão por chefes medicos do corpo e se regerão pelo mesmo regulamento no que não for de encontro aos que vigorarem nos respectivos estabelecimentos.

## CAPITULO XII

## DO SERVIÇO NOS CORPOS DO EXERCITO

Art. 63. Haverá em cada corpo um medico encarregado do serviço sanitario do mesmo, quer no quartel, quer em marcha. Dese serviço serão incumbidos os adjuntos no primeiro caso, e em ambos os medicos de 4ª ou 5ª classe.

Art. 64. Cada corpo terá uma ambulancia destinada aos primeiros socorros, sob a guarda e responsabilidade do respectivo medico.

Art. 65. Ao medico do corpo incumbe especialmente não só o dever de tratar os officiaes e praças e pessoas de suas familias como tambem attender e velar pela observancia dos preceitos hygienicos em todas as dependencias do quartel.

Art. 66. No desempenho dos deveres que lhe são attribuidos, taes como a visita diaria, a vaccinação e revaccinação das praças, a sua assistencia com a ambulancia nos exercicios de fogo, grandes revistas, manobras ou paradas, requisição de desinfecções e

isolamento das praças affectadas de molestias contagiosas, inspecção de generos alimenticios das praças, etc., ficam incluídos os consignados relativamente á sua pessoa no regulamento approved pelo decreto n. 338, de 23 de maio de 1891, para o serviço interno dos corpos.

Art. 67. Cada corpo mentado do exercito terá a seu serviço um veterinario diplomado ou contractado para tratar a cavallhada, tendo para isso a seu cargo uma ambulancia com o material sanitario apropriado.

### CAPITULO XIII

#### DO LABORATORIO CHIMICO PHARMACEUTICO MILITAR

Art. 68. Este laboratorio, estabelecido na Capital Federal, é destinado a preparar os compostos chimicos e pharmaceuticos necessarios ao serviço de saúde do exercito e a fornecer ás pharmacias militares, ambulancias de forças expeditionarias, estabelecimentos militares em geral, e a outros destinos que forem determinados pelo Ministro da Guerra.

Art. 69. O laboratorio será dirigido por um pharmaceutico de 2.<sup>a</sup> classe, que terá sob suas ordens, para satisfazer os encargos desse estabelecimento, e pessoal constante do regulamento approved pelo decreto n. 9717, de 5 de fevereiro de 1887, modificado pelo de n. 922, de 24 de outubro de 1890.

Art. 70. O laboratorio se regerá pelo regulamento que baixou com o decreto n. 9.717, de 5 de fevereiro de 1887, com as alterações consignadas no presente regulamento, continuando a pharmacia ali estabelecida, com a secção do receituário, a executar a disposição do aviso de 26 de janeiro de 1887.

Art. 71. As relações do laboratorio com o director geral de saúde far-se-hão directamente.

Paragrapho unico. Nenhuma despesa extraordinaria ou compra de medicamentos e utensilios será feita pelo laboratorio sem prévia autorisação da direcção.

### CAPITULO XIV

#### DAS PHARMACIAS MILITARES

Art. 72. As pharmacias militares constituem um serviço complementar de saúde, destinado ao fornecimento de medicamentos e aviação do receituário para o tratamento dos officiaes, suas familias e praças do exercito.

Art. 73. Haverá em cada hospital, enfermaria ou estabelecimento especial, a juizo do Governo, uma pharmacia militar que attenderá não só ao serviço dos mesmos, como ao da guarnição.

Art. 74. Segundo a importancia das guarnições e dos estabelecimentos a que pertencerem, serão classificadas em tres categorias: de 1ª classe, a do Hospital Central, dirigida por um pharmaceutico de 2ª classe; de 2ª classe, a dos hospitaes desta categoria, e das escolas militar do Brazil, Tacticas do Realengo e do Rio Grande de Sul, dirigidas por um pharmaceutico de 3ª ou 4ª classe, e de 3ª classe todas as mais dirigidas por pharmaceuticos de 4ª ou 5ª classe e em falta destes por adjuntos.

Art. 75. Além dos respectivos encarregados terá cada pharmacia o numero de coadjuvantes que for necessario para o serviço.

Paragrapho unico. A pharmacia do hospital central poderá admitir, além dos coadjuvantes, até quatro officiaes de pharmacia para auxiliarem o serviço.

Art. 76. O pessoal das pharmacias militares tem os seus deveres e attribuições especiaes marcadas nos regulamentos dos hospitaes e enfermarias militares aos quaes pertencem e estão subordinados.

## CAPITULO XV

### DO LABORATORIO DE MICROSCOPIA CLINICA E BACTERIOLOGIA

Art. 77. Este laboratorio constitue um serviço dependente da Direcção Geral de Saude, destinado a facilitar aos medicos militares as investigações microscopicas relativas ás necessidades da clinica hospitalar ou domiciliaria, ao parasitismo e á bacteriologia.

Art. 78. O pessoal empregado no laboratorio será o marcado no respectivo regulamento e será, assim como o dos outros estabelecimentos, nomeado pela forma estipulada no art. 14 deste regulamento.

Art. 79. Para facilitar-se aos officiaes do corpo a instrucção technica relativa a pesquisas scientificas que interessem á hygiene e á clinica, será o pessoal do laboratorio alternado, fazendo ahi cada funcionario tirocinio nunca menor de dous annos, sem prejuizo do bom funcionamento desse instituto.

Art. 80. O pessoal tecnico deste laboratorio será augmentado com o desenvolvimento do serviço.

Art. 81. O director do estabelecimento poderá propor a substituição de qualquer de seus auxiliares, desde que após um certo tirocinio não revelem a necessaria aptidão.

Art. 82. Estando este laboratorio immediatamente subordinado á Direcção Geral, não poderá o seu director entender-se com as autoridades superiores, salvo casos urgentes, sinão por intermedio do director geral.

Paragrapho unico. Recebendo, porém, em casos urgentes, ordem de autoridade superior, deverá, depois de cumpril-a, dar conhecimento áquelle chefe a quem tambem communicará os motivos que justifiquem a falta de cumprimento de tal ordem.

## CAPITULO XVI

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 83. A repartição assignará as mais importantes revistas de medicina, cirurgia e pharmacia e adquirirá appparelhos e instrumentos que tenham applicação aos trabalhos a seu cargo, para o que o director geral annualmente solicitará a necessaria verba.

Art. 84. Installada a repartição, o director geral providenciará sobre:

1º, a completa organização do deposito do material sanitario, em logar apropriado;

2º, a inclusão do Brazil na convenção de Genebra para garantir, em caso de guerra, o pessoal e o material sanitario, propondo ao Governo, a tal respeito, as medidas que julgar convenientes, de accordo com o § 5º do art. 6º deste regulamento;

3º, a installação do laboratorio bacteriologico de microscopia clinica, nas dependencias do hospital central ou em suas proximidades;

4º, a instrucção do serviço de padroleiros ao qual poderão ser desde já exercitados os musicos dos corpos pelos respectivos medicos;

5º, a organização das instrucções para o concurso de admissão de medicos, pharmaceuticos e veterinarios nos respectivos quadros, submettendo-os á approvação do Governo.

Art. 85. Os instrumentos chirurgicos, nos Estados, julgados inserviveis, serão recolhidos á Capital Federal para serem convenientemente aproveitados.

Art. 86. E' expressamente prohibido retirar da repartição, para serviço particular, appparelhos, instrumentos, livros, documentos e quaesquer outros objectos.

Art. 87. Sendo os estabelecimentos de que trata o paragrapho unico do art. 1º immediatamente subordinados ao director geral de saude, os seus chefes directores ou encarregados tambem o são em todas as relações dos serviços a seu cargo.

Art. 88. Para auxiliar a execução do disposto no n. 1, do art. 84, o Governo poderá applicar os saldos resultantes das economias licitas dos hospitais e enfermarias militares, que serão para esse fim recolhidos á Contadoria Geral da Guerra, na Capital Federal, ou ás repartições de Fazenda nos Estados.

Art. 89. Os medicos e pharmaceuticos, pertencentes ao magisterio dos institutos militares de ensino, quer do quadro ordinario quer do extraordinario, só poderão ter commissão de serviço de saude por acto do Governo.

Art. 90. Nas guarnições em que não residir o chefe do serviço, o chefe da enfermaria desempenhará as suas funções quanto ao detalhe do mesmo.



Art. 91. O conselho superior de saúde opportunamente codificará todos os regulamentos, instrucções, decretos, avisos, portarias e decisões relativos ao serviço sanitario e submeterá o seu trabalho á approvação do Governo.

Art. 92. Logo que as forças do exercito forem concentradas os actuaes hospitaes de 2.<sup>a</sup> classe poderão ser transformados em enfermarias, que serão de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> ou 3.<sup>a</sup> classe, conforme o numero da guarnição desses pontos.

Art. 93. Ficam revogadas as disposições contrarias ao presente regulamento.

Capital Federal, 7 de março de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

TABELLA DA GRATIFICAÇÃO MENSAL DOS OFFICIAES EMPREGADOS NA  
DIRECÇÃO GERAL DE SAUDE

Director Geral.....	450\$000
Chefe de secção ou gabinete.....	260\$000
Adjunto de secção ou gabinete.....	210\$000
Assistente.....	210\$000

*Observação*

Os delegados do director geral de saúde junto aos commandos de districtos militares terão as mesmas gratificações que os chefes de secção da Direcção Geral.

Capital Federal, 7 de março de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

TABELLA DOS VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS CIVIS DA REPARTIÇÃO  
DO DIRECTOR GERAL DE SAUDE A QUE SE REFERE O ART. 16  
DESTE REGULAMENTO

Empregados	Ordenado	Gratificação	Total
Primeiros escripturarios...	150\$000	70\$000	220\$000
Segundos ditos.....	120\$000	50\$000	170\$000
Terceiros ditos.....	90\$000	40\$000	130\$000
Porteiro.....	80\$000	40\$000	120\$000
Continuo.....	60\$000	40\$000	100\$000
Servente (diaria 3\$000).			

*Observação*

Os demais funcionarios civis e militares dos differentes serviços de saúde do exercito terão os vencimentos estipulados nas taballas e disposições em vigor para todos os estabelecimentos e serviços dependentes da Direcção Geral.

Capital Federal, 7 de março de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*



Sr. Presidente da Republica.—Conforme se verifica da inclusa demonstração apresentada pela Contadoria Geral da Guerra, importa na quantia de 1.074:906\$492 a despesa feita por conta do § 16 — Material — Consignação n. 36 — transporte de tropas, etc. — do orçamento do Ministerio da Guerra para o exercicio de 1898, depeza justificada pela necessidade de attender-se: a que alguns corpos que regressaram das operações de guerra no interior do Estado da Bahia se recolhessem ás suas paradas nas respectivas guarnições; a que officiaes e praças que voltaram das mesmas operações se reunissem a seus corpos; a que os feridos em combate se tratassem onde mais lhes conviesse, entre pessoas de suas familias; as transferencias de officiaes e praças por conveniencia do serviço; a mudança da séde do 6º districto militar e das paradas de guarnições e corpos.

Nota-se, consultando as despesas de exercicios anteriores, que esta consignação — Transporte de tropas — tem sido sempre deficiente na respectiva dotação orçamentaria, pelo que se tem sempre nos ditos exercicios aberto creditos supplementares.

No relatorio apresentado pelo meu antecessor, á pag. 56, já foi prevista a necessidade de creditos supplementares para o § 16 — Material — visto a insufficiencia das dotações votadas para as diversas consignações.

Tenho sido de 500:000\$ a quantia votada pela lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para o paragrapho e consignação acima indicados, ha deficiencia de credito na importancia de 574:906\$492, deficiencia que, si não for attendida, constituirá diversos credores á conta de exercicios findos.

Ouvindo o Tribunal de Contas, nos termos do disposto no § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, sobre a abertura do credito desta quantia, á vista do que dispõe o n. 1, art. 23, da citada lei, foi elle de parecer que tal credito póde ser legalmente aberto.

Assim, peço que vos digneis abrir a este Ministerio o credito de que se trata para o correr a despezas relativas a consignação n. 36 — Transporte de tropas, etc. — do § 16 — Material.

Capital Federal, 7 de março de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

#### DECRETO N. 3221 — DE 7 DE MARÇO DE 1899

Abre no Ministerio da Guerra o credito da quantia de 574:906\$492, suplementar á verba 16ª — Material — Consignação n. 36 — transporte de tropas, etc., do exercicio de 1898.

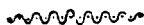
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 23, n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, satisfeito o preceituado no art. 70 § 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 2409,

de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de 574:906\$492, para attender a despezas referentes á verba 16ª — Material — Consignação n. 36 — transporte de tropas, etc., do exercicio de 1898.

Capital Federal, 7 de março de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



DECRETO N. 3222 — DE 10 DE MARÇO DE 1899

Publica a adhesão, a partir de 1 de janeiro do corrente anno, do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897 relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão, a partir de 1 de janeiro do corrente anno, do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado, segundo a communição do Conselho Federal Suisso de 16 de dezembro ultimo ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 10 de março de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*

Traducção — Berna, 16 de dezembro de 1898.

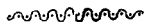
Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por notas datadas de 30 de novembro ultimo e de 7 do corrente, a Legação britanica em Berna deu-nos conhecimento da adhesão, a partir de 1 de janeiro de 1899, do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado.

Apressamos-nos a notificar esta adhesão a V. Ex., de conformidade com os arts. 15 do referido accordo e 24 da convenção principal de Washington.

Aproveitamos esta occasião para renovar-vos, Sr. Ministro, as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço. — O Presidente da Confederação, *Ruffy*. — O Chanceller da Confederação, *Ringier*.

A' S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brazil, Rio de Janeiro.



DECRETO N. 3223 — DE 10 DE MARÇO DE 1899

Publica a adhesão, a partir de 1 de abril proximo, da India Britannica ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo à permutação de cartas e encommendas com valor declarado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão, a partir de 1 de abril proximo, da India Britannica ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo à permutação de cartas e encommendas com valor declarado, segundo a communicacão do Conselho Federal Suíço de 27 de janeiro do corrente anno ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 10 de março de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*

Traducção — Berna, 27 de janeiro de 1899.

Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que por nota datada de 13 do corrente a Legação da Gran-Bretanha nos informou da adhesão, a partir de 1 de abril proximo, da India Britannica ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo à permutação de cartas e encommendas com valor declarado.

Apressamo-nos a notificar esta adhesão a V. Ex., de conformidade com os arts. 15 do referido accordo e 24 da convenção principal.

Aproveitamos esta occasião, Sr. Ministro, para renovar-vos as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço. — O Presidente da Confederação, *E. Müller*. — O Chanceller da Confederação, *Ringier*.



## DECRETO N. 3224 — DE 10 DE MARÇO DE 1899

Approva o regulamento do Tiro Nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar o regulamento do Tiro Nacional, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 10 do março de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*

## Regulamento do Tiro Nacional

## CAPITULO I

## DO TIRO NACIONAL E SEUS FINS

Art. 1.<sup>o</sup> O Tiro Nacional é uma instituição immediatamente subordinada ao commando do 4.<sup>o</sup> districto militar e tem por fim ministrar a pratica completa do tiro com armas portateis :

1.<sup>o</sup>, aos officiaes e praças do Exercito ;

2.<sup>o</sup>, aos officiaes e praças das demais corporações armadas federaes ;

3.<sup>o</sup>, aos civis previamente matriculados pelo director.

Art. 2.<sup>o</sup> Os exercicios das corporações a que se refere o n. 2 do art. 1.<sup>o</sup> só se realizarão mediante requisição dos respectivos chefes ao commando do 4.<sup>o</sup> Districto Militar, que a tal respeito transmittirá suas ordens ao director do Tiro.

Art. 3.<sup>o</sup> O estabelecimento será franqueado aos civis matriculados, em determinados dias da semana.

Art. 4.<sup>o</sup> Na pratica do tiro ministrada ao pessoal do Exercito se observarão as instrucções do respectivo regulamento.

Art. 5.<sup>o</sup> A matricula dos civis, concedida a necessaria licença, será lavrada em um livro para esse fim destinado e no qual serão registradas todas as alterações que lhes disserem respeito, até sua exclusão por promptos ou por qualquer outro motivo justificado.

Paragrapho unico. Ao atirador civil considerado prompto dar-se-ha um attestado assignado pelo director e visado pelo commandante do districto.

## CAPITULO II

## DO PESSOAL ADMINISTRATIVO E DA INSTRUÇÃO

*Suas attribuições*

Art. 6.º O Tiro Nacional terá o seguinte pessoal :

Um director, official superior ou capitão de qualquer corpo ou arma do Exercito, de reconhecida aptidão militar e tendo pelo menos o curso de sua arma ;

Um instructor ajudante, capitão ou subalterno, tendo, pelo menos, o curso da respectiva arma ;

Um instructor-secretario, alferes ou 2º tenente, tendo o curso de sua arma ;

Um guarda da linha e encarregado do material.

## CAPITULO III

## DAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 7.º Ao director incumbe :

§ 1.º Velar pela fiel observancia do presente regulamento e das instrucções e ordens que lhes forem dadas pelas autoridades competentes.

§ 2.º Dirigir os trabalhos, tanto administrativos como do instrucções de tiro.

§ 3.º Receber, fazer arrecadar e distribuir o material fornecido ou comprado para o serviço do tiro.

§ 4.º Exercer com a maxima vigilancia e rigor a policia do estabelecimento e suas dependencias para que os exercicios se façam sem accidentes.

§ 5.º Assignar os pedidos de armamento e material, e as folhas de pagamento do pessoal do estabelecimento.

§ 6.º Enviar :

1.º, annualmente, até o fim de janeiro de cada anno, ao chefe do Estado-Maior do Exercito, por intermedio do commando do districto, um relatório circunstanciado das occorrencias havidas durante o anno anterior, propondo as medidas que julgar convenientes a bem da administração e da instrucção ;

2.º, mensalmente, até o dia 5 de cada mez, ao commandante do districto um mappa dos exercicios de tiro realizados no mez anterior; e ao intendente geral da guerra, trimestralmente, um mappa do armamento, munição, instrumentos, apparelhos e utensilios, com declaração do estado em que se acham ;

3.º, á Contadoria Geral da Guerra, em cada semestre, um balancete demonstrativo da receita e despesa do estabelecimento.

§ 7.º Prestar ás autoridades competentes todas as informações que lhe forem pedidas.

§ 8.º Requisitar do commando do districto todas as providencias relativas a reparos do armamento e material a seu cargo, quando os recursos do cofre não os comportem, e bem assim a substituição do material inutilizado não mais susceptivel de concerto.

Art. 8.º Ao instructor adjunto incumbem :

§ 1.º Substituir o director em seus impedimentos e faltas, exercendo em taes casos todas as suas attribuições.

§ 2.º Fiscalizar todo o serviço do estabelecimento, não só administrativo como de instrucção.

§ 3.º Receber e transmittir todas as ordens do director e velar pela suas fiel execução.

§ 4.º Receber e transmittir ao director, convenientemente informadas, as participações, as reclamações de factos passados, quer dentro, quer fora do estabelecimento, e outras occurrencias, desde que se trate do pessoal ou material a elle pertencente.

§ 5.º Ter sob sua guarda o material de tiro em serviço e nos depositos, bem como a sala de armas.

Art. 9.º Ao instructor secretario incumbem :

§ 1.º Dirigir o serviço da secretaria e o expediente diario, cumprindo fielmente as ordens do director, a quem é immediatamente subordinado.

§ 2.º Ter em dia, na devida ordem, asseio e conforme as instrucções que receber do director, toda a escripturação, não só dos livros regulamentares como dos que forem destinados ao registro de tiro.

§ 3.º Ter a seu cargo a bibliotheca e archivo, e zelar pela sua conservação.

§ 4.º Substituir o ajudante em seus impedimentos.

Art. 10. Aos instructores incumbem (indistinctamente):

§ 1.º Dar a instrucção pratica que lhe couber, de conformidade com o regulamento interno.

§ 2.º Dirigir e fiscalizar o serviço de limpeza e conservação do armamento.

§ 3.º Dirigir diariamente os exercicios de tiro das forças militares, esforçando-se para que sejam de maior efficacia.

§ 4.º Organisar diariamente os elementos necessarios á confecção do respectivo mappa, afim de fazerem-se os registros regulamentares.

§ 5.º Instruir cuidadosa e pacientemente todos os atiradores civis que pedirem o seu concurso ou se mostrarem habéis no manejo de uma arma de fogo.

§ 6.º Fazer com que seja por estes atiradores observada a prescripção do—bilhete de serie—não só quanto á arma e numero de tiros como em relação á ordem de sua inscripção.

§ 7.º Organisar o boletim de tiro desses exercicios, assignando as occurrencias que se derem com o armamento e munição.

§ 8.º Exercer durante os mesmos exercicios o maximo rigor na observancia das prescripções de policia e segurança da linha, afim de evitarem-se accidentes.

Art. 11. São deveres do guarda da linha e encarregado do material :

§ 1.º Ter em sua guarda o deposito de munições.

§ 2.º Zelar pela boa conservação do material de tiro e appa-  
relhos balísticos.

§ 3.º Conservar as linhas em completo estado de asseio.

§ 4.º Fazer a escripturação do respectivo livro de carga e des-  
carga.

### CAPITULO III

#### NOMEAÇÃO DO PESSOAL

Art. 12. Todo o pessoal administrativo e de instrucção será nomeado por portaria do Ministro da Guerra, precedendo pro-  
posta do commando do districto.

Paragrapho unico. As praças para o serviço de limpeza e con-  
servação do armamento e instrumentos, assim como os demais  
empregados, praças de pret, serão tirados dos corpos da guar-  
nição.

### CAPITULO IV

#### DAS DEPENDENCIAS E MATERIAL DO ESTABELECIMENTO

Art. 13. Haverá no estabelecimento:

1º, o numero que for preciso de linhas de tiro, com os com-  
petentes abrigos construidos dentro de uma zona conveniente-  
mente protegida ;

2º, uma sala de armas para distribuição do armamento e mu-  
nição aos atiradores ;

3º, um local para installação dosapparelhos balísticos ;

4º, um deposito de alvos e material de tiro.

### CAPITULO V

#### DAS PRESCRIPÇÕES PARA AS FARDAS DO EXERCITO E OUTRAS COR- PORAÇÕES ARMADAS

Art. 14. O commando do 4º Districto designará o effectivo das  
forças que diariamente devem comparecer a linha para exercicio  
de tiro.

§ 1.º Estas forças deverão sair de seus quartéis devidamente  
armadas e muniçadas, fornecendo-lhes a linha somente os alvos  
e demais material de tiro que for necessario.



§ 2.º As forças que não pertencerem ao Exército só poderão frequentar o tiro nos dias designados pelo Ministro da Guerra.

Art. 15. A instrução do tiro a qualquer força será ministrada pelos instructores do estabelecimento, com assistência dos officiaes que a conduzam, e bem assim sempre com a presença do director do tiro.

Art. 16. Os officiaes farão exercicio de tiro com revólver regulamentar.

Art. 17. Cada atirador fará durante o exercicio o numero de tiros que for fixado, de accordo com as necessidades da instrução das differentes turmas.

Art. 18. Findo o exercicio diario o commandante da força organisará os boletins de tiro, de conformidade com os modelos regulamentares, nos quaes se mencionarão tambem os accidentes que se derem com o armamento e respectiva munição.

Art. 19. O commandante da força é responsavel pela disciplina de seus commandados e fiel observancia, por parte delles, de todas as disposições contidas no presente e no regulamento interno que for publicado.

Art. 20. A distribuição do tempo destinado ao exercicio de tiro, tanto para militares como para civis, será feita pelo director, com approvação do Ministro da Guerra, que poderá modificá-la quando o exigir a conveniencia da instrução geral.

## CAPITULO VI

### DAS PRESCRIÇÕES PARA ATIRADORES CIVIS

Art. 21. Os civis, que pretenderem ser admittidos á pratica do tiro, deverão obter licença do respectivo director e depois inscrever-se no livro para tal fim destinado, fazendo menção de sua naturalidade, idade, profissão e residencia, recebendo em seguida da mesma autoridade um cartão de ingresso que será intransferivel e valido durante o anno de sua inscrição.

Paragrapho unico. Este cartão poderá ser cassado pelo director, desde que seu portador dê motivo que justifique esse procedimento, que será pelo mesmo director levado ao conhecimento do Ministro da Guerra, por intermedio do commando do Districto.

Art. 22. Os atiradores só poderão ter ingresso no recinto do tiro depois de munidos do competente « bilhete de serie » que lhes será fornecido mediante o custo da munição pedida, augmentando-se de 20 % quando atirarem com armas do estabelecimento.

Art. 23. Os atiradores poderão servir-se de armas e munições proprias e neste caso pagarão uma taxa previamente fixada por cada tiro inscripto no respectivo « bilhete de serie ».

Paragrapho unico. Só serão admittidas armas de precisão, apropriadas ao tiro de bala, ficando estas e sua munição sujeitas á inspecção do instructor, que não permitirá o uso das que não

offereçam a necessaria segurança, nem o emprego de projectis explosivos e multiplos.

Art. 24. As series serão compostas de cinco e dez tiros cada um no alvo de carabina e pistola ; nos de revólver, de tantos quantos comporte o tambor da arma.

Art. 25. Os atiradores se succederão, segundo a ordem numerica de seu « bilhete de serie » ; aquelles, porém, que tomarem diversas series, não poderão realizal-as successivamente, cumprindo ao instructor distribuil-as, de modo a não serem prejudicados os demais atiradores presentes.

Paragrapho unico. Logo que o atirador se ache munido de seu « bilhete de serie » deverá apresentar ao instructor, afim de ser organizada a successão dos atiradores, segundo a ordem numerica dos bilhetes.

Art. 26. O « bilhete de serie » servirá tambem de boletim de tiro em que o atirador fará notar todas as circumstancias deste e, terminada a serie, será rubricado pelo instructor e restituído ao atirador.

Art. 27. O « bilhete de serie », não aproveitado, será recolhido pelo instructor que restituirá a importancia paga.

Art. 28. Os cartuchos distribuidos deverão ser empregados em uma mesma secção, não sendo permittido ao atirador leval-os para fóra do estabelecimento, mesmo que os haja pago.

Art. 29. O atirador só poderá servir-se do alvo que lhe for designado e só neste caso será feito o registro dos resultados obtidos.

Art. 30. Os cartuchos que falharem serão substituidos por outros independentemente de indemnização.

Art. 31. Os atiradores são responsaveis pelos accidentes e degradações que, por sua falta ou negligencia, se derem no armamento que lhes for confiado, indemnizando o prejuizo causado.

Art. 32. E' terminantemente prohibido:

1º, carregar as armas com antecedencia ;

2º, começar ou continuar o fogo antes do signal convencionado ;

3º, conduzir a arma de outro modo que não seja com a bocca voltada para cima, salvo si for pistola ou revólver que deverá ser trazida com a bocca virada para o solo ;

4º, fazer paradas de dinheiro ou jogos de azar ;

5º, estabelecer discussões que perturbem a calma e a ordem necessarias ;

6º, proferir palavras ou fazer quaesquer signaes de approvação ou reprovação aos atiradores ;

7º, empunhar arma a outro pertencente, salvo o caso de autorização do proprio dono ;

8º, finalmente, dirigirem-se os atiradores ou quem quer que seja ao local em que se acham os alvos durante os exercicios de tiro.

## CAPITULO VII

## DOS CONCURSOS

Art. 33. Os concursos de tiro se realizarão annualmente, na época fixada pelo Governo e serão de duas especies :

1ª, concursos militares para o Exercito ;

2ª, concursos civis, tanto para civis como para militares que se inscreverem para tal fim.

Art. 34. Para os concursos militares entre praças de pret serão instituidos premios previamente classificados e destinados a distinguir as que mais se salientarem.

Art. 35. Para o julgamento desses concursos o Ministro da Guerra nomeará commissões de que poderão fazer parte os officiaes da administração do estabelecimento.

Art. 36. Para os concursos civis, a commissão julgadora será organizada de accordo entre os concorrentes e a direcção do estabelecimento, e presidida por um official designado pelo commando do districto.

Art. 37. Os demais detalhes de concurso, não especificados no presente regulamento, serão organizados em instrucções especiaes.

## CAPITULO VIII

## DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 38. Haverá no estabelecimento um conselho administrativo, composto do director e dos dous instructores, e que terá por fim:

1º, organizar as instrucções para o serviço interno do estabelecimento ;

2º, colleccionar todas as disposições disciplinares existentes que tenham relação directa com a natureza do estabelecimento ;

3º, confeccionar o horario ;

4º, conhecer do estado do cofre no fim de cada mez, verificando os documentos de receita, despeza e os saldos existentes.

§ 1.º A receita a arrecadar será proveniente:

a) da consignação votada annualmente para a sua manutenção ;

b) das quantias arrecadadas nos exercicios de tiro civil, de conformidade com os arts. 24, 25 e 33.

§ 2.º Os saldos só poderão ser applicados em:

a) concerto do material de tiro ;

b) aquisição do material para expediente ;

c) concerto e obras ligeiras de que careçam as dependencias do estabelecimento.

§ 3.º Os saldos que ficarem existindo em caixa, no fim de cada anno, passarão para o anno seguinte, afim de serem escripturados como receita.

## CAPITULO IX

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 39. A administração levará ao conhecimento do commando do districto qualquer occorrença grave que se der no estabelecimento, tomando de prompto as providencias exigidas pelo caso.

Art. 40. Para os trabalhos proprios das linhas de tiro, o respectivo director solicitará do commando do districto o numero de praças necessario.

Art. 41. A escripturação do estabelecimento será feita de accordo com os modelos estabelecidos pelo regulamento interno approved pelo Ministro da Guerra.

Art. 42. O pessoal empregado no estabelecimento terá os vencimentos constantes da tabella annexa ao presente regulamento.

#### TABELLA DAS GRATIFICAÇÕES MENSAES DOS EMPREGADOS NO TIRO NACIONAL

##### *Empregados*

Director.....	260\$000
Instructor ajudante.....	210\$000
Instructor secretario.....	210\$000
Amanuense.....	20\$000
Guarda da linha e encarregado.....	20\$000

Capital Federal, 10 de março de 1899.— *J. N. de Medeiros Mallet.*



Sr. Presidente da Republica — Tendo revertido á disponibilidade, em virtude de sentenças confirmadas pelo Supremo Tribunal Federal, os juizes de direito Pedro Leão Velloso Filho e Julio Augusto de Luna Freire, foram pagos os ordenados a que tinham direito até 31 de dezembro de 1897, pelo saldo do credito aberto pelo decreto n. 2961, de 1 de agosto de 1898.

Mas, não podendo os mesmos juizes ser pagos dos seus ordenados, relativos ao anno findo, pela verba — Magistrados em disponibilidade — do exercicio de 1898, visto ter sido a dotação desta verba exclusivamente destinada pelo Congresso Legislativo ao pagamento dos juizes que já se achassem em disponibilidade ao votar-se a lei de orçamento, e não ao dos que obtiveram sentenças posteriormente áquella lei, faz-se preciso, para tornar effectivo aquelle pagamento, abrir, de accordo com o art. 23, n. 8, da lei n. 499, de 16 de dezembro de 1897, um credito

especial de 4:927\$620, sendo 4:800\$ para pagamento dos ordenados dos dous juizes no anno de 1898, e 127\$620 para as custas em que foi condemnada a Fazenda Nacional, exigidas pelo juiz Luna Freire.

Tenho, pois, a honra de submetter á vossa assignatura o incluso decreto que abre o credito especial de 4:927\$620.

Capital Federal, 11 de março de 1899.—*Epitacio Pessoa.*

#### DECRETO N. 3225 — DE 11 DE MARÇO DE 1899

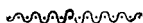
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:927\$620, para pagamento dos ordenados e custas a juizes de direito que reverterem á disponibilidade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo art. 23, n. 8, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approvado pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:927\$620, sendo 4:800\$ para pagamento dos ordenados relativos ao anno de 1898, que competem aos juizes de direito Pedro Leão Velloso Filho e Julio Augusto de Luna Freire, aposentados pelo decreto n. 2056, de 25 de julho de 1895, e que, em virtude de sentenças de juizes seccionaes confirmadas pelo Supremo Tribunal Federal reverteram á disponibilidade, e 127\$620 para custas a este ultimo.

Capital Federal, 11 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



#### DECRETO N. 3226 — DE 13 DE MARÇO DE 1899

Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de bebidas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida no art. 3º, n. VI, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, resolve que, para a cobrança do imposto de consumo de bebidas, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 13 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Martinho.*

**Regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de bebidas a que se refere  
o decreto n. 3226 desta data**

**CAPITULO I**

**DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA**

Art. 1.º O imposto de consumo de bebidas de que trata o art. 1.º, n. 45, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, recae sobre as bebidas nacionaes e estrangeiras constantes da tabella annexa.

Art. 2.º O imposto compõe-se do registro das fabricas, casas de negocio e mercadores ambulantes e das taxas a que estão sujeitos os productos alludidos no art. 1.º.

Art. 3.º As importancias a pagar pelo registro são as especificadas no art. 5º, e as taxas as que constam da tabella acima referida.

**CAPITULO II**

**DO REGISTRO**

Art. 4.º Todos os fabricantes e commerciantes das mercadorias a que se refere o art. 1º são obrigados a registrar annualmente, até 28 de fevereiro, não só os seus estabelecimentos, como os individuos que empregarem na venda ambulante.

§ 1.º Os mercadores ambulantes de conta propria deverão ser tambem registrados dentro do mesmo prazo.

§ 2.º Os industriaes e commerciantes que se estabelecerem depois de 28 de fevereiro deverão obter o registro antes de iniciarem suas operações commerciaes, pagando integralmente o registro annual, qualquer que seja a epoca do anno em que o obtenham.

Art. 5.º As importancias a pagar pelo registro são:

a) Fabricas.....	200\$000
b) Depositos de fabricas e casas commerciaes em grosso ou de atacado.....	100\$000
c) Casas commerciaes exclusivamente de preparados de fumo e seus accessorios.....	50\$000
d) Casas commerciaes com outros ramos de negocio além do de preparados de fumo e seus accessorios	20\$000
e) Mercador ambulante, ainda que trabalhando por conta de fabrica ou casa commercial registrada..	20\$000

Art. 6.º Para pagamento do registro na vigencia deste regulamento os interessados apresentarão á estação fiscal competente guia organisa-la de accordo com o modelo A.

Art. 7.º As transferencias de registro deverão ser requeridas dentro de 60 dias, a contar da data da aquisição do estabele-

cimento, mas não serão permittidas si o transferente for devedor de multas ou estiver sob a pressão de auto de infracção, salvo si o mesmo depositar previamente a importancia da multa, a qual ficará retida até completa solução do processo.

Art. 8.º O comprador será responsavel pelas dividas do vendedor, excepto :

a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica ;

b) si o houver de espolio ou massa fallida, comtanto que o titulo de aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 9.º Sempre que, no correr do anno, forem alteradas as condições do estabelecimento, de modo a sujeital-o a uma taxa maior de registro, será o contribuinte obrigado ao pagamento da differença dentro de sessenta dias, sob pena de ficar sem effeito o registro primitivo.

Art. 10. Diversos ramos de negocio no mesmo estabelecimento não exinem o proprietario da obrigação do registro, si no dito estabelecimento forem vendidos preparados de fumo ou seus accessorios.

Art. 11. A venda ambulante fica sujeita a tantos registros quantas forem as pessoas empregadas nesse commercio, e o titulo de registro concedido para este fim só será valido dentro da zona territorial (Capital Federal, ou um determinado Estado) para a qual tiver sido concedido.

Art. 12. Na falta de transferencia de registro dentro do prazo do art. 7º, e quando o mesmo não houver sido solicitado de accordo com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e profissões, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 13. A falta de registro será punida na forma do art. 36 e elevará ao maximo a pena em que incorrer o contribuinte pela infracção de qualquer outra disposição deste regulamento.

Art. 14. A guia de que trata o art. 6º servirá para organizar-se um cadastro dos estabelecimentos e pessoas registradas, o qual deverá conter declaração da rua e numero do estabelecimento, nome do contribuinte, especie de commercio, taxa e numero da patente de registro (modelo **B**), data de pagamento e outras observações que forem necessarias.

Este cadastro será publicado no *Diario Official* em junho de cada anno.

### CAPITULO III

#### DAS TAXAS DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 15. As taxas de consumo sobre os productos de que trata o art. 1º serão pagas por meio de estampilhas especiaes vendidas nas estações fiscaes, e que deverão ser applicadas aos ditos productos de conformidade com o art. 31.

Art. 16. Haverá estampilhas de duas côres, de uma côr para productos nacionaes e de outra para productos estrangeiros. O formato e signaes caracteristicos das mesmas estampilhas serão determinados pelo Ministerio da Fazenda e os seus valores os seguintes:

20 réis.
25 »
40 »
50 »
60 »
65 »
100 »
120 »
130 »
150 »
200 »
250 »
300 »
400 »
450 »
500 »
600 »
1000 »
3000 »

Art. 17. O deposito central das estampilhas será:

1º, para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional ou em ambas essas repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda;

2º, nos outros Estados, nas Delegacias.

Art. 18. Os pedidos do fornecimento de estampilhas serão feitos directamente á Imprensa Nacional ou á Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recebedoria, Alfandega de Macahé e Delegacias Fiscaes, e por intermedio da Directoria de Rendas Publicas as precisas para as Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas, como as de Antonina, S. Francisco e Porto Murlinho, as quaes o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 19. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições do qual conste especificadamente todo o movimento de sahida.

Art. 20. A arrecadação do imposto será feita:

a) na Capital Federal, pela Alfandega e Recebedoria;

b) no Estado do Rio de Janeiro — nos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo — pela Recebedoria; em Macahé, pela respectiva Alfandega e nos outros municipios, pelas Agencias Fiscaes;



c) nos outros Estados, pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas repartições.

Art. 21. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser diariamente escripturado com as devidas especificações o movimento de entrada e sahida de estampilhas (modelo C).

Art. 22. O estampilhamento das bebidas fabricadas no paiz se fará nas fabricas e o das bebidas importadas do estrangeiro deverá ser feito pelo importador ou pelos commerciantes retalhistas, que para isso são obrigados a receber daquelle o numero de estampilhas correspondente à quantidade e qualidade dos productos que lhe comprarem.

§ 1.º Exceptuam-se das disposições deste artigo as bebidas nacionaes acondicionadas em pipas, quartolas, bordalezas ou barris, quando destinadas a engarrafamento e vendidas por fabricantes nacionaes a fabricantes ou negociantes retalhistas registrados, as quaes deverão ser estampilhadas na occasião do engarrafamento com as estampilhas que no acto da venda tiverem sido fornecidas pelo vendedor.

§ 2.º O mesmo regimen do paragrapho antecedente será applicado quando as bebidas acondicionadas como nelle se menciona destinarem-se, não ao engarrafamento, mas a serem vendidas a retalho pelos negociantes retalhistas registrados, devendo estes, no acto de iniciar o retalhamento da bebida de um determinado casco, applicar as estampilhas no tampo e inutilizal-as com a data, conforme o processo para as estampilhas dos barris de *chopps*.

§ 3.º Nos pipotes e barris, automaticos ou não, contendo cerveja para *chopps*, os fabricantes farão gravar em caracteres bem visiveis e a fogo a denominação da fabrica ou nome do fabricante, o numero do barril ou pipote e a sua capacidade expressa em litros. Essa numeração não terá solução de continuidade e cada barril ou pipote, ao sair da fabrica para o consumo, trará as respectivas estampilhas colladas com gomma forte.

A' medida que o conductor do vehiculo de transporte for entregando os barris ou pipotes aos respectivos compradores, irá inutilizando as estampilhas, marcando-as com o numero do barril ou pipote e a data. A inutilização das estampilhas, pela qual são responsaveis unicamente os fabricantes e seus empregados de distribuição, se fará com carimbos ou a lapis-tinta, sem rasuras nem emendas, sob pena de serem consideradas como não existentes quando os caracteres nellas escriptos estiverem raspados ou emendados.

§ 4.º Effectuada a venda de bebidas não estampilhadas nas condições dos §§ 1.º e 2.º, o fabricante dará ao comprador uma guia ou nota da quantidade vendida, declarando o nome do comprador, a data da compra e a quantidade o valor das estampilhas entregues.

§ 5.º O engarrafamento das bebidas adquiridas nas condições do § 1.º se fará de modo que, uma vez iniciado em relação

a um determinado casco, fique toda a bebida nelle contida engarrafada no mesmo dia, facto que deverá ser verificado pelos fiscaes.

§ 6.º Os fabricantes nacionaes e os importadores poderão vender as bebidas acondicionadas em pipas, quartolas, bordalezas ou barris, a qualquer pessoa que não seja fabricante ou negociante registrado, uma vez que, antes de darem sahida de seu estabelecimento a taes bebidas, colleim com gomma forte sobre o tampo de cada casco as estampilhas correspondentes ao imposto devido, inutilizando-as na fôrma estipulada no § 2º. Neste caso o fabricante ou o importador que vender a bebida dará ao conductor do vehiculo de transporte uma nota de venda, especificando a quantidade (em litros) e a qualidade da bebida, o nome e residencia do comprador, a data da compra e o valor das estampilhas applicadas a cada casco.

§ 7.º Na hypothese de ser o commerciante retalhista o incumbido do estampilhamento da mercadoria estrangeira, deverá fazel-o no prazo de cinco dias contados da entrada das bebidas na sua casa commercial, quando as mesmas tenham sido adquiridas já engarrafadas, verificando os fiscaes pelo exame da nota de venda si esta disposição foi cumprida.

§ 8.º As bebidas engarrafadas e acondicionadas em caixas, cestas ou outras emballagens semelhantes, quando de produção nacional, serão estampilhadas pelo fabricante, garrafa por garrafa. Quando, porém, forem importadas de paiz estrangeiro, o estampilhamento competirá :

a) ao negociante retalhista ou mercador ambulante registrado que as adquirir para o movimento do seu commercio, e que estampillará as garrafas uma a uma ;

b) ao commerciante importador, quando o comprador não for pessoa registrada para o commercio de bebidas, sendo neste caso o estampilhamento feito englobadamente nas caixas ou cestas e as estampilhas inutilizadas pelo vendedor, que sobre ellas escreverá as iniciaes do seu nome e a data ;

c) ao empregado da repartição aduaneira que der sahida á mercadoria, quando esta não for importada por negociante importador, sendo o estampilhamento tambem neste caso feito englobadamente nas caixas ou cestas e as estampilhas inutilizadas com a data e as iniciaes do referido empregado, ou por meio do carimbo da repartição.

Art. 23. É considerada contravenção a este regulamento a exposição á venda das bebidas tributadas, sem o competente sello.

Art. 24. São consideradas expostas á venda todas as bebidas a que se refere o art. 1º que forem encontradas dentro das casas commerciaes ou em poder dos mercadores ambulantes, ainda que guardadas em caixas ou moveis.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as bebidas acondicionadas em pipas, quartolas, bordalezas e barris, destinadas a serem engarrafadas ou retalhadas e que tenham sido adquiridas de conformidade com os §§ 1º e 2º do art. 22. Nestes casos o com-

mercante retalhista provará que as pipas, bordalezas ou barris estão intactos, e exhibirá não só a guia de que trata o § 4º do dito artigo, mas também a quantidade de estampilhas a que ella se refere.

Art. 25. São isentas do imposto de consumo as bebidas que forem exportadas para paizes estrangeiros; devendo, porém, o exportador pedir uma guia á repartição aduaneira respectiva na qual sejam declaradas a quantidade e qualidade do producto a exportar, além de apresentar ao vendedor.

Esta guia acompanhará a expedição da mercadoria da fabrica até á repartição ou ponto em que tiver de ser feito o despacho de exportação.

Paragrapho unico. Si decorrido o prazo de vinte dias não se tiver verificado o embarque da mercadoria para a qual foi solicitada a guia de que trata este artigo, o chefe da repartição aduaneira exigirá explicações de quem a solicitou e fará proceder a uma syndicancia, si suspeitar que houve fraude.

Art. 26. Os fabricantes de bebidas terão escripta especial em livros sellados, rubricados e authenticatedos nas respectivas estações fiscaes, nos quaes registrarão o movimento diario do estabelecimento e o de entrada e sahida de estampilhas, de accordo com os modelos D, E e F.

Paragrapho unico. Estes livros serão examinados pelos fiscaes ou por empregados designados pelos chefes das repartições competentes, e no caso de duvida, os ditos fiscaes ou empregados pedirão o exame da escripta geral, além de se esclarecerem sobre os pontos que tiverem achado obscuros ou duvidosos.

## CAPITULO IV

### DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

#### *Da venda*

Art. 27. As estampilhas do imposto de bebidas serão vendidas pelas estações fiscaes competentes ás pessoas habilitadas com o respectivo registro na forma deste regulamento.

Art. 28. O fornecimento de estampilhas será feito mediante pedido formulado de accordo com o modelo G por compra na estação fiscal do logar, em importancia nunca inferior a 50\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas precisas para as bebidas importadas, cujo fornecimento será feito de accordo com a nota do despacho, mediante guia organizada pelo despachante e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 29. A venda de estampilhas se fará nas seguintes condições :

1ª, as estampilhas para bebidas importadas — exclusivamente aos importadores ou seus representantes, devidamente habilitados, em vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo

antecedente, e na medida exacta da quantidade e qualidade de bebidas que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas repartições aduaneiras ;

2ª, as estampilhas para bebidas fabricadas no paiz — exclusivamente aos fabricantes nacionaes, mediante o pedido a que se refere o art. 28. Este pedido será feito em duas vias, devendo ficar uma archivada na repartição fiscal e a outra ser entregue ao fabricante, afim de apresental-a ao fiscal, quando este o exigir.

Paragrapho unico. E' prohibido aos industriaes e importadores revenderem as estampilhas que adquirirem para o estampilhamento de seus productos.

Art. 30. Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes que lhes comprarem bebidas importadas as estampilhas correspondentes á qualidade e quantidade das mesmas bebidas e só a esses commerciantes poderão ceder taes estampilhas.

#### *Da collocação*

Art. 31. A applicação das estampilhas será feita da seguinte fórma:

1ª, nas garrafas, garrações, botijas, frascos e outras vasilhas semelhantes, de maneira que fiquem colladas no gargalo passando sobre a rolha e se rompam ao serem abertas essas vasilhas ;

2ª, nos syphões de agua gazosa, de maneira que a estampilha se rompa ao calcar-se na alça cujo movimento determina a sahida do liquido ;

3ª, nas pipas, bordalezas, barris e vasilhas semelhantes, em qualquer ponto do tampo, comtanto que as estampilhas fiquem bem visiveis.

Paragrapho unico. Nos pipotes e nos barris, automaticos ou não, contendo cerveja para *chopp*s, a applicação das estampilhas se fará sempre no tampo, e de modo que não fiquem sobrepostas á abertura onde se introduz a bomba extractora.

Art. 32. Para completar a importancia da taxa legal, poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, comtanto que o sejam segundamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo logar.

Art. 33. Consideram-se inutilizadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas ou colladas de tal modo que possam ser tiradas sem esforço e utilizadas de novo.

Art. 34. Considera-se não sellada a bebida nacional a que forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras, e a bebida estrangeira á qual forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

## CAPITULO V

## DAS PENAS E SUA APPLICAÇÃO

Art. 35. As penas comminadas neste regulamento serão impostas mediante processo administrativo, que terá por base o auto.

Paragrapho unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas collidas.

*Das multas*

Art. 36. Os infractores deste regulamento serão punidos com as seguintes multas:

De 300\$ a 500\$000:

- a) os fabricantes e negociantes de bebidas que não registram seu estabelecimento ou negocio como estipula o art. 4º;
- b) os fabricantes que deixarem de cumprir o disposto no art. 26;
- c) os fabricantes e commerciantes que não collocarem as estampilhas como determina o art. 31 e seu paragrapho, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indicio de já terem servido;
- d) os directores, gerentes, ou empregados das empresas de transporte que se oppuzerem ao disposto no art. 64.

De 500\$ a 1:000\$000:

- e) os fabricantes que permittirem sahir das fabricas bebidas não selladas ou selladas incompletamente, salvo as excepções constantes deste regulamento;
- f) os fabricantes, importadores e retalhistas que infringirem o disposto no art. 22 e seus paragraphos;
- g) os commerciantes que expuzerem á venda bebidas nas condições da letra e deste artigo;
- h) os fabricantes e importadores que revenderem estampilhas adquiridas para o estampilhamento dos seus productos fabricados ou importados;
- i) os mercadores ambulantes que infringirem o art. 74;
- j) os importadores que deixarem de cumprir o disposto no art. 30;
- k) os commerciantes e os conductores dos vehiculos de transporte que infringirem o art. 76 e seu § 1º.

De 1:000\$ a 3:000\$000:

- l) os que registrarem falsamente fabrica não existente, ou com declaração falsa do nome ou firma do proprietario;
- m) os que usarem estampilhas falsas ou rotulos de fabrica não existente;
- n) os que por qualquer forma embaraçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas attribuições;

o) os que expuzerem á venda ou venderem bebidas sujeitas ao imposto de consumo, inculcando-as como vinhos puros, aguardente nacional, ou outras bebidas que não sejam taxadas ou sujeitas á taxa inferior ;

p) qualquer pessoa que seja encontrada vendendo ou procurando vender estampilhas servidas ;

q) os que servirem-se da guia de que trata o art. 25 para obter dos fabricantes productos não estampilhados, dando-lhes depois consumo no interior do paiz.

Art. 37. Quando qualquer commerciante recusar-se a declarar qual o fabricante de bebidas encontradas em sua casa ou negocio em condições que não respeitem as prescripções fiscaes deste regulamento, será punido com as penas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 38. Além da applicação das multas impostas no art. 36, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, selladas incompletamente, ou com sellos falsos ou já servidos.

Art. 39. As multas impostas neste regulamento serão cobradas no dobro aos reincidentes.

#### *Do auto e processo administrativo*

Art. 40. O auto, base do processo administrativo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualização, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que occorrerem.

Art. 41. O auto será lavrado :

1.º, por fiscaes especiaes ou empregados de fazenda designados ;

2.º, por qualquer pessoa.

§ 1.º O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas ; quando, porém, o for pelos funcionarios de que trata o n. 1.º deste artigo, semelhante formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.º O infractor, ou seu representante na occasião, deverá assignar o auto ; no caso, porém, de recusa ou impossibilidade, será declarada esta circumstancia.

Art. 42. Lavrado o auto da infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor dando-lhe conhecimento da falta autoada, afim de que venha allegar o que julgar a bem de seu direito dentro do prazo improrrogavel de quinze dias, sob pena de revelia.

§ 1.º A intimação será feita :

a) por publicação de edital no *Diario Official*, na Capital Federal, e em outros órgãos de publicidade, nos Estados ;

b) por notificação escripta ou verbal á parte interessada, comprovada com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.º Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento não só da infracção commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido.

Art. 43. O prazo de quinze dias de que trata o artigo antecedente será contado da data da publicação do edital ou da notificação.

Art. 44. Produzida a justificação, á qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da repartição, depois de ouvir o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necessários, imporá multa ou julgará improcedente o auto.

Paraphrasso unico. Si, esgotado o prazo de quinze dias, a parte interessada não produzir justificação, nem allegar em seu favor, notar-se-ha no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 45. As decisões dos chefes das repartições serão publicadas ou communicadas á parte interessada.

Art. 46. Proferida a decisão, o acto não poderá ser mais reconsiderado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo á parte interessada o recurso, nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 47. Preparado e concluso o processo a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas nas provas dos autos.

Art. 48. As informações ou pareceres que sobre o auto de infracção tiverem de ser dados por funcionarios, não deverão exceder, em caso algum, o prazo de quinze dias, bem como nenhuma dilação probatoria será concedida ao infractor no correr do processo maior de dez dias.

Art. 49. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de quinze dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Si, tendo este prazo, não tiver sido satisfeita a multa, deverão ser immediatamente remettidos os processos á Directoria do Contencioso ou ás Delegacias para a cobrança executiva.

Art. 50. No caso de não residir o infractor na séde da repartição por onde correr o processo de imposição de multa, as intimações e mais actos serão exercidos por intermedio da estação do logar da residencia.

## CAPITULO VI

### DO RECURSO

Art. 51. Das decisões proferidas pelas estações fiscaes haverá recurso para instancia superior.

Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista, e serão interpostos:

a) para o Ministro da Fazenda, das decisões fiscaes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes em primeira instancia, excedentes das respectivas alçadas ;

b) para as Delegacias Fiscaes, das decisões proferidas pelos chefes das repartições arrecadadoras nos outros Estados.

Art. 52. Haverá recurso de revista interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807, de 31 de janeiro de 1898, das decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder e violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 53. Haverá recurso *ex-officio*:

1º, das decisões favoraveis ás partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas;

2º, das decisões dos inspectores das Alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira, quer em segunda instancia, e do director da Recebedoria julgando em favor das partes as contravenções de que tratam os arts. 26 e 36 lettra *m*.

Paragrapho unico. Estes recursos serão interpostos dentro do prazo de quinze dias:

a) para o Ministro da Fazenda, pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e de Macahé e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro;

b) para as Delegacias Fiscaes, pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 54. Os recursos de decisões das repartições arrecadoras deverão ser interpostos dentro do prazo de quinze dias, contados da publicação ou intimação do despacho, por meio de petição dirigida á autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos serão apresentados á repartição competente e por ella encaminhados com o processo e informações dentro do prazo de oito dias.

Art. 55. Si o recurso versar sobre multa, não será acceito sem deposito prévio de sua importancia.

Art. 56. O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 57. A fiscalização do imposto compete:

1º, na Capital Federal, á Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro;

2º, no Estado do Rio de Janeiro — em Nitheroy e S. Gonçalo á Recebedoria; em Macahé, á respectiva Alfandega, e nos outros municipios, ás Agencias Fiscaes, sob a immediata inspecção da Directoria das Rendas;

3º, nos outros Estados, ás Delegacias Fiscaes em todo o Estado, e ás Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.



Art. 58. A fiscalização do imposto será exercida :

- a) nas Alfandegas e outras repartições aduaneiras ;
- b) nas fabricas ;
- c) nas casas de commercio ;
- d) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferrocarris, das linhas de navegação marítima e fluvial ou de qualquer empresas de transporte.

Art. 59. A fiscalização será feita não só pelos chefes das repartições mencionadas no art. 57 e respectivos empregados, como especialmente por intermedio dos fiscaes.

Art. 60. Enquanto não for reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço regular-se-ha pelos decretos ns. 2998, de 14 de setembro de 1898, e 3040, de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 61. Incumbe aos fiscaes:

1º, velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequência as fabricas e casas commerciaes de bebidas e examinando, quando julgar conveniente, as dependencias desses estabelecimentos e os armarios, caixas ou moveis que ali encontrarem ;

2º, lavar os autos de infracção ;

3º, apprehender as mercadorias em contravenção deste regulamento, lavrando o competente auto ;

4º, apresentar um specimen de cada producto ou preparado que encontrar em infracção deste regulamento, para prova material da contravenção ;

5º, visar o registro das fabricas e casas mercadoras de bebidas e examinar a escripta dos fabricantes ;

6º, desempenhar qualquer outra função que se contenha no limite de suas attribuições ;

7º, solicitar o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funções ;

8º, apresentar mensalmente, até o dia 10, mappas das casas visitadas durante o mez antecedente, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, genero de negocio, numero do registro, infracções verificadas e natureza das mesmas, com os precisos esclarecimentos, bem como do movimento das fabricas, quer quanto á produção e consumo, quer quanto ao valor das estampilhas que cada uma houver applicado ;

9º, organizar e apresentar mensalmente um boletim dos barris e pipotes de cerveja para *chopps*, com indicação da quantidade de bebida consumida e da importancia do imposto pago, servindo-se para isso dos livros a que se refere o art. 26 ;

10, exercer a mais activa vigilancia para impelir que saiam das fabricas barris e pipotes de cerveja para *chopps*, sem estarem estampilhados como determina o art. 22, apprehendendo o producto que houver sido expedido em contravenção ;

## 11, inspecionar :

a) o fabrico de rotulos para verificar si os mesmos se prestam á applicação de productos nacionaes para serem expostos á venda como estrangeiros ;

b) as bebidas nacionaes expostas á venda para verificar si trazem rotulos em lingua estrangeira ;

12, prestar á autoridade competente as informações e serviços que lhes forem exigidos em relação ás suas funcções.

**Art. 62.** Os fiscaes serão subordinados immediatamente aos chefes das repartições arrecadoras, e, no desempenho de suas funcções, são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de fazenda.

**Art. 63.** Os que desacatarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização, quando no exercicio de suas funcções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Código Criminal, para o que o empregado offendido lavrará um auto, acompanhado do rol de testemunhas, o qual será remetido pelo chefe da repartição ao procurador da Republica.

No caso da disposição precedente, o empregado poderá prender o offensor ou infractor e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

**Art. 64.** Os agentes fiscaes dos impostos de consumo, qualquer que seja a sua categoria, poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas de ferro, ferro-carris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer emprezas de transporte, si as bebidas sujeitas ao imposto, em carga ou descarga nessas estações, estão devidamente estampilhadas, exigindo, em caso de suspeita, que os volumes sejam retidos nas referidas estações até que os remetentes ou destinatarios os abram ou autorizem a abri-los á vista do agente fiscal.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte facultarão aos funcionarios da fazenda publica todas as informações que elles requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a necessaria inspecção.

§ 1.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará e assignará termo declarando a diligencia que houver effectuado.

§ 2.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remetente auto de infracção de conformidade com este regulamento e apprehenderá o mesmo producto.

**Art. 65.** Os fiscaes poderão penetrar nas fabricas de bebidas e ali exercer suas funcções a qualquer hora do dia, ou mesmo da noite, quando de noite estiver a fabrica funcionando em trabalho industrial.

**Art. 66.** As bebidas sujeitas ao imposto de consumo que forem encontradas no commercio sem estarem devidamente seladas, salvas as excepções do paragrapho unico do art. 24, serão apprehendidas pelos fiscaes, que lavraráo auto de infracção e apprehensão.

**Paragrapho unico.** As bebidas apprehendidas serão restituídas ao infractor si o mesmo as sellar dentro do prazo de quinze dias ; no caso contrario serão remetidas à Alfandega, a fim de dal-as em consumo.

**Art. 67.** Todas as repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço fiscal quando lhes for solicitado.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

**Art. 68.** Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da publicação das resoluções ou despachos no *Diario Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente, nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

**Art. 69.** Logo que se acharem impressas as novas estampilhas do imposto de consumo de bebidas, o Governo as fará distribuir por todas as repartições fiscaes incumbidas da respectiva venda.

**Art. 70.** A medida que as repartições competentes na Capital Federal e nas Capitais dos Estados forem recebendo as novas estampilhas, farão annunciar immediatamente a venda das mesmas por editaes no *Diario Official* ou nas gazetas que publicam o expediente dos Estados, e nesses editaes marcarão o prazo improrogavel de vinte dias, além do qual não poderão circular mais no commercio, nem ser expostas à venda, as mercadorias de que trata o art. 1.<sup>o</sup> que não estejam estampilhadas de conformidade com as disposições deste regulamento e a tabella annexa.

**Paragrapho unico.** Este prazo de tolerancia será de dez dias para o stock de bebidas existente nas fabricas.

**Art. 71.** Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho, que durante o prazo de vinte dias mencionado no art. 70 ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias da citada especie não estampilhadas ou estampilhadas incompletamente, deverão supprir-se nas repartições competentes das estampilhas necessarias que, por excepção ao disposto nos arts. 27, 28 e 29, serão vendidas durante o mesmo prazo em qualquer quantidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

**Art. 72.** Posto que as antigas estampilhas possam em parte ser utilizadas, os fabricantes e negociantes de bebidas poderão, si julgarem de sua conveniencia, trocal-as nas repartições competentes, em igual valor, por estampilhas dos novos typos, independentemente de qualquer formalidade.

**Paragrapho unico.** A faculdade de troca cessará trinta dias depois da publicação dos editaes a que se refere o art. 70.

**Art. 73.** Decorrido o prazo de vinte dias estabelecido no artigo 70, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão

as suas circumscripções inspecionando todas as casas commerciaes e negocios ambulantes de bebidas, a fim de verificarem si ha producto á venda, nos termos do art. 24, sem estar devidamente estampilhado, e, decorrido o prazo de dez dias marcado no mesmo artigo, exercerão igual vigilancia para que não saiam das fabricas bebidas incompletamente estampilhadas, autoando em ambos os casos os infractores.

Art. 74. Os vendedores ambulantes de bebidas deverão trazer sempre comsigo o seu titulo de registro, que serão obrigados a apresentar aos fiscaes todas as vezes que elles o exigirem.

Art. 75. Quando em qualquer das repartições incumbidas da venda de estampilhas occorrer accidentalmente a falta de um determinado typo, essa repartição poderá supprir estampilhas de valor correspondente relativas a qualquer dos outros impostos de consumo, uma vez que não sejam suppridas aos importadores estampilhas applicaveis a productos nacionaes, nem a fabricantes de productos nacionaes e negociantes não importadores estampilhas applicaveis a productos estrangeiros.

Art. 76. É prohibida a devolução de barris e pipotes de cerveja intactos das casas commerciaes para as fabricas.

§ 1.º Os barris e pipotes esvaziados pelo consumo não serão expedidos em retorno, das casas commerciaes para as fabricas, sem que o commerciante tenha dilacerado as estampilhas dos mesmos barris e pipotes. Si o dito commerciante não as dilacerar, fal-o-ha o conductor do vehiculo de transporte, e si aquelle a isso se oppuzer, o conductor não transportará os referidos volumes.

§ 2.º Nas infracções deste artigo serão considerados infractores tanto o commerciante como o conductor do vehiculo.

Art. 77. Verificando-se a mudança de localidade, nome da rua, numero da casa, composição de firma social, ou qualquer outra das indicações exigidas por este regulamento nos rotulos dos productos, os antigos rotulos serão tolerados na circulação e commercio durante seis mezes.

Art. 78. Vinte dias depois da publicação deste regulamento deverão os fabricantes de cerveja ter feito gravar nos barris o pipotes as inscripções determinadas no § 3º do art. 22.

Art. 79. No corrente anno o prazo para o registro de que trata o art. 4º será prorogado por vinte dias, contados da data da publicação deste regulamento, nos termos do art. 68.

Art. 80. Fica mantida a disposição do art. 49, 3ª alinea das preliminares da Tarifa em vigor, relativa á importação de vinhos reconhecidos como artificiaes.

Art. 81. Os titulos de registro concedidos até a data da promulgação deste regulamento, de conformidade com o disposto no cap. 2º do decreto n. 2778, de 30 de dezembro de 1897, serão respeitados até 31 de dezembro do corrente anno taes quaes foram concedidos.

Art. 82. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de março de 1899.—*Joãoquim D. Martinho.*

## TABELLA

taxas de consumo a que estão sujeitas as bebidas

BEBIDAS	QUANTIDADE	TAXA
Aguas mineraes artificiaes, gaseosas ou não, inclusive as denominadas—syphão e soda	Litro $\frac{1}{2}$ » $\frac{1}{4}$ »	100 réis 50 » 25 »
<i>Bebidas constantes do n. 130 da classe 9ª da Tarifa, a saber:</i>		
Licores communs ou doces de qualquer qualidade para uso de mesa ou não, como os de banana, baunilha, laranja e semelhantes; a americana, o aniz, a erva-doce, a hesperidina, o kummel e outros, que se lhes assemelhem, exceptuando apenas os licores medicinaes, classificados no n. 227 da tarifa das Allandegas.	Litro $\frac{3}{4}$ » $\frac{1}{2}$ » $\frac{1}{4}$ »	600 réis 450 » 300 » 150 »
<i>Bebidas constantes do n. 131 da classe 9ª da Tarifa, a saber:</i>		
Absyntho, aguardente de França, da Jamaica, do Rheno, do Reino, brandy, cognac, eucalypsinthio, genebra, laranjinha, kirsch, rum, whisky e outros, excepto a aguardente e o alcool fabricados no paiz.	Litro Garrafa $\frac{1}{2}$ »	200 réis 130 » 65 »
Cerveja . . . . .	Litro Garrafa $\frac{1}{2}$ »	60 réis 40 » 20 »
Vinhos artificiaes e demais bebidas fermentadas, que possam ser assemelhadas e vendidas como vinho de uva, vinhos espumosos e champagne.	Garrafa $\frac{1}{2}$ » $\frac{1}{4}$ »	1000 réis 500 » 250 »

## MODELO A

F.....residente á rua.....com.....  
(estabelecimento de.....ou venda ambulante) de bebidas,  
vem registrar seu negocio na fórma das disposições em vigor.  
.....em.....de.....de 189.....

(Assignatura).

MODELO E

N.



EXERCICIO DE 189...

**Recebedoria da Capital Federal**

REGISTRO DE BEBIDAS

Rs...\$....

Por este titulo fica concedida a F. estabelecido á rua.....com negocio de..... a patente de registro para o commercio de bebidas na fórma do art. 4º do decreto n....

Recebedoria da Capital Federal...de.....de 189...

Pelo sub-director,  
F.

Recebi em.....

O thesoureiro,  
F.

N.



EXERCICIO DE 189...

**Recebedoria da Capital Federal**

(Decreto n.....)

REGISTRO PARA O COMMERCIO DE BEBIDAS

Rs...\$....

Por este titulo fica concedida a F. estabelecido á rua... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de bebidas na fórma do art. 4º do decreto n....

Recebedoria da Capital Federal...de.....de...

Pelo sub-director,  
F.

Recebi em....de.....de 189...

O thesoureiro,  
F.

# MODELO C

206

DEVE

CAIXA

HAVER

4	Jan.	1898	Importancia de estampilhas de bebidas recebidas: de 40 réis.... 100 de 100 » .... 500 de 300 » .... 1.000	43\$000 50\$000 300\$000	354\$000	6	Jan.	1898	Importancia vendida a F. sendo: de 40 réis 30 1\$200 de 100 » 200 20\$000 de 300 » 156 46\$800	68\$000	230\$000
						6	Jan.	1898	Importancia vendida a S. sendo; de 40 réis 50 2\$000 de 100 » 100 10\$000 de 300 » 500 150\$000	162\$000	
						10	Jan.	1898	Importancia vendida a B. etc.		

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



# MODELO D

Mappa do movimento de sahida de cerveja destinada a « chopps » na fabrica  
de. . . . . á rua de. . . . .

DATA	NUMBRAÇÃO DOS BARRIS OU PIPOTES	NOME DO COMPRADOR	RESIDENCIA	QUANTIDADE DE CERVEJA — (Litro)	SELLO EMPREGADO	OBSERVAÇÕES

## MODELO E

**Mappa de venda de bebidas em barril, etc., destinadas a engarrafamento, na  
fabrica de..... á rua de.....**

DATA	NOME DO COMPRADOR	RESIDENCIA	NUMERO DO REGISTRO	QUANTIDADE VENDIDA EM BARRIL (LITRO)			OBSERVAÇÕES
				Classe 9ª, n. 130 da tarifa	Classe 9ª, n. 131 da tarifa	Vinhos e demais bebidas fermentadas	





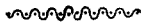
de 16 de dezembro de 1897, para pagamento de ajudas de custo e passagens devidas a empregados de Fazenda.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



DECRETO N. 3229 — DE 14 DE MARÇO DE 1899

Approva a reforma dos estatutos da Associação de Auxílios Mutuos entre os funcionarios do Estado do Rio de Janeiro — Mutualidade.

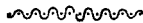
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Associação de Auxílios Mutuos entre os funcionarios do Estado do Rio de Janeiro — Mutualidade, — devidamente representada, decreta:

Artigo unico. Fica approvada a reforma dos estatutos da Associação de Auxílios Mutuos entre os funcionarios do Estado do Rio de Janeiro — Mutualidade, — de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas de 21 de dezembro ultimo e mediante o cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 14 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



DECRETO N. 3230 — DE 14 DE MARÇO DE 1899

Modifica o pessoal da commissão das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que, em officio de 10 de fevereiro do corrente anno, representou ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o engenheiro chefe da commissão das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul sobre a necessidade do cargo de pagador,

visto que, além do pessoal empregado no serviço da barra, já em distancia de não poder com facilidade receber os seus vencimentos nas estações fiscaes existentes no Estado, tem a mesma commissão o pessoal empregado no serviço de pedreiras, á distancia de 120 milhas com viagem de 26 horas de navegação através da Lagôa dos Patos e o de serviço de fachina á distancia de 90 milhas em direcção diversa, e

Considerando que o serviço de pagamento do pessoal era perfeitamente desempenhado na vigencia da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, por um empregado sob a denominação de — escriptuario pagador — com os vencimentos de 3:600\$ annuaes ;

Considerando que a lei n. 560, de 31 de dezembro do anno findo, que fixa a despeza para o vigente exercicio, reduzindo a um os dous logares de amanuense com vencimentos de 2:400\$ annuaes, menciona o logar de escriptuario com vencimentos reduzidos a 2:600\$, sem referencia alguma á funcção de pagador que elle exercia ;

Considerando que, sem prejuizo para o serviço da commissão e antes com vantagem para o mesmo, pôde ser supprimido o logar de amanuense, uma vez restabelecido o logar de escriptuario pagador, resultando desta modificação no pessoal uma economia de 1:400\$ nas despesas votadas para o presente exercicio ;

Usando dos poderes que lhe são conferidos pelo art. 9º da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, decreta :

Artigo unico. E' suprimido o logar de amanuense da commissão das obras da barra e porto do Rio Grande do Sul e addicionada ás do escriptuario da mesma commissão a funcção de pagador, elevados os seus vencimentos a 3:600\$, por anno ; ficando revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



#### DECRETO N. 3231 — DE 16 DE MARÇO DE 1899

Concede a autorização á Companhia de Seguros « *Maunheimer Versicherungs-Gesellschaft* » para estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros *Maunheimer Versicherungs-Gesellschaft*, devidamente representada, decreta:

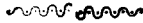
Artigo unico. E' concedida a autorização á Companhia de Seguros *Maunheimer Versicherungs-Gesellschaft*, para estabelecer uma agencia no Estado de S. Paulo, mediante as clausulas que

baixaram com o decreto n. 9727, de 19 de fevereiro de 1887, e ficando outrosim obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 16 de março de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



DECRETO N. 3232 — DE 16 DE MARÇO DE 1899

Surprime os bilhetes especiaes de passagens de ida e volta para a estação de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, decreta :

Artigo unico. Ficam supprimidos os bilhetes especiaes de passagens de ida e volta, para a estação de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana, regulando de ora em diante os preços das passagens, segundo as tarifas em vigor para as demais estações da linha do Rio Grande.

Capital Federal, 16 de março de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



DECRETO N. 3233 — DE 17 DE MARÇO DE 1899

Reforma o regulamento da Escola Naval, mandado executar pelo decreto n. 2799, de 19 de janeiro de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo art. 15, letra b, da lei n. 560, de 31 de dezembro do anno proximo findo, decreta:

Artigo unico. Fica reformado o regulamento da Escola Naval, mandado executar pelo decreto n. 2799, de 19 de janeiro de 1898, devendo, de ora em diante, ser observado o que a este acompanha.

Capital Federal, 17 de março de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar de Silveira.*

## Regulamento a que se refere o decreto n. 3233 desta data

### TITULO I

#### DA ESCOLA

### CAPITULO I

#### Do ensino

Art. 1.º Ficam reunidas sob a denominação de **ESCOLA NAVAL** a actual Escola e a de Machinistas.

Art. 2.º A Escola Naval tem por fim a instrução e educação militar maritima, theorica e pratica dos jovens que se destinarem ao serviço da Armada.

Art. 3.º O ensino geral na Escola Naval comprehende os cursos de marinha e de Machinistas.

Art. 4.º Estes cursos constarão das seguintes materias:

#### CURSO DE MARINHA

##### 1.º ANNO

*1.ª cadeira* — Analyse mathematica, comprehendendo algebra superior, geometria analytica e calculo differencial e integral (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Algebra superior e exercicios de geometria analytica e de calculo infinitesimal, marcados pelo cathedra-tico (3 horas por semana).

*2.ª cadeira* — Physica experimental e meteorologia (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Experiencias, observações e calculos meteorologicos (3 horas por semana).

*1.ª aula* — Apparelhos dos navios e navegação estimada (3 horas por semana).

*2.ª aula* — Technologia maritima em francez, pratica de fallar e escrever esta lingua (3 horas por semana).

*3.ª aula* — Desenho linear e de paizagem (3 horas por semana).

##### 2.º ANNO

*1.ª cadeira* — Mecanica racional, precedida do calculo das variações (3 horas por semana).



2ª cadeira — Chimica e pyrotechnia militar (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Manipulações chimicas e pyrotechnicas (3 horas por semana).

3ª cadeira — Geometria descriptiva e topographia (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Épuras de geometria descriptiva e exercicios topographicos (3 horas por semana).

1ª aula — Technologia maritima em inglez, pratica de fallar e escrever esta lingua (3 horas por semana).

2ª aula — Desenho topographico e de plantas topographicas (3 horas por semana).

### 3º ANNO

1ª cadeira — Trigonometria espherica, astronomia e geodesia (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Trabalhos praticos de astronomia e geodesia, com instrumentos, marcados pelo cathedratico (3 horas por semana).

2ª cadeira — Mecanica applicada ás machinas empregadas na navegação e á construcção naval (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Exercicios marcados pelo cathedratico (uma vez por semana).

3ª cadeira — Electricidade e suas applicações á marinha de guerra (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Trabalhos praticos marcados pelo cathedratico (3 horas por semana).

4ª cadeira — Manobra e evoluções navaes (3 horas por semana).

*Aula* — Desenho de machinas (3 horas por semana).

### 4º ANNO

1ª cadeira — Navegação e hydrographia (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Trabalhos praticos de navegação e hydrographia, com instrumentos, marcados pelo cathedratico (3 horas por semana).

2ª cadeira — Balistica, Artilharia, precedida de noções de metallurgia. Torpedos (3 horas por semana).

*Ensino auxiliar* — Balistica e trabalhos praticos marcados pelo cathedratico (3 horas por semana).

3ª cadeira — Historia, estrategia e tactica naval (3 horas por semana).

4ª cadeira — Direito constitucional. Legislação e administração militar (3 horas por semana).

5ª cadeira — Direito internacional, especialmente marítimo, diplomacia do mar (3 horas por semana).

## CURSO DE MACHINISTAS

## 1º ANNO

*1ª aula* — Arithmetica e algebra elemental (3 horas por semana).

*2ª aula* — Geometria plana e no espaço e trigonometria rectilinea (3 horas por semana).

*3ª aula* — Francez: leitura e traducção facil (2 horas por semana).

*4ª aula* — Inglez: leitura e traducção facil (2 horas por semana).

## 2º ANNO

*1ª cadeira* (supplementar da 2ª cadeira do 3º anno do curso de marinha) — Mecanica applicada ás machinas, comprehendendo as leis geraes indispensaveis para seu estabelecimento: elementos de cinematica e dynamicas applicada (2 horas por semana).

*2ª cadeira* (Supplementar da 2ª cadeira do 1º anno do curso de marinha) — Noções de physica experimental e noções indispensaveis de chimica e de metallurgia (2 horas por semana).

*1ª aula* — Francez: continuação (2 horas por semana).

*2ª aula* — Inglez: continuação (2 horas por semana).

*3ª aula* — Desenho linear e de projecções, comprehendendo o estudo e traçado das curvas mais usuas (4 horas por semana).

## 3º ANNO

*1ª cadeira* — Descripção e construcção de machinas a vapor, de ar comprimido e hydraulicas, com especialidade ás applicadas na navegação (3 horas por semana).

*2ª cadeira* (supplementar da 3ª cadeira do 3º anno do curso de marinha) — Electricidade, machinas electricas, illuminação, e, em geral, todas as applicações á marinha de guerra, como torpedos, minas mecanicas e electricas,apparelhos de lançamento, machinas, accessorios, cargas e espoletas (2 horas por semana).

*1ª aula* — Cosmographia, geographia mathematica e physica, especialmente do Brazil (3 horas por semana).

*2ª aula* — Desenho das machinas a vapor, hydraulicas e electricas empregadas na marinha; desenho e descripção de ferramentas (4 horas por semana).

Art. 5.º As cadeiras que fazem parte dos dous cursos formarão as cinco secções seguintes:

PRIMEIRA SECÇÃO

Analyse mathematica — Mecanica racional — Mecanica applicada — Descripção e construcção das machinas.

§ 1.º Nesta secção haverá dous substitutos que farão os seguintes serviços:

O 1º regerá a 1ª cadeira do 2º anno do curso de machinistas e auxiliará uma vez por semana o lente de mecanica applicada ás machinas do curso de marinha;

O 2º auxiliará ao lente de analyse mathematica, explicando aos alumnos algebra superior e exercicios de geometria analytica e de calculo infinitesimal, marcados por este lente.

SEGUNDA SECÇÃO

Geometria descriptiva e topographia — Trigonometria espherica, astronomia e geodesia.

§ 2.º Nesta secção haverá dous substitutos que farão os seguintes serviços:

O 1º assistirá á execução das épuras de geometria descriptiva feitas pelos alumnos e ensinará a pratica de topographia, tanto de levantamento de plantas como de nivelamento;

O 2º auxiliará ao lente de trigonometria espherica, astronomia e geodesia, encarregando-se da parte pratica do observatorio com os alumnos, habilitando-os ao manejo dos instrumentos por meio de observações, installação e rectificação dos mesmos, e procedendo com elles aos diversos trabalhos geodesicos necessarios.

TERCEIRA SECÇÃO

Balistica. Artilharia, precedida de noções de metallurgia. Torpedos — Navegação e hydrographia — Manobra e evoluções navaes — Historia, estrategia e tactica naval.

§ 3.º Nesta secção haverá dous substitutos que farão os seguintes serviços:

O 1º auxiliará ao lente de artilharia, explicando balistica e ensinando aos alumnos a pratica dos calculos necessarios para confecção das tabellas de tiro, alças de mira, trajectorya dos projectis e mais trabalhos praticos designados pelo lente;

O 2º deverá proceder com os alumnos, de modo que elles se familiarisem com o uso e conhecimento do sextante, do chronometro e comparadores, observações de marés, levantamento da planta hydrographica de um trecho do porto, fazendo as respectivas sondagens e os desenhos adequados, sob sua direcção.

## QUARTA SECÇÃO

Physica experimental e meteorologia — Chimica e pyrotechnia militar — Electricidade e suas applicações á marinha de guerra.

§ 4.º Nesta secção haverá tres substitutos que farão os seguintes serviços:

O 1.º regerá a 2.ª cadeira supplementar do 2.º anno do curso de machinistas e auxiliará uma vez por semana ao lente de physica experimental e meteorologia do curso de marinha;

O 2.º regerá a 2.ª cadeira supplementar do 3.º anno do curso de machinistas e auxiliará uma vez por semana ao lente de electricidade do curso de marinha;

O 3.º auxiliará ao lente de chimica e pyrotechnia militar.

§ 5.º Nesta secção deverá haver dous preparadores, um para o gabinete de physica e electricidade e outro para o gabinete de chimica e pyrotechnia.

O 1.º trabalhará nas experiencias de physica e de electricidade, uma vez por semana com cada um dos dous primeiros substitutos, e duas vezes por semana auxiliando cada um dos cathedromaticos de physica e de electricidade;

O 2.º trabalhará sob as vistas do 3.º substituto, quando este estiver auxiliando ao lente de chimica e pyrotechnia, e com este lente quando o mesmo julgar conveniente.

## QUINTA SECÇÃO

Direito constitucional, legislação e administração militar — Direito internacional, especialmente maritimo, diplomacia do mar.

§ 6.º Nesta secção haverá um substituto, cujo trabalho será o de substituir os dous lentes em seus impedimentos.

## ENSINO COMMUM

No curso de marinha todos os alumnos dos tres primeiros annos reunidos farão os seguintes exercicios:

Infantaria . . . . .	nas segundas-feiras no 3.º tempo
Gymnastica . . . . .	» terças » » 1.º »
Egrima de espada. . . . .	» quartas » » 1.º »
Bordejoes . . . . .	» quintas » » 3.º »
Natação . . . . .	» sextas » » 1.º »
Egrima de florete . . . . .	» sabbados » 1.º »

## PESSOAL DOCENTE

O professor de apparelho e tres mestres.

No curso de machinistas, os alumnos de cada anno reunidos terão ensino pratico nas officinas do Arsenal de Marinha ou a bordo dos navios de guerra, pelo modo seguinte:

- 1.º anno — Trabalhos de caldeireiros de ferro e de cobre.  
 2.º » » » montagem e de modeladores.  
 3.º » » » electricidade e de torpedos.

## CAPITULO II

## Das matriculas

Art. 6.º Para ser admittido na Escola Naval será preciso provar:

- 1.º Que é brasileiro ;
- 2.º Que foi vaccinado ;
- 3.º Que tem a idade comprehendida entre 14 e 18 annos ;
- 4.º Que não tem defeitos physicos e possui a saude e robustez necessarias á vida do mar ;
- 5.º Que tem exame de madureza ou que está approvedo na Escola Naval, Collegio Militar, Gymnasio Nacional ou estabelecimentos equiparados, nas seguintes materias:

## PARA O CURSO DE MARINHA

Portuguez — francez — inglez — geographia — historia universal e especialmente do Brazil — arithmetica completa — algebra elemental — geometria plana e no espaço e trigonometria rectilinea.

## PARA O CURSO DE MACHINISTAS

Portuguez — geographia physica, historia do Brazil e pratica das operações fundamentaes de arithmetica e systema metrico.

Art. 7.º A inscripção para os exames de que trata o artigo anterior será aberta em 1 de novembro e encerrada no dia 31 de dezembro ; devendo os exames começar em janeiro e terminar em fevereiro.

Art. 8.º A inscripção dos candidatos á matricula será feita em livro especial mediante requerimento ao director da Escola e assignado pelo pae, mãe viuva, tutor ou correspondente, instruido dos documentos especificados no art. 6º.

Paragrapho unico. Nos requerimentos os signatarios deverão declarar que aceitam as responsabilidades de que tratam os arts. 237 e 238 deste regulamento.

Art. 9.º São condições de preferencia á matricula :

## PARA O CURSO DE MARINHA

1.ª A approvação legalmente provada em materias além das exigidas ;

2.ª Ser orphão de officiaes da Armada e do Exercito, e de funcionarios publicos ou filhos dos mesmos.

## PARA O CURSO DE MACHINISTAS

Além das preferencias estabelecidas para o curso de marinha mais as seguintes:

1.<sup>a</sup> Ser orphão ou filho de operarios dos Arsenaes de Marinha, e de Guerra;

2.<sup>a</sup> Ser filho de empregado dos referidos Arsenaes.

Art. 10. O curso de marinha será interno e o de machinistas externo. Em casos extraordinarios poderá o Ministro da Marinha admittir aspirantes externos até o numero de cincoenta.

Art. 11. O exame de sanidade, a que se refere o n. 4 do art. 6.<sup>o</sup>, será feito por uma commissão composta dos medicos da escola e de mais dous requisitados pelo director ao chefe do Estado-Maior General da Armada.

Art. 12. Nos primeiros dias de março o director da Escola remetterá ao Ministro da Marinha a relação dos candidatos á matricula dos dous cursos classificados em ordem de merecimento, segundo as preferencias acima estabelecidas.

## CAPITULO III

## Regimen dos cursos

Art. 13. O anno lectivo começará no primeiro dia util depois de 14 de março e terminará a 31 de outubro.

Art. 14. O Governo poderá adiar a abertura ou prorogar o encerramento das aulas, quando as circumstancias o exigirem.

Art. 15. Durante o anno lectivo só serão feriados, além dos domingos, os dias de gala e luto nacional.

Art. 16. O director convocará a Congregação nos primeiros dias uteis do mez de março, afim de serem organisados os programma do ensino e o horario das aulas e exercicios.

Art. 17. As ferias do corpo docente começarão no dia em que terminarem todos os trabalhos do anno lectivo e acabarão a 14 de março, sendo interrompidas pelos exames da segunda epoca e por qualquer necessidade do serviço publico.

Art. 18. No programma da distribuição do tempo lectivo em cada curso será observado o seguinte:

O ensino diario será dividido em tres partes para o curso de marinha: — a primeira, das 6 horas ás 7 da manhã; a segunda das 9 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> horas da manhã ás 2 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> da tarde; a terceira das 4 horas ás 5 da tarde ou até o pôr do sol, si for necessario; de-vendo haver tres intervallos de 15 minutos, pelo menos, na segunda parte do tempo.

Para o curso de machinistas, das 8 ás 10 horas da manhã.

## CAPITULO IV

## Da frequencia dos alumnos

Art. 19. O porteiro, coadjuvado pelos continuos, notará diariamente as faltas dos alumnos em uma caderneta que, no fim de cada lição, será examinada, corrigida e rubricada pelo respectivo docente.

Art. 20. Incorre em falta não justificada:

1.º O alumno que não comparecer à aula á hora marcada ;

2.º O que sahir sem permissão do docente ;

3.º O que por má conducta for mandado retirar da aula por ordem do docente.

Art. 21. São faltas justificaveis as ocasionadas por molestia devidamente comprovada por attestado medico, morte de parente proximo, e impossibilidade da travessia até a Escola Naval.

Art. 22. A justificação para os alumnos do curso de marinha será feita ao director, dentro 24 horas decorridas, por communicação escripta do pae, tutor ou correspondente do alumno; podendo, no caso de molestia, o director verificá-la por um dos medicos do estabelecimento.

Quanto ao alumno machinista, a justificação, competentemente comprovada, será feita no primeiro dia em que o alumno comparecer.

Art. 23. Em caso algum serão sommadas as faltas dadas em uma aula com as de outra.

Art. 24. As faltas dadas em qualquer aula ou exercicio serão computadas por inteiro.

Art. 25. Perderá o anno:

1.º O alumno que tiver 20 faltas na mesma aula, sem justificação. Neste caso, si for aspirante, terá baixa de praça, que será ordenada pelo director ; si for paisano, será eliminado da matricula ;

2.º O alumno que tiver 40 faltas justificadas na mesma aula. Neste caso terá baixa de praça, que será ordenada pelo director, podendo entretanto continuar a frequentar o anno como paisano e prestar os competentes exames, que serão feitos, tanto na prova escripta como na oral, sobre ponto tirado á sorte no momento de começarem as referidas provas ; si, porém, for approved em todas as materias, será reintegrado na praça.

Este artigo é extensivo aos alumnos machinistas, na parte que lhes diz respeito.

Art. 26. Os guardas-marinha-alumnos que incorrerem em qualquer dos casos do artigo anterior continuarão a frequentar as aulas, prestando no fim do anno exame pelo modo estabelecido no segundo caso do artigo anterior.

## CAPITULO V

## Dos exames

Art. 27. Encerradas as aulas em cada curso, o secretario da Escola publicará no estabelecimento um mappa authenticado com a sua assignatura e contendo os nomes dos alumnos habilitados para exames.

Art. 28. Tres dias antes do encerramento das aulas em cada curso, os membros do corpo docente enviarão ao director da Escola o programma dos pontos para os exames.

Art. 29. Reunida a Congregação no dia designado pelo director, que não excederá de 5 de novembro, e apresentados os programmas parciaes, de que trata o artigo anterior, serão por ella nomeadas as commissões examinadoras, designadas as turmas dos examinandos e estabelecida a ordem a seguir nos exames.

Art. 30. Dous dias depois da sessão a que se refere o artigo anterior, será apresentado em detalhe o programma definitivo dos exames, que começarão no primeiro dia util depois de 8 de novembro; taes programmas serão affixados no estabelecimento para conhecimento dos alumnos.

Art. 31. As notas numericas mensaes de aproveitamento, assim como os grãos correspondentes ás approvações em todos os cursos, serão representadas para as cadeiras de 1 a 10, sendo de 1 a 5 simplesmente, de 6 a 9 plenamente e 10 distincção; para as aulas de 1 a 5, sendo de 1 a 3 simplesmente, 4 plenamente e 5 distincção. Para o ensino commum as notas numericas de approvação serão dadas no fim do 3º anno, sendo: 1 simplesmente, 2 plenamente e 3 distincção.

As viagens de instrucção para os aspirantes serão computadas em 10 grãos para cada viagem.

Art. 32. Os exames das cadeiras para todos os alumnos constarão de duas provas, que terão lugar em dias differentes, sendo uma escripta, que será feita em primeiro lugar, e outra oral; devendo ambas ser divididas em uma parte theorica e outra pratica, e tudo referente á materia do ponto tirado á sorte da urna pelo examinando, com duas horas de antecedencia, na presença do secretario e de um lente designado para esse fim.

Art. 33. Os pontos não poderão conter materia que não tenha sido leccionada durante o anno, ainda que faça parte do programma de ensino.

§ 1.º O tempo concedido para o exame escripto será de 3 horas para cada cadeira do curso, e o de prova oral de 1 hora no maximo competindo 20 minutos para cada arguição.

§ 2.º Findos os exames, proceder-se-ha ao julgamento por votação nominal ou eserutinio secreto.



Art. 34. Os exames das aulas serão sómente oraes, sendo uma parte theorica e outra pratica, devendo ambas as provas ser effectuadas sobre pontos tirados á sorte.

Art. 35. O resultado dos exames será no mesmo dia lançado em livro proprio na secretaria da Escola e assignado pela commissão examinadora, que não poderá adiar a sua assignatura, declarar-se vencido qualquer dos examinadores, nem lavrar protesto ou redigir voto em separado.

Art. 36. As notas conferidas pela média de aproveitamento nos exercicios no fim do 3º anno serão também exaradas no livro respectivo, por termo especial assignado pelo secretario e pelo mestre que as conferiu.

Art. 37. O aspirante reprovado em uma só cadeira e aprovado nas outras poderá continuar com a farda e prestar novo exame em março. Si for novamente reprovado na mesma cadeira, terá baixa de praça.

Paragrapho unico. A repetição do anno para os alumnos como paisano só será permittida uma vez.

Art. 38. Os alumnos da Escola não poderão obter licença para estudar materias extranhas ás que se ensinam na Escola Naval e que embarcem o seu embarque.

Art. 39. Os alumnos que por qualquer motivo não tenham prestado exame na primeira época, ou não tenham comparecido na segunda, ou forem nella reprovados, só poderão repetir o anno como paisanos.

§ 1.º Os alumnos paisanos do curso de marinha e de machinistas ficam, em tolos os sentidos, sujeitos á disciplina do estabelecimento.

§ 2.º O guarda-marinha-alumno só incorrerá na pena de trancamento de matricula e baixa de praça quando reprovado em tres cadeiras do 4º anno. A baixa, porém, só lhe será dada pelo Ministro.

§ 3.º Entende-se por segunda epocha de exames a que deve ter lugar de 1 a 14 de março, interrompendo as ferias do corpo docente.

Art. 40. Considerar-se-ha reprovado o alumno que, sob qualquer pretexto, não responder aos examinadores na prova oral.

Art. 41. Será igualmente considerado reprovado, lavrando-se o competente termo, o alumno que, depois de haver sido designado para entrar em uma turma de examinandos, não comparecer a tirar ponto, ou tirando-o não se apresentar a exame, salvo impedimento justificado perante o director, que poderá permittir-lhe fazer parte de outra turma, que será a ultima, afim de não alterar a classificação estabelecida.

#### DOS EXAMES DE MACHINISTAS DA MARINHA MERCANTE

Art. 42. Os individuos que pretenderem carta de machinista da marinha mercante, sem terem cursado a Escola, requererão

exame ao director da Escola Naval, instruindo sua petição com documentos que provem :

- 1º, sua idoneidade ;
- 2º, ser maior de 21 annos ;
- 3º, ter trabalhado com assiduidade em machinas de navios, durante seis mezes pelo menos, na classe em que se acharem.

Art. 43. Autorizado o exame por portaria do director da Escola, este reunirá a Congregação para organizar a mesa examinadora.

Art. 44. As materias que deverão ser arguidas aos examinandos constarão do programma que a Congregação organizar, attendendo ás differentes classes e candidatos.

Art. 45. Esses programmas serão feitos logo depois de funcionar o curso.

Art. 46. Os machinistas estrangeiros, que fallarem o idioma nacional, poderão revalidar as cartas que possuirem, desde que sejam as mesmas authenticadas pelo respectivo Consulado, sujeitando-se ao exame, segundo o programma correspondente á sua classe.

Art. 47. As portarias concedendo o exame de que trata o art. 42 são sujeitas á taxa de 20\$, paga em estampilhas da União.

Art. 48. Nos Estalos os candidatos serão examinados por uma commissão de profissionaes nomeada pelo capitão do porto e por este presidida, devendo constar o exame das materias que forem exigidas pelo programma de que trata o art. 44 para os machinistas de 4ª classe. O requerimento deve ser dirigido aos capitães de portos e instruido com os documentos necessarios.

### EXAMES DE 1ºS E 2ºS PILOTOS

Art. 49. Os candidatos á carta de piloto deverão remetter á secretaria da Escola em epoca propria, que será annunciada, os seus requerimentos a exames, especificando a natureza da carta que pretendam, si de 1ª, si de 2ª.

Art. 50. São 1ªs pilotos os que fallarem e escreverem correntemente o portuguez e forem habilitados em arithmetica, uso das taboas de logarithmos e taboas nauticas, navegação estimada e astronomica, precedida de geometria preliminar e trigonometria, manobra em navio á vela e a vapor, instrumentos em geral da navegação, roteiros e codigo commercial maritimo.

Art. 51. São 2ªs pilotos os que fallarem o portuguez e forem habilitados em navegação estimada, uso das cartas e das taboas I e II de Norie, manobra á vela e a vapor, sondagens e marcações.

Art. 52. Os requerimentos dos candidatos deverão ser acompanhados dos documentos sobre os empregos que tenham tido, a pratica de navegar e o tempo em que servem na marinha mercante nacional ou estrangeira, e deverão pagar uma taxa de 25\$ em estampilhas, que o secretario inutilisará, para os 1ªs pilotos e de 15\$ para os 2ªs.

Art. 53. A commissão examinadora será composta do cathedratico de navegação e dous lentes ou substitutos designados pelo director.

Art. 54. Os exames constarão de prova escripta e oral e as cartas serão dadas em papel especial segundo o modelo estabelecido, assignadas pelo director e registradas na competente repartição.

Art. 55. Os candidatos reprovados poderão no prazo de seis mezes requerer novo exame, sujeitos ás taxas estabelecidas.

## CAPITULO VI

### Das classificações

Art. 56. A classificação será feita de anno para anno por grãos, sommaes os da média final e os da respectiva approvação.

Art. 57. Em cada anno influirão na classificação o total obtido pelo alumno nos annos anteriores, e mais os grãos de comportamento, da seguinte fôrma :

Conducta exemplar	—	10	grãos
Conducta boa	—	6	»
Conducta regular	—	4	»
Conducta má	—	0	»

§ 1.º Em caso de igualdade de somma de grãos, prevalecerá a antiguidade.

§ 2.º A nota de comportamento será dada pelo Director da Escola.

Art. 58. Até o quinto dia util, depois de terminados os exames, a Congregação, convocada pelo director, procederá á classificação dos alumnos, por ordem de merecimento, para a promoção a guardas-marinha-alumnos, remettendo o director a proposta ao Ministro da Marinha.

Paragraphe unico. Si algum aspirante do 3º anno ou guarda-marinha-alumno, por motivo de força maior comprovada perante o director, não puder prestar exame na primeira epoca, não perderá o direito á sua classificação no logar que lhe competir, adquirindo-o depois de prestar os seus exames, a juizo da Congregação.

Art. 59. O Ministro da Marinha, á vista da classificação dos alumnos-machinistas, escolherá os melhores classificados para praticantes da Armada, podendo dos restantes, caso o numero delles seja superior ás exigencias do serviço, destinal-os á marinha mercante, concedendo neste caso o titulo de praticantes-machinistas da marinha mercante.

Art. 60. Os praticantes serão embarcados em navios de guerra a vapor durante um anno, no fim do qual serão submettidos a

exame geral na Escola Naval, e, uma vez approvados, serão confirmados.

§ 1.º Esse exame versará sobre conhecimentos praticos das machinas a vapor, hydraulicas e electricas e de ar comprimido, descripção das caldeiras usadas a bordo e de todos osapparelhos accessorios ás mesmas caldeiras, nomenclatura geral das machinas, apresentação dos desenhos respectivos e levantamento de rascunhos á vista da peça e detalhes das mesmas machinas, tudo confeccionado perante a commissão examinadora.

§ 2.º Os praticantes que forem julgados inhabilitados deixarão de ser confirmados e continuarão ainda um anno distribuidos pelos navios, sendo do novo submettidos a exame; si forem inhabilitados pela segunda vez, terão baixa.

Art. 61. Os alumnos que, findo o curso não forem approvados para o serviço da Armada, poderão obter, depois do competente exame, carta de 4.º machinista da marinha mercante, desde que apresentem matricula da Capitania do porto, declarando terem servido e praticado em navios a vapor durante seis mezes.

No caso de deficiencia do pessoal na marinha de guerra, serão de preferencia contractados para o serviço por tempo determinado e que não exceda do tres annos.

Art. 62. Os machinistas da marinha mercante, oriundos da Escola Naval, poderão obter successivamente cartas de 3.ª classe, desde que apresentem á Escola documentos que provem ter exercido a função de machinista em viagem durante um anno; de 2.ª classe durante dois annos e de 1.ª durante tres annos nas classes em que se acharem.

Art. 63. Os alumnos que não pertencerem ao pessoal artistico do Arsenal serão considerados como addidos ás officinas de montagem, com as seguintes classes de aprendizes, e vencerão as diarias estabelecidas nas taboallas do Arsenal:

Os do 1.º anno, como aprendizes de 3.ª classe;

Os do 2.º anno, como de 2.ª classe;

Os do 3.º anno, como de 1.ª classe.

Os que já pertencerem áquelle pessoal serão transferidos como addidos nas mesmas classes acima mencionadas.

Art. 64. Findas as aulas os alumnos-machinistas recolher-se-hão ás officinas do Arsenal e ali, sob a direcção technica do pessoal, que for para esse fim designado pelo director das officinas respectivas, aprenderão um ou mais dos officios de ferreiro, serralheiro, limador, modelador, torneiro de metal ou caldeireiro de ferro.

A conducta e aproveitamento dos alumnos serão attestados mensalmente pelos directores das officinas e communicados remettidos ao director da Escola, que mandará registral-os em livro competente.

Art. 65. O alumno-machinista que faltar ás officinas, depois das aulas, ou que se negar a trabalhos determinados pelos mestres das mesmas officinas, se lhe marcará ponto, como si faltasse ás aulas do curso, e nesse caso não perceberão a diaria. Para esse fim os mestres das officinas serão obrigados a remetter

semanalmente o resumo do ponto ao inspector do Arsenal, por intermedio das Directorias, sendo por este enviado ao director da Escola.

Art. 66. Durante as ferias os alumnos-machinistas serão obrigados a entrar e sair do Arsenal, para o trabalho de suas officinas, nas horas regulamentares.

## CAPITULO VII

### Do corpo de aspirantes e guardas-marinha-alumnos

Art. 67. O corpo de aspirantes e guardas-marinha-alumnos é composto de todos os alumnos internos e externos, sob o commando do vice-lirector da Escola. Os alumnos-machinistas serão externos e paisanos.

Art. 68. Todos os alumnos matriculados ficam sujeitos á disciplina do estabelecimento; vencerão soldo e só terão direito ás rações estabelecidas nas tabellas em vigor, quando forem internos.

Os guardas-marinha-alumnos terão direito ás etapas.

Art. 69. A divisão do corpo de alumnos será feita conforme o estabelecido no Regimento interno.

Art. 70. Os aspirantes approvados em todas as materias do 3º anno passarão a guardas-marinha-alumnos e embarcarão com os aspirantes para a viagem de instrução, durante a qual terão direito á gratificação de embarque e etapa.

Art. 71. Os guardas-marinha-alumnos approvados no 4º anno serão confirmados guardas-marinha, e como taes ficarão sujeitos á autoridade do chefe do Estado-Maior General da Armada para fazerem a viagem de instrução prescripta neste regulamento.

Art. 72. Os aspirantes, bem como os guardas-marinha-alumnos, serão sujeitos a bordo do navio não só ás mesmas regras disciplinares que o regulamento organico e o regimento interno da Escola estabelecem para uns e outros, como tambem ás leis e codigos disciplinar e penal da Armada.

Art. 73. O plano dos uniformes e dos distinctivos de aspirantes e guardas-marinha-alumnos será o estabelecido nos regulamentos em vigor.

Art. 74. O numero de alumnos será annualmente fixado pelo Ministro da Marinha.

Art. 75. Será contado para todos os effeitos o tempo de serviço com aproveitamento, quer para aspirantes e guardas-marinha-alumnos, quer para os machinistas.

## CAPITULO VIII

## Das viagens de instrucção

Art. 76. Terminados os exames em cada anno, os aspirantes e guardas-marinha-alumnos, que tiverem sido approvados, deverão embarcar, affin de seguir viagem com itinerario pelos portos da Republica.

Art. 77. Durante a viagem de instrucção, os aspirantes terão aulas praticas de navegação, manobra, machinas, artilharia, exercicios de escaleres, manejo d'armas, esgrima de espada e tiro ao alvo, sob a direcção dos respectivos instructores, cujo serviço será regulado por instrucções do director ao commandante do navio.

Art. 78. As viagens de instrucção serão:

§ 1.º De tres mezes, sempre que for possível, ou nunca menos de 60 dias para os aspirantes e guardas-marinha-alumnos;

§ 2.º De um anno para os guardas-marinha confirmados, ou nunca menos de nove mezes.

Art. 79. Nas viagens de instrucção para os aspirantes e guardas-marinha-alumnos haverá o pessoal seguinte:

§ 1.º Para os aspirantes e guardas-marinha-alumnos, um instructor de navegação, manobra e exercicio de escaleres; outro de artilharia, manejo d'armas, esgrima de bayoneta, de espada e de tiro ao alvo e um de machinas.

§ 2.º Estes instructores não pertencerão á lotação do navio, e serão tirados da classe dos officiaes da Armada e machinistas navaes, percebendo uma gratificação arbitrada pelo Ministro da Marinha, não sendo maior de 150\$ mensaes, além dos vencimentos de officiaes embarcados em navios de guerra.

§ 3.º Estes instructores desempenharão as funcções que lhes forem determinadas em instrucções organisadas pelo director e previamente approvadas pelo Ministro da Marinha.

Art. 80. Nas viagens de guardas-marinha confirmados haverá o seguinte pessoal de ensino:

Um instructor de navegação;

Um dito de artilharia;

Um dito de machinas.

§ 1.º Estes instructores serão nomeados pelo Ministro da Marinha sob proposta do chefe do Estado-Maior General da Armada, devendo as nomeações recahir em officiaes da Armada, e dos mais aptos para o ensino; e perceberão, além dos vencimentos de officiaes embarcados em navio de guerra, uma gratificação adicional arbitrada pelo Ministro da Marinha, e que não excederá de 200\$ mensaes. Si em viagem por motivo de molestia, de detenção ou morte houver falta, impedimento ou vaga de qualquer delles, o commandante do navio, em que estiverem embarcados os referidos guardas-marinha, farão

substituir o que faltar ou que estiver impedido ou fallecer, por um official dos mais aptos da lotação do navio.

§ 2.º Os trabalhos dos guardas-marinha, não só escriptos e graphados, de derrotas, relatorios, mappas de observações meteorologicas e plantas, como os de descrições do systema, estado e função das machinas de bordo acompanhados de informações dos commandantes e dos tres instructores, serão remettidos á Escola por intermedio do chefe do Estado-Maior General da Armada para lavrar o competente parecer, o qual será enviado, no prazo maximo de trinta dias, ao Ministro da Marinha, afim de mandar lançar no assentamento dos mesmos guardas-marinha aquelles que mais se distinguiram por seus estudos nessa viagem, devendo ser elogiados em ordem do dia do Quartel-General.

§ 3.º Nestas viagens serão observadas, quanto á parte relativa ao ensino, as instrucções organisadas pelo director, previamente approvadas pelo Ministro da Marinha.

Art. 81. Os officiaes instructores são dispensados de fazer quarto a bordo, quer em viagem, quer no porto.

Art. 82. A viagem de instrucção é o brigatoria para todos os aspirantes e guardas-marinha, salvo caso de enfermidade provada por inspecção de saude.

Art. 83. Os aspirantes e guardas-marinha-alumnos servirão de auxiliares nos quartos e divisão do serviço a bordo, sendo o detalhe feito pelo commandante do navio.

Art. 84. Logo que completarem um anno de effectivo serviço, excluido o tempo de licença como guarda-marinha, serão promovidos a 2.ª tenentes.

## CAPITULO IX

### Do corpo docente

Art. 85. As nomeações para os logares de lentes, substitutos professores serão feitas por decreto, precedendo concurso para os lentes e substitutos e proposta da Congregação para os professores.

Art. 86. Para os logares vagos ou que vagarem poderão concorrer os officiaes da Armada, ou os que tiverem approvações plenas e distinctas nas cadeiras das secções respectivas.

Art. 87. Os lentes cathedraes e os substitutos são vitalicios, depois de cinco annos de exercicio effectivo; o Governo, porém, poderá demittir-os por faltas graves provadas em Congregação, ouvido o accusado, e pelos motivos seguintes:

1.º Si derem 40 faltas durante o anno lectivo, sem causa justificada;

2.º Si forem condemnados por crime inatenuavel.

Art. 88. Os mestres de esgrima, gymnastica, natção e infantaria são nomeados e demittidos por portaria, sob proposta do director da Escola ao Ministro da Marinha.

Art. 89. O membro do corpo docente que, dentro de seis mezes, contados da data da nomeação, não tomar posse e assumir o exercicio perderá o direito ao logar.

## CAPITULO X

### Das honras e precedencias

Art. 90. Os civis que forem lentes terão a graduação de capitão de fragata, os substitutos e os professores a de capitão-tenente e os mestres a de 1º tenente.

Art. 91. Os que forem militares e tiverem graduação inferior, também usarão dos mesmos distintivos concedidos aos civis, e, uns e outros, terão em seus uniformes os caracteristicos que forem marcados no plano de uniformes do Corpo da Armada.

Art. 92. O uniforme militar é obrigatorio em todos os actos escolares.

Art. 93. Em todos os actos escolares, os lentes teem precedencia aos substitutos e estes aos professores.

Art. 94. A precedencia será contada da data da posse, sendo esta do mesmo dia da data da nomeação, e na igualdade da posse e da nomeação observar-se-ha:

1.º Entre dous militares precede a maior graduação, e na igualdade desta, a antiguidade da patente, ou de praça si as patentes forem da mesma data.

2.º Sendo entre um militar e um civil, precede o primeiro.

3.º Quando forem iguaes todas as circumstancias mencionadas, precederá o que tiver idade maior, e, sendo ainda iguaes as idades, decidirá a sorte.

Art. 95. O vice-director da Escola, qualquer que seja a sua patente de official da Armada, é sempre o vice-presidente da Congregação, em suas reuniões.

## CAPITULO XI

### Dos deveres do corpo docente

Art. 96. Os lentes serão obrigados á regencia de suas cadeiras, cumprindo-lhes:

1.º Comparecer ás aulas e dar lições nos dias e hora marcados nos horarios :



2.º Exercer a fiscalização immediata das aulas e do procedimento que dentro dellas tiverem os alumnos, impondo a estes as penas marcadas no art. 223;

3.º Interrogar ou chamar á lição os alumnos, quando julgarem conveniente, afim de ajuizarem de seu aproveitamento;

4.º Marcar, com 24 horas de antecedencia, as sabbatinas, habilitando o alumno a este genero de prova para os exames, e fornecer ao secretario mensalmente as informações precisas sobre o aproveitamento dos alumnos, a partir de um mez depois da abertura das aulas;

5.º Dar aos substitutos as instrucções que elles devem observar no desempenho de suas funcções;

6.º Requisitar do director, por intermedio do vice-director, todos os objectos necessarios ao ensino de sua cadeira;

7.º Apresentar á Congregação, em epoca propria, o programma de ensino de sua cadeira;

8.º Satisfazer a todas as exigencias do director, a bem do serviço do ensino e dos exames dos alumnos e dos pilotos e machinistas mercantes, nas epochas ordinarias e extraordinarias, afim de que não soffra o serviço nos casos não previstos por este regulamento;

9.º Comparecer ás reuniões da Congregação, quando forem convidados pelo director e satisfazer as incumbencias que lhes são proprias;

10. Comparecer aos exames nos dias e horas marcados, de accordo com as exigencias da Congregação, ou do director, nos casos extraordinarios, servindo onde lhes competir;

11. Comparecer aos actos para provimento dos logares de concurso, não só para o magisterio como tambem para as provas dos officiaes que se propuzerem a entrar para o Corpo de Engenheiros Navaes;

12. Conferir as approvações que merecerem os alumnos, os pilotos e machinistas da marinha mercante examinados, e tambem as notas que merecerem os concurrentes, classificando por ordem de merecimento relativo os que devem ser incluídos na proposta ao Governo.

Art. 97. E' dever dos substitutos:

1.º Substituir os lentes em suas faltas ou impedimentos e mutuamente substituirem-se em suas secções, continuando a exercer as proprias funcções;

2.º Observar restrictamente as instrucções dadas pelos lentes a quem auxiliarem;

3.º Satisfazer as obrigações prescriptas para os lentes, de conformidade com os numeros 1, 2, 3, 8, 9 e 10 do art. 96 e requisitar do director o que for necessario para o bom funcionamento de suas aulas.

Art. 98. E' dever dos professores de francez, inglez e desenho, dos dous cursos, substituirem-se mutuamente em suas especialidades, e satisfazer as obrigações prescriptas para os lentes nos numeros 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9 e 10 do art. 96.

Paragrapho unico. O professor de aparelho e navegção es-

timada, os de mathematica, o de cosmographia e geographia do curso de machinistas serão substituídos em seus impedimentos por um outro professor ou substituto designado pelo director, e deverão satisfazer as obrigações prescriptas acima.

Art. 99. Aos mestres incumbe:

Observar os programmas approvados, as instrucções e ordens do director durante os trabalhos com os alumnos, fiscalizando o procedimento dos mesmos e informando mensalmente sobre o aproveitamento dos alumnos da mesma fôrma que os lentes.

## CAPITULO XII

### Dos vencimentos. faltas e licenças

Art. 100. Os vencimentos do pessoal docente e mais funcionarios da Escola são regulados pela tabella annexa a este regulamento.

Art. 101. Nenhum vencimento será pago pela verba — *Escola Naval* — a qualquer membro do magisterio, quando empregado em commissão que o afaste do ensino escolar.

Art. 102. Os vencimentos são independentes do soldo e etapas da patente effectiva a que tem direito os membros do magisterio que pertencerem ao Corpo da Armada.

Art. 103. A percepção das gratificações marcadas na tabella só terá logar pelo serviço do magisterio e durante as fêrias.

Paragrapho unico. Fora do exercicio, os membros do magisterio só perceberão integralmente os seus vencimentos nos seguintes casos:

- 1.º De impedimento por serviço publico e obrigatorio por lei ;
- 2.º De duas faltas por mez, a juizo do director.

Art. 104. O substituto que reger cadeira terá, além do seu ordenado, a gratificação do lente a quem substituir. O substituto ou professor que reger duas cadeiras ou aulas simultaneamente, receberá, com os vencimentos do exercicio effectivo, a gratificação do substituido.

Art. 105. O substituto ou professor, que reger cadeira ou aula e ao mesmo tempo desempenhar os deveres privativos do seu cargo, terá direito á gratificação deste exercicio, accumulada ás gratificações da cadeira ou aula.

Art. 106. Os substitutos na regencia das cadeiras supplementares não terão por este serviço maiores vencimentos.

Art. 107. Os lentes, substitutos e professores que pertencerem ao quadro activo da Armada serão transferidos para o quadro extraordinario conservando a patente, sendo promovidos somente por antiguidade.

Art. 108. Haverá um livro de ponto em que se lançarão as faltas de comparecimento dos membros do magisterio ás aulas, ou qualquer acto de serviço da Escola.

Incorre em falta, como si não tivesse vindo à aula, o membro do magisterio que comparecer 15 minutos depois da hora marcada.

Art. 109. As faltas commettidas em um mez só poderão ser justificadas perante o director, até o dia 5 do mez seguinte.

Art. 110. A folha de pagamento do corpo docente, que se remetter à competente repartição fiscal, mencionará as faltas para se fazerem os devidos descontos; si estas forem justificadas o desconto será feito nas gratificações, si não forem justificadas serão descontados todos os vencimentos.

Art. 111. As licenças com ordenado por inteiro só serão concedidas por motivo de molestia comprovada, não excedendo de seis mezes; por outro qualquer motivo, as licenças poderão ser concedidas, também por seis mezes dentro de um anno, mas com metade do ordenado, si o motivo for justificavel.

§ 1.º Quando a licença concedida, com prazo de seis mezes e ordenado por inteiro, não bastar, por prolongar-se a molestia, o Governo poderá amplial-a, por igual tempo, com metade do ordenado, e depois de um anno sem ordenado, não excedendo, porém, de dous annos, sommando o tempo da primitiva licença com o das prorrogações.

§ 2.º Si a molestia ainda prolongar-se além de dous annos, o licenciado, depois de inspecionado pela Junta medica da Armada, e julgado invalido, será aposentado como ordenado proporcional ao tempo de serviço effectivo do magisterio si tiver mais de 10 annos de serviço effectivo do magisterio, e no caso contrario perderá o logar.

Art. 112. Ao director é facultado conceder as seguintes licenças:

De 8 dias de favor aos lentes e officiaes;

Até 60 dias, no maximo, aos alumnos e empregados subalternos, mediante inspecção de saude.

## CAPITULO XIII

### Da Congregação

Art. 113. A Congregação, que é a reunião dos lentes cathedricos e substitutos da Escola Naval, compor-se-ha:

1.º Do director, como presidente.

2.º Do vice-director, como vice-presidente.

3.º Do secretario da Escola, como secretario.

4.º Dos lentes cathedricos e substitutos.

Art. 114. São attribuições da Congregação:

§ 1.º Organisar os pontos para o concurso a que tiverem de sujeitar-se os officiaes da Armada que se propuzerem a entrar para o Corpo de Engenheiros Navaes e nomear o conselho deste concurso, que será composto de lentes cathedricos, ou de substitutos da respectiva secção.

§ 2.º Organisar programmas circumstanciados para os concursos, bem assim o programma e horario para o ensino theorico e pratico dos alumnos, discriminando para os exames as materias relativas a cada uma das aulas.

§ 3.º Nomear commissões para os exames de trabalhos e obras relativas ao ensino com applicação na marinha de guerra.

§ 4.º Designar os compendios a adoptar para uso dos alumnos nas diversas materias, e propor ao Governo a impressão dos que forem aceitos, quando apresentados pelos leutes da Escola, officiaes do corpo da Armada, ou mesmo pessoas extranhas.

§ 5.º Propor ao Governo a nomeação dos professores para todas as aulas dos dous cursos.

§ 6.º Propor ao Governo a demissão dos membros do corpo docente que não cumprirem seus deveres no decurso dos cinco primeiros annos depois da nomeação.

§ 7.º Propor ao Governo quaesquer medidas uteis ao ensino e tambem o que for omisso neste regulamento.

§ 8.º Designar, de dous em dous annos, os substitutos auxiliares das diversas cadeiras e os que devam reger as cadeiras supplementares, de modo que em cada secção os substitutos se alternem.

Art. 115. As deliberações da Congregação serão tomadas por maioria dos membros presentes e em votação nominal, salvo quando tratar-se de questões de interesse pessoal, caso em que se votará por escrutinio secreto.

Art. 116. As deliberações da Congregação, quando contrarias á opinião do director, não obrigam a execução dellas, sinão por decisão do Ministro da Marinha, para quem o director, em casos taes, recorrerá sempre.

Art. 117. Congregação não poderá funcionar sem que se reuna mais de metade do numero total de seus membros, regulando-se pelo regimento interno respectivo.

Art. 118. O vice-director, na qualidade de vice-presidente, tem voto nas deliberações das mesmas.

Art. 119. O director, como presidente, tem o voto de desempate.

Art. 120. Sempre que o director julgar conveniente, os professores farão parte da Congregação quando se tratar de assumptos relativos ás suas aulas.

## CAPITULO XIV

### Dos concursos

Art. 121. Na Escola Naval são logares providos por concurso os de lente cathedratico e de substituto.

Art. 122. Os concursos serão effectuados perante o conselho de concursos, que compor-se-ha sómente de lentes cathedraticos.

Art. 123. No impedimento de um ou mais lentes da Escola Naval, serão convidados pelo director os lentes jubilados da mesma Escola; na falta destes requisitará o Ministro da Marinha a nomeação de lentes cathedromaticos de outras escolas, completando assim o numero total de lentes da Escola Naval.

Art. 124. Em todos os actos de concurso presidirá o conselho o director da Escola.

Art. 125. Sempre que se der vaga em qualquer dos logares providos por concurso, o director da Escola communicará o facto ao Ministro da Marinha, e depois da necessaria authorização, mandará annunciar pelos jornaes de maior circulação a abertura da inscripção.

Art. 126. Os annuncios para a inscripção dos candidatos ás vagas deverão não só ser feitos durante tres dias consecutivos e durante os ultimos cinco dias precedentes ao do encerramento da mesma inscripção, como tambem indicar as condições exigidas nos arts. 129 e 132, referentes ao logar vago.

Art. 127. A contar da data do annuncio, o prazo para a inscripção será:

De 60 dias para o logar de lente cathedratico;

De quatro mezes para o logar de substituto.

Art. 128. A inscripção poderá ser feita pessoalmente, ou por procuração, si o candidato tiver legitimo impedimento.

Art. 129. Para as vagas de lente cathedratico ou substituto poderão concorrer não só os officiaes de marinha, como aquelles que tiveram approvações plenas em todas as cadeiras da secção em que se der a vaga.

Art. 130. Os candidatos ás vagas dos logares em concurso entregarão ao secretario da Escola os documentos de que trata o artigo anterior, bem assim quaesquer outros que julgarem convenientes ou como titulo de habilitação, ou com prova de serviços prestados á Patria, á humanidade ou á sciencia, e delles o mesmo secretario passará recibo.

Art. 131. O secretario abrirá, em livro especial, o termo da inscripção, que será assignado pelo director, e em seguida pelo mesmo secretario e pelos concurrentes, fechan lo todas as assignaturas um termo lavrado no dia do encerramento, e assignado igualmente pelo director e pelo secretario.

Art. 132. As condições de habilitação para a inscripção dos candidatos aos logares de lente cathedratico e de substituto são as prescriptas no art. 129 deste regulamento. Além disto, cada candidato deverá provar: que é cidadão brasileiro, que tem mais de 21 annos de idade, e que está no gozo dos seus direitos civis e politicos.

Art. 133. Si no exame dos documentos exigidos suscitarem duvidas sobre a validade ou importancia de qualquer delles, ouvido o interessado, o director convocará immediatamente o conselho de concursos, que decidirá no prazo de tres dias. A deliberação do conselho será sem demora transmittida pelo secretario a tollos os outros candidatos e publicada pelo *Diario Official*.

Art. 134. A decisão do conselho a respeito das habilitações poderá recorrer para o Governo qualquer dos candidatos que se achar prejudicado, não só em relação ao que for resolvido a seu respeito, como também em relação aos outros candidatos.

Art. 135. No dia fixado para o encerramento da inscrição reunir-se-ha, às 2 horas da tarde, o conselho, e, lidos pelo secretario os nomes dos candidatos e os documentos apresentados, será decidido, por maioria de votos, si existem todas as condições exigidas por este regulamento, correndo a votação nominal sobre cada um. Nesta ocasião será lavrado o termo de encerramento na forma do art. 131.

Art. 136. O director fará extrahir pelo secretario duas listas dos candidatos habilitados pelo conselho, uma das quaes mandará publicar e outra remetterá ao Governo.

Art. 137. Findo o prazo da inscrição nenhum candidato será a ella admittido.

Art. 138. As provas de concurso para os logares de lentes cathedraticos versarão sómente sobre doutrinas importantes da cadeira vaga e consistirão em :

- 1.ª Defesa de these e dissertação ;
- 2.ª Prova escripta ;
- 3.ª Prelecção ;
- 4.ª Prova pratica nas materias que a admittirem.

Art. 139. Os pontos para a these constarão de duas partes: 1.ª, dissertação sobre um dos pontos approvados pelo conselho de concurso ; 2.ª, tres proposições sobre as doutrinas de cada cadeira da secção a que pertencer a vaga.

Art. 140. Os pontos para prova escripta, prelecção e prova pratica serão organisados pelo conselho de concursos sobre doutrinas importantes da cadeira vaga.

Art. 141. No concurso para os logares de substituto haverá igualmente quatro provas, sendo, porém, a de defesa de these substituida por uma arguição feita por todos os cathedraticos da secção a que pertencer a vaga, sobre pontos sorteados na ocasião o tirados dos programmas de ensino das respectivas cadeiras.

Art. 142. Nenhum cathedratico poderá arguir mais de meia hora a cada candidato; mas deverá exigir que este se mostre habilitado tanto na parte theorica e pratica, como na parte historica e philosophica dos pontos sorteados.

Art. 143. Seguir-se-ha na prova escripta, na prelecção e na prova pratica o mesmo processo estabelecido para o concurso de cathedratico, apenas com a differença de que os pontos para estas provas serão extrahidos exclusivamente dos programmas de ensino de todas as cadeiras da secção a que pertencer a vaga de substituto.

Art. 144. Si o logar for de cathedratico, o conselho reunir-se-ha no primeiro dia util depois do dia do encerramento da inscrição, e apresentará uma lista dos pontos que deverão servir para a confecção das theses e dissertações ; si, porém, for o de substituto, o conselho marcará o dia e hora da arguição theorica e pratica dos concurrentes, pelos cathedraticos da secção.

Art. 145. No caso de ser o concurso de cathedratico, o director, como presidente, verificará si os pontos estão assignados por elle e pelos membros do mesmo conselho, bem como si acham-se escriptos em papeis iguaes, da mesma côr e sem signal algum exterior.

Só então, convenientemente enrolados e enfiados em aneis, serão os pontos depositados em duas urnas: em uma, os referentes á dissertação; em outra, os destinados ás proposições.

Art. 146. Em acto successivo entrarão na sala do conselho todos os candidatos: o primeiro inscripto extrahirá da urna competente o ponto de dissertação, passando aos outros candidatos, que o copiarão; feito o que, cadaum dos candidatos, observada a ordem da inscripção, extrahirá da outra urna o ponto relativo ás proposições e o guardará, para que delle não tenham conhecimento os demais concurrentes.

Art. 147. Antes de retirarem-se da sala do conselho, receberão os candidatos um exemplar deste regulamento para que tenham conhecimento dos deveres que lhes são impostos.

Art. 148. Antes de fazer imprimir a these deverá o candidato apresental-a ao director da Escola. O conselho convocado para este fim verificará si a these está de accordo com as disposições do presente regulamento.

Art. 149. O exame da these em manuscripto não poderá exceder de tres dias, e depois de ter o visto do director e o cathedratico mais antigo, será restituída ao seu autor.

Art. 150. Tres mezes depois do dia em que terminar o encerramento da inscripção, deverá o candidato entregar 100 exemplares de sua these ao secretario, que fará distribuir um exemplar a cada membro do conselho e tambem outro exemplar a cada um dos outros candidatos.

Art. 151. No dia seguinte ao da entrega das theses se reunirá o conselho afin de marcar dia e hora para a primeira defesa.

Art. 152. O dia e hora para a defesa das theses serão annunciados pelo *Diario Official* com oito dias de antecedencia, e officialmente declarados ao Ministro da Marinha.

Art. 153. A arguição das theses far-se-ha de modo que cada candidato seja successivamente arguido por todos os outros, conforme a ordem da inscripção, durante meia hora, devendo se notar que cada sessão não poderá durar mais de tres horas.

Art. 154. Si houver um só candidato, o conselho nomeará por escrutinio secreto tres membros do mesmo conselho para arguirem a these do candidato.

Art. 155. Concluida a defesa, reunir-se-ha o conselho no mesmo dia, e procederá á votação sobre o merecimento dessa prova, subcrevendo cada membro com seu nome, na relação que lhe for dada pelo secretario, contendo os nomes dos candidatos, as seguintes letras: B, que quer dizer bom; S, que quer dizer soffrivel; M, que quer dizer mediocre; N S, não satisfaz.

Encerrar-se-hão taes relações em uma urna com tres chaves, uma das quaes ficará com o director, outra com o secretario e outra com um dos membros do conselho, sendo depois a urna

sellada com o sinete da Escola e rubricada pelos tres clavicularios.

Art. 156. A prova escripta será prestada pelos candidatos dous dias depois da defesa de these, quando o concurso for para cathedratico; e dous dias depois da arguição feita por todos os cathedraticos da secção, quando o concurso for para substituto.

Art. 157. Duas horas antes de começar esta prova reunir-se-ha o conselho de concurso para formular uma lista de 10 pontos sobre doutrinas importantes da cadeira vaga, no caso de ser o concurso para cathedratico; ou 30 pontos que serão extrahidos de todos os programmaes de ensino da secção no caso de ser o concurso para substituto, os quaes serão numerados pelo director e collocados em uma urna depois de escriptos e enrolados em papel do mesmo tamanho.

Art. 158. Tambem neste dia o conselho sorteará oito de seus membros para fiscalizarem os candidatos na prova escripta, devendo ficar sempre em cada hora, na sala da composição desta prova, dous dos oito membros sorteados.

Art. 159. Em seguida entrarão na sala do acto todos os candidatos inscriptos, onde haverá mesas e os competentes preparos para escrever.

O primeiro candidato inscripto tirará da respectiva urna o ponto, que será common a todos; devendo estes dar a este ponto o maior desenvolvimento possivel, para o que lhes serão concedidas quatro horas improrogaveis.

Art. 160. Terminado o prazo, serão tolas as folhas de cada uma das provas rubricadas no verso pelos dous cathedraticos que tiverem assistido ao trabalho da ultima hora, bem assim por todos os outros candidatos.

Art. 161. Fechada e lacrada cada uma das provas e escripto em um envoltorio o nome do seu autor, serão todas ellas encerradas em urna de tres chaves, observando-se o que ficou disposto na ultima parte do art. 155.

Art. 162. Dous dias depois da prova escripta, o conselho de concurso reunir-se-ha e observará o mesmo processo indicado no art. 156, menos quanto ao numero de pontos, que será de 20 para o concurso de cathedratico e de 40 para o de substituto.

Art. 163. Chamado o primeiro candidato inscripto, extrahirá elle da urna, diante de todos os outros candidatos, o ponto para a preleção que será o mesmo para todos os que tiverem de prestar esta prova no mesmo dia.

Art. 164. A preleção realizar-se-ha em plena publicidade, 24 horas depois de tirado o ponto, dando-se ao candidato o espaço de uma hora para fazela, sempre na ordem da inscripção. Enquanto fallar um candidato, os que se lhe seguirem estarão recolhidos a uma sala de onde não possam ouvi-lo e onde estarão incommunicaveis.

Art. 165. No caso de haver mais de tres candidatos, serão estes divididos em duas ou mais turmas, que tirarão pontos differentes.



Art. 166. A divisão das turmas se fará por sorteio no dia em que a primeira deva tirar ponto; e a turma designada para 2º lugar tirará ponto no dia da prelecção da 1ª, seguindo-se em tudo as mesmas disposições.

Art. 167. Terminadas diariamente as prelecções, o conselho reunir-se-ha no mesmo dia, afim de votar na fórmula do art. 155, para o que haverá uma 3ª urna.

Art. 168. Terminada a prelecção do ultimo candidato inscripto, o conselho nomeará uma commissão de tres membros para assistir á elaboração da prova pratica.

Art. 169. Dous dias depois da prelecção oral reunir-se-ha o conselho para organizar os pontos da prova pratica, seguindo o que foi indicado no art. 157, menos quanto ao numero de pontos que será de cinco para o concurso de cathedratico e de 15 para o de substituto.

Art. 170. A prova pratica consistirá em experiencias, analyses, manipulações, manejo de instrumentos, projectos de machinas, problemas e applicações numericas.

Art. 171. Depois que a commissão nomeada para esta prova verificar que os pontos estão de accordo com o disposto no art. 157, o secretario convidará o candidato inscripto em primeiro lugar para tirar o ponto, que servirá para todos.

Art. 172. Ausentes os candidatos, a commissão em acto continuo organizará uma questão pratica importante relativa ao ponto sorteado, e um dos membros da commissão lerá a questão em voz alta e pausada para todos os candidatos terem sciencia della, seguindo-se immediatamente a sua elaboração.

Art. 173. A prova pratica não poderá durar mais de tres horas em cada sessão; e quando houver mais de tres candidatos, proceder-se-ha de conformidade com o art. 165.

Art. 174. A commissão apresentará por escripto ao conselho a sua apreciação sobre o merito relativo das provas exhibidas, bem assim todas as circumstancias que possam interessar ao julgamento.

Art. 175. A prova pratica será feita simultaneamente pelos candidatos, inspecionando cada membro da commissão um delles, si forem tres; no caso de menor numero de cauditados, um será inspecionado por dous ou por todos.

Art. 176. O papel em que os candidatos escreverem os esclarecimentos, justificações dos calculos e observações, será rubricado pela commissão e por todos os outros candidatos.

Art. 177. Durante a exhibição desta prova poderão tambem inspecional-a os outros membros do conselho que não fizerem parte da commissão.

Art. 178. O julgamento sobre o merito desta prova será identico ao das outras, para o que haverá uma 4ª urna.

Art. 179. No primeiro dia util depois da prova pratica, o conselho reunir-se-ha para ouvir a leitura das provas escriptas, para o que abrir-se-ha a urna em que ellas se acham e cada candidato em voz alta lerá a que lhe pertencer, sendo a leitura fiscalizada pelos outros concorrentes.

Art. 180. Terminada a leitura das provas escriptas, o conselho em sessão secreta passará a examinar minuciosamente cada uma dellas e findo este exame procederá á votação na forma do art. 155.

Art. 181. Em seguida o secretario lerá, depois de se abrirem todas as urnas, as votações obtidas pelos candidatos nas quatro provas, mencionando os nomes dos membros que as conferiram.

Art. 182. O candidato que obtiver maior numero de notas B será classificado em 1º logar.

Art. 183. Si houver dous ou mais candidatos com o mesmo numero de notas B, proceder-se-ha a uma votação nominal para saber quem deverá occupar o 1º logar.

Art. 184. Os candidatos que não obtiverem, pelo menos, quarenta notas B, serão eliminados da classificação.

Art. 185. O cathedratico que não presenciar algumas das provas não poderá julgar, e as suas votações nas outras provas não serão levadas em conta no julgamento.

Art. 186. Em todos os actos do concurso o director poderá exigir moderação e cortezia entre os arguentes; suspender a palavra por algum tempo; advertir e impor silencio áquelle que se exceder, e mesmo suspender a continuação de qualquer acto do concurso, dando immediatamente parte ao Governo do occorrido.

Art. 187. Os actos de exhibição das provas não poderão realisar-se sem que esteja presente a maioria dos membros do conselho.

Art. 188. No caso de haver mais de uma vaga de substituto da mesma secção, o Governo poderá nomear os candidatos classificados nos tres primeiros logares, satisfeita a condição prescripta no art. 183.

Art. 189. No dia seguinte ao do julgamento do concurso o conselho reunir-se-ha para assignar o officio de proposta ao Governo.

Art. 190. Este officio será acompanhado da cópia authentica das actas do processo do concurso, e, além disto, de uma informação particular do director, ou de quem suas vezes fizer, sobre todas as circumstancias occorridas, com especial menção da maneira por que se houveram os candidatos durante as provas, de sua reputação litteraria, de quaesquer titulos de habilitação que tenham apresentado e dos serviços que tenham prestado.

## TITULO II

## DA ADMINISTRAÇÃO

## CAPITULO XV

## Do pessoal administrativo e economico

Art. 191. O pessoal administrativo se comporá de:

- 1 director, official general da Armada;
- 1 vice-director, capitão de mar e guerra ou de fragata, que será o commandante do corpo de aspirantes e guardas-marinha-alumnos;
- 1 ajudante de ordens do director, 1.º tenente;
- 1 secretario, official da activa ou reformado da Armada;
- 1 1.º official da secretaria, servindo de bibliothecario;
- 1 2.º official archivista;
- 1 amanuense;
- 2 medicos;
- 2 preparadores para os gabinetes e laboratorios;
- 1 commissario;
- 1 fiel;
- 1 porteiro;
- 4 continuos;
- 2 enfermeiros;
- 3 serventes, para os gabinetes e laboratorios;
- 1 roupeiro;
- 1 ajudante;
- 1 despenseiro;
- Criados na proporção de um para 12 aspirantes;
- Serventes de copa, 1 para 24 alumnos;
- 1 cozinheiro;
- 2 ajudantes de cozinha;
- 1 carpinteiro;
- 1 escrevente;
- 1 servente enfermeiro;
- 1 servente para limpar latrinas;
- 1 serralheiro.

## ESTADO-MAIOR DO CORPO DE ASPIRANTES

- 1 commandante, capitão de mar e guerra ou capitão de fragata, vice-director da Escola;
- 1 official superior, com attribuições de immediato de navio;
- 1 ajudante, official subalterno;

4 officiaes subalternos, que alternarão no serviço diário ;  
 3 machinistas ;  
 6 foguistas ;  
 1 mestre ;  
 2 cornetas ;  
 2 tambores ;  
 30 marinheiros contractados ;  
 Uma guarda do batalhão de infantaria de marinha.

## CAPITULO XVI

### Do director

Art. 192. O director é a primeira autoridade do estabelecimento, suas ordens são terminantes e obrigatorias para todos os empregados civis e militares, inclusive os membros do magisterio. Exerce superior inspecção sobre a execução do programma, dos cursos, dos exames e do ensino em geral ; regula e determina, de conformidade com o presente regulamento e ordens do Governo, tudo que pertencer à mesma escola e não for especialmente encarregado a Congregação.

Art. 193. Em seus impedimentos será substituído pelo vice-director.

Art. 194. O director, como chefe do estabelecimento, é também chefe do corpo de aspirantes e guardas-marinha-alunos e unico responsavel pelas medidas que mandar executar. O accordo com o voto da Congregação, que lhe é lícito adoptar ou não, de nenhuma sorte isenta-o de responsabilidade da parte disciplinar e administrativa do estabelecimento.

Art. 195. O director é o unico órgão legal e official que se communica directamente com o Ministro da Marinha, e sempre que fizer subir á presença do Governo as propostas da Congregação, dará sobre ellas sua opinião.

Art. 196. O director da Escola só recebe ordens do Ministro da Marinha e no exercicio de suas funcções se communica directamente com o vice-director no que for concernente ao serviço militar do estabelecimento.

Art. 197. Além das attribuições que lhe são conferidas por este regulamento, incumbelhe:

1.º Corresponder-se directamente em objecto de serviço com qualquer autoridade civil ou militar, exceptuando os Ministros e Governadores dos Estados ;

2.º Nomear dentre os empregados da administração, na falta ou impedimento de qualquer d'elles, quem os substitua interinamente, communicando ao Ministro da Marinha, si o provimento do emprego não for de sua competencia ;

3.º Indicar o detalhe do serviço militar geral, ordinario e extraordinario dos officiaes e praças da Armada e dos demais empregados, sob suas ordens ;

- 4.º Fiscalizar a despesa do estabelecimento;
- 5.º Determinar e regularisar o serviço da secretaria e bibliotheca;
- 6.º Requisitar o material para o ensino em geral e comprar os livros necessários para a bibliotheca e para o movimento do pessoal;
- 7.º Impor correccional e administrativamente as seguintes penas:

Reprehensão simples e suspensão até 15 dias, por negligencia ou falta de cumprimento de deveres, aos empregados sob suas ordens;

Suspender por 8 a 30 dias os empregados sob suas ordens por desobediencia e insubordinação, ou por falta contra a moralidade e disciplina, com recurso para o Ministro da Marinha;

Advertir particularmente qualquer membro do corpo docente que se afastar do cumprimento de seus deveres. Si houver reincidencia, será a falta levada ao conhecimento do Ministro da Marinha, que poderá impôr ao delinquente a pena de suspensão de um a tres mezes;

8.º Apresentar annualmente ao Governo, até 31 de março, um relatório do estado do estabelecimento sob o ponto de vista do ensino, da administração e da disciplina, comprehendendo a conta dos trabalhos do anno findo, o orçamento das despesas para o anno futuro e a proposta dos melhoramentos, modificações ou reformas que, de combinação com a Congregação, julgar conveniente;

9.º Convocar, presidir, adiar, prorogar e suspender as sessões da Congregação quando julgar conveniente; devendo, no caso de suspensão, immediatamente communicar ao Governo;

10. Marcar a hora das sessões da Congregação, de modo que não seja prejudicado o serviço lectivo;

11. Assignar com os membros presentes da referida Congregação as actas das sessões, fazendo tomar o ponto dos membros ausentes, ainda que tenham dado aula no mesmo dia;

12. Presidir a todas as commissões julgadoras dos concursos que tiverem lugar na Escola, e dar sobre cada uma dellas e dos respectivos concorrentes as informações que possam interessar ao Governo;

13. Assistir, sempre que julgar conveniente, ao serviço lectivo;

14. Rubricar os pedidos mensaes para as despesas da Escola, ordenar a execução das autorizadas e assignar as folhas dos respectivos empregados, que devem ser mensalmente enviadas á repartição fiscal.

Art. 198. Propor ao Governo a nomeação dos individuos que julgar idoneos para os empregos relativos á administração do estabelecimento, e dos preparadores para os gabinetes e laboratorios, depois de ouvir os cathedrauticos respectivos.

Art. 199. O director exercerá inteira autoridade sobre os taviros á disposição da Escola e terá todas as garantias e vantagens de commando de força.

## CAPITULO XVII

## Do vice-director e commandante do corpo de aspirantes e guardas-marinha-alumnos

Art. 200. O commandante do corpo de aspirantes é o responsável pela educação militar do referido corpo.

Art. 201. Ao vice-director commandante do corpo de aspirantes compete:

- 1.º Substituir o director;
- 2.º Auxiliar o director, sempre que elle o exigir, ainda estando este presente;
- 3.º Comparecer ás sessões da Congregação;
- 4.º Receber e transmittir as ordens do director, informal-o de todas as occurrencias que se derem no estabelecimento, detalhar o serviço militar conforme for indicado pelo director e assignar as ordens do dia, previamente approvadas por elle;
- 5.º Applicar todo o zelo e esforço para que os empregados que lhe são subordinados e os alumnos se conduzam com toda a disciplina;
- 6.º Resolver, sob sua responsabilidade, toda e qualquer questão urgente, que não possa esperar pelo director, devendo immediatamente dar parte a este da deliberação tomada;
- 7.º Informar opportunamente ao director de tudo quanto occorrer na escola, que mereça fixar regra para casos identicos;
- 8.º Propor ao director as providencias que julgar necessarias para melhorar o systema de administração, a disciplina, o fornecimento e a escripturação do estabelecimento;
- 9.º Apresentar semestralmente ao director uma exposição resumida dos serviços a seu cargo;
10. Verificar todos os documentos de receita e despesa relativos á Escola, assignal-os e fazel-os chegar ás mãos do director;
11. Policiar o estabelecimento e fiscalizar todo o serviço para que este se faça de conformidade com o que se acha prescripto nas ordens do dia, regulamentos e instrucções dadas pelo director e pelo Governo;
12. Prescrever, depois de approvado pelo director, o serviço dos officiaes da Armada que o tem de auxiliar no desempenho das funcções de commandante do corpo.

Art. 202. O vice-director é a unica autoridade do estabelecimento que se comunica verbal e directamente com o director em objecto de serviço militar.

Art. 203. O vice-director estará no estabelecimento durante o dia o maior tempo que for possivel e nelle pernoitará alternadamente com o official superior seu immediato, tendo direito a alojamento decentemente mobiliado, fornecendo o Estado trem de cozinha e de mesa e criado, como competir aos officiaes de sua patente.

Art. 204. O vice-director, com o immediato e o commissario são os responsaveis pelos valores depositados no cofre da Escola.

## CAPITULO XVIII

### Do official superior

Art. 205. Ao official superior, immediato ao vice-director commandante do corpo de aspirantes, cumpre :

- 1.º Substituir o vice-director ;
- 2.º Auxiliar o vice-director em todas as attribuições que lhes são prescriptas neste regulamento ;
- 3.º Guardar uma das chaves do cofre, pelo qual é um dos responsaveis.

Art. 206. O official superior terá alojamento decentemente mobiliado, fornecendo o Estado trem de cozinha e de mesa, e criado, que de direito compete aos officiaes de sua patente, como immediato de navio solto.

Art. 207. O official superior estará no estabelecimento durante o dia e nelle pernoitará alternadamente com o vice-director.

## CAPITULO XIX

### Dos officiaes da Armada ao serviço da Escola

Art. 208. Incumbe aos officiaes ao serviço da Escola :

- 1.º Auxiliar o director e vice-director na manutenção da disciplina militar e inspecção do comportamento dos alumnos no recreio, nos aposentos, nas salas de estudo e em todo e qualquer logar a que os mesmos alumnos devam comparecer reunidos.
- 2.º Desempenhar todas as obrigações que lhes forem marcadas no detalhe de serviço, organizado pelo vice-director.
- 3.º Inspeccionar o estabelecimento pela manhã antes de entregar o serviço.

## CAPITULO XX

### Do ajudante do corpo

Art. 209. Ao ajudante, além das attribuições analogas ás de ajudante de corpos de organização militar, compete :

- 1.º Fiscalizar constantemente os uniformes, livros e mais objectos pertencentes aos alumnos.

2.º Verificar diariamente em parada as faltas dos alumnos e tomar conhecimento das causas, dando noticia ao vice-director de todas as occorrencias diarias, sobre suas incumbencias.

3.º Inspeccionar diariamente os alojamentos.

4.º Ler as ordens do dia, conforme determinação do vice-director, em presença do corpo de alumnos.

5.º Dividir o serviço de ronda, chefes de dia, de copa e de alojamento e inspeccionar diariamente os livros diarios de serviço dos aspirantes.

6.º Commandar ou assistir os exercicios geraes, quando for necessario.

7.º Commandar o corpo de aspirantes quando em formatura ou serviço fóra da Escola, salvo quando em exercicios.

## CAPITULO XXI

### Dos medicos

Art. 210. Compete aos medicos:

1.º Prestar os serviços de sua profissão a todos os individuos pertencentes à Escola e nella residentes.

2.º Proceder à inspecção de saúde nos individuos que o director designar.

3.º Examinar a qualidade de medicamentos que receitar, antes de sua applicação, dando parte ao vice-director de qualquer abuso que encontrar, não só a esse respeito como em relação ás dietas e mais serviços da enfermaria.

4.º Fazer a estatística mensal e annual dos enfermos a seu cargo, com as respectivas observações.

5.º Examinar diariamente os aspirantes e os guardas-marinha-alumnos que derem parte de doente, communicando o resultado ao vice-director.

6.º Examinar mensalmente o estado sanitario dos alumnos, declarar, por escripto, o nome dos que por enfermidade se acharem impossibilitados para o serviço da marinha de guerra.

7.º Visitar e inspeccionar os aspirantes e guardas-marinha-alumnos em suas residencias, ou no hospital, sempre que lhe for determinado pelo director, a quem communicará o resultado de taes inspecções por intermedio do vice-director.

8.º Dar instrucções e pedir as providencias necessarias para que o serviço da enfermaria se faça do melhor modo possível.

9.º Participar ao vice-director qualquer indicio de molestia contagiosa ou epidemica, que se manifestar no estabelecimento, indicando os meios para atalhar o mal.

10. Dar instrucções, por escripto, ao enfermeiro sobre a applicação dos remedios, dietas e o mais que convier ao tratamento dos doentes.



11. Examinar todos os viveres fornecidos à Escola, os quaes só poderão ser acceitos com a sua approvação.
12. Inspeccionar os candidatos à praça de aspiranto.

## CAPITULO XXII

### Do commissario

Art. 211. Incumbe ao commissario:

- 1.º Fazer a escripturação da receita e despesa e mais serviços que lhe competem, de conformidade com as disposições em vigor.
- 2.º Inspeccionar diariamente o estado dos paíões e o serviço das cozinhas, pelos quaes é o principal responsavel.
- 3.º Ter a seu cargo todo o armamento e demais artefactos para o ensino dos alumnos nos exercicios de artilharia, infantaria, gymnastica, esgrima e natção, bem assim a mobilia que não estiver sob a responsabilidade do porteiro, todo o trem de mesa e cozinha do estabelecimento e o serviço concernente à mesa dos alumnos.
- 4.º Fazer mensalmente o pret dos aspirantes e a folha de pagamento dos guardas-marinha-alumnos e mais pessoal ao serviço, e ter sob sua guarda uma das chaves do cofre.

## CAPITULO XXIII

### Do secretario

Art. 212. Ao secretario compete:

- 1.º Redigir, expedir e receber a correspondencia official, sob as ordens do director, conforme suas instrucções.
- 2.º Receber, informar e encaminhar todos os requerimentos feitos à Directoria.
- 3.º Assistir às sessões da Congregação.
- 4.º Lavar e subscrever, com os examinadores e com o conselho de concurso, os termos dos actos dos exames e dos concursos, podendo ser auxiliado nesse serviço por um dos empregados da secretaria.
- 5.º Escribir os livros especiaes de assentamentos e registos e livro-mestre do corpo.
- 6.º Fazer mensalmente as folhas de pagamento do corpo docente e mais empregados da Escola, e remettel-as à repartição fiscal.
- 7.º Cumprir e fazer cumprir pelos seus subalternos as ordens do director; distribuir o serviço que deve ser desempenhado pelos referidos subalternos, podendo, com licença do director, prorogar a hora do expediente, sempre que for preciso.

8.º Propor ao director tudo que for a bem do serviço da secretaria e da celeridade do expediente.

9.º Preparar os esclarecimentos que devam servir de base aos relatorios do director e instruir com os necessarios documentos os negocios que subirem ao conhecimento do mesmo.

10. Organisar nas epochas proprias a relação dos alumnos matriculados nos annos successivos por ordem de merecimento.

## CAPITULO XXIV

### Dos officiaes da secretaria

Art. 213. Ao official da secretaria, bibliothecario, cumpre:

1.º Auxiliar o secretario em todos os seus trabalhos e substitui-lo em suas faltas ou impedimentos.

2.º Guardar e conservar a bibliotheca da Escola, assim como todos os instrumentos e modelos a ella pertencentes, excepto os que fizerem parte dos gabinetes de physica e chimica e dos observatorios astronomicos e meteorologicos.

Art. 214. Ao official archivista compete auxiliar o secretario em todas as funcções, e substituir o bibliothecario, cabendo-lhe especialmente ter a seu cargo o archivo.

## CAPITULO XXV

### Do amanuense

Art. 215. Compete ao amanuense:

1.º Cumprir as ordens do secretario.

2.º Registrar a correspondencia escolar.

3.º Coadjuvar o bibliothecario.

## CAPITULO XXVI

### Do porteiro

Art. 216. E' obrigação do porteiro:

1.º Tomar o ponto dos alumnos, em livro para este fim destinado, e todos os dias apresental-o ao respectivo docente que o authenticará.

2.º Declarar diariamente ao vice-director quaes as aulas que não funcionaram.

3.º Conservar em estado de asseio as aulas, bem como a respectiva mobilia e mais material de ensino da Escola.

4.º Detalhar o serviço dos continuos, de conformidade com as ordens do vice-director.

5.º Receber os requerimentos e papeis das partes para dar a conveniente direcção.

6.º Ter a seu cargo toda a mobilia escolar.

## CAPITULO XXVII

### Dos continuos

Art. 217. Compote aos continuos:

1.º Substituir o porteiro, mediante designação do director.

2.º Coadjuvar o porteiro na tomada do ponto dos alumnos.

3.º Preparar as salas das aulas para as lições.

4.º Entregar a correspondencia da Escola.

5.º Ir diariamente, e por escala, receber na Secretaria do Estado a correspondencia para a Escola.

## CAPITULO XXVIII

### Dos serventes, roupeiro e despenseiro

Art. 218. Aos serventes, roupeiros e despenseiro cumpre especialmente a cada um o asseio dos gabinetes de physica e chimica, a limpeza e boa ordem dos alojamentos, da rouparia e o serviço na despensa do rancho escolar.

## CAPITULO XXIX

### Da nomeação, vencimentos e vantagens

Art. 219. Serão nomeados, por decreto: o director, o vice-director, o secretario, o 1º e 2º officiaes da secretaria; por portaria do Ministro da Marinha: o amanuense e o porteiro.

Os demais empregados serão nomeados pelo director, excepto os officiaes ao serviço da Escola, os medicos e o commissario, cujas nomeações pertencem ao Ministro da Marinha, por proposta do director, ouvido o Chefe do Estado-Maior General da Armada.

Art. 220. Os vencimentos dos empregados de que trata o artigo anterior são os fixados na tabella que acompanha o presente regulamento.

Art. 221. Aos empregados da administração são extensivas as disposições relativas aos membros do magisterio, nos casos de faltas e licenças, e ficam sujeitos ao regimen militar.

### CAPITULO XXX

#### Das penas dos aspirantes e dos guardas-marinha-alumnos

Art. 222. As penas a que estão sujeitos os aspirantes, guardas-marinha-alumnos e machinistas são as seguintes:

- 1.<sup>a</sup> Nota — Zero — Inhabilitação;
- 2.<sup>a</sup> Reprehensão particular;
- 3.<sup>a</sup> Reprehensão em presença dos alumnos, na aula;
- 4.<sup>a</sup> Retirada da aula com ponto marcado;
- 5.<sup>a</sup> Reprehensão motivada em ordem do dia;
- 6.<sup>a</sup> Impedimento na Escola;
- 7.<sup>a</sup> Prisão simple, por um a oito dias, em reclusão apropriada;
- 8.<sup>a</sup> Prisão rigorosa de 10 dias em reclusão apropriada;
- 9.<sup>a</sup> Perda do anno;
- 10.<sup>a</sup> Exclusão.

Art. 223. Qualquer docente pôde impor aos alumnos, por faltas commettidas durante a lição ou exercicios, as quatro primeiras penas.

Paragrapho unico. A primeira pena chegará ao conhecimento do director na informação escripta do aproveitamento dos alumnos, dada mensalmente pelos membros do corpo docente para advertencia do interessado. Da segunda, terceira e quarta penas o docente que as impuzer, finda a aula, trabalho ou exercicio escolar, fará immediata communicação por escripto ao vice-director e, na ausencia, ao official de serviço, não só da pena imposta, como do motivo della, afim de que, em qualquer dos dois casos, se conte o vice-director, por elle chegue ao conhecimento do director.

Art. 224. O aspirante, guarda-marinha-alumno ou machinista, que, escrevendo sabbatina, thema, ou qualquer outro exercicio, recorrer a apontamentos seus ou alheios, ou acceitar auxilio extranho, verbal ou escripto, relativamente ao ponto arguido, será punido com a nota — Zero — no trabalho plagiado e ainda com a pena que lhe for imposta pelo director, conforme as circumstancias de tão irregular procedimento.

Si o caso exposto verificar-se por occasião de prova escripta em exame, terá o delinquente a nota de — Inhabilitado.

Art. 225. O vice-director poderá reprehender os aspirantes, guardas-marinha-alumnos e machinistas e ordenar a prisão no caso de faltas contra a disciplina, dando opportunamente parte ao director, para que este determine o tempo da prisão.

Art. 226. Si os aspirantes e guardas-marinha-alumnos estiverem em viagem de instrucção, além das regras disciplinares da Escola, serão punidos com impedimento de baixar á terra e prisão no alojamento.

Art. 227. Em acto flagrante de falta commettida pelos alumnos contra a ordem, a disciplina ou a moralidade, os officiaes em serviço na Escola poderão advertir os delinquentes ou prendel-os no alojamento á ordem do director, si a falta for grave, dando opportunamente por escripto parte ao vice-director, do motivo da prisão, sendo dispensada esta formalidade si o correctivo empregado for de simples alimoestação, e, neste caso, bastará comunicação verbal para ulterior deliberação do referido vice-director.

Art. 228. As penas de reprehensão motivadas em ordem do dia, impedimento no estabelecimento e prisão simples e rigorosa são da competencia do director. A pena de exclusão é privativa do Ministro.

Art. 229. A prisão rigorosa não dispensa o alumno de comparecer ás aulas.

Art. 230. Todas as penas soffridas pelos alumnos serão registradas em livro proprio, a cargo do ajudante do corpo.

Art. 231. Aos sabbados, á tarde, o ajudante fará a leitura dos artigos constantes deste capitulo, em formatura do corpo de aspirantes.

## CAPITULO XXXI

### Das dependencias e do material da Escola

Art. 232. Para instrucção theorica e pratica dos alumnos da Escola haverá:

- Uma bibliotheca e uma sala para leitura, annexa á mesma bibliotheca;

- Um gabinete de physica;

- Um gabinete de electricidade;

- Um laboratorio com os necessarios appparelhos e reactivos para as manipulações chimicas e pyrotechnicas;

- Um pequeno observatorio astronomico e meteorologico;

- Um terreno apropriado onde se possam fazer estudos praticos com chronographos e exercicios de artilharia com projectis ao alvo;

- Uma sala de modelos de navios e de machinas;

- Appparelhos para o ensino de gymnastica e natação;

Uma sala de modelos e respectivos accessorios para o ensino deapparelhos e tecnologia maritima;

Um tanque murado, com capacidade para o ensino de natação a todos os alumnos;

Um pequeno navio, de systema mixto, para as evoluções á vela e a vapor dentro da bahia;

O numero sufficiente de escaleres para as evoluções á vela e a remos;

Uma sala d'armas para o armamento portatil, objectos para o ensino de esgrima, natação e gymnastica, e modelos de todo o armamento de mão, conhecidos;

Armas de fogo portateis para os exercicios de infantaria e de tiro ao alvo e canhões de campanha para a pratica de tiro de artilharia, com os respectivos petrechos, reparos, palamentas e munições, bem assim instrumentos topographicos, geodesicos, astronomicos, meteorologicos, de sonda, fluctuantes para a salvação de naufragos e modelos de torpedo;

Tres lanchas a vapor para o serviço de conducção diaria do pessoal docente, empregados e alumnos externos, servindo uma dellas para os exercicios dos alumnos;

Uma enfermaria com accomodações para os aspirantes, separada da dos marinheiros; uma pequena pharmacía e uma arrecadação; alojamentos para todos os alumnos, commodos para os officiaes ao serviço da Escola; alojamentos mobiliados para o vice-director e official superior; quartel para as praças de pret, rouparia e salas de lavatorio para os alumnos;

Dous escaleres para o serviço do director e vice-director.

## CAPITULO XXXII

### Disposições geraes

Art. 233. Os membros do magisterio e os officiaes da Armada que compuzerem compendios ou escreverem memorias appropriadas para o ensino das doutrinas que constituem o curso da Escola Naval, e de conformidade com o que for regulado pelo programma do curso, terão direito a um premio pecuniario, que não excederá de 2:000\$, e á publicação da primeira edição do compendio ou memoria á custa do Estado.

Não se conferirá, porém, o referido premio, nem se mandará imprimir a primeira edição, sem ser ouvida a Congregação sobre o merito da obra.

Art. 234. Os membros do magisterio terão todas as vantagens de que gosam e vierem a gosar os membros do magisterio das outras escolas superiores, civis ou militares.

Art. 235. O Governo providenciará sobre os casos omissos neste regulamento, relativos ao ensino, depois de ouvir a Congregação, podendo no prazo de um anno fazer as alterações indicadas pela experiencia.

Art. 236. Haverá, além de um livro-mestre e outro de exames para os aspirantes, para os guardas-marinha-alunos e para os machinistas, livros para assentamento do pessoal do magisterio, da administração e empregados, e para as actas da Congregação e dos concursos.

O livro-mestre de termos de exames e de actas da Congregação serão escripturados pelo secretario da Escola.

Art. 237. Nenhum aspirante ou guarda-marinha poderá ter baixa a pedido, sem indemnizar as despesas feitas pelo Estado, servindo de base para o calculo o quociente da divisão da quantia que o Estado houver dispendido durante cada anno que o alumno tiver cursado, pelo numero de alumnos matriculados nesses annos.

Art. 238. Os paes, mães viúvas, tutores ou correspondentes dos alumnos são obrigados a indemnizar o Estado dos prejuizos e damnos causados á Fazenda Nacional pelos mesmos alumnos, assim como a completar trimensalmente as peças de fardamento e demais objectos marcados no enxoval, que se estragarem ou extraviarem.

## CAPITULO XXXIII

### Disposições transitorias

Art. 239. Os actuaes aspirantes e guardas-marinha-alunos não soffrerão prejuizo algum com o novo plano de ensino, desde que frequentem as aulas necessarias para, no fim do corrente anno lectivo, fazerem os respectivos exames, ainda quando essas aulas estejam em annos inferiores aos que elles frequentam.

Art. 240. Fica a Congregação obrigada a organizar o horario do ensino no corrente anno, de modo que não haja incompatibilidade de frequencia de alumnos de dous annos differentes.

Art. 241. Os actuaes alumnos do 4º anno seguirão, quanto ao ensino, o regimen do regulamento de 1893, ficando encarregado da regencia da extincta cadeira de geodesia e hydrographia o cathedratico de navegação e hydrographia.

Art. 242. Os guardas-marinha-alunos que quizerem melhoria de classificação poderão frequentar a cadeira de direito constitucional administrativo e legislação militar, e prestar exame no fim do corrente anno.

Art. 243. Os alumnos do 3º anno que estiverem já approvados em astronomia deverão frequentar a cadeira de astronomia e geodesia, embora não sejam obrigados a prestar exame da primeira materia.

Art. 244. A cadeira de chimica e pyrotechnia militar deverá ser frequentada conjuntamente pelos alumnos dos 2º e 3º annos.

Art. 245. O Governo, para dar execução immediata a este regulamento, poderá nomear os professores das diversas aulas dos dous cursos, dando preferencia aos officiaes de marinha que já estão em exercicio de instructores das mesmas.

## TABELLA DOS VENCIMENTOS DO PESSOAL DA ESCOLA NAVAL

1 Director — official general, gratificação de commando de força, pelo § 15 — Força Naval . . . . .	\$	\$	\$
1 Vice-director — capitão de mar e guerra, ou capitão de fragata, gratificação de commando de navio de 1ª classe, pelo § 15 — Força Naval . . . . .	\$	\$	\$
1 Ajudante de ordens, 1º tenente, gratificação de commando de navio de 4ª classe pelo § 15 — Força Naval . . . . .	\$	\$	\$
15 Lentes cathedraes . . . . . ord.	4:000\$000		
grat.	2:000\$000	6:000\$000	90:000\$000
10 Substitutos . . . . . ord.	2:800\$000		
grat.	1:400\$000	4:200\$000	42:000\$000
13 Professores . . . . . ord.	2:800\$000		
grat.	1:400\$000	4:200\$000	51:600\$000
3 Mestres . . . . . ord.	1:066\$000		
grat.	534\$000	1:600\$000	4:800\$000
2 Preparadores — gratificação de official embarcado, pelo § 15 — Força Naval.	\$	\$	\$
4 Lentes: 1 de physica, 1 de chimica, 1 de electricidade e 1 de balistica, pelo encargo do laboratorio, a cada um annualmente . . . . .	1:200\$000	4:800\$000	4:800\$000
1 Secretario . . . . . ord.	4:000\$000		
grat.	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1 1º official da secretaria, servindo de bibliotecario . . . . . ord.	3:200\$000		
grat.	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
1 2º official archivista . . . . . ord.	2:400\$000		
grat.	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1 Amanuense . . . . . ord.	1:600\$000		
grat.	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1 Porteiro . . . . . ord.	1:500\$000		
grat.	500\$000	2:000\$000	2:000\$000
4 Continuos . . . . . ord.	980\$000		
grat.	420\$000	1:400\$000	5:800\$000
2 Medicos — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval . . . . .	\$	\$	\$
1 Commissario — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval . . . . .	\$	\$	\$
2 Enfermeiros — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval . . . . .	\$	\$	\$
1 Fiel — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval . . . . .	\$	\$	\$
3 Serventes para os laboratorios . . . . . grat.	500\$000	\$	2:700\$000
1 Roupeiro . . . . . grat.	1:080\$000	\$	1:080\$000
1 Ajudante do mesmo . . . . . grat.	900\$000	\$	900\$000
1 Despenseiro . . . . . grat.	1:080\$000	\$	1:080\$000
1 Cozinheiro . . . . . grat.	1:800\$000	\$	1:800\$000
2 Ajudantes de cozinheiro . . . . . grat.	900\$000	1:800\$000	1:800\$000
Copeiros — 1 por esquadra . . . . . grat.	810\$000		
Criados de copa . . . . . grat.	630\$000		



1 Carpinteiro — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
1 Escrevente — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
1 Serralheiro — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
1 Servente para a enfermaria. . . . . grat.	720\$000		720\$000
1 Servente encarregado das latrinas. grat.	720\$000		720\$000
1 Official superior — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
1 Ajudante — official subalterno — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval — e gratificação especial annual de . . . . .	1:200\$000	\$	1:200\$000
4 Officiaes subalternos — gratificação de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
3 Machinistas — vencimentos de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
6 Foguistas — vencimentos de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
1 Mestre — vencimento de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
2 Cornetas — vencimentos de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
2 Tambores — vencimentos de embarque pelo § 15 — Força Naval. . . . .	\$	\$	\$
30 Marinheiros contractados — gratificação pelo § 15 — Força Naval. . . . .	960\$000	\$	23:800\$000
2 Patrões com a diaria de. . . . .	10\$000		

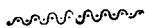
### Observações

Os lentos, professores, substitutos, mestres e secretario, officiaes da Armada, perceberão, além dos seus vencimentos especiaes, o soldo, etapas e criado conforme as leis em vigor.

O pessoal que vence como embarcado tem direito á ração, bem como os serventes dos laboratorios, cozinheiro e seus ajudantes, roupeiro e ajudante, copeiros e criados de côpa.

O director tem direito á taifa.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de março de 1899.—*Carlos Balthazar de Silveira*.



### DECRETO N. 3234 — DE 17 DE MARÇO DE 1899

Approva o regulamento geral para o Corpo de Officiaes Inferiores da Armada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe confere o art. 1º, n. 10, do decreto n. 478, de 9 de dezembro de 1897, resolve approvar o regulamento geral para o Corpo de Officiaes Inferiores da Armada, que a este acompanha.

Capital Federal, 17 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar de Silveira*.

Regulamento para o Corpo de Officiaes Inferiores da Armada a que se refere o decreto n. 3234, desta data

## CAPITULO I

### DA ORGANISAÇÃO

Art. 1.º O Corpo de Officiaes Inferiores da Armada será dividido em cinco classes ou corpos distinctos:

- 1º, de officiaes marinheiros;
- 2º, de fleis;
- 3º, de enfermeiros navaes;
- 4º, de escreventes;
- 5º, de artifices militares;

e destina-se, segundo as respectivas especialidades, ao serviço dos navios da Armada, corpos e estabelecimentos de Marinha.

Art. 2.º O quadro do Corpo de Officiaes Marinheiros se comporá de:

- 12 mestres;
- 30 contra-mestres;
- 60 guardiães.

Art. 3.º O dos fleis da Armada será composto de:

- 20 fleis de 1ª classe;
- 60 fleis de 2ª classe.

Art. 4.º O de enfermeiros navaes terá:

- 20 enfermeiros de 1ª classe;
- 60 enfermeiros de 2ª classe.

Art. 5.º O de escreventes será constituido por:

- 18 escreventes de 1ª classe;
- 30 escreventes de 2ª classe.

Art. 6.º O de artifices militares constará de:

- 12 carpinteiros-calafates de 1ª classe;
- 26 carpinteiros-calafates de 2ª classe;
- 8 serralheiros de 1ª classe;
- 9 serralheiros de 2ª classe;
- 8 caldeireiros de cobre de 1ª classe;
- 7 caldeireiros de cobre de 2ª classe;
- 8 armeiros de 1ª classe;
- 10 armeiros de 2ª classe;
- 8 mergulhadores de 1ª classe;
- 6 mergulhadores de 2ª classe.

Art. 7.º Na hierarchia militar os officiaes inferiores da Armada serão assim equiparados —

- § 1.º Os officiaes-marinheiros:
  - O mestre — sargento-ajudante;
  - O contramestre — 1º sargento;
  - O guardião — 2º sargento.

§ 2.º Os das demais classes de fleis, enfermeiros navaes, escreventes e artífices militares serão equiparados, os de 1ª classe aos 1.ºs sargentos e os de 2ª classe aos 2.ºs sargentos.

Art. 8.º Os officiaes-marinheiros em igualdade de graduação serão sempre considerados superiores hierarchicos e, como taes, terão a preferencia e precedencia sobre os officiaes das demais classes de officiaes inferiores da Armada e dos corpos de marinheiros nacionaes e infantaria de marinha.

Art. 9.º O pessoal de officiaes inferiores da Armada fica directamente subordinado ao Chefe do Estado-Maior General da Armada como chefe que é do todo o pessoal de embarque.

Art. 10. Quando o numero de officiaes-marinheiros das diversas classes for inferior ás necessidades do serviço, o Governo supprirá a deficiencia admittindo officiaes-marinheiros extranumerarios e arvorados, sendo aquelles de preferencia, e estes sempre escolhidos de entre as praças do corpo de marinheiros nacionaes; e devendo os primeiros ter as habilitações exigidas no presente regulamento.

Art. 11. Quando o numero de artífices militares das differentes classes for inferior ás necessidades do serviço, o Governo, supprirá a falta, admittindo artífices militares extranumerarios, os quaes serão de preferencia escolhidos dentre o pessoal artistico dos Arsenaes de Marinha da Republica, uma vez que tenham as habilitações exigidas no presente regulamento.

Art. 12. Na falta, porém, de marinheiros nacionaes e de operarios habilitados, se contractarão officiaes-marinheiros e artífices por tempo determinado, que nunca será menor de tres annos, preferindo-se nacionaes aos estrangeiros.

Art. 13. Nos contractos cujos termos serão lavrados no Quartel-General far-se-ha expressa menção, além de outras, das seguintes condições essenciaes:

1.ª Duração do contracto e classe em que tiver de servir o engajado;

2.ª Vencimento ajustado, com especificação do que deverá perceber nas diversas posições do serviço em que possa ser collocado, tudo expresso em moeda nacional;

3.ª Casos em que qualquer das partes contractantes póle rescindir o contracto;

4.ª Declaração de que durante o tempo do seu contracto se sujeita ás leis penaes e de processo em vigor na Armada e na Republica.

Art. 14. Só em casos e circumstancias excepcionaes se fará contracto de officiaes-marinheiros para servirem como contramestres e mestres e de artífices na 1ª classe. Em regra, todos os officiaes-marinheiros contractados deverão ser-o na classe de guarda-marinha e os artífices na 2ª classe.

Art. 15. Os artífices e marinheiros contractados deverão, quatro mezes antes de expirar o prazo de seus contractos, declarar aos respectivos commandantes e chefes dos estabelecimentos em que se acharem servindo, si pretendem ou não renovar os mesmos contractos, ficando, na falta desta declaração, sujeitos a servir sob

as mesmas condições o tempo indispensavel, que nunca será maior de seis mezes para prover á sua substituição.

Art. 16. Aos artifices militares não se contará como de serviço para o preenchimento dos seus contractos o tempo em que estiverem doentes ou presos em virtude de sentenças por faltas graves ou contrarias á disciplina. Esta disposição é extensiva aos officiaes-marinheiros contractados.

## CAPITULO II

### DA ADMISSÃO

Art. 17. Todo o pessoal do corpo de inferiores da Armada será nomeado por portaria do Ministro da Marinha, sob proposta do Chefe do Estado-Maior General da Armada.

Art. 18. Contará o mesmo pessoal antiguidade, tempo de serviço, e vencerá soldo da data em que se apresentar ao mesmo Chefe do Estado-Maior General da Armada, o qual lhe dará posse, fazendo do acto lavrar, em livro proprio, termo, que assignará com o empossado.

Art. 19. Ninguém será admittido no corpo de inferiores da Armada senão na ultima classe e depois de satisfazer as seguintes condições:

1.<sup>a</sup> Ser cidadão brasileiro e estar no gozo de seus direitos civis e politicos, o que será comprovado com documento authenticico ( folha corrida no civil e no crime );

2.<sup>a</sup> Ser maior de 21 e não exceder de 30 annos, o que será provado com certidão de idade ou documento authenticico, que em Juizo a substitua ou produza fô;

3.<sup>a</sup> Ter a robustez necessaria para a vida do mar, o que será verificado por inspecção de saúde;

4.<sup>a</sup> Saber ler e escrever e ter conhecimento da arithmetica até fracções, inclusive o systema metrico decimal, para o pessoal que se destinar aos corpos de officiaes marinheiros, enfermeiros navaes, escreventes e artifices militares; devendo, o que pretender entrar para o de fleis, provar mais: conhecer arithmetica até proporções;

5.<sup>a</sup> Os escreventes provarão mais ser habéis em calligraphia, constituindo a boa letra condição de preferencia para a admissão;

6.<sup>a</sup> Para os officiaes-marinheiros se exigirá tambem que tenham conhecimento completo do serviço e arte do marinheiro e para os artifices militares o do seu officio;

7.<sup>a</sup> Para os fleis será exigido o conhecimento da nomenclatura dos objectos que figurarem nos inventarios dos commissarios;

8.<sup>a</sup> Será exigido para os enfermeiros navaes o conhecimento da nomenclatura do material dos hospitais e ambulancias, provando mais ter pratica de sua profissão com attestados de haver servido nos hospitais militares ou civis, pelo menos, por espaço de seis mezes, com boas notas.

Art. 20. As provas estipuladas em os ns. 1 e 2 do artigo antecedente não serão exigidas ás praças oriundas dos corpos de marinha e aos operários dos Arseuaes de Marinha que se destinarem ao corpo de ratifices militares.

Art. 21. A leitura corrente de qualquer livro, a escripta de um trecho dado, a pratica das quatro operações fundamentaes da arithmetica até fracções e o systema metrico decimal constituirão para os officiaes-marinheiros, enfermeiros e artífices a prova estipulada em o n. 4 do art. 19, sendo que para os escreventes será exigido mais a redacção de um officio sobre qualquer assumpto e dirigido a uma autoridade, e para os fleis a resolução de questões sobre proporções.

Art. 22. As provas de habilitação de que tratam os ns. 4 a 8 do art. 19 serão prestadas:

§ 1.º Pelos candidatos do corpo de officiaes marinhos, perante uma commissão composta do sub-chefe do Estado-Maior General da Armada como presidente; do patrão-mór e do mestre da officina de apprelhos e velas, como arguentes, e de um amanuense da 1.ª secção do Quartel-General, como secretario, sendo, porém, as a que se refere o artigo antecedente prestadas e julgadas perante o presidente e secretario, e este com direito de voto somente quanto a estas.

§ 2.º Os que se destinarem ao corpo de fleis serão examinados por uma commissão composta de tres commissarios e presidida pelo commissario geral.

§ 3.º Os que pretenderem entrar para o corpo de enfermeiros prestarão exame perante uma commissão composta dos chefes de clinica do hospital sob a presidencia do inspector de saude naval.

§ 4.º Os que quizerem fazer parte do corpo de escreventes serão examinados por uma commissão constituida pelo sub-chefe do Estado-Maior General da Armada e dous amanuenses da 1.ª secção do Quartel General, servindo de secretario o mais moderno.

§ 5.º Os que desejarem pertencer ao corpo de artífices militares farão exame perante uma commissão organisa da com o sub-chefe do Estado-Maior General da Armada como presidente, e conforme o officio do candidato, um ajudante das Directorias de construcção, machinas, artilharia e obras hydraulicas e dous mestres das respectivas officinas, servindo como secretario um amanuense; sendo, porém, as provas de que trata o artigo antecedente prestadas e julgadas perante o presidente da commissão, ajudante da Directoria respectiva e o secretario, cabendo a este o direito de voto somente quanto a esta.

§ 6.º O papel destinado ás provas escriptas deverá ser rubricado pelo presidente e examinadores, e, findos os exames, serão aquellas archivadas.

Art. 23. A prova de que trata o n. 6 do art. 19, quanto aos officiaes-marinheiros, será prestada por exame feito a bordo de um navio completamente apparelhado, e tem por fim verificar si o candidato possui as habilitações necessarias para manejar o leme, quer este seja a vapor ou não, de roda ou simplesmente de

canna, conhecer os rumos de agulha de marear, apparellhar e desapparellhar qualquer navio ; dar os signaes de apito usados a bordo, não só para manobras como para outros serviços, armar a bordo uma cabrea para tirar os mastros, em caso de necessidade; cortar, envergar, ferrar e risar o panno de qualquer embarcação ; segurar o gurupés quando falem os cabrestos ou a trinca ; alastrar e arrumar convenientemente o porão de um navio ; fazer arrotaduras e quaesquer obras para aguentar os mastros e vergas.

Art. 24. A prova estipulada no n. 8 do art. 19 será prestada pelos enfermeiros à vista do material dos hospitaes e ambulancias.

Art. 25. A prova a que se refere o art. 19 em o n. 7 será feita à vista dos objectos que figurarem nos inventarios dos commissarios.

Art. 26. Os armeiros deverão estar aptos para o serviço de armamento, desarmamento e conservação e indispensaveis reparações possiveis a bordo, das armas portateis, dos canhões de tiro rapido de pequeno calibre, metralhadoras e canhões revólvers, especialmente no que diz respeito aos apparelhos de repetição.

Art. 27. Findos os exames, o secretario lavrará o competente termo que será assignado pelo presidente e demais membros da comissão examinadora e enviado ao chefe do Estado-Maior General da Armada, que por cópia o remetterá ao Ministro da Marinha, juntamente com a proposta para a nomeação dos candidatos approvados e escolhidos.

Art. 28. O exame para a admissão no corpo de officiaes inferiores da Armada será requerido pelos candidatos ao chefe do Estado-Maior General da Armada e por este, sempre que julgue conveniente, concedido independentemente de existencia de vagas no quadro do corpo de officiaes-marinheiros, além de se formar com pessoal habilitado e idoneo a reserva desse corpo, e nos demais corpos, sempre que existirem vagas.

Paragrapho unico. Desta reserva serão especialmente tirados ou escolhidos os guardiães extranumerarios e também arvorados.

Art. 29. Os candidatos inhabilitados só poderão prestar novo exame um anno depois da epoca em que houverem sido julgados.

A concessão do novo exame para os candidatos ao corpo de officiaes-marinheiros será feita em vista de requerimento instruido de boas informações prestadas pelos commandantes com quem tiverem servido.

Art. 30. Aquelles, porém, que ainda em o novo exame de que trata o artigo anterior forem considerados inhabilitados ficam, *ipso facto*, inhibidos de pretender a admissão no quadro do corpo de inferiores da Armada.

Art. 31. Em igualdade de circumstancias, terão sempre preferencia para a admissão no corpo de inferiores da Armada os individuos que já tenham servido à Armada, com boas notas, sendo

que no quadro dos artifices militares serão preferidos os operarios dos Arsenaes de Marinha da Republica e mui especialmente aquelles que já houverem servido como artifices extranumerarios por mais de seis mezes, e no de officiaes-marinheiros, as praças do corpo de marinheiros nacionaes, especialmente as que já tenham sido guardiães extranumerarios ou arvorados por mais de seis mezes.

### CAPITULO III

#### ATTRIBUIÇÕES E DEVERES

Art. 32. São attribuições e deveres dos officiaes-marinheiros as que lhes estão estipuladas nas ordenanças para o serviço dos navios da Armada e nos regulamentos especiaes dos diversos corpos e estabelecimentos da marinha onde servirem.

Art. 33. Nos navios de 1.<sup>a</sup> classe poderão embarcar mestres e contra-mestres. Na falta daquelles, poderão os contra-mestres exercer o lugar de mestres, e, sómente na falta absoluta de contra-mestres se recorrerá aos guardiães para tal caso.

Art. 34. Os artifices militares terão as attribuições e deveres consignados na ordenança para o serviço dos navios da Armada e nos regulamentos especiaes dos diversos estabelecimentos da Marinha dentro dos limites do seu officio, tendo especialmente a seu cargo: os *carpinteiros* -*calafates* a conservação de todos os moveis, obras de madeira e calafates; os *serralheiros* todas as fechaduras, portas-estanques e accessorios; os *caldeireiros de cobre* todos os encanamentos dos diversos serviços de bordo, respectivamente bombas, valvulas; e bem assim, as vigias, portinholas e latrinas; os *armeiros* o que for relativo ao armamento militar do navio; os *mergulhadores* o asseio do costado do navio e o que se refere ao serviço de sua profissão.

Art. 35. No regimen interno de bordo os artifices ficam subordinados ao official immediato, podendo os serralheiros e os caldeireiros de cobre, na execução dos serviços que lhes forem ordenados, utilizar-se das machinas, ferramentas e apparelhos a cargo do chefe de machinas, com previo conhecimento deste.

Art. 36. Os fleis são os guardas da arrecadação, e como taes terão a seu cargo as chaves dos paices e serão obrigados a conservar os limpos e arrumados, devendo para esse serviço ter effectivamente nos paices uma praça de confiança, de boa conducta e moralidade, solicitando, quando a natureza do serviço o exija, as praças necessarias para arrumações, baldeações, etc.

Essa praça vencerá, além do soldo, a gratificação diaria de 200 rs. Póde ser substituida por outra, mediante proposta do commissario, quando assim o julgar conveniente.

§ 1.<sup>o</sup> Terão o maximo cuidado para que as aguas da baldeação, da chuva ou do mar não penetrem nos paices, afim de

não estragar ou inutilisar os efeitos da Fazenda Nacional alli arrecadados; devendo, quando isto succeda, dar immediatamente parte ao commissario, para serem tomadas as devidas providencias.

§ 2.º Não serão obrigados a entregar objecto algum que estiver sob sua guarda, sem ordem escripta da autoridade competente.

Art. 37. Os fideis não poderão ser distrahiridos para serviços extranhos á sua profissão.

Art. 38. No serviço de fazenda os fideis ficam immediatamente subordinados aos commissarios.

Art. 39. No caso de morte ou impedimento dos commissarios, os fideis os substituirão (unicamente com a responsabilidade dos generos), devendo desde logo proceder-se a inventario, até que seja nomeado outro commissario, sendo esse serviço, quando bem feito, levado á conta de merecimento.

Por tal serviço perceberão os fideis a gratificação de 25\$ mensaes, que lhes será paga depois da prestação de contas.

Art. 40. Os fideis presos, por qualquer circumstancia, não ficam por isso inhibidos do desempenho de suas obrigações.

Art. 41. Os fideis são responsaveis pelos efeitos da Fazenda Nacional que estiverem sob a sua guarda e gestão.

§ 1.º Terão para a escripturação do paiol um livro, no qual mencionarão a entrada dos generos e objectos alli arrecadados ou depositados, cuja escripturação será fiscalizada pelo commandante, immediato e commissario, logo depois de recebidos os ditos generos e objectos.

Este livro deverá jogar com os de pedidos do commissario e o livro de quartos a bordo.

§ 2.º Terão mais o caderno do paiol, onde lancarão diariamente todas as sahidas de generos e objectos (ou as despesas effectuadas), com designação do peso, conta e medida e o nome do official que autorizou as mesmas sahidas ou despesas.

Este caderno fica sujeito á mesma fiscalização de que trata o paragrapho antecedente.

§ 3.º Tanto o livro de entradas como o de sahidas dos generos serão revestidos das formalidades legais, como livros officiaes que são.

Art. 42. Para garantia de sua gestão caucionarão os fideis a quantia de 200\$000.

Esta caução, que só lhes será restituída quando deixarem o serviço por demissão ou reforma, e depois de tomada e julgada a conta do ultimo commissario com quem houverem servido, pôde ser constituída :

1.º Por deposito da quantia, feito de uma só vez, na Contadoria da Marinha.

2.º Por deducção mensal em seus vencimentos, durante um anno, da quantia de 16\$666.

Esta quota pôde, á vontade dos fideis, ser augmentada até metade dos seus vencimentos.

3.º Por deposito, na Contadoria da Marinha, de titulos de estabelecimentos bancarios de reconhecido credito.



A Contadoria da Marinha é a única estação competente para o recolhimento desta caução.

Art. 43. Desta caução se descontará a importancia das faltas encontradas nos paioes.

Art. 44. Si a importancia a descontar absorver o valor da caução, será gravado com descontos mensaes o vencimento dos fleis, até completa indemnisação da Fazenda Nacional.

Art. 45. Operado qualquer desconto na caução, são os fleis obrigados a repor a respectiva importancia de modo a estar sempre completa e no seu verdadeiro valor a mesma caução.

Art. 46. A indemnização das faltas encontradas nos paioes não exime os fleis da penalidade criminal estabelecida nos codigos militares que o caso implicar.

As faltas encontradas nos paioes para os effeitos da responsabilidade de que trata o art. 44, serão, depois de bem averiguados os motivos e causas pelos commandantes, immediatos e commissarios, mencionadas nos assentamentos dos livros de soccorros e nas cadernetas dos mesmos fleis.

Art. 47. Os fleis de 1.<sup>a</sup> classe só poderão servir com os commissarios de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes, e em circumstancias excepcionaes com os das demais classes.

Art. 48. Os enfermeiros, no tocanto a seus serviços profissionaes, são immediatamente subordinados aos cirurgiões com quem servirem, ou, na falta destes, ao official incumbido da enfermaria, sobre tudo aquillo que disser respeito ao tratamento dos doentes e à policia e asseio da enfermaria; e devem participar a esses officiaes quanto occorrer em referencia a taes assumptos.

Art. 49. Os enfermeiros assistirão ás visitas que os cirurgiões passarem á enfermaria; e cumpre-lhes mais:

1.<sup>o</sup> Dar pessoalmente os remedios e fazer as applicações externas aos doentes, á hora e pela fórma marcada pelos cirurgiões;

2.<sup>o</sup> Distribuir as dietas ás horas prescriptas, conservando-se na enfermaria enquanto os doentes comerem, para lhes prestar os serviços necessarios nessa occasião, evitar trocas de dietas e recolher depois os talheres e louça, a fim de mandar proceder á limpeza desses objectos pelos serventes;

3.<sup>o</sup> Prestar aos doentes todos os serviços de que elles carecerem, e tratá-los com o maior carinho e humanidade;

4.<sup>o</sup> Fazer quartos de noite, sempre que houver algum doente grave, revezando-se nesse serviço com os serventes, si na enfermaria houver um só enfermeiro;

5.<sup>o</sup> Coadjuvados pelos serventes, amortallar o cadaver de qualquer pessoa que fallecer no navio ou estabelecimento em que estiverem servindo;

6.<sup>o</sup> Auxiliar o pharmaceutico no serviço a seu cargo, quando seja necessario;

7.<sup>o</sup> Mandar fazer a limpeza da enfermaria pelos serventes;

8.<sup>o</sup> Conservar a mesma enfermaria no maior asseio, fazendo-a varrer pelos serventes, ao menos duas vezes por dia;

9.ª Ter o maior cuidado na limpeza da roupa dos doentes e das camas, fazendo que aquella seja mudada duas vezes por semana, e esta de oito em oito dias, si pela natureza da molestia não for preciso que uma e outra se renovem mais amiudadas vezes;

10.ª Não consentir que na enfermaria esteja objecto algum extranho ao serviço dos doentes, ou que nella entrem praças da guarnição a esse serviço extranhas, sem ordem de algum dos cirurgiões ou de official incumbido da enfermaria;

11.ª Não permittir que na enfermaria entrem comidas ou bebidas, além das que constituirem as dietas e essas mesmas á hora marcada;

12.ª Examinar frequentes vezes as camas dos doentes, afim de verificar si estão nellas occultos alimentos contrarios ás dietas prescriptas ou outros objectos prohibidos;

13.ª Cuidar da conservação e limpeza dos utensilios postos ao serviço da enfermaria, não consentindo por fórma alguma que lique roupa servida na enfermaria, ou nella se estenda a enxugar a que estiver humedecida;

14.ª Exercitar-se na pratica de pequena cirurgia, aproveitando para isso o ensino dos cirurgiões com quem servirem.

Art. 50. Os enfermeiros não poderão ser distrahiridos para serviços extranhos á sua profissão.

Art. 51. Os enfermeiros, prestes por qualquer circumstancia, não ficam por isso inhibidos do desempenho de suas obrigações.

Art. 52. O mais graduado ou, em igualdade de graduação, o mais antigo dos enfermeiros é quem detalha o serviço aos demais e aos serventes, vela pelo fiel cumprimento das obrigações de cada um, e tem sob sua guarda a responsabilidade todos os utensilios e roupas ao serviço da enfermaria e dos doentes.

Parapho unico. Si, porém, ao serviço da enfermaria houver um só enfermeiro, é este que detalha o serviço aos serventes, que vela pelo fiel desempenho do serviço dellas e que tem sob sua guarda a responsabilidade os mencionados utensilios e roupas.

Art. 53. Os enfermeiros de 1.ª classe só poderão servir com os cirurgiões de 1.ª e 2.ª classes, e, em circumstancias excepcionaes, com os cirurgiões das demais classes.

Art. 54. Os escreventes, no tocante aos seus serviços profissionais, são immediatamente subordinados aos immediatos nos navios, escola de aprendizes e corpos de marinha e aos secretarios nas forças navaes.

Art. 55. Os escreventes terão as attribuições e deveres consignados na ordenança para o serviço dos navios da Armada e nos regulamentos especiaes dos diversos estabelecimentos de marinha dentro dos limites do seu officio e de suas habilitações.

Compete-lhes especialmente:

1.ª Fazer todas as relações ou mappas de distribuição dos officiaes e praças da guarnição nos quartos, manobras e demais faixas, e tirar destas relações as cópias que forem necessarias;

2 ) Encher as partes ou mappas semanaes, quinzenaes ou mensaes do estado da guarnição ;

3 ) Riscar e encher outros mappas quaesquer e em geral fazer toda a escripturação militar e do detalhe do navio, que o official immediato, ao qual incumbe inspecção esses serviços, lhes ordenar ;

4 ) Ter em dia a escripturação dos seguintes livros:

a ) Copiador de ordens geraes do Quartel General de Marinha, do commandante do navio, da forza naval a que o navio pertencer e de qualquer commandante superior ;

b ) Copiador das partes ou mappas semanaes, quinzenaes ou mensaes ;

5 ) Ter todos os papeis do detalhe e escripturação militar da competencia do official immediato na melhor ordem possivel, afim destes não se desencaminharem e poderem de momento ser apresentados ao dito official, quando elle os exigir ;

6 ) Ter em dia o copiador de officios, que pelo commandante do navio forem dirigidos ás diversas autoridades; extrahir as cópias e fazer as relações que o mesmo commandante determinar; ter em ordem chronologica, devidamente emnaçados e rotulados, os officios e ordens que o commandante julgar conveniente conservar em seu poder por conterem materia reservada ou por outro qualquer motivo ;

7 ) Nos postos de combate, nas fainas geraes e sempre que o official immediato proceder a qualquer revista ou chamada, o escrevente estará ao lado do mesmo official para tomar quaesquer notas que este ordenar.

Art. 56. Os escreventes não deverão ser distraihidos para serviços extranhos á sua profissão.

Art. 57. Os escreventes, presos por qualquer motivo, não ficam por isso inhibidos do desempenho de suas funcções.

Art. 58. Salvo motivo imperioso, os escreventes de 1.<sup>a</sup> classe só servirão em navios ou estabelecimentos de 1.<sup>a</sup> classe ou categoria, e os de 2.<sup>a</sup> nos demais navios ou estabelecimentos.

Art. 59. O pessoal do corpo de officiaes inferiores da Armada usará do uniforme que lhe for marcado por lei.

## CAPITULO IV

### DOS DIREITOS

Art. 60. As vagas que se derem nos quadros do corpo de officiaes inferiores da Armada serão preenchidas por accesso gradual e successivo da classe menor para a de maior categoria e na razão de 1/3 por antiguidade e 2/3 por merecimento.

Paragrapho unico. Si o numero de vagas for impar, a fracção considerada como unidade reverterá em favor da antiguidade.

Art. 61. São consideradas condições de merecimento para a promoção:

1.º Maior tempo de viagem e embarque em navios de guerra de completo armamento;

2.º Desempenho irrepreheensível dos deveres de sua profissão e boa prestação de contas;

3.º Exercício das funções inherentes às classes immediatamente superiores;

4.º Zelo, intelligencia, instrucção e disciplina militar;

5.º Boa conducta civil e militar.

Art. 62. Para promoção de uma classe á outra é condição imprescindivel contar na immediatamente inferior pelo menos tres annos de embarque em navios de guerra armados ou em transportes, ou quatro annos de embarque em navios de reserva ou em disponibilidade, ou em commissão de terra.

Art. 63. Os fideis e os escreventes que houverem satisfeito os requisitos do art. 61 terão o direito de se inscrever nos concursos para preenchimento de vagas na 5.ª classe dos commissarios, e, em igualdade de provas de habilitação, serão preferidos aos candidatos extranhos ao serviço da Armada.

Art. 64. As vagas que se derem nas differentes classes do corpo de officiaes inferiores da Armada serão preenchidas á proporção que se derem.

Art. 65. Os officiaes do corpo de inferiores terão direito ao Asylo de Invalidos de accordo com as leis que regem esta instituição, para a qual são obrigados a contribuir; a todos, porém, cabe o montepio, que lhes foi feito extensivo pelo § 8.º do art. 2.º da lei n. 40, de 2 de fevereiro de 1892; exceptuados os officiaes marinheiros e artifices extransumerarios.

Art. 66. O pessoal do corpo de officiaes inferiores da Armada será reformado nos casos e com as vantagens pecuniarias estipuladas no alvará de 16 de dezembro de 1790, e quando inutilizado por lesões ou molestias incuraveis, provenientes de ferimentos ou contusões recebidos em combate ou em acto de serviço, terá direito ao favor outorgado pela 2.ª parte do art. 4.º da lei n. 646, de 31 de julho de 1852, aos officiaes da Armada.

Art. 67. Será contado como tempo de serviço util para reforma:

Aos officiaes-marinheiros o que houverem prestado effectivamente desde a sua primeira praça na marinhagem ou no corpo de marinheiros nacionaes;

Aos artifices, o em que serviram no quadro artistico dos Arsenalas de Marinha;

Aos das demais classes o que tiverem prestado na qualidade de praças dos corpos de marinha ou em outros empregos da Armada.

Art. 68. O pessoal do corpo de officiaes inferiores da Armada será tratado nos hospitaes ou enfermarias de marinha, e na falta destes, nos logares onde o forem as praças da Armada, quando doentes.

Art. 69. O pessoal do corpo de officiaes inferiores perceberá os soldos e gratificações marcados na tabella annexa a este regulamento.

Art. 70. As licenças para tratamento de saúde serão concedidas nos seguintes casos e condições :

1.º Por ferimento ou contusão recebida em combate, com todos os vencimentos durante um anno ;

2.º Com o soldo e 1/3 da gratificação de embarque, por espaço de seis mezes, por molestia grave adquirida em serviço ;

3.º Com o soldo, até seis mezes, por motivo de molestia ;

4.º Com a metade do soldo, depois de seis mezes até um anno, também por motivo de molestia.

Paragrapho uni.o. Findo o prazo de um anno cessará todo o qualquer vencimento.

Art. 71. Fora dos casos previstos no artigo precedente, nenhuma licença será concedida com vencimentos.

Art. 72. Os officiaes do corpo de inferiores da Armada, quando desembarcados por motivo extranho á sua vontade, perceberão o soldo e 1/3 da gratificação de embarque em navio armado, ficando addidos os officiaes-marinheiros á patromoria do Arsenal da Capital ; os artifices, ás respectivas officinas dos Arsenaes de Marinha ; os enfermeiros, ao hospital de marinha e os fleis e escreventes ao Quartel General ; devendo coadjuvar os respectivos serviços.

Art. 73. Terão direito á repartição de prezas, nos termos da legislação que regula este assumpto.

Art. 74. Os officiaes-marinheiros e artifices militares, contratados, gozarão durante o seu engajamento de todas as isenções, garantias, privilegios, direito e favores concedidos aos que pertencem aos quadros effectivos.

Art. 75. Dentre os mestres do corpo de officiaes-marinheiros serão escolhidos os patrões-môres effectivos dos Arsenaes de marinha e dos portos dos Estados da União, bem como os mestres das officinas de velas e deapparelhos dos Arsenaes.

Art. 76. Os mestres que aceitarem os empregos de que trata o artigo antecedente serão eliminados do quadro do corpo de officiaes-marinheiros, sendo-lhes contado como útil para a aposentadoria, em taes empregos, o tempo de serviços que tiverem na Armada.

Art. 77. Os officiaes-marinheiros das differentes classes poderão ser nomeados patrões-môres interinos dos Arsenaes e portos, conservando, neste caso, o seu logar no quadro do corpo.

Si, porém, apesar de interinos, permanecerem voluntariamente por mais de tres annos em taes empregos, si os houverem bem desempenhado, ser-lhes-ha, neste caso, applicavel a doutrina consagrada no art. 76.

## CAPITULO V

### DAS PENAS

Art. 78. Os officiaes do corpo de inferiores da Armada ficam sujeitos ás penas dos Codigos Penal e Disciplinar da Armada, que

se acham em vigor, podendo-lhes ser impostas, do ultimo, as seguintes, quando delinqüirem:

- a) Reprehensão;
- b) Serviço dobrado;
- c) Impedimento até 30 dias;
- d) Desconto na gratificação até 1/3 da importancia mensal;
- e) Prisão simples até oito dias;
- f) Prisão rigorosa até oito dias;
- g) Eliminação do quadro.

§ 1.º A pena de reprehensão pôde ser verbal ou por escripto. Quando verbal, será irrogada na presença dos demais inferiores ou dos seus subordinados, consoante a gravidade da contra-venção.

§ 2.º A pena do serviço dobrado só é applicavel aos officiaes-marinheiros, e importa na continuação do serviço, quando dahi não possa resultar prejuizo á sua saúde.

§ 3.º O impedimento obriga os officiaes inferiores a permanecerem a bordo ou no recinto do quartel, estabelecimento ou alojamento, segundo for determinado; mas não os dispensa do serviço que lhes competir por escala, ou lhes for ordenado.

§ 4.º A pena de desconto de 1/3 da gratificação mensal será imposta aos que, por indolencia ou proposito, mal desempenharem os seus deveres, e não dispensados serviços a que forem obrigados.

§ 5.º A pena de prisão simples sujeita o paciente, em terra ou a bordo, a recolher-se ao recinto do respectivo alojamento, e não o exime do serviço que lhe competir ou lhe for ordenado.

§ 6.º A pena de prisão rigorosa obriga o culpado á reclusão: no seu camarote, quando a bordo: no seu quarto ou no corpo da guarda, quando em terra.

Esta pena exime o paciente de fazer serviço, mas implica a perda da gratificação correspondente aos dias de prisão.

§ 7.º A pena de eliminação do quadro, quer seja por inaptidão profissional, quer como medida disciplinar, depende da decisão do conselho de disciplina.

Esta pena, porém, quanto aos officiaes-marinheiros é só applicavel aos que, oriundos do corpo de marinheiros nacionaes, já tenham ahí concluido seu tempo de serviço.

§ 8.º Os que responderem a conselho por motivo de immoralidade e forem condemnados, serão, depois de cumprida a sentença, eliminados do quadro, embora provenham do corpo de marinheiros nacionaes e não tenham ainda o tempo de serviço exigido pela lei.

Art. 79. O fiel reputado ou accusado de deshonesto será immediatamente suspenso; proceder-se-ha a inquerito policial militar para se conhecer da procedencia da accusação.

Durante a suspensão perceberá somente o soldo, revertendo a gratificação em favor das praças que os substituirem.

Si, porém, for julgado innocente e absolvido, ser-lho-ha restituída a gratificação coarctada.

## CAPITULO VI

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 80. Os officiaes do corpo de inferiores da Armada perderão seus logares na escala dos respectivos quadros, quando se conservarem mais de dous annos afastados do serviço por motivo de molestia, ou mais de um anno por qualquer outro motivo.

Art. 81. Nas secções competentes do Quartel General haverá um livro-mestre, escripturado de modo identico ao dos officiaes da Armada, em que serão notadas todas as occurrencias da vida militar dos inferiores do corpo.

Art. 82. As autoridades sob cujas ordens servirem os officiaes inferiores do corpo darão parte ao Quartel General, semestralmente (janeiro e julho), da conducta, moralidade e aptidão profissional dos mesmos.

Art. 83. O tempo de licença por motivo de molestia, obtido dentro de um anno, qualquer que tenha sido o prazo de sua duração, será contado para os effeitos do n. 4 do art. 70.

Art. 84. Não se contará como tempo de serviço o tempo de prisão em virtude de sentença, nem tampouco o tempo de licença, excedendo a dez mezes em cada quinquennio.

Art. 85. Os officiaes-marinheiros nunca farão o seu primeiro embarque nas flotilhas.

Art. 86. Tampouco nenhuma nomeação para empregos de terra poderão ter os officiaes marinheiros que contarem menos de tres annos de embarque em navio armado, sendo pelo menos um em viagem.

Art. 87. Os officiaes-marinheiros extranumerarios não poderão servir de patrões-môres nem de mestres das officinas de apparelhos e velas.

Art. 88. As contas dos officiaes-marinheiros responsaveis continuarão a ser reguladas e prestadas pelo moço indicado no decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870.

Art. 89. Os navios desarmados ou na reserva não terão artifices militares na sua lotação, nem enfermeiros.

Art. 90. A ferramenta e mais utensilios de que carecerem para execução de seus trabalhos a bordo, serão fornecidos aos artifices militares pelo Estado, precedendo relação organizada por bordo e approvada pelo Quartel General. Taes ferramentas serão entregues aos responsaveis competentes mediante as garantias e cautelas de que trata o art. 30 do regulamento annexo ao decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870.

Art. 91. Os artifices militares serão responsaveis pelos estragos, perda e desvio das ferramentas que lhes forem confiadas e obrigados a indemnizar o custo respectivo por meio de descontos em seus vencimentos, conforme a lei.

## CAPITULO VII

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 92. O reconhecimento dos serviços e a classificação do pessoal dos diversos quadros do corpo de officiaes inferiores da Armada serão feitos por comissões nomeadas pelo chefe do Estado-Maior General da Armada.

Art. 93. Os calafates do antigo corpo até hoje existentes e que não puderem ser aproveitados, por falta de habilitações, como carpinteiros-calafates, serão addidos ao respectivo quadro das officinas do Arsenal de Marinha nas classes correspondentes ás suas habilitações, a juizo do competente director, podendo ser admittidos no quadro, quando neste se derem vagas, observadas as disposições dos regulamentos dos Arsenaes.

Art. 94. Na organização do novo corpo de artífices entrará todo o pessoal existente no corpo actual, excepção feita daquelles que se houverem mostrado inhabeis ou mal comportados.

Art. 95. Os actuaes enfermeiros civis serão dispensados do serviço e substituidos pelos do corpo nos hospitaes, enfermarias, escolas de aprendizes-marinheiros e estabelecimentos navaes; podendo, porém, ser aproveitados os que satisfaçam as exigencias deste regulamento.

Art. 96. Para reorganisar o corpo de artífices militares de accordo com o presente regulamento, o Ministro da Marinha nomeará, por intermedio das repartições competentes, tres commandantes de navios e tres ajudantes das Directorias technicas do Arsenal, pertencentes ás especialidades dos mesmos artífices.

A referida comissão julgará os serviços e as habilitações dos candidatos, classificando-os, tendo em vista o quadro previamente organizado de accordo com o art. 6º e o disposto no art. 94.

Art. 97. Os 20 mais antigos dos actuaes enfermeiros ficarão constituindo a 1ª classe de que trata o art. 4º deste regulamento; os demais serão considerados na 2ª classe.

Art. 98. Para organização do quadro dos escreventes serão classificados na 1ª classe os mais antigos.

Art. 99. Os fleis mais modernos da 2ª classe, que excederem de 60, ficarão addidos á mesma classe com os respectivos vencimentos.

Art. 100. Enquanto houver algum addido á 2ª classe, nenhuma admissão se fará no corpo de fleis da Armada.

Secretaria de Estado da Marinha, 17 de março de 1899.—  
*Carlos Balthazar da Silveira.*



**Tabella de vencimentos do pessoal do corpo de officiaes inferiores da Armada, annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 3334 desta data.**

CLASSES	GRADUAÇÕES	SOLDOS MENSUAES	GRATIFICAÇÕES NA REPUBLICA			
			Em terra, navios desarmados, reserva ou em fabrico	Em navios de guerra ou transportes armados	Em navios de guerra e transportes armados em viagem	
Mestre.....	Sargento-ajudante	100\$000	130\$000	157\$500	165\$000	
Contra-mestre.....	1º sargento.....	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000	
Guardião.....	2º sargento.....	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000	
Fiel de 1ª classe.....	1º sargento.....	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000	
Fiel de 2ª classe.....	2º sargento.....	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000	
Enfermeiro de 1ª classe.....	1º sargento.....	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000	
Enfermeiro de 2ª classe.....	2º sargento.....	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000	
Escrevente de 1ª classe.....	1º sargento.....	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000	
Escrevente de 2ª classe.....	2º sargento.....	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000	
Artifice de 1ª classe.....	1º sargento.....	90\$000	130\$000	136\$500	143\$000	
Artifice de 2ª classe.....	2º sargento.....	80\$000	100\$000	105\$000	110\$000	

*Observações*

1.ª A percentagem de que tratam os §§ 1 e 2 da lei n. 304, de 10 de outubro de 1895, está incluída no calculo das gratificações mensaes nas columnas correspondentes.

2.ª Quando em viagem de ida e volta em transportes de guerra ou navios do commercio, os officiaes do corpo de inferiores da Armada soffrerão o desconto de 40 % na menor gratificação de embarque.

3.ª A gratificação a que se refere o art. 72 deste regulamento é a de embarque em navios de guerra ou transportes armados.

4.ª Aos officiaes do corpo de inferiores da Armada, embarcados nos navios de guerra, armados, desarmados, de reserva, em transportes e empregados nos corpos e estabelecimentos de Marinha, será abonada a ração diaria em generos.

5.ª Os officiaes do corpo de inferiores da Armada, quando embarcados em navios estacionados ou em viagem em aguas estrangeiras, perceberão, além dos vencimentos de que trata esta tabella, as gratificações respectivas marcadas na tabella n. 28, annexa ao decreto n. 339, de 13 de junho de 1891, de accordo com as graduações correspondentes ás suas classes.

6.<sup>a</sup> Os officiaes-marinheiros que tiverem exercicio nas classes superiores ás suas vencerão as gratificações das classes em que tiverem exercicio.

7.<sup>a</sup> Aos guardiães extranumerarios, quando embarcados, se abonarão os mesmos vencimentos e vantagens que aos do quadro e aos que tiverem o exercicio de mestres e contra-mestres a gratificação correspondente a estas classes.

8.<sup>a</sup> Os officiaes-marinheiros contractados perceberão os mesmos vencimentos e vantagens dos de igual classe do quadro, si nos respectivos contractos não se estabelecer o contrario, e, quando tenham exercicio em classe superior á sua, perceberão a gratificação inherente á classe em que tiverem exercicio.

9.<sup>a</sup> Os officiaes-marinheiros, que forem nomeados patrões-moços interinos, terão, além do soldo, a gratificação marcada para as comissões de terra da tabella annexa ao presente regulamento, excepto os dos Arsenaes, em cujo vencimento se reputará comprehendido o soldo.

10.<sup>a</sup> Os guardiães extranumerarios, praças do corpo de marinheiros nacionaes, que tiverem o exame de habilitação, de que trata o regulamento, terão os vencimentos dos guardiães do quadro, e, nos casos de servirem em classe superior á sua, perceberão a gratificação inherente á classe em que tiverem exercicio.

11.<sup>a</sup> Os que, porém, não tiverem o exame de habilitação e que serão considerados—arvorados—de que trata o regulamento, não poderão ter exercicio em classe superior á de guardião e perceberão, além do soldo de suas classes no corpo de marinheiros nacionaes, inclusive o adicional a que tiverem direito, por tempo de serviço ou bom comportamento, sómente a gratificação de guardião.

12.<sup>a</sup> Aos artífices militares extranumerarios nas condições dos do quadro se abonarão as mesmas vantagens a que aquelles tem direito.

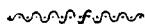
13.<sup>a</sup> Os artífices militares contractados perceberão os mesmos vencimentos e vantagens dos de igual classe do quadro, si nos respectivos contractos não houver disposição em contrario.

14.<sup>a</sup> O enfermeiro que no Hospital de Marinha exercer as funções de enfermeiro-mór, perceberá, além dos seus vencimentos, a gratificação mensal de 30\$000.

15.<sup>a</sup> São applicaveis aos officiaes do corpo de inferiores da Armada as disposições constantes da 13.<sup>a</sup> observação das tabellas de vencimentos annexas ao decreto n. 389, de 13 de junho de 1891.

16.<sup>a</sup> Além das vantagens consignadas na tabella do presente regulamento, os officiaes do corpo de inferiores da Armada terão mais os favores e concessões que porventura lhes caibam pelas tabellas e respectivas observações annexas ao decreto n. 389, de 13 de junho de 1891, salvo si taes favores ou concessões estiverem em desacordo com as disposições deste regulamento.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1899.— *Carlos Balthazar da Silveira.*



## DECRETO N. 3.235 — DE 17 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 62:344\$171 para occorrer ao pagamento ao major medico de 3.<sup>a</sup> classe do Exercito Dr. Affonso Lopes Machado de vencimentos de professor da extincta Escola Militar desta Capital, que deixou de receber desde janeiro de 1895, e bem assim a varios lentes e professores vitalicios em identicas condições.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do disposto no art. 70, § 5.<sup>o</sup>, do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, e usando da autorização conferida pelo decreto legislativo n. 518, de 16 de novembro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 62:344\$171 para occorrer ao pagamento aos coroneis José Alipio Macedo da Fontoura Costallat, do corpo de engenheiros, e Antonio Americo Pereira da Silva, do corpo de estado-maior do Exercito, aos majores medicos de 3.<sup>a</sup> classe Drs. Affonso Lopes Machado e Frederico Marinho de Azevedo, e ao Dr. Luiz Cruls, de vencimentos que deixaram de receber, sendo ao primeiro da quantia de 26:453\$656, ao segundo da de 11:665\$150, ao terceiro da de 11:071\$650, ao penultimo da de 10:529\$715 e ao ultimo da de 3:624\$000.

Capital Federal, 17 de março de 1899, 11.<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3.236 — DE 17 DE MARÇO DE 1899

Modifica o art. 5.<sup>o</sup> do regulamento da Secretaria de Estado da Guerra

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, reconhecendo a inconveniencia de ser o pessoal da Secretaria de Estado da Guerra dividido igualmente pelas duas secções, como a pratica o tem demonstrado, resolve determinar que o dito pessoal seja distribuido pelo respectivo director, conforme as necessidades do serviço das ditas secções, ficando nesta parte modificado o art. 5.<sup>o</sup> do regulamento que baixou com o decreto n. 2880, de 18 de abril do anno proximo passado.

Capital Federal, 17 de março de 1899, 11.<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



Sr. Presidente da Republica — A lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, fixando a despesa geral da Republica para o exercicio de 1898, consignou no art. 9º, rubrica 8ª, o credito de 72:000\$ para a garantia de juros annuaes de 6 % sobre o capital de 1.200:000\$ á Estrada de Ferro Barão de Araruama.

Não sendo, porém, este capital garantido, e sim o que for effectivamente empregado no prolongamento da mesma estrada até o maximo de 30:000\$ por kilometro, na forma do decreto n. 10.245, de 31 de maio de 1889, e que então já estava apurado em 1.513:200\$, foram sobre esta base pagos, como de direito, os juros de 46:296\$, correspondentes ao primeiro semestre do referido exercicio, ficando apenas na mencionada consignação de 72:000\$ o saldo de 25:704\$, aliás insufficiente para satisfazer aquelle encargo do Thesouro Federal em relação ao outro semestre vencido em dezembro ultimo e que importa em igual quantia de 46:296\$, conforme a tomada de contas respectiva.

Nestas condições, para occorrer a esse pagamento, faz-se mister abrir ao Ministerio a meu cargo, de accordo com a autorização contida no art. 23, § 1º, da lei citada, o credito supplementar de 20:592\$, e neste sentido, observado o preceito do art. 70, § 5º, do regulamento do Tribunal de Contas, tenho a honra de apresentar á vossa assignatura o incluso projecto de decreto.

Capital Federal. 18 de março de 1899. — *Severino Vieira.*

#### DECRETO N. 3237 — DE 18 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 20:592\$, para pagamento dos juros garantidos ao prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama em relação ao segundo semestre do exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe confere o art. 23, § 1º, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, com observancia do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1893, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 20:592\$, supplementar da verba 8ª, art. 9º, da lei citada, afim de occorrer ao pagamento, relativo ao segundo semestre do exercicio de 1893, dos juros de 6 % ao anno garantidos ao prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama sobre o capital de 1.513:200\$, na forma do decreto n. 10.245, de 31 de maio de 1889.

Capital Federal, 18 de março de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3238 — DE 28 DE MARÇO DE 1899

Estabelece regras para as nomeações de commandos, administração militar e tempo de duração dessas commissões.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que, para as nomeações de commandos, administração militar e tempo de duração dessas commissões, se observem as regras que a este acompanham, assignadas pelo Ministro da Marinha.

Capital Federal, 28 de março de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar da Silveira.*

Regras para as nomeações de commandos, administração militar e tempo de duração das mesmas commissões, a que se refere o decreto n. 3238 desta data.

— 1<sup>a</sup> —

São commissões de tempo determinado :

- as de commando de navios armados em guerra e de transportes ;
- as de commando de corpos e fortalezas de marinha ;
- as de commando de escolas de aprendizes-marinheiros ;
- as de embarques de officiaes de todas as classes ;
- as de vice-inspectores, ajudantes, medicos e commissarios empregados nos Arsenaes ;
- as de medicos dos hospitaes e enfermarias nos Estados ;
- as de chefes e subalternos de Capitancias e Delegacias de portos ;
- as de officiaes das escolas de aprendizes marinheiros.

— 2<sup>a</sup> —

Em tempos normaes será de *tres annos* o periodo do exercicio em qualquer das commissões acima mencionadas, excepção feita das de flotilha, que serão de *dous annos*.

Os officiaes, porém, que terminarem o prazo dessas commissões, depois de des ligados dellas, poderão desempenhar outras analogas, quer em terra, quer no mar.

## — 3ª —

São comissões sem tempo determinado:

- as do pessoal da Casa-Militar do Presidente da Republica;
- as de membros militares do Conselho Naval;
- as de membros militares do corpo docente da Escola Naval;
- as de secretario e ajudantes de ordens do Ministro da Marinha, chefe do Estado-Maior General da Armada, dos commandantes das divisões e da Escola Naval.

## — 4ª —

Os navios da Armada serão divididos em quatro classes e os commandos corresponderão ás patentes, na ordem especificada no quadro seguinte:

NAVIOS	COMMANDOS
1ª classe . . . . .	Capitão de mar e guerra.
2ª classe . . . . .	Capitão de fragata.
3ª classe . . . . .	Capitão-tenente.
4ª classe . . . . .	1º tenente.

As torpedeiras destinadas á defesa dos portos e rios constituirão um ou mais commandos; cada um delles pertencente a capitão de mar e guerra ou de fragata, com a designação de commando geral.

## — 5ª —

Os commandos competem:

- de esquadra ou de força naval, a official general;
- de divisão, a official general ou capitão de mar e guerra;
- de flotilha, a capitão de mar e guerra ou de fragata.

## — 6ª —

Os *capitães de mar e guerra* — só poderão embarcar como commandantes, ou para exercerem as outras funções que lhes são permittidas pela Ordenança Geral da Armada.

Os *capitães de fragata* — exercerão as funções de embarque estabelecidas na Ordenança Geral da Armada.

Os *capitães-tenentes* — não poderão commandar, sem ter desempenhado a commissão de immediato de navio de 3ª e 2ª classes durante um anno.

Os *1.ªs tenentes* — não poderão commandar, sem ter desempenhado a commissão de immediato durante um anno, sendo clausula para esta commissão o *embarque como official durante dous annos pelo menos*.

Os *2.ªs tenentes* — ficam expressamente prohibidos de ter empregos em terra, ainda mesmo destacados; só depois de *dous annos* de embarque poderão exercer as funções que lhes são permittidas pela Ordenança Geral da Armada.

## — 7ª —

Com excepção dos capitães de mar e guerra, o serviço já prestado como commandante não isenta o official de servir sob as ordens de outro de patente superior, ou da mesma patente, mais antigo, em navio de classe correspondente à patente deste.

## — 8ª —

As nomeações de *segundos commandantes* só competem aos capitães de fragata.

## OBSERVAÇÕES

## I

É livre ao Governo, bem assim ao chefe do Estado-Maior General da Armada, na parte que lhe diz respeito, demittir e substituir o pessoal, quando entenderem conveniente para a boa marcha do serviço.

## II

Em tempo de guerra, em commissões especiaes a juizo do Governo, ou na falta absoluta de officiaes, poderá ser alterada a categoria dos commandos, dos embarques e demais commissões especificadas nestas regras.

## III

Em tempo de guerra, e durante elle, cessará a contagem do prazo estipulado na regra 2ª.

## IV

Um mez antes de findo o prazo de exercicio dos officiaes em suas commissões, o chefe do Estado-Maior General da Armada providenciara para que sejam substituidos.

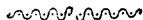
## V

No principio de cada semestre o chefe do Estado-Maior General da Armada apresentará ao Ministro da Marinha uma relação, por ordem de antiguidade, dos officiaes, que, de accordo com as regras estabelecidas, estejam no caso de commandar, desde o posto de 1º tenente até o de capitão de mar e guerra, inclusive, com as informações que habilitem o Governo a julgar do merito relativo e propriedade dos mesmos officiaes para os commandos no mar e em terra, e para o desempenho de outras commissões que lhes competirem.

## VI

Para o bom desempenho do que fica estabelecido o Quartel-General organisará desde já uma tabella de embarque e de commissões dos officiaes da Armada e classes annexas.

Secretaria de Estado da Marinha, 28 de março de 1899. — *Carlos Balthazar da Silveira.*



Sr. Presidente da Republica — Não convindo encerrar-se o exercicio de 1898, deixando-se por pagar despesas para as quaes o Governo tem a faculdade de abrir credito, venho apresentar-vos a demonstração justificativa da necessidade do credito supplementar da quantia de 61:037\$141 ao § 11 — Etapas — do mesmo exercicio e submeter á vossa consideração o decreto junto, abrindo a este Ministerio o referido credito, porquanto ouvido o Tribunal de Contas, foi este de parecer que pôde elle ser legalmente aberto.

Capital Federal, 28 de março de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3239 — DE 28 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de 61:037\$141 ao § 11 — Etapas — do exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando ser inconveniente encerrar-se o exercicio de 1898 deixando por pagar despesas para as quaes tem o Governo a faculdade de abrir credito e tendo ouvido a esse respeito o Tribunal de Contas, nos termos do § 5º do art. 70 do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve, usando da autorização contida no art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, abrir ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 61:037\$141 ao § 11 — Etapas — do referido exercicio, afim de liquidar despesas do mesmo paragrapho.

Capital Federal, 28 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3240 — DE 28 DE MARÇO DE 1899

Approva os typos de secções transversaes e respectivo orçamento na importancia de 1.297:302\$487, para reconstrução dos tunneis ns. 10 e 15, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.

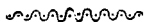
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, e tendo em vista as respectivas informações, decreta :

Artigo unico. Ficam approvedos os typos de secções transversaes e respectivo orçamento para a reconstrução dos tunneis ns. 10 e 15 da Serra, que se deformaram, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby, de accordo com as plantas que com este baixam, rubricadas pelo director geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, ficando dest'arte augmentado o capital da mencionada companhia da quantia de 1.297:302\$487, em que importa o referido orçamento.

Capital Federal, 28 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3241 — DE 28 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.600:000\$, para pagamento dos juros do emprestimo interno de 1897.

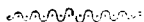
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, baseado na disposição contida no art. 2º, n. 4, da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, que autorizou o Governo a effectuar as operações de credito que julgasse necessarias :

Resolve, de accordo com o parecer do Tribunal de Contas, ouvido a respeito, abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.600:000\$, para pagamento dos juros do 1º e 2º semestres de 1898, do emprestimo interno de 60.000:000\$, contrahido em virtude da citada disposição e na conformidade do decreto n. 2095, de 29 de novembro de 1897.

Capital Federal, 28 de março de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Martinho.*



## DECRETO N. 3242 — DE 28 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:200\$, supplemental á verba — Caixa de Amortização — do exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 23, n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 2º, § 2º, n. 2 letra c, do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896 :

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:200\$, supplemental á verba IX do art. 22 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897 — Caixa de Amortização.

Capital Federal, 28 de março de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Martinho.*



## DECRETO N. 3243 — DE 28 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$, supplementar á verba — Comissões e corretagens — do exercicio de 1898.

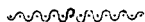
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 23, n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 2º § 2º, n. 2, lettra c, do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896 :

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$, supplementar á verba XXIII do art. 22 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897 — Comissões e corretagens.

Capital Federal, 28 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 3244 — DE 29 DE MARÇO DE 1899

Reorganiza a Assistencia a Alienados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida nos arts. 9º da lei n. 559 e 3º, n. VII, da lei n. 560, ambas de 31 de dezembro do anno proximo findo, resolve reorganisar a Assistencia a Alienados, de conformidade com o regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 29 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Regulamento da Assistencia a Alienados, a que se refere o decreto n. 3244 desta data

## CAPITULO I

DOS FINS DA INSTITUIÇÃO, SUA CONSTITUIÇÃO E SEU PESSOAL

Art. 1.º A Assistencia a Alienados, dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, tem por fim soccorrer os individuos que carecerem de tratamento por causa de alienação mental.

Art. 2.º Os estabelecimentos subordinados ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e actualmente destinados à Assistencia a Alienados são o Hospicio Nacional e as Colonias. A administração d'esses estabelecimentos será separada, comquanto uniforme, e superintendida pelo director do Hospicio.

Paragrapho unico. Nas Colonias, que são dependencias do Hospicio Nacional, serão asyados os alienados que puderem aproveitar do regimen peculiar das mesmas para tratamento da molestia mental que soffrerem, sem distincção de classes ou de sexos, embora com separação rigorosa quanto aos sexos e classes; salvas, em relação às classes e no ponto de vista sómente da conveniencia do trabalho em commum, as indicações do criterio medico.

Art. 3.º Haverá no Hospicio Nacional, além de um pavilhão para observação de individuos suspeitos de alienação, um museu anatomo-pathologico, um gabinete electro-therapico, uma escola profissional de enfermeiros e as officinas que se puderem estabelecer nos limites das verbas organimentarias.

Art. 4.º A Assistencia terá o seguinte pessoal :

No Hospicio: um director, que será ao mesmo tempo o medico em chefe do estabelecimento e terá a seu cargo o museu anatomo-pathologico, e quatro medicos, um para cada secção, todos especialistas; um chefe do gabinete electro-therapico, tambem medico, um pharmaceutico, um almoxarife, dous escripturarios, um amanuense, um continuo e um porteiro.

Nas Colonias: um director, que deverá ser medico, um medico, um pharmaceutico, um almoxarife e um escriptuario.

O pessoal subalterno de ambos os estabelecimentos será o indispensavel para as necessidades do serviço.

Paragrapho unico. Para o serviço medico da Assistencia haverá até quatro internos, sendo dous nas Colonias e dous no Hospicio, além dos do pavilhão. Esses quatro internos, estudantes de medicina, não terão vencimentos, mas sómente domicílio e refeitório nos estabelecimentos.

## CAPITULO II

### DA NOMEAÇÃO DO PESSOAL, SUA SUBSTITUIÇÃO, VENCIMENTOS E VANTAGENS, PENAS DISCIPLINARES

Art. 5.º Serão nomeados por decreto os directores e os medicos dos estabelecimentos e por portaria do Ministro os demais empregados. A nomeação dos medicos dependerá de concurso, sendo preferidos, em igualdade de condições, quanto às habilitações scientificas, os candidatos que houverem prestado serviços na qualidade de internos.

O pessoal subalterno será escolhido pelos directores dos estabelecimentos, sendo os inspectores e enfermeiros mediante proposta do medico da secção no Hospicio, ou do medico nas Colonias.

Art. 6.º Serão substituídos, em seus impedimentos temporários:

§ 1.º O director do Hospício por um dos médicos, segundo a ordem de antiguidade no serviço; o medico de cada uma das secções pelo de uma das outras, designado pelo director; o almoxarife pelo escriptuario mais antigo.

§ 2.º O director das Colonias pelo medico destas.

§ 3.º As substituições serão feitas por empregados interinos, nomeados pelo Ministro, quando houver inconveniente para o serviço em que seja o funcionario impedido substituido por outro do quadro do pessoal effectivo ou quando não houver no dito quadro quem possa substitui-lo.

Art. 7.º Nas substituições dos funcionarios da Assistencia observar-se-ha o seguinte a respeito da remuneração:

1.º Quando o substituto for empregado da Assistencia, perceberá, além de seu vencimento integral, uma gratificação igual á differença entre este e o do logar substituido;

2.º Quando for pessoa extranha á Assistencia, ser-lhe-ha abonada uma gratificação correspondente ao vencimento integral do logar que exercer, embora não se ache vago ou ao substituido caiba qualquer vencimento;

3.º Quando um medico substituir a outro terá direito á gratificação do substituido.

Art. 8.º Os vencimentos do pessoal da Assistencia são os constantes da tabella annexa, considerando-se dous terços como ordenado e um terço como gratificação.

Paragrapho unico. Os empregados que ali não figuram considerar-se-hão de diaria, que será paga pela consignação respectiva.

Art. 9.º Residirão: em casas de propriedade da Assistencia, proximas ao Hospício, o director deste estabelecimento e o medico do pavilhão; nos proprios edificios dos asylos nas Colonias, logo que nelles haja commodos, o director respectivo e o almoxarife.

Art. 10. Aos empregados do serviço externo que, pela natureza das funcções do logar, não tenham tempo limitado para cumprimento de seus deveres e não possam, por isso, afastar-se dos estabelecimentos, dar-se-ha accommodação nas dependencias destes.

Art. 11. Terão direito ao refeitório, nos estabelecimentos a que pertencerem, os pharmaceuticos, os internos e o porteiro, além do pessoal subalterno de serviço interior.

Art. 12. Os descontos, as penas e as licenças para os empregados da Assistencia serão regulados pelo que dispuzer o regulamento da Secretaria de Estado.

### CAPITULO III

#### DOS CONCURSOS

Art. 13. No concurso para provimento dos logares de medico da Assistencia a Alienados a commissão examinadora será composta do director do Hospício, de tres lentes cathedratcos

de sciencias medicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, escolhidos mediante sorteio, e de um medico da mencionada Assistencia, designado pelo Ministro. A commissão elegera o seu presidente.

Art. 14. As provas do concurso serão : pratica, oral e escripta, e versarão sobre as materias da cadeira de clinica psychiatrica e molestias nervosas das Faculdades de Medicina ; havendo arguição a respeito das duas ultimas provas, feita pelos membros da commissão examinadora.

Art. 15. A inscripção para o concurso, annunciada no *Diario Official*, durara quatro mezes, e será encerrada no ultimo dia do prazo, ás 2 horas da tarde.

Art. 16. A inscripção serão admittidos os cidadãos que estiverem no gozo dos direitos civis e politicos e forem graduados por qualquer das Faculdades de Medicina da Republica, ou que, tendo-o sido por escola estrangeira, se houverem habilitado perante alguma das nacionaes, apresentando uns e outros seus diplomas devidamente legalisados.

Art. 17. No impedimento do candidato a inscripção poderá ser feita por procurador.

Art. 18. Findo o prazo, nenhum candidato será admittido a inscrever-se, salvo em nova inscripção, que o director deverá abrir por igual tempo, si ninguém houver se apresentado na primeira.

Art. 19. Organizada a lista dos candidatos inscriptos, o director constituirá a commissão, de conformidade com o art. 13, e marcará dia para começo dos trabalhos, fazendo-se as necessarias communicações e annuncios.

Art. 20. No primeiro dia de trabalho effectuar-se-ha a prova pratica, depois de formulada nesse dia, em reserva, a lista dos respectivos pontos, em numero de oito, a qual será rubricada por todos os membros da commissão.

Art. 21. Tirado o ponto pelo candidato inscripto em primeiro logar, realizar-se-ha a prova pratica, que consistirá em preparações histologicas, normaes ou pathologicas, com referencia ás molestias mentaes e nervosas ; em analyses chimicas de liquidos organicos, que interessem áquellas molestias e em lição clinica sobre o doente que for apresentado ao candidato.

O tempo para essa prova será marcado pela commissão, contando que cada candidato tenha vinte minutos para o exame do doente e trinta para explicar as preparações e analyses.

Art. 22. Dois dias depois da prova pratica a commissão formulará uma lista de vinte pontos para a prova oral, que se realizará, publicamente, vinte e quatro horas depois de tirado o ponto, dando-se ao candidato o espaço de uma hora para fazel-a; observada sempre a ordem da inscripção.

Enquanto fallar um candidato os que se lhe seguirem não poderão ouvir-o, conservando-se para isso incommunicaveis.

Art. 23. Dois dias depois da prova oral effectuar-se-ha a prova escripta, sobre ponto sorteado de entre dez, que serão formulados nesse dia.

O tempo para essa prova será também fixado pela comissão, segundo a importancia do ponto, mas nunca inferior a duas horas. Durante esse tempo os concurrentes serão fiscalizados por dous membros da comissão, alternadamente, os quaes evitarão que elles consultem qualquer livro ou papel, ou tenham communicação com quem quer que seja.

Art. 24. Terminado o prazo de que trata o artigo antecedente serão tolas as folhas da prova de cada um dos candidatos rubricadas, no verso, pelos dous examinadores que tiverem assistido ao trabalho da ultima hora e pelos outros concurrentes.

Art. 25. Em seguida, cada candidato lerá sua prova, guardada sempre a ordem da inscripção, sendo a leitura fiscalizada pelo candidato subsequente ou por um dos examinadores, designado pelo presidente, si houver um só candidato.

Art. 26. Finda a leitura retirar-se-hão os candidatos e proceder-se-ha ao julgamento, por votação nominal, ficando desde logo excluidos os candidatos que não obtiverem maioria de votos favoraveis.

Em seguida far-se-ha, pela fórmula indicada, a classificação, por ordem de merecimento, dos concurrentes habilitados.

Art. 27. Um dos membros da comissão, que for designado pelo presidente para servir de secretario, redigirá as actas do processo do concurso, nas quaes serão mencionadas todas as circumstancias occorridas.

As actas deverão ser assignadas por todos os membros da comissão.

Art. 28. Si algum concurrente for acommettido de molestia que o inhiba de tirar ponto ou de prestar qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante o presidente do concurso, o qual, si julgar legitimo o mesmo impedimento, espciará o acto até oito dias, no caso de haver mais de um concurrente, podendo fazel-o por mais tempo, si o candidato for unico.

No caso de ter sido já tirado o ponto, dar-se-ha outro em occasião opportuna, observando-se novamente o processo respectivo.

Art. 29. Si houver mais de tres candidatos, serão divididos em turmas para as provas pratica e oral, as quaes se realizarão em dias differentes e com pontos e doentes diversos.

Opportunamente o director remetterá ao Ministro cópia das actas do concurso, acompanhada das provas escriptas e da informação que julgar conveniente.

#### CAPITULO IV

##### DOS SERVIÇOS SCIENTIFICO, ADMINISTRATIVO E SANITARIO DO HOSPICIO

Art. 30. Compete ao director do Hospicio :

I. Superintender, no ponto de vista administrativo e scientifico, os serviços da Assistencia, que não estiverem immediata-

mente a seu cargo, de accordo com o presente regulamento e com as leis que pelo Congresso Nacional forem decretadas com referencia ao assumpto ;

II. Apresentar ao Ministro o resultado dos concursos a que se proceder, para o provimento dos logares de medico, propondo os que possam ser nomeados, á vista da classificação ;

III. Conceder licença aos empregados e aos medicos, ouvido o director das Colonias quanto ao medico desse estabelecimento, por prazo não excedente a 30 dias e na forma das disposições do regulamento da Secretaria de Estado ;

IV. Submetter ao Ministro, com as informações que entenda dever aditar, os orçamentos do Hospicio e das Colonias, sendo este organizado pelo respectivo director ;

V. Encarregar-se dos estudos e pesquisas que interessarem á psychiatria e ás molestias nervosas, publicando esses trabalhos, conforme os meios orçamentarios de que dispuzer a Assistencia para occorrer á despesa ;

VI. Ordenar a transferencia dos enfermos para as Colonias ;

VII. Promover no Hospicio, no dia 11 de agosto de cada anno, sempre que for possível, uma exposição dos trabalhos manufacturados pelos enfermos do estabelecimento ;

VIII. Apresentar, no principio de cada anno, ao Ministro um relatório acompanhado do do director das Colonias sobre as occurrencias havidas nos estabelecimentos, com as necessarias estatisticas e as considerações que julgar convenientes, e uma noticia concernente aos meios therapeuticos empregados no tratamento dos enfermos e das observações scientificas mais interessantes ;

IX. Autorizar, de accordo com o art. 72, § 2º, a matricula dos enfermos, fazendo-os recolher á respectiva secção ;

X. Fazer mencionar nas papeletas os valores em dinheiro e os objectos que os enfermos tiverem ao entrar para o estabelecimento, entregando-os ao almoxarife para serem guardados em cofre ;

XI. Conceder permissão, á vista do parecer do medico da secção, para ausentarem-se, aos enfermos a quem puder aproveitar a sahida temporaria ;

XII. Prestar ás familias dos enfermos, em geral, as informações por ellas solicitadas, ou que forem de mister, e participar ás dos pensionistas o que de mais importante occorrer quanto a estes ;

XIII. Providenciar, com promptidão, sobre o enterramento dos enfermos que fallecerem no Hospicio, de accordo com as ordens vigentes e recommendações das familias dos mesmos enfermos, fazendo a necessaria participação ao official do registro civil e á autoridade que requisitou a admissão ou pessoa que a requereu ;

XIV. Remetter mensalmente ao Thesouro Federal, afim de serem por este cobradas, as contas das contribuições dos pensionistas ;

XV. Presidir á reunião do conselho economico, de que farão parte um dos medicos, por elle designado, e um funcionario da



Directoria de contabilidade da Secretaria de Estado, designado pelo Ministro, e rubricar com estes as propostas apresentadas em virtude de concorrência publica para os fornecimentos ao Hospício; assim como mandar lavrar contractos com os proponentes preferidos, á vista dos mappas comparativos feitos no dito estabelecimento, segundo as indicações dos membros do mesmo conselho;

XVI. Examinar os generos de consumo recebidos no estabelecimento, afim de verificar os que devem ser recusados;

XVII. Solicitar a expedição de ordem para ser entregue ao almoxarife a quantia correspondente ao adeantamento que lhe deva ser feito no Thesouro Federal, afim de occorrer durante o anno ás despesas miudas e de prompto pagamento do Hospício;

XVIII. Mandar extrahir do livro de talão, numerados e em ordem chronologica, e visar, os pedidos do que for necessario á manutenção dos serviços do estabelecimento e suas dependencias;

XIX. Autorizar, dentro das respectivas consignações orçamentarias, as despesas miudas e de prompto pagamento e a compra, segundo os processos estabelocidos, dos objectos que forem necessarios ao Hospício e suas dependencias;

XX. Mandar organizar e assignar as folhas dos vencimentos dos empregados do Hospício, enviando á Secretaria de Estado as que, por seu intermedio, devam ser encaminhadas ao Thesouro Federal, e segunda via das que forem remettidas directamente ao mesmo Thesouro, visto comprehenderem funcionarios que neste tem assentamentos;

XXI. Rubricar não só as contas de fornecimento e das despesas miudas e de prompto pagamento, depois de devidamente processadas, mas tambem as respectivas relações, afim de serem enviadas ao Thesouro Federal, por intermedio da Secretaria de Estado;

XXII. Assignar a correspondencia com quaesquer autoridades sobre assumpto relativo ao Hospício e que for de sua competencia;

XXIII. Organizar a tabella das refeições que devam ser distribuidas diariamente aos enfermos e as instrucções que forem precisas para regularidade do serviço administrativo e sanitarios assim como os modelos dos livros necessarios para a escripturação; e approvar as que forem organisadas pelo director das Colonias de accordo com o medico respectivo na parte relativa ao serviço a seu cargo;

XXIV. Visitar, pelo menos duas vezes por dia, todas as secções do estabelecimento, providenciando, quanto for de mister, sobre a collocação dos enfermos e sobre o conveniente tratamento, na ausencia do medico da respectiva secção;

XXV. Registrar as observações que tiver colhido relativamente ao estado dos enfermos e que justifiquem a sua intervenção;

XXVI. Rubricar todos os livros destinados ao serviço do Hospício;

XXVII. Encerrar diariamente o livro do ponto dos medicos e demais empregados;

XXVIII. Passar guia para o recolhimento de dinheiros no Thesouro.

Art. 31. Incumbe aos medicos :

I. Visitar diariamente, ás 8 horas da manhã, as respectivas secções e prescrever o tratamento a que devam ser submittidos os enfermos ;

II. Lançar, em livros proprios, as notas clinicas que exprimam o estado dos doentes, quer sejam modificações dos symptomas primitivos, quer factos novos, pertencentes a outra phase da molestia ;

III. Prescrever diariamente, em livro para esse fim destinado, a dieta dos enfermos acommettidos de molestias communs ;

IV. Dar alta aos enfermos curados e aos que tenham de sair em virtude de requerimento dos interessados ou de conselho medico, e submeter as papeletas á apreciação do director ;

V. Passar os attestados requeridos ao director e os de obito dos enfermos que fallecerem nas respectivas secções, e remetter-os ao mesmo director ;

VI. Autopsiar os cadaveres que sahirem das secções, observado o disposto no art. 108, e entregar ao director as notas relativas ás autopsias, para serem lançadas no respectivo registro ;

VII. Colligir elementos para o relatorio do director ;

VIII. Solicitar do director o que necessitarem para o bom desempenho dos deveres que lhes cabem.

Art. 32. Incumbe aos internos :

I. Observar assidua e attentamente os alienados, tomando nota de tudo quanto possa interessar ao tratamento ;

II. Assistir á distribuição dos remedios e dos alimentos ;

III. Empregar o tratamento hydrotherapico que os facultativos prescreverem ;

IV. Applicar, na ausencia do director e dos medicos, só quando forem absolutamente indispensaveis e durante o menor prazo possivel, os meios coercitivos de que trata este regulamento ;

V. Socorrer promptamente os enfermos que carecerem de cuidados immediatos, recorrendo ao director nos casos graves ;

VI. Consignar, em livro especial, todas as occurrencias que se derem com referencia ao serviço clinico, comprehendida a applicação dos meios coercitivos ;

VII. Registrar as notas relativas ás autopsias ;

VIII. Executar as instrucções que receberem dos medicos das secções ou do director, com referencia ao serviço clinico.

Art. 33. Para os fins da estatistica deverão diariamente os internos em serviço, depois que houverem recebido os relatorios das occurrencias nas secções, fornecer ao director do Hospicio nota das roupas e outros objectos que tenham sido inutilizados pelos enfermos.

Art. 34. Um dos internos, designado pelo director, fiscalizará o serviço do necroterio e das salas de necropsias, empregando, conforme o trabalho referir-se á divisão dos homens ou á das mulheres, serventes de um ou de outro sexo, dirigidos, no primeiro caso, por um enfermeiro, e no segundo por uma inspectora.

Art. 35. O interno do serviço não poderá fazer-se substituir por outro sinão mediante autorização do director; e sob pretexto algum poderá sahir do estabelecimento durante o tempo de serviço.

Art. 36. Compete ao pharmaceutico:

I. Preparar com o maior esmero os medicamentos, aviando, a qualquer hora do dia ou da noite, as prescripções feitas para os enfermos da Assistencia;

II. Conservar a pharmacia no melhor asseio e ordem, com o auxilio dos serventes precisos;

III. Formular os pedidos de drogas e mais objectos de que necessitar a pharmacia, e apresental-os ao director;

IV. Examinar as contas dos fornecedores respectivos, confrontando-as com os pedidos, que as deverão acompanhar, e apresental-as ao director, com a nota — Confere — datada e assignada;

V. Proceder ao inventario annual do vasilhame e mais objectos da pharmacia, e registral-o em livro especial.

Art. 37. O primeiro enfermeiro, os segundos enfermeiros, as enfermeiras e inspectoras e os guardas são auxiliares do serviço medico, e devem cumprir as ordens do director, dos medicos e dos internos.

Art. 38. No gabinete do director do Hospicio estará todas as manhãs, das 8 ás 9 horas, em que será encerrado pelo director, um livro de presença, no qual escreverão seus nomes os funcionarios do serviço clinico.

Art. 39. Incumbe aos escripturarios e ao amanuense, segundo distribuição feita pelo director do Hospicio, o qual assignará as certidões, os attestados, os annuncios e os editaes, assim como rubricará quaesquer trabalhos ali elaborados, o seguinte:

I. Todos os serviços concernentes ao preparo e andamento dos papeis recebidos, inclusive os requerimentos de qualquer natureza e a correspondencia do director;

II. A organização da lista dos enfermos que derem entrada no Hospicio, e a respectiva matricula, em livro proprio, observados os preceitos regulamentares;

III. As certidões que tiverem de ser passadas em virtude de despacho do mesmo director;

IV. A guarda dos pareceres medicos;

V. O registro, em livro especial, dos titulos de nomeação e mais assentamentos dos empregados da Assistencia;

VI. A transcripção, em livro especial, dos contractos que devam ser celebrados com os fornecedores do Hospicio;

VII. A relação dos annuncios e editaes, inclusive os de recebimento de propostas para compra de generos alimenticios e mais objectos precisos ao Hospicio, quando for de mister a concorrência;

VIII. A organização e o processo das folhas dos empregados do Hospicio; o processo das contas das despesas de fornecimento, mudas e de prompto pagamento, e das contas das contribuições dos pensionistas para serem remettidas ao Thesouro Federal;

IX. A organização, no começo de cada mez, de um quadro demonstrativo dos generos alimenticios distribuidos, durante o mez antecedente, para as refeições, a qual se fará á vista das notas da quantidade de cada um dos mesmos generos diariamente fornecidos pelo almoxarife;

X. A escripturação, em livro especial, da despesa do Hospicio.

Art. 40. Ao almoxarife incumbe :

I. Recolher ao cofre, para terem o devido destino na fórma da lei, os valores em dinheiro e os objectos que tiverem os enfermos ao entrar para o Hospicio;

II. Receber, no Thesouro Federal, a quantia que houver de ser adeantada para occorrer, durante o anno, ás despesas miudas e de prompto pagamento ;

III. Recolher mensalmente ao Thesouro Federal a renda das officinas e qualquer outra cuja arrecadação não esteja incumbida especialmente ao mesmo Thesouro ;

IV. Extrahir de livros de talão e expedir todos os pedidos, devidamente autorizados, dos objectos precisos para os diferentes serviços do Hospicio e suas dependencias ;

V. Fazer a carga e descarga dos objectos adquiridos para os alludidos serviços, debitando a cada um dos empregados, em livro proprio, o que lhes tiver fornecido ;

VI. Fazer a escripturação dos objectos de que tratam os numeros antecedentes.

Art. 41. O almoxarife prestará no Thesouro Federal, segundo os preceitos que ali se observarem em referencia aos empregados de Fazenda, fiança cujo valor o Ministro arbitrará, tendo em attenção a importancia pecuniaria pela qual fique responsavel o mesmo almoxarife em consequencia do adeantamento que lhe é feito.

Art. 42. Ao porteiro incumbe expedir a correspondencia official e fiscalizar o ingresso e a sahida do estabelecimento.

Art. 43. O expediente da secretaria começará ás 10 horas da manhã e terminará ás 3 da tarde, podendo ser prorogado pelo director quando o exigirem os trabalhos.

## CAPITULO V

### DO PAVILHÃO DE OBSERVAÇÃO

Art. 44. O pavilhão de observação, destinado a receber os doentes suspeitos de alienação mental, é exclusivamente reservado para a clinica psiquiatrica e de molestias nervosas, sob a immediata direcção do lente respectivo, que ficará incorporado ao pessoal de serviço clinico do Hospicio, na qualidade de medico effectivo, si não occupar outro cargo neste estabelecimento.

O serviço economico do pavilhão fica provisoriamente a cargo do director do Hospicio e sujeito ás mesmas disposições que regem o deste. Os internos da Faculdade de Medicina, junto á cadeira de clinica psychiatrica e molestias nervosas, terão residencia e refeitório no Hospicio, si se prestarem a servir cumulativamente no estabelecimento.

A escripturação, quanto aos enfermos, continuará a ser feita pelos internos.

Art. 45. O lente da referida cadeira terá como seu auxiliar na observação dos enfermos e nos outros serviços do pavilhão o substituto respectivo ou, no caso em que este se ache provido em algum dos cargos do Hospicio, um dos medicos por elle indicado ao Ministro.

## CAPITULO VI

### DO MUSEO ANATOMO-PATHOLOGICO

Art. 46. No museo anatomo-pathologico serão observadas as seguintes disposições:

1.<sup>a</sup> O museo estará aberto todos os dias uteis, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde ;

2.<sup>a</sup> As peças anatomicas destinadas ao museo serão entregues ao director, que as preparará afim de serem conservadas ;

3.<sup>a</sup> As pesquisas histologicas se farão segundo as instrucções que forem dadas pelo director, o qual escolherá as preparações mais instructivas que convenha conservar ;

4.<sup>a</sup> A cada peça anatomica deverá acompanhar um relatorio do caso morbido e da necropsia, de modo a ser archivado, para illustração e historico da mesma peça ;

5.<sup>a</sup> O director deverá assistir ás necropsias, com o fim de indicar o modo mais conveniente da extracção da peça anatomica e da sua conservação, antes de passar por ulterior processo ;

6.<sup>a</sup> De todos os trabalhos executados no museo deverá o director fazer, em cada anno, um relatorio, que será entregue ao Ministro, afim de ser publicado ;

7.<sup>a</sup> No museo serão executados pelos medicos e internos do Hospicio, de accordo com as instrucções do director, as analyses dos liquidos pathologicos e as investigações microscopicas necessarias para a elucidação dos casos morbidos.

Paraphrasis unico. O encarregado do museo terá sob a sua guarda o inventario dos appparelhos e moveis ali existentes e os fará conservar na maior limpeza e asseio.

Não permittirá que sejam retirados quaesquer dos appparelhos sem o competente recibo.

## CAPITULO VII

## DO GABINETE ELECTRO-THERAPICO

Art. 47. Ao chefe do gabinete electro-therapico cumpre :

I. Executar as instrucções que lhe forem dadas pelo director, a qual se reportará, no que disser respeito aos doentes a cargo dos medicos, ás notas que delles receber ;

II. Ter sob a sua guarda o inventario dosapparelhos e moveis ali existentes, bem como fazel-os conservar na maior limpeza e asseio ;

III. Apresentar ao director os pedidos dos objectos que forem necessarios para o gabinete ;

IV. Não permittir que sejam retirados quaesquer dos apparelhos sem o competente recibo.

## CAPITULO VIII

## DA ESCOLA PROFISSIONAL DE ENFERMEIROS

Art. 48. Na escola profissional, creada pelo decreto n. 791, de 27 de setembro de 1890, a qual se destina a preparar enfermeiros e enfermeiras para os hospicios e hospitaes civis e militares, se observará o seguinte :

§ 1.º O curso constará : 1º, de noções praticas de propedeutica clinica ; 2º, de noções geraes de anatomia, physiologia, hygiene hospitalar, curativos, pequena cirurgia, cuidados especiaes a certas categorias de enfermos e applicações balneo-therapicas ; 3º, de administração interna e escripturação do serviço sanitario e economico das enfermarias.

§ 2.º Os cursos theoricos se effectuarão tres vezes por semana, em seguida á visita ás enfermarias, e serão dirigidos pelos internos e pelos enfermeiros e inspectores, sob a fiscalização do medico e superintendencia do director.

§ 3.º Para ser admittido á matricula o pretendente deverá :

1.º Ter 14 annos, pelo menos, de idade ;

2.º Saber ler e escrever correctamente e conhecer arithmetica elementar ;

3.º Apresentar attestações de bons costumes.

Poderão ser admittidos ao curso alumnos internos e externos ; os primeiros, que não poderão exceder de 30, além de aposento e alimentação, terão direito á gratificação, no primeiro anno, de 20\$ mensaes, e no segundo, depois do primeiro apprendizado, de 25\$ ; devendo, porém, coadjubar os empregados do estabelecimento no serviço que lhes for designado.

§ 4.º Aos alumnos que se distinguirem nos exames, que o director presidirá, serão conferidos premios até 50\$000.

§ 5.º No fim do curso, que poderá ser feito em dous annos, no minimo, será conferido ao alumno um diploma assignado pelo director.

§ 6.º O diploma dará preferencia para os empregos nos hospitaes de que trata este artigo.

§ 7.º Enquanto permanecerem no estabelecimento, os alumnos ficarão sujeitos ás penas disciplinares impostas nas instrucções do serviço interno aos respectivos empregados.

## CAPITULO IX

### DAS OFFICINAS

Art. 49. Haverá, no Hospicio, as officinas que o director julgar conveniente estabelecer, tendo em vista os recursos orçamentarios.

Art. 50. Os trabalhos dos enfermos alienados, salvo os que se destinarem ao uso dos proprios enfermos e os que tenham de ser entregues ás pessoas que os encomendarem, ficarão expostos em compartimentos apropriados onde possam ser vistos pelos visitantes.

Art. 51. Da venda dos referidos trabalhos, 10 % serão destinados a pequenos premios aos enfermos que mais se houverem distinguido, e a modico auxilio pecuniario aos que, tendo-se restabelecido, não dispuzeram de recursos para seu transporte ao lugar de residencia das familias e para alimentarem-se antes de encontrar collocação.

Art. 52. Os premios e auxilios de que trata o artigo antecedente serão concedidos a juizo do director.

Art. 53. Trabalharão nas officinas da divisão dos homens, industriando os enfermos nos diferentes officios, os mestres necessarios.

Art. 54. As officinas da divisão das mulheres estarão a cargo de inspectoras.

## CAPITULO X

### DAS COLONIAS

Art. 55. As Colonias são exclusivamente reservadas a alienados transferidos do Hospicio Nacional e capazes de entregar-se á exploração agricola e a outras pequenas industrias.

Paragrapho unico. Enquanto as actuaes Colonias não se acharem em condições de receber mulheres e alienados contribuintes, o director do Hospicio se absterá de transferir-os.

Art. 56. Ao director compete, além das attribuições do art. 30 ns. XI, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXVI e XXVII, no que for applicavel ás Colonias:

I. Fiscalizar todos os serviços das Colonias ;

II. Conceder licença, por prazo não excedente a 15 dias, aos empregados de sua nomeação que merecerem essa vantagem ;

III. Mandar matricular, em livro proprio, os enfermos enviados pelo director do Hospicio ;

IV. Visar as guias de entrega da renda das Colonias, os mappas de frequencia do pessoal, bem assim os demais documentos sujeitos á sua fiscalização e que tenham de ficar no archivo ;

V. Organisar o orçamento das Colonias, ouvido o medico na parte que lhe compete, remettendo-o opportunamente ao director do Hospicio ;

VI. Apresentar, no principio de cada anno, ao director do Hospicio o relatório das occurrencias havidas no estabelecimento, acompanhado das respectivas estatísticas ;

VII. Communicar ao director do Hospicio a alta dos enfermos, enviando-lhe as observações e exames de que trata o art. 77.

Paraphrasso unico. O director das Colonias se corresponderá com o Ministro por intermedio do director do Hospicio.

Art. 57. Incumbe ao medico, além das attribuições definidas no art. 31, no que lhe for applicavel :

I. Visitar as Colonias extraordinariamente sempre que a sua presença for reclamada pelo director ;

II. Indicar a natureza e duração dos trabalhos a que os enfermos devam ser submettidos, e prescrever os meios coercitivos necessarios ;

III. Dar aos internos as instrucções pelas quaes deverão guiar-se na sua ausencia.

Art. 58. As attribuições dos internos das Colonias são as mesmas definidas no art. 32.

Art. 59. Ao almoxarife cumpre, além das attribuições do art. 40 ns. I, II, IV, V e VI :

I. Arrecadar, guardando-a em cofre, a renda das Colonias afim de, depositando em uma instituição bancaria 10 % da mesma renda para ter a applicação estatuida no art. 51, recolhê-la ao Thesouro Federal, no principio de cada mez, acompanhada de guia, em duplicata, visada pelo director ;

II. Fazer, annualmente, o inventario dos moveis e utensilios pertencentes ás Colonias, lançando-o em livro relativo a cada uma dellas, com as alterações que forem occorrendo ;

III. Prover a conservação dos edificios e gerir a arrecadação e as demais dependencias das Colonias, representando ao director contra as faltas que encontrar ;

IV. Dirigir o serviço das despezas e cozinhas das Colonias.

Art. 60. O almoxarife prestará, no Thesouro Federal, segundo os preceitos que ali se observarem em referencia aos empregados de Fazenda, fiança, cujo valor o Ministro arbitrará, tendo em attenção a importancia pecuniaria pela qual fique responsavel o mesmo almoxarife, em consequencia do adiantamento que lhe é feito.

Art. 61. O escriptuario fará a seu cargo os serviços enumerados no art. 39 deste regulamento, que forem applicaveis ás



Colonias, além de quaesquer outros trabalhos de escripturação, de que o director o incumbir.

Art. 62. Aos alienados se proporcionarão, além da balneothera pia, banhos ordinarios de agua doce e do mar, bem assim os recreios que forem convenientes, a juizo do director.

Art. 63. Os alienados poderão receber os parentes, que os procurarem, aos domingos e dias feriados, precedendo permissão do director.

Art. 64. Os alienados não poderão enviar ou receber escripto algum sinão por intermedio do director.

Art. 65. São applicaveis aos alienados das Colonias os meios coercitivos empregados no Hospicio Nacional.

Art. 66. Haverá nas Colonias, logo que for possivel, as officinas que o director do Hospicio julgar acertado estabelecer, e nellas trabalharão, sob a direcção de mestres, os alienados que não se prestarem ao trabalho agricola e mostrarem aptidão para algum officio.

Art. 67. A renda das officinas e dos productos da pequena lavoura terá a applicação estatuida na legislação vigente, observado o disposto no art. 51 deste Regulamento e arbitrados pelo director os premios e auxilios que tenham de ser concedidos aos enfermos.

Art. 68. Haverá nas Colonias logares apropriados para deposito dos mortos e preparo de caixões.

Art. 69. A visita ás Colonias será permittida pelo respectivo director nos domingos e dias feriados.

## CAPITULO XI

### DA ADMISSÃO E SAIDA DOS ALIENADOS

Art. 70. Os individuos suspeitos de alienação mental serão apresentados ao director do Hospicio por meio de requisição ou de petição, conforme a entrada for reclamada pelo Ministro do Interior, Chefe de Policia ou Prefeito do Districto Federal, ou solicitada por um particular.

§ 1.º No caso de requisição, a autoridade requisitante deverá remetter ao director :

a) uma guia contendo o nome, filiação, naturalidade, idade, sexo, cor, profissão, domicilio, signaes physicos e physionomicos do individuo suspeito ou a sua photographia, bem como os demais esclarecimentos que puder colligir em ordem a certificar-se que o individuo remettido é o mesmo apresentado ;

b) uma exposição dos motivos pelos quaes a alienação está provada ou é suspeitada ; incidentes que occorreram para a prisão, caso tenha ella sido feita, e attestados medicos, si os houver, affirmativos de molestia mental ;

c) na hypothese de ser a Policia a autoridade requisitante, além dos documentos acima, o laudo de exame medico-legal feito pelos peritos policiaes.

§ 2.º No caso de petição, deverá ser esta sellada e com a firma do requerente reconhecida por tabellião, e acompanhada :

a) das declarações do § 1.º, letra a, devidamente documentadas quanto ao que for susceptível de documentação ;

b) de dous pareceres de medicos que hajam examinado o enfermo 15 dias antes, no maximo, da data da petição ;

c) de uma carta de fiança idonea das despesas correspondentes à classe em que houver de ser collocado o enfermo.

§ 3.º O director poderá recusar a entrada em observação, reenviando o individuo, quando as exigencias dos paragraphos antecedentes não forem satisfeitas, pelo menos nos seus pontos essenciaes.

§ 4.º A allegação de *lucrum notoria* não procederá para justificar a omissão dos documentos dos §§ 1.º e 2.º, salva a hypothese de achar-se o individuo nas condições do art. 74.

Art. 71. É competente para assignar a petição :

I o conjuge ;

II o ascendente ;

III o descendente ;

IV o tutor ou curador ;

V o chefe da corporação religiosa ou de beneficencia.

Art. 72. Apresentado o individuo ao Hospicio, o director o fará recolher ao pavilhão de observação.

§ 1.º A observação consiste no exame e estudo do enfermo durante tantos dias quantos sejam precisos para a formula do diagnostico. O prazo regular da observação será de 15 dias. Si antes de expirado esse prazo já os medicos incumbidos do exame houverem estabelecido o diagnostico da molestia e achar-se firmada a realidade da alienação fmental, nem por isto a observação se dará por terminada ; o director mandará continuar o exame até completar-se o prazo.

Si, porém, esgotado o prazo de 15 dias, não houver ainda diagnostico positivo sobre a alienação, os medicos communicarão o facto ao director que poderá conceder novo prazo.

§ 2.º Verificada a alienação, o director ordenará o registro do alienado nos livros de matricula, e mandará constituir o archivo separado dos papeis ao mesmo referentes, devidamente numerado. Todas as annotações que se fizerem nos livros do serviço clinico serão transcriptas em folha distincta, annexada ao archivo, exceptuadas somente as formulas magistraes ; devendo tambem constar do mesmo archivo a noticia dos meios coercitivos porventura empregados, dia o hora do emprego, e motivos determinantes delle.

Art. 73. O individuo em observação nenhum contacto terá com os doentes matriculados ; sendo prohibido conservarem-se, no pavilhão de observação, sob qualquer pretexto, ainda mesmo o das conveniencias do ensino clinico, alienados já matriculados, ou que devam sel-o, por terminado o prazo de exame.

Art. 74. O periodo da observação poderá ser reduzido a juizo do medico quando o individuo estiver em recidiva, tendo sido

anteriormente matriculado no Hospício e obtido alta, licença ainda não expirada, ou saída a pedido.

Art. 75. Si durante o periodo de observação for o individuo acommettido de molestia somatica intercurrente, interromper-se-ha o prazo de exame, até a convalescença, sem infracção do disposto no § 1.º do art. 72, quando a molestia for de natureza infecciosa ou toxicohemica, afim de ficar bem averiguado si a perturbação mental que motivou a entrada do enfermo era manifestação psychica da infecção ou da toxicohemia latente, ou constituia um delirio vesanico propriamente dito.

Art. 76. Em relação aos alienados que forem remettidos dos Estados da União, observar-se-hão as mesmas formalidades para a admissão e matricula.

Art. 77. Concedida a alta a algum enfermo, o director fará a necessaria comunicação á autoridade que requisitou a admissão ou á pessoa que a requereu, enviando-lhe as observações e exames dos medicos encarregados do tratamento.

Art. 78. O Governo providenciara, como julgar melhor, para que os onus da Assistencia aos alienados estrangeiros e aos nacionaes domiciliados nos Estados e de passagem, apenas, na Capital Federal, fiquem a cargo dos consules das respectivas nações ou dos cofres estadoaes, facilitando, tanto quanto estiver ao seu alcance, a remoção destes e promovendo a repatriação daquelles.

Art. 79. A saída dos alienados, salvo os casos de alta ou fallecimento, realizar-se-ha por licença, remoção ou a pedido.

Art. 80. A saída por licença será permittida aos alienados tranquillos que puderem ausentar-se do estabelecimento, a pedido da pessoa que requereu a sua admissão, ou em virtude de conselho medico.

Art. 81. A licença será concedida por prazo certo ou por prazo indeterminado.

Art. 82. O motivo da licença será :

I. Promover a experiencia clinica da reintegração no meio familiar ;

II. Promover a influencia curativa, quer em relação ao estado mental, quer em relação a molestias somaticas, da mudança de clima, regimen ou habitos ;

III. Averiguar o estado de cura definitiva, collocando o licenciado em condições de amplo exercicio das suas faculdades intellectuaes e moraes ;

IV. Precavel-o contra a eventualidade de qualquer contagio ou infecção imminente, attenta a sua predisposição individual e a necessidade de subtrahir-o á residencia em commum ;

V. Prevenil-o da possibilidade de aggravações da molestia determinada pela frequencia de provocações inevitaveis e perturbadoras ou irritantes.

Art. 83. A licença dispensará as formalidades da reentrada.

§ 1.º Si a licença for concedida por prazo certo, e a reentrada não tiver lugar ao termo do mesmo, o enfermo só poderá

ser readmittido, como si fôra desconhecido e sujeito, portanto, às formalidades de primeira entrada.

§ 2.º Subsistirá a primeira matricula si o enfermo obtiver, não havendo inconveniente, prorrogação da licença.

Art. 84. A remoção terá logar no caso de transferencia do enfermo do Hospicio para as Colonias e vice-versa.

Paragrapho unico. As condições determinantes da remoção são as peculiares ao interesse do alienado ou ao interesse da respectiva familia ou curador.

Art. 85. A sahida a pedido será autorizada mediante requerimento da pessoa que solicitou a admissão ou, em falta desta, do curador ou parentes do alienado, nos casos em que prove ser-lhe possível o tratamento do enfermo em domicilio, e não possa dahi resultar damno a terceiros, nem ao proprio alienado.

Art. 86. O director do estabelecimento communicará por escripto ao juiz as remoções que houver permitido ou determinado; e bem assim ao Ministro as licenças concedidas e os termos da concessão.

Art. 87. De tres em tres mezes, regularmente, o director enviará a cada pretor uma relação dos enfermos de sua circumscripção admittidos e sahidos durante o trimestre findo, com designação da data de entrada, o periodo de observação, data da matricula e seu numero, estado mental diagnosticado, marcha da molestia, meios coercitivos empregados, prognostico e principal tratamento, e tambem das altas, licenças, remoções, sahidas a pedido e fallecimentos.

Essa relação consignará ainda o nome do impetrante da admissão e seu domicilio ou da autoridade requisitante. Quando não for conhecida a residencia do enfermo, o seu nome será incluído na relação que deve ser remetida ao pretor da circumscripção em que se acha situado o Hospicio.

Art. 88. Os alienados admittidos nas Colonias serão exclusivamente procedentes do Hospicio Nacional e para ellas removidos pelo director. A remoção terá logar mediante guia, a qual será acompanhada do archivo do alienado. O director das Colonias accusará o recebimento do alienado e do seu archivo, e remetterá de tres em tres mezes a cada pretor, por intermedio do director do Hospicio, uma relação semelhante á indicada no art. 87, com designação do genero de trabalho a que o alienado tiver sido submettido.

Art. 89. Os enfermos em tratamento no Hospicio Nacional serão divididos nas seguintes categorias :

Pensionistas, comprehendendo quatro classes, cujas diarias serão 15\$ na 1ª, 7\$500 na 2ª, 4\$500 na 3ª, e 3\$ na 4ª;

Mantidos pelos Ministerios da Guerra, da Marinha e da Justiça e Negocios Interiores, pelos Estados e pelo Districto Federal.

Art. 90. Os enfermos enviados pelos referidos Ministerios contribuirão: os officiaes com o meio soldo mensal e os inferiores e praças com o soldo e a etapa até ao maximo de 2\$000.

Art. 91. Salvo o caso de contracto, celebrado com autorização

do Governo, os Estados que enviarem enfermos á Assistencia pagarão 2\$000 diários pelo tratamento de cada um.

Igual contribuição pagará a administração do Districto Federal pelo tratamento dos enfermos indigentes que residam ahí, e cuja internação for requisitada pela Prefeitura, ou pela Policia da Capital Federal.

Art. 92. Os commodos destinados aos enfermos pensionistas serão os seguintes:

Os enfermos de 1ª classe terão direito a um quarto mobiliado com o possível conforto e a um criado exclusivamente ao seu serviço;

Os de 2ª classe terão um quarto mobiliado, com um só leito;

Os de 3ª classe serão accomodados, sempre que não houver inconveniente, em quartos com dous leitos;

Os de 4ª classe occuparão dormitórios especiaes de 8 a 16 leitos.

Paragrapho unico. Os officiaes do Exercito e da Armada e os da brigada policial e corpo de bombeiros serão considerados pensionistas da classe de cuja diaria mais se approximar a contribuição com que concorrerem.

Art. 93. Os inferiores e praças do Exercito e da Armada e os da brigada policial e corpo de bombeiros, bem como os enfermos enviados pelos Estados, occuparão vastos dormitórios.

Art. 94. Os enfermos que, por seus parentes, tutores ou curadores, não puderem contribuir com a quantia correspondente á diaria de 4ª classe e derem entrada no Hospicio mediante donativos em dinheiro ou apolices, ou pensões de montepio dos servidores do Estado, terão, salvo resolução em contrario do Ministro, do qual dependerão taes admissões, o tratamento dos enfermos mantidos pelos Estados ou pelo Districto Federal.

Quando, em virtude de circumstancias attendiveis, resolver o Governo que seja admittido algum alienado que não disponha de recursos para pagamento das contribuições, poderá ser acceita, como donativo á Assistencia ou sob a fórma que o Governo indicar, qualquer quantia ou pecúlio de que dispuzer o enfermo.

Art. 95. Quando as pessoas interessadas desejarem fazer acompanhar por criado de escolha e confiança os enfermos, sendo estes de classe inferior á 1ª, pagarão pelo sustento dos criados a diaria de 4ª classe.

Art. 96. A roupa dos enfermos pensionistas poderá ser lavada em casa de suas familias. Quando o for no estabelecimento, pagarão, mensalmente, os pensionistas de 1ª classe 15\$, os de 2ª 9\$, os de 3ª 6\$ e os de 4ª 4\$500.

Art. 97. Os enfermos occuparão, separados por sexo, duas grandes divisões, inteiramente independentes, nas quaes serão distribuidos segundo as classes a que pertencerem e a fórma de alienação de que se acharem accommettidos.

Art. 98. Haverá em ambas as divisões quartos, dormitórios, salas de reunião e de recreio e enfermarias, convenientemente arejados e mantidos no mais escrupuloso asseio.

Art. 99. Haverá, igualmente, em cada divisão pavilhões de isolamento e uma secção balnearia, provida deapparelhos aper-

feiçãoados, não só para os banhos ordinarios, mas tambem para as applicações da hydrotherapia.

Art. 100. Na praia fronteira ao Hospicio se estabelecerá o que mais conveniente for para facilitar aos enfermos o uso dos banhos de mar, a salvo de accidentes.

Art. 101. Os alienados serão submettidos ao trabalho para que mostrarem aptidão.

Art. 102. O estabelecimento terá appparelhos para exercicios gymnasticos, bibliotheca, assim como differentes jogos e instrumentos de musica para recreio dos enfermos.

Art. 103. As refeições serão servidas tres vezes por dia, de conformidade com a respectiva tabella : aos enfermos accommettidos de molestias communs será proporcionada a dieta prescripta pelo facultativo na conformidade do art. 31, n. III.

Art. 104. Como meio de tratamento e para manutenção da ordem entre os enfermos, poderá o director recorrer:

1.º A' privação de recelerem visitas, passeio e quaesquer outras distrações ;

2.º A' reclusão solitaria ;

3.º Ao collete de forças e á cellula.

Art. 105. Os meios coercitivos, quando applicados, serão notados, em livro especial, pelos internos de serviço.

Art. 106. Nenhum escripto poderá ser recebido pelos enfermos ou por elles enviado sem prévia licença do director.

Art. 107. Os enfermos indigentes só poderão ser visitados, ordinariamente, no primeiro domingo de cada mez, e extraordinariamente com licença do director. Os pensionistas, porém, recelerão seus parentes, curadores ou correspondentes, duas vezes por semana, ás segundas e sextas-feiras, das 9 ás 11 horas do dia, quando a isso se não oppuzer, a bem do tratamento, o medico a quem estiverem confiados.

Art. 108. Os cadaveres dos pensionistas só serão autoptiados precedendo consentimento das familias.

Art. 109. O enterro dos pensionistas será feito por suas familias ou curadores, após a participação do fallecimento e renessa da certidão do registro civil pelo director do Hospicio, indemnizado o almoxarife da quantia que houver despendido.

A despesa com a certidão será levada á conta corrente do pensionista.

Art. 110. As despesas com os funeraes dos officiaes do Exército, da Armada, da brigada policial e do corpo de bombeiros serão feitas pelo Hospicio, que será indemnizado á vista da conta que for apresentada ao Ministro, para ser enviada á repartição competente.

Art. 111. As pesscas que desejarem visitar o Hospicio Nacional terão entrada, ordinariamente, aos domingos e dias feriados, das 9 horas da manhã ao meio-dia, com permissão do director, e se limitarão a percorrer a parte do edificio não occupada pelos loucos.

A entrada nas differentes divisões do estabelecimento só será permittida por licença especial do director.

## CAPITULO XII

## DISPOSIÇÕES COMMUNS AOS ESTABELECIMENTOS

Art. 112. As famílias dos enfermos recolhidos a qualquer dos estabelecimentos poderão enviar-lhes, quer para acompanhá-los nos ultimos momentos, quer para a celebração de actos religiosos, os sacerdotes e pastores da religião a que pertencerem.

Art. 113. A entrada, á noite, na divisão das mulheres é prohibida; só por excepção poderão ahi entrar os medicos ou o interno do serviço, quando chamados pelas inspectoras, para socorrer as enfermas, ou, sem esse chamado, nos casos de perigo para o estabelecimento, ou de necessidade de manutenção da ordem.

As cautelas que cumpre observar por occasião da entrada nesta divisão serão determinadas em instrucções dos directores.

Art. 114. A nenhum funcionario da Assistencia é permittido ter para seu serviço particular empregados da mesma Assistencia ou enfermos.

Art. 115. Todo o pessoal subalterno do Hospicio e do serviço interno das Colonias é obrigado ao uso de uniforme, que será fornecido pelos respectivos estabelecimentos, segundo o figurino adoptado pelos directores do mesmo Hospicio e das Colonias.

Art. 116. As pensões dos enfermos e os juros das apolices pertencentes ao patrimonio do Hospicio serão arrecadados pelo Thesouro Federal, constituindo receita da União.

Serão igualmente arrecadados pelo Thesouro Federal: o producto de quaesquer impostos creados ou que se crearem para a manutenção dos estabelecimentos da Assistencia; a importancia das contribuições com que concorrerem os diversos Estados que tiverem contracto nos termos do art. 91; as quantias que forem indemnizadas pelos demais Estados, pelos Ministérios da Justiça, da Guerra, da Marinha e pela Prefeitura do Districto Federal, na conformidade dos arts. 89, 90 e 91, á vista das informações prestadas pelo director do Hospicio.

Art. 117. Cada um dos funcionarios da Assistencia é rigorosamente responsavel não só pela direcção e execução dos serviços que lhe incumbem, mas tambem pelas irregularidades e omissões verificadas no desempenho dos trabalhos daquelles que lhe são subordinados, uma vez que não tenham empregado os meios adequados a fim de evitá-los, solicitando á competente autoridade superior as providencias que não couberem em suas attribuições, ou hajam deixado de punir ou de promover a punição da infração, conforme no caso couber.

Art. 118. Ao conhecimento do Ministro levarão immediatamente o director do Hospicio, e o das Colonias por intermedio daquelle funcionario, todas as occurrencias extraordinarias.

Art. 119. Ficam supprimidos a Inspeção Geral e todos os empregos que não figuram no quadro do art. 4º.

Art. 120. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de março de 1899.— *Eptacio da Silva Pessoa.*

Tabella dos vencimentos do pessoal da Assistencia a Alienados, a que se refere o art. 3º do regulamento anexo ao decreto n. 3244 desta data

## HOSPICIO NACIONAL

	Vencimento annual	
1 Director.....	9:000\$000	
1 Medico do pavilhão.....	3:000\$000	
4 Medicos a 3:000\$000.....	12:000\$000	
1 Chefe do gabinete electro-therapico	2:400\$000	
1 Pharmaceutico.....	2:400\$000	
1 Almojarife.....	4:800\$000	
2 Escripturarios a 3:600\$000.....	7:200\$000	
1 Amanuense.....	2:400\$000	
1 Contínuo.....	1:600\$000	
1 Porteiro.....	1:200\$000	46:000\$000
		<hr/>

## COLONIAS

1 Director.....	6:000\$000	
1 Medico.....	4:800\$000	
1 Pharmaceutico.....	2:400\$000	
1 Almojarife.....	3:600\$000	
1 Escriptuario.....	2:400\$000	19:200\$000
		<hr/>
		65:200\$000

Capital Federal, 29 de março de 1899.— *Eptacio da Silva Pessoa.*





## DECRETO N. 3245 — DE 30 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 59:964\$566, supplementar á verba — Juros dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Socorro — do exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 23, n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o disposto no art. 2º, § 2º, n. 2, letra C, da lei n. 392, de 8 de outubro de 1896:

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 59:954\$566, á verba XXII da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897 — Juros dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Socorro — do exercicio de 1898.

Capital Federal, 30 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 3245 A — DE 31 DE MARÇO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 575:000\$, supplementar á verba — Juros diversos — do exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 23, n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 2º, § 2º, letra C, da lei n. 392, de 8 de outubro de 1896,

Decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de 575:000\$, supplementar á verba XVIII do art. 22 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897 — Juros diversos — do exercicio de 1898.

Capital Federal, 31 de março de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



## DECRETO N. 3246 — DE 1 DE ABRIL DE 1899

Cre a duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896:

Decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes, duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais, com as designações de 86ª e 87ª, a primeira composta dos batalhões do serviço activo sob os ns. 256, 257 e 258, e de um da reserva sob o n. 86, e a segunda composta dos batalhões 259º, 260º e 261º do serviço activo e 87º da reserva, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de abril de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



Sr. Presidente da Republica — D. Domingas Lydlabouro De-labary, na qualidade de arrendataria da fazenda situada no Pirahy, 2º districto do termo de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, reclamou pagamento da quantia de 720:000\$, como indemnização pelos prejuizos e damnos que lhe causaram as forças legaes que operaram naquelle Estado, quando acamparam na dita fazenda.

Intentando acção contra a Fazenda Federal, por ter sido indeferida tal reclamação, para haver a quantia de 545:255\$, como indemnização de prejuizos provenientes da perda de gado vaccum, cavallar e muar consumido e levantado pelas mesmas forças, da falta de producção das crias de gado vaccum durante tres annos e da destruição de cercas e plantações, foi a referida acção julgada, na 1ª instancia, procedente quanto ao gado cavallar e muar, cercas e plantações, e improcedente, quanto ao gado vaccum, inclusive a producção das crias consumidas.

Appellaram ambas as partes para o Supremo Tribunal Federal, que deu provimento á autora, não incluindo, porém, nesse provimento a indemnização relativa á falta de producção das crias durante tres annos.

5 A liquidação apurou em favor da liquidante a quantia de  
 2 18:360\$700. Abatido, porém, o valor da produção de tres  
 3 annos, fica reduzida a responsabilidade da Fazenda Federal a  
 1 98:255\$700, aceitos como juridicamente o foram pela sentença  
 respectiva os preços dados pela liquidante, quantia esta que se  
 eleva a 400:750\$030, attendendo-se ao engano que houve na  
 contagem das custas.

Ouvido o Tribunal de Contas sobre a abertura do credito especial desta quantia ao Ministerio da Guerra para occorrer ao competente pagamento, foi elle de parecer que esse credito pôde ser legalmente aberto.

Assim, peço-vos que, usando da autorização conferida pelo art. 23, n. 8, da lei n. 490, de 14 de novembro de 1897, vos digneis abrir o credito de que se trata, para o que submetto á vossa assignatura o decreto junto.

Capital Federal, 4 de abril de 1899.—*J. N. de Medeiros Mallet.*

#### DECRETO N. 3247 — DE 4 DE ABRIL DE 1899

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 400:750\$030 para occorrer ao pagamento reclamado por D. Domingas Laudabouro Delabary como indemnização por prejuizos e damnos a ella causados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do disposto no art. 70, § 5º, do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, e usando da autorização que lhe confere o art. 23, n. 8, da lei n. 490, de 14 de novembro de 1897, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 400:750\$030, para occorrer ao pagamento a D. Domingas Laudabouro Delabary, reclamado como indemnização de prejuizos e damnos causados pelas forças legaes que operaram no Estado do Rio Grande do Sul.

Capital Federal, 4 de abril de 1899, 11º da Republica.

**M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.**

*J. N. de Medeiros Mallet.*





## Art. 2º

Organizado o archivo e depois de rubricados pelo Ministro todos os livros que o compoem, fica a sua immediata inspecção pertencendo ao secretario, sob responsabilidade sua.

## Art. 3º

Logo que se achar installada qualquer Legação do Brazil, deverá o respectivo chefe assim communicar-o á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a todas as outras Legações brasileiras e, na falta destas, aos consules brasileiros, assim como ao que residir no Estado onde se acreditar.

## Art. 4º

Os despachos que a Legação receber do Ministerio, e que serão competentemente encadernados no fim do anno, farão tambem parte do archivo, assim como as communicações que lhe dirigirem o Governo, junto ao qual estiver acreditada, as mais Legações, Consulados e autoridades brasileiras e de outras potencias.

## Art. 5º

Toda a correspondencia das Legações de qualquer character — ostensiva, reservada, confidencial —, trocada entre o Ministerio das Relações Exteriores e os seus agentes, as memorias, relatorios ou quaesquer outros documentos officiaes por ellas expeditos ou recebidos, assim como os tratados e convenções entre o Brazil e as demais potencias, constituem propriedade do Estado.

E' inteiramente vedado tirar-se cópia de qualquer daquelles documentos sem prévia autorização do Governo, quando não for para uso official.

## Art. 6º

O livro secreto B, do que faz menção o art. 11, deverá estar sob a guarda do proprio Ministro, por ser destinado tanto para o registro das informações que se lhe ordenam (art. 69) sobre a idoneidade de todos os empregados e capacidade dos cidadãos brasileiros sujeitos á Legação, como para outras quaesquer communicações secretissimas.

## Art. 7º

De igual modo se conservarão as instrucções especiaes, as cifras e as informações do 1º secretario sobre a capacidade dos 2ºs, dos addidos e dos empregados subalternos da Legação.

## Art. 8º

A policia da secretaria da Legação e a sua regular conservação ficam particularmente a cargo do 1º secretario, e

na falta deste do 2º, que vigiará incessantemente sobre a boa ordem e decencia que devem alli ser constantemente mantidas.

Art. 9º

Para os sellos e sinetos da Republica servirá de symbolo a esphera celeste, qual se debuxa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras — Republica dos Estados Unidos do Brazil —, as quaes se accrescenta (sempre em portuguez) na parte inferior estas — Legação em..... (nome do paiz) — de modo que se destaque das outras, mas completando o circulo. Os sellos serão circulares e terão tres centimetros de diametro.

Art. 10

Deve existir em cada Legação um protocollo de entrada de todos os documentos alli recebidos.

Nesse protocollo devem constar a data do recebimento, o numero de entrada, a procedencia, a serie do documento (ostensiva—reservada—e—confidencial), a secção, o numero e a data do mesmo documento e o seu assumpto, conforme o modelo seguinte :

	PROCEDEN- CIA			DATA			ASSUMPTO
Data do recebimento.							
Numero de ordem de entrada.							
Logar de origem.							
Assignatura do autor.							
Serie do documento (O. R. C.)							
Secção a que pertence o assumpto.							
Numero do documento.							
Dia.							
Mez.							
Anno.							

## Art. 11

Além do protocollo mencionado no artigo antecedente a Legação deverá ter os seguintes livros :

NS.	TITULOS	DESTINOS
1	Ministerio.....	Officios dirigidos ao Governo brasileiro.
2	Diversos.....	Comunicações a diversas autoridades e pessoas dentro e fóra do Brazil.
3	Legações .....	Comunicações ao Corpo Diplomatico Brasileiro.
4	Consulados.....	Comunicações ao Corpo Consular Brasileiro.
5	Termos e declarações	Vide art. 68.
6	Passaportes.....	Registro dos que cancelar ou legalizar a Legação.
7	Notas.....	Comunicações ao Governo junto ao qual a Legação está acreditada.
8	Inventario e contas..	Escripturação de todas as despesas e aquisições por conta do Governo.
9	Secreto.....	Comunicações desse titulo.
10	Secreto B.....	Comunicações de que trata o art. 6º.
11	.....	Registro do historico dos assumptos de mais importancia tratados na Legação.
12	.....	Registro especial das conferencias sobre negocios a cargo da Legação.
13	.....	Registro especial das ordens expedidas pelo Ministerio das Relações Exteriores.
14	.....	Registro dos editaes de proclamas e dos casamentos (art. 11 do decreto n. 233, de 27 de fevereiro de 1840).
15	Rogatorias.....	Livro em que serão annotadas as suas entradas e sahidas.
16	Montepio.....	Livro destinado ás inscrições para o montepio.

## CAPITULO SEGUNDO

## DOS UNIFORMES E USO DE CONDECORAÇÕES

## Art. 12

Os membros do Corpo Diplomatico regular-se-hão em seus uniformes pelos figurinos annexos ao Regimento das Legações

de 15 de maio de 1834, substituindo-se nos botões das fardas e nos copos do espadim as armas do Imperio pelas da Republica, e conservando no chapéo o mesmo laço sem os ornatos que por costume se lhe acrescentavam.

#### Art. 13

Os membros do Corpo Diplomatico deverão ter em vista o art. 72, § 2º, da Constituição da Republica, que extinguiu as ordens honorificas brasileiras, sendo-lhes vedado, pois, o uso de titulos nobiliarchicos na correspondencia official e de condecorações daquellas ordens a que tivessem pertencido, e bem assim o mesmo art. 72, § 2º, em virtude do qual perderão todos os direitos politicos os cidadãos brasileiros que aceitarem condecorações ou titulos nobiliarchicos estrangeiros.

### TITULO SEGUNDO

#### Disposições geraes

#### CAPITULO PRIMEIRO

##### DA APRESENTAÇÃO E RETIRADA

#### Art. 14

O chefe da Legação brasileira, notificando ao Ministro dos Negocios Estrangeiros do Estado, onde deve residir, a sua chegada, pedirá particularmente informações sobre a apresentação que lhe possa competir, entendendo-se com a pessoa que lhe for designada, caso seja este o estylo.

§ 1.º Os Ministros brasileiros reclamarão todas aquellas honras que lhes constar terem sido feitas aos de igual categoria de outras potencias e bem assim a perfeita reciprocidade do que se praticar no Brazil relativamente aos Ministros desse Estado revestidos do mesmo character.

§ 2.º Serão acompanhados no acto de sua apresentação pelos secretarios e addidos, quando isso não for contrario ao ceremonial do paiz onde tiverem de residir.

§ 3.º Quanto ás visitas de etiqueta que deverão fazer aos Ministros do Estado, Corpo Diplomatico e mais personagens de distincção, regular-se-hão tambem pela pratica seguida nos paizes de suas residencias.

#### Art. 15

Os chefes de Legação conformar-se-hão com as disposições do artigo antecedente, quando tiverem de retirar-se dos paizes onde se acharem acreditados.



## Art. 16

Na eventualidade de se julgarem os chefes de Legação inibidos de continuar a manter relações amigáveis com os Governos, junto aos quaes estejam acreditados, cumpre-lhes dar, pelo meio mais prompto, conhecimento disso ao Governo Federal que, pela mesma forma, lhes indicará o procedimento que devem ter.

## Art. 17

No caso de ruptura de relações diplomaticas, os chefes de Legação só procederão de accordo com as instrucções que lhes expedir o Governo Federal.

## Art. 18

Os chefes de Legação, dado o caso do artigo anterior, antes de se retirarem confiarão aos consules brasileiros e, na falta destes, a qualquer Legação de paiz amigo a guarda do respectivo archivo.

## CAPITULO SEGUNDO

## DA ENTREGA DA LEGAÇÃO

## Art. 19

Ausentando-se da Legação o Ministro com licença ou por ordem do Governo, acreditará, na qualidade de encarregado de negocios, o 1.<sup>o</sup> secretario e, na falta deste, o segundo, quando houver, munindo-os das precisas instrucções para que prosigam no andamento das negociações pendentes e no cumprimento das ordens do Governo.

§ 1.<sup>o</sup> Os funcionarios diplomaticos quando forem removidos ou exonerados entregarão ao seu successor ou à pessoa encarregada de gerir provisoriamente o posto, todos os documentos pertencentes ao archivo confiado à sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio do cargo, assim como as minutas numeradas por ordem de datas por elles redigidas.

§ 2.<sup>o</sup> Essa entrega será feita por uma declaração escripta em triplicata, conforme o modelo seguinte :

(Modelo)

« Nesta data, de accordo com o disposto no decreto n. 3210, de 9 de fevereiro de 1899, procedeu-se à verificação dos papéis e registros que compoem o archivo da Legação do Brazil em..... entre o Sr. (nome do funcionario que estiver) e o Sr. (nome do funcionario titular ou substituto interino).

Desta verificação resultou :

1.º Que o dito archivo contém os papeis, registros, correspondencias, documentos e mais collecções pertencentes a esta repartição, de accôrdo com o inventario procedido em..... (data) ;

2.º (Outras declarações podem ser incluídas nesta parte.)

« O Sr.... (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou copia dos papeis que recebeu em seu caracter official. »

§ 3.º Daquella triplicata um exemplar ficará na respectiva Chancellaria, outro será remetido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro pertencerá ao funcionario que se retira.

§ 4.º Além da referida entrega, deverá o Ministro fornecer ao seu successor as necessarias informações sobre o estado e andamento dos negocios a seu cargo, capacidade dos empregados da Legação e finalmente todos aquelles esclarecimentos que o possam habilitar para dignamente preencher o lugar de que o empossa.

#### Art. 20

As pessoas encarregadas de missões especiaes e de outras quaesquer commissões do Ministerio das Relações Exteriores ficam obrigadas a depositar no mesmo Ministerio, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papeis referentes aos serviços temporarios que lhes foram confiados.

### CAPITULO TERCEIRO

#### DA CORRESPONDENCIA

#### Art. 21

As Legações brasileiras se corresponderão directamente com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores ; com as demais Legações brasileiras e com o consul estabelecido no Estado de sua residencia ; e, em officios abertos, com os mais Ministerios por intermedio da secretaria.

#### Art. 22

Em caso de gravidade ou urgencia deverão os Ministros brasileiros transmittir directamente aos Governadores ou Presidentes dos Estados quaesquer communicações que interessem a segurança ou a saúde publica e os habilitem a tomar com oportunidade convenientes medidas preventivas e outras.

## Art. 23

Os officios relativos a objecto de serviço publico devem ser separados dos que versarem sobre negocios particulares ou tratarem de acontecimentos politicos, e terão numeração especial para cada uma das secções da Secretaria de Estado e para cada uma das series—ostensiva—reservada—confidencial;—essa numeração começará e se encerrará dentro de cada anno civil.

## Art. 24

Os officios, notas e absolutamente qualquer correspondencia, devem ser escriptos, sem excepção alguma, em papel leve mas forte, de 22 centimetros de largura sobre 33 de comprimento, pautado de modo que offereça em todos os quatro lados margens iguaes, as paginas numeradas no centro; designando a primeira no alto á direita a Legação respectiva e a data; á esquerda, a secção e o numero; na parte inferior a autoridade ou pessoa a quem for dirigido e na ultima pagina o indice por paragraphos com os numeros correspondentes aos que tiverem o officio.

## Art. 25

De todos os indices, lançados nas minutas dos officios e no principio do registro de cada um delles, será remittida no mez de janeiro uma cópia para servir de indice geral do volume respectivo, formando-se um indice para cada secção e para cada rubrica ostensivos—reservados—confidenciaes.

§ 1.º Elles serão assim organisados:

Declaração da secção, rubrica e anno;

Ao lado esquerdo tres columnas, contendo o numero do officio, dia e mez;

No centro o resumo com referencia aos paragraphos que tratam do assumpto;

No lado direito tres columnas, destinadas á rubrica, numero e anno do officio anterior concernent ao objecto;

Cada uma das rubricas se designará pela sua lettra inicial—O. R. C.

§ 2.º As cópias, do mesmo formato e com as quatro margens iguaes ás dos officios, indicarão no alto o numero, data, secção e rubrica daquelle a que vierem annexos.

§ 3.º A margem dos officios concernentes a assumptos já tratados em outros, mencionar-se-ha o numero, rubrica e data do immediatamente anterior ao mesmo objecto.

§ 4.º O texto deve referir-se ás copias ou documentos annexos, numerados successivamente, repetindo se esses numeros á margem dos paragraphos respectivos.

§ 5.º Excluem-se absolutamente quaesquer abreviaturas.

§ 6.º A' excepção da primeira pagina, onde a designação da Legação, a data, etc., exigem alguns espaços em claro, todas as restantes serão escriptas de alto a baixo, ficando sómente as quatro margens e os espaços indispensaveis para destacar os paragraphos.

§ 7.º Nes termos do art. 49 da Constituição Federal o funcionario que preside o Ministerio das Relações Exteriores é o—*Ministro de Estado das Relações Exteriores*—, e assim deve ser designado na correspondencia official.

§ 8.º Os officios se encerrarão com esta formula — *Saude e fraternidade*—precedendo a assignatura, e o tratamento official será unicamente — *vós*.

§ 9.º Os officios que alludirem a artigos de jornaes ou a quaesquer impressos serão acompanhados dos respectivos retalhos (indicados os titulos e datas), collados por sua ordem sobre folhas de papel do formato já indicado no art. 24.

§ 10. A recepção de despachos que não exigirem resposta será accusada no ultimo paragrapho de officios que tratarem de algum outro assumpto e as communicações sobre objectos transitorios, a respeito dos quaes não houver necessidade de correspondencia, serão reunidas em um só officio, ao qual se irá addicionando tudo quanto occorrer até o ultimo momento.

§ 11. Na remessa dos officios deve-se evitar o augmento desnecessario do peso das malas, cumprindo separar unicamente os reservados e confidenciaes dos ostensivos, sem distinguil-os por seções, e fazendo-se sómente tres maços, além do dos officios.

§ 12. A correspondencia deve consistir unicamente em officios ostensivos e reservados; e em confidenciaes, sómente por excepção, quando a natureza do assumpto exigir absolutamente communicação mais intima entre o agente diplomatico e o Ministro.

§ 13. A communicação por cartas particulares sobre objecto de serviço publico não isenta o agente do dever de tratar d'elle officialmente.

§ 14. Toda a correspondencia, inclusive a confidencial, dirigida a quem quer que seja, relativamente ao serviço publico, deve ser registrada.

#### Art. 26

A's missões especiaes e a quaesquer outras commissões são necessariamente extensivas as regras estabelecidas quanto á correspondencia.

#### Art. 27

Nas communicações de maior importancia e segredo se usará das cifras, segundo o systema do — alphabeto polygraphico.

## Art. 28

As de maior urgencia devem ser feitas pelo telegrapho.

Os telegrammas serão redigidos com o maior laconismo possible e escriptos em cifra unicamente quando a materia for muito reservada e supprimindo-se as palavras e particulas, cuja omissão não prejudique a sua intelligencia, ficando responsaveis pelo custo dos telegrammas ou das palavras inuteis os funcionarios que transgredirem esta disposição.

Não serão indemnizados nem respondidos os telegrammas officiaes sobre objecto alheio ás attribuições legaes. Só serão respondidos os de interesse particular quando trouxerem resposta paga.

## Art. 29

As informações sobre os assumptos constantes dos arts. 37, 39, 40 e 41 serão annualmente publicadas com o titulo — Informações Diplomaticas e Consulares do Brazil — ; os documentos estrangeiros que figurarem naquella collecção deverão ser traduzidos ou delles darão noticia ou extracto, segundo a sua extensão e natureza; não conterão noticias ou observações de caracter reservado, devendo estas ser communicadas separadamente em officios dessa serie.

## Art. 30

Os relatorios, de que trata o art. 47, serão em fôrma de artigo ou correspondencia, deixando sempre o verso em branco, de modo que, apenas recebidos, possam ser mandados para o *Diario Official*, e serão dirigidos á Secretaria de Estado e com endereço ao respectivo director geral, afim de serem examinados antes da publicação.

## Art. 31

Os relatorios de noticias a que se refere o art. 48, tendo de ser reunidos no fim do anno, terão numeração especial e um indice que facilite a sua busca.

## TITULO TERCEIRO

## Deveres essenciaes

## CAPITULO PRIMEIRO

## DEVERES DOS CHEFES DE LEGAÇÃO

## Art. 32

Os principaes deveres dos chefes de Legação são:

1—Procurar manter inalteravel a mais perfeita harmonia e boa intelligencia entre o Brazil e a potencia junto á qual se acham acreditados;

2—Zelar constantemente a dignidade do chefe do Estado e da nação que representam ;

3—Pugnar incessantemente pelos direitos e interesses dos seus concidadãos.

Art. 33

Para os mencionados effeitos vigiarão sollicitamente sobre a fiel observancia dos tratados celebrados com o Brazil e reclamarão contra qualquer infracção que occorrer.

Art. 34

Exigirão ainda aquellas regalias geraes que se lhes possam negar e forem aliás consagradas pelo Direito das Gentes, favor do Governo, titulo de posse ou direito consuetudinário ; preferindo, sempre que seja praticavel, tratar verbalmente des-assumptos.

Art. 35

Terão a maior circumspecção em todas essas reclamações, que deverão sempre ser feitas com a mais corleal urbanidade, conciliando-se o decoro da Republica com a respeitosa tes consideração devida ás nações amigas e alliadas.

Art. 36

Procurarão inteirar cabalmente o Governo do estado das relações politicas entre o paiz da sua residencia e as outras potencias, e darão tambem circumstanciada conta do que colligirem a respeito da natureza e andamento das pretensões destas.

Art. 37

Darão parte da conclusão de quaesquer tratados, convenções ou ajustes, fazendo uma resenha das suas causas e consequencias.

Art. 38

Jamais deverão omittir na sua correspondencia orlinaria a participação das noticias conceituadas que houver sobre a conservação do socego interno e externo do paiz, mencionando os preparativos e armamentos que indicarem alguma ruptura e outros quaesquer movimentos que causem sensação no publico.

Art. 39

Communicarão as leis e regulamentos promulgados, as discussões importantes a que derem logar no Parlamento ou Camaras legislativas e as difficuldades praticas, que entorpecem a sua natural execução.

## Art. 40

Participarão as invenções de qualquer natureza, os progressos das sciencias e artes, as medidas adoptadas para promovel-as e premial-as, bem como os meios por que se poderiam estender os seus beneficios aos cidadãos brasileiros.

## Art. 41

Não só darão noticia do estado da saude publica, como tambem communicarão os regulamentos preventivos que se adoptarem em caso de contagio ou peste.

## Art. 42

Transmittirão cópia das notas que passarem e receberem sobre negocios de maior importancia e lem assim os protocollos das conferencias que a respeito dos mesmos tiverem.

## Art. 43

Annunciarão as alterações que sobrevierem no pessoal e systema da Administração publica.

## Art. 44

Remetterão os principaes e mais conceituados jornaes que se publicarem tanto a favor do Governo do Brazil, como da opposição e nelles farão discretamente inserir a refutação dos ataques que se possam dirigir contra o mesmo Governo.

## Art. 45

Remetterão um relatorio annual dos negocios tratados na respectiva Legação.

## Art. 46

Farão além disso o historico, que remetterão á Secretaria, de cada um dos negocios de mais vulto que pela mesma Legação tenha passado desde a sua criação.

## Art. 47

Remetterão para serem publicados no *Diario Official* relatorios de noticias politicas, economicas e financeiras.

## Art. 48

Enviarão á Secretaria um relatório de notícias mais desenvolvido e que abranja todas as grandes questões que possam estabelecer precedentes, citando as fontes mais autorizadas e em que se encontre a exposição circunstanciada de todos os incidentes.

## Art. 49

Corresponder-se-hão directamente com as demais Legações brasileiras, afim de que se coadjuvem e mutuamente promovam e facilitem o cabal desempenho das suas respectivas incumbencias.

## Art. 50

Enviarão no fim do anno uma fiel recapitulação da correspondencia, a que se refere o artigo precedente, trocando sobre objecto do serviço publico.

## Art. 51

Do mesmo modo communicarão ás demais Legações todas aquellas noticias que alcançarem no paiz de sua residencia relativamente aos negocios das outras, onde existam igualmente Missões brasileiras, uma vez que taes negocios affectem de qualquer modo os interesses do Brazil.

## Art. 52

Prestarão aos agentes consulares, que lhes são subordinados, a mais franca e cordial cooperação, apoiando quando for preciso as reclamações que fizerem em virtude do Regulamento Consular.

## Art. 53

Julgando conveniente a creação de Consulados brasileiros no Estado onde residirem e porventura os não haja, deverão assim significar-o ao Governo.

## Art. 54

Interporão parecer sobre a creação de Vice-Consulados e a nomeação de vice-consules e agentes commerciaes propostos pelos consules, afim de serem confirmados pelo Governo, ao qual os encaminharão, podendo assentir no provimento interino de logares já creados, antes da approvação do Governo.



## Art. 55

Compete-lhes o beneplacito ás demissões de vice-consules não confirmados pelo Governo, dadas pelos consules, quando aquelles não correspondam á confiança destes.

## Art. 56

Promoverão a obtenção do *exequatur* para as *cartas plenas* que os consules são obrigados a entregar-lhes ou remetter-lhes, afim de entrarem no exercício das suas funções.

## Art. 57

Observarão a mais perfeita urbanidade com as Legações dos outros Estados, jamais se negando aos bons officios que ellas lhes requeiram, contando que nem levemente comprometam o decoro e a dignidade da Republica e do Governo do Brazil, em cujo nome nunca deverão igualmente contrahir quaesquer ajustes para que se não acharem devidamente autorizados, limitando-se neste caso a acceitar *ad referendum* as propostas, que se lhes possam fazer.

## Art. 58

Prestarão aos cidadãos brasileiros todos os auxilios necessarios para a manutenção dos seus direitos, promovendo por todos os meios ao seu alcance a criação, prosperidade e consolidação dos seus estabelecimentos.

## Art. 59

Aos desvalidos, que justificarem ser cidadãos brasileiros, mandarão soccorrer pelos consules, fazendo observar, na falta destes, o que a semelhante respeito se achá estabelecido no respectivo regulamento.

## Art. 60

Na prestação de taes soccorros cumpre que haja toda a circumspecção, devendo unicamente considerars-se como *desvalido*, além dos prisioneiros de guerra e naufragos nacionaes, aquelles brasileiros que satisfactoriamente provarem que a sua honra nada soffre com o estado de penuria a que se acham reduzidos, sendo esta ocasionada por acontecimentos inteiramente independentes da sua regular conducta.

## Art. 61

Darão passaportes aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores ou commissionedos do Governo e, nos casos urgentes e especiaes, aos demais cidadãos brasileiros.

## Art. 62

Poderão exigir dos empregados consulares tolas as informações relativas aos assumptos a cargo dos mesmos empregados.

## Art. 63

Solicitarão o cumprimento das rogatorias logo que as recebem, annotando no livro proprio as suas entradas e sahidas e não fazendo despesas para isso sem ordem do Governo, salvo quando as mesmas forem expedidas *ex-officio*.

## Art. 64

Só poderão receber a puellas rogatorias por intermedio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

## Art. 65

Compete-lhes o exercicio de attribuições sobre o casamento civil, conforme o determinam a lei n. 181, de 24 de janeiro de 1890, e o decreto, que o regula, n. 233, de 27 de fevereiro do mesmo anno, e bem assim das que lhes confere o decreto n. 9886, de 7 de março de 1888, sobre o registro civil.

## Art. 66

Os chefes das Legações, a cujo cargo estiver o expediente do monte-pio, são competentes para abonar as quantias destinadas ao funeral dos contribuintes, que fallecerem, de accordo com o art. 47 do decreto n. 942 A, de 30 de outubro de 1890, podendo ser pagas pelos cofres do Consulado, quando os emolumentos arrecadados o permittirem.

## Art. 67

Até o dia 15 de janeiro de cada anno os chefes daquellas Legações remetterão a Secretaria de Estado das Relações Exteriores um relatório sobre todas as occurrencias que se tiverem dado durante o anno relativas ao mesmo monte-pio.

## Art. 68

Mandarão registrar nos livros da Legação e extrahir delles, não havendo inconveniente, os documentos que os cidadãos brasileiros lhes apresentarem ou requererem.

## Art. 69

Incumbem-lhes a maior vigilancia a respeito da secretaria da Legação e dos empregados que lhes estão sujeitos e prestarão, em janeiro e julho de cada anno, em officio reservado sem numero, informações francas e positivas sobre o procedimento official e particular não só daquelles empregados como tambem dos consules geraes e dos agentes consulares. Estas informações só serão vistas pelo Governo e guardadas com a maior segurança.

## Art. 70

Iniciarão devidamente nos negocios da Legação os respectivos secretarios, que os devem substituir nos seus impedimentos, bem entendo enquanto a circumspecção destes justificar a confiança do Governo e o conceito que anteriormente lhes merecessem; e no caso contrario darão immediata conta ao Governo para providenciar como convier.

## Art. 71

Afim de habilitar os secretarios e addidos para superiores cargos da carreira diplomatica, propor-lhes-hão memorias sobre qualquer objecto proprio para desenvolver o seu entendimento e mostrar a intelligencia e talentos de que forem dotados, communicando os trabalhos mais importantes de uns e de outros.

## Art. 72

Marcarão as horas de trabalho durante as quaes os empregados da Legação nella devem permanecer. Além desse tempo marcado, poderão estes ser convocados todas as vezes que o serviço assim o exigir.

## CAPITULO II

DEVERES DOS 1.<sup>o</sup> E 2.<sup>o</sup> SECRETARIOS E DOS ADDIDOS DE LEGAÇÃO

## Art. 73

Incumbe aos 1.<sup>os</sup> secretarios ou aos 2.<sup>as</sup> das Legações onde não houver primeiros :

I—Substituir os Ministros nos casos já marcados ou no do seu fallecimento e assumir então o character de encarregados de negocios, ficando ligados a todas as obrigações prescriptas pelo presente Regimento aos chefes de Legação ;

II—Lembrar aos Ministros tudo quanto lhes parecer conveniente e util e representar-lhes mesmo com o respeito que lhes devem sempre tributar, sobre aquellas decisões que julgarem

menos acertadas, as quaes aliás cumprirão, insistindo o Ministro ;

III—A inspecção da secretaria que regem e a guarda do respectivo archivo e sello das armas ;

IV—Os trabalhos de segredo e seu registro que exclusivamente lhes pertence ;

V—A redacção das memorias, informações e relatorios que exigir o chefe da Legação ;

VI—A relação do expediente principal e sua distribuição pelos 2.<sup>os</sup> secretarios e addidos ;

VII—A formação dos mappas, contas e outros documentos para o Ministerio ;

VIII—Requerer ao Ministro os livros, papel e outros artigos precisos para o expediente e satisfazer essas despezas e outras, á vista da competente ordem do Ministro para esse effeito ;

IX—Formalisar, sob responsabilidade propria, uma fiel informação semestral sobre a capacidade, applicação, discreção e conducta dos 2.<sup>os</sup> secretarios e addidos e sobre o modo por que os empregados subalternos desempenham as suas obrigações ;

X—Passar certidões requeridas, precedendo despacho do Ministro.

#### Art. 74

Incumbe aos 2.<sup>os</sup> secretarios das Legações que tiverem 1.<sup>os</sup>, cujas vezes farão no impellimento ou ausencia destes, e aos addidos, debeixo da inspecção dos secretarios :

I—A escripturação e registro da Legação ;

II—Pôr a limpo o expediente, tirar as 2.<sup>as</sup> vias, cópias e mais trabalhos de que os encarregarem os 1.<sup>os</sup> secretarios ;

III—Fazer os exercicios de que trata o art. 71 pelos quaes se habilitarão e mostrarão a sua idoneidade para superiores empregos ;

IV—Classificar os jornaes e mais impressos para o Governo e os que a Legação receber.

#### Art. 75

Os addidos coadjuvarão os secretarios naquillo que lhes for determinado pelo Ministro ou chefe da Legação.

## TITULO QUARTO

## Do registro em geral

## CAPITULO UNICO

## ESPECIFICAÇÃO DO REGISTRO

I — *Registro do relatorio de informações*

## Art. 76

O relatorio de que trata o art. 46 deve ser registrado nas Legações em *libro proprio* e continuado pelo mesmo systema, sendo a continuação remittida á Secretaria de Estado todos os annos pelo primeiro paquete de março impreterivelmente.

## Art. 77

Si acontecer que antes daquelle mez seja mudado o chefe da Legação, entregará elle ao seu successor ou ao secretario incumbido da Legação o alludido relatorio, comprehendendo o tempo até a sua retirada.

II — *Registro das conferencias*

## Art. 78

As conferencias sobre negocios a cargo da Legação serão consignadas por extenso em registro especial para ser consultado quando convier e sobretudo nos casos em que, retirado o chefe da Legação, careça o seu successor ter conhecimento perfeito de todos os incidentes de taes conferencias.

## Art. 79

Esse registro será feito assim :

- 1.º Dia, mez e anno ;
- 2.º Especificação do assumpto ;
- 3.º Exposição de que se houver passado na conferencia.

Deixar-se-ha ao lado direito margem sufficiente para a data da conferencia immediatamente anterior e da subsequente relativas ao mesmo assumpto.

## Art. 80

Os officios que versarem sobre o objecto das conferencias serão acompanhados de copias textuaes dellas.

III — *Registro das ordens recebidas*

## Art. 81

Para que, no caso de mudança do chefe da Legação, ou do secretario, seus successores tenham prompto conhecimento das ordens expedidas pelo Ministerio das Relações Exteriores, devem ser registradas chronologicamente em livro especial todas aquellas que por sua natureza tiverem execução permanente, procedendo-se para esse fim a um exame minucioso, quanto ao passado.

Esse registro terá á direita margem sufficiente para notar-se a data de alguma nova ordem alterando ou revogando a precedente.

IV — *Registros especiaes*

## Art. 82

As Legações terão, além disso, registros especiaes:

§ 1.º Para os editaes de proclamas e dos casamentos civis.

§ 2.º Para as entradas e salidas das rogatorias.

§ 3.º Para as inscripções do monte-pio, de accordo com o art. 26 do decreto n. 912 A, de 31 de outubro de 1890.

Capital Federal, 7 de abril de 1899.— *Olynho de Magalhães.*



## DECRETO N. 3249 — DE 7 DE ABRIL DE 1899

Approva o regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro e Timbaúba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que roquerem a *Great Western of Brazil Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o regulamento e tarifas de transportes e serviço telegraphico, da Estrada de Ferro do Re-

cife ao Limoeiro e Timbaúba, os quaes com este baixam, assignados pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 7 de abril de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

Regulamento e tarifas dos transportes e serviço telegraphico, da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro e Timbaúba, a que se refere o decreto n. 3249, desta data

PASSEGEIROS

Art. 1.º Os passageiros pagam os preços fixados nos quadros annexos 1 e 2.

Art. 2.º A distribuição dos bilhetes cessa cinco minutos antes da partida dos trens e a essa hora serão fechadas as portas que dão ingresso para a estação.

Art. 3.º Os passageiros só tem entrada nos carros com um bilhete ou passe da companhia.

Art. 4.º Os bilhetes ou passes devem ser apresentados sempre que forem exigidos pelos empregados da administração, e entregues nas terminações das viagens.

Art. 5.º Os bilhetes para viagem de ida são validos unicamente no dia e trem para que forem distribuidos; os de ida e volta, porém, dão direito à volta em qualquer trem ordinario de passageiros, dentro de 24 horas, ou 48, si forem comprados em vespera de domingo, dia santificado, ou de festa nacional. Neste ultimo caso os bilhetes de 1ª classe são validos para 72 horas.

Quando na expiração destes prazos não houver trem, a volta só poderá ter lugar no primeiro trem ordinario de passageiros que se seguir.

Art. 6.º Os passes concedidos por serviço do Governo, ou da estrada de ferro, não são transferiveis, e os seus portadores não podem viajar em carro de classe superior á designada nellos, ainda mesmo pagando a differença correspondente.

Art. 7.º A administração poderá emittir bilhetes de assignatura, os quaes dão direito ao transporte nos trens ordinarios de passageiros sómente, e terão as seguintes deducções sobre a tarifa geral:

Para um mez.....	30 por cento
Para tres mezes.....	40 por cento
Para seis mezes.....	50 por cento

Os bilhetes de assignatura poderão comprehender sómente os dias uteis á vontade do assignante, e não serão transferiveis, salvo os de 2.<sup>a</sup> classe para criados de uma mesma pessoa, declarando esta ao tomar a assignatura, e escrevendo-se no respectivo bilhete os nomes dos que delles se servirão.

A administração poderá também emittir de tempos a tempos, com approvação do engenheiro fiscal, bilhetes de periodo experimentaes por preço julgado conveniente aos interesses do Governo e da estrada e inferior ás taxas fixadas no artigo acima.

Art. 8.<sup>o</sup> A administração tem o direito de tomar qualquer dos bilhetes ou passes de que tratam os artigos antecedentes, quando apresentados por pessoas que delles se não devam servir, cobrando o duplo das passagens; os bilhetes, ou passes, serão considerados de nenhum valor, e os assignantes nenhum direito terão á indemnização.

Art. 9.<sup>o</sup> O viajante encontrado no trem sem bilhete pagará o preço da viagem e mais 20 % contados da estação inicial da partida do trem, si não provar que entrou em outra, ou contados desta si o provar.

O viajante encontrado no trem com bilhete não carimbado ou perempto, além de pagar o preço da viagem, como acima, fica sujeito á multa de dez mil réis (10\$000).

Considera-se perempto o bilhete que indicar dia ou trem diverso do da arrecadação e o de ida e volta que tiver excedido o prazo.

Os que excederem o trajecto, ou que viajarem em classe superior á que tiverem direito, pagarão a differença de sua passagem, recebendo um bilhete suplementar.

Art. 10. O passageiro que ficar em qualquer ponto á quem do designado em seu bilhete deve fazer entrega deste ao chefe da estação e perde o direito ao resto da viagem, que só poderá effectuar comprando novo bilhete.

Art. 11. Os doentes e os alienados devem ser acompanhados e só podem ser transportados em carros separados, pagando a lotação do respectivo carro com abate de 25 por cento, fazendo o pedido por escripto 25 horas antes ao chefe da estação.

Art. 12. As crianças menores de 3 annos, que viajarem sempre ao collo, nada pagam; as de 6 annos, que se accommodarem duas em cada lugar, pagam metade da passagem e devem ser acompanhadas.

Art. 13. A administração poderá alugar um ou mais carros nos trens ordinarios de passageiros, sem prejuizo do serviço da estrada de ferro, mediante o abutimento de 25 por cento sobre o valor total das respectivas lotações, quando esta lotação não for menor de 28\$000.

Art. 14. É expressamente prohibido a qualquer passageiro:

I. Viajar em carro de classe superior á que designar o seu bilhete, salvo si previamente houver pago a differença da passagem.

II. Viajar nos carros de 1.<sup>a</sup> classe, estando descalço.



III. Entrar ou sair dos carros com o trem em movimento.

IV. Entrar ou sair por outro lugar que não seja a plataforma da estação e porta para este fim designada.

Art. 15. A entrada dos trens é interdicta:

I. A's pessoas embriagadas ou indecentemente vestidas, ou que offendam a moral publica.

III. Aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis, ou objectos cujo odor possa incomodar os passageiros.

Art. 16. Ninguém pode transportar consigo nos trens mais de uma arma de fogo, a qual deve ser apresentada ao chefe da estação para verificar si se acha descarregada.

Essa disposição não se applica aos agentes da força publica, que viajarem em serviço do Governo, acompanhando presos ou recrutas.

Art. 17. O passageiro que infringir as presentes instrucções, e depois de advertido pelos empregados da estrada de ferro persistir na infracção, será posto fora da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não tiver começado a viagem. Si a infracção for commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de vinte a cincoenta mil réis; e no caso de recusar-se a pagal-a, ou si, depois desta satisfeita, não corrigir-se, o conductor o entregará ao chefe da estação mais proxima, para remettel-o á autoridade policial, a qual procederá como for de direito.

### *Bagagem*

Art. 18. Os passageiros podem transportar gratuitamente, e sob sua unica responsabilidade, um volume de bagagem, cujo peso não exceda de 15 kilogrammas e possa ser collocado por baixo de seu lugar, sem incomodar os demais viajantes.

Esta concessão não se estende aos objectos preciosos.

Os menores que pagarem meia passagem não terão direito a transporte gratuito de bagagem.

A bagagem, de que trata o presente artigo, comprehende simplesmente os objectos de uso ordinario, taes como roupa, artigos de *toilette*, etc., ou objectos que devam servir durante o tracto.

Art. 19. Toda a bagagem que não se achar nas condições do artigo precedente, deve ser registrada e será transportada de conformidade com a tarifa n. 1, para o que será entregue no escriptorio respectivo, pelo menos 20 minutos antes da partida do trem que tiver de conduzi-la.

Art. 20. Os volumes de bagagem apresentavel para serem transportados pelos trens de passageiros poderão ser recusados, desde que seu peso exceder de 100 kilogrammas, ou o seu volume de 2 metros cubicos.

Art. 21. A bagagem registrada deve ser retirada no dia de sua chegada á estação destinataria. A que não for reclamada naquello dia ficará na estação por conta e risco de quem per-

tencer, pagando de armazenagem 100 réis por dia e por 10 kilogrammas, ou fracção de 10 kilogrammas.

A bagagem que, a pedido ou por negligencia do expeditor, deixar de ser registrada no dia da sua entrega na estação, fica sujeita ás mesmas condições de armazenagem.

Art. 22. Em caso de perda, ou damno de um ou mais volumes de bagagem, o passageiro tem direito de reclamar da administração a somma correspondente ao peso dos objectos perdidos ou damnificados, na razão de 58 por 10 kilogrammas, ou fracção de 10 kilogrammas.

Si a indemnização tiver lugar por damno ou avaria, e na razão da somma fixada no presente artigo, a bagagem ficará pertencendo á companhia.

Esta disposição não se entende com os objectos preciezos, cujos valores foram declarados, ou com os volumes, cujo conteúdo foi conhecido, os quaes serão pagos, aquelles pelos respectivos valores e estes por arbitramento feito de accordo com as leis em vigor.

#### TARIFA N. 1

Art. 23. A tarifa n. 1 comprehende os objectos que não excederem de 100 kilogrammas, de peso, ou de dous metros cubicos de volume, e que devam ser transportados pelas trens de passageiros.

Art. 24. As mercadorias expeditas pela tarifa n. 1 pagam por unidade de 10 kilogrammas, de conformidade com o quadro annexo n. 3.

Art. 25. As mercadorias expeditas pelas condições da tarifa n. 1 devem ser entregues no escriptorio do registro pelo menos 20 minutos antes da partida do trem, que tiver de conduzi-las.

Art. 26. Os objectos de um peso, ou volume superior ao fixado pela tarifa n. 1, podem ser igualmente transportados pelos trens de passageiros, em virtude de requisição dos expedidores e pelas condições da mesma tarifa, conquanto que não prejudiquem a expedição de outras mercadorias de preferencia, nem retardem a marcha dos ditos trens.

Art. 27. As mercadorias expeditas pelas condições da tarifa n. 1, que não forem retiradas no dia da sua chegada á estação de seu destino, ficam sujeitas ao disposto no art. 21.

Art. 28. As mercadorias expeditas pelas condições da Tarifa n. 1, que forem extraviadas ou damnificadas, ficam sujeitas ás disposições do art. 22.

Art. 29. Os fretes dos objectos expeditos pelas condições da tarifa n. 1 são pagos no acto da inscripção.

#### TARIFA N. 2

Art. 30. A tarifa n. 2 comprehende os objectos classificados no quadro annexo e semelhantes, que serão transportados nos trens de mercadorias.

Art. 31. As mercadorias transportadas pelas condições da tarifa n. 2 se dividem em cinco classes, e seus fretes são cobrados por unidades de 10 kilogrammas, para as classes 1, 2, 3, e de 1.000 kilogrammas para as classes 4 e 5, de conformidade com os quadros annexos ns. 4, 5, 6, 7 e 8.

Art. 32. Os objectos cujo transporte se effectuar pelas condições das classes 1, 2 e 3 podem ficar 24 horas no armazem da companhia, na Capital e 36 horas nos do interior. Fimdo este prazo, só permanecerão nos armazens das estações por conta e risco de quem pertencer, e pagando a seguinte armazenagem por unidade ou fracção de 10 kilogrammas, e por dia:

Pelos primeiros 30 dias.....	100 réis por dia
De 31 a 90 dias.....	200 réis por dia

Art. 33. Si uma mesma expedição pela tarifa n. 2 contiver mercadorias de diversas classes, que não perfaçam cada uma de per si a unidade de 10 kilogrammas, o frete total será cobrado pela taxa da classe mais elevada.

Art. 34. As expedições de objectos da 3.ª classe que reclamarem o emprego de um ou mais vagões, se effectuarão pelas condições de 5.ª classe.

Art. 35. Os perús, gansos, patos, marrecos, gallinhas, pavões, araras, papagaios e quaesquer outras aves domesticas ou silvestres; gatos, leitões, porcos da India, coelhos, macacos, kagados, pacas, tatus, cotias, quatis, etc., e quaesquer outros animaes pequenos, só serão transportados estando acondicionados dentro de gaiolas, cestos, capoeiras, barricas ou caixões fechados; e pagarão pela tarifa n. 1, si forem expedidos pelos trens de passageiros, e pela de 1.ª classe da tarifa n. 2 si o forem pelos trens de mercadorias.

A companhia não responde por expelições desta natureza.

Art. 36. Os animaes ferozes só são transportados nos trens de mercadorias ou especiaes, e acondicionados em fortes caixões ou gaiolas de ferro ou madeira e pagam pela 1.ª classe da tarifa n. 2.

A companhia não responde por estas expelições.

Art. 37. As mercadorias cujo transporte se effectuar pelas classes 4.ª e 5.ª podem permanecer nos armazens da companhia na Capital e no interior durante o mesmo prazo estipulado no art. 32. Fimdo este prazo as mercadorias só continuarão a permanecer nos armazens das estações por conta e risco de quem pertencer, pagando a taxa de 400 réis por 1.000 kilogrammas ou fracção de 1.000 kilogrammas e por dia de demora.

A administração em taes casos não responde por extravios ou damnos.

Art. 38. Si uma expedição contiver mercadorias de diversas classes, que não perfaçam cada uma de per si 1.000 kilogrammas, o frete total será cobrado pela taxa da classe mais elevada.

Art. 39. A carga e descarga dos objectos transportados pelas condições da 4.ª e 5.ª classes serão feitas nas estações do interior pelos expedidores ou destinatarios.

Art. 40. A administração poderá fazer o serviço de que trata o artigo antecedente depois do prazo de 12 horas, no caso de negligência dos expeditores ou destinatários, ou por convenio, cobrando, além do frete, 5\$ por carga ou descarga de vagões.

Art. 41. Os carros de passeio, os funebres, e as carroças, pagam o frete total dos vagões que occuparem, na razão de 6.000 kilogrammas, por vagão cobrando-se o daquelles pela 4.<sup>a</sup> classe e o destas pela 5.<sup>a</sup> classe da tarifa n. 3.

Estes preços comprehendem a carga e descarga na estação da capital; nas do interior aquelle serviço será feito pelos agentes dos expeditores ou destinatários, ou nas condições do art. 40.

Art. 42. Os expeditores dos carros e carroças devem apresental-as na estação da procedencia, pelo menos meia hora antes da partida do trem, pelo qual se tiver de fazer a remessa.

Art. 43. Os vehiculos transportados não podem conter bagagem ou quaesquer outros objectos além dos que lhes pertencerem.

Art. 44. As expedições feitas pelas 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> classes que comprehenderem dois ou mais vagões (12.000 kilogrammas ou mais) tem um abatimento de 20 %.

Art. 45. Com excepção dos objectos de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> classes, transportados do interior para a Capital, cujo frete é pago na estação de procedencia, ou destinataria, a vontade do expeditor, os demais fretos são pagos no acto da inscripção.

#### TARIFA N. 3

Art. 46. A tarifa n. 3 regula o transporte de animaes, por cabeça, e pelos preços estabelecidos nos quadros annexos ns. 9, 10 e 11.

Art. 47. Os cavallos, ou burros de sella, ou de carro, e os cães podem ser conduzidos nos trens de passageiros, contanto que o seu numero não exceda a lotação dos vagões dos mesmos trens para este fim destinados. As expedições que excederem aquella lotação só se effectuarão em trens espediaes ou de mercadorias.

Art. 48. Os cavallos com cangalhas, bois, porcos, cabras, carneiros, etc., são transportados em trens de mercadorias ou espediaes.

Art. 49. Os animaes que tiverem de ser expellidos devem ser apresentados na estação 30 minutos antes da partida dos trens, quer sejam estes de passageiros ou de mercadorias.

Art. 50. O expeditor que desejar effectuar o transporte de grande numero de animaes, deve prevenir a administração com antecedencia de 24 horas.

Art. 51. As expedições de animaes feitas pelas condições da tarifa n. 3, que comprehenderem 10 ou mais vagões, terão o abatimento de 20 por cento sobre os preços desta tarifa e uma passagem gratuita de ida e volta nos carros de 1.<sup>a</sup> classe será concedida a um dos conductores dos animaes; em tais casos a presença deste será exigida.

Art. 52. A companhia sómente se responsabilisa pelos damnos ou perdas no transporte de animaes, provando-se que por culpa de seus empregados foram elles extraviados, demorados mais tempo do que o necessario, maltratados durante a viagem ou excedida a lotação dos respectivos carros; e ajuda assim não é obrigada a indemnização superior á abaixo fixada:

Burros, cavallo e semelhantes.....	100\$ cada um
Bois, vaccas e vitellos.....	50\$ cada um
Bezerros, cabras, carneiros e porcos..	10\$ cada um
Aves e animaes pequenos.....	2\$ cada um

A companhia responsabilisa-se, entretanto, pelos valores declarados dos animaes e nos casos acima expostos, mediante o pagamento de um por cento *ad valorem* além do frete.

Art. 53. Os animaes, que não forem retira logo depois da sua chegada á estação destinataria, são remetidos por conta e risco de quem pertencerem para alguma cocheira ou deposito de animaes, correndo a despeza, a que derem lugar, por conta de seus respectivos donos.

Art. 54. Os fretes dos animaes são pagos no acto da inscripção.

#### TARIFA N. 4

Art. 55. A companhia só expedirá telegrammas particulares de e para as estações onde não houver serviço telegraphico do Governo.

#### TELEGRAPHO

##### *Apresentação e transmissão dos telegrammas*

Art. 56. Os tel-grammas serão acceitos em todas as estações da estrada de ferro, tanto nos dias uteis como nos feriados, durante as horas do serviço.

Art. 57. Os telegrammas deverão:

1º, ser escriptos pelo proprio punho do expeditor, com tinta preta, de modo que possam ser lidos letra por letra;

2º, não conter abreviaturas, rasuras, palavras inutilizadas ou emendas por meio de riscos;

3º, indicar o nome da estação do destino e o nome e residencia (rua e numero, si for em povoado) do destinatario.

Art. 58. É prohibida a accettazione de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica e offensivo á moral e aos bons costumes, ou aos interesses da estrada.

É igualmente prohibido o uso de cifras se retas.

Art. 59. Os telegrammas urgentes devem ter esta declaração assignada pelo expeditor.

Art. 60. Os telegrammas de mais de 100 palavras podem ser recusados ou retardados, para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 61. Muitos telegrammas successivos do mesmo expeditor só podem ser acceitos quando não houver outres telegrammas a transmittir.

Art. 62. A administração poderá aceitar despachos para transmittirem-se cópias por outras linhas, preferindo a linha, cuja taxa for mais favoravel, salvo si o expeditor tiver designado expressamente outra.

Art. 63. A administração se reserva o direito de interromper as communicações telegraphicas para serviço de particulares, por tempo indeterminado, no caso em que o julgar conveniente, em vista da urgencia do serviço da estrada ou do Governo.

Art. 64. Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes, que representam a ordem da transmissão:

- 1.<sup>a</sup>, telegrammas urgentes em serviço da estrada ;
- 2.<sup>a</sup>, do Governo geral ;
- 3.<sup>a</sup>, dos governos estaduais ;
- 4.<sup>a</sup>, de outras autoridades ;
- 5.<sup>a</sup>, urgente particular ;
- 6.<sup>a</sup>, ordinario em serviço da estrada ;
- 7.<sup>a</sup>, ordinario particular.

Os desta ultima classe serão transmittidos, segundo a ordem de apresentação, salvo o disposto nos arts. 60 e 61.

#### *Pagamento das taxas*

Art. 65. A taxa dos telegrammas compõe-se da taxa fixa de 400 réis e mais de 100 réis por palavra, e deverá ser paga alevantada.

Os telegrammas com a declaração de : Urgente, pagarão taxa dupla.

Art. 66. O communicante poderá exigir da estação de destino a repetição integral do seu telegramma, pagando nova taxa.

Si quizer simples aviso da recepção, pagará 10% da taxa.

Art. 67. O telegramma antes de começar a transmissão pôde ser retirado, restituindo-se ao communicante a taxa com desconto de 10% ; si, porém, a transmissão tiver sido começada, nenhuma restituição será feita.

Art. 68. O expeditor poderá pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras antes da assignatura, e escrevendo a declaração de—Resposta paga... palavras.

Art. 69. Si o numero de palavras da resposta paga previamente for maior, o excesso será pago pelo respondente, como um novo telegramma; si for menor, não haverá restituição.

Art. 70. A resposta para ser transmittida deverá ser apresentada dentro dos tres dias, que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario ; fóra deste prazo, terá de pagar nova taxa.

*Contagem das palavras*

Art. 71. Tudo quanto o communicante escrever para ser transmittido entrará na contagem das palavras, observando-se as seguintes regras:

1. Conta-se como uma palavra:
  - a) qualquer palavra até 15 letras;
  - b) toda palavra composta, escripta de modo que só forme uma;
  - c) qualquer numero até cinco algarismos.
2. Contar-se-hão como duas as palavras maiores de 15 letras o as que se acharem sublinhadas.
3. Qualquer character alphabetico, ou numero isolado, assim como qualquer particula seguida de apostrophe, serão taxados como outras tantas palavras.
4. Entram na contagem das palavras os peíllos de repetição para conferencia, de aviso de recepção e as palavras—Resposta paga para... palavras.
5. As palavras compostas, escriptas quer separadamente, quer reunidas por traços de união, pagarão por tantas palavras quantas sejam as partes de que se componham.
6. Os algarismos escriptos por extenso serão contados pelo numero de palavras empregadas para exprimi-l-os.
7. Os signaes de accentuação não são contados.

*Entrega dos telegrammas e serviço dos estafetas*

Art. 72. Mediante a taxa de 400 réis, que será paga na estação de partida, se remetterão os telegrammas por estafetas, com a possível brevidade, ao lugar a que se destinarem, dentro de um kilometro a contar da estação; para maiores distancias, a taxa será previamente ajustada.

Não serão, porém, sujeitos a essa taxa os que se destinarem a pontos comprehendidos no perimetro da freguezia do Recife.

Art. 73. O telegramma poderá ficar na estação de destino á disposição do destinatario, ou ser expedido pelo Correio á vontade do expeditor, mediante o pagamento do porte e competente declaração escripta no telegramma.

Em falta de taes declarações, o telegramma será retido na estação destinataria e só entregue a pessoa competente.

Art. 74. O empregado incumbido da condução do telegramma não deverá encargar-se da resposta ou de outro telegramma a transmittir, nem receber a respectiva taxa.

Art. 75. Na ausencia do destinatario, os telegrammas serão entregues a pessoa da familia, empregados, criados ou hospedes, salvo si o communicante designar na minuta pessoa especial; em todo caso o recibo deverá ser passado em nome do destinatario.

*Restituição das taxas dos telegrammas*

Art. 76. O communicante terá direito á restituição da taxa, si o telegramma não chegar a seu destino por falta do serviço do telegrapho, ou quando estiver alterado a ponto de não satisfazer o fim destinado.

Art. 77. O agente da estação poderá certificar-se da identidade do communicante por meio de testemunhas ou de outras provas sufficientes.

*Segredo dos telegrammas*

Art. 78. Os empregados da estrada serão obrigados a guardar o maior segredo sobre os telegrammas, e estarão sujeitos, pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos e divulgação do conteúdo, as leis que garantem o sigillo das cartas confiadas ao Correio e á segurança do seu transporte.

Art. 79. Os originaes dos telegrammas serão conservados durante 18 mezes, queimando-se mensalmente aquelles que entrarem no decimo nono mez.

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 80. Os objectos expedidos pelas tarifas n. 2 podem ser despachados a todas as horas do expediente das estações.

Art. 81. No calculo dos fretes as fracções de kilometro e de 10 kilogrammas pagarão por unidades inteiras; as de tonelada metrica (1,000 kilogrammas), si excederem de meia serão contadas por unidade, e por meia unidade si forem inferiores áquelle limite.

Na importancia total do frete de um despacho as fracções menores de 20 réis serão contadas como vinte réis.

Art. 82. As mercadorias que não puderem ser misturadas com outras sem que as damnifiquem só serão transportadas pelo frete de um vagão (6,000 kilogrammas).

Art. 83. A administração não responde pelas avarias inherentes á natureza das mercadorias, taes como a deterioração de frutas, etc., diminuição ordinaria do peso, combustão espontanea, effervescencia, evaporação ou esgoto de liquidos, etc. Não é responsavel igualmente por avarias de outra natureza, desde que não forem authenticadas pelo chefe da estação antes da entrega dos objectos, e não houver nos involucros estrago conhecido, proce lente de negligencia de seus empregados.

Art. 84. Desde que um expeditor necessitar de um vagão para carga completa de mercadorias, deve requisital-o com a antecedencia de 24 horas, o de 48 si o pedido for de dous ou mais vagões. O expeditor fica sujeito á multa de \$5000 por vagão si as mercadorias não forem remettidas á estação no dia convencionado. A importancia desta multa é depoi-



sitada no acto da requisição; e a administração, no dia immediato ao fixado para a expedição, poderá dispor dos vagões. O chefe da estação deve prevenir com antecedencia ao expeditor do dia e hora em que os vagões estarão á sua disposição. Nas estações intermedias os vagões são carregados pelos trabalhadores do expeditor dentro do prazo, que lhe for fixado; e neste caso fica aquelle sujeito ás disposições do art. 40.

Art. 85. Nenhum expeditor de um ou mais vagões de mercadorias pôde exceder sob qualquer pretexto á lotação dos mesmos vagões. O expeditor é responsavel por qualquer avaria causada nos vehiculos da estrada de ferro pelos seus agentes na carga ou descarga das mercadorias.

Art. 86. Nas estações intermedias as mercadorias só são recebidas para serem transportadas nos trens que alli param. Os dias e horas das passagens dos trens são affixados nas ditas estações.

Art. 87. A administração não se obriga a transportar objectos de um peso superior a 1.000 kilogrammas, ou que exijam a conservação de um ou mais vagões sobre a linha principal, nas estações onde não houver linha de desvio.

Art. 88. O transporte de objectos, que reclamarem o emprego de um material especial, não é obrigatorio.

Art. 89. O transporte de materias inflammaveis, taes como phosphoros, liquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, essencias e outras substancias perigosas, como fogos artificiaes, etc., ou de volume, cujo involuero possa occasionar incendio, não pôde ter logar pelos trens de passageiros. Estes objectos devem ser acondicionados em barris, ou caixões de madeira, competentemente fechados e são expedidos pelos trens de mercadorias.

Art. 90. A polvora e outras substancias de grande perigo só podem ser transportadas acondicionadas em duplos involucros de madeira, ou caixas de cobre devidamente fechadas, por conta do Governo, ou quando forem destinadas ás obras da estrada de ferro.

Art. 91. Em relação ao volume, a carga dos vagões abertos não pôde exceder ás seguintes dimensões:

Largura.....	1m,83
Altura acima do nivel dos trilhos...	3 metres

Art. 92. Os saccos vazioes, ancoras, barricas e outros involucros, que tenham servido e sejam destinados ao transporte pela estrada de ferro, de generos produzidos no paiz, o que em caso de duvida será attestado pelo chefe da estação, não são nduzidos gratuitamente sem responsabilidade da administração. Estes artigos quando demorados nas estações ficam sujeitos ás condições do art. 32.

Art. 93. Toda a inscripção de mercadorias, bagagens, dinheiro, joias, animaes e cascos vazioes, de que trata o art. 92, é feita mediante um conhecimento dado ao expeditor e que é exigido no acto da entrega dos objectos. Uma taxa de 100 réis

é percebida pelo conhecimento da inscrição. No caso de perda do conhecimento, o recebedor, depois de justificada a sua identidade, póde passar um recibo, em vista do qual lhe será entregue a mercadoria, ou volume registado.

Art. 94. As mercadorias de qualquer natureza remetidas para as estações, afim de serem expedidas pelos trens de carga, e que não forem despachadas dentro de 12 horas de dia na estação da Capital e 24 horas nas do interior, ficam sujeitas a armazenagem, de conformidade com a tarifa por que tiverem de ser despachadas (arts. 32 e 37).

A administração não responde por estas mercadorias antes de serem despachadas.

Art. 95. Os objectos que no fim de 90 dias não forem retirados das estações ou armazens da estrada de ferro são vendidos pela administração em hasta publica por conta e risco de quem pertencer, para pagamento das despesas a que estiverem sujeitos, recolhendo-se qualquer excedente ao cofre publico.

Art. 96. Na cobrança de armazenagem de mercadorias não são contados os dias de chegada, entrega ou despacho.

Art. 97. Os objectos que não se acharem sufficientemente acondicionados, e que não tiverem um endereço ou marca intelligivel, podem ser recusados, ou transportados sem responsabilidade da companhia, fazendo-se esta declaração nos respectivos conhecimentos.

Art. 98. A administração tem o direito de abrir os volumes todas as vezes que suspeitar que se faz uma falsa declaração de seu conteúdo. Em taes casos cobrar-se-ha o frete duplo dos objectos não manifestados. Si, porém, esses objectos forem dos mencionados nos arts. 89 e 90, o expeditor fica sujeito á multa de 200\$000.

Art. 99. As mercadorias sujeitas a se deteriorarem pagam o seu frete, qualquer que seja a tarifa por que forem transportadas, sempre no acto da inscrição.

Art. 100. Quando as mercadorias forem recusadas pelo destinatario, ou quando este for desconhecido, os artigos sujeitos a se deteriorarem podem ser vendidos no fim de oito dias, por conta e risco de quem pertencerem, procedendo-se de conformidade com o final do art. 95.

Art. 105. Todo o transporte, que necessitar de um ou mais vagões, paga o frete total dos que forem empregados na razão de 6.000 kilogrammas por vagão, tendo-se em vista as reduções inherentes á classe das mercadorias e numero de vagões.

Art. 102. Os expeditores devem declarar si as suas mercadorias são frageis, ou si devem ser preservadas da humidade; em falta do que a companhia não responde por avarias desta especie.

Art. 103. Os objectos preciosos, taes como joias, dinheiro, ouro, etc., serão transportados pelos trens de passageiros, e pagam, além de 50 % sobre os preços da tarifa n. 1, mais

1/2 % *ad valorem*. Neste caso é a administração responsável pelos valores declarados.

Art. 104. Si a remessa de bagagem ou mercadorias se compuzer de varios volumes, o frete será cobrado sobre o peso total. Esta concessão só terá logir si os volumes se acharem reunidos debaixo do nome de um só destinatario.

Art. 105. Nenhum despacho se effectuará por menos de 320 rs. para uma distancia de 1 a 40 kilometros; e de 640 rs. de 41 kilometros em diante, incluída a inscripção.

Art. 106. A responsabilidade da companhia só cessa com a entrega dos objectos aos destinatarios ou seus delegados, salvo os casos especificados nas presentes instrucções, e para os quaes esta responsabilidade está definida.

Art. 107. Em caso de perda ou damno da mercadoria (salvo os casos do art. 83), a administração é responsável unicamente pelo valor real e immediato dos volumes extraviados, e não pelos lucros que, do sua entrega, eram esperados; e ainda assim só quando na fórma deste regulamento e leis em vigor tiver o expeditor direito a essa garantia.

Art. 108. Toda a reclamação, tendo por objecto uma taxa indevidamente percebida, perda ou avaria, deve ser immediatamente dirigida ao chefe da estação. Da decisão do dito chefe poderá o reclamante, dentro do prazo de tres dias, appellar para a administração, findo o qual não poderá ser attendido.

Art. 109. As malas do Correio e seus conductores serão transportados gratuitamente e bem assim os dinheiros do Thesouro Nacional ou estadual, por conta e risco do Governo.

Art. 110. Sob a requisição de qualquer pessoa, a administração pôde, sem prejuizo do serviço da estrada de ferro, expedir trens especiaes de passageiros, mercadorias ou animaes mediante as seguintes condições:

I. A taxa dos trens de passageiros será de 2\$ por kilometro ou fracção de kilometro, percorrido pela machina desde o deposito até a sua volta, pagando-se além disso o frete dos carros ou vagões, conforme as tarifas.

Esta taxa será elevada a 50 por cento mais, si os referidos trens tiverem de ser expedidos depois das 6 horas da tarde.

A bagagem transportada nos trens especiaes de passageiros, e que não se achar nas condições do art. 18, pagará o seu frete pela tarifa n. 1.

II. Os trens especiaes de mercadorias e animaes, além do frete dos vagões, que será cobrado conforme a taxa da tarifa respectiva e com o abatimento a que tiver direito (arts. 44 e 51), pagarão 2\$800 por kilometro ou fracção de kilometro, que tenham de percorrer.

III. Os trens especiaes na sua volta para as officinas ou depositos podem ser alugados com o abatimento de 50 por cento sobre todos os preços acima estipulados para qualquer estação, que não se ache além das mesmas officinas ou depositos.

IV. A demora dos trens especiaes nas estações é contada á razão de 14\$ por hora, ou fracção de hora superior a 15 minutos.

Nenhum trem especial é expellido por menos de 40\$000.

Art. 111. A importância dos fretes dos trens e carros especiaes é paga no acto da requisição.

A administração não restitue a importância destes transportes quando não se effectuarem por vontade ou negligencia dos que tiverem requisitado.

Art. 112. Os cadáveres são transportados em vagões cobertos, pelo preço dos carros de 2.<sup>a</sup> classe, com o abatimento de 25 por cento (art. 13).

Art. 113. A administração pôde formar trens de excursão para o transporte do passageiros, pagando estes em taes casos a importância de uma viagem de ida, que lhes dá direito á ida e volta nos dits trens.

Art. 114. A administração pôde transportar por convenio as mercadorias, que não se acharem incluídas na classificação annexa, ou que não forem de natureza semelhante.

Art. 115. A administração poderá deter os volumes pertencentes ás expedições que por falsas declarações estiverem sujeitos ás multas impostas por este regulamento. Si no prazo de 15 dias não forem pagas as multas devidas, a administração procederá á venda dos objectos detidos, de conformidade com o art. 95.

Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a administração cobrará o restante executivamente.

Art. 116. Os empregados da estrada de ferro devem ministrar aos expeditores todas as informações necessarias para a intelligencia e cumprimento das presentes instruções.

Art. 117. Os agentes da estrada de ferro não podem exigir outros fretes, ou retribuições de qualquer natureza, que não se achem especificados neste regulamento e de accordo com as tarifas annexas.

Capital Federal, 7 de abril de 1899.—*Severino Vieira.*

#### CLASSIFICAÇÕES DE MERCADORIAS



	Classe Tarifa	
Abacate.....	2	2
Abacaxis.....	2	2
Abanos de pennas.....	1	2
Abanos de palha.....	1	2
Abellas.....	1	2
Aboboras.....	2	2
Açafates e semelhantes.....	1	2
Açafrão.....	2	2
Acidos mineraes.....	1	2
Aço.....	1	2
Acordeons.....	1	2
Aduelas.....	3	2

	Classe	Tarifa
Agua doce (*).	3	2
Agua salgada.	3	2
Agua de Cologne.	1	2
Agua medicinaes.	1	2
Agua-raz.	1	2
Aguardente do paiz.	1	2
Aguihas.	1	2
Alabastro em bruto.	1	2
Alabastro em obras.	1	2
Alcool.	1	2
Alcool do paiz.	1	2
Alambiques e pertences.	1	2
Alcatifas.	1	2
Alcatrao, pixe, etc.	3	2
Aletria.	1	2
Alface.	2	2
Alfazema.	1	2
Alfinetes.	1	2
Algodão.	1	2
Alhos.	1	2
Almofadas.	1	2
Almofarizes de pedra, cobre ou metal semelhante	1	2
Almofarizes de ferro ou madeira.	3	2
Alpiste.	1	2
Alvalade.	1	2
Ameixas.	1	2
Amendoas da Europa.	1	2
Amendoas do paiz.	2	2
Amendoim.	2	2
Ananazes.	2	2
Ancoras e ancoretas varias.	1	2
Angico, rezina, gomme ou folhas.	2	2
Anil.	1	2
Animaes pequenos.	1	2
Animaes empalhados ou embalsamados.	1	2
Animaes ferozes.	1	2
Anzóes.	1	2
Apparelhos de mesa, do prata, etc. 1/2 % <i>ad valorem</i> .	—	1
Apparelhos de mesa, de porcellana, louça, vidros, etc.	1	2
Aparadores.	1	2
Arados e instrumentos de utilidade á lavoura.	3	2
Arame de latão ou metal semelhante.	1	2
Arame de zinco ou ferro.	1	2
Arandelas.	1	2
Araras.	1	2

(\*) Agua doce tem 50 % de abatimento.

	Classe	Tarifa
Arapula.....	2	2
Archotes.....	1	2
Arco de ferro ou madeira.....	3	2
Arções para sellins.....	1	2
Ardosia.....	3	2
Areia.....	3	2
Argila.....	3	2
Argolas de cobre ou metal semelhante.....	1	2
Argolas de ferro.....	3	2
Armações para chapéus de sol.....	1	2
Armações para igrejas.....	1	2
Armações envernizadas para lojas.....	1	2
Armações ordinarias para lojas.....	1	2
Armamento.....	1	2
Armarios.....	1	2
Armarios ordinarios e sem vidro.....	1	2
Arreios.....	1	2
Arroz.....	1	2
Artigos de folhas de Flandres não classificados....	1	2
Artigos de pacotilha não classificados.....	1	2
Artigos de luxo não classificados.....	1	2
Arvores e arbustos vivos.....	1	2
Asphalto.....	3	2
Assucar.....	1	2
Assucareiros de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Assucareiros de metal, louça ou vidro.....	1	2
Assucareiros de folha de Flandres, etc.....	1	2
Aves.....	1	2
Aves empalhadas.....	1	2
Azareão.....	1	2
Azeite doce.....	1	2
Azeite de mamona, peixe, e outros não classificados	1	2
Azeitonas.....	1	2
Azulejos.....	1	2

## B

Bacalhão.....	1	2
Bacarmatos.....	1	2
Bacias de arame ou metal semelhante.....	1	2
Bacias de ferro estanhado, Flandres ou barro do paiz.....	1	2
Bacias de porcellana ou vidro.....	1	2
Bacias de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Bacta.....	1	2
Balhus varios.....	1	2
Balaios.....	1	2
Balaios do paiz.....	1	2
Balanças de latão ou metal semelhante.....	1	2

	Classe Tarifa	
Balanças de ferro ou madeira.....	1	2
Balas.....	1	2
Baldes.....	1	2
Balleiras.....	1	2
Balões.....	1	2
Bambinellas.....	1	2
Bambu.....	3	2
Bananas.....	2	2
Bancos envernizados.....	1	2
Bancos de madeira ou ferro ordinarios.....	1	2
Bandeiras.....	1	2
Bandejas de prata, etc., $1/2\%$ <i>ad valorem</i> .....	—	1
Bandejas diversas.....	1	2
Banha para cabelo.....	1	2
Banha de porco.....	1	2
Banheiros.....	1	2
Barbante.....	1	2
Barbatanas de baleia.....	1	2
Barricas e barris vasioes.....	1	2
Barro.....	3	2
Barrotes.....	4	2
Batatas alimenticias.....	1	2
Baunilha.....	1	2
Bayonetas.....	1	2
Bebidas espirituosas não classificadas.....	1	2
Beijús.....	1	2
Bengalas finas.....	1	2
Bengalas ordinarias.....	1	2
Benjoim.....	1	2
Berços.....	1	2
Bigornas.....	1	2
Bilhares ou bagatelas.....	1	2
Bilros.....	1	2
Biscoutos.....	1	2
Boiões vasioes.....	1	2
Bolacha ordinaria.....	1	2
Bolsas de viagem vasioes.....	1	2
Bolas de bilhar ou bagatela.....	1	2
Bolos de qualquer qualidade.....	1	2
Bombas.....	1	2
Bonecas.....	1	2
Bonets.....	1	2
Borra de azeite, gaz, vinho ou vinagre.....	3	2
Borracha em bruto.....	1	2
Borracha em obras não classificadas.....	1	2
Botijas vasioes.....	1	2
Botinas.....	1	2
Botões de ouro, prata, etc. $1/2\%$ <i>ad valorem</i> ...	—	1
Botões diversos.....	1	2
Breu.....	3	2

	Classe	Tarifa
Bridas...	1	2
Brinquedos...	1	2
Brochas para pintar ou calar...	1	2
Bronze em objectos de arte...	1	2
Bronzo em bruto...	1	2
Bules de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ...	—	1
Bules de louça ou metal fino...	1	2
Bules de folha de Flandres...	1	2
Burras de ferro ou madeira...	1	2
Bustos...	1	2

## 42

Cabeçadas...	1	2
Cabeções para animaes...	1	2
Cabelle...	1	2
Cabides envernizados...	1	2
Cabides de ferro ou madeira ordinarios...	1	2
Cabides...	1	2
Cabriolets...	4	2
Caça...	1	2
Cacão...	1	2
Cachimbos...	1	2
Cachimbos de barro, ordinarios, de paiz...	1	2
Cadeados de latão ou metal semelhante...	1	2
Cadeados de ferro...	1	2
Cadeiras ou tamboretas envernizados, etc...	1	2
Cadeiras ou tamboretas de ferro ou madeira, ordinarios...	1	2
Cadernae...	1	2
Café em grão...	1	2
Café moído...	1	2
Cafeteiras de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ...	—	1
Cafeteiras de louça ou metal fino...	1	2
Cafeteiras de folha de Flandres, etc...	1	2
Caibros...	1	2
Caibros curtos até quatro metros de comprimento menos de 1.000 kilog...	1	2
Caixas de rapé, de ouro, prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ...	—	1
Caixas de rapé, de tartaruga e outras de luxo...	1	2
Caixas de rapé, ordinarias...	1	2
Caixas de guerra...	1	2
Caixas vasias de madeira, folha ou papelão...	1	2
Caixões funebres forrados, etc...	1	2
Caixões funebres ordinarios...	1	2
Caixões vasios...	1	2
Caixilhos com vidros...	1	2
Caixilhos sem vidros...	1	2



	Classe	Tarifa
Cajús.....	2	2
Cal de Lisboa.....	1	2
Cal do paiz.....	3	2
Calçado.....	1	2
Caldeiras de cobre ou metal semelhante.....	1	2
Caldeiras de ferro.....	3	2
Caldeiraria (artigos não classificados de).....	1	2
Camas envernizadas, etc.....	1	2
Camas de ferro ou madeira, ordinarias.....	1	2
Camas de lona.....	1	2
Camarões.....	1	2
Cambotas.....	4	2
Cambão para carroças.....	1	2
Camphora.....	1	2
Campainhas de luxo.....	1	2
Campainhas ordinarias.....	1	2
Canna da India.....	1	2
Canna de assucar.....	3	2
Candieiros.....	1	2
Candieiros ordinarios de folha de Flandres e sem vidros.....	1	2
Canivetes.....	1	2
Canella.....	2	2
Canetas de ouro, prata, etc., 1 2º/100 <i>ad valorem</i> .....	—	1
Canetas de madreperola, marfim, etc.....	1	2
Canetas ordinarias.....	1	2
Cangallhas.....	1	2
Canóas.....	4	2
Canos de cobre.....	1	2
Canos de barro.....	3	2
Canos de chumbo, ferro ou zinco.....	3	2
Capachos.....	1	2
Capoeiras vasias.....	1	2
Capote.....	1	2
Capim.....	3	2
Carangueijos e semelhantes.....	1	2
Carnatiba.....	1	2
Carne salgada, secca ou fresca.....	1	2
Carroços de algodão.....	3	2
Carros funebres.....	4	2
Carros de mão.....	3	2
Carros de passeio.....	4	2
Carroças.....	5	2
Cartas para jogar.....	1	2
Carteiras.....	1	2
Carvão animal, mineral ou vegetal.....	3	2
Cascas de arvores para atamar couros (*).....	1	2

(\*) Sendo um ou mais vagões de 4ª classe.

	Classe	Tarifa
Cascas de côco.....	3	2
Cassarolas de cobre ou ferro, esmaltadas.....	1	2
Cassarolas de ferro, ordinarias.....	1	2
Cassuás varias.....	1	2
Castanhas da Europa.....	1	2
Castanhas do paiz.....	2	2
Castiças de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Castiças de metal, vidro, etc.....	1	2
Cavernas para embarcações.....	4	2
Cebolas e cebolinhas.....	1	2
Centeio.....	1	2
Cêra em bruto.....	1	2
Cêra em obras não classificadas.....	1	2
Cerveja.....	1	2
Cevala.....	1	2
Chá.....	1	2
Chales de cachemira, seda ou renda.....	1	2
Chales diversos.....	1	2
Chaleiras de metal, esmaltadas.....	1	2
Chaleiras de ferro, ordinarias.....	1	2
Champagne.....	1	2
Chapas de ferro, zinco, etc., para cobrir casas, etc.	3	2
Chapas de fogão.....	3	2
Chapéos.....	1	2
Chapéos de carnabi, couro e outros do paiz.....	1	2
Chapéos de sol.....	1	2
Chapelaria (artigos não classificados de).....	1	2
Charutos.....	1	2
Chicaras de louça, etc.....	1	2
Chicaras de folha ou madeira.....	1	2
Chifres em bruto.....	3	2
Chifres em obras não classificadas.....	1	2
Chocolate.....	1	2
Chouriços.....	1	2
Chumbo em bruto.....	3	2
Chumbo de munição.....	1	2
Chumbo em obras não classificadas.....	1	2
Cigarros.....	1	2
Cilhas.....	1	2
Cilhões.....	1	2
Cimento.....	3	2
Cipó.....	3	2
Coatis.....	1	2
Cobertores.....	1	2
Cobre velho ou em barra.....	3	2
Cobre em folha.....	1	2
Cobre em obras não classificadas.....	1	2
Côcos secos ou verdes.....	2	2
Côcos para tirar agua.....	1	2
Cochonilha.....	1	2

	Classe	Tarifa
Coelhos.....	1	2
Cofres de ferro ou madeira.....	1	2
Cognac.....	1	2
Coke.....	3	2
Colchas de seda.....	1	2
Colchas diversas.....	1	2
Colchetes.....	—	2
Colchões e pertences de cama não classificados...	1	2
Coldres.....	1	2
Colheres de ouro, prata etc., 1/2% <i>ad valorem</i> ..	—	1
Colheres de metal e outras.....	1	2
Colheres de madeira do paiz.....	3	2
Colla.....	1	2
Cominhos.....	1	2
Confeitaria (artigos não classificados de).....	1	2
Consolos.....	1	2
Conservas em latas, não classificadas.....	1	2
Conservas em vidros, não classificadas.....	1	2
Copos de ouro, prata, etc., 1/2% <i>ad valorem</i> ..	—	1
Copos de vidro, etc.....	1	2
Copos de folha, madeira ou barra.....	1	2
Coqueiros para plantar.....	1	2
Cordas de embira, piassava e outras do paiz.....	2	2
Cordas de instrumentos.....	1	2
Cordas diversas.....	1	2
Correiaime para tropa.....	1	2
Correntes de latão ou metal semelhante.....	1	2
Correntes de ferro.....	3	2
Cortiça em bruto.....	1	2
Cortiça em obras não classificadas.....	1	2
Couçoeiras.....	4	2
Couros seccos, frescos ou salgados.....	1	2
Couros trabalhados (envernizados, etc.).....	1	2
Couves.....	2	2
Covas.....	1	2
Coxins.....	1	2
Cravo da India.....	1	2
Creosoto.....	3	2
Cré.....	1	2
Crivos de ferro.....	3	2
Crina.....	1	2
Crinolina.....	1	2
Crueira.....	3	2
Crystaes.....	1	2
Cubas para distillações, engenhos, etc.....	1	2
Cubos, pinas e raios para rodas.....	3	2
Cuias.....	1	2
Cutias.....	1	2
Cutelaria (artigos não classificados de).....	1	2
Cylindros de ferro.....	3	2

**D**

	Classe	Tarifa
Dados.....	1	2
Dedales de ouro, prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Dedales de madreperola, marfim, etc.....	1	2
Dedales de latão ou ferro.....	1	2
Diamantes e mais pedras preciosas, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Dinheiro, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Dobradiças de latão ou metal semelhante.....	1	2
Dobradiças de ferro.....	1	2
Doces estrangeiros.....	1	2
Doces do paiz.....	1	2
Dormentes de madeira ou ferro.....	4	2
Dragonas.....	1	2

**E**

Eixos.....	3	2
Elasticos.....	1	2
Embira.....	3	2
Encerados para tapetes.....	1	2
Encerados ordinarios.....	1	2
Enchadas.....	3	2
Enxames.....	4	2
Enxergões.....	1	2
Enxofre.....	1	2
Equipamento militar não classificado.....	1	2
Ervilhas em latas.....	1	2
Ervilhas seccas ou frescas.....	1	2
Escalas de mão.....	1	2
Escadas para casas, desmontadas.....	1	2
Escaleres.....	4	2
Escarradeiras.....	1	2
Escarradeiras de folha de Flandres.....	1	2
Es ovas.....	1	2
Espadas.....	1	2
Espanadores.....	1	2
Espartilhos.....	1	2
Especiarias não classificadas.....	1	2
Espelhos.....	1	2
Espumaceta.....	1	2
Espetos de ferro para cozinha.....	3	2
Espingardas.....	1	2
Espiritos não classificados.....	1	2
Espoletas.....	1	2
Espunjas.....	1	2
Esporas de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ..	—	2
Esporas de metal, etc.....	1	2

	Classe	Tarifa
Espumadeiras.....	1	2
Esquifes.....	1	2
Essencias não classificadas.....	1	2
Estacas para cerca.....	3	2
Estampas.....	1	2
Estanho em bruto.....	3	2
Estanho em obras não classificadas.....	1	2
Estantes.....	1	2
Estatuas.....	1	2
Esteiras da Índia.....	1	2
Esteiras de periperi e outras do paiz.....	1	2
Esteiras para caangalhas.....	1	2
Estojos de instrumentos cirurgicos, mathematicos, etc.....	1	2
Estopa em bruto.....	3	2
Estopa em obras não classificadas.....	1	2
Estribos de prata, etc., $1/2$ % <i>ad valorem</i> ...	—	1
Estribos de metal, etc.....	1	2
Estrume.....	3	2
Estivas.....	4	2
Extractos não classificados.....	1	2

## F

Facas.....	1	2
Facões.....	1	2
Fachinas (varas de).....	3	2
Farelo.....	1	2
Farinha de araruta, mandioca, milho e outras nutritivas.....	2	2
Farinha de trigo.....	1	2
Favas.....	2	2
Fazendas.....	1	2
Fazendas de seda.....	1	2
Fazendas diversas não classificadas.....	1	2
Fechaduras de latão ou metal semelhante.....	1	2
Fechaduras de ferro ordinarias.....	1	2
Feijão.....	2	2
Feltro.....	1	2
Feno.....	3	2
Ferragens ordinarias não classificadas.....	1	1
Ferraduras para animaes.....	1	2
Ferramentas de carapinas, carpinteiros, ferreiros, marceneiros, torneiros, etc., não classificadas..	1	2
Ferrolhos.....	1	2
Ferros de engommar.....	1	2
Ferro velho ou em arco, chapa, barra ou verga	3	2
Figos seccos.....	1	2
Figos frescos.....	2	2

	Classe	Tarifa
Fios.....	1	2
Fitas de sola.....	1	2
Fitas diversas.....	1	2
Flores artificiaes.....	1	2
Flores naturaes.....	1	2
Flor de canna e outras para enchimento.....	3	2
Fogareiros.....	1	2
Fogos artificiaes.....	1	2
Fogões de ferro.....	1	2
Folhas medicinaes.....	2	2
Folhas de cobre.....	1	2
Folhas de chumbo, estanho, Flanires, ferro ou zinco.....	3	2
Folles.....	1	2
Forjas portateis.....	1	2
Fôrmas para assucar.....	3	2
Fôrmas diversas.....	1	2
Fornalhas e fornos de ferro.....	1	2
Fornalhas para engenho.....	3	2
Foucos.....	3	2
Frangos.....	1	2
Frascos.....	1	2
Frecha.....	3	2
Freio.....	1	2
Frigideiras de cobre ou ferro esmaltadas.....	1	2
Frigideiras de barro ou ferro ordinarias.....	1	2
Frutas e enfeitadas.....	1	2
Frutas secas.....	2	1
Frutas frescas.....	2	2
Fumo de piz.....	2	2
Fumo de qualquer outra qualidade.....	2	2

## G

Gaiolas.....	1	2
Gallheteiros.....	1	2
Gallinhas.....	1	2
Gamellas.....	1	2
Ganso.....	1	2
Garfos de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Garfos de metal e outros.....	1	2
Garrafas de crystal, ou vidro fino.....	1	2
Garrafas ordinarias.....	1	2
Garrações vasis.....	1	2
Gatos.....	1	2
Gaz liquido.....	1	2
Gelatinas.....	1	2
Gelias.....	1	2
Gelo.....	1	2

	Classe	Tarifa
Genebra.....	1	2
Gengibre.....	2	2
Geremuns.....	2	2
Gererés.....	2	2
Gesso.....	1	2
Gigos e cascos vãos.....	1	2
Giquis.....	1	2
Giz.....	1	2
Globos de vidro ou louça.....	1	2
Globos geographicos.....	1	2
Goiabas.....	2	2
Gomma arabica e outras não classificadas.....	1	2
Gomma de mandioca e outras do paiz.....	2	2
Grades de ferro ou madeira.....	1	2
Grades para lavoura.....	3	2
Granadas.....	1	2
Granadeiras.....	1	2
Garajães vãos.....	1	2
Graxa animal.....	1	2
Graxa para calçado.....	1	2
Grelhas de ferro.....	1	2
Guano.....	3	2
Guardas-roupa musicas, papeis, etc.....	1	2
Guaraná.....	1	2
Guindastes.....	4	2
Guitarras.....	1	2

**H**

Harpas.....	1	2
Herva-doce.....	1	2
Herva-mate.....	1	2
Hervas medicinaes e outras não classificadas.....	2	2
Hortalicas em conservas.....	2	2
Hortalicas frescas.....	2	2

**I**

Imagens.....	1	2
Impressos.....	1	2
Incenso.....	1	2
Inhames e outras raizes semelhantes.....	2	2
Instrumentos de cirurgia, engenharia e medicina.....	1	2
Instrumentos de musica, optica e semelhantes...	1	2

**J**

Jacas.....	2	2
Jangadas.....	4	2
Jardineiras.....	1	2

	Classe Tarifa	
Jarros de prata, etc., $1/2 \frac{2}{3}$ <i>at valorem</i> .....	—	1
Jarros de louça, vidro, etc.....	1	2
Jarros e jarras de barro do paiz.....	1	2
Jogos de damas, dominó, gamão, xadrez e outros.....	1	2
Jóias, $1 \frac{2}{3}$ <i>at valorem</i> .....	—	2
Junco da India.....	1	2
Junco do paiz.....	3	2

## K

Kagachos.....	1	2
Kalidoscopios.....	1	2
Korozeue.....	1	2
Kirsch.....	1	2

## L

Lã em bruto.....	1	2
Lã em obras não classificadas.....	1	2
Lacre.....	1	2
Ladrilhos de azulejo ou marmore.....	1	2
Ladrilhos de barro, lousa, etc.....	3	2
Lages.....	3	2
Lambazes.....	1	2
Lamparinas.....	1	2
Lampeões.....	1	2
Lanternas.....	1	2
Lapis.....	1	9
Laranjas.....	2	2
Latão em obras não classificadas.....	1	2
Latão velho ou em bruto.....	1	2
Lavatorios envernizados.....	1	2
Lavatorios de ferro ou madeira ordinarios.....	1	2
Legumes em conservas.....	2	2
Legumes frescos.....	2	2
Lebres.....	1	2
Leite em conserva.....	1	2
Leite fresco.....	1	2
Leitões.....	1	2
Lenha.....	3	2
Lentilhas.....	1	2
Leques.....	1	2
Levas de madeira.....	3	2
Licores.....	1	2
Limalha de ferro.....	3	2
Limas de aço.....	1	2
Limas (frutas).....	2	2



	Classe	Tarifa
Limões.....	2	2
Linguas frescas, salgadas ou seccas.....	1	2
Linguicas.....	1	2
Linha para costura.....	1	2
Linhas de madeira.....	4	2
Linhaça.....	1	2
Liteiras.....	1	2
Livros.....	1	2
Lixa.....	1	2
Lombo de porco salgado.....	1	2
Lona.....	1	2
Lóros.....	1	2
Louça.....	1	2
Louça de barro do paiz.....	1	2
Lousa.....	3	2
Lousa para escrever.....	1	2
Luvas.....	1	2
Locomotivas.....	3	2
Locomovel.....	4	2

# II

Macacos.....	1	2
Macacos de ferro.....	1	2
Macarrão e outras massas alimenticias.....	1	2
Machados.....	3	2
Machinas de copiar cartas.....	1	2
Machinas de costura.....	1	2
Machinas photographicas.....	1	2
Machinas de fazer furinha e seus pertences.....	3	2
Machinas de descarregar algodão.....	3	2
Machinas pequenas não classificadas.....	1	2
Machinas grandes não classificadas.....	4	2
Madeira em bruto, lavrada ou em taboado.....	4	2
Madeira curta até quatro metros de comprido em expedições de menos de 1.000 kilogrammas.....	1	2
Madeira para tinturaria (*).....	5	2
Madroperola.....	1	2
Mallas de viagem, varias.....	1	2
Machos para ferreiro.....	1	2
Mamona.....	3	2
Mangas (frutas).....	2	2
Mangas de vidro.....	1	2
Maniva e maniçoba.....	3	2
Mandioca.....	2	2
Manteiga.....	1	2

(\*) Sem desconto.

	Classe Tarifa	
Mantigueiras de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	1	1
Manteigueiras de metal ou louça, vidro, etc...	1	2
Mappas manuscritos .....	1	2
Mariscos.....	1	2
Marfim.....	1	2
Marmore .....	1	2
Marquezas.....	1	2
Marrecos .....	1	2
Marroquins .....	1	2
Martellos.....	1	2
Mascaras .....	1	2
Materiaes para estrado de ferro.....	3	2
Maxixes.....	2	2
Medicamentos não classificados.....	1	2
Melidas diversas.....	1	2
Mel de abelhas.....	1	2
Mel do paiz.....	3	2
Melancias.....	2	2
Melões.....	2	2
Mesas envernizadas.....	1	2
Mesos de ferro ou madeira ordinarias.....	1	2
Milho.....	2	2
Mochos envernizados.....	1	2
Mochos ordinarios.....	1	2
Mobilia.....	1	2
Mobilia ordinaria, usada e em máo estado.....	1	2
Modelos.....	1	2
Moendas para engenhos e portences.....	3	2
Moinhos para café, pimenta, etc.....	1	2
Moinhos para lavoura.....	3	2
Moitões e cadernacs .....	1	2
Molas.....	1	2
Molduras .....	1	2
Moringues de barro.....	1	2
Mós.....	3	2
Munzuás.....	1	2
Musicas.....	1	2

## N

Navalhas .....	1	2
Nozes.....	1	2
Noz-moscada.....	1	2

## O

Objectos preciosos de arte.....	1	2
Objectos de luxo, de ferro, cobre, bronze ou qual- quer outra qualidade.....	1	2

	Classe Tarifa	
Objectos de grande responsabilidade ou perigo...	1	2
Objectos manufacturados não classificados.....	1	2
Objectos de marcenaria e carpintaria desmontados.....	1	2
Obras de cabelleireiro não classificadas.....	1	2
Obreias.....	1	2
Oleados.....	1	2
Oleo de amendoas doces.....	1	2
Oleo de linhaça.....	1	2
Oleo de qualquer qualidade não classificado.....	1	2
Oratorios.....	1	2
Orgãos.....	1	2
Ornamentos para igreja.....	1	2
Ossos.....	3	2
Ostras em conserva.....	1	2
Ostras frescas.....	1	2
Couro em bruto ou obras, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Ovas frescas, secas ou salgadas.....	1	2
Ovos convenientemente acondicionados.....	1	2

## P

Pacas.....	1	2
Padiolas.....	1	2
Paços.....	1	2
Painço.....	1	2
Palas para bonets, etc.....	1	2
Palanquins.....	1	2
Palhas de coqueiro ou palmeira.....	3	2
Palhas do Chile e outras de valor semelhante, para chapéus.....	1	2
Palhas de trigo, de canna e outras.....	3	2
Paliteiros de prata, etc., 1/2 % <i>ad valorem</i> ...	—	1
Paliteiros diversos.....	1	2
Palitos para dentes.....	1	2
Panacuns.....	1	2
Pandeiros.....	1	2
Panellas de cobre ou ferro esmaltadas.....	1	2
Panellas de ferro ou barro ordinarias.....	1	2
Panno de qualquer qualidade.....	1	2
Pão.....	1	2
Papel de qualquer qualidade.....	1	2
Papelão.....	1	2
Parafusos de latão ou metal semelhante.....	1	2
Parafusos de ferro.....	3	2
Paróes.....	3	2
Pás.....	3	2

	Classe	Tarifa
Passas .....	1	2
Passaros empalhados .....	1	2
Passaros vivos .....	1	2
Pastas de papel ou papelão .....	1	2
Patos .....	1	2
Patoris .....	1	2
Patronas .....	1	2
Pavios .....	1	2
Pavões .....	1	2
Peanhas .....	1	2
Pedras de afiar ou amolar .....	1	2
Pedras de cantaria, calcareas e outras para edificação e calçamento .....	3	2
Pedras de filtrar .....	1	2
Pedras lithographicas e de porcellana para escrever .....	1	2
Peixes frescos, salgados ou secos .....	1	2
Pelless em bruto .....	1	2
Pelless preparadas .....	1	2
Pendules para relógios .....	1	2
Peneiras de arame ou tela metallica .....	1	2
Peneiras de cabello ou seda .....	1	2
Peneiras de palha do paiz .....	1	2
Pennas para escrever .....	1	2
Pennas de ouro, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Pennas de ema ou pavão .....	1	2
Pennas para onchimento e outras .....	1	2
Pentes ordinarios .....	1	2
Pentes de tartaruga, madreperola, marfim, etc... ..	1	2
Perfumaria .....	1	2
Perolas, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Perús .....	1	2
Pesos para balanças de latão .....	1	2
Pesos do ferro .....	1	2
Petrechos bellicos .....	1	2
Petrechos de caça .....	1	2
Petroleo .....	1	2
Pez .....	3	2
Phosphoros .....	1	2
Photographias .....	1	2
Pianos .....	1	2
Piassava .....	3	2
Picaretas .....	3	2
Pimenta do Reino .....	1	2
Pimenta do paiz .....	2	1
Pinceis .....	1	2
Pipis vasias .....	1	2
Pistolas .....	1	2
Pixe .....	3	2
Platina em bruto ou em obras, 1/2 % <i>ad valorem</i> ..	—	1

	Classe	Tarifa
Plumas.....	1	2
Pó de serra.....	3	2
Poltronas.....	1	2
Polvora por conta do Governo e artigos inflam- máveis.....	1	2
Polvorinhos.....	1	2
Pomadas para o cabello.....	1	2
Pombos.....	1	2
Pontes de ferro.....	3	2
Porcellana.....	1	2
Porcos da India.....	1	2
Portas, portões, portadas e janellas de madeira ou ferro.....	1	2
Porteiras de madeira ou ferro.....	3	2
Potassa e perlassa.....	1	2
Potes de barro do paiz.....	1	2
Potes diversos.....	1	3
Pranchões.....	1	2
Prata em bruto ou em obras, 1 2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Prata ingleza em obras.....	1	2
Prateleiras envernizadas.....	1	2
Prateleiras de ferro ou madeira ordinarias.....	1	2
Pires de louça, etc.....	1	2
Pires de estanho, madeira ou folha.....	1	2
Pratos de prata, etc., 1 2 % <i>ad valorem</i> .....	—	1
Pratos de louça ou vidro.....	1	2
Pratos de madeira, folha, estanho, etc.....	1	2
Pregos de cobre ou metal semelhante.....	1	2
Pregos de ferro.....	3	2
Prelos.....	1	2
Preças para algodão e outras.....	3	2
Presuntos.....	1	2
Productos chimicos e preparações pharmaceu- ticas.....	1	2
Puçás.....	1	2
Punhaes.....	1	2
Puxadores para gavetas, portas, etc.....	1	2



Quadros.....	1	2
Queijos.....	1	2
Queijos do paiz.....	1	2
Quiabos.....	2	2
Quilhas (jogo de).....	1	2
Quinquilharia.....	1	2
Quiris.....	1	2

**R**

	Classe	Tarifa
Rabecas e rabecões.....	1	2
Rabichos.....	1	2
Raios, pinas e cubos para rodas.....	1	2
Rapaduras.....	1	2
Rapé.....	1	2
Raposas.....	1	2
Raspas de pontas de veados.....	1	2
Ratoeiras.....	1	2
Realejos.....	1	2
Relés.....	1	2
Redomas de vidro.....	1	2
Reguas.....	1	2
Relógios.....	1	2
Relógios de ouro ou prata, 1/2 % <i>ad valorem</i> ...	—	1
Reinos.....	1	2
Rendas.....	1	2
Rendas do paiz.....	1	2
Repolhos.....	2	2
Reposteiros.....	1	2
Resinas não classificadas.....	1	2
Retortas de vidro ou louça.....	1	2
Retortas de cobre.....	1	2
Retratos.....	1	2
Retretes.....	1	2
Retroz.....	1	2
Ripas.....	4	2
Ripas curtas até quatro metros de comprimento, menos de 1.000 kilogrammas.....	1	2
Rodas para carros ou carroças.....	1	2
Rodas e rodetes para machinas.....	3	2
Rolhas.....	1	2
Roupa.....	1	2

**S**

Sabão ordinario.....	1	2
Sabonetes.....	1	2
Saca-rolhas.....	1	2
Sacos de algodão e outros do paiz.....	1	2
Sagú.....	1	2
Salames.....	1	2
Sal ordinario.....	3	2
Sal refinado.....	1	2
Salitre.....	1	2
Sanguesugas.....	1	2
Sapatos.....	1	2
Sapê.....	3	2

	Classe Tarifa	
Sebo.....	1	2
Sedas.....	1	12 19
Sellins e pertences.....	1	12 19
Sementes.....	3	12 19
Serpentinas de vidro, crystal, bronze, etc.....	1	12 19
Serpentinas para alambiques.....	1	12 19
Sinos.....	1	12 19
Soda.....	1	12 19
Sofás envernizados.....	1	12 19
Sofás de ferro ou madeira ordinarios.....	1	12 19
Sola.....	1	12 19
Sola do paiz.....	1	12 19
Sovellas e instrumentos de sapateiro.....	1	12 19
Suadores para sellins.....	1	12 19
Suspensorios.....	1	12 19

## T

Tabaco.....	1	19
Taboado.....	1	12 19
Tabocas.....	3	12 19
Taboleiros envernizados ou envidraçados.....	1	12 19
Taboleiros de engenhos.....	3	12 19
Taboleiros ordinarios.....	1	12 19
Taboletas.....	1	12 19
Tabulas de gamão.....	1	12 19
Tachos de cobre ou metal semelhante.....	1	12 19
Tachos de ferro.....	1	12 19
Tacos para bilhar ou bagatella.....	1	12 19
Talabartes.....	1	12 19
Talhas de barro para agua.....	1	12 19
Tambores de musica.....	1	12 19
Tamancos.....	1	12 19
Tambores para engenhos.....	3	12 19
Tamboretos envernizados.....	1	12 19
Tamboretos de ferro ou madeira ordinarios.....	1	12 19
Tanques de cobre para alambiques.....	1	12 19
Tanques de ferro, zinco ou madeira, etc., para engenhos.....	3	12 19
Tapioca.....	1	12 19
Tapetes.....	1	12 19
Tartaruga.....	1	12 19
Tartaruga em obras não classificadas.....	1	12 19
Tatús.....	1	12 19
Tachas de cobre ou metal semelhante.....	1	12 19
Tachas de ferro, zinco, etc.....	3	12 19
Tecidos diversos.....	1	12 19
Tela metallica.....	1	12 19
Telhas de barro.....	3	12 19

	Classe	Tarifa
Telhas de vidro.....	2	2
Tentes para jogos.....	1	2
Tesouras.....	1	2
Tigelas de louça, etc.....	1	2
Tigelas de folha, estanho ou barro.....	1	2
Tijolos de barro, louça ou ardósia.....	3	2
Tijolos de marmore.....	1	2
Tijolos de limpar facas.....	1	2
Tinas.....	1	2
Tinta de qualquer qualidade.....	1	2
Tinteiros de vidro, louça, etc.....	1	2
Tinteiros de osso, chifre ou metal ordinario....	1	2
Tipetas.....	1	2
Titara.....	3	2
Toalhas.....	1	2
Tomates em conserva.....	2	2
Tomates frescos.....	2	2
Torcidas.....	1	2
Torneiras de cobre ou metal semelhante.....	1	2
Torneiras de ferro ou madeira.....	1	2
Toucaadores.....	1	2
Toucados para senhoras.....	1	2
Toucinho.....	1	2
Transparentes para janellas.....	1	2
Tapos.....	3	2
Traves e travetas.....	4	2
Travesseiros.....	1	2
Trens de cozinha, de cobre ou ferro esmaltados	1	2
Trens de cozinha, de ferro ou barro, ordinarios.	1	2
Tenders.....	3	2
Trens de cozinha, usados e em mão estado.....	3	2
Trilhos para construção de estrada de ferro.....	3	2
Trilhos para particulares.....	4	2
Trincos.....	1	2
Tripas de vacca, porco ou outros animaes, frescas, seccas ou salgadas.....	1	2
Tucauos.....	1	2
Tumulos.....	1	2
Typos.....	1	2
■		
Unguentos.....	1	2
Unhas de animaes.....	3	2
Urucú.....	2	2
Urnas.....	1	2
Urupemas.....	1	2
Utensilios de casa, de pouco valor e em mão estado	3	2
Uvas seccas.....	2	2
Uvas frescas.....	2	2



**V**

	Classe Tarifa	
Varas.....	4	2
Varandas de ferro.....	1	2
Vassouras de cabelo ou crina.....	1	2
Vassouras de palha, piassava e outras do paiz...	1	2
Velas.....	1	2
Velludo.....	1	2
Venezianas.....	1	2
Verniz.....	1	2
Vidros.....	1	2
Vigas.....	4	2
Vime.....	3	2
Vinagre.....	1	2
Vinho.....	1	3

**X**

Xaropes.....	1	2
Xergas para animaes.....	1	2

**Z**

Zabumbas.....	1	2
Zinco em bruto ou em obras.....	3	2

**PREÇOS DAS PASSAGENS**  
**PRIMEIRA CLASSE**

	ENCRUILHADA		ARRAYAL		MACACOS		CAMARAGIBE		S. LOURENÇO		TIJURA		SANTA RITA		PÃO D'ALHO		CARPINA		LAGOA DO CARRO		CAMPO GRANDE		LIMOEIRO		TRACUNHÆM		NAZARETH		LAGOA SECCA		BARAÚNA		ALLIANÇA		PUREZA		TIMBAÚBA		
	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	Ida	Ida e Volta	
Recife.....	\$300		\$500	\$800	\$900	\$1400	\$1200	\$1800	\$1600	\$2400	\$1900	\$2900	\$2300	\$3500	\$3000	\$4500	\$3600	\$5400	\$45100	\$6200	\$4500	\$6800	\$5000	\$7200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	
Encruzilhada.....			\$300	\$500	\$900	\$1400	\$1200	\$1800	\$1600	\$2400	\$1900	\$2900	\$2300	\$3500	\$3000	\$4500	\$3600	\$5400	\$45100	\$6200	\$4500	\$6800	\$5000	\$7200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	\$48100	\$68200	
Arrayal.....					\$500	\$800	\$900	\$1200	\$1800	\$1600	\$2300	\$2900	\$2300	\$3000	\$2700	\$3900	\$3300	\$5000	\$3700	\$5600	\$4500	\$6800	\$4800	\$7100	\$3700	\$5600	\$4500	\$6800	\$4500	\$6800	\$4500	\$6800	\$4500	\$6800	\$4500	\$6800	\$4500	\$6800	
Macacos.....							\$300	\$700	\$800	\$1200	\$1100	\$1700	\$1500	\$2300	\$2000	\$2900	\$2400	\$3600	\$2800	\$4800	\$3600	\$5400	\$4200	\$6300	\$3300	\$5000	\$3600	\$5400	\$4200	\$6300	\$3600	\$5400	\$4200	\$6300	\$3600	\$5400	\$4200	\$6300	
Camaragibe.....								\$500	\$900	\$900	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200	\$1200
S. Lourenço.....											\$500	\$300																											
Tijura.....																																							
Santa Rita.....																																							
Pão d'Alho.....																																							
Carpina.....																																							
Lagoa do Carro.....																																							
Campo Grande.....																																							
Limoeiro.....																																							
Tracunhæm.....																																							
Nazareth.....																																							
Lagoa Secca.....																																							
Baraúna.....																																							
Alliança.....																																							
Pureza.....																																							
Timbaúba.....																																							

Nos preços das passagens não se acha incluído o imposto do Governo.  
Os bilhetes desta classe para viagem de ida são válidos unicamente no dia para que forem distribuídos.  
Os de ida e volta, porém, dão direito à volta em qualquer trem ordinário de passageiros, nos três dias seguintes.

# Tarifa n. 1 — Frete por 10 kilogrammas

	Encruzilhada	Arayal	Macaos	Camaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	L. do Carro	Campo Grande	Limoeiro	Tracunhãem	Nazareth	Lagôa Secca	Baraúna	Alliança	Pureza	Timbaúba
Recife.....	\$417	\$417	\$417	\$417	\$453	\$480	\$234	\$297	\$363	\$414	\$450	\$513	\$444	\$450	\$527	\$564	\$607	\$660	\$731
Encruzilhada.....	.....	\$417	\$417	\$417	\$463	\$480	\$234	\$297	\$363	\$414	\$450	\$513	\$444	\$450	\$527	\$564	\$607	\$660	\$731
Arayal.....	.....	.....	\$063	\$417	\$453	\$480	\$234	\$297	\$363	\$414	\$450	\$513	\$444	\$450	\$527	\$564	\$607	\$660	\$731
Macaos.....	.....	.....	.....	\$063	\$081	\$108	\$171	\$234	\$306	\$351	\$387	\$450	\$351	\$387	\$464	\$501	\$544	\$606	\$668
Camaragibe.....	.....	.....	.....	.....	\$054	\$081	\$135	\$198	\$270	\$351	\$414	\$444	\$315	\$351	\$428	\$465	\$508	\$570	\$632
S. Lourenço.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$045	\$099	\$162	\$234	\$315	\$378	\$429	\$315	\$351	\$429	\$472	\$534	\$596	\$658
Tiúma.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$072	\$135	\$207	\$282	\$351	\$429	\$351	\$387	\$464	\$501	\$544	\$606	\$668
Santa Rita.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$081	\$153	\$228	\$304	\$397	\$498	\$524	\$611	\$648	\$691	\$753	\$815
Pão d'Alho.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$090	\$165	\$241	\$324	\$415	\$471	\$548	\$585	\$628	\$690	\$755
Carpina.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$063	\$140	\$217	\$306	\$399	\$476	\$513	\$556	\$618	\$680
Lagôa do Carro.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$054	\$131	\$210	\$299	\$376	\$413	\$456	\$518	\$580
Campo Grande.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$081	\$162	\$249	\$326	\$363	\$406	\$468	\$530
Limoeiro.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$225	\$304	\$381	\$418	\$461	\$523	\$585
Tracunhãem.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$054	\$131	\$168	\$211	\$273	\$335
Nazareth.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$095	\$172	\$215	\$277	\$339
Lagôa Secca.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$055	\$132	\$169	\$231
Baraúna.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$080	\$142	\$204
Alliança.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$080	\$142
Pureza.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$080

## Tarifa n. 2 — 1ª classe — Frete por 10 kilogrammas

	Eneruzilhada	Arrayal	Macacos	Camaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	L. do Carro	C. Grande	Linceiro	Tracunhãem	Nazareth	Lagôa Secca	Baraúna	Alliança	Pureza	Timbaúba
Recife.....	.....	.....	\$019	\$026	\$035	\$042	\$051	\$063	\$080	\$088	\$096	\$108	\$091	\$036	\$108	\$116	\$124	\$136	\$152
Eneruzilhada.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
Arrayal.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
Macacos.....	.....	.....	.....	\$007	\$016	\$023	\$032	\$048	\$063	\$068	\$076	\$088	\$073	\$078	\$092	\$100	\$108	\$120	\$136
Camaragibe.....	.....	.....	.....	.....	\$010	\$016	\$020	\$036	\$052	\$056	\$064	\$076	\$061	\$063	\$076	\$084	\$092	\$104	\$120
S. Lourenço.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$007	\$018	\$032	\$048	\$052	\$060	\$072	\$057	\$059	\$073	\$081	\$089	\$101	\$117
Tiúma.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$008	\$024	\$040	\$044	\$052	\$064	\$049	\$051	\$065	\$073	\$081	\$093	\$109
Santa Rita.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$014	\$030	\$034	\$044	\$056	\$041	\$043	\$057	\$065	\$073	\$085	\$101
Pão d'Alho.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$016	\$020	\$028	\$040	\$025	\$027	\$044	\$049	\$057	\$069	\$085
Carpina.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$008	\$016	\$028	\$012	\$015	\$029	\$037	\$045	\$057	\$073
Lagôa do Carro.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$010	\$021	\$020	\$023	\$037	\$045	\$053	\$065	\$081
Campo Grande.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$012	\$029	\$031	\$045	\$053	\$061	\$073	\$089
Limoeiro.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$014	\$043	\$057	\$065	\$073	\$085	\$101
Tracunhãem.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$008	\$022	\$030	\$038	\$050	\$066
Nazareth.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$016	\$026	\$034	\$043	\$059
Lagôa Secca.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$008	\$016	\$028	\$044
Baraúna.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$008	\$020	\$036
Alliança.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$012	\$028
Pureza.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	\$014

N. B. — Os preços desta tabella foram elevados na razão de 5 % por cada dinheiro abaixo de 20, variavel no principio de cada mez, para assucar, algodão, alcool, espirito, vinho e licores, couros secos e salgados, e de 3 % nas mesmas condições para todas as demais mercadorias sujeitas a essa classe, com excepção de bacalhão, carne secca, mercearias e madeiras (menos de 1.000 kilos) que sómente pagam os preços actuaes desta tabella.

**Tarifa n. 2-2ª classe-Frete por 10 kilogrammas**

	Encruzilhada	Arrayal	Macacos	Camaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	L. do Carro	Campo Grande	Limoeiro	Tracunhãem	Nazareth	Lagôa Secca	Baraúma	Alliança	Pureza	Timbalba
Recife.....	—	—	\$019	\$021	\$029	\$035	\$043	\$055	\$063	\$076	\$081	\$094	\$077	\$082	\$096	\$104	\$111	\$122	\$133
Encruzilhada.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Arrayal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Macacos.....	—	—	—	\$005	\$013	\$019	\$027	\$033	\$052	\$060	\$068	\$078	\$061	\$066	\$080	\$088	\$095	\$106	\$117
Camaragibe.....	—	—	—	—	\$008	\$014	\$022	\$034	\$047	\$055	\$063	\$073	\$056	\$061	\$075	\$083	\$090	\$101	\$112
S. Lourenço.....	—	—	—	—	—	\$006	\$014	\$026	\$030	\$047	\$055	\$065	\$048	\$053	\$067	\$075	\$082	\$093	\$104
Tiúma.....	—	—	—	—	—	—	\$008	\$020	\$023	\$041	\$049	\$059	\$042	\$047	\$061	\$069	\$076	\$087	\$098
Santa Rita.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pão d'Alho.....	—	—	—	—	—	—	—	\$012	\$025	\$033	\$041	\$051	\$034	\$039	\$053	\$061	\$068	\$079	\$090
Carpina.....	—	—	—	—	—	—	—	—	\$013	\$021	\$029	\$039	\$022	\$027	\$041	\$049	\$056	\$067	\$078
Lagôa do Carro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$008	\$016	\$026	\$009	\$014	\$028	\$036	\$043	\$054	\$065
Campo Grande.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$008	\$023	\$036	\$044	\$051	\$062	\$073
Limoeiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$010	\$025	\$030	\$044	\$052	\$059	\$070	\$081
Tracunhãem.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$035	\$040	\$054	\$062	\$069	\$080	\$091
Nazareth.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$005	\$019	\$027	\$034	\$045	\$056
Lagôa Secca.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$014	\$022	\$029	\$040	\$051
Baraúma.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$008	\$015	\$026	\$037
Alliança.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$007	\$018	\$029
Pureza.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$011	\$022
Timbalba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$011

N. B. — Os preços desta tabella foram elevados na razão de 30 % por cada dinheiro abaixo de 20, variavel no principio de cada mez, excepto farinha, milho e feijão.

**Tarifa n. 2 — 3ª classe — Frete por 10 kilogrammas**

	Encruzilhada	Arraial	Macacos	Camaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	L. do Carro	C. Grande	Limoeiro	Tracunhãem	Nazareth	Lagoa Secca	Baraúna	Alliança	Pureza	Timbóda
itecife.....	—	—	8020	8025	8035	8040	8055	8070	8085	8095	8100	8115	8015	8105	8120	8130	8140	8150	8165
Encruzilhada.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Arraial.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Macacos.....	—	—	—	8010	8020	8025	8035	8055	8070	8080	8085	8100	8080	8090	8105	8115	8125	8135	8150
Camaragibe.....	—	—	—	—	8045	8020	8035	8050	8065	8075	8080	8095	8075	8085	8100	8110	8120	8130	8145
S. Lourenço.....	—	—	—	—	—	8010	8025	8040	8055	8065	8070	8085	8065	8075	8090	8100	8110	8120	8135
Tiúma.....	—	—	—	—	—	—	8020	8035	8050	8060	8065	8080	8060	8070	8085	8095	8105	8115	8130
Santa Rita.....	—	—	—	—	—	—	—	8020	8035	8045	8050	8065	8045	8055	8070	8080	8090	8100	8115
Pão d'Alho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	8020	8030	8035	8050	8030	8040	8055	8065	8075	8085	8100
Carpina.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8015	8020	8035	8015	8025	8040	8050	8060	8070	8085
Lagoa do Carro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8010	8025	8030	8040	8055	8065	8075	8085	8100
Campo Grande.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8020	8035	8045	8060	8070	8080	8090	8105
Limoeiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8050	8060	8075	8085	8095	8105	8120
Tracunhãem.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8015	8030	8040	8050	8060	8075
Nazareth.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8020	8030	8040	8050	8065
Lagoa Secca.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8015	8025	8035	8050
Baraúna.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8015	8025	8040
Alliança.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8015	8030
Pureza.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8020

N. B. — Os preços desta tabella foram elevados na razão de 3% por cada dinheiro abaixo de 20, variavel no principio de cada mez, excepto para lenha, canna e carvão.

**Tarifa n. 2-4ª classe - Frete por tonelada metrica - 1.000  
kilogrammas**

	Encruzilhada	Arrayal	Macacos	Canaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	L. do Carro	Campo Grande	Limoeiro	Tracunhãem	Nazareth	Lagôa Secca	Baraúna	Alliança	Pureza	Timbuba
Recife.....	—	—	1\$000	1\$400	1\$900	2\$200	2\$800	3\$300	4\$100	4\$900	5\$400	6\$100	5\$000	5\$100	6\$300	6\$700	7\$200	8\$000	8\$700
Encruzilhada..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Arrayal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Macacos.....	—	—	—	\$500	1\$000	1\$300	1\$900	2\$700	3\$500	4\$000	4\$500	5\$200	4\$100	4\$500	5\$400	5\$800	6\$300	7\$100	7\$-00
Canaragibe....	—	—	—	—	\$700	1\$000	1\$500	2\$400	3\$200	3\$700	4\$200	4\$900	3\$800	4\$200	5\$100	5\$500	6\$000	6\$800	7\$500
S. Lourenço...	—	—	—	—	\$500	1\$100	1\$900	2\$700	3\$500	4\$000	4\$500	5\$200	4\$100	4\$500	5\$400	5\$800	6\$300	7\$000	7\$000
Tiúma.....	—	—	—	—	—	\$800	1\$600	2\$400	3\$300	3\$800	4\$300	5\$000	3\$900	4\$300	5\$200	5\$600	6\$100	6\$800	7\$700
Santa Rita....	—	—	—	—	—	—	1\$000	1\$800	2\$600	3\$100	3\$600	4\$300	3\$200	3\$600	4\$500	4\$900	5\$400	6\$100	6\$100
Pão d'Alho...	—	—	—	—	—	—	—	1\$000	1\$800	2\$300	2\$800	3\$500	2\$400	2\$800	3\$700	4\$100	4\$600	5\$300	5\$300
Carpina.....	—	—	—	—	—	—	—	—	\$700	1\$200	1\$700	2\$400	1\$600	1\$900	2\$800	3\$200	3\$700	4\$500	5\$200
L. do Carro...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$700	1\$200	1\$700	1\$600	1\$900	2\$800	3\$200	3\$700	4\$500	5\$200
Campo Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$900	2\$000	2\$700	3\$400	3\$900	4\$600	5\$300	6\$000	6\$700
Limoeiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2\$000	2\$700	3\$400	3\$900	4\$600	5\$300	6\$000	6\$700
Tracunhãem...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2\$000	2\$700	3\$400	3\$900	4\$600	5\$300	6\$000
Nazareth.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$600	1\$300	1\$900	2\$400	3\$000	3\$600
Lagôa Secca...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1\$300	1\$900	2\$400	3\$000	3\$600
Baraúna.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$600	1\$300	1\$900	2\$600
Alliança.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1\$300	1\$900	2\$600
Pureza.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$800	1\$500
Timbuba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$900

**N. B.**— Os preços desta tabella foram elevados na razão de 3 % por cada dinheiro abaixo de 20, variavel no principio de cada mez, com excepção de madeira.

**Tarifa n. 2—3ª classe—Frete por tonelada metrica 1.000 kilogrammas**

	Eneruzilhada	Arrayal	Macacos	Camaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	Lagôa do Carro	Campo Grande	Limoeiro	Tracunhãem	Nazareth	Lagôa Secca	Baraúna	Alliança	Pureza	Timbaúba
Recife.....	..	..	\$600	\$800	\$1100	\$1300	\$1600	\$2100	\$2600	\$2900	\$3100	\$3600	\$3900	\$4200	\$4700	\$5000	\$5300	\$5700	\$6000
Eneruzilhada....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Arrayal.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Macacos.....	..	..	..	\$600	\$600	\$800	\$1100	\$1600	\$2100	\$2400	\$2600	\$3100	\$3400	\$3700	\$4200	\$4500	\$4800	\$5200	\$5500
Camaragibe.....	..	..	..	..	\$500	\$700	\$1000	\$1500	\$2000	\$2300	\$2500	\$3000	\$3300	\$3600	\$4100	\$4400	\$4700	\$5100	\$5400
S. Lourenço.....	..	..	..	..	..	\$100	\$700	\$1200	\$1700	\$2000	\$2200	\$2700	\$3000	\$3300	\$3800	\$4100	\$4400	\$4800	\$5100
Tiúma.....	..	..	..	..	..	..	\$500	\$1000	\$1500	\$1800	\$2000	\$2500	\$2800	\$3100	\$3600	\$3900	\$4200	\$4600	\$4900
Santa Rita.....	..	..	..	..	..	..	..	\$700	\$1200	\$1500	\$1700	\$2200	\$2500	\$2800	\$3300	\$3600	\$3900	\$4300	\$4600
Pão d'Alho.....	..	..	..	..	..	..	..	..	\$700	\$1000	\$1200	\$1700	\$2000	\$2300	\$2800	\$3100	\$3400	\$3800	\$4100
Carpina.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$500	\$700	\$1200	\$1500	\$1800	\$2300	\$2600	\$2900	\$3300	\$3600
Lagôa do Carro..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$400	\$600	\$1000	\$1300	\$1800	\$2100	\$2400	\$2800	\$3100
Campo Grande..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$700	\$1200	\$1500	\$2000	\$2300	\$2600	\$3000	\$3300
Limoeiro.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$1700	\$2000	\$2500	\$2800	\$3100	\$3500	\$3800
Tracunhãem.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$500	\$1000	\$1300	\$1600	\$2000	\$2300
Nazareth.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$700	\$1000	\$1300	\$1700	\$2000
Lagôa Secca....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$500	\$800	\$1200	\$1500
Baraúna.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$500	\$800	\$1200
Alliança.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$800	\$1200
Pureza.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	\$500

N. B. — Os preços desta tabella foram elevados na razão de 3 1/2%, por cada dinheiro abaixo de 20, variavel no principio de cada mez, excepto para lenha, canna e carvão.



# **Tarifa n. 3 – Burros, cavallos e semelhantes – Frete por cabeça**

	Encruzilhada	Arrayal	Macacos	Camaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	Lagoa do Carro	Campo Grande	Limoeiro	Tracunhãem	Nazareth	Lagoa Secca	Baraúna	Alliança	Pureza	Timbaúba
Recife.....	..	..	\$798	1\$083	1\$482	1\$707	2\$100	2\$793	3\$420	3\$819	4\$218	4\$734	5\$876	4\$161	4\$845	5\$244	5\$586	6\$156	6\$726
Encruzilhada.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Arrayal.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Macacos.....	..	..	..	2\$285	2\$684	3\$069	4\$368	4\$995	2\$622	3\$021	3\$420	3\$033	3\$078	3\$263	4\$047	4\$446	4\$788	5\$258	5\$928
Camaragibe.....	..	..	..	..	3\$399	3\$684	4\$083	4\$710	2\$337	2\$736	3\$135	3\$648	3\$793	3\$078	3\$762	4\$161	4\$503	5\$073	5\$643
S. Lourenço.....	..	..	..	..	..	2\$285	2\$684	3\$314	4\$338	2\$337	2\$736	3\$249	2\$394	2\$679	3\$363	3\$762	4\$104	4\$674	5\$244
Tiúma.....	..	..	..	..	..	..	3\$399	4\$026	4\$653	2\$052	2\$451	2\$964	2\$109	2\$394	3\$078	3\$477	3\$819	4\$389	4\$959
Santa Rita.....	..	..	..	..	..	..	..	3\$627	4\$254	4\$653	2\$052	2\$465	4\$710	4\$995	2\$679	3\$078	3\$420	3\$990	4\$560
Pão d'Alho.....	..	..	..	..	..	..	..	..	3\$627	4\$026	4\$425	4\$938	4\$083	4\$368	2\$052	2\$451	2\$964	3\$363	3\$933
Carpina.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3\$399	3\$798	4\$311	3\$456	3\$741	4\$425	4\$824	2\$106	2\$736	3\$306
Lagoa do Carro.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3\$399	3\$912	3\$555	4\$140	4\$824	2\$223	2\$565	3\$135	3\$705
Campo Grande.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	5\$13	4\$254	4\$539	2\$223	2\$622	2\$964	3\$534	4\$104
Limoeiro.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	4\$767	2\$052	2\$736	3\$435	3\$477	4\$047	4\$617
Tracunhãem.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2\$285	3\$069	4\$368	4\$710	2\$280	2\$850
Nazareth.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2\$684	4\$083	4\$425	4\$995	2\$565
Lagoa Secca.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3\$399	3\$741	4\$314	4\$881
Baraúna.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3\$342	3\$912	4\$482
Alliança.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3\$570	4\$140
Pureza.....	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3\$570

**Tarifa n. 3 - Bois, vaccas, vitellos e semelhantes - Frete por cabeça**

	Encruzilhada	Arrayal	Macacos	Camaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	L. do Carro	C. Grande	Limoeiro	Tracunhaem	Nazareth	Lagôa Secca	Baraúna	Alliança	Pureza	Timbalá
Recife.....	—	—	8473	8642	8879	18048	18281	18656	28028	18792	28501	28805	28298	28467	28873	28110	38312	38359	38988
Encruzilhada..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Arrayal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Macacos.....	—	—	—	8169	8406	8575	8641	18183	18555	—	28028	28332	18825	18904	28400	28637	28839	38177	38515
Camaragibe...	—	—	—	—	8237	8406	8642	18014	18386	18265	18850	28163	18656	18825	28234	28468	28670	38068	38346
S. Lourenço...	—	—	—	—	—	8169	8405	8777	18449	18386	18622	18926	18419	18588	18934	28234	28433	28774	38409
Tiúma.....	—	—	—	—	—	—	8236	8608	8880	18217	18453	18757	18250	18419	18825	28662	28864	28692	28240
Santa Rita....	—	—	—	—	—	—	—	8372	8744	8981	18217	18521	18014	18183	18589	18826	28628	28366	28704
Pão d'Alho...	—	—	—	—	—	—	—	—	8372	8609	8845	18149	8642	8811	18217	18454	18666	18900	28332
Carpina.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8237	8473	8777	8270	8439	8845	18082	18984	18622	18960
Lagôa do Carro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8236	8549	8567	8676	18082	18319	18521	18859	18197
Campo Grande.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8304	8743	8912	18518	18555	18757	28095	28433
Limoeiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18047	18216	18322	18859	28061	28399	38737
Tracunhaem...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nazareth.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8169	8575	8842	18014	18352	18690
Lagôa Secca...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8406	8643	8845	18183	18521
Baraúna.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8237	8439	8777	18115
Alliança.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8202	8540	8878
Pureza.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8338	8676
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8338

**Tarifa n. 3—Cabras, cabritos, cães, carneiros, porcos viáveis e semelhantes—frete por cabeça**

	Encruzilhada	Arrayal	Macacos	Camaragibe	S. Lourenço	Tiúma	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	L. do Carro	Campo Grande	Limoeiro	Tracunhãem	Nazareth	Lagôa Secca	Baraúna	Alliança	Pureza	Timbalua
Recife.....	....	....	\$147	\$199	\$273	\$326	\$399	\$515	\$630	\$704	\$777	\$872	\$714	\$767	\$893	\$966	\$1029	\$1434	\$1239
Encruzilhada	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....
Arrayal.....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....
Macacos.....	....	....	....	\$052	\$126	\$179	\$252	\$368	\$483	\$557	\$630	\$735	\$567	\$620	\$746	\$849	\$882	\$987	\$892
Camaragibe .	....	....	....	....	\$074	\$127	\$200	\$316	\$431	\$505	\$577	\$683	\$515	\$568	\$694	\$767	\$830	\$935	\$840
S. Lourenço.	....	....	....	....	....	\$053	\$126	\$242	\$357	\$431	\$504	\$599	\$444	\$494	\$620	\$703	\$756	\$861	\$766
Tiúma.....	....	....	....	....	....	....	....	\$072	\$180	\$304	\$378	\$451	\$388	\$444	\$567	\$640	\$703	\$808	\$713
Santa Rita...	....	....	....	....	....	....	....	\$116	\$231	\$305	\$377	\$453	\$315	\$368	\$494	\$567	\$630	\$735	\$640
Pão d'Alho...	....	....	....	....	....	....	....	....	\$115	\$489	\$562	\$635	\$499	\$552	\$678	\$751	\$814	\$919	\$824
Carpina.....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$074	\$147	\$242	\$184	\$137	\$263	\$336	\$399	\$504	\$406
L. do Carro..	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$073	\$167	\$158	\$211	\$337	\$410	\$473	\$578	\$483
Campo Grande	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$095	\$231	\$284	\$410	\$483	\$546	\$651	\$556
Limoeiro.....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$326	\$370	\$505	\$578	\$641	\$746	\$651
Tracunhãem.	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$053	\$179	\$252	\$315	\$420	\$325
Nazareth.....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$126	\$199	\$262	\$367	\$272
Lagôa Secca.	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$073	\$136	\$241	\$136
Baraúna.....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$063	\$168	\$273
Alliança.....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$105	\$210
Pureza.....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....	\$105

**Tabella kilometrica das distancias entre as estações**

LINHA PRINCIPAL													RAMAL DE CARPINA ATÉ TIMBAÚBA							
	Eneuzillada	Arrayal	Macacos	Camaragibe	S. Lourenço	Timba	Santa Rita	Pão d'Alho	Carpina	Lagda do Carro	Campo Grande	Limoeiro	Tracunhaém	Nazareth	Juazeiro	Lagda Secca	Baraúna	Aliança	Pureza	Timbaúba
.....	3.150	6.550	13.750	18.370	25.175	30.420	38.000	48.822	59.875	66.685	73.580	82.976	67.234	72.944	79.744	84.144	91.244	97.244	107.600	118.000
.....	.....	3.400	10.600	15.220	22.025	26.970	34.850	45.672	56.725	63.535	70.530	79.825	64.093	69.794	76.594	80.994	88.394	94.094	104.450	114.850
.....	.....	.....	3.200	11.820	18.625	23.570	41.450	42.272	53.325	60.135	67.030	76.426	60.693	66.394	73.194	77.594	84.694	89.694	101.050	111.450
.....	.....	.....	.....	4.626	11.425	15.370	24.250	35.072	46.125	52.935	59.8.0	69.226	53.493	59.194	65.994	70.394	77.494	83.494	93.850	104.250
.....	.....	.....	.....	.....	6.799	11.744	19.624	30.446	41.499	48.309	55.204	64.600	48.867	54.568	61.368	65.768	72.868	78.868	89.224	99.624
.....	.....	.....	.....	.....	.....	4.945	12.825	23.647	34.700	41.510	48.405	57.801	42.068	47.769	54.569	58.969	66.0.0	72.069	82.425	92.825
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	7.880	18.702	29.755	36.565	43.460	52.856	37.123	42.824	49.624	54.024	61.124	67.124	77.480	87.880
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	10.822	21.875	28.685	35.580	44.976	29.243	34.944	41.744	46.144	53.244	59.244	69.600	80.000
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	11.053	17.863	24.758	34.154	18.421	24.122	30.922	35.322	42.422	48.122	58.778	69.178
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	6.810	13.705	23.101	7.368	13.069	19.869	24.269	31.369	37.369	47.725	58.125
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	6.895	16.291	14.178	19.879	26.679	31.079	38.179	44.179	54.535	64.935
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	9.396	24.073	29.774	33.574	37.974	45.074	51.074	61.430	71.830
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	30.469	36.170	42.970	47.370	54.470	60.470	70.825	81.225
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	5.701	12.501	18.501	24.001	30.001	40.355	50.755
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	6.800	11.200	18.300	24.300	34.655	45.055
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	4.400	11.500	17.500	27.855	38.255
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	7.100	13.100	23.455	33.855
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	6.000	16.355	26.755
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	10.355	20.755
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	10.400

## DECRETO N. 3250 — DE 7 DE ABRIL DE 1899

Concede autorização á « *Brasilianische Elektricitäts Gesellschaft* » para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brázil, attendendo ao que requereu a « *Brasilianische Elektricitäts Gesellschaft* », devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorização á « *Brasilianische Elektricitäts Gesellschaft* » para funcionar na Republica, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas e ficando a mesma sociedade obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 7 de abril de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3250 desta data**

1<sup>a</sup>

A « *Brasilianische Elektricitäts Gesellschaft* » é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

2<sup>a</sup>

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida sociedade reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

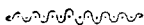
3<sup>a</sup>

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcionar no Brazil si infringir esta clausula.

## 4º

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco contos de réis (5:000\$000).

Capital Federal, 7 de abril de 1899. — *Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3251 — DE 8 DE ABRIL DE 1899

Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo art. 3º, n. I, da lei n. 569, de 31 de dezembro de 1898, resolve approvar para o Gymnasio Nacional o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 8 de abril de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Regulamento para o Gymnasio Nacional a que se refere o decreto n. 3251 desta data

## Do Gymnasio Nacional

## TITULO I

## DA ORGANISAÇÃO SCIENTIFICA DO GYMNASIO NACIONAL

## CAPITULO I

## INSTITUIÇÃO DO GYMNASIO

Art. 1.º O Gymnasio Nacional tem por fim proporcionar á mocidade brasileira a instrução secundaria e fundamental necessaria e sufficiente não só para o bom desempenho dos deveres de cidadão, mas tambem para a matricula nos cursos de ensino superior e a obtenção do grão de bacharel em sciencias e lettras.

Art. 2.º O Gymnasio Nacional continuará dividido em dous estabelecimentos sob a denominação de *Internato* e *Externato*, independentes um do outro pelo que respeita á administração. Os dous institutos, todavia, reger-se-hão pela mesma lei, e os seus lentes formarão uma só Congregação, que será presidida em annos alternados por cada um dos directores, na fórma do art. 88.

## CAPITULO II

### DO CURSO

Art. 3.º O curso do Gymnasio comprehenderá as disciplinas:

Desenho,  
Portuguez,  
Litteratura,  
Francez,  
Inglez,  
Allemao,  
Latim,  
Grego,  
Mathematica elementar,  
Elementos de mecanica e astronomia,  
Elementos de physica e chimica,  
Elementos de historia natural,  
Geographia e chorographia do Brazil,  
Historia universal,  
Historia do Brazil,  
Logica.

Parapho unico. No Internato haverá mais o ensino, ou antes a pratica da gymnastica, no ponto de vista hygienico.

Art. 4.º As referidas disciplinas com o numero de horas de aulas, por semana, serão distribuidas por seis annos de estudos, da maneira seguinte:

1º anno	2º anno	3º anno	4º anno	5º anno	6º anno
				Mec. e Astr. 3	
		Geom..... 3	Trig.....)	.....	
		Alg..... 3	Geom.....)	.....	
			Alg.....)	.....	
Arith..... 4	Alg.....( 3		.....		Math..... 2
Geogr..... 3	Arith.....( 3	Geom..... 1	.....		Geogr..... 1
Port..... 3	Geogr..... 3	Port..... 2	Port..... 2		.....
Fr..... 4	Port..... 3	Fr..... 2	Fr..... 1		Fr..... 1
Des..... 3	Fr..... 3	Des..... 2	Des..... 2	Des..... 1	Des..... 1
—	Des..... 3	Ing..... 3	Ing..... 2	Ing..... 1	Ing..... 1
17	Ing..... 3	All..... 3	All..... 3	All..... 3	All..... 1
	—	Lat..... 3	Lat..... 3	Lat..... 3	Lat..... 1
	18	—	Greg..... 3	Greg..... 3	Greg..... 2
		21	Hist..... 3	Hist..... 3	Hist. do Br. 3
			—	Phys. e Ch... 5	Phys. e Ch. 1
			22	Litt..... 2	Litt..... 2
				—	Hist. Nat... 5
				24	Logica..... 3
					—
					24



Art. 5.º Haverá em cada estabelecimento um lente de portuguez, um de francez, um de inglez, um de allemão, um de latim, dous de mathematica elemental, um de elementos de mechanica e astronomia, que fará no 6º anno revisão do curso de mathematica, um de elementos de physica e chimica, um de elementos de historia natural, um de geographia e chorographia do Brazil, um de historia, um de grego e um professor de desenho, sendo communs ao internato e ao externato um lente de litteratura e um de logica. No Internato haverá mais um instructor de gymnastica.

### CAPITULO III

#### DOS PROGRAMMAS DE ENSINO

Art. 6.º O ensino será regulado por programmas organisados triennialmente pela Congregação, na fôrma do art. 90 n. V, e de accordo com o preceituado no art. 9º.

Art. 7.º Estes programmas só terão execução depois de approvados pelo Ministro, a quem o director os enviará.

Art. 8.º No fim de cada triennio os novos programmas serão submettidos á consideração do Ministro do Interior com as modificações que a Congregação tiver feito e com o parecer justificativo dessas modificações.

Art. 9.º Nesces programmas attender-se-ha ao seguinte:

I. O estudo da grammatica portugueza nos primeiros annos deverá revestir a maior simplicidade e limitar-se ao que é estritamente indispensavel para que o estudante tenha uma norma objectiva de criterio quando quizer exprimir-se: grammatica descriptiva ou pratica. O trabalho do alumno desenvolver-se-ha em exercicios graduados de redacção do pensamento, na leitura dos prosadores e poetas com os quaes o lente procurará familiarisal-o, obrigando-o á explicação dos termos, expressões idiomaticas, figuradas, etc., pelos exercicios de synonymia, paraphrase, emprego de vocabulos, reduccão de prosa litteraria a linguagem commum, de verso á prosa litteraria ou vulgar, assim como de composições variadas e sempre mais difficeis, que versarão sobre conhecimentos adquiridos, assumptos de ordem litteraria, explicados anteriormente, e biographias de vultos da historia patria. A grammatica historica constituirá assumpto do 4º anno.

Os programmas no estudo de portuguez e sua litteratura attenderão a que as lições e exercicios sejam dispostos de modo que no fim do curso o alumno não só possa fallar e exprimir-se por escripto correctamente na lingua materna, mas tambem que conheça os prosadores e poetas mais notaveis, brasileiros e portuguezes, factores da pureza vernacula.

O estudo da litteratura será precedido de noções de historia litteraria, particularmente das litteraturas que mais directa-

mento influir na formação e desenvolvimento da litteratura da lingua portugueza.

II. Ao estudo das outras linguas vivas será dada feição eminentemente pratica. Os exercicios de conversação, de composição e as dissertações sobre themas litterarios, scientificos, artisticos e historicos reclamam especial cuidado dos respectivos lentes. No fim do curso deverão os alumnos mostrar-se habilitados a fallar ou pelo menos a entender as linguas estrangeiras.

III. No latim e no grego se procurará incutir no alumno a comprehensão dos classicos mais communs e principalmente o subsidio que estas linguas fornecem á lingua vernacula.

IV. No curso de mathematica elemental o lente considerará as disciplinas a seu cargo não só como um complexo de theorias uteis em si mesmas, de que os alumnos deverão ter conhecimento para applical-as ás necessidades da vida, sinão tambem como poderoso meio de cultura mental, tendente a vivificar e desenvolver a faculdade do raciocinio. Os limites desta materia deverão ser assaz restrictos, afim de que não possa acontecer que os alumnos se vejam opprimidos de excesso de extensão e difficuldades. O programma, além de se conservar nos convenientes limites, attenderá acuradamente ao lado pratico, de maneira que o ensino se torne utilitario por numerosos exercicios de applicação e por judiciosa escolha de problemas graduados da vida commum.

De accordo com taes preceitos, o respectivo docente fará, no primeiro anno, o estudo da arithmetica abranger o systema decimal de numeração, as operações sobre numeros inteiros e fracções, as transformações que estas comportam, até ás dizimas periodicas, fazendo durante o curso uso habitual do calculo mental e do methodo de redução á unidade; no segundo anno, tratará das proporções e suas applicações, progressões e logarithmos; o estudo da algebra deverá ali ser levado até ás equações do 1º grão; no terceiro anno, completará o estudo da algebra elemental, e o outro docente dará a geometria com o desenvolvimento usual relativo á igualdade, á semelhança, á rectificação da circumferencia, avaliação das áreas e dos volumes, com abundantes applicações praticas; no quarto anno, encarregar-se-ha do desenvolvimento da algebra no estudo do binomio de Newton, principios geraes da composição das equações e sua resolução numerica pelos methodos mais simples e, portanto, mais praticos; levará o estudo da geometria a abranger o das secções conicas, com o traçado e principaes propriedades das curvas correspondentes, e fará o estudo da trigonometria rectilinea, sempre com o escrupuloso cuidado de tornar frequentes as applicações e a pratica dos logarithmos, iniciada no 2º anno e desenvolvida no 3º.

V. Com os recursos da mathematica até então estudada, na mecanica salientar-se-hão as leis geraes e regras fundamentaes que constituem a doutrina elemental desta sciencia.

VI. A astronomia limitar-se-ha á apreciação do espectáculo diario do céo, suas variações fundamentaes, meios geraes de

observação e principaes factos do dominio da geometria celeste, expostos de modo verdadeiramente elementar e tanto quanto possível intuitivo.

VII. A physica e a chimica se reduzirão ás modestas proporções de um curso secundario, realizavel em limitado periodo de tempo, em que se salientarão apenas os phenomenos mais correntes dos diversos ramos da physica, inclusive da meteorologia, suas leis, e as fundamentaes da chimica, com o estudo dos principaes metalloides, dos metaes, e dos compostos mais vulgares e de maior emprego na vida pratica e noções perfunctorias de chimica organica.

VIII. A historia natural, semelhantemente, será circumscripta, na botanica e na zoologia, ao estudo geral dos órgãos eapparelhos, ao estudo da vida vegetativa e da vida animal, seus phenomenos e propriedades fundamentaes, e consequente systematisação de suas grandes leis, a traços geraes. Na mineralogia restringir-se-ha o respectivo docente aos principaes systemas crystallographicos, aos principaes processos de analyse e suas applicações aos mineraes mais vulgarmente conhecidos. Para cada reino só será dado um typo de classificação, limitada ás grandes divisões.

IX. No ensino da geographia o intuito fundamental será a descripção methodica e racional da superficie da Terra, por meio de desenhos, na pedra e no papel, copiados mas nunca trasfoleados, e de memoria, das cinco partes do mundo, dos paizes da America, especialmente do Brazil, e dos da Europa, com a accentuada preocupação de se evitar minucias, nomenclaturas extensas, dados estatísticos exaggerados e tudo quanto possa sobrecarregar a memoria do alumno ou não exercital-a com real proveito, quer no estudo da geographia physica, quer no estudo da geographia politica o do ramo economico.

No 1º anno far-se-ha o estudo da geographia physica, particularmente do Brazil; no 2º da geographia politica em geral e em particular do Brazil; no 3º da chorographia do Brazil propriamente dita.

X. Na historia mencionar-se-hão, com rigoroso cuidado de jamais descer a minudencias, os acontecimentos politicos, scientificos, litterarios e artisticos de cada época memoravel; serão expostas as causas que determinaram o progresso ou o estacionamento da civilisação nos grandes periodos historicos, apreciados os homens extraordinarios que concorreram para as revoluções beneficas ou perniciosas da humanidade, mormente os da America e sobretudo os do Brazil, agrupando-se em torno desses vultos os factos característicos das phases em que dominaram o espirito publico, devendo ser principal preocupação do programma e do ensino, na historia patria particularmente, instituir-se a historia verdadeiramente educativa e vivificadora do sentimento nacional.

XI. A logica, no seu dominio real e formal, restringir-se-ha ao estudo elementar da marcha effectiva da intelligencia humana no descobrimento, demonstração e transmissão da verdade, e ás

leis invariáveis que regem os phenomenos intellectuaes; comprehendendo: meditação inductiva, meditação deductiva, classificação das sciencias e methodos correlativos.

XII. O desenho, no plano geral de estudos, deverá figurar como perfeita linguagem descriptiva, de sorte a ser utilizado como instrumento prestadio de commun transmissão de concepções e idéas concretas. O curso, começando por simples combinações lineares, deverá passar, mediante a mais rigorosa gradação, à cópia expressiva, à mão livre, de desenhos executados na pedra pelo professor, à execução do desenho dictado, de desenhos de memoria e de invenção, ao desenho de modelos naturaes ou em relevo.

Todo o ensino, tendo por fim educar no alumno o lance de vista rapido e seguro, desenvolver nelle o sentimento das fórmulas e das proporções, deverá ter por base a morphologia geometrica. As fórmulas convencionaes, attenta sua regularidade, hão de preceder ás naturaes, que são irregulares. As fórmulas naturaes, que se tiverem de desenhar, hão de ser primeiramente reduzidas ás geometricas em que se basearem. A percepção ha de preceder a execução, sendo vedado que o alumno comece a desenhar qualquer objecto ou modelo, antes de o ter estudado em sua totalidade e nas suas partes, comparando-as entre si.

O ensino da perspectiva deverá entrar a proposito, de modo elementar e intuitivo, e em uma escala rigorosamente graduada.

O curso deverá finalizar pela pratica do desenho projectivo, precedida da resolução graphica dos mais simples problemas da geometria descriptiva.

Assim, o primeiro anno deverá comprehender: desenho a mão livre, com applicação especial ao ornato geometrico plano; o segundo: estudo dos solidos geometricos acompanhado dos principios praticos da execução das sombras, e ornatos em relevo; o terceiro: desenho linear geometrico, elementos de perspectiva pratica à vista; o quarto: elementos de desenho geometral ou da representação real dos corpos.

XIII. As aulas de revisão da mathematica (pelo lente de mechanica e astronomia), da geographia e de physica e chimica do 6º anno versarão sempre sobre assumptos, e principalmente questões praticas correlativas, incluidos nos programmas dos annos anteriores.

## CAPITULO IV

### DOS EXAMES

Art. 10. Encerradas as aulas a 15 de dezembro, começarão os exames do curso, que serão de promoções successivas e de madureza.

Art. 11. Os exames de promoções se realizarão perante comissões constituidas dos lentes de cada anno, sob a presidencia de um delles designado pelo director.

Art. 12. Estes exames constarão de :

I. Provas graphicas de desenho para os 1º, 2º, 3º e 4º annos ;

II. Provas escriptas de arithmetica do 2º ; geographia e francez do 3º ; algebra, geometria e trigonometria, portuguez e inglez do 4º ; mecanica e astronomia, physica e chimica, historia, latim e allemão do 5º ; historia natural, litteratura, historia do Brazil, logica e grego do 6º.

III. Provas oraes conjunctas: de arithmetica, geographia, portuguez e francez do 1º anno ; de arithmetica, algebra, geographia, portuguez, francez e inglez do 2º ; de algebra, geometria, portuguez, francez, inglez, allemão, latim e geographia do 3º ; de algebra, geometria e trigonometria, portuguez, inglez, allemão, latim, grego e historia do 4º ; de mecanica e astronomia, physica e chimica, litteratura, allemão, latim, grego e historia do 5º ; historia natural, litteratura, grego, logica e historia do Brazil do 6º.

Art. 13. As provas escriptas se farão por materias em dias diversos ; as oraes se farão, para cada turma de alumnos, em duas ou tres secções, abrangendo cada secção um grupo das disciplinas do anno, tudo de accordo com os programmas e methodos adoptados no ensino e pontos organisados na occasião pela respectiva commissão.

Art. 14. O exame escripto será feito a portas fechadas e oral em publico.

§ 1.º O examinando que for surprehendido servindo-se, no acto do exame, de apontamentos particulares ou de quaesquer livros não permittidos pela commissão, perderá o direito de prestar exame, só podendo ser a este admittido no fim do anno lectivo seguinte.

§ 2.º A commissão examinadora fornecerá os livros de texto, as taboas e d'cçionarios precisos para as provas escriptas.

Art. 15. Terminada a ultima secção de prova oral, para os alumnos da mesma turma, seguir-se-hia o julgamento em sessão plena dos membros da commissão examinadora, que, em cader-neta especial, lançará por extenso os nomes dos alumnos da turma, com a declaração do dia e da nota obtida por cada um dos examinandos, sendo esse julgamento assignado pelos membros da commissão,

§ 1.º A commissão examinadora procederá por escrutinio a uma primeira votação, para decidir por maioria de votos si o examinando deverá ou não ser approvado no conjuncto das materias do anno. No caso affirmativo, procederá tambem por escrutinio a uma segunda votação, para indicar a qualidade da approvação, que será plena, si houver unanimidade de votos e simples na hypothese contraria. No caso de approvação plena, si qualquer dos examinadores ou presidente requerer, se procederá ainda a uma terceira votação ; e si ainda obtiver o examinando totalidade de votos favoraveis, terá a nota — approvado com distincção. Finalmente, a commissão, ouvindo particularmente o lente da cadeira, quando presente, decidirá o grão da approvação simples (de 1 a 5) ou da approvação plena (de 6 a 9).

§ 2.º Será também considerado reprovado o alumno que se retirar do exame antes de terminado, no caso dos membros da comissão ou a maioria delles entenderem que a prova até então exhibida o inhabilita.

Art. 16. No julgamento de que trata o artigo anterior deverá ser tomada em consideração a conta de anno do alumno.

Art. 17. Não poderá continuar no estabelecimento o alumno gratuito que for reprovado duas vezes consecutivas no mesmo anno, bem como o que deixar de apresentar-se a exame no mesmo lapso de tempo.

Art. 18. O *exame de madureza*, destinado a verificar si o alumno tem assimilada a summa da cultura intellectual necessaria, se effectuará no Externato, immediatamente depois de realizados os exames de promoções nos dous estabelecimentos do Gymnasio.

Art. 19. Será prestado perante duas commissões de lentes do Gymnasio, uma para linguas, outra para sciencias, sendo 4 lentes para examinar linguas vivas, 1 para litteratura, 2 para linguas mortas, 1 para mathematica e astronomia, 2 para physica, chimica e historia natural, 2 para geographia e historia, 1 para logica e 1 para desenho.

Paragrapho unico. Estas commissões serão eleitas pela Congregação, e terão como presidente o lente mais antigo de cada uma dellas.

Art. 20. O exame de madureza constará de provas escriptas de linguas e mathematica elemental, graphica de desenho e oraes de cada uma das secções seguintes:

1ª linguas vivas.

2ª linguas mortas.

3ª mathematica e astronomia.

4ª physica, chimica e historia natural.

5ª geographia, historia e logica.

§ 1.º A prova escripta ou a graphica será commum à turma que se constituirá de accordo com a capacidade do local e as conveniencias de fiscalização, e durará no maximo cinco horas para cada secção: linguas vivas, linguas mortas, mathematica elemental e desenho.

§ 2.º As provas oraes de cada turma de alumnos guardarão entro si os necessarios intervallos de repouso, de maneira que cada alumno não seja arguido seguidamente mais de uma hora, nem que a fadiga dos membros da commissão examinadora os impeça de exercer cabalmente a dupla funcção de perito e juiz.

Art. 21. A prova escripta de portuguez constará de uma composição ou dissertação sobre thema litterario, scientifico, artistico ou historico, escolhido por cada candidato dentre quatro, sortea-los na occasião da maneira seguinte: cada membro da commissão de linguas apresentará dous themas que, acceitos pela maioria dos outros membros, irão para uma urna, donde um examinando extrahirá os quatro que devam servir.

Art. 22. A prova escripta das outras linguas vivas comprehenderá tres partes: 1ª, composição ou dissertação, em francez, sobre assumpto scientifico, litterario, historico ou artistico,

assumpto ou thema fornecido como para a prova de portuguez ; 2.<sup>a</sup>, dictado de um trecho inglez ou allemão á sorte ; 3.<sup>a</sup>, interpretação em portuguez de um trecho allemão ou inglez, com o texto á vista.

§ 1.<sup>o</sup> Na dissertação em portuguez e em francez o alumno será obrigado a incluir duas ou tres passagens, questões ou factos indicados com clareza pela commissão, nos limites de cada um dos themas sorteados, de modo a verificar-se a originalidade da prova.

§ 2.<sup>o</sup> Em uma folha de papel em branco, devidamente rubricada, o examinando pedirá á mesa examinadora os subsidios de que carecer para a prova, em falta de dictionario. Assim cada juiz verificará si o examinando desconhece apenas vocabulos de uso menos frequente ou si ignora palavras de emprego corrente. A folha dos subsidios pedidos será appensa á prova escripta respectiva.

Art. 23. As provas escriptas de latim e de grego constarão de traducção de trechos facéis ( tirados á sorte ) de um dos autores menuseados no sexto anno e sorteado na occasião. A cada alumno será fornecida a folha de subsidios como nas provas escriptas de linguas vivas.

Art. 24. A prova escripta de mathematica elemental versará sobre o desenvolvimento methodico e pratico de quatro questões, inclusive avaliação de áreas e de volumes, questões sorteadas dentre doze formuladas, no acto de começar a prova, pelos dous especialistas da commissão de sciencias, e acceitas pela maioria dos outros membros.

Art. 25. As provas oraes de linguas serão feitas sobre textos sorteados de autores contemporaneos não incluídos nos programas de ensino, mas indicados pela commissão. A sorte designará o autor para cada turma de alumnos, os quaes deverão se mostrar habilitados a fallar, ou pelo menos a entender as linguas estrangeiras.

Na prova especial de litteratura se verificará o subsidio de que dispõe cada candidato para a pureza da lingua vernacula.

Art. 26. As provas oraes de sciencias versarão sobre pontos organisados pela commissão, ao começar a prova de cada turma de alumnos, abrangendo cada ponto varias partes de cada uma das disciplinas da secção.

Art. 27. Terminada a prova oral, para os alumnos da mesma turma, reunir-se-hão as duas commissões para o julgamento, de accordo com o disposto no art. 15 e §§ 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup>.

Art. 28. Um delegado do Governo assistirá a todo o processo do exame, cabendo-lhe o direito de *veto*, com effeito suspensivo, sobre a decisão da commissão examinadora, desde que se verifique a existencia de irregularidades substanciaes não só na exhibição das provas senão tambem no modo de julgamento.

O Ministro resolverá afinal.

O delegado terá o direito de intervir no exame para seu esclarecimento pessoal, quer tomando conhecimento das provas escriptas, quer interrogando os candidatos.

Art. 29. Haverá em março *segunda época de exames*, exclusivamente destinada aos alumnos que não tenham podido se apresentar na primeira, por motivo bem justificado em requerimento ao director, entregue na secretaria durante a primeira quinzena do referido mez.

Art. 30. Na primeira quinzena de abril realizar-se-hão, para novos alumnos, *exames de admissão* a qualquer anno do curso, mediante requerimento dos paes dos candidatos ou dos seus responsaveis, entregue na secretaria durante a segunda metade do mez de março.

Art. 31. Os exames de admissão ao primeiro anno far-se-hão perante uma comissão de tres lentes designada pelo director.

Art. 32. Estes exames constarão de provas escriptas e oraes. As escriptas versarão : 1º, sobre um dictado de trinta linhas impressas de portuguez contemporaneo; 2º, sobre arithmetica pratica limitada ás operações e transformações relativas aos numeros inteiros e ás fracções. As oraes constarão de leitura de um trecho sufficientemente longo de portuguez contemporaneo, estudo succinto da sua interpretação no todo ou em partes, ligeiras noções de grammatica portugueza e de arguição sobre arithmetica pratica nos referidos limites, systema metrico, morphologia geometrica, noções de geographia e de historia do Brazil.

Nas provas escriptas os candidatos deverão exhibir regular calligraphia.

O julgamento se fará pelo processo do art. 15 e paragraphos.

Art. 33. Os exames de admissão a qualquer outro anno do curso se farão pelo processo dos de promoções successivas.

Art. 34. O secretario registrará em livros especiaes actas dos trabalhos de exames de cada anno, á vista das cadernetas respectivas. Estas actas serão por elle assignadas e authenticadas pelo director.

Paragrapho unico. De um livro de actas especial o secretario extrahirá os certificados do exame de madureza.

Art. 35. O alumno do Gymnasio que fizer o curso completo de estudos de accordo com as disposições deste regulamento, obterá, apoz exame de madureza de todas as disciplinas do curso, o grão de bacharel em sciencias e letras, que lhe será conferido em sessão solenne da Congregação.

Art. 36. Para o alumno do Gymnasio que não quizer bacharelar-se em sciencias e letras será facultativo o estudo da mecanica e astronomia, do inglez ou do allemão, do grego e da litteratura.

Paragrapho unico. Nos exames das materias facultativas de que trata este artigo, os lentes das disciplinas obrigatorias poderão, para seu esclarecimento pessoal, arguir os candidatos, devendo em todo caso concorrer com seu voto para o julgamento.



## TITULO II

## DOS ALUMNOS

## CAPITULO I

## DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 37. Os paes ou encarregados dos matriculandos deverão apresentar aos directores dos estabelecimentos, do dia 15 ao dia 31 de março de cada anno, os requerimentos instruidos com todos os documentos justificativos das condições em que se acham os candidatos á matricula.

Art. 38. Para a matricula no primeiro anno exigir-se-hão as seguintes condições:

I. Certidão de idade, ou documento equivalente, por onde se prove ter o candidato 14 annos, no maximo, para o Internato;

II. Atestado de vaccinação ou revaccinação;

III. Certificado de que o candidato não soffre de molestia alguma contagiosa ou infecto-contagiosa;

IV. Exame prévio de admissão feito na conformidade dos arts. 31 e 32 deste regulamento.

Art. 39. Os candidatos approvados nos exames de admissão serão classificados pela respectiva commissão examinadora por ordem de merecimento e, de accordo com este julgamento, serão pelos directores, em cada estabelecimento, preenchidas as vagas existentes no quadro dos alumnos.

§ 1.º Tendo em vista a classificação, determinada neste artigo, e quando se tratar de matriculandos gratuitos, que só podem ser os provadamente pobres, deverão os directores basear a preferencia, para a escolha dos mesmos candidatos, nas seguintes condições:

1.ª Serem os candidatos orphãos de pae e mãe;

2.ª Serem orphãos de pae;

3.ª Serem filhos de funcionarios federaes que não disponham de recursos para pagar as contribuições.

§ 2.º Como alumnos gratuitos não serão admittidos mais de dous irmãos, nas duas primeiras condições, nem mais de um filho de funcionario federal.

Art. 40. E' fixado em 200 o numero dos alumnos do Internato, sendo cinquenta gratuitos, meninos pobres, guardada a ordem do artigo anterior. No Externato a frequencia será de tantos alumnos quantos comportar o estabelecimento, merecendo particular consideração as condições hygienicas; o numero de gratuitos não excederá de cem.

Paragrapho unico. Si o numero dos candidatos á matricula gratuita for superior ao das vagas, poderão elles ser admittidos

como contribuintes até que aquellas lhes possam caber, uma vez verificada a pobreza.

Art. 41. Os alumnos contribuintes pagarão annualmente: no Internato, a quantia de 18\$ no acto da matricula e mais a de 1:200\$000 em quatro prestações trimensaes adeantadas; e no Externato, 26\$ por trimestre e mais 18\$ no acto da matricula.

Art. 42. Exceptuada a matricula, as contribuições poderão ser pagas em prestações mensaes, quando os alumnos forem filhos de funcionarios publicos.

Art. 43. Os alumnos contribuintes do Internato deverão entrar com o enxoval marcado no regimento interno, o qual será renovado á proporção do uso, bem como, no principio de cada anno, com os livros adoptados; ficando a cargo do estabelecimento a lavagem e engommado da roupa não só delles mas tambem dos gratuitos.

Art. 44. Aos alumnos gratuitos do Internato serão fornecidos, por conta do estabelecimento, enxoval igual ao dos contribuintes, bem como os livros de estudo.

Exceptuam-se expressamente os filhos dos funcionarios publicos em effectivo exercicio, os quaes serão obrigados á renovação do enxoval e ao fornecimento dos livros adoptados.

Art. 45. A todos os alumnos do Internato serão fornecidos, pelo estabelecimento, papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o trabalho das aulas.

## CAPITULO II

### DO TEMPO LECTIVO ESCOLAR

Art. 46. O anno lectivo começará em 15 de abril e findará a 15 de dezembro, sendo destinados a exames e ferias o periodo de 15 de dezembro a 15 de abril.

Art. 47. A distribuição do tempo para o ensino theorico e pratico será feita pelo director, ouvidos os respectivos lentes e professores, havendo um intervallo de repouso e distracção mental entre uma aula e outra, tudo de conformidade com a natureza de cada um dos dous estabelecimentos.

Art. 48. Salvo motivo de ordem superior, durante o mez de fevereiro o Gymnasio conservará fechadas as suas portas, entrando todo o pessoal, docente e administrativo, em franco periodo de ferias.

## CAPITULO III

### DA DISCIPLINA ESCOLAR

Art. 49. Nenhuma pessoa extranha ao estabelecimento terá nelle entrada sem previa licença do director ou vice-director.

Art. 50. E' vedado aos alumnos occuparem-se, no estabelecimento, com a formação de quaesquer associações, com a redacção de periodicos ou outros trabalhos que possam distrahir-los de seus estudos regulares, bem como entregarem-se á leitura de livros e jornaes que prejudiquem os bons costumes e o cumprimento de seus deveres collegiaes, organisarem rifas, collectas ou subscripções, seja qual for o motivo.

Art. 51. Os alumnos do Internato, em regra geral, poderão ter sahida aos sabbados depois das aulas, devendo recolher-se ao estabelecimento no dia e hora que lhes for determinado.

Não poderão sair sinão acompanhados por seus paes ou encarregados ou por pessoas que os mesmos indicarem, salvo autorização especial delles e consentimento expresso do director.

Só poderão ser visitados durante as horas de recreio, sendo que essa visita só será admittida quando se tratar dos paes ou pessoas competentemente autorizadas.

Art. 52. São permittidos como jogos escolares: a barra, a amarella, o *foot-ball*, a peteca, o jogo da bola, o *cricket*, o *lawn-tennis*, o *croquet*, corridas, saltos e outros, que a juizo do director, por proposta do instructor de gymnastica (no Internato), concorram para desenvolver a força e destreza dos alumnos, sem pôr em risco a sua saude.

Art. 53. Os meios disciplinares, sempre proporcionados á gravidade das faltas, serão os seguintes:

- 1º, notas más nas listas das aulas;
- 2º, reprehensão ou exclusão momentanea da aula;
- 3º, privação de recreio, com reclusão do alumno em sala privada e tarefa de copia de autor manuseado em aula;
- 4º, privação de sahida no Internato, quando a houver;
- 5º, reprehensão em particular ou perante os alumnos reunidos do anno ou de todo o estabelecimento;
- 6º, exclusão do Gymnasio Nacional por tres a oito dias com ponto duplo;
- 7º, suspensão dos estudos por um a dous annos ou eliminação do Gymnasio, nos casos de insubordinação, parede ou pratica de actos immoraes.

Art. 54. As duas primeiras penas serão impostas pelos lentes; as 3ª e 4ª pelos directores e vice-directores; as 5ª e 6ª pelo director sómente; a 7ª pelo director, mediante inquerito e processo summario, com recurso no prazo de oito dias para o Ministro do Interior.

Paragrapho unico. Das cinco primeiras penas se fará especial menção no boletim bimensal de que trata o art. 135 n. 11; da 6ª se dará prévia communicação ao pae ou tutor do alumno para providenciar no sentido de corrigil-o.

## CAPITULO IV

## DA FREQUENCIA

Art. 55. A presença dos alumnos nas aulas será verificada pelos inspectores. O lente poderá mandar marcar ponto ao alumno que, sem licença, retirar-se da aula.

Art. 56. Ao alumno que, por motivo justificado, faltar a uma ou mais aulas ou trabalhos no mesmo dia, se marcará um só ponto.

Art. 57. A justificação das faltas commettidas pelos alumnos será feita perante o director.

Art. 58. Deverão as faltas dos alumnos ser notadas cuidadosamente, além de que se cumpra o disposto no artigo seguinte.

Art. 59. O alumno que commetter 40 faltas, durante o anno lectivo, ainda que sejam ellas justificadas, perderá o anno e será excluido do estabelecimento. Poderá, porém, matricular-se no anno seguinte, caso o mereça por seu procedimento e applicação.

Paragrapho unico. Por uma falta não justificada marcar-se-hão dous pontos.

## CAPITULO V

## DAS RECOMPENSAS

Art. 60. As recompensas conferidas aos alumnos serão :

- 1.<sup>a</sup> Boas notas nas listas das aulas ;
- 2.<sup>a</sup> Licenças excepcionaes, no Internato, para sahida ;
- 3.<sup>a</sup> Bancos de honra, de que haverá até seis em cada aula, obtidos em concursos bimensaes, que se realizarão nos mezes de junho, agosto, outubro e dezembro ;
- 4.<sup>a</sup> Premios, de que haverá até tres em cada anno, ordinalmente numerados e conferidos aos melhores dentre os alumnos que tiverem obtido distincção no respectivo exame de promoção ;
- 5.<sup>a</sup> Collocação, em sala especial, denominada « Pantheon », do retrato do alumno, que, por seu excepcional aproveitamento, provou pela conquista de todos os premios anteriores, amor ao trabalho, procedimento exemplar e mais virtudes, o merecer.

§ 1.<sup>o</sup> A primeira destas recompensas será conferida pelos lentes e professores ; a segunda pelo director ; a terceira tambem pelo director, por proposta dos lentes, e as duas ultimas pela Congregação. A ultima recompensa, que se denominará « Premio Benjamin Constant » será conferida após distincção obtida no exame de madureza, sendo o retrato exposto na sala do grau no dia da sessão solemne de Congregação de que trata o art. 35. Na mesma sessão serão tambem conferidos os premios da clausula 4.<sup>a</sup>.

§ 2.<sup>o</sup> Os alumnos que obtiverem a 3.<sup>a</sup> recompensa terão nas respectivas aulas logares especiaes.

## TITULO III

## DO MAGISTERIO

## CAPITULO I

## DOS LENTES — DA CONGREGAÇÃO

Art. 61. Os lentes e professores serão nomeados por decreto.

Compete-lhes :

I. Comparecer ás aulas com pontualidade ; dar as lições nos dias e horas marcados, occupando-se exclusivamente na classe com o ensino das materias que professam, e, no caso de impedimento, participar ao director, com a possivel antecedencia.

II. Comparecer ás sessões da Congregação e actos de concurso.

III. Cumprir o programma de ensino, evitando toda ostentação de conhecimentos.

IV. Começar e concluir o ensino da cadeira a seu cargo por uma serie de lições tendentes a ligar o assumpto ao das disciplinas anteriores e subsequentes.

V. Propor aos alumnos todos os exercicios que lhes possam desenvolver a intelligencia, nortear o character e fortalecer os conhecimentos adquiridos.

VI. Marcar, com 48 horas de antecedencia, pelo menos, a materia das sabbatinas escriptas.

VII. Marcar, de dous em dous mezes (art. 60, 3ª cl.) um concurso sobre questões da materia ensinada, julgar com cuidadosa attenção as provas deste concurso, e á vista dellas propor ao director, com remessa das provas, os seis melhores alumnos da sua aula merecedores de *Bancos de Honra*.

VIII. Comparecer aos exames nos dias e horas determinados pelo director.

IX. Observar as instrucções e recommendações do director no concernente á policia interna das aulas e auxilial o na manutenção da ordem e da disciplina.

X. Satisfazer a todas as requisições feitas pelo director, no interesse do ensino.

Art. 62. O instructor de gymnastica será nomeado por portaria, mediante proposta do director do Internato, cabendo-lhe dirigir, em horas apropriadas, a pratica desta disciplina e dos jogos especificados no art. 52.

Art. 63. Nos casos que affectarem gravemente a moral, o director deverá suspender desde logo o lente, ou o professor, até a decisão do Governo, levando immediatamente o facto ao conhecimento deste.

Art. 64. Os lentes e professores que deixarem de comparecer para exercer as respectivas funcções por espaço de tres mezes,

sem que tenham justificado as suas faltas em inspecção regular de saúde, incorrerão nas penas marcadas pelo Código Penal.

Art. 65. Si a ausencia exceder de seis mezes, reputar-se-ha terem renunciado o magisterio e os seus logares serão julgados vazos pelo Governo.

Art. 66. O lente ou professor nomeado, que dentro de dous mezes não comparecer para tomar posse, sem communicar ao director a razão justificativa da demora, perderá a cadeira para a qual foi nomeado, sendo-lhe a pena imposta pelo Governo.

Art. 67. Expirado o prazo, na hypothese do art. 64, o director tomará conhecimento do facto e de todas as suas circumstancias, e, ouvido o interessado, decidirá promover ou não o processo, expondo minuciosamente os fundamentos da decisão que tomar.

Si for affirmativa, o director a remetterá por copia extrahida do termo que tiver sido lavrado, com todos os documentos que lhe forem concernentes, ao promotor publico respectivo para intentar a accusação judicial por crime de responsabilidade, do que dará parte ao Governo, assim como da marcha e resultado do processo, quando este tiver logar.

Art. 68. Na hypothese do art. 65, o director dará parte ao Governo do occorrido, affin de proceder-se na conformidade do mesmo artigo.

Art. 69. Verificada a demora da posse de que trata o art. 66 e lecionada a procedencia ou improcedencia da justificação, si tiver havido, o director participará ao Governo o que o correr para sua final decisão.

Art. 70. Salvo a hypothese do art. 63, si algum lente ou professor, nos actos do estabelecimento, faltar aos seus deveres, o director levará ao conhecimento do Governo o facto ou factos praticados.

Art. 71. Neste caso o Ministro do Interior nomeará uma commissão para syndicar dos ditos factos e mandará que o accusado responda dentro de 15 dias.

Art. 72. Dentro de igual prazo, com a resposta do lente ou professor, ou sem ella, deverá a commissão apresentar o seu parecer motivado.

Art. 73. A vista do parecer da commissão e da resposta do accusado, o Governo deliberará si este deve ser advertido camarariamente ou soffrer as penas do artigo seguinte.

Art. 74. Si não for bastante esta advertencia, o Governo applicará as penas de suspensão de tres mezes a um anno, com privação dos vencimentos.

Art. 75. Constituem motivo para a simples advertencia ao lente ou professor :

1.º Negligencia ou má vontade no cumprimento dos seus deveres ;

2.º Não dar bons exemplos aos alumnos ;

3.º Deixar de dar aula, sem motivo justificado, por mais de tres dias em um mez ;

4.º Infringir qualquer das disposições deste regulamento.

Art. 76. Constituem motivo para applicação das penas de que trata o art. 74:

- 1.º Reincidir nas faltas do artigo antecedente;
- 2.º Ser arguido de qualquer crime publico;
- 3.º Fomentar insubordinação ou immoralidade entre os alumnos.

Art. 77. Os lentes e professores não poderão dirigir estabelecimentos de ensino secundario.

Art. 78. Quando, por excessiva frequencia de uma classe, entender o director que se faz indispensavel subdividi-la, si o lente da cadeira não quizer ou não puder encarregar-se da aula supplementar, designará para regel-a, de preferencia, outro lente do Gymnasio, e, caso dentro estes não haja quem possa fazel-o, chamar-se-ha pessoa extranha ao corpo docente e que reuna as necessarias habilitações.

Art. 79. As providencias do artigo antecedente serão tomadas semelhantemente quando for preciso attender á regencia interina de cadeiras vagas e daquella cujo proprietario estiver no goso de licença ou impedido por qualquer motivo. Estas nomeações serão feitas pelo Governo sob proposta do director, e quando a substituição não for além de quinze dias, bastará designação feita pelo proprio director.

Art. 80. Os lentes e professores são vitalicios desde a data da posse, e não poderão perder seus logares sinão na fórma das leis penaes e das disposições deste regulamento.

Art. 81. Os lentes e professores contarão como tempo de serviço effectivo no magisterio:

- 1.º O tempo de serviço publico em commissões scientificas;
- 2.º O numero de faltas por motivo de molestia, não excedente a 20 por anno ou 60 por triennio;
- 3.º Todo o tempo de suspensão judicial, quando forem julgados innocentes;
- 4.º Serviço gratuito e obrigatorio por lei;
- 5.º Serviço de guerra;
- 6.º O de exercicio de membro da representação da União ou de qualquer Estado, agente diplomatico extraordinario, e de Ministro de Estado, Presidente ou Vice-Presidente da União, Governador ou Vice-Governador de Estado ou de cargos da magistratura, anterior ou intercurrente;
- 7.º Tempo de magisterio publico.

Art. 82. Os lentes e professores que houverem bem cumprido suas funcções terão periodicamente direito, mediante informação do director, a um acrescimo de vencimentos nos seguintes termos:

Os que contarem de serviço effectivo do magisterio 10 annos, 5 %; 15 annos, 10 %; 20 annos, 20 %; 25 annos, 33 %; 30 annos, 40 %; 35 annos, 50 %, e 40 annos, 60 %.

A porcentagem acima fixada será calculada sobre os vencimentos da tabella que estiver em vigor.

Art. 83. Os lentes e professores que se tornarem invalidos e contarem mais de 10 annos de serviço, terão direito á jubilação n'os seguintes termos:

§ 1.º Os que contarem 25 annos de serviço effectivo no magisterio ou 10 de serviços geraes terão direito á jubilação com o ordenado por inteiro.

§ 2.º Os que contarem 30 annos de exercicio effectivo ou 40 de serviços geraes terão direito á jubilação com todos os vencimentos.

§ 3.º As gratificações concedidas por antiguidade e serviços prestados (art. 82) acompanharão os vencimentos do jubulado.

Art. 84. Os lentes e professores, que se jubilarem com menos de 25 annos de exercicio, terão direito ao ordenado proporcional ao tempo de serviço.

Art. 85. O director proporá, motivando-a, a jubilação do lente ou professor que estiver enfermo ou invalido, a ponto de não poder exercer o cargo sem prejuizo do ensino.

Art. 86. Os lentes e professores não perceberão as gratificações, sem o exercicio dos respectivos logares, salvo os casos do art. 150, e as gratificações obtidas por antiguidade.

Art. 87. O director, ou qualquer membro do magisterio, que escrever compendios sobre as doutrinas professadas no Gymnasio, terá direito á impressão de seu trabalho por conta do Governo da Republica, si julgar essa obra valiosa e de grande utilidade para o ensino, não excedendo de 3.000 o numero de exemplares impressos á custa dos cofres publicos.

Nos casos de merito verdadeiramente excepcional da obra, a juizo fundamentado da Congregação, o autor terá o direito a uma gratificação pecuniaria, arbitrada pelo Governo e nunca inferior a 2:000\$, nem superior a 5:000\$000.

Art. 88. A Congregação do Gymnasio Nacional compor-se-ha de todos os seus lentes e professores, dos dous directores e será presidida por um destes alternadamente de anno a anno.

Art. 89. A Congregação não pôde exercer as suas funcções sem a presença de mais de metade dos lentes que estiverem em exercicio effectivo do magisterio.

Art. 90. Compete á Congregação :

I. Propôr ao Governo as reformas e melhoramentos, que convier introduzir no ensino do Gymnasio ;

II. Prestar as informações e dar os pareceres que lhe forem exigidos pela autoridade superior ;

III. Eleger os examinadores do exame de madureza e dos cursos, apreciar o resultado destes e propôr quem, no seu entender, está no caso de ser nomeado, acompanhada a proposta de informação reservada do director ;

IV. Decidir sobre os premios e outras distincções conferidas aos alumnos, á vista de proposta dos respectivos lentes e do director (art. 60) ;

V. Fazer de tres em tres annos a revisão dos programmas de ensino por intermedio de commissões especiaes, que os uniformisarão.



Art. 91. Nas sessões da Congregação só se tratará de materia attinente ao ensino.

Os professores serão convidados para as sessões da Congregação e terão voto nella, quando se tratar de assumpto relativo ás suas aulas.

Art. 92. Os secretarios alternadamente exercerão as funcções de secretarios da Congregação, cumprindo todos os deveres inherentes a este cargo.

Art. 93. O director presidente convocará a Congregação, quando for mister; no caso de achar-se impedido por justo motivo, fal-o-ha o outro director, seu substituto nato nesta funcção.

Art. 94. As pessoas que, sem pertencerem ao quadro effectivo do corpo docente, estiverem no exercicio do professorado regendo cadeiras terão assento na Congregação, não podendo comtudo tomar parte nas sessões em que se tratar de materias concernentes a concurso, ou a reformas do plano de ensino.

Art. 95. Verificada pelo secretario a presença da maioria dos membros da Congregação, dar-se-ha principio aos trabalhos de cada sessão com a leitura, feita pelo mesmo secretario, da acta da sessão antecedente, a qual será posta em discussão e submettida á votação, entendendo-se que foi unanimemente approvada, sempre que não se suscitarem reclamações contra a sua fidelidade.

Art. 96. Os membros da Congregação, que entenderem que na acta não se acham expostos os factos com a devida exactidão, terão o direito de enviar á mesa as suas emendas escriptas; approvadas as quaes, serão feitas, de accordo com ellas, as rectificações reclamadas.

Art. 97. As actas, depois de approvadas, serão assignadas pelo presidente, que declarará o dia, mez e anno da approvação, e subscriptas pelo secretario.

Art. 98. Em seguida á votação da acta passar-se-ha ao objecto para que foi reunida a Congregação.

Art. 99. As sessões não se prolongarão por mais de duas horas, reservando-se a ultima meia hora para a apresentação e discussão, no caso de urgencia, de quaesquer propostas ou indicações relativas ao ensino.

Art. 100. Si, por falta de tempo, e apesar de prorogada a sessão por mais uma hora, não se concluir o debate de qualquer indicação ou proposta, ficará esta adiada, como materia principal da ordem do dia, para a sessão seguinte, a qual será convocada com a maior brevidade.

Art. 101. A Congregação tratará das questões que lhe forem submettidas, ou directamente ou por meio de commissões que elegerá para estudalas.

Art. 102. A nenhum membro da Congregação será permittido usar da palavra mais de duas vezes na mesma discussão, exceptuando-se os proponentes de qualquer projecto e os relatores de commissões, os quaes poderão usar da palavra até tres vezes.

Art. 103. Finda a discussão de cada objecto, o director sujeitará á votação, que, quando nominal, principiará pelo lente mais moderno.

As deliberações da Congregação serão tomadas por maioria dos lentes presentes e, no caso de tratar-se de questões de interesse particular de algum dos lentes, se votará sempre por escrutínio secreto, em que não haverá voto de qualidade, prevalecendo a opinião mais favorável.

Art. 104. O director votará também e, em caso de empate, terá o voto de qualidade. O lente que assistir à sessão da Congregação não pôde deixar de votar, e o que retirar-se antes de terminados os trabalhos sem justificação apreciada pelo director incorre em falta igual à que daria si deixasse de comparecer.

Art. 105. Nas questões em que for particularmente interessado algum lente, poderá este assistir à discussão e nella tomar parte; abster-se-ha, porém, de votar e retirar-se-ha da sala nessa occasião.

Art. 106. Resolvendo a Congregação que fique em segredo alguma de suas decisões, lavrar-se-ha della uma acta especial, que será fechada e sellada com o sello do estabelecimento. Sobre a capa o secretario lançará a declaração, assignada por elle e pelo director, de que o objecto é secreto, e notará o dia em que assim se deliberou. Esta acta ficará sob a guarda e responsabilidade do secretario.

Art. 107. Antes, porém, de se fechar a acta de que trata o artigo antecedente, se extrahirá uma cópia, para ser immediatamente levada ao conhecimento do Governo, que poderá ordenar a sua publicidade por intermedio da Congregação. A mesma Congregação poderá igualmente, quando lhe parecer opportuno, ordenar a publicidade.

Art. 108. O lente que, em sessão, afastar-se das conveniencias admittidas em taes reuniões, será chamado á ordem pelo director, que, si o não puder conter, o convidará a retirar-se da sala, e em ultimo caso levantará a sessão, dando de tudo conta circumstanciada ao Ministro.

Art. 109. O secretario deverá lançar por extenso na acta de cada sessão as indicações propostas e o resultado das votações, e por extracto os requerimentos das partes e mais papeis submettidos ao conhecimento da Congregação, assim como as deliberações tomadas por ellas, as quaes serão, além disto, transcriptas em forma de despacho nos proprios requerimentos para serem archivados ou restituídos ás partes, conforme o seu objecto. Não obstante esta disposição, poderá a Congregação mandar inserir por extenso os papeis que por sua importancia entender que estão no caso de ficar assim registrados.

## CAPITULO II

### DOS CONCURSOS

Art. 110. Os logares de lentes e de professores do Gymnasio serão preenchidos mediante concurso.

Art. 111. Verificada a vaga de lente ou de professor, o director do estabelecimento mandará annunciar concurso no *Diario Official*, marcando para a inscripção o prazo de tres mezes.

Paragrapho unico. Para esta inscripção exigir-se-ha: prova de maioridade, folha corrida, e ser o candidato cidadão brasileiro.

Os candidatos poderão, entretanto, accrescentar quaesquer documentos de capacidade profissional em seu abono.

Art. 112. A inscripção poderá ser feita por procurador, si o candidato tiver justo impedimento.

Art. 113. Si occorrerem a um tempo duas ou mais vagas da mesma secção, o mesmo concurso servirá para o preenchimento de todas.

Art. 114. Caso termine em tempo de ferias o prazo da inscripção, esta conservar-se-ha aberta até o primeiro dia util que se seguir ao termo dellas.

Art. 115. Si depois de expirar o prazo da inscripção nenhum candidato se apresentar, a Directoria mandará annunciar nova inscripção, cujo prazo será tambem de tres mezes, e, si ainda ninguem se apresentar, poderá ser preenchida a vaga por nomeação do Governo, sob proposta da Congregação.

Art. 116. Encerrada a inscripção e publicados em edital os nomes dos concurrentes, o director convocará a Congregação do Gymnasio para eleger os examinadores.

Paragrapho unico. Dado que a Congregação resolva não tirar de seu seio os examinadores a que se refere este artigo, o director convidará pessoas extranhas ao corpo docente do Gymnasio.

Art. 117. Constituida a comissão examinadora designar-se-ha dia e hora para o começo das provas, o que será annunciado pelas folhas diarias, com a conveniente antecedencia.

Art. 118. Os concursos se effectuarão, perante a Congregação, separadamente para uma das linguas, para litteratura, para mathematica e astronomia, para physica e chimica, para historia natural, para geographia e chorographia do Brazil, para historia geral e do Brazil, para logica e para desenho.

Art. 119. As provas de concurso serão:

1ª Prova escripta;

2ª Prova oral;

3ª Prova oral com estudo previo de ponto sorteado 24 horas antes;

4ª Arguição dos examinadores sobre os assumptos da prova escripta e das oraes.

Paragrapho unico. Haverá prova pratica para mathematica e astronomia, para physica e chimica, historia natural, geographia e desenho.

Art. 120. As provas escriptas, nos concursos de linguas, constarão de dissertação sobre assumpto grammatical ou philologico, feita na lingua estrangeira da cadeira em que se der a vaga, ou em portuguez, si se tratar das cadeiras desta disciplina ou de uma das de linguas mortas.

Art. 121. As provas oraes versarão sobre leitura e traducção de um trecho sufficientemente longo (sorteado) de classico notavel ou de reputado autor contemporaneo (tambem sorteado) e analyse commentada do referido trecho, sob os diversos aspectos linguisticos, com meia hora de antecedencia para reflexão, sem auxilio algum.

Art. 122. As provas oraes, com estudo previo de ponto sorteado 24 horas antes, constarão de prelecção, em portuguez, sobre assumpto relativo à litteratura da lingua.

Art. 123. As provas escriptas, nos concursos de sciencias, constarão de dissertação sobre ponto sorteado relativo ao assumpto de uma parte da cadeira vaga, e de tres proposições sobre a outra ou sobre cada uma das outras partes.

Art. 124. As provas oraes constarão de exposição didactica de ponto incluído no programma de ensino da cadeira vaga, tirado com meia hora de antecedencia.

Art. 125. As provas oraes, com estudo previo de 24 horas, constarão de prelecção sobre ponto sorteado dentre os formulados pela comissão e relativos à outra ou a uma das outras partes da cadeira ainda não consideradas.

Art. 126. A arguição sobre cada prova oral se fará em acto consecutivo à exhibição da mesma prova, e a arguição sobre a prova escripta no dia immediato ao da leitura publica da prova.

Art. 127. A prova pratica de physica e chimica ou de historia natural realizar-se-ha no respectivo gabinete, na presença da comissão examinadora e do director presidente da Congregação, sobre um ponto de physica e outro de chimica, ou sobre um ponto de botanica, outro de zoologia e outro de mineralogia, sendo cada candidato obrigado a apresentar relatorio do trabalho que tiver executado. A de mathematica e astronomia versará sobre quatro questões praticas.

Art. 128. A prova pratica de geographia e chorographia do Brazil consistirá na execução graphica, a mão livre, de trabalho cartographico, a proposito de ponto sorteado.

Art. 129. A prova pratica de desenho constará, primeiro, da resolução graphica, a nankin e a sepia, de um problema do dominio da geometria descriptiva elemental e da theoria das sombras correlativa. Esta prova será eliminatória, seguindo-se-lhe, para os candidatos nella habilitados, a prova definitiva da execução, à mão livre, de um desenho completo de ornato, de estylo caracteristico, com o natural ou modelo à vista.

Art. 130. O lente que não comparecer a qualquer das provas 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> do concurso, perderá o direito do voto.

Art. 131. Um regimento especial, organizado por comissão eleita pela Congregação, com audiencia desta e aprovado finalmente pelo Ministro, definirá todo o processo dos concursos.

Art. 132. Concluida a ultima prova, serão todas julgadas pela comissão examinadora, que emitirá por escripto juizo fundamentado sobre cada uma dellas e proporá a classificação dos candidatos. De posse deste parecer e de todos os papeis referentes ao concurso, a Congregação resolverá sobre a classificação

definitiva dos concurrentes, indicando ao Governo quem deva preencher a vaga. A acta desta sessão da Congregação, acompanhada de todas as provas escriptas ou graphicas do concurso e do parecer reservado do director, será dentro do mais breve prazo possível remettida ao Ministro.

## TITULO IV

### DA ADMINISTRAÇÃO

#### CAPITULO I

##### DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 133. Cada estabelecimento do Gymnasio Nacional terá o seguinte pessoal administrativo :

1 director.

1 vice-director.

1 secretario.

1 escrivão.

1 preparador de physica e chimica.

1 preparador de historia natural.

Inspectores de alumnos de accordo com as necessidades da disciplina.

1 bedel.

1 porteiro.

No Internato haverá mais :

1 medico.

1 enfermeiro.

1 roupeiro.

1 despenseiro.

Os cozinheiros, auxiliares e serventes necessarios.

Art. 134. Haverá, no Internato sómente, um conselho de economia interna, composto do director, como presidente, do escrivão, como secretario, do medico e do lente mais antigo do estabelecimento.

Paragrapho unico. Incumbe-lhe:

1.º Dar a sua opinião, sempre que o director o consultar, sobre qualquer objecto concernente ao regimen economico do estabelecimento e a fiscalização da sua despesa;

2.º Abrir as propostas que, em concorrência, forem apresentadas para o fornecimento dos generos e mais objectos relativos à alimentação, vestuario, calçado e asseio da roupa dos alumnos, bem como ao expeliente do estabelecimento, a fim de serem as que parecerem mais vantajosas submettidas à approvação do Governo, por intermedio do director.

As deliberações do conselho serão tomadas por maioria de votos dos seus membros; devendo o director levar ao conhecimento do Governo, com as observações que julgar necessarias, o voto de cada um delles, no caso de serem todos divergentes.

## CAPITULO II

### DES DIRECTORES

Art. 135. Os directores serão nomeados por decreto dentre os membros do pessoal docente do Gymnasio, ou dentre cidadãos brasileiros de reconhecida competencia.

Paragrapho unico. Aos directores incumbe:

1.º Inspeccionar cuidadosamente quanto respeita ao estabelecimento, e sobretudo o que se refere á parte intellectual e moral da educação dos alumnos;

2.º Observar e fazer executar as disposições do regulamento, advertindo os professores que não cumprirem seus deveres, reprehendendo os empregados negligentes, suspendendo-os até 15 dias;

3.º Assistir com a possivel frequencia ás lições dos lentes e professores, fiscalizando a perfeita execução dos programmas e o emprego dos melhores methodos de ensino;

4.º Percorrer assiduamente as salas de estudo e visitar a miúdo as diversas partes do estabelecimento;

5.º Examinar os relatorios dos inspectores de alumnos;

6.º Receber e, por si mesmo, dirigir reclamações ao Governo, por faltas commettidas pelos empregados que não puder demittir;

7.º Apresentar annualmente ao Ministro um relatorio sobre a marcha do estabelecimento e suas necessidades;

8.º Rubricar todos os livros de escripturação;

9.º Apresentar o orçamento annual ao exame do Ministro;

10. Ordenar as despesas de prompto pagamento;

11. Mandar, de dous em dous mezes, aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, informações resumidas dos mappas mensaes, relativos ao procedimento, applicação e, no Internato, ao estado de saude dos alumnos;

12. Tomar, além das attribuições que lhe são conferidas neste e em outros artigos, as providencias que forem urgentes e não importarem augmento de despesa, solicitando a competente approvação;

13. Representar ao Governo sobre qualquer caso omisso neste regulamento, propondo as medidas que lhe parecerem conducentes á prosperidade do estabelecimento;

14. Dar posse aos lentes, professores e mais funcionarios do estabelecimento;

15. Presidir alternadamente as sessões da Congregação;

16. Conceder aos empregados, dentro de um anno, até 15 dias de licença, sem prejuizo do respectivo ordenado;

17. Organisar o regimento interno do estabelecimento, o qual será posto em execução depois de **approved** pelo Ministro ;
18. Organisar o horario e exercer as funções mencionadas nos arts. 39, 54, 60, 63, 78 e 85.

### CAPITULO III

#### DOS VICE-DIRECTORES

Art. 136. Os vice-directores serão nomeados por decreto.

§ 1.º Incumbe-lhes, além de substituir o director nos seus impedimentos:

1.º Receber directamente as ordens do director e dar-lhe parte da execução dellas ;

2.º Receber dos lentes, professores e inspectores, para entregal-as ao director, informações diarias relativas ao procedimento e applicação dos alumnos, e fiscalizar as notas que devam ser transportadas para as cadernetas escolares ;

3.º Vigiar pessoalmente, no Internato, com a maior frequência o deitar e o levantar dos alumnos ;

4.º Distribuir, segundo instruções do director, o serviço que deve ser desempenhado pelos inspectores de alumnos, cujo ponto encerrará, para que o bedel registre as faltas em livro especial ;

5.º Instruir com os necessarios esclarecimentos todos os negocios que subirem ao conhecimento do director, relativos á parte disciplinar do estabelecimento ;

6.º Communicar ao director as faltas dos empregados sob sua vigilancia, podendo propor ao director a suspensão delles até 15 dias, no caso de falta grave ;

7.º Propor ao director tudo quanto lhe parecer conveniente ao bom andamento e progresso do estabelecimento.

§ 2.º Na falta do vice-director, será o director, substituido nos seus impedimentos pelo lente mais antigo do estabelecimento.

Art. 137. O director e o vice-director do Internato residirão no estabelecimento. Enquanto o edificio do Internato não tiver os commodos necessarios, o director residirá na proximidade d'elle, em casa alugada por conta do estabelecimento.

### CAPITULO IV

#### DOS SECRETARIOS

Art. 138. Os secretarios serão nomeados por portaria.

Paragrapho unico. Incumbe-lhes:

1.º Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official sob as ordens do director e segundo as suas instruções ;

- 2.º Fornecer as precisas informações e encaminhar todos os requerimentos feitos á Directoria ;
- 3.º Servir de secretario, alternadamente nas sessões da Congregação, sem o direito de votar ou discutir ;
- 4.º Assignar os termos de matricula e os titulos de habilitação conferidos pelo Gymnasio ;
- 5.º Encerrar o ponto do bedel, do porteiro, bem como dos auxiliares deste e da bibliotheca ;
- 6.º Escripturar os livros do termo de nomeação de todos os funcionarios ;
- 7.º Annunciar os dias em que se deve reunir a Congregação ;
- 8.º Ter em boa ordem e devidamente catalogados os papeis da secretaria e os livros da bibliotheca ; mantendo, sempre que for possivel, sob seu immediato cuidado a conservação da bibliotheca, com a gratificação adicional de 1:200\$ annuaes, a qual, no caso contrario, pertencerá a um conservador nomeado, em virtude de proposta sua, pelo director ;
- 9.º Propor ao director tudo quanto for a bem do serviço da secretaria ;
10. Substituir o esrivão nos seus impedimentos ;
11. Ter a secretaria aberta, todos os dias uteis, durante o funcionamento das aulas e trabalhos de exames.

## CAPITULO V

### DOS ESCRIVÃES

Art. 139. Os esrivães serão nomeados por portaria. Incumbelhes:

- 1.º Escripturar todos os livros a seu cargo com toda a regularidade e asseio, trazendo-os sempre em dia ;
- 2.º Processar as folhas mensaes dos vencimentos de todo o pessoal do estabelecimento ;
- 3.º Organisar todas as contas e balanços de despeza ;
- 4.º Fazer os inventarios, lavrar os termos de consumo, contractos, fianças e multas ;
- 5.º Archivar e ter sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e documentos da escripturação a seu cargo ;
- 6.º Authenticar a legalidade dos documentos que servirem de base para os pagamentos, refutando, sob sua responsabilidade, os que não estiverem conformes ;
- 7.º Receber no Thesouro Federal o dinheiro para as despesas de prompto pagamento, bem como a quantia relativa ao pagamento do pessoal de nomeação do director ; pelo que terá, para quebras, a quantia annual de 600\$000 ;
- 8.º Fazer as despesas e pagamentos autorizados por ordem escripta do director ;
- 9.º Apresentar ao director as contas dos fornecedores no principio de cada mez ;



10. Expedir as guias de pagamento e contribuição dos alumnos;

11. Avisar o director, com a devida antecedencia, sobre o estado de cada verba por lei consignada e instruir com os necessarios esclarecimentos todos os negocios que subirem ao conhecimento do mesmo director, relativamente á parte economica do estabelecimento;

12. Fazer, por ordem do director, no *Diario Official*, annuncios relativos ao prazo em que se devem apresentar os propoñentes aos fornecimentos de todo genero;

13. Fornecer ao director apontamentos precisos sobre o orçamento annual, apresentando-lhe ao mesmo tempo as medidas que com respeito ao assumpto julgar convenientes;

14. Encerrar, no Internato, o ponto do roupeiro, despenseiro e seus auxiliares, os quaes todos lhe são subordinados;

15. Substituir o secretario em seus impedimentos.

## CAPITULO VI

### DO MEDICO

Art. 140. O medico será nomeado por portaria. Incumbe-lhe:

1.º Visitar ao menos uma vez por dia o estabelecimento do Internato, propondo todas as medidas que lhe parecerem convenientes á hygiene;

2.º Comparecer no estabelecimento todas as vezes que for reclamada a sua presença, quer para os alumnos, quer para os empregados internos;

3.º Examinar os candidatos á admissão, verificando si satisfazem as condições hygienicas para isso exigidas; e administrando a vaccina aos que não exhibirem certificado della ou não apresentarem cicatrizes de vaccina regular;

4.º Examinar periodicamente todos os alumnos, informando ao director sobre o estado de saude de cada um, afim de que este possa fazel-o aos paes ou encarregados;

5.º Fazer remover immediatamente os alumnos accommettidos de molestias infecto-contagiosas, os quaes, sob nenhum pretexto, poderão ser tratados no estabelecimento;

6.º Examinar a qualidade dos generos alimentic'os fornecidos ao Internato;

7.º Ter sob a sua direcção os empregados da enfermaria.

Paragrapho unico. Na enfermaria só poderão ser tratadas molestias simples ou accidentaes. Em pharmacia a ella annexa deverão existir sempre medicamentos eapparelhos appropriados ás primeiras applicações, nos casos de epidemia, bem como nos accidentes communs na vida collegial, taes como luxações, fracturas, contusões, incisões, queimaduras, etc.

## CAPITULO VII

## DOS PREPARADORES

Art. 141. Os preparadores serão nomeados por portaria sob proposta dos respectivos directores, que previamente consultarão o lente da cadeira. Incumbe-lhes:

- 1.º Ter todos os objectos do gabinete catalogados e dispostos na melhor ordem e estado de asseio;
- 2.º Preparar as collecções conforme as instrucções do lente;
- 3.º Cumprir o que pelo lente lhes for ordenado relativamente ás demonstrações praticas nas aulas.

Paragrapho unico. Cada preparador terá, para auxiliá-lo, um conservador de gabinete, nomeado pelo director, sob proposta do lente, e fará o inventario de seu gabinete ao tomar posse do cargo.

## CAPITULO VIII

## DOS INSPECTORES DE ALUNOS

Art. 142. Os inspectores de alumnos serão nomeados pelos directores. Incumbe-lhes:

- 1.º Vigiar com todo zelo e solicitude o procedimento e applicação dos alumnos, usando de moderação e delicadeza, aconselhando paternalmente os alumnos e dando-lhes constantes e evidentes exemplos do cumprimento pontual do dever;
- 2.º Cumprir todas as ordens que lhes forem dadas pelo vice-director;
- 3.º Apresentar ao vice-director um relatorio diario do que houver acontecido na classe, especialmente no que se referir ao procedimento e applicação dos alumnos;
- 4.º Tomar conhecimento dos trabalhos prescriptos aos alumnos pelos lentes, afim de preparar com antecedencia o que for necessario;
- 5.º Acompanhar os alumnos á entrada e sahida das aulas, e attentamente observá-os nas salas de estudo e durante as horas de recreio, animando-os em seus trabalhos, e dirigindo-os em seus jogos;
- 6.º Examinar os livros e as mesas de estudo dos alumnos, não perdendo occasião de pôr em relevo os deveres inherentes ao asseio e civilidade;
- 7.º Observar, além do que se passar na classe a seu cargo, tudo quanto de irregular occorrer no movimento geral dos alumnos;
- 8.º Não se ausentar da classe a seu cargo, salvo urgencia;
- 9.º Presidir, no internato, as mesas do refeitório, instruir os alumnos nas regras de civilidade e usos da boa sociedade relativos ao acto da refeição;

10.º Não recolher-se, no Internato, ao respectivo compartimento nos dormitórios, sem que estejam todos os alumnos accommodados.

§ 1.º O numero de inspectores de alumnos será sempre superior ao das classes, de modo que possam elle: ser substituidos sem prejuizo da disciplina do estabelecimento.

§ 2.º Os inspectores que não tiverem divisão a seu cargo alternarão no policiamento geral do estabelecimento.

## CAPITULO IX

### DOS BEDEIS

Art. 143. Os bedeis serão nomeados por portaria. Incumbe-lhes:

1.º Ter sob sua guarda as cadernetas das aulas, nas quaes mencionará, em cada dia, o comparecimento ou não comparecimento dos preparadores, bem como o não comparecimento dos lentes e professores, os quaes rubricarão os dias em que comparecerem ;

2.º Tomar mensalmente, com escrupuloso cuidado, as notas relativas ás faltas dos lentes, professores, preparadores e inspectores, transmittindo ao escrivão os devidos apontamentos ;

3.º Organisar as listas de cada aula, apresental-as aos lentes e professores na occasião em que entrem estes para a classe ;

4.º Ter sob seu cuidado papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o uso dos alumnos, fornecendo-os, desde que sejam pedidos pelos inspectores, do que tomarão nota em livro para esse fim destinado ;

5.º Apresentar diariamente ao director as notas relativas ás faltas dos lentes e professores ;

6.º Coadjuvar o secretario e o escrivão em tudo quanto disser respeito a exames, annuncios, avisos e mais serviços de escripturação.

Paragrapho unico. Os bedeis serão substituidos, nos seus impedimentos, por inspectores designados pelos directores.

## CAPITULO X

### DOS EMPREGADOS INTERNOS

Art. 144. Os porteiros serão nomeados por portaria. Incumbe-lhes :

1.º Ter sob sua guarda as chaves da portaria em cada estabelecimento ;

2.º Conservar em asseio e ordem, no Internato a portaria e suas dependencias, e no Externato todo o edificio ;

3.º Receber os requerimentos e papéis das partes, encaminhando-os à secretaria;

4.º Receber com toda a urbanidade as pessoas que vierem ao estabelecimento;

5.º Tomar, no Internato, nota do dia e hora, em livro especial, da entrada e saída dos alumnos;

6.º Mandar entregar tolo o expediente;

7.º Advertir às pessoas que na portaria não procederem com a devida regularidade, communicando ao director qualquer incidente contrario á boa ordem, desde que não forem attendidas as advertencias;

8.º Acompanhar os escrivães na organização do inventario, do qual terão cópia authentica.

Art. 145. O enfermeiro (Internato) será nomeado pelo director. Incumbe-lhe:

1.º Ter todo o cuidado com o asseio e boa disposição da enfermaria;

2.º Cumprir exactamente o que for prescripto pelas receitas medicas;

3.º Tratar com toda a delicadeza e carinho os alumnos doentes;

4.º Levar ao conhecimento do director os pedidos sobre medicamentos e dietas, rubricados pelo medico;

5.º Observar com a maior solicitude os factos que se passarem durante a ausencia do medico, dando a este communicação exacta de quanto tiver observado no doente;

6.º Notar no livro da enfermaria o dia em que os alumnos nella entram ou sahem, consignando o diagnostico formulado pelo medico.

Art. 146. O roupeiro (Internato) será nomeado pelo director. Incumbe-lhe:

1.º Receber o enxoval dos alumnos e verificar si se acha de accordo com as prescripções regulamentares;

2.º Não accetar peça alguma do enxoval que não esteja marcada com o numero designado;

3.º Tomar escurpuloso cuidado com a roupa dos alumnos depositada nos armarios da rouparia;

4.º Entregar, mediante rol, ao encarregado da lavagem e engommado a roupa dos alumnos, e bem assim as peças do uso do refeitório, copa, cozinha e enfermaria;

5.º Receber a roupa lavada e engommada, verificando si está de accordo com o rol e si se acha tratada com cuidado e asseio;

6.º Assentar em livro proprio o recebimento do enxoval dos alumnos;

7.º Entregar ao alumno que se retirar do Internato as peças do enxoval que nessa occasião possuir; sendo que ao alumno gratuito não será entregue, ao retirar-se, a roupa de cama, do que tudo lavrará nota em livro para este fim destinado.

Paragrapho unico. O roupeiro terá para auxiliar-o um ajudante nomeado pelo director.

Art. 147. O despenseiro (Internato) será nomeado pelo director. Incumbe-lhe:

1.º Receber os objectos que entrarem para a despesa, fazendo delles relação no livro de carga, e notar no livro de descarga os que della sahirem para a cozinha e copa; sendo obrigado a lançar em um livro especial a quantidade dos generos alimenticios que se forem gastando diariamente;

2.º Pesar os generos que pelo conselho de economia interna forem admittidos, e bem assim a quantidade delles necessaria para alimentação quotidiana dos alumnos e pessoal administrativo;

3.º Apresentar ao escrivão um balancete quinzenal dos generos consumidos.

Paragrapho unico. O despenseiro, responsavel não só pelo serviço da despesa como tambem pelos da copa e cozinha, terá para auxilial-o um ajudante nomeado pelo director.

Art. 148. Os cozinheiros, seus auxiliares (Internato) e os serventes serão nomeados pelo director e as obrigações que lhes competem serão especificadas no regimento interno.

Art. 149. Todos os funcionarios administrativos de nomeação do Governo tem direito á aposentadoria, nos termos da lei n. 117, de 4 de novembro de 1892.

## CAPITULO XI

### DAS FERIAS, LICENÇAS E FALTAS

Art. 150. Durante as ferias, o pessoal docente e administrativo, salvo os funcionarios que estiverem no gozo de licença, perceberão integralmente os seus vencimentos, sem embargo de quaesquer impedimentos occasionaes que occorrerem.

Art. 151. Salvo o caso de licença concedida pelo director, na forma do art. 135 n. 16, as licenças serão concedidas ao pessoal docente e administrativo por portaria do Ministro, em virtude de molestia provada ou qualquer motivo justo e attendivel, mediante requerimento convenientemente informado pelo director.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito á percepção do ordenado até seis mezes e de metade delle por mais de seis mezes até um anno; e por outro qualquer motivo dará logar ao desconto da 4ª parte do ordenado até tres mezes, da metade por mais de tres até seis, das tres quartas partes por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dahi por deante.

§ 2.º A licença, em caso algum, dará direito á gratificação do exercicio do cargo, não se podendo, porém, fazer desconto algum nas gratificações addicionaes dos lentes e professores.

Art. 152. O tempo de prorrogação de uma licença, concedida uma ou mais vezes dentro de um anno, será contado do dia em que terminou a primeira, afim de ser feito o desconto de que trata o § 1º do artigo antecedente.

Art. 153. Esgotado o tempo maximo dentro do qual poderão ser concedidas as licenças com vencimento, a nenhum funcionario será permittida nova licença com ordenado ou parte delle, sem que haja decorrido o prazo de um anno, contado da data em que houver expirado a ultima.

Art. 154. O funcionario poderá gosar onde lhe aprouver a licença que lhe for concedida; esta, porém, ficará sem effeito, si della não se aproveitar dentro de um mez, contado da data da concessão.

Art. 155. Não poderá obter licença alguma o funcionario que não tiver entrado em exercicio do logar em que haja sido provido.

Art. 156. As disposições dos artigos antecedentes applicam-se ao funcionario que perceber simples gratificação, ou cujo vencimento for de uma só natureza, e do qual duas terças partes serão consideradas como ordenado.

Art. 157. O funcionario licenciado poderá renunciar ao resto do tempo da licença que tiver obtido, uma vez que entre immediatamente no exercicio do seu cargo; mas, si não tiver feito a renuncia antes de começarem as ferias, só depois de terminada a licença poderá apresentar-se.

Art. 158. Salvo o dos preparadores, o ponto do pessoal administrativo é de entrada e de saída.

Art. 159. A presença dos membros do corpo docente será verificada pela sua rubrica nas cadernetas das aulas e assignatura nas actas da Congregação e do conselho da economia interna; e os preparadores pela declaração nas cadernetas.

Art. 160. O secretario, à vista dos livros de ponto, das cadernetas e livros das actas, organizará, no fim de cada mez, a lista completa das faltas e a apresentará ao director, que, attendendo aos motivos apresentados, poderá considerar justificadas até o numero de oito.

Art. 161. As faltas devem ser justificadas até ao ultimo dia do mez.

Art. 162. As faltas dos lentes e professores ás sessões de Congregação, ou a quaesquer actos e funcções a que forem obrigados pelo regulamento, serão contadas como as que derem nas aulas.

§ 1.º Coincidindo no mesmo dia trabalho de aula e de Congregação, a abstenção de um destes serviços importará uma falta quando o tempo da aula for anterior ou posterior ao da sessão.

§ 2.º O trabalho de Congregação prefere a qualquer outro.

## TITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 163. Para a matricula nas escolas superiores deverá o candidato apresentar certidão de approvação em exame de madureza, sendo-lhe extensiva a disposição do art. 36 deste regulamento.

Art. 164. De accordo com o preceituado nos arts. 20 a 28 deste regulamento, haverá exames de madureza nos Estados da Republica em que existirem cursos de ensino secundario, federaes ou estadoaes, ou particulares equiparados aos primeiros na conformidade das leis vigentes.

Art. 165. Para os alumnos procedentes de qualquer ensino que não o official, federal ou estadual, o exame de madureza será prestado nas sêdes dos estabelecimentos de ensino secundario: Gymnasio Nacional ou os de que trata o artigo anterior.

§ 1.º Estes exames deverão effectuar-se nas proximidades da abertura dos cursos superiores.

§ 2.º As provas serão prestadas de conformidade com os arts. 20 a 28 inclusive, do presente regulamento.

§ 3.º Para admissão a exames especiaes de certas profissões: agrimensor, dentista, etc., será exigido o exame previo de que trata o art. 32, prestado, no Gymnasio Nacional ou nos estabelecimentos referidos no art. 164, de accordo com as disposições do presente regulamento e antes da epoca fixada para aquelles exames nos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 166. A Congregação fará a adaptação do presente regulamento, na parte relativa á organização do ensino, aos actuaes alumnos do Gymnasio Nacional, tendo em vista que não deverá ser augmentado o tempo para conclusão do curso.

Art. 167. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de abril de 1899.— *Eptacio da Silva Pessoa.*



#### DECRETO N. 3252 — DE 8 DE ABRIL DE 1899

Crea os logares de supplentes do substituto do Juiz Federal nas circumscripções da Secção do Estado do Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Ficam creados no Estado do Amazonas, nos termos do art. 3º, § 1º, da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do Juiz Federal em cada uma das 12 circumscripções em se dividirá a respectiva Secção, das quaes comprehenderá a 1ª a comarca de Itacoatiara; a 2ª, a de Parintins; a 3ª, a de Rio Madeira e Borba; a 4ª, a de Manicoré; a 5ª, a de Humaytá; a 6ª, a de Rio Solimões e Coary; a 7ª, a de Teffé; a 8ª, a de S. Paulo de Olivença; a 9ª, a de Rio Juruá e S. Felipe; a 10ª, a de Rio Branco e Boa Vista; a 11ª, a de Rio Purús e Canutama; e a 12ª, a de Labrea, e cujos limites serão os das comarcas que as compoem.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4.º e 5.º da citada lei, terá o Procurador da Republica um ajudante o haverá um lugar de solicitador.

Capital Federal, 8 de abril de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3253 — DE 8 DE ABRIL DE 1899

Cria uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Piedade,  
Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca da Piedade, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 39ª, composta dos batalhões do serviço activo sob os ns. 115, 116 e 117 e da reserva n. 39, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de abril de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3254 — DE 10 DE ABRIL DE 1899

Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de perfumarias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, para a execução do art. 1º, n. 50, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 10 de abril de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



## Regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de perfumarias a que se refere o decreto n. 3254 desta data

### CAPITULO I

#### DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA

Art. 1.º O imposto de consumo de perfumarias de que trata o art. 1.º, n. 50, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, recahe sobre as perfumarias, quer nacionaes quer estrangeiras, acondicionadas em vidros, boiões, caixinhas, potes, latas, frascos, bocetas, papel ou qualquer outro envoltorio; não comprehendidas as essencias simples e oleos puros que constituem materias primas de diversas industrias, mas somente as preparações mixtas destinadas aos usos de *toilette*, taes como: os oleos, loções, cosmeticos, cremes, brilhantinas, bandolinas, pós, pastas e extractos, para uso dos cabellos, pelle, unhas, lenços, etc.; as aguas de Colonia; as aguas e vinagres aromaticos de qualquer especie; os dentrificios; os pós, cremes e outras preparações para conservar, tingir ou amaciar a pelle; as tintas para cabello e barba; os sabões em forma, pães, massa, pó ou barra, uma vez que sejam perfumados, as pastilhas aromaticas para qualquer fim, etc.

Art. 2.º O imposto compõe-se do registro das fabricas, casas de negocio e mercadores ambulantes, e das taxas a que estão sujeitos os productos especificados no art. 1.º.

Art. 3.º As importancias a pagar pelo registro são as estabelecidas no art. 5.º, e as taxas as que constam da tabella annexa.

### CAPITULO II

#### DO REGISTRO

Art. 4.º Todos os fabricantes e commerciantes das mercadorias a que se refere o art. 1.º são obrigados a registrar anualmente, até 28 de fevereiro, seus estabelecimentos e os individuos que empregarem na venda ambulante.

§ 1.º Os mercadores ambulantes de conta propria deverão ser tambem registrados dentro do mesmo prazo.

§ 2.º Os industriaes e commerciantes que se estabelecerem depois de 28 de fevereiro deverão obter o registro antes de iniciarem suas operações commerciaes, pagando integralmente o registro annual, qualquer que seja a epoca do anno em que o obtenham.

Art. 5.º As taxas a pagar pelo registro são:

a) Fabricas.....	200\$000
b) Depósitos de fabricas e casas commerciaes em grosso ou de atacado.....	100\$000
c) Casas commerciaes exclusivamente de perfumarias.	50\$000
d) Casas commerciaes com outros ramos de negocio além do de perfumarias.....	20\$000
e) Mercador ambulante, ainda que trabalhando por conta de fabrica ou casa commercial registrada.	20\$000

Art. 6.º Para pagamento do registro na vigencia deste regulamento os interessados apresentarão á estação fiscal competente uma guia organizada de accordo com o modelo A.

Art. 7.º As transferencias de registro deverão ser requeridas dentro de sessenta dias, a contar da data da aquisição do estabelecimento, mas não serão permittidas si o transferente for devedor de multas ou estiver sob a pressão de auto de infracção, salvo si o mesmo depositar previamente a importância da multa, a qual ficará retida até completa solução do processo.

Art. 8.º O comprador será responsavel pelas dividas do vendedor, excepto:

a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica ;

b) si o houver de espolio ou massa fallida, contanto que o titulo de aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 9.º Sempre que, no correr do anno, forem alteradas as condições do estabelecimento, de modo a sujeital-o a uma taxa maior de registro, o contribuinte será obrigado ao pagamento da differença dentro de sessenta dias, sob pena de ficar sem effeito o registro primitivo.

Art. 10. Diversos ramos de negocio no mesmo estabelecimento não eximem o proprietario da obrigação do registro, si no dito estabelecimento forem vendidas perfumarias.

Art. 11. A venda ambulante fica sujeita a tantos registros quantas forem as pessoas empregadas nesse commercio, e o titulo de registro expedido para esse fim só será valido dentro da zona territorial (Capital Federal ou um determinado Estado) para a qual tiver sido concedido.

Art. 12. Na falta de transferencia de registro dentro do prazo do art. 7º, ou quando o mesmo não houver sido solicitado de accordo com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e profissões, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 13. A falta de registro será punida na fôrma do art. 36 e elevará ao maximo a pena em que incorrer o contribuinte pela infracção de qualquer outra disposição deste regulamento.

Art. 14. A guia de que trata o art. 6º servirá para organizar-se um cadastro dos estabelecimentos e pessoas registradas, o qual deverá conter a declaração da rua e numero do estabelecimento, nome do contribuinte, especie de commercio, importância

e numero da patente de registro (modelo B), data do pagamento e mais observações.

Este cadastro será publicado no *Diario Official* em junho de cada anno.

### CAPITULO III

#### DAS TAXAS DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 15. As taxas de consumo sobre os productos de que trata o art. 1.<sup>o</sup> serão pagas por meio de estampilhas especiaes applicadas aos mesmos, as quaes só poderão ser vendidas nas estações fiscaes competentes.

Art. 16. Haverá estampilhas de duas côres: de uma côr para os productos nacionaes e de outra para os productos estrangeiros. O formato e signaes característicos das mesmas estampilhas serão regulados pelo Ministro da Fazenda e os seus valores os seguintes:

200 réis.

500 »

Art. 17. O deposito central das estampilhas será :

1.<sup>o</sup> Para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro — na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional, ou em ambas essas repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda ;

2.<sup>o</sup> Nos outros Estados — nas Delegacias.

Art. 18. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos directamente á Imprensa Nacional ou á Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recebedoria, Alfandega de Macahé e Delegacias Fiscaes, sendo os das Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro por intermedio da Directoria de Rendas Publicas.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas, como as de Antonina, S. Francisco e Porto Murinho, as quaes o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 19. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições, do qual conste especificadamente todo movimento de sahida.

Art. 20. A arrecadação do imposto será feita :

a) na Capital Federal — pela Alfandega e Recebedoria ;

b) no Estado do Rio de Janeiro, nos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo — pela Recebedoria ; em Macahé — pela respectiva Alfandega e nos outros municipios — pelas Agencias Fiscaes ;

c) nos outros Estados — pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas repartições.

Art. 21. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser diariamente escripturado o movimento

de entrada e sahida de estampilhas com as devidas especificações (modelo C).

Art. 22. O estampilhamento das perfumarias fabricadas no paiz será feito nas fabricas, e o das perfumarias importadas pelo importador ou pelos commerciantes retalhistas, que para isso são obrigados a receber daquelle o numero de estampilhas correspondente á quantidade e qualidade dos productos que lhe comprarem.

Paragrapho unico. O estampilhamento pelos commerciantes ou retalhistas deverá ser effectuado dentro do prazo de tres dias, contados da entrada da mercadoria no seu estabelecimento.

Art. 23. É considerada contravenção a este regulamento a exposição á venda das perfumarias tributadas sem o competente sello.

Art. 24. São consideradas expostas á venda as perfumarias a que se refere o art. 1.º que forem encontradas dentro das casas commerciaes ou em poder dos mercadores ambulantes, ainda que guardadas em caixas ou moveis.

Art. 25. São isentas do imposto de consumo as perfumarias que forem exportadas para paizes estrangeiros. O exportador, porém, pedirá á repartição aduaneira uma guia na qual se declare a quantidade e qualidade dos productos a exportar, afim de apresental-a ao fabricante. Esta guia, que só será concedida em vista do despacho de exportação, acompanhará a expedição da mercadoria da fabrica até á repartição aduaneira ou ao ponto designado para o embarque.

Paragrapho unico. Si decorrido o prazo de vinte dias não se tiver realizado o embarque da mercadoria para a qual houver sido solicitada a guia de que trata este artigo, o chefe da repartição aduaneira exigirá explicações de quem a solicita e fará proceder a uma sindicancia, si suspeitar que houve fraude.

Art. 26. Os fabricantes de perfumarias terão escripta especial em livro sellado, rubricado e authenticado nas respectivas estações fiscaes, no qual registrarão o movimento diario do estabelecimento e o movimento de entrada e sahida de estampilhas, tudo de conformidade com o modelo D.

Paragrapho unico. Este livro será examinado pelos fiscaes ou pelos empregados designados pelos chefes das repartições e, no caso de duvida, os ditos fiscaes ou empregados pedirão o exame da escripta geral, afim de se esclarecerem sobre os pontos que tiverem achado obscuros ou duvidosos.

## CAPITULO IV

### DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

#### *Da venda*

Art. 27. As estampilhas do imposto de consumo de perfumarias serão vendidas nas competentes estações fiscaes ás pessoas

habilitadas com o respectivo registro na fôrma deste regulamento.

Art. 28. O fornecimento de estampilhas será feito mediante pedido formulado de accordo com o modelo E por compra, em importancia nunca inferior a 50\$000. Este pedido será feito em duas vias, devendo ser uma via entregue ao comprador.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas para as perfumarias importadas, cujo fornecimento será feito de accordo com a nota de despacho, mediante guia organizada pelo despachante e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 29. A venda de estampilhas se fará nas seguintes condições:

1.<sup>a</sup> As estampilhas para perfumarias importadas — exclusivamente aos importadores ou seus representantes, devidamente habilitados, em vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo antecedente e na medida exacta da quantidade e qualidade das perfumarias que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas repartições aduaneiras.

2.<sup>a</sup> As estampilhas para perfumarias fabricadas no paiz — exclusivamente aos fabricantes registrados mediante o pedido a que se refere o art. 28.

Paragrapho unico. E' prohibido aos industriaes e importadores revenderem as estampilhas que adquirirem para o estampilhamento de seus productos.

Art. 30. Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes que lhes comprarem perfumarias importadas as estampilhas correspondentes á qualidade e quantidade desses productos, não sendo licito aos ditos importadores dispor de outro modo das estampilhas que tiverem em seu poder.

#### *Da collocação*

Art. 31. A applicação das estampilhas será feita da seguinte fôrma :

1.<sup>o</sup> Nas garrafas, frascos e outras vasilhas semelhantes, de maneira que fiquem colladas no gargalo e rolha, e se rompam ao serem abertas as ditas garrafas, frascos, etc.;

2.<sup>o</sup> Nas caixinhas, potes, latas, bocetas e outras vasilhas semelhantes, de maneira que parte fique collada na orla da tampa e parte no corpo da caixinha, pote, etc.;

3.<sup>o</sup> Nos envoltorios de papel, sobre o fecho, apanhando as duas abas da folha, tira ou faixa de papel ;

Paragrapho unico. Os sabões perfumados, em barras, páos ou fôrmas, deverão ser expostos á venda em caixinhas ou pelo menos envolvidos em folhas ou fitas de papel, de modo que sobre esses envoltorios se possam applicar as estampilhas com adherencia perfeita.

Art. 32. Para completar a importancia da taxa legal poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, comtanto que o sejam seguidamente e nunca sobrepostas umas ás outras, sob

pena de só se considerar satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo logar.

Art. 33. Consideram-se inutilisadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas ou colladas de modo que possam ser transferidas sem o menor esforço, de um para outro volume.

Art. 34. Considera-se não sellado o producto nacional a que forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras, e bem assim o producto estrangeiro sellado com estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

## CAPITULO V

### DAS PENAS E SUA APLICACÃO

Art. 35. As penas comminadas neste regulamento serão impostas em vista de processo administrativo, que terá por base o auto.

Paragrapho unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas collidas.

#### *Das multas*

Art. 36. Os infractores deste regulamento serão passíveis das seguintes multas:

De 300\$ a 500\$000:

a) Os fabricantes e negociantes de perfumarias que não registrarem seu estabelecimento ou negocio como estipula o art. 4º;

b) Os fabricantes que deixarem de cumprir o disposto no art. 26;

c) Os fabricantes e commerciantes que não collocarem as estampilhas como determina o art. 31, ou infringirem qualquer das outras disposições do mesmo artigo e seu paragrapho, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indicio de já terem servido;

d) Os directores, gerentes ou empregados das empresas de transporte que se oppuzerem ao disposto no art. 63.

De 500\$ a 1:000\$000:

e) Os fabricantes que permittirem sahir das fabricas perfumarias não selladas ou selladas incompletamente, salvo as excepções constantes deste regulamento;

f) Os que infringirem o disposto no art. 22;

g) Os commerciantes que expuzerem á venda perfumarias nas condições da lettra e deste artigo;

h) Os fabricantes e importadores que revenderem estampilhas adquiridas para o estampilhamento dos seus productos fabricados ou importados;

- i) Os mercadores ambulantes que infringirem o art. 73;
- j) Os importadores que deixarem de cumprir o disposto no art. 30.

De 1:000\$ a 3:000\$ :

- k) Os que registrarem fabrica não existente ou com falsa declaração do nome ou firma do proprietario ;
- l) Os que usarem estampilhas falsas ou rotulos de fabrica não existente ;
- m) Os que por qualquer fórma embaraçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas attribuições ;
- n) Os que expuzerem á venda ou venderem perfumarias nacionaes inculcando-as como estrangeiras ;
- o) Qualquer pessoa que seja encontrada vendendo ou procurando vender estampilhas servidas ;
- p) Os que servirem-se da guia de que trata o art. 25 para obter dos fabricantes productos não estampilhados, dando-lhes depois consumo no interior do paiz.

Art. 37. O commerciante que recusar-se a declarar qual o fabricante das perfumarias encontradas em sua casa de negocio em condições que não respeitem as prescripções fiscaes deste regulamento, será punido com as mesmas multas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 38. Além da applicação das multas impostas no art. 36, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, selladas incompletamente, ou com sellos falsos e já servidos.

Art. 39. As multas impostas neste regulamento serão cobradas no dobro aos reincidentes.

#### *Do auto e processo administrativo*

Art. 40. O auto, base do processo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualisação, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que occorrerem.

Art. 41. O auto será lavrado :

- 1º, por fiscaes especiaes ou empregados de fazenda designados;
- 2º, por qualquer pessoa.

§ 1.º O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas; quando, porém, o for pelos funcionarios de que trata o n. 1º deste artigo, semelhante formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.º O infractor ou seu representante na occasião deverá assignar o auto; no caso, porém, de recusa ou impossibilidade, será declarada esta circumstancia.

Art. 42. Lavrado o auto de infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor dando conhecimento da falta autoada, affirm de que venha allegar o que julgar a bem de seu direito dentro do prazo improrogavel de quinze dias, sob pena de revelia.

§ 1.º A intimação será feita:

- a) por publicação de edital no *Diário Official*, na Capital Federal, e em outros órgãos de publicidade, nos Estados ;
- b) por notificação escripta ou verbal à parte interessada, comprovada com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.º Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento não só da infração commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido.

Art. 43. O prazo de quinze dias de que trata o artigo antecedente será contado da data da publicação do edital ou da notificação.

Art. 44. Produzida a justificação, à qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da repartição, depois de ouvir o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necessários, imporá a multa ou julgará improcedente o auto.

Paragraphe unico. Si, esgotado o prazo de quinze dias, a parte interessada não produzir justificação nem allegar em seu favor, notar-se-ha no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 45. As decisões dos chefes das repartições serão publicadas ou communicadas à parte interessada.

Art. 46. Proferida a decisão, o acto não poderá ser reconsiderado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo à parte interessada o recurso nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 47. Preparado e concluso o processo, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas nas provas dos autos.

Art. 48. As informações ou pareceres que sobre o auto de infração tiverem de ser dados por funcionarios não deverão exceder em caso algum o prazo de quinze dias, bem como nenhuma dilação probatoria será concedida ao infractor no correr do processo maior de dez dias.

Art. 49. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de quinze dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Paragraphe unico. Si findo este prazo a multa não tiver sido satisfeita, deverá a certidão da divida ser remettida immediatamente à Directoria do Contencioso ou às Delegacias para a cobrança executiva.

Art. 50. No caso de não residir o infractor na sede da repartição por onde correr o processo, as intimações e mais actos serão exercidos por intermedio da estação do lugar da residencia do mesmo infractor.

## CAPITULO VI

### DO RECURSO

Art. 51. Das decisões proferidas pelas estações fiscaes haverá recurso para a instancia superior.



Paragrapho unico. Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista, e serão interpostos:

a) para o Ministro da Fazenda, das decisões fiscaes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes em primeira instancia excedentes das suas alçadas ;

b) para as Delegacias Fiscaes, das decisões proferidas pelos chefes das repartições arrecadadoras dos respectivos Estados.

Art. 52. Haverá recurso de revista, interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807 de 31 de janeiro de 1898, das decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 53. Haverá recurso *ex-officio*:

1º, das decisões favoraveis ás partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas ;

2º, das decisões dos Inspectores das Alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira, quer em segunda instancia, e do Director da Recebedoria, julgando em favor das partes as contravenções ao art. 26 e seu paragrapho e ao art. 36 lettra 1.

Paragrapho unico. Estes recursos serão interpostos dentro do prazo de quinze dias:

a) para o Ministro da Fazenda, pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e de Macahé e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro ;

b) para as Delegacias Fiscaes, pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 54. Os recursos das decisões das repartições arrecadadoras deverão ser interpostos dentro do prazo de quinze dias, contados da publicação ou intimação do despacho, por meio de petição dirigida á autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos apresentados á repartição competente serão por ella encaminhados com o processo e informações dentro do prazo de oito dias.

Art. 55. Si o recurso versar sobre multa, não será acceito sem deposito prévio da sua importancia.

Art. 56. O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 57. A fiscalização do imposto compete:

1º, na Capital Federal, á Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro;

2º, no Estado do Rio de Janeiro, em Nitheroy e S. Gonçalo á Recebedoria ; em Macahé, á respectiva Alfandega, e nos outros municípios, ás Agencias Fiscaes ;

3º, nos outros Estados, ás Delegacias Fiscaes em todo o Estado, e ás Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.

Art. 58. A fiscalização do imposto será feita :

- a) nas Alfandegas e outras repartições aduaneiras ;
- b) nas fabricas ;
- c) nas casas de commercio ;
- d) nas officinas dos pequenos fabricantes ;
- e) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferrocarris, das linhas de navegação marítima e fluvial ou de quaesquer empresas de transporte.

Art. 59. A fiscalização será exercida não só pelos chefes das repartições mencionadas no art. 57 e respectivos empregados, como especialmente por intermedio dos fiscaes.

Art. 60. Incumbe aos fiscaes :

1.º Velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequencia as fabricas e casas commerciaes de perfumarias, barbeiros e cabelleiros, e examinando, quando julgar conveniente, as dependencias desses estabelecimentos e os armarios, caixas ou moveis que ali encontrarem ;

2.º Lavrar os autos de infracção ;

3.º Appreender as mercadorias em contravenção deste regulamento, lavrando o competente auto ;

4.º Apresentar um specimen de cada producto que encontrar em infracção, para prova material da contravenção ;

5.º Visar o registro das fabricas e casas mercadoras de perfumarias e examinar a escripta dos fabricantes ;

6.º Solicitar o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funcções ;

7.º Desempenhar qualquer outra funcção que se contenha no limite de suas attribuições ;

8.º Apresentar mensalmente, até o dia 10, mappa das casas visitadas durante o mez anterior, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, genero do negocio, numero do registro, infracções verificadas e natureza das mesmas, com os precisos esclarecimentos, bem como do movimento das fabricas ;

9.º Exercer a mais activa vigilancia para impedir a fabricação de perfumarias com rotulos falsificados, apprehendendo todos os productos que se acharem nestas condições ;

10. Inspeccionar :

a) o fabrico de rotulos, para verificar si se prestam á applicação de productos nacionaes para serem expostos á venda como estrangeiros ;

b) as bebidas nacionaes expostas á venda para vorificar si trazem rotulos em lingua estrangeira ;

11. Prestar á autoridade competente as informações e serviços que lhes forem exigidos em relação ás suas funcções.

Art. 61. Os fiscaes serão immediatamente subordinados aos chefes das repartições arrecadadoras, e, no desempenho de suas funções, são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de Fazenda.

Art. 62. Os que desacatarem de qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização, no exercício de suas funções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Código Criminal, para o que o empregado offendido lavrará um auto, acompanhado do rol de testemunhas, o qual será remetido pelo chefe da repartição ao Procurador da Republica.

O empregado, no caso da disposição precedente, poderá prender o offensor ou infractor e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

Art. 63. Os agentes fiscaes dos impostos de consumo, qualquer que seja a sua categoria, poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas de ferro, ferro-carris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer empresas de transportes, si as perfumarias sujeitas ao imposto, em carga ou descarga nessas estações, estão devidamente estampilhadas, exigindo, em caso de suspeita, que os volumes sejam retidos nas referidas estações, até que os remetentes ou destinatarios os abram ou autorizem a abri-los á vista do agente fiscal.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte facultarão aos funcionarios da Fazenda Publica todas as informações que elles requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a necessaria inspecção.

§ 1.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará e assignará termo declarando a diligencia que houver effectuado.

§ 2.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remettente auto de infracção nos termos deste regulamento e apprehenderá o mesmo producto.

Art. 64. Os fiscaes poderão penetrar nas fabricas de perfumarias e ali exercer suas funções a qualquer hora do dia ou da noite, quando de noite estiver a fabrica funcionando em trabalho industrial.

Art. 65. As perfumarias sujeitas ao imposto de consumo que forem encontradas no commercio sem estarem devidamente selladas, serão apprehendidas pelos fiscaes, que multarão os infractores e lavrarão auto de infracção e apprehensão.

Paraphrasis unico. As perfumarias apprehendidas só serão restituídas si forem selladas e paga a multa pelo infractor no prazo de quinze dias; no caso contrario, serão remettidas á Alfandega, a fim de serem dadas em consumo.

Art. 66. Todas as repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço fiscal quando lhes for solicitado.

## CAPITULO VIII

## DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 67. Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da data da publicação das resoluções ou despachos no *Diario Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente, nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

Art. 68. Logo que se acharem impressas as estampilhas do imposto de consumo de perfumarias, o Governo as fará distribuir pelas repartições fiscaes incumbidas da respectiva venda.

Art. 69. A medida que as repartições competentes na Capital Federal e nas Capitães dos Estados forem recebendo essas estampilhas, farão annunciar immediatamente por editaes a venda das mesmas no *Diario Official* ou nas gazetas que publicam o expediente dos ditos Estados, e nesses editaes marcarão o prazo improrogavel de vinte dias, além do qual não poderão mais circular no commercio, nem ser expostas á venda, as mercadorias de que trata o art. 1.º, que não estejam estampilhadas de conformidade com as disposições deste regulamento e a tabella annexa.

Art. 70. Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho, que durante o prazo de vinte dias mencionado no art. 69 ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias da citada especie não estampilhadas ou estampilhadas incompletamente, deverão supprir-se nas repartições competentes das estampilhas necessarias que, por excepção ao disposto nos arts. 27, 28 e 29, serão vendidas durante o mesmo prazo em qualquer quantidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

Art. 71. Decorrido o prazo de vinte dias estabelecido no art. 69, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão as suas circumscripções, inspecionando todas as casas commerciaes e negocios ambulantes de perfumarias, a fim de verificarem si ha producto á venda, nos termos do art. 24, sem estar devidamente estampilhado, multando os infractores.

Art. 72. O preço de 5\$ mencionado na tabella annexa e que serve de limite para a applicação da taxa de 200 rs. é, para o producto nacional, o preço do retalhista, e para o producto estrangeiro o que houver sido calculado na Alfandega por occasião de ser despachada a mercadoria. Neste calculo as repartições aduaneiras levarão em conta não só o valor da mercadoria (inclusive frete) ao cambio do dia, mas tambem os direitos, e sobre a totalidade addicionarão 10 % para despesas subsequentes ao despacho.

Art. 73. Os vendedores ambulantes de perfumarias deverão trazer sempre consigo o seu titulo de registro, que serão obrigados a apresentar aos fiscaes todas as vezes que elles o exigirem.

Art. 74. Quando em qualquer das repartições incumbidas da venda de estampilhas ocorrer accidentalmente a falta de um determinado typo, poderá essa repartição supprir estampilhas de valor correspondente relativas a qualquer dos outros impostos de consumo que são arrecadados por esse meio, uma vez que não sejam suppridas aos importadores estampilhas applicaveis a productos nacionaes, nem a fabricantes de productos nacionaes e negociantes não importadores estampilhas applicaveis a productos estrangeiros.

Art. 75. Verificando-se a mudança de localidade, nome da rua, numero da casa, composição da firma social, ou qualquer outra das indicações exigidas por este regulamento nos rotulos dos productos, serão tolerados os antigos rotulos na circulação do commercio durante seis mezes.

Art. 76. No corrente anno o prazo para o registro, de que trata o art. 4º, será de vinte dias, contado da data da publicação deste regulamento, nos termos do art. 67.

Art. 77. Enquanto não for reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço regular-se-ha pelos decretos ns. 2998, de 14 de setembro de 1898 e 3040, de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 78. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de abril de 1899. — *Joaquim D. Martins*.

## TABELLA

Taxas de consumo a que estão sujeitas as perfumarias

Perfumarias nacionaes e estrangeiras:

Por caixinha, frasco, etc. de preço até 5\$000.....	200 réis (*)
Idem, idem de preço superior a 5\$000.....	500 réis

---

(\*) Vide circular annexa n. 31 de 18 de maio.

## MODELO — A

F.....residente á rua..... com.....  
(estabelecimento de..... ou venda ambulante) de perfu-  
marias, vem registrar seu negocio na fórma das disposições em  
vigor.

.....cm.....de.....de 189.....

(Assignatura).

MODELO — B

N.



EXERCICIO DE 189...

Recebedoria da Capital Federal

REGISTRO DE PERFUMARIAS

Rs....\$....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de perfumarias na fórma do art.... do Decreto..... n.

Recebedoria da Capital Federal...de.....de 189..\*

Pelo sub-director,  
F.

Recebi em.....

O thesoureiro,  
F.

N.



EXERCICIO DE 189...

Recebedoria da Capital Federal

( Decreto n..... )

REGISTRO PARA O COMMERCIO DE PERFUMARIAS

Rs....\$....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de perfumarias na fórma do art..... do Decreto n.....

Recebedoria da Capital Federal.... de..... de 189...

Pelo sub-director,  
F.

Recebi em....de..... de 189...

O thesoureiro  
F.





MODELO — D

CONSUMO			ESTAMPILHAS				
DATA	PERFUMARIAS DE PREÇO ATÉ 5%	PERFUMARIAS DE PREÇO SUPERIOR A 5%	DATA	IMPORTANCIA DAS COMPRADAS NA REPARTIÇÃO FISCAL	IMPORTANCIA DAS EMPREGADAS NOS PREPARADOS	SALDO EXISTENTE	OBSERVAÇÕES

N. B. — No fim do mês os saldos existentes nas estampilhas passarão para o mês seguinte.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



## DECRETO N. 3255 — DE 10 DE ABRIL DE 1899

Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de velas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, para a execução do art. 1.º, n. 49, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 10 de abril de 1899, 11.ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*

Regulamento para a arrecadação do imposto de  
consumo de velas a que se refere o decreto  
n. 3255 desta data

## CAPITULO I

## DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA

Art. 1.º O imposto de consumo de velas de que trata o art. 1.º, n. 49, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, recae sobre as velas de stearina, espermacete, parafina ou de composição, qualquer que seja a sua procedencia.

Art. 2.º O imposto compõe-se do registro das fabricas e depósitos e das taxas estabelecidas na tabella annexa.

Art. 3.º As importancias a pagar pelo registro são as mencionadas no art. 5.º.

## CAPITULO II

## DO REGISTRO

Art. 4.º Todos os fabricantes e proprietarios de depositos de velas são obrigados a registrar os seus estabelecimentos annualmente, até 28 de fevereiro, devendo o registro das fabricas ser feito antes de iniciado o trabalho fabril e o dos depositos antes de qualquer operação commercial.

Paragrapho unico. O registro deverá ser pago integralmente, seja qual for a epoca em que houver sido obtido.

Art. 5.º As taxas do registro são :

a) Fabricas.....	200\$000
b) Depósitos de fabricas e casas commerciaes em grosso ou de atacado.....	100\$000

Art. 6.º Para pagamento do registro na vigencia deste regulamento o impetrante apresentará á estação fiscal respectiva uma guia organizada de accordo com o modelo A.

Art. 7.º As transferencias do registro deverão ser requeridas dentro de sessenta dias, a contar da data da aquisição do estabelecimento, mas não serão permittidas si o transferente for devedor de multas ou estiver sob a pressão de auto de infração, salvo si depositar previamente a importancia da multa, que será retida até completa solução do processo.

Art. 8.º O comprador será responsavel pelas dividas do vendedor, excepto:

- a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica;
- b) si o houver de espolio ou massa fallida, contanto que o titulo de aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 9.º Na falta de transferencia de registro dentro do prazo do art. 7.º, ou quando o mesmo não houver sido solicitado de accordo com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e profissões, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 10. A falta de registro será punida na fórma do art. 33 e elevará ao maximo a pena em que incorrer o contribuinte pela infracção de qualquer outra disposição deste regulamento.

Art. 11. A guia de que trata o art. 6.º servirá para organizar-se um cadastro dos estabelecimentos registrados, o qual deverá conter declaração da rua e numero do estabelecimento, nome do contribuinte, taxa e numero da patente de registro (modelo B), data do pagamento e mais observações.

Este cadastro será publicado no *Diario Official* em junho de cada anno.

### CAPITULO III

#### DAS TAXAS DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 12. O imposto de consumo sobre os productos de que trata o art. 1.º será pago por meio de estampilhas especiaes applicadas aos mesmos.

Art. 13. Haverá estampilhas de duas côres: de uma côr para velas nacionaes e de outra para velas estrangeiras. O formato e signaes caracteristicos dessas estampilhas serão regulados pelo Ministro da Fazenda, e seus valores os seguintes:

20 réis.  
50 réis.  
100 réis.

Art. 14. O deposito central das estampilhas será:

1.º Para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro — na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional, ou em ambas essas repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda.

2.º Nos outros Estados — nas Delegacias.

Art. 15. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos directamente à Imprensa Nacional ou à Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recebedoria, Alfandega de Macahé e Delegacias Fiscaes, sendo, porém, os das Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro por intermedio da Directoria de Rendas Publicas.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas como as de Antonina, S. Francisco e Porto Murtinho que o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 16. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições, do qual conste especificadamente todo o movimento de sahida.

Art. 17. A arrecadação do imposto será feita:

a) na Capital Federal — pela Alfandega e Recebedoria;

b) no Estado do Rio de Janeiro — nos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo — pela Recebedoria; em Macahé — pela respectiva Alfandega e nos outros municipios — pelas Agencias Fiscaes;

c) nos outros Estados — pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas repartições.

Art. 18. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser diariamente escripturado com as devidas especificações o movimento de entrada e sahida de estampilhas (modelo C).

Art. 19. O estampilhamento das velas fabricadas no paiz deverá ser effectuado unicamente nas fabricas, e o das velas importadas no estabelecimento do importador ou dos negociantes retalhistas, os quaes para isso são obrigados a receber do mesmo importador o numero de estampilhas correspondente á quantidade e qualidade dos productos que lhe comprarem.

Art. 20. E' considerada contravenção a este regulamento a exposição á venda das velas tributadas sem o competente sello.

Art. 21. São consideradas expostas á venda as velas que se acharem dentro das casas commerciaes, ainda que guardadas em caixas ou moveis.

Art. 22. São isentas do imposto de consumo as velas que forem exportadas para paizes estrangeiros. O exportador, porém, pedirá uma guia á repartição aduaneira respectiva, na qual serão declaradas a quantidade e qualidade do producto a exportar, afim de apresentar ao vendedor. Esta guia, que só será concedida em vista do despacho de exportação, acompanhará a expedição da mercadoria da fabrica até á repartição aduaneira ou ao ponto designado para o embarque.

Paragrapho unico. Si, decorrido o prazo de vinte dias, não se tiver effectuado o embarque da mercadoria para a qual houver sido solicitada a guia de que trata este artigo, o chefe da repartição exigirá explicações de quem a solicitou e fará proceder a uma sindicancia, si suspeitar que houve fraude.

Art. 23. As velas de produção nacional serão acondicionadas em pacotes ou caixinhas de papel ou papelão, devendo ser marcado no lado externo desses envoltorios, por meio de carimbo sobre as estampilhas, o typo a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 1.º O fabricante será obrigado a fazer collar em cada pacote uma etiqueta com a denominação da fabrica ou com o nome do fabricante.

§ 2.º É prohibido aos fabricantes nacionaes deixar sabir das fabricas velas a granel, não podendo tambem ser assim importadas as estrangeiras.

§ 3.º Para os effeitos deste artigo as velas são classificadas em tres typos, a saber:

Typo A. Quando o peso do pacote não exceder de 250 grammas.

Typo B. Quando o peso for de mais de 250 grammas até 500 grammas inclusive.

Typo C. Quando exceder de 500 grammas até 1.000 grammas inclusive.

Art. 24. Os fabricantes das velas mencionadas no art. 1º terão escripta especial em livro sellado, rubricado e authenticado nas respectivas estações fiscaes, no qual registrarão não só o movimento diario do estabelecimento, como o de entrada e a saída de estampilhas, de accordo com o modelo D.

Paragrapho unico. Este livro será examinado pelos fiscaes ou pelos empregados designados, que, em caso de duvida, poderão pedir para examo a escripta geral, adim de verificarem a exactidão dos lançamentos.

## CAPITULO IV

### DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

#### *Da venda*

Art. 25. As estampilhas do imposto de consumo de velas serão vendidas pelas estações fiscaes as pessoas habilitadas com o respectivo registro na fórma deste regulamento.

Art. 26. O fornecimento de estampilhas será feito por compra, mediante pedido formulado de accordo com o modelo — E, em importancia nunca inferior a 50\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas para velas importadas, as quaes serão fornecidas de accordo com a nota do despacho, mediante guia organizada pelo despachante e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 27. A venda de estampilhas se fará nas seguintes condições :

1.º As estampilhas para velas importadas—exclusivamente aos importadores ou seus representantes devidamente habilitados, em vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo antecedente e na medida exacta da quantidade de velas que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas repartições aduaneiras ;

2.º As estampilhas para velas fabricadas no paiz—exclusivamente aos fabricantes registrados, mediante o pedido a que se refere o art. 26.

Paragrapho unico. E' prohibido aos industriaes e importadores revenderem as estampilhas que adquirirem para o estampilhamento de seus productos.

Art. 28. Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes que lhes comprarem velas importadas as estampilhas correspondentes á quantidade desse producto, não sendo licito aos ditos importadores dispor de outro modo das estampilhas que tiverem em seu poder.

#### *Da collocação*

Art. 29. As estampilhas serão applicadas no envoltorio externo, e collocadas de modo que fiquem inutilisadas quando aberto o dito envoltorio.

1.º Os negociantes retalhistas poderão vender velas uma a uma, mas deverão conservar o pacote aberto com o selo inutilisado;

2.º Os sellos das velas serão inutilisados com o carimbo a que se refere o art. 23.

Art. 30. Para completar a importancia da taxa legal, poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, comtanto que o sejam seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo logar.

Art. 31. Consideram-se inutilisadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas ou colladas de maneira que possam ser facilmente transferidas de um para outro pacote.

Paragrapho unico. Considera-se não sellado o producto nacional no qual estejam applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras, e o producto estrangeiro sellado com estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

### CAPITULO V

#### DAS PENAS E SUA APPLICAÇÃO

Art. 32. As penas comminadas neste regulamento serão impostas em vista de processo administrativo, que terá por base o auto.

Paragrapho unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas collidas.

### *Das multas*

Art. 33. Os infractores do presente regulamento serão punidos com as seguintes multas:

De 300\$ a 500\$000:

a) Os que não registrarem seu estabelecimento ou negocio como estipula o art. 4.<sup>o</sup> e seu paragrapho ;

b) Os fabricantes que deixarem de cumprir qualquer das disposições do art. 24 ;

c) Os fabricantes e commerciantes que não collocarem as estampilhas como determina o art. 29, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indicio de já terem servido ;

d) Os directores, gerentes ou empregados das empresas de transporte que se oppuzerem ao que determina o art. 60.

De 500\$ a 1:000\$000:

e) Os fabricantes que permittirem sair das fabricas as mercadorias de que trata o art. 1.<sup>o</sup> não selladas ou selladas incompletamente ;

f) Os commerciantes que expuzerem á venda velas nas condições da lettra e deste artigo ;

g) Os fabricantes que infringirem o art. 23 e seus paragraphos ;

h) Os fabricantes e importadores que revenderem estampilhas adquiridas para o estampilhamento de productos fabricados ou importados.

De 1:000\$ a 3:000\$000:

i) Os que registrarem fabrica não existente ou com declaração falsa do nome ou firma do proprietario ;

j) Os que usarem estampilhas ou rotulos falsos ou rotulos de fabrica não existente ;

k) Os que por qualquer fôrma embaraçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas attribuições ;

l) Qualquer pessoa encontrada vendendo ou procurando vender estampilhas servidas ;

m) Os que se servirem da guia a que se refere o art. 22 para obter dos fabricantes productos não estampilhados, dando-lhes depois consumo no interior do paiz.

Art. 34. Quando o commerciante se recusar a declarar qual o fabricante das velas encontradas em sua casa de negocio em condições que não respeitem as prescripções deste regulamento, será punido com as mesmas penas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 35. Além da applicação das multas impostas no art. 33, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, selladas incompletamente, ou com sellos falsos ou já servidos.

Art. 36. As multas impostas neste regulamento serão cobradas no dobro aos reincidentes.



*Do auto e processo administrativo*

Art. 37. O auto, base do processo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualisação, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que occorrerem.

Art. 38. O auto será lavrado:

1º) por fiscaes especiaes ou por empregados de Fazenda designados;

2º) por qualquer pessoa.

§ 1.º O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas; quando, porém, o for pelos funcionarios de que trata o n. 1º deste artigo, semelhante formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.º O infractor ou seu representante na occasião deverá assignar o auto. No caso, porém, de recusa ou impossibilidade, será mencionada esta circumstancia.

Art. 39. Lavrado o auto de infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor dando conhecimento da falta autoada, afim de que venha allegar o que julgar a bem de sua defesa dentro do prazo improrogavel de quinze dias, sob pena de revelia.

§ 1.º A intimação será feita pela seguinte forma:

a) por publicação de edital no *Diario Official*, na Capital Federal, ou em outros órgãos de publicidade, nos Estados;

b) por notificação escripta ou verbal á parte interessada, provida com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.º Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento não só da infracção commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido.

Art. 40. O prazo de quinze dias de que trata o artigo antecedente será contado da data da publicação do edital ou da notificação.

Art. 41. Produzida a justificação, á qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da repartição, depois de ouvido o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necesarios, imporá multa ou julgará improcedente o auto.

Paragrapho unico. Si, esgotado o prazo de quinze dias, a parte interessada não produzir justificação nem allegar em seu favor, se notará no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 42. As decisões dos chefes das repartições serão publicadas ou communicadas por escripto á parte interessada.

Art. 43. Proferida a decisão, o acto não poderá ser mais reconsiderado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo á parte interessada o recurso nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 44. Preparado e concluso o processo, deverá ser proferida a decisão dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas nas provas dos autos.

Art. 45. As informações ou pareceres que sobre o auto de infracção tiverem de ser prestados por funcionarios, não deverão

exceder em caso algum o prazo de quinze dias, bem como nenhuma dilação probatória será concedida ao infractor no correr do processo maior de dez dias.

Art. 46. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de quinze dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Si findo este prazo não tiver a multa sido satisfeita, deverá ser immediatamente remetida a certidão da divida à Directoria do Contencioso ou às Delegacias para a cobrança executiva.

Art. 47. No caso de não residir o infractor na sêde da repartição por onde correr o processo administrativo de imposição de multa, as intimações e mais actos serão exercidos por intermedio da estação do logar de sua residencia.

## CAPITULO VI

### DO RECURSO

Art. 48. Das decisões proferidas pelas estações fiscaes haverá recurso para a instancia superior.

Paragrapho unico. Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista, e serão interpostos:

a) para o Ministro da Fazenda—das decisões fiscaes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes em primeira instancia, excedentes das respectivas alçadas;

b) para as Delegacias Fiscaes—das decisões proferidas pelos chefes das repartições arrecadoras nos outros Estados.

Art. 49. Haverá recurso de revista, interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807 de 31 de janeiro de 1898, das decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder ou violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 50. Haverá recurso *ex-officio*:

1º, das decisões favoraveis às partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas;

2º, das decisões dos inspectores das Alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira quer em segunda instancia, e do director da Recebedoria, quando forem julgadas em favor das partes as contravenções de que tratam os arts. 24 e 33 lettra f.

Paragrapho unico. Estes recursos serão interpostos dentro do prazo de quinze dias:

a) para o Ministro da Fazenda—pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e do Macahé, e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro;

b) para as Delegacias Fiscaes — pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 51. Os recursos de decisões das repartições arrecadoras deverão ser interpostos dentro do prazo de quinze dias, contados da publicação e intimação do despacho, por meio de petição dirigida à autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos apresentados à repartição competente serão por ella encaminhados com o processo e informações dentro do prazo de oito dias.

Art. 52. Si o recurso versar sobre multa não será acceito sem deposito prévio de sua importancia.

Art. 53. O recurso perempto não será encaminhado à instância superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 54. A fiscalização do imposto compete :

1º, na Capital Federal—à Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro ;

2º, no Estado do Rio de Janeiro, em Nitheroy e S. Gonçalo — à Recebedoria ; em Macahé — à respectiva Alfandega, e nos outros municipios — às Agencias Fiscaes ;

3º, nos outros Estados — às Delegacias fiscaes em todo o Estado e às Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.

Art. 55. A fiscalização do imposto será feita :

a) nas Alfandegas e outras repartições aduaneiras ;

b) nas fabricas ;

c) nas casas de commercio ;

d) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferro-carris, das linhas de navegação maritima e fluvial ou de quaesquer empresas de transporte.

Art. 56. A fiscalização compete não só aos chefes das repartições mencionadas no art. 54 e respectivos empregados, como especialmente aos fiscaes, podendo o Ministro designar para cada fabrica um dos ditos fiscaes, si julgar isto conveniente.

Art. 57. Incumbe aos fiscaes :

1.º Velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequencia as fabricas e casas commerciaes de velas e examinando, em caso de suspeita, os armarios, caixas ou moveis que ahi encontrarem ;

2.º Lavrar os autos de infracção ;

3.º Appreender as mercadorias em contravenção deste regulamento, lavrando o competente auto ;

4.º Apresentar um specimen de cada producto que encontrar em infracção para prova material da contravenção ;

5.º Visar o registro das fabricas e casas mercadoras de velas e examinar a escripta da fabrica;

6.º Solicitar, quando seja indispensavel, o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funcções;

7.º Apresentar mensalmente, até o dia 10, mappa das casas visitadas durante o mez antecedente, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, qualidade de commercio, numero do registro, infracções verificadas e sua natureza, bem como do movimento das fabricas, quer quanto á produção e consumo, quer quanto ao valor das estampilhas que cada uma houver applicado;

8.º Dar guias para o embarque de mercadorias devidamente selladas;

9.º Inspeccionar :

a) o fabrico de rotulos, para verificar si se prestam á applicação de productos nacionaes para serem expostos á venda como estrangeiros;

b) as mercadorias nacionaes expostas á venda para verificar si trazem rotulo em lingua estrangeira;

10. Prestar á autoridade competente as informações e serviços que lhes forem exigidos em relação ás suas funcções.

Art. 58. Os fiscaes serão subordinados immediatamente aos chefes das repartições arrecadoras, e, no desempenho de suas funcções, são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de Fazenda.

Art. 59. Os que desacatarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização, no exercicio das suas funcções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma doCodigo Criminal, para o que o empregado offendido lavrará um auto, que será remettido pelo chefe da repartição ao Procurador da Republica.

O empregado, no caso da disposição precedente, poderá prender o offensor ou infractor e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

Art. 60. Os agentes fiscaes dos impostos de consumo, qualquer que seja a sua categoria, poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas de ferro, ferrocarris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer emprezas de transporte, si os productos em carga ou descarga nessas estações estão devidamente estampilhados, exigindo, em caso de suspeita, que os volumes sejam retidos nas referidas estações, até que os remettentes ou os destinatarios os abram ou autorizem a abri-los á vista do agente fiscal, salvo si houver guia do fiscal da fabrica declarando ter sido satisfeito o sello devido.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte, facultarão aos funcionarios da Fazenda Publica todas as informações que os mesmos requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a inspecção.

§ 1.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará e assignará um termo declarando a diligencia que houver effectuado.

§ 2.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remetente auto de infracção nos termos deste regulamento.

Art. 61. Os fiscaes poderão penetrar no local da fabricação das velas e ali exercer suas funcções a qualquer hora do dia, ou mesmo da noite, quando de noite estiver a fabrica funcionando em trabalho industrial.

Art. 62. As velas sujeitas aos impostos de consumo que forem encontradas no commercio sem estarem devidamente selladas, serão apprehendidas pelos fiscaes, que lavrarão auto de infracção e apprehensão.

Art. 63. Todas as repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço fiscal quando lhes for solicitado.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 64. Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da publicação dos despachos no *Diario Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente nos Estados, e da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

Art. 65. Logo que se acharem impressas as estampilhas do imposto do consumo de velas, o Governo as fará distribuir por todas as repartições fiscaes incumbidas da respectiva venda.

Art. 66. A' medida que as repartições competentes na Capital Federal e nas Capitais dos Estados forem recebendo as novas estampilhas, farão immediatamente annunciar a venda por editaes no *Diario Official* ou nas gazetas que publicam o expediente nos Estados, marcando nesses editaes o prazo improrogavel de vinte dias, além do qual não poderão mais circular no commercio, nem ser expostas á venda, as mercadorias mencionadas no art. 1.º, que não estejam estampilhadas de conformidade com as disposições deste regulamento e a tabella annexa.

Art. 67. Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho, que durante o prazo de vinte dias ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias da especie citada não estampilhadas, deverão supprir-se nas repartições competentes das estampilhas necessarias, que, por excepção ao disposto nos arts. 25, 26 e 27, serão durante o mesmo prazo vendidas em qualquer quantilidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

Art. 68. Decorrido o prazo de vinte dias estabelecido no art. 66, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão todas as localidades, inspecionando todas as casas commerciaes afim de verificarem si ha producto á venda nos termos do paragraho unico do art. 22, sem estar devidamente estampilhado, e exercerá igual vigilancia para que não saiam das fabricas pacotes de velas incompletamente estampilhados, autoando em ambos os casos os infractores.

Art. 69. Quando em qualquer das repartições incumbidas da venda de estampilhas ocorrer accidentalmente a falta de um determinado typo de estampilhas para velas, poderá essa repartição supprir estampilhas de valor correspondente e relativo a qualquer dos outros impostos de consumo que são arrecadados por esse meio, uma vez que não sejam suppridas aos importadores estampilhas applicaveis a productos nacionaes, nem a fabricantes de productos nacionaes e negociantes não importadores estampilhas applicaveis a productos estrangeiros.

Art. 70. Verificando-se a mudança de localidade, composição de firma social, ou qualquer outra das indicações exigidas por este regulamento nos rotulos dos productos, os rotulos antigos serão tolerados em circulação sómente durante o espaço de seis mezes.

Art. 71. No corrente anno o prazo para o registro de que trata o art. 6.º será de vinte dias contados da data da publicação deste regulamento, nos termos do art. 64.

Art. 72. Enquanto não for reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço regular-se-ha pelos decretos ns. 2998, de 14 de setembro de 1898 e 3040, de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de abril de 1899. *Joaquim D. Murtinho.*

**Tabella das taxas de consumo calculadas a peso bruto a que estão sujeitas as velas de stearina, espermicete, parafina ou de composição**

Pacote, cartuchos ou caixinhas de velas	
até 250 grammas.....	20 réis
Idem de mais de 250 até 500 grammas..	50 »
» » » » 500 » 1.000 » ..	100 »

## MODELO — A

F..., estabelecido á rua de..... n..., com  
(fabrica ou deposito de fabrica) de....., vem registrar para  
os effeitos do imposto de consumo de velas, o seu estabeleci-  
mento ou negocio.

Capital Federal,... de..... de 189...

(Assignatura do interessado).

Averbado a flz. n..... do Cadastro.

O escripturario,

F.

MODELO — B

438

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

N.



EXERCICIO DE 189...

**Recebedoria da Capital Federal**  
REGISTRO DAS VELAS

Rs....\$....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua.....com negocio de..... a patente de registro para o commercio de velas na fórma do art.... do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal...de.....de 189...

Pelo sub-director,  
F.

Recebi em.....

O thesoureiro,  
F.

N.



EXERCICIO DE 189.....

**Recebedoria da Capital Federal**  
(Decreto n.....)

REGISTRO PARA O COMMERCIO DE VELAS

Rs....\$....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua....com negocio de.....a patente de registro para o commercio de velas na fórma do art....do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal...de.....de 189...

Pelo sub-director,  
F.

Recebi em...de.....de 189...

O thesoureiro,  
F.



MODELO — C

DEVE		CAIXA				HAVER		TOTAL DO DIA	
1899	Janeiro	2	Importancia recebida em estampilhas de velas do (logar da procedencia), conforme a guia n. de (data), a saber :		1899	Janeiro	2	Importancia das estampilhas vendidas a F. sob guia n., a saber : 200 de 20 réis.. 4\$000 400 de 50 réis.. 20\$000 200 de 100 réis.. 20\$000	44\$000
			1.000 de 20 réis.... 20\$000 3.000 de 50 réis.... 150\$000 500 de 100 réis.... 50\$000	220\$000					
			4.500					Idem a P. sob aguiã n., a saber : 100 de 20 réis.. 2\$000 200 de 50 réis.. 10\$000	12\$000
						1899	Janeiro	3	Importancia etc.

MODELO—D

440

CONSUMO				ESTAMPILHAS				
DATA	VELAS			DATA	IMPORTANCIA DAS COMPRADAS NA REPARTIÇÃO FISCAL	IMPORTANCIA DAS EMPREGADAS NAS VELAS	SALDO EXISTENTE	OBSERVAÇÕES
	Typo A	Typo B	Typo C					

N. B.— No fim do mez os saldos existentes nas estampilhas passar-se-hão para o mez seguinte.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



## DECRETO N. 3256 — DE 10 DE ABRIL DE 1899

Dá regulamento para a cobrança do imposto de consumo de calçado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, para a execução do art. 1.º, n. 48, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 10 de abril de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Martinho.*

Regulamento para a arrecadação do imposto de  
consumo de calçado a que se refere o decreto  
n. 3256 desta data

## CAPITULO I

## DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA

Art. 1.º O imposto de consumo de calçado de que trata o art. 1.º, n. 48, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, recae sobre as seguintes especies de calçados, quer nacionaes quer estrangeiros :

- a) Botas compridas de montar ;
- b) Botinas e cothurnos de couro, de pelle, ou de tecido de algodão, lã, linho, seda ou qualquer outro tecido com mescla de seda ;
- c) Sapatos e borzeguins de couro, de pelle ou de tecido de algodão, lã, linho, seda ou qualquer outro tecido com mescla de seda.

Paragrapho unico. Entende-se por borzeguins o calçado grosso de meia gaspea, talão inteiriço e directo, cano curto e ilhoz commum.

Art. 2.º O imposto compõe-se do registro das fabricas, casas de negocio e mercadores ambulantes, e das taxas a que estão sujeitos os productos mencionados no art. 1.º.

Art. 3.º As importancias a pagar pelo registro são as especificadas no art. 5.º, e as taxas as que constam da tabella annexa.

## CAPITULO II

## DO REGISTRO

Art. 4.º Todos os fabricantes e commerciantes das mercadorias a que se refere o art. 1.º são obrigados a registrar annualmente, até 28 de fevereiro, os seus estabelecimentos e os individuos que empregarem na venda ambulante.

§ 1.º Os mercadores ambulantes de conta propria deverão ser tambem registrados dentro do mesmo prazo.

§ 2.º Os industriaes e commerciantes que se estabelecerem depois de 28 de fevereiro deverão obter o registro antes de iniciarem suas operações commerciaes, pagando integralmente o registro annual, qualquer que seja a época do anno em que o obtenham.

Art. 5.º As taxas a pagar pelo registro são:

a) Fabricas.....	200\$000
b) Depositos de fabricas e casas commerciaes em grosso ou de atacado.....	100\$000
c) Casas commerciaes exclusivamente de calçado....	50\$000
d) Casas commerciaes com outros ramos de negocio além do de calçado.....	20\$000
e) Mercador ambulante, ainda que trabalhando por conta de fabrica ou casa commercial registrada.	20\$000

Art. 6.º Para pagamento do registro na vigencia deste regulamento, os interessados apresentarão à estação fiscal competente uma guia organizada de accordo com o modelo A.

Art. 7.º As transferencias do registro deverão ser requeridas dentro de sessenta dias, a contar da data da aquisição do estabelecimento, mas não serão permittidas si o transferente for devedor de multas ou estiver sob a pressão de auto de infração, salvo si depositar previamente a importancia da multa, que ficará retida até completa solução do processo.

Art. 8.º O comprador será responsavel pelas dividas do vendedor, excepto:

- a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica;
- b) si o houver de espolio ou massa fallida, comtanto que o titulo de aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 9.º Sempre que, no correr do anno, forem alteradas as condições do estabelecimento, de modo a sujeital-o a uma taxa maior de registro, o contribuinte será obrigado ao pagamento da differença dentro de sessenta dias, sob pena de ficar sem effeito o registro primitivo.

Art. 10. Diversos ramos de negocio no mesmo estabelecimento não eximem o proprietario da obrigação do registro, si no dito estabelecimento vender-se alguma ou algumas das qualidades de calçado a que se refere o art. 1.º.

Art. 11. A venda ambulante fica sujeita a tantos registos quantas forem as pessoas empregadas nesse commercio, e o titulo de registro expedido para aquelle fim só será valido dentro da zona territorial (Capital Federal ou um determinado Estado) para a qual tiver sido concedido.

Art. 12. Na falta de transferencia do registro dentro do prazo do art. 7º, ou quando o mesmo não houver sido solicitado de accordo com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e profissões, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 13. A falta de registro será punida na forma do art. 35 e elevará ao maximo a pena em que houver incorrido o contribuinte pela infracção de qualquer outra disposição deste regulamento.

Art. 14. A guia de que trata o art. 6º servirá para organizar-se um cadastro dos estabelecimentos e pessoas registradas, o qual deverá conter declaração da rua e numero do estabelecimento, nome do contribuinte, genero de commercio, taxa e numero da patente de registro (modelo B), data do pagamento e mais observações.

Este cadastro será publicado no *Diário Official* em junho de cada anno.

### CAPITULO III

#### DAS TAXAS DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 15. As taxas de consumo sobre os productos de que trata o art. 1º serão pagas por meio de estampilhas especiaes applicadas aos mesmos.

Art. 16. Haverá estampilhas de duas côres : de uma côr para os productos nacionaes e de outra para os productos estrangeiros. O formato e signaes caracteristicos destas estampilhas serão regulados pelo Ministro da Fazenda e os seus valores os seguintes :

100	rs.
200	»
300	»
400	»
700	»
1.000	»

Art. 17. O deposito central das estampilhas será :

1.º Para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro — na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional, ou em ambas estas repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda ;

2.º Nos outros Estados — nas Delegacias.

Art. 18. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos directamente à Imprensa Nacional ou à Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recsbedoria, Alfandega de

Macahé e Delegacias Fiscaes, sendo os das Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro por intermedio da Directoria de Rendas Publicas.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas, como as de Antonina, S. Francisco e Porto Murinho, as quaes o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 19. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições do qual conste especificadamente todo o movimento de sahida.

Art. 20. A arrecadação do imposto será feita :

- a) na Capital Federal — pela Alfandega e Recebedoria ;
- b) no Estado do Rio de Janeiro, nos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo — pela Recebedoria ; em Macahé — pela respectiva Alfandega e nos outros municipios — pelas Agencias Fiscaes ;
- c) nos outros Estados — pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas repartições.

Art. 21. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser diariamente escripturado o movimento de entrada e sahida de estampilhas (modelo C).

Art. 22. O estampilhamento do calçado de fabricação nacional poderá ser feito pelo fabricante ou pelo retalhista e o do importado do estrangeiro pelo importador ou pelos retalhistas.

§ 1.º O comprador de calçado não estampilhado nas condições deste artigo deverá obter do vendedor uma nota de venda declarando a quantidade do calçado, o nome do mesmo comprador, a data da transacção e a quantidade e valor das estampilhas fornecidas pelo vendedor, afim de justificar a posse do producto sem estampilhamento.

§ 2.º A venda do calçado não estampilhado só poderá ser feita a negociante registrado, o qual deverá estampilhá-lo dentro do prazo de tres dias.

Art. 23. E' considerada contravenção a este regulamento a exposição à venda pelos retalhistas e mercadores ambulantes de calçado não estampilhado.

Art. 24. São consideradas expostas à venda as mercadorias especificadas no art. 1.º, que forem encontradas dentro das casas commerciaes ou em poder dos mercadores ambulantes, ainda que guardadas em caixas ou moveis.

Paragrapho unico. Quando o fabricante de calçado tiver no seu estabelecimento industrial uma secção de venda a retalho, esta deverá funcionar em logar distincto daquelle, e ficará sujeita às mesmas regras que este regulamento estabelece para os commerciantes exclusivamente retalhistas.

Art. 25. E' isento do imposto de consumo o calçado exportado para paizes estrangeiros. O exportador, porém, pedirá uma guia à respectiva repartição aduaneira especificando a quantidade e qualidade do producto a exportar, afim de apresentá-la ao

fabricante. Esta guia, que só será concedida em vista do despacho de exportação, acompanhará a expedição da mercadoria da fabrica até á repartição aduaneira ou ao ponto designado para o embarque.

Paragrapho unico. Si decorrido o prazo de vinte dias não se tiver effectuado o embarque da mercadoria para a qual houver sido solicitada a guia de que trata este artigo, o chefe da repartição exigirá explicações de quem a solicitou, e si estas não forem satisfactorias, fará proceder a uma syndicancia afin de verificar si houve fraude.

Art. 26. Os fabricantes de calçado deverão ter escripta especial em livro sellado, rubricado e authenticado nas respectivas estações fiscaes, no qual registrarão o movimento diario do estabelecimento e o de entrada e sahida de estampilhas, de accordo com o modelo D.

§ 1.º Na escripturação deste livro deverá ser discriminada a venda de calçado por qualidade, quantidade e valor do imposto, distinguindo-se em columnas o calçado vendido já estampilhado do que estiver por estampilhar.

§ 2.º Este livro será examinado pelos fiscaes ou por empregados designados pelos chefes das repartições competentes, e, no caso de duvida, os ditos fiscaes ou empregados pedirão o exame da escripta geral, afin de se esclarecerem sobre os pontos que tiverem achado obscuros ou duvidosos.

## CAPITULO IV

### DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

#### *Da venda*

Art. 27. As estampilhas do imposto de consumo de calçado serão vendidas nas estações fiscaes competentes ás pessoas habilitadas com o respectivo registro na fôrma deste regulamento.

Art. 28. O fornecimento de estampilhas será feito por compra, mediante pedido formulado de accordo com o modelo E, em importancia nunca inferior a 50\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas precisas para o calçado importado, cujo fornecimento deverá ser feito por meio de guia organizada pelo despachante, de accordo com a nota do despacho e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 29. A venda de estampilhas se fará nas seguintes condições :

1.º As estampilhas para calçado importado — exclusivamente aos importadores ou seus representantes, devidamente habilitados, em vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo antecedente e na medida exacta da quantidade e qualidade



do calçado que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas repartições aduaneiras.

2.ª As estampilhas para calçado fabricado no paiz — exclusivamente aos fabricantes nacionaes, mediante o pedido a que se refere o art. 28.

Paragrapho unico. E' prohibido aos industriaes e commerciantes revenderem as estampilhas que adquirirem para o estampilhamento de seus productos.

Art. 30. Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes que lhes comprarem calçado estrangeiro as estampilhas correspondentes á qualidade e quantidade de productos vendidos, não sendo licito aos ditos importadores dispor de outro modo das estampilhas que tiverem em seu poder.

#### *Da collocação*

Art. 31. As estampilhas serão collocadas na sola do calçado pelo lado exterior, no ponto que o industrial ou commerciante julgar mais conveniente.

Art. 32. Para completar a importancia da taxa legal, poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, contanto que sejam seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só considerar-se satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo logar.

Art. 33. Consideram-se inutilisadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas ou colladas de tal modo que se possam transferir sem o menor esforço de um para outro producto.

Paragrapho unico. Será tido como não sellado o producto nacional a que forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras, e bem assim o producto estrangeiro sellado com estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

### CAPITULO V

#### DAS PENAS E SUA APPLICAÇÃO

Art. 34. As penas comminadas neste regulamento serão impostas em vista de processo administrativo, o qual terá por base o auto.

Paragrapho unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas colhidas.

#### *Das multas*

Art. 35. Os infractores deste regulamento serão punidos com as seguintes multas:

De 300\$ a 500\$000:

a) Os fabricantes e negociantes de calçado que não registrem seu estabelecimento ou negocio como estipula o art. 4º;

b) Os fabricantes que deixarem de cumprir qualquer das disposições do art. 26 e seus paragraphos ;

c) Os fabricantes e commerciantes que não collarem as estampilhas como determina o art. 31, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indicio de já terem servido ;

d) Os directores, gerentes ou empregados das empresas de transporte que se oppuzerem ao disposto no art. 62.

De 500\$ a 1:000\$100 :

e) Os fabricantes, importadores, retalhistas e mercadores ambulantes que infringirem o disposto nos arts. 22 e 23 ;

f) Os fabricantes, importadores e retalhistas que revenderem estampilhas adquiridas para o estampilhamento dos seus productos ;

g) Os mercadores ambulantes que infringirem o art. 70. De 1:000\$ a 3:000\$000 :

h) Os que registrarem fabrica não existente, ou com falsa declaração do nome ou firma do proprietario ;

i) Os que usarem estampilhas falsas ou marcas de fabrica não existente ;

j) Os que por qualquer forma embarçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas funcções ;

k) Qualquer pessoa que seja encontrada vendendo estampilhas falsas ou servilhas ;

l) Os que se servirem da guia de que trata o art. 25 para obter do fabricante productos não estampilhados, afim de expol-os ao consumo no interior do paiz.

Art. 36. O commerciante que se recusar a declarar qual o fabricante do calçado encontrado em sua casa de negocio em condições que não respeitem as disposições deste regulamento, será punido com as mesmas penas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 37. Além da applicação das multas impostas no art. 35, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, selladas incompletamente ou com sellos falsos ou já servidos.

Art. 38. As multas impostas neste regulamento serão cobradas no dobro aos reincidentes.

#### *Do auto e processo administrativo*

Art. 39. O auto, base do processo administrativo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualisação, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que occorrerem.

Art. 40. O auto será lavrado :

1º, por fiscaes especiaes ou por empregados de Fazenda designados ;

2º, por qualquer pessoa.

§ 1.º O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas ; quando, porém, o for pelos funcionarios de que trata o n. 1º deste artigo, semelhante formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.º O infractor ou seu representante na occasião deverá assignar o auto ; no caso, porém, de recusa ou impossibilidade, será declarada esta circumstancia.

Art. 41. Lavrado o auto de infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor dando conhecimento da falta autoada, afim de que venha allegar o que julgar a bem de seu direito dentro do prazo improrogavel de quinze dias, sob pena de revelia.

§ 1.º A intimação será feita :

a) por publicação de edital no *Diário Official*, na Capital Federal, e em outros órgãos de publicidade, nos Estados ;

b) por notificação escripta ou verbal á parte interessada, comprovada com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.º Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento não só da infracção commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido.

Art. 42. O prazo de quinze dias de que trata o artigo antecedente será contado da data da publicação do edital ou da notificação.

Art. 43. Produzida a justificação, á qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da repartição, depois de ouvir o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necessario, imporá multa ou julgará improcedente o auto.

Paragrapho unico. Si, esgotado o prazo de quinze dias, a parte interessada não produzir justificação nem allegar em seu favor, notar-se-ha no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 44. As decisões dos chefes das repartições serão publicadas ou communicadas á parte interessada.

Art. 45. Proferida a decisão, o acto não poderá ser mais reconsiderado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo á parte o recurso, nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 46. Preparado e concluso o processo, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas nas provas dos autos.

Art. 47. As informações ou pareceres que sobre o auto de infracção tiverem de ser dados por funcionarios, não deverão, em caso algum, exceder o prazo de quinze dias, bem como nenhuma dilação probatoria será concedida ao infractor no correr do processo, maior de dez dias.

Art. 48. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de quinze dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Paragrapho unico. Si dentro deste prazo o infractor não satisfizer a referida multa, deverá ser immediatamente remettida a certidão da divida á Directoria do Contencioso ou ás Delegacias para a cobrança executiva.

Art. 49. No caso de não residir o infractor na séde da repartição por onde correr o processo administrativo de imposição de multa, as intimações e mais actos serão exercidos por intermedio da estação fiscal do logar de sua residencia.

## CAPITULO VI

## DO RECURSO

Art. 50. Das decisões proferidas pelas estações fiscaes haverá recurso para instancia superior.

Paragrapho unico. Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista, e serão interpostos :

a) para o Ministro da Fazenda — das decisões fiscaes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes em primeira instancia excedentes das respectivas alçadas ;

b) para as Delegacias Fiscaes — das decisões proferidas pelos chefes das repartições arrecadadoras nos outros Estados.

Art. 51. Haverá recurso de revista, interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807 de 31 de janeiro de 1888, das decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 52. Haverá recurso *ex-officio* :

1º, das decisões favoraveis ás partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas ;

2º, das decisões dos inspectores das Alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira quer em segunda instancia, e do director da Recebedoria, quando forem julgadas em favor das partes as contravenções de que tratam o art. 26 e art. 35 lettra i.

Paragrapho unico. Estes recursos serão interpostos dentro do prazo de quinze dias :

a) para o Ministro da Fazenda — pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e de Macahé e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro ;

b) para as Delegacias Fiscaes — pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 53. Os recursos das decisões das repartições arrecadadoras deverão ser interpostos dentro do prazo de quinze dias, contados da publicação ou intimação do despacho, por meio de petição dirigida á autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos apresentados á repartição competente serão por ella encaminhados com o processo e informações no prazo de oito dias.

Art. 54. Si o recurso versar sobre multa, não deverá ser acceito sem deposito prévio da importancia da mesma.

Art. 55. O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

## DA FISCALIZAÇÃO

Art. 56. A fiscalização do imposto compete:

1º, na Capital Federal — à Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro;

2º, no Estado do Rio de Janeiro — em Nitheroy e S. Gonçalo à Recebedoria; em Macahé — à respectiva Alfandega, e nos outros municípios — às Agencias Fiscaes.

3º, nos outros Estados — às Delegacias Fiscaes, em todo o Estado, e às Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.

Art. 57. A fiscalização do imposto se fará :

a) nas Alfandegas e outras repartições aduaneiras;

b) nas fabricas;

c) nas casas de commercio;

d) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferro-carris, das linhas de navegação maritima e fluvial ou de qualquer empresas de transporte.

Art. 58. A fiscalização será exercida não só pelos chefes das repartições mencionadas no art. 56 e respectivos empregados, como especialmente pelo intermedio dos fiscaes.

Art. 59. Incumbe aos fiscaes :

1.º Velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequencia as officinas e casas commerciaes de calçado e examinando, quando julgarem conveniente, os armarios, caixas ou moveis que ali encontrarem;

2.º Lavrar os autos de infração;

3.º Appreender as mercadorias em contravenção deste regulamento, lavrando o competente auto;

4.º Apresentar um specimen de cada producto que encontrar em infração para prova material da contravenção;

5.º Visar o registro das fabricas e casas mercadoras de calçado e examinar a escripta dos fabricantes;

6.º Solicitar, quando for indispensavel, o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funcções;

7.º Desempenhar qualquer outra funcção que se continha no limite de suas attribuições;

8.º Apresentar mensalmente, até o dia 10, mappa das casas visitadas durante o mez anterior, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, genero do negocio, numero do registro, infrações verificadas e natureza das mesmas, com os precisos esclarecimentos, bem como do movimento das fabricas, quer quanto á produção e consumo, quer quanto ao valor das estampilhas que cada uma houver applicado;

9.º Prestar á autoridade competente as informações e servicos que lhes forem exigidos em relação ás suas funcções.

Art. 60. Os fiscaes serão subordinados immediatamente aos chefes das repartições arrecadoras, e, no desempenho de suas

funções, são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de Fazenda.

Art. 61. Os que desacatarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização, no exercício de suas funções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Código Criminal, para o que o empregado offendido lavrará auto acompanhado do rol de testemunhas, o qual será remittido pelo chefe da repartição ao Procurador da Republica.

Si o caso exigir a prisão do offensor, o empregado poderá effectual-a, solicitando para esse fim o auxilio das autoridades policiaes ou da força publica.

Art. 62. Os agentes fiscaes dos impostos de consumo poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas de ferro, ferro-carris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer empresas de transporte, si o calçado sujeito ao imposto, em carga ou descarga nessas estações, está devidamente estampilhado, exigindo em caso de suspeita que os volumes sejam retidos nas referidas estações, até que os remittentes ou os destinatarios os abram ou autorizem a abri-los em presença do agente fiscal.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte facultarão aos funcionarios da Fazenda Publica todas as informações que elles requisitarem, e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a necessaria inspecção.

§ 1.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remittente auto de infracção nos termos deste regulamento e apprehenderá o mesmo producto.

§ 2.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará e assignará termo declarando a diligencia que houver effectuado.

Art. 63. O calçado sujeito a imposto de consumo que for encontrado no commercio ou na circulação sem estar devidamente estampilhado, será apprehendido pelos fiscaes, que autoarão os infractores, lavrando o auto de infracção e apprehensão.

Paraphrasso unico. O calçado apprehendido só será restituído ao infractor, si o mesmo o sellar e pagar a multa dentro do prazo de quinze dias; no caso contrario, será remittido á Alfandega a fim de dal-o em consumo.

Art. 64. Todas as repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço fiscal quando lhes for solicitado.

## CAPITULO VIII.

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 65. Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da publicação das resoluções ou despachos no

*Diario Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

Art. 66. Logo que se acharem impressas as estampilhas do imposto de consumo de calçado, o Governo as fará distribuir por todas as repartições fiscaes incumbidas da respectiva venda.

Art. 67. A' medida que as repartições competentes na Capital Federal e nas Capitães dos Estados forem recebendo as novas estampilhas, farão annunciar immediatamente por editaes a venda das mesmas no *Diario Official* ou nas gazetas que publicam o expediente nos Estados, sendo nesses editaes marcado o prazo improrogavel de vinte dias, além do qual não poderão mais circular no commercio, nem ser expostas á venda as mercadorias de que trata o art. 1.<sup>o</sup>, que não estejam estampilhadas de conformidade com as disposições deste regulamento e a tabella annexa.

Art. 68. Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho, que durante o prazo de vinte dias mencionado no art. 67 ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias não estampilhadas, ou estampilhadas incompletamente, deverão supprir-se nas repartições competentes das estampilhas necessarias, as quaes, por excepção do disposto nos arts. 27, 28 e 29, poderão ser vendidas em qualquer quantidade durante o mesmo prazo.

Art. 69. Decorrido o prazo de vinte dias estabelecido no art. 67, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão as suas circumscripções, inspecionando todas as casas commerciaes e negocios ambulantes de calçado, afim de verificarem si ha producto á venda, nos termos do art. 24, sem estar devidamente estampilhado.

Art. 70. Os mercadores ambulantes de calçado deverão trazer sempre consigo o seu titulo de registro, que serão obrigados a apresentar aos fiscaes todas as vezes que elles o exigirem.

Art. 71. Quando em qualquer das repartições incumbidas da venda de estampilhas occorrer accidentalmente a falta de um determinado typo, poderá essa repartição supprir estampilhas de valor correspondente e relativas a qualquer dos outros impostos de consumo que são arrecadados por esse meio, uma vez que não sejam suppridas aos importadores estampilhas applicaveis a productos nacionaes, nem a fabricantes de productos nacionaes e negociantes não importadores estampilhas applicaveis a productos estrangeiros.

Art. 72. No corrente anno o prazo para o registro de que trata o art. 4.<sup>o</sup> será de vinte dias, contados da data da publicação deste regulamento, nos termos do art. 65.

Art. 73. Enquanto não fôr reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço regular-se-ha pelos decretos ns. 2998, de 14 de setembro de 1898 e 3040, de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 74. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de abril de 1899. — *Joaquim D. Martinho.*

## TABELLA

**Taxas de consumo a que está sujeito o calçado**

## PRODUCTOS NACIONALES E ESTRANGEIROS

1. Botas compridas de montar.....	Par 1\$000
2. Botinas e cothurnos de couro, pelle ou tecido de algodão, lã ou linho, até 0 <sup>m</sup> ,22 de comprimento.....	» \$200
3. Idem idem de mais de 0 <sup>m</sup> ,22.....	» \$400
4. Idem de qualquer tecido de seda ou de qualquer outro tecido com mescla de seda, até 0 <sup>m</sup> ,22 de comprimento.....	» \$400
5. Idem idem de mais de 0 <sup>m</sup> ,22.....	» \$700
6. Sapatos e borzequins de couro, pelle ou tecido de algodão, lã ou linho, até 0 <sup>m</sup> ,22 de comprimento.....	» \$100
7. Idem idem de mais de 0 <sup>m</sup> ,22.....	» \$200
8. Idem de qualquer tecido de seda ou de qualquer outro tecido com mescla de seda.....	» \$300

*Nota* — Entende-se por borzequins o calçado grosseiro de meia gaspea, talão inteiriço e directo, cano curto e ilhoz commum.



## MODELO — A

F.... estabelecido à rua de..... n..., com  
(fabrica ou negocio) de....., vem registrar para os effeitos  
do imposto de consumo de calçado, o seu estabelecimento ou  
negocio.

Capital Federal.... de..... de 189...

(Assignatura do interessado).

Averbado a fls. n..... do Cadastro.

O escriptuario,

F.

MODELO — B

456

N.



EXERCICIO DE 189...

Recebedoria da Capital Federal

REGISTRO DO CALÇADO

Rs...\$...

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de calçado, na fórma do art.... do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal,...de.....de 189...

Pelo sub-director,

F.

Recebi em.....

O thesoureiro,

F.

N.



EXERCICIO DE 189...

Recebedoria da Capital Federal

(Decreto n.....)

REGISTRO PARA O COMMERCIO DE CALÇADO

Rs...\$...

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de calçado, na fórma do art.... do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal,...de.....de 189...

Pelo sub-director,

F.

Recebi em...de.....de 189...

O thesoureiro,

F.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# MODELO — C

DEVE				CAIXA				HAVER			
4	Mº	1898	Importancia de estampilhas recebidas :			6	Mº	1898	Importancia vendida a F. sendo:		
			de 400 réis..... 400	40\$000					de 400 réis 30	12\$000	
			de 100 » .... 500	50\$000					de 100 » 200	20\$000	
			de 300 » .... 1.000	300\$000	390\$000				de 300 » 100	30\$000	62\$000
						6	Mº	1898	Importancia vendida a S. sendo:		
									de 400 réis 50	20\$000	
									de 100 » 100	10\$000	
									de 300 » 500	150\$000	180\$000
											242\$000
						30	Mº	1898	Importancia vendida a B. etc.		

# MODELO — D

MOVIMENTO DO CONSUMO		ESTAÇÕES
	Data	
	Botas de montar	
	Botinas e cothurnos de couro, pelle, etc. até 0 <sup>m</sup> ,22 do comprimento.	
	Botinas e cothurnos de couro, pelle, etc. mais de 0 <sup>m</sup> ,22.	
	Botinas e cothurnos de tecido de seda, até 0 <sup>m</sup> ,22.	
	Botinas e cothurnos de tecido de seda, de mais de 0 <sup>m</sup> ,22.	
	Sapatos e borzeguins de couro, etc. até 0 <sup>m</sup> ,22.	
	Sapatos e borzeguins de couro, etc. de mais de 0 <sup>m</sup> ,22.	
	Sapatos e borzeguins de tecido de seda	
MOVIMENTO DE ESTAMPILHAS		
	Data	
	Importancia das compradas na repartição fiscal.	
	Importancia das empregadas no calçado	
	Saldo existente	

N. B. — No fim do mez os saldos existentes de estampilhas serão passados para o mez seguinte.



## DECRETO N. 3257 — DE 10 DE ABRIL DE 1899

Declara as faltas com que foi impresso o Código Commercial

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo verificado que o texto do Código Commercial, como se acha incluído na collecção das leis do Brazil, de 1850, publicada na Typographia Nacional, não está de accordo com o do autographo, manuscrito, da carta de lei n. 556, de 25 de junho daquelle anno, existente no Archivo Publico, nem com o impresso da mesma typographia, contendo a redacção do respectivo projecto, approvado pelo Senado em 1848, com emendas feitas no da Camara dos Deputados, que tambem as approvou em 22 de março de 1850, taes quaes vieram da outra Camara, resolve mandar declarar que o dito Código deve ser observado com as correções constantes da relação junta, assignada pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 10 de abril de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Relação das correções do Código Commercial a que se refere  
o decreto n. 3257 desta data

A' pag. 65 da collecção de leis de 1850, em vez de—Tit. XIII—leia-se—Tit. III— como no autographo—;

A' pag. 69 (art. 54) em vez de—entregar—leia-se—receber e entregar—;

A' mesma pagina (art. 59) em vez de—nomeação—leia-se—denominação—; (mesmo artigo n.3) em vez de—arbitro—arbitrio—;

A' pag. 70 (art. 61) em vez de—nullo—nulla—;

A' pag. 71 (art. 68) em vez de— arts. 37, etc.—arts. 38, etc.—;

A' pag. 71 (art. 69) em vez de Tit. VIII—Tit. VII—;

A' pag. 71 (art. 70) em vez de —officios—officiaes—;

A' pag. 71 (art. 71) em vez de—interpellação—interpolações—;

A' pag. 71 (art. 71) em vez de—qualidades—quantidades—;

A' pag. 71 (art. 71) em vez de— art. 58—art. 50—;

A' pag. 73 (art. 82) em vez de—resultem—resultarem—;

A' pag. 74 (art. 87) em vez de—por—pelos—;

A' pag. 81 (art. 127) em vez de—receber—recebe—;

A' pag. 92 (art. 198) em vez de—no pagamento—aos pagamentos—;

A' pag. 92 (art. 199) em vez de—pôde-se—pôde—;

A' pag. 93 (art. 204) accrescente-se *in fine*, depois da palavra —vendidos—por conta e risco de quem pertencer—;

A' pag. 93 (art. 206) em vez de—toda—diga-se—todo—;

A' mesma pagina (art. 207) em vez de—de examinar—diga-se —de a examinar—;

A' pag. 94 (art. 210) em vez de—menos preço—diga-se— menor preço—;

A' pag. 94 (art. 211) em vez de—e mhecimento—reconhecimento—;

A' pag. 99 (art. 211) em vez de—pagar-lhe—pagar-lhes—;

A' pag. 99 (art. 242) em vez de—administrador—administradores—;

A' pag. 104 (art. 277) em vez de—principal e creditos—principal e redditos—;

A' pag. 106 (art. 291) em vez de—lhes for—lhes não for—;

A' pag. 109 (392 n. 6) em vez de—determinado—indeterminado—;

A' pag. 109 (art. 302 n. 6) em vez de—art. 511—art. 311—;

A' pag. 109 (art. 303) em vez de—não existencia—na existencia—;

A' pag. 110 (art. 305 n. 8) em vez de—da marca—de marca—;

A' pag. 110 (art. 307) em vez de—da sociedade—de sociedade—;

A' pag. 112 (art. 316) em vez de—negocio designa lo—negocios designados—;

A' pag. 113 (secção IV) em vez de—da sociedade—Das sociedades—;

A' pag. 115 (art. 334) em vez de—por est—por esse—;

A' pag. 122 (art. 366) em vez de—superfientes—sobrevnientes—;

A' pag. 129 (art. 403 n. 3) em vez de—arts. 377 e 400—arts. 377 e 409—;

A' pag. 129 (art. 422) em vez de—ou assignam—ou as assignadas—;

A' pag. 133 (art. 433) em vez de—indevido—indvida—;

A' pag. 136 (art. 441) em vez de —718—618—;

A' pag. 138 (art. 449 n. 6) em vez de —escripta assignada—escripto e assignado—;

A' pag. 133 (art. 451) em vez de —devedor de herdeiro —devedor ou herdeiro—;

A' pag. 140 (art. 461) accrescente-se *in fine* —O nome da embarcação registrada e do seu proprietario ostensivo ou armador serão publicados por annuncios nos periodicos do logar.

A' pag. 142 (art. 470 n. 6) em vez de — foram—forem—;

A' pag. 145 (art. 482) em vez de—nos casos—no caso—;

A' pag. 150 (art. 507) em vez de—do mar—de mar—;

A' pag. 156 (art. 530) em vez de—discordia—discordias;

A' pag. 156 (art. 530) em vez de—os—as—;

A' pag. 157 (art. 543) em vez de—e gente—e a gente—;

A' pag. 157 (art. 545 n. 3) em vez de — ou pelo segundo — ou pelo seu segundo—;

A' pag. 158 (art. 545 n. 7) em vez de—testemunhaes—testemunhaveis—;

A' pag. 158 (art. 547) em vez de—por mez—ao—mez;

A' pag. 160 (art. 556 n. 3) em vez de—assoldados— a soldados—;

A' pag. 164 (art. 571 n. 3) em vez de— do seu destino—de seu destino—;

A' pag. 171 (art. 606) em vez de—art. 696)—art. 596)—;

A' pag. 171 (art. 607) em vez de—proveniente—provenientes;

A' pag. 171 (art. 610) em vez de—ahi—dahi—;

A' pag. 172 (art. 610) em vez de—resposta—a resposta—;

A' pag. 172 (art. 611) em vez de—da sua viagem—da viagem—;

A' pag. 172 (art. 611) em vez de—fretada—fretado—;

A' pag. 174 (art. 621) em vez de—de arrumação— falta de arrumação—;

A' pag. 179 (art. 647) em vez de—do risco—de risco—;

A' pag. 182 (art. 666) em vez de—risco—riscos—;

A' pag. 186 (art. 677 n. 9) em vez de—effectuou—se effectuou—;

A' pag. 187 (art. 687) em vez de—segurar—resegurar—;

A' pag. 191 (art. 711 n. 3) em vez de—ella finda—elle findar—;

A' pag. 192 (art. 712) em vez de—outro—outra—;

A' pag. 192 (art. 714) em vez de—simples particulares— simples ou particulares—;

A' pag. 193 (art. 720) em vez de—ou—leia-se—e—;

A' pag. 197 (art. 746) em vez de—salvo—salvos—;

A' pag. 202 (art. 766 n. 4) em vez de—das—de—;

A' pag. 203 (art. 771) em vez de—soffrem—soffrerem—;

A' pag. 205 (art. 778) em vez de—da—de—;

A' pag. 205 (art. 781) em vez de—se acha no total do seguro—se acha incluído, ainda que indistinctamente, no total do seguro—;

A' pag. 206 (art. 786) em vez de—n'estes—neste—;

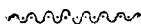
A' pag. 207 (art. 788) em vez de—estimada—estimado—;

A' pag. 207 (art. 790) em vez de—conhecimentos— conhecimento—;

A' pag. 207 (art. 790) em vez de—tiverem—tiver—;

A' pag. 207 (art. 792) em vez de— periodo—perigo—.

Capital Federal, 10 de abril de 1899.—*Epitácio Pessoa*.





## DECRETO N. 3258 — DE 11 DE ABRIL DE 1899

Dá nova regulamentação aos Conselhos de Compras da Marinha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo aos inconvenientes que resultam da existencia simultanea de mais de um regulamento para um mesmo ramo do serviço publico, como acontece com o referente ás compras do material com destino aos navios da Armada, Arsenaes, Commissariado e outros estabelecimentos de Marinha, presentemente regulados pelos decretos ns. 10.410 de 26 de outubro de 1889, 745 de 12 de setembro de 1890 e 946 de 1 de novembro do mesmo anno.

Decreta que os fornecimentos á Marinha sejam realizados de conformidade com o regulamento para os conselhos de compras, que a este acompanha; ficando revogadas as disposições em contrario:

Capital Federal, 11 de abril de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar de Silveira.*

Regulamento dos Conselhos de Compras da Marinha, a que se refere  
o decreto n. 3258 de ta data

CAPITULO I

DO FIM E DA COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE COMPRAS

Art. 1.<sup>o</sup> Os conselhos de compras tem por fim regularisar, nas estações competentes e pelo modo neste regulamento prescripto, a aquisição do material necessario ao serviço e consumo dos navios da Armada, Arsenaes e quaesquer outros estabelecimentos da Marinha.

Esse objectivo não comprehende:

1.<sup>o</sup> As compras miudas para o expediente das diversas repartições;

2.<sup>o</sup> As compras para casos urgentes;

3.<sup>o</sup> As compras, ou aquisição de material fóra do paiz, por encommendas feitas pelo Governo, ou com sua autorisação, ás legações, consulados, funcionarios publicos em commissão official, e ainda a agentes particulares de inteira confiança do mesmo Governo.

Art. 2.º Os conselhos serão formados:

1.º Na Capital Federal, pelo inspector do Arsenal de Marinha como presidente, e pelos chefes:— do Commissariato Geral, do Corpo de Engenheiros Navaes, do Corpo de Saude, de Machinistas, dos commissarios e do contador da Marinha, servindo de secretario o da Inspeção do Arsenal.

2.º Nos Estados:

a) Onde houver Arsenal de Marinha, pelo inspector respectivo como presidente, o ajudante do arsenal, mais graduado, o commandante da escola de aprendizes marinheiros, o engenheiro naval mais graduado e o medico da enfermaria; servindo de secretario o do arsenal respectivo;

b) Onde houver capitania e escola de aprendizes marinheiros: pelo capitão do porto, como presidente, e immediato da escola de aprendizes e o medico, servindo de secretario o da capitania respectiva;

c) Onde só houver capitania pelo capitão do porto, como presidente, o pratico-mór e o primeiro pratico, servindo de secretario o da capitania;

d) Nos portos da Republica em que não houver arsenal de Marinha e em que se achar força naval ou navio solto: pelo commandante da força, como presidente; pelo chefe do estado-maior ou commandante mais antigo e pelo chefe de saude ou medico do navio chefe, servindo de secretario o official de Fazenda desse navio ou pelo commandante do navio solto, como presidente; pelo immediato e medico do mesmo navio como membros, servindo de secretario o official de Fazenda respectivo.

Paragrapho unico. Nos portos estrangeiros as compras serão feitas directamente pelo commandante da força ou do navio solto.

## CAPITULO II

### DOS DEVERES E ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS

Art. 3.º Os conselhos de compras se reunirão em sessões ordinarias ou extraordinarias: ordinarias, no mez de agosto para aquisição dos artigos necessarios ao serviço e consumo trivial da Armada; extraordinarias, quando o presidente do conselho solicitar autorisação do Ministro de Marinha para deliberações de interesse publico referentes á citada aquisição, ou quando o Ministro da Marinha convocar a reunião do conselho para compras extraordinarias.

Paragrapho unico. Das regras estabelecidas neste artigo exceptuam-se os conselhos reunidos a bordo dos vasos do Estado, nos quaes o commandante da força ou do navio solto convocará o conselho e chamará concurrencia, sempre que as necessidades do serviço o exigirem.

Art. 4.º No primeiro dia util de agosto de cada anno, por ordem do presidente do conselho de compras, o secretario mandará

anunciar pela imprensa, com antecedencia de 10 dias, abertura da inscripção para a concorrência ao fornecimento geral necessario ao serviço e consumo ordinarios da Armada no exercício seguinte, indicando a natureza dos artigos ou grupos, os documentos que devem apresentar os pretendentes, o lugar onde deverão estes inscrever-se e receber um exemplar do presente regulamento, além do grupo impresso e em duplicata relativo ao seu ramo de commercio ou de industria, conforme o modelo n. 1.

§ 1.º O secretario não poderá inscrever candidato algum que não tenha satisfeito rigorosamente as formalidades exigidas nos arts. 20, 21 e 22 deste regulamento e de modo a não haver nas sessões do conselho a menor duvida quanto á idoneidade dos proponentes.

§ 2.º Consistirá a inscripção na inclusão da firma do concorrente na columna vertical do mappa comparativo, feito conforme o modelo n. 2.

Art. 5.º Encerrada a inscripção geral, por ordem do presidente do Conselho, o secretario mandará anunciar pela imprensa o dia, hora e lugar em que deverão ser entregues e abertas as propostas, bem assim o numero e natureza do grupo ou grupos sobre os quaes tem de versar a concorrência, annuncio esse que se irá reproduzindo em relação aos grupos seguintes em ordem numerica, logo que o conselho tiver deliberado em relação aos anteriores.

Art. 6.º Reunido o conselho e aberta a sessão á hora annunciada, o secretario fará a chamada dos concorrentes pela inscripção constante do mappa comparativo, por essa occasião sendo recebidas as propostas e amostras respectivas, não podendo, depois de concluida a chamada, ser aceita nenhuma outra proposta, por mais justificado que parecer o motivo da demora na entrega della.

Art. 7.º Concluido o processo especificado no artigo anterior, o presidente contará as propostas entregues relativas a cada grupo annuciado e as abrindo á vista dos concorrentes, as rubricará e dividil-as-ha entre si e os demais membros do Conselho mencionando o secretario na acta, que deve ser lavrada e assignada em cada sessão, não só o numero de propostas distribuidas a cada membro, como tambem os nomes dos respectivos proponentes.

Art. 8.º O presidente procederá então á leitura da nomenclatura do grupo annuciado, indicando os preços da proposta ou propostas, que houver reservado para si, e os demais membros irão acompanhando essa leitura, declarando em voz alta os preços da proposta ou propostas que tiverem em mão.

§ 1.º Incumbe ao secretario fazer no acto e em algarismos o lançamento dos preços á medida que se forem apregoando, consignando-os nas respectivas columnas do mappa comparativo, com clareza que permita prompto e facil confronto.

§ 2.º Incumbe ao Conselho deliberar em seguida na ausencia dos concorrentes, para isso convidados pelo presidente, a retirarem-se da sala das sessões.

Com o mappa comparativo e as amostras apresentadas pelos concorrentes sob suas vistas, o conselho não terá em vista o menor preço absoluto da proposta, mas sim e unicamente a vantagem do preço relativo à qualidade das mesmas amostras, si estas não forem previamente impostas, e as examinará uma a uma, por si ou por intermedio de peritos de antemão requisitados de qualquer estabelecimento publico. No caso, porém, de ser a concorrência sujeita a uma amostra-padrão, prevalecerá o menor preço.

Art. 9.º Assentada a deliberação do Conselho, e declarados no mappa comparativo os nomes dos proponentes preferidos, o presidente do mesmo conselho mandará entrar de novo os concorrentes para a sala das sessões, e ordenará ao secretario que proceda à feitura da parte do mappa relativa as preferencias, feito o que será lavrada a acta e em seguida assignada pelo dito secretario e por todos os membros presentes do Conselho, devendo aquelle que tiver sido vencido nas decisões assignar-se com essa clausula, fundamentando o seu voto.

Paragrapho unico. O secretario não tem voto nas deliberações, que serão tomadas por maioria dos membros presentes.

Art. 10. No dia seguinte, depois de haver o Conselho deliberado sobre a preferencia das propostas de cada grupo, o secretario enviará á Secretaria de Estado todas as propostas apresentadas na ultima sessão, o mappa comparativo, os documentos justificativos da idoneidade dos proponentes preferidos e a cópia da acta respectiva. O Ministro, em vista de todos os papeis presentes, resolverá si os deve remetter á Contadoria da Marinha com a nota LAVRE-SE CONTRACTO, OU LAVRE-SE CONTRACTO COM TAES E TAES RESTRICÇÕES POR NÃO PODER SER ACEITA A PREFERENCIA DO CONSELHO.

Art. 11. Depois de lida e approvada a acta de cada sessão, o presidente, tendo rubricado as amostras preferidas, as entregará ao secretario para catalogal-as e archival-as, de modo que não sejam substituidas e possam servir facilmente para confrontação da qualidade dos fornecimentos.

Art. 12. Quando o grupo annuciado para entrega das propostas for de natureza tal que não permita ao conselho deliberar no mesmo dia sobre todo elle, o presidente fará mencionar na acta esta circumstancia e o ultimo objecto contemplado na deliberação, procedendo-se relativamente á parte tomada em consideração como si se tratasse de grupo completo, apregoando-se os generos preferidos e archivando-se as respectivas amostras, ficando, porém, a cópia da acta e mais papeis para serem remettidos á Secretaria de Estado depois das subseqüentes sessões necessarias para a conclusão do grupo.

Paragrapho unico. Apregoadas as preferencias parciaes do grupo, os membros do Conselho só assignarão a acta depois que tiverem lacerado em um só envoltorio todas as propostas e encerrado em sala ou compartimento conveniente todas as amostras que tiverem de ser examinadas na sessão ou sessões seguintes.

Art. 13. O conselho se reunirá no dia marcado pelo presi-

dente ao terminar cada sessão, não podendo ser aliada a reunião por mais de 24 horas, no caso de não ter o mesmo Conselho deliberado no mesmo dia sobre todos os artigos de um só grupo.

Art. 14. As sessões do Conselho principiarão precisamente ás 10 horas da manhã, devendo á 1 hora da tarde interromper-se a leitura dos grupos, si antes não tiver sido concluída, afim de ter começo o exame das amostras e a confrontação dos preços, observando-se o que preceituam os arts. 8º e 9º e seus paragraphos.

§ 1.º Si á hora designada não se acharem presentes todos os membros do Conselho, será a reunião adiada para o seguinte dia útil, lavrando-se acta da occorrença.

§ 2.º O adiamento de que trata o paragrapho anterior, só terá logar nos casos de impedimento por motivo de molestia, nójo, gala de casamento ou serviço obrigatorio, devendo o membro ausente justificar por escripto sua falta perante o Conselho.

Art. 15. Quando o Conselho, reunido em sessão secreta para deliberar sobre a preferencia, verificar empate entre os preços de qualquer artigo de dous ou mais proponentes, o presidente mandará immediatamente convidal-os para desempate, e, aceito o convite, mencionará cada um de per si e por escripto o novo preço pelo qual se propõe a fornecer, devendo esta declaração, convenientemente assignada pelo proponente e rubricada pelo presidente, ser feita na proposta primitiva, procedendo-se do mesmo modo, si de novo se verificar empate, fazendo-se menção de tudo isto na acta.

Art. 16. O conselho, nas propostas relativas aos artigos classificados como munhões de bocca, resolverá sobre a vantagem dos preços á vista das qualidades, calculando a importancia a que attingirá em cada proposta a ração que, pela tabella em vigor, se tiver de dar a uma praça durante uma semana, e nas referentes á roupa lavada e passada a ferro examinará englobadamente o preço de cada peça, qualquer que seja a sua qualidade ou tamanho.

Art. 17. O conselho não poderá tomar em consideração:

§ 1.º As propostas dos concurrentes cujos contractos para os fornecimentos anteriores tenham sido rescindidos pelo Governo, por não terem sido cumpridos fielmente.

§ 2.º As propostas dos concurrentes que nos fornecimentos anteriores tiverem pedido rescisão de contractos por não poderem por qualquer motivo executal-os.

§ 3.º As propostas feitas por dous ou mais concurrentes contra os quaes haja razões de peso para acreditar-se na existencia de conluio.

§ 4.º As propostas dos concurrentes que não se acharem presentes, por si ou por seus legitimos representantes, na occasião da respectiva leitura, ou as daquelles que forem compellidos a sahir da sala das sessões, em virtude de procedimento irregular.

Art. 18. Para cumprimento do que dispõem os §§ 2º e 3º do artigo antecedente, a Contadoria da Marinha — na Capital Federal

remetterá, até o fim de setembro de cada anno, ao Conselho de Compras, uma relação dos contractos que por qualquer motivo tenham sido rescindidos.

Art. 19. Si o Conselho verificar que a exclusão dos proponentes, em virtude do que determina o art. 17, pôde dar lugar a que não se realize concorrência, por não ficar nenhum concorrente habilitado ou só ficar um nas condições, quanto ao grupo ou grupos que a tal exclusão derem motivo, depois de terminada a concorrência geral de todos os grupos, mandará de novo annunciar a dos que por estas circumstancias não se puderam realizar.

### CAPITULO III

#### DOS CONCURRENTES

Art. 20. Os concurrentes, que não forem fabricantes, serão obrigados:

1.º A provar com documentos de repartição aduaneira, e, na falta delles, com facturas originaes, que são importadores das mercadorias que pretendem fornecer, e que são negociantes matriculados;

2.º A apresentar documentos das estações fiscaes, que proveem terem pago o ultimo semestre vencido do imposto de industrias e profissões, bem assim a licença da Intendencia Municipal, tudo relativo ao ramo de negocio cujos generos se propoem fornecer;

3.º A provar com documentos da mesma Intendencia, que foram aferidos os pesos e medidas no exercicio em que se verificar a concorrência;

4.º A apresentar cópia do contracto que tiverem registrado na Junta Commercial do districto, quando não for individual a firma que tiver de ser lançada na proposta, e constante dos documentos exigidos pelos numeros antecedentes.

Art. 21. Deixarão de satisfazer a condição do que trata o numero 1.º do art. 20 os negociantes que propuzerem productos industriaes do paiz que com esta denominação se acharem incluídos na nomenclatura, não se estendendo, porém, esta excepção aos demais artigos do grupo respectivo, quando, porventura, este contiver productos nacionaes e estrangeiros.

§ 1.º Deixarão de satisfazer a condição referida neste artigos o concurrentes que adquirirem na industria do paiz os generos que na nomenclatura não tiverem designação de nacionalidade, devendo neste caso apresentar factura da fabrica brasileira, e que prove claramente a procedencia do artigo.

§ 2.º As amostras já existentes nas repartições para servirem de padrão ao fornecimento serão franqueadas aos concurrentes até a ante-vespera da abertura das propostas, a não poderão, qualquer que seja o pretexto, sahir das repartições em que se acharem.

**Art. 22.** Os concurrentes que forem fabricantes serão obrigados a cumprir o determinado nos números 2º e 4º do art. 20, devendo porém, em vez de cópia de contracto, apresentar um exemplar dos estatutos, quando tratar-se de companhias ou sociedades anónimas.

§ 1.º São também considerados como fabricantes, para os effeitos do presente regulamento, os que possuírem lavandarias, sendo os seus proprietários proponentes obrigados a satisfazer as formalidades exigidas pelos números 2 e 4 do art. 20.

§ 2.º Não são considerados como fabricantes os proponentes de barro e arêa, sendo por isso obrigados a satisfazer as exigencias dos números 2º, 3º e 4º do art. 20.

**Art. 23.** Dos documentos de que tratam os arts. 20, 21, 22 e seus paragraphos passará o secretario recibo circunstanciado, o qual, rubricado pelo presidente e carimbado com o carimbo do Conselho, será restituído pelo proponente, quando na devida occasião lhe forem entregues os ditos documentos.

**Art. 24.** Todos os concurrentes, sem excepção de classe, só serão inscriptos na concorrência, e no prazo designado no art. 5º, depois de terem satisfeito todas as formalidades prescriptas neste Regulamento, sendo-lhes então entregues pelo secretario dous exemplares do grupo ou grupos relativos ao seu ramo de commercio ou de industria.

§ 1.º De posse desses grupos, os concurrentes formularão os seus preços com tinta preta, nas columnas competentes, em algarismos e por extenso, e no dia, hora e lugar annunciados entregarão ao presidente do Conselho, na ordem de chamada, a proposta em uma só via e em envoltorio fechado.

§ 2.º Feita a entrega das propostas, dos concurrentes apresentarão suas amostras convenientemente classificadas e de modo a evitar duvidas e confusão com outras, devendo as de ferro ser apresentadas em tiras ou pedaços que se prestem a experiencias, e que tenham o nome do autor ou marca da fabrica.

**Art. 25.** Só não serão dependentes de amostras as propostas relativas ás madeiras propriamente ditas, á carne verde, á roupa lavada, ás bigornas, aos tornos mecanicos e de bancada, aos guindastes, ás baterias electricas, ás drogas, aos objectos que, segundo a nomenclatura, tiverem de ser fornecidos conforme os modelos do Commissariado e aos artigos de difficil transporte em virtude de grande peso ou volume.

**Art. 26.** Não serão considerados como propostas:

1.º Os artigos que não estiverem no grupo consignados conforme o prescripto no respectivo modelo, isto é, com preço escripto por extenso e em algarismo;

2.º Os que estiverem com rasura ou com os preços emendados, ainda que a emenda seja só nos algarismos;

3.º Os que não forem acompanhados de amostras, não estando comprehendidos nas excepções de que trata o art. 25;

4.º Os que não forem reconhecidos como de superior qualidade;

5.º Os que, embora de superior qualidade e por preços vanta-

josos, forem propostos não tendo o proponente provado competência para vendel-os;

6.º Os que forem propostos por dous ou mais preços;

7.º Os que forem accrescentados nos grupos pelos proponentes, ou que, embora já nelles existentes, tiverem qualquer nota explicativa ou restrictiva feita pelos ditos interessados.

Art. 27. Os documentos de que tratam os arts. 20, 21 e 22 serão entregues aos concorrentes no acto da assignatura de seus respectivos contractos, ou dentro de tres dias depois da decisão do conselho, quando não for preferido nenhum genero da proposta.

Art. 28. Serão tambem entregues dentro de tres dias as amostras submittidas á apreciação do conselho, quando não forem os generos por qualquer circumstancia preferidos, ficando as dos generos aceites catalogadas e archivadas na repartição competente, durante todo o tempo da duração do contracto.

§ 1.º As amostras dos generos alimenticios serão renovadas mensalmente e as dos demais generos de facil deterioração em curto prazo, não ficarão isentas da catalogação e archivo, e entrarão tambem como elementos de verificação nos fornecimentos a forma das latas, os vidros, pacotes ou caixas, os rotulos, carimbos, marcas de fabrica e outros quaesquer arranjos externos que servem em juizo ou fóra d'elle para provar em parte a procedencia e qualidade de taes generos.

§ 2.º Nos Almoxarifados de Marinha, Escola Naval e Hospital de Marinha da Capital, as amostras não fraccionadas que tiverem de ficar catalogadas e archivadas serão pagas pelos preços por que forem contractados os artigos e generos respectivos, e permanecerão nas repartições competentes como typos de amostras para as concurrencias futuras, ficando ellas carregadas aos almoxarifes ou outros quaesquer responsaveis para com a Fazenda Nacional.

Art. 29. As amostras serão dadas em consumo pelos meios em vigor, quando não forem retiradas no prazo de tres dias, não sendo os artigos preferidos, ou dentro de oito dias depois da expiração do contracto, quando se tratar de amostras fraccionadas dos artigos aceites.

## CAPITULO IV

### DOS CONTRACTOS E DOS CONTRACTANTES

Art. 30. Os contractos celebrados, em virtude de preferencia do conselho de compras, terão vigor sómente durante um exercicio, salvo si se referirem a certo numero de artigos cujo fabrico exigir maior tempo, ou si se tratar de fornecimentos que pela sua natureza, e em relação ao logar e ao fim, tiverem de ser feitos de uma só vez.



Art. 31. Os contractos serão celebrados: na Capital Federal, perante a Contadoria da Marinha, e nos demais logares perante o respectivo presidente do conselho de compras, sendo os da Capital feitos de conformidade com o art. 10 e ficando os dos Estados dependentes de approvação da Secretaria de Estado, para onde deverão ser enviados a copia das actas do conselho, os mappas comparativos e as propostas originaes.

Art. 32. As repartições competentes não poderão lavrar contractos sem terem previa e publicamente pela imprensa convidado o proponente preferido a assignal-o, salvo quando não houver imprensa no logar, devendo neste caso ser o concorrente avisado por escripto em seu estabelecimento ou domicilio.

Parapho unico. Quando o concorrente não se apresentar no dia designado para a assignatura do contracto nem nos tres dias uteis que se lhe seguirem, serão suas propostas consideradas como nullas, e incorrerá em tal caso na multa de 5% do valor dos artigos ou generos a adquirir durante o tempo em que teria de vigorar o contracto, fazendo-se a arrecadação pela estação fiscal competente e pelos meios em vigor, dando-se de tudo sciencia á Secretaria de Estado para as necessarias providencias.

Art. 33. Os fornecedores, firmando contracto, *ipso facto* se obrigam:

1.º A fornecer os artigos ou generos nas quantidades pedidas;

2.º A entregal-os nos logares que lhes forem designados, arrumando-os á sua custa, depois de approvados;

3.º A satisfazer os pedidos, dentro de quatro dias uteis, contados da data em que se lhes fizer entrega delles, salvo quando se tratar de ferro, madeiras, cal, barro. arêa, tijolos communs, telhas de barro e parallepipedos, em que o prazo maximo será de quinze dias uteis:

a) quando o artigo pedido, pela sua natureza e tendo-se em vista a quantidade, depender de manufactura, o prazo maximo para o fornecimento será marcado nos despachos lançados nos pedidos pela autoridade competente;

b) quando o serviço publico exigir que se lance nos pedidos a nota de *urgentissimo*, e não dependendo os artigos de manufactura, os contractantes serão obrigados a effectuar o fornecimento no prazo maximo de 24 horas;

4.º A organizar suas facturas conforme o modelo n. 3 e a legalisal-as com o sello proporcional, na conformidade do regulamento em vigor;

5.º A não reclamar indemnisação por prejuizo algum, seja qual for a sua procedencia, salvo o caso de avaria occasionada pelo pessoal administrativo durante o recebimento.

Art. 34. Todos os artigos e generos serão sujeitos á approvação ou reprovação dos peritos officialmente designados, ficando os contractantes sujeitos á multa de 20% do valor delles quando forem rejeitadas por má qualidade, ou á de 10 % quando, apesar da boa qualidade, não servirem para o fim a que forem destinados.

Paragrapho unico. A repartição competente, lavrando termo de multa, marcará o prazo para substituição do artigo ou genero por qualquer circumstancia rejeitado, e não se verificando a substituição nesse prazo, será o artigo adquirido por ajuste no mercado, pagando o contractante ao Estado a differença existente entre o preço do contracto e o preço do ajuste.

Art. 35. Os contractantes que apresentarem artigos ou generos depois do prazo designado ficarão sujeitos á multa de 5 % do valor delles, e á de 10 % os que declararem que não os podem fornecer, qualquer que seja o motivo apresentado.

§ 1.º Quando se reconhecer que o artigo ou genero não fornecido pelo contractante existe no mercado, em vez da multa de 10 % será o dito contractante obrigado a indemnisar o Estado da differença que se verificar entre o preço do contracto e o preço pelo qual elle for adquirido.

§ 2.º Quando o fornecimento não se realizar dentro de quinze dias uteis, contados da data em que expirar o prazo marcado para a entrega, os empregados fiscaes considerarão o facto como si o contractante declarasse não poder effectuar o fornecimento, e, cassado o pedido, se lavrará o competente termo de multa.

Art. 36. O Governo poderá rescindir os contractos, sem direito a reclamação alguma por parte dos contractantes em caso de faltas commettidas por estes.

Art. 37. Quando por qualquer circumstancia o contractante pedir a rescisão do contracto, se observará o que determina o paragrapho unico do art. 32, salvo caso especial de extinção ou liquidação do seu estabelecimento mercantil ou industrial.

Art. 38. Todos os contractos firmados em virtude do presente regulamento não poderão ser transferidos sinão ás firmas commerciaes successoras dos contractantes, precedendo declaração escripta de que aceitam todos os onus e vantagens de seus antecessores.

## CAPITULO V

### DOS PAGAMENTOS

Art. 39. Os artigos ou generos fornecidos aos almoxarifados ou dependencias do Ministerio da Marinha em virtude do presente regulamento, serão acompanhados das respectivas facturas, instruidas pelos pedidos feitos, não podendo ser taes facturas desacompanhadas dos artigos ou generos, nem estes entregues sem as facturas.

Art. 40. As facturas serão pagas na Capital Federal pelo Thesouro, continuando nos Estados em pleno vigor o actual processo seguido para os pagamentos.

§ 1.º As facturas na Capital Federal e nos Estados serão pagas dentro de trinta dias depois da nota — PROCESSE-SE, lançada nas mesmas pela autoridade competente, que as rubricará de-

pois de processadas, si as achar exactas; a rubrica constituindo a ordem legal e imprescindivel para o pagamento.

§ 2.º Na Capital Federal, entregues as facturas e preenchidas as formalidades da lei, serão ellas restituídas aos contractantes, que passarão recibo em livro proprio, e ao mesmo tempo serão remettidos em protocollo para a 2ª secção da Contadoria da Marinha, os pedidos que as originaram.

§ 3.º Processada a factura e remettida para o Thesouro ou Pagadoria da Marinha, serão os pedidos enviados em protocollo da 2ª para a 3ª secção da Contadoria, tendo antes a 2ª secção inutilisado os pedidos com o carimbo — PROCESSOU-SE PARA PAGAMENTO — não podendo nenhum pedido sahir mais da 3ª secção senão por occasião da tomada da conta.

## CAPITULO VI

### DOS GRUPOS PARA CONCURRENCIA

Art. 41. O presidente do conselho de compras na Capital Federal nomeará, nos primeiros dias de junho de cada anno, a commissão revisora dos grupos de concorrência de que trata o art. 4º, e que será composta do ajudante, do vice-inspector do Arsenal, do almoxarife e do chefe do Commissariado.

Art. 42. Essa commissão terá por fim:

1.º Corrigir os erros originaes ou typographicos que encontrar nos alludidos grupos;

2.º Determinar, tanto quanto possivel, as dimensões dos objectos a contractar, seus autores, procedencias e marcas;

3.º Ampliar a nomenclatura de cada grupo, tendo em vista a escripturação do Almoxarifado e as requisições feitas ao Almoxarifado anteriormente, de artigos ou generos não contemplados nos alludidos grupos.

Art. 43. Até 30 de setembro de cada anno, a commissão revisora dará conta de seus trabalhos ao presidente do conselho de compras, e este a seu turno, tomando em consideração esses trabalhos, os levará ao conhecimento da Secretaria de Estado, afim de que as alterações feitas sejam observadas na nomenclatura geral e, si for conveniente, na tabella de sobresalentes da Armada.

Art. 44. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Secretaria da Marinha, 11 de abril de 1899. — *Carlos Baltazar da Silveira*.

## MODELO N. 1

## Couro e sapataria

(NOME DO PROPONENTE).....

N. 9      *Estabelecido*.....*á rua de*.....

*propõe-se*.....*a fornecer a*.....  
*durante o exercício de 18*.....*os objectos abaixo mencionados*  
*todos de primeira qualidade e conforme as amostras apresentadas*

NUMERO DE ORDEM	DESIGNAÇÃO DO MATERIAL	NUMERO DA AMOSTRA	UNIDADE	PREÇOS DA PROPOSTA	
				POR EXTENSO	EM ALGARISMOS
	Colthurnos de bezerro para navacs, con- forme o modelo da Intendencia . . . .		Par		
	Chinellos rasos . . . .		Pelle		
	Camurça . . . .		»		
	Carneira pp. de qual- quer cor. . . .		»		
	Marroquim de qual- quer cor. . . .		»		
	Sola atuada. . . .		Uma Meio		
	» grozaia. . . .		»		
	» garroteada. . . .		»		
	» bruta nacional de qualquer grossura. . . .		»		
	» ingleza pp. de qualquer gros- sura . . . .		»		
	» franceza pp. de qualquer gros- sura . . . .		»		
	» nacional prepa- rada á ingleza ou á franceza de qualquer grossura. . . .		»		
	Sapatos de bezerro para menores, con- forme o modelo da Intendencia, atén. . . .		Par		
	33 . . . .		»		
	Sapatos de bezerro para adultos, con- forme o modelo da Intendencia . . . .		»		
	Vaqueta. . . .		Meio		

Data .....

Assignatura do proponente .....

## MODELO N. 2

## Mappa comparativo referente á Vidraria

NOMENCLATURA DO GRUPO N. 23	UNIDADES	PREÇOS DAS PROPOSTAS				PREFEREN- CIAS
		AZEVEDO & C. <sup>a</sup>	MARQUES & SILVA	LOPES & BRAGA	PEREIRA & C. <sup>a</sup>	
Espelho para cama- rote com caxilho dourado, sendo o vi- dro francez, e tendo 0m,35 x 0m,25 . . . .	Um	1\$400		1\$650	1\$630	Marques & Silva.
Dito idem com caxi- lho envernizado e filote dourado idem idem idem. . . . .	"	\$300	1\$300	\$550	\$535	Azevedo & C. <sup>a</sup>
Vidros brancos para vidraças inglezas, de qualquer tamanho, por millimetro de espessura . . . . .	Dec. quadrado	\$090				
Vidros opacos de qualquer tamanho, por millimetro de grossura . . . . .	"	\$130	\$099	\$095	\$100	Os mesmos.
Vidros estrellados ou mousseline, por mil- limetro de grossura.	"	\$250	\$135	\$132	\$200	Lopes & Braga.
Vidros lavrados de qualquer tamanho, por millimetro de grossura . . . . .	"		\$290	\$199	\$300	Os mesmos.
Vidros de côres idem idem. . . . .	"	\$300	\$390		\$400	Azevedo & C. <sup>a</sup>
Vidros francezes para espelho, de qualquer tamanho, por mil- limetro de grossura.	"	\$295	. . .	. . .	. . .	Não ha.
Vidros redondos para ma no metros de qualquer tamanho, por millimetro de grossura . . . . .	Cent. in diater.	. . .	. . .	\$100	. . .	Idem.
Vidros brancos, re- dondos, e cha tos, para vigia, por mil- limetro de grossura.	"	020	. . .	\$019	\$030	Lopes & Braga.

OBSERVAÇÃO — O Conselho não preferiu a proposta de Azevedo & C.<sup>a</sup>, em relação aos vidros opacos, por ser de segunda qualidade a amostra apresentada. Sala das sessões do Conselho de Compras, em . . . . . de 1889.

Os membros do Conselho:

F. . . . . Presidente.

F. . . . .

F. . . . .

O secretario,

F. . . . .

## MODELO N. 3

N.....

Processe-se.

Contadoria da Marinha, .... de ..... de 18...

O contador.....

Santos, Lima & C.<sup>a</sup>, negociantes estabelecidos á rua Primeiro de Março n..... contractaram com o Ministerio da Marinha vender para a..... a pagar no prazo de 30 dias contados da data do processo, da repartição competente, o seguinte:

Pedidos			
3.290	50	Cincoenta tubos de latão com o peso de mil e trinta e quatro kilos, a mil e setecentos réis o kilo . . . . .	1:757\$800
4.712	40	Quarenta metros de gacheta de Asbestos, pesando dez kilos, a dous mil réis o kilo . . . . .	20\$000
			<u>1:777\$800</u>

Importa esta factura em um conto setecentos e setenta e sete mil e oitocentos réis.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1889.

SANTOS, LIMA & C.<sup>a</sup>.

## VERSO DO MODELO N. 3

Recebi os generos constantes desta factura.....

Rio de Janeiro, ..... de ..... de 188

Lançado na respectiva conta corrente sob n. ....

Rio de Janeiro, ..... de ..... de 188

Exercicio de 18.....

## §

Conferi esta conta com o documento que lhe deu origem e fica archivada nesta Contadoria sob n. .... e está em tudo exacta na importancia de Rs. ....

Contadoria da Marinha, ..... de ..... de 188

O chefe de secção,

O escriptuario,

Recebi a importancia desta conta em ..... de ..... de 188

O escriptão do pagamento,

O fornecedor,



## DECRETO N. 3259 — DE 11 DE ABRIL DE 1899

Approva a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil attendendo á conveniencia de se reunir toda a legislação sobre o Corpo Consular Brasileiro, que tem soffrido grande numero de modificações desde a promulgação do decreto n. 4968, de 24 de maio de 1872, que mandou executar o Regulamento Consular em vigor, decreta :

Art. 1.º E' approvada a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro, mandada elaborar pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, que a subscreve.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de abril de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*

Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro, a que se refere o decreto n. 3259 desta data

**TITULO I****Da organização do Corpo Consular****CAPITULO I**

Dos empregados consulares, suas jurisdições, nomeações, classes e prerogativas

Art. 1.º Aos Consules incumbe nos seus districtos e logares de residencia promover o commercio e navegação, bem como proteger as pessoas e interesses dos cidadãos brasileiros. (Regulamento Consular, art. 1º.)

Art. 2.º Os districtos comprehendem todo o territorio em que os Consules Geraes e Consules exercem sua autoridade directamente, ou por meio de Vice-Consules.

Logares de residencia comprehendem o territorio em que os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules ou Agentes Commercias exercem por si, sem outro intermedio, sua autoridade. (Regulamento Consular, art. 2º.)



Art. 3.º O Corpo Consular compõe-se de Consules Geraes de 1.ª e 2.ª classe, Consules, Vice-consules, Chancelleres e Agentes Commerciaes. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1.º.)

Art. 4.º Haverá em cada paiz um só Consulado Geral, e, quando seja necessario, além do Consul Geral um ou mais Consules delle independentes. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1.º § 1.º.)

Art. 5.º Não obstante a disposição do artigo antecedente nas colonias e dominios importantes, poderá o Governo estabelecer Consulados Geraes ou Consulados. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1.º § 2.º.)

Art. 6.º Poderá o Governo crear Consulados sem remuneração fixa e igualmente estabelecer novos Vice-Consulados não remunerados, estes mediante propostas dos Consules e informações das respectivas legações, que as hão de acompanhar, acerca da necessidade que delles ha pela frequencia dos navios brasileiros, importancia de suas relações commerciaes com o Brazil, e por outras attendiveis circumstancias. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3.º e Regulamento Consular, art. 14.)

Art. 7.º O Consul Geral poderá servir em mais de um paiz, si, por sua pequena extensão e limitadas relações commerciaes com o Brazil, assim convier. (Regulamento Consular, art. 3.º.)

Art. 8.º Cada Consul Geral ou Consul terá no logar da sua residencia um Vice-Consul que o substitua nos seus impedimentos; e, para o mesmo fim, cada Vice-Consul dos outros pontos do paiz, um Agente Commercial. Estes empregados terão, sendo possivel, as habilitações dos Consules Geraes e Consules.

Si o serviço o exigir, será o Consul Geral ou Consul auxiliado por um Chanceller, cujas attribuições serão as que determinam os arts. 73 e 160. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 3.º e Regulamento Consular, art. 16.)

Art. 9.º Os Consulados remunerados pelo Thesouro Federal devem ser os seguintes:

Consulados Geraes de 1.ª classe: Hamburgo, Nova-York, Buenos-Aires, Antuerpia, Genova, Liverpool, Lisboa, Montevideo e Pariz;

Consulados Geraes de 2.ª classe: Trieste, La Paz, Valparaiso, Copenhague, Barcelona, Rotterdam, Assumpção, Iquitos e Genébra;

Consulados: Salto, Cayenna, Havre, Bordéos, Marselha, Napolés, Porto, Londres, S. Petersburgo, Montreal, Vera-Cruz, Georgetown, Posadas, Cardiff, Stockolmo, Yokohama e Kobe;

Vice-Consulados: Baltimore, Rosario, Nova-Orleans, Francfort S/M, Bremen, Vigo, S. Thomé e Libres. (Decreto n. 375, de 6 de junho de 1891, Lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, Decreto n. 279, de 27 de julho de 1895, Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895 e Decreto n. 2786, de 5 de janeiro de 1898.)

Ha Chancelleres remunerados pelo Thesouro Federal nos Consulados Geraes seguintes: Hamburgo, Nova-York, Liverpool, Genova e Lisboa. (Lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.)

Art. 10. Serão nomeados:

Os Consules Geraes e Consules por decreto do Governo, à vista dos quaes se lavrarão as respectivas cartas-patentes, sujeitas aos direitos marcados por lei. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5.<sup>o</sup> e Regulamento Consular, art. 13.)

Os Vice-Consules remunerados em virtude de lei, por portaria do Ministro das Relações Exteriores. (Decreto n. 2194, de 16 de dezembro de 1895, art. 3.<sup>o</sup>.)

Os Chancelleres por portarias do Ministro das Relações Exteriores, espontaneamente ou à vista de propostas dos Consules. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5.<sup>o</sup>.)

Art. 11. Para os logares de Consul Geral e Consul poderão ser preferidos, sem exame, os empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, respectivamente desde a classe dos directores de secção até a dos segundos officiaes inclusive. Fóra desses casos, ninguém será admittido ao serviço Consular sinão pela classe dos Consules ou dos Chancelleres.

Poderão ser nomeados sem exame os doutores ou bachareis em direito pelas faculdades do Brazil e os habilitados em outros estabelecimentos.

Nos outros casos, a nomeação dependerá de exame na forma dos arts. 13 a 19. Fica, porém, delle dispensado o brasileiro de reconhecida aptidão que residir fóra do Brazil. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 6.<sup>o</sup>, Decreto n. 2194, de 16 de dezembro de 1895, art. 5.<sup>o</sup>.)

Art. 12. Os cargos de Consules geraes de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe só serão confiados a brasileiros. O de Consul poderá ser preenchido por estrangeiro quando circumstancias especiaes tornem necessário o seu preenchimento por brasileiro. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 7.<sup>o</sup>.)

Art. 13. O Governo nomeará no principio de cada anno uma comissão composta de tres membros para proceder ao exame dos candidatos aos logares de Consules e Chancelleres. (Instrucções para exame de candidatos de 17 de novembro de 1893, art. 2.<sup>o</sup>.)

Art. 14. Os candidatos aos logares de Consules e de Chancelleres que não estiverem dispensados de exame de habilitação, nos termos do art. 11, deverão inscrever-se mediante requerimento instruido com certidão de idade. (Decreto n. 1921, de 22 de dezembro de 1894, art. 1.<sup>o</sup>.)

Art. 15. Os candidatos deverão, além disso, apresentar á comissão de exame quaesquer diplomas ou certificados de estudos que hajam obtido. (Instrucções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 4.<sup>o</sup>.)

Art. 16. O exame terá logar publicamente em uma das salas da Secretaria de Estado e durará duas horas, sendo 20 minutos para cada uma das materias. (Instrucções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 5.<sup>o</sup>.)

Art. 17. O exame de habilitação versará sobre as seguintes materias:

a) conhecimento pratico das linguas modernas, especialmente

da Inglaterra e franceza, devendo o candidato traduzir, escrever e fallar correntemente esta ultima ;

- b) geographia commercial em geral e chorographia do Brazil ;
- c) principios de direitos das gentes, noticias dos tratados e noções de direito publico brasileiro ;
- d) legislação consular, aduaneira e fiscal ;
- e) direito commercial, maritimo e cambial ;
- f) noções dos direitos de familia e successões, registro civil ;
- g) noções de jurisprudencia eurematica ou notarial ;
- h) redacção official.

Decreto n. 1921, de 22 de dezembro de 1894, art. 2º.)

Art. 18. A commissão deliberará depois do exame acerca do merito do candidato, declarando-o habilitado ou não. Em caso de empate, considerar-se-ha inhabilitado.

No primeiro caso se lhe dará cópia authentica do termo do exame; no segundo, não poderá apresentar-se a novo exame sem que haja decorrido pelo menos um anno.

A presidencia do acto compete ao Director Geral da Secretaria de Estado, que terá voto. (Instrucções para exame de candidatos de 17 de novembro de 1893, art. 6º e Decreto n. 1921, de 22 de dezembro de 1894, art. 3º.)

Art. 19. As duvidas que occorrerem acerca das demais formalidades necessarias para o exame serão resolvidas pela commissão e sujeitas à approvação do Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Instrucções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 7º.)

Art. 20. Considerar-se-hão interinas ou provisórias as nomeações de Chancelleres que recahirem em pessoas não habilitadas na forma dos arts. 14 a 19. (Decreto n. 1921, de 22 de dezembro de 1894, art. 5º.)

Art. 21. Os nomeados que tiverem as condições exigidas para Consul e Chanceller ficarão pertencendo ao Corpo Consular e terão direito à promoção. (Decreto n. 2194, de 16 de dezembro de 1895, art. 4º.)

Art. 22. Os cargos de Consul sem remuneração são considerados de simples commissão e exercidos de preferencia por brasileiros com as habilitações legais para Consul e Chanceller. (Decreto n. 2194, de 16 de dezembro de 1895, art. 5º.)

Art. 23. Os Vice-Consules não remunerados pelo Thesouro Federal serão nomeados, preferidos igualmente os cidadãos brasileiros, pelo Consul Geral ou Consul, que remetterá a portaria de nomeação, submetten lo-a à confirmação do Governo por intermedio da Legação, que informará sobre a idoneidade do nomeado, além do Governo resolver sobre a sua confirmação.

No caso, porém, de ser este immediatamente necessario, poderá ter logar o provimento interino com prévio assentimento da Legação. (Regulamento Consular, art. 17, Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5º e Circular n. 7, de 30 de agosto de 1895.)

Art. 24. As nomeações dos Vice-Consules propostas pelos Consules Geraes e Consules serão feitas por portaria (modelo n. 1.) (Regulamento Consular, art. 18.)

Art. 25. Os Vice-Consules poderão nomear Agentes Commerciaes para substitui-los em seus impedimentos (modelo n. 2); mas deverão previamente propor taes nomeações ao respectivo Consul para sua approvação e do Governo. Não fica, porém, inhibido o Consul de nomear por si o Agente, não estando pela proposta do Vice-Consul. (Regulamento Consular, art. 19, Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5º.)

Art. 26. Quando tiver de submeter à approvação do Governo a nomeação de Vice-Consules para seu districto, deverá o Consul geral ou Consul indicar nos respectivos titulos si elles teem de funcionar em um ou mais territorios do paiz e os denominar exactamente de modo que, bem conhecidos os limites dos districtos Vice-Consulares, não se iniciem duvidas quanto à concessão do *exequatur*, nem difficuldades no exercicio do cargo. (Circular n. 3, de 25 de abril de 1879.)

Art. 27. O Governo não approvará as nomeações dos Vice-Consules e Agentes Commerciaes, embora para exercicio interino, sinão depois de ter recebido os autographos das suas assignaturas, sem prejuizo do disposto no art. 56, pois nesse caso deverão elles ser acompanhados dos sellos respectivos. (Circular n. 4, de 31 de maio de 1892.)

Art. 28. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules deverão nomear sempre seus substitutos legaes, Vice-Consules e Agentes Commerciaes, affin de não delegarem poderes em pessoas não designadas por lei. (Circular de 27 de junho de 1879.)

Art. 29. Quando circumstancias especiaes o exijam, podem ser empregados consulares os cidadãos de outras nações, obtida prévia licença de seus respectivos governos. (Regulamento Consular, art. 10.)

Art. 30. Compete aos Consules Geraes de qualquer das duas classes o uniforme de Capitão de Mar e Guerra e aos Consules o de Capitão de Fragata. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 8º.)

Art. 31. Os empregados consulares deverão comparecer sempre vestidos com o seu uniforme em todos os actos de seu officio que praticarem em publico perante os brasileiros, e ainda perante estrangeiros, quando o não contrariem os costumes locais. (Regulamento Consular, art. 34.)

Art. 32. Os empregados consulares primeiro visitarão aos navios da armada brasileira surtos nos portos do seu districto, que formam divisão ou esquadra.

E primeiro visitarão aos empregados consulares os commandantes das outras embarcações de guerra, que entrarem nos portos de suas residencias. (Regulamento Consular, art. 35.)

Art. 33. Quando os empregados consulares fizerem sua primeira visita aos navios da armada brasileira, surtos nos portos do seu districto, teem—uma salva de nove tiros de peça o Consul Geral, de sete o Consul, de cinco o Vice-Consul.

O Consul Geral será recebido no alto da escada pelo 1º comandante, e a tropa estará em armas.

Nos navios mercantes que não teem peça, será içada a bandeira nacional á chegada do empregado consular, e, si este for Consul Geral, a equipagem se formará. (Regulamento Consular, art. 36.)

Art. 34. Nos actos do seu officio serão respeitados e obedecidos pelos brasileiros que estiverem no seu districto, ou residencia. (Regulamento Consular, art. 32.)

Art. 35. Os empregados consulares gozarão, em seus districtos, das honras outorgadas pelos tratados, ou daquellas a que as leis e usos do paiz lhes derem direito. (Regulamento Consular, art. 37.)

Art. 36. Quando por qualquer occurrencia não houver legação no districto, o Consul só praticará os actos diplomaticos que em casos taes costuma permittir o Governo junto do qual está acreditado. (Regulamento Consular, art. 29.)

Art. 37. No exercicio das incumbencias extraordinarias do Governo Brasileiro, e no das do art. 36, os Consules não poderão pretender privilegios, isenções, ou immunidades diplomaticas. (Regulamento Consular, art. 31.)

Art. 38. Os Consules deverão conformar-se com as leis e estylos do paiz em que residirem, ainda que contrarios ou differentes das disposições desta Consolidação, mas cumpre-lhes dar parte circunstanciada do que a tal respeito observarem ao Ministerio das Relações Exteriores. (Regulamento Consular, art. 232.)

Art. 39. Não poderão exigir precedencias, nem qualquer etiqueta nas festas sollemnes, si não estiverem reguladas em tratados, nem distincção alguma que lhes não seja incontestavelmente devida por posse, consentimento ou jerarchia. (Regulamento Consular, art. 38.)

Art. 40. Os Consules são sujeitos á jurisdicção das autoridades civis e criminaes do paiz em que residirem, salvo as modificações estabelecidas em ajustes internacionaes. (Regulamento Consular, art. 231.)

Art. 41. Os Vice-Consules confirmados pelo Governo ou ainda mesmo interinamente nomeados pelos Consules, com approvação do Ministro Diplomatico, sendo reconhecidos pelas autoridades locaes, terão nos logares de sua residencia os mesmos direitos e deveres que aos ditos Consules competem por esta Consolidação, desde os arts. 273 a 283, de 311 a 319 e 322, bem como todas as outras faculdades que pelos Consules, sob sua responsabilidade, lhes forem concedidas.

Os mesmos direitos e deveres competem aos Agentes Commercias, uma vez que tenham obtido o *exequatur* do Governo, e sejam reconhecidos pelas autoridades locaes. (Regulamento Consular, art. 30.)

Art. 42. Os Consules não poderão exercer a profissão do commercio em seus districtos.

Exceptuam-se os não remunerados, de potencias de pequena importancia commercial com o Brazil, uma vez que se não encon-

trem nellas pessoas igualmente habilitadas que não sejam negociantes. (Regulamento Consular, art. 11.)

Art. 43. Os Consules Geraes, Consules e Vico-Consules não poderão acceitar nomeação de agente ou delegado de sociedade no Brazil ou fóra, seja qual for o objecto da nomeação; aquelles que não forem brasileiros não devem acceitar nomeações que não sejam propriamente commerciaes sem consultar o Ministerio das Relações Exteriores, directamente ou por intermedio de seus chefes. (Circular n. 5, de 17 de agosto de 1885.)

Art. 44. É igualmente prohibido aos Consules acceitar a presidencia, embora honoraria, de assembléas geraes de bancos. (Despacho ao Consulado Geral em Lisboa, n. 13, de 5 de agosto de 1891.)

Art. 45. Na prohibição do art. 43 estão comprehendidas as associações de propaganda, permanentes ou temporarias, mas não as litterarias sem fim commercial. (Circular n. 5, de 30 de abril de 1885.)

Art. 46. As disposições do art. 72, § 2.º da Constituição da Republica, que extinguiu as ordens honorificas, deverão ser respeitadas pelos empregados consulares. (Circular de 18 de agosto de 1897. F. secção.)

Art. 47. Os Consules poderão fazer comparecer os brasileiros na respectiva secretaria para negocio, que será declarado na intimação, sob pena de perderem todo o direito a protecção do Governo os que não obedecerem.

Os Consules informarão ao Ministerio das Relações Exteriores quaes são os brasileiros incursos na disposição deste artigo. (Regulamento Consular, art. 199.)

Art. 48. Todas as vezes que entenderem ser necessario ou conveniente, poderão os Consules convocar os negociantes nacionaes estabelecidos no porto de sua residencia, e bem assim os capitães de navios, tambem nacionaes alli surtos, afim de se deliberar sobre algum interesse commercial do Brazil, ou a beneficio dos seus concidadãos.

Serão os presidentes destas reuniões ou assembléas, e, da resolução nellas tomada, mandarão lavrar termo. (Regulamento Consular, art. 229.)

## CAPITULO II

### Do exercicio, suspensão e cessação do emprego consular

Art. 49. Os funcionarios consulares obrigar-se-hão, por compromisso formal, no acto da posse, ao desempenho de seus deveres legaes. (Disposição do art. 62, paragrapho unico da Constituição da Republica, em virtude da qual ficaram prejudicados os arts. 40 e 41 do Regulamento Consular.)

Art. 50. Os empregados consulares, nomeados ou removidos, partirão para seus destinos, sob pena de perderem os respectivos cargos, no prazo de deus mezes contados da data em que tiverem

a comunicação official, cujo recebimento será logo accusado, salvo os casos em que o Governo entender que devem fazel-o em prazo mais curto. (Decreto n. 802, de 28 de abril de 1892.)

Art. 51. Nenhum empregado consular principiará a exercer o seu officio antes de obter *exequatur* da autoridade do paiz em que residirem. (Regulamento Consular, art. 42.)

Art. 52. Os Consules Geraes e Consules entregarão ou remetterão suas cartas-patentes ao Chefe da Legação Brasileira, para que este obtenha o *exequatur* da autoridade competente.

Quando não houver Legação Brasileira no paiz em que os Consules deverem exercer suas funcções, a estes incumbirá solicitar-o directamente da sobredita autoridade. (Regulamento Consular, art. 43.)

Art. 53. Os Consules Geraes e Consules apresentarão o *exequatur* ás autoridades locaes da sua residencia, afim de serem como taes reconhecidos, quando não for estylo ser feita esta comunicação pelo mesmo Governo que o conceder. (Regulamento Consular, art. 44.)

Art. 54. Immediatamente depois deverão fazer publico que estão no exercicio de suas funcções, para que chegue ao conhecimento dos cidadãos brasileiros residentes no paiz, e dos capitães e mestres dos navios que se acharem nos portos respectivos, para effeito de os reconhecerem, e a elles se dirigirem em todas as suas dependencias. (Regulamento Consular, art. 45.)

Art. 55. Os Vice-Consules procederão da mesma maneira, com a differença de ser o respectivo Consul Geral quem solicitará o *exequatur* para elles; os Agentes Commerciaes serão apresentados pelos Vice-Consules ás autoridades do districto de sua jurisdicção depois de obtido pelos canaes competentes o *exequatur*. (Regulamento Consular, art. 46. Despacho á Legação em Buenos Aires, n. 20, de 8 de junho de 1888.)

Art. 56. Logo que os Consules Geraes ou Consules principiem a exercer as suas funcções remetterão a assignatura ou firma com o sello de que hão de servir-se nos actos de seu officio aos Ministerios das Relações Exteriores e da Fazenda e directamente ás Alfandegas de Manáos, Pará, Maranhão, Parnahyba, Ceará, Parahyba, Pernambuco, Maceió, Penedo, Sergipe, Bahia, Victoria, Santos, Paranaguá, Florianopolis, Rio Grande, Uruguayana e Corumbá, e ás Delegacias Fiscaes de Minas Geraes e Goyaz, afim de que seja, quando for necessario, conferida com a assignatura dos documentos que sejam exhibidos nas referidas Alfandegas e Delegacias Fiscaes ou que tenham de ser reconhecidas para produzir effeito nos territorios em que são estabelecidas. Incumbe-lhes igualmente remetter a assignatura ou firma dos Vice-Consules e Agentes Commerciaes de seus districtos. (Regulamento Consular, art. 52. Decreto n. 2320, de 30 de julho de 1896, e Circular n. 3, de 17 de setembro de 1898.)

Art. 57. Modificando-se com o tempo as assignaturas dos agentes consulares, devem ser remettidos novos autographos dos empregados mais antigos, com a data. (Circular n. 2, de 21 de outubro de 1881.)

Art. 58. Não serão reconhecidas as firmas dos agentes consulares cuja nomeação e autographo não forem remettidos nos termos do art. 27. (Despacho ao Consulado Geral em Lisboa, de 8 de janeiro de 1891.)

Art. 59. E' inteiramente vedado tirar cópia de quaesquer documentos pertencentes aos Consulados, sem prévia autorização do Governo, quando não for para uso official, por serem elles propriedade do Estado. (Decreto n. 3210, de 9 de fevereiro de 1899, art. 1.º.)

Art. 60. Os empregados consulares porão sobre a porta principal de sua residencia official as armas da Republica com a legenda—Consulado Geral—Consulado—ou—Vice-Consulado do Brazil—e arvorarão a bandeira nacional.

Exceptuam-se os paizes em que o Governo local prohibe expressamente estes actos, salvo si os tratados os autorizarem.

Por casa de residencia para os fins deste artigo e do seguinte deve entender-se aquella onde o funcionario consular tem permanencia official, isto é, a da Chancellaria; e esta, quando o seu aluguel for pago pelo Governo Federal, não deve funcionar nas casas de residencia dos Consules. (Regulamento Consular, art. 50, e Circular n. 3, de 8 de março de 1899.)

Art. 61. As armas e a bandeira nacional são destinadas sómente a indicar a Chancellaria Consular aos marinheiros e a outros compatriotas; mas nunca se entende que a Chancellaria Consular, por meio dellas, dá asylo a quaesquer criminosos, ainda que cidadãos brasileiros, ou obsta as diligencias de citações, prisões e execução da justiça do paiz. (Regulamento Consular, art. 51.)

Art. 62. Os empregados consulares, depois de reconhecidos, tomarão conta dos archivos e moveis do Consulado, por inventario escripto no livro respectivo, que tambem servirá de recibo. (Regulamento Consular, art. 47.)

Art. 63. Os empregados consulares quando forem removidos ou exonerados entregarão, ao seu successor ou à pessoa encarregada de gerir o posto provisoriamente, todos os documentos pertencentes ao archivo e confiados à sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio do cargo, assim como as minutas numeradas por ordem de datas por elle redigidas. Esta entrega será feita por uma declaração escripta, em triplicata (modelo n. 41.) Destes exemplares, um ficará na respectiva Chancellaria, outro será remettido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro pertencerá ao funcionario que se retirar. (Decreto n. 3210, de 9 de fevereiro de 1899.)

Art. 64. Si os archivos e moveis de que se fizer entrega, forem exactamente os mesmos descriptos no inventario, o empregado consular o assignará, com o seu predecessor ou a autoridade, ou individuo de quem os recebe. (Regulamento Consular, art. 48.)

Art. 65. Si houver falta nos archivos ou nos moveis e o que os entregar não se comprometter a apresentar os objectos que faltarem nem mostrar que ficaram inutilizados, o empregado



consular os especificará no recibo, e participará á autoridade competente. (Regulamento Consular, art. 49.)

Art. 66. As pessoas encarregadas de quaesquer commissões do Ministerio das Relações Exteriores ficam obrigadas a depositar no Ministerio, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papeis referentes aos serviços temporarios que lhes foram confiados. (Decreto n. 3210, de 9 de fevereiro de 1899, art. 7º.)

Art. 67. Os Consules exercerão a mais activa e miuda inspecção nos actos e procedimentos dos Vice-Consules e Agentes Commerciaes de seus districtos. (Regulamento Consular, art. 53.)

Art. 68. Os Consules serão responsaveis por todos os actos consulares praticados no seu districto, ainda que por Vice-Consules ou Agentes Commerciaes, si não tiverem o cuidado de os suspender immediatamente, ou de os reprehender, segundo a gravidade desses actos. (Regulamento Consular, art. 54.)

Art. 69. Os Consules visitarão, quando o julgarem a proposito e o Governo préviamente autorizar as despesas necessarias, os portos da potencia ou potencias nos quaes não residirem habitualmente, dando disso parte á Legação, e em um ou outro caso serão substituidos pelos Vice-Consules. (Regulamento Consular, art. 64.)

Art. 70. Não estando qualquer Vice-Consul confirmado pelo Governo, e não correspondendo á confiança do respectivo Consul, este o póde demittir, precedendo beneplacito do Ministro diplomatico. Mas si sua nomeação estiver revestida da approvação do Governo, limitar-se-ha o Consul a suspendel-o, dando immediatamente parte, para final decisão. (Regulamento Consular, art. 59.)

Art. 71. No caso de demissão o Consul ou Vice-Consul continuará a exercer as suas funções até que seu successor obtenha o *exequatur*, si não houver ordem em contrario. (Regulamento Consular, art. 60.)

Art. 72. Si circumstancias imprevistas constrangerem os Consules a abandonar seu posto, deverão entregar o archivo ao Vice-Consul, si houver, ou á Legação da Republica, ou, sellando-o com o sello do Consulado, ao Consul de uma nação amiga. Podem confial-o tambem da mesma maneira, perante testemunhas, a dous negociantes brasileiros, honrados, ou enfim, na falta destes, a dous dos mais respeitaveis negociantes estrangeiros.

As formalidades da entrega são as mesmas em todos os casos. (Regulamento Consular, art. 206.)

Art. 73. No caso de morte de um empregado consular qualquer ou do Consul, si não houver Vice-Consul, Agente Commercial ou Chanceller, seus herdeiros ou testamentarios convocarão dous negociantes brasileiros, ou, na falta destes, dous dos estrangeiros mais respeitaveis, na presença do Agente Consular de uma nação amiga. Este Agente tomará posse dos sellos, com os quaes sellará os archivos e todos os papeis, sem abrir ou examinar nenhum.

Os negociantes receberão immediatamente em deposito o archivo assim sellado, e o Agente da nação amiga continuará a expedição dos negocios consulares, até que o Governo resolva como julgar conveniente.

A disposição deste artigo tem vigor si não houver Legação Brasileira no districto, ou si, prevenida esta, não dispuzer outra cousa. (Regulamento Consular, art. 207.)

### CAPITULO III

Dos vencimentos de effectividade, licenças, disponibilidade e aposentadoria, ajudas de custo e montepio

#### SECÇÃO I

##### DOS VENCIMENTOS DE EFFECTIVIDADE

Art. 74. Os vencimentos dos empregados do Corpo Consular serão pagos ao cambio de 27 dinheiros por 1\$ e por mezes vencidos. (Decreto n. 2146, de 28 de outubro de 1895, art. 1º.)

Art. 75. O Consul Geral de 1ª classe vencerá annualmente 12:000\$, sendo 4:000\$ de ordenado e 8:000\$ de gratificação; o de 2ª classe 10:000\$, sendo 3:000\$ de ordenado; o Consul 8:000\$, sendo 2:500\$ de ordenado; e o Chanceller 4:000\$, igualmente divididos em ordenado e gratificação. (Decreto n. 997 B de 11 de novembro de 1890, art. 9º.)

Art. 76. Os empregados consulares quando removidos ou promovidos, logo que deixarem a effectividade do serviço, receberão apenas o ordenado que será o do antigo posto até o dia da partida para seu destino. (Decreto n. 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 3º, paragrapho unico.—Despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao Delegado do Thesouro em Londres n. 6, de 17 de fevereiro de 1896.)

Art. 77. A effectividade de serviço a que se refere o artigo antecedente deve ser contada do dia em que os empregados consulares chegarem à sede do Consulado para onde foram nomeados ou removidos. (Circular n. 6, de 4 de outubro de 1897.)

Art. 78. Os empregados consulares soffrerão perda de vencimentos quando excederem o prazo que lhes for marcado para chegar ao seu destino, salvo motivo de força maior devidamente justificado, e enquanto não chegarem à sede do Consulado receberão somente o ordenado, que lhes será abonado desde o dia da partida, dependendo as outras vantagens da effectividade do serviço. (Decreto n. 2146, de 28 de outubro de 1895, art. 3º.)

Art. 79. Os agentes consulares só poderão sacar pelos respectivos vencimentos depois de terem chegado ao logar de sua resi-

dencia (sede do Consulado). (Circular de 3 de fevereiro de 1864 e aviso do Ministerio das Relações Exteriores n. 14, de 28 de março de 1896.)

Art. 80. Não serão admittidos os saques de empregados consulares em transitio sinão com ordem expressa do Ministerio das Relações Exteriores por circumstancias de força maior. (Aviso do Ministerio das Relações Exteriores n. 14, de 28 de março de 1896.)

Art. 81. Quando effectuarem os seus saques deverão os empregados consulares não só avisar a Delegacia do Thesouro Federal em Londres, como discriminar no documento que lhe tenha de remetter as quantias que tenha de abater, quer do sello da nomeação, quer dos impostos (sobre vencimentos), quer do montepio, afim de que ella possa fazer a necessaria escripturação. O recibo deve ser, porém, da quantia integral a que tiverem direito. (Aviso n. 1, de 7 de janeiro de 1868 ao Ministerio da Fazenda, despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao delegado do Thesouro em Londres n. 40, de 16 de junho de 1885, e decreto n. 2775, de 29 de dezembro de 1897, arts. 4º, 5º e 8º.)

Art. 82. Em vez de effectuarem saques, poderão os mesmos funcionarios ter procuradores ou enviar seus recibos a negociantes daquella praça para apresental-os á Delegacia no devido tempo, afim de receberem seus vencimentos. Procederão, porém, a respeito das communicações, como em relação aos saques. (Despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao delegado do Thesouro em Londres n. 33, de 12 de julho de 1872.)

Art. 83. Os Consules deverão communicar á Secretaria das Relações Exteriores, pela 4ª secção, os saques que o pessoal do respectivo consulado effectuar por conta do mesmo Ministerio expressando as quantias sacadas em moeda nacional com a indispensavel discriminação quando tratar-se de mais de uma importancia e com a especificação dos vencimentos e de tollos os descontos. (Circulares ns. 5 e 8, de 1 de abril e 18 de outubro de 1895.)

Art. 84. Além de seus vencimentos, os funcionarios que regerem Consulados que tenham verba no orçamento da Republica para as despesas de expediente receberão por mezes vencidos a referida quantia. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, e n. 2146, de 28 de outubro de 1895, art. 1º, paragrapho unico.)

Art. 85. Os funcionarios consulares só devem sacar sobre a Delegacia do Thesouro Federal em Londres, depois de receberem aviso della os que residirem na Europa e depois de autorizados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores os que residirem na America. (Circular n. 8, de 3 de dezembro de 1897.)

Art. 86. Os Consules e Vice-Consules sem vencimentos teem direito apenas á metade dos emolumentos que perceberem, não podendo, porém, a sua remuneração exceder de 4:000\$ por anno. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3º, e circular n. 4, de 10 de agosto de 1898.)

Art. 87. Os Consules sem vencimentos e os Vice-Consules encarregados da gestão dos Consulados só teem direito a metade dos emolumentos arrecadados nas sédes dos Consulados até a quantia de que trata o artigo anterior.

A metade dos emolumentos de que se trata deve ser retirada mensalmente por todos os agentes consulares sem vencimentos até a quantia de 333\$333 no maximo. Quando, porém, em alguns mezes a dita metade for inferior a essa quantia e em outros superior, os mesmos funcionarios poderão indemnizar-se retirando do excesso de outros mezes o que deixaram de retirar em tempo, ou sacando sobre a Delegacia do Thesouro em Londres a devida importancia no fim do anno por conta do excesso dos mezes cujos saldos já lha tenham sido remettidos. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3º, e circular n. 4, de 10 de agosto de 1898.)

Art. 88. Os Consules e Vice-Consules que não exercerem os seus cargos todo o anno só deverão proceder por essa forma em relação ao tempo em que estiverem em exercicio; e aquelles que funcionarem apenas alguns dias terão direito unicamente a metade dos emolumentos que arrecadarem, proporcionalmente a quantia de 333\$333 mensaes. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3º, e circular n. 4, de 10 de agosto de 1897.)

Art. 89. Os Vice-Consules encarregados de Consulados com verba no orçamento, quando sacarem sobre a Delegacia do Thesouro Federal em Londres a sua remuneração correspondente a metade dos emolumentos, deverão declarar-lhe qual a renda mensal dos respectivos Consulados. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3º, e circular n. 4, de 10 de agosto de 1897.)

Art. 90. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores não providenciara sobre o pagamento no Thesouro Federal dos vencimentos dos empregados que se acharem no Brazil sem que proveem com documento da Delegacia em Londres qual a data do seu ultimo saque alli satisfeito; e todos os que trouxerem esse documento não poderão mais receber vencimentos naquella repartição sem que proveem com outro do Thesouro Federal que não os receberam nelle, ou, no caso contrario, até quando receberam. (Circulares ns. 5 e 10, de 1 de abril e 31 de outubro de 1895.)

Art. 91. A gratificação dos Consules Geraes e Consules está sujeita a desconto integral nas faltas de exercicio. (Circular n. 3, de 10 de maio de 1894.)

Art. 92. Para execução do disposto nos precedentes artigos deverão os consules em effectividade dar conhecimento pela 4ª Secção da Secretaria de Estado das datas em que sahirem para seus destinos, daquella em que começarem ou deixarem o exercicio, daquella em que receberem communicação de demissão ou retirada e daquella em que começou ou terminou o gozo das licenças que lhes foram concedidas. O mesmo praticarão a respeito de seus subordinados remunerados pelo Thesouro Federal, cumprindo, porém, a estes fazel-o sobre as datas de suas

partidas. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 38, e circular n. 9, de 18 de outubro de 1895.)

Art. 93. Quanto aos Vice-Consules e auxiliares remunerados por conta dos emolumentos, devem ser comunicadas as datas do começo e terminação de seu exercício, em vez das datas em que sahirem para seus destinos. (Circular n. 9, de 18 de outubro de 1895.)

## SECÇÃO II

### DAS LICENÇAS

Art. 94. Nenhum Consul Geral ou consul se ausentará do respectivo Consulado sem licença do Governo e quando o faça por imperiosas circumstancias, que deverá perfeitamente justificar, dará immediatamente parte da sua resolução á respectiva Legação e ao Ministerio das Relações Exteriores, ficando responsável por qualquer prejuizo que de sua ausencia resulte ao Governo ou aos particulares. (Regulamento Consular, art. 55.)

Art. 95. Os empregados consulares que se retirarem dos seus empregos sem licença, ou que estiverem sem os exercer por mais tempo do que o da licença, serão demittidos, salva a disposição excepcional do artigo anterior, a que o Consul só recorrerá em caso extremo, e sempre dependente de ulterior approvação do Governo. (Regulamento Consular, art. 58.)

Art. 96. Para vir ao Brazil terá o empregado direito a uma licença de seis mezes de quatro em quatro annos, com metade de seus vencimentos. Essa licença poderá ser prorogada por seis mezes com um terço dos vencimentos.

Nos outros casos de licença se procederá do mesmo modo; si, porém, por qualquer circumstancia, nesses outros casos se prorogar a licença por mais de um anno, não terá o funcionario consular direito a vencimento algum. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 16.)

Art. 97. Os consules poderão, sem prejuizo do serviço, dar licença aos outros empregados consulares de seu districto para sahirem dos logares de sua residencia; mas só ao Ministro das Relações Exteriores compete concedel-as, quando o prazo exceda a seis mezes. (Regulamento Consular, art. 57.)

Art. 98. O empregado que sem licença expressa do Governo estiver por mais de oito dias ausente do respectivo posto não será pago de seus vencimentos integraes durante o que exceder desse prazo. Bastará para esse fim communicação do consul a respeito do tempo excedido, ainda quando a ausencia seja d'elle proprio. (Circular de 30 de abril de 1860, e despachos á Delegacia em Londres de 2 de junho de 1870 e 10 de agosto de 1889.)

Art. 99. O que estiver no goso de licença só poderá continuar a receber seus vencimentos integraes do dia em que voltar ao exercício, salvo si antes do termo della partir para um novo destino, em virtude de remoção com ou sem promoção. (Despa-

chos á Delegacia em Londres n. 20, de 23 de maio de 1870, e n. 24, de 31 de outubro de 1895.)

Art. 100. Ficam sem effeito as licenças em cujo goso não entrarem os empregados consulares dentro de seis mezes contados da data de sua concessão. (Circular de 23 de outubro de 1871.)

Art. 101. O tempo das licenças reformadas ou de novo concedidas dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto ao das antecedentes para o fim de fazer-se nos vencimentos os devidos descontos. (Disposição do Regulamento da Secretaria applicada ao Corpo Consular e decreto n. 1153, de 6 de abril de 1868, art. 19.)

Art. 102. Quando requererem licença deverão os empregados consulares declarar onde pretendem gosar-a, afim de se providenciar como for de direito. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 103. Os empregados que quizerem gosar parte da licença no Brazil, parte no estrangeiro, deverão dizel-o opportunamente, para que a respectiva portaria seja lavrada nessa conformidade. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 104. Os que vierem ao Brazil e resolverem depois passar parte do tempo no estrangeiro ou vice-versa, deverão solicitar para esse fim nova licença, que annullará a anterior do dia que especificar para seu começo em diante. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 105. Os empregados consulares que vierem ao Brazil com licença ou ali permanecerem no desempenho de qualquer commissão receberão em moeda corrente do paiz os vencimentos que lhes competirem. (Decreto n. 2146, de 28 de outubro de 1895, art. 2º.)

### SECÇÃO III

#### I — DA DISPONIBILIDADE

Art. 106. Os empregados consulares postos em disponibilidade deverão retirar-se para a Capital Federal e apresentar-se na Secretaria de Estado das Relações Exteriores no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a respectiva comunicação official, cujo recebimento lhes cumpre logo accusar.

Esse prazo poderá ser prorogado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores por motivos de força maior, devidamente comprovados.

Os empregados que excederem o referido prazo ou a sua prorrogação ficarão desde logo privados de qualquer vencimento. (Decreto n. 2.638, de 14 de outubro de 1897, arts. 1º e 2º.)

Art. 107. A disponibilidade será considerada activa ou inactiva, conforme o empregado fór ou não admittido ao serviço da Secretaria d'Estado das Relações Exteriores, ou de qualquer outra repartição, ou exercer qualquer cargo administrativo.

(Decreto n. 940 de 29 de março de 1852, art. 13, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 108. Os empregados que o Governo conservar cinco annos em disponibilidade inactiva deixarão de pertencer ao Corpo Consular, ficando por consequencia privados do ordenado e das honras. Serão, porém, aposentados si já tiverem tempo para isso, não se lhes contando o daquela disponibilidade. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 14.)

Art. 109. Os agentes consulares só poderão ser postos em disponibilidade depois de 10 annos de effectivo exercicio e só poderão servir fóra do paiz com autorização do Governo. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

Art. 110. O ordenado dos empregados em disponibilidade começará a correr do dia em que cessarem os vencimentos que percebiam em effectividade. Em disponibilidade activa receberão elles do Thesouro todo o ordenado ; em disponibilidade inactiva dois terços. Esses empregados conservarão o tratamento e poderão usar do uniforme do ultimo cargo que serviram no corpo consular. (Decreto n. 940, de 29 de março de 1852, arts. 17 e 39, Regulamento Consular, art. 12, e Decreto n. 997 B de 11 de novembro de 1890, art. 10.)

Art. 111. Os funcionarios consulares que, estando em disponibilidade activa, forem admittidos a serviço publico estranho ao Ministerio das Relações Exteriores, não receberão por elle vencimento algum e serão pagos pela repartição que se utilizar dos seus serviços. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 13.)

Art. 112. A disponibilidade pedida priva do ordenado. O seu tempo não será contado para a aposentadoria e o empregado que ao pedir-a não tiver 10 annos de serviço, no fim de cinco de tal disponibilidade, deixará de pertencer ao Corpo Consular. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 12, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

## II — DA APOSENTADORIA

Art. 113. Poderão ser aposentados com o ordenado por inteiro os empregados que tiverem 30 annos de serviço effectivo e com o correspondente os que contarem 10 ou mais e menos de 30, quando provada a sua invalidez em inspecção de saude. Com menos de 10 nenhum será aposentado. (Decretos n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 15, e n. 117, de 4 de novembro de 1892, arts. 2º, 3º e 4º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

Art. 114. O ordenado da aposentadoria será o do ultimo logar si o empregado ahi tiver servido pelo menos dous annos, e no caso contrario o do immediatamente inferior. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 4º, § 2º.)

Art. 115. O ordenado dos empregados que forem aposentados estando em effectividade começará a correr do dia em que tive-

rem cessado os vencimentos que antes percebiam. E o dos que forem aposentados achando-se em disponibilidade da data do decreto de aposentadoria. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 40, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 116. Os empregados que forem aposentados conservarão o tratamento e poderão usar uniforme correspondente ao ultimo cargo que servirem no Corpo Consular. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 17, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 117. Os vencimentos accrescidos em tabellas novas só poderão vigorar para os aposentados decorrido o mesmo periodo de dous annos após a sua decretação. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 4.º, § 3.º.)

Art. 118. O empregado consular que contar mais de 30 annos de effectivo serviço terá direito ao respectivo ordenado e mais 5 % da gratificação por anno que exceder daquelle tempo. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 5.º.)

Art. 119. Os annos de serviço exigidos para aposentadoria serão contados da data da partida para o primeiro posto consular e comprehenderão tanto tempo de effectividade como o da disponibilidade activa. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 43, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1.º, § 2.º.)

Art. 120. As interrupções de serviço em effectividade e disponibilidade inactiva serão descontadas para a aposentadoria. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 44, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1.º, § 2.º.)

Art. 121. Não serão, porém, descontadas as pequenas interrupções que terão lugar entre um e outro despacho para preparar-se o empregado, receber instrucções e dispor-se para seguir para seu destino. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 45, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 122. Não se considera tempo de exercicio o de licenças e de enfermidades que se prolonguem por mais de seis mezes, nem o desempenho do emprego que não dê direito á aposentadoria. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 6.º.)

Art. 123. Aos empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores que fazem actualmente ou em conformidade com o art. 11 passarem a fazer parte do Corpo Consular será contado o tempo de serviço que tiverem naquella repartição para a aposentadoria como membros do mesmo corpo. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 47, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 124. Na contagem do tempo para a aposentadoria deverá igualmente ser incluído o de exercicio de emprego de character federal. (Lei n. 117, de 4 de novembro de 1892, e aviso n. 82, de 10 de julho de 1896, do Ministerio da Fazenda.)

Art. 125. Haverá na Secretaria de Estado das Relações Exteriores a cargo immediato do director geral um livro de matricula dos empregados do Corpo Consular, no qual serão apontados os decretos de suas nomeações, remoções, retiradas e demissões, o tempo pelo qual tiverem servido os logares e estiverem em



disponibilidade, as licenças que tiverem tido com todas as indicações e esclarecimentos necessários para que se possa logo e facilmente conhecer o tempo de serviço e o direito que em virtude do mesmo tiverem.

No principio de cada anno será remettida a cada um dos ditos empregados uma cópia da sua matricula ou do que nella houver accrescido no anno antecedente, afim de que possam fazer as reclamações competentes e sejam logo liquidadas e decididas, sendo a decisão lançada no livro respectivo e assignada pelo Ministro de Estado. (Decreto n. 910, de 20 de março de 1852, art. 48, e Regulamento Consular, art. 12.)

## SECÇÃO IV

### DAS AJUDAS DE CUSTO

Art. 123. As ajudas de custo constarão de despesas de transporte e de estabelecimento. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4º.)

Art. 127. As despesas de transporte serão calculadas pela Secretaria de Estado à vista da demonstração que o interessado offerecer com a indicação do numero de pessoas de familia que não tiverem economia separada. Para os effeitos deste artigo a familia comprehenderá a mãe viuva ou divorciada, a esposa, as filhas solteiras, viúvas ou divorciadas, os filhos e enteados menores de 21 annos, os netos, orphãos de pae ou de mãe e as irmãs solteiras.

Esse calculo será submettido á approvação do Ministro. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1º, § 1º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4º.)

Art. 128. Nos casos de remoção ou disponibilidade a pedido, deixará de ser abonada a indemnização de despesas de transporte, quer o pedido conste de requerimento, quer não. (Decreto n. 1.951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1º, § 2º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4º, § 1º.)

Art. 129. A familia do que fallecer no exercicio do emprego ou no gozo de licença fóra da Republica serão abonadas no dobro as despesas de transporte, segundo o art. 127. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1º, § 3º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4º.)

Art. 130. A demissão ou disponibilidade a bem do serviço publico ou por sentença e a demissão a pedido sómente obrigará o Governo a repatriar o empregado e sua familia (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1º, § 4º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4º, § 1º.)

Art. 131. Nos demais caso será sempre abonada a indemnização de despesas de transporte (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1º, § 5º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4º.)

Art. 132. Terão direito ás despesas de estabelecimento:

a) os Agentes Consulares, inclusive os Chancelleres effectivos, que tiverem primeira nomeação ;

b) os Chancelleres provisionarios, quando o Ministro julgar do equidade ;

c) os Agentes Consulares que estiverem em disponibilidade sem pedido e passarem á effectividade. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1.º, § 6.º a, d, e, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4.º.)

Art. 133. Para despesas de estabelecimento terão:

a) no caso de primeira nomeação os Agentes Consulares, inclusive os Chancelleres, um terço dos vencimentos totaes de um anno ;

b) no caso de remoção por conveniencia do serviço ou de volta á effectividade terão os Agentes Consulares um terço dos vencimentos totaes de um anno ;

c) no caso de supressão de Consulado, a remoção sempre dará direito ás despesas de estabelecimento. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1.º, § 7.º, d, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4.º, 2.º, a e c.)

Art. 134. Quer o empregado tenha, quer não, direito ás despesas de estabelecimento, poderá o Ministro, si julgar conveniente, mandar abonar lhes, como adiantamento, para descontar-se dentro do anno financeiro, quantia igual aos vencimentos de um trimestre. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1.º, § 8.º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4.º.)

Art. 135. Quando por motivo de ordem publica, o empregado foi designado para temporariamente servir em diverso Consulado, alem das despesas de transporte, poderá o Governo abonar lhe uma outra indemnização até um quarto dos vencimentos. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1.º, § 9.º e lei n. 322 de 8 de novembro de 1895, art. 4.º.)

Art. 136. Fóra dos casos estabelecidos não serão abonadas despesas de estabelecimento. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895, art. 1.º, § 10.º e lei n. 322 de 8 de novembro de 1895, art. 4.º.)

Art. 137. As ajudas de custo serão pagas sempre em ouro ao cambio de 27 d. por 1\$000. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4.º.)

Art. 138. O pagamento das ajudas de custo para viagem e primeiro estabelecimento será autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores logo que o empregado mostre que está prompto a seguir para o seu destino, salvo o caso que se ache em paiz estrangeiro ou distante da Capital Federal, porque então será expedida a ordem competente logo que assim comvenha. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 30, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 139. O pagamento das ajudas de custo será autorizado pelo mesmo Ministro logo que forem expedidos os decretos de demissão, retirada ou remoção. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 32, e Regulamento Consular, art. 12.)

## SECÇÃO V

## DO MONTEPIO

Art. 140. E' applicado aos funcionarios activos e aposentados do Ministerio das Relações Exteriores o montepio creado pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e considerados contribuinte do mesmo montepio os empregados consulares. (Decreto n. 1092, de 28 de novembro de 1890, arts. 1º e 3º, n. 3.)

Art. 141. Considera-se funcionario do Ministerio das Relações Exteriores todo o empregado de nomeação effectiva do mesmo Ministerio que percebe vencimentos fixos pelo Thesouro Nacional. Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 2º.)

Art. 142. As quantias deduzidas para o montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores serão escripturadas no Thesouro Nacional sob o mesmo titulo estabelecido pelo art. 13 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e constituirão com os fundos de que trata o art. 2º do citado decreto, uma só verba. (Decreto n. 1092, de 28 de novembro de 1890, art. 4º.)

Art. 143. Todas as attribuições mencionadas nos arts. 8º, §§ 1º, 3º, 4º e 5º, e 47 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, competem ao Director Geral da Secretaria das Relações Exteriores, devendo todo o expediente relativo ao montepio creado por este decreto ficar a cargo da secção de contabilidade da mesma secretaria. (Decreto n. 1092, de 28 de novembro de 1890, art. 5º.)

Art. 144. Das decisões proferidas pelo Director Geral da Secretaria haverá recurso para o Ministro das Relações Exteriores no que disser respeito à admissão ou recusa de contribuintes, e nos outros casos para o Ministro da Fazenda, a quem compete a suprema fiscalização da instituição. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 6º.)

Art. 145. A declaração a que se refere o art. 27 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, no seu começo, será entregue no decurso do primeiro mez da contribuição, na Secretaria de Estado, pelos funcionarios que residirem ou estiverem no paiz, e nas Legações, Consulados Geraes ou Consulados Brasileiros pelos que residirem no estrangeiro. Esse documento será lavrado com todas as formalidades estabelecidas no citado artigo e assignado em presença do director da secção de contabilidade da Secretaria de Estado ou do respectivo agente diplomatico ou consular, que o deverá remetter logo á mesma secretaria.

Paraphrasis unico. Aquella declaração será rubricada pelo supradito director da secção de contabilidade quando feita nesta Capital, e legalisada pelos Chefes das Legações, Consules Geraes ou Consules conforme for opportuno, quando lavrada em paiz estrangeiro. (Decreto n. 1092, de 28 de novembro de 1890, art. 7º.)

Art. 146. As declarações de que trata o art. 27 do mencionado decreto n. 942 A, deverão ser feitas perante as Legações e Consulados e serão testemunhadas por dous empregados consulares; e

no caso de não os haver no logar, poderão sel-o por duas pessoas idôneas; preferidas as que estiverem nas condições de ser-lhes confiada a guarda dos archivos, segundo as disposições do art. 72 desta Consolidação.

Essas declarações, depois de legalizadas e registradas, serão remetidas à Secretaria das Relações Exteriores, que as arquivará. (Decreto n. 139, de 16 de abril de 1891, art. 4º.)

**Art. 147.** Nas Legações e nos Consulados Geraes e Consulados em cuja sede não existir Legação, haverá um livro destinado às inscrições de conformidade com o art. 26 do precitado Decreto n. 942 A.

Nos Vies-Consulados não haverá registro algum. (Decreto n. 139, de 16 de abril de 1891, art. 3º.)

**Art. 148.** Os Chefes das Legações e Consulados a cujo cargo estiver o expediente do montepio, são competentes para abonar as quantias destinadas ao funeral dos contribuintes que fallecerem, de conformidade com o art. 47 do dito decreto n. 942 A, podendo ser pagas pelo cofre dos Consulados.

Para esse fim deverão os interessados communicar-lhes o modo por que fizeram em seus saques os descontos relativos ao montepio.

Os titulos dos pensionarios serão assignados pelo Director Geral da Secretaria das Relações Exteriores. (Decretos n. 1092, de 28 de novembro de 1890, art. 8º e n. 139, de 16 de abril de 1891, art. 5º.)

**Art. 149.** Até o dia 15 de janeiro de cada anno os Consulados que tiverem a seu cargo o expediente do montepio, remetterão a Secretaria das Relações Exteriores um relatório sobre todas as occorrenças que se tiverem dado durante o anno. (Decreto n. 1092, de 16 de abril de 1891, art. 6º.)

**Art. 150.** O prazo para concorrer com a joia adeantadamente na forma do § 1º do art. 14 do Decreto n. 942 A, para os empregados consulares expirará na occasião em que sacarem os primeiros vencimentos. (Decreto n. 139, de 16 de abril de 1891, arts. 1º e 2º, e Decreto n. 2146, de 23 de outubro de 1895, art. 1º.)

**Art. 151.** Os empregados consulares privados do emprego por sentença ou demittidos a arbitrio do Governo perderão todos os direitos relativos ao montepio a que se referem os decretos ns. 942 A e 1092, si deixarem de contribuir com a respectiva quota, até seis mezes depois da perda do emprego ou demissão ou durante dous mezes em qualquer época posterior. (Decreto n. 1985, de 11 de março de 1895, artigo unico lettra b.)

#### CAPITULO IV

Das relações dos empregados consulares com seus superiores, entre si, e da sua correspondencia

**Art. 152.** Os empregados consulares são subordinados às Legações, para o effeito de lhes ministrarem todas as informações

que por ellas forem exigidas relativamente aos assumptos a cargo dos mesmos empregados. (Regulamento Consular, art. 61.)

Art. 153. Aos Chefes das Legações cabe inspecionar o procedimento dos Consules e mais empregados consulares, para o fim de informar o Governo, que providenciará como for conveniente; e bem assim dar-lhes, quando necessitarem, instrucções para o desempenho de seus deveres. (Regulamento Consular, art. 63.)

Art. 154. Os Consules deverão consultar o Ministro Diplomático brasileiro nos negocios que forem connexos com interesses politicos, salvo sempre os casos urgentes. (Regulamento Consular, art. 74.)

Art. 155. Si não houver legação brasileira, os Consules, não tendo obtido das autoridades locais a reparação que tiverem solicitado, se dirigirão ao governo do paiz; e si em qualquer caso de importancia não for attendida a sua reclamação, darão disso conta circumstanciada ao Governo da Republica. (Regulamento Consular, art. 75.)

Art. 156. As reclamações ou representações dos consules ás autoridades locais e aos governos de seus districtos devem ser feitas com circumspecção e prudencia, evitando se nellas pretensões exageradas, que possam dar motivo a queixas e dissensões entre os respectivos governos, e procurando conciliar effectivamente a dignidade do Governo da Republica com o respeito e veneração devidos a seus amigos e alliados. (Regulamento Consular, art. 76.)

Art. 157. Ao Consul respectivo são subordinados todos os outros empregados consulares; delle, como centro commun, devem dimanar as instrucções e as providencias, e com elle os mesmos Vice-Consules unicamente se corresponderão no exercicio de suas funcções, salvo quando satisfizerem a informações que lhes forem exigidas pelos Ministros Diplomaticos, ou quando circumstancias urgentes exigirem prompta participação ao Governo, ou a qualquer autoridade da Republica, mas de toda esta correspondencia extraordinaria remetterão cópia ao respectivo consul. (Regulamento Consular, art. 62.)

Art. 158. Os Consules entregarão a cada um de seus subordinados, com o seu titulo de nomeação, um exemplar desta Consolidação, acompanhado das instrucções complementares, que exigir o exacto cumprimento de seus deveres. (Regulamento Consular, art. 79.)

Art. 159. Os empregados consulares empregarão a lingua do paiz onde residirem, ou a franceza e ingleza na correspondencia com as autoridades ou subditos estrangeiros, que não entenderem a portugueza. (Regulamento Consular, art. 78.)

Art. 160. O Chanceller pôde ser autorizado pelo Consul a escrever os termos consulares, a guardar os sellos e sellos, a dirigir ou executar os trabalhos da secretaria, a acompanhar os capitães de navios ás alfandegas ou administrações competentes, a fazer traucções legais, a proceder a citações e substituir ao Consul por morte delle, quando não haja Vice-Consul no lugar

de sua residencia e o Consul não tiver designado quem o deva substituir. (Regulamento Consular, art. 208.)

Art. 161. Os Consules são responsaveis pelos actos e omissões praticados pelo Chanceller. (Regulamento Consular, art. 209.)

Art. 162. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules não poderão delegar poderes nos respectivos Chancelleres ou auxiliares para attribuições de sua exclusiva competencia, visto como, devendo existir no logar da residencia daquelles empregados Vice-Consules ou Agentes Commerciaes, sómente nos casos do art. 73 poderão elles substitui-los. (Circular n. 5, de 13 de setembro de 1875.)

Art. 163. Os Vice-Consules e Agentes Commerciaes darão parte aos Consules, nos oito primeiros dias de cada trimestre, de tudo quanto tenha occorrido que interesse ao commercio e navegação brasileira, ou ás pessoas dos cidadãos brasileiros.

Quando haja alguma occurrencia extraordinaria, a communicarão em officio especial. (Regulamento Consular, art. 68.)

Art. 164. Na correspondencia de que trata o art. 163, os Vice-Consules e Agentes Commerciaes apresentarão um quadro ou mappa de todas as ordens do Governo da Republica, que o respectivo Consul lhes tiver enviado, e das instrucções e observações de que elle as acompanhar, declarando as que foram executadas, as que ainda o não tiverem sido, e as que se estiverem executando (Modelo n. 3.)

Farão parte do quadro de qualquer trimestre as ordens que ainda não estejam executadas, ou cuja execução estiver pendente. (Regulamento Consular, art. 71.)

Art. 165. No quadro do artigo antecedente, que deve acompanhar o officio do art. 167, incluirão os Consules identicas communicações, que lhes cumpre fazer, das ordens que tiverem recebido, declarando as executadas, e as que ainda o não foram, ou se estejam executando. (Regulamento Consular, art. 72.)

Art. 166. Os Vice-Consules e Agentes Commerciaes communicarão immediatamente aos Consules todos os acontecimentos, que não entrarem no circulo ordinario de suas attribuições, para que este tome ou reclame as medidas necessarias. (Regulamento Consular, art. 73.)

Art. 167. Nos oito primeiros dias do mez seguinte ao em que os Consules receberem as participações do art. 163 remetterão um succinto resumo dellas, e do que tiver occorrido no logar de sua residencia, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Regulamento Consular, art. 69.)

Art. 168. Quando não se tiver dado qualquer occurrencia das de que tratam os arts. 163 e 167 isso mesmo declararão, na época marcada, os Consules, Vice-Consules e Agentes Commerciaes. (Regulamento Consular, art. 70.)

Art. 169. Os Consules deverão corresponder-se com os outros Ministerios, quando a correspondencia respeitar ás suas participações.

Esta correspondencia será transmittida aberta por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores. (Regulamento Consular, art. 66.)

Art. 170. Em negocios de seu Consulado corresponder-se-hão directamente os Consules com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, com a Legação, e bem assim com as autoridades locais, com os Vice-Consules e Agentes Commercias de sua dependencia. (Regulamento Consular, art. 65.)

Art. 171. A correspondencia consular com a Secretaria das Relações Exteriores, pelo que respeita à numeração dos officios, formato e qualidade do papel para estes, e mais condições tendentes à regularidade e uniformidade da mesma correspondencia, será feita de conformidade com os artigos seguintes. (Regulamento Consular, art. 67.)

Art. 172. A correspondencia sobre assumpto do Ministro das Relações Exteriores não deve ser entretida com outro Ministerio. (Despacho reservado à Legação em Lisboa n. 10 de 18 de setembro de 1867.)

Art. 173. Os officios, notas e absolutamente qualquer correspondencia devem ser escriptos sem excepção alguma em papel leve mas forte, de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura, pautado, de modo que offereça em todos os quatro lados margens iguaes, as paginas serão numeradas no centro designando a primeira, no alto à direita o Consulado respectivo e a data, à esquerda a secção e o numero, e na parte inferior a autoridade ou pessoa a quem forem dirigidos e na ultima pagina o indice por paragraphos com os numeros correspondentes aos que tiverem nos officios.

A' excepção da primeira pagina onde a designação do Consulado, a data, etc., exigem alguns espaços em claros, todas as restantes serão escriptas de alto a baixo, ficando somente as quatro margens e os espaços indispensaveis para destacar os paragraphos (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 174. Os officios que alludirem a artigos de jornaes ou a quaesquer impressos serão acompanhados dos respectivos rotalhos (indicados os titulos e datas), collados por sua ordem sobre folhas de papel do formato mareado. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 175. As cópias do mesmo formato e com as quatro margens iguaes ás dos officios indicarão no alto o numero, data, secção e rubrica daquelle a que vierem annexos.

O texto deve referir-se ás cópias ou documentos annexos numerados successivamente, repetindo-se esses numeros à margem dos paragraphos respectivos, devendo excluir-se absolutamente quaesquer abreviaturas. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 176. A' margem dos officios concernentes a assumptos já tratados em outros mencionar-se-ha o numero, rubrica e data do immediatamente anterior relativo ao mesmo objecto. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 177. A recepção dos despachos que não exigirem resposta será accusado no ultimo paragrapho dos officios que tratarem de algum outro assumpto e as communicacões sobre objectos

transitorios, a respeito dos quaes não houver necessidade de continuar a correspondencia serão reunidos em um só officio, ao qual se vá adicionando tudo quanto decorrerá até o ultimo momento. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 178. A correspondencia deve consistir unicamente em officios ostensivos e reservados, e em confidenciaes sómente por excepção, quando a natureza do assumpto exigir absolutamente communicação mais intima entre o Agente Consular e o Ministro de Estado. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 179. A numeração dos officios será especial para cada uma das Secções da Secretaria de Estado e para cada uma das séries—ostensiva, reservada ou confidencial—e bem assim começará e será encerrada dentro de cada anno civil. (Circular n. 1 de 22 de novembro de 1895.)

Art. 180. Deverão ser fechados com as palavras—saude e fraternidade—todos os officios dirigidos aos funcionarios publicos brasileiros de qualquer categoria como a particulares. (Circular de 7 de julho de 1893.)

Art. 181. Tendo sido extinctos pelo art. 72, § 2º da Constituição da Republica, os titulos nobiliarchicos, fica vedado, mesmo entre parenthesis, o seu uso na correspondencia. (Circular de 13 de julho de 1893.)

Art. 182. A designação do funcionario que preside ao Ministerio das Relações Exteriores é, nos termos do art. 49 da Constituição da Republica:—*Ministro de Estado das Relações Exteriores*—e assim deve figurar na correspondencia official. (Circular n. 1, de 29 de janeiro de 1896.)

Art. 183. A communicação por cartas particulares sobre objecto de serviço publico não isenta o empregado consular do dever de tratar delle tambem officialmente. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 184. Toda a correspondencia, inclusive a confidencial, dirigida a quem quer que for, relativamente a serviço publico, deve ser registrada. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 185. Afim de não augmentar sem necessidade o peso das malas, não se deve fechar cada officio sobre si; cumpre separar unicamente os reservados e confidenciaes dos ostensivos sem distinguil-os por secções, fazendo sómente tres maços além dos officios urgentes. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 186. De todos os indices lançados nas minutas dos officios e no principio do registro de cada um delles, será remetida no mez de janeiro uma cópia para servir de indice geral do volume respectivo, formando-se um indice para cada secção e para cada rubrica, ostensivos, reservados e confidenciaes. Ellas serão assim organisadas: Declaração da secção, rubrica e anno. Ao lado esquerdo tres columnas, contendo o numero do officio, dia e mez. No centro o resumo com referencia aos paragraphos que tratam do assumpto. Ao lado direito tres columnas destinadas á rubrica, numero e anno do officio anterior concernente ao objecto. Cada uma das rubricas se designará pela sua inicial: O. R. C. (Circular de 7 de junho de 1867.) (Modelo n. 4.)



Art. 187. Logo que um officio ou carta for recebida, os Consules marcarão no intervallo mais conveniente o nome e o emprego de quem a tiver escripto, o lugar onde o foi, o seu objecto e o dia da resposta. (Regulamento Consular, art. 210.)

Art. 188. Em cada Consulado deverá igualmente existir um protocollo de entrada de todos os documentos alli recebidos. Nesse protocollo devem constar a data do recebimento, o numero de entrada, a procedencia, a série do documento (ostensivo, reservado ou confidencial) e o seu assumpto. (Decreto n. 3.210, de 9 de fevereiro de 1899.) (Modelo n. 40.)

Art. 189. Todos os telegrammas officiaes passados da Europa deverão conter a seguinte designação — Tenerife Noronha, — visto occasionar prejuizo aos cofres publicos a expedição por outra via. (Circular n. 7, de 17 de setembro de 1895.)

Art. 190. Serão gratuitos os telegrammas officiaes entre o Governo do Brazil e os seus Agentes no exterior, passados pela *Brazilian Submarine Telegraph Company*, e que se limitem a annunciar o apparecimento de alguma epidemia no Brazil ou nos outros paizes, não excedendo de dez palavras, ou pagação somente pelo que excederem desse limite.

Deverá ser declarado em officio ao Governo qual a companhia por cujo intermedio tiverem sido transmittidos os telegrammas. (Circular n. 1, de 29 de janeiro de 1894, e Decreto n. 5058, de 11 de agosto de 1893, clausula XIV.)

Art. 191. As vantagens offerecidas pela referida companhia só poderão ser exigidas nos logares servidos pelo seu cabo, cujo ponto de immersão é a capital do Reino de Portugal. (Circular n. 5, de 14 de agosto de 1894.)

Art. 192. As companhias *South American Cable*, *Brazilian Submarine Telegraph* e *Western and Brazilian Telegraph*, em virtude de seus contractes, dão uniformemente um desconto de 50 % nas taxas dos telegrammas officiaes, calculado o desconto sobre as taxas proprias das companhias. Quanto à *Société Française des Telegraphes Sous-marins*, com atterramento em Vizeu e destino aos Estados Unidos da America, nenhuma vantagem faz para os telegrammas officiaes, além da prioridade na transmissão. (Circular n. 2, de 27 de março de 1894.)

Art. 193. Esses telegrammas deverão ser pagos integralmente quando forem expedidos, visto como a redução de 50 % supracitada e concedida pelas companhias em favor do Governo Brasileiro será arrecadada pela Repartição Geral dos Telegraphos na occasião dos ajustes de contas com as mesmas companhias. (Circular n. 8, de 28 de setembro de 1894.)

Art. 194. Nenhum funcionario consular deverá expedir como officiaes telegrammas que tratem de assumptos alheios às suas attribuições legaes.

Os telegrammas expedidos em contrario nem serão respondidos nem indemnizados. (Circular n. 3, de 24 de janeiro de 1895.)

Art. 195. Só devem ser expedidos telegrammas por motivos urgentes, empregando-se nelles apenas o numero de palavras indispensavel à boa intelligencia do assumpto.

Os funcionarios que transgredirem essa disposição serão responsaveis pelo custo dos telegrammas ou palavras inuteis.

Quanto aos telegrammas de interesse particular; só serão respondidos quando trouxerem resposta paga. (Circular n. 4, de 23 de junho de 1897.)

## CAPITULO V

### Da Chancellaria e Expediente Consular

Art. 196. A secretaria consular deverá estar no sitio mais central e mais commodo para os negociantes, e homens maritimos, e achar-se aberta em todos os dias uteis, sem que todavia deixe o Consul de fazer, em qualquer hora do dia, o que exigirem os interesses de seus compatriotas. (Regulamento Consular, art. 200.)

Art. 197. Haverá na secretaria consular em logar seguro uma caixa destinada á recepção dos papeis, que o Consul logalizará, ao mais tardar, dentro de 24 horas, depois que lhe for requerido, si o dia seguinte não for feriado. (Regulamento Consular, art. 201.)

Art. 198. Os Consules que exercerem qualquer genero de industria terão sempre a escripturação a ella relativa, distincta e separada, e fóra da sala do archivo, de maneira que nunca se possa confundir a deste com aquella. (Regulamento Consular, art. 202.)

Art. 199. Devem ter, pelo menos, dous sellos, um para o laçre, e outro directamente para o papel.

Para esses sellos servirá de symbolo a esphera celeste que se debuxa no centro da bandeira nacional, tendo em volta as palavras « Republica dos Estados Unidos do Brazil », accrescentando-se (sempre em portuguez) as palavras « Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado em... » (o nome do paiz), na parte inferior, de modo que se destaquem dos outros, mas completando o circulo.

Estes sellos serão circulares e terão tres centimetros de diametro. (Regulamento Consular, art. 203, Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889 e Circular de 24 de dezembro de 1889.)

Art. 200. Os sellos de que trata o artigo antecedente serão cuidadosamente guardados, de maneira que só os Consules ou seu Chanceller, ou Vice-Consules e Agentes Commercias possam servir-se delles. (Regulamento Consular, art. 204.)

Art. 201. Além dos objectos mencionados e de outros que formam o archivo, haverá os moveis e utensis necessarios ao prompto expediente consular. (Regulamento Consular, art. 205.)

Art. 202. Os livros que os Consules devem ter são os designados na relação annexa a esta Consolidação. (Regulamento Consular, art. 223.) (Annexo A.)

Art. 203. Os Consules só expedirão os papeis, e documentos que lhes tiverem sido requeridos em fórmula, ou de ordem su-

perior, exigidos ou determinados por lei. (Regulamento Consular, art. 211.)

Art. 204. Darão certidões dos documentos e dos termos que fizerem, quando forem requeridos pelos interessados. (Regulamento Consular, art. 230.)

Art. 205. Só são valiosos os actos praticados pelos Consules nos limites de seus districtos ou residencia, e revestidos de todas as formalidades legais. (Regulamento Consular, art. 215.)

Art. 206. Em taes actos deverão ser declarados os nomes, estado, profissão, nação e domicilio das pessoas que forem nelles mencionadas; bem como a hora, dia, mez, anno e lugar, em que taes actos forem feitos.

As datas e algarismos devem ser escriptos por extenso. (Regulamento Consular, arts. 216 e 217.)

Art. 207. Todos os actos que os Consules fizerem serão redigidos e lidos em presença de duas testemunhas, varões maiores de 21 annos, e assignados por elles, como pelos interessados. (Regulamento Consular, art. 218.)

Art. 208. O auto authenticico e original constitue prova plena e inteira, e sua cópia ou publica-forma, sem citação da parte interessada, prova semi-plena, ainda que no Consulado seja feita; e só terá igual valor si o Consul declarar que o original fica depositado em seu archivo. (Regulamento Consular, art. 219.)

Art. 209. Perdido o primeiro auto, póde ser dado outro, com tanto que a perda seja verificada, em falta de outras provas, por declaração, ou pelo testemunho de pessoas fidedignas, declarando-se nelle ser segunlo, e por motivo de perda justificada. (Regulamento Consular, art. 220.)

Art. 210. As cópias devem ser feitas em sua integridade, não por extractos.

Os Consules terão todo o cuidado em não darem cópias sem as conferir attentamente com os originaes. (Regulamento Consular, art. 221.)

Art. 211. Si um documento se compuzer de muitas folhas, devem ser estas unidas por um fio ou lita, cujas extremidades serão lacradas e selladas com as armas da Republica. (Regulamento Consular, art. 214.)

Art. 212. Todo o documento destinado a ser produzido em juizo, ou exhibido para qualquer fim legal, deve ser necessariamente assignado pelo Consul, e sellado com o sello do Consulado, sem o que não fará fé. (Regulamento Consular, art. 213.)

Art. 213. Em nenhum caso, e sob nenhum pretexto, os Consules confiarão os papeis pertencentes aos archivos consulares a quaesquer pessoas ou autoridades estrangeiras. (Regulamento Consular, art. 222.)

Art. 214. Quando um commandante de navio ou outra pessoa brasileiro ou estrangeiro, recusar receber papeis determinados por lei, os Consules, depois de os advertirem das penas, em que por sua recusa incorrem, lhes entregarão somente os que elles quizerem receber e, immediatamente communicarão esta infra-

ção ás autoridades competentes pelo meio mais rapido. (Regulamento Consular, art. 212.)

Art. 215. Os modelos ns. 30 a 38, que acompanham esta Consolidação, devem servir de regra em geral aos Consules, que os adoptarão quanto fôr possível aos casos respectivos; todavia, são autorizados para fazer mudanças, quando o acto reclamar, por sua natureza, declarações ou formalidades não especificadas no modelo. (Regulamento Consular, art. 224.)

Art. 216. No intuito de uniformizar o serviço das chancellarias consulares, nellas só continuarão a manter-se aquellas praxes que fôrem claramente autorizadas por disposições legaes, cumprindo aos empregados consulares em casos de duvida consultar o Ministerio das Relações Exteriores a fim de serem resolvidos por meio de circular. (Circular n. 5, de 1 de setembro de 1898.)

## TITULO II

### Da receita e despesa

#### CAPITULO I

##### Dos emolumentos consulares e sua escripturação

Art. 217. A cobrança dos emolumentos nos Consulados brasileiros é regulada pela tabella annexa a esta Consolidação. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 1.º.)

Art. 218. Essa cobrança nos Consulados remunerados pelo Thesouro Federal e nos não remunerados que o Governo determinar, será feita por meio de estampilhas. Nos outros será realizada por verba e escripturada para conhecimento do Governo. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 2.º.)

Art. 219. Os emolumentos serão cobrados ao cambio de 27 dinheiros esterlins por 1\$ brasileiros, em moeda ingleza ou outra equivalente, feita neste caso a devida redução pela cotação official, ou, na falta desta, pela mais fidedigna, estabelecida no primeiro dia util de cada mez, na propria praça ou na mais proxima com que aquella tiver transacções. Dessa cotação será enviado trimestralmente um documento comprobatorio á Secretaria das Relações Exteriores. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 3.º.)

Art. 220. Em todas as Chancellarias Consulares e Vice-Consulares estarão sempre expostos um exemplar da tabella dos emolumentos e outro das instrucções para a sua cobrança, em portuguez e na lingua do paiz, de modo que possam ser consultados pelos interessados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 4.º. Anexo B.)

Art. 221. Haverá em todos os Consulados e Vice-Consulados, sem excepção, um livro (modelo n. 5), destinado á escripturação dos emolumentos cobrados e das despesas que correrem por conta do cofre dos mesmos Consulados e Vice-Consulados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 15.)

Art. 222. Esse livro deverá ter todas as folhas rubricadas pelo Consul do districto, que lavrará também os termos de abertura e encerramento, e delle extrahirá o funcionario consular trimestralmente um mappa da receita e da despesa. (Modelo n. 6.) (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 16.)

Art. 223. O mappa dos Vice-Consulados será remettido em duplicata ao respectivo Consul nos dez primeiros dias depois de findo o trimestre de que elle tratar; e o dos Consulados, á Secretaria das Relações Exteriores, em uma só via dentro do primeiro mez.

Este ultimo será acompanhado de um exemplar dos primeiros, dos quaes só mencionará a somma da receita e da despesa. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 17.)

Art. 224. Si no prazo fixado no artigo antecedente não estiverem no Consulado as contas de todos os Vice-Consulados delle dependentes, o Consul remetterá as que tiver recebido e justificará a falta das outras, que enviará depois, mas sempre antes do fim do trimestre, acompanhada de outra sua, em additamento á primeira, da qual só mencionará as sommas da receita e despesa já apuradas. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 18.)

Art. 225. Esses mappas devem ser resumidos, contendo a somma dos actos da mesma natureza, bem como a dos respectivos emolumentos, durante cada mez. Serão, porém, acompanhados de relações dos navios despachados com a declaração das respectivas tonelagens e do primeiro porto de partida, o numero de manifestos apresentados por cada um e a especificação dos portos, bem como as quantias cobradas. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 19, e Circular n. 4, de 14 de março de 1899.)

Art. 226. Nos dez primeiros dias de cada trimestre, todos os Consules, inclusive os não remunerados pelo Thesouro Federal, remetterão á Delegacia do mesmo Thesouro em Londres o saldo da renda dos emolumentos na sede do Consulado, no trimestre anterior. No mesmo prazo os Vice-Consules remetterão aos respectivos Consules os saldos dos emolumentos por elles cobrados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, arts. 26 e 27.)

Art. 227. Estes ultimos saldos serão remettidos pelos Consules á referida Delegacia no principio do trimestre seguinte, conjuntamente com o seu do ultimo trimestre. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 28.)

Art. 228. Os lucros e perdas na remessa dos saldos dos emolumentos para a supradita Delegacia serão escripturados na receita ou despesa dos Consulados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 29.)

Art. 229. Os funcionarios consulares que retiveram em seu poder os saldos trimensaes dos emolumentos alim do prazo de dez dias fixado pelo art. 226 desta Consolidação terão de pagar o juro annual de 9 % sobre a importancia dos referidos saldos desde o 11º dia de cada mez até o da remessa, exclusivo, de conformidade com o art. 43 da lei n. 514, de 28 de outubro de 1848. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 30.)

Art. 230. Competindo ao Delegado do Thesouro Federal em Londres a cobrança dos juros de que trata o artigo antecedente, devem os Consules, ou seus substitutos, **communicar-lhe sempre**, quando lhe fizerem a remessa dos saldos dos Vice-Consulados, as datas em que os respectivos Vice-Consules os enviarem e aquellas em que forem elles recebidos nos Consulados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 31.)

Art. 231. Os funcionarios consulares são depositarios das quantias que arrecadarem e como taes unicos responsaveis por ellas. Si as recolherem em estabelecimentos bancarios, a Fazenda Nacional em caso algum figurará como credora de taes estabelecimentos. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 32.)

Art. 232. Os Consules e Vice-Consules, só retirarão dos emolumentos, além da metade dos mesmos, quando a isso tiverem direito, as quantias previamente determinadas pelo Ministerio das Relações Exteriores, devendo os pedidos de pagamento de qualquer despesa ser feitos directamente, e as quantias reclamadas, em moeda ingleza. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 21 e Circular n. 7, de 25 de setembro de 1894.)

Art. 233. Serão documentadas todas as despesas dos Consulados e Vice-Consulados que excederem ás quantias fixadas para o expediente e assio dos mesmos. Essas quantias serão fixadas á vista de propostas dos Consules. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 22.)

Art. 234. Os pagamentos realzados pelos Consules e Vice-Consules por conta dos emolumentos, não devem ser relativos a despesas feitas em prazos que excedam o anno em que estes forem cobrados. Não poderão, portanto, es ditos funcionarios despendar com o expediente de cada anno, quantia superior á metade dos emolumentos nelle arrecadados, a na/a tendo direito, si os respectivos Consulados e Vice-Consulados no mesmo prazo não tiverem renda alguma. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 23.)

Art. 235. Antes de findo o 1º trimestre de cada anno, os Consules remetterão á Secretaria de Estado das Relações Exteriores um balancete geral resumido da receita e despesa do seu Consulado e dos Vice-Consulados delle dependentes durante o anno anterior. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 24.)

Art. 236. Os mappas relativos aos emolumentos devem ter 33 centimetros de altura e 44 de largura. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 25.)

Art. 237. É prohibido aos Consules ou Vice-Consules encarregados de Consulados deduzirem dos saldos dos emolumentos a

importanciados seus vencimentos ou qualquer outra que a Delegacia do Thesouro Federal em Londres esteja autorizada a pagar-lhes. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 33.)

Art. 238. Os Consules e Vice-Consules que não prestarem contas dos emolumentos nos prazos determinados incorrerão em falta considerada grave. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 20.)

Art. 239. Tendo os Agentes Consulares no processo de arrecadação dos bens de brasileiros fallecidos as obrigações de curadores de heranças e bens de ausentes, as porcentagens estabelecidas no Decreto n. 2433, de 15 de junho de 1859, que competem aos mesmos curadores, cabem igualmente aos Consules brasileiros, quando exercerem funções identicas, e serão escripturadas como renda dos Consulados, sem prejuizo dos emolumentos devidos pelos diversos actos taxados na tabella de emolumentos consulares.

Essas funções sómente poderão ser exercidas de conformidade com as disposições da 2ª parte do art. 1º do Regulamento annexo ao Decreto n. 835, de 8 de novembro de 1851, das quaes gosam os paizes que, em virtude de accordo, accitam a reciprocidade quanto aos arts. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 11 sobre successões. (Decreto n. 2286, de 22 de maio de 1896.)

Art. 240. Os Consules poderão saccar sobre a Delegacia do Thesouro Federal em Londres, independentemente de ordem do Ministerio das Relações Exteriores, a importancia de soccorros a brasileiros desvalidos e naufragados em paizes estrangeiros, telegrammas e outras despesas eventuaes, remetendo, porém, àquella repartição os documentos comprobatorios da despesa e fornecendo a esta todas as informações indispensaveis para a sua approvação.

Não deverão mais retirar provisoriamente dos emolumentos as quantias necessarias para os referidos fins. (Circular n. 2, de 10 de junho de 1898.)

## CAPITULO II

### Das estampilhas consulares e sua escripturação

Art. 241. As estampilhas serão colladas nos documentos que derem origem á sua cobrança e inutilizadas com a data e a assignatura do funcionario consular, postas no fim do acto que elle praticar, ou com o carimbo do Consulado.

Quanto aos conhecimentos de carga, porém, as estampilhas deverão ser collocadas por junto no fim de uma declaração do numero delles, que o dito funcionario fará e ligará aos mesmos por meio de uma fita presa com o sello de lacre do Consulado ou Vice-Consulado. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 5º.)

Art. 242. Os Consules e Vice-Consules mencionarão em todos os documentos a quantia que receberem na moeda do paiz. Fica estabelecida a seguinte formula: Recebi... F. (só a rubrica). (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 6º.)

Art. 243. Nos documentos expedidos ou legalizados gratuitamente, será feita declaração expressa e justificada dessa circunstancia, a qual os isentará de estampilhas. Si o funcionario consular deixar indevidamente de cobrar emolumentos, será obrigado a indemnizar o prejuizo. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 7º.)

Art. 244. A fórmula do sello de verba continuará a ser a seguinte, que poderá ser gravada em carimbo:

N. ...

Rs. ...

Pg. ... réis de emolumentos.

Consulado... do Brazil em... de... de 18...

F. ....

Consul. ....

(Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 8º.)

Art. 245. As estampilhas terão os valores que o Governo julgar conveniente e serão fornecidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, mediante requisição dos Consules (modelo n. 7), os quaes enviarão recibos logo que as receberem. Esses documentos devem ser encaminhados á 4ª Secção da dita Secretaria por meio de officios especiaes. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 9º.)

Art. 246. A distribuição das estampilhas aos Vice-Consulados será feita pelos Consules, mediante o mesmo processo. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 10.)

Art. 247. Nos Consulados e Vice-Consulados em que se deve fazer uso de estampilhas não é permittida a cobrança de emolumentos por verba. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 11.)

Art. 248. Não é licito aos Consules e Vice-Consules emprestarem estampilhas uns aos outros e por isso cumpre-lhes sollicitas sempre com a devida antecedencia, de modo que nunca falem nas respectivas chancellarias. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 12.)

Art. 249. Haverá em todos os Consulados que tiverem estampilhas um livro destinado á escripturação da sua entrada e saída, com especificação das utilizadas pelos ditos Consulados e das por elles fornecidas aos Vice-Consulados (modelo n. 8). Estes terão também livro identico para o mesmo fim. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 13.)

Art. 250. Nos primeiros dez dias de cada trimestre, os Consules remetterão á Secretaria das Relações Exteriores, com officio especial, um mappa resumido do movimento das estam-



pillas no trimestre anterior e do respectivo saldo com a especificação do numero de cada valor (modelo n. 9). Igual procedimento terão os Vice-Consules para com os Consules, enviando, porém, duplicata desse mappa para ser transmittido á supradita Secretaria nos primeiros dez dias do trimestre seguinte. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 14.)

Art. 251. Os Consules e Vice-Consules que não prestarem contas das estampilhas nos prazos determinados, incorrerão em falta considerada grave. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 20.)

Art. 252. Antes de findo o primeiro trimestre de cada anno os Consules remetterão á Secretaria de Estado das Relações Exteriores um balancete geral resumido do movimento das estampilhas do seu Consulado e dos Vice-Consulados d'elle dependentes durante o anno anterior. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 24.)

Art. 253. Os mappas relativos ás estampilhas devem ter 33 centimetros de altura e 44 de largura. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 25.)

### CAPITULO III

#### Da execução da tabella de emolumentos

Art. 254. Os navios deverão trazer tantos manifestos quantos forem os portos de destino e pagarão pelo que tiver de ser apresentado no primeiro porto a respectiva taxa completa, e por cada um dos outros, metade. Pelos manifestos supplementares será cobrada igualmente metade da taxa. (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 1.<sup>o</sup> e circular n. 4, de 14 de março de 1899.)

Art. 255. A embarcação que receber carga em diversos portos estrangeiros para os do Brazil deverá legalizar os manifestos em cada um desses portos. (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 2.<sup>o</sup>.)

Art. 256. A base para a cobrança da legalização de manifestos é a tonelagem total da arqueação do navio. (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 3.<sup>o</sup>.)

Art. 257. Tratando-se de vapores, a tonelagem total deve ser entendida como a liquida e não a bruta. (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 4.<sup>o</sup>.)

Art. 258. A lotação de cada navio para a cobrança dos emolumentos pela legalização dos manifestos de carga é a que constar da respectiva carta de registro, passaportes ou documento equivalente, reduzida á tonelada brasileira de 2,83 me-

tros cubicos nos termos do art. 573 da *Consolidação das Leis das Alfândegas e M<sup>as</sup>as de Rendas*. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 5<sup>o</sup>.)

Art. 259. Pela legalização dos manifestos de um navio estrangeiro não se devem repetir integralmente os emolumentos da tabella respectiva tantas vezes quantos forem os portos em que carregarem; devem-se receber os emolumentos por inteiro só no primeiro porto do despacho e metade nos outros, sejam ou não do mesmo districto consular. Para esse fim o empregado consular do primeiro porto dará gratuitamente ao commandante do navio um certificado dos emolumentos alli pagos. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 6<sup>o</sup>.)

Art. 260. Os certificados, processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter qualquer embarcação recebido carga ou descarregado volume, mercadoria ou objecto algum, ou, si houver feito, da quantidade ou numero dos volumes ou mercadorias descarregadas, devem pagar cada um a taxa de 4\$ em todos os portos, como certificado para servir em qualquer estação. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 7<sup>o</sup> e Circular n. 4, de 14 de março de 1899.)

Art. 261. Os navios que só conduzem passageiros e suas bagagens e os que só os tomam nos portos intermediarios, além do carvão, terão de pagar apenas a taxa desses certificados, isto é, 4\$ por cada um. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 8<sup>o</sup>.)

Art. 262. Os conhecimentos de mercadorias em transitio para portos estrangeiros não devem ser visados e não estão sujeitos a emolumento algum. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 9<sup>o</sup>.)

Art. 263. Os navios pagarão a taxa de 12\$ tantas vezes quantos forem os certificados de lastro que necessitarem. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 10.)

Art. 264. Os emolumentos pelos vistos nos conhecimentos de carga deverão ser cobrados dos capitães de navios ou armadores pela serie de conhecimentos annexa ao manifesto, collando-se as estampilhas na declaração consular que os acompanha. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 11.)

Art. 265. Não devem ser cobrados emolumentos consulares pela legalização de conhecimentos de cargas embarcadas por conta do Governo Britannico, em reciprocidade de não se exigir pagamento algum nos respectivos Consulados em casos analogos. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 12.)

Art. 266. Os passaportes expedidos a diplomatas, agentes

consulares, funcionarios publicos em commissão do Governo, desvalidos brasileiros e immigrants são isentos de emolumentos e, portanto, de estampilhas. No mesmo caso estão os vistos lançados em documentos de immigrants e os documentos que os marinheiros, moços, e quaesquer outros desvalidos pedirem aos empregalos consulares. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 13, e Regulamento Consular, art. 27.)

Art. 267. Pelas procurações que a pedido dos interessados forem registradas nos Consula los deverão ser cobrados os emolumentos determinados para o registro de qualquer documento (2\$ por pagina ou parte de pagina) e reconhecimento das firmas (5\$ pelo de cada uma). (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 14.)

Art. 268. Pelas que forem passadas nos livros dos Consulados os Consules cobrarão 10\$ por traslado, devidamente legalizado e escripto em meia folha de papel cujas dimensões não excedam de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 15.)

Art. 269. Nas procurações, havendo mais de um outorgante, cada um delles pagará o emolumento de 10\$. Exceptuam-se, porém, as procurações de marido e mulher, irmãos e co-herdeiros para o inventario e herança commum, universidade, cabido, conselho, irmandade, confraria, sociedade commercial, scientifica ou artistica, que pagarão como um só outorgante. (Instrucções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo Decreto n. 2832, de 14 de março de 1898, art. 16.)

Art. 270. Quando no primeiro porto de despacho e seguintes o navio não tiver legalizado manifestos de carga, mas simplesmente os certificados de que tratam os arts. 260, 261 e 263 desta Consolidação, deverá pagar no primeiro porto onde legalizar os ditos manifestos a taxa integral fixada para o primeiro porto de despacho. Igual pagamento deverá effectuar quando não trouxer certificado de especie alguma dos portos anteriores.

Ao Agente Consular desse porto caberá então a obrigação de dar gratuitamente ao commandante do navio o certificado dos emolumentos alli pagos de que trata o art. 259. Esse certificado em todos os casos deverá declarar para quantos portos leva o navio manifesto de carga e para quantos simples certificado. (Circular n. 3, de 6 de julho de 1898.)

Art. 271. Ficam reduzidas de 50 % as taxas dos emolumentos consulares para os vapores das companhias nacionaes de navegação subvencionadas pela União. Esta redução será applicada sómente ás taxas de emolumentos que devam ser pagas pelas referidas companhias por quaesquer actos ou documentos consulares relativos aos seus vapores. (Circular n. 1, de 7 de janeiro de 1899.)

Art. 272. Será gratuita nos Consulados a celebração do casamento civil, de accordo com o art. 72 da Constituição da Repu-

blica, mas quaesquer actos de registo, certidão ou busca a elle relativos estão sujeitos ás taxas da mesma tabella, bem como os referentes aos nascimentos e obitos. (Circular n. 1, de 23 de abril de 1898.)

### **TITULO III**

#### **Das attribuições dos empregados consulares em relação ao commercio e á navegação**

##### **CAPITULO I**

Das informações commerciaes, contractos, escripturas e protosto de letras

Art. 273. Os Consules deverão prestar ao Governo em relatorios annuaes e trimensaes, acompanhados dos precisos mappas, informações relativas aos assumptos de sua competencia.

Esses relatorios devem ser concisos e claros, e fundar-se em dados colhidos em documentos officiaes e em qualquer outra fonte digna de confiança, comprehendidos nesta classe os elementos que resultem da propria observação e registo dos Consulados; cumprindo em todo o caso declarar a origem de uns e outros dados e o gráo de exactidão que possam offerecer. (Regulamento Consular, art. 80.)

Art. 274. Os relatorios trimensaes apresentarão uma apreciação geral das operações commerciaes, e outra especial das que respeitam ao Brazil: acompanhada esta de observações sobre os preços correntes dos generos brasileiros e dos do paiz importador, cambios, taxas de descontos, fretes, seguros, commissões e effeitos ordinarios da concorrência dos productos similares aos nossos, devendo servir de modelos para os respectivos mappas os que acompanham esta Consolidação sob ns. 10 a 13. (Regulamento Consular, art. 81.)

Art. 275. Os relatorios annuaes serão a synthese dos trimensaes, comprehendendo, sempre que for possível, uma comparação dos seus resultados com os dos tres annos anteriores mais proximos; e além disso informação circumstanciada sobre quaes os ramos da produção brasileira que mais sahida tiveram no anno anterior; qual a competencia em que se acham com as produções da mesma especie, mas de origem differente; quaes os meios que devam ser empregados para que se avante na competencia; quaes os artigos novos de commercio que, segundo sua opinião, podem ter consumo alli; e, finalmente, quaes as machinas de nova invenção e melhoramentos do processo industrial admittidos nos outros paizes, que convenha se applicarem na Republica; declarando neste caso seu custo e meios

de aquisição. E para os mappas, que os devem acompanhar, servirão de modelo os appensos a esta Consolidação sob ns. 14 a 17. (Regulamento Consular, art. 82.)

Art. 276. As observações concernentes ás tarifas de direitos de consumo e exportação e aos tratados de commercio, navegação e correspondencia postal farão objecto de officios ou relatorios especiaes, sempre que sua exposição exija maior desenvolvimento. (Regulamento Consular, art. 83.)

Art. 277. As tarifas e suas necessarias alterações, na parte que interessar ao commercio do Brazil, devem ser analysadas, comparando-se os direitos antigos com os modernos, e mostrando-se a influencia que passa exercer sobre os productos brasileiros, directamente ou pela protecção que prestem ao commercio ou produção de outros paizes; não devendo nesta parte os Consules limitar-se a dar conhecimento de actos consummados, mas cumprindo-lhes procurar prevel-os, tendo em attenção os trabalhos preliminares, as manifestações da imprensa e as declarações officiaes que de ordinario precedem taes medidas. (Regulamento Consular, art. 81.)

Art. 273. Os tratados de commercio e navegação e as convenções postaes serão apreciados sob o mesmo ponto de vista da legislação fiscal, isto é, considerando-se a utilidade ou inconvenientes que dahi possam provir á Republica. (Regulamento Consular, art. 85.)

Art. 279. Nos mappas sobre preço corrente e quantidade de generos importados e exportados cujos modelos teem os ns. 11, 12, 16 e 17, deverá ser observada a ordem alphabetica. (Circular n. 3, de 11 de abril de 1896.)

Art. 280. Os relatorios annuaes serão organizados dentro do anno civil, que se conta de janeiro a dezembro, e os documentos que a elles vierem annexos serão traduzidos.

Esses relatorios terão numeração especial e sua remessa deverá ser feita até meio do anno seguinte á Secretaria do Estado, sinão antes, e os trimestraes o mais brevemente possivel e nunca depois do segundo mez do trimestre seguinte. (Regulamento Consular, art. 86, e Circular n. 6, de 24 de abril de 1895.)

Art. 281. Os empregados consulares deverão, quando forem requeridos:

§ 1.º Dar certificados da origem das mercadorias. (Modelo n. 18.)

§ 2.º Passar certidões do preço dos generos e mercadorias vendidas em leilão. (Modelos n. 19.)

§ 3.º Nomear louvados, presidir ao exame de todos os moveis ou immoveis pertencentes a nacionaes, si as leis do paiz o permitirem. (Modelos ns. 20 e 21.)

§ 4.º Fazer o protesto de letras de cambio, redigir escripturas do contracto de juros. (Modelos ns. 22 e 23.)

§ 5.º Redigir contractos de fretamento. (Modelo n. 24.)

§ 6.º Fazer escripturas de formação, dissolução ou prooção de sociedades. (Modelo n. 25.)

§ 7.º Passar escripturas de hypothecas. (Modelo n. 26.)

§ 8.º Legalizar toda a transacção commercial destinada a fazer fôem juizo.

§ 9.º Regular as avarias, quando os unicos interessados nellas forem brasileiros e for reclamado seu serviço. (Regulamento Consular, art. 96.)

Art. 282. Cumpre aos Consules prestar a mais séria attenção ás leis e regulamentos concernentes á emigração e aos meios que mais convenha empregar da parte do Governo para favorecer a ao interesse da Republica; dando de tudo conta circumstanciada ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. (Regulamento Consular, art. 87.)

Art. 283. Cumpre igualmente aos Consules informar ao mesmo Ministerio sobre o movimento da emigração e immigração em seus respectivos districtos, declarando: o numero de emigrantes, para onde se dirigirem e de onde procedem; em que portos embarcaram; quanto custa o seu transporte até esses portos e até o seu destino definitivo; em que condições pecuniarias emigram; porque preferem tal paiz a tal outro; quaes as profissões, religião, costume e moralidade da gente propensa á emigração, como são recebidos e auxiliados nos paizes a que se destinam. (Regulamento Consular, art. 88.)

## CAPITULO II

Das embarcações, seu despacho, legalização de manifestos, conhecimentos e facturas de mercadorias, cartas de saúde e matricula de equipagem.

Art. 284. Os Consules participarão o estabelecimento ou supressão dos pharões, balisas e boias, e de todas as mudanças mais notaveis que occorrerem nos bancos e correntes do seu districto; assim como remetterão mappas, planos, avisos e outros documentos hydrographicos, que se publicarem a este respeito. (Regulamento Consular, art. 97.)

Art. 285. O mais tardar 24 horas depois de fundeada qualquer embarcação brasileira em um dos portos do seu Consulado, o capitão ou mestre entregará aos Consules um relatorio ou declaração do logar e tempo da sua sahida, da lotação e carga do navio, da derrota e dias da viagem, das desordens, accidentes, encontros, perigos e mais circumstancias que occorrerem, o manifesto da carga ou cópia juramentada delle, o passaporte do navio e a matricula da equipagem, que se conservarão no Consulado até a sua sahida; e quando pareça aos Consules conveniente, para verificar a declaração dada, ou para examinar taes documentos, por qualquer motivo que se offereça, poderão exigir a provisão de arqueação, o livro dos ajustes, certificado de matricula, o contracto de fretamento e quaesquer outros documentos, até os mesmos passaportes dos passageiros.

A disposição deste artigo terá logar quando a embarcação se dirija áquelle porto, ou vá a elle ter por escala ou por arribada.

O capitão que faltar a este dever, depois de ser legitimamente intimado, incorrerá na pena de 100\$ para o soccorro dos desvalidos nacionaes, e si negar-se ao pagamento desta multa, os Consules o declararão no endosso do passaporte especial de viagem, para que a autoridade a quem for apresentada na sua volta á Republica faça logo satisfazer, sob sua responsabilidade, o duplo da multa arbitrada, em castigo da continuação do capitão; ficando a este o recurso para o Ministro das Relações Exteriores, executada a condemnação. (Esta disposição está dependendo da approvação do Congresso Nacional.) (Regulamento Consular, art. 98.)

Art. 286. A falta da satisfação da multa não impede a sahida da embarcação, nem autoriza demora nos papeis para esse fim precisos, e que devem ser dados pelos Consules.

Aos Consules fica o recurso de submeterem ao conhecimento do Governo os motivos da queixa que passam ter contra o capitão, sobrecarga ou quaesquer outras pessoas por quem a mesma embarcação responder. (Regulamento Consular, art. 99.)

Art. 287. Os Consules prestarão todo o auxilio para que os capitães das embarcações brazileiras preencham aquellas praças de suas tripulações que por algum motivo ou accidente lhes faltarem e farão na matricula as observações necessarias. (Regulamento Consular, art. 100.)

Art. 288. O capitão de qualquer embarcação que estiver de partida, tendo com anticipação participado aos Consules o dia em que pretende effectual a, o porto a que se destina, e aquelle ou aquelles por onde intenta fazer escala, comparecerá no Consulado na vespera da sahida e apresentará os despachos da Alfandega e os conhecimentos numerados progressivamente, o manifesto da carga, na fórma das leis commerciaes e da Alfandega, e os passaportes dos passageiros. (Regulamento Consular, art. 101.)

Art. 289. Os Consules examinarão si a embarcação está desembarçada pelas autoridades do paiz para sair do porto; e das faltas que encontrarem advertirão o capitão. (Regulamento Consular, art. 102.)

Art. 290. Os consules verificarão pela matricula da equipagem si a embarcação leva as mesmas pessoas comprehendidas nella; e si com sua autoridade, ou sem elle, tiverem desembarcado algumas, ou embarcado diversas, declararão essas outras alterações na mesma matricula. (Regulamento Consular, art. 103.)

Art. 291. Tendo feito o capitão assignar o termo de declaração pelo qual affirma que não tem conhecimento de que esteja a bordo do seu navio outra carga, que não seja a declarada no manifesto que apresenta, o Consul legalizará o mesmo manifesto, que fechará com direcção ao inspector da Alfandega, entregando-o ao capitão, assim como o passaporte e os mais do-

cumentos respectivos por elle, Consul, visados. Do mesmo modo procederá quando o navio sahir em lastro.

O manifesto será acompanhado de officio do Consul ao inspector da Alfandega do porto para onde se dirige o navio, declarando-lhe o nome deste e do capitão, o porto da sahida, assim como o numero de conhecimentos de carga.

Si houver a menor suspeita de fraude, a communicará de officio ao mesmo inspector, transmittindo todos os esclarecimentos que puderem aclarar a verdade. (Regulamento Consular, art. 104.) (Modelos ns. 33 e 34.)

Art. 292. Os manifestos devem ser feitos na forma prescrita na *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas* da Republica. (Regulamento Consular, art. 106.)

Art. 293. Os Consules dispensarão todo o zelo na verificação dos manifestos e facturas, documentos esses que devem ser organizados segundo os preceitos legais e cuja forma na legislação fiscal se acha claramente definida. (Circular n. 12, de 12 de setembro de 1896.)

Art. 294. Prestarão igualmente toda a attenção na legalização dos conhecimentos, prevenirão quanto fôr possível no que lhes disser respeito a reproducção de emendas, rasuras e declarações contradictorias nas diversas vias dos mesmos conhecimentos. (Circular n. 1, de 3 de março de 1896.)

Art. 295. Quando legalizarem manifestos relativos á remessa de artigos de caça, munições e espingardas para qualquer dos Estados da União, darão a esse respeito aviso em tempo aos respectivos Governos, indicando-lhes os nomes dos carregadores e recebedores, as marcas, os numeros e as mercadorias. (Circular n. 15, de 20 de novembro de 1894.)

Art. 296. Exercerão igualmente a maior vigilancia e communicarão immediatamente ao Ministerio da Fazenda todo e qualquer embarque, tanto para esta Republica como para os paizes limitrophes, de armamento, artigos bellicos e dynamite, enviando-lhes posteriormente participação circumstanciada. (Circular n. 7, de 13 de outubro de 1897.)

Art. 297. Afim de evitar que cheguem tardiamente aos portos de destino as communicações de remessa de armas e munições de guerra, deverão essas communicações ser enviadas directamente ás autoridades fiscaes, podendo o Ministerio da Fazenda ter conhecimento dellas por meio de avisos. (Circular n. 4, de 11 de novembro de 1898.)

Art. 298. Não deverão ser legalizados os manifestos organizados por diversos collaboradores nem os escriptos com tinta roxa ou violeta. (Circular n. 3 de 6 de setembro de 1883 e Despacho ao Consulado em Bordéos de 7 de março de 1895, 3ª Secção.)

Art. 299. E' exigivel a legalização dos manifestos seja qual for a importancia do commercio a que se referem. (Despacho ao Consulado Geral em Copenhague, de 18 de setembro de 1895, 3ª Secção.)

Art. 300. Os Consules farão declaração no manifesto dos generos nelle contidos, cuja entrada seja prohibida no Brazil e



bem assim de que esclareceram o capitão a tal respeito. (Regulamento Consular, art. 108.)

Art. 301. As agencias das companhias, principalmente das que gosam no Brazil de privilegios de paquetes e tem datas fixas de sahida para os seus vapores deverão dar rigoroso cumprimento ás disposições dos arts. 341, 342, 347 e 353, da *Consolidação das Leis das Alfandegas*. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 302. Quanto aos portos de precedencia e sede das companhias de paquetes ou embarcações de linhas regulares e de partilhas fixas não tem applicação o art. 351 da *Consolidação*. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 303. Os conhecimentos de embarque feito á ultima hora, levados aos Consulados, serão acompanhados de manifesto supplementar distincto do primeiro com todos os predicados do art. 342 da *Consolidação*, salvo a unica excepção do § 1º do art. 344, cobrando-se os respectivos emolumentos. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 304. É livre ao Governo retirar o privilegio de paquete ás embarcações de linhas regulares, desde que as suas directorias e agencias não observem fielmente os preceitos fiscaes do Brazil e não attendam ás exigencias legais dos Consulados sobre esse serviço. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 305. Os Consulados communicarão ao Ministerio da Fazenda as transgressões praticadas pelas companhias, bem como, em officio reservado, avisarão aos inspectores das Alfandegas dos carregamentos de ultima hora. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 306. As mercadorias destinadas a Porto Alegre com baldeação na Capital Federal, Rio Grande ou Montevideo não deverão vir como additamento aos manifestos levantados em paizes estrangeiros, visto resultar dessa pratica grave prejuizo para as rendas publicas. Para ellas devem ser levantados manifestos em separado, em observancia ao disposto nos arts. 342, 345, 347, 348, 357 e 358 da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*. (Circular n. 1, de 8 de fevereiro de 1898.)

Art. 307. Quando os manifestos, assim legalizados pelos Consules, contiverem irregularidades ou defeitos que elles deveriam impedir ou corrigir antes da legalização, os Consules são os unicos responsaveis pelas multas ou penas que por semelhantes omissões puderem ser impostas aos navios ou ás cargas, (Regulamento Consular, art. 105.)

Art. 308. Os capitães dos navios estrangeiros que carregarem generos para os portos do Brazil são obrigados igualmente a apresentar aos Consules o manifesto para o legalizar, como está prescripto nos arts. 288 e 291, a matricula da equipagem e a carta de saude. (Regulamento Consular, art. 107.)

Art. 309. Os Consules poderão acceitar, em vez do original da matricula dos navios estrangeiros, a cópia authentica expedida pela respectiva Legação ou Consulado. (Circular n. 2, de 23 de fevereiro de 1898.)

Art. 310. Os Consules exercerão policia a bordo dos navios mercantes, já deliterando como nos casos dos arts. 345 e 353 a 356, e já dando outras providencias em regulamentos apropriados aos portos de seus districtos, os quaes serão, antes de executados, sujeitos á approvação do Governo. (Regulamento Consular, art. 114.)

Art. 311. Entrando algum vaso de guerra da Republica, no porto de sua residencia, ou em qualquer outro do seu districto, os Consules se offerecerão ao commandante para lhe fornecer os provimentos de que possa necessitar, e procurarão prestar-lhe todos os serviços que couberem nas suas forças, atim de promover e facilitar o bom exito da expedição. (Regulamento Consular, art. 115.)

Art. 312. Si o commandante de um vaso de guerra for por qualquer accidente obrigado a cortar as amarras ou a deixar em terra algumas munições, ou effectos das embarcações do seu commando, os empregados consulares, cuidarão logo em fazer roçar os ferros, arrecadar as referidas munições e effectos, e remetterão pela primeira occasião opportuna esses artigos para o porto do armamento.

Achando-se, porém, elles muito avariados e incapazes de conservação e uso, ou si a despeza da remessa absorver a importância de seu valor, ficam os Consules autorizados para vendel-os, dando conta ao Governo. (Regulamento Consular, art. 116.)

Art. 313. Si acontecer que uma embarcação, vindo com destino para algum porto do Brazil, largue em porto estrangeiro parte do carregamento comprehendido no seu manifesto, o Consul brasileiro legalizará as certidões das mercadorias descarregadas, com referencia ás declarações constantes dos manifestos em que elles estiverem incluídos. (Regulamento Consular, art. 112.)

Art. 314. Os Consules informarão aos capitães e mestres de embarcações, que se destinarem ao Brazil, dos deveres que tem de preencher á sua chegada, e especialmente da entrega das cartas, e outras obrigações determinadas por lei. (Regulamento Consular, art. 109.)

Art. 315. Os Consules dos portos em que tocarem por arribada as embarcações que de outros portos se dirigirem ao Brazil examinarão si os papeis de bordo estão em conformidade com os artigos antecedentes; neste caso porão o visto sómente na carta de saúde, accrescentando nella a noticia do estado sanitario do porto e dos seus arredores, e nenhum outro emolumento perceberão. (Regulamento Consular, art. 110.)

Art. 316. Pelos livros e documentos do art. 285 examinarão si faz parte da carga algum artigo que não tenha pago os direitos a que estava sujeito. E reconhecendo a existencia de contrabando, o communicarão ao Ministerio da Fazenda, especificando o nome, nacionalidade e classe da embarcação, sua lotação e equipagem; o dia, mez e anno em que sahiu do Brazil, e o em que chegou ao porto de sua residencia, o nome do capitão ou mestre, e a carga que conduziu a embarcação ao porto.

donde partiu, e o seu destino, si elle tiver conhecimento. (Regulamento Consular, art. 89.)

Art. 317. **Requererão certidões das Alfandegas, para verificar si vieram generos ou effeitos do artigo antecedente não mencionados no manifesto.** (Regulamento Consular, art. 90.)

Art. 318. **A communicação do art. 316 será sempre reservada, feita na fórma do art. 169.** (Regulamento Consular, art. 91.)

Art. 319. **Os empregados consulares fornecerão aos capitães brasileiros que pela primeira vez entrarem nos portos dos respectivos Consulados, ou que não tiverem pratica sufficiente do paiz, uma instrução ou nota impressa, em que os informarão de todos os regulamentos locais que lhes fór necessario conhecer, especialmente dos que respeitam á policia e á prohibição dos generos e effeitos de importação e exportação.** (Regulamento Consular, art. 92.)

Art. 320. **No caso de faltarem ou estarem impedidos o consignatario, o sobrecarga e o capitão do navio, e não haverem os donos ou o sobrecarga providenciado a respeito desta falta ou impedimento, os Consules, de accordo com quem fizer as vezes do capitão, passarão a vender em leilão publico os artigos e effeitos periveis, e procurarão conservar os outros, solicitando immediatamente as ordens dos ditos donos.** (Regulamento Consular, art. 94.)

Art. 321. **Avisarão, quando der-se o caso, da sahida de corsarios, e da existencia de piratas nos mares adjacentes, assim como de preparativos nos portos de seu Consulado, que indiquem proxima guerra.** (Regulamento Consular, art. 95.)

Art. 322. **Informarão, com a possivel brevidade e exactidão do estado da saude publica no seu districto, e, havendo molestia contagiosa, dos regulamentos destinados a prevenir o contagio, ou o star ao seu progresso.** (Regulamento Consular, art. 93.)

Art. 323. **Os Consules não deverão dar carta de saude antes da chegada de qualquer embarcação, ainda mesmo quando alleguem os Agentes ou Commandantes a curta demora no porto; limitar-se-hão a visar a carta de saude do navio.** (Circular n. 8, de 21 de julho de 1894. Modelo n. 35.)

### CAPITULO III

Da navegação de cabotagem, compra e venda de embarcações

Art. 324. **A mudança do capitão, ou commandante de qualquer embarcação, só pôde realizar-se exhibindo o consignatario que tem de a fazer, os poderes que lhe foram conferidos pelo proprietario, no caso de ter este feito ajuste com o capitão para deixar o navio naquelle porto; concordando na mudança o mesmo capitão e o consignatario, ou apresentando este ponderosos e justificados motivos para tirar áquelle o commando do navio.**

**A' vista de taes documentos e circumstancias o Consul reconhecerá si o que vae ser nomeado é cidadão brasileiro, e, verificado**

que seja, mandará lavrar em sua presença o termo de nomeação, e o mencionará no endosso do passaporte especial de viagem, e na matrícula da equipagem. (Regulamento Consular, art. 139. Modelo n. 32.)

Art. 325. Terão também inspecção sobre a venda de qualquer embarcação brasileira, que haja de ter effeitos nos portos dos seus districtos. Neste caso exigirão do capitão procuração bastante ou outro documento legitimo que o autorize para effectuar a venda, e, achando este documento em termos, consentirão nella, si estiverem convencidos de que o preço dado pela embarcação é *bona fide* seu valor. (Regulamento Consular, art. 140.)

Art. 326. Sem procuração do proprietario, os Consules não consentirão na venda de embarcação alguma, salvo no caso de innavegabilidade.

A innavegabilidade sómente se haverá por justificada quando se provar alguns destes casos:

- 1º, de ter havido naufragio;
- 2º, de precisar a embarcação de concerto, cuja despesa exceda a tres quartos do seu valor;
- 3º, de não ter o capitão ou mestre fundos nem credito sufficiente para fazer o necessario reparo, ainda mesmo que a sua importancia seja inferior á do segundo caso. (Regulamento Consular, art. 141.)

Art. 327. Não sendo o comprador brasileiro, os Consules recolherão todos os documentos que provem a nacionalidade da embarcação.

Esta mesma prática se observará a respeito dos navios naufragados, condemnados por innavegaveis, ou abandonados.

Estes documentos devem ser remettidos ao Ministerio dos Negocios da Marinha, na primeira oportunidade. (Regulamento Consular, art. 142.)

Art. 328. Si a venda, de que trata o artigo antecedente, for feita onde não haja agente consular, os Consules, tendo della noticia, se dirigirão ás autoridades locais, pedindo que signifiquem em todos os logares de sua alçada aos notarios publicos, corretores e mais pessoas que possam envolver-se na venda da embarcação, para que só procedam a ella depois de ter o capitão ministrado provas do seu direito para aquelle fim, e si o comprador não for cidadão brasileiro, recolham todos os documentos que nacionalizem a embarcação. (Regulamento Consular, art. 143.)

Art. 329. Quando em qualquer dos casos dos artigos antecedentes o empregado consular julgar necessarios mais esclarecimentos do que os que lhe tiverem sido apresentados, poderá ir a bordo da embarcação e fazer nella as precisas perguntas ao capitão, officiaes, e tripolação e até aos passageiros, sobre os factos e circumstancias expostas, assim como sobre a carga, seu destino ou outro objecto relativo á viagem. (Regulamento Consular, art. 144.)

Art. 330. Comprando qualquer cidadão brasileiro algum navio em porto estrangeiro, deve apresentar ao Consul a respectiva escriptura de compra, para proceder-se ao exame de validade da mesma compra, da matricula, ajuste das soldadas dos officiaes e tripolação, descripção e arqueação do mencionado navio, bem como para pagar quaesquer direitos estabelecidos por lei. (Regulamento Consular, art. 145.)

Art. 331. Ficam isentas do respectivo imposto as transmissões de embarcações estrangeiras quando adquiridas por nacionaes, de conformidade com o disposto no art. 35 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896; porém tal isenção não comprehende o imposto do sello, estabelecido na tabella A, § 1.º, n. 11 do Regulamento de 19 de maio de 1883.

O imposto, qualquer que seja a sua natureza, deve ser satisfeito no lugar onde for effectuada a transmissão ou o contracto para a construcção de navio e, neste ultimo caso, o referido contracto substitua a escriptura publica de compra e venda, e d'elle deve, portanto, constar o pagamento do respectivo imposto. (Circular n. 3, de 23 de maio de 1897.)

Art. 332. O Consul, feitos os exames do art. 330, si os achar exactos, fará lavrar o passar os documentos necessarios ou os legalizará. (Regulamento Consular, art. 146.)

Art. 333. Aos Consulados compete dar o passaporte extraordinario que autorize a sahida com a bandeira nacional ás embarcações que estiverem nas circumstancias dos artigos antecedentes, affin de dirigirem-se com elles aos portos da Republica para ahi se habilitarem competentemente. (Circular n. 6, de 13 de dezembro de 1898 e Regulamento Consular, art. 146.)

Art. 334. A mudança de bandeira de uma embarcação sem a do dono da mesma não está sujeita ao imposto de 5 %.. (Decreto de 31 de março de 1874, art. 14, n. 3 e Despacho ao Consulado Geral em Iquitos, de 24 de setembro de 1892, 3.ª secção.)

Art. 335. Os Consules cumprirão fielmente as disposições do Decreto n. 2.304, de 2 de julho de 1893, que regula a navegação de cabotagem especialmente na parte que lhes diz respeito. (Circular n. 10, de 8 de agosto de 1896.)

#### CAPITULO IV

##### Dos accidentes, perigos e mais circumstancias occorridas em viagem

Art. 336. Si nascer durante a viagem alguma criança, procede-se a termo escripto pelo escrivão nos navios de guerra, ou pelo capitão ou mestre nos mercantes nas 24 horas seguintes ao nascimento, em presença do pae, si estiver a bordo, e de duas testemunhas, contendo o nome e sexo do recém-nascido, a hora, dia, mez e anno, em que altura nasceu e todas as circumstancias

do nascimento, assim como dos nomes, estado, profissão e patria dos paes e avós, sendo conhecidos. (Regulamento Consular, art. 117.)

Nestes termos serão igualmente observadas as disposições do Regulamento approved pelo decreto n. 9986, de 7 de março de 1888.

Art. 337. Os Consules exigirão duas cópias authenticas do termo de que trata o artigo antecedente e transmittirão uma ao Ministerio das Relações Exteriores e guardarão a outra no archivo. (Regulamento Consular, art. 118.)

Art. 338. O Ministro das Relações Exteriores mandará a cópia do termo, que lhe tiver sido remettida em observancia do artigo antecedente, á autoridade competente, para fazel-a registrar no cartorio do domicilio dos paes da criança mencionada, ou para o archivo publico, não se sabendo do domicilio. (Regulamento Consular, art. 119.)

Art. 339. No primeiro porto estrangeiro a que chegar o navio, as cópias do termo dos artigos antecedentes serão entregues ao Consul nello residente, e, não o havendo ali, remettidas pelo Correio ao mais visinho Consulado Geral. (Regulamento Consular, art. 120.)

Art. 340. A disposição do artigo antecedente é tambem applicavel ao caso de morte de qualquer individuo, que se tenha verificado durante a viagem. (Regulamento Consular, art. 121.)

Art. 341. Fallecendo algum passageiro ou individuo da tripolação, durante a viagem, o capitão procederá a inventario de todos os bens que o fallecido deixar, com assistencia dos officiaes da embarcação e de duas testemunhas, que devem ser com preferencia passageiros, pondo tudo em boa arrecadação; e logo que chegar ao porto do seu destino, em que haja Consul Brasileiro, fará entrega a este do inventario e bens, para serem remettidos á autoridade competente da Republica. (Regulamento Consular, art. 122.)

Art. 342. Os Consules receberão, na fôrma das leis commerciaes e com as cautelas precisas, as declarações dos capitães ou mestres das embarcações, e os protestos de arriladas e avarias qualquer que seja sua natureza e as que forem requeridas por elles ou pelos sobrecargas, passageiros e pessoas da tripolação, não só a bem de seus direitos e dos interessados no casco e carga, como sobre máo tratamento a bordo. A requerimento das partes, darão traslados das ditas declarações e protestos. (Regulamento Consular, art. 123. Modelo n. 30.)

Art. 343. Nos casos do artigo antecedente, quando for presente aos Consules representação conjuntamente produzida pelo capitão, officiaes e tripolação, póde elle exigir declaração sobre seu conteúdo. (Regulamento Consular, art. 124.)

Art. 344. Os Consules podem resilir o contracto dos officiaes ou gente da equipagem si lh'o requererem e provarem que foram ou são maltratados pelo capitão ou privados por elle do devido sustento, no porto ou durante a viagem. (Regulamento Consular, art. 125.)

Art. 345. Si durante a viagem houver necessidade de concertó da embarcação ou de compra de virtualhas, e si as circumstancias ou distancia do domicilio dos donos do navio ou da sobrecarga impedirem ao capitão de autorizar-se com as suas ordens, os Consules, tendo presente o acto assignado pela maioria da equipagem, o podem mandar fazer. (Regulamento Consular, art. 126.)

Art. 346. Tambem poderão os Consules, na ausencia do dono do navio ou do sobrecarga, nos termos do artigo antecedente, autorizar a descarga de um navio na forma das leis commerciaes, contanto que seja ella indispensavel para os concertos que se tiver de fazer, ou por causa de avaria na carga. (Regulamento Consular, art. 127.)

Art. 347. Naufragando qualquer embarcação brasileira, os Consules do districto deverão providenciar sobre o seu salvamento, recorrendo ás autoridades locais para o soccorro necessario, sem contuldo obstar as diligencias dos capitães, donos e consignatarios.

Na ausencia destes, farão elles os requerimentos e protostos convenientes para o auxilio opportuno e prevenção de roubos e descaminhos; procederão a inventario do que se achar, e á sua boa arrecadação, a beneficio de quem direito tiver; pagando as despesas de salvamento, segundo o estylo do paiz, por conta dos interessados, conformando-se em tudo o mais com o disposto no artigo antecedente. (Regulamento Consular, art. 128.)

Art. 348. No caso em que as embarcações naufragadas levarem carga para outro porto, dirigirão o inventario ao respectivo empregado consular brasileiro para lhe dar publicidade.

E' entendido que em todos os casos de naufragio, apparecendo socios, correspondentes ou quaesquer pessoas propostas para esta arrecadação pelos proprietarios, carregadores, consignatarios ou seguradores, devem estas preferir para a mesma arrecadação e disposição dos objectos salvos, conforme as ordens e expressa vontade dos donos.

Nesta circumstancia os Consules não poderão pretender mais do que os emolumentos correspondentes aos documentos que na occasião fizeram ou que perante elles forem feitos na conformidade desta Consolidação. (Regulamento Consular, art. 129.)

Art. 349. Sendo alguma embarcação condemnada por innavegavel pela autoridade competente, ou abandonada por qualquer motivo pelo capitão ou consignatario, os Consules, não existindo no logar procurador bastante do dono, proverão a que se ponha em boa arrecadação o seu casco e carga, até que os respectivos proprietarios transmittam as suas ordens. (Regulamento Consular, art. 130.)

Art. 350. Deverão empregar toda a intelligencia e zelo para haver cabos, ancoras, boias ou outros pertences dos navios de guerra ou mercantes, quando estes objectos tenham sido achados no mar ou no porto, si seu valor exceder ás despesas ou direitos de salvamento. (Regulamento Consular, art. 131.)

**Art. 351.** Si quaesquer marinheiros, ou outras pessoas embarcadas em uma embarcação brasileira mercante commetterem no mar levantamento, morte, ferimento ou outros quaesquer crimes, quer o capitão os tenha presos, ou não, os Consules tomarão conhecimento do caso sómente para o effeito de reter os réos a bordo, e de os remetter com os autos de informação da culpa, pela primeira embarcação que sahir para o Brazil, afim de serem entregues ás justiças competentes.

No caso em que a embarcação onde se achar o preso ou presos queira partir para outro destino, e não haja a esse tempo no porto embarcação que os conduza para o Brazil, os empregados consulares requisitarão ás autoridades do paiz que os detenham em custodia, até haver occasião de os fazer partir como fica dito. (Regulamento Consular, art. 132.)

**Art. 352.** Os Consules procederão a um summario de informação da culpa, ou crime commettido, quando o capitão o não tenha feito no caso do artigo antecedente. (Regulamento Consular, art. 133.)

**Art. 353.** Si os delictos do art. 351 forem commettidos a bordo depois da entrada do navio no porto estrangeiro, entre pessoas da equipagem do mesmo navio ou de outros navios brasileiros, os Consules procederão a informação da culpa e remetterão os culpados para o porto desta Republica a que pertencer o navio, afim de serem ali julgados. (Regulamento Consular, art. 134.)

**Art. 354.** Si as leis do paiz em que estiver o navio não permittirem aos Consules estrangeiros este direito, ou as autoridades locais reclamarem os criminosos, por correr perigo a tranquillidade publica, devem estes ser-lhes entregues. (Regulamento Consular, art. 135.)

**Art. 355.** No caso de naufragio de embarcação de guerra nacional, os Consules procederão com zelo ás diligencias necessarias para a salvagão, de accordo com o commandante e officiaes respectivos, ponho em boa arrecadação os salvados pela maneira determinada a respeito de semelhantes infortunios dos navios mercantes, salvo sempre a preferencia devida aos referidos commandantes e officiaes.

Si os aprestos, aparelhos e outros effeitos salvados, bem que avariados, forem ainda capazes de espera e serviço, assim o participarão ao Governo que lhes dará as suas ordens. (Regulamento Consular, art. 136.)

**Art. 356.** Desertando algum ou alguns marinheiros de bordo de qualquer embarcação mercante brasileira, os Consules darão parte ás autoridades locais, requerendo-lhes a sua assistencia e auxilio para se descobrirem e apprehenderem os mesmos desertores, que deverão ser remettidos para bordo da embarcação a que pertencerem.

O mesmo praticarão com os marinheiros ou outras quaesquer pessoas que desertarem dos vasos da marinha nacional. (Regulamento Consular, art. 137.)



Art. 357. Si o desertor for estrangeiro, procurarão obri-gal-o ao cumprimento do seu dever, ou por intermedio do Consul da sua nação, ou, segundo as circumstancias, pelo das autoridades locais. (Regulamento Consular, art. 138.)

## TITULO IV

### Das attribuições dos empregados consu-lares com relação aos brasileiros

#### CAPITULO I

Da matricula dos cidadãos brasileiros, protecção e soccorros

Art. 358. Os Consules supprirão aos brasileiros a ignorancia da lingua e das leis do paiz em que residem, servindo-lhes de interpretes nos requerimentos e mais dependencias que tiverem perante as diversas autoridades, e procurarão facilitar-lhes a expedição de seus negocios. (Regulamento Consular, art. 150.)

Art. 359. Teem direito á protecção dos empregados consulares os cidadãos brasileiros:

§ 1.º Pertencentes aos navios abandonados por innavegaveis e os que por qualquer modo ou accidente forem deixados em terra.

§ 2.º Os desvalidos, naufragados, e os prisioneiros que por qualquer accidente aportarem nos districtos consulares. (Regulamento Consular, art. 151.)

Art. 360. Os cidadãos brasileiros que por molestia ficarem em terra, ou não puderem fazer viagem, receberão pelo navio em que tiverem ido uma quantia indispensavel para sua subsistencia, arbitrada pelos Consules, que solicitarão das autoridades competentes sua admissão nos hospitaes. (Regulamento Consular, art. 152.)

Art. 361. Não poderão reclamar a protecção dos artigos antecedentes os cidadãos brasileiros nos casos:

§ 1.º De perpetração de algum crime ou desordem grave, que perturbe a ordem da embarcação, insubordinação, falta de disciplina ou de cumprimento de deveres.

§ 2.º De embriaguez habitual.

As disposições deste artigo só se verificarão quando, em vir-tude delle, tiverem sido despedidos dos navios os que reclama-rem o auxilio. (Regulamento Consular, art. 153.)

Art. 362. Tambem não teem direito á protecção do art. 364 os marinheiros que fizerem parte da tripolação de navios es-trangeiros, salvo si provarem que foram constrangidos a empre-gar-se no serviço delles. (Regulamento Consular, art. 154.)

Art. 363. Nas vendas de navios brasileiros em portos estran-geiros, e em quaesquer outros actos em que intervierem os

Consules, devem estes providenciar sobre as pessoas da equipagem delles, e de quaesquer outros navios que não voltarem ao Brazil, ou aos portos de onde sahiram, afim de não sobreccarregar o Thesouro Nacional com as despezas de sua passagem, e com as que fizerem antes de sahirem dos portos em que se acharem. (Regulamento Consular, art. 155.)

Art. 364. Os Consules arbitrarão aos mencionados nos artigos antecedentes uma quantia indispensavel para sua subsistencia. (Regulamento Consular, art. 156.)

Art. 365. Promoverão a brevidade do regresso dos individuos que tiverem reclamado sua protecção:

§ 1.º Fazendo-os embarcar com praça nos navios nacionaes, cujas tripolações não estiverem preenchidas, vencendo a respectiva soldada e ração, e tendo entrada na matricula e livro dos ajustes.

§ 2.º Ordenando aos capitães das embarcações brasileiras que estiverem a largar para algum porto do Brazil que transportem os que lhes competirem, na fórma do artigo seguinte, quando nellas não achem praça com vencimento, ou os protegidos não estejam nas circumstancias de fazer parte da tripolação. (Regulamento Consular, art. 157.)

Art. 366. O capitão da embarcação de 100 a 200 toneladas é encarregado de receber e conduzir ao porto do seu destino quatro marinheiros, e dahi para cima um por tantas quantas 50 toneladas de arqueação accrescerem.

Estes marinheiros irão fazendo o serviço e teem a ração do estylo, que se satisfará ao proprietario, assim como as despezas do transporte dos que não puderem effectivamente trabalhar. (Regulamento Consular, art. 158.)

Art. 367. As despezas feitas com as rações e transportes dos brasileiros desvalidos, e das equipagens de navios nacionaes naufragados ou abandonados, serão pagas á custa do Estado.

As identicas com individuos da tripolação dos navios condemnados por innavegaveis, ou vendidos, e bem assim com os marinheiros e outras pessoas de bordo, que sem culpa sua não regressarem ao Brazil no mesmo navio, serão satisfeitas pelos respectivos proprietarios. (Regulamento Consular, art. 159.)

Art. 368. As despezas referidas no artigo precedente serão reguladas pelos Consules conforme as distancias da viagem, e pagas aos donos das respectivas embarcações, mostrando estes por attestação do Consul o numero e identidade das pessoas transportaram. (Regulamento Consular, art. 160.)

Art. 369. Os capitães dos navios nacionaes, que recusarem obedecer ás ordens do Consul, subtrahindo-se ao referido transporte, incorrem na multa de 15 pesos (moeda forte) por marinheiro, que deixarem de receber na fórma declarada no art. 366. (Está dependente da approvação do Congresso.) (Regulamento Consular, art. 162.)

Art. 370. Nenhum marinheiro brasileiro da marinha mercante terá direito a ser repatriado á custa dos cofres publicos, visto como no termo de contracto de embarque, lavrado nas Capitalias

dos portos, deve constar a clausula da repatriação a expensas do capitão ou mestre da embarcação. Só no caso de existir esta clausula e não quererem estes ultimos dar-lhe cumprimento, poderá o marinheiro apresentar a matricula pessoal ao Consul do porto onde se effectuar o desembarque, para que intervenha em seu favor. (Circular n. 14, de 13 de novembro de 1894.)

Art. 371. Quando os individuos soccorridos forem marinheiros e praças desertadas dos navios de guerra ou que por qualquer motivo tenham ficado em terra, as contas das despesas feitas com elles devem ser apresentadas ao Ministerio da Marinha e quando forem praças do exercito ao Ministerio da Guerra. (Circular de 28 de fevereiro de 1893.)

Art. 372. Os Consules poderão autorizar qualquer capitão ou mestre brasileiro a transportar o marinheiro que não tenha direito à sua protecção, uma vez que não seja criminoso, e disto farão menção na matricula da equipagem. (Regulamento Consular, art. 164.)

Art. 373. Havendo no porto embarcação da armada nacional, os Consules requererão praças ou passagens nella ao commandante respectivo, que aceitará as que forem compatíveis com o porte da mencionada embarcação. (Regulamento Consular, art. 165.)

Art. 374. Na falta de embarcação nacional, poderão diligenciar o referido transporte em navios estrangeiros, que se dirigirem aos portos do Brazil, com a maior economia possível para os cofres publicos. (Regulamento Consular, art. 166.)

Art. 375. Os Consules terão o maior cuidado em não proteger os cidadãos brasileiros que não mostrarem sua nacionalidade, profissão, e que não são criminosos.

Quando neste exame chegarem ao conhecimento de que taes cidadãos são criminosos no Brazil, apressar-se-hão a communicar-o directamente à Legação e ao Ministerio das Relações Exteriores, com todas as informações que houverem colhido. (Regulamento Consular, art. 163.)

Art. 376. Os agentes consulares deverão, quando se lhes apresentar algum individuo requerendo soccorros, verificar primeiro sua nacionalidade, e si for brasileiro o desvalido, depois de bem conhecerem os motivos que o levaram áquelle estado, sua moralidade e profissão, prestarão os soccorros ordenados nesta Consolidação. (Circular de 28 de fevereiro de 1893.)

Art. 377. Cumpre mais aos agentes consulares da Republica na prestação dos soccorros terem sempre em vista que a condição de desvalidos lhes impõe o dever de limitarem-se ao que for estrictamente indispensavel para sua subsistencia e transporte para o Brazil, quando este transporte se não possa verificar sem dispendio para o Thesouro Publico.

Si o individuo que se apresentar reclamando soccorros tiver meios de indemnizar a Fazenda Publica, quando regressar ao Brazil, das quantias de que necessitar para sua manutenção e transporte, deverá essa indemnização ser acautelada como

permittirem as circumstancias. (Circular de 28 de fevereiro de 1893.)

Art. 378. Succedendo apresentarem-se nos Consulados Brasileiros pedindo repatriação individuos que vão voluntariamente para paizes estrangeiros e alli se acham em difficuldades pela sua imprevidencia ou desregramento, fica estabelecido que os agentes consulares só auxiliarão e repatriarão os brasileiros que se acharem em condições precarias por qualquer accidente ou circumstancias de força maior. (Circular n. 7, de 17 de novembro de 1897.)

Art. 379. Os Consules porão a maior diligencia e cuidado em conciliar os brasileiros desavindos, sem apparato de processo, por meio de composição ou de arbitros escolhidos pelas partes. (Regulamento Consular, art. 233.)

Art. 380. Os Consules porão desvelo em que as autoridades locais não procedam contra os brasileiros sinão com as formalidades e nos casos prescriptos nos tratados e leis, representando contra quaesquer vexames, injustiças ou violencias, que se lhes possam suscitar no decurso de suas transacções; e quando estas os não attendam, ao Governo, em cujo territorio residirem, directamente, ou pelo Ministro Diplomatico Brasileiro, si houver, (Regulamento Consular, art. 167.)

Art. 381. Os Consules não poderão ser em juizo procuradores de qualquer outra pessoa; mas, sendo o caso de cidadãos brasileiros ausentes, sem procuradores bastantes, tanto em demandas civeis, como em accusações criminaes, que correrem á revelia dos mesmos, poderão ser defensores officiosos e apresentar nos juizos e tribunaes os documentos favoraveis aos réos, salvo os direitos destes. (Regulamento Consular, art. 168.)

Art. 382. Incumbe aos Consules a matricula dos brasileiros que residirem no seu districto, o bem assim o registro dos nascimentos e obitos de seus compatriotas e a celebração do casamento. (Regulamento Consular, art. 169, e Decreto n. 181 de 21 de janeiro de 1890.)

Art. 383. A matricula será feita em um livro especial. Este livro será aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo Consul, e deverá ser escripturado, como os demais livros mencionados na presente Consolidação, sem emenda, rasura, entrelinha ou abreviatura e intervallos, salvo os que forem necessarios para as assignaturas. (Regulamento Consular, art. 170.)

Art. 384. O auto da matricula deverá conter o nome, prenome, idade, naturalidade, estado, profissão, ultimo domicilio do matriculado no Brazil, ou o dos ascendentes; nome, prenomes, idade e sexo dos filhos, fazendo-se menção dos documentos justificativos da nacionalidade.

O auto será assignado pelo matriculado e duas testemunhas.

Os documentos de que trata este artigo serão archivados no Consulado, lançando-se nelles um numero de ordem, que será communicado ao matriculado. (Regulamento Consular, art. 171.)

Art. 385. São documentos comprobatorios da nacionalidade: passaporte dado por autoridade brasileira, certidão de idade ou

de casamento, diploma conferido pelas faculdades do Brazil, nomeação para cargos de eleição ou para empregos geraes, estaduais ou municipaes, certificado de matricula em outro Consulado brasileiro, ou qualquer documento authentico passado pelas autoridades da Republica. (Regulamento Consular, art. 172.)

Art. 386. Os Consules não poderão excluir da matricula, por qualquer motivo que seja, as pessoas que já estiverem matriculadas, sem que primeiro justifiquem perante o Governo as razões que ha para a exclusão, e esta seja approvada. (Regulamento Consular, art. 173.)

Art. 387. Os Consules remetterão no fim de cada anno um mappa dos cidadãos brasileiros residentes no seu districto e matriculados no Consulado ou Vice-Consulados de sua dependencia, contendo todas as circumstancias que constarem do respectivo livro de matricula. (Regulamento Consular, art. 174.)

Art. 388. Os Consules, antes de procederem à matricula, deverão verificar si os requerentes são criminosos no Brazil.

Si a criminalidade for notoria, recusar-lhes-hão o certificado, ainda que apresentem os documentos de que trata o art. 385.

Quando, porém, houver simples suspeita de criminalidade, concederão o dito certificado, uma vez que os requerentes exhibam algum dos documentos acima indicados; mas exigirão a apresentação, dentro de um prazo razoavel, de documento comprobativo de sua moralidade; pedirão, outrosim, informações às autoridades brasileiras do logar em que os requerentes tiveram seu ultimo domicilio.

Fica entendido que os certificados de nacionalidade, concedidos nesta ultima hypothese, serão cassados, logo que os Consules, melhor informados, cheguem ao conhecimento de que seus portadores são criminosos no Brazil. (Regulamento Consular, art. 175.)

Art. 389. Os Consules não deverão recusar certificados de nacionalidade aos individuos que, não possuindo os documentos mencionados no art. 385, justificarem a condição de brasileiros por meio de testemunhas dignas de fé. (Regulamento Consular, art. 176.)

Art. 390. Para a justificação, bem como para os demais actos de que trata esta Consolidação, não serão admittidas pessoas que não se acharem devidamente matriculadas, salvo o caso de não haver na localidade cidadãos brasileiros nestas condições. (Regulamento Consular, art. 177.)

Art. 391. Os Consules não poderão recusar protecção aos brasileiros isentos no Brazil de culpa e pena, que ainda não se tiverem matriculado, mas os incluirão immediatamente na matricula. (Regulamento Consular, art. 178.)

Art. 392. Nos casos em que os interessados devam comparecer e o não possam realizar, poderão dar procuração, a qual será feita por tabellião ou do proprio punho, e deverá conter poderes especiaes para o acto para que foi outorgada, fazendo-se no lançamento delle sómente as declarações que forem expressas nas procurações. (Regulamento Consular, art. 179 e Decreto n. 79, de 26 de agosto de 1892.)

Art. 393. Logo que as procurações forem apresentadas, serão numeradas pelo Consul e rubricadas por elle e pelos procuradores que as apresentarem; registradas no competente livro e emmaçadas segundo o numero de ordem. A' margem do acto se escreverá o numero de ordem das procurações de que nelle se fizerem menção. (Regulamento Consular, art. 180.)

Art. 394. Todos os actos de que trata a 2ª parte do art. 382, relativos a brasileiros ou estrangeiros, feitos em paizes estrangeiros, serão valiosos, tendo-o sido na fôrma das leis desses paizes, e legalizados pelos respectivos agentes consulares ou diplomaticos nelles residentes. (Regulamento Consular, art. 181.)

Art. 395. O registro será encerrado e fechado por um termo, que os Consules farão lavrar no ultimo dia de dezembro de cada anno. (Regulamento Consular, art. 182.)

## CAPITULO II

### Dos testamentos e inventarios

Art. 396. Na factura, approvação e abertura dos testamentos, os consules se conformarão com os modelos ns. 27, 28 e 29. (Regulamento Consular, art. 188.)

Art. 397. Fallecendo qualquer cidadão brasileiro, sem herdeiro nem testamenteiro, ou com herdeiros menores, que sejam brasileiros, o Consul procederá como estiver estipulado em tratados, ou as leis do paiz o permittirem, promovendo por todos os meios a seu alcance o interesse dos cidadãos brasileiros ausentes e dos herdeiros menores que sejam ou possam vir a ser cidadãos brasileiros, conforme o art. 69 da Constituição da Republica. (Regulamento Consular, art. 189.)

Art. 398. Quando as leis do paiz o permittirem, procederão a inventario de todos os bens, effeitos, acções, livros e mais papeis do fallecido, pondo tudo em boa e segura arrecadação para ser entregue a todo o tempo a quem de direito pertencer. (Regulamento Consular, art. 190.)

Art. 399. Aos Consules devem ser entregues os bens da herança, uma vez que estejam munidos da procuração em fôrma legal dos herdeiros regularmente habilitados. Exceptuam-se os casos:

§ 1.º De não terem sido ainda pagos os direitos da herança.

§ 2.º De embargo de algum credor nacional ou estrangeiro. (Regulamento Consular, art. 191.)

Art. 400. Os Consules requererão a venda, em leilão, dos bens periveis, e de todos cuja conservação seja mui dispendiosa. (Regulamento Consular, art. 192.)

Art. 401. Os Consules requererão que se affixem editaes convidando a comparecerem os que se entenderem com direito a herança, e que seja fixado um prazo além do qual só poderão ser ouvidos no paiz a que pertencerem os fallecidos. (Regulamento Consular, art. 193.)

Art. 402. Farão publicar os editaes nas gazetas dos seus districtos e os transmittirão ao Ministerio das Relações Exteriores, bem como, logo que lhes seja possível, cópias dos referidos inventarios. (Regulamento Consular, art. 194.)

Art. 403. Si no prazo marcado nas leis não apparecerem herdeiros do fallecido, dar-se-ha disso conhecimento ao Governo. (Regulamento Consular, art. 195.)

Art. 404. No caso de fallecimento de um brasileiro que não deixe valor algum no paiz, os Consules communicarão ao Ministerio das Relações Exteriores todas as particularidades sobre a posição do defunto e as circumstancias de sua morte. (Regulamento Consular, art. 196.)

Art. 405. Em todos os casos em que os empregados consulares são autorizados a dar administrações e ordenar a arrecadação de bens pertencentes a cidadãos brasileiros, procederão a inventario com a assistencia de dous negociantes nacionaes, e, na falta delles, de quaesquer outros de sua escolha, que assignarão o auto do mesmo inventario e entrega.

E sendo alguns artigos de natureza perivel, os poderão vender em leilão publico, com assistencia dos mesmos negociantes; fazendo, nos autos do inventario, termo da necessidade da venda, com especificação da quantidade, da avaliação por peritos, dos seus preços, do ultimo lance, dos nomes dos arrematantes ou compradores; o que tudo se roborará com a assignatura dos Consules e dos ditos adjuntos. (Regulamento Consular, art. 197.)

Art. 406. Quando os Consules procederem á venda dos artigos da fazenda publica ou por entenderem absolutamente necessaria e não admittirem demora, ou porque para isso receberam ordem, o farão com as formalidades prescriptas no artigo antecedente. (Regulamento Consular, art. 198.)

### CAPITULO III

#### Do registro civil e celebração do casamento civil

Art. 407. Os assentos de nascimento devem ser feitos de conformidade com o disposto no regulamento approved pelo decreto n. 9886, de 7 de março de 1888.

Art. 408. Os actos do casamento civil devem ser realizados conforme determinam os decretos n. 181, de 24 de janeiro de 1890, n. 233, de 27 de fevereiro de 1890 e n. 773, de 20 de setembro de 1891.

Art. 409. Os assentos de obito devem, como os de nascimento, ser feitos de conformidade com o disposto no Regulamento approved pelo decreto n. 9886, de 7 de março de 1888.

**TITULO V****Das attribuições dos empregados consulares com relação aos passaportes, procurações e demais documentos****CAPITULO UNICO**

**Da expedição de passaportes, procurações, reconhecimento de firmas e legalização dos demais documentos**

Art. 410. A expedição dos passaportes fica pertencendo aos Consules, sem prejuizo da attribuição que cabe ás Legações. (Modelo n. 37.)

Os Consules não deverão conceder passaportes aos menores e ás mulheres casadas, sem autorização expressa do pae, tutor ou marido. Esta restricção não comprehende os estrangeiros, cujos passaportes não tem de ser passados, mas tão sómente visados pelos Consules. (Regulamento Consular, art. 148.)

Art. 411. Os Consules ficam inhibidos de pôr o visto em passaportes e em quaesquer outros actos expedidos pelos Ministros Diplomaticos brasileiros. (Regulamento Consular, art. 149.)

Art. 412. Afim de que o serviço relativo ás procurações nos Consulados esteja de accordo com a legislação actual da Republica, além do livro destinado a registrar procurações, deverá haver outro em que serão lavradas aquellas que por não quererem ou não poderem os interessados fazer de seu proprio punho forem os empregados consulares incumbidos de lavral-as. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 413. No primeiro dos livros de que trata o artigo antecedente só serão registra'as procurações a pedido dos interessados, visto não ser esse acto obrigatorio, em virtude do decreto n. 79, de 23 de agosto de 1892; e por ellas sómente serão cobrados os emolumentos determinados para o registro de qualquer documento e o reconhecimento das firmas. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 414. No segundo dos livros de que trata o art. 412, em que poderá ser impressa a parte invariavel, serão lavradas as procurações que devem conter nome e residencia do constituinte, data e declaração, si foi lavrada no Consulado ou fóra d'elle; nome dos procuradores, causa ou negocios para que se constituem; poderes que conferem; fecho pelo Consul; a assignatura do constituinte ou de quem a seu rogo com a especificação do motivo por que não assigna elle proprio e as de duas testemunhas conhecidas. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)



Art. 415. Nos casos do artigo antecedente serão dados traslados devidamente legalizados e escriptos em meia folha de papel, cujas dimensões não excedam de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura, devendo cada um ser considerado como uma procuração para a cobrança dos emolumentos. A parte invariavel delles poderá tambem ser impressa. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 416. As mesmas regras deverão ser observadas tanto nos Consulados Geraes e Consulados como nos Vice-Consulados. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 417. As procurações passadas pelos empregados consulares em que dão poderes para tratar de seus negocios particulares, depois de assignadas pelos referidos empregados, deverão receber o visto e o sello delles mesmo, logo em seguida á assignatura, para serem legalizadas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou Repartições Fiscaes. (Circular n. 4, de 21 de junho de 1886, decreto n. 2320, de 30 de julho de 1896 e circular n. 3, de 17 de setembro de 1898.)

Art. 418. As procurações dos empregados diplomaticos são como em geral authenticadas pelos empregados consulares brasileiros, cuja firma e por seu turno legalizada pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou pelas Repartições Fiscaes. (Circular n. 1, de 11 de janeiro de 1883, decreto n. 2320, de 30 de julho de 1896, e circular n. 3, de 17 de setembro de 1898.)

Art. 419. Em todos os documentos passados nas chancellarias consulares será deixado o espaço em branco de 12 centímetros de largura e sete de altura para reconhecimento das firmas dos empregados consulares. (Circular n. 5, de 6 de junho de 1892.)

Art. 420. Aos documentos que forem apresentados para serem authenticados, si não tiverem espaço para que figurem nelles juntos os actos de legalização consular e da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou das Repartições Fiscaes, deverá ser annexada meia folha de papel devidamente presa e sellada. (Circular n. 5, de 6 de junho de 1892 e decreto n. 2320, de 30 de julho de 1896.)

Art. 421. Nos instrumentos de reconhecimento declararão os empregados consulares que para produzirem effeito no Brazil devem suas firmas ser por seu turno legalizadas e que essa legalização é facultada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e nas Repartições Fiscaes. (Circulares n. 6, de 16 de outubro de 1886, e n. 9, de 1 de agosto de 1896.)

Art. 422. No acto do reconhecimento declarar-se ha a categoria do signatario, o numero de documentos companheiros do que é legalizado, devendo ser todos numerados rubricados e ligados a este por fio ou fita com o sello consular. (Modelo n. 38.) (Circular n. 6, de 16 de outubro de 1886.)

Art. 423. Os Consules poderão fazer legalizar e visar todos os autos e escripturas publicas que tiverem de ser produzidos perante as justicas e mais autoridades do Brazil, conformando-se com as leis deste. (Regulamento Consular, art. 225.)

**TITULO VI****Disposições geraes****CAPITULO UNICO**

Art. 424. Os Consules velarão em que sejam pontualmente observados os privilegios, isenções e direitos accordados pelos tratados de commercio, convenções e ajustes, por leis ou ainda por direito consuetudinario, favor do Governo ou titulo de posse. (Regulamento Consular, art. 226.)

Art. 425. Publicarão pela imprensa, e por quaesquer outros meios, as ordens do Governo tendentes a promover as vantagens do commercio entre o Brazil e a potencia ou potencias que constituem o seu districto. (Regulamento Consular, art. 227.)

Art. 426. Providenciarão de maneira que esta Consolidação e as disposições que lhe hajam de servir de complemento estejam em todo tempo ao alcance dos que delles se quizerem informar, no districto do seu Consulado. (Regulamento Consular, art. 228.)

Capital Federal, 11 de abril de 1899.— *Olyntho de Magalhães.*

## MODELO N. 1

(Tit. I, cap. I, art. 24)

## Diploma dos Vice-Consules

(Armas da Republica e a indicação do Consulado Geral ou Consulado.)

(Nome do Consul Geral ou Consul, seus titulos e empregos.)

Em virtude da autoridade que o Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil conferiu-me pelo art. 24 do tit. 1º cap. 1º da Consolidação das Leis Consulares da Republica, bem como pela minha carta patente de ...: Nomeio o Sr. ...., Vice-Consul da nação brasileira em ... (a indicação positiva do districto do Vice-Consulado), incumbindo-o de preencher aquellas funcções segundo o que está determinado na supracitada Consolidação. Em nome do Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, rogo ás autoridades, a quem possa caber o conhecimento desta e ordeno aos cidadãos brasileiros residentes naquelle Districto Vice-Consular, ou que a elle aporem, o reconheçam nesse character, concedendo-lhe as mencionadas autoridades todas as isenções e immuniidades, que lhe devam competir, e o favor e auxilio de que necessitar para o cabal desempenho de suas funcções.

Em fé do que o muni do presente diploma por mim assignado sellado com o sello deste Consulado Geral ou Consulado, devendo desde hoje começar o effeito interino desta nomeação, que só terá o character de definitiva depois de obtida a confirmação do Governo da Republica pela respectiva Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Consulado Geral ou Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

(Assignatura do Consul Geral ou Consul.)

(L. S.)

## MODELO N. 2

(Tit. I, cap. I, art. 25)

## Nomeação de um Agente Commercial

(Armas da Republica)

F ..... Vice-Consul da Republica dos Estados Unidos do Brazil em ....

Em virtude dos poderes de que me acho munido, nomeio o Sr. N..... Agente Commercial da nação brasileira neste porto de ... e seu Districto, para substituir-me na minha ausencia ou impedimentos : e, em nome do Sr. Presidente da Republica, rogo a todas as autoridades de Sua Magestade ... (ou da Republica .....), que o reconheçam naquelle character, lhe concedam todas as immunidades que lhe devam competir, e lhe prestem todo o favor e auxilio, de que necessitar, para o cabal desempenho de suas funcções.

Em fé do que passei a presente nomeação por mim assignada e sellada com o sello deste Vice-Consulado.

Feita em ... aos ... de ... de ...

(L. S.)

F.

Vice-Consul.

**MODELO N. 3**  
( Tit. I, cap. IV, art. 164 )

Do quadro que os Vice-Consules e Agentes Commerciaes devem nos oito primeiros dias de cada trimestre apresentar ao Consul, de todas as ordens do Governo que o respectivo Consul lhes tem enviado, e das instruções e observações de que elle as tiver acompanhado, declarando as executadas, as que o não tenham sido e as que estiverem em execução

AUTORIDADES DE ONDE PARTEM AS ORDENS	NUMEROS E DATAS POR ORDEM CHRONOLOGICA DOS OFFICIOS OU DESPACHOS QUE CONTEEM TAES ORDENS				EXTRACTO DAS ORDENS CONTIDAS NOS OFFICIOS MARCADOS NA COLUMNA ANTEREDENTE E DAS INSTRUÇÕES DE QUE FORAM ACOMPANHADAS	DESIGNAÇÃO POR ORDEM CHRONOLOGICA DAS ORDENS											
	N. do officio	Dia	Mez	Anno		Executadas				Não executadas				Em execução			
						N.	Dia	Mez	Anno	N.	Dia	Mez	Anno	N.	Dia	Mez	Anno
					N. B. Quando acontecer que os extractos das ordens e instruções, a respeito dellas dadas pelo Consul, bem como o das reflexões do Vice-Consul, por demasiadamente longas não caibam nesta columna, serão aqui simplesmente indicados por numeros de remissão, que correspondam aos que semelhantemente deverão ser lançados no alto das cópias das ordens e instruções, que em tal caso hão de seguir este quadro.	Dos officios em que o Vice-Consul communica a execução das ordens.				Dos officios em que o Vice-Consul communica as razões por que não executou as ordens ou são inexecutaveis.				Do officio em que o Vice-Consul communica que as ordens estão em execução e as observações que sobre isso faz.			



# MODELO N. 5

( Tit. II, cap. I, art. 221 )

Receita e despesa do Consulado.....em.....no 1º quartel de 189....

MEZES	RECEITA	QUANTIAS COBRADAS			MEZES	DESPEZA	QUANTIAS PAGAS		
		Moeda braz.	Cambio	Moeda do paiz			Moeda braz.	Cambio	Moeda do paiz
Janeiro.	1 5 procurações a 10\$000.....	50\$			Janeiro.	31 Gratificação ao auxiliar F.	50\$		
"	" Manifesto do vapor..... de				"	" Aluguel da Chancellaria...	30\$		
"	" 500 toneladas.....	50\$			"	" Compra de um movel (des-			
"	" Idem do dito..... de 400 ditas	40\$			"	" pacho n... de...).....	20\$		
"	" 2 escripturas a 10\$000.....	20\$			Fever..	28 Gratificação ao auxiliar F.	50\$		
"	" 3 procurações a 10\$000.....	30\$			"	" Aluguel da Chancellaria....	30\$		
"	" 1 tradução.....	10\$			Março..	31 Gratificação ao auxiliar F.	50\$		
"	" 1 testamento.....	20\$			"	" Aluguel da Chancellaria....	30\$		
"	" Manifesto do vapor..... de				"	" Expediente e asseio do con-			
"	" 450 toneladas.....	45\$			"	" sulado no 1º quartel....	125\$		
"	" 2 traducções a 5\$000.....	10\$			"	" Metade dos emolumentos			
"	" 4 3 cartas de saude a 10\$000...	30\$			"	" pertencentes ao vice-consul			
"	" 31 4 procurações a 10\$000.....	40\$			"	" em.....no 1º quartel.	150\$		
Fever..	" 12 traducções a 5\$000.....	10\$			"	" Dita dos ditos do vice-consul			
"	" 5 procurações a 10\$000.....	50\$			"	" em.....no 1º quartel.	65\$		
"	" 2 cartas de saude a 10\$000...	20\$			"	" Despesa do Vice-Consulado			
"	" 28 5 reconhecimentos de firmas				"	" em.....no 1º quartel.	10\$		
"	" a 5\$000.....	25\$			"	" Dita do Vice-Consulado em			
Março..	" 1 9 procurações a 10\$000.....	90\$			"	" .....no 1º quartel.	5\$		
"	" 5 2 cartas de saude a 10\$000...	20\$			"	" Saldo a favor do Consulado	425\$		
"	" 31 4 certidões de vida a 5\$000...	20\$							
"	" 3 procurações a 10\$000.....	30\$							
"	" Renda do Vice-Consulado em								
"	" .....no 1º quartel.....	300\$							
"	" Dita do dito em.....no 1º								
"	" quartel.....	130\$							
		1:040\$					1:040\$		

Consulado.....em.....de.....de 189...— O Consul.....F.

## MODELO N. 6

( Tit. II, cap. I, art. 222 )

Mapa da receita e despesa do Consulado... em... no 1º quartel de 189...

MEZES	RECEITA	QUANTIAS COBRADAS			MEZES	DESEPEZA	QUANTIAS PAGAS		
		Moeda brasileira	Cambio	Moeda do paiz			Moeda brasileira	Cambio	Moeda do paiz
Janeiro...	31	12 procurações a 10\$. ....		120\$000	Março 31	Gratificação ao auxiliar F.	150\$000		
» ...	»	3 manifestos. ....		13 \$000	» »	Aluguel da Chancelleria..	90\$000		
» ...	»	2 escripturas a 10\$. ....		20\$000	» »	Compra de um móvel (des-			
» ...	»	3 traducções diversas. ....		20\$000	» »	pacho n... de...)...	20\$000		
» ...	»	1 testamento. ....		20\$000	» »	Expediente e asseio do			
» ...	»	3 cartas de saúde a 10\$. ..		30\$000	» »	Consulado .....	125\$000		
Fevereiro	28	2 traducções a 5\$. ....		10\$000	» »	Metade dos emolumentos			
» ...	»	5 procurações a 10\$. ....		50\$000	» »	pertencentes aos vice-			
» ...	»	2 cartas de saúde a 10\$. ..		20\$000	» »	consules .....	215\$000		
» ...	»	5 reconhecimentos de firmas			» »	Despezas dos vice-con-			
		a 5\$. ....		25\$000		consulados .....	15\$000		
Março ...	31	12 procurações a 10\$. ....		12 \$000		Saldo a favor do Consu-			
» ...	»	2 cartas de saúde a 10\$. ..		20\$000		lado .....	425\$000		
» ...	»	4 certidões de vida a 5\$. ..		20\$000					
» ...	»	Renda dos Vice-Consulados							
		no 1º quartel :							
		Vice-Consulado em... 200\$							
		» » »... 230\$		430\$000					
				1.040\$000					
							1.040\$000		

Consulado... em... de..... de 189... — O Consul... F.



## MODELO N. 7

(Tit. II, cap. II, art. 245)

Consulado.... em.....

Requisição n.....

A' 4ª secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores  
requisito as seguintes estampilhas, destinadas á cobrança da  
receita de emolumentos que se realizar neste Consulado.....a  
meu cargo.

QUANTIDADE	VALORES	IMPORTANCIA
	\$010	\$
	\$020	\$
	\$030	\$
	\$040	\$
	\$050	\$
	\$100	\$
	\$200	\$
	\$300	\$
	\$400	\$
	1\$000	\$
	2\$000	\$
	5\$000	\$
	10\$000	\$
	20\$000	\$
	50\$000	\$
		\$

Importam as..... estampilhas na quantia de.....

Consulado.....em.....de.....de 189....

F.

Consul.....

## Escreitura de estampilhas

DEVE

H A V E R

189...		189...	
Janeiro.....	1	Pelo saldo em estampilhas existentes neste Consulado..... a saber :	
		1.000 de valor de 1\$000....	
		500 » » » 2\$000....	
		500 » » » 5\$000....	
		200 » » » 10\$000....	
		<u>6:500\$000</u>	
Março .....	15	Pela importancia das estampilhas dos seguintes valores, recebidas da Secretaria, em virtude da requisição n.... de... de... de 189...	
		500 do valor de 1\$000....	500\$000
		400 » » » 2\$000....	800\$000
		400 » » » 5\$000....	2:000\$000
		300 » » » 10\$000....	3:000\$000
		<u>6:700\$000</u>	<u>12:800\$000</u>
Janeiro.....	15	Pela importancia de estampilhas dos seguintes valores remetidas ao Vice-Consulado em.....	
		100 do valor de 1\$000....	100\$000
		50 » » » 5\$000....	250\$000
		50 » » » 2\$000....	100\$000
		200 » » » 10\$000....	2:000\$000
		<u>2:450\$000</u>	<u>2:450\$000</u>
	» .....	31 Idem idem utilizadas no corrente mez por este Consulado :	
		400 do valor de 1\$000....	400\$000
		100 » » » 10\$000....	1:000\$000
		<u>1:400\$000</u>	<u>1:400\$000</u>
Fevereiro .	28	Idem idem idem :	
		300 do valor de 1\$000....	300\$000
		100 » » » 2\$000....	200\$000
		300 » » » 5\$000....	1:500\$000
		<u>2:000\$000</u>	<u>2:000\$000</u>
Março.....	31	Idem idem idem :	
		500 do valor de 1\$000....	500\$000
		550 » » » 2\$000....	1:100\$000
		270 » » » 5\$000....	1:350\$000
		130 » » » 10\$000....	1:300\$000
		<u>4:250\$000</u>	<u>4:250\$000</u>
	» .....	31 Pelo saldo que existe no Consulado.. em estampilhas dos seguintes valores:	
		200 do valor de 1\$000....	200\$000
		200 » » » 2\$000....	400\$000
		2\$0 » » » 5\$000....	1:400\$000
		70 » » » 10\$000....	700\$000
		<u>2:700\$000</u>	<u>2:700\$000</u>
			<u>12:800\$000</u>

Consulado..... em..... de..... de 189... — O Consul..... F.

## MODELO N. 9

( Tit. II, cap. II, art. 250 )

## Conta de estampilhas

O Consulado..... em..... em c/c com o Ministerio das Relações Exteriores no 1º quartel de 189...

DEVE					HAVER		
189...	*			189...			
Janeiro..	1	Pelo saldo em estampilhas existentes neste Consulado, a saber:		Janeiro..	5	Pela importancia de estampilhas dos seguintes valores remetidas ao Vice-Consulado em:	
		1.000 do valor de 18000.....	18000\$000			100\$000	
		500 » » » 28000.....	14000\$000			100\$000	
		500 » » » 58000.....	29000\$000			250\$000	
		200 » » » 108000.....	21600\$000			2000\$000	2:450\$000
Março..	15	Pela importancia das estampilhas dos seguintes valores, recebidas da Secretaria, em virtude da requisição n.... de... de..... de 189...		Março..	31	Idem Idem utilizadas pelo Consulado... no 1º quartel a saber:	
		500 do valor de 18000.....	9000\$000			1:200\$000	
		400 » » » 28000.....	11200\$000			1:300\$000	
		400 » » » 58000.....	23200\$000			2:850\$000	
		300 » » » 108000.....	32400\$000			2:300\$000	7:650\$000
						Pelo saldo que existe no Consulado... em estampilhas dos seguintes valores:	
						200 do valor de 18000.....	3600\$000
						200 » » » 28000.....	5600\$000
						280 » » » 58000.....	16240\$000
						70 » » » 108000.....	7560\$000
							2:700\$000
							12:800\$000

Consulado... em.... de..... de 189... — O Consul..... F.

## MODELO N. 10

(Tit. III, cap. I, art. 274)

Mapa do movimento da navegação entre o Brazil e... no 1º trimestre de 18...

ENTRADA				
Embarcações	Numero	Toneladas	Equipagem	Valor importado
Brazileiras.....	.....	.....	.....	.....
Estrangeiras.....	.....	.....	.....	.....
Total.....	.....	.....	.....	.....
SAHIDAS				
Embarcações	Numero	Toneladas	Equipagem	Valor exportado
Brazileiras.....	.....	.....	.....	.....
Estrangeiras.....	.....	.....	.....	.....
Total.....	.....	.....	.....	.....

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em...

## MODELO N. 11

(Tit. III, cap. I, art. 274)

Preço corrente e quantidade dos generos importados do Brazil na praça de .....  
durante o 1º trimestre de 18...

GENEROS	PESO OU MEDIDA	DIREITOS DE ALFANDEGA	QUANTIDADE IMPORTADA	PREÇOS		
				Janeiro	Fevereiro	Março
Aguardente.....						
Assucar....						
Café.....						
Fumo.....						









## MODELO N. 13

(Tit. III, cap. I, art. 274)

Quadro da cotação do cambio, taxa de descontos e fretamento das embarcações no mercado de.... correspondente ao 1º trimestre de 18...

CAMBIOS			
Destinos	Janeiro	Fevereiro	Março
Sobre o Brazil.....	.....	.....	.....
» a França.....	.....	.....	.....
» a Inglaterra ..	.....	.....	.....
» .....	.....	.....	.....
TAXA DE DESCONTOS			
Origem	Janeiro	Fevereiro	Março
Banco do Estado.....	.....	.....	.....
» de.....	.....	.....	.....
Em praça.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....
PREÇO DO FRETE			
Destinos	Janeiro	Fevereiro	Março
.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em....

## MODELO N. 14

(Tit. III, cap. I, art. 275)

Mapa das embarcações que entraram no porto deste Consulado....., vindas do  
Brasil no anno de 18...

NUMERO	EMBARCA- ÇÕES	PORTOS		NUMERO		VALOR DA EXPEDI- ÇÃO DE CADA PORTO
		De onde procedem	Onde entraram	Toneladas	Equipa- gem	
4	Brazileiras..	Bahia...	Buenos-Aires	600	48	£ 1.400
8	Estrangeiras	» ...	.....	1.300	112	£ 1.600
12	Somma.....	.....	.....	1.900	160	£ 3.000
....	Brazileiras..	Santos..	Rosario.....	.....	.....	.....
....	Estrangeiras	.....	.....	.....	.....	.....
....	Somma.....	.....	.....	.....	.....	.....
				.....	.....	.....

NUMERO	EMBARCAÇÕES	PORTOS		NUMERO		VALOR DA EXPEDIÇÃO DE CADA PORTO
		De onde procedem	Onde entraram	Toncladas	Equipa- gem	
	Transporte..	.....	.....	.....	.....	.....
....	Brazileiras..	.....	.....	.....	.....	.....
....	Estrangeiras	.....	.....	.....	.....	.....
....	Somma.....	.....	.....	.....	.....	.....
....	Brazileiras..	.....	.....	.....	.....	.....
....	Estrangeiras	.....	.....	.....	.....	.....
....	Somma...	.....	.....	.....	.....	.....
Total.....						

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em...

## MODELO N. 15

(Tit. III, cap. I, art. 275)

Mapa das embarcações que sahiram dos portos deste Consulado..... para os do  
Brazil no anno de 18...

NUMERO	EMBARCAÇÕES	PORTOS		NUMERO		VALOR DA EXPEDIÇÃO DE CADA PORTO
		De onde procedem	Para onde foram	Tone- ladas	Equi- pagem	
5	Brazileiras..	Buenos-Aires	Bahia...	900	80 £	400
7	Estrangeiras	»	»	1.400	105 £	1.600
12	Somma .....	.....	.....	2.300	185 £	2.000
..	Brazileiras..	Rosario .....	Santos..	.....	.....	.....
..	Estrangeiras	» .....	»	.....	.....	.....
..	Somma .....	.....	.....	.....	.....	.....

NUMERO	EMBARCAÇÕES	PORTOS		NUMERO		VALOR DA EXPEDIÇÃO DE CADA PORTO
		De onde procedem	Para onde foram	Tone- ladas	Equi- pagem	
	Transporte..	.....	.....	.....	.....	.....
..	Brazileiras..	.....	.....	.....	.....	.....
..	Estrangeiras	.....	.....	.....	.....	.....
..	Somma.....	.....	.....	.....	.....	.....
..	Brazileiras..	.....	.....	.....	.....	.....
..	Estrangeiras	.....	.....	.....	.....	.....
..	Somma.....	.....	.....	.....	.....	.....
				.....	.....	.....

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em...



[illegible]

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em.....

N. B.—O relatório deve indicar o termo médio dos preços correntes.

(Tit. III, cap. I, art. 275)

Mappa dos generos exportados dos portos deste Consulado..... para os do Brazil  
no anno de 18...

[illegible]



[illegible]

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em...

N. B.— O relatório deve indicar o termo médio dos preços correntes.

## MODELO N. 18

( Tit. III, cap. I, art. 281, § 1º )

## Do certificado de origem de mercadorias

(Armas da Republica e indicação do Consulado Geral, Consulado  
ou Vice-Consulado )

(Nome do Consul Geral, Consul ou Vice-Consul, seus títulos, etc.

Certifico que a assignatura supra é a propria de que usa F...; o qual declara neste documento que as caixas (segue-se a especificação das caixas ou fardos, seus numeros, conteúdo), embarcadas a bordo do navio (o nome, pavilhão, e capitão do navio), e ás quaes se referem os conhecimentos ns..... são realmente de produção (manufatura, origem, fabricação, producto, industria, construção, etc., etc.) de.... (o lugar de produção).

Em fé do que passo o presente certificado, que vae sellado com o sello deste Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado.

Data, sello e assignatura do Consul Geral, Consul ou Vice-Consul.

## MODELO N. 19

(Tit. III, cap. I, art. 231, § 2º)

(Armas da Republica)

F... Consul (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos  
Estados Unidos do Brazil em...

Lotes	Marcas	Numero	Caixas, etc.		Conteúdo	Preço	Total	Comprador	Despezas

Certifico que em... (dia, mez, e anno, em que se procedeu a leilão) a requerimento de F..., assisti á venda publica das mercadorias depositadas em... (logar do deposito), que constam de uma parte (ou de todo) do carregamento do navio... (nome, pavilhão, capitão, porto de partida, da entrada, data de uma e outra), as quaes mercadorias, havendo sido postas em lotes, marcados e numerados como se vê no quadro acima, foram vendidas pelo mais alto preço que foi possível obter, tendo sido feitos todos os esforços em beneficio dos proprietarios.

Em fé do que, por me ser pedida, passei a presente por mim assignada e sellada com o sello deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) em... (dia, mez, e anno, em que é passada a certidão).

Assignatura do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

## MODELO N. 20

(Tit. III, cap. I, art. 281, § 3º)

Da nomeação de louvados

(Armas da Republica)

F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em....

Havendo sido informado que o navio... (nome do navio, e capitão), vindo de... (porto de partida), chegou ao porto de... (porto da chegada), tendo na viagem, tanto elle como as mercadorias que compoem seu carregamento, soffrido avarias, — nomeei, para verificar a existencia, natureza, origem e extensão das ditas avarias, a F.... e F.... os quaes, havendo comparecido perante mim e acceitado aquelle encargo, prestaram compromisso de preencher-o conforme as leis e usos do commercio.

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... aos... dias do mez... de... do anno de...

Assignatura do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

## MODELO N. 21

(Tit. III, cap. I, art. 281, § 3º)

Do exame a que devem presidir os empregados consulares, quando forem requeridos, nos bens moveis e immoveis pertencentes a nacionaes, si as leis do paiz o permittirem,

(Armas da Republica)

Aos... dias... do mez de... do anno de... havendo eu, na qualidade de Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em..., sido requerido por F... (especifique-se si este requer por si ou como delegado de outrem) para que houvesse de proceler e presidir a exame em (designação do objecto sobre que recahe o exame); não se oppondo as leis do paiz ao exame requerido, compareci na rua... armazem... n...., e sendo ahi presentes os louvados F... e F... lhes deferi compromisso, para conscienciosamente examinarem... (o objecto que deve ser examinado) *(si forem mercadorias avariadas deve accrescentar-se—e declarar a avaria que soffreram, sua causa, qual a diminuição por ella produzida no valor primitivo das mercadorias, e si tal perda poderia ter sido evitada pelo capitão)*. E havendo elles assim jurado e procedido ao exame requerido, pela maneira a mais minuciosa, declararam: (segue-se o resultado do exame).

E tendo assegurado que nada mais tinham que accrescentar, sendo-lhes lido este termo o assignaram com F..., que requereu o exame, com as testemunhas F... e F... e commigo Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Em fé do que lavrei o presente, que vae sellado com o sello deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

Assignatura dos louvados.

- » de quem requereu o exame.
- » das testemunhas.
- » do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

## MODELO N. 22

(Tit. 3º, cap. 1º, art. 281, § 4º)

## Do protesto das letras de cambio

(Armas da Republica)

F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

Saibam todos quantos este termo de protesto de letras virem que, aos... dias do mez de... do anno de... compareceu neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) F... e me apresentou a letra do teor seguinte: (copie-se toda a letra); e, requerendo-me o protesto della, dirigi-me á casa n... da rua... (ou, escrevi a F... uma carta que lhe foi entregue) intimando-lhe que houvesse de aceitar (ou pagar quando seja letra já accepta) a mencionada letra, e por elle me foi respondido que... (transcreva-se a resposta dada em carta ou verbalmente, declarando a falta della, quando a não haja por uma e outra forma), do occorrido dei parte ao apresentante, o qual declarou que pela maneira a mais solemne protestava haver do sacador, (acceptante, ou endossante) ou de quem mais de direito for, toda a importancia do saque, custas, perdas e damnos, como de mercador a mercador, na forma do costume; e me pediu lavrasse o presente instrumento.

Em fé do que, etc. etc.

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em... (dia, mez e anno).

Assignatura do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

## MODELO N. 23

(Tit. III, cap. I, art. 281, § 4º)

## Das escripturas de contracto de juros

(Armas da Republica)

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

Aos... dias do mez de... do anno de... perante mim F... Consul Geral (Consul ou Vice Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... e na minha chancellaria compareceram justos e contractados F... e F... ambos residentes em... e de mim reconhecidos pelos proprios, e das testemunhas abaixo assignadas, e por F... (o nome de quem empresta o dinheiro) me foi dito que a F... (o nome da pessoa a quem é emprestado) emprestava nesta data (ou havia emprestado em....) a quantia de...., mediante o juro annual de... com as condições seguintes (transcreviam-se as condições). E logo por F... (o nome de quem recebe o dinheiro) me foi declarado que recebia (ou recebera em....) a mencionada quantia de.... com as condições acima propostas, e que, para garantia desta sua divida, hypothecava todos os seus bens e especialmente os.... (designem-se os bens da hypotheca especial), dando, além disso, por seus fiadores F... e F..., os quaes achando-se presentes e sendo de mim e pelas testemunhas reconhecidos pelos proprios, declararam que espontaneamente, sobre si, em commum, e cada um em separado, tomavam toda a obrigação e responsabilidade de devedores, consentindo em ser como taes tratados e demandados, renunciando de seu *motu proprio* direito do seu fôro. E havendo eu perante todos os interessados lido a presente escriptura de contracto de juros e hypotheca, que por todos foi achada conforme suas vontades, a assignaram com as testemunhas já mencionadas e comigo, do que dou fê.

Assignatura de quem empresta o dinheiro.

- » » o recebe.
- » dos fiadores.
- » das testemunhas.
- » do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

## MODELO N. 24

(Tit. III, cap. I, art. 281, § 5º)

(Armas da Republica)

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado da Republica  
dos Estados Unidos do Brazil em...

Carta de fretamento do  
Capitão

fretado pelo Sr.  
com destino para

ENTRE OS ABAIXO ASSIGNADOS,

de uma parte e da outra

do

do lote de  
está hoje contractado e concluido, por nessa intervenção o  
seguinte:

ARTIGO O freta o dito navio, estanque de  
quilha á borda bem  
condicionado e provido de todo o necessario, á sa-  
tisfação do fretador, para

ARTIGO O capitão se reserva a camara e ante-camara do  
navio e os logares necessarios e usados para recolher  
a sua equipagem e para guardar seu apparelho, velas,  
amarras, agua e mantimentos.

ARTIGO Finalizada que seja a descarga  
o fretador pagará ao  
quantia de

ARTIGO Isentam-se em todo o caso os perigos e riscos dos  
mares e da navegação e o tolhimento de principes e  
governadores.

ARTIGO Concedem-se ao dias corridos para  
effectuar o carregamento do

ARTIGO Excedendo os dias referidos no artigo  
antecedente, o fretador pagará ao a quantia  
de por cada um dia de demora.

ARTIGO Qualquer das partes contractantes que faltar aos  
artigos acima (não sendo por força maior), pagará á  
outra uma multa de

Em fé do que lavrei este contracto em vias que am-  
bas as partes assignaram commigo em... aos dias de  
do anno de 18...

Seguem-se as assignaturas.

F. Consul Geral ( Consul ou Vice-Consul ).

(Logar do sello.)



## MODELO N. 25

(Tit. III, cap. I, art. 281 § 6º)

## Das escripturas de formação de sociedade

Consulado Geral ( Consulado ou Vice-Consulado ) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

Aos... dias do mez de... do anno de.... perante mim F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... e na minha chancellaria, compareceram justos e contractados F... e F..., ambos residentes em... e de mim conhecidos e das testemunhas ao deante assignadas, e por ambos elles me foi dito que haviam (ou teem) formado entre si uma sociedade commercial (declaração da natureza da sociedade), sob as condições e clausulas seguintes (cópia da integra do contracto apresentado). E havendo eu lavrado o presente acto, que lhes foi lido, declararam que mutuamente empenhavam sua palavra, suas pessoas e bens para o exacto e completo cumprimento do presente contracto, cujo original fica archivado na chancellaria deste Consulado Geral; e em presença das testemunhas entreguei a cada um dos interessados uma cópia autentica deste mesmo instrumento. Em fé do que nelle imprimo o sello consular.

Seguem-se as assignaturas:

1º dos interessados.

2º das testemunhas.

3º do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral ( Consulado ou Vice-Consulado ).

## MODELO N. 26

( Tit. III, cap. I, art. 281, § 7º )

## Das escripturas de hypothecas

O modelo destas escripturas é, *mutatis mutandis*, o n. 22.

## MODELO N. 27

( Tit. IV, cap. 2º, art. 393 )

## Do testamento

Aos... dias do mez de... do anno de... ás... horas da... havendo eu sido convidado na qualidade de Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... pelo Sr. F..., dirigi-me á sua casa, rua d... n... em companhia do meu chancellor F..., e ahi encontrei o sobredito F..., enfermo de corpo, mas no gozo de todas as suas faculdades mentaes, segundo pude colligir de suas palavras e gestos; e havendo-me elle requerido que houvesse eu de recolher por escripto as suas ultimas vontades,—dictando-as elle perante F... F... e F..., que como testemunhas escolhidas pelo testador estavam presentes ao acto, foram ellas escriptas pelo meu chancellor, e são as seguintes: (aqui as disposições testamentarias). E havendo o Sr. F... declarado que tal era a sua ultima vontade, que desejava fosse considerada como testamento (ou codicillo), importando a annullação de qualquer outro anteriormente feito; em minha presença, do meu chancellor e das testemunhas acima nomeadas, rubriquei todas as folhas, e o testador assignou a ultima no dia, mez e anno acima indicados. Em f: do que o subscreevo, e assignam as testemunhas e o meu chancellor.

Seguem-se as assignaturas:

1º do testador;

2º das testemunhas;

3º do chancellor;

4º do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

N. B. — Si porventura o testador não puder assignar, fal-o-lia em seu lugar o Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), fazendo-se disso a necessaria declaração no logar proprio.

## MODELO N. 28

( Tit. IV, cap. II, art. 396 )

## Approvação de um testamento

Saibam quantos este presente instrumento de approvação de testamento virem, que no anno de... aos... dias do mez de... em esta (cidade, villa, etc.) e neste Consulado Geral, (Consulado ou Vice-Consulado) perante mim (Consul Geral, Consul ou Vice-Consul) compareceu F... reconhecido por mim pelo proprio, com saude, e em seu perfeito juizo e entendimento, o que mostrava pelo bom acerto de suas palavras, e por elle na presença de cinco testemunhas que presentes estavam me foram entregues das suas ás minhas mãos estas (tantas) folhas de papel, e nellas achei escriptas (tantas) laudas, e dizendo ser o seu testamento que o tinha mandado escrever, e que elle testador sómente o assignara do seu punho (ou declarou que era o seu testamento olographo), e que por estar em tudo á sua vontade, o havia por bom, válido e firme e que pedia ás justiçaes a quem o conhecimento deste pertencer lh'o cumpram, e a mim Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) lh'o approvasse; e por achal-o sem vicio nem emenda alguma lh'o approvei, numerei e rubriquei com a minha rubrica que diz (aquí a rubrica). Em fê do que me pediu este instrumento, que leu e assignou com as testemunhas presentes a todo este acto, que são F. F. F. F. F., maiores e pessoas livres, reconhecidas por mim, F., que o escrevi e assignei em publico e razo, etc., etc.

N. B. — Quando for chamado á casa do testador por se achar doente, poderá fazer-se a alteração em vez de *compareceu neste Consulado* em casa de F., cidadão brasileiro, onde eu F. vim, e achando-o enfermo de corpo, mas no goso de todas as suas faculdades mentaes, segundo pude colligir de suas palavras e gestos. ( Seguem-se as assignaturas, como no n. 27.)

## MODELO N. 29

( Tit. IV, cap. II, art. 396 )

## Do termo de abertura de testamento

Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

Aos... dias do mez de... do anno de... neste Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... compareceu F... (nome do apresentante do testamento) e declarou que me vinha apresentar, para ser aberto (si o apresentante compareceu a mando de outrem, declare-se quem este seja, e as relações de ambos com o testador) o testamento com que em (dia, mez, anno e lugar do fallecimento) havia fallecido F... (declaração do nome, estado, naturalidade, filiação e residencia do morto). E assim requerido perante as testemunhas F... e F..., que certificaram a morte do testador, e a competencia do apresentante do testamento para proceder a esse acto, examinei minuciosamente aquelle documento, e reconheci que elle estava intacto, cosido com linha branca, fechado, em tres differentes logares, com lacre encarnado, sem emenda, rasura ou outro qualquer vicio de escripta, e era do theor seguinte : (transcreva-se todo o testamento). Em fé do que lavrei o presente termo, que fica registrado no archivo deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado), a fls... do Liv...; e o assignei com o apresentante do testamento e as testemunhas acima mencionadas no mesmo dia, mez e anno, acima referidos.

Seguem-se as assignaturas:

1º do apresentante;

2º das testemunhas;

3º do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

## MODELO N. 30

(Tit. III, cap. IV, art. 342)

## Termo de protesto de arribada

F.... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Por este publico instrumento de protesto se faz saber a todos os que o presente virem, que perante mim pessoalmente compareceram neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) F...., capitão do navio denominado...., de.... toneladas, do porto de.... F...., 1º piloto do dito navio e FF.... marinheiros, os quaes, cada um por si declararam que o dito navio foi carregado com.... fazendas, e que achando-se prompto deapparelhos, estanque de quilhas, e com todos os mantimentos precisos, e de tudo completamente preparado para seguir viagem, se fez á vela do porto de.... com destino para.... e que o dito navio no decurso da sua viagem no dia.... do mez.... achando-se em latitude.... e longitude.... soffreu uma violenta tempestade (o que occorreu, se deve extrahir do termo de mar, e do livro da derrota); depois do que acalmado mais o vento, e fazendo o navio.... pollegadas de agua, vendo-se, enfim na necessidade de arribar ao porto mais perto, fizeram rumo para este porto, onde chegaram e fundearam ás.... horas do dia.... deste presente mez: que durante a sua viagem, elle capitão, officiaes e marinheiros fizeram todos os esforços possiveis para preservar o dito navio e sua carga de qualquer avaria. Pelo que elle capitão me pediu lhe tomasse este solemne protesto contra mar e vento, ou contra quem de direito for, declarando que todos os damnos, avarias e perdas que tenham havido no dito navio e sua carga, devem ser por conta dos interessados do dito navio e carga, ou seguradores (por via de rateio ou de outra qualquer forma, tendo acontecido os ditos transtornos, como acima fica mencionado, e não porque o navio se achasse em máo estado quando sahiu do porto de.... ou negligencia delle capitão e tripulação. Em consequencia dos ditos acontecimentos os comparecentes me requereram um auto, que servisse para elles e todos os interessados, onde e quando lhes for necessario; e, por isso, em virtude do dito seu requerimento lhes ratifiquei o presente protesto, que elle capitão e todos os mais commigo assignaram.

Em fé do que, etc.

F. capitão.

(L. S.)

F.

F. piloto.

Consul Geral (Consul ou Vice-Consul). FF. marinheiros.

## MODELO N. 31

(Tit. III, cap. IV, art. 342)

## Termo de protesto contra demoras

F..... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Por este publico instrumento de protesto saibam quantos o presente virem, que perante mim pessoalmente compareceram neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) F.... capitão do navio denominado.... do porto de.... e F.... 1º piloto, os quaes, cada um de per si, declararam que achando-se o dito navio fretado pelos Srs. FF.... de tal praça, para conduzir tal e tal carga a este porto, onde chegou em o dia... do mez.... tendo pela mesma carta de fretamento.... dias correntes para a descarga do sobredito navio. Que por um dos conhecimentos datado em.... aos.... do mez.... os ditos FF. consignaram aos Srs. FF. taes volumes com a marca à margem, e que elle capitão lhes pediu houvessem de mandar a bordo buscar para pagarem o frete competente, o que elles teem recusado fazer, demorando assim o dito navio com grande damno dos seus proprietarios ; e, portanto, elle capitão me requereu que queria protestar, como com effeito protesta, contra os ditos FF., ou contra quem de direito for, pela falta de cumprimento do sobredito fretamento, por todas as perdas e despezas que tenham, ou hajam de correr, e por não terem pago, como deveram, o dito frete.

Em fô do que, etc.

## MODELO N. 32

( Tit. III, cap. IV, art. 324 )

## Termo de mudança de capitão

F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Perante mim pessoalmente compareceu neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) aos... dias do mez de... F... como dono, ou consignatario do navio..., surto neste porto, e pelos poderes que me apresentou de F... residente em... cidadão brasileiro, e dono do referido navio, me disse que pretendia fazer a mudança do capitão F.... (por assim estarem convencidos ou por apresentar o consignatario poderosos e justificados motivos para tirar áquelle o commando do navio ou por ter fallecido o que existia) e para isso recorria a esse Consulado Geral, afim de eu lhe approvar tal nomeação, e que achando conforme com as Leis da Republica lh'a approve; e sendo neste acto F.... novo capitão nomeado disse que accetava a sobredita nomeação, sujeitando-se em tudo ás mesmas leis; e para constar mandei lavrar o presente termo, que ambos commigo assignaram.

Em fé do que, etc.



## MODELO N. 33

(Tit. III, cap. II, art. 291)

## Manifesto da carga e declaração do capitão

*Manifesto da carga, que tem recebido o navio..., capitão..., de... toneladas, que segue viagem para... com escalas...*

Numero dos despachos	Carregadores	Marcas e contra-marcas	Numeros	Volumes, quantidade e qualidade das mercadorias	Peso e medida	Destinatarios

Eu, F..., capitão da embarcação..., prompta a seguir viagem para o porto de... declaro ser o manifesto cópia exacta e verdadeira daquella com que a mesma embarcação tem despachado na Alfandega desta cidade... de... aos... de

F.  
Capitão.

## MODELO N. 34

( Tit. III, cap. II, art. 291 )

## Certificado do manifesto da carga

F.... Consul Geral ( Consul ou Vice-Consul ), etc.

Certifico que, tendo o capitão F.... feito perante mim o depoimento e juramento, que assignou ao pé do manifesto annexo da embarcação...., consta ser este manifesto cópia exacta e verdadeira daquelle com que se despachou a referida embarcação na Alfandega desta cidade ; e o qual, junto por mim aos despachos originaes, deverá o mencionado capitão, na sua chegada, entregar na Alfandega do porto de...

Em fé do que, etc.

## MODELO N. 35

( Tit. III, cap. II, art. 323 )

Carta de saude

( Armas da Republica )

F.... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Faço saber a todas as autoridades da Republica que esta minha certidão virem que a cidade de.... está livre do mal de peste, e de qualquer outro contagio: e para que nos portos do Brazil se não ponha impedimento algum á entrada do navio.... capitão F..., que daqui segue viagem para.... levando.... pessoas de tripulação, e.... passageiros, o muni da presente, que vae por mim assignada e sellada, etc.

## MODELO N. 36

## Endosso do passaporte de um navio

F..... Consul Geral ( Consul ou Vice-Consul ), etc.

Certifico que F....., capitão do navio.... de que trata este passaporte, chegou a este porto em.... vindo do.... com a carga mencionada em seu manifesto registrado a fl. do livro das entradas e saídas : e agora faz viagem para.... com a carga constante do manifesto, que fica registrado a fl. do livro competente.

Em fé do que, etc.

N. B. — Havendo mudança de capitão, cumpre declarar-a.

## MODELO N. 37

( Tit. V, cap. unico, art. 410 )

Passaporte a individuos

N...

( Armas da Republica )

Signaes :

Ma le  
 Estatura  
 Cabellos  
 Olhos  
 Testa  
 Nariz  
 Bocca  
 Queixo  
 Barba  
 Signaes particulares

F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Faço saber que deste porto segue viagem para... com escala por.... F....., que é cidadão...., como comprovou pelo documento que existe no archivo deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

N... aos... de... de...

Assignatura do portador.

— Vistos — nos passaportes não passados pelo Consulado.

Visto neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... aos... de...de...

F...

Consul Geral ( Consul ou Vice-Consul ).

## MODELO N. 38

(Tit. V, cap. unico, art. 422)

## Legalizações

(Reconhecimento de firmas)

Reconheço verdadeira a assignatura supra (retro) do F... de tal occupação; e para constar onde convier, a pedido de... passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello da armas deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulato) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... aos... de... de...

(Outro reconhecimento)

Certifico quo o documento supra (retro) está revestido de todas as formalidades exigidas pelas leis deste paiz; e para constar onde convier, etc.

## MODELO N. 39

(Tit. III, cap. II, art. 308)

## Certificado de matrícula

Certifico ser o documento anexo á verdadeira matrícula da embarcação... constante de... pessoas de tripulação, inclusive o respectivo capitão F... que seguem viagem deste para o porto de... não levando a seu bordo (segundo declarar) mais pessoa alguma.

Em fé do que, etc.

## MODELO N. 40

Protocollo de documentos

(Tit. I, cap. IV, art. 138)

Data do recebimento		
Numero de ordem da entrada		
Proco- dencia	Logar de origem	Assignatura do autor
Serie do documento (Ost., Reserv., Conf.)		
Secção a que pertence o assumpto		
Numero do documento		
Data	Dia	Assumpio
	Mez	
	Anno	



## MODELO N. 41

( Tit. I, cap. II, art. 63 )

## Declaração de entrega do archivo

Nesta data, de accordo com o disposto no art. 63 da Consolidação das leis consulares, procedeu-se á verificação dos papeis e registros que compoem o archivo do Consulado ..... do Brazil em... entre o Sr... (nome do funcionario que se retira) e o Sr... (nome do funcionario titular ou substituto interino.)

Desta verificação resultou :

1º, que o dito archivo contém os papeis, registros, correspondencias, documentos e mais colleções pertencentes a esta repartição, de accordo com o inventario procedido em... (data) ;  
2º (out ras declarações podem ser incluidas nesta parte).

O Sr. (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou cópia dos papeis que recebeu em seu character official.

**ANNEXO — A****Livros de registros que devem haver nos Consulados**

Um livro para registro das patentes dos consules e dos vice-consules de seus districtos.

Um dito dos officios que os consules dirigirem a esta Repartição, onde se registrarão tambem todas as peças que incluir e que não estejam registradas em outro livro respectivo,

Um dito dos officios que os consules dirigirem aos ministros diplomaticos, e que são subordinados, e aos vice-consules de suas dependencias.

Um dito dos officios que os consules dirigirem ás autoridades locais.

Um dito dos officios que os consules dirigirem ás autoridades diversas da Republica.

Um dito para registro das entradas e sahidas das embarcações, manifestos de suas cargas e cartas de saude.

Um dito para registro dos mappas que remetterem á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Um dito dos contractos mercantis, protestos de arribadas e avarias.

Um dito para registro de passaportes e vistos.

Um dito para as declarações.

Um dito para a escripturação das multas.

Um dito para escripturas.

Um dito para termos de juramento.

Um dito para registro de testamentos e inventarios.

Um dito para assentamento das quantias arrecadadas do producto das vendas das propriedades publicas e particulares.

Um dito para inventario do archivo.

Um dito para actos de nascimento.

Um dito para actos de casamento.

Um dito para actos de obito.

Um dito para a matricula dos cidadãos brasileiros.

Um dito para registrar procurações.

Um dito para escripturação da receita e despesa.

Um dito para escripturação de estampilhas.

Um dito para o montepio.

## ANNEXO — B

Tabella dos emolumentos consulares que se devem cobrar nos Consulados e Vice-Consulados brasileiros, em virtude do decreto n. 2832, de 14 de março de 1898.

1. Legalização do manifesto da carga de um navio, calculada a tonelagem segundo a legislação dos respectivos paizes, até 500 toneladas, por tonelada para o primeiro porto.....	\$100
2. Idem para os outros portos.....	\$050
3. Pelo que exceder para o primeiro porto.....	\$010
4. Pelo que exceder para os outros portos.....	\$005
5. Visto de cada conhecimento de carga.....	2\$000
6. Carta de saúde de cada navio nos logares onde não houver repartição que as confira, ou visto nas mesmas.....	10\$000
7. Visto na matricula da equipagem.....	5\$000
8. Matricula da tripulação.....	10\$000
9. Mudança na lista da equipagem, por cada homem.	1\$000
10. Passaportes a navios.....	20\$000
11. Endosso no passaporte de um navio.....	3\$000
12. Certificado de vir um navio em lastro, cada um..	12\$000
13. Inventario de um navio.....	24\$000
14. Vistoria de um navio.....	24\$000
15. Vistoria de fazendas a bordo.....	24\$000
16. Autorizar um novo diario da navegação e rubricar todas as suas folhas, cada uma.....	\$100
17. Mudança de bandeira nacional a estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis do navio, além da siza.....	30\$000
18. Pela mesma operação de bandeira estrangeira a nacional, além da siza.....	10\$000
19. Mudança de bandeira nacional a estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis do navio, sobre o preço do arrendamento annual.....	2 %
20. Pela mesma operação de bandeira estrangeira a nacional, sobre o preço do arrendamento annual	1 %
21. Nomeação ou approvação da nomeação de um capitão e seu registro.....	5\$000
22. Carta de fretamento.....	10\$000
23. Visto de um diario nautico.....	2\$000
24. Venda publica de mercadorias avariadas ou outras pertencentes à carga de um navio, até 1:000\$000.....	1 1/2 %
25. Pelo que exceder.....	1 %
26. Arrecadação de objectos pertencentes à carga e casco de um navio naufragado, sobre o valor ou somma.....	2 1/2 %

27. Registro de um brasileiro na matricula do Consulado e expedição do competente titulo de nacionalidade .....	4\$000
28. Pela renovação desse titulo .....	2\$000
29. Passaporte expedido a individuo .....	6\$000
30. Sendo simplesmente visado .....	3\$000
31. Visto na certidão de nacionalidade .....	2\$000
32. Visto annual na certidão de matricula .....	2\$000
33. Inventario de bens por fallecimento até 2:000\$000	5 %
34. Dessa quantia em deante .....	1 %
35. Testamento .....	20\$000
36. Approvação de dito .....	10\$000
37. Termo de abertura do dito .....	10\$000
38. Escriptura de compra e venda e acto de sociedade .....	10\$000
39. Uma procuração ou subestabelecimento .....	10\$000
40. Reconhecimento de assignatura ou legalização de qualquer documento não passado no Consulado .....	5\$000
41. Certidão por pagina ou parte de pagina .....	2\$000
42. Certificado ou attestado do Consulado para servir em qualquer estação .....	4\$000
43. Registro de qualquer documento nos livros do Consulado, que não seja o manifesto, carta de saude, matricula da equipagem e passaportes, por pagina ou parte de pagina .....	2\$000
44. Buscamos livros ou papeis do Consulado, além dos emolumentos das certidões, por anno .....	1\$000
45. Si a parte indicar o anno .....	\$500
46. Tradução de qualquer documento, por pagina ou parte de pagina .....	5\$000
47. Assistencia do consul a actos que exijam a sua ausencia do Consulado, por cada dia ou cada tres milhas de distancia, além das despesas do transporte, si as houver .....	10\$000
48. Assistencia do consul a qualquer venda, sendo requerida, uma commissão de .....	2 %
49. Vistoria de fazendas em terra .....	15\$000
50. Nomeação de peritos, cada um .....	5\$000
51. Interrogatorio de testemunhas, cada uma .....	10\$000
52. Protesto ou declaração .....	10\$000
53. Certidão de vida .....	5\$000
54. Dinheiro recebido ou depositado por conta de particulares, uma commissão de .....	2 1/2 %
55. Escriptura e registro de qualquer contracto até 5:000\$000 .....	1 %
56. Pelo excedente .....	1/4 %
57. Contracto de dissolução de sociedade .....	20\$000
58. Dinheiro despendido por conta de particulares .....	5 %
59. Legalização de cópia ou conferência de traducção de qualquer documento feito fóra da Chancellaria, pela primeira lauda .....	2\$000

60. Por cada uma das seguintes.....	1\$000
61. Legalização de facturas.....	5\$000
62. Cópia de qualquer documento escripto em lingua estrangeira, pela primeira pagina.....	2\$000
63. Por cada uma das seguintes.....	1\$900
64. Sentença arbitral, sendo de valor determinado :	
Até 500\$000.....	2\$000
» 1:000\$000.....	4\$000
» 3:000\$000.....	8\$000
» 5:000\$000.....	12\$000
» 10:000\$000.....	20\$000
De 10:000\$ para cima, por cada 1:000\$000....	2\$000
65. Sendo de valor indeterminado ou sobre objecto que o não tenha.....	10\$000
66. Qualquer documento official ou instrumento não nomeado ou enumerado nesta tabella, que não exceda de 100 palavras.....	5\$000
67. Por cada 100 outras addicionaes.....	2\$000
68. Termos de qualquer natureza não especificados na tabella.....	5\$000



# DECRETO N. 3261 — DE 15 DE ABRIL DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto legislativo n. 431, de 14 de dezembro de 1896,

Decreta :

Art. 1.º Ficam creadas na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes, esta com a designação de 10ª, composta de dous regimentos sob os ns. 19 e 20, e aquella com a designação de 27ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 79, 80 e 81 e um do da reserva, sob o n. 27.

Art. 2.º O 79º batalhão de infantaria será organizado no districto de S. Felix, o 80º no do Outeiro Redondo e o 81º no do Sapé; o 27º batalhão da reserva organizar-se-ha nos tres districtos.

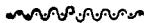
O 19º regimento de cavallaria se constituirá com os guardas qualificados no districto de Muritiba, e o 20º com os que forem alistados no districto da Cruz das Almas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de abril de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3261 — DE 15 DE ABRIL DE 1899

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto legislativo n. 431, de 14 de dezembro de 1896,

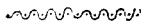
Decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais, com a designação de 18<sup>a</sup>, a qual se constituirá com os regimentos sob os ns. 35 e 36, que serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de abril de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3262 — DE 15 DE ABRIL DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Santa Luzia do Norte, no Estado de Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil para execução do decreto legislativo n. 431, de 14 de dezembro de 1896,

Decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Santa Luzia do Norte, no Estado de Alagoas, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 23<sup>a</sup>, composta de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 67, 68 e 69 e de um do da reserva, sob n. 23, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de abril de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3263 — DE 20 DE ABRIL DE 1899

Approva a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo á conveniencia de serem reunidas todas as disposições sobre o Corpo Diplomático Brasileiro, constantes de diversas leis, decretos, circulares e despachos, para maior regularidade do serviço a seu cargo, decreta:

Art. 1.º E' approvada a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro, mandada elaborar pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, que a subscreve.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALES.

*Olyntho de Magalhães.*

Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro

## CAPITULO I

## DO NUMERO DAS LEGAÇÕES E RESPECTIVO PESSOAL

Art. 1.º A Republica dos Estados Unidos do Brazil deve ter Legações nos seguintes paizes:

Europa : Allemanha, França, Gran-Bretanha, Italia, Portugal, Austria-Hungria, Belgica, Hespanha, Russia, Suissa e junto á Santa Sé.

America : Estados Unidos da America, Republica Argentina, Chile, Republica Oriental do Uruguay, Bolivia, Paraguay, Perú, Venezuela, Equador e Colombia.

Asia : Japão.

(Decreto n. 430, de 16 de abril de 1891, arts. 1.º e 2.º — Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 2.º — Decreto n. 2495 de 14 de abril de 1897.)

Art. 2.º Todas ellas serão regidas por enviados extraordinarios, havendo uma só para o Equador e Colombia.

Paragrapho unico. O Governo fixará a séde desta ultima na Capital de uma dessas Republicas, devendo permanecer na outra o 1.º secretario. (Decreto n. 140, de 16 de abril de 1881, art. 1.º Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 2.º)

Art. 3.º As Legações na Inglaterra e França terão um 1.º e dous 2.ºs secretários; os Estados Unidos da America, Republica Argentina, Republica Oriental do Uruguay, Equador e Colombia, Portugal, Alemanha e Italia um 1.º e um 2.º; as demais Legações na America um 1.º e na Europa um 2.º. (Lei n. 322 de 1895, art. 1.º, § 8.º e art. 2.º.)

Art. 4.º Em casos extraordinarios poderá o Governo nomear embaixador ou enviado extraordinario em missão especial, arbitrando-lhes o que for necessario para as respectivas despesas e dando-lhes o pessoal preciso. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 17.)

Art. 5.º Somente por decreto poderão ser creadas novas missões ou extintas as que por alguma razão não devam subsistir. O Governo, porém, terá a faculdade de não preencher alguma missão por motivo transitorio sem supprimil-a, bem como algum lugar de 1.º ou 2.º secretario, conforme a conveniencia do serviço publico. (Decreto n. 997 A, art. 2.º)

## CAPITULO II

### DOS EMPREGADOS DO CORPO DIPLOMATICO

Art. 6.º O pessoal do Corpo Diplomatico será dividido em tres classes:

- a) dos empregados em effectividade;
- b) dos empregados em disponibilidade;
- c) dos empregados aposentados. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 11.)

#### *a) Dos empregados em effectividade*

Art. 7.º A classe dos empregados em effectividade comprehenderá os do Corpo Diplomatico em missão ordinaria, como também os que se acharem em missões especiaes ou embaixadas. (Decreto n. 940, art. 12.)

Art. 8.º O Corpo Diplomatico das missões ordinarias se comporá de enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios de uma só classe e de 1.ºs e 2.ºs secretarios.

§ 1.º O secretario que substituir o ministro assumirá o titulo de encarregado de negocios sem o qualificativo de interino.

§ 2.º Os ministros serão coadjuvados pelos 1.ºs e 2.ºs secretarios e por addidos sem vencimentos, que serão preferidos nas nomeações de 2.ºs secretarios. (Decreto n. 997 A, de 1890, art. 1.º da Lei n. 322, de 1895, art. 1.º § 4.º.)

Art. 9.º Os 2.ºs secretarios começarão a servir na America e não serão promovidos ou removidos para a Europa, sem que tenham completado quatro annos desse serviço effectivamente. (Decreto n. 997 A, de 1890, art. 6.º)



Art. 10. Os ministros poderão ser chamados ao paiz pelo Governo a serviço publico, sem prejuizo dos seus logares nas Legações. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1.<sup>o</sup> § 3.<sup>o</sup>.)

Art. 11. Os secretarios poderão ser chamados de tres em tres annos, sem prejuizo de seus logares nas legações, a servir durante um periodo que não excederá de um anno, na Secretaria de Estado, como auxiliares dos directores de secção, ficando equiparados aos demais empregados quanto á frequencia e disciplina. (Lei n. 322, art. 1.<sup>o</sup> § 7.<sup>o</sup>.)

*b) Dos empregados em disponibilidade*

Art. 12. A classe dos empregados em disponibilidade comprehenderá aquelles cuja missão o Governo der por acabada, mandando-os retirar para a Capital Federal, sem contudo demittir-os do serviço.

§ 1.<sup>o</sup> A disponibilidade sómente poderá ser concedida aos agentes diplomaticos depois de 10 annos de effectivo exercicio.

§ 2.<sup>o</sup> Esta disponibilidade será considerada activa ou inactiva conforme o empregado for ou não admittido ao serviço da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou de qualquer outra repartição, ou exercer algum cargo administrativo. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 13 e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1.<sup>o</sup> § 2.<sup>o</sup>.)

Art. 13. Os empregados diplomaticos postos em disponibilidade deverão retirar-se para a Capital Federal e apresentar-se na Secretaria de Estado das Relações Exteriores no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a respectiva communicação official, cujo recebimento lhes cumpre logo accusar.

Esse prazo poderá ser prorogado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores por motivos de força maior, devidamente comprovados. Os empregados que excederem o referido prazo, ou a prorogação, ficarão desde logo privados de qualquer vencimento. (Decreto n. 2638, de 14 de outubro de 1897.)

Art. 14. Os empregados que o Governo conservar cinco annos em disponibilidade inactiva deixarão de pertencer ao Corpo Diplomatico, ficando por consequencia privados do ordenado e das honras. Serão, porém, aposentados, si já tiverem tempo para isso, não se lhes contando o daquella disponibilidade. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 13.)

Art. 15. Os agentes diplomaticos postos em disponibilidade só poderão servir fóra do paiz com autorização do Governo. (Lei n. 332, de 8 de novembro de 1895, art. 1.<sup>o</sup> § 2.<sup>o</sup>.)

Art. 16. Os empregados que se acharem em disponibilidade conservarão o tratamento e poderão usar do uniforme correspondente ao ultimo cargo que serviram no Corpo Diplomatico. (Decreto n. 910, de 20 de março de 1852, art. 17.)

Art. 17. Os empregados em disponibilidade podem voltar á effectividade na mesma ou em superior categoria. (Decreto n. 940, art. 52, decretos ns. 997 A e 997 B, de 11 de novembro de 1890 e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895.)

*c) Dos empregados aposentados*

Art. 18. Poderão ser aposentados com o ordenado por inteiro os empregados que tiverem 30 annos de effectivo exercicio e com o correspondente os que contarem 10 ou mais e menos de 30 quando provada a sua invalidez em inspecção do saude. Com menos de 10 annos nenhum será aposentado. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 14 — Decreto n. 117, de 1892, arts. 2º, 3º e 4º — Lei n. 322, já citada, art. 1º, § 2º.)

Art. 19. O ordenado da aposentadoria será o do ultimo logar, si o empregado o tiver servido pelo menos dous annos e, no caso contrario, o do immediatamente inferior.

Paragrapho unico. Os vencimentos acrescidos em tabellas novas só poderão vigorar para as aposentadorias, decorrido o mesmo periodo de dous annos após a sua decretação. (Decreto n. 117, de 1892, art. 4º, §§ 2º e 3º.)

Art. 20. O empregado diplomatico que apresentar-se, contando mais de 30 annos de effectivo serviço, tem direito ao respectivo ordenado e mais 5% da gratificação, por anno que exceder daquelle tempo. (Decreto legislativo n. 117, de 1892, art. 5º.)

Paragrapho unico. Os empregados aposentados conservarão o tratamento e poderão usar do uniforme correspondente ao ultimo cargo que serviram no Corpo Diplomatico. (Decreto n. 940, art. 17.)

### CAPITULO III

#### NOMEAÇÃO, PROMOÇÃO, DEMISSÃO, INCOMPATIBILIDADE E RESPONSABILIDADE

Art. 21. Os enviados extraordinarios serão tirados da classe dos 1.ºs secretarios e estes da dos 2.ºs.

Para os logares de 2.º secretarios ninguem será nomeado sem exame ou sem exhibir diploma de Faculdade de Direito brasileira.

O exame versará sobre as seguintes materias:

1º, conhecimento das linguas modernas, especialmente da ingleza e franceza, devendo o candidato traduzir, escrever e fallar esta ultima;

2º, historia geral e geographia politica, historia nacional e noticia dos tratados feitos entre o Brazil e as potencias estrangeiras;

3º, principios geraes do direito das gentes e do direito publico nacional e das principaes nações estrangeiras ;

4º, principios geraes de economia politica e do systema commercial dos principaes Estados e da producção, industria, importações e exportações do Brazil ;

5º, a parte do direito civil relativa ás pessoas e principios fundamentaes em materia de successão ;

6º, estylo diplomatico, redacção de despachos, notas, relatorios, etc. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 3º, — Lei n. 321, de 8 de novembro de 1895, art. 1º § 6º, Instrucções de 17 de novembro de 1893.)

Art. 22. Os empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores poderão ser nomeados para cargos diplomaticos sem dependencia de tirocinio e mais habilitações exigidas, exceptão feita dos amannones, que para tal fim devem ser formados em direito ou prestarem exame para 2º secretario ou mesmo para 2º official, si tiverem tres annos de effectivo serviço. (Decreto n. 940 cit., art. 7º ; Lei n. 322 cit., art. 1º § 6º.)

Art. 23. Qualquer dos empregados da dita Secretaria de Estado que, na conformidade do artigo antecedente, for nomeado para um cargo diplomatico, salvo o caso de missão especial, deixará vago o respectivo logar na mesma Secretaria. (Decreto n. 940, já cit., art. 8º.)

Art. 24. A disposição da 1ª parte do art. 21 não veda a nomeação, autorizada pela lei n. 2685, de 23 de outubro de 1875, de qualquer cidadão habilitado para a cargo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario sem direito á disponibilidade e aposentadoria.

Paragrapho unico. Ficam pertencendo ao quadro diplomatico e, portanto, com direito áquellas garantias os cidadãos que forem nomeados pelo Governo Provisorio para qualquer das categorias então existentes. (Decreto n. 997 A, já cit., art. 4º.)

Art. 25. Tendo o Governo de submeter á approvação do Senado Federal a nomeação dos ministros, nem por isso ficará inhibido de nomeal-os por promoção e os assim nomeados gozarão de todas as vantagens concedidas aos demais. (Decreto n. 997 A, de 1890, art. 5º.)

Paragrapho unico. Si a approvação for negada, o funcionario proposto poderá ser conservado na categoria que tiver, ou aposentalo, conforme o motivo da recusa.

Art. 26. A antiguidade sómente dará direito á promoção, no caso de igualdade de merecimento e serviços. (Decreto n. 940, art. 5º.)

Art. 27. O Governo póde demittir livremente sem lhes dar outro destino o sem os pôr em disponibilidade, qualquer que seja o tempo de serviço que tiverem :

1º, os empregados nas missões especiaes ou embaixadas, comtanto que não tenham sido tirados das missões ordinarias ;

2º, os enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios de que trata o art. 24, salvo o paragrapho unico ;

3º, os empregados em missões ordinarias que ainda não

tiverem servido por 10 annos os logares de chefe e secretario de Legação;

4º, os additos. (Decreto citalo, n. 940, art. 18; Decreto citado n. 997 A, art. 4º.)

Art. 28. Os individuos que tiverem servido 10 annos os logares de chefe ou secretario de Legação sómente poderão ser demittidos por sentença do Tribunal competente. (Lei n. 614, de 22 de agosto de 1851, art. 4º.)

Art. 29. Os empregados ordinarios que tiverem servido 10 annos os logares de chefe ou secretario de Legação e que, sendo nomeados ou removidos para uma missão de igual ou superior categoria, recusarem ir, não serão postos em disponibilidade. Sómente serão aposentados si, tendo dez ou mais annos de serviço, provarem impossibilidade physica de continuarem nelle. (Decreto citado n. 940, art. 19 - Decreto citado n. 117, art. 2º - Lei citada n. 322, art. 1º, § 2º.)

Art. 30. Os empregados diplomaticos brasileiros são incompatíveis com a função de agente ou delegado de qualquer sociedade no Brazil ou fóra delle. Na prohibição comprehendem-se as associações de propaganda, permanentes ou temporarias, mas não as litterarias, sem fim commercial. (Circulares n. 5, de 17 de agosto de 1885; e n. 5, de 30 do abril de 1888, 2ª secção.)

Art. 31. Os ministros diplomaticos serão processados e julgados ordinaria e privativamente pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes communs e de responsabilidade. (Constituição da Republica, art. 59, letra b.)

## CAPITULO IV

### DAS LICENÇAS

Art. 32. Para vir ao Brazil terá o empregado direito a uma licença de seis mezes, de quatro em quatro annos, com todos os seus vencimentos, inclusive a quantia para despezas de representação, descontadas as gratificações que se abonarem ao seu substituto e ao desse pelo serviço interino. Essa licença poderá ser prorogada; mas, durante a prorogação, como durante qualquer outra licença que o empregado obtenha, receberá: nos primeiros seis mezes — o ordenado e a metade da gratificação; nos seguintes — o ordenado e um quarto da gratificação e depois nada. (Decreto n. 997 A, art. 16 e Lei n. 322, art. 1º, § 1º.)

Art. 33. Os pedidos de licença devem ser feitos por intermedio do chefe da Legação e informados por este. (Circular de 21 de abril de 1876.)

Art. 34. O empregado que, sem licença expressa do Governo, estiver por mais de oito dias fóra do respectivo posto, não será pago dos seus vencimentos integraes durante o excesso desse prazo. Bastará para esse fim communicação do chefe da Legação

a respeito do tempo excedido, ainda quando a ausencia seja delle proprio. (Circular de 30 de abril de 1860 e despachos ao delegado em Londres, de 2 de junho de 1870 e 10 de agosto de 1889.)

Art. 35. Ficam sem effeito as licenças em cujo goso não entrarem os empregados diplomaticos dentro de seis mezes contados da data da sua concessão. (Circular de 23 de outubro de 1871.)

Art. 36. O tempo das licenças reformadas ou de novo concedidas dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto ao das antecedentes para o fim de fazer-se nos ordenados os devidos descontos. (Decretos n. 4153, de 6 de abril de 1868, art. 19 e n. 1205 de 10 de janeiro de 1893, art. 27.)

## CAPITULO V

### DOS VENCIMENTOS, E DAS QUANTIAS PARA REPRESENTAÇÃO, EXPEDIENTE, ETC.

Art. 37. Os enviados extraordinarios e ministros plenipoten- ciarios vencerão annualmente 10:000\$, sendo 6:000\$ de orde- nado e 4:000\$ de gratificação; os 1.<sup>os</sup> secretarios 6:000\$, igual- mente divididos em ordenado e gratificação; os 2.<sup>os</sup> 5:000\$, tambem igualmente divididos em ordenado e gratificação. (Lei n. 322 citada, art. 1.<sup>o</sup> e decreto já citado n. 997 A, art. 7.<sup>o</sup>.)

Art. 38. Aos ministros, além dos vencimentos, abonar-se-ha para representação uma quantia fixada na tabella seguinte:

*Tabella das gratificações annuaes aos ministros plenipotenciarios para despesas de representação*

#### Legações

Estados Unidos da America do Norte, Chile, Repu- blica Argentina, Uruguay, Inglaterra, França, Italia, Portugal e Allemanha.....	20:000\$000
Hespanha, Austria-Hungria e Santa Sé.....	15:000\$000
Equador e Colombia, Venezuela, Perú, Bolivia, Paraguay, Russia, Belgica e Suissa.....	10:000\$000

Paragrapho unico. O 1.<sup>o</sup> secretario da Legação do Equador e Colombia que residir em ponto diverso do ministro terá tam- bem para o mesmo fim uma gratificação de 2:000\$000 (Lei n. 322, art. 1.<sup>o</sup>, § 1.<sup>o</sup> do art. 2.<sup>o</sup>.)

Art. 39. Os 1.<sup>os</sup> secretarios encarregados de reger interina- mente Legações vagas, isto é, sem ministros para ellas nomea- dos, perceberão, além dos seus vencimentos, a gratificação annual de 8:000\$000. (Lei n. 322, art. 1.<sup>o</sup>, §§ 5.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup>.)

Art. 40. Aos secretarios serão concedidas por serviço interino como chefes de missão as seguintes gratificações:

Ao primeiro, além dos seus vencimentos, 6:000\$, quando a Legação for de primeira categoria quanto a representação dos seus chefes, ou 5:000\$ quando for de qualquer outra categoria.

Ao segundo, além dos seus vencimentos, 3:000\$ annuaes. (Decreto n. 997 A, art. 11.)

Art. 41. Ao 2.º secretario, que servir de 1.º, compete a gratificação de 1:000\$000. (Circular n. 5, de 28 de setembro de 1897.)

Art. 42. Os empregados que estão ou forem postos em disponibilidade activa receberão todo o ordenado; os que estão ou forem postos em disponibilidade inactiva dous terços e os que forem aposentados o que lhes competir, segundo o tempo de serviço. (Decreto n. 997 A, art. 8.)

Art. 43. Os empregados, que, estando em disponibilidade activa, forem admittidos a serviço publico extranho ao Ministerio das Relações Exteriores, não receberão por elle vencimento algum e serão pagos pela repartição que se utilizar dos seus serviços. (Decreto citado n. 997 A, art. 12.)

Art. 44. A disponibilidade pedida priva do ordenado. O seu tempo não será contado para a aposentadoria. (Decreto citado n. 997 A, art. 10.)

Art. 45. Os ministros e secretarios chamados ao paiz pelo Governo a serviço publico perceberão seus vencimentos integaes em moeda corrente do paiz. (Lei citada n. 322, art. 1.º, §§ 3.º e 7.º. — (Decreto n. 2146, de 28 de outubro de 1895, art. 2.º.))

Art. 46. Na mesma especie de moeda receberão os vencimentos que lhes competirem os empregados diplomaticos, que vierem ao Brazil com licença, ou aqui permanecerem no desempenho de qualquer commissão. (Decreto n. 2146 citado, art. 2.º.)

Art. 47. Os empregados diplomaticos devem declarar no pedido de licença onde pretendem gosar-la, afim de se providenciar como for de direito.

§ 1.º Quando os mesmos empregados quizerem gosar parte da licença no Brazil e parte no estrangeiro, deverão dizel-o opportunamente para que a respectiva portaria seja lavrada nessa conformidade.

§ 2.º Os que vierem ao Brazil e resolverem depois passar parte do tempo no estrangeiro, ou vice-versa, deverão solicitar para esse fim nova licença, que annullará a anterior do dia que especificar para o seu começo em diante. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 48. Os vencimentos dos empregados do Corpo Diplomatico serão pagos no estrangeiro ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$ e por mezes vencidos. (Decreto n. 954, de 6 de abril de 1852 e Decreto n. 2146, art. 1.º.)

Art. 49. Os ordenados dos empregados em disponibilidade, bem como os dos aposentados, serão pagos mensalmente e depois de vencidos, em moeda corrente do paiz e pelas respectivas folhas. (Decreto citado n. 940, art. 29.)

Art. 50. Os empregados diplomaticos soffrerão perda de vencimentos quando excederem o prazo que lhes for marcado para chegar ao seu destino, salvo motivo de força maior devidamente justificado; e enquanto não chegarem à sede da Legação receberão somente o ordenado que lhes será abonado desde o dia da partida, dependendo as outras vantagens da effectividade do serviço. Essa effectividade deve ser contada do dia em que os ditos empregados chegarem à referida sede. (Decreto n. 2146, já citado, art. 3.º e circular n. 6 de 4 de outubro de 1897.)

Art. 51. Os empregados diplomaticos nomeados e removidos partirão para seus destinos, sob pena de perdorem os respectivos cargos, no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a comunicação official, cujo recebimento será logo accusado; salvo os casos em que, por conveniencia do serviço, o Governo entender que devam fazel-o em prazo mais curto. (Decreto n. 802, de 28 de abril de 1892, art. 1.º.)

Art. 52. O ordenado fixo dos empregados em effectividade, bem como as quantias que lhes são concedidas a titulo de despezas de representação e de gratificação, deixarão de ser percebidos da data em que receberem comunicação official da sua demissão ou retirada, salvo si o Governo marcar a época de sua partida, porque então somente deixarão de perceber o dito ordenado e quantias dessa época em diante. (Decreto citado n. 940, art. 36 e lei n. 322, art. 1.º.)

Art. 53. O ordenado dos empregados em disponibilidade começará a correr do dia em que cessarem os vencimentos que percebiam em effectividade. (Decreto n. 940, art. 39.)

Art. 54. O ordenado dos empregados, que forem aposentados estando em effectividade, começará a correr do dia em que tiverem cessado os vencimentos que antes percebiam. E o dos que forem aposentados, achando-se em disponibilidade, da data do decreto da aposentadoria. (Decreto n. 940, art. 40.)

Art. 55. O empregado removido tem direito apenas ao ordenado desde que deixe o exercicio do seu cargo; e, no caso de promoção, só perceberá o novo ordenado do dia em que partir para o seu destino. (Aviso do Ministerio das Relações Exteriores (4.ª Secção) n. 5, de 10 de julho de 1889 e decreto n. 2146, citado, art. 3.º, paragrapho unico.)

Art. 56. O que estiver no gozo de licença só poderá continuar a receber seus vencimentos integraes do dia em que voltar ao exercicio, salvo si, antes do termo della, partir para um novo destino, em virtude de remoção, com ou sem promoção. (Despachos ao delegado do Thesouro em Londres, ns. 20, de 23 de maio de 1870, e 24, de 31 de outubro de 1895.)

Art. 57. Os agentes diplomaticos só podem sacar pelos seus vencimentos, depois de terem chegado ao paiz em que devem residir. (Circular de 3 de fevereiro de 1864, e despacho ao delegado n. 1, de 23 de setembro de 1867.)

Art. 58. Os funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores com exercicio fóra do paiz só devem sacar sobre a Delegacia do Thesouro Federal, em Londres, depois de rece-

berem aviso della os que residirem na Europa, e depois de autorizados pela Secretaria de Estado os que residirem na America. (Circular n. 8 de 3 de dezembro de 1897.)

Paragrapho unico. Exceptuam-se as importancias das despesas eventuaes da rubrica— Extraordinarias no exterior—, que poderão sacar, independentemente de ordem do respectivo Ministerio, remettendo porém á referida Delegacia os documentos comprobatorios das mesmas despesas e fornecendo á Secretaria de Estado todas as informações indispensaveis para a sua approvação. (Circular n. 2 de 10 de junho de 1898.)

Art. 59. Os 1.<sup>os</sup> secretarios de Legação, quando servirem de encarregados de negocios, e os 2.<sup>os</sup>, quando servirem de 1.<sup>os</sup>, poderão sacar as respectivas gratificações sobre o delegado do Thesouro Federal, em Londres, independentemente de qualquer autorização ou providencia do Ministerio das Relações Exteriores. (Circular n. 5, de 28 de novembro de 1897.)

Art. 60. Para a execução do disposto nos precedentes artigos, deverão os chefes de missão em effectividade dar conhecimento pela 4.<sup>a</sup> Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores da data em que sahirem para seus destinos, daquella em que começarem ou deixarem o exercicio, daquella em que receberem communicação de demissão ou retirada, e daquella em que começou e terminou o gozo das licenças que lhes forem concedidas. O mesmo praticarão a respeito dos seus subordinados, cumprindo a estes fazer-o quanto á data de suas partidas. (Decreto n. 940, art. 38— Circular n. 8, de 18 de outubro de 1895.)

Art. 61. Quando effectuarem os seus saques devem os empregados diplomaticos, não só avisar a Delegacia do Thesouro em Londres, como discriminar no documento que lhe remetter as quantias que tenha de abater, quer do sello de nomeação, quer do imposto sobre vencimentos, quer do montepio, afim de que ella possa fazer a necessaria escripturação.

O recibo deve ser, porém, da quantia integral a que tiverem direito. (Despacho á Delegacia n. 40, de 16 de junho de 1885— Decreto n. 2775, de 29 de dezembro de 1897, arts. 4, 5 e 8.)

Art. 62. Em vez de effectuarem saques, podem os mesmos funcionarios ter procuradores em Londres ou enviar os seus recibos a negociantes daquella praça para apresental-os á Delegacia do Thesouro no devido tempo, afim de receberem seus vencimentos.

Procederão, porém, a respeito das communicações como em relação aos saques. (Despacho ao delegado n. 33, de 12 de julho de 1872.)

Art. 63. Os chefes de Legação deverão comunicar em officios especiaes á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, pela 4.<sup>a</sup> Secção, os saques que o pessoal da mesma Legação effectuar por conta do respectivo Ministerio, expressando as



quantias sacadas em moeda nacional, com a indispensavel discriminação quando tratar-se de mais de uma importancia e com a especificação dos vencimentos e de todos os descontos. (Circulares ns. 5 e 8, de 1 de abril e de 18 de outubro de 1895.)

Art. 64. A referida Secretaria não providenciara sobre o pagamento no Thesouro Federal dos vencimentos dos empregados que se acharem no Brazil, sem que provem com documento da Delegacia, em Londres, qual a data do seu ultimo saque alli satisfeito; e todos os que trouxerem esse documento não poderão mais receber vencimentos naquella repartição, sem que provem com outro documento do dito Thesouro que não os receberam nelle ou, no caso contrario, até quando os receberam. (Circulares ns. 5 e 10, de 1 de abril e de 31 de outubro de 1895.)

Art. 65. Além dos seus vencimentos e da quantia destinada ás despesas de representação, os chefes de Legação receberão, por mezes vencidos, a quantia annual, votada pelo Congresso Federal para as despesas de expediente. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 23—Decreto n. 2146, de 28 de outubro de 1895, art. 1.º, paragrapho unico.)

Art. 66. O Governo alugará em cada Capital, onde houver Legação, casa para Chancellaria, despendendo com isso até 2:000\$ annuaes. (Lei n. 322, art. 1.º, § 9.º.)

## CAPITULO VI

### DAS AJUDAS DE CUSTO

Art. 67. As ajudas de custo constarão de despesas de transporte e de estabelecimento.

§ 1.º As despesas de transporte serão calculadas pela Secretaria de Estado, á vista de demonstração que o interessado offercer com a indicação do numero de pessoas de familia que não tiverem economia separada. Para os effeitos deste artigo a familia comprehenderá a mãe viuva ou divorciada, a esposa, as filhas solteiras, viuvias ou divorciadas, os filhos e enteados menores de 21 annos, os netos, orphãos de pae ou de mãe e as irmãs solteiras. Esse calculo será submettido á approvação do Ministro.

§ 2.º Nos casos de remoção ou disponibilidade a pedido, deixará de ser abonada a indemnização de despesas de transporte, quer o pedido conste de requerimento, quer não.

§ 3.º A familia do que fallecer no exercicio do emprego ou no gozo de licença fóra da Republica serão abonadas no dobro as despesas de transporte, segundo o § 1.º.

§ 4.º A demissão ou disponibilidade a bem do serviço publico ou por sentença, assim como a demissão a pedido, sómente obrigará o Governo a repatriar o empregado e sua familia.

§ 5.º Nos demais casos será sempre abonada a indemnização de despesas de transporte.

§ 6.º Terão direito às despesas de estabelecimento:

- a) os agentes diplomaticos que tiverem primeira nomeação ;
- b) os primeiros secretarios promovidos a ministros ;
- c) os segundos secretarios promovidos a primeiros para outras Legações ;
- d) os agentes diplomaticos removidos por conveniencia do serviço ;

e) os agentes diplomaticos que estiverem em disponibilidade sem pedido e passarem à effectividade.

§ 7.º Para despesas de estabelecimento terão :

a) no caso de primeira nomeação, os agentes diplomaticos metade dos vencimentos totaes de um anno ;

b) os primeiros secretarios promovidos a ministros um terço e os segundos secretarios promovidos a primeiros para outras Legações, metade dos vencimentos de um anno do cargo que forem exercer ;

c) no caso de remoção por conveniencia do serviço ou de volta à effectividade, os agentes diplomaticos um terço dos vencimentos totaes de um anno ;

d) no caso de supressão ou annexação de Legação, a remoção sempre dará direito às despesas de estabelecimento.

§ 8.º Quer o empregado tenha quer não direito às despesas de estabelecimento, poderá o ministro, si julgar conveniente, mandar abonar-lhe, como adeantamento, para descontar-se dentro do anno financeiro, quantia igual aos vencimentos de um trimestre.

§ 9.º Quando, por motivo de ordem publica, o empregado for designado para temporariamente servir em diversa Legação além das despesas de transporte, poderá o Governo abonar-lhe uma outra indemnização até um quarto dos vencimentos.

§ 10. Fora dos casos estabelecidos não serão abonadas despesas de estabelecimento.

§ 11. As ajudas de custo serão pagas ao cambio de 27, comprehendendo-se para o effeito das despesas de estabelecimento no calculo dos vencimentos dos ministros a quantia dada para representação. (Decreto n. 1951, de 26 de janeiro de 1895— Lei n. 322, art. 4.º.)

Art. 68. O disposto no artigo antecedente não é applicavel às comissões de limites, nem aos casos do art. 4.º desta Consolidação. (Decreto n. 1951, art. 2.º. — Lei n. 322, art. 4.º.)

Art. 69. O empregado diplomatico que tiver de ausentar-se do seu posto por motivo de serviço publico será indemnizado da despesa que fizer com a sua viagem. (Decreto n. 600, de 17 de outubro de 1891.)

Art. 70. O pagamento das ajudas de custo para viagem e primeiro estabelecimento será autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores logo que o empregado mostre que está prompto a seguir para o seu destino, salvo o caso em que se ache em paiz estrangeiro ou distante da Capital Federal, porque então será expedida a ordem competente logo que assim convenha. (Decreto n. 940, art. 30.)

Art. 71. O pagamento das ajudas de custo será autorizado pelo mesmo Ministro logo que forem expedidos os decretos de demissão ou remoção. (Decreto n. 940, art. 32.)

Art. 72. Aos empregados nomeados em missão especial para diversos paizes serão abonadas tantas ajudas de custo quantas forem as viagens que forem obrigados a fazer de uns para outros paizes, deixando aquelles onde houverem terminado a sua missão. (Decreto n. 940, art. 34.)

Art. 73. Si, porém, uma Legação comprehender dous ou mais paizes e tiverem por isso os respectivos empregados de passar-se em certas épocas de uns para outros, para ali exercerem as suas funcções, não lhes será por isso abonada separadamente quantia alguma, nem lhes serão recebidas contas de despezas, havendo se, porém, attenção ás que provavelmente poderão fazer na fixação da quantia que lhes é concedida a titulo de despeza de representação. (Decreto n. 940, art. 35.)

## CAPITULO VII

### DO MODO DE CONTAR O TEMPO DE SERVIÇO

Art. 74. Os annos de serviço exigidos para os effeitos de demissão, aposentadoria e disponibilidade serão contados da data da partida para o primeiro posto, comprehendendo tanto o serviço em effectividade, como o tempo de disponibilidade activa. (Decreto n. 940, arts. 41 e 42.— Lei n. 614, art. 4.º— Lei n. 322, art. 1.º, § 2.º.)

§ 1.º As interrupções de serviço em effectividade e disponibilidade activa serão descontadas para os referidos effeitos. (Decreto n. 940, art. 41.)

§ 2.º Não serão, porém, descontadas as pequenas interrupções que teem lugar entre um e outro despacho, para preparar-se o empregado, receber instrucções e dispor-se para seguir para seu destino. (Decreto n. 940, art. 45.)

Art. 75. Não se considera tempo de exercicio o de licença e enfermidades que se prolonguem por mais de seis mezes, nem o desempenho de emprego que não dê direito á aposentadoria. (Decreto legislativo n. 117, de 4 de novembro de 1892.)

Art. 76. Aos empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, que fazem actualmente ou passarem a fazer parte do Corpo Diplomatico, será contado o tempo de serviço que tiverem naquella repartição para a aposentadoria como membros do mesmo corpo. (Decreto n. 940, art. 47.)

Paragrapho unico. Na contagem do tempo para a aposentadoria deverá igualmente ser incluído o do exercicio de emprego de caracter federal. (Aviso n. 82, de 1 de julho de 1893, do Ministerio da Fazenda.—Decreto n. 117 de 1892.)

Art. 77. Haverá na Secretaria de Estado um livro de matrícula dos empregados do Corpo Diplomatico, no qual serão apon-

tados os decretos de suas nomeações, remoções, retiradas e demissões, o tempo pelo qual tiverem servido os logares e estiverem em disponibilidade, as licenças que tiverem tido, com todas as indicações e esclarecimentos necessários, para que se possa logo e facilmente conhecer o seu tempo de serviço e o direito que em virtude do mesmo tiverem. (Decreto n. 940, art. 48.)

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 78. Havendo mais de um 2º secretario em uma Legação e faltando o 1º secretario, servirá como tal aquelle que tiver mais habilitações e merecer mais confiança do seu chefe, não se attendendo á antiguidade sinão no caso de igualdade de circumstancias. (Decreto n. 940 citado, art. 4º, Decreto n. 997 A, art. 1º.)

Art. 79. As pessoas que teem feito parte do Corpo Diplomatico poderão tornar a ser empregadas, si assim convier, na mesma ou em superior categoria à em que serviram, e nesse caso ser-lhes-ha contado, sómente para a aposentadoria, o tempo de serviço effectivo que já tiverem. (Decreto citado n. 940, art. 52.)

Art. 80. Os empregados do Corpo Diplomatico são obrigados a concorrer para o montepio creado pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e executado de accordo com os decretos n. 1092, de 28 de novembro do mesmo anno, n. 139, de 16 de abril de 1891, e n. 1985, de 11 de março de 1895.

Art. 81. Em casos de molestia, os empregados, desde que não tenham obtido licença, são considerados em exercicio. (Despacho ao delegado, n. 6, de 7 de agosto de 1891.)

Art. 82. Os pedidos de pagamento de qualquer despesa serão directamente feitos á 4ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, devendo as suas importancias ser reclamadas em moeda ingleza. (Circular de 13 de abril de 1893.)

## CAPITULO IX

### DO ESTABELECIMENTO DAS LEGAÇÕES

#### *Organisação e policia da Secretaria e do seu archivo*

Art. 83. O chefe da Legação, logo que chegar ao lugar do seu destino, mandará proceder á organisação do respectivo archivo, que constará dos livros designados mais adiante (art. 93); á aquisição dos sellos das Armas da Republica e da mobilia indispensavel para a Secretaria da Legação, não tendo menos em

vista a decencia que cumpre manter do que a restricta economia que deverá regular todas quantas despesas estiver autorizado para fazer. (Regimento das Legações promulgado pelo decreto n. 3248, de 7 de abril de 1899, art. 1.º.)

Art. 84. Organizado o archivo e depois de rubricados pelo ministro todos os livros que o compoem, fica a sua immediata inspecção pertencendo ao secretario, sob responsabilidade sua. (Regimento das Legações, art. 2.º.)

Art. 85. Logo que se achar installada qualquer Legação do Brazil, deverá o respectivo chefe assim communicar-o à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a todas as outras Legações brasileiras e, na falta destas, aos consules brasileiros, assim como ao que residir no Estado onde se acreditar. (Regimento das Legações, art. 3.º.)

Art. 86. Os despachos, que a Legação receber do Ministerio e que serão competentemente encadernados no fim do anno, farão tambem parte do archivo, assim como as communicações que lhe dirigirem o Governo, junto ao qual estiver acreditada, as mais Legações, Consulados e autoridades brasileiras e de outras potencias. (Regimento das Legações, art. 4.º — Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 87. Toda a correspondencia das Legações de qualquer character — ostensivo, reservado, confidencial — troca-se entre o Ministerio das Relações Exteriores e os seus agentes, as memorias, relatorios ou quaesquer outros documentos officiaes por ellas expedidos ou recebidos, assim como os tratados e convenções entre o Brazil e as demais potencias, constituem propriedade do Estado.

E' inteiramente vedado tirar-se cópia de qualquer daquelles documentos sem prévia autorização do Governo, quando não for para uso official. (Regimento das Legações, art. 5.º.)

Art. 88. O livro secreto B de que faz menção o art. 93 e as cifras deverão estar sob a guarda do proprio ministro, por ser destinado tanto para o registro das informações que se lhe ordenam (art. 151) sobre a idoneidade de todos os empregados e capacidade dos cidadãos brasileiros sujeitos à Legação, como para outras quaesquer communicações secretissimas. (Regimento das Legações, art. 6.º.)

Art. 89. De igual modo se conservarão as instrucções especiaes, as cifras e as informações do 1.º secretario sobre a capacidade dos 2.ºs e dos addidos e dos empregados subalternos da Legação. (Regimento das Legações, art. 7.º.)

Art. 90. A policia da Secretaria da Legação e a sua regular conservação, ficam particularmente a cargo do 1.º secretario e, na falta deste do 2.º, que vigiará incessantemente sobre a boa ordem e decencia que devem alli ser constantemente mantidas. (Regimento das Legações, art. 8.º.)

Art. 91. Para os sellos e sinetes da Republica servirá de symbolo a esphera celeste qual se debuxa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras—Republica dos Estados Unidos do Brazil—, ás quaes se accrescenta (sempre em portuguez) na



Art. 93. Além do protocollo mencionado no artigo antecedente, a Legação deverá ter os seguintes livros :

<i>Ns.</i>	<i>Titulos</i>	<i>Destinos</i>
1	Ministerio	Offeios dirigidos ao Governo brasileiro.
2	Diversos	Communicações a diversas autoridades e pessoas dentro e fóra do Brazil.
3	Legações	Communicações ao Corpo Diplomatico brasileiro.
4	Consulados	Communicações ao Corpo Consular brasileiro.
5	Termos e declarações	Vid. art. 150.
6	Passaportes	Registro dos que conceder ou legalizar a Legação.
7	Notas	Communicações ao Governo junto ao qual a Legação está acreditada.
8	Inventario e contas	Escripturação de todas as despesas e aquisições por conta do Governo.
9	Secreto	Communicações desse titulo.
10	Secreto B	Communicações de que trata o art. 151.
11		Registro do historico dos assumptos de mais importancia tratados na Legação.
12		Registro especial das conferencias sobre os negocios a cargo da Legação.
13		Registro especial das ordens expedidas pelo Ministerio das Relações Exteriores.
14		Registro dos editaes de proclamas e dos casamentos (art. 11 do decreto n. 233, de 27 de fevereiro de 1890).
15	Rogatorias	Livro em que serão annotadas as suas entradas e salidas.
16	Montepio	Livro destinado ás inscripções para o montepio.

(Regimento das Legações, art. 11.)

## CAPITULO X

## DOS UNIFORMES E USO DE CONDECORAÇÕES

Art. 94. Os membros do Corpo Diplomatico regular-se-hão em seus uniformes pelos figurinos annexos a esta Consolidação. Os botões da farda e os copos do espadim terão as Armas da Republica e o chapéo um laço sem ornatos.

§ 1.º Todos os bordados marcados com as letras A—B—C pertencem ao pequeno uniforme e os marcados com as letras subsequentes ao grande.

§ 2.º Com o pequeno uniforme poderá usar-se de calça do mesmo panno da farda (verde escuro) com galão de ouro e colete de casemira branca com botões pequenos de padrão igual ao que vai marcado. Chapéo com plumas pretas.

§ 3.º Com o grande uniforme poderá usar-se de calça de casemira branca com galão de ouro. Chapéo com plumas brancas. (Regimento das Legações, art. 12.)

Art. 95. Os membros do Corpo Diplomatico deverão ter em vista o art. 72, § 2º, da Constituição da Republica, que extinguiu as ordens honorificas brasileiras, sendo-lhes vedado, pois, o uso de titulos nobiliarchicos na correspondencia official e de condecorações daquellas ordens a que tivessem pertencido, e bem assim o mesmo art. 72, § 2º, em virtude do qual perderão todos os direitos politicos os cidadãos brasileiros que acceitarem condecorações ou titulos nobiliarchicos estrangeiros. (Regimento das Legações, art. 13.)

## CAPITULO XI

## DA APRESENTAÇÃO E RETIRADA DO MINISTRO

Art. 96. O chefe da Legação brasileira, notificando ao Ministro dos Negocios Estrangeiros do Estado onde deve residir, a sua chegada, pedirá particularmente informações sobre a apresentação que lhe possa competir, entendendo-se com a pessoa que lhe for designada, caso seja este o estylo.

§ 1.º Os Ministros brasileiros reclamarão todas aquellas honras que lhes constar terem sido feitas aos de igual categoria de outras potencias, e bem assim a perfeita reciprocidade do que se praticar no Brazil relativamente aos ministros desse Estado revestidos do mesmo caracter.

§ 2.º Serão acompanhados no acto da sua apresentação pelos secretarios e aulidos, quando isso não for contrario ao ceremonial do paiz onde tiverem de residir.

§ 3.º Quanto ás visitas de etiqueta que deverão fazer aos Ministros de Estado, Corpo Diplomatico e mais personagens de distincção, regular-se-hão tambem pela pratica seguida nos paizes de suas residencias. (Regimento das Legações, art. 14.)



Art. 97. Os chefes de Legação conformar-se-hão com as disposições do artigo antecedente quando tiverem de retirar-se dos paizes onde se acharem acreditados. (Regimento das Legações, art. 15.)

Art. 98. Na eventualidade de se julgarem os chefes de Legação inhibidos de continuar a manter relações amigaveis com os Governos junto aos quaes estejam acreditados, cumpro-lhes dar, pelo meio mais prompto, conhecimento disso ao Governo Federal, que, pela mesma fôrma, lhes indicará o procedimento que devem ter. (Regimento das Legações, art. 16.)

Art. 99. No caso de ruptura de relações diplomaticas os chefes de Legação só procederão de accordo com as instrucções que lhes expedir o Governo Federal. (Regimento das Legações, art. 17.)

Art. 100. Os chefes de Legação, dado o caso do artigo anterior, antes de se retirarem, confiarão aos consules brasileiros e, na falta destes, a qualquer Legação de paiz amigo a guarda do respectivo archivo. (Regimento das Legações, art. 18.)

## CAPITULO XII

### DA ENTREGA DA LEGAÇÃO

Art. 101. Ausentando-se da Legação o ministro com licença ou por ordem do Governo, acreditará, na qualidade de encarregado de negocios, o 1º secretario e, na falta deste, o 2º, quando houver, munindo-os das precisas instrucções para que prosigam no andamento das negociações pendentes e no cumprimento dos ordens do Governo.

§ 1.º Os funcionarios diplomaticos, quando foram removidos ou exoneros, entregarão ao seu successor ou á pessoa encarregada de gerir provisoriamente o posto, todos os documentos pertencentes ao archivo confiados á sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio do cargo, assim como as minutas numeradas por ordem de datas por elles redigidas.

§ 2.º Essa entrega será feita por uma declaração escripta em triplicata, conforme o modelo seguinte:

#### MODELO

Nesta data, de accordo com o art. 101, § 2º, da Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomatico Brasileiro, procedeu-se á verificação dos papeis e registros que compoem o archivo da Legação do Brazil em... entre o Sr. (nome do funcionario que estiver) e o Sr. (nome do funcionario titular ou substituto interino).

Desta verificação resultou:

1.º que o dito archivo contém os papeis, registro, correspondências, documentos e mais collecções pertencentes a esta repartição, de accordo com o inventario procedido em... (data);

2.º (outras declarações podem ser incluídas nesta parte).

O Sr... (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou cópia dos papeis que recebeu em seu character official.

§ 3.º Daquella triplicata um exemplar ficará na respectiva Chancelleria, outro será remettido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro pertencerá ao funcionario que se retira.

§ 4.º Além da referida entrega, deverá o ministro fornecer ao seu successor as necessarias informações sobre o estado e andamento dos negocios a seu cargo, capacidade dos empregados da Legação e finalmente todos aquelles esclarecimentos que o possam habilitar para dignamente preencher o lugar de que o empousa. (Regimento das Legações, art. 19.)

Art. 102. As pessoas encarregadas de missões especiaes e de outras quaesquer comissões do Ministerio das Relações Exteriores ficam obrigadas a depositar no mesmo Ministerio, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papeis relativos aos serviços temporarios que lhes foram confiados. (Regimento das Legações, art. 20.)

## CAPITULO XIII

### IA CORRESPONDENCIA

Art. 103. As Legações brasileiras se corresponderão directamente com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores com as demais Legações brasileiras e com o consul estabelecido no Estado da sua residencia; e, em officios abertos, com os mais Ministerios por intermedio da Secretaria. (Regimento das Legações, art. 21.)

Art. 104. Em caso de gravidade ou urgencia, deverão os ministros brasileiros transmittir directamente aos Governadores ou Presidentes dos Estados quaesquer communicações que interessarem á segurança ou á saude publica e os habilitem a tomar com oportunidade convenientes medidas preventivas e outras. (Regimento das Legações, art. 22.)

Art. 105. Os officios relativos a objectos do serviço publico devem ser separados dos que versarem sobre negocios particulares ou tratarem de acontecimentos politicos e terão numeração especial para cada uma das secções da Secretaria de Estado e para cada uma das series — ostensiva, reservada, confidencial; essa numeração começará e se encerrará dentro de cada anno civil. (Regimento das Legações, art. 23.)

Art. 106. Os officios, notas e absolutamente qualquer correspondencia devem ser escriptos, sem excepção alguma, em papel

leve mas forte, de vinte e dous centímetros de largura sobre trinta e tres de comprimento pautado de modo que offereça em todos os quatro lados margens iguaes, as paginas numeradas no centro; designando a primeira no alto á direita, a Legação respectiva e a data; á esquerda a secção e o numero; na parte inferior a autoridade ou pessoa a quem forem dirigidos e na ultima pagina o indice por paragraphos com os numeros correspondentes aos que tiver nos officios. (Regimento das Legações, art. 24.)

Art. 107. De todos os indices, lançados nas minutas dos officios e no principio do registro de cada um delles, será remettida no mez de janeiro uma cópia para servir de indice geral do volume respectivo, formando-se um indice para cada secção e para cada rubrica—ostensivos, reservados e confidenciaes.

§ 1.º Elles serão assim organisados:

1. Declaração da secção, rubrica e anno;

Ao lado esquerdo tres columnas, contendo o numero do officio, dia e mez;

No centro o resumo com referencia aos paragraphos que tratam do assumpto;

Ao lado direito tres columnas, destinadas á rubrica, numero e anno do officio anterior concernente ao objecto.

Cada uma das rubricas se designará pela sua lettra inicial O.—R.—C.

§ 2.º As cópias do mesmo formato e com as quatro margens iguaes ás dos officios indicarão no alto o numero, data, secção e rubrica daquella a que vierem annexos.

§ 3.º A' margem dos officios concernentes a assumptos já tratados em outros, mencionar-se-ha o numero, rubrica e data do immediatamente anterior ao mesmo objecto.

§ 4.º O texto deve referir-se ás cópias ou documentos annexos, numerados successivamente, repetindo-se esses numeros á margem dos paragraphos respectivos.

§ 5.º Exclua-se absolutamente quaesquer abreviaturas.

§ 6.º A' excepção da 1.ª pagina onde a designação da Legação, a data, etc. exigem alguns espaços em claro, todas as restantes serão escriptas de alto a baixo, ficando somente as quatro margens e os espaços indispensaveis para destacar os paragraphos.

§ 7.º Nos termos do art. 49 da Constituição Federal, o funcionario que preside o Ministerio das Relações Exteriores é o—*Ministro de Estado das Relações Exteriores*—e assim deve ser designado na correspondencia official.

§ 8.º Os officios se encerrarão com esta formula—Saude e fraternidade—precedendo a assignatura, e o tratamento official será unicamente—vós.

§ 9.º Os officios que alludirem a artigos de jornaes ou a quaesquer impressos serão acompanhados dos respectivos retalhos (indicados os titulos e datas), collados por sua ordem sobre folhas de papel do formato já indicado no art. 106.

§ 10. A recepção de despachos que não exigirem resposta será accusada no ultimo paragrapho de officios que tratarem de algum outro assumpto e as communicações sobre objectos transi-

itorios a respeito dos quaes não houver necessidade de correspondencia serão reunidas em um só officio ao qual se irá addicionando tudo quanto occorrer até o ultimo momento.

§ 11. Na remessa dos officios deve-se evitar o augmento desnecessario do peso das malas, cumprindo separar unicamente os reservados e confidenciaes dos ostensivos, sem distinguil-os por secções e fazendo-se somente tres maços, além dos officios.

§ 12. A correspondencia deve consistir unicamente em officios ostensivos e reservados; e em confidenciaes, somente por excepção, quando a natureza do assumpto exigir absolutamente communicação mais intima entre o agente diplomatico e o ministro.

§ 13. A communicação por cartas particulares sobre objecto de serviço publico não isenta o agente do dever de tratar delle officialmente.

§ 14. Toda a correspondencia, inclusive a confidencial, dirigida a quem quer que seja, relativamente ao serviço publico deve ser registrada. (Regimento das Legações, art. 25.)

Art. 108. As missões especiaes e a quaesquer outras com-missões são necessariamente extensivas as regras estabelecidas quanto á correspondencia. (Regimento das Legações, art. 26.)

Art. 109. Nas communicações de maior importancia e segredo se usará das cifras, segundo o systema do alphabeto polygraphico. (Regimento das Legações, art. 27.)

Art. 110. As communicações de maior urgencia devem ser feitas pelo telegrapho.

Os telegrammas serão redigidos com o maior laconismo possible e escriptos em cifra unicamente quando a materia for muito reservada e supprimindo-se as palavras e particulas cuja omissão não prejudique a sua intelligencia, ficando responsaveis pelo custo dos telegrammas ou das palavras inuteis os funcionarios que transgredirem esta disposição.

Não serão indemnizados nem respondidos os telegrammas officiaes sobre objecto alheio ás attribuições legaes. Só serão respondidos os de interesse particular, quando trouxerem resposta paga. (Regimento das Legações, art. 28.)

Art. 111. As informações sobre os assumptos constantes dos arts. 119, 121, 122 e 123 serão annualmente publicadas com o titulo — Informações Diplomaticas e Consulares do Brazil —; os documentos estrangeiros que figurarem naquella collecção, deverão ser traduzidos ou delles darão noticia ou extracto, segundo a sua extensão e natureza; não conterão noticias e observações de caracter reservado, devendo estas ser communicadas separadamente em officios dessa serie. (Regimento das Legações, art. 29.)

Art. 112. Os relatorios, de que trata o art. 129, serão em forma de artigo ou correspondencia, deixando sempre o verso em branco, de modo que, apenas recebidos, possam ser mandados para o *Diario Official*, e serão dirigidos á Secretaria de Estado com endereço ao respectivo director geral, afim de serem

examinados antes da publicação. (Regimento das Legações, art. 30.)

Art. 113. Os relatorios de noticias, a que se refere o art. 130, tendo de ser reunidos no fim do anno, terão numeração especial e um indice que facilite a sua busca. (Regimento das Legações, art. 31.)

## CAPITULO XIV

### DEVERES DOS CHEFES DE LEGAÇÃO

Art. 114. Os principaes deveres dos chefes de Legação são:

1º, procurar manter inalteravel a mais perfeita harmonia e boa intelligencia entre o Brazil e a potencia junto a qual se acham acreditados;

2º, zelar constantemente a dignidade do chefe do Estado e da nação que representam;

3º, pugnar incessantemente pelos direitos e interesses dos seus concidadãos. (Regimento das Legações, art. 32.)

Art. 115. Para os mencionados effeitos vigiarão sollicitamente sobre a fiel observancia dos tratados com o Brazil e reclamarão contra qualquer infracção que occorrer. (Regimento das Legações, art. 33.)

Art. 116. Exigirão ainda aquellas regalias geraes que se lhes possam negar e forem aliás consagradas pelo Direito das Gentes, favor do Governo, titulo de posse ou direito consuetudinario; preferindo, sempre que seja praticavel, tratar verbalmente destes assumptos. (Regimento das Legações, art. 34.)

Art. 117. Terão a maior circumspecção em todas essas reclamações, que deverão sempre ser feitas com a mais cordial urbanidade, conciliando-se o decoro da Republica com a respeitosa consideração devida ás nações amigas e alliadas. (Regimento das Legações, art. 35.)

Art. 118. Procurarão inteirar cabalmente o Governo do estado das relações politicas entre o paiz de sua residencia e as outras potencias, e darão tambem circunstanciada conta do que colligirem a respeito da natureza e andamento das pretensões destas. (Regimento das Legações, art. 36.)

Art. 119. Darão parte da conclusão de quaesquer tratados, convenções ou ajustes, fazendo uma resenha das suas causas e consequencias. (Regimento das Legações, art. 37.)

Art. 120. Jamais deverão omittir na sua correspondencia ordinaria a participação das noticias conceituadas que houver sobre a conservação do socego interno e externo do paiz, mencionando os preparativos e armamentos que indicarem alguma ruptura e outros quaesquer movimentos que causem sensação no publico. (Regimento das Legações, art. 38.)

Art. 121. Communicarão as leis e regulamentos promulgados; as discussões importantes a que derem logar no Parlamento ou

Camaras Legislativas, e as difficuldades praticas, que entorpece-rem a sua litteral execução. (Regimento das Legações, art. 39.)

Art. 122. Participarão as invenções de qualquer natureza; os progressos das sciencias e artes; as medidas adoptadas para promover-as e premial-as, bem como os meios por que se poderiam estender os seus beneficios aos cidadãos brasileiros. (Regimento das Legações, art. 40.)

Art. 123. Não só darão noticia do estado da saude publica como tambem communicarão os regulamentos preventivos que se adoptarem em caso de contagio ou peste. (Regimento das Legações, art. 41.)

Art. 124. Transmittirão copia das notas que passarem e receberem sobre negocios de maior importancia e bem assim os protocolos das conferencias que a respeito dos mesmos tiverem. (Regimento das Legações, art. 42.)

Art. 125. Annunciarão as alterações que sobrevierem no pessoal e systema da administração publica. (Regimento das Legações, art. 43.)

Art. 126. Remetterão os principaes e mais conceituados jornaes que se publicarem, tanto a favor do Governo do Brazil, como da opposição, e nelles farão discretamente inserir a refutação dos ataques que se possam dirigir contra o mesmo Governo. (Regimento das Legações, art. 44.)

Art. 127. Remetterão um relatorio annual dos negocios tratados na respectiva Legação. (Regimento das Legações, art. 45.)

Art. 128. Farão além disso o historico, que remetterão a Secretaria, de cada um dos negocios de mais vulto que pela mesma Legação tenha passado desde a sua creação. (Regimento das Legações, art. 46.)

Art. 129. Remetterão, para serem publicados no *Diario Official*, relatorios de noticias politicas, economicas e financeiras. (Regimento das Legações, art. 47.)

Art. 130. Enviarão á Secretaria um relatorio de noticias mais desenvolvido e que abranja todas as grandes questões que possam estabelecer precedentes, citando as fontes mais autorizadas e em que se encontre a exposição circumstanciada de todos os incidentes. (Regulamento das Legações, art. 48.)

Art. 131. Corresponder-se-hão directamente com as demais Legações brasileiras, afim de que se coadjuvem e mutuamente promovam e facilitem o cabal desempenho das suas respectivas incumbencias. (Regimento das Legações, art. 49.)

Art. 132. Enviarão no fim do anno uma fiel recapitulação da correspondencia a que se refere o artigo precedente, trocada sobre objecto do serviço publico. (Regimento das Legações, art. 50.)

Art. 133. Do mesmo modo communicarão ás demais Legações todas aquellas noticias que alcançarem no paiz de sua residencia, relativamente aos negocios dos outros, onde existam igualmente Missões brasileiras, uma vez que taes negocios affectem de qualquer modo os interesses do Brazil. (Regimento das Legações, art. 51.)

Art. 134. Prestarão aos agentes consulares, que lhes são subordinados, a mais franca e cordial cooperação, apoiando quando for preciso as reclamações que fizerem em virtude do Regulamento Consular. (Regimento das Legações, art. 52.)

Art. 135. Julgando conveniente a criação de Consulados brasileiros no Estado onde residirem e porventura os não haja, deverão assim significar-o ao Governo. (Regimento das Legações, art. 53.)

Art. 136. Interporão parecer sobre a criação de Vice-Consulados e as nomeações de vice-consules a gentes commerciaes propostas pelos consules, afim de serem confirmadas pelo Governo, ao qual as encaminharão, podendo assentir no provimento interino dos logares já creados antes da approvação do Governo. (Regimento das Legações, art. 54.)

Art. 137. Compete-lhes o beneplacito ás demissões de vice-consules não confirmadas pelo Governo, dadas pelos consules, quando aquelles não correspondam á confiança destes. (Regimento das Legações, art. 55.)

Art. 138. Promoverão a obtenção do *exequatur* para as cartas patentes que os consules são obrigados a entregar-lhes, ou remetter-lhes, afim de entrarem no exercicio das suas funções. (Regimento das Legações, art. 56.)

Art. 139. Observarão a mais perfeita urbanidade com as Legações dos outros Estados, jámais se negando aos bons officios que ellas lhes requeiram, comtanto que nem levemente comprometam o decoro e a dignidade do Governo do Brazil, em cujo nome nunca deverão igualmente contrahir quaesquer ajustes para que se não acharem devidamente autorizados, limitando-se nesse caso a acceitar *ad referendum* as propostas que se lhes possam fazer. (Regimento das Legações, art. 57.)

Art. 140. Prestarão aos cidadãos brasileiros todos os auxilios necessarios para a manutenção dos seus direitos, promovendo por todos os meios ao seu alcance a criação, prosperidade e consolidação dos seus estabelecimentos. (Regimento das Legações, art. 58.)

Art. 141. Aos desvalidos, que justificarem ser cidadãos brasileiros, mandarão soccorrer pelos consules, fazendo observar, na falta destes, o que a semelhante respeito se acha estabelecido na respectiva Consolidação. (Regimento das Legações, art. 59.)

Art. 142. Na prestação de taes soccorros cumpre que haja toda a circumspecção, devendo unicamente considerar-se como *desvalidos*, além dos prisioneiros de guerra e naufragos nacionaes, aquelles brasileiros que satisfactoriamente provarem que a sua honra nada soffre com o estado de penuria, a que se acham reduzidos, sendo esta occasionada por acontecimentos inteiramente independentes da sua regular conducta. (Regimento das Legações, art. 60.)

Art. 143. Darão passaportes aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores ou commissionedos do Governo, e, nos casos urgentes e especiaes, aos demais cidadãos brasileiros. (Regimento das Legações, art. 61.)

Art. 141. Poderão exigir dos empregados consulares todas as informações relativas aos assumptos a cargo dos mesmos empregados. (Regimento das Legações, art. 62.)

Art. 145. Solicitarão o cumprimento das rogatorias logo que as recebam, anotando no livro proprio as suas entradas e saídas, e não fazendo despezas para isso sem ordem do Governo, salvo quando as mesmas forem expedidas *ex-officio*. (Regimento das Legações, art. 63.)

Art. 146. Só poderão receber aquellas rogatorias por intermedio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. (Regimento das Legações, art. 64.)

Art. 147. Compete-lhes o exercicio de attribuições sobre o casamento civil, conforme o determinam a l. n. 181, de 24 de janeiro de 1890, e o decreto, que a regula, n. 233, de 27 de fevereiro do mesmo anno, e bem assim das que lhes confere o decreto n. 9886 de 7 de março de 1888, sobre o registro civil. (Regimento das Legações, art. 65.)

Art. 148. Os chefes das Legações, a cujo cargo estiver o expediente do montepio, são competentes para abonar as quantias destinadas ao funeral dos contribuintes que fallecerem, de accordo com o art. 47 do decreto n. 942 A, de 30 de outubro de 1890, podendo ser pagas pelos cofres do Consulado, quando os emolumentos arrecadados o permittirem. (Regimento das Legações, art. 66.)

Art. 149. Até o dia 15 de janeiro de cada anno os chefes daquellas Legações remetterão à Secretaria de Estado das Relações Exteriores um relatório sobre todas as occurrencias que se tiverem dado durante o anno, relativas ao mesmo montepio. (Regimento das Legações, art. 67.)

Art. 150. Mandarão registrar nos livros da Legação e extrahir delles, não havendo inconveniente, os documentos que os cidadãos brasileiros lhes apresentarem ou requererem. (Regimento das Legações, art. 68.)

Art. 151. Incumbe-lhes a maior vigilancia a respeito da Secretaria da Legação e dos empregados que lhes estão sujeitos e prestarão, em janeiro e julho de cada anno, em officio reservado, sem numero, informações francas e positivas sobre o procedimento official e particular, não só daquelles empregados, como tambem dos consules geraes e dos agentes consulares. Essas informações só serão vistas pelo Governo e guardadas com a maior segurança. (Regimento das Legações, art. 69.)

Art. 152. Iniciarão devidamente nos negocios da Legação os respectivos secretarios, que os devem substituir nos seus impedimentos, bem entendido, emquanto a circumspecção destes justificar a confiança do Governo e o conceito que anteriormente lhes merecessem; e, no caso contrario, darão immediata conta ao Governo para providenciar como convier. (Regimento das Legações, art. 70.)

Art. 153. Afim de habilitar os secretarios e addidos para superiores cargos da carreira diplomatica, propor-lhes-hão memorias sobre qualquer objecto proprio para desenvolver o seu



entendimento e mostrar a intelligencia e talentos de que forem dotados, communicando os trabalhos mais importantes de uns e outros. (Regimento das Legações, art. 71.)

Art. 154. Marcarão as horas de trabalho durante as quaes os empregados da Legação nella devem permanecer. Além desse tempo marcado, poderão estes ser convocados todas as vezes que o serviço assim o exigir. (Regimento das Legações, art. 72.)

## CAPITULO XV

### DEVERES DOS 1.<sup>o</sup> E 2.<sup>o</sup> SECRETARIOS E DOS ADDIDOS

Art. 155. Incumbe aos 1.<sup>o</sup> secretarios ou aos 2.<sup>o</sup> das Legações onde não houver 1.<sup>o</sup>:

I—Substituir os ministros nos casos já marcados ou no do seu fallecimento e assumir então o character de encarregado de negocios, ficando ligados a todas as obrigações prescriptas pela presente Consolidação aos chefes de Legação;

II—Lembrar aos ministros tudo quanto lhes parecer conveniente e util e representar-lhes mesmo, com o respeito que lhes devem sempre tributar, sobre aquellas decisões que julgarem menos acertadas, as quaes aliás cumprirão, insistindo os ministros;

III—A inspecção da Secretaria que regem e a guarda do respectivo archivo e sello das Armas;

IV—Os trabalhos de segredo e seu registro que exclusivamente lhes pertence;

V—A redacção das memorias, informações e relatorios que exigirem os chefes de Legação;

VI—A redacção do expediente principal e sua distribuição pelos 2.<sup>o</sup> secretarios e addidos;

VII—A formação dos mappas, contas e outros documentos para o Ministerio;

VIII—Requerer aos ministros os livros, papel e outros artigos precisos para o expediente e satisfazer essas despesas e outras, à vista da competente ordem dos ministros para esse effeito;

IX—Formalizar, sob responsabilidade propria, uma fiel informação semestral sobre a capacidade, applicação, discrição e conducta dos 2.<sup>o</sup> secretarios e addidos e sobre o modo por que os empregados subalternos desempenham as suas funcções;

X—Passar certidões requeridas, precedendo despacho dos ministros. (Regimento das Legações, art. 73.)

Art. 156. Incumbe aos 2.<sup>o</sup> secretarios das Legações que tiverem 1.<sup>o</sup>, cujas vezes farão no impedimento ou ausencia destes, e aos addidos, debaixo da inspecção dos secretarios:

I—A escripturação e registro da Legação;

II—Pôr a limpo o expediente, tirar as 2.<sup>o</sup> vias, cópias e mais trabalhos de que os encarregarem os 1.<sup>o</sup> secretarios;

III—Fazer os exercicios de que trata o art.153 pelos quaes se habilitarão e mostrarão a sua idoneidade para superiores empregos ;

IV—Classificar os jornaes e mais impressos para o Governo e os que a Legação receber. (Regimento das Legações, art.74.)

Art. 157. Os addidos coadjuvarão os secretarios naquillo que lhes for determinado pelos ministros ou chefes de Legação. (Regimento das Legações, art. 75.)

## CAPITULO XVI

### DO REGISTRO EM GERAL

#### *I — Registro do relatorio de informações*

Art. 158. O relatorio de que trata o art. 128 deve ser registrado nas Legações em *livro proprio* e continuado pelo mesmo systema, sendo a continuação remetida á Secretaria de Estado todos os annos pelo primeiro paquete de março impreterivelmente. (Regimento das Legações, art. 76.)

Art. 159. Si acontecer que antes daquelle mez seja mudado o chefe da Legação, entregará elle ao seu successor ou ao secretario incumbido da Legação o alludido relatorio, comprehendendo o tempo até a sua retirada. (Regimento das Legações, art. 77.)

#### *II — Registro das conferencias*

Art. 160. As conferencias sobre negocios a cargo da Legação serão consignadas por extenso em registro especial para ser consultado quando convier e sobretudo nos casos em que, retirado o chefe da Legação, careça o seu successor ter conhecimento perfeito de todos os incidentes de taes conferencias. (Regimento das Legações, art. 78.)

Art. 161. Esse registro será feito assim:

1º, dia, mez e anno;

2º, especificação do assumpto ;

3º, exposição do que se houver passado na conferencia.

Deixar-se-ha ao lado direito margem sufficiente para a data da conferencia immediatamente anterior e da subsequente relativas ao mesmo assumpto. (Regimento das Legações, art. 79.)

Art. 162. Os officios que versarem sobre o objecto das conferencias serão acompanhados de cópias textuaes dellas. (Regimento das Legações, art. 80.)

#### *III — Registro das ordens recebidas*

Art. 163. Para que no caso de mudança do chefe da Legação ou do secretario, seus successores tenham prompto conhecimento

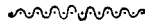
das ordens expedidas pelo Ministerio das Relações Exteriores, devem ser registradas chronologicamente em livro especial todas aquellas que por sua natureza tiverem execução permanente, procedendo-se para esse fim a um exame minucioso, quanto ao passado.

Esse registro terá á direita margem sufficiente para notar-se a data de alguma nova ordem alterando ou revogando a precedente. (Regimento das Legações, art. 81.)

#### IV — Registros especiaes

Art. 164. As Legações terão, além disso, registros especiaes:  
 § 1.º Para os editaes de proclamas e dos casamentos civis;  
 § 2.º Para as entradas e sahidas das rogatorias;  
 § 3.º Para as inscripções do Montepio, de accordo com o art. 26 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890. (Regimento das Legações, art. 82.)

Capital Federal, 20 de abril de 1899. — *Olyntho de Magalhães.*



#### DECRETO N. 3264 — DE 20 DE ABRIL DE 1899

Autoriza o Banco Constructor do Brazil a organizar companhia ou empreza para explorar a concessão da Estrada de Ferro de Victoria a Pessanha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem o Banco Constructor do Brazil, cessionario, nos termos do decreto n. 2539, de 5 de julho de 1897, da construção, uso e gozo da Estrada de Ferro da Victoria a Pessanha, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco Constructor do Brazil autorizado a organizar companhia ou empreza para explorar a concessão constante do decreto n. 574, de 12 de julho de 1890, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Victoria a Pessanha.

Art. 2.º A concessão de que se trata fica subordinada ao pagamento por parte do concessionario da quota annual de doze contos de réis (12:000\$000) destinada ás despesas de fiscalização e recolhida ao Thesouro Federal por semestres adeantados.

Capital Federal, 20 de abril de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3266 (\*) — DE 22 DE ABRIL DE 1899

Equipara o numero de preparadores da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ao dos preparadores da cadeira de anatomia descriptiva da mesma Faculdade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe é concedida pelo art. 3º, n. VIII, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, resolve equiparar o numero de preparadores da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ao dos preparadores da cadeira de anatomia descriptiva da mesma Faculdade.

Capital Federal, 22 de abril de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da S. Pessoa.*

—————

## DECRETO N. 3267 — DE 24 DE ABRIL DE 1899

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de especialidades pharmaceuticas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que na arrecadação do imposto do consumo de especialidades pharmaceuticas, a que se refere o art. 1º, n. 51, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 24 de abril de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Martinho.*

(\*) Com o n. 3265 não houve acto.

## Regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de especialidades pharmaceuticas a que se refere o decreto n. 3267 desta data

### CAPITULO I

#### DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA

Art. 1.º O imposto de consumo de especialidades pharmaceuticas de que trata o art. 1.º, n. 51, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, recai sobre as especialidades pharmaceuticas, quer nacionaes quer estrangeiras, mencionadas no seguinte paragrapho.

Paragrapho unico. Entende-se por especialidades pharmaceuticas :

Todo o remedio officinal, simples ou complexo, acompanhado ou não do nome do fabricante, procedente do estrangeiro ou produzido no paiz, preparado e indicado em doses medicinaes, e annuciado, nos respectivos rotulos, prospectos ou titulos, como capaz de curar, por applicação interna ou emprego externo, certa molestia, grupo de molestias ou estados morbidos diversos.

Art. 2.º O imposto compõe-se do registro das fabricas, depositos, casas de negocio e mercadores ambulantes e das taxas constantes da tabella annexa.

Art. 3.º As importancias a pagar pelo registro são as mencionadas no art. 5.º.

### CAPITULO II

#### DO REGISTRO

Art. 4.º Todos os fabricantes e commerciantes das mercadorias mencionadas no art. 1.º são obrigados a registrar annualmente, até 28 de fevereiro, seus estabelecimentos e os individuos que empregarem na venda ambulante.

Paragrapho unico. Os industriaes e commerciantes que se estabelecerem depois de 28 de fevereiro deverão obter o registro antes de iniciarem suas operações commerciaes, pagando integralmente o registro annual, qualquer que seja a época do anno em que o obtenham.

Art. 5.º As importancias a pagar pelo registro são :

a) Fabricas .....	200\$000
b) Depósitos de fabricas e casas commerciaes em grosso ou de atacado.....	100\$000
c) Casas commerciaes exclusivamente de especialidades pharmaceuticas.....	50\$000
d) Casas commerciaes com outros ramos de negocio além do de especialidades pharmaceuticas.....	20\$000
e) Mercador ambulante, ainda que trabalhando por conta de fabrica ou casa commercial registrada.	20\$000

Art. 6.º Para pagamento do registro na vigencia deste regulamento os interessados apresentarão á estação fiscal competente uma guia organisa da de accordo com o modelo A.

Art. 7.º As transferencias de registro deverão ser requeridas dentro de sessenta dias, a contar da data da aquisição do estabelecimento, mas não serão permittidas si o transferente for devedor de multa ou estiver sob a pressão de auto de infracção, salvo si o mesmo depositar previamente a importancia da multa, que ficará retida até completa solução do processo.

Art. 8.º O comprador será responsavel pelas dividas do vendedor, excepto :

- a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica ;
- b) si o houver do espolio ou massa fallida, comtanto que o titulo do aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 9.º Sempre que, no correr do anno, forem alteradas as condições do estabelecimento, de modo a sujeital-o a uma taxa maior de registro, será o contribuinte obrigado ao pagamento da differença dentro de sessenta dias, sob pena de ficar sem effeito o registro primitivo.

Art. 10. Diversos ramos de negocio no mesmo estabelecimento não eximem o proprietario da obrigação do registro, si no mesmo estabelecimento forem vendidos os productos a que se refere o art. 1.º.

Art. 11. Na falta de transferencia de registro dentro do prazo do art. 7.º, ou quando o mesmo não houver sido solicitado de accordo com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e profissões, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 12. A falta de registro será punida na fórma do art. 37 e elevará ao maximo a pena em que incorrer o contribuinte pela infracção de qualquer outra disposição deste regulamento.

Art. 13. A guia de que trata o art. 6º servirá para organisar-se um cadastro dos estabelecimentos e pessoas registradas, o qual deverá conter declaração da rua e numero do estabelecimento, nome do contribuinte, especie de commercio, taxa e numero da patente de registro (modelo B), data do pagamento e mais observações.

Este cadastro será publicado no *Diario Official* em junho de cada anno.

## CAPITULO III

## DAS TAXAS DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 14. As taxas de consumo sobre os productos de que trata o art. 1.<sup>o</sup> serão pagas por meio de estampilhas especiaes vendidas nas estações fiscaes e que deverão ser applicadas aos ditos productos de conformidade com o art. 32.

Art. 15. Haverá estampilhas de duas côres: de uma côr para productos nacionaes e de outra para productos estrangeiros. O formato e signaes caracteristicos das mesmas estampilhas serão regulados pelo Ministro da Fazenda e seus valores os seguintes :

100 réis

200 »

Art. 16. O deposito central das estampilhas será:

1.<sup>o</sup> Para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro — na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional, ou em ambas estas repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda;

2.<sup>o</sup> Nos outros Estados— nas Delegacias.

Art. 17. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos directamente á Imprensa Nacional ou á Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recebedoria, Alfandega de Macahé e Delegacias Fiscaes, sendo os das Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro por intermedio da Directoria das Rendas Publicas.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas como as de Antoniana, S. Francisco e Porto Murinho, que o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 18. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições, do qual conste especificadamente todo o movimento de sahida.

Art. 19. A arrecadação do imposto será feita:

- a) na Capital Federal — pela Alfandega e Recebedoria;
- b) no Estado do Rio de Janeiro — nos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo — pela Recebedoria; em Macahé — pela respectiva Alfandega e nos outros municipios—pelas Agencias Fiscaes;
- c) nos outros Estados — pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas estações.

Art. 20. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser diariamente escripturado com as devidas especificações o movimento de entrada e sahida de estampilhas (modelo C).

Art. 21. O estampilhamento das preparações medicinaes que constituem especialidades pharmaceuticas produzidas no paiz se fará nas fabricas, e o das importadas dos paizes estrangeiros será feito pelo importador ou pelos commerciantes retalhistas, que para isso são obrigados a receber daquelle o numero de estampilhas correspondente á quantidade e qualidade dos productos que comprarem.

Paragrapho unico. Na hypothese de ser o commerciante retalhista o incumbido do estampilhamento da mercadoria estrangeira, deverá fazer essa operação no prazo de cinco dias, contados da entrada da mesma mercadoria em sua casa commercial.

Art. 22. É considerada contravenção a este regulamento a exposição á venda de especialidades pharmaceuticas tributadas sem o competente sello.

Art. 23. São consideradas expostas á venda todas as especialidades pharmaceuticas que forem encontradas dentro das casas commerciaes ou em poder dos mercadores ambulantes, ainda que guardadas em caixas ou moveis.

Art. 24. As especialidades pharmaceuticas não poderão ser importadas, nem sair das fabricas ou estar expostas á venda nas casas commerciaes, sinão acondicionadas em garrafas, frascos, latas, potes, caixas, caixinhas, bocetas e outros envoltorios semelhantes, de modo a formarem unidades bem distinctas.

Art. 25. São isentas do imposto de consumo as especialidades pharmaceuticas que forem exportadas; devendo, porém, o exportador pedir uma guia á respectiva repartição aduaneira, na qual se declare a quantidade e qualidade dos productos a exportar afim de apresentar ao vendedor. Esta guia, que só será concedida em vista do despacho de exportação, acompanhará a expedição da mercadoria da fabrica até á repartição aduaneira ou ao ponto designado para o embarque.

Paragrapho unico. Si, decorrido o prazo de vinte dias, não se tiver verificado o embarque da mercadoria para a qual houver sido solicitada a guia de que trata este artigo, o chefe da repartição aduaneira exigirá explicações de quem a solicitou e mandará proceder a uma syndicancia, si suspeitar que houve fraude.

Art. 26. Os fabricantes de especialidades pharmaceuticas terão escripta especial em livro sellado, rubricado e authenticado nas respectivas estações fiscaes, no qual registrarão o movimento diario do estabelecimento e o de entrada e sahida de estampilhas, de accordo com o modelo D.

Paragrapho unico. Este livro será examinado pelos fiscaes ou por empregados designados pelos chefes das repartições competentes e, no caso de duvida, os ditos fiscaes ou empregados pedirão o examo de escripta geral, afim de se esclarecerem sobre os pontos que tiverem achado obscuros ou duvidosos.



## CAPITULO IV

## DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

*Da venda*

Art. 27. As estampilhas do imposto de consumo de especialidades pharmaceuticas serão vendidas pelas estações fiscaes competentes ás pessoas habilitadas com o respectivo registro na forma deste regulamento.

Art. 28. O fornecimento de estampilhas será feito mediante pedido formulado de accordo com o modelo E por compra na estação competente em importancia nunca inferior a 50\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas para as especialidades pharmaceuticas importadas, cujo fornecimento será feito de accordo com a nota do despacho, mediante guia organizada pelo despachante e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 29. A venda de estampilhas se fará nas seguintes condições :

1.º As estampilhas para productos importados — exclusivamente aos importadores ou seus representantes, devidamente habilitados, em vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo antecedente e na medida exacta da quantidade e qualidade das especialidades pharmaceuticas que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas repartições aduaneiras ;

2.º As estampilhas para especialidades pharmaceuticas fabricadas no paiz — exclusivamente aos fabricantes registrados, mediante o pedido a que se refere o art. 28.

Art. 30. É prohibido aos industriaes e commerciantes revenderem as estampilhas que houverem adquirido para o estampilhamento de seus productos.

Art. 31. Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes que lhes comprarem especialidades pharmaceuticas importadas, as estampilhas correspondentes á qualidade e quantidade desses productos, não sendo licito aos ditos importadores dispor de outro modo das estampilhas que tiverem em seu poder.

*Da collocação*

Art. 32. A applicação das estampilhas será feita no envoltorio externo, de modo que, aberto este, fiquem as mesmas inutilisadas, observando-se o seguinte:

1.º Nos pacotes, caixas, caixinhas, bocetas e saccos — nos fechos ;

2.º Nas latas e potes, de maneira que parte fique collada na orla da tampa e parte no corpo da lata ou pote ;

3.º Nas garrafas, frascos e outras vasilhas semelhantes, de maneira que fiquem colladas ao gargalo, passando sobre a rolha e se rompam ao serem abertas taes vasilhas;

4.º Nos outros envoltorios, quaesquer que sejam suas fórmãs, dimensões ou natureza, sobre o logar por onde devam ser abertos.

§ 1.º Quando a garrafa, frasco, caixinha, etc. for revestida de envoltorio externo, de papel, papelão, palha ou panno, as estampilhas serão collocadas no dito envoltorio, na linha ou ponto de abertura.

§ 2.º As estampilhas deverão ser colladas com gomme forte e de maneira que a adherencia seja perfeita em toda a sua superficie.

Art. 33. Para completar a importancia da taxa legal, poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, contanto que, o sejam seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo logar.

Art. 34. Consideram-se inutilisadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas ou colladas de tal modo que possam ser tiradas sem o menor esforço e utilizadas de novo.

Art. 35. Será tido como não sellado o producto nacional a que forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras, e o producto estrangeiro sellado com estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

## CAPITULO V

### DAS PENAS E SUA applicação

Art. 36. As penas comminadas neste regulamento serão impostas mediante processo administrativo, que terá por base o auto.

Paragraphe unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas colhidas.

#### *Das multas*

Art. 37. Os infractores do presente regulamento serão punidos com as seguintes multas:

De 300\$ a 500\$000:

a) Os fabricantes e negociantes de especialidades pharmaceuticas que não registrarem seu estabelecimento ou negocio como estipula o art. 4º;

b) Os fabricantes que deixarem de cumprir o disposto no art. 26 ;

c) Os fabricantes e commerciantes que não collocarem as estampilhas como determina o art. 32 e seus paragraphos, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indicio de já terem servido;

d) Os directores, gerentes ou empregados das empresas de transporte que se oppuzerem ao que determina o art. 64.

De 500\$ a 1:000\$000:

e) Os fabricantes que permittirem sair de suas fabricas especialidades pharmaceuticas não selladas, ou selladas incompletamente;

f) Os commerciantes que expuzerem á venda especialidades pharmaceuticas não selladas ou selladas incompletamente;

g) Os fabricantes que infringirem o art. 21;

h) Os fabricantes e importadores que revenderem as estampilhas adquiridas para o estampilhamento dos productos fabricados ou importados;

i) Os mercadores ambulantes que infringirem o art. 73;

j) Os importadores que deixarem de cumprir o disposto no art. 31.

De 1:000\$ a 3:000\$000:

k) Os que registrarem fabrica não existente, ou com falsa declaração do nome ou firma do proprietario;

l) Os que usarem estampilhas falsas ou rotulo de fabrica não existente;

m) Os que por qualquer forma embaraçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas attribuições;

n) Qualquer pessoa que seja encontrada vendendo ou procurando vender estampilhas servidas;

o) Os que servirem-se da guia de que trata o art. 25 para obter do fabricante productos não estampilhados, dando-lhes depois consumo no interior do paiz.

Art. 38. O commerciante que se recusar a declarar qual o fabricante das especialidades pharmaceuticas encontradas em sua casa de negocio em condições que não respeitem as prescripções deste regulamento, será punido com as mesmas penas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 39. Além da applicação das multas impostas no art. 37, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, selladas incompletamente, ou com sellos falsos ou já servidos.

Art. 40. As multas impostas neste regulamento serão cobradas no dobro aos reincidentes.

#### *Do auto e processo administrativo*

Art. 41. O auto, base do processo administrativo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualização, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que occorrerem.

Art. 42. O auto será lavrado:

1º) por fiscaes especiaes ou por empregados de fazenda designados;

2.<sup>o</sup>) por qualquer pessoa.

§ 1.<sup>o</sup> O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas; quando, porém, o for pelos funcionários de que trata o n. 1.<sup>o</sup> deste artigo, esta formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.<sup>o</sup> O infractor ou seu representante na ocasião deverá assignar o auto; no caso, porém, de recusa ou impossibilidade, será declarada esta circumstancia.

Art. 43. Lavrado o auto de infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor dando conhecimento da falta autuada, afim de que o mesmo venha allegar o que julgar a bem de seu direito dentro do prazo improrogavel de quinze dias, sob pena de revelia.

§ 1.<sup>o</sup> A intimação será feita pela seguinte forma:

a) por publicação de edital no *Diário Official*, na Capital Federal, ou em outros órgãos de publicidade, nos Estados;

b) por notificação escripta ou verbal à parte interessada, comprovada com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.<sup>o</sup> Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento não só da infracção commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido.

Art. 44. O prazo de quinze dias de que trata o artigo antecedente será contado da data da publicação do edital ou da notificação.

Art. 45. Produzida a justificação, à qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da repartição, depois de ouvir o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necessários, imporá multa ou julgará improcedente o auto.

Paragrapho unico. Si, esgotado o prazo de quinze dias, a parte interessada não produzir justificação, nem allegar em seu favor, notar-se-ha no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 46. As decisões dos chefes das repartições serão immediatamente publicadas ou communicadas à parte interessada.

Art. 47. Proferida a decisão, o acto não poderá ser mais re-considerado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo à parte o recurso nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 48. Preparado e concluso o processo, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas na prova dos autos.

Art. 49. As informações ou pareceres que sobre o auto de infracção tiverem de ser prestados por funcionarios não deverão exceder, em caso algum, o prazo de quinze dias, bem como nenhuma dilação probatoria maior de dez dias será concedida ao infractor no correr do processo.

Art. 50. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de quinze dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Paragrapho unico. Si, findo este prazo, o infractor não satisfizer a referida multa, deverá ser immediatamente remetida certidão da divida à Directoria do Contencioso ou às Delegacias para a cobrança executiva.

Art. 51. No caso de não residir o infractor na séde da repartição por onde correr o processo de imposição de multa, as intimações e mais actos serão exercidos por intermedio da estação do logar de sua residencia.

## CAPITULO VI

### DO RECURSO

Art. 52. Das decisões proferidas pelas estações fiscaes haverá recurso para a instancia superior.

Paragrapho unico. Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista, e serão interpostos :

a) para o Ministro da Fazenda, das decisões fiscaes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes em primeira instancia, excedentes das respectivas alçadas ;

b) para as Delegacias Fiscaes, das decisões proferidas pelos chefes das repartições arrecadadoras nos outros Estados.

Art. 53. Haverá recurso de revista, interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807 de 31 de janeiro de 1898, das decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 54. Haverá recurso *ex-officio* :

1º, das decisões favoraveis ás partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas ;

2º, das decisões dos inspectores das Alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira quer em segunda instancia, e do director da Recebedoria, quando forem julgadas em favor das partes a contravenção de que trata o art. 37 letra l e a infracção do art. 26.

Paragrapho unico. Estes recursos serão interpostos dentro do prazo de quinze dias :

a) para o Ministro da Fazenda—pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e de Macahé e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro ;

b) para as Delegacias Fiscaes — pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 55. Os recursos de decisões das repartições arrecadadoras deverão ser interpostos dentro do prazo de quinze dias, contados da publicação ou intimação do despacho, por meio de petição dirigida á autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos apresentados á repartição competente serão por ella encaminhados com o processo e informações dentro do prazo de oito dias.

Art. 56. Si o recurso versar sobre multa, não será acceito sem deposito previo de sua importancia.

Art. 57. O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 58. A fiscalização do imposto compete :

1.<sup>o</sup> na Capital Federal — á Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro ;

2.<sup>o</sup> no Estado do Rio de Janeiro, em Nitheroy e S. Gonçalo — á Recebedoria ; em Macahé — á respectiva Alfandega, e nos outros municipios — ás Agencias Fiscaes, sob a immediata inspecção da Directoria das Rendas ;

3.<sup>o</sup> nos outros Estados — ás Delegacias Fiscaes em todo o Estado, e ás Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.

Art. 59. A fiscalização do imposto será exercida :

a) nas Alfandegas e outras repartições aduaneiras ;

b) nas fabricas ;

c) nas casas de commercio ;

d) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferrocarris, das linhas de navegação maritima e fluvial ou de quaesquer empresas de transporte.

Art. 60. A fiscalização será feita não só pelos chefes das repartições mencionadas no art. 58 e respectivos empregados, como especialmente por intermedio dos fiscaes.

Art. 61. Incumbe aos fiscaes :

1.<sup>o</sup> Velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequencia as fabricas e casas commerciaes de productos pharmaceuticos e examinando, em caso de suspeita, os armarios, caixas ou moveis que ali encontrarem ;

2.<sup>o</sup> Lavrar os autos de infracção ;

3.<sup>o</sup> Apprehender as mercadorias em contravenção deste regulamento, lavrando o competente auto ;

4.<sup>o</sup> Apresentar um specimen de cada producto que encontrar em infracção, para prova material da contravenção ;

5.<sup>o</sup> Visar o registro das fabricas e casas mercadoras de especialidades pharmaceuticas e examinar a escripta dos fabricantes ;

6.<sup>o</sup> Solicitar, quando seja indispensavel, o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funções ;

7.<sup>o</sup> Desempenhar qualquer outra função que se contenha no limite de suas attribuições ;

8.<sup>o</sup> Apresentar mensalmente, até o dia 10, mappa das casas visitadas durante o mez antecedente, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, genero de negocio, numero do registro, infracções verificadas e natureza das mesmas, com

os precisos esclarecimentos, bem como do movimento das fabricas, quer quanto à produção e consumo, quer quanto ao valor das estampilhas que cada uma houver applicado;

9.º Inspeccionar :

a) o fabrico de rotulos, para verificar si se prestam à applicação a productos nacionaes afim de serem expostos à venda como estrangeiros;

b) as mercadorias nacionaes expostas à venda para verificar si trazem rotulo em lingua estrangeira;

10. Prestar à autoridade competente as informações e serviços que lhes forem exigidos em relação às suas funções.

Art. 62. Os fiscaes serão immediatamente subordinados aos chefes das repartições arrecadoras, e, no desempenho de suas funções, são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de Fazenda.

Art. 63. Os que desacatarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização, no exercicio de suas funções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Codigo Criminal, para o que o empregado offendido lavrará auto acompanhado do rol de testemunhas, o qual será remettido pelo chefe da repartição ao procurador da Republica.

Parapho unico. O empregado, no caso da disposição preceiente, poderá prender o offensor ou infractor e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

Art. 64. Os agentes fiscaes dos impostos de consumo, qualquer que seja a sua categoria, poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas de ferro, ferrocarris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer empresas de transporte, si as especialidades pharmaceuticas, em carga ou descarga nessas estações, estão devidamente estampilhadas, exigindo, em caso de suspeita, que os volumes sejam retidos nas referidas estações, até que os remettentes ou destinatarios os abram ou autorizem a abri-los à vista do agente fiscal.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte facultarão aos funcionarios da Fazenda Publica todas as informações que requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a necessaria inspecção.

§ 1.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remettente auto de infracção nos termos deste regulamento.

§ 2.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará e assignará termo declarando a diligencia que houver effectuado.

Art. 65. Os fiscaes poderão penetrar nas fabricas de especialidades pharmaceuticas e ahi exercer suas funções a qualquer hora do dia, ou mesmo da noite, quando de noite estiver a fabrica funcionando em trabalho industrial.

Art. 66. As especialidades pharmaceuticas sujeitas ao imposto de consumo que forem encontradas no commercio sem

estar devidamente selladas, serão apprehendidas pelos fiscoaes' que lavrarão auto de infração e apprehensão.

Paragrapho unico. Os generos apprehendidos serão restituídos ao infractor, si o mesmo os sellar dentro do prazo de quinze dias; no caso contrario, serão remettidos á Alfandega afim de dal-os em consumo.

Art. 67. Todas as repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço fiscal quando lhes for solicitado.

## CAPITULO VIII

### DESEMPENHO GERAL E TRANSITORIAS

Art. 68. Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da publicação das resoluções ou despachos no *Diário Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

Art. 69. Logo que se acharem impressas as estampilhas do imposto de consumo de especialidades pharmaceuticas, o Governo as fará distribuir por todas as repartições fiscoaes incumbidas da respectiva venda.

Art. 70. A medida que as repartições competentes na Capital Federal e nas capitães dos Estados forem recebendo as novas estampilhas, farão annunciar immediatamente a venda das mesmas por edictaes no *Diário Official* ou nas gazetas que publicam o expediente nos Estados, marcando nesses editaes o prazo improrrogavel de vinte dias, além do qual não poderão mais circular no commercio, nem ser expostos á venda os productos de que trata o art. 1.º, que não estejam estampilhados de conformidade com as disposições deste regulamento e da tabella annexa.

Paragrapho unico. Este prazo de tolerancia será de dez dias somente para os fabricantes de especialidades pharmaceuticas.

Art. 71. Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho, que durante esse prazo de vinte dias ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias da citada especie não estampilhadas, deverão supprir-se nas repartições competentes das estampilhas necessárias que, por excepção ao disposto nos arts. 27, 28 e 29, serão durante o mesmo prazo vendidas em qualquer quantidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

Art. 72. Decorrido o prazo de vinte dias estabelecido no art. 70, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão todas as localidades, inspecionando todas as casas commerciaes de especialidades pharmaceuticas, afim de verificarem si ha producto á venda, nos termos do art. 23, sem estar devidamente estampilhado, e, decorrido o prazo de dez dias marcado no paragrapho unico do mesmo art. 70, exercerão igual vigilancia para que não saiam das fabricas especialidades pharmaceuticas incompletamente estampilhadas, autoando em ambos os casos os infractores.



Art. 73. Os vendedores ambulantes de especialidades pharmaceuticas deverão trazer sempre consigo o seu titulo de registro, que serão obrigados a apresentar aos fiscoes todas as vezes que elles o exigirem.

Art. 74. Quando em qualquer das repartições incumbidas da venda de estampilhas occorrer accidentalmente a falta de um determinado typo, poderá essa repartição supprir estampilhas de valor correspondente relativas a qualquer dos outros impostos de consumo que são arrecadados por esse meio, uma vez que não sejam suppridas aos importadores estampilhas applicaveis a productos nacionaes, nem a fabricantes de productos nacionaes e negociantes não importadores, estampilhas applicaveis a productos estrangeiros.

Art. 75. Verificando-se a mudança de localidade, nome da rua, numero da casa, composição de firma social, ou qualquer outra das indicações exigidas por este regulamento nos rotulos dos productos, serão os antigos rotulos tolerados na circulação e commercio durante seis mezes.

Art. 76. No corrente anno o prazo para o registro de que trata o art. 4.<sup>o</sup> será de vinte dias contados da data da publicação deste regulamento, nos termos do art. 68.

Art. 77. Enquanto não for reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço regular-se-ha pelos decretos ns. 2098 de 14 de setembro de 1898 e 3040 de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 78. O preço de 5\$, a que se refere a tabella annexa, e que serve de limite para a applicação da estampilha de 100 réis, é o preço do retalhista, e não o do fabricante.

Art. 79. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de abril de 1899. — *Joaquim D. Martinho*.

### Tabella das taxas de consumo a que estão sujeitas as especialidades pharmaceuticas

#### PRODUCTOS NACIONAES E ESTRANGEIROS

Especialidades pharmaceuticas de preço até 5\$.....	100 réis
Ditas » » » superior a 5\$	200 réis

## MODELO — A

F..... estabelecido á rua de..... n... com (fabrica ou negocio)  
de..... vem registrar para os effeitos do imposto de consumo de  
especialidades pharmaceuticas o seu estabelecimento ou negocio.

Capital Federal.... de ..... de 18..

(Assignatura do interessado)

Averbado a fls. n... do Cadastro

O escriptuario,

F.

MODELO — B

N.



EXERCICIO DE 189...

**Recebedoria da Capital Federal**  
Registro de especialidades pharmaceuticas

Rs...\$...

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de especialidades pharmaceuticas na fórma do art.... do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal...de.....de 189...

Pelo sub-director,

F.

Recebi em.....

O thesoureiro,  
F.

N.



EXERCICIO DE 189....

**Recebedoria da Capital Federal**  
(Decreto n.....)

Registro para o commercio de especialidades pharmaceuticas

Rs...\$...

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de especialidades pharmaceuticas na fórma do art.... do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal...de.....de 189...

Pelo sub-director,

F.

Recebi em....de.....de 189...

O thesoureiro,  
F.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



## MODELO -- D

CONSUMO		ESTAMPILHAS			
DATA	Especialidades farmacéuticas de preço até 58000 Especialidades farmacéuticas de preço superior a 58000	DATA	IMPORTANCIA DAS COMPRAS NA REPARTIÇÃO GERAL	IMPORTANCIA DAS ENTREGAS NOS PREPARADOS	SALDO EXISTENTE
					CONSERVAÇÕES

N. B. -- No fim do mez os saldos existentes nas estampilhas passar-se-ão para o mez seguinte.

## MODELO — E

N.

O abaixo assignado, inscripto sob n...., estabelecido á rua ..... n... com (fabrica ou commercio) de especialidades pharmaceuticas, precisa das seguintes estampilhas do imposto de consumo das ditas especialidades :

...	folhas com...	estampilhas de 100 réis na importancia de	\$
...	»	» .... » » 200 » » » »	\$
<hr/>			<hr/>
...			\$

Importa em (*por extenso*).

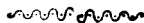
(*Data e assignatura*).

Recebi em (*data e assignatura*).

Averbado a fls..... do livro de inscrições n. 1, em.... de ..... de 189...

O escripturario,

F.



## DECRETO N. 3268 — DE 28 DE ABRIL DE 1899

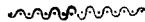
Declara sem effeito o decreto n. 3240, de 28 de março ultimo, que approvou os typos de secções transversaes para reconstrucção dos tunneis ns. 10 e 15 da Estrada de Ferro Santos a Jundiahy e augmentou o respectivo capital de 1.297:302\$487.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que o capital estipulado na clausula I do additamento de 22 de setembro de 1895 no contracto de 17 de julho do mesmo anno celebrado com a *S. Paulo Railway Company, Limited*, em virtude do decreto legislativo n. 126 de 18 de novembro de 1892 para a duplicação da linha, incluídas todas as obras a que se referem as clausulas II, III, IV, VII, VIII, XII e XIV do contracto acima referido, não pôde ser excedido de £ 2.900.000-0-0, resolve declarar sem effeito o decreto n. 3240 de 28 de março ultimo que approvou os typos de secções transversaes para reconstrucção dos tunneis ns. 10 e 15 da Estrada de Ferro Santos a Jundiahy e augmentou o capital da supradita companhia da quantia de 1.297:302\$487, em que importa o orçamento respectivo.

Capital Federal, 28 de abril de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3269 — DE 29 DE ABRIL DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto legislativo n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

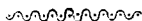
Artigo unico. Ficam creadas na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes, esta com a designação de 19ª, composta de dous regimentos sob ns. 37 e 33, e aquella com a designação de 88ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 262, 263 e 264, e um do da reserva sob n. 88,

os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de abril de 1899, 11.<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3270 — DE 2 DE MAIO DE 1899

Substitua a clausula 32.<sup>a</sup> (com referencia somente á Companhia Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba) do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba, cessionaria do privilegio e garantia de juros para a construcção, uso e gozo da estrada de ferro entre Petrolina e o littoral do Estado do Piahy, nos termos do decreto n. 1083, de 28 de novembro de 1890, do qual fazem parte integrante as clausulas que baixaram com o de n. 862, de 16 de outubro do mesmo anno, decreta :

Artigo unico. Fica substituida a clausula 32.<sup>a</sup> do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890 (com referencia somente á citada companhia) pelas que com este baixam, assignadas pelo Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 2 de maio de 1899, 11.<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Sereno Vieira.*

### **Clausulas a que se refere o decreto n. 3270, desta data**

#### **I**

A garantia de juros far-se-ha effectiva, livre de qualquer imposto, em semestres vencidos nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno, e os respectivos pagamentos dentro do terceiro mez, depois de findo o semestre, durante o prazo estabelecido no decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, do seguinte modo :

§ 1.<sup>o</sup> Enquanto durar a construcção das obras, os juros de 6 % ao anno serão pagos sobre a importancia que semestral-



mente se verificar haver sido empregada segundo a tabella de preços approvada pelo Governo.

As despesas só serão consideradas para os effeitos desta disposição até ao maximo capital garantido (30:000\$ por kilometro), e em caso algum a União será obrigada a pagar juros sobre quantias não despendidas com obras e material da estrada, a juizo do Governo.

Estas circumstancias não eximirão a companhia da obrigação que assume de concluir todas as obras e de fornecer o material fixo e rodante da estrada de ferro a que se refere a presente concessão, não sendo a União responsavel por qualquer augmento de onus que dahi resulte.

§ 2.º A aquisição do material fixo e rodante terá logar na proporção que o Governo julgar conveniente, autorizando previamente as respectivas despesas, para que possam ser levadas á conta do capital garantido.

§ 3.º Entregue a estrada ou parte desta ao transitto publico, os juros correspondentes ao respectivo capital serão pagos em presença dos balancos e liquidação da receita e despesa do custeio da estrada, exhibidos pela companhia e devidamente examinados pelos agentes do Governo.

§ 4.º Si os trabalhos de construcção forem interrompidos por mais de trinta dias, perderá a referida companhia o direito á percepção dos juros garantidos correspondentes ao respectivo semestre.

Esta clausula não deroga as consignadas sob n. 33 das que baixaram com o decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, as quaes continuam em pleno vigor, ainda mesmo quanto aos prazos ali estabelecidos, que não são prorogados.

## II

Fica a Companhia Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba obrigada a concorrer annualmente com a quantia de 10:000\$, destinada ás despesas de fiscalização, a qual deverá ser recolhida ao Thesouro Federal por semestres adeantados.

## III

Como garantia da fiel execução do contracto, deverá a companhia depositar no Thesouro Federal a caução de 10:000\$, que reverterá para os cofres da União caso seja declarada pelo Governo a caducidade da concessão de que se trata.

Capital Federal, 2 de maio de 1899. — *Severino Vieira*.



## DECRETO N. 3271 — DE 2 DE MAIO DE 1899

Completa o regulamento de 15 de junho de 1859 e altera algumas de suas disposições.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, § 1º, da Constituição Federal, resolve que o regulamento, a que se refere o decreto n. 2433, de 15 de junho de 1859, se observe com as alterações annexas, que vão assignadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 2 de maio de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitácio da Silva Pessoa.*

Alterações a que se refere o decreto n. 3271, desta data

Art. 1.º O regulamento promulgado pelo decreto n. 2433, de 15 de junho de 1859, para a arrecadação de bens de defuntos e ausentes, vagos e do evento, será observado, no Districto Federal, com as alterações seguintes:

Art. 2.º Sempre que o official do registro civil receber uma comunicação de obito inlagará si o fallecido deixou bens que devam ser arrecadados, na conformidade do citado regulamento de 1859.

§ 1.º Si o fallecido não tiver deixado conjuge ou herdeiros presentes, descendentes ou ascendentes ou collateraes dentro do 3º grão por direito civil, ou si o herdeiro instituido em testamento e o testamenteiro estiverem ausentes, o official do registro levará in-continenti o facto ao conhecimento do pretor.

§ 2.º No caso de ser feito o enterramento com autorização de autoridade policial, nos termos do art. 75 do regulamento annexo ao decreto n. 9885, de 7 de março de 1888, essa autoridade fará a inlagação de que trata o presente artigo, e no dia immediato comunicará o resultado ao official do registro, si se der algum dos casos referidos no parographo antecedente.

Art. 3.º O pretor, logo que tiver conhecimento, pelo meio indicado nos paragraphos do art. 2º, ou por qualquer outro meio, de ter fallecido na sua circumscripção alguma pessoa cujos bens estejam nas circumstancias do capitulo 1º do regulamento de 1859, procederá á arrecadação de todos os bens, no mesmo dia ou no immediato, providenciando previamente para que compareçam no local o curador de ausentes e o representante da Fazenda Federal.

§ 1.º Si o curador de ausentes e o representante da fazenda federal, ou qualquer dellos, não comparecerem, nem por isso o pretor deixará de proceder á arrecadação. Os bens que ao curador de ausentes pertence guardar e administrar ficarão até o

dia seguinte confiados á guarda de pessoa abonada, que os entregará ao curador, mediante recibo.

§ 2.º O não comparecimento, sem motivo justificado, do curador de ausentes ou do representante da Fazenda Federal imprtirá a perda da metade da porcentagem marcada para esses funcionarios no art. 82 do regulamento de 1859.

O pretor dará conhecimento da omissão ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

§ 3.º Si o pretor não se achar presente á hora designada para a diligencia, o curador de ausentes procederá á arrecadação em presença de duas testemunhas, e ainda que não compareça o representante da Fazenda Federal. Um escrivão *ad hoc*, nomeado pelo curador, lavrará o auto, que será incontinenti remettido ao pretor.

Neste caso, o pretor perderá a metade da porcentagem que lhe pertence pelo art. 82 do regulamento de 1859.

§ 4.º O dinheiro, ouro, prata, pedras preciosas, titulos da divida publica e de companhias e quaesquer papeis que contenham segredos de familia serão remettidos immediatamente para o Cofre dos Depositos Publicos, em envolveros lacrados e rubricados pelo juiz ou pelo curador de ausentes, com a declaração do seu conteúdo. Os outros bens moveis e os semoventes irão para o Deposito Geral; ficando unicamente sob a guarda e administração do curador os bens de raiz, os titulos de dividas activas, os moveis e semoventes não admittidos no Deposito Geral, os destinados e applicados á laboração dos estabelecimentos agricolas e fabris, para o effeito do disposto no § 1.º do art. 33 do regulamento de 1859, e os moveis que sejam de valor de afecção, como retratos ou joias de familia, manuscritos, etc.

§ 5.º O representante da Fazenda Federal é obrigado a comparecer á diligencia acompanhado do seu perito, que, conjuntamente com outro apresentado pelo curador e, em falta, designado pelo pretor, procederá á avaliação dos bens á medida que forem sendo arrolados. Do auto de arrecadação deverá constar o compromisso prestado pelo perito designado e tambem a avaliação dos bens.

Si os avaliadores discordarem, o pretor nomeará um terceiro para desempatar, e, sempre que for possivel, o desempate constará do proprio auto de arrecadação.

§ 6.º Não haverá avaliação quando os bens forem de pouca importancia, parecendo ao juiz que o seu valor não excede de 300\$000.

§ 7.º No caso do § 3º ou dada a ausencia do perito da Fazenda Federal, a avaliação será feita dentro do prazo de tres dias depois da arrecadação. Si a ausencia não for justificada, o perito perderá a metade do salario que lhe competir pela avaliação.

§ 8.º O valor dos titulos da divida e de companhias será o da cotação no dia do fallecimento do inventariado, ou no dia mais proximo, e, subsidiariamente, o que for arbitrado por um corretor nomeado pelo juiz.

§ 9.º Verificada alguma das hypotheses do regulamento promulgado pelo decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851, o pretor

suspenderá a diligencia para observar as disposições desse regulamento.

Art. 4.º Os bens recolhidos ao Cofre dos Depósitos Publicos e ao Depósito Geral serão vendidos no prazo de oito dias depois da avaliação, em praça do Juizo, ou em leilão no mais curto prazo possível, si na praça não houver lançador. O comprador só poderá receber os bens à vista do conhecimento que prove a entrada do producto da compra para o Cofre dos Depósitos Publicos.

Si o comprador não exhibir o conhecimento no termo de 24 horas depois da arrematação, ficará esta sem effeito, respondendo o comprador pelas despesas da praça ou leilão e pelos prejuizos a que tiver dado causa. Entretanto, si o conhecimento do deposito for apresentado depois das 24 horas e o comprador demonstrar que não lhe foi possível trazer-o a Juizo dentro do prazo, o pretor ordenará a entrega dos bens.

Esta disposição é applicavel à venda dos bens que não forem admittidos no Depósito Geral.

§ 1.º Os titulos da dívida publica e de companhias serão vendidos, no termo de um mez depois da arrecadação, pelo corretor que o pretor designar. Ultimada a operação, o corretor recolherá ao Cofre dos Depósitos Publicos o producto liquido da venda, juntando-se aos autos o respectivo conhecimento.

§ 2.º O pretor poderá adiar a venda dos bens por tempo determinado, susceptivel de prorrogação, sempre que, pensando habilitação dos herdeiros ou reclamação dos donos dos bens, elles assim o requererem e não houver inconveniente.

Art. 5.º Quarenta e oito horas depois da arrecadação, o pretor procederá ás diligencias determinadas no art. 32 do regulamento de 1859, para chamamento dos herdeiros do finado e de todos que direito tenham á sua herança, marcando o prazo de 90 dias.

O edital será publicado tres vezes com o intervallo de 30 dias.

Si o finado for natural de algum dos Estados da União, o pretor dirigirá deprecadas para a respectiva circumscripção judiciaria afim de lá tambem se affixar edital por tempo razoavel.

§ 1.º Não apparecendo interessados a habilitar-se, o pretor, si o espolio não for de valor superior a 5:000\$, ou o Conselho do Tribunal Civil e Criminal, no caso contrario, julgará a herança vacante e devoluta para o Estado.

§ 2.º Os bens de raiz serão então vendidos em praça do Juizo, salva a disposição do art. 12 do regulamento de 15 de junho de 1859; mas a respectiva carta de arrematação não poderá ser passada sem que, além das formalidades legais, o arrematante apresente conhecimento da entrada do producto para o Cofre dos Depósitos Publicos.

§ 3.º Da mesma fórma se procederá a respeito das dividas activas que forem de difficil liquidação ou cobrança, com o abatimento nunca excedente de 30 %; e os titulos das que o não forem serão recolhidos ao Cofre dos Depósitos Publicos.

§ 4.º Si estiver pendente habilitação dos herdeiros ou reclamação dos donos dos bens, em qualquer instancia judiciaria, ao tempo em que findar o prazo dos editaes, as disposições dos

paragraphos antecedentes só serão observadas depois da decisão final do processo, sempre que a parte assim o requerer.

Art. 6.º No caso de arrecadação dos bens dos fallecidos testados, o curador de ausentes dará cumprimento ao testamento, sem direito á vintena e sem prejuizo das providencias prescriptas neste regulamento, quanto ao inventario, guarda, administração e liquidação dos bens do espolio.

Art. 7.º As reclamações das pessoas que se julgarem donos dos bens arrecadados serão processadas em apartado. Apresentada a petição com os documentos que existirem e ouvidos o curador de ausentes e o representante da Fazenda, abrir-se-hia em cartorio uma dilação probatoria de cinco dias, finda a qual os interessados arrazoarão no prazo de 48 horas para cada um, decidindo o pretor com agravo para o Conselho do Tribunal Civil e Criminal.

Si ao pretor parecer desnecessaria a dilação, á vista dos documentos offerecidos, julgará logo a reclamação.

Art. 8.º O curador de ausentes não pôde delegar as funções do seu cargo, e é obrigado a funcionar no predio occupado pelo Tribunal Civil e Criminal, onde receberá os autos e papeis concernentes ao serviço da curadoria e as intimações.

Art. 9.º Si o curador de ausentes não recolher, no principio de cada mez, o producto liquido arrecadado no mez anterior, não só do rendimento que tiverem tido nesse tempo os bens administrados, como das dividas que se houverem cobrado, nos termos do art. 44 do regulamento de 15 de junho de 1859, o pretor determinará que no calculo de liquidação não seja contada a porcentagem estatuida no art. 83 do mesmo regulamento e comunicará a omissão ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 10. Si o Conselho do Tribunal Civil e Criminal, ou o pretor, encontrar, quando julgar os processos de arrecadação, prova de omissões ou faltas commettidas pelo curador de ausentes, dará conhecimento dellas ao Ministro.

Art. 11. Sempre que o Conselho do Tribunal Civil e Criminal verificar que o pretor não foi diligente em compellir o curador á liquidação exacta e prompta da herança, glosará metude da porcentagem que ao pretor pertencer.

Art. 12. Além das penas estatuidas no regulamento de 15 de junho de 1859 e da responsabilidade criminal, quando couber, o curador de ausentes soffrerá a pena de demissão do cargo, si forem repetidas ou graves as omissões ou faltas que tiver praticado no desempenho de suas funções.

Art. 13. As disposições deste regulamento serão observadas, no que for applicavel, nas arrecadações — a) dos bens das pessoas ausentes, segundo a Ord. L. 1.º T. 90, princ.; b) dos bens moveis e de raiz a que não é achado senhorio certo; c) dos quinhões pertencentes aos herdeiros ausentes dos fallecidos testados ou intestados; d) das heranças repudiadas.

Capital Federal, 2 de maio de 1899. — *Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3272 — DE 8 DE MAIO DE 1899

Approva, com alterações, os novos estatutos da Sociedade de Seguro Mutuo sobre a vida—A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Sociedade de Seguro Mutuo sobre a vida—A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os novos estatutos da Sociedade de Seguro Mutuo sobre a vida—A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil, com as seguintes alterações:

a) No art. 5º incluem-se os seguintes paragraphos:

§ 1.º Não fará qualquer outra operação que não seja directamente relativa ao seu fim capital, sob pena de lhe ser cassada a autorização para funcionar.

§ 2.º É expressamente vedado resegarar os seus seguros em companhias estrangeiras, dentro ou fora do paiz.

b) O paragrapho unico do art. 5º passará a ser o 3º do mesmo artigo, accrescentando-se, em seguida ás palavras—consentimento do conselho fiscal—e licença do Governo.

Capital Federal, 8 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



Sr. Presidente da Republica — O decreto legislativo n. 518, de 16 de novembro de 1898, autorizou o Governo a pagar ao major medico de 3ª classe do Exercito Dr. Affonso Lopes Machado os vencimentos de professor da extinta Escola Militar desta Capital, que deixou de receber desde janeiro de 1895, e bem assim aos demais leutes e professores vitalicios das escolas militares que estejam em identicas condições.

Em condições iguaes do Sr. Dr. Lopes Machado se acham os coronéis José Alipio Macedo da Fontoura Costallat e Antonio Americo Pereira da Silva, o major medico de 3ª classe Dr. Frederico Mariinho de Azevedo e Dr. Luiz Cruls, para pagamento de cujos vencimentos se abriu, por decreto n. 3235, de 17 de março ultimo, a este Ministerio o credito da quantia de 62:344\$171.

Além daquelles, estão tambem em condições identicas o coronel Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, os tenentes-coronéis Jorge dos Santos Almeida e Agricola Ewerton Pinto, os majores Jayme Benevolo e Urbano Duarte de Oliveira e o capitão Alfredo Odoarto da Silva Moraes, os quaes são credores, o

primeiro da quantia de 5:950\$804, o segundo da de 9:032\$220, o terceiro da de 5:390\$574, o quarto da de 17:000\$, o quinto da de 3:444\$434 e o ultimo da de 9:515\$310.

Sobre a abertura do credito necessario para occorrer a estes pagamentos, na importancia de 50:333\$342, ouviu-se, na forma do disposto no art. 2º, § 2º, n. 2, letra C, do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896, o Tribunal de Contas, que foi de parecer que o referido credito pôde ser legalmente aberto como especial.

E por isso apresento á vossa assignatura o incluso decreto.

Capital Federal, 12 de maio de 1899. — *J. N. de Medeiros Mallet.*

#### DECRETO N. 3273 — DE 12 DE MAIO DE 1899

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 50:333\$342, para occorrer ao pagamento devido a diversos officiaes por vencimentos que deixaram de receber, na qualidade de lentes e professores dos Institutos militares de ensino.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do disposto no art. 2º § 2º n. 2, letra C, do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896, e usando da autorização conferida pelo decreto legislativo n. 518, de 16 de novembro ultimo, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 50:333\$342 (cincoenta contos trezentos e trinta e tres mil trezentos e quarenta e dous réis), para occorrer ao pagamento ao coronel Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, tenentes-coroneis Jorge dos Santos Almeida e Agricola Ewerton Pinto, majores Jayme Benevolo e Urbano Duarte de Oliveira e capitão Alfredo Odoardo da Silva Moraes, ao primeiro de 5:950\$804, ao segundo de 9:032\$574, ao terceiro de 5:390\$574, ao quarto de 17:000\$, ao quinto de 3:444\$434 e ao ultimo de 9:515\$310, quantias estas provenientes de vencimentos que deixaram de receber na qualidade de lentes e professores dos Institutos militares de ensino.

Capital Federal, 12 de maio de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3274 — DE 15 DE MAIO DE 1899

Dá nova organização à Brigada Policial da Capital Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 3º, n. IV, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, decreta :

Art. 1.º A Brigada Policial da Capital Federal será organizada do modo constante dos quadros annexos, assignados pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.  
Capital Federal, 15 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessca.*



**Quadro da organização da Brigada Policial da Capital Federal a que se refere o decreto n. 3274, desta data**

	ESTADO-MAIOR	CONTA-DORIA	REPARTIÇÃO SANITARIA	ESTADO-MAIOR DOS CORPOS	OFFICIAES	ESTADO-MENOR DOS CORPOS	INFERIORES																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
--	--------------	-------------	----------------------	-------------------------	-----------	-------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

## OBSERVAÇÕES

O regimento de cavallaria terá quatro esquadrões e os batalhões de infantaria quatro companhias cada um. As praças do estado-menor dos corpos cujas graduações não estão indicadas terão as que forem determinadas no regulamento, de accordo com a lei do orçamento.

Os tenentes-coroneis e maiores effectivos podem ser nomeados para os cargos de assistentes e outros compatíveis com as suas patentes.

Os oficiais da Repartição Sanitária excedentes do novo quadro continuarão nos exercícios dos cargos correspondentes a seus postos até que o mesmo quadro fique restringido ao seu limite.

Os cargos de escrivão e quartel-mestre poderão ser ocupados por oficiais de graduação imediata às designadas nos novos quadros, enquanto existirem agregados desta graduação.

Para os cargos de ajudante e secretário dos corpos e secretaria da Brigada se atenderá principalmente às habilitações e idoneidade precisas, podendo as nomeações recair respectivamente em capitães e tenentes agregados.

Capital Federal, 15 de maio de 1899.—*Epitacio Pessoa.*

Quadro da força que deve ter cada esquadrão do regimento  
de cavallaria

	OFFICIAES		INFERIORES										RESUMO		ANIMAES		
	Capitão	Tenente	Alferes	1. <sup>o</sup> sargentos	2. <sup>o</sup> sargentos	Furriel	Cabos de esquadra	Anspeçadas	Soldados	Clarins	Ferradores	Total	Officiaes	Praças	Somma	Cavallos	Muares
Esquadrão.....	1	1	2	1	4	1	10	10	65	2	1	98	4	94	98	98	5

*Observações*

Os estados maior e menor do regimento pertencerão ao 1.<sup>o</sup> esquadrão.

Capital Federal, 15 de maio de 1890. — *Epitacio Pessoa*.

Quadro da força que deve ter cada companhia dos batalhões  
de infantaria

Companhia	OFFICIAES			INFERIORES								RESUMO		
	Capitão	Tenente	Alfere	1º sargento	2º sargentos	Furiel	Cabos de esquadra	Anspeçadas	Soldados	Corneteiros	Total	Officiaes	Praças	Somma
Companhia	1	1	2	1	6	1	16	16	106	2	152	4	148	152

*Observações*

Os estados maior e menor dos corpos pertencerão à 1ª companhia.

Capital Federal, 15 de março de 1899.—*Epitacio Pessoa.*



## DECRETO N. 3275 — DE 15 DE MAIO DE 1899

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Santarém, no Estado do Pará.

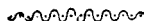
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Santarém, no Estado do Pará, duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais, com as designações de 41ª e 42ª, a primeira composta dos batalhões de serviço activo sob os ns. 121, 122 e 123, e um do da reserva sob o n. 41, e a segunda composta dos batalhões de infantaria sob os ns. 124, 125 e 126, e um da reserva com a designação de 42º, cujos corpos se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3276 — DE 15 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itaituba, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Itaituba, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com designação de 41ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 130º, 131º e 132º, e de um do da reserva sob n.º, 44 os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3277 — DE 15 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Miguel de Guamá, no Estado do Pará.

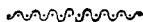
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Miguel de Guamá, no Estado do Pará, um brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 43ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 127, 128 e 129, e de um do da reserva sob o n. 43º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de maio de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3278 — DE 15 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Mazagão, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos de Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Mazagão, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 40ª, composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 118, 119, 120 e de um do da reserva com a designação de 40º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados dos nos districtos da mesma comarcas; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de maio de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3279 — DE 15 DE MAIO DE 1899

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de vinagre

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que na arrecadação do imposto de consumo de vinagre, a que se refere o art. 1.º, n. 52, da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, se observe o regulamento que este acompanha.

Capital Federal, 15 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*

Regulamento para a arrecadação do imposto de  
consumo do vinagre a que se refere o decreto  
n. 3279 desta data

## CAPITULO I

## DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA

Art. 1.º O imposto de consumo do vinagre de que trata o art. 1.º, n. 52, da lei n. 559 de, 31 de dezembro de 1898, recae sobre o vinagre commum ou de cozinha, branco ou de côr, inclusive o vinagre composto para conservas e bem assim sobre o acido acetico liquido, solido ou crystallizado e glacial ou crystallisavel, quer estes artigos sejam de producção nacional, quer estrangeira.

Art. 2.º O imposto consta das taxas estipuladas na tabella annexa.

Art. 3.º Nas repartições competentes se fará o registro de todas as fabricas e respectivos depositos dos productos mencionados no art. 1.º, observadas as disposições do capitulo seguinte.

## CAPITULO II

## DO REGISTRO

Art. 4.º O registro deverá ser effectuado annualmente, até 28 de fevereiro, cumprindo aos fabricantes obtel-o antes de iniciarem suas operações industriaes ou commerciaes.

Art. 5.º Pelo serviço do registro serão cobrados os emolumentos estipulados no art. 6.º, devendo a sua importância ser paga integralmente, qualquer que seja a época em que se realize o mesmo registro.

Art. 6.º As importâncias dos emolumentos pelo registro são:

- |                               |          |
|-------------------------------|----------|
| a) fabricas.....              | 100\$000 |
| b) depositos de fabricas..... | 50\$000. |

Art. 7.º Para o pagamento do registro na vigencia deste Regulamento os interessados apresentarão à estação fiscal respectiva uma guia organizada de accordo com o modelo A.

Art. 8.º As transferencias do registro deverão ser requeridas dentro de sessenta dias, a contar da data da aquisição do estabelecimento; mas não serão permittidas, si o transferente for devedor de multas ou estiver sob a pressão de auto de infração, salvo si depositar previamente a importância da multa, a qual será retida até solução do processo.

Art. 9.º O comprador será responsavel pelas quantias que o vendedor dever ao fisco, excepto :

- a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica ;
- b) si o houver de espolio ou massa fallida e o respectivo titulo de aquisição o isentar da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 10. Diversos ramos de industria na mesma fabrica não eximem o proprietario da obrigação do pagamento do registro, si no estabelecimento se fabricar vinagre ou acido acetico.

Art. 11. Na falta de transferencia do registro dentro do prazo do art. 8.º ou quando o mesmo não houver sido solicitado de conformidade com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e profissões, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 12. A falta do registro será punida na forma do art. 36 e elevará ao maximo a pena em que incorrer o contribuinte pela infração de qualquer outra disposição deste Regulamento.

Art. 13. A guia de que trata o art. 7.º servirá para a organização de um cadastro dos estabelecimentos registrados, o qual deverá conter a declaração da rua, numero do estabelecimento, nome do contribuinte, especie de commercio, importancia e numero da patente de registro (modelo B), data do pagamento e mais observações.

Este cadastro será publicado no *Diario Official* em junho de cada anno.

### CAPITULO III

#### DAS TAXAS DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 14. As taxas de consumo sobre os productos de que trata o art. 1.º serão pagas por meio de estampilhas especiaes applicadas aos mesmos e que só poderão ser vendidas pelas estações fiscaes.

Art. 15. Haverá estampilhas de duas côres: de uma côr para productos nacionaes e de outra para productos estrangeiros. O formato e signaes caracteristicos dessas estampilhas serão regulados pelo Ministerio da Fazenda e seus valores os seguintes:

13,2 réis	960 réis
17,4 »	1.000 »
20 »	1.200 »
23,2 »	1.400 »
25 »	1.440 »
26,6 »	1.500 »
30 »	1.600 »
35 »	1.680 »
40 »	1.750 »
80 »	1.920 »
160 »	2.000 »
440 »	5.000 »
500 »	8.000 »
600 »	10.000 »
700 »	20.000 »
800 »	

Art. 16. O deposito central das estampilhas será :

1.º Para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro — na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional, ou em ambas essas repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda;

2.º Nos outros Estados — nas Delegacias.

Art. 17. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos directamente á Imprensa Nacional ou á Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recebedoria, Alfandega de Macahé e Delegacias Fiscaes, e os das Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro por intermedio da Directoria de Rendas Publicas.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas como as de Antonina, S. Francisco e Porto Murfinho, as quaes o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 18. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições, do qual conste especificadamente todo o movimento de sahida.

Art. 19. A arrecadação do imposto será feita :

a ) na Capital Federal — pela Alfandega e Recebedoria ;

b ) no Estado do Rio de Janeiro, nos municipios do Nitheroy e S. Gonçalo — pela Recebedoria, em Macahé — pela respectiva Alfandega e nos outros municipios — pelas Agencias Fiscaes ;

c ) nos outros Estados — pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas estações.

Art. 20. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser diariamente escripturado o movimento de entrada e sahida de estampilhas com as devidas especificações (modelo C).



Art. 21. O estampilhamento do vinagre e acido acetico fabricados no paiz devera effectuar-se nas fabricas e o do vinagre o acidoacetico importados do estrangeiro sera feito pelo importador ou pelos commerciantes retalhistas, que para isso são obrigados a receber daquelle o numero de estampilhas correspondente á quantidade e qualidade dos productos que lhe comprarem.

§ 1.º Exceptuam-se das disposições deste artigo o vinagre e acido acetico nacionaes acondicionados em pipas, barris ou outra vasilha, quando destinados a engarrafamento e vendidos por fabricantes nacionaes a outros fabricantes ou negociantes retalhistas registrados, em cujo caso esses productos deverão ser estampilhados na occasião do engarrafamento com as estampilhas que no acto da venda tiverem sido fornecidas pelo vendedor.

§ 2.º Regimen identico ao do paragrapho antecedente sera observado quando o vinagre e acido acetico acondicionados como nelle se menciona se destinarem a ser vendidos a retalho nos proprios cascos pelos negociantes, incumbindo a estes applicar as estampilhas no tampo do casco no acto de expor-o á venda e inutilisar as mesmas estampilhas com a data por meio de carimbo ou a lapis-tinta, sem rasuras ou emendas, sob pena de serem consideradas como não existentes.

§ 3.º Effectuada a venda de productos não estampilhados nas condições dos §§ 1º e 2º, o fabricante dará ao comprador uma guia ou nota da quantidade vendida, declarando o nome do mesmo comprador, a data da transacção, o grão de acido acetico do producto e a quantidade e valor das estampilhas entregues.

§ 4.º O engarrafamento das mercadorias adquiridas nas condições do § 1º se fará de modo que, uma vez iniciado em relação a um determinado casco, fique todo o liquido nelle contido engarrafado no mesmo dia, circumstancia que deverá ser verificada pelos fiscoes.

§ 5.º Os fabricantes nacionaes e os importadores poderão vender o vinagre e acido acetico acondicionados em pipas ou barris a qualquer pessoa que não seja fabricante ou negociante retalhista, uma vez que, antes de darem sahida de seu estabelecimento a taes productos, collem com gomma forte sobre o tampo de cada casco as estampilhas correspondentes ao imposto devido, inutilisando-as previamente na forma estipulada no § 2º. Neste caso o fabricante ou o importador que vender a mercadoria dará ao conductor do vehiculo de transporte uma nota de venda, na qual será especificada a quantidade (em litros), qualidade, o grão de acido acetico, o nome e residencia do comprador, a data da compra e o valor das estampilhas applicadas a cada casco.

§ 6.º Na hypothese de ser o commerciante retalhista o incumbido do estampilhamento da mercadoria estrangeira, deverá o mesmo fazer essa operação no prazo de cinco dias, contados da entrada do vinagre ou acido acetico na sua casa commercial, quando taes productos tenham sido adquiridos já engarrafados, o que será verificado pelos fiscoes.

§ 7.º O vinagre e acido acetico engarrafados e acondicionados em caixas, cestas ou outras emballagens semelhantes, quando de produccão nacional, serão estampilhados pelo fabricante, garrafa por garrafa. Quando, porém, forem importados de paiz estrangeiro, o estampilhamento competirá:

a) ao negociante retalhista que os adquirir para o movimento do seu commercio, estampilhando as garrafas uma a uma;

b) ao commerciante importador, quando o comprador não for negociante; sendo neste caso o estampilhamento feito englobadamente nas caixas ou cestas e as estampilhas inutilizadas pelo vendedor, que sobre ellas escreverá as iniciaes do seu nome e a data;

c) ao empregado da repartição aduaneira que der sahida á mercadoria, quando esta não for importada por negociante importador, sendo o estampilhamento tambem neste caso feito englobadamente nas caixas ou cestas e as estampilhas inutilizadas com a data e as iniciaes do referido empregado, ou por meio do carimbo da repartição.

Art. 22. O grão de acido acetico do producto importado de paiz estrangeiro será determinado pelas repartições aduaneiras na occasião do despacho, e o de produccão nacional pelo fabricante, que o indicará escrevendo por extenso e em algarismo, sem rasura nem emendas, sobre uma etiqueta collada em logar bem visivel com guma forte na pipa, barril, garraão, garrafa ou outra qualquer vasilha em que estiver o liquido.

Art. 23. É considerada contravenção a este regulamento a exposição á venda do vinagre e acido acetico sem o competente sello.

Art. 24. São consideradas expostas á venda todas as mercadorias a que se refere o art. 1.º que forem encontradas dentro das casas commerciaes, ainda que guardadas em caixas ou moveis.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os productos acondicionados em pipas, quartolas, bordalezas e barris, destinados a ser engarrafados ou retalhados e que tenham sido adquiridos de conformidade com os §§ 1.º e 2.º do art. 21. Nestes casos o commerciante retalhista provará que as pipas ou barris estão intactos e exhibirá, não só a guia de que trata o § 4.º do dito artigo, como a quantidade de estampilhas a que ella se refere.

Art. 25. São isentos do imposto de consumo o vinagre e acido acetico que tiverem de ser exportados para paizes estrangeiros. O exportador, porém, pedirá uma guia á respectiva repartição aduaneira, na qual serão declaradas a quantidade e a qualidade dos productos a exportar. Esta guia, que só será concedida á vista do despacho de exportação, deverá ser apresentada pelo exportador ao fabricante que vender a mercadoria e acompanhará a expedição desta da fabrica até á repartição aduaneira ou até ao ponto designado para o embarque.

Paragrapho unico. Si, decorrido o prazo de vinte dias, não se tiver verificado o embarque da mercadoria para a qual houver sido solicitada a guia de que trata este artigo, o chefe da repar-

tição aduaneira exigirá explicações de quem a solicitou e fará proceder a uma sindicancia, si suspeitar que houve fraude.

Art. 26. Os fabricantes de vinagre e acido acetico terão escripta especial em livros sellados, rubricados e authenticados nas respectivas estações fiscaes, nos quaes registrarão o movimento diario do estabelecimento e o de entrada e sahida de estampilhas, de accordo com os modelos — D e E —.

Paragrapho unico. Estes livros serão examinados pelos fiscaes ou por empregados designados pelos chefes das repartições competentes ; podendo estes funcionarios, no caso de duvida, pedir o exame da escripta geral para verificar a exactidão dos lançamentos que encontrarem obscuros ou suspeitos na escripta especial.

## CAPITULO IV

### DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

#### *Da venda*

Art. 27. As estampilhas do imposto de consumo de vinagre e acido acetico serão vendidas pelas estações fiscaes competentes ás pessoas habilitadas com o respectivo registro na forma deste regulamento.

Art. 28. O fornecimento de estampilhas será feito mediante pedido formulado de accordo com o modelo — F — por compra na estação fiscal do lugar em importancia nunca inferior a 50\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas precisas para o vinagre e acido acetico importados de paiz estrangeiro, cujo fornecimento será feito de accordo com a nota do despacho, mediante guia organizada pelo despachante e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 29. A venda de estampilhas se fará nas seguintes condições:

1ª, as estampilhas para vinagre e acido acetico importados — exclusivamente aos importadores ou seus representantes devidamente habilitados, em vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo antecedente, e na medida exacta da quantidade, qualidade, e grão de acido acetico dos productos que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas repartições aduaneiras ;

2ª, as estampilhas para vinagre e acido acetico fabricados no paiz — exclusivamente aos fabricantes nacionaes, mediante o pedido a que se refere o art. 28. Este pedido será feito em duas vias, devendo ficar uma archivada na repartição fiscal e a outra ser entregue ao fabricante, atim de apresental-a ao fiscal, quando este o exigir.

Paragrapho unico. E' prohibido aos industriaes e negociantes revenderem as estampilhas que adquirirem para o estampilhamento de seus productos.

Art. 30. Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes que lhes comprarem vinagre e acido acetico importados as estampilhas correspondentes á qualidade e quantidade destas mercadorias, e só a esses commerciantes poderão ceder taes estampilhas.

#### *Da collocação*

Art. 31. A applicação das estampilhas será feita da seguinte fôrma :

1º, nas garrafas, garrafões, frascos e outras vasilhas semelhantes, de maneira que fiquem colladas no gargalo passando sobre a rolha e se rompam ao serem abertas essas vasilhas ;

2º, nas pipas, barris e vasilhas semelhantes, em qualquer ponto do tampo, comtanto que fiquem bem visiveis.

Art. 32. Para completar a importancia da taxa legal poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, mas de modo que o sejam seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo lugar.

Art. 33. Consideram-se inutilisadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas ou colladas de tal modo frouxo que se possa, sem o menor esforço, transferil-as de um para outro volume.

Art. 34. Considera-se não sellado o producto nacional a que forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras e bem assim o producto estrangeiro sellado com estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

### CAPITULO V

#### DAS PENAS E SUA APPLICAÇÃO

Art. 35. As penas comminadas neste regulamento serão impostas mediante processo administrativo, que terá por base o auto.

Paragrapho unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas colhidas.

#### *Das multas*

Art. 36. Os infractores deste regulamento serão punidos com as seguintes multas:

De 300\$ a 500\$000 :

a) os fabricantes de vinagre e acido acetico que não registrem seu estabelecimento fabril ou deposito como estipula o art. 4º;

b) os fabricantes que deixarem de cumprir o disposto no art. 26 ;

c) os que não collocarem as estampilhas como determina o art. 31, ou infringirem qualquer das outras disposições do mesmo artigo, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indicio de já terem servido;

d) os directores, gerentes ou empregados das empresas de transporte que se oppuzerem ao disposto no art. 63.

De 500\$ a 1:000\$000 :

e) os fabricantes que permittirem sair das fabricas vinagre e acido acetico não sellados ou sellados incompletamente, salvo as excepções constantes deste regulamento ;

f) os que infringirem o disposto no art. 21 e seus paragraphos :

g) os commerciantes que expuzerem á venda vinagre e acido acetico nas condições da lettra c deste artigo ;

h) os que revenderem estampilhas adquiridas para o estampilhamento dos seus productos fabricados, comprados ou importados ;

i) os importadores que deixarem de cumprir o disposto no art. 30.

De 1:000\$ a 3:000\$ :

j) os que registrarem fabrica não existente, ou com falsa declaração do nome ou firma do proprietario ;

k) os que usarem estampilhas falsas ou rotulos de fabrica não existente ;

l) os que por qualquer forma embarçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas attribuições ;

m) os que expuzerem á venda ou venderem vinagre e acido acetico nacionaes, inculcando-os como estrangeiros ;

n) qualquer pessoa que seja encontrada vendendo, ou procurando vender estampilhas servidas ;

o) os que se servirem da guia de que trata o art. 25 para obter dos fabricantes productos não estampilhados, dando-lhes depois consumo no interior do paiz.

Art. 37. O commerciante, que se recusar a declarar qual o productor do vinagre e acido acetico encontrados em sua casa de negocio em condições que não respeitem as prescripções fiscaes deste regulamento, será punido com as mesmas penas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 38. Além da applicação das multas impostas no art. 36, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, selladas incompletamente, ou com sellos falsos ou já servidos.

Art. 39. As multas impostas neste regulamento serão cobradas no dobro aos reincidentes.

#### *Do auto e processo administrativo*

Art. 40. O auto, base do processo administrativo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualisação, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que occorrerem.

Art. 41. O auto será lavrado:

- 1.º, por fiscaes especiaes ou empregados de fazenda designados;
- 2.º, por qualquer pessoa.

§ 1.º O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas; quando, porém, o for pelos funcionarios de que trata o n. 1º deste artigo, esta formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.º O infractor, ou seu representante na occasião, deverá assignar o auto; no caso, porém, de recusa ou impossibilidade, será declarada esta circumstancia.

Art. 42. Lavrado o auto de infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor dando conhecimento da falta autoada, affirm de que venha allegar o que julgar a bem de seu direito dentro do prazo improrogavel de quinze dias, sob pena de revelia.

§ 1.º A intimação será feita pela seguinte fórma:

- a) por publicação de edital no *Diario Official*, na Capital Federal, ou em outros órgãos de publicidade, nos Estados;
- b) por notificação escripta ou verbal á parte interessada, comprovada com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.º Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento, não só da infracção commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido.

Art. 43. O prazo de quinze dias, de que trata o artigo antecedente, será contado da data da publicação do edital ou da notificação.

Art. 44. Produzida a justificação, á qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da repartição, depois de ouvir o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necessarios, imporá multa ou julgará improcedente o auto.

Paragrapho unico. Si, esgotado o prazo de quinze dias, a parte interessada não produzir justificação nem allegar em seu favor, notar-se-ha no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 45. As decisões dos chefes das repartições serão publicadas ou communicadas á parte interessada.

Art. 46. Proferida a decisão, o acto não poderá ser mais reconsiderado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo a parte interessada o recurso nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 47. Preparado e concluso o processo, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas nas provas dos autos.

Art. 48. As informações ou pareceres que sobre o auto de infracção tiverem de ser dados por funcionarios não deverão exceder, em caso algum, o prazo de oito dias, bem como nenhuma dilação probatoria será concedida ao infractor no correr do processo maior de dez dias.

Art. 49. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de quinze dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Si findo este prazo não tiver sido satisfeita a multa,

deverão ser immediatamente remetidas as certidões da dívida à Directoria do Contencioso ou às Delegacias para a cobrança executiva.

Art. 50. No caso de não residir o infractor na séde da repartição por onde correr o processo administrativo de imposição de multa, as intimações e mais actos serão exercidos por intermédio da estação do lugar de residência do mesmo infractor.

## CAPITULO VI

### 1.º RECURSO

Art. 51. Das decisões proferidas pelas estações fiscaes haverá recurso para a instancia superior.

Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista, e serão interpostos :

a) para o Ministro da Fazenda, das decisões fiscaes da Capital Federal e do Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes em primeira instancia, excedentes das respectivas alçadas ;

b) para as Delegacias Fiscaes, das decisões proferidas pelos chefes das repartições arrecadadoras nos outros Estados.

Art. 52. Haverá recurso de revista interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807, de 31 de janeiro de 1898, das decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder e violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 53. Haverá recurso *ex-officio* :

1º, das decisões favoraveis ás partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas ;

2º, das decisões dos inspectores das alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira, quer em segunda instancia, e do director da Recebedoria, quando forem julgadas em favor das partes a contravenção de que trata o art. 36 lettra *k* e a infracção do art. 26.

Paraphrasis unico. Estes recursos serão interpostos dentro do prazo de quinze dias:

a) para o Ministro da Fazenda — pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e de Macahé e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro ;

b) para as Delegacias Fiscaes — pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 54. Os recursos de decisões das repartições arrecadadoras deverão ser interpostos dentro do prazo de quinze dias, contados da publicação ou intimação do despacho, por meio de petição dirigida á autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos serão apresentados á repartição competente e por ella encaminhados com o processo e informações dentro do prazo de oito dias.

Art. 55. Si o recurso versar sobre multa, não será accedido sem deposito previo de sua importancia.

Art. 56. O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 57. A fiscalização do imposto compete :

1º, na Capital Federal — á Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro ;

2º, no Estado do Rio de Janeiro, em Nitheroy e S. Gonçalo — á Recebedoria ; em Macahé — á respectiva Alfandega e nos outros municipios — ás Agencias Fiscaes sob a immediata inspecção da Directoria das Rendas ;

3º, nos outros Estados — ás Delegacias Fiscaes em todo o Estado, e ás Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.

Art. 58. A fiscalização do imposto será exercida :

a) nas Alfandegas e outras repartições aduaneiras ;

b) nas fabricas ;

c) nas casas de commercio ;

d) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferro-carris, das linhas de navegação maritima e fluvial ou de quaesquer emprezas de transporte.

Art. 59. A fiscalização será feita, não só pelos chefes das repartições mencionadas no art. 57 e respectivos empregados, como especialmente por intermedio dos fiscaes.

Art. 60. Incumbe aos fiscaes :

1.º Velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequencia as fabricas e casas commerciaes onde sejam fabricados ou vendidos vinagre e acido acetico, examinando, quando julgar conveniente, as dependencias desses estabelecimentos e os armarios, caixas ou moveis que ali encontrarem.

2.º Lavrar os autos de infracção.

3.º Appreender as mercadorias em contravenção do regulamento, lavrando o competente auto.

4.º Apresentar um specimen de cada producto que encontrar em infracção deste regulamento para prova material da contravenção.

5.º Visar o registro das fabricas e depositos das fabricas de vinagre e acido acetico, e bem assim examinar a escripta dos fabricantes.

6.º Solicitar, quando for indispensavel, o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funcções.



7.º Desempenhar qualquer outra função que se contenha no limite de suas attribuições.

8.º Apresentar mensalmente, até o dia 10, mappas das casas visitadas durante o mez antecedente, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, genero do negocio, numero do registro, infracções verificadas e natureza das mesmas, com os precisos esclarecimentos, bem como do movimento das fabricas.

9.º Exercer a mais activa vigilancia para impedir a fabricação de vinagre e acido acetico com rotulos falsificados, apprehendendo todos os productos que se acharem nestas condições.

10. Prestar á autoridade competente as informações e serviços que lles forem exigidos com relação ás suas funções.

Art. 61. Os fiscaes serão immediatamente subordinados aos chefes das repartições arrecaladoras, e, no desempenho de suas funções, são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de Fazenda.

Art. 62. Os que desacatarem de qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização, no exercicio de suas funções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Código Criminal, para o que o empregado offendido lavrará um auto, acompanhado do rol de testemunhas, o qual será pelo chefe da repartição remettido ao Procurador da Republica.

O empregado, no caso da disposição precedente, poderá prender o offensor ou infractor e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

Art. 63. Os agentes fiscaes dos impostos de consumo, qualquer que seja a sua categoria, poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas do ferro, ferro-carris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer empresas de transporte, si o vinagre e acido acetico, em carga ou descarga nessas estações, estão devidamente estampilhados, exigindo, em caso de suspeita, que os volumes sejam retidos nas referidas estações, até que os remetentes ou destinatarios os abram ou autorizem a abri-los á vista do agente fiscal.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte facilitarão aos funcionarios da Fazenda Publica todas as informações que elles requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facultar-lhes a necessaria inspecção.

§ 1.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará o assignará um termo declarando a diligencia que houver effectuado.

§ 2.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remettente auto de infracção nos termos deste Regulamento, e apprehenderá o mesmo producto.

Art. 64. Os fiscaes poderão penetrar nas fabricas de vinagre e acido acetico e ali exercer suas funções a qualquer hora do dia ou mesmo da noite, quando de noite estiver a fabrica funcionando em trabalho industrial.

Art. 65. Todas as repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço fiscal, quando lhes for solicitado.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 66. Todos os prazos de que trata este Regulamento serão contados da publicação das resoluções ou despachos no *Diario Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente, nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja estas publicações.

Art. 67. Logo que se acharem impressas as estampilhas do imposto de consumo de vinagre, o Governo as fará distribuir por todas as repartições fiscaes incumbidas da respectiva venda.

Art. 68. A' medida que as repartições competentes na Capital Federal e nas Capitães dos Estados forem recebendo essas estampilhas, farão annunciar immediatamente a venda das mesmas por editaes no *Diario Official* ou nas gazetas que publicam o expediente, nos Estados, e nesses editaes marcarão o prazo improrogavel de vinte dias além do qual não poderão mais circular no commercio, nem ser expostas á venda, as mercadorias de que trata o art. 1.<sup>a</sup>, que não estejam estampilhadas de conformidade com as disposições deste Regulamento e a *tabella annexa*.

Paragrapho unico. Este prazo de tolerancia será de dez dias para o *stock* de vinagre e acido acetico existentes nas fabricas.

Art. 69. Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho, que durante o prazo de vinte dias mencionado no art. 68 ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias da citada especie não estampilhadas ou estampilhadas incompletamente, deverão supprir-se nas repartições competentes das estampilhas necessarias que, por excepção ao disposto nos arts. 27, 28 e 29, serão durante o mesmo prazo vendidas em qualquer quantidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

Art. 70. Decorrido o prazo de vinte dias estabelecido no art. 68, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão as suas circumscripções inspecionando todas as casas commerciaes onde sejam vendidos vinagre e acido acetico, afim de verificarem si ha producto á venda, nos termos do art. 24, sem estar devidamente estampilhado, e, decorrido o prazo de dez dias marcado no supradito art. 68, exercerão igual vigilancia para que não saiam das fabricas vinagre e acido acetico incompletamente estampilhados, autoando em ambos os casos os infractores.

Art. 71. Verificando-se a mudança de localidade, nome da rua, numero da casa, composição da firma social, ou qualquer outra das indicações exigidas por este regulamento nos rotulos dos productos, serão tolerados na circulação do commercio, durante seis mezes, os antigos rotulos.

Art. 72. No corrente anno o prazo para o registro de que trata o art. 4º será de vinte dias contados da data da publicação deste Regulamento, nos termos do art. 66.

Art. 73. Enquanto não for reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço regular-se-ha pelos decretos ns. 2998, de 14 de setembro de 1898 e 340, de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 74. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de maio de 1899.—*Joaquim D. Murtinho.*

## TABELLA

TAXAS DE CONSUMO A QUE ESTÃO SUJEITOS O VINAGRE E ACIDO ACETICO

QUALIDADES	QUANTIDADES	TAXA
Vinagre contendo 8 % ou mais de acido acetico.....	1 litro	30 réis
	1 garrafa	12,2 »
Vinagre contendo de 9 a 12 % de acido acetico.....	1 litro	25 »
	1 garrafa	17,4 »
Vinagre contendo de 13 a 16 % de acido acetico.....	1 litro	30 »
	1 garrafa	20 »
Vinagre contendo de 17 a 40 % de acido acetico.....	1 litro	35 »
	1 garrafa	23,2 »
Vinagre contendo mais de 40 % de acido acetico.....	1 litro	40 »
	1 garrafa	26,6 »
Acido acetico solido crystallizado ou crystallisavel.....	Kilo	80 »

*Nota* — A garrafa normal é a que contém 2/3 ou 0,666 de litro.

## MODELO — A

F.....residente á rua.....com.....  
estabelecimento de.....vinagre e acido acetico, vem  
registrar seu negocio na fórma das disposições em vigor.

.....em.....de.....de 189...

(Assignatura).

## MODELO — B

N.



EXERCÍCIO DE 189...

Recebedoria da Capital Federal

REGISTRO DE VINAGRE

Rs....\$....

Por este título fica concedida a F. estabelecido á rua..... com fabrica ..... a patente de registro para a fabricação de vinagre na forma do art. 4º do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal... de..... de 189...

Pelo sub-director,  
F.

Recebi em.....

O thesoureiro,  
F.

N.



EXERCÍCIO DE 189...

Recebedoria da Capital Federal

(Decreto n.....)

REGISTRO PARA A FABRICAÇÃO DE VINAGRE

Rs....\$....

Por este título fica concedida a F. estabelecido á rua..... com fabrica ..... a patente de registro para a fabricação de vinagre na forma do art. 4º do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal... de..... de...

Pelo sub-director,  
F.

Recebi em.... de..... de 189...

O thesoureiro,  
F.

# MODELO — C

DEVE				CAIXA				HAVER			
4	Junho..	1899	Importancia de estampilhas de vinagre recebidas :					5	Junho..	1899	Importancia vendida a R. :
			De 10 réis... 1.350	13\$500							De 40 réis, 50... 8\$00
			De 15 réis... 500	6\$000							De 20 réis, 100... 2\$000
			De 20 réis... 1.800	36\$000							
			De 40 réis... 200	8\$000	63\$500						2\$500
								7	Junho..	1899	Importancia vendida a M. :
											De 20 réis, 200... 4\$000
											De 40 réis, 50... 2\$000
											6\$000
											8\$500

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## MODELO — D

Mapa de venda do vinagre em pipas, barris, etc. da fabrica de..... á rua de.....

DATA	NÚMERAÇÃO DOS BARRIS OU PIPAS	NOME DO COMPRADOR	RESIDENCIA	QUANTIDADE DE VINAGRE (Litro)	GRÃO DE AUIDO ACETICO	SELLO EMPREGADO	OBSERVAÇÕES

# MODELO — E

Modelo demonstrativo do estabelecimento de propriedade de... F... rua... no  
mez de..... de 189..

MOVIMENTO DO CONSUMO			MOVIMENTO DE ESTAMPILHAS				OBSERVAÇÕES
Data	Garrafas de vinagre	Litros de vinagre em pipas, barris, etc.	Data	Importancia compra- da na estação fiscal	Importancia das em- pregadas	Saldo existente	

N. B. — No fim do mez os saldos existentes nas estampilhas passarão para o mez seguinte.





## DECRETO N. 3280—DE 15 DE MAIO DE 1899

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de conservas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que na arrecadação do imposto de consumo de conservas, a que se refere o art. 1.º, n. 53, da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 15 de maio de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*

Regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de conservas a que se refere o decreto n. 3280 desta data.

## CAPITULO I

## DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA

Art. 1.º O imposto de consumo de conservas de que trata o art. 1.º, n. 53, da lei n. 559 de 31 de dezembro de 1898, recae sobre as conservas, nacionaes e estrangeiras, de carnes, peixes, doces, fructas e legumes, acondicionadas em latas, caixinhas, frascos, saccoes ou outro envoltorio, comprehendendo:

a) Presuntos, conservas de carne, paos, linguicas, chouriços, salames, mortadellas, extractos, caldos, geleas e outras preparações semelhantes, não medicinaes;

b) Camarões, ostras, sardinhas, peixes de qualquer especie, em conserva de vinagre, azeite, ou de qualquer outro modo preparada;

c) Fructas e doces preparados em calda, assucar crystallizado, espirito, em massa ou gelêa;

d) Legumes em conserva, com ou sem mistura de fructas, em massa ou de qualquer outro modo preparada.

Art. 2.º O imposto consta das taxas estipuladas na tabella annexa.

Art. 3.º Nas repartições competentes se fará o registro de todas as fabricas e respectivos depositos dos productos mencionados no art. 1.º, observando-se as disposições do capitulo seguinte:

## CAPITULO II

### DO REGISTRO

Art. 4.º O registro deverá ser effectuado annualmente até 28 de fevereiro; cumprindo aos fabricantes obtel-o antes de iniciarem suas operações industriaes e commerciaes.

Art. 5.º Pelo serviço do registro serão cobrados os emolumentos estipulados no art. 6.º, e a sua importancia será paga integralmente qualquer que seja a epoca em que se realize o mesmo registro.

Art. 6.º As importancias dos emolumentos pelo registro são:

a) Fabricas .....	100\$000
b) Depositos de fabricas.....	50\$000

Art. 7.º Para pagamento do registro na vigencia deste Regulamento os interessados apresentarão á estação fiscal competente uma guia organisa da de accordo com o modelo A.

Art. 8.º As transferencias de registro deverão ser requeridas dentro de sessenta dias, a contar da data da aquisição do estabelecimento, mas não serão permittidas si o transferente for devedor de multas ou estiver sob a pressão de auto de infracção, salvo si o mesmo depositar previamente a importancia da multa até completa solução do processo.

Art. 9.º O comprador será responsavel pelas dividas do—vendedor—; excepto:

- a) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica;
- b) si o houver de espolio ou massa fallida, contanto que o titulo de aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 10. Diversos ramos de negocio no mesmo estabelecimento não eximem o proprietario da obrigação do registro, si no dito estabelecimento for vendida alguma ou algumas das conservas a que se refere o art. 1.º.

Art. 11. Na falta de transferencia de registro dentro do prazo do art. 8.º, ou quando o mesmo não houver sido solicitado de accordo com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e prolições, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 12. A falta de registro será punida na fórma do art. 35 e elevará ao maximo a pena em que incorrer o contribuinte pela infracção de qualquer outra disposição deste regulamento.

Art. 13. A guia de que trata o art. 7.º servirá para organisar-se um cadastro dos estabelecimentos e pessoas registradas o qual deverá conter a declaração da rua, numero do estabelecimento.

cimento, nome do contribuinte, especie do commercio, taxa e numero da patente de registro (modelo B), data do pagamento e mais observações.

Este cadastro será publicado no *Diario Official* em junho de cada anno.

### CAPITULO III

#### DAS TAXAS DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 14. As taxas de consumo sobre os productos de que trata o art. 1.º serão pagas por meio de estampilhas especiaes applicadas aos mesmos e que só poderão ser vendidas pelas estações fiscaes.

Art. 15. Haverá estampilhas de duas côres: de uma côr para productos nacionaes e de outra para productos estrangeiros. O formato e signaes caracteristicos das mesmas estampilhas serão regulados pelo Ministro da Fazenda e os seus valores os seguintes:

50 réis

100 réis

Art. 16. O deposito central das estampilhas será:

1.º Para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro — na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional, ou em ambas essas repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda;

2.º Nos outros Estados — nas Delegacias.

Art. 17. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos directamente á Imprensa Nacional ou á Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recebedoria, Alfandega de Macahé e Delegacias Fiscaes, sendo os das Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro por intermedio da Directoria de Rendas Publicas.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas como as de Antonina, S. Francisco e Porto Murinho, as quaes o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 18. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições, do qual conste especificadamente todo movimento de sahida.

Art. 19. A arrecadação do imposto será feita:

- a) na Capital Federal — pela Alfandega e Recebedoria;
- b) no Estado do Rio de Janeiro — nos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo — pela Recebedoria; em Macahé — pela respectiva Alfandega e nos outros municipios — pelas Agencias Fiscaes;
- c) nos outros Estados — pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas repartições.

Art. 20. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser diariamente escripturado o movimento de entrada e sahida de estampilhas com as devidas especificações (modelo C).

Art. 21. O estampilhamento das conservas fabricadas no paiz deverá ser effectuado nas fabricas e o das conservas importadas será feito pelo importador ou pelos commerciantes retalhistas, que para isso são obrigados a receber daquelle o numero de estampilhas correspondente á quantidade e qualidade dos productos que lhe comprarem.

Art. 22. E' considerada contravenção a este regulamento a exposição á venda das conservas tributadas sem estarem devidamente selladas.

Art. 23. São consideradas expostas á venda todas as conservas a que se refere o art. 1º que forem encontradas dentro das casas commerciaes ou em poder de mercadores ambulantes, ainda que guardadas em caixas ou moveis.

Art. 24. São isentas do imposto de consumo as conservas que forem exportadas para paizes estrangeiros. O exportador, porém, pedirá uma guia á respectiva repartição aduaneira, na qual se declare a quantidade e qualidade dos productos a exportar, affim de apresental-a ao fabricante. Esta guia, que só será concedida á vista do despacho de exportação, acompanhará a expedição da mercadoria da fabrica até á repartição aduaneira ou ao ponto designado para o embarque.

Paragrapho unico. Si, decorrido o prazo de vinte dias, não se tiver realizado o embarque da mercadoria para a qual houver sido solicitada a guia de que trata este artigo, o chefe da repartição aduaneira exigirá explicações de quem a solicitou e fará proceder a uma syndicancia, si suspeitar que houve fraude.

Art. 25. Os fabricantes de conservas terão escripta especial em livro sellado, rubricado e authenticado nas respectivas estações fiscaes, no qual registrarão o movimento diario do estabelecimento e o de entrada e sahida de estampilhas, de accordo com o modelo D.

Paragrapho unico. Este livro será examinado pelos fiscaes ou por empregados designados pelos chefes das repartições competentes, e, no caso de duvida, os ditos fiscaes ou empregados pedirão o exame da escripta geral, affim de se esclarecerem sobre os pontos que tiverem achado obscuros ou duvidosos.

## CAPITULO IV

### DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

#### *Da venda*

Art. 26. As estampilhas do imposto de consumo de conservas serão vendidas pelas competentes estações fiscaes ás pessoas habilitadas com o respectivo registro na fórma deste regulamento.

Art. 27. O fornecimento de estampilhas será feito mediante pedido formulado de accordo com o modelo E, por compra em importancia nunca inferior a 50\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas para as conservas importadas, cujo fornecimento será feito de accordo com a nota de despacho, mediante guia organizada pelo despachante e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 28. A venda de estampilhas se fará nas seguintes condições :

1.<sup>a</sup> As estampilhas para conservas importadas — exclusivamente aos importadores ou seus representantes devidamente habilitados, em vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo antecedente e na medida exacta da quantidade e qualidade das conservas que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas repartições aduaneiras.

2.<sup>a</sup> As estampilhas para conservas fabricadas no paiz—exclusivamente aos fabricantes nacionaes, mediante o pedido a que se refere o art. 27.

Paragrapho unico. E' prohibido aos industriaes e importadores revenderem as estampilhas que adquirirem para o estampilhamento de seus productos.

Art. 29. Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes que lhes comprarem conservas importadas as estampilhas correspondentes á qualidade e quantidade desses productos; não sendo licito aos ditos importadores dispôr de outro modo das estampilhas que tiverem em seu poder.

#### *Da collocação*

Art. 30. A applicação das estampilhas será feita da seguinte forma:

1.<sup>o</sup> Nas garrafas, frascos e outras vasilhas semelhantes, de maneira que fiquem colladas no gargalo, passando sobre a rolha, e se rompam ao serem abertas essas vasilhas.

2.<sup>o</sup> Nas latas, caixas, caixinhas, potes e bocetas, de maneira que parte fique collada na orla da tampa e parte no corpo da lata, caixa, etc.

3.<sup>o</sup> Nos saccoes e outros envoltorios semelhantes, sobre a costura ou linha de abertura.

4.<sup>o</sup> Nos barris e vasilhas identicas, em qualquer ponto do tampo, mas de maneira que fiquem bem visiveis.

Art. 31. Para completar a importancia da taxa legal poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, comtanto que o sejam seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo logar.

Art. 32. Consideram-se inutilisadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas ou colladas de tal modo que se possa, sem o menor esforço, transferil-as de um para outro producto.

Art. 33. Será tido como não sellado o producto nacional a que forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras, o bem assim o producto estrangeiro sellado com estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

## CAPITULO V

### DAS PENAS E SUA APPLICAÇÃO

Art. 34. As penas comminadas neste regulamento serão impostas mediante processo administrativo, que terá por base o auto.

Paragrapho unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas collhidas.

#### *Das multas*

Art. 35. Os infractores deste regulamento serão punidos com as seguintes multas :

De 300\$ a 500\$000:

a) Os fabricantes e negociantes de conservas que não registram seu estabelecimento ou negocio como estipula o art. 4º;

b) Os fabricantes que deixarem de cumprir o disposto no art. 25;

c) Os fabricantes e commerciantes que não collocarem as estampilhas como determina o art. 30, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indício de já terem servido;

d) Os directores, gerentes, ou empregados das empresas do transporte que se oppuzerem ao disposto no art. 62.

De 500\$ a 1:000\$000:

e) Os fabricantes que permittirem sair das fabricas conservas não selladas ou selladas incompletamente;

f) Os fabricantes, importadores e retalhistas que infringirem o disposto no art. 21;

g) Os commerciantes que expuzerem á venda conservas nas condições da letra e deste artigo;

h) Os que revenderem estampilhas adquiridas para o estampilhamento dos seus productos;

i) Os importadores que deixarem de cumprir o disposto no art. 29.

De 1:000\$ a 3:000\$000:

j) Os que registram fabrica não existente, ou com falsa declaração do nome ou firma do proprietario;

k) Os que usarem estampilhas falsas ou rotulos de fabrica não existente;

l) Os que por qualquer forma embaraçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas funções;

m) Qualquer pessoa que seja encontrada vendendo ou procurando vender estampilhas servidas;

n) Os que se servirem da guia de que trata o art. 24 para obter dos fabricantes productos não estampilhados, dando-lhes depois consumo no interior do paiz.

Art. 36. O commerciante que recusar-se a declarar qual o fabricante das conservas encontradas em sua casa de negocio em condições que não respeitem as prescripções fiscaes deste regulamento, será punido com as mesmas penas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 37. Além da applicação das multas impostas no art. 35, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, selladas incompletamente, ou com sellos falsos ou já servidos.

Art. 38. As multas impostas neste regulamento serão cobradas no dobro aos reincidentes.

#### *Do auto e processo administrativo*

Art. 39. O auto, base do processo administrativo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualisação, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que occorrerem.

Art. 40. O auto será lavrado :

1º, por fiscaes especiaes ou por empregados de Fazenda designados;

2º, por qualquer pessoa.

§ 1.º O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas; quando, porém, o for pelos funcionarios de que trata o n. 1º deste artigo, esta formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.º O infractor ou seu representante na occasião deverá assignar o auto; no caso, porém, de recusa ou impossibilidade será declarada esta circumstancia.

Art. 41. Lavrado o auto de infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor dando conhecimento da falta autoada, afim de que venha allegar o que julgar a bem de seu direito dentro do prazo improrogavel de quinze dias, sob pena de revelia.

§ 1.º A intimação será feita :

a) por publicação de edital no *Diario Official*, na Capital Federal, e em outros órgãos de publicidade, nos Estados;

b) por notificação escripta ou verbal á parte interessada, comprovada com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.º Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento não só da infracção commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido.

Art. 42. O prazo de quinze dias, de que trata o artigo antecedente, será contado da data da publicação do edital ou da notificação.



Art. 43. Produzida a justificação, á qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da repartição, depois de ouvir o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necessários, imporá a multa ou julgará improcedente o auto.

Paragrapho unico. Si, esgotado o prazo de quinze dias, a parte interessada não produzir justificação nem allegar em seu favor, notar-se-ha no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 44. As decisões dos chefes das repartições serão publicadas ou comunicadas á parte interessada.

Art. 45. Proferida a decisão, o acto não poderá ser mais reconsiderado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo á parte interessada o recurso nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 46. Preparado e concluso o processo, a decisão deverá ser dada dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas nas provas dos autos.

Art. 47. As informações ou pareceres que sobre o auto de infracção tiverem de ser dados por funcionarios não deverão exceder, em caso algum, o prazo de quinze dias, bem como nenhuma dilação probatoria será concedida ao infractor no correr do processo, maior de dez dias.

Art. 48. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de quinze dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Si, findo este prazo, não tiver sido satisfeito o pagamento, deverão ser immediatamente remettidas as certidões da divida á Directoria do Contencioso ou ás Delegacias para a cobrança executiva.

Art. 49. No caso de não residir o infractor na séde da repartição por onde correr o processo administrativo de imposição de multa, as intimações e mais actos serão exercidos por intermedio da estação do logar de sua residencia.

## CAPITULO VI

### DO RECURSO

Art. 50. Das decisões das estações fiscaes haverá recurso para a instancia superior.

Paragrapho unico. Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista, e serão interpostos :

a) para o Ministro da Fazenda — das decisões fiscaes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes em primeira instancia excedentes das respectivas alçadas ;

b) para as Delegacias Fiscaes — das decisões dos chefes das repartições arrecadoras, nos outros Estados.

Art. 51. Haverá recurso de revista, interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807 de 31 de janeiro de 1898, das

decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 52. Haverá recurso *ex-officio* :

1º, das decisões favoraveis ás partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas ;

2º, das decisões dos inspectores das Alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira quer em segunda instancia, e do director da Recebedoria, quando forem julgadas em favor das partes as contravenções de que trata o art. 35 lettra *h* e as infracções do art. 25.

Paragrapho unico. Estes recursos serão interpostos dentro do prazo de quinze dias :

a) para o Ministro da Fazenda — pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e Macahé e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro ;

b) para as Delegacias Fiscaes — pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 53. Os recursos de decisões das repartições arrecadadoras deverão ser interpostos dentro do prazo de quinze dias, contados da publicação ou intimação do despacho, por meio de petição dirigida á autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos serão apresentados á repartição competente e por ella encaminhados com o processo e informações no prazo de oito dias.

Art. 54. Si o recurso versar sobre multa, não será accedido sem deposito previo de sua importancia.

Art. 55. O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 56. A fiscalização do imposto compete :

1º, na Capital Federal — á Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro ;

2º, no Estado do Rio de Janeiro, em Nitheroy e S. Gonçalo — á Recebedoria ; em Macahé — á respectiva Alfandega e nos outros municipios — ás Agencias Fiscaes sob a immediata inspecção da Directoria das Rendas ;

3º, nos outros Estados — ás Delegacias Fiscaes em todo o Estado, e ás Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.

Art. 57. A fiscalização do imposto será exercida :

a) nas Alfandegas e outras repartições aduaneiras ;

b) nas fabricas ;

c) nas casas de commercio ;

d) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferro-carris, das linhas de navegação marítima e fluvial ou de quaesquer empresas de transporte.

Art. 58. A fiscalização será feita pelos empregados que forem designados pelos chefes das repartições mencionadas no art. 56 e especialmente pelos fiscaes nomeados.

Art. 59. Incumbe aos fiscaes :

1.º Velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequencia as fabricas e casas commerciaes de conservas e examinando, quando julgarem conveniente, as dependencias desses estabelecimentos e os armarios, caixas ou moveis que ahi encontrarem ;

2.º Lavrar os autos de infracção ;

3.º Apprehender as mercadorias que estiverem em contravenção deste regulamento, lavrando o competente auto ;

4.º Apresentar um specimen de cada producto que encontrar em infracção, para prova material da contravenção ;

5.º Visar o registro das fabricas e casas mercadoras de conservas e examinar a escripta dos fabricantes ;

6.º Solicitar, quando seja indispensavel, o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funcções ;

7.º Desempenhar qualquer outra funcção que se contenha no limite de suas attribuições ;

8.º Apresentar mensalmente, até o dia 10, mappas das casas visitadas durante o mez antecedente, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, genero de negocio, numero do registro, infracções verificadas e natureza das mesmas, com os precisos esclarecimentos, bem como do movimento das fabricas, quer quanto á producção e consumo, quer quanto ao valor das estampilhas que cada uma houver applicado ;

9.º Inspeccionar :

a) o fabrico de rotulos, para verificar si se prestam á applicação de productos nacionaes para serem expostos á venda como estrangeiros ;

b) as conservas nacionaes expostas á venda, para verificar si trazem rotulos em lingua estrangeira ;

10. Prestar á autoridade competente as informações e serviços que lhes forem exigidos em relação ás suas funcções.

Art. 60. Os fiscaes serão immediatamente subordinados aos chefes das repartições arrecadadoras, e, no desempenho de suas funcções, são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de Fazenda.

Art. 61. Os que desactarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização, no exercicio de suas funcções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Código Criminal, para o que o empregado offendido lavrará auto, acompanhado do rol de testemunhas, o qual será remettilo pelo chefe da repartição ao Procurador da Republica.

No caso da disposição precedente, o empregado poderá pren-

der o offensor ou infractor e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

Art. 62. Os agentes fiscaes dos impostos de consumo, qualquer que seja a sua categoria, poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas de ferro, ferro-carris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer emprezas de transporte, si as conservas sujeitas ao imposto, em carga ou descarga nessas estações, estão devidamente estampilhadas, exigindo, em caso de suspeita, que os volumes sejam retidos nas referidas estações, até que os remetentes ou destinatarios os abram ou autorizem a abri-los á vista do agente fiscal.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte facultarão aos funcionarios da fazenda publica todas as informações que elles requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a necessaria inspecção.

§ 1.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remettente auto de infracção nos termos deste regulamento e apprehenderá o mesmo producto.

§ 2.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará e assignará um termo declarando a diligencia que houver effectuado.

Art. 63. Os fiscaes poderão penetrar nas fabricas de conservas e ali exercer suas funcções a qualquer hora do dia, ou mesmo da noite, quando de noite estiver a fabrica funcionando em trabalho industrial.

Art. 64. As conservas sujeitas ao imposto de consumo que forem encontradas no commercio sem estarem convenientemente selladas, serão apprehendidas pelos fiscaes, que multarão os infractores e lavraráo auto de infracção e apprehensão.

Paragrapho unico. As conservas apprehendidas só serão restituidas ao infractor depois de selladas pelo mesmo, e, quando não o forem dentro de quinze dias, serão remettidas á Alfandega, afim de dal-as em consumo.

Art. 65. Todas as repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço do fiscal quando lhes for solicitado.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 66. Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da publicação das resoluções ou despachos no *Diário Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente, nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

Art. 67. Logo que se acharem impressas as estampilhas do imposto de consumo de conservas, o Governo as fará distribuir por todas as repartições fiscaes incumbidas da respectiva venda.

Art. 68. A medida que as repartições competentes na Ca-

pital Federal e nas Capitães dos Estados forem recebendo as estampilhas, farão annunciar immediatamente a venda das mesmas por editaes no *Diario Official* ou nas gazetas que publicam o expediente nos Estados, e nesses editaes marcarão o prazo improrogavel de vinte dias além do qual não poderão mais circular no commercio, nem ser expostas á venda, as mercadorias de que trata o art. 1º, que não estejam estampilhadas de conformidade com as disposições deste regulamento e com a tabella annexa.

Paragrapho unico. Este prazo de tolerancia será de dez dias para o *stock* de conservas existente nas fabricas.

Art. 69. Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho que durante o prazo de vinte dias mencionado no art. 68 ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias da citada especie não estampilhadas ou estampilhadas incompletamente, deverão supprir-se nas repartições competentes das estampilhas necessarias que, por excepção ao disposto nos arts. 26, 27 e 28, serão vendidas durante o mesmo prazo, em qualquer quantidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

Art. 70. Decorrido o prazo de vinte dias estabelecido no art. 68, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão as suas circumscripções, inspecionando todas as casas commerciaes e negocios ambulantes de conservas, afim de verificarem si ha producto á venda, nos termos do art. 23, sem estar devidamente estampilhado, e, decorrido o prazo de dez dias marcado no citado art. 68, exercerão igual vigilancia para que não saiam das fabricas conservas incompletamente estampilhadas, autcando em ambos os casos os infractores.

Art. 71. Quando em qualquer das repartições incumbidas da venda de estampilhas occorrer accidentalmente a falta de um determinado typo, poderá essa repartição supprir estampilhas de valor correspondente relativas a qualquer dos outros impostos de consumo que são arrecadados por esse meio, uma vez que não sejam suppridas aos importadores estampilhas applicaveis a productos nacionaes, nem a fabricantes de productos nacionaes e negociantes não importadores estampilhas applicaveis a productos estrangeiros.

Art. 72. Verificando-se a mudança de localidade, nome da rua, numero da casa, composição de firma social, ou qualquer outra das indicações exigidas por este regulamento nos rotulos dos productos, serão tolerados na circulação e commercio, durante seis mezes, os rotulos antigos.

Art. 73. No corrente anno o prazo para o registro, de que trata o art. 4º, será de vinte dias, contados da data da publicação deste regulamento, nos termos do art. 66.

Art. 74. Enquanto não for reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço será regulado pelos decretos ns. 2998 de 14 de setembro de 1898 e 3040 de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 75. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de maio de 1899.— *Joaquim D. Murtinho.*

## TABELLA

## Taxas de consumo a que estão sujeitas as conservas

Conservas pesando até 500 grammas (peso bruto)....	50réis.
Idem idem mais de 500 grammas (idem).....	100 réis.

## MODELO — A

F.....residente á rua.....com.....  
(estabelecimento de.....ou venda ambulante) de con-  
servas, vem registrar seu negocio na fórma das disposições em  
vigor.

.....em.....de.....de 189....

(Assignatura.

MODELO — B

N.



EXERCICIO DE 189...

**Recebedoria da Capital Federal**

REGISTRO DE CONSERVAS

Rs....\$...

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á  
rua..... com negocio de..... a patente de  
registro para o commercio de conservas na fórma do  
art..... do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal...de..... de 189...

Pelo sub-director,

F.

Recebi em.....

O thesoureiro,

F.

N.



EXERCICIO DE 189....

**Recebedoria da Capital Federal**

(Decreto n.....)

REGISTRO PARA O COMMERCIO DE CONSERVAS

Rs.....\$.....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua.... com negocio  
de..... a patente de registro para o commercio de conservas na  
órma do art..... do Decreto n.....

Recebedoria da Capital Federal...de..... de 189....

Pelo sub-director,

F.

Recebi em.... de..... de 189....

O thesoureiro,

F.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

685





MODELO — D

CONSUMO			ESTAMPILHAS				
DATA	CONSERVAS DE PESO ATÉ 500 GRAMMAS (PESO BRUTO)	CONSERVAS DE PESO SUPERIOR A 500 GRAMMAS (PESO BRUTO)	DATA	IMPORTANCIA DAS COMPRADAS NA REPARTIÇÃO FISCAL	IMPORTANCIA DAS EMPREGADAS NOS PREPARADOS	SALDO EXISTENTE	OBSERVAÇÕES

N. B. — No fim do mez os saldos existentes nas estampilhas passarão para o mez seguinte.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



## DECRETO N. 3281 — DE 16 DE MAIO DE 1899

Supprime um logar de engenheiro chefe de districto da Repartição Geral dos Telegraphos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe foi conferida pelo art. 9º da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, decreta:

Artigo unico. Fica supprimido um logar de engenheiro chefe de districto da Repartição Geral dos Telegraphos.

Capital Federal, 16 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3282 — DE 16 DE MAIO DE 1899

Concede autorização á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company Limited* para funcceionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company Limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorização á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company Limited*, para funcceionar na Republica, com os estatutos que apresentou, sob as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 16 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3282, desta data**

1ª

A *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company Limited* é obrigada a ter um representante no Brazil, com plenos e

illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com particulares.

2ª

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

3ª

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcionar no Brazil si infringir esta clausula.

4ª

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco contos de réis (5:000\$000).

Capital Federal, 16 de maio de 1899. — *Severino Vieira*.

### **Leis das companhias. Annos de 1862 a 1898**

Sociedade de responsabilidade limitada por acções

CONTRACTO SOCIAL DA «THE RIO DE JANEIRO HARBOUR AND DOCK COMPANY, LIMITED»

1. O nome da Companhia é *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*.

2. A sede social da Companhia será situada na Inglaterra.

3. Os fins para os quaes se estabelece esta companhia são:

a) Comprar e adquirir uma concessão outorgada por decreto do Governo Brasileiro, n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro, renovada por decreto, em virtude do art. 46 da lei n. 560 dos Estados Unidos do Brazil com data de 31 de dezembro de 1898, publicada no *Diário Official* de 1 de janeiro de 1899.

b) Comprar e adquirir quaesquer outras concessões já outorgadas ou que o sejam pelo Governo Brasileiro então existente para a execução de quaesquer obras publicas no Brazil, seja qual for a descripção de taes obras publicas.

c) Fazer ajustes com o Governo para a modificação, prolongamento ou variação de quaesquer concessões outorgadas actualmente ou no futuro pelo Governo do Brazil.

d) Construir, executar, levar a effeito, montar, melhorar, explorar, desenvolver, administrar, dirigir e superintender todas as obras autorizadas pela referida concessões e quaesquer outras concessões outorgadas actualmente ou no futuro como acima dito ; ou quaesquer modificações, variações ou extensões respeito ás mesmas ou quaesquer outras obras publicas ou conveniencias de toda a classe dentro dos Estados Unidos do Brazil ou fóra delles.

e) Obter o devido reconhecimento da Companhia nos Estados Unidos do Brazil.

f) Comprar, adquirir, arrendar ou possuir terrenos, diques, armazens, machinas, materiaes fixos, edificios, accessorios e construcções no Brazil ; e solicitar, obter, comprar, arrendar e adquirir de qualquer outro modo e de tempos a outros quaesquer concessões ou bens nos Estados Unidos do Brazil.

g) Explorar, exercer e dar o devido effeito e applicação aos bens, empresas, concessões, direitos e negocios que de tempos a outros forem adquiridos pela Companhia e fazer e celebrar contractos mancomunadamente ou em separado com quaesquer companhias, firmas ou pessoas com o fim de dar execução ou relativamente a quaesquer dos objectos da Companhia.

h) Empreender e fazer nos Estados Unidos do Brazil e em quaesquer outros logares os negocios de proprietarios de docas, portos, caes de cargas e descargas, trapiches, chatas, lanchas e todas os outros negocios que possam ser convenientemente feitos em relação com os negocios de proprietarios de docas e portos.

i) Adquirir, comprar, arrendar, permutar e de outro modo obter, possuir e manter todos os terrenos, fabricas, edificios e accessorios, e todos os negocios, chaves de negocios, moveis, existencias, e outros bens mobiliarios e immobiliarios, direitos o privilegios necessarios ou convenientes para os fins sociaes.

j) Comprar, construir, fretar, dar ou tomar de aluguel e de outro modo obter a posse, uso e direito de dispor de navios, lanchas, chatas e barcos de todas as especies, locomotivas, carros, vagões e material circulante e fornecer quaesquer outros meios para a condução de mercadorias e moveis de todas as especies.

k) Requerer, obter e adquirir por compra, arrendamento ou de outro modo, usar, dispor e conceder licenças e autorizações para o uso e disposições de invenções, cartas-patentes, privilegios de invenção, licenças, protecções, registros, concessões, leis e autorizações para ou relativamente a invenções, marcas de fabricas e outros privilegios e direitos exclusivos e não exclusivos que digam respeito a todos ou quaesquer dos negocios ou operações, sociaes, ou quaesquer beneficios ou interesses nos mesmos de qualquer maneira e sob quaesquer condições.

l) Construir, estabelecer, manter e explorar quaesquer estradas, caminhos, linhas telegraphicas, telephonicas e electri-

cas, operações em pedreiras e minas ou para o melhoramento de terrenos, preparar, manufacturar ou dar qualquer outra applicação aos productos de taes pedreiras ou minas, construir linhas ferreas, de bondes, e canaes ou adquirir docas, diques, trapiches, caes de desembarque, molhes, armazens, viaductos, aqueductos e todas as especies de serviços de condução terrestre, e todas as especies de embarcações para os serviços de condução aquatica e em geral construir ou adquirir quaesquer construcções, obras e emprezas, quer de natureza publica quer particular, o fazer todas as outras operações cujo estabelecimento ou exploração se considerar vantajoso ou conveniente em relação aos objectos sociaes.

m) Criar capitães ou tomar dinheiro emprestado mediante quaesquer hypotheças, *debentures*, valores hypothecarios ou obrigações da Companhia ao par, premio ou desconto quer sejam amortizaveis não amortizaveis ou perpetuos, e garantil-os em todo ou em parte por todas ou qualquer parte das emprezas, receitas e bens da Companhia, presentes e futuros, incluindo o seu capital não cobrado ou as prestações não integralizadas da Companhia, e a garantia do Governo Brasileiro, ou com ou sem qualquer garantia ou por qualquer outro meio que a Companhia determinar de tempos a outros e permutar ou converter quaesquer de taes garantias de tempos a outros.

n) Fazer, sacar, aceitar, endossar, emittir, assignar e outorgar escriptos de divida, letras de cambio, conhecimentos, guias de docas e outros instrumentos negociaveis ou transferiveis e outros valores, escripturas e instrumentos de toda e qualquer descripção.

o) Pagar todos os gastos preliminares e incidentes á organização, formação, estabelecimentos e registro da Companhia ou de qualquer outra companhia organizada, formada, estabelecida ou registrada pela Companhia e todas as corretagens, descontos, comissões e outros gastos que se considerem convenientes para collocar todas ou quaesquer das acções e *debentures* ou outras obrigações da Companhia ou de qualquer companhia organizada, formada, estabelecida ou registrada por ella.

p) Pagar ou fazer pagar juros, durante a construcção de quaesquer obras da Companhia e antes de serem realizados quaesquer lucros sobre qualquer capital em acções ou obrigações da Companhia e repartir por via de juros os dividendos ou destinar aos fins geraes da Companhia ou á amortização do capital, quer seja emprestado, ordinario ou de preferencia, quaesquer sommas recebidas do Governo Brasileiro, sobre o valor de generos importados ou sob qualquer garantia do dito Governo e tratar taes sommas como lucros sociaes realizados.

q) Dar todos os passos (havendo-os a dar) que forem convenientes para a Companhia obter domicilio legal em qualquer paiz ou logar em que fizer ou desejar fazer negocios, e requerer ou obter quaesquer concessões, decretos, cartas de lei, lei parlamentar ou congressos ou despachos de camaras de commercio e leis de repartições de governos estrangeiros ou locais que se con-

siderem necesarios ou convenientes para habilitar a Companhia a levar a effeito quaesquer dos seus objectos.

r) Fazer e celebrar contractos ou ajustes de exploração, sociedade ou outros com quaesquer governos ou autoridades supremas, municipaes, locaes ou outras, ou com qualquer companhia de caminho de ferro ou outra companhia, firma ou pessoa, para a exploração, uso e direcção do porto, docas, caminhos de ferro e obras da Companhia, a administração, regulamento, permutação e transmissão do trafico, o fornecimento e conservação do material circulante, o estabelecimento, cobrança, pagamento, distribuição, apropriação, e repartição de portagens, contribuições, despesas, receitas e lucros e em geral relativamente a quaesquer dos fins da Companhia ou ao desenvolvimento dos seus negocios ou dos seus bens, e requerer e obter qualquer lei parlamentar ou congressal, concessão, decreto, ordem ou outra autorização legitima ou sufficiente que habilite a Companhia a levar a effeito quaesquer dos seus objectos ou para effectuar qualquer reorganização da Companhia ou qualquer modificação da constituição social, ou para qualquer outro proposito que fór ou pareça conducente a quaesquer dos objectos da Companhia.

s) Vender todos ou qualquer parte dos bens sociaes total ou parcialmente a dinheiro ou por acções ou obrigações de qualquer outra companhia, ou obrigações do Governo Brasileiro e repartir entre os accionistas qualquer preço obtido em numerario ou de de outro modo.

t) Fazer qualquer combinação, ohrar, unir-se, ou amalgamar-se com ou comprar ou absorver qualquer outra companhia, corporação, sociedade, firma ou empresa, quer no Reino Unido, America Meridional, quer em outra parte, sob quaesquer condições, ou restricções, e com ou sem garantias para o cumprimento de quaesquer obrigações especiaes por qualquer outra companhia ou pessoa com objectos identicos ou semelhantes aos destas Companhia ou qualquer delles, ou que possua bens convenientes para os propositos desta Companhia.

u) Augmentar o capital da Companhia, mediante a emissão de novas acções ou valores, até a quantia que julgar conveniente, e crear e emittir acções ou emittir quaesquer acções que formem parte do capital inicial e futuro da Companhia divididas em diferentes classes e tendo quaesquer direitos respectivos, prelações, gradações, garantias ou privilegios, quer fixos, fluctuantes, ou contingentes, amortizaveis ou não, quer relativamente ao capital ou aos dividendos quer a ambos, e emittil-as ao par, a premio ou a desconto e emittir e adjudicar acções creditadas como parcial ou plenamente integralizadas, de conformidade com qualquer contracto ou ajuste.

v) Depo-itar dinheiro em bancos e estabelecimentos de credito e emprestar e empregar dinheiros sobre quaesquer garantias e valores na Europa, America Meridional e outras partes, segundo melhor entenderem os directores da Companhia, e quando os directores assim o julgarem conveniente, em nome de fidei-commissarios.



7<sup>a</sup>) Praticar todos os actos, assumptos e cousas que forem incidentes ou conducentes por qualquer forma á consecução do qualquer ou de cada um dos objectos mencionados acima.

8<sup>a</sup>) Fazer, em qualquer Estado do Brazil, ou com o Governo de qualquer Estado do Brazil, tudo quanto for necessario ou conveniente para attingir os fins acima referidos ou qualquer delles.

4. E' limitada a responsabilidade dos accionistas.

5. O capital nominal da Companhia é £ 600.000 dividido em 60.000 acções de £ 10 cada uma, com direito a todos os privilegios e prerogativas constantes dos estatutos sociaes em vigor em qualquer época com faculdade de o augmentar.

Nos as varias pessoas cujos nomes e direcções vão subscriptos, desejamos organizar-nos em uma companhia, de conformidade com este contracto social, e respectivamente concordamos em assignar um numero de acções do capital social que vae indicado ao lado dos nossos nomes respectivos.

NOMES, DIRECÇÕES E QUALIDADES DOS ASSIGNANTES	NUMERO DE ACÇÕES ORDINARIAS ASSIGNADAS POR CADA SI- GNATARIO
Rene James Tahourdin, 20, Victoria Street, Westminster, S. W., solicitador.....	Uma.
Frank George Armstrong Hitchcock, 20, Victoria Street, Westminster, S. W., solicitador.....	Uma.
Alfred Sell, 157, Field Road, Forest Gate, E., empregado do solicitador.....	Uma.
Robert White, 3, Victoria Street Westminster S. W., engenheiro civil.....	Uma.
Edward Charles Bowen, negociante, 3, Tokenhouse Buildings, E. C.....	Uma.
Stephen Pagden Chid, contador encartado, 42, Poultry, E. C.....	Uma.
Frederick George Seares, contador, Ashfield Lodge, Sistova Road, Balham, S. W.....	Uma.

Em data do 30 de março de 1899.—Testemunha das assignaturas supra, *William Alfred Riddle*, 28, Gateley Road, Briston, S. W., empregado do solicitador.

**As leis das companhias, annos de 1862 a 1898**

Companhia de responsabilidade limitada por acções

ESTATUTOS DA « THE RIO DE JANEIRO HARBOUR AND DOCK COMPANY »  
LIMITED»*I — Interpretação*

Art. 1.º Na interpretação da presente escripturas as seguintes palavras e expressões teem o sentido seguinte, salvo si o excluir o assumpto ou contexto:

a) a Companhia significa a sociedade denominada *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, limited*;

b) o Reino Unido quer dizer o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda;

c) as leis quer dizer e include as leis relativas a companhias dos annos de 1862 a 1898 e todas e quaesquer outras leis em vigor de tempos a outros referentes a sociedades anonymas, e que necessariamente digam respeito á companhia;

d) A presente escriptura significa e comprehende o contracto social, os estatutos e os regulamentos da Companhia que vigorarem de tempos a outros e constituirá a regra da companhia;

e) Deliberação especial quer dizer uma deliberação especial da Companhia, votada de accordo com a secção 51 da lei de 1862, relativa ás companhias ou qualquer disposição legislativa que substitua ou modifique aquella secção;

f) O capital, acções e debentures significam respectivamente o capital, acções e debentures da Companhia, existentes de tempos a outros, e os debentures incluem os valores hypothecarios obrigações de todas as especies;

g) Prestação ou numerario pagavel por conta de uma ou mais prestações cobradas incluirá os dinheiros pagaveis com respeito ás acções, de conformidade com as condições da adjudicação;

h) accionistas significa os proprietarios nominativos de acções da companhia ou os portadores de titulos de acções respectivamente;

i) titulos de acções, significa titulos emitidos com referencia ás acções ou valores fraccionarios da companhia, de conformidade com a lei de 1867, relativa a sociedades anonymas, e com a presente escriptura;

j) directores, quer dizer os administradores da companhia em exercicio de tempos a outros ou conforme for o caso, directoria reunida em conselho;

k) conselho quer dizer uma sessão da directoria devidamente convocada e constituida, ou, conforme for o caso, os directores reunidos em conselho;

l) revisores de contas, fidei-commissarios e secretarios significam respectivamente estes diferentes officiaes da companhia em exercicio de tempos a outros ;

m) assembléa ordinaria e assembléa extraordinaria significam respectivamente uma assembléa geral ordinaria e uma assembléa geral extraordinaria da companhia devidamente convocada e constituida, e quaesquer sessões adiadas dellas ;

n) assembléa geral, quer dizer uma assembléa ordinaria ou uma assembléa extraordinaria ;

o) escriptorio e sello, querem dizer respectivamente o escriptorio da séde social e o sello social que a companhia tiver de tempos a outros ;

p) mez, quer dizer um mez civil ;

q) as palavras que só signifiquem o numero singular incluem o plural ;

r) as palavras que signifiquem sómente o numero plural incluem o singular ;

s) as palavras que signifiquem sómente o genero masculino incluem o feminino.

## II — Constituição

Art. 2.º Os artigos da tabella A da lei das sociedades anónimas, anno de 1862, não serão applicaveis á Companhia, excepto na parte que for repetida ou contida nestes estatutos, mas em vez della serão os seguintes os regulamentos da Companhia, sujeitos, porém, a todas as revogações e alterações legitimas.

## III — Negocios

Art. 3.º Os negocios da Companhia comprehenderão todos os negocios mencionados ou inclusos no contracto social e todas as materias incidentes, o poderão começar logo que assim o entenda a directoria, não obstante o facto de que não tenha sido assignada a totalidade do capital ou não tenha sido adjudicadas todas as acções.

Art. 4.º Os negocios serão feitos pelos ou sob a fiscalização dos directores e de conformidade com os regulamentos que prescrever o conselho de tempos a outros, sujeitos sómente ao dominio das assembléas geraes que indicar a presente escriptura, mas o conselho não poderá sem previa autorização de uma assembléa geral emprender a construcção de outras obras que não sejam as autorizadas pela concessão mencionada na presente escriptura ou em alguma modificação da mesma.

Art. 5.º Não poderão os directores empregar os fundos sociaes nem parte alguma dos mesmos na compra ou em empréstimos garantidos pelas acções, guias de docas ou outros valores.

Art. 6.º A gerencia principal e a direcção ou fiscalização geral dos negocios sociaes terão logar em Londres, e poderá haver quaesquer conselhos ou agencias no Brazil ou outro paiz que o conselho nomear de tempos a outros.

Art. 7.º Nenhuma pessoa, excepto o conselho e as pessoas que este autorizar, e que obrarem dentro dos limites das autorizações que lhes forem conferidas, terá o direito de fazer, acceitar ou endossar qualquer escripto da divida ou lettra de cambio, guia de docas ou outro valor cotizavel em nome ou em representação da companhia, e nenhuma pessoa, salvo si for expressamente autorizada pelo conselho, e obrar dentro dos limites das autorizações que lhe forem conferidas, terá o direito de celebrar qualquer contracto que imponha qualquer responsabilidade sobre a companhia ou que por outra forma obrigue o credito da companhia.

Art. 7.º A séde social será em qualquer logar em Londres ou outra parte da Inglaterra, que a directoria indicar de tempos a outros. Tambem poderá haver succursaes no Brazil ou outros logares, que o conselho designar de tempos a tempos.

#### IV — Os primeiros officiaes

Art. 9.º Os primeiros directores serão nomeados pelos signatarios do contracto social, por documento escripto e assignado por elles ou pela maioria delles, mas estes primeiros directores não terão a obrigação nem se lhes exigirá que venham a habilitar-se tomando acções, e estes primeiros directores poderão obrar como directores da companhia, não obstante que tenham interesses com qualquer vendedor á companhia ou pessoa que celebre contracto com a mesma.

#### V — Capital

Art. 10. O capital em acções da companhia é £ 600.000, dividido em 60.000 acções de £ 10 cada uma.

Art. 11. As certidões das acções e valores fraccionarios o os titulos de acções ou coupons poderão ser pelas quantias, em moeda corrente em qualquer paiz que o conselho entender, como equivalentes das mesmas quantias em moeda ingleza.

Art. 12. Poderá o conselho em qualquer época e de tempos a outros emittir qualquer somma do capital em acções que em qualquer tempo estiver por emittir e quaesquier novas acções que poderão ser creadas, a favor das pessoas, nas proporções, pela forma, e aos preços, a mais ou menos do par, segundo melhor entender a directoria.

Art. 13. Poderá a companhia de tempos a outros por deliberação da assembléa geral, augmentar o capital social, emittindo novas acções, dos valores que entender ou poderá converter as suas acções integralisadas em valores.

Art. 14. Poderá também, a companhia em qualquer tempo, por deliberação da assembléa geral, determinar que quaesquer acções então por emittir sejam emittidas como pertencentes ou não á mesma classe que as acções em circulação a esse tempo ou como pertencentes a uma ou mais classes e podera dar a quaesquer destas acções qualquer privilegio, preferencia ou garantia especial, seja fixo, fluctuante ou contingente, amortisavel ou não, com relação ao pagamento de dividendos ou juros ou amortisação do capital sobre as acções da companhia então existentes ou por outra fórma.

Art. 15. Qualquer capital creado por meio de novas acções, salvo si a companhia determinar o contrario quando ellas forem creadas, será considerado como parte do capital inicial e ficará sujeito ás mesmas disposições em todos os sentidos, quer seja em relação ao pagamento de prestações, quer á confiscação das acções por falta de pagamento de prestações ou de outro modo, como si tivesse formado parte do capital inicial.

Art. 16. Poderá o conselho de tempos a outros crear dinheiro ou tomar-o emprestado mediante a emissão de quaesquer hypothecas, debentures, valores hypothecarios ou obrigações da companhia, ao par, a premio ou a desconto, amortisaveis, não amortisaveis, ou perpetuos, garantidos por toda ou qualquer parte da empresa, receitas e bens da companhia, presentes e futuros, comprehendendo quaesquer juros garantidos ou pagamentos da natureza de juros garantidos a receber do governo brasileiro, o capital social não cobrado, ou as prestações não satisfeitas ou sem taes garantias. Tal emprestimo ou emprestimos serão pelas importancias que a directoria determinar de tempos a outros, comtanto que o valor total do dinheiro creado ou tomado emprestado não exceda em uma época qualquer, sem a sancção da assembléa geral, de £ 4.000.000.

Art. 17. Em additamento á referida somma de £ 4.000.000, poderá o conselho, do mesmo modo, crear dinheiro ou tomar-o emprestado, sujeito ao que dito fica, entendendo-se, porém, que a importancia total creada ou tomada a emprestimo não exceda de £ 25.000, em uma época qualquer, sem a sancção da assembléa geral.

Art. 18. As certidões de valores hypothecarios, as debentures, hypothecas e obrigações, poderão ser pagaveis ao portador e poderão ir munidos de coupons que representem os juros pagaveis sobre elles.

Art. 19. A companhia poderá de tempos a tempos, por deliberação da assembléa geral, modificar as condições constantes do contracto social, de modo a consolidar o seu capital ou parte do mesmo em acções de maior valor ou subdividir as acções.

Art. 20. Poderá a companhia de tempos a outros modificar as condições contidas no contracto social de qualquer outro modo que as leis autorizem.

## VI — Acções

Art. 21. Todas as acções serão bens mobiliários, serão transmissíveis como taes, e serão indivisíveis, exceptuando-se as disposições em outro sentido aqui contidas.

Art. 22. companhia não ficará obrigada, nem reconhecerá interesse algum equitativo, contingente, futuro, ou parcial sobre qualquer acção, nem qualquer outro direito a respeito de uma acção sinão um direito absoluto á ella por parte da pessoa que de tempos a outros estiver inscripta como proprietaria della, salvo o direito, também de qualquer pessoa, que reclama a transmissão de interesses, na forma da lei, para constituir-se accionista, de conformidade com esta escriptura, a respeito de qualquer acção ou para que esta lhe seja transferida.

Art. 23. A companhia terá o primeiro e principal direito de retenção e de garantia sobre todas as acções não integralizadas, pertencentes a qualquer accionista, relativamente a qualquer quantia devida á companhia por elle, quer só, quer em união com qualquer outra pessoa, e tenha-se ou não vencido o seu pagamento; e nos casos em que uma acção pertença a mais de uma pessoa, a companhia terá um identico direito de retenção e de garantia sobre ella, a respeito de todas as importancias que lhe forem devidas por todos ou qualquer dos seus proprietarios.

Art. 24. Poderá fazer-se valer este direito de retenção vendendo-se todas ou quaesquer de taes acções, com tanto que não se faça uma tal venda sinão por deliberação do conselho, depois de expedir-se aviso por escripto ao accionista ou aos seus testamentarios ou administradores, exigindo-se-lhes o pagamento da quantia devida á companhia nessa época, e faltando elles ao pagamento das quantias cobradas dentro de um mez, a partir da data do aviso, ou poderá o conselho, si assim o entender, em vez de vender as acções, confiscal-as, de conformidade com as disposições abaixo consignadas.

Art. 25. No caso de uma tal venda, terá o conselho o poder de transferir as acções de tal accionista ao comprador, mediante escriptura carimbada com o sello, e de destinar o producto da venda, depois de pagos os gastos correspondentes, para a satisfação da mesma divida ou de qualquer parte della, e o saldo (havendo-o), será entregue ao accionista, seus testamentarios, administradores ou subrogados.

## VII — Transferencia de acções

Art. 26. Sujeitas ao exercicio do direito que por lei a companhia tem para emittir titulos de acções ao portador, e a quaesquer regulamentos da companhia, applicaveis á materia, as acções só poderão ser transferidas por escriptura outorgada pelo cedente e pelo cessionario e devidamente averbada no re-

gistro de transferencia. A formula geral e de costume para transferencias será sufficiente.

Art. 27. O registro de transferencias ficará ao cuidado do secretario, sob o dominio do conselho.

Art. 28. Nenhuma pessoa poderá, sem o consentimento do conselho, constituir-se ou fazer-se inscrever como accionista a respeito de qualquer acção cujo valor não tenha sido integralizado.

Art. 29. Nenhum menor ou interdito poderá ser inscripto como proprietario de qualquer acção.

Art. 30. A pessoa que vier a ter direito a uma acção, em virtude de transmissão de interesses, na forma da lei, não se constituirá accionista em consequencia; si, porém, comprovar o seu direito, ao conselho, poderá ser inscripta como proprietaria da acção ou poderá transferil-a a qualquer pessoa, contanto que tal pessoa mereça a approvação da directoria, nos casos de acções não integralizadas; e ficando entendido, tambem, que o syndico de uma quebra ou da liquidacão dos negocios de um accionista não terá, como tal, o direito de fazer-se inscrever, mas, comprovando o seu direito, ao conselho, poderá transferir a sua acção ou acções.

Art. 31. Não poderá effectuar-se a transferencia de nenhuma acção sem que se pague á companhia uma taxa de transferencia, na importancia de um schilling, ou qualquer outra quantia menor que o conselho indicar.

Art. 32. Nenhuma pessoa poderá ser inscripta como cessionaria de uma acção, sinão depois que a escriptura de transferencia, devidamente outogada, tiver sido entregue ao secretario para conservar-se nos archivos sociaes, mas sendo exhibida a qualquer pedido razoavel, e sinão depois de paga a taxa de transferencia prevenida ou de accôrdo com o artigo precedente, porém, em qualquer caso em que não se deva insistir neste artigo, a juizo do conselho, poder-se-ha dispensar delle.

### VIII — *Certidões de acções*

Art. 33. As certidões das acções serão carimbadas com o sello, assignadas, pelo menos, por um director e referendadas pelo secretario.

Art. 34. Cada accionista terá direito a uma certidão por todas as suas acções ou varias certidões, cada uma por certa parte de suas acções, designando cada certidão o numero distinctivo das acções a que se refere.

Art. 35. No caso de se deteriorar, se perder ou se destruir uma certidão, poderá ser renovada, dando-se ao conselho as provas que o satisfaçam de se haver ella deteriorado, perdido ou destruido, dando-se a indemnisação, havendo-a, que o conselho considerar adequada, e fazendo-se no livro das actas dos seus trabalhos um assento referente a taes provas, bem como a tal indemnisação.

Art. 36. Todos os accionistas o riginaes terão direito, na occasião da adjudicação, a uma certidão gratis por cada acção que lhe fôr adjudicada, mas em todos os outros casos, quando assim o entender a directoria, pagar-se-á um schilling á companhia por cada uma das certidões.

#### *IX — Titulo de acções*

Art. 37. Sujeito e nos termos, condições e sob as disposições mencionadas mais abaixo, e de conformidade com as leis, a companhia poderá emittir titulos de acções relativamente a quaesquer acções ou valores integralizados, expondo elles que o portador de cada titulo tem direito as acções ou valores nelle especificados. Os titulos de acção serão carimbados com o sello, assignados por um director pelo menos, e referendados pelo secretario.

Art. 38. Os titulos de acções serão pelo numero de acções, ou pela importancia de valores e na lingua e pela fôrma que melhor entender o conselho. O numero distinctivo que originalmente pertencia a cada acção irá indicado em cada titulo de acções que represente as acções.

Art. 39. O portador de um titulo em qualquer época, (sujeito aos regulamentos da companhia que a esse tempo lhe forem applicaveis) será accionista da companhia com relação as acções ou valores mencionados em tal titulo.

Art. 40. A companhia, não obstante qualquer aviso ou noticia que possa receber ou ter não ficará obrigada nem reconhecerá nenhum outro direito, titulo ou interesse legal ou equitativo sobre ou a respeito de quaesquer acções ou valores representados por um titulo de acções, sinão os direitos do portador desse titulo, como accionista da Companhia, as acções ou valores nelle especificados, e os do portador de qualquer coupon no pagamento do dividendo ou juros pagaveis por conta delle.

Art. 41. Nenhuma pessoa poderá, como portadora de um titulo, exercer quaesquer dos direitos de accionista sem que exhiba o mesmo titulo e declare o seu nome e direcção, e sem que permita (si o quando assim o exigir o conselho) que se endosse nelle o facto, data, fim e resultado de tal exhibição.

#### *X — Coupons de titulos de acções*

Art. 42. Serão emittidos de tempos a outros coupons pagaveis ao portador, com relação aos titulos de acções provendo para o pagamento dos dividendos os juros pagaveis sobre taes titulos, no numero e fôrma, e pagaveis nos logares em que o conselho melhor entender. Cada coupon será distinguido com o numero do titulo a que pertence.



Art. 43. Ao annunciar-se o pagamento de qualquer dividendo ou juros sobre as acções ou valores constantes de qualquer titulo, o conselho publicará um annuncio neste sentido nos jornaes de Londres ou outros, segundo melhor entender.

#### XI — *Emissão de titulos de acções*

Art. 44. A directoria exercerá todos os poderes da companhia com referencia á emissão de titulos de acções. Porém o conselho não terá a obrigação de exercer os poderes de emittir titulos de acções, quer em geral, quer em um caso particular, a menos e até que assim o tenha por bem a seu juizo livre e absoluto.

Art. 45. Não será emittido titulo algum de acções sinão a pedido por escripto, assignado pela pessoa que nesta época se achar inscripta no registro de accionistas da companhia como proprietaria das acções ou valores com relação aos quaes se deva emittir o titulo.

Art. 46. O pedido será pela fórma e authenticado do modo que indicar o conselho de tempos a outros, e será entregue no escriptorio, entregando-se ao mesmo tempo ao conselho para serem cancelladas as certidões de acções ordinarias em circulação de essa época, que representem as acções ou valores que tenham de ser incluídos nos titulos a emittir, salvo si a directoria, no exercicio de sua discrição e nas condições que lhe parecerem, dispensar tal entrega e cancellação.

Art. 47. Todo o accionista nominativo que solicitar a emissão de titulos com referencia a quaesquer acções ou valores, deverá pagar ao conselho ao tempo em que fizer o pedido, si este entender exigil-o, o direito de sello que a lei impõe sobre titulos de acções e bem assim uma taxa não superior a dous chillings e meio por cada titulo, segundo fixar o conselho de tempos a outros.

Art. 48. Si o portador de um titulo em qualquer tempo entregar-o ao conselho para ser cancellado e pagar-lhe o direito de sellos imposto sobre a emissão de um novo titulo de acções com uma taxa não superior a um schilling por cada titulo, conforme fixar a directoria de tempos a outros, poderá o conselho, si assim o entender, passar-lhe um ou mais titulos novos pelas acções ou valores especificados no titulo entregue para ser cancellado, mas em nenhum caso, salvo si tiver o consentimento da assembléa geral, poderá emittir novos titulos por quaesquer acções ou valores em relação aos quaes já tenham sido anteriormente emittidos titulos a menos e até que o titulo de acções emittido anteriormente lhe tenha sido entregue para ser cancellado.

Art. 49. Si o portador de um titulo entregar para ser cancellado, apresentando ao mesmo tempo no escriptorio uma declaração por elle assignada, concebida nos termos e authenticada

pela forma que prescrever a directoria de tempos a outros, solidando ser inscripto como accionista com relação as acções ou valores especificados no referido titulo e indicando nessa declaração o seu nome e qualidade ou officio e direcção, terá o direito de fazer-se inscrever como accionista da companhia com relação ás acções ou valores especificados no titulo de acções entregues por esta fôrma, contanto que si a Directoria tiver recebido aviso de qualquer reclamação, por parte de qualquer outra pessoa, com referencia ao mesmo titulo de acções, poderá ella a seu juizo recusar-se a fazer inscrever a pessoa, que o entregou como accionista com direito a essas acções ou valores, mas, não terá a obrigação de recusar, nem ficará responsavel para com qualquer pessoa por não ter recusado.

## *XII — Prestações sobre as acções*

Art. 50. As sommas pagaveis por conta das acções do capital social serão pagaveis no banco da companhia ou em qualquer outro logar que o conselho indicar, com o deposito, pelas quotas e fôrma e nas datas que a directoria prescrever de tempos a outros, quer de conformidade com as condições da adjudicação, quer de outro modo, e poderá o conselho, si assim o entender, cobrar uma ou mais prestações antes de emitil-as. Fica, porém, entendido que o conselho poderá cobrar prestações sobre o capital emitido na Inglaterra, pagaveis em datas differentes das do capital emitido em paizes estrangeiros. Nenhuma prestação, que não fôr pagavel sob as condições da adjudicação, poderá exceder de uma importancia por acção que fôr igual a uma quarta parte do valor nominal da mesma acção, nem poderá ser pagavel dentro de dous mezes depois de vencido o prazo para pagamento da prestação anterior. Poder-se-ha abonar juros sobre os pagamentos feitos por conta das prestações satisfeitas antes dos dias indicados para os seus pagamentos a um typo que o conselho determinar, porém não sendo mais que seis por cento ao anno.

Art. 51. Poderá o conselho de tempos a outros si assim o entender (contanto que a opção seja offerecida em primeiro logar a todos os accionistas sem preferencia), receber de quaesquer dos accionistas que estejam dispostos a adeantá-los, todos ou qualquer parte dos numerarios devidos sobre as suas acções respectivas, além das quantias realmente cobradas, e as sommas que em qualquer epoca forem pagas em antecipaçaõ da cobrança de prestações, em vez de participar nos dividendos, vencerão juros a qualquer typo que o conselho determinar, não sendo, porém, mais de seis por cento ao anno.

Art. 52. Tambem poderá a directoria, do mesmo modo e sem prejuizo de quaesquer outros poderes que lhe forem conferidos por lei ou pela presente escriptura, fazer ambas ou qualquer das cousas seguintes:

a) Fazer ajustes por occasião de emitir acções para estabelecer uma differença entre os possuidores de taes acções relativa-

mente a importancia das prestações a pagar, e ás datas dos pagamentos destas prestações ;

b) Pagar dividendos na proporção da quantia cobrada e satisfeita nos casos em que for cobrada e satisfeita uma quantia maior sobre umas acções que sobre outras.

Art. 53. Todas as prestações relativas ás acções serão consideradas cobradas ao tempo em que o conselho votar as deliberações que as autorisarem.

Art. 54. O conselho poderá rescindir qualquer cobrança de prestações.

Art. 55. No caso da directoria rescindir a cobrança de qualquer prestação, terá a faculdade de cobrar-a outra vez de tempos a outros, e de cobrar outras prestações em vez da rescindida.

Art. 56. Os co-proprietarios de uma acção serão mancomunada e separadamente responsaveis pelo pagamento de todas as prestações cobradas por conta della.

Art. 57. Poderá o conselho por qualquer deliberação subsequente designar nova data e logar para o pagamento de uma prestação, no que diz respeito ás pessoas que não a satisfizeram.

Art. 58. Quando cobrar-se uma prestação sobre as acções em qualquer outra occasião que a da adjudicação, dar-se-ha aviso com 14 dias de antecedencia, indicando a data e logar nomeados para o seu pagamento originalmente ou por deliberação subsequente aos accionistas que tiverem a obrigação de pagal-a, quer ao tempo em que se cobrar a prestação, quer em qualquer época successiva.

Art. 59. No caso de falta de pagamento por 14 dias depois do marcado no aviso para pagamento de qualquer prestação, será expedido, quer immediatamente, quer em época successiva, um segundo aviso ao accionista atrasado exigindo se-lhe o pagamento immediato, o faltando elle com o pagamento por sete dias depois deste segundo aviso, poderá a companhia, (sem prejuizo dos direitos que tem a companhia para confiscar-lhe as acções), fazer citar o accionista atrasado para que satisfaça a importancia por pagar, a qual, salvo outra decisão do conselho, vencerá juros na razão de 10% ao anno, a contar do dia designado para o seu pagamento. A directoria poderá tambem, quando uma prestação não for paga ao tempo designado para o seu pagamento no aviso original, e depois de dar aviso ao accionista atrasado, com a antecedencia de 14 dias, carregar juros sobre esta prestação cobrada a um typo não superior a 10% ao anno, a contar da data nomeada originalmente para o seu pagamento, até que se realice este, e as importancias de taes prestações, com os juros acima indicados serão «dinheiros devidos á companhia», com relação aos quaes a companhia tem o direito de retenção e de garantia que fica mencionado na presente escriptura.

Art. 60. Nenhum accionista poderá votar nem exercer privilegio algum de accionista enquanto estiver por pagar qualquer prestação que elle dever sobre qualquer acção.

*XIII—Conversão de acções em valores*

Art. 61. As acções nominativas integralizadas ou quaesquer dellas poderão ser convertidas em valores fraccionarios por deliberação da assembleia geral, e quando forem assim convertidas em valores, os varios possuidores de taes valores poderão do então por deante transferir os seus interesses respectivos ou parte dos mesmos interesses, em importancia de não menos de 1/1 do valor nominal, pela mesma fôrma, e sujeito aos mesmos regulamentos com sujeição aos quaes poderão ser transferidas quaesquer acções do capital social, ou tão aproximadamente como o permittirem as circumstancias.

Art. 62. Os varios possuidores de valores terão o direito de participar dos dividendos e lucros da companhia, de conformidade com os seus interesses respectivos em taes valores, e estes interesses, na proporção de suas importancias, conferirão aos seus proprietarios respectivamente os mesmos privilegios quanto ao votar nas assembleas da companhia, e outros objectos, que teriam sido conferidos por acções pela mesma importancia, e da mesma classe, do capital social, mas por fôrma que nenhum voto poderá ser conferido por uma quantia inferior 1/100 em valores preferentes e 1/10 em valores ordinarios.

*XIV—Confiscação de acções*

Art. 63. Si qualquer prestação sobre uma acção continuar por pagar por sete dias depois do segundo aviso mencionado acima, poderá o conselho depois de um outro aviso ao accionista, com mais sete dias de antecedencia, declarar confiscada tal acção em proveito da companhia.

Art. 64. Poderá o conselho, para que não sejam infringidas as disposições do art. 5, por contracto com qualquer accionista, acceitar a renuncia ou cancelar a adjudicação de quaesquer acções que elle possuir, nos termos e condições, pecuniarias ou outras, segundo a directoria melhor entender.

Art. 65. Quando qualquer dinheiro, a respeito do qual tiver a companhia o direito de retenção e de garantias sobre quaesquer acções nominativas em virtude qualquer destes artigos, não fôr pago dentro de um mez depois de expedir se aviso por escripto ao accionista atrazado ou aos seus testamentarios e administradores, exigindo que aquelle ou estes paguem a importancia que elle a essa época deva á companhia, poderá a directoria em qualquer tempo successivo, emquanto estiver por pagar esse dinheiro ou parte do mesmo, confiscar as ditas acções confiscadas no mercado para contrabalançar aquelle dinheiro e entregará ao ex-accionista qualquer excesso do dito valor além de tal dinheiro. Fica, porém, entendido que o conselho não poderá confiscar mais acções que as que forem necessarias para pagar o referido dinheiro. Em caso de disputa, o valor do mercado será fixo por arbitros.

Art. 66. A renúncia ou confiscação de uma acção envolverá a extinção, ao tempo da renúncia ou confiscação, de todos os interesses, reclamações e pretensões sobre e contra a companhia a respeito de tal acção e de todos os direitos incidentes á acção, excepto sómente os direitos que pela presente escriptura ficam expressamente resalvados.

Art. 67. A confiscação de uma acção ficará sujeita e será sem prejuizo de todos os direitos e reclamações da companhia por conta das prestações em atraso, havendo-as por conta de juros sobre as prestações em atraso e por todos os outros direitos e reclamação da companhia contra o proprietario de acção ao ser elle confiscada, e do direito que a companhia terá para fazel-o citar com relação a isso ; mas a companhia não poderá cital-o sem que primeiro, ao tempo e pela fórma que o conselho melhor entender, procure saber o valor da acção no mercado, que para venda, quer para louvação como indica a presente escriptura, e si o referido valor do mercado é menos que a importancia de sua reclamação então cital-o-ha sómente pelo saldo não satisfeito.

Art. 68. A confiscação de qualquer acção poderá ser perdoada por conselho a seu juizo, em qualquer época dentro de 12 mezes depois de declarada a confiscação, pagando o accionista atrasado todas as quantias que elle dever á companhia, todos os gastos causados pela falta do pagamento, e a multa que a directoria considerar justa, mas não se poderá exigir o perdão como um direito proprio.

Art. 69. A confiscação de uma acção, excepto pela falta de pagamento de qualquer prestação, não prejudicará o direito a qualquer dividendo ou dividendo interino que já tiver sido annunciado. No caso de falta de tal pagamento, a confiscação incluirá todos os dividendos não pagos, ou dividendos interinos e os juros vencidos e a vencer.

Art. 70. As vendas e outras disposições de acções renunciadas e confiscadas poderão ser effectuadas pelo conselho, nas épocas e nas condições que lhe parecerem.

Art. 71. Um certificado por escripto, carimbado com o sello assignado por um director pelo menos, e referendado pelo secretario, estabelecendo que foi devidamente renunciada ou confiscada uma acção de conformidade com a presente escriptura e declarando a data em que foi renunciada ou confiscada, será evidencia concludente do facto certificado a favor de todas as pessoas que posteriormente reclamarem ser proprietarias da acção e far-se-ha no livro das actas dos trabalhos da directoria um assento relativo á emissão de cada um de taes certificados.

Art. 72. As acções renunciadas ou confiscadas a beneficio da companhia, poderão, a juizo do conselho, ser vendidas ou dispostas por este, ou poderá permittir-se que ellas continuem como si não houvessem sido emittidas, segundo o conselho entender mais vantajoso para a companhia; e enquanto não forem vendidas ou dispostas, poderão ser inscriptas em nome de

uma ou mais pessoas que a companhia designar, as quaes pessoas as possuirão sob fideicommisso para o beneficio da companhia, e estas acções com os seus dividendos, bonus e juros constituirão parte dos activos sociaes.

#### *XV—Accionistas inscriptos e registros*

Art. 73. O registro dos accionistas ficará a cargo do secretario sob o dominio do conselho.

Art. 74. Todos os accionistas nominativos deverão de tempos a outros indicar ao secretario um endereço no Reino Unido que deverá inscrever-se como seu domicilio, e os logares assim inscriptos de tempos a outros serão considerados suas residencias para os fins exigidos pelas leis e pela presente escriptura.

Art. 75. Si qualquer accionista deixar de indicar um tal endereço no Reino Unido, não terá o direito de receber aviso algum de qualquer das assembléas geraes ou outros trabalhos da companhia, e não ficarão invalidas quaesquer reuniões das assembléas ou outros trabalhos em razão de não ter elle recebido qualquer de taes avisos acima citados.

Art. 76. O secretario deverá entre as horas de 10 da manhã e do meio-dia, permittir qualquer inspecção do registro de accionistas, ou de qualquer outro registro que as leis disponham, sob a condição de que todo o accionista ou outra pessoa, antes de examinar qualquer de taes registros, assigne o seu nome em um livro destinado a isso, e o secretario, antes de todas as assembléas ordinarias, deverá permittir que qualquer accionista, que o solicitar, inspecione os livros de contabilidade da companhia, nas épocas e sob as restricções que o conselho indicar, mas sem a autorização expressa da directoria não permittirá outra qualquer inspecção dos livros, registros ou papeis.

#### *XVI—Directores*

Art. 77. O numero dos directores (sujeito a qualquer alteração que a assembléa geral decretar de tempos a tempos), não será inferior a tres nem superior a sete.

Art. 78. A habilitação de todo director que não for dos primeiros directores será o possuir elle, em seu proprio direito, não menos de quinhentas libras, valor nominal, em acções da companhia, qualquer director poderá obrar antes de se habilitar assim mas em todo caso terá a obrigação de adquirir as mesmas dentro de dois mezes da data da sua nomeação e si não o tiver feito será considerado como tendo concordado em aceitar as referidas acções da companhia, as quaes lhe poderão ser adjudicadas nesta conformidade.

Art. 79. Os directores só serão responsaveis pelos actos que elles mesmos praticarem ou a que se unirem.

Art. 80. Por ocasião da assembléa ordinaria de 1902, e nas assembléas ordinarias dos annos seguintes, vagará os seus cargos

uma terça parte dos directores ou si o numero dos directores não é multiplo de tres, então o numero mais aproxima-lo, mas não excedendo de uma terça parte, e a assembléa elegera accionistas habilitados para preencher as vagas.

Art. 81. A rotação em que os primeiros directores vagarão os seus cargos será concordada entre elles mesmos, mas si não concordarem, os directores a vagar serão escolhidos por escrutinio.

Art. 82. Quando suscitar-se qualquer questão quanto a rotação em que qualquer director houver de vagar, será ella decidida pelo conselho.

Art. 83. Si os directores que houverem de vagar forem habilitados poderão ser reeleitos.

Art. 84. Nenhuma pessoa, a não ser um dos primeiros directores ou um director que houver de vagar, ou nomeado pelo conselho ou por este recommendado para ser eleito, será elegivel para director, excepto quando pelo conselho for determinado de outra sorte, si não tiver possuido por tres mezes pelo menos as acções que a habilitarem, e si não entregar ao secretario ou no escriptorio, no prazo de não menos de quatorze dias nem mais de um mez antes do dia designado para a eleição, um aviso por escripto e por ella assignado em que declare que está disposta a ser eleita pela directoria.

Art. 85. Quando a assembléa ordinaria de qualquer anno deixar de eleger um director em vez do que houver de vagar, considerar-se-ha que o director que tinha de vagar, for reeleito, salvo si houver opposição, durante a assembléa, por accionistas que possuem a maioria das acções representadas na assembléa.

Art. 86. Qualquer director vagará o seu cargo si deixar de possuir o numero de acções que o habilite, ou si quebrar, ou si suspender os seus pagamentos, ou fizer composição com os seus credores, ou si perder a razão, ou si por seis mezes consecutivos deixar de comparecer no conselho (salvo si o conselho determinar de outro modo).

Art. 87. Qualquer director, quer pessoalmente, quer como membro de uma firma, companhia ou corporação, poderá ter interesses em qualquer operação, empreza ou negocio comprehendido ou auxiliado pela companhia, ou em que ella tiver interesses, com tanto que conste ao conselho a natureza e extensão dos mesmos interesses, ou poderá ser um dos advogados da companhia, e poderá ser nomeado para qualquer cargo sob as ordens da directoria, com ou sem remuneração.

Art. 88. Nenhum director ficará inhabilitado a obrar como director em consequencia de ter taes interesses ou de ser assim empregado ou nomeado, mas não poderá votar sobre quaesquer assumptos relativos a quaesquer operações, emprezas ou negocios em que tiver interesses.

Art. 89. Poderá um director em qualquer época dar aviso por escripto ao conselho indicando que deseja vagar o cargo; e passado um mez, a contar da data em que deu o aviso, ou quando o conselho aceitar-lhe a demissão, seja qual for o primeiro destes casos, e não antes, ficará vago o seu cargo.

Art. 90. Qualquer vaga occasional que se der na directoria poderá ser preenchida pelo conselho, nomeando este um accionista habilitado, e tal nomeação será valida até a reunião da assembléa geral seguinte, e si for então approvada pela assembléa, o accionista assim nomeado occupará em todos os sentidos o lugar de seu predecessor. Poderá também o conselho antes do fim do anno de 1900 nomear um ou mais directores addicionaes, mas sempre de modo que o numero de directores não passe de sete.

Art. 91. Poderão continuar os trabalhos os directores restantes, não obstante qualquer vaga ou vagas dada no conselho.

Art. 92. A remuneração dos directores será a quantia de £ 2.000 por anno, que sera repartida entre os directores nas proporções que o conselho determinar d e tempos a outros. Poderá ser augmentada a remuneração dos directores por deliberação da companhia em assembléa geral. Mas esta remuneração será exclusiva das sommas, havendo-as, que de conformidade com as disposições abaixo consignadas o conselho contracte pagar a qualquer conselho ou directoria local.

Art. 93. Poderá o conselho nomear um de seus membros como director-gerente, nos termos e condições, com relação a honorarios, duração de exercicio, e outros, segundo o conselho houver por bem; e poderá, sujeito aos termos de qualquer contracto celebrado com qualquer director-gerente de tempos a outros, em sessão do conselho convocada especialmente com este fim demittir-o do posto de director gerente, e poderá de tempos a outros preencher qualquer vaga que se der nesse cargo.

Art. 94. O director-gerente não terá que vagar em rotação, durante o termo em que vigorar o seu exercicio, mas si deixar de funcionar como director por qualquer motivo, cessará, *ipso facto*, e immediatamente, de ser director-gerente.

Art. 95. O conselho poderá delegar no director-gerente todos ou quaesquer dos seus poderes, excepto os de tomar dinheiro emprestado, ou de confiscar ou de aceitar a renuncia de acções e este ultimo no exercicio de suas attribuições deverá conformar-se com as regras que lhe forem impostas pelo conselho.

#### XVII— *Conselhos e commissões*

Art. 96. Haverá sessões do conselho quando e onde os directores entenderem.

Art. 97. Poderá ser convocado um conselho extraordinario, em qualquer época, por um director qualquer, dando este aviso de dois dias aos outros directores.

Art. 98. O conselho poderá determinar o numero necessario para tratar de negocios. Si não houver decisão em contrario dous directores constituirão numero legal.

Art. 99. O conselho poderá de tempos a tempos nomear um presidente, e si assim o entender, um vice-presidente por um anno ou por periodo menor.



Art. 100. Em todos os casos em que o presidente e vice-presidente estiverem ausentes do conselho, este nomeará um substituto temporário do presidente.

Art. 101. Os trabalhos do conselho serão regulados, em tanto quanto o determinem as ordens vigentes do mesmo conselho, pelas mesmas ordens em vigor, e em todos os outros sentidos como melhor entenderem os directores presentes.

Art. 102. Todas as questões apresentadas ao conselho serão decididas por maioria de votos dos directores presentes em pessoa, cada director tendo um voto.

Art. 103. No caso de empate no conselho, o presidente que estiver servindo nelle terá então um voto preponderante ou de qualidade.

Art. 104. Poderão os directores em sessão do conselho nomear e demittir quaesquer comissões compostas de membros de seu proprio gremio, segundo melhor entenderem e poderão determinar e regular o numero legal para funcionar, os seus deveres e a ordem de seus trabalhos.

Art. 105. Todas as comissões levarão actas de seus trabalhos e delles farão relatorios a conselho de tempos a outros.

Art. 106. As actas dos trabalhos de cada sessão do conselho e dos directores que nellas assistiram respectivamente serão assentadas pelo secretario ao mesmo tempo, ou com a maior brevidade que for conveniente, depois de encerradas as sessões, em um livro destinado a isso, e serão assignadas pelo presidente da sessão a que se referirem ou pela daquella em que forem lidas.

Art. 107. Taes actas, quando forem assim assentadas e assignadas, serão consideradas, não havendo prova de erro, registres exactos e trabalhos originaes.

Art. 108. O conselho, querendo-o, poderá adiar as suas sessões pelo tempo e para o lugar que os directores determinarem.

### XVIII — *Poderes e deveres do conselho*

Art. 109. O conselho poderá e deverá, sejeito ao dominio das assembléas geraes (mas não, de forma a invalidar qualquer acto do conselho feito antes de votar-se a deliberação da assembléa geral), fazer e dirigir todos os negocios e assumptos da companhia e exercer todos os poderes, attribuições e discreções da companhia, excepto tão somente os que de conformidade com as leis e com a presente escriptura ficam expressamente reservados para o exercicio das assembléas geraes.

Art. 110. O conselho, sujeito ás condições aqui contidas, deverá nomear o secretario, segundos secretarios e outros empregados, os banqueiros, engenheiros e advogados da companhia em quoesquer termos e condições e poderá, de tempos a tempos, remover ou demittir a quaesquer delles o (temporariamente ou de outro modo), nomear outros em lugar delles, e bem assim

concordar e fixar as garantias ou fianças que elles devam prestar (havendo-as), para o mais fiel desempenho de suas obrigações, segundo entender o conselho.

Art. 111. Poderá o conselho, de tempos a tempos, nomear uma ou mais pessoas, como melhor entender, na qualidade de conselho ou directoria local no Brazil ou em qualquer outra parte do mundo, e poderá delegar nesse conselho ou directoria local todas e quaesquer attribuições que exija o direito da Republica do Brazil ou de qualquer outro paiz e poderá tambem o conselho, de tempos a tempos, nomear uma ou mais pessoas para agentes ou representantes da companhia em qualquer paiz ou lugar, e nomear todos os officiaes e empregados que forem necessarios para dar andamento aos negocios sociaes, nos termos e mediante as retribuições que a directoria entender, e poderá de tempos a outros, demittir quaesquer de taes pessoas o nomear outras em seu lugar.

Art. 112. A directoria poderá de tempos a tempos delegar em qualquer de taes conselhos, directorias, administrações, agentes ou representantes, officiaes, empregados locais todos ou quaesquer dos poderes e attribuições do conselho.

Art. 113. O conselho poderá verificar, concordar e pagar todos os gastos da organização e estabelecimento da companhia, e os da emissão ou collocação de quaesquer acções, *debentures* ou outros valores, que considerarem convenientes, ou os de qualquer outra companhia, sociedade ou empresa promovida, fundada ou estabelecida pela companhia no todo ou em parte.

Art. 114. O conselho poderá exercer os poderes da «Lei de 1864 referentes a sellos sociaes», os quaes poderes a companhia desde já fica expressamente autorizada a exercer.

Art. 115. O secretario affixará o sello por ordem do conselho, na presença de pelo menos um director, a todos os documentos que necessitem ser sellados, e todos estes documentos serão assignados pelo mesmo director e referendados pelo secretario. Qualquer sello que for usado no estrangeiro, segundo as disposições de «Lei de 1864 referentes aos sellos sociaes», será affixo por ordem e na presença da pessoa ou pessoas, que o conselho indicar, sendo os documentos sellados com elle assignados pelas pessoas que tambem designar o conselho.

Art. 116. Todos os cheques, letras de cambio, escriptos de divida, guias de docas ou outros instrumentos cotizaveis, serão assignados, acceitos, sacados ou endossados pela pessoa ou pessoas que o conselho nomear especialmente para tal fim.

Art. 117. As contas do conselho, depois de revisadas e approvadas pela assembléa geral, serão terminantes, excepto em quanto a quaesquer enganos que nellas descobrirem dentro de dous mezes depois de approvadas.

Art. 118. Os erros descobertos dentro daquelle periodo serão rectificados immediatamente, e as referidas contas serão concluintes passado este periodo.

Art. 119. Os directores perceberão todos os gastos de viagem e outros que fizerem, quando, com a approvação do conselho,

estiverem empregados no serviço da companhia, e no caso de ter um director que ir ou residir no estrangeiro, a serviço da companhia, ou que prestar a companhia quaesquer outros serviços extraordinarios, podera, o conselho pagar-lhe qualquer remuneração especial que lhe parecer razoavel.

Art. 120. O conselho podera, em qualquer caso em que tiver de pagar qualquer somma de dinheiro por qualquer motivo, emittir a favor de qualquer companhia, corporação, autoridade ou pessoa, acções da companhia como integralizadas no todo ou em parte, ou debentures ou valores hypothecarios em vez de fazer o pagamento em dinheiro effectivo, e poderá emittir e inscrever taes acções ou *debentures* ou valores hypothecarios, nessa conformidade, e bem assim poderá adjudicar acções da companhia como integalizadas no todo ou em parte, em satisfação ou redução de quaesquer reclamações contra ou responsabilidades da companhia, ou de qualquer companhia cujos compromissos e passivos esta companhia possa aceitar, e o dinheiro creditado como pago por conta de taes acções ou *debentures* ou valores hypothecarios respectivamente será considerado e tido por pagamento em contado até a sua importancia.

Art. 121. Nenhuma compra, venda contracto ou ajuste a que se tiver dado a sancção da companhia em assembléa geral, poderá impugnar-se sob o pé de que não se achava dentro dos limites ou se oppunha aos objectos sociaes, ou é em excesso das attribuições da companhia em assembléa geral ou por qualquer outro motivo.

#### XIX — *Revisores de contas*

Art. 122. Dous revisores de contas, que não necessitam ser accionistas, serão nomeados pela assembléa ordinaria de cada anno, para o anno seguinte, e antes de celebrar-se a primeira assembléa ordinaria, o conselho nomeará os revisores de contas, mas nenhuma pessoa poderá ser eleita para revisor de contas si tiver outros interesses que não os de accionistas da companhia, em qualquer de suas transacções e nenhum director ou outro empregado poderá ser eleito em quanto estiver em exercicio. Uma ou mais firmas de contadores publicos poderão ser nomeadas para servir como um ou ambos revisores. Não havendo eleição de revisores de contas pela forma que dito fica, poderá a Camara do Commercio, a pedido de não menos de cinco accionistas, nomear um revisor para o anno corrente e fixar o honorario que a companhia deverá pagar-lhe por seus serviços.

Art. 123. A retribuição dos revisores de contas será marcada pela assembléa e estes revisarão as contas da companhia de conformidade com as leis e com a presente escriptura.

Art. 124. O Conselho fará assentar contas fiéis e sufficientes dos negocios sociaes e uma vez por anno entregará aos revi-

sores a conta annual e o balancete, que deverão ser apresentados á assembléa, e o revisor recebel-os-ha e examinal-os-ha e inspecionará pessoalmente os valores da companhia.

Art. 125. Os revisores ou confirmarão as contas e balancetes, ou, caso não entandam confirmal-os, deverão preparar um relatório especial sobre os mesmos, e entregar ao conselho as contas e balancete com relatório que indicará o resultado do exame dos valores.

Art. 126. Pelo menos sete dias completos antes de ter logar a assembléa ordinaria o conselho enviará pelo correio ou de outro modo um exemplar impresso das contas e balancete examina los pelos revisores e do relatório dos revisores a todos os accionistas a seus domicilios inscriptos, e ao mesmo tempo mandará dous exemplares de cada um destes documentos ao secretario do departamento de acções e empréstimos, da bolsa de Londres.

Art. 127. Em todas as assembléas ordinarias o relatório dos revisores de contas ler-se-ha perante assembléa com o relatório do conselho.

#### *XX — Directores, fidei-commissarios e officies*

Art. 128. Quando assim o entender o conselho, haverá taes e tantos fidei-commissarios para quaesquer dos objectos da companhia confirme determinar o conselho, e serão nomeados, e (sujeito dos termos de qualquer escriptura de curadoria ou outro contracto), demittidos pelo conselho, e gozarão das remunerações, poderes e indemnificações, desempenharão as obrigações e ficarão sujeitos dos regulamentos que o conselho determinar.

Art. 129. Os directores, fidei-commissarios, revisores de contas, secretario e outros empregados serão endemnizados pela companhia contra todas as perdas e gastos que lhes advierem no ou com desempenho de seus deveres respectivos, excepto os que succederem em consequencia de seus proprios actos ou faltas voluntarias.

Art. 130. Poderá o conselho pagar a qualquer advogado ou empregado da companhia por porcentagem ou outra commissão, quer seja calculada sobre totalidade quer sobre qualquer parte dos lucros sociaes liquidos ou sobre transações especiaes.

Art. 131. Nenhum director, fidei-commissario ou outro empregado será responsavel por qualquer outro director, fidei-commissario ou empregado, nem por unir seu nome a assignatura a qualquer recibo ou outro acto de conformidade, nem por qualquer perda ou gasto que soffrer a companhia outra pessoa em consequencia de actos ou feitos da companhia, salvo si tal perda ou gasto der-se por motivo de seu proprio acto ou falta voluntaria.

Art. 132. As contas de qualquer fidei-commissario ou empregado poderão ser ajustadas e approvadas ou desapprovadas, no todo ou em parte, pelo conselho.

Art. 133. Si um director, fidei-commissario ou empregado vier a quebrar ou a fazer composição publica com os seus credores, ficará por isso inhabilitado para exercer o cargo de emprego da companhia e deixará de sel-o. Com tanto que enquanto não se fizer um assento referente a essa inhabilitação nas actas do conselho, os seus actos durante o exercicio do seu cargo serão tão validos como si não tivesse ficado inhabilitado assim.

#### *XXI — Assembléas geraes*

Art. 134. A primeira assembléa geral terá lugar em Londres, dentro de quatro mezos a contar da data do registro da escriptura social e dos estatutos.

Art. 135. Celebrar-se-ha annualmente uma assembléa ordinaria em qualquer lugar do Reino Unido, á hora e no dia, em cada anno, que o conselho indicar de tempos a outros.

Art. 136. A assembléa extraordinaria poderá ser convocada em qualquer época pelo conselho de seu motu proprio, e deverá ser convocada por elle, quando for entregue ao secretario ou no escriptorio para o conselho um pedido feito por qualquer numero de accionistas, não sendo menos de dez, e, possuindo em conjuncto não menos de uma decima parte do capital-acções, declarando plenamente o objecto da reunião e assignado pelos sollicitantes.

Art. 137. Quando o conselho por 14 dias depois da entrega de tal pedido deixar de convocar a assembléa, de conformidade com elle, poderão convocar a assembléa os mesmos sollicitantes ou um numero igual de accionistas proprietarios da mesma proporção de capital.

Art. 138. Todas as assembléas geraes extraordinarias serão celebradas em quaesquer logares convenientes no Reino Unido, que indicarem o conselho ou as pessoas que convocarem a assembléa.

Art. 139. Cinco accionistas presentes em pessoa constituirão numero legal para uma assembléa geral, para todos os fins, excepto o de adiar-se a assembléa, e para este tres accionistas presentes pessoalmente constituirão o numero.

Art. 140. Não se poderá tratar de negocio algum em qualquer assembléa geral, salvo achando-se presente um numero legal para o mesmo negocio ao começar-se este.

Art. 141. Si dentro de meia hora depois da marcada para a reunião da assembléa, quer original, quer adiada, não se achar presente numero legal, dissolver-se-ha a assembléa.

Art. 142. Poderá o presidente, com o consentimento da assembléa, adiar a assembléa geral de tempos a outros e de logares a outros, mas não se poderá tratar de outros negocios em qualquer assembléa geral adiada senão os que ficarem por acabar na assembléa geral que for adiada, e que poderem ter sido tratados na mesma assembléa.

Art. 143. Nenhuma pessoa, como portador de um titulo de acções terá direito de assistir, votar ou exercer quaesquer dos privilegios de accionista em qualquer assembléa geral da companhia, ou assignar qualquer pedido ou convocar a assembléa geral si ao menos dous dias antes do marcado para a assembléa, no primeiro caso, ou si antes de entregar o mesmo pedido no escriptorio, no outro caso, não tiver depositado o dito titulo no escriptorio ou outro logar, ou em um dos outros logares que a directoria indicar de tempos a outros justamente com uma declaração escripta indicando o seu nome e direcção, e si o mesmo titulo não permanecer em deposito até que tenha sido celebrada a assembléa geral. Não serão recebidos os nomes de mais pessoas que uma, como comproprietarias de qualquer titulo de acções.

Art. 144. Entregar-se-ha á pessoa que depositar titulos de acções um certificado contendo o seu nome e direcção e o numero de acções ou importancia dos valores fraccionarios comprehendidos nos titulos que depositar, e este certificado lhe dará o direito de assistir e votar nas assembléas geraes relativamente ás acções ou valores especificados em tal certificado do mesmo modo como si fosse accionista inscripto. Ao devolver-se tal certificado, far-se-lhe-ha a entrega dos titulos com respeito aos quaes elle for passado. No caso de deteriorar-se, perder-se ou destruir-se qualquer de taes certificados, poderá elle ser renovado nos mesmos termos que ficam acima dispostos para a renovação de titulos de acções.

Art. 145. Quando o conselho convocar a assembléa geral e quando os accionistas convocarem a assembléa extraordinaria, deverão respectivamente dar aviso da reunião com a antecedencia de nem menos de sete nem mais de vinte e um dias, mas si qualquer accionista deixar de receber o aviso, isso não invalidará os trabalhos de qualquer assembléa geral.

Art. 146. No caso de adiar-se qualquer assembléa geral por mais de oito dias o conselho deverá dar aviso da reunião adiada com a antecedencia de, pelo menos, quatro dias, mais, si não for aliada por mais de oito dias, não será necessario dar-se aviso algum.

Art. 147. Os avisos de convocatoria da assembléa geral e o de adiamento excluirão o dia em que for expedido o aviso, porém incluirão aquelle em que deva ser celebrada a assembléa.

Art. 148. Os avisos de convocatoria das assembléas geraes e os de seus adiamentos serão expedidos por circulares aos accionistas declarando estas a hora e logar da reunião e o conselho ou os accionistas que convocarem uma assembléa geral, deverão tambem dar aviso por meio de annuncios, no caso de existirem titulos de acções.

Art. 149. Não se poderá tratar de negocio algum nas assembléas geraes sião os que forem especificados nos avisos de convocatoria e as materias abaixo especialmente mencionadas, excepto nos casos das assembléas ordinarias.

Art. 150. O conselho poderá convocar reuniões de qualquer

clas-e especial de accionistas. As regras e os regulamentos contidos aqui com referencia a convocação, celebração e direcção das assembléas geraes o de suas votações serão applicaveis a quaesquer destas reuniões o mais approximadamente que fôr possível.

### XXII -- *Poderes das assembléas geraes*

Art. 151. Poderá a companhia, com a sancção de uma assembléa geral e sujeito a quaesquer condições impostas pela assembléa, de tempos a outros, exercer quaesquer dos poderes conferidos pelas leis sobre as sociedades anonymas de responsabilidade limitada, por accões.

Art. 152. Poderá qualquer assembléa geral, precedendo aviso para tal fim, por deliberação approvada por dous terços dos votos emitidos pessoalmente ou por procuração demittir a qualquer director ou revisor de contas, e poderá por simples maioria preencher qualquer vacatura entre os directores ou revisores e poderá marcar os vencimentos dos revisores.

Art. 153. Qualquer assembléa ordinaria, sem aviso algum para tal fim, poderá eleger directores ou revisores, e poderá receber o total ou parcialmente rejeitar ou adoptar e confirmar as contas, balancetes e relatorios do conselho e dos revisores respectivamente, e poderá, sujeito as disposições da presente escriptura, decidir sobre qualquer recommendação da directoria quanto ou em relação a qualquer dividendo.

### XXIII -- *Poderes das assembléas geraes*

Art. 154. Todas as assembléas geraes serão presididas pelo presidente do conselho, ou durante a ausencia deste pelo vice-presidente, havendo-o; na ausencia destes por um director eleito pelos directores presentes, e, na ausencia de todos os directores por um accionista nomeado pelos accionistas presentes.

Art. 155. Em todas as assembléas ordinarias em que tiverem quaesquer directores de vagar os seus cargos, continuarão elles em exercicio até que se dissolva a assembléa, quando cessara o seu exercicio.

Art. 156. Sujeito ao pedir-se o escrutinio pela forma abaixo mencionada, todas as questões que tiverem de ser decididas por qualquer assembléa geral, salvo sendo resolvidas unanimemente, e si não houver outra disposição consignada nas leis, serão decididas symolicamente por simples maioria dos accionistas pessoalmente presentes, e habilitados a votar na forma da presente escriptura.

Art. 157. Em todas as assembléas geraes, si não fôr pedido o escrutinio sobre qualquer de suas deliberações (immediatamente que o presidente da assembléa declarar o resultado da votação symbolica relativamente a ella), por dous accionistas pelo

menos, ou antes da dissolução ou adiamento da assembléa a pedido por escripto e assignado por accionistas, que possuam ou representem por procuração pelo menos, £10.000 do valor nominal das acções em conjuncto, o qual devera ser entregue ao presidente ou ao secretario, a declaração do presidente expondo que foi approvada uma deliberação e um assento nesse sentido nas actas dos trabalhos da assembléa constituirão evidência sufficiente dos factos assim declarados, sem precisar de prova do numero ou proporção dos votos emitidos em prol ou em contra da deliberação.

Art. 158. No caso de pedir-se um escrutinio este se praticara pela fórma, nos logares, e quer immediatamente, quer em qualquer outra data, dentro dos oito dias seguintes, segundo dispuzer o presidente da assembléa, e a deliberação determinada pelo resultado do escrutinio sera considerada a deliberação da assembléa geral em que se pedir o escrutinio. Nenhum accionista terá o direito de votar no escrutinio si não tiver estado presente na assembléa, ou pessoalmente ou por representação, e podendo ter então votado sobre a questão quando se propoz ella originalmente.

#### XXIV — *Votação nas assembléas geraes*

Art. 159. Em todas as questões que tiverem de ser decididas por escrutinio cada accionista presente na reunião da assembléa, quer pessoalmente quer por procuração, e com o direito de votar nella, terá um voto por cada acção de qualquer classe que elle possuir.

Art. 160. Si mais de uma pessoa for comproprietaria de uma acção, aquella cujo nome se achar em primeiro logar no registro dos accionistas como uma das comproprietarias da acção e nenhuma outra é a que tem o direito de votar relativamente a tal acção.

Art. 161. No caso de um accionista vir a perder a razão, podera elle votar por seu curador ou outro representante legal, mas de outro modo não será possível emitir-se votos relativamente a uma acção de propriedade de pessoa incapacitada.

Art. 162. Qualquer accionista presente pessoalmente na assembléa geral poderá deixar de votar nella sobre qualquer questão; mas, si deixar de votar, nem por isso considerar-se-ha ausente da assembléa; nem a sua presença poderá invalidar qualquer procuração que ella tenha passado; excepto no que diz respeito a qualquer questão sobre a qual ella puder votar em pessoa.

Art. 163. Qualquer accionista com o direito de votar poderá, de tempos a outros, nomear qualquer outro accionista como representante para votar por elle em qualquer escrutinio.

Art. 164. Todos os instrumentos de procuração serão por escripto, na fórma seguinte ou de conformidade com ella, ou o mais approximadamente que as circumstancias permittirem;



serão assignados pelos outorgantes e depositados no escriptorio, pelo menos, 48 horas antes da marcada para a assembléa geral, na qual tenha de fazer-se uso delles:

«Eu (A. B.) accionista da sociedade *The National Brazilian Harbour Company, Limited*, pela presente nomeio a (C. D.), e na falta della a (E. F.), ambos accionistas da companhia, para representarem-me na assembléa geral da companhia que terá logar em de 19 e em todas as sessões adiadas della.

Em testemunho do que assigno a presente aos de 19 (Assignavio).»

Todas as escripturas de procuração deverão ser devidamente estampilhadas.

Art. 165. O presidente da sessão de qualquer assembléa geral terá um voto adicional ou preponderante em todos os casos de empate em escrutinio ou de outra fórma.

#### XXV—Actas das assembléas gerais

Art. 166. Todos os assentos contidos nos livros das actas dos trabalhos das assembléas geraes que exponham ser feitos e assignados de accordo com as leis ou com a presente escriptura, não havendo prova em contrario, serão considerados registros fieis, e trabalhos originaes da companhia nessa conformidade; e em todos os casos, incumbirá inteiramente à pessoa que impugnar os assentos o dever de provar que houve erro.

#### XXVI—Fundo de reserva e emprego de dinheiros

Art. 167. Antes de repartir qualquer dividendo, a companhia destinará para amortização dos *debentures* da companhia quaesquer partes dos lucros sociaes que se concordou em destinar para tal fim. Poderá o conselho, antes de recomendar qualquer dividendo, retirar da parte dos lucros sociaes que de conformidade com a presente escriptura seria de outro modo disponivel para o pagamento de dividendos, a somma que elle entender para formar um ou mais fundos de reserva para fazer face a eventualidades, ou para igualar os dividendos, para comprar bens de qualquer natureza dentro dos poderes da companhia, (que na opinião do conselho sejam calculados a aproveitar os bens originaes), ou para concertar e manter quaesquer dos bens da companhia; todos os dinheiros assim destinados e todos os outros dinheiros da companhia que não forem applicaveis immediatamente para quaesquer pagamentos que tenham de ser feitos pela companhia, poderão, sujeitos às disposições do art. 5º, ser empregados pelo conselho em consolidados inglezes ou em

quaesquer outros valores autorizados pelas leis da Inglaterra, para o emprego de dinheiros de fidei-commissos por parte dos fidei-commissarios, conforme melhor entender o conselho de tempos a outros.

Art. 168. Em qualquer caso em que assim entender o conselho os empregos poderão ser feitos em nome do fidei-commissarios.

#### XXVII — *Dividendos*

Art. 169. Os lucros liquidos da companhia em cada anno serão as sommas que o conselho declarar como taes, e com os lucros liquidos (que poderão incluir quaesquer quantias recebidas como premio sobre as acções ou *adventures* emitidos pela companhia), reservando-se o poder do conselho para destinar uma somma para o fundo de reserva, como dito fica, poderá a companhia na assembléa geral de cada anno, sujeito a qualquer contracto que fór celebrado entre a companhia e os obrigatarios da companhia ou quaesquer fidei-commissarios em representação dos obrigatarios, annunciar um dividendo sobre o capital social em acções, ou applical-os de qualquer outro modo que fór determinado. Todos os dividendos (sujeitos ás disposições aqui contidas a respeito dos pagamentos adiantados por conta das prestações), serão pagos em proporção ás importancias que de tempos a outros forem pagas ou creditadas como pagas sobre as acções da companhia e de conformidade com a prelação e os respectivos direitos e attributos das differentes classes de acções.

Art. 170. Não se annunciará dividendo maior que o que o conselho recommendar.

Art. 171. Poderá o conselho annunciar dividendos interinos sobre todo ou qualquer parte do capital social e relativamente a qualquer parte do anno, quando a seu juizo os lucros sociaes liquidos o permittirem.

Art. 172. Os dividendos serão pagos, immediatamente que forem annunciados ás pessoas que a elles tiverem direito, pela forma que os directores determinarem de tempos a outros, e, nos casos em que mais que uma pessoa se achar inscripta como comproprietaria de uma acção, será sufficiente o pagamento á que se achar inscripta em primeiro logar no registro social.

Art. 173. Quando um accionista estiver indviduado para com a companhia, todos os dividendos que lhe forem pagaveis, ou uma parte sufficiente, poderão ser destinados pela companhia para a satisfação total ou parcial da divida.

Art. 174. Todos os dividendos pagaveis sobre qualquer acção nominativa serão pagos somente a pessoa que se achar inscripta como proprietaria de tal acção, na data em que fór votada a deliberação annunciando taes dividendos, ou aos representantes legitimos de tal pessoa.

Art. 175. Os dividendos não pagos nunca vencerão juro algum contra a companhia.

## XXVIII — Avisos

Art. 176. Todos os avisos que a presente escriptura ou as leis exigirem que sejam expedidos aos accionistas serão dados aos accionistas inscriptos que tiverem domicilios inscriptos no Reino Unido, quer pessoalmente, quer enviando-se cartas a taes domicilios, e, no caso do existirem titulos de acções em circulação na época em que forem expedidos os avisos, então os avisos aos possuidores de taes titulos de acções serão dados por annuncios em, pelo menos, dois jornaes publicados em Londres.

Art. 177. Todas as cartas e avisos, havendo-os, enviados ou emitidos em virtude da presente escriptura, serão assignados ou levarão impressos no fim o nome do secretario ou de qualquer outra pessoa que o conselho nomear em lugar d'elle, excepto no caso de qualquer assemblea convocada pelos accionistas, de conformidade com esta escriptura, e, em tal caso, serão assignados ou levarão impressos no fim os nomes dos accionistas que a convocarem ou da maioria d'ellos.

Art. 178. Os avisos que forem assim enviados pelo correio ao endereço de qualquer accionista inscripto, constante do registro de accionistas, serão considerados como expedidos a elle, no dia em que foram deitados no correio, e, para provar tal expedição, basta comprovar que a carta foi regularmente endereçada e lançada no correio.

Art. 179. Os avisos aos portadores de titulos de acções serão considerados como expedidos a elles no dia em que fôr o seu annuncio publicado nos jornaes, como indicam estes estatutos.

Art. 180. Todos os avisos aos accionistas inscriptos que se referirem a qualquer acção de propriedade de mais de uma pessoa serão expedidos ás pessoas cujos nomes se acharem em primeiro logar no registro, e os avisos expedidos por esta forma serão sufficientes para todos os comproprietarios de tal acção.

Art. 181. Todo o testamenteiro, administrador, curador, ou syndico de quebra ou liquidação e toda outra pessoa que tiver ou reclamar qualquer interesse nas acções de um accionista inscripto, fica obrigado absolutamente por todos os avisos expedidos pela forma acima indicada, si forem dirigidos ao ultimo domicilio inscripto de tal accionista, não obstante que a companhia tenha por qualquer meio noticiado do fallecimento, perda de juizo, fallencia, casamento, ou incapacidade de tal accionista inscripto, ou desse direito equitativo ou outro.

*Nomes, endereços e qualidades dos signatarios*

René James Tahourdin, 20, Victoria Street, Westminster, solicitador.

Frank George Armstrong Hitchcock, 20, Victoria Street, Westminster, S. W., solicitador.

Alfred Sell, 157, Field Road, Forest Gate, E., empregado do solicitador.

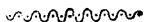
Robert White, 3, Victoria Street, Westminster, S. W., engenheiro civil.

Edward Charles Bowen, 3, Tokenhouse Buildings, E. C., negociante.

Stephen Pagden Child, contador, encartado, 42, Poultry, E. C.

Frederick George Ceares, contador, Ashfield Lodge, Sistova Road, Balham, S. W.

Em data de 30 de março de 1899. — Testemunha — *William Alfred Riddle*, 28, Gateley Road — Brixton, S. W., empregado do solicitador.



#### DECRETO N. 3283 — DE 17 DE MAIO DE 1899

Manda substituir a cõr branca das bandeiras ns. 2 e 3, da quinta estampa do Código de Signaes commum a todos os portos e barras da Republica, pela encarnada; e acrescentar novos signaes aos da tabella n. 1 do mesmo Código.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve mandar substituir a cõr branca da corneta n. 2 e da bandeira n. 3 da quinta estampa do Código de Signaes commum a todos os portos e barras da Republica, approvado pelo decreto n. 2661, de 1 de novembro de 1897, pela cõr encarnada, devendo ser branco o rectangulo do centro da bandeira; e acrescentar a tabella n. 1 do mesmo Código, em seguida aos « Signaes avulsos », os abaixo mencionados:

N. 463 — A barra permite sahida ás embarcações á vela.

N. 465 — Apparece embarcação á vela ao norte.

N. 466 — Apparece embarcação á vela ao sul.

N. 511 — Apparece embarcação a vapor ao norte.

N. 512 — Apparece embarcação a vapor ao sul.

N. 513 — A embarcação avistada é de guerra.

N. 514 — A embarcação avistada seguiu para o norte.

N. 516 — A embarcação avistada seguiu para o sul.

Capital Federal, 17 de maio de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar da Silveira.*



## DECRETO N. 3284—DE 20 DE MAIO DE 1899

Dá instrucções para os concursos aos logares de assistentes de clinicas das Faculdades de Medicina da União.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no art. 2.º, § 3.º, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e de accordo com o parecer unanime das congregações das Eaculdades de Medicina da União, resolve que nos concursos para os logares de assistentes de clinicas das mesmas Faculdades sejam observadas as instrucções que a este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Instrucções para o concurso aos logares de assistentes de clinicas das Faculdades de Medicina da Republica, a que se refere o decreto n. 3284, desta data.

Art. 1.º No concurso para os logares de assistentes de clinicas serão observadas as disposições do actual regulamento para o concurso de preparadores (arts. 69 a 79 do decreto n. 1482, de 24 de junho de 1893), com as modificações adeante mencionadas.

Art. 2.º Somente serão admittidos á inscripção os doutores em medicina pelas Faculdades da Republica ou por ellas reconhecidos.

Art. 3.º Até ao encerramento da inscripção poderão os candidatos apresentar quaesquer documentos, memorias ou trabalhos, já publicados ou ineditos, que provem o seu merecimento scientifico ou a sua aptidão para o logar vago.

Art. 4.º No dia do encerramento da inscripção, a congregação nomeará dous lentos de clinica, os quaes, reunidos ao da cadeira a que pertencer a vaga, formarão, sob a presidencia do mais antigo e servindo o mais moderno de secretario, a commissão incumbida de organizar os pontos, fiscalizar as provas e dar parecer sobre cada uma dellas, bem como sobre os documentos de que trata o artigo antecedente.

Art. 5.º As provas do concurso, em numero de tres, escripta, oral e pratica, se realizarão perante a congregação, em dias alternados e na ordem aqui designada.

Art. 6.º A prova escripta versará sobre um caso clinico escolhido pela commissão indicada no art. 4.º, cabendo a cada candidato uma hora, no maximo, para examinar o docto e tres horas para redigir a respectiva dissertação.

Paragrapho unico. Sempre que, a juizo da commissão, não fopossivel obter doentes adequados a esta prova, será ella substit

tuida por uma dissertação, escripta durante o mesmo prazo, sobre assumpto de ordem geral e technica, relativo á clinica respectiva e sorteado entre os pontos por ella formulados e approvados pela congregação, em numero nunca inferior a dez.

Art. 7.º A prova oral consistirá em uma exposição relativa a um outro doente escolhido pela mesma commissão, concedendo-se tambem a cada candidato uma hora, no maximo, para o exame e igual tempo para exposição.

Art. 8.º Em ambas estas provas poderão os candidatos utilizar-se de todos os methodos de exploração exequiveis para auxilio do diagnostico, sendo-lhes concedidos osapparelhos e utensilios que para este fim requisitarem.

Art. 9.º A commissão entregará ao director, antes de começar cada uma destas provas, o respectivo diagnostico escripto, assignado e competentemente lacrado.

Art. 10. A prova pratica sobre um ponto tirado á sorte pelo primeiro inscripto dentro os que tiver organizado a commissão e a congregação approvado, em numero nunca inferior a seis, no mesmo dia em que se effectuar a prova, consistirá na demonstração technica dos conhecimentos indispensaveis, para o desempenho das funcções de assistente da clinica respectiva, de conformidade com o art. 51 do regulamento; *verbi gratia*: exame e analyse de liquidos organicos, normaes e pathologicos (§ 6º), pratica de operações de urgencia e applicação de apparelhos cirurgicos (§§ 9º e 10), preparação de peças pathologicas elucidativas do diagnostico (§ 11), emprego dos principaes methodos e apparelhos de exploração clinica, etc., etc.

Paragrapho unico. O tempo maximo desta prova (em todo o caso nunca inferior a uma hora) será marcado pela commissão, de conformidade com o assumpto sorteado, devendo o candidato preceder ou acompanhar a execução do que lhe tiver sido prescripto da exposição succinta da technica a empregar.

Art. 11. Os pareceres de que trata o art. 4º immediatamente lavrados e entregues ao director, serão presentes á congregação juntamente com o diagnostico dos casos clinicos, na sessão de julgamento, após a leitura publica das provas escriptas pelos respectivos autores.

Art. 12. Quando houver mais de tres candidatos, serão distribuidos por turnas na ordem da inscripção, cabendo a cada turma assumpto differente para as respectivas provas, que se realizarão em dias successivos.

Art. 13. Será proposto ao Governo para a nomeação o candidato classificado em primeiro lugar entre os que tiverem sido habilitados em votação anterior, seguindo-se no processo do julgamento, bem como em caso que não estiver explicito nestas inscripções, o prescripto no cap. IV do Código das disposições communs ás instituições do ensino superior, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. (Decreto n. 1159, de 3 de dezembro de 1892.)

Capital Federal, 20 de maio de 1899. — *Epitacio Pessoa*.



## DECRETO N. 3285 — DE 20 DE MAIO DE 1899

Dá instrucções para o reconhecimento dos Institutos de ensino secundario fundados pelos Estados, associações ou particulares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do disposto no art. 197 do regulamento approved por decreto n. 2857, de 30 de março de 1898, relativamente ao reconhecimento dos Institutos de ensino secundario fundados pelos Estados, associações ou particulares, resolve mandar que sejam observadas as instrucções que a este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Instrucções para o reconhecimento dos Institutos de ensino secundario fundados pelos Estados, associações ou particulares, a que se refere o decreto desta data

Art. 1.<sup>o</sup> Os Institutos de ensino secundario que tiverem sido ou venham a ser equiparados ao Gymnasio Nacional, para o fim de poderem passar certificados de conclusão de estudos e conferir grãos, deverão satisfazer as seguintes condições :

I. Constituir um patrimonio de 50 contos de réis pelo menos, representado por apolices da divida publica federal e pelo edificio em que funcionar o instituto ou por qualquer desses valores ;

II. Provar uma frequencia nunca inferior a 30 alumnos pelo espaço de 2 annos ;

III. Observar o regimen e os programmas de ensino adoptados para o Gymnasio Nacional.

Parapho unico. Nenhuma collectividade particular será admittida a requerer a equiparação do instituto de instrucção secundaria que houver fundado ou mantiver, sem que mostre ter adquirido individualidade propria, constituindo-se como sociedade civil na forma da lei n. 173, de 10 de setembro de 1893.

Art. 2.<sup>o</sup> As apolices constitutivas do fundo patrimonial do instituto serão averbadas na Caixa de Amortização em nome do mesmo instituto com a clausula de inalienabilidade.

Art. 3.<sup>o</sup> O predio em que tiver a sua sede o estabelecimento e que constituir, no todo ou em parte, o patrimonio do instituto, será inscripto no registro hypothecario respectivo como especia mente hypothecado ao Governo da União, pela responsabilidade decorrente da obrigação imposta pelo n. 1 do art. 1.<sup>o</sup>.

§ 1.<sup>o</sup> O processo da especialização da hypotheca, para que possa ter logar a inscripção, será feito perante o juiz seccional

com citação do procurador da Republica, segundo as prescripções dos arts. 144, 145, 146, 152, ns. 2 e 3, 153, 154, 156, 157, 158, 162 e 163 do regulamento annexo ao decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, menos no que se referem ao arbitramento da responsabilidade.

§ 2.º O valor da responsabilidade será sempre o de cincoenta contos de réis quando o patrimonio consistir exclusivamente no predio em que funcconar o estabelecimento. Quando o instituto tiver constituido parte do seu patrimonio em apolices, o valor da responsabilidade será o da differença entre as apolices e o total do fundo patrimonial, computadas as apolices por seu valor nominal. Neste caso a administração do instituto instruirá o requerimento para a especialização com a certidão da Caixa de Amortização mostrando acharem-se inscriptas em nome do mesmo instituto e como inalienaveis tantas apolices quantas bastem, para, reunidas ao valor declarado do immovel a hypothecar, perfazer a somma total do patrimonio exigido.

§ 3.º O predio deverá estar seguro em companhia abonada pelo valor da responsabilidade que elle tiver de caucionar.

Art. 4.º Os institutos particulares de ensino secundario, para obterem a equiparação ao Gymnasio Nacional, declararão a denominação, sede e fins do estabelecimento, o nome e a naturalidade dos administradores e da pessoa a cujo cargo estiver a direcção technica do estabelecimento, e instruirão o pedido com os seguintes documentos :

I. Certidão do archivamento no registro civil dos estatutos, compromisso ou contracto social, quando se tratar de associação.

II. Um exemplar da folha official em que houverem sido publicados por extenso os estatutos do estabelecimento.

III. Certidão da Caixa de Amortização de se acharem inscriptas com a clausula de inalienabilidade e em nome do instituto as apolices constitutivas do fundo patrimonial; e quando este consistir, no todo ou em parte, no edificio escolar, sentença de especialização da hypotheca com a respectiva verba de que conste achar-se devidamente inscripta no registro em primeiro logar.

IV. Apolice de seguro do predio ou minuta devidamente autenticada.

Art. 5.º Si á vista dos documentos apresentados, achar-se que a organização scientifica do instituto está de accordo com a lei, será determinado processo no qual se verifique a idoneidade moral e technica do director e do corpo docente, e a existencia de laboratorios, gabinetes eapparelhos necessarios ao ensino das sciencias physicas e naturaes, e se prove que o estabelecimento foi effectivamente frequentado por 30 alumnos nos dous annos immediatamente anteriores. Para este fim os interessados deverão franquear não só os livros e documentos de matricula, como fornecer as provas da frequencia que forem exigidas pelas autoridades competentes.

Art. 6.º A nomeação do delegado do Governo nos exames de madureza, a que se refere o art. 28 do decreto n. 3251, de 8 de abril de 1899, recahirá de preferencia sobre a pessoa que exercer



as funções de delegado fiscal de que tratam os arts. 7.º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, e 195 do decreto n. 2857, de 30 de março de 1898.

Art. 7.º O processo de verificação, previsto no art. 5.º, será confiado a pessoa de provada competência pedagogica, quando no districto em que tiver a sua sede o novo instituto não existir outro estabelecimento já officialmente reconhecido, caso em que será dada aquella incumbencia ao delegado fiscal do Governo junto deste ultimo. O resultado do processo deverá ser communicado ao Governo em minucioso relatório.

Art. 8.º Aos delegados fiscaes do Governo, junto aos institutos equiparados, é applicavel a disposição do art. 9.º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895.

Art. 9.º O Governo retirará as prerogativas e vantagens da equiparação ao Gymnasio Nacional aos institutos que se afastarem do regimen official de ensino, ou em que se praticarem abusos quanto á identidade dos alumnos nos exames, ou na collecção de grãos, e bem assim aquelles em que forem tolerados actos de immoralidade e incivismo ou que acarretem o abatimento moral do ensino.

a) A concessão será tambem cassada:

I. Quando for dissolvida a sociedade mantenedora do estabelecimento de ensino ou o proprietario declarar extinto o respectivo estabelecimento.

II. Quando por dous annos successivos a frequencia não chegar ao minimo legal.

b) Será suspenso o gozo das prerogativas da equiparação:

I. Deixando o proprietario do estabelecimento ou a sociedade de sujeitar ao exame do delegado fiscal e á approvação do Governo as alterações que fizer nos seus estatutos ou compromisso, até que satisfaça essa obrigação.

II. Baixando a frequência a menos de 30 alumnos durante mais do um semestre.

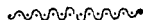
III. Deixando de renovar o seguro do predio em que estiver a sede do estabelecimento, quando elle constituir no todo ou em parte o fundo patrimonial da sociedade.

Paragrapho unico. Só por decreto e depois de audiencia dos interessados em inquerito regular, poderá ser cassada a equiparação. O Ministro poderá, porém, por simples portaria resolver a suspensão em vista da representação do delegado fiscal por tempo não excedente a um anno. Si dentro do periodo da suspensão o instituto não provar ter satisfeito as obrigações que lhe são impostas, ser-lhe-ha cassada a concessão.

Art. 10. Aos institutos creados e custeados pelos Governos estaduais não se estende a obrigação de constituir patrimonio para que possam gosar das prerogativas do Gymnasio Nacional. Taes prerogativas, porém, só lhe serão reconhecidas e mantidas, si observarem o regimen e programmas de ensino do Gymnasio e provarem frequencia nunca inferior a 30 alumnos.

Art. 11. Em relatorios semestraes os delegados fiscaes exporão quanto houverem observado sobre a marcha do estabelecimento e execução dos programmas, propondo as providencias e censuras que lhes dictarem as irregularidades ou abusos verificados.

Capital Federal, 20 de maio de 1899.—*Epitacio Pessoa.*



DECRETO N. 3286 — DE 20 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cambuiy, no Estado de Minas Geraes.

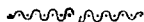
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Cambuiy, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais com a designação de 20<sup>a</sup>, composta de dous regimentos sob os ns. 39 e 40, e uma brigada de infantaria da mesma milicia, com a designação de 89<sup>a</sup>, que se constituirá com tres batalhões do serviço activo sob os ns. 265, 266 e 267 e um do da reserva sob o n. 89, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3287 — DE 20 DE MAIO DE 1899

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na Comarca do Fructal, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Fructal, no Estado de Minas Geraes, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 90<sup>a</sup>, composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 268, 269 e 270, e de um do da

reserva sob o n. 90, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3288— DE 20 DE MAIO DE 1899

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.

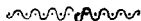
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 91<sup>a</sup>, composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 271, 272 e 273, e de um do da reserva sob n. 91, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3289— DE 20 DE MAIO DE 1899

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

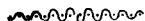
Artigo unico. Fica creada na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 92<sup>a</sup>, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 274, 275 e 276 e

de um do da reserva sob o n. 92, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3290—DE 20 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Conquista, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Conquista, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais, a primeira com a designação de 28<sup>a</sup>, composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 82, e 83 84, e um do da reserva sob o n. 28, e a segunda com a designação de 11<sup>a</sup>, composta de dous regimentos sob os ns. 21 e 22, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3291—DE 20 DE MAIO DE 1899

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

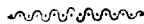
Artigo unico. Fica creada na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 29<sup>a</sup>, que se constituirá com tres batalhões

do serviço activo sob os ns. 85, 86 e 87 e de um do da reserva sob o n. 29, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3292 — DE 20 DE MAIO DE 1899

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Rio de S. Francisco, no Estado da Bahia.

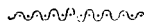
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca do Rio de S. Francisco, no Estado da Bahia, duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais sob os ns. 30 e 31, a primeira composta dos batalhões do serviço activo com as designações de 88<sup>a</sup>, 89<sup>a</sup> e 90<sup>a</sup> e um do da reserva com a de 30<sup>a</sup>, e a segunda constituída igualmente de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 91, 92 e 93, e um do da reserva sob o n. 31, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de maio de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3293 — DE 22 DE MAIO DE 1899

Approva, com modificação, os estatutos da Companhia Brasileira de Seguros para a Vida e autoriza a mesma a funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu Antonio José de Abreu, decreta:

Art. 1.º Ficam approvados os estatutos da Companhia Brasileira de Seguros para a Vida, sendo os arts. 3 e 73 substituidos pelo seguinte:

« A companhia não poderá effectuar operação alguma extranha ao seu fim, pagar em dinheiro ou em valores premio algum proveniente de sorteio, emittir apolices ou recibos de prestações que não sejam nominativos e intransferiveis, nem, finalmente, resegar os seus contractos em companhias que funccionem no Brazil ou no exterior, sob pena de lhe ser cassada a autorização para funcionar.

Art. 2.º Fica a mesma companhia autorizada a funcionar na Republica.

Capital Federal, 22 de maio de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*

## ESTATUTOS DA COMPANHIA BRAZILEIRA DE SEGUROS PARA A VIDA

1. Fica organizada uma sociedade anonyma, sob a denominação—Companhia Brasileira de Seguros para a Vida— com o fim exclusivo de constituir, por meio de apolices, rendas que serão pagas aos segurados, enquanto viverem, por trimestres e adeantadamente e que irão augmentando gradualmente na razão dos fallecimentos que forem occorrendo entre os segurados de cada grupo, até a extincção do mesmo.

2. A companhia durará 99 annos, será regida por estes estatutos e pela legislação vigente, terá sede e fóro juridico na Capital dos Estados Unidos do Brazil e funcionará nestes sómente, sendo: na Capital Federal, por meio da matriz e agencias que possam ser estabelecidas pela directoria, e, em outras localidades da União, por intermedio das agencias que forem creadas, também pela directoria, precedendo, porém, autorização do Governo para esse fim.

3. A companhia não poderá effectuar operação alguma extranha ao seu fim exclusivo, pagar, em dinheiro ou cousa que

possa ser permutada por dinheiro, premio algum proveniente de sorteio, nem resegurar os seus contractos em companhia que funcione no Brazil ou no exterior, sob pena de lhe ser cassada a autorização para funcionar.

4. O capital será de quatrocentos contos de réis (400:000\$000) dividido em 2.000 acções de 200\$000 cada uma, constituído e realizado do modo seguinte :

a) 100:000\$000, pela elaboração do plano e destes estatutos e mais serviços prestados por Antonio José de Abreu para a formação da companhia ; contanto que esse valor seja estimado por louvados, na forma dos arts. 17 e 20 do regulamento a que se refere o decreto n. 131, de 4 de julho de 1891, e representado por acções integralizadas ;

b) 300:000\$000 pelo valor das acções restantes subscriptas e que serão realizados do modo seguinte :

10 % na occasião da assignatura dos estatutos ;

15 % a juizo da directoria, não podendo, porém, cada chamada ser superior a 5 %, nem o prazo, entre uma e outra, menor de 30 dias ; outrossim, a primeira ser feita antes de 30 dias contados da data em que a companhia começar a funcionar ;

75 % a juizo dos accionistas, mediante resolução tomada em assemblea geral ; não podendo, porém, cada chamada exceder de 5 %, nem o prazo, entre uma e outra, ser menor de 30 dias.

5. A falta de entrada, no prazo fixado, sujeitará o accionista á multa de dez por cento (10 %) sobre a importancia em atraso ; contanto que esta e a respectiva multa sejam pagas nos trinta dias subsequentes, sob pena de proceder a directoria de conformidade com a lei.

6. Cada acção dará direito a um voto até o limite maximo de cincoenta votos por accionista. As acções serão nominativas até o seu integral pagamento e, resolvido este, poderão ser convertidas em transferiveis por endosso, ou ao portador, si assim resolverem os accionistas em assemblea geral.

7. Da renda liquida da companhia serão retirados dez por cento (10 %) no minimo, para fundo de reserva, até que atinja elle o capital social (400:000\$), passando então o producto dessa percentagem a perfazer o capital subscripto que possa não achar-se realizado. No caso de perda que possa soffrer o capital social, o fundo de reserva supprirá o que necessario for para refazer o mesmo capital.

8. O primeiro dividendo abrangerá as operações realizadas até 31 de dezembro de 1899, e o segundo as do semestre seguinte ; devendo cada um delles ser pago no decurso do segundo mez que se seguir ao da terminação do semestre.

9. Os dividendos subsequentes passarão a ser pagos por semestres ou trimestres, conforme deliberarem a directoria e o conselho fiscal em março de 1900 ; devendo cada um delles ser pago no decurso do segundo mez subsequente á terminação do semestre ou trimestre.

10. Mediante o pagamento integral de cem mil réis (100\$000) ou multiplo dessa quantia, obriga-se a companhia a emitir apo-

lice, nominativa e intransferivel, em favor de pessoa de qualquer sexo, nacionalidade, idade, estado e condição de saúde, e que dará direito ao segurado de perceber da companhia, enquanto vivo for, uma renda trimestral e adeantada, a contar de qualquer dos mezes de janeiro, abril, julho ou outubro que se seguir à data da apolice provisoria ou definitiva.

11. Os segurados, em geral, formarão duas classes distinctas de seguro: mixto ou especial—sendo considerada daquelle modo a aggremação de pessoas de qualquer idade, e deste a de pessoas de idade determinada, na ocasião de ser emittida a respectiva apolice; quando cabe tambem ao segurado a preferencia por uma ou outra das ditas classes e do modo seguinte :

Natureza do seguro	Grupos	Idades dos segurados na ocasião de ser emittida a apolice	Valor nominal das apolices que constituem cada grupo
1.º Mixto.....	A	Qualquer	500:000\$000
	B	Até 6 annos	250:000\$000
	C	» 16 »	250:000\$000
2.º Especial.....	D	» 28 »	250:000\$000
	E	» 40 »	250:000\$000
	F	» 52 »	250:000\$000
	G	Mais de 52	250:000\$000

a) Para os grupos especiaes (B a G) a idade será provada por documentos legais no prazo de um anno, a contar da data da inscripção, sob pena de ser suspenso o pagamento da renda vitalicia do quinto trimestre em deante.

Si no curso de mais um anno, a prova não houver sido prestada, o seguro será considerado nullo e a companhia restituirá metade do valor da apolice.

b) Provado que o segurado, pela sua idade verdadeira, devesse ser classificado em grupo diverso daquelle em que o foi, ficará o seguro nullo e a companhia restituirá metade do valor da apolice.

12. Os capitães dos segurados formarão um fundo especial denominado nestes estatutos — Património dos segurados — e terão administração especial e escripturação distincta para cada grupo.

13. O seguro poderá ser feito, tambem, por meio de 20 prestações de 5\$ cada uma, e, neste caso, o pretendente a seguro gosará das vantagens dos sorteios estabelecidos entre os recibos das ditas prestações, para o fim de, na hypothese de premio, ficar não só reduzido o numero das mesmas prestações, mediante



pagamento, como antecipada a emissão da apolice ; sem que de modo algum fique prejudicado o seu direito a esta, mesmo no caso de nenhum premio haver obtido nos 20 sorteios, em que pôde tomar parte, desde que haja satisfeito as 20 prestações, tudo subordinado ás seguintes condições :

a) cada sorteio alrangerá 50 ou 100 recibos de prestações de 5\$ cada uma, extrahidos do talão, nominativos e intransferiveis e numerados consecutivamente de um a 50 ou de um a 100 ;

b) haverá cinco premios para cada 50 recibos ;

c) o premio, que em hypothese alguma será pago em dinheiro, consistirá na permuta, sem pagamento, do recibo premiado pelo da prestação ou prestações seguintes ;

d) na extracção de cada premio entrarão sempre todos os numeros do plano, de modo que um numero possa obter mais de um premio no mesmo sorteio ;

e) os sorteios serão publicos e effectuados em localidade e hora que forem adoptadas, por processo dependente de approvação do Ministerio da Fazenda ; e realizar-se-hão, na Capital Federal, na presença de um dos directores ou membros do conselho fiscal, e em outras localidades, perante o respectivo agente ;

f) o recibo de cada prestação deve invariavelmente ser trocado pelo da prestação seguinte, no prazo de 30 dias, sob pena de reverterem em favor da companhia as prestações satisfeitas pelo pretendente a seguro ;

g) a emissão da apolice precederá proposta, de accordo com o art. 15, outrossim o pagamento de uma taxa de inscripção a que se refere o art. 28, e á qual ficarão sujeitas todas as apolices que forem emitidas pela companhia.

11. O seguro só se considera effectuado pela emissão da respectiva apolice provisoria ou definitiva ; devendo, portanto, quem á mesma tiver adquirido direito realizar o seguro no prazo improrogavel de um anno, a contar da data em que esse direito tiver sido conferido, sob pena de perda do mesmo em favor da companhia.

15. A inscripção precederá proposta em fórmula impressa, fornecida pela companhia, e na qual o pretendente mencionará seu nome completo e por extenso, nacionalidade, estado, data e logar do nascimento e filiação. A proposta será feita e assignada pelo pretendente a seguro, salvo si for menor, competindo então essa incumbencia ao representante legal do mesmo. Si o pretendente não souber ler e escrever, a proposta, em tal caso, será feita e assignada por pessoa á escolha do proponente, assignando tambem, como testemunhas idoneas, a juizo da companhia.

16. Tem direito á renda o segurado que estiver vivo no primeiro dia do respectivo trimestre, começando este invariavelmente em janeiro, abril, julho ou outubro.

17. A renda vitalicia, correspondente aos quatro primeiros trimestres de cada apolice, será paga sempre na razão de dez por cento (10 %) ao anno, calculados sobre o valor nominal da apolice. Nos trimestres seguintes, porém, essa

renda será a resultante da partilha proporcional do rendimento do patrimonio entre os segurados sobreviventes; contando que a quota desse resultado corresponda, no minimo, á taxa que vigorar no primeiro dia do trimestre, para descontos, nos principaes bancos na séde da companhia, deduzidos, porém, 2 % dessa taxa annual.

18. Para garantia do pagamento da renda vitalicia que a companhia obriga-se a pagar, de conformidade com o art. 17, os fundos sociaes supprirão o que possa ser necessario para perfazer as quotas estabelecidas nesse artigo, caso o rendimento do patrimonio não seja sufficiente para taes compromissos.

19. A renda vitalicia devida e não cobrada, no decurso de oito trimestres consecutivos, cahirá em commissão em favor da companhia; sendo o segurado considerado, para todos os effeitos destes estatutos, como si fallecido fosse.

20. As rendas devidas ao segurado fallecido, de accordo com o art. 16, e não cobradas pelo representante legal do mesmo, no prazo de um anno, a contar da data do fallecimento, cahirão em commissão em favor da companhia.

21. O pagamento das rendas vitalicias compete: na Capital Federal, á matriz, e, em outras localidades, ás respectivas agencias.

22. A renda vitalicia, correspondente aos quatro primeiros trimestres de cada apolice, começará a ser paga no decimo dia util do mez em que for devida. A dos trimestres seguintes, logo que a directoria e agencias tiverem conhecimento do rateio a que se refere o art. 17; devendo esse trabalho ser feito pela administração do patrimonio até o dia 20 do primeiro mez do trimestre.

23. Para o recebimento de rendas é indispensavel a apresentação das respectivas apolices; e, quando não cobradas pelo proprio segurado, é necessario certidão, provando achar-se elle vivo no primeiro dia do trimestre ou posteriormente.

24. As apolices provisórias serão emittidas e assignadas, na Capital Federal por um dos directores e pelo thesoureiro da companhia, e, em outras localidades, pelos respectivos agentes e rubricadas por um dos directores ou membros do conselho fiscal.

25. As apolices provisórias serão extrahidas de talão e numeradas consecutivamente de um a cem para cada serie ou talão.

26. As apolices definitivas, destinadas á substituição das provisórias, serão emittidas sómente pela administração do patrimonio e assignadas por um de seus membros, por outro da directoria, e, pelo thesoureiro da companhia, extrahidas de talão, numeradas consecutivamente de um até o numero que competir á ultima de cada grupo e terão as mesmas datas das provisórias, que terão de substituir.

27. Nenhuma apolice definitiva será emittida sem que a administração do patrimonio esteja de posse de setenta e cinco por cento (75 %) do valor respectivo.

28. A taxa a que se refere a lettra *g*, do art. 13, recahirão sobre a inscripção de cada apolice definitiva, será paga na occasião de ser emitida a provisoria e calculada na razão de um por cento (1 %) sobre o valor da apolice.

29. A substituição de apolice, definitiva ou provisoria, quando motivada por perda ou extravio, ficará sujeita á taxa invariavel de 1\$000.

30. Em casos excepcionaes e justificados, a juizo do conselho fiscal, precedendo requerimento do interessado, será permittida a emissão da apolice definitiva em nome diverso do que serviu para a provisoria; essa concessão, porém, em hypothese alguma poderá ser feita depois da apolice definitiva haver sido emitida, ou antes, assignada na sede da companhia.

31. A receita da companhia constará :

- a) de 25 % do valor de cada apolice definitiva que for emitida;
- b) de 25 % do valor da apolice ou apolices de cada segurado que fallecer ou for como tal considerado, nos termos do art. 19;
- c) de 25 % da importancia do patrimonio de cada grupo que se extinguir pelo fallecimento do ultimo segurado do mesmo grupo;
- d) dos juros que resultarem do emprego dos capitães sociaes e do fundo de reserva;
- e) de 50 % de qualquer outra renda não prevista neste artigo nem no art. 33.

32. Os capitães sociaes e os do fundo de reserva, que excederem ás necessidades do custeio da companhia, poderão ter o emprego que a directoria resolver de accordo com o conselho fiscal.

33. A receita do patrimonio dos segurados será constituida :

- a) por 75 % do valor de cada apolice definitiva que for emitida, deduzidos, porém, 25 % do valor de apolice ou apolices do segurado que vier a fallecer;
- b) pelos juros que resultarem do emprego dos capitães que formarem o patrimonio;
- c) por 50 % de qualquer outra renda não prevista neste, nem no art. 31.

34. Dado o fallecimento do ultimo segurado de um grupo, passarão 75 % (setenta e cinco por cento), da importancia que constituir realmente, nessa occasião, o patrimonio desse grupo, para o patrimonio do grupo identico organizado em seguida ao extincto.

35. Os capitães do patrimonio, cuja applicação cabe inteira e exclusivamente á respectiva administração, terão o seguinte emprego :

- a) emprestimo, mediante primeiras hypothecas, de immoveis urbanos ou suburbanos;
- b) adeantamentos de juros da divida publica da União;
- c) emprestimos, mediante caução, de titulos da divida publica da União;
- d) emprestimos, mediante depositos, de ouro, prata ou pedras preciosas, não sendo cada operação de valor inferior a um conto de réis;
- e) compra de immoveis urbanos ou suburbanos.

36. Além dessas operações, a administração poderá adoptar outras que offereçam segurança e boa renda, contanto que tenham sido approvadas por oito votos, no minimo, em reunião composta da directoria da companhia, da administração do patrimonio e do conselho fiscal; competindo, nessa occasião, dous votos a cada um dos administradores do patrimonio e um voto a cada um dos outros membros dessa reunião.

37. Todas as despesas correrão por conta dos fundos sociaes; não sendo, portanto, admissivel despesa alguma por conta do patrimonio dos segurados.

38. As despesas que resultarem de contractos para o emprego de capitaes do patrimonio correrão por conta do que produzir uma taxa, que será fixada pela administração e cobrada de cada operação que for effectuada.

39. Competindo á directoria e seus agentes o pagamento das rendas vitalicias, a administração do patrimonio porá á disposição daquella, em devido tempo, os recursos necessarios para esse fim, de accordo com os arts. 16 a 18; tomando contas da applicação desses dinheiros, nas occasiões que julgar convenientes.

40. A direcção da companhia será incumbida a tres membros: presidente, secretario e gerente, eleitos especialmente para cada um desses cargos pelos accionistas.

41. A directoria, de accordo com o conselho fiscal, poderá crear, quando julgar conveniente, o cargo de director agente geral, que será eleito tambem especialmente e pelos accionistas.

42. Cada director servirá por seis annos a contar sempre da data em que entrar em exercicio; devendo nessa occasião provar que é accionista e segurado e caucionar a responsabilidade de sua gestão com cem acções da companhia.

43. As attribuições e deveres de cada director, além dos mencionados nestes estatutos, constarão do regimento interno da directoria, que será organisa-do pelo seu presidente.

44. Os capitaes dos segurados, e que formam o patrimonio dos mesmos, serão administrados por tres membros, que distribuirão entre si os serviços a seu cargo, de modo que compita a um as funções de presidente, a outro as de secretario e ao terceiro as de gerente da administração.

45. Cada administrador servirá por seis annos, a contar sempre da data em que entrar em exercicio; devendo nessa occasião provar que é accionista e segurado e caucionar a responsabilidade de sua gestão com 75 acções da companhia.

46. Os administradores serão eleitos por 80 segurados, residentes na Capital Federal, inscriptos 30 dias antes da eleição e escolhidos dentre os mais antigos, na razão de 20 do grupo A e 10 de cada um dos grupos B e G.

47. Cada director ou administrador, dentro dos 30 dias que se seguirem á sua posse, indicará por escripto qual o segurado que deverá substitui-lo nos seus impedimentos e que servirá sob responsabilidade do substituido, sem direito, porém, a honorarios pelos cofres sociaes.

48. O director ou administrador que deixar de exercer as funções de seu cargo, por mais de 30 dias consecutivos, deverá fazer-se substituir, e si o impedimento durar mais de seis mezes consecutivos perderá, *ipso facto*, o cargo.

49. Occorrendo vaga, por qualquer motivo, de director ou administrador, será ella preenchida dentro de 15 dias da data em que se tiver verificado.

50. O director ausente da séde da companhia, por motivo de serviço da mesma, perceberá, além dos seus honorarios, uma diaria que será fixada pela directoria e conselho fiscal; e nesse caso o seu substituto, que só haverá si necessario for, perceberá pelos cofres sociaes uma gratificação correspondente a dous torços dos honorarios do substituido.

51. Os directores e administradores, depois de empossados de seus cargos, não poderão ser delles destituídos sinão por negligencia, culpa ou dolo, sendo: no que respeita aos directores, a juizo dos accionistas em assembléa geral, que será convocada pelo conselho fiscal; e, em relação aos administradores, a juizo da directoria e conselho fiscal.

52. Cada director perceberá mensalmente 600\$ ou 6 % do que produzir a receita da companhia, de que trata o art. 31, excluida, porém, a renda a que se refere a letra *d* desse artigo.

53. Cada administrador do patrimonio perceberá mensalmente 500\$ ou 5 % do que produzir a receita da companhia, de que trata o art. 31, excluida, porém, a renda a que se refere a letra *d* desse artigo.

54. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, que serão eleitos pelos accionistas e servirão por um anno, a terminar sempre no ultimo dia util de março.

55. Os supplentes servirão sómente nos casos de impedimento ou vaga dos effectivos, segundo a ordem em que ficarem collocados pela eleição.

56. Nenhum membro do conselho fiscal poderá entrar em exercicio sem provar ser accionista e segurado.

57. Os deveres e attribuições dos membros do conselho fiscal, serão, além dos mencionados nestes estatutos, os que lhes competirem por lei.

58. Cada membro do conselho fiscal perceberá mensalmente, quando em effectivo exercicio, 200\$ ou 2 % do que produzir a receita da companhia, de que trata o art. 31, excluida, porém, a renda a que se refere a letra *d* desse artigo.

59. A directoria da companhia é investida de poderes para transigir, renunciar direitos, hypothecar ou empenhar bens sociaes; outrossim contrahir obrigações e alienar bens e direitos da companhia.

60. A administração do patrimonio é investida de poderes para transigir de conformidade com estes estatutos.

61. Essa administração será auxiliada por empregados de sua confiança e nomeação; competindo, porém, á directoria da companhia fixar e pagar os respectivos vencimentos.

62. A guarda de todos os valores, tanto sociaes, como do pa-

património dos segurados, será confiada a um thesoureiro eleito pelos directores, administradores e membros do conselho fiscal, por sete votos, no minimo, dentre os nove membros da reunião para esse fim.

63. O thesoureiro antes de entrar em exercicio prestará fiança no valor e na especie que forem adoptados na reunião, de que trata o artigo anterior, para a sua eleição.

64. O thesoureiro, depois de entrar em exercicio, não poderá ser destituído do seu emprego sinão por motivo identico ao estabelecido no art. 62, para a sua eleição.

65. Ao thesoureiro compete exclusivamente o recebimento e a guarda de dinheiros e outros valores, tanto da companhia como do patrimonio; outrossim o pagamento de despesas ou entrega de valores, precedendo sempre a necessaria autorização para taes fins.

66. Nos seus impedimentos, o thesoureiro será substituído por pessoa de sua confiança e que servirá sob responsabilidade do impedido, sem direito, porém, a vencimentos pelos cofres sociais; não podendo, porém, o impedimento exceder de seis mezes consecutivos, sob pena de perda do emprego.

67. As assembleas geraes, ordinarias ou extraordinarias, serão convocadas sempre por annuncios e pelo presidente da companhia, salvo nos casos previstos nestes estatutos e na lei.

68. As assembleas ordinarias serão convocadas com a antecedencia de 15 e as extraordinarias com a de oito dias.

69. No ultimo dia util do mez de março de 1900, e dahi por diante, haverá assemblea geral ordinaria, para tomar conhecimento dos relatorios da directoria da companhia e da administração do patrimonio, do parecer do conselho fiscal a respeito das contas de ambas, até 31 de dezembro anterior, julgar as mesmas contas e eleger o conselho fiscal que deve servir dahi em diante.

70. Nessa assemblea, bem como nas que tiverem por objecto assumpto que interesse especialmente aos segurados, poderão tomar parte os de que trata o art. 46, inscriptos 30 dias antes, discutindo, porém, sem direito a voto. Nos annuncios de convocação mencionar-se-ha quando ella abranger tambem os segurados.

71. Quando ao segurado competir o direito de tomar parte em assemblea geral, não poderá elle fazer-se representar sinão por outro segurado da mesma classe de seguro, embora de grupo diverso, e quando lhe competir votar, nos termos do art. 46, a assemblea respectiva não poderá funcionar sem que estejam presentes ou representados 60 segurados, cabendo um voto a cada um, qualquer que seja o numero ou o valor das apolices que possuir.

72. O producto da taxa de inscrição de que trata o art. 28 pertencerá a Antonio José do Abreu e seus descendentes, emquanto durar a companhia, como remuneração feita pelos segurados de serviços que prestou, quer como elaborador do plano e dos estatutos, quer como incorporador da companhia.

73. Si a companhia pagar algum premio em dinheiro ou emittir apolice que não seja nominativa e intransferivel, incorrerá na multa de 100\$ por premio pago ou apolice emittida, salvo si a infracção tiver sido commettida por algum agente, incorrendo elle então na multa de 200\$ pela primeira infracção, o dobro pela reincidencia, e, na terceira vez, em perda do emprego e da fiança que houver prestado, sendo, tanto a importancia das multas, como a da fiança, destinadas a estabelecimento pio que for designado pelo Ministro da Fazenda, ou, na falta, pelo presidente da companhia.

74. Ao conselho fiscal cabe exclusivamente o direito de tomar conhecimento e julgar nos casos de infracção de que trata o art. 63.

75. Ficam desde já nomeados para os cargos da directoria da companhia, da administração do patrimonio dos segurados e do conselho fiscal:

#### *Directoria da companhia*

Presidente—Dr. José Hygino Duarte Pereira, advogado.

Secretario—Dr. Manoel Leite de Barros Sampaio, advogado.

Gerente—Barão de Santa Margarida, proprietario.

#### *Administração do patrimonio dos segurados*

Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, advogado e membro do conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro.

Dr. José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, advogado, secretario do conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro.

Augusto Hygino de Miranda, membro do conselho fiscal do Banco Intermediario.

#### *Conselho fiscal*

Dr. Joaquim Mariano de Macedo Soares, medico.

Carlos Moreaux, engenheiro.

Dr. João Frederico de Almeida Fagundes, medico, lente da Escola Militar, membro do Congresso do Estado do Rio.

#### *Supplentes*

Dr. Carlos Pinto Seidl, medico, director do hospital de S. Sebastião.

Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão, capitão de mar e guerra, engenheiro, lente da Escola Naval.

José Maria da Fonseca Neves, capitão de fragata, lente da Escola Naval.

76. Os casos não previstos nestes estatutos serão resolvidos pelas disposições legais sobre o assumpto, e na falta pela directoria da companhia, administração do patrimonio dos segurados e pelo conselho fiscal.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1898.—*Antonio José de Abreu.*



DECRETO N. 3294 — DE 22 DE MAIO DE 1899

Altera o art. 568 da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas* na parte que se refere ao despacho de exportação das mercadorias que tiverem de transitar por paizes estrangeiros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, § 1.º, da Constituição da Republica e nos termos do art. 169 da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas*:

Decreta :

Art. 1.º No despacho de exportação por cabotagem dos generos estrangeiros já despachados para consumo, a conferencia feita no acto do embarque e a que se refere o art. 568, regra 2.ª, da referida *Consolidação*, versará, nos casos ordinarios, sómente sobre a identidade dos volumes despachados, podendo, porém, estender-se ás mercadorias quando houver suspeita ou denuncia de fraude e não unicamente quando tiverem de transitar por paiz estrangeiro.

§ 1.º Quando, dada a suspeita ou denuncia, se verificarem nos volumes mercadorias ou objectos inferiores, em qualidade ou valor, ás mercadorias ou objectos declarados nas notas dos despachos, pagará a parte, a juizo do inspector da Alfandega ou administrador da Mesa de Rendas, a multa de 1:000\$ por cada volume, sendo metade para o descobridor da differença.

§ 2.º Na 1.ª via de despacho o empregado encarregado do serviço lançará a declaração do conteúdo verificado nos volumes, a qual será devidamente mencionada na 2.ª via.

§ 3.º Ficam extensivas estas disposições aos despachos de productos da industria nacional que tenham similares estrangeiros e destes não se distingam á primeira vista.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de maio de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*





## DECRETO N. 3295 — DE 23 DE MAIO DE 1899

Transfere á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*, a concessão de que trata o decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, para as obras de melhoramentos no porto do Rio de Janeiro, nos termos do art. 46 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

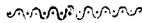
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Obras Hydraulicas no Brazil, cessionaria da concessão para as obras de melhoramentos na cidade e no porto do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. Fica transferida á *The Rio de Janeiro Harbour and Dock Company, Limited*, a concessão feita pelo decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, com as vantagens e onus que actualmente tem a Companhia Docas de Santos, nos termos do art. 46 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

Capital Federal, 23 de maio de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Sverino Vieira.*



## DECRETO N. 3296 — DE 23 DE MAIO DE 1899

Transfere ao cidadão José Marcellino Pereira de Moraes a concessão a que se referem os decretos ns. 10.407, de 19 de outubro de 1889 e 476, de 11 de junho de 1890, para o arrasamento do morro do Santo Antonio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o cidadão José Marcellino Pereira de Moraes, decreta :

Art. 1.<sup>o</sup> Fica transferida ao cidadão José Marcellino Pereira de Moraes a concessão feita pelos decretos ns. 10.407 e 476, de 19 de outubro de 1889 e 11 de junho de 1890, para o arrasamento do morro de Santo Antonio, da qual foi cessionaria a Companhia de Materiaes e Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, ora judicialmente liquidada.

Art. 2.<sup>o</sup> Fica entendido que a cessão dos terrenos do referido morro feita pelo Governo Federal para o fim exclusivo do seu arrasamento, não confere ao cessionario direito de propriedade sobre o solo antes do nivelamento deste; pelo que não poderão os mencionados terrenos ter uso, destino ou applicação diversa do fim que determinou a sua cessão; e reverterão á Fazenda

Federal, mediante a restituição da quantia de 372:632\$996 em moeda corrente, como foi recebida do concessionario, uma vez verificada a caducidade da concessão.

Art. 3.º Os trabalhos para o arrasamento não poderão ser encetados, e approved projecto ou modificação alguma dos planos respectivos, sem que o cessionario tenha entrado para o Thesouro Federal com a contribuição que lhe cabe para o pagamento da fiscalisação por parte do Governo.

Capital Federal, 23 de maio de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



#### DECRETO N. 3297 — DE 24 DE MAIO DE 1899

Approva o regulamento para o Conselho Naval

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 15 (d) da lei n. 560 de 31 de dezembro de 1898, resolve approvar o regulamento para o Conselho Naval, que a este acompanha.

Capital Federal, 24 de maio de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar da Silveira.*

#### **Regulamento do Conselho Naval, a que se refere o decreto n. 3297 desta data**

### CAPITULO I

#### **FINS DA INSTITUIÇÃO, PESSOAL E NOMEAÇÃO**

Art. 1.º O Conselho Naval, órgão essencialmente consultivo do Ministerio da Marinha, é encarregado do estudo e exame de todas as questões que lhe forem sujeitas pelo respectivo Ministro, dando parecer escripto em fórmula de consulta.

Art. 2.º O Conselho Naval, cujo presidente é o Ministro da Marinha, se comporá de cinco consultores effectivos e cinco technicos.

Art. 3.º Serão consultores effectivos:

a) Quatro officiaes generaes ou capitães de mar e guerra do serviço activo da Armada, distinctos por sua experiencia e saber, devendo o vice-presidente ser sempre o mais graduado ou antigo dos officiaes generaes.

b) Um cidadão brasileiro, maior de 30 annos, jurisperito, graduado por alguma das Faculdades da Republica, o qual será, tambem, o secretario do Conselho.

Art. 4.º Serão consultores technicos:

a) O chefe do Corpo de Engenheiros Navaes e mais dous engenheiros navaes de 1ª classe, representando as especialidades de machinas, construcção naval, artilharia ou electricidade e torpedos;

b) O inspector de Saude Naval;

c) O contador da Marinha.

Art. 5.º Os consultores serão nomeados por decreto, ou por portaria do Ministro quando a nomeação for interina, occorrendo falta ou impedimento por mais de 30 dias de qualquer dos consultores.

§ 1.º Os consultores militares e os dous engenheiros navaes de 1ª classe, de que trata o art. 4º, alinea a, não poderão permanecer por mais de tres annos no Conselho.

§ 2.º O consultor civil, secretario do Conselho, será conservado em quanto bem servir.

§ 3.º O consultor civil terá as honras militares que competem ao auditor de marinha.

### SUBSTITUIÇÃO

Art. 6.º O Ministro da Marinha será substituido na presidencia do Conselho pelo vice-presidente.

Paragrapho unico. O consultor civil, em falta ou impedimento temporario, será substituido pelo consultor effectivo que o vice-presidente designar.

### VENCIMENTOS

Art. 7.º Os vencimentos dos consultores effectivos serão os fixados na tabella A.

§ 1.º Esses vencimentos não teem o character de ordenado. São gratificações abonadas pelo effectivo exercicio.

§ 2.º Não obstante, para o consultor civil taes vencimentos são consideralos — ordenado — nas duas terças partes unicamente para o montepio civil ( decreto n. 984 de 8 de novembro de 1890 ) e para a aposentação ( lei n. 26 de 31 de dezembro de 1891, art. 6º, n. 2 ).

Art. 8.º Quando encarregados de inspecção aos estabelecimentos de Marinha terão a ajuda de custo e gratificação indicadas na tabella B.

## LICENÇAS

Art. 9.º As licenças dos consultores effectivos serão regidas pela legislação em vigor.

## APOSENTAÇÃO

Art. 10. A aposentação do consultor civil se regerá pela lei n. 117 de 4 de novembro de 1892 e disposições posteriores.

## INCOMPATIBILIDADES

Art. 11. Não poderão ser ao mesmo tempo membros do Conselho, ascendentes, descendentes, collateraes, consanguineos, ou affins até o segundo grão pelo direito civil.

Art. 12. Não poderão igualmente votar em assumptos que lhes digam respeito ou interessem a parentes indicados no artigo antecedente.

## CAPITULO II

## FUNÇÕES DO CONSELHO

Art. 13. As funções do Conselho são:

- a) Ordinarias;
- b) Extraordinarias;
- c) Especiaes.

## ORDINARIAS

Art. 14. As funções ordinarias consistem no estudo, discussão e votação das consultas enviadas pelo Governo directamente ou pelo chefe do Estado-Maior General da Armada no caso de promoção de officiaes da Armada ( art. 9º § 27 do decreto n. 430 de 29 de maio de 1890 ).

Art. 15. As consultas são — necessarias ou facultativas.

§ 1.º São consultas necessarias as que versarem sobre os seguintes assumptos:

- a) Promoções, antiguidade, collocação na escala, reversão e reforma dos officiaes da Armada e classes annexas.
- b) Liquidação do tempo de serviço dos funcionarios civis e operarios, aposentações, vencimentos, montepio, reintegração e accesso.
- c) Compra ou venda de navios, terrenos, ou proprios nacionaes, armamento e munições de guerra.
- d) Plano para a construcção de navios ou para alterações nas disposições internas dos existentes, assim como paraapparelhos-motores, quartéis, diques, mortonhas, pontes, etc.
- e) Saude e hygiene naval.

f) Recompensas, gratificações ou premios pecuniarios, pensões, medalhas de distincção, de merito, de bravura ou de campanha.

g) Praticagem livre, por associação ou estipendiada pela União ( decreto n. 79 de 23 de dezembro de 1889, arts. 62 e 77 ).

§ 2.º São facultativas ao Governo todas as outras não indicadas no artigo antecedente.

### EXTRAORDINARIAS

Art. 16. Constituem funcções extraordinarias as inspecções dos corpos e estabelecimentos de Marinha, as quaes serão feitas por um ou dous consultores effectivos designados pelo Governo, quando julgar necessario.

§ 1.º Nas visitas de inspecção serão observadas as instrucções annexas ao aviso n. 375 de 11 de setembro de 1860, com as modificações em vigor.

§ 2.º O consultor que for designado terá a ajuda de custo e gratificação da tabella B.

### ESPECIAES

Art. 17. São funcções especiaes as propostas ao Governo, por iniciativa propria, da adopção de toda e qualquer medida util á administração da Marinha.

Art. 18. Preparar, quando for ordenado, os regulamentos que o Ministerio tiver de expedir para os differentes serviços da Armada.

## CAPITULO III

### ORDEM DO SERVIÇO

Art. 19. O secretario lançará no livro de entrada os papeis que receber da Secretaria de Estado ou do Quartel General para estudo do Conselho, indicando o numero, objecto, a secção a que for distribuida e o numero que receber.

O consultor da secção tomará então a denominação de relator.

Art. 20. Na primeira sessão, depois de lida a acta, serão entregues, devidamente autoadas pela ordem chronologica e numeradas, a quem por sua especie tiverem tocado.

Art. 21. Si, antes do parecer, o relator tiver necessidade de alguma informação ou esclarecimento das autoridades da União ou dos Estados, fará por escripto a requisição.

Si, esta for approvada em sessão, será expedida pelo vice-presidente por intermedio da Secretaria de Estado.

Si, porém, o esclarecimento de que necessitar puder ser satisfeito pela parte, como si depender da exhibição de um documento

ou certidão ou explicação, o relator assim o declarará em despacho, que será publicado no *Diário Official*, si não puder ser notificado pessoalmente ao interessado.

Esse despacho também depende de votação.

Art. 22. O relator apresentará o parecer no menor prazo possível, si a consulta for de natureza urgente.

Art. 23. São de natureza urgente:

As consultas pedidas por telegramma ao Governo;

As que forem remetidas com a nota de urgente pela Secretaria de Estado;

As relativas a promoções, reforma, reserva, reversão, contagem de tempo, classificação de officiaes e aposentações.

Art. 24. Quando por sua importancia a discussão sobre determinado assumpto tiver de ser feita sob a presidencia do Ministro da Marinha, este remetterá com antecedencia ao Conselho, para pravió estudo, os esclarecimentos referentes ao ponto a tratar, fixando nessa occasião o dia da discussão.

Esse estudo será feito em reuniões preparatorias convocadas pelo vice-presidente.

## CAPITULO IV

### DAS SESSÕES

Art. 25. As sessões ordinarias serão duas vezes em cada semana em dias e horas fixados no respectivo regimento interno. Si os dias designados forem feriados, as sessões terão logar nos antecedentes.

Art. 26. Presidirá as sessões o Ministro da Marinha, e em sua falta o official general mais graduado e antigo, na fórma do art. 6º.

Art. 27. As sessões começarão ás 11 horas da manhã e durarão o tempo necessario para discussão e votação dos pareceres.

Art. 28. Não haverá sessão sem a presença da maioria dos consultores effectivos. As sessões não serão publicas, salvo deliberação do Ministro.

Art. 29. Além das ordinarias haverá extraordinarias por convocação do Ministro ou vice-presidente, quando o serviço publico o exigir.

Art. 30. Quando o objecto a tratar for de alta relevancia, poderá o Conselho convidar para emitirem juizo os chefes de repartições de Marinha ou mesmo profissionaes de qualquer categoria. Este convite será feito directamente pelo vice-presidente.

Art. 31. Os convidados tomarão durante a sessão assento indistinctamente e discutirão mas não votarão.

Art. 32. Lido pelo relator o parecer, observada a precedencia por antiguidade, o presidente o porá em discussão. Si por todos for approved, será entregue ao secretario para mandar copiar e transcrever no respectivo livro.

Art. 33. Si houver voto divergente, este acompanhará, em separado, a consulta quando for expedida á Secretaria de Estado.

Art. 34. Si algum consultor pedir adiamento da discussão, o presidente o concederá por duas sessões sómente, independentemente de votação.

Art. 35. As consultas e votos divergentes serão escriptos em tiras assignadas que serão archivadas até serem impressas. As plantas, esboços e desenhos serão archivados, si não acompanharem os pareceres expedidos á Secretaria.

Art. 36. O vice-presidente votará e assignará em primeiro lugar; e em seguida votarão e assignarão os consultores effectivos e technicos conforme as suas graduações e precedencias.

Esta mesma ordem será observada em todas as peças officiaes expedidas pelo Conselho.

Art. 37. A discussão sobre qualquer assumpto sujeito a estudo e exame do Conselho se estenderá por todos os consultores; votarão em geral, sobre elle, os consultores effectivos e os technicos, quando se tratar de sua especialidade.

Art. 38. O relator assignará declarando que o é, e o consultor divergente fará identica declaração no « voto em separado ».

Art. 39. No caso de empate, o vice-presidente terá o voto de qualidade para desempatar.

Art. 40. As votações serão sempre symbolicas.

Art. 41. Durante as sessões o presidente terá assento á cabeceira da mesa, seguindo-se-lhe os consultores effectivos e technicos, conforme as suas graduações e precedencias, derivadas estas da antiguidade dos postos, ainda que honorarios sejam; de modo que o mais graduado ou antigo fique á sua direita, á esquerda o immediato, depois do consultor civil, que, como secretario do Conselho, gosa a prerogativa de occupar lugar ao lado do presidente, e assim por deante alternadamente até o mais moderno ou menos graduado.

Art. 42. Os consultores technicos não só deverão comparecer ás sessões em que se tratar de assumpto de sua competencia, como áquellas para que forem especialmente convocados pelo presidente.

## CAPITULO V

### DA SECRETARIA

Art. 43. O Conselho Naval terá para seu expediente uma Secretaria com os seguintes empregados:

- 1 amanuense archivista;
- 1 escrevente;
- 1 porteiro-continuo.

Art. 44. Os vencimentos desse pessoal serão os constantes da tabella C; as licenças, faltas, aposentações e montepio serão regulados pelas disposições congêneres da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.

Art. 45. A nomeação dos empregados da Secretaria será feita por portaria do Ministro, depois das provas que exhibirem em concurso, com excepção da do porteiro-contínuo, que será nomeado pelo vice-presidente do Conselho.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 46. O Conselho fará publicar, na integra, dentro da verba orçamentaria, as consultas do anno anterior contendo doutrina e, por extracto, as indicadas no aviso n. 133 de 13 de março de 1876. A cada uma acompanhará a resolução do Governo.

Art. 47. De anno a anno o Conselho procederá á revisão das antiguidades nas escalas dos officiaes da Armada e das classes annexas, tendo em vista os mappas e informações que o chefe do Estado-Maior General da Armada remetterá até o mez de setembro.

A escala definitiva, que deverá ficar prompta em dezembro pelo Conselho, servirá de base ás promoções no decurso do anno seguinte.

Art. 48. De quatro em quatro annos o Conselho fará a revisão do Promptuario da Legislação da Marinha, eliminando as disposições obsoletas e recopilando as vigentes.

Para auxiliar a este e outros trabalhos especiaes poderá o Conselho requisitar os empregados de outras repartições.

Art. 49. No fim de cada anno entregará o vice-presidente do Conselho Naval um relatório circumstanciado contendo propostas de melhoramentos de que necessitarem as diversas repartições de Marinha, colligidos dos relatórios parciaes que forem presentes.

Art. 50. Para execução do prescripto no artigo anterior deverão ser remettidos ao Conselho, onde ficarão archivados, todos os relatórios que durante o anno apparecerem sobre o serviço naval e repartições ou dependencias da Marinha.

Art. 51. O livro de actas do Conselho Naval, aberto, encerrado e rubricado pelo respectivo vice-presidente, deverá ser escripto pelo secretario do Conselho ou por outrem sob sua immediata responsabilidade.

Art. 52. Nenhum livro, mappa, ou documento pertencente ao archivo do Conselho Naval poderá ser levado por membro algum sem deixar nota em poder do secretario até ser restituído. Fica, porém, entendido que em nenhum caso o livro de actas poderá ser confiado a membro algum do Conselho, excepção do presidente.

Art. 53. Todos os consultores prometterão, no acto da posse, sob palavra de honra, cumprir conscienciosamente suas obrigações e guardar a devida reserva sobre o assumpto de que se tratar em sessão.

Art. 54. Resolvido o assumpto da consulta pelo Ministro da Marinha, o director da Secretaria de Estado enviará, em forma



de memorandum, ao secretario do Conselho Naval, cópia, em inteiro theor, da resolução.

Paragrapho unico. Si á resolução tiver tambem precedido parecer do Supremo Tribunal Militar ou do procurador geral da Republica, acompanhará ao memorandum cópia desse parecer para ser publicado com a consulta.

Art. 55. O concurso aos cargos de amanuense e escrevente, de que trata o art. 45, constará de prova escripta e oral de portuguez, calligraphia, noções de geographia do Brazil e redacção official, e arithmetica até proporções.

Art. 56. Essa prova será prestada perante uma comissão examinadora composta do secretario do Conselho Naval, como presidente, dous leutes da Escola Naval e um official da Secretaria de Estado, que será o secretario do concurso e examinador de redacção official.

Art. 57. Concluido o concurso, a comissão examinadora apresentará a classificação dos concorrentes ao vice-presidente do Conselho Naval, que a transmittirá com sua informação ao Ministro da Marinha.

Art. 58. Os pretendentes apresentarão á Secretaria do Conselho Naval, no prazo de 30 dias a contar do edital publicado no *Diario Official*, seus requerimentos, instruindo com certidão de maioridade, attestado de boa conducta moral e civil e folha corrida.

Paragrapho unico. Findo o prazo, o vice-presidente designará o dia, lugar e hora para as provas.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 59. Independem de decreto de nomeação os actuaes membros effectivos do Conselho Naval que forem conservados. Seus titulos, porém, serão apostillados na Secretaria de Estado afim de ser consignada a substituição daquella denominação pela de *Consultor effectivo*, que passam a ter.

Art. 60. Por um regimento interno, organizado pelo Conselho e approvado pelo Ministro da Marinha e que poderá ser alterado sempre que as necessidades do serviço o aconselharem, se indicará a marche e ordem dos trabalhos do Conselho e da respectiva secretaria, bem assim o detalhe das incumbencias de cada consultor e as obrigações de todos os empregados subordinados ao mesmo Conselho.

Art. 61. A tabella de vencimentos dos empregados da secretaria do Conselho entrará em vigor depois de incluída em orçamento.

Art. 62. Ficam revogados o decreto n. 2393, de 22 de julho de 1858, e disposições anteriores.

Secretaria de Estado da Marinha, 24 de maio de 1899. — *Carlos Balhazar da Silveira*.

## TABELLA A

## Vencimentos dos consultores

	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1 Official general (vice-presidente) . .	6:000\$000	6:000\$000
3 Officiaes generaes ou capitães de mar e guerra. . . . .	5:600\$000	16:800\$000
Chefe do Corpo de Engenheiros Navaes.	—	—
Inspector de Saude Naval. . . . .	—	—
2 Engenheiros de 1ª classe capitães de mar e guerra. . . . .	5:600\$000	11:200\$000
1 Consultor civil, secretario. . . . .	9:000\$000	9:000\$000
O contador da Marinha . . . . .	—	—
		43:000\$000

## Observações

1.<sup>a</sup> Os consultores militares percebem os soldos, etapas e quantitativo para criado, além da gratificação acima marcada.

2.<sup>a</sup> O chefe do Corpo de Engenheiros Navaes, inspector de Saude Naval e contador da Marinha não tem direito a nenhuma gratificação.

3.<sup>a</sup> Os engenheiros navaes de 1ª classe só perceberão a gratificação supra indicada quando não forem empregados nas officinas.

## TABELLA B

Referente à ajuda de custo

## N. 2 — Conselho Naval

Matto Grosso . . . . .	3:400\$000
Rio Grande do Sul . . . . .	1:200\$000
Santa Catharina . . . . .	1:000\$000
Paraná . . . . .	900\$000
S. Paulo. . . . .	900\$000
Espirito Santo. . . . .	900\$000
Bahia. . . . .	1:700\$000
Sergipe . . . . .	1:300\$000
Alagoas . . . . .	1:300\$000
Pernambuco. . . . .	1:700\$000
Parahyba . . . . .	1:500\$000
Rio Grande do Norte. . . . .	1:500\$000
Ceará. . . . .	1:600\$000
Piauhý . . . . .	1:800\$000
Maranhão . . . . .	1:900\$000
Pará . . . . .	2:100\$000
Amazonas . . . . .	2:300\$000
Em paiz estrangeiro. . . . .	4:000\$000

## TABELLA C

Vencimentos dos empregados da secretaria

PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1 amanuense . . . . .	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 escrevente. . . . .	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
1 porteiro-continuo . . . . .	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
	3:800\$000	1:900\$000	5:700\$000

Secretaria de Estado da Marinha, 24 de maio de 1899.  
— Carlos Balhazar da Silveira.



## DECRETO N. 3298 — DE 27 DE MAIO DE 1899

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Taubaté, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1890, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Taubaté, no Estado de S. Paulo, duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais com as designações de 40ª e 41ª, a primeira composta dos batalhões do serviço activo, sob os ns. 118, 119 e 120, e de um do da reserva sob n. 40, e a segunda dos batalhões do serviço activo sob os ns. 121, 122 e 123, e de um do da reserva sob o n. 41, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3299 — DE 27 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Castro, no Estado do Paraná.

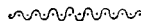
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Castro, no Estado do Paraná, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 10ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 28, 29 e 30, e um do da reserva sob o n. 10, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de maio de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3300 — DE 27 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Ficam creadas na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais; a primeira com a designação de 32ª e composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 94, 95 e 96, e de um do da reserva sob o n. 32, e a segunda com a designação de 12ª e composta de dous regimentos sob os ns. 23 e 24.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organisados :

O 94º batalhão de infantaria no districto da cidade de Maragogipe, o 95º da mesma arma no de Caveiras e o 96º no de Nagé ;

O 32º batalhão da reserva com os guardas qualificados nos tres districtos acima mencionados ;

O 23º regimento de cavallaria organisar-se-ha com os guardas qualificados no districto de S. Felipe, e o 24º com os comprehendidos no alistamento do de Conceição da Villa.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de maio de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3301 — DE 27 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Curralinho, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Ficam creadas na comarca de Curralinho, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais, a primeira com a designação de 33ª e composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 97, 98 e 99, e de um do da reserva sob o n. 33, e a segunda com a designação de 13ª e composta de dous regimentos sob os ns. 25 e 26.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organisados :

O 97.º de infantaria no districto da cidade de Curalinho ;

O 98.º no de Santo Antonio de Arguim e o 99.º no da villa da Conceição do Almeida ;

O 33.º batalhão da reserva com os guardas qualificados nos tres districtos acima mencionados.

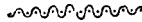
Os dous regimentos de cavallaria terão sua sêde, o 25.º no districto do Rio da Dona e o 26.º no da villa da Conceição do Almeida.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de maio de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3302 — DE 27 DE MAIO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Bezerros, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada no municipio de Bezerros, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 14.ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 40, 41 e 42, de um do da reserva sob o n. 14, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de maio de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3303 — DE 30 DE MAIO DE 1899

Altera o art. 118 do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro Conde d'Eu, approvados pelo decreto n. 1908, de 12 de dezembro de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Estrada de Ferro Conde d'Eu, decreta :

Artigo unico. O art. 118 do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro Conde d'Eu, approvados pelo decreto n. 1908, de 12 de dezembro de 1891, fica assim alterado: Todo o transporte que necessitar de um ou mais vagões paga o frete total dos que forem empregados na razão da lotação.

Capital Federal, 30 de maio de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3304 — DE 30 DE MAIO DE 1899

Autoriza a Sociedade de Seguro Mutuo sobre a Vida — a Equitativa — a operar em seguros terrestres e maritimos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Sociedade de Seguro Mutuo sobre a Vida — A Equitativa —, decreta :

Artigo unico. Fica autorizada a referida sociedade, de accordo com o art. 5<sup>o</sup>, § 3<sup>o</sup>, dos seus estatutos approvados pelo decreto n. 3272, de 8 de maio do corrente anno, a operar em seguros terrestres e maritimos.

Capital Federal, 30 de maio de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



COLLECCAO DAS LEIS

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DE

1899

---

PARTE II

---

VOLUME II





# INDICE

DOS

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

### 1899

(VOLUME II)

---

	Pags.
N. 3305 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1899 — Approva o convenio celebrado entre o Ministro da Fazenda e o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	757
N. 3306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 28:387\$215, para pagamento de varias despesas da Secretaria do Senado, inclusive os vencimentos do bibliothecario da mesma Camara, relativos ao exercicio de 1898. . . . .	758
N. 3307 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1899 — Autorisa as <i>Companhias Brazilian Submarine Telegraph</i> e <i>Western and Brazilian Telegraph</i> a funcionarem no Brazil como uma só companhia, sob a deno- minação do <i>The Western Telegraph Company Li- mited</i> . . . . .	759
N. 3308 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1899 — Publica a adhesão do Governo japonês à União para a protecção da propriedade industrial. . . . .	762
N. 3309 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1899 — Publica a adhesão da Colonia Britannica do Ceylão ao accordo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo à troca de cartas e de caixas com valor declarado . . . . .	763
N. 3310 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1899 — Revoga o decreto n. 2056, de 25 de julho de 1895, relativo a aposen- tadorias de magistrados. . . . .	763

	Paga.
N. 3311 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1899 — Dá nova organização à Guarda Nacional do Estado da Parahyba. . . . .	764
N. 3312 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Dá regulamento para a cobrança da taxa judiciaria nos feitos julgados pela Justiça Federal. . . . .	766
N. 3313 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no município de Cimbres, no Estado de Pernambuco. . .	770
N. 3314 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes. . .	770
N. 3315 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes. . .	771
N. 3316 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Brejo, no Estado do Maranhão. . . . .	771
N. 3317 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Riachão, no Estado do Maranhão . . . . .	772
N. 3318 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Joazeiro, no Estado da Bahia . . . . .	772
N. 3319 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1899 — Dá numeração aos corpos de artilharia da Guarda Nacional da Capital Federal . . . . .	773
N. 3320 — GUERRA — Decreto de 19 de junho de 1899 — Regula a collocação, na escala de antiguidade, dos officiaes do Exército comprehendidos na lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898 e as condições dos graduados em postos superiores como chefes de classe, que, pela dita lei, ficaram mais modernos que aquelles. . . . .	773
N. 3321 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1899 — Crea os logares de supplentes de substituto do juiz federal na circumscripção de Pedras de Fogo, Estado da Parahyba. . .	774

Pags.

- N. 3322 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1899 — Da regulamento para arrecadação do imposto de consumo de cartas de jogar . . . . . 775
- N. 3323 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1899 — Approva, com alterações, as modificações propostas pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, no plano geral das obras do caes entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú. . . . . 792
- N. 3324 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$ para premio ao alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Antonio Figueiredo Rodrigues . . . . . 795
- N. 3325 — GUERRA — Decreto de 30 de junho de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 300:000\$ para occorrer ao pagamento do pessoal da officina de alfaiates do Arsenal de Guerra desta Capital e do pessoal empregado na manufactura de fardamento fóra do mesmo Arsenal. . . . . 796
- N. 3326 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Maragogy, no Estado das Alagoas . . . . .
- N. 3327 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Paulo de Muriahé, no Estado de Minas Geraes . . . . . 797
- N. 3328 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Pitanguy, no Estado de Minas Geraes . . . . . 797
- N. 3329 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de julho de 1899 — Innova o contracto celebrado com a Sociedade Anonyma de Gaz do Rio de Janeiro . . . . . 798
- N. 3330 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1899 — Concede autorização á companhia denominada *Sucrerie de Piracicaba* para funcionar na Republica . . . . . 814
- N. 3331 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1899 — Concede auto-

	Paga.
rização á F. S. Hampshire & C., limited para funcionar na Republica. . . . .	836
N. 3332 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1899 — Transfere a Fer- nando Moitinho, Luiz Moitinho, Domingos Moi- tinho e Bernardo de Magalhães a concessão da Estrada de Ferro do Bananal, e dá outras pro- videncias . . . . .	853
N. 3333 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1899 — Concede autori- zação á Societé Anonyme de la Siererie Villa- Raffard para funcionar na Republica. . . . .	854
N. 3334 — MARINHA — Decreto de 5 de julho de 1899 — Approva o regulamento para as Capitaniás dos Portos . . . . .	873
N. 3335 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1899. — Crea um Consulado em Berlim.	985
N. 3336 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1899 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 260:000\$, supplementar as verbas 6ª e 7ª do art. 12 da lei n. 560 de 31 de dezembro de 1893. . . . .	985
N. 3337 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1899 — Crea mais uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itussu, ex-Brejo Grande, no Estado da Bahia.	986
N. 3338 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1899 — Crea uma brigada de in- fantaria e uma de cavallaria de Guardas Nac- ionaes na comarca de Brotas, no Estado da Bahia. .	986
N. 3339 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia de Guardas Na- cionaes na comarca do Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes. . . . .	983
N. 3340 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1899 — Crea uma brigada de ca- vallaria de Guardas Nacionaes da comarca de Ca- ratinga, no Estado de Minas Geraes. . . . .	987
N. 3341 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1899 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Guarapuhy, Estado do Espirito Santo . . . . .	988
N. 3342 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1899 — Approva o	

	novo projecto e orçamento das officinas de reparação da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande.	988
N. 3343	— INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1899. — Approva as modificações feitas, nos seus estatutos por <i>The Pará Gas Company, limited</i> , e com as modificações approvadas autorisa a mesma companhia a funcionar na Republica . . . . .	989
N. 3344	— GUERRA — Decreto de 11 de julho de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 505\$554, para ocorrer ao pagamento ao major Felisberto José de Menezes, professor do Collegio Militar da Capital, de gratificação que venceu e não recebeu em tempo opportuno . . . . .	1017
N. 3345	— GUERRA — Decreto de 11 de julho de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 51:820\$150, supplementar ás verbas 10 <sup>a</sup> e 11 <sup>a</sup> do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898. . . . .	1017
N. 3346	— GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1899 — Altera o decreto n. 1729 A, de 11 de junho de 1894, na parte relativa aos uniformes dos officiaes generaes reformados. . . . .	1018
N. 3347	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guarda Nacional no municipio do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco . . . . .	1018
N. 3348	— INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. — Decreto de 17 de julho de 1899 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Antartica Paulista. . . . .	1018
N. 3349	— INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1899 — Concede authorização á <i>The S. Paulo Railway Light and Power Company, limited</i> para funcionar na Republica dos Estados Unidos do Brazil. . . . .	1021
N. 3350	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1899 — Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional no municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco . . . . .	1073
N. 3351	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1899 — Deroga o decreto n. 3311, de 10 de junho ultimo, sobre a Guarda Nacional no Estado da Parahyba . . . . .	1073

	Pags.
N. 3352 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1899 — Limita o máximo da percentagem do curador das massas fallidas nos processos de fallencia e determina o modo por que deve ella ser calculada. . . . .	1074
N. 3353 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1899 — Approva a planta, perfil longitudinal, perfis transversaes, projectos de obras de arte, tabellas de preços e orçamento para a construcção do trecho de S. Sebastião a S. Gabriel, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana . . . . .	1075
N. 3354 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1899 — Concede autorização a Geraldo Barbosa Lima e outros para organisarem uma companhia de seguros mutuos sobre a vida dos animaes de trabalho, com a denominação — Santa Cruz. . . . .	1075
N. 3355 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1899 — Approva o abatimento da tarifa de transporte de lenha pela Estrada de Ferro Conde d'Eu. . . . .	1081
N. 3356 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1899 — Approva estudos e orçamento para captação das vertentes e obras de abastecimento de agua dos nove planos inclinados da <i>S. Paulo Railway Company, limited</i> . . . . .	1081
N. 3357 — FAZENDA — Decreto de 25 de julho de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:061\$812, suplementar á verba — Exercícios findos. . . . .	1082
N. 3358 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1899 — Applica ás successões dos subditos allemães as disposições do decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851, a que se refere o seu art. 24. . . . .	1082
N. 3359 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1899 — Approva provisoriamente as novas tarifas para passageiros, bagagens, encomendas e mercadorias da Estrada de Ferro do Bananal. . . . .	1083
N. 3360 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1899 — Approva o novo projecto e respectivo orçamento para as obras de melhoramento do porto de Jaraguá, contractadas com a Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas. . . . .	1084
N. 3361 — FAZENDA — Decreto do 1 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de	

	Pags.
45.600\$, para pagamento do aluguel de armazens ao serviço da Alfandega de Maceió, Estado do Alagoas.	1084
N. 3362 — MARINHA — Decreto de 2 de agosto de 1899 — Torna extensivo à Armada o decreto n. 3320, de 19 de junho de 1899.	1085
N. 3363 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1899 — Approva o regimento de custas judiciais da justiça local do Districto Federal.	1086
N. 3364 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Caxias, no Estado do Maranhão.	1133
N. 3365 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1899 — Concede autorização à <i>The Amazonas Rubber Estates, limited</i> , para funcionar na Republica.	1134
N. 3366 — GUERRA — Decreto de 14 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 7:500\$, para occorrer ao pagamento á viuva de Mithew Lowrie de serviços prestados pela lancha de sua propriedade <i>Promptus</i> ás forças legaes que operaram em Nitheroy.	1161
N. 3367 — GUERRA — Decreto de 14 de agosto de 1899 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 848:175\$055, supplementar á verba 16ª — Pessoal, despesas especiaes — do art. 19 da lei n. 500, de 31 de dezembro de 1898.	1161
N. 3368 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 21:250\$, supplementar ás verbas ns. 20, 21 e 22 do art. 2º da lei n. 500, de 31 de dezembro de 1898.	1162
N. 3369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional no municipio de S. José do Egypto, no Estado de Pernambuco.	1162
N. 3370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilheria da Guarda Nacional na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.	1163
N. 3371 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1899 — Crea uma brigada	

	Pags
de infantaria e uma de cavallaria da Guarda Nacional na comarca de Paraguassú, no Estado da Bahia . . . . .	1163
N. 3372 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Substitue provisoriamente o art. II do decreto n. 3332, de 4 de junho do corrente anno, referente á Estrada de Ferro do Bananal . . . . .	1164
N. 3373 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Substitue o art. 192 das Instruções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro do Porto Alegre a Uruguaiana, que baixaram com o decreto n. 8314, de 23 de dezembro de 1892. . . . .	1164
N. 3374 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Approva a planta e orçamento para a construção de um ponto de parada em Catunys, em substituição do augmento da estação de Tambury, da Estrada de Ferro da Bahia, autorizado pelo decreto n. 2798, de 18 de janeiro de 1893 . . . . .	1165
N. 3375 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Approva provisoriamente as alterações das tarifas em vigor na Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco. . . . .	1165
N. 3376 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1899 — Obriga a Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina a introduzir, mediante clausulas, os imigrantes necessarios ao povoamento dos nucleos que tem contractado fundar no Estado de Santa Catharina . . . . .	1166
N. 3377 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1899 — Approva uma das alterações feitas nos estatutos do Banco do Credito Rural e Internacional e não consignada no decreto n. 2814, de 7 de fevereiro de 1897 . . . . .	1170
N. 3378 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.000.000\$, complementar á verba — Exercícios findos — do orçamento vigente . . . . .	1170
N. 3379 — GUERRA — Decreto de 25 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 25.810\$ para indemnisar a Felippe Maxw-ll do gado levantado e arrebanhado de sua propriedade pelas forças legaes que operaram no Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	1171



	Paga.
N. 3380 — GUERRA — Decreto de 25 de agosto de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 15:917\$080 para occorrer ao pagamento devido a diversos officiaes por vencimentos que deixaram de receber na qualidade de lentes e substitutos da extincta Escola Superior de Guerra. . . . .	1171
N. 3381 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Gararú, no Estado de Sergipe. . . . .	1172
N. 3382 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Ribeira, no Estado da Bahia. . . . .	1173
N. 3383 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia. . . . .	1173
N. 3384 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santos, no Estado de S. Paulo. . . . .	1174
N. 3385 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cintra, no Estado do Pará. . . . .	1174
N. 3386 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1899 — Declara caduca a patente de invenção do n. 2307, de 26 de maio do corrente anno. . . . .	1175
N. 3387 — MARINHA — Decreto de 30 de agosto de 1899 — Adopla a pratica seguida por varias potencias maritimas, com referencia ás salvas nos portos por occasião da entrada de navios de guerra e de visitas de autoridades. . . . .	1175
N. 3388 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Igarapé-Miry, no Estado do Pará. . . . .	1176
N. 3389 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará. . . . .	1176
N. 3390 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1899 — Crea mais uma	

	Pags.
brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Miguel de Guamá, no Estado do Pará . . . . .	1177
N. 3391 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1899 — Concede á sociedade anonyma <i>Comptoir Colonial Français</i> autorização para funcionar na Republica. . . .	1177
N. 3392 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1899 — Crea um Consulado em New-Castle, Gran-Bretanha . . . . .	1218
N. 3393 — GUERRA — Decreto de 9 de setembro de 1899 — Considera como effectivamente promovido ao posto de alferes da infantaria em 14 de agosto de 1894 o então 1.º cadete do 8.º batalhão da mesma arma Antuio Rodrigues de Araujo. . . . .	1218
N. 3394 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1899 — Approva os estatutos da Sociedade de seguros sobre a vida « Garantia Mutua do Brazil », com sede na Capital do Estado da Bahia, e autoriza a mesma a funcionar na Republica . . . .	1218
N. 3395 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1899 — Crea um Consulado em La Pallice, França . . . . .	1227
N. 3396 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Tacaratú, no Estado de Pernambuco. .	1227
N. 3397 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Remanso, no Estado da Bahia. . . . .	1227
N. 3398 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Bom Jardim, no Estado de Pernambuco. .	1228
N. 3399 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Conde, Estado da Bahia. .	1228
N. 3400 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 75:200\$, sendo 32:700\$ á verba « Secretaria do Senado » e 42:500\$ á verba « Secretaria da Camara dos Deputados ». . . . .	1229

Page.

- N. 3401 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1899, o crédito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ à verba « Subsídio dos Senadores » e 477:000\$ à verba « Subsídio dos Deputados » . . . . . 1229
- N. 3402 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Abre ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores o crédito de 2:400\$, suplementar à verba « Magistrados em disponibilidade », do corrente exercício . . . . . 1230
- N. 3403 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1899 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de 400:000\$ à verba « Socorros Públicos » do exercício de 1899 . . . . . 1230
- N. 3404 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1899 — Approva a redução de taxa e o abatimento de fretes para os generos de produção nacional transportados pelo prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama . . . . . 1234
- N. 3405 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1899 — Declara caduca a concessão feita por decreto do Governo Provisorio n. 719, de 5 de setembro de 1890, a Charles H. Ward para lavar ouro e outros minerais no município de Cuyabá, Estado de Matto Grosso . . . . . 1234
- N. 3406 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1899 — Concede autorização por trinta annos ao almirante graduado e reformado Pedro Benjamin de Cerqueira Lima para explorar a industria da pesca na pequena ilha do atoll denominada « Rocas » . . . . . 1235
- N. 3407 — GUERRA — Decreto de 22 de setembro de 1899 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito de 1.266:588\$, suplementar à verba 16ª, n. 28, do art. 19 da lei n. 260, de 31 de dezembro de 1898. . . . . 1235
- N. 3408 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 950:000\$, para pagamento de ordenados dos magistrados revertidos à disponibilidade. . . . . 1235
- N. 3409 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Corrige os decretos ns. 3290 e 3291, de 20 de maio do corrente anno . . . . . 1236

	Paga,
N. 3410 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Uberaba, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1237
N. 3411 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1237
N. 3412 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Branco, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1238
N. 3413 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itapeverica, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1238
N. 3414 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Nova Almeida, no Estado do Espirito Santo. . . . .	1238
N. 3415 — INDUSTRIA, VIACAO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1899 — Altera a clausula XIII das que baixaram com o decreto n. 3307, de 6 de junho de 1899. . . . .	1239
N. 3416 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1899 — Concede ao bacharel Virgilio Brigido autorização para incorporar uma sociedade anonyma sob a denominação de Banco de Credito Real de Sergipe. . . . .	1239
N. 3417 — MARINHA — Decreto de 27 de setembro de 1899 — Explica como deve ser executado o decreto n. 108 A, de 3 de dezembro de 1889, na parte que se refere á transferencia dos officiaes da Armada para o quadro da reserva. . . . .	1240
N. 3418 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1899 — Publica a adhesão da Republica de Honduras á Convenção Postal Universal de Washington (convenção principal) da 15 de junho de 1897, e aos accordos da mesma data, como abaixo se declara. . . . .	1241
N. 3419 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1899 — Publica a adhesão, a partir do 1 de outubro proximo, das seguintes colonias britannicas: Ilhas Falkland Gambia, Hong-Kong,	

	Pags.
Layos, Santa Helena, Trindade e Guyanna Ingloza á Convenção de Washington, de 15 de junho de 1897, concernente à troca de cartas e de caixas com valor declarado . . . . .	1243
N. 3420 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 59:000\$, ao cambio de 27, supplementar à rubrica 4 <sup>a</sup> do art. 12 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898 . . . . .	1245
N. 3421 — GUERRA — Decreto de 29 de setembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 19:352\$500, supplementar as verbas ns. 1 e 4 do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898 . . . . .	1245
N. 3422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Approva o Regimento das custas judicarias da Justiça Federal. . . . .	1246
N. 3423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Canhotinho, no Estado de Pernambuco . . . . .	1272
N. 3424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo . . . . .	1272
N. 3425 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Pitangui, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1273
N. 3426 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia . . . . .	1273
N. 3427 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea tres brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia . . . . .	1274
N. 3428 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Lençoes, no Estado de S. Paulo. . . . .	1274

	Pag.
N. 3429 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 5 de outubro de 1899 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito de 96:946\$911 para liquidar as reclamações de diversas legações estrangeiras pelo imposto sobre navios das respectivas nacionalidades indevidamente cobrado pelos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. . . . .	1275
N. 3430 — <b>GUERRA</b> — Decreto de 6 de outubro de 1899 — Abre ao Ministério da Guerra o credito especial da quantia de 400:750\$030 para occorrer ao pagamento reclamado por D. Domingas Landabouro Delabary, como indemnização por prejuizos e damnos causados pelas forças legaes que operaram no Estado do Rio Grande do Sul. . . . .	1275
N. 3431 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 7 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco. . .	1276
N. 3432 — <b>INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS</b> — Decreto de 9 de outubro de 1899 — Declara caducas todas as concessões para mineração cujos trabalhos de lavra não tenham tido começo nos prazos a que se refere o decreto n. 3350 A, de 29 de novembro de 1861, e bem assim aquellas que, depois de começados estes trabalhos, tenham incorrido nas comminações do mesmo decreto, e dá outras providencias . . . . .	1276
N. 3433 — <b>INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS</b> — Decreto de 9 de outubro de 1899 — Elimina da relação annexa ao decreto n. 3174 de 7 de dezembro de 1898 a patente de privilegio de invenção n. 2060 . . . . .	1277
N. 3434 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itapicurú, no Estado da Bahia . . . . .	1277
N. 3435 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia. . . . .	1278
N. 3436 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1278

Pags.

- N. 3437 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Sacramento, no Estáo de Minas Geraes. . . . . 1279
- N. 3438 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Tury-assú, no Estado do Maranhão . . . 1279
- N. 3439 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Abre no Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 75:200\$, sendo 32:700\$ á verba « Secretária do Senado » 42:500\$ á verba « Secretaria da Câmara dos Deputados ». . . . . 1280
- N. 3440 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba « Subsidio dos Senadores » e 477:000\$ á verba « Subsidio dos Deputados ». . . . . 1280
- N. 3441 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1899 — Altera os arts. 110 e 112 das instrucções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, approvadas por decreto n. 2088, de 12 de setembro de 1885. . . . . 1281
- N. 3442 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1899 — Revalida, amplia e transfere para John Jones a concessão feita pelo decreto n. 1292, de 17 de janeiro de 1891, para transmissão de noticias commerciaes nesta Capital. . . . . 1281
- N. 3443 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1899 — Declara de nenhum effeito o decreto n. 1661, de 27 de janeiro de 1891. . . . . 1284
- N. 3444 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1899 — Approva, com alterações, os novos estatutos da Sociedade Mutua de seguros de vida Caixa Geral das Famílias . . . . . 1285
- N. 3445 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas creditos especiaes nas importancias totaes de

	Pags.
13.162:961\$027, de \$ 6.442,66 e de £ 5.507-12-0, o da outras providencias . . . . .	1295
N. 3446 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo. . . . .	1296
N. 3447 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo . . . . .	1297
N. 3448 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea mais duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia . . .	1297
N. 3449 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Pombal, no Estado da Bahia . . . .	1298
N. 3450 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de artilharia de Guardas Nacionaes na comarca de Curalinho, no Estado da Bahia. . .	1298
N. 3451 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia. . . . .	1299
N. 3452 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Juiz de Fôra, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1299
N. 3453 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santo Antonio do Machado, no Estado de Minas Geraes. . . .	1300
N. 3454 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.	1300
N. 3455 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 21 de outubro de 1899 — Abre ao Mi- nisterio da Justiça e Negocios Interiores o credito	



	Pags.
de 100.000\$, complementar á verba n. 14 « Dili- gências Policiaes » . . . . .	1301
N. 3456 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1899 — Revalida a patente de invenção n. 1701, de 23 de maio de 1894. . . . .	1301
N. 3457 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1899 — Concede à <i>Société Anonyme des Mines de Mangenese d'Ouro</i> <i>Preto</i> autorização para funcconar na Republica. . . . .	1301
N. 3458 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 23 de outubro de 1899 — Permite ás administrações de companhias ou emprezas de estradas de ferro, que celebrarem accordo de trafego mutuo com a Repartição Geral dos Tele- graphos, equiparar, para os effeitos do mesmo accordo, suas taxas telegraphicas ás estabelecidas para o serviço a cargo daquella repartição e uniformisar o processo do trafego telegraphico. . . . .	1328
N. 3459 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 28 de outubro de 1899 — Dá instruc- ções para as eleições federaes a que se terá de proceder em 31 de dezembro proximo vindouro. . . . .	1328
N. 3460 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 28 de outubro de 1899 — Abre ao Mi- nisterio da Justiça e Negocios Interiores novo credito de 300.000\$, complementar á verba « Soc- corros Publicos » do exercicio de 1899 . . . . .	1341
N. 3461 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 28 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Paulo de Muriahá, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1344
N. 3462 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 28 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1344
N. 3463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 28 de outubro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Bagagem, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1345
N. 3464 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 28 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Garanhuns, no Estado de Pernam- buco. . . . .	1345

	Pags.
N. 3465 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Ingazeira, no Estado de Pernambuco . . . . .	1346
N. 3466 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo . . . . .	1346
N. 3467 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1899 — Autoriza o contracto com a <i>Great Western of Brasil Railway Company limited</i> , para concluir o trecho de estrada de ferro de Timbaúba ao Pilar e a trafegar esse trecho. . . . .	1347
N. 3468 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 78:453\$637, supplementar á verba « Exercícios findos ». . . . .	1353
N. 3469 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1354
N. 3470 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1354
N. 3471 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1355
N. 3472 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Christina, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1355
N. 3473 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Pouso-Alto, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1356
N. 3474 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria	

	Pags.
de Guardas Nacionais na comarca do Conde, no Estado da Bahia . . . . .	1356
N. 3475 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1899 — Regulamenta o art. 5º da lei n. 628, de 28 de outubro do corrente anno . . . . .	1357
N. 3476 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1899 — Revalida a patente de invenção n. 1040, de 6 de janeiro de 1901. . . . .	1360
N. 3477 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1899 — Concede ao engenheiro Ayres Pompeu Carvalho de Souza e José Augusto Vieira autorização para construirem um ramal ferreo de Sapopemba á ilha do Governador e estabelecerem neste ponto um caes para o serviço de carga e descarga de mercadorias. . . . .	1360
N. 3478 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1899 — Altera o art. 24 do decreto n. 858, de 10 de novembro de 1851, e o decreto n. 1325, de 10 de fevereiro de 1854, quanto á commissão dos agentes de leilões nas vendas judiciaes . . . . .	1365
N. 3479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1366
N. 3480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Serro, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1366
N. 3481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Conceição do Serro, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1367
N. 3482 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itabira, no Estado de Minas Geraes . . . . .	367
N. 3483 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria	

	Pags.
de Guardas Nacionaes na comarca de Sant'Anna de Ferros, no Estado de Minas Geraes . . . . .	1368
N. 3484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanbães, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1368
N. 3485 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Jatahy, no Estado de Goyaz. . . . .	1369
N. 3486 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cavalcanti, no Estado de Goyaz. . . . .	1369
N. 3487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca da Malta de S. João, no Estado da Bahia. . . . .	1370
N. 3488 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 5:950\$, suplementar á verba n. 9, do art. 2º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898. . . . .	1370
N. 3489 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:616\$935, suplementar á verba n. 11 « Justiça Federal » do actual exercicio, para pagamento dos vencimentos do escrivão seccional do Estado de S. Paulo, Antero Gomes Barbosa . . . . .	1371
N. 3490 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Rectifica o decreto n. 3368 de 16 de agosto ultimo na parte concernente á somma dos creditos supplementares, que nelle figuram, abertos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores . . . . .	1371
N. 3491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1899 — Altera as instrucções dadas pelo decreto n. 3245, de 20 de maio ultimo, para reconhecimento dos institutos de ensino secundário fundados pelos Estados, associações ou particulares. . . . .	1372
N. 3492 — RELACOES EXTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1899 — Torna definitiva a applicação provisoria ás successões portuguezas das disposições a que se refere o art. 24 do regula-	

Págs.

- mento mandado executar pelo decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851 . . . . . 1375
- N. 3493 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1899 — Declara interrompidos por tres annos os prazos do contracto para a construção da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha . . . . . 1376
- N. 3494 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1899 — Reduz provisoriamente a tarifa para transporte por vagão completo na Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay, de madeiras brutas ou serradas, taboas, ripas, etc. . . . . 1376
- N. 3495 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1899 — Crea um Consulado em Porto Alonso. . . . . 1377
- N. 3496 — GUERRA — Decreto de 17 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Guerra o credito especial da quantia de 7:750\$ para occorrer ao pagamento devido ao tenente-coronel do Corpo de Engenheiros Francisco Alberto Guillon por vencimentos que deixou de receber na qualidade de lente da extinta Escola Militar do Estado do Rio Grande do Sul . . . . . 1377
- N. 3497 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Catolê do Rocha, no Estado da Parahyba. . . . . 1378
- N. 3498 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes . . . . . 1379
- N. 3499 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Concede ao Collegio Abilio as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional . . . . . 1379
- N. 3500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 411:000\$, sendo 93:000\$ á verba « Subsidio dos Senadores » e 318:000\$ á verba « Subsidio dos Deputados ». . . . . 1380
- N. 3501 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1899 — Abre ao

	Page.
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1899, o credito supplementar de 54:290\$999, sendo 25:966\$666 á verba « Secretaria do Senado » e 28:333\$333 á verba « Secretaria da Camara dos Deputados ». . . .	1380
N. 3502 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.979:768\$015 para pagamento de dividas de exercicios findos. . . . .	1381
N. 3503 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 502:874\$816 para pagamento da indemnização devida a Almeida Nazareth & C., em virtude do accordão do Supremo Tribunal Federal, de 25 de junho de 1898. . . . .	1381
N. 3504 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito 117:920\$509, supplementar ás verbas ns. 14, 19 e 21 da lei n. 500 de 31 de dezembro de 1898, art. 2º . . . . .	1382
N. 3505 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ao cambio de 27, para premio ao alumno da Faculdade de Direito do Recife, José Augusto Barreto de Mello Rocha. . . .	1383
N. 3506 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Capital do Estado de Matto Grosso. . . . .	1383
N. 3507 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Jundiaby, no Estado de S. Paulo . .	1384
N. 3508 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Barras, no Estado do Piauhý . . . .	1384
N. 3509 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itamaraty, no Estado do Piauhý. . . .	1384
N. 3510 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Capital do Estado do Piauhý . . .	1385

- N. 3511 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 29 de novembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito na importancia de 1.206:750\$ destinado a complementar a verba « Estrada de Ferro Central do Brazil », no corrente exercicio . . . . . 1385
- N. 3512 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Publica a adhesão da colonia britannica da Terra Nova ao accordo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e encommendas com valor declarado . . . . . 1386
- N. 3513 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Publica a adhesão da Republica do Salvador á Convenção Postal Universal de Washington (convenção principal), ao accordo relativo ao serviço de vales postaes e a convenção sobre a permuta de encommenas postaes, de 15 de junho de 1897 . . . . . 1387
- N. 3514 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Publica a adhesão da colonia britannica da Jamaica ao accordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e encommendas com valor declarado . . . . . 1389
- N. 3515 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Transfere para o Hivre a sede do Consulado Geral em França. . . . . 1391
- N. 3516 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Campinas, no Estado da Parahyba. . . . . 1391
- N. 3517 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de novembro de 1899 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Luiz de Cáceres, no Estado de Matto Grosso . . . . . 1391
- N. 3518 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de dezembro de 1899 — Concede ao Gymnasio Nogueira da Gama as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional . . . . . 1392
- N. 3519 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de dezembro de 1899 — Altera as taxas dos caixões, vehiculos e sepulturas percebidos pela Empresa Funeraria a cargo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro . . . . . 1392
- N. 3520 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 231:881\$189, para liquidação da indemnização devida a João Carlos Nepomuceno da

	Pags.
Silva, em virtude do accordo do Supremo Tribunal Federal de 27 de julho de 1898 . . . . .	1394
N. 3521 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:800\$788, suplementar á verba « Alfandegas » . . . . .	1394
N. 3522 — GUERRA — Decreto de 8 de dezembro de 1899 — Modifica o art. 58, n. 1, do regulamento que baixou com o decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1893. . . . .	1395
N. 3523 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1899 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Paulo de Muriaé, no Estado de Minas Geraes. . . . .	1395
N. 3524 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1899 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Aréas, no Estado de S. Paulo . . .	1395
N. 3525 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1899 — Transforma os postos telegraphicos dos kilometros dous e quatorze da linha do Ribeirão Preto a J. guará, da Estrada de Ferro Mogiana, em estações sob as denominações — Barracão — e — Entroncamento . . . . .	1396
N. 3526 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1899 — Concede á Sociedade Anonyma Empresa de Sal e Navegação autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos . . . . .	1397
N. 3527 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1899 — Approva a planta de uma faixa de terreno proximo á estação de Piratiny, a desapropriar pela Estrada de Ferro Rio Grande a Bagé, para embarcadouro de gado. . . . .	1401
N. 3528 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 200:000\$, destinado ás despesas com a demarcação de limites com a Republica Argentina e ás da substituição dos marcos arruinados na fronteira do Brazil com a Republica do Perú. . . . .	1401
N. 3529 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1899 — Manda observar as instruções expedidas para execução do disposto nos ns. 3, 4, 5 e 6 do	



	Pags.
art. 5. <sup>o</sup> da lei n. 640, de 14, e art. 1. <sup>o</sup> da lei n. 651, de 22 de novembro de 1899 . . . . .	1402
N. 3530 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1899 — Concede autorização á « Société Anonyme des Distilleries Brésiliennes » para funcionar na Republica . .	1414
N. 3531 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1899 — Autoriza o contracto com a <i>Comde d'Eu Railway Company, limited</i> , para concluir o trecho de estrada de ferro de Mulungú a Alagôa Grande, no Estado da Parahyba, e a trafegar esse trecho. . . . .	1425
N. 3532 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 25:609\$21 para liquidação do direito creditorio reconhecido a D. Emilia Gonçalves da Silva, em virtude do accordão do Supremo Tribunal Federal de 17 de novembro de 1897. . .	1431
N. 3533 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 26:515\$162, para liquidação da indemnização devida á Companhia Geral de Serviços Marítimos, em virtude do accordão do Supremo Tribunal Federal de 7 de janeiro do corrente anno. . .	1432
N. 3534 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.341:897\$700, para pagamento das despesas feitas com a recepção do Sr. Presidente da Republica Argentina. . . . .	1433
N. 3535 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1899 — Da regulamento para a execução da lei n. 641, de 14 de novembro ultimo, que estabelece o processo de arrecadação dos impostos de consumo. . . . .	1433
N. 3536 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1899 — Crea um Consulado em La Plata . . . . .	1468
N. 3537 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 3:216\$935 para indemnizar o capitão-tenente Rodolpho Lopes da Cruz das vantagens pecuniarias de que foi privado por força do processo a que respondeu. . . . .	1468
N. 3538 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.193:951\$200, complementar ao art. 19, § 11 « Etapas » da lei n. 569, de 31 de dezembro de 1898 . . . . .	1468

	Págs.
N. 3539 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1899 — Regula a introdução de immigrants a que se refere o contracto em vigor celebrado entre o Governo Federal e a Companhia Norte Mineira, para fundação de nucleos agricolas. . . . .	1470
N. 3540 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1899 — Autoriza a revisão do contracto celebrado com <i>The Rio de Janeiro City Improvements Company, limited</i> . .	1473
N. 3541 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 23:000\$000. . . . .	1481
N. 3542 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1899 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3.000:000\$, para liquidação da indemnização devida á Nova Companhia Estrada de Ferro Estreito e S. Francisco ao Chopim, em virtude de accordo do Supremo Tribunal Federal de 21 de julho de 1897. . . . .	1482
N. 3543 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1899 — Concede ao Collegio Pio Americano as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional. . . . .	1483
N. 3544 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1899 — Concede á « Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'acqua » autorização para funcionar na Republica. . . . .	1484



# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

---

## 1899

DECRETO N. 3305 — DE 2 DE JUNHO DE 1899

Approva o convenio celebrado entre o Ministerio da Fazenda e o  
Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no art. 7º, § 3º, da Constituição da Republica, resolve approvar o convenio que a este accompanha, celebrado entre o Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda e o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

Capital Federal, 2 de junho de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*

O Dr. Joaquim Duarte Murtinho, Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da Republica, resolve firmar com o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Secretario dos Negocios da Fazenda do mesmo Estado, Dr. José de Almeida Martins Costa Junior, o presente convenio para a repressão do contrabando, conforme as condições que se seguem :

Art. 1.º O Governo do Estado do Rio Grande do Sul fica encarregado do serviço externo de repressão do contrabando, de que tratam os decretos ns. 2431 e 2459, de 8 de janeiro e 12 de fevereiro de 1897, observado o regimen fiscal nelle estabelecido.

Paragrapho unico. Para o fim de que trata este artigo, deverão todas as autoridades fiscaes da União, no territorio do Estado, attender promptamente a quaesquer reclamações ou requisições emana-las do referido Estado, attinentes ao serviço.

Art. 2.º Durante a vigencia do presente convenio serão exercidas pelo delegado fiscal do Thesouro Federal, em Porto Alegre, todas as attribuições que actualmente pertencem ao delegado especial, referentes ao serviço interno das repartições onde devem continuar a ser preparados e julgados em primeira instancia os processos de contrabando, ficando dispensados o referido delegado especial, seu ajudante e o secretario.

Art. 3.º Para o custeio do serviço porá a União á disposição do Estado, por trimestres adeantados, a verba annualmente consignada na lei do orçamento, cabendo plena liberdade ao mesmo Estado na organização e direcção do dito serviço, quer quanto á nomeação e dispensa do pessoal, quer quanto á applicação da verba, com obrigação, porém, de prestar contas annuaes das despesas feitas e dos resultados colhidos.

Art. 4.º O Estado do Rio Grande do Sul concorrerá para o serviço com a quota annual de cincoenta contos de réis, podendo utilisar-se do respectivo pessoal na fiscalização de suas rendas.

Art. 5.º O corpo de guardas que o Estado organizar para o serviço não poderá ter character militar ou policial, mas, simplesmente o character fiscal.

Art. 6.º A duração deste convenio, que começará a vigorar em 1 de julho vindouro, será por tempo indeterminado, com o direito para qualquer das partes contractantes de rescindir-o quando entender conveniente, precedendo aviso de dous mezes.

Em fé do que, eu, Mario Barbosa de Magalhães Castro, primeiro escripturario do Thesouro Federal e auxiliar do gabinete do Sr. Ministro da Fazenda, escrevi o presente, que vae assignado pelos contractantes aos dous dias do mez de junho de 1899. — *Joaquim Duarte Murtinho.* — *José de Almeida Martins Costa Junior.*



#### DECRETO N. 3306 — DE 3 DE JUNHO DE 1899

Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 28:387\$215, para pagamento de varias despesas da Secretaria do Senado, inclusive os vencimentos do bibliothecario da mesma Camara, relativas ao exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 568, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de vinte e oito contos trezentos oitenta e sete mil duzentos e quinze réis (28:387\$215), sendo : 28:093\$067, destinado ao pagamento de despesas que se relacionam com o serviço de redacção dos debates do Senado, nos

annos de 1896 e 1897, gratificações a dous 2<sup>os</sup> officiaes encárregados do archivo e bibliotheca da mesma Camara, e a salarios de dous serventes no referido periodo, bem como a gratificações e despezas que se tornaram necessarias durante o tempo em que funcionou o Congresso Nacional, para a apuração da eleição presidencial, e 293\$548 para pagamento do vencimento, na razão de 8:400\$ annuaes, a que tem direito o bibliothecario da Secretaria do Senado, no periodo de 19 de dezembro de 1898, data da sua nomeação, a 31 do mesmo mez.

Capital Federal, 3 de junho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



DECRETO N. 3307 — DE 6 DE JUNHO DE 1899

Autoriza as Companhias *Brasilian Submarine Telegraph* e *Western and Brazilian Telegraph* a funcionarem no Brazil como uma só companhia, sob a denominação de *The Western Telegraph Company Limited*.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram a *Brasilian Submarine Telegraph Company Limited* e a *Western and Brazilian Telegraph Company Limited*, decreta:

Artigo unico. Fica autorizada a fusão das duas referidas companhias, para funcionarem no Brazil como uma só companhia, sob a denominação de *The Western Telegraph Company, Limited*, mediante as clausulas que com este vão assignadas pelo Dr. Severino dos Santos Vieira, Ministro e Secretario de Estado da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 6 de junho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3307, desta data**

I

O Governo autoriza as Companhias *Brasilian Submarine Telegraph* e *Western and Brazilian Telegraph* a funcionarem no Brazil como uma só companhia, sob a denominação de *The-*

*Western Telegraph Company, Limited*, alteradas e consolidadas as clausulas dos decretos das suas concessões e os actos posteriores do Governo, do modo seguinte :

## II

A' cessionaria ficam mantidas integralmente os direitos e obrigações constantes das clausulas I, II, III, IV, VII, X, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX do decreto n. 5270, de 26 de abril de 1873, e bem assim a autorização de que trata o decreto n. 944, de 1 de novembro de 1890.

## III

E' igualmente mantido o direito consagrado pelo decreto n. 5125, de 30 de outubro de 1872, sobre o goso dos cabos entre o Brazil e Portugal e suas possessões, mas sem privilegio algum.

## IV

A' cessionaria ficam transferidos os direitos e obrigações do contracto de 30 de junho de 1893, approved pela lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, com alteração da clausula III, que fica redigida nos seguintes termos : A contractante obriga-se a pagar ao Governo, enquanto vigorar este contracto, a taxa uniforme de 10 centimos em ouro por palavras dos telegrammas particulares em percurso pelos seus cabos, quer os originados do Brazil, como os de outro qualquer paiz, quando destinados ás Republicas da America do Sul ou ás Americas Central e do Norte pelas vias do Pacifico ou vice-versa.

## V

A cessionaria pagará mais uma contribuição de 10 centimos ouro por palavra de telegrapha em percurso em seus cabos de Recife a Lisboa.

## VI

Os telegrammas officiaes do Governo da União terão preferencia na transmissão e gosarão em todos os cabos da cessionaria de uma redução de 50 % sobre as taxas proprias á cessionaria.

## VII

Serão gratuitos, nas linhas da cessionaria, os despachos officiaes do Governo do Brazil e seus agentes no exterior que se limitem a annunciar o apparecimento de alguma epidemia no Brazil ou nos outros paizes, não excedendo a 10 palavras, ou pagarão sómente pelo que excederem desse limite, e bem assim os telegrammas meteorologicos entre os observatorios do Rio e os de Lisboa, Montevidéo e Buenos-Aires.

## VIII

A cessionaria fica obrigada a adherir á Convenção Telegraphica de S. Petersburgo, de accordo com o § 3º do art. 86 do regulamento internacional executorio da mesma, sendo-lhe assegurados os beneficios da referida convenção.

## IX

A cessionaria não poderá fazer fusão, ajuste, convenio de ordem alguma com qualquer outra companhia congénere que funcione no Brazil, sem previo consentimento do Governo.

## X

E' permittido á cessionaria reduzir as suas tarifas tanto para o serviço interior como para o internacional; mas, uma vez reduzidas, não poderão ser elevadas sem o consentimento do Governo.

## XI

O Governo fiscalizará como julgar conveniente todo o serviço da cessionaria a que se refere o presente contracto.

## XII

A cessionaria contribuirá para os cofres publicos com a quantia de 25:000\$ annuaes para a despesa de fiscalização de que trata a clausula anterior, ficando comprehendida naquella importancia a quota de que trata a clausula VIII do contracto de 30 de junho de 1893.

## XIII

A cessionaria é obrigada a lançar um terceiro cabo entre Recife e Chuy, dentro do prazo de 18 mezes, da data do decreto com que baixam as presentes clausulas, cumprindo-lhe por igual obrigação conservar os seus cabos em condições de bem servir ao trafego e communicar, sem demora, ao Governo qualquer occurrencia que possa vir a causar ou cause interrupção no serviço.

## XIV

Ficam deste modo consolidadas e alteradas as clausulas dos já mencionados decretos ns. 5270, de 26 de abril de 1873, 5058, de 16 de agosto de 1872, 944, de 1 de novembro de 1890 e do contracto de 30 de junho de 1893, approvedo pela lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, para o fim de ser a cessionaria sómente regida pelas presentes clausulas.

Capital Federal, 6 de junho de 1899. — *Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3308 — DE 9 DE JUNHO DE 1899

Publica a adesão do Governo japonês á União para a protecção da propriedade industrial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão do Governo japonês á Convenção de 20 de março de 1883, creando uma União para a protecção da propriedade industrial, a vigorar de 15 de julho de 1899, segundo a comunicação do Conselho Federal Suíço, de 28 de abril deste anno, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 9 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olytho de Magalhães.*

*Traducção* — Berna, 28 de abril de 1899 — Sr. Ministro — Por nota datada de 18 de abril proximo passado, o Ministro do Japão, em Vienna, deu-nos conhecimento da adesão de seu Governo á Convenção de 20 de março de 1883, creando uma União para a protecção da propriedade industrial, a vigorar de 15 de julho de 1899. Essa nota accrescenta que o Governo japonês não tem intenção de adherir, por emquanto, aos dous accordos de Madrid, de 14 de abril de 1891, relativos: um ás falsas indicações de procedencia e o outro ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio.

Quanto á contribuição para as despesas da secretaria internacional de Berna, o Imperio do Japão será classificado na segunda classe.

Pedimos a V. Ex. queira tomar nota desta adesão e aproveitamos a occasião, Sr. Ministro, para apresentar-vos as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço, o Presidente da Confederação, *Muller*. — O chanceller da Confederação, *Ringier*.

A S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brazil — Rio de Janeiro.





## DECRETO N. 3309 — DE 9 DE JUNHO DE 1899

Publica a adesão da colonia britannica do Ceylão ao accordo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo à troca de cartas e de caixas com valor declarado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão, a partir de 1 de abril proximo passado, da colonia britannica do Ceylão ao accordo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo à troca de cartas e de caixas com valor declarado, segundo a comunicação do Conselho Federal Suisso, de 5 de maio do corrente anno, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 9 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*

*Traducção* — Berna, 5 de maio de 1899—Sr. Ministro—Temos a honra de informar a V. Ex. que, por notas datadas de 1 e 26 de abril proximo passado, a Legação da Gran-Bretanha, em Berna, deu nos conhecimento da adesão, a partir de 1 do mez findo, da colonia britannica do Ceylão ao accordo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo à troca de cartas e de caixas com valor declarado.

Apressamo-nos a notificar esta adesão a V. Ex., de conformidade com os arts. 15 do referido accordo e 24 da Convenção principal.

Queira acceitar, Sr. Ministro, as seguranças da nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suisso, o Presidente da Confederação, *Muller*.— O chanceller da Confederação, *Ringier*.

A S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brazil—Rio de Janeiro.



## DECRETO N. 3310 — DE 10 DE JUNHO DE 1899

Revoga o decreto n. 2056, de 25 de julho de 1895, relativo a aposentadorias de magistrados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que o Poder Executivo, por decreto n. 2056, de 25 de julho de 1895, aposentou os magistrados não aproveitados na organização judiciaria federal e dos Estados; mas,

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, baseando-se no principio cardeal e institucional da perpetuidade da magistratura, declarou nullo aquelle acto, por accordão de 21 de novembro de 1896 e numerosas decisões posteriores ;

Considerando que, embora as sentenças do Poder Judiciario obriguem apenas *in specie*, todavia a jurisprudencia firmada pelas alludidas decisões assegura inevitavelmente aos magistrados, que ainda se conservam aposentados, a reversão á disponibilidade, logo que a promovam perante a Justiça Federal ;

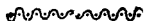
Considerando que, nessas condições, a subsistencia do decreto de 25 de julho de 1895 teria apenas como effeito impôr aos magistrados, ainda não favorecidos por sentença da Justiça Federal, a obrigação de tornarem effectivo, em seu favor, o mesmo direito já proclamado e reconhecido nessas sentenças ; mas, por outro lado, acarretaria grande onus aos cofres federaes, com o pagamento das custas de taes processos, além de augmentar, sem interesse algum, o serviço dos representantes do Ministerio Publico :

Resolve revogar o citado decreto n. 2056, de 25 de julho de 1895, para o fim de reverterem á disponibilidade, em que anteriormente se achavam, os magistrados aposentados por aquelle acto e que, porventura, ainda estejam nas condições do art. 6º das Disposições transitorias da Constituição Federal.

Capital Federal, 10 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



#### DECRETO N. 3311 — DE 10 DE JUNHO DE 1899

Dá nova organização á Guarda Nacional do Estado da Parahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, e considerando:

Que, de accordo com o determinado no art. 1º do decreto n. 1121 de 5 de dezembro de 1890, extensivo á Guarda Nacional dos Estados pelo de n. 146 de 18 de abril de 1891, approvado pelo referido decreto legislativo n. 431 de 1896, tem sido creado em cada Estado um commando superior de Guardas Nacionais, com sede na respectiva Capital, e constituido pelas brigadas que a necessidade do serviço e sua conveniente organização aconselham que sejam creadas nella e nas demais comarcas do mesmo Estado ;

Que a Guarda Nacional do Estado da Parahyba, reorganizada pelo decreto n. 626 de 24 de outubro de 1891, não observa regularmente o plano estabelecido no citado decreto de 1890, porque as brigadas foram constituídas com um numero de corpos inferior ao marcado no art. 2º do alludido decreto n. 1121, sendo igualmente creada na Capital uma brigada mixta, composta de corpos das tres armas, o que é contrario áquelle plano;

Que o decreto n. 2567 de 31 de julho de 1897 obviou em parte esse inconveniente, mas referiu-se apenas á reorganização da referida milicia na respectiva Capital, quando deveria subordinar, quer as brigadas por elle creadas, quer as que o fossem posteriormente, a um só commando superior, segundo o espirito do decreto n. 1121 de 1890, e conforme se tem observado nas reorganizações decretadas nos demais Estados da Republica;

Que, finalmente, convem, para a boa marcha do serviço, que a organização seja completa, abrangendo o territorio de todo o Estado, substituindo-se os corpos nelle existentes actualmente, e que não se subordinam ao plano consignado no referido decreto n. 1121, por outros que constituam as respectivas brigadas, segundo os moldes para os mesmos estabelecidos:

Decreta:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado da Parahyba se comporá de um commando superior, com séde na Capital, o qual se constituirá com cinco brigadas de cavallaria, uma de artilharia, e 18 de infantaria, as quaes serão organisadas com os guardas qualificados nos districtos das comarcas abaixo mencionadas, pela maneira seguinte:

A 1ª brigada de cavallaria, composta de dous regimentos sob os ns. 1º e 2º; a 1ª de artilharia, constituída com um regimento de campanha, sob n. 1, e um batalhão de posição, sob n. 1, e as 1ª e 2ª brigadas de infantaria, compostas dos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º batalhões do serviço activo e 1º e 2º do da reserva, na comarca da Capital;

As 3ª e 4ª brigadas de infantaria, constituídas com os 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º batalhões do serviço activo e 3º e 4º do da reserva, na comarca de Areia;

A 5ª de infantaria, constituída dos 13º, 14º e 15º batalhões do serviço activo e 5º do da reserva, na de Mamanguape;

A 6ª de infantaria, constituída dos 16º, 17º e 18º batalhões do serviço activo e 6º do da reserva, na de Guarabira;

As 7ª e 8ª de infantaria, constituídas com os 19º, 20º, 21º, 22º, 23º e 24º batalhões do serviço activo e 7º e 8º do da reserva, na de Itabayana;

A 9ª de infantaria, composta dos 25º, 26º e 27º batalhões do serviço activo e 9º do da reserva, e a 2ª de cavallaria, constituída com os 3º e 4º regimentos, na comarca de Bananeiras;

A 10ª de infantaria, constituída dos 28º, 29º e 30º batalhões do serviço activo e 10º do da reserva, na de Campina;

A 11ª de infantaria, constituída dos 31º, 32º e 33º batalhões do serviço activo e 11º do da reserva, e a 3ª de cavallaria, composta dos 5º e 6º regimentos, na de S. João;

A 12ª de infantaria, constituída dos 34º, 35º e 36º batalhões do serviço activo e 12º do da reserva, na de Patos ;

A 13ª de infantaria, constituída dos 37º, 38º e 39º batalhões do serviço activo e 1º do da reserva, e a 4ª de cavallaria, compostos dos 7º e 8º regimentos, na de Catolê do Rocha ;

A 14ª de infantaria, constituída dos 40º, 41º e 42º batalhões do serviço activo e 14º do da reserva, na de Misericórdia ;

A 15ª de infantaria, constituída dos 43º, 44º e 45º batalhões do serviço activo e 15º do da reserva, na de Piancó ;

As 16ª e 17ª de infantaria, compostas dos 46º, 47º, 48º, 49º, 50º e 51º batalhões do serviço activo e 16º e 17º do da reserva, e a 5ª brigada de cavallaria, constituída dos 9º e 10º regimentos na de Souza ;

A 18ª de infantaria, constituída dos 52º, 53º e 54º batalhões do serviço activo e 18º do da reserva, na de Alagôa do Monteiro.

Art. 2.º As paradas dos corpos ora creados serão designadas pelos commandantes das respectivas brigadas.

Art. 3.º Ficam revogados os decretos ns. 626 de 24 de outubro de 1891, 2567 e 2692, de 31 de julho e 27 de novembro de 1897 e mais disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



#### DECRETO N. 3312 — DE 17 DE JUNHO DE 1899

Dá regulamento para a cobrança da taxa judiciaria nos feitos julgados pela Justiça Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em consideração o disposto no art. 8º do decreto legislativo n. 539 de 19 de dezembro de 1898, resolve, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, § 1º, da Constituição, expedir o regulamento annexo, que vae assignado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores, para a cobrança da taxa judiciaria nos feitos julgados pela Justiça Federal.

Capital Federal, 17 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

## Regulamento a que se refere o decreto n. 3312 desta data

Art. 1.º Os feitos julgados na Justiça Federal ficam sujeitos a uma taxa judiciaria, que terá por base:

- a) o valor do pedido, quando certo ;
- b) o valor dado pela parte na petição inicial, quando o pedido não tiver valor certo, ou o que for arbitrado por peritos nomeados pelo juiz, quando a parte omittir a estimação ou ao juiz parecer que esta é manifestamente insufficiente ;
- c) o valor dado por peritos de nomeação do juiz, quando o feito versar sobre estado ou capacidade das pessoas ou sobre objecto de natureza congenero ;
- d) o valor que tiver a causa, nos recursos extraordinarios das sentenças dos Estados.

§ 1.º Nos feitos a que se refere a lettra c a avaliação precederá immediatamente ao pagamento da taxa.

§ 2.º Nos recursos a que se refere a lettra d se procederá á avaliação por peritos nomeados pelo juiz relator, si não for conhecido o valor da causa.

Art. 2.º Entre os feitos a que se refere o art. 1.º comprehendem-se :

- a) as arrecadações de bens de estrangeiros, nos termos dos arts. 155 e seguintes da parte 5.ª do decreto n. 3084 de 5 de novembro de 1898 ;
  - b) os embargos de terceiro senhor e possuidor e os artigos de preferencia ou rateio, salvo no caso de haver execução apparelhada ;
  - c) as habilitações de herdeiros e cessionarios de credores da Fazenda Federal ;
  - d) as homologações das cartas de sentença de tribunaes estrangeiros, salvo si tiverem por objecto a materia da lettra g ;
  - e) as justificações, exceptuadas as que forem requeridas para prova de direito ao montepio, para fins eleitoraes ou para servirem como documento em feitos criminaes ou sujeitos ao pagamento da taxa judiciaria e á competencia da justiça federal ou do Districto Federal ;
  - f) os libellos e justificações para cobrança de dividas passivas das heranças de defuntos e ausentes ;
  - g) as partilhas e sobre-partilhas judiciais, o calculo de adjudicação, o de transferencia de usufructo, extinção deste ou de fideicommisso ;
  - h) os processos preparatorios e preventivos ;
  - i) a ratificação dos protestos formados a bordo ;
  - j) os recursos extraordinarios das sentenças dos Estados.
- Art. 3.º Ficam excluidos da taxa judiciaria :
- a) os conflictos de jurisdicção ;
  - b) os feitos criminaes ;
  - c) os processos incidentes ;

d) as heranças de herdeiros ou legatários para haverem as heranças ou legados que lhes pertencam, dos bens de defuntos e ausentes ;

e) as liquidações de sentença ;

f) os processos de desapropriação.

Art. 4.º A taxa será cobrada na seguinte proporção:

a) de um quarto por cento ( $1/4$  %) sobre o valor certo do pedido (principal e juros vencidos, quer tenham sido ou não accumulados na petição inicial da causa), ou sobre o que for declarado ou arbitrado, na forma do art. 1.º, letras b, c e d ;

b) de um quarto por cento ( $1/4$  %) sobre o liquido a partilhar ou a adjudicar nos casos do art. 2.º, letra g ;

c) de dois por cento (2 %) sobre a avaliação dos bens arrecadados no caso do art. 2.º, letra a.

Art. 5.º Nas causas em que tiver sido intentada a reconvenção, o valor da taxa será calculado sobre a importancia do pedido maior.

Art. 6.º A taxa judiciaria não excederá de trezentos mil réis (300\$), qualquer que seja o valor dos feitos, exceptuados os do art. 2.º, letra g, nos quaes não poderá ser superior a cento e cincoenta mil réis (150\$000).

Art. 7.º A taxa será paga por occasião de subirem os autos para a primeira sentença definitiva ou interlocutoria, que ponha termo ao feito em primeira ou em unica instancia.

§ 1.º Exceptuam-se os autos em que a Fazenda Federal for autora ou supplicante ; neste caso a taxa só será paga depois da decisão do feito e si a Fazenda for vencedora.

§ 2.º A taxa será incluída no calculo das custas judicarias, afim de ser carregada á parte vencida, e em caso algum será restituída.

Art. 8.º O pagamento da taxa judiciaria será effectuado por meio de um sello especial de formato, valores e signaes característicos iguaes ao dos sellos ora em uso nos feitos da justiça local do Districto Federal, sendo substituidas aponas as palavras « Districto Federal » pelas palavras « Justiça Federal ».

Paragrapho unico. Emquanto não houver no Thesouro Federal o sello de que trata este artigo, o pagamento da taxa será feito por meio dos sellos da justiça local do Districto Federal.

Art. 9.º Nenhum juiz ou tribunal poderá proferir sentença em autos sujeitos á taxa judiciaria sem que delles conste o respectivo pagamento, na forma prescripta.

Art. 10. Os escrivães dos juizes seccionaes e o secretario do Supremo Tribunal Federal não poderão fazer conclusos, para a sentença definitiva ou interlocutoria (art. 7º), autos sujeitos á taxa judiciaria, sem que ao termo de conclusão preceda o sello especial da taxa, que inutilisarão com a data e a sua assignatura.

Art. 11. Nenhuma sentença proferida em feito sujeito á taxa judiciaria poderá ser executada sem que do respectivo instrumento conste o pagamento devido.

Art. 12. O relator do feito, em segunda instancia, quando lhe for presente algum processo em que se tenha deixado de pagar a taxa, antes de qualquer outra diligencia e da revisão para o julgamento, providenciará no sentido de fazer effectivo o pagamento.

Art. 13. A infracção do disposto nos arts. 9º a 12 sujeitará os infractores á multa de dez mil réis (10\$) a cem mil réis (100\$), além das penas estatuidas no Código Penal.

Art. 14. As multas serão impostas:

- a) aos escrivães, pelos respectivos juizes ;
- b) aos juizes seccionaes e ao secretario do Supremo Tribunal Federal, pelo presidente.

Art. 15. As multas comminadas no art. 13 serão arrecadadas como renda do Thesouro Federal e pelo meio executivo, nos termos do art. 196 e seguintes do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890.

Art. 16. A repartição fiscal encarregada da arrecadação da taxa judiciaria não poderá intervir nos feitos, nem fazer exames nos cartorios para o fim de averiguar faltas de pagamento, devendo, nos casos de infracção, requisitar das autoridades judicias os exames das certidões necessarias para proceder contra os infractores.

Art. 17. Os juizes seccionaes e o presidente do Supremo Tribunal Federal communicarão ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, nos mezes de janeiro, abril, julho e outubro de cada anno, a somma total da taxa paga no trimestre anterior.

Art. 18. Os escrivães dos juizes seccionaes e o secretario do Supremo Tribunal Federal deverão ter, sob pena de responsabilidade, um livro especial, em que lançarão o pagamento da taxa, a epoca, o feito, o seu valor e os nomes das partes.

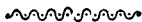
Esse livro será aberto, encerrado e rubricado pelos magistrados indicados no artigo antecelente, e em vista delle se farão as communicações ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 19. Nos feitos pendentes, sujeitos ao pagamento da taxa judiciaria, levar-se-ha em conta o pagamento em estampilhas (decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, art. 357), dos emolumentos contados aos juizes.

Paragrapho unico. Os feitos ora na conclusão dos juizes seccionaes, do relator ou dos revisores no Supremo Tribunal Federal, ficam isentos do pagamento da taxa judiciaria.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de junho de 1899. — *Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3313 — DE 17 DE JUNHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Cimbres, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional do municipio de Cimbres, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria com a designação de 15ª que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, ns. 43, 44 e 45, e um do da reserva, sob n. 15, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3314 — DE 17 DE JUNHO DE 1899

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro, de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria com a designação de 21ª, a qual se constituirá de dous regimentos, sob ns. 41 e 42, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*





## DECRETO N. 3315 — DE 17 DE JUNHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Bom Successo, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a designação de 93<sup>a</sup>, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 277, 278 e 279, um do da reserva com o n. 93, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de junho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3316 — DE 17 DE JUNHO DE 1899

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Brejo, no Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Brejo, no Estado do Maranhão, uma brigada de cavallaria com a designação de 7<sup>a</sup>, a qual se constituirá de dous regimentos, sob ns. 13 e 14, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de junho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3317 — DE 17 DE JUNHO DE 1899

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Riachão, no Estado do Maranhão.

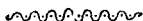
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Riachão, no Estado do Maranhão, uma brigada de cavallaria com a designação de 8ª, a qual se constituirá de dous regimentos sob ns. 15 e 16, que se organizarão com os guardas qualificados na referida comarca, revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de [junho do 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3318 — DE 17 DE JUNHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Joazeiro, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Joazeiro, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria com a designação de 34ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, ns. 100, 101 e 102, e um do da reserva, sob n. 34, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3319 — DE 17 DE JUNHO DE 1899

Dá numeração aos corpos de artilharia da Guarda Nacional da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe representou o commandante superior interino da Guarda Nacional da Capital Federal,

Decreta:

Artigo unico. O regimento de artilharia de campanha e o batalhão de artilharia de posição da Guarda Nacional da Capital Federal, reorganizados pelo decreto n. 3206 de 28 de janeiro do corrente anno, terão ambos a designação de 1º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## . DECRETO N. 3320 — DE 19 DE JUNHO DE 1899

Regula a collocação, na escala de antiguidade, dos officiaes do Exercicio, comprehendidos na lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898 e as condições dos graduados em postos superiores como chefes de classe, que, pela dita lei, ficaram mais modernos que aquelles.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898, supprimindo para todos os effeitos, excepto o que respeita a vencimentos e promoções effectivas já decretadas, as restricções impostas por actos do Poder Legislativo ou Executivo á amnistia concedida pela lei n. 310, de 21 de outubro de 1895, restituiu aos officiaes do Exercicio e Armada, attingidos por esta lei, as antiguidades que lhes competiam antes de sua promulgação;

Considerando que em resolução de 12 de dezembro do anno findo, tomada sobre o parecer do Supremo Tribunal Militar de 6 do mesmo mez e anno anterior, ficou consignado que, no caso de um official, por disposição legal, resarcir sua antiguidade, não deverá o que estiver graduado, si for mais moderno — contar para effeito algum essa gradação emquanto não occupar o numero um de sua classe;

Considerando, ainda, que a doutrina do art. 31 do regulamento approved pelo decreto n. 772, de 31 de março de 1851, *in fine*, autorisa a annullar o effeito de gradações que importem em prejuizo de direitos de outrem, até que o official se torne o mais antigo de sua classe :

Resolve que os officiaes do Exercito comprehendidos na lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898 deverão occupar na escala de antiguidade os logares que lhes competirem nas respectivas classes, mantendo-se os actualmente graduados que forem mais modernos, annullando-se, porém, os effeitos dessa gradação até que se tornem mais antigos de suas classes.

Capital Federal, 19 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.



#### DECRETO N. 3321 — DE 24 DE JUNHO DE 1899

Crea os logares de supplentes de substituto do juiz federal na circumscripção de Pedras de Fogo, do Estado da Parahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Ficam creados no Estado da Parahyba, nos termos do art. 3º § 1º da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, mais tres logares de supplentes do substituto do juiz federal, na circumscripção de Pedras de Fogo, cujos limites serão os do municipio da mesma denominação.

Art. 2.º Nesta circumscripção, conforme os arts. 4º e 5º da citada lei, terá o procurador da Republica um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 24 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



## DECRETO N. 3322 — DE 26 DE JUNHO DE 1899

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de cartas de jogar

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, na arrecadação do imposto de consumo de cartas de jogar, a que se refere o art. 1.º, n. 54, da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 26 de junho de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*

Regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de cartas de jogar a que se refere o decreto n. 3322 desta data

## CAPITULO I

## DA NATUREZA DO IMPOSTO E SUA INCIDENCIA

Art. 1.º O imposto de consumo de cartas de jogar, de que trata o art. 1.º, n. 54, da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898, recahe sobre as cartas de jogar de qualquer typo ou qualidade, nacionaes ou estrangeiras, quer se achem destacadas formando baralhos, quer em folhas comprehendendo diversas cartas.

Art. 2.º O imposto consta da taxa de 500 réis por baralho ou fracção de baralho.

Art. 3.º Nas repartições competentes se fará o registro de todas as fabricas e respectivos depositos dos productos mencionados no art. 1.º, observando-se as disposições do capitulo seguinte.

## CAPITULO II

## DO REGISTRO

Art. 4.º O registro deverá ser effectuado, annualmente, até 28 de fevereiro ; cumprindo aos fabricantes obtel-o antes de iniciarem suas operações industriaes e commerciaes.

Art. 5.º Pelo serviço do registro serão cobrados os emolumentos estipulados no art. 6.º, devendo a sua importancia ser paga integralmente, qualquer que seja a epoca em que se realize o mesmo registro.

Art. 6.º As importancias dos emolumentos pelo registro são :

a ) Fabricas .....	100\$000
b ) Depositos de fabricas.....	50\$000

Art. 7.º Para pagamento do registro na vigencia deste regulamento, os interessados apresentarão à estação fiscal competente uma guia organizada de accordo com o modelo A.

Art. 8.º As transferencias de registro deverão ser requeridas dentro de sessenta dias, a contar da data da aquisição do estabelecimento, mas não serão permittidas si o transferente for devedor de multas ou estiver sob a pressão de auto de infração, salvo si depositar previamente a importancia da multa até completa solução do processo.

Art. 9.º O comprador será responsavel pelas dividas do vendedor, excepto :

- a ) si tiver adquirido o estabelecimento em hasta publica ;
- b ) si o houver de espolio ou massa fallida, contanto que o titulo de aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 10. Diversos ramos de industria na mesma fabrica não eximem o proprietario da obrigação do pagamento do registro, si no dito estabelecimento forem fabricadas as cartas de jogar a que se refere o art. 1.º.

Art. 11. Si a transferencia do registro não se effectuar dentro do prazo estipulado no art. 8.º, ou quando o mesmo não houver sido solicitado de accordo com a firma collectada para o pagamento do imposto de industrias e proffissões, ficará sem effeito legal a patente primitiva.

Art. 12. A falta do registro será punida na fôrma do art. 35 e elevará ao maximo a pena em que incorrer o contribuinte pela infração de qualquer outra disposição deste regulamento.

Art. 13. A guia de que trata o art. 7.º servirá para organisar-se um cadastro dos estabelecimentos registrados, o qual deverá conter a declaração da rua e numero do estabelecimento, nome do contribuinte, especie do commercio, taxa e numero da patente de registro ( modelo B ), data do pagamento e mais observações.

Este cadastro será publicado no *Diario Official* em junho de cada anno.

### CAPITULO III

#### DA TAXA DE CONSUMO E SUA ARRECADAÇÃO

Art. 14. A taxa de consumo sobre as cartas de jogar será paga por meio de estampilhas especiaes applicadas às mesmas e que só poderão ser vendidas pelas estações fiscaes.

Art. 15. Haverá estampilhas de duas côres : de uma côr para productos nacionaes e de outra para productos estrangeiros. O formato e signaes caracteristicos das mesmas estampilhas

serão determinados pelo Ministerio da Fazenda, sendo de 500 rs. o seu valor em ambos os casos.

Art. 16. O deposito central das estampilhas será:

1.º Para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro — na Casa da Moeda ou na Imprensa Nacional ou em ambas essas repartições, si assim o entender o Ministro da Fazenda;

2.º Nos outros Estados — nas Delegacias.

Art. 17. Os pedidos de fornecimento de estampilhas serão feitos directamente á Imprensa Nacional ou á Casa da Moeda pela Alfandega do Rio de Janeiro, Recebedoria, Alfandega de Macahé e Delegacias Fiscaes, e os das Agencias Fiscaes do Estado do Rio de Janeiro por intermedio da Directoria de Rendas Publicas.

As Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes nos outros Estados, bem como as Alfandegas, serão suppridas pelas Delegacias, exceptuadas as Mesas de Rendas alfandegadas, como as de Antonina, S. Francisco e Porto Murтинho, que o serão pelas Alfandegas a que estiverem immediatamente subordinadas.

Art. 18. O estabelecimento incumbido do preparo das estampilhas terá um livro de registro das expedições, do qual conste especificadamente todo o movimento de sahida.

Art. 19. A arrecadação do imposto será feita:

a) na Capital Federal—pela Alfandega e Recebedoria;

b) no Estado do Rio de Janeiro, nos municipios de Nitheroy e S. Gonçalo—pela Recebedoria, em Macahé—pela respectiva Alfandega e nos outros municipios — pelas Agencias Fiscaes;

c) nos outros Estados — pelas Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, nas respectivas circumscripções, e pelas Delegacias onde não houver aquellas estações.

Art. 20. As estações arrecadadoras do imposto terão um livro em que deverá ser escripturado diariamente o movimento de entrada e sahida de estampilhas com as devidas especificações (modelo C).

Art. 21. O estampilhamento das cartas de jogar fabricadas no paiz será feito nas fabricas e o das cartas importadas pelo importador ou pelos commerciantes retalhistas, que para isso são obrigados a receber do mesmo importador o numero de estampilhas correspondente á quantidade do producto que lhe comprarem.

Art. 22. E' considerada contravenção a este regulamento a exposição á venda das cartas de jogar sem o competente sello.

Art. 23. São consideradas expostas á venda as cartas de jogar não servidas que forem encontradas dentro das casas commerciaes ou em poder dos mercadores ambulantes, ainda que guardadas em caixas ou moveis.

Art. 24. As cartas de jogar que forem encontradas no commercio sem estarem devidamente selladas, serão apprehendidas pelos fiscaes, os quaes multarão os infractores, lavrando auto de infracção e apprehensão.

Paragrapho unico. As cartas de jogar apprehendidas só poderão ser restituídas depois de selladas pelo infractor, e si não

o forem dentro de quinze dias, serão remettidas á Alfandega, afim de dal-as em consumo.

Art. 25. São isentas do imposto de consumo as cartas de jogar que forem exportadas para paizes estrangeiros. O exportador, porém, pedirá á repartição aduaneira uma guia na qual se declare a qualidade e quantidade dos productos a exportar, afim de apresental-a ao fabricante. Esta guia, que só será concedida em vista do despacho de exportação, será apresentada pelo exportador ao fabricante que vender a mercadoria e acompanhará a expedição desta da fabrica até á repartição aduaneira onde tiver de ser feito o despacho de exportação.

Paragrapho unico. Si decorrido o prazo de vinte dias não se tiver verificado o embarque da mercadoria para a qual foi solicitada a guia de que trata este artigo, o chefe da repartição aduaneira exigirá explicações de quem a solicitou e fará proceder a uma syndicancia, si suspeitar que houve fraude.

Art. 26. Os fabricantes de cartas de jogar terão escripta especial em livros sellados, rubricados e authenticados nas respectivas estações fiscaes, nos quaes registrarão o movimento diario do estabelecimento e o de entrada e sahida de estampilhas, de accordo com o modelo D.

Paragrapho unico. Estes livros serão examinados pelos fiscaes ou por empregados designados pelos chefes das repartições competentes.

Em caso de duvida poderá o fiscal pedir o exame da escripta geral para verificar a exactidão dos lançamentos que encontrar obscuros ou suspeitos na escripta especial.

## CAPITULO IV

### DA VENDA E COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPILHAS

#### *Da venda*

Art. 27. As estampilhas do imposto de consumo de cartas de jogar só serão vendidas nas estações fiscaes competentes ás pessoas habilitadas com o respectivo registro na fôrma deste regulamento.

Art. 28. O fornecimento de estampilhas será feito por compra, mediante pedido formulado de accordo com o modelo — F — e em importancia nunca inferior a 50\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as estampilhas precisas para as cartas de jogar importadas, cujo fornecimento será feito de accordo com a nota do despacho e mediante guia organizada pelo despachante e visada pelo substituto do inspector da Alfandega.

Art. 29. A venda de estampilhas se fará nas seguintes condições :

1.<sup>a</sup> As estampilhas para cartas de jogar importadas—exclusivamente aos importadores ou seus representantes, devida-



mente habilitados, à vista da guia de que trata o paragrapho unico do artigo antecedente e na medida exacta da quantidade da mercadoria que houverem de despachar, o que será verificado pelas respectivas repartições aduaneiras ;

2.<sup>a</sup> As estampilhas para cartas de jogar fabricadas no paiz—exclusivamente aos fabricantes nacionaes, mediante o pedido a que se refere o art. 28 e a declaração do numero do registro. O pedido será feito em duas vias, uma das quaes ficará archivada na repartição fiscal, e a outra será entregue ao fabricante, a fim de apresental-a ao fiscal, quando este o exigir.

§ 1.<sup>o</sup> E' prohibido aos industriaes e commerciantes revenderem as estampilhas que adquirirem para o estampilhamento de seus productos.

§ 2.<sup>o</sup> Os importadores são obrigados a entregar aos commerciantes, que lhes comprarem cartas de jogar importadas, as estampilhas correspondentes à quantidade de productos comprados, e só a esses commerciantes poderão ceder taes estampilhas.

#### *Da collocação*

Art. 30. A applicação das estampilhas será feita no envoltorio dos baralhos, de modo que este não possa ser aberto sem inutilisar-se a estampilha.

Paragrapho unico. As cartas de jogar só poderão ser expostas à venda em envoltorios fechados, qualquer que seja a especie destes.

Art. 31. Para completar a importancia da taxa legal poderão ser colladas estampilhas de valores diversos, comtanto que o sejam seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que estiver collada em ultimo lugar.

Art. 32. Consideram-se inutilisadas e sem effeito legal as estampilhas fragmentadas ou colladas de tal modo frouxo, que possam, sem o menor esforço, ser transferidas de um para outro volume.

Art. 33. Considera-se não sellado o producto nacional a que forem applicadas estampilhas destinadas a mercadorias estrangeiras, e bem assim o producto estrangeiro sellado com estampilhas destinadas a mercadorias nacionaes.

### CAPITULO V

#### DAS PENAS E SUA APPLICAÇÃO

Art. 34. As penas comminadas neste regulamento serão impostas mediante processo administrativo, que terá por base o auto.

Paragrapho unico. O auto é a formalidade substancial do processo, sem o qual nenhuma pena poderá ser imposta, quaesquer que sejam as provas collidas.

*Das multas*

Art. 35. Os infractores deste regulamento serão punidos com as seguintes multas :

De 300\$ a 500\$000 :

a) os fabricantes de cartas de jogar que não registrarem sua fabrica ou deposito como estipula o art. 4º ;

b) os fabricantes que deixarem de cumprir o disposto no art. 26 ;

c) os fabricantes e commerciantes que não collocarem as estampilhas como determina o art. 30, e os que collarem estampilhas dilaceradas ou com indicio de já terem servido ;

d) os directores, gerentes, ou empregados das emprezas de transporte que se oppuzerem ao disposto no art. 62.

De 500\$ a 1:000\$000 :

e) os fabricantes que permittirem sahir das fabricas cartas de jogar não selladas ou selladas incompletamente ;

f) os fabricantes, importadores e retalhistas que infringirem o disposto no art. 21 ;

g) os commerciantes que expuzerem á venda cartas de jogar nas condições da letra e) deste artigo ;

h) os que revenderem estampilhas adquiridas para o estampilhamento dos seus productos ;

i) os importadores que deixarem de cumprir o disposto no § 2º do art. 29.

De 1:000\$ a 3:000\$000 :

j) os que registrarem fabrica não existente, ou com falsa declaração do nome ou firma do proprietario ;

k) os que usarem estampilhas falsas ou rotulos de fabrica não existente ;

l) os que por qualquer fórma embaraçarem a acção dos fiscaes no exercicio de suas attribuições ;

m) qualquer pessoa que seja encontrada vendendo ou procurando vender estampilhas servidas ;

n) os que servirem-se da guia de que trata o art. 25 para obter dos fabricantes productos não estampilhados, dando-lhes depois consumo no interior do paiz.

Art. 36. Quando qualquer commerciante recusar-se a declarar qual o fabricante das cartas de jogar encontradas em sua casa de negocio em condições que não respeitem as prescripções deste regulamento, será punido com as mesmas multas que caberiam ao referido fabricante.

Art. 37. Além da applicação das multas impostas no art. 35, os fiscaes deverão apprehender as mercadorias não selladas, elladas incompletamente, ou com sellos falsos ou já servidos.

Art. 38. As multas impostas neste regulamento serão co-radas no dobro aos reincidentes.

*Do auto e processo administrativo*

Art. 39. O auto, base do processo administrativo, deverá ser lavrado com a precisa clareza e individualisação, determinando o local, hora, nome do infractor, natureza da infracção, testemunhas, si houver, e mais factos que ocorrerem.

Art. 40. O auto será lavrado :

1.º, pelos fiscaes especiaes ou pelos empregados de Fazenda designados ;

2.º, por qualquer pessoa.

§ 1.º O auto lavrado por particular deverá ser assignado por duas ou mais testemunhas ; quando, porém, o for pelos funcionarios de que trata o n. 1.º deste artigo, esta formalidade poderá ser dispensada.

§ 2.º O infractor, ou seu representante na occasião, deverá assignar o auto ; no caso, porém, de recusa ou impossibilidade será declarada esta circumstancia.

Art. 41. Lavrado o auto de infracção e entregue ao chefe da estação fiscal competente, este mandará immediatamente intimar o infractor dando conhecimento da falta autoada, a fim de que venha allegar o que julgar a bem de seu direito dentro do prazo improrogavel de quinze dias, sob pena de revelia.

§ 1.º A intimação será feita pela seguinte forma :

a) por publicação de edital no *Diario Official*, na Capital Federal e em outros órgãos de publicidade, nos Estados ;

b) por notificação escripta ou verbal á parte interessada, comprovada com recibo ou certificado no proprio auto.

§ 2.º Os editaes ou notificações deverão dar conhecimento não só da infracção commettida, como da pena em que o infractor tiver incorrido.

Art. 42. O prazo de quinze dias, de que trata o artigo antecedente, será contado da data da publicação do edital ou da notificação.

Art. 43. Produzida a justificação, á qual deverão ser facilitados todos os meios, o chefe da repartição, depois de ouvir o fiscal e de reunir os esclarecimentos que julgar necesarios, imporá multa ou julgará improcedente o auto.

Paragrapho unico. Si, esgotado o prazo de quinze dias, a parte interessada não produzir justificação nem allegar em seu favor, notar-se-ha no auto a revelia e será proferida a decisão.

Art. 44. As decisões dos chefes das repartições serão publicadas ou communicadas á parte interessada.

Art. 45. Proferida a decisão, o acto não poderá ser reconsiderado pelo chefe da estação fiscal, ficando salvo á parte interessada o recurso nos casos em que couber e nos termos do capitulo VI.

Art. 46. Preparado e concluso o processo, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de oito dias.

Estas decisões serão fundadas nas provas dos autos.

Art. 47. As informações ou pareceres que sobre o auto de infracção tiverem de ser dados por funcionarios não deverão

exceder, em caso algum, o prazo de oito dias, bem como nenhuma dilação probatoria será concedida ao infractor no correr do processo, maior de dez dias.

Art. 48. As multas impostas por decisão passada em julgado poderão ser cobradas amigavelmente dentro de quinze dias, convidando-se para esse fim o infractor por meio de edital.

Si, findo este prazo, não tiver sido satisfeita a multa, deverá ser immediatamente remettido o processo á Directoria do Contencioso ou á Delegacia Fiscal para a cobrança executiva.

Art. 49. No caso de não residir o infractor na séde da repartição por onde correr o processo administrativo de imposição de multa, as intimações e mais actos serão exercidos por intermedio da estação do logar de residencia do mesmo infractor.

## CAPITULO VI

### DO RECURSO

Art. 50. Das decisões proferidas pelas estações fiscaes haverá recurso para a instancia superior.

Os recursos são ordinarios, *ex-officio* e de revista, e serão interpostos:

*a)* para o Ministro da Fazenda, das decisões fiscaes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e das proferidas pelas Delegacias Fiscaes em primeira instancia, excedentes das respectivas alçadas;

*b)* para as Delegacias Fiscaes, das decisões proferidas pelos chefes das repartições arrecadadoras nos outros Estados.

Art. 51. Haverá recurso de revista interposto de accordo com o art. 37 do decreto n. 2807, de 31 de janeiro de 1898, das decisões das Delegacias Fiscaes em que se der incompetencia, excesso de poder e violação de lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 52. Haverá recurso *ex-officio* :

1º, das decisões favoraveis ás partes, proferidas pelos agentes fiscaes e administradores de Mesas de Rendas;

2º, das decisões dos inspectores das Alfandegas, dos delegados fiscaes, quer em primeira, quer em segunda instancia, e do director da Recebedoria, julgando em favor das partes as contravenções de que tratam o art. 26 e seu paragrapho e art. 35 lettra *h*.

Paragrapho unico. Estes recursos serão interpostos dentro do prazo de quinze dias :

*a)* para o Ministro da Fazenda — pelos delegados fiscaes, director da Recebedoria, inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro e Macahé e agentes fiscaes no Estado do Rio de Janeiro;

*b)* para as Delegacias Fiscaes — pelos inspectores das Alfandegas, administradores de Mesas de Rendas e agentes fiscaes nos outros Estados.

Art. 53. Os recursos das decisões das repartições arrecadoras deverão ser interpostos dentro de prazo do quinze dias, contados da publicação ou intimação do despacho, por meio de petição dirigida á autoridade a quem se recorrer, salvo o caso de revelia, em que a decisão passa em julgado desde a data da publicação.

Os recursos serão apresentados á repartição competente e por ella encaminhados com o processo e informações dentro do prazo de oito dias.

Art. 54. Si o recurso versar sobre multa, não será acceito sem deposito prévio da importância da mesma.

Art. 55. O recurso perempto não será encaminhado á instancia superior e, si o for, não será tomado em consideração.

## CAPITULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 56. A fiscalização do imposto compete :

1º, na Capital Federal — á Recebedoria e Alfandega do Rio de Janeiro ;

2º, no Estado do Rio de Janeiro, em Nitheroy e S. Gonçalo — á Recebedoria ; em Macahé — á respectiva Alfandega, e nos outros municípios — ás Agencias Fiscaes, sob a immediata inspecção da Directoria das Rendas ;

3º, nos outros Estados — ás Delegacias Fiscaes em todo o Estado, e ás Alfandegas, Mesas de Rendas e Agencias Fiscaes, cada uma na sua circumscripção.

Art. 57. A fiscalização do imposto será exercida :

a) nas Alfandegas e outras repartições aduaneiras ;

b) nas fabricas ;

c) nas casas de commercio ;

d) nas estações das estradas de ferro ou de rodagem, das ferro-carris, das linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer empresas de transporte.

Art. 58. A fiscalização será feita, não só pelos chefes das repartições mencionadas no art. 57 e respectivos empregados, como especialmente por intermedio dos fiscaes.

Art. 59. Incumbe aos fiscaes :

1.º Velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequencia as fabricas e casas commerciaes de cartas de jogar, e examinando, quando julgarem conveniente, as dependencias desses estabelecimentos e os armarios, caixas ou moveis que ahi encontrarem ;

2.º Lavrar os autos de infracção ;

3.º Appreender as mercadorias em contravenção das disposições deste regulamento, lavrando o competente auto ;

4.º Apresentar um specimen de cada producto que encontrar em infracção deste regulamento, para prova material da contravenção ;

5.º Visar o registro das fabricas e dos depositos das mesmas e bem assim examinar a escripta dos fabricantes ;

6.º Solicitar o auxilio das autoridades e da força publica para o desempenho de suas funcções ;

7.º Desempenhar qualquer outra funcção que se contenha no limite de suas attribuições ;

8.º Apresentar mensalmente, até o dia 10, mappas das casas visitadas durante o mez antecedente, com especificação da rua, numero, nome do contribuinte, genero de negocio, numero do registro, infracções verificadas e natureza das mesmas, com os precisos esclarecimentos, bem como do movimento das fabricas, quer quanto á produção e consumo, quer quanto ao valor das estampilhas que cada uma houver applicado ;

9.º Inspeccionar o fabrico de rotulos, affim de verificar si se prestam á applicação de productos nacionaes para serem expostos á venda como estrangeiros ;

10. Prestar á autoridade competente as informações e serviços que lhes forem exigidos em relação ás suas funcções.

Art. 60. Os fiscaes serão immediatamente subordinados aos chefes das repartições arrecadadoras, e no desempenho de suas funcções são passíveis das penas disciplinares a que estão sujeitos os empregados de Fazenda.

Art. 61. Os que desacatarem por qualquer maneira os empregados encarregados da fiscalização no exercicio de suas funcções, e os que impedirem por qualquer meio a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na fórma doCodigo Criminal, para o que o empregado offendido lavrará um auto, acompanhado do rol de testemunhas, o qual será remetido pelo chefe da repartição ao procurador da Republica.

No caso da disposição precedente, o empregado poderá prender o offensor ou infractor e solicitar para esse fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

Art. 62. Os agentes fiscaes dos impostos de consumo, qualquer que seja a sua categoria, poderão, sempre que julgarem necessario, verificar nas estações das estradas de ferro, ferro-carris, linhas de navegação maritima ou fluvial, ou de quaesquer emprezas de transporte, si as cartas de jogar sujeitas ao imposto, em carga ou descarga nessas estações, estão devidamente estampilhadas, exigindo, em caso de suspeita, que os volumes sejam retidos nas referidas estações, até que os remettentes ou destinatarios os abram ou autorizem a abri-los á vista do agente fiscal.

Os directores, administradores ou empregados dessas linhas de transporte facultarão aos funcionarios da Fazenda Publica todas as informações que elles requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a necessaria inspecção.

§ 1.º Quando a administração das referidas linhas de transporte o exigir para sua resalva, o fiscal lavrará e assignará um termo declarando a diligencia que houver effectuado.

§ 2.º Si o producto não estiver devidamente estampilhado, o fiscal lavrará contra o remettente auto de infracção nos termos deste regulamento e apprehenderá o mesmo producto.

Art. 63. Os fiscaes poderão penetrar nas fabricas de cartas de jogar e ali exercer suas funcções a qualquer hora do dia, ou mesmo da noite, quando de noite estiver a fabrica funcionando em trabalho industrial.

Art. 64. Todas as repartições publicas federaes e autoridades da União e do Districto Federal prestarão seu concurso ao serviço do fiscal quando lhes fôr solicitado.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 65. Todos os prazos de que trata este regulamento serão contados da publicação das resoluções ou despachos no *Diario Official* ou nas gazetas que publicarem o expediente nos Estados, ou da data das intimações, quando não haja aquella publicação.

Art. 66. Logo que se acharem impressas as estampilhas do imposto de consumo de cartas de jogar, o Governo as fará distribuir por todas as repartições fiscaes incumbidas da respectiva venda.

Art. 67. A' medida que as repartições competentes na Capital Federal e nas capitães dos Estados forem recebendo as estampilhas, farão annunciar immediatamente por editaes a venda das mesmas no *Diario Official* ou nas gazetas que publicam o expediente dos Estados, e nesses editaes marcarão o prazo improrogavel de vinte dias, além do qual não poderão mais circular no commercio nem ser expostas á venda as mercadorias de que trata o art. 1º, que não estejam estampilhadas de conformidade com as disposições deste regulamento.

Paragrapho unico. Este prazo de tolerancia será de dez dias para o *stock* de cartas de jogar existente na fabrica.

Art. 68. Os importadores e os negociantes em grosso ou a retalho, que durante o prazo de vinte dias mencionado no art. 67 ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias da citada especie não estampilhadas ou estampilhadas incompletamente, deverão supprir-se nas repartições competentes das estampilhas necessarias que, por excepção ao disposto nos arts. 27, 28 e 29, serão, durante o mesmo prazo, vendidas em qualquer quantidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

Art. 69. Decorrido o prazo de vinte dias estabelecido no art. 67, os agentes incumbidos da fiscalização do imposto percorrerão as suas circumscrições inspecionando todas as casas commerciaes que vendem cartas de jogar, afim de verificarem si ha producto á venda nos termos do art. 23 sem estar devidamente estampilhado, e, decorrido o prazo de dez dias, marcado no mesmo art. 67, exercerão igual vigilancia para que não saiam das fabricas cartas de jogar incompletamente estampilhadas, autcando em ambos os casos os infractores.

Art. 70. Verificando-se a mudança de localidade, nome da rua, numero da casa, composição de firma social, ou qualquer outra das indicações exigidas por este regulamento nos rotulos dos productos, serão tolerados na circulação e commercio os antigos rotulos durante seis mezes.

Art. 71. No corrente anno o prazo para o registro de que trata o art. 4º será de vinte dias, contados da data da publicação deste regulamento, nos termos do art. 65.

Art. 72. Enquanto não fôr reorganizada a fiscalização dos impostos de consumo, este serviço será regulado pelos decretos ns. 2998 de 14 de setembro de 1898 e 3040 de 19 de outubro do mesmo anno.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de junho de 1899.—*Joaquim D. Murtinho.*



## MODELO — A

F..., estabelecido á rua de..... n..., com  
(fabrica ou deposito de fabrica) de....., vem registrar para  
os effeitos do imposto de consumo de cartas de jogar o seu  
estabelecimento ou negocio.

Capital Federal,.... de.....de 189...

(Assignatura do interessado.)

Averbado a fls. n.... do cadastro.

O escripturario,

F.

N.



EXERCICIO DE 189...

**Recebedoria da Capital Federal**

REGISTRO DAS CARTAS DE JOGAR

Rs....\$....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de cartas de jogar na fórma do art.... do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal... de.....de 189...

Pelo sub-director,

F.

Recebi em..... ..

O thesoureiro,

F.

N.



EXERCICIO DE 189....

**Recebedoria da Capital Federal**

(Decreto n.....)

REGISTRO PARA O COMMERCIO DE CARTAS DE JOGAR

Rs....\$....

Por este titulo fica concedido a F. estabelecido á rua..... com negocio de..... a patente de registro para o commercio de cartas de jogar na fórma do art.... do Decreto n....

Recebedoria da Capital Federal.... de..... de 189....

Pelo sub-director,

F.

Recebi em.... de..... de 189....

O thesoureiro.

F.

MODELO — C

DEVE				CAIXA				HAVER	TOTAL DO DIA
1899	Janeiro.	2	Importancia recebida em estampilhas especiaes de cartas de jogar (logar ou procedencia), conforme a guia n..... de (data), a saber: 1000 de 500 réis.						
				500\$000	"	"			
1899	Janeiro.	2	Importancia das estampilhas vendidas a F..., sob guia n..., a saber: 500 de 500 réis.					250\$000	
		15	Idem a M..., sob guia n..., a saber: 500 de 500 réis.		"	"		250\$000	500\$000
		30	Importancia, etc.		"	"			

MODELO — D

780

CONSUMO		ESTAMPILHAS				
DATA	BARALHOS DE CARTAS, OU FOLHAS	DATA	IMPORTANCIA DAS COMPRADAS NA REPARTIÇÃO FISCAL	IMPORTANCIA DAS EMPREGADAS NOS BARALHOS OU FOLHAS	SALDO EXISTENTE	OBSERVAÇÕES

N. B.—No fim do 1º mez os saldos existentes nas estampilhas serão passados para o mez seguinte.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## MODELO — E

N.

O abaixo assignado, inscripto sob n...., estabelecido á rua  
..... n... com fabrica de cartas de jogar, precisa das  
seguintes estampilhas do imposto de consumo das ditas cartas,  
... folhas com... estampilhas de 500 réis na importancia de \$

Importa em (*por extenso*).

(*Data e assignatura*).

Recebi em (*Data e assignatura*).

Averbado a fls.... do livro de inscrições n. 1, em..., de  
..... de 189...

O escripturario,

F.



## DECRETO N. 3323 — DE 27 DE JUNHO DE 1899

Approva, com alterações, as modificações propostas pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, no plano geral das obras do cães entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, concessionaria da construcção de um cães de atracação entre a ponta do Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú, decreta:

Artigo unico. Fica approvada a modificação proposta no plano geral das obras para execução do cães entre a ponta do Arsenal de Marinha e a Ponta do Cajú, de conformidade com as alterações constantes dos planos que com este baixam, rubricados pelo director geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, e observadas as seguintes clausulas.

Capital Federal, 27 de junho de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

Clausulas a que se refere o decreto n. 3323, desta data

## I

1.º A linha do cães partirá em recta, desde o seu inicio no Arsenal de Marinha e chegará tambem em recta a unir na curva que no projecto precede o dique Finnie passando em frente ás Docas Nacionaes á distancia de 120<sup>m</sup>,0 proxivamente por fóra do projecto apresentado, e acompanhando mais ou menos a actual curva de 6<sup>m</sup>,0 de fundo; salvo si a planta parcellar das que por secções teem de ser apresentadas ao Governo demonstrar a inconveniencia desta alteração.

2.º Na Ponta da Saude e a partir da entrada do dique Finnie, o cães se approximará mais da linha actual de terra 30<sup>m</sup>,0 pelo menos, esposando parallelamente a fórma natural da costa ahi e seguindo dahi em recta até a frente da antiga ilha dos Melões, onde começará a curva ou curvas do fundo do sacco do Cajú. Esta curva será traçada por entre as curvas de nivel do fundo de 2<sup>m</sup>,0 e 2<sup>m</sup>,50 até o cães do aterro da Companhia de S. Lazaro que a planta apresentada indica.

3.º O Canal do Mangue entrará no mar mais obliquamente do que está no projecto e approximando-se mais da normal as linhas de fundo nessa fôz.

§ 1.º Para o cães desde o Arsenal de Marinha até a Ponta da Saude será adoptado o typo A ou B do n. 1 do projecto, segundo as condições locais. Dahi em diante, até a fôz do Canal do Mangue, o typo n. 2, que será substituído pelo de n. 1, logo que o exijam as necessidades do porto. Da fôz do Canal do Mangue em diante, por todo o sacco do Caju até a ponta deste nome será adoptado o typo n. 3.

§ 2.º A approvação definitiva da secção transversal dos muros do cães fica dependente da demonstração da sua resistencia, estabilidade e utilização, que a concessionaria apresentará com os planos parcellares por secções.

4.º A dragagem a executar será: da ponta do Arsenal de Marinha á da Saude a que a planta apresentada indica em aguada verde. Ao longo do cães de alvenaria ensossa até a Ponta do Caju como em todo o sacco do mesmo nome, fica obrigada a concessionaria a conservar por dragagem a profundidade minima em maré baixa de 2<sup>m</sup>,00.

O canal entre a ilha dos Ferreiros e a Ponta do Caju será dragado e conservado nas condições do decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890.

5.º A face apparente do muro do cães acostavel (typo n. 1) será de cantaria lavrada com espessura de 0<sup>m</sup>,70, pelo menos.

6.º A faixa do cães, propriamente dita, será pelo menos de 20<sup>m</sup>,0 livres, e a avenida atrás dos armazens, pelo menos, de 25<sup>m</sup>,0, tudo de largura.

7.º A situação e distribuição das linhas ferreas serão definitivamente fixadas nas plantas parcellares das secções respectivas. Nos cães dos typos ns. 2 e 3 haverá rampas para desembarque de madeira e assim o indicarão os planos relativos das secções.

8.º A faixa de terreno que reverterá para o Governo, findo o prazo da concessão, terá 70<sup>m</sup>,0, no minimo, a contar da face apparente do cães até o Canal do Mangue e dahi á Ponta do Caju 60<sup>m</sup>,0.

## II

A construcção do cães começará junto á Ponta da Chichorra, si a concessionaria não declarar previamente preferir fazel-o, corridamente do Arsenal de Marinha á Ponta do Caju.

## III

A concessionaria dará preferencia á Estrada de Ferro Central do Brazil para atracação, embarque e desembarque de material destinado á mesma estrada, garantindo-lhe ao longo do cães espaço sufficiente para atracação de tres navios transatlanticos.

## IV

Para o tráfego mutuo com a Estrada de Ferro Central do Brazil, construirá a concessionaria uma linha dupla de 1<sup>m</sup>,60 ao longo do cães, logo que este se ache construído, servindo de base para esse serviço o accordo celebrado entre a Empresa das Docas de Santos e a *S. Paulo Railway Company*, approvado pelo Governo em 24 de agosto de 1893.

## V

A concessionaria cederá nos terrenos de sua propriedade na Praia Formosa uma faixa de 10<sup>m</sup>,0 paralela e contigua á Estrada de Ferro Central do Brazil, para uso desta, entre a rua Coronel Figueira de Mello e o limite dos terrenos da mesma estrada na pedreira de S. Diogo, assim como uma faixa de vinte metros (20<sup>m</sup>) de largura desde aquella estrada no antigo Matadouro até a zona das linhas ferreas do cães, segundo na planta apresentada se acha figurado, mas sem o accrescimo representado em alargamento da mesma faixa e com destino á estação da referida estrada na antiga Ilha das Moças.

## VI

O Governo cederá á concessionaria para deposito de inflammaveis, no serviço do cães, mediante indemnização, a ilha de Santa Barbara, que reverterá para a União com as construcções que ali tiverem sido executadas, findo o prazo da concessão.

## VII

Pelos serviços prestados pela concessionaria cobrará esta as taxas estabelecidas para a Empresa das Docas de Santos, observados os regulamentos que para ella actualmente vigoram.

## VIII

Findo o prazo da concessão de que se trata reverterá para a União não só a faixa de terreno já referida no art. 8º clausula I, como os armazens, linhas ferreas, guindastes e tudo o mais que fizer parte do serviço do dito cães.

## IX

Ficam marcados á concessionaria os seguintes prazos a contar da data do presente decreto:

De oito mezes para a apresentação dos planos circumstanciados e minuciosos das obras e seus detalhes por secções;

De 14 mezes para inicio da effectiva construcção do cães e obras accessorias.



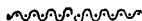
## X

O prazo para as desapropriações a que se refere a clausula XVI do decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890, será contado da presente data.

## XI

Continuam em pleno vigor as clausulas dos decretos n. 849, de 11 de outubro de 1890, n. 1156, de 11 de dezembro de 1890 e n. 960, de 30 de julho de 1892, que não tenham sido revogadas pelas presentes.

Capital Federal, 27 de junho de 1899. — *Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3324 — DE 28 DE JUNHO DE 1899

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$ para premio ao alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Antonio Figueiredo Rodrigues.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 573, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de quatro contos e duzentos mil réis (4:200\$), ao cambio de 27, para premio ao alumno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Antonio Figueiredo Rodrigues, de accordo com o art. 248 do decreto n. 1159, de 3 de dezembro de 1892.

Capital Federal, 28 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3325 — DE 30 DE JUNHO DE 1899

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 300:000\$ para occorrer ao pagamento do pessoal da officina de alfaiates do Arsenal de Guerra desta Capital e do pessoal empregado na manufactura de fardamento fóra do mesmo Arsenal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do disposto no art. 2º, § 2º, n. 2, letra C, do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 300:000\$ para occorrer ao pagamento do pessoal da officina de alfaiates do Arsenal de Guerra desta Capital, restabelecida em vista do que dispõe o art. 21 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, e do pessoal empregado na manufactura de fardamento fóra do dito Arsenal, circumscripto o referido credito ao exercicio de 1899, em face do estabelecido nos arts. 19, n. 6, e 21 da citada lei, sem embargo do preceituado no art. 57, o qual não se refere ás disposições da lei do orçamento vigente.

Capital Federal, 30 de junho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3326 — DE 1 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Maragogy, no Estado das Alagóas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Maragogy, no Estado das Alagóas, uma brigada de infantaria, com a designação de 24ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 70, 71, e 72, e um do da reserva, n. 24, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3327 — DE 1 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Paulo de Muriahé, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de S. Paulo de Muriahé, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, aquella com a designação de 83ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, ns. 247, 248, e 249, e um do da reserva, sob n. 83, e esta com a de 17ª, constituida de dous regimentos, ns. 33 e 34, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3328 — DE 1 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Pitanguy, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Pitanguy, no Estado de Minas Geracs, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, aquella com a designação de 69ª que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, ns. 205, 206 e 207, e um do da reserva, sob n. 69, e esta com a de 16ª, constituida de dous regimentos, ns. 31 e 32, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3329 — DE 1 DE JULHO DE 1899

Innova o contracto celebrado com a Sociedade Anonyma de Gaz do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do art. 25, letra g, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, resolve innovar o contracto celebrado com a Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, mediante as clausulas que a este acompanham, assignadas pelo Dr. Severino dos Santos Vieira, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 1 de julho de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino dos Santos Vieira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3329, desta data**

CLAUSULA I

A Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro gosará de privilegio para a illuminação desta Capital por gaz corrente e por electricidade, obrigando-se a fazer esse serviço nos termos estipulados no presente contracto.

Em virtude deste privilegio a contractante gosará de direito exclusivo para assentar e conservar pelas vias publicas da área da illuminação as canalizações que forem necessarias á distribuição do gaz para qualquer mister, e de energia electrica para illuminação.

A área da illuminação comprehenderá a que já estiver servida a gaz na data da assignatura do presente contracto e a que accrescer em virtude das requisições do Governo para o desenvolvimento da illuminação publica na cidade e sub-urbios.

O privilegio concedido pela presente clausula não impedirá que os estabelecimentos publicos, os particulares e quaesquer empresas empreguem por meio deapparelhos portateis o gaz, a luz electrica ou qualquer outro processo de illuminação para o qual não se faça necessaria a collocação de canalizações nas ruas e praças publicas; nem impedirá tambem que empreguem, para seu uso exclusivo e individual, a luz electrica produzida com motores a gaz ou outros de sua propriedade, excluidos os que forem accionados por energia electrica, uma vez que a luz produzida por esses motores não se distribua além do estabelecimento em que elles fuuccionem.

O dito privilegio tambem não impedirá que se empregue qualquer processo de iluminação na parte da área total da cidade e seus suburbios, que a esse tempo não esteja ainda illuminada pela contractante ou para isso já indicada pelo Governo.

O Governo reserva-se o direito de autorizar, a titulo de ensaio, qualquer canalização indispensavel a experiencias a que julgar conveniente sujeitar outros processos de iluminação.

O privilegio terminará em 15 de setembro de 1945.

Fica, porém, desde já entendido que, a partir de 16 de setembro de 1915, será inteiramente livre o fornecimento de energia electrica para iluminação particular, quer pela contractante, quer por terceiros.

#### CLAUSULA II

A iluminação electrica estipulada na clausula 1ª deste contracto realizar-se-ha por zonas successivas na área total privilegiada, as quaes serão designadas pelo Governo. Nessas zonas a iluminação far-se-ha por gaz e por electricidade, ou por um só desses processos, a juizo do Governo, que tambem indicará de entre as ruas e praças de cada zona, quaes as que devem ser primeiramente illuminadas desde o inicio do serviço.

#### CLAUSULA III

A contractante submeterá á approvação do Governo—no prazo de seis mezes contados do dia em que lhe for communicada a designação da primeira zona—a planta das canalizações necessarias á condução e distribuição de energia electrica para a iluminação publica e particular dessa zona, e o projecto da usina, que fica obrigada a montar, em condições de produzir a energia electrica necessaria á iluminação.

As canalizações, assim como a usina e os focos electricos, collocados nos seus respectivos postes, deverão ficar concluidos e promptos a funcionar dentro do prazo de 18 mezes, contados da data em que forem approvados a planta e projecto acima referidos.

Pela inobservancia das condições aqui estipuladas, poderá o Governo impor á contractante a multa de 500\$ por dia de demora, ou rescindir o presente contracto.

#### CLAUSULA IV

Osapparelhos de produção de energia electrica serão accionados por motores a vapor ou a gaz installados na propria fabrica. O Governo, entretanto, poderá permittir o emprego de motores hydraulicos desde que a contractante se sujeite a accordo para redução dos preços estipulados na clausula XXI.

## CLAUSULA V

Os systemas de produção e de distribuição da energia electrica serão escolhidos pelo Governo de accordo com a contractante.

As lampadas poderão ser collocadas em serie ou em derivação: no primeiro caso ellas serão munidas dosapparelhos necessarios para que se possa effectnar a extinção de uma qualquer sem acarretar a das outras.

A contractante é obrigada a pôr em pratica todos os melhoramentos que a experiencia demonstrar serem applicaveis aos serviços de que se acha encarregada, tendo em vista os intuitos deste contracto.

A canalização será, em regra, subterranea; todavia o Governo poderá, por excepção e temporariamente, permittir a canalização aerea limitada. O Governo indicará, opportunamente, as prescripções technicas e de segurança a ella referentes. Em todo caso, porém, a contractante é obrigada a enterrar essa canalização logo que o Governo o exija.

## CLAUSULA VI

A contractante apresentará ao Governo, dentro de seis mezes contados da assignatura do presente contracto, duas cópias do plano geral de toda a rede de canalização existente para o gaz, com indicação dos locais occupados pelos gazometros, combustores e mais apparelhos da iluminação publica.

Esse plano será traçado em planta organizada de accordo com os dados da planta cadastral e na escala de  $\frac{1}{2.000}$  e deverá indicar a direcção dos encanamentos, o diametro e natureza destes e a profundidade em que deverão achar-se.

A contractante fornecerá regularmente á Inspectoria Geral de Iluminação plantas na escala indicada de todas as modificações do referido plano á medida que estas se effectuarem, afim de que reunidas ao plano primitivo representem, a todo tempo, a rede da canalização existente.

## CLAUSULA VII

Dentro dos seis mezes que se seguirem ao inicio do funcionamento da usina, a contractante entregará ao Governo duas plantas geraes de toda a zona e respectivas canalizações, collocadas ou em via de collocação para a iluminação electrica, bem como os logares exactos das lampadas e apparelhos da iluminação publica. Estas plantas serão feitas na

1

escala de 2.000 e deverão ser completadas por indicações e plantas parciaes fornecidas pela contractante, á medida que

for fazendo mudanças ou acréscimos, afim de que, reunidas á planta primitiva, possa esta representar, em um momento qualquer, a rede da canalização existente.

#### CLAUSULA VIII

A contractante submeterá á approvação do Governo as modificações que tiverem de ser feitas nas canalizações e bem assim os projectos das fabricas, usinas ou quaesquer outras obras que se tornarem necessarias.

#### CLAUSULA IX

A partir do dia preciso — em que pelas estipulações do presente contracto tiver de ser inaugurada a iluminação electrica — o Governo poderá exigir a construcção de uma nova fabrica de gaz.

A contractante fica desde já obrigada:

1º, a apresentar o projecto da nova fabrica dentro do prazo de seis mezes, contados do dia em que for para isso intimada pela Inspectoria Geral da Iluminação;

2º, a dar começo ás respectivas obras dentro de seis mezes, contados do dia em que lhe for communicada, pela mesma repartição, a approvação do projecto pelo Governo;

3º, a concluir a fabrica e inaugural-a — em condições de poder fabricar e emittir em 24 horas quantidade de gaz nunca inferior a 40.000 metros cubicos — dentro do prazo de dezoito mezes, contados do dia em que forem começadas as obras.

Si a contractante deixar de cumprir — dentro do respectivo prazo — qualquer das obrigações acima estipuladas, o Governo poderá impor-lhe multas de 500\$ por dia de demora ou rescindir o presente contracto.

#### CLAUSULA X

A contractante manterá as fabricas e usinas — em serviço — sempre aparelhadas de modo a poderem produzir em 24 horas quantidades de gaz e de energia electrica que excedam de 15 % respectivamente os maximos da producção diaria realizada no anno anterior; e construirá novas fabricas ou usinas quando — a juizo do Governo — as existentes não forem susceptiveis de desenvolvimento.

Para apresentação do projecto, começo das obras e conclusão da fabrica ou usina que tiver de ser construida pelo motivo acima, a contractante terá os prazos estipulados na clausula IX sob as mesmas condições de multa e rescisão.

## CLAUSULA XI

A contractante terá aviso prévio com o prazo de 30 dias para effectuar a illuminação que for ordenada em qualquer ponto da cidade ou suburbios, onde já exista a canalização necessaria, seja a gaz, seja a electricidade; e no caso contrario o prazo deverá ser de dous a quatro mezes, no maximo.

## CLAUSULA XII

A contractante fica obrigada a remover á sua custa os lampeões e lampadas já collocados, sempre que tal remoção for requisitada como de utilidade ou conveniencia publica pela Inspectoria Geral de Illuminação.

Tambem deverá a contractante remover á sua custa as canalizações que se acharem em terrenos de propriedade particular quando sobre elles se tiver de edificar.

No caso de servirem de obstaculo a qualquer obra publica as canalizações que se acharem collocadas, a contractante deverá removê-las e assentar-las onde lhe for determinado, de accordo com as indicações do Governo; e será indemnizada das despesas que fizer com tal remoção, ou pela Prefeitura ou pelo Ministerio a que pertencer a obra.

A contractante cumprirá as prescripções que o Governo, á vista de requisições da Prefeitura, impuzer para prevenir o damno que o gaz ou a electricidade possa causar ás arvores plantadas nas ruas e passeios publicos.

## CLAUSULA XIII

O gaz da illuminação deverá ser extrahido do carvão de pedra ou de qualquer outra substancia que produza os mesmos resultados.

A contractante obriga-se a empregar para producção do gaz substancias nacionaes, desde que, a juizo do Governo, se verificar a vantagem da substituição.

## CLAUSULA XIV

O gaz será convenientemente purificado e isento de substancias extranhas que possam prejudicar a illuminação ou o seu material.

A purificação far-se-ha com cal, per-oxido de ferro, materia Laming, ou quaesquer outros corpos preferidos pela experiencia, segundo os methodos praticos mais aperfeçoados, de maneira que se obtenha sempre combustivel rico de principios illuminantes e inoffensivos.



Para verificar a qualidade do gaz, o Governo poderá mandar proceder, nos estabelecimentos da contractante e por qualquer chimico ou engenheiro de sua escolha, ás experiencias que lhe parecerem necessarias, sem prejuizo do serviço de fiscalização de que adeante se fará menção.

#### CLAUSULA XV

O gaz fornecido pela contractante terá o poder illuminante de dez velas de espermacete « das que queimam sete grammos e oitenta centigrammos por hora, iguaes ás empregadas em Londres ou Manchester nas experiencias photometricas », e será verificado nos postos de experiencias que forem pelo Governo estabelecidos para esse fim, em qualquer ponto da area da illuminação.

A experiencia photometrica se fará com o bico rasgado—Patent Sugg 4 1/2 (quatro e meio) consumindo cem litros de gaz por hora sob a pressão minima de vinte millimetros.

A pressão minima durante a noite será de vinte millimetros em toda a canalização e a maxima se limitará a sessenta e cinco millimetros, verificadas nos combustores da illuminação publica, sendo que para a maxima se considerarão os combustores situados em zonas limitadas por um raio de 1.500 metros em torno de cada gazometro.

A contractante fica obrigada a substituir o bico actualmente empregado nos combustores da illuminação publica por outro de systema aperfeiçoado, a escolha do Governo, e que dê a intensidade luminosa effectiva de mais de 35 velas com o consumo maximo de cem litros de gaz por hora. A substituição se fará : dentro de nove mezes para uma serie de 3.000 bicos ; dentro de cada um anno que se seguir 10 % dos restantes ; os nove mezes da primeira serie são contados da assignatura do presente contracto.

Enquanto não houverem sido substituidos os 3.000 primeiros bicos, a contractante fica obrigada a fornecer o gaz com o poder illuminante de onze velas, nas condições acima especificadas ; e os lampeões da illuminação publica serão servidos com o bico rasgado — Patent Sugg 4 1/2 —, ou outro que for adoptado por accordo entre as partes contractantes.

O consumo dos combustores publicos será pago por combustor na razão de cem litros de gaz por hora.

#### CLAUSULA XVI

A illuminação publica comprehenderá as ruas, praças, passagens, jardins, cães, pontes e accessorios exteriores de todos os edificios publicos de qualquer natureza.

As horas de accender e apagar os lampeões da illuminação publica serão fixadas pelo Governo no principio de cada anno.

A iluminação electrica funcionará segundo o horario estabelecido pelo Governo. **Esse horario não poderá fixar tempo menor de quatro horas por noite.**

A contractante conservará o numero necessario de accendedores de gaz, devendo transmittir ao inspector geral da iluminação, no principio de cada trimestre, uma lista onde esteja indicado, além da residencia dos mesmos accendedores, o numero de lampeões que cada um tiver a seu cargo e que não deverá exceder a 100.

A disposição do inspector geral da iluminação deverão achar-se sempre cinco accendedores para auxiliar o serviço da inspecção.

#### CLAUSULA XVII

Todos os combustores serão munidos de um regulador de pressão Sugg, calculado para um consumo de 100 litros de gaz por hora, ou outro que a experiencia indicar.

Os combustores serão collocados alternadamente nas ruas sempre que for possivel, e guardando as distancias e alturas que o Governo designar, de modo a obter-se o mais uniforme aclaramento.

A contractante fica obrigada a substituir no prazo de nove mezes, contados deste contracto, 3.000 das actuaes lanternas por outras de padrões modernos apropriados á melhor utilização da luz fornecida com os novos bicos aperfeiçoados que forem adoptados, conforme ficou estipulado na clausula XV.

As lanternas restantes deverão ser substituidas á medida que o forem sendo os bicos actualmente collocados, como se determina na citada clausula.

#### CLAUSULA XVIII

A iluminação publica por electricidade será fornecida por meio de lampadas de arco, e só por excepção por meio de incandescencia. Ao Governo fica o direito de indicar o numero de lampadas, a especie, a intensidade luminosa, a distancia entre os focos, sua elevação sobre o chão, a qualidade dos carvões a empregar nas lampadas de arco e os reflectores ou globos apropriados.

#### CLAUSULA XIX

O consumo horario da energia electrica nas lampadas de arco da iluminação publica será contado na razão de 50 *watts* com 50 *volls* entre carvões; e o das lampadas de incandescencia na razão de 3,7 *watts* por vela.

As lampadas, os carvões, os postes e os reflectores ou globos serão dos typos que o Governo escolher, ficando depositado, na

Inspectoria Geral da Illuminação, um exemplar de cada um dos typos adoptados.

As lampadas serão substituidas sempre que a perda de intensidade luminosa attingir a 10 % para as incandescentes e 5 % para as de arco.

O Governo expedirá opportunamente as instrucções necessarias para a verificação da intensidade luminosa das lampadas.

#### CLAUSULA XX

O preço do gaz para a illuminação publica e particular será annualmente fixado do seguinte modo:

Em janeiro de cada anno tomar-se-ha a quantidade de gaz consumido, sem contar as perdas da canalização publica, no anno anterior; essa quantidade será decomposta em duas partes: uma de doze milhões de metros cubicos ( 12.000.000<sup>m<sup>3</sup></sup>) para ser multiplicada por duzentos e dez réis (\$210) e outra do excedente daquelles doze milhões para ser multiplicada por cento e noventa, e tres réis (\$193) sempre que o cambio medio bancario, a noventa dias sobre Londres do mez de dezembro do dito anno anterior, houver sido de doze ou menos de doze pence (12 d.) por mil réis, ou multiplicada por cento e noventa e dous réis (\$192) quando aquelle cambio tiver sido de treze pence (13 d.) e assim seguidamente na razão de um real de menos no preço por penny de mais no cambio.

Os dous productos serão adicionados e a sua somma dividida pela referida quantidade total do gaz consumido no sobredito anno anterior e o quociente assim achado será o preço do metro cubico de gaz a applicar ao consumo do mesmo anno e que será cobrado de accordo com a clausula XXXV deste contracto.

#### CLAUSULA XXI

O consumo da energia electrica será calculado em *kilo-watts-hora*. O preço desta unidade será : para o Governo, de 800 réis nos primeiros 15 annos, de 750 réis nos 15 seguintes e de 700 réis nos annos restantes até o fim do privilegio; e para os particulares, de 850 réis até 15 de setembro de 1915, ficando dahi em diante livre.

A contractante é obrigada ao fornecimento de carvões e lampadas, seja de arco, seja de incandescencia, para o funcionamento regular e uniforme da illuminação publica, sem indemnização alguma.

#### CLAUSULA XXII

A contractante é a unica responsavel por todas as perdas e danos que provierem do defeito nas canalizações por ella assentadas, fabrico do gaz e producção de energia electrica ou de quaesquer operações e trabalhos que se acharem a seu cargo.

Em caso de perigo imminente, devido a qualquer irregularidade no funcionamento da energia electrica, a contractante poderá interromper a iluminação electrica durante uma noite ou mais si para este caso tiver permissão da Inspectoria Geral da Iluminação, fazendo funcionar a iluminação a gaz; assim tambem si a irregularidade for no funcionamento da iluminação a gaz fará funcionar a iluminação electrica.

#### CLAUSULA XXIII

A Inspectoria Geral da Iluminação deverá ser informada immediatamente, pela contractante, de quaesquer irregularidades occorridas no serviço da iluminação. Si, porém, for caso de interrupção da iluminação, a contractante deverá tambem dar prompto aviso á Repartição Central da Policia. Para esse fim as fabricas, as estações de emissão de gaz e de distribuição da energia electrica e os demais postos de serviço serão ligados por linhas telephonicas que convergião para um ponto central, que por sua vez será ligado directamente ás duas repartições acima mencionadas e á Repartição Geral dos Telegraphos.

Todas essas linhas serão independentes de quaesquer outras que possam servir a fins diversos, e se não estabelecidas á custa da contractante, que cumprirá as prescripções que, a respeito, lhe forem impostas pelo Governo.

#### CLAUSULA XXIV

Sempre que a contractante tiver de fazer excavações e levantar calçadas e ligados das ruas publicas, quer para collocar canalizações, reparal-as, e renovar-as, de qualquer forma, assentar e repararapparelhos nas mesmas ruas, quer para effectuar nestas qualquer serviço de derivação de gaz ou de energia electrica para a iluminação publica ou particular, dará dis-o aviso com 12 horas de antecedencia, pelo menos, antes de começar os ditos trabalhos, á Prefeitura, devendo ao mesmo tempo remetter-lhe uma nota da extensão, diametro e espessura das canalizações que houver de collocar ou dos postes e columnas.

A Prefeitura poderá prescrever á contractante as precauções e cautelas que julgar adequadas á hygiene e segurança publicas.

Si, porém, taes serviços tiverem por fim prevenir escapeamento perigoso de gaz ou de energia electrica ou evitar qualquer interrupção na iluminação publica ou particular, póde a mesma contractante proceder desde logo aos trabalhos necessarios, dando parte da occurrencia á Prefeitura dentro de seis horas, contadas do começo das obras, si o trabalho tiver de ser feito durante o dia; e no dia seguinte, si o trabalho tiver de ser feito durante a noite, ou em dia feriado.

Todas as despesas de renovação do calçamento e outras provenientes de trabalhos executados pela contractante correrão por conta desta ; sendo a primeira executada pelo empreiteiro que tiver contractado a conservação do calçamento da cidade com a Prefeitura, e na conformidade da tabella de preços que vigorar

Para os trabalhos de derivação de gaz ou de energia electrica para os edificios ou estabelecimentos particulares, deverá preceder alvará de licença da Prefeitura, pago pelo interessado.

#### CLAUSULA XXV

A contractante conservará o material da iluminação publica em perfeito estado de asseio e regularidade, ficando obrigada a renovar a pintura e bronzeamento de postes, columnas, arandelas, candelabros e lanternas sempre que taes serviços forem necessarios.

#### CLAUSULA XXVI

Haverá uma tarifa, approvada pelo Governo, para as obras que tiverem de ser pagas a contractante por serviço da iluminação publica ou particular que não possam ser executadas por outros. Esta tarifa será revista cada anno para servir no seguinte.

#### CLAUSULA XXVII

Todos osapparelhos que houverem de ser collocados, assim os que forem destinados a medir a produção e o consumo, como os da pressão e força illuminante, serão de systema metrico decimal, ficando sujeitos a aferição os medidores publicos e particulares, que não poderão ser assentados sem prévia comunicação, com a precisa antecedença, á Inspectoria Geral da Iluminação, á qual compete a regularização desse serviço.

#### CLAUSULA XXVIII

A contractante empregará sempre material de primeira qualidade em todos os trabalhos a seu cargo ; e deverá censervar os seus armazens e depositos sortidos com a materia prima e mais material necessario ao serviço da iluminação a gaz, ou electricidade, de modo a poder, sem renovação de supprimento, executar todos os seus trabalhos durante o prazo de tres mezes, pelo menos.

O carvão pertencente á contractante e existente a bordo de navios surtos e a descarregar no porto do Rio de Janeiro será levado em conta dos depositos acima exigidos.

## CLAUSULA XXIX

A contractante apresentará ao Governo, por intermedio do inspector geral, ~~balancetes semestraes~~, dentro de 60 dias depois de cada semestre, e o seu ~~balanço annual~~, 30 dias depois da data da ~~assembléa~~ que o houver approved. Outrosim, ministrará em cada semestre e no mesmo prazo que os balancetes um quadro estatístico da produção, consumo publico e particular do gaz e dos productos e residuos provenientes da fabricação e apresentará também, nas mesmas épocas e quanto ao serviço da iluminação electrica, quadros analogos.

O Governo poderá em qualquer tempo mandar proceder a ~~exame~~ na escripturação da contractante para verificar a ~~ex-~~actidão tanto dos balancetes semestraes como dos balanços annuaes.

## CLAUSULA XXX

A contractante fará as desapropriações que se tornarem necessarias, de accordo com as leis vigentes.

## CLAUSULA XXXI

A contractante é obrigada a fornecer gaz e energia electrica para iluminação, aos particulares, em qualquer ponto da área privilegiada em que já existir a respectiva canalização, e desde que o consumidor deposite em ~~garantia de consumo~~ uma quantia calculada pela seguinte fórmula:

Para o gaz, segundo a capacidade do medidor em luzes, á razão de 8\$ por luz e por mez :

Para a energia electrica, segundo o numero e a intensidade das lampadas existentes no predio, na razão de 60 horas de consumo por lampada e por mez.

Todavia, nos seis primeiros mezes que se seguirem á inauguração do serviço por electricidade, essa obrigação só deve ser effectiva para os pedidos que houverem sido feitos tres mezes antes da inauguração.

A energia electrica será fornecida por medidores em cujos bornes a variação de voltagem não exceda de 5% da voltagem normal.

A voltagem normal não excederá de 125 volts nos bornes internos dos medidores com conductores a dous fios, e de 250 volts com conductores do systema a tres fios.

## CLAUSULA XXXII

As despesas de canalização subsidiaria do gaz e da energia electrica, entre as canalizações geraes e as entradas dos predios, correrão por conta da contractante.

Todos os demais serviços ficarão a cargo dos interessados, que poderão fazê-los executar pela contractante ou por apparelhadores particulares, legalmente autorizados; excepto as canalizações até aos medidores e o assentamento destes, que deverão ser feitos exclusivamente pela contractante mediante preços approvados pelo Governo.

As canalizações comprehendidas entre as entradas dos predios e os respectivos medidores serão assentadas a descoberto de modo a permittir facil exame em qualquer occasião.

O Governo expedirá instrucções para a verificação das canalizações internas e respectivosapparelhos.

A contractante fará imprimir instrucções e regras praticas para facilitar a leitura dos medidores, sendo obrigada a entregar a cada consumidor um exemplar.

~~Essas instrucções serão organizadas~~ pela Inspectoria Geral de Illuminação.

#### CLAUSULA XXXIII

A contractante é obrigada a providenciar sobre qualquer reclamação que lhe for dirigida quanto a irregularidades nas canalizações particulares.

As despesas de conservação e concertos, nas canalizações por ella feitas, correrão por sua conta.

A contractante tem o direito de cortar provisoriamente toda e qualquer ligação que deixe de apresentar as condições indispensaveis de isolamento e de segurança, prevenin lo disso immediatamente a Inspectoria Geral da Illuminação.

#### CLAUSULA XXXIV

O Governo não será, em caso algum, responsavel pelo pagamento do gaz e da energia electrica fornecidos aos particulares. Salvo ajuste em contrario, só o consumidor é responsavel por esse pagamento. A contractante poderá privar do fornecimento de gaz e de energia electrica ao consumidor que não for pontual.

#### CLAUSULA XXXV

O pagamento do gaz e energia electrica consumidos na illuminação publica e nas repartições publicas far-se-ha mensalmente, e bem assim o da energia electrica consumida pelos particulares.

O do gaz consumido pelos particulares far-se-ha por mez ou por trimestre, á escolha do consumidor.

A importancia do consumo será paga metade em moeda corrente e metade ao cambio par.

Os estabelecimentos de caridade, de beneficencia e os de instrucção publica gosarão do abatimento de vinte por cento (20 %) no preço do gaz que consumirem.

A contractante poderá fazer ajustes especiaes, que serão devidamente escripturados, com estabelecimentos publicos ou particulares de grande consumo de gaz.

#### CLAUSULA XXXVI

A contractante incorrerá na multa de 500 réis por combustor da illuminação publica que for encontrado com luz amortecida, ou apagado, durante as horas em que deverem estar accesos, devendo accendel-os logo que disso tiver noticia o guarda ou empregado encarregado desse serviço; e ficando, salvo o caso de força maior, reconhecido pelo Governo.

A multa só terá logar quando o numero dos combustores encontrados naquellas condições exceder de vinte.

Por foco da illuminação electrica que, nas horas da illuminação, for encontrado com intermittencia de luz, ou deficiencia na intensidade luminosa, ou apagado, o Governo imporá multa na razão do dobro do valor do consumo durante a noite.

Tratando-se, porém, de lampadas incandescentes, a multa só será imposta quando seu numero exceder de dez cada noite.

#### CLAUSULA XXXVII

Pela inobservancia das clausulas do presente contracto, para as quaes não se tenha comminado pena especial, poderá o Governo impor multa de 100\$ a 2:000\$, e o dobro nas reincidencias.

Si, porém, as faltas importarem a não execução das clausulas XXVIII, XXIX e XXXVIII ou interrupção total da illuminação por uma noite, por culpa da contractante, poderá o Governo rescindir o contracto, si assim entender conveniente, ou proceder na fórma da primeira parte da presente clausula.

As multas serão descontadas no primeiro pagamento que o Governo tiver de fazer á contractante ou da importancia da caução de que trata a clausula XL. Esse desconto, porém, não prejudicará o recurso da contractante a arbitramento, versando este não sobre o *quantum* da multa mas sobre a existencia da violação que a tiver determinado.

#### CLAUSULA XXXVIII

Ao Governo cabe expedir o regulamento necessario para fiscalização de todas as obras, assim como de todas as demais obrigações do presente contracto.

A contractante contribuirá no principio de cada semestre com a quantia de cincenta contos de réis (50:000\$) para as despesas da fiscalização, fazendo recolhel-a ao Thesouro Nacional.



## CLAUSULA XXXIX

As duvidas que occorrerem na interpretação das clausulas anteriores serão resolvidas por dous arbitros, cada um nomeado por uma das partes contractantes, servindo de desempatador um terceiro arbitro escolhido pelas partes contractantes.

## CLAUSULA XL

A caução de cincoenta contos de réis (50:000\$), em titulos da divida publica nacional, continuará retida, e é destinada a garantir a execução das condições que ficam estipuladas, revertendo para o Estado, no caso de caducidade ou rescisão do presente contracto, e devendo ser completada sempre que por qualquer motivo soffrer alguma deducção.

## CLAUSULA XLI

No caso de fallencia da contractante, o Governo entrará na posse provisoria de todo o material e fará continuar o serviço da illuminação por administração ou por contracto, tudo por conta e risco da massa, salvo si preferir indemnizal-a do seu material, tendo em vista neste caso o numero de annos que faltarem para terminação do contracto na forma da clausula XLIV.

## CLAUSULA XLII

Findo o prazo do privilegio, reverterá para o Estado, sem onus algum, todo o material da contractante, edificios e mais dependencias, tudo em perfeito estado de conservação, bem assim os accessorios e sobressalentes que se acharem em deposito para o custeio da illuminação durante tres mezes.

## CLAUSULA XLIII

As despesas do estabelecimento da usina electrica, canalizações respectivas, postes, lampadas,apparelhos e todo o material referente á illuminação electrica serão escripturadas de modo a se distinguir em todo o tempo das despesas referentes ao material do gaz.

## CLAUSULA XLIV

O Governo reserva-se o direito de fazer substituir, quando julgar conveniente, durante o prazo do privilegio, o serviço de que trata o presente contracto, para empregar qualquer outro systema de illuminação.

O serviço substitutivo será contractado mediante concorrência publica, que só poderá ser aberta um anno depois de haver o Governo avisado a contractante dessa sua resolução.

Em todos os casos a contractante terá preferencia, em igualdade de condições, devendo usar desse direito dentro do prazo improrogavel de 60 dias, contados daquelle em que sahir publicada no *Diario Official* a proposta preferida.

Esgotado o prazo, sem que a contractante haja declarado ao Governo que acceita o novo serviço nas condições da dita proposta, fica entendido que ella renunciou o seu direito de preferencia.

Si não for celebrado com a contractante o contracto para o novo serviço, aquelle que a substituir deverá indemnizal-a do seu material da seguinte fôrma:

Distinguir-se-ha o material do antigo serviço do que houver sido posteriormente accrescido.

Dividir-se-ha pelo numero de annos do prazo do privilegio o valor do primeiro, que deverá ser fixado pelo Governo nos termos da clausula XLV, e o valor do material que houver accrescido, apurado pelos certificados a que se refere a mesma clausula XLV, será por sua vez dividido pelo numero de annos que mediarem entre o da respectiva applicação e o fim do prazo do privilegio, desprezadas as fracções de anno.

Feita esta divisão, o novo contractante pagará tantas quotas quantos forem os annos que tiverem de decorrer desde a data do novo contracto que for celebrado até o fim do prazo do primitivo.

Si, porém, for preferida, para fazer o novo serviço da illuminação, a contractante actual, nenhuma indemnização lhe será feita, podendo, entretanto, continuar ella a usar do material que for dispensado por effeito do novo contracto, para fornecimento aos particulares que o preferirem, até 15 de setembro de 1945.

Si o contracto for feito com terceiros e a contractante dispensar a indemnização, poderá continuar a usar do seu material, como acima ficou dito, si nisso convier o contractante preferido.

Quer em uma, quer em outra hypothese, todo o material reverterá para o Estado no dia 16 de setembro de 1945, sem indemnização alguma.

Desle que entre em execução o novo contracto, ficará extinto o privilegio concedido pelo presente.

A contractante será tambem indemnizada do carvão e do material de sobressalente que existirem em deposito para o serviço da illuminação publica, segundo avaliação feita por peritos nomeados pela contractante e pelo novo contractante para proceder ao respectivo inventario. Os pontos sob os quaes esses peritos não puderem chegar a accordo serão decididos por um arbitro nomeado pelo Governo.

## CLAUSULA XLV

Para os effeitos do presente contracto considera-se material do antigo serviço o que existia em 31 de dezembro de 1898 e valor desse material o que elle tinha naquella dia, fixado de accordo com as clausulas XII e XXIX do contracto approved pelo decreto n. 3273, de 26 de junho de 1886, isto é, pela seguinte forma:

Approvadas pelo Governo, depois da precisa verificação, as relações concernentes a esse material, dividir-se-ha por 29 o valor do que existia em 31 de dezembro de 1886; por 28 o do accrescido durante o anno de 1887; por 27 o do accrescido durante o anno de 1888; e assim por deante, reduzindo sempre de uma unidade o divisor para cada anno que seguir-se, de modo que o valor do material accrescido durante o anno de 1898 terá de ser dividido por 19. A somma das quotas assim obtida, multiplicada por 16, representará o valor de todo o material de primeiro estabelecimento nos termos acima.

Para o calculo das quotas só serão tomadas em consideração as relações que tiverem sido apresentadas até o dia 30 de setembro do corrente anno.

A contractante remetterá á Inspectoria Geral da Illuminação, até o mesmo dia, uma nota das relações que tiver apresentado, discriminando por anno o numero e respectiva importancia.

As relações que não merecerem a approvação do Governo serão devolvidas com os necessarios reparos; e si dentro dos 30 dias que se seguirem á devolução a contractante não as tiver justificado ou substituido por outras que estejam de accordo com as rectificações exigidas, não serão apuradas para o calculo das quotas.

Approved pelo Governo o valor que for apurado, a Inspectoria Geral da Illuminação dará conhecimento delle á contractante, remettendo-lhe ao mesmo tempo um resumo da apuração feita.

As reclamações que a contractante tiver de fazer a esse respeito deverão ser apresentadas dentro de 30 dias, contados daquelle em que ella receber a comunicação. Si nenhuma for feita durante esse prazo, considerar-se-ha acceito pela contractante o valor fixado pelo Governo.

O valor do material accrescido ao do antigo serviço será tambem fixado pelo Governo, á vista de relações apresentadas pela contractante, á medida que o for collocando. Sobre as relações que não merecerem a approvação do Governo e o mais que interessa á apuração desse valor, proceder-se-ha como no caso acima.

Terminado o processo relativo a cada anno, a Inspectoria Geral da Illuminação dará á contractante um certificado do valor total do material collocado nesse anno.

O material collocado durante o corrente anno, ainda que antes da data do presente contracto, será considerado como accrescido ao do antigo serviço.

## CLAUSULA XLVI

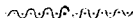
A partir do dia 15 de setembro de 1915, o Governo poderá encampar o presente contracto, indemnizando a contractante pela seguinte fôrma:

Pagamento de uma quantia igual ao valor que tiver, no anno em que se verificar a encampação, o material da contractante, calculado esse valor pelo modo estabelecido na clausula XLIV. Esse pagamento será feito ao cambio de 16 dinheiros por mil réis e no dia em que o Governo tomar posse do serviço.

Pagamento annual dos juros de oito por cento sobre uma quantia igual a que for necessaria para completar o valor do dito material, fixado nos termos da clausula XLV.

Pagamento do carvão e do material de sobressaente que existirem em deposito para o serviço de iluminação publica, segundo avaliação feita por peritos nomeados pelas partes.

Capital Federal, 1 de julho de 1899.—*Severino Vieira*.



## DECRETO N. 3330 — DE 4 DE JULHO DE 1899

Concede autorização á companhia denominada *Sucrerie de Piracicaba* para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a companhia denominada *Sucrerie de Piracicaba*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorização á companhia denominada *Sucrerie de Piracicaba*, para funcionar na Republica, com os estatutos que apresentou, sob as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas e ficando obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 4 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira*.

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3330, desta data**

**I**

A companhia denominada *Sucrerie de Piracicaba* é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados

poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela companhia.

## II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos.

## III

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcçãoar no Brazil, si infringir esta clausula.

## IV

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$; e, no caso de reincidencia, pela cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Capital Federal, 4 de julho de 1899. — *Severino Vieira*.

Eu, abaixo assignado, Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola, escriptorio á rua Primeiro de Março n. 41, sobrado.

Certifico pela presente que me foi apresentado um documento escripto na lingua franceza, afim de o traduzir para o portuguez, o qual é do teor seguinte :

## TRADUCÇÃO

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUTIVA DA S. A. ENGENHO DE ASSUCAR DE PIRACICABA, DE 5 DE ABRIL DE 1899

Em papel sellado com um sello do valor de um franco e cinquenta centesimos, pagando a taxa de decimas do realas, e outro mais do Registro de sellos e heralças, impresso a secco, ambos da Republica Franceza.

**Sociedade anonyma da Fabrica (ou Engenho) de Assucar de Piracicaba**

**ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUTIVA DATADA DE CINCO DE ABRIL DE MIL OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE ( 5 DE ABRIL DE 1899 )**

**ORDEM DO DIA**

*Constituição definitiva da sociedade*

No anno de mil oitocentos e noventa e nove, aos cinco de abril, ás duas horas depois do meio-dia (5 de abril de 1899, 2 hs. p. m.) na sede social em Pariz, Boulevard Poissonière, numero vinte e cinco (n. 25) os accionistas da Sociedade Anonyma chamada — Fabrica (ou Engenho) de Assucar de Piracicaba — reuniram-se em assembléa geral constitutiva.

A assembléa elegeu seu presidente o Sr. Henry Durecher e designou para assistil-o na qualidade do escrutinadores os Srs. Fernand Doré e Maurice Allain.

A Mesa escolheu o S. Dubéry para preencher as funções (servir) de secretario.

O Sr. presidente deposita sobre a mesa um exemplar do jornal *Les Affiches Parisiennes*, com a data de dous de abril de mil oitocentos e noventa e nove (2 de abril de 1899), consignando a convocação para a presente assembléa.

Em seguida declara que a folha de presença devendo ser annexada á presente acta, depois de ter sido certificada verdadeira pela mesa, verifica a presença de oito membros que representam por si mesmos a totalidade das acções, de modo que a assembléa fica validamente constituída.

Consequentemente, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

O Sr. presidente deposita sobre a mesa :

1. O traslado entregue pelo Sr. Gaston Bazin, tabellião de Pariz, de um instrumento (ou acto) de escriptura por elle recebido a trinta e um de março de mil oitocentos e noventa e nove (31 de março de 1899), contendo os estatutos da presente sociedade, fundada pelo Sr. Fernand Doré, tendo por objecto a compra da Fabrica (ou Engenho) de Assucar de Piracicaba, situada em Piracicaba, Estado de S. Paulo (Brasil), propriedades e plantações della dependentes, pelo capital de dous milhões e duzentos mil francos (frs. 2.200.000), dividido em vinte e duas mil acções (22.000) de cem francos (frs. 100) cada uma, a emittir em especie e pela qual não foi feita entrada alguma em numerario ou seu equivalente (*en nature*), nem se estipulou vantagem particular alguma.

2. O traslado entregue pelo mesmo tabellião, de uma escriptura por elle recebida a trinta e um de março de mil oitocentos e noventa e nove, contendo a declaração feita pelo

Sr. Fernand Doré, fundador, de que as vinte e duas mil acções (22.000) foram integralmente subscriptas e que a entrada (ou realização em dinheiro) da quarta parte ou vinte e cinco francos (frs. 25) foi effectuada relativamente a cada uma das acções, seja um total de quinhentos e cinquenta mil francos (frs. 550.000) á qual escriptura está annexo o estado ou lista dos subscriptores, com indicação das entradas, os seus nomes, profissão e domicilio.

3. Um recibo do Crédit Lyonnais de Troyes (Crédito Lionez de Troyes) confirmando que os quinhentos e cinco mil francos (frs. 550.000) cobrados (ou percebidos, entrados) foram na totalidade depositados na sua caixa.

Depois, por proposta feita pelo Sr. presidente, foram tomadas por unanimidade as resoluções seguintes:

1.º A assembléa adopta os estatudos da sociedade taes como foram elles redigidos por acto sob assignatura privada, datado de Pariz, do primeiro dia de março de mil oitocentos e noventa e nove (1 de março de 1899), um de cujos originaes foi depositado no cartorio do Sr. Gaston Bazin, tabelião de Pariz, aos trinta e um de março de mil oitocentos e noventa e nove (31 de março de 1899).

2.º Ella reconhece a sinceridade da subscrição do capital social e das entradas verificadas pela declaração do fundador e a lista que está á mesma junta.

3.º Nomeia para membros do conselho de administração por seis (6) annos:

Os Srs.:

Gustave Doré.

Fernand Doré.

Edmond Steinheil.

Léon de Bertier de Sauvigny.

Maurice Allain.

E fixa a somma das sennas (ou tentos) de presença em cinquenta francos (frs. 50).

Esses administradores estão presentes ou são apresentados na reunião e elles ou seus mandatarios acceitam as funcções que lhes são conferidas.

4.º Nomeia commissarios para o primeiro anno, com ordenados de mil francos (frs. 1.000) por anno.

O Sr. Maurice Acquié e o Sr. Ferdinand Grevebiehl, que acceitam os cargos.

A assembléa, como resultado e consequencia naturaes assigna que a sociedade se acha definitivamente constituida, e partir desse dia.

A assembléa deu autorisação aos administradores para fazerem negocios com a sociedade.

O Sr. Maurice Allain, não tendo tomado parte na votação, foi votado unanimemente pelos outros accionistas, que o Sr. Maurice Allain ficará sendo agente da commissão da sociedade.

Todas estas resoluções foram tomadas por unanimidade dos suffragios.

Nada mais se achando na ordem do dia, levantou-se a sessão às tres horas depois do meio-dia (3 hs. p. m.).

E os membros da mesa, os administradores e os commissarios assignaram, depois de leitura prévia.

Certificado, conforme e verdadeiro.

Sociedade Anonyma da Fabrica (ou Engenho) de assucar de Piracicaba.

O presidente do conselho de administração (Assignado) — *F. Doré*.

Visto por nós, chefe municipal da Communa da cidade de Troyes, para a legalisação da assignatura do Sr. F. Doré.

Troyes, oito de abril mil oitocentos e noventa e nove (8 de abril de 1899). (Assignado) — *Frissung*.

Ao lado estava apposto o sello da Communa de Troyes (Aube).

Visto para a legalisação da assignatura do Sr. Frissung que tem as qualidades enunciadas acima.

Troyes, oito de abril de mil oitocentos e noventa e nove (8 de abril de 1899).

O Prefeito de Aube (Assignado) — *Martin*.

Abaixo se achavam appostos dous sellos, um de côr verde e outro de côr azul, ambos da Prefeitura de Aube, Republica Franceza.

Visto para a legalisação da assignatura do Sr. Martin, Prefeito de Aube.

Pariz, quatorze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (14 de abril de 1899).

Pelo Ministro do Interior, pelo chefe de secção da Secretaria, delegado (Assignado) — *A. Coupal*.

Ao lado estava apposto o sello da Secretaria do Interior da Republica Franceza.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros certifica ser verdadeira a assignatura do Sr. Coupal.

Pariz, quatorze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (14 de abril de 1899) — Pelo Ministro, pelo Chefe de Secção, delegado (Assignado) — *E. Corpel*.

Ao lado e abaixo estavam dous sellos da Secretaria de Estrangeiros da França, sendo um menor, dizendo « gratis ».

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. E. Corpel, do Ministerio de Estrangeiros.

Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil, em Pariz, quatorze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (14 de abril de 1899) — O consul (assignado) *João Belmiro Leoni*.

Ao lado estava o sello do referido consulado inutilisando uma estampilha de cinco mil réis (\$5000).

Recebi quatorze francos e cincoenta centesimos (frs. 14.50). (Assignado) *Leoni*.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. João Belmiro Leoni, consul em Pariz. Sobre quatro estampilhas do valor colectivo de quinhentos e cincoenta réis (\$550) devidamente inutilisadas, se lia: Rio de Janeiro, cinco de maio de mil oitocentos



e noventa e nove (5 de maio de 1899).—Pelo director geral (assignado) *L. P. da Silva Rosa*.

Ao lado estava o sello da Secretaria das Relações Exteriores.

Sobre duas estampilhas do valor collectivo de seiscentos réis (\$600) devidamente inutilisadas, estava o carimbo da Recebedoria da Capital Federal, com a mesma data acima indicada.

Nada mais continha o documento supra, que litteral e fielmente verti do proprio original, escripto em francez. Em fé do que passei a presente, que assigno, appondo-lhe o sello do meu officio, nesta cidade, aos cinco de maio de mil oitocentos e noventa e nove.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1899.—*Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico.

Eu, abaixo assignado, *Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola, escriptorio rua Primeiro de Março, n. 41, sobrado.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua franceza, afim de traduzir para o portuguez, o qual é do teor seguinte:

*Traducção* — Em papel que trazia estampado o sello de um franco e cincoenta centesimos, pagando a taxa de decimas dobradas, além de outra do registro de sellos e heranças, impresso a secco, ambos da Republica Franceza.

Os mesmos sellos se achavam gravados singular e respectivamente nas onze folhas em que vinha escripto o documento original.

Tambem cada uma das folhas referidas trazia apposto o sello do Senhor Gaston Bazin, tabellião de Pariz.

Lia-se na capa o seguinte:

Sociedade Engenho de Assucar de Piracicaba.

Trinta e um de março de mil oitocentos e noventa e nove (31 de março de 1899).

Deposito dos estatutos da sociedade anonyma denominada Engenho de Assucar de Piracicaba, e declaração de subscrição e de entradas.

Perante Mestre Gaston Joseph Bazin e o seu collega, tabelliães de Pariz, abaixo assignados, compareceu o Senhor *Fernand Doré*, industrial, residente em Troyes, rua Jeanne d'Arc, numero quatro (n. 4), agindo como unico fundador da sociedade anonyma em via de formação, sob a denominação de Engenho de Assucar de Piracicaba, tendo por objecto principalmente: 1º, a compra da fabrica de assucar de Piracicaba, situada em Piracicaba, do Estado de S. Paulo, no Brazil, com as propriedades e plantações della dependentes; 2º, a exploração da cultura da canna e a da industria saccharina e de todas as outras industrias ou negocios que com isso se relacionam, a compra, a construcção, a revenda dos terrenos, immoveis, material e machinas uteis á referida exploração, todas as operações moveis ou immoveis que se ligam directa ou indirectamente com o fim social.

A referida sociedade constituenda por duração de (30) trinta annos, a contarem-se do dia da sua constituição definitiva, com séde em Pariz, Boulevard Poissonière, numero vinte e cinco (n. 25), com o capital de dous milhões e duzentos mil francos (frs. 2.200.000), dividido em vinte e duas mil acções (22.000) de cem francos (frs. 100) cada uma, a subscreverem-se em numerario e liberarem-se na quarta parte.

O qual pela presente depositou em mão de Mestre Gaston Bazin, um dos tabelliães abaixo assignados, e requisitou-lhe que minutasse no seu Livro de Notas com a data de hoje, para da mesma se tirarem todas as certidões ou traslados para os interessados (aos quaes competir).

Uma das duplicatas de um acto sob assignatura privada, datado de Pariz, do primeiro de março de mil oitocentos e noventa e nove (1 de março de 1899), contendo os estatutos da sociedade anonyma a fundar-se sob a denominação de Engenho de Assucar de Piracicaba acima enunciado.

O qual documento escripto por mão de terceiro, em quatro folhas de papel impresso, com o sello do valor de um franco e oitenta centesimos e assignado pelo Sr. Fernand Doré, comparecente, que fez preceder a sua assignatura das palavras: « Lido e approvado », como em summa, assim o declara o Sr. Doré e o reconhece, fica junta e aqui appensa (annexo) de ter sido certificada verdadeira pelo comparecente e revestida pelos tabelliães abaixo assignados da menção de annexo, de estylo.

#### *Des'arapção de subscripção e de entrada*

Por esta mesma, o comparecente na sua alludida qualidade de fundador da Sociedade de que se trata, declara que o capital, especies, desta Sociedade, sejam dous milhões e duzentos mil francos, (frs. 2.200.000) representado por vinte e duas mil (22.000) acções de cem francos (frs. 100), cada uma, está hoje subscripto na sua totalidade e que cada subscriptor entrou antecedentemente ao dia de hoje com a quarta parte da importancia de cada uma das acções por elle subscriptas, seja no total de quinhentos e cincoenta mil francos (frs. 550.000).

Em apoio dessa declaração, o comparecente exhibiu — apresentou aos tabelliães abaixo assignados uma lista de subscripção consignando o estado das entradas de dinheiros feita e tirada por elle na data de hoje.

A qual peça escripta por terceiro em uma folha de papel marcado com o sello de sessenta centesimos e assignada pelo punho do Sr. Fernand Doré, comparecente que fez preceder a sua assignatura das palavras — Lido e approvado —, como em summa o Sr. Doré o declara e reconhece, aqui ficou junta e appensa, depois de ter sido certificada verdadeira pelo comparecente, e revestida pelos tabelliães abaixo assignados da menção de annexo, de estylo.

*Publicações*

Para fazer-se publicar a presente e as peças á mesma annexas em qualquer logar onde se fizer para isso mister, são dados todos os poderes ao portador de um traslado ou de uma certidão.

Escriptura esta que foi feita e lavrada em Pariz, no cartorio de mestre Gaston Bazin, no anno de mil oitocentos e noventa e nove, aos trinta e um de março (31 de março de 1899).

A após a leitura a que se proceden préviamente, o Sr. Doré, comparecente, assignou com os tabelliães.

Seguem-se as assignaturas.

Em seguida vem escripto:

Registrado em Pariz (quinto officio), volume quinhentos e trinta e dous (vol. 532), no primeiro dia de abril de mil e oitocentos e noventa e nove (1 de abril de 1899), folhas noventa, Casa sexta (f.<sup>os</sup> 90 — C. 6); recebidos tres francos e setenta e cinco centesimos (frs. 3.75) (Assignado) *Joannet*.

Segue-se o teor dos annexos:

## I

Sociedade anonyma intitulada Engenho de Assucar de Piracicaba

Com o capital de dous milhões e duzentos mil francos (frs. 2.200.000).

O abaixo assignado, o Sr. Fernand Doré, industrial, residente em Troyes (Aube), á rua Jeanne d'Arc, numero quatro (n. 4).

Estabelece pelo modo por que aleanse se diz, os estatutos de uma sociedade anonyma que propõe fundar.

## TITULO I

*Denominação — Objecto — Séde — Duração*

Art. 1.º Formou-se (fica formada) uma sociedade anonyma que existirá entre os proprietarios dos titulos abaixo creados e que será regida pelas leis de vinte e quatro de julho de mil e oitocentos e sessenta e sete (L. de 24 de julho de 1867) e primeiro de agosto de mil oitocentos e noventa e tres (L. de 1 de agosto de 1893), e pelos presentes estatutos.

Art. 2.º Esta sociedade denominar-se-ha: « Engenho (de Assucar de) Piracicaba ».

Art. 3.º Ella tem por objecto:

1º, a compra da fabrica de assucar de Piracicaba, situada em Piracicaba, Estado de S. Paulo (Brasil), propriedade e plantações della dependentes;

2º, a exploração da cultura da canna e a da industria saccharina e de todas as outras industrias ou negocios que com isso se relacionam, a compra, a construcção, a revendo dos terrenos, immoveis, material o machinas uteis á referida exploração, todas as operações moveis ou immoveis que se ligam directa ou indirectamente com o fim social.

Poderá, seja por que fórma fôr, comprar, entrar em qualquer participação com todas as sociedades similares, existentes ou por se crearem.

Art. 4.º A séde social é em Pariz, no Boulevard Poissonniere n. 25. Póde a mesma ser transferida para qualquer logar da mesma cidade por simples e mera decisão do conselho de administração.

Art. 5.º A duração da sociedade está fixada para trinta (30) annos, a contarem-se do dia da sua constituição definitiva, salvo os casos de dissolução, antecipada ou de prorrogação previstos pelos presentes estatutos.

## TITULO II

### *Capital social — Acções*

Art. 6.º O capital social é fixado em dous milhões e duzentos mil francos (frs. 2.200.000), e dividido em vinte duas mil (22.000) acções, cada uma de cem francos (frs. 100), pagaveis em numerario.

Art. 7.º O capital social póde ser augmentado uma ou mais vezes pela criação de acções novas, em virtude de decisão da assembléa geral, convocada extraordinariamente, conforme o art. 37, adeante.

A assembléa geral, por proposta do conselho de administração, fixa as condições das nova emissões.

A assembléa geral tambem póde em virtude de uma deliberação tomada, como acaba de dizer-se, decidir, nas condições que determinar, relativamente á redução do capital social.

Art. 8.º A importancia das vinte e duas mil (22.000) acções, que teem de ser subscriptas, é pagavel a arbitrio dos subscriptores :

a) quer na sua totalidade, ou cem francos (frs. 100), por occasião da subscripção ;

b) quer na quarta parte ou vinte e cinco francos (frs. 25) por occasião da subscripção, e o restante ao prazo e medida das necessidades da sociedade, nas épocas e proporções que forem determinadas pelo conselho de administração.

As chamadas de capitães são levadas ao conhecimentos dos accionistas por um annuncio inserto, pelo menos, um mez antes da época fixada para cada entrada em um jornal de annuncios legais de Pariz.

Os titulares, os cessionarios intermediarios e os subscriptores são responsaveis solidariamente pela importancia da acção.

Todo subscriptor ou accionista, que ceder o seu título, deixa, dous annos depois da cessão, de ser responsavel pelas entradas ainda não chamadas,

Art. 9.º Na falta de pagamento das acções nas épocas determinadas de conformidade com o artigo antecedente, são devidos juros por cada dia de atrazo, á prazo de (6 %) seis por cento ao anno, sem ser mister para isso que se intente acção em juizo.

A sociedade pôde mandar vender as acções cujas entradas se acham em atrazo. Para esse fim, os numeros das acções serão publicados em um dos jornaes de annuncios legais de Pariz.

Quinze (15) dias depois dessa publicação, a sociedade, sem reclamo formal, nem outra formalidade alguma, tem o direito de mandar proceder á venda das acções na sua totalidade ou por partes (a grosso ou a ratalho), até successivamente por conta e risco dos retardatarios, na Bolsa de Pariz, por intermedio de um corretor de fundos, si as acções são cotadas e no caso contrario, em hasta publica, por intermedio de um tabellião.

Os titulos das acções assim vendidas tornam-se nulos de pleno direito e aos novos adquirentes entregar-se-hão outros titulos, designando os mesmos numeros de acções.

Consequentemente, toda a acção que não fizer a menção regular das entradas exigiveis deixa de ser negociavel. Nenhum dividendo lhe será pago, abate-se (ou deduz-se) o producto liquido da venda das referidas acções, nos termos de direito sobre o que é devido á sociedade pelo accionista desapropriado, a que fica devedor da differença para menos, ou lucra o seu excesso.

Pôde igualmente a sociedade exercer a acção pessoal e de direito commum contra o accionista e os seus gerentes, quer antes, quer depois da venda das acções, quer concorrentemente com essa venda.

Art. 10. A primeira entrada é comprovada por um recibo nominal (denominativo), que, no mez da constituição da sociedade, será trocado por um titulo provisorio de acção, igualmente nominal.

Todas entradas ultteriores, excepto a ultima, são mencionadas nesse titulo provisorio.

Feita a ultima entrada, entregar-se-ha o titulo definitivo.

Semelhante titulo definitivo será entregue, desde o começo, áquelles que tiverem pago immediatamente o capital integral de cada acção.

Os titulos de acções inteiramente resgatadas (liberadas) são nominaes ou ao portador *ad libitum* do accionista.

Art. 11. Os titulos provisorios ou definitivos das acções são extrahidos de um livro de talão, rubricados, com um numero de ordem e com a assignatura de dous administradores.

Art. 12. A cessão dos titulos nominaes opera-se conforme o artigo trinta e seis (art. 36) do Código Commercial, por uma declaração de transferencia, assignada pelo cedente e pelo cessio-

nario ou seu mandatario, inscripta em um registro da sociedade.

A sociedade pôde exigir que a assignatura e a capacidade das partes sejam certificadas por um corretor de fundos, ou por um tabellião,

A cessão das acções ao portador realiza-se pela simples tradição.

Art. 13. As acções são indivisiveis a respeito da sociedade, que não reconhece sinão um proprietario de cada acção.

Os proprietarios indivisos são obrigados a fazer-se representar perante a sociedade por um só de entre elles considerado por ella como unico proprietario.

Art. 14. Cada acção dá direito, na propriedade do activo social, a uma parte proporcional ao numero das acções emittidas.

Dá direito, além disso: 1º, a uma parte nos lucros, assim como se acha mais adeante estipulado; 2º, aos juros de seis por cento (6 %) do capital entrado ou liberado; é lançado na conta das despesas geraes da sociedade.

Art. 15. Os direitos e obrigações affectos á acção seguem o titulo para as mãos de quem quer que passe. A posse de uma acção acarreta de pleno direito a adhesão aos estatutos da sociedade e ás resoluções tomadas pela assembléa geral.

Os herdeiros ou credores de um accionista não podem, seja qual fôr o pretexto, requerer apposição de sellos sobre os bens e papeis da sociedade.

### TITULO III

#### *Administração da sociedade*

Art. 16. A sociedade é administrada por um conselho composto de cinco membros, pelo menos, e de nove, no maximo, tirados de entre os socios e nomeados pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 17. Cada um dos administradores deve ser proprietario de cem acções durante todo o tempo que exercerem taes funções.

Essas acções são affectas (destinadas) na sua totalidade á garantia dos actos da administração, ainda as que forem exclusivamente pessoas a um dos administradores; são nominaes inalienaveis, carimbadas com um selo que indique a sua inalienabilidade e depositadas na caixa social.

Art. 18. A duração das funções dos primeiros administradores é de seis annos, salvo o effeito da renovação parcial de que se fallará adeante.

O conselho renova-se na razão de um ou dous membros cada anno, ou dous em annos alternando, dando-se occasião para isso, de fórma que a renovação seja completa em cada periodo de seis annos.

Para as primeiras applicações desta disposição, a sorte indica a ordem de sahida ; uma vez estabelecido o processo de substituição, far-se-ha a renovação por antiguidade de nomeação.

Todo o membro excluído (que sahe) é reelegivel.

Art. 19. Si se acha composto o conselho com menos de nove membros, os administradores teem a faculdade de completal-o, si o julgarem util para as exigencias do serviço e interesse da sociedade.

Nesse caso, as nomeações feitas provisoriamente pelo conselho são submettidas, na sua primeira reunião, a confirmação da assemblea geral, que determina a duração do mandato.

Pelo mesmo modo, si ficar vago um logir de administrador, no intervallo de duas assembleas geraes, os administradores restantes podem prover provisoriamente á sua substituição, e a assemblea geral, por occasião de sua primeira reunião, procede á eleição definitiva.

O administrador nomeado em substituição de outro, só exerce essas funções durante o tempo que falta decorrer do exercicio do seu antecessor.

Art. 20. O conselho cada anno nomeia dentre os seus membros um presidente que póde sempre ser reeleito.

No caso de ausencia do presidente, o conselho designa para cada sessão aquelle, dentre os membros presentes, que deverá preencher as funções de presidente.

O conselho designa, tambem, a pessoa que deverá preencher as funções de secretario e que póde ser tomado mesmo fóra do conselho.

Art. 21. O conselho de administração reúne-se por convocação do presidente ou de dous dos seus membros, todas as vezes que o exigir o interesse da sociedade.

A presença da metade, pelo menos, dos membros do conselho é necessaria para a validade das deliberações.

As deliberações são tomadas pela maioria dos membros presentes. Em caso de empate, o voto do presidente é preponderante.

As reuniões se farão em Pariz, na séle social ou em outro qualquer sitio ou logar designado pelos membros do conselho.

Nenhum administrador póde votar por procuração.

Art. 22. As deliberações do conselho são verificadas por actas inscriptas em um registro especial e assignadas pelo presidente e pelo secretario.

As cópias ou certidões dessas actas que tenham de exhibir-se em juizo ou fóra d'elle, são assignadas pelo presidente do conselho ou por dous administradores.

Art. 23. O conselho de administração tem os mais amplos poderes para agir em nome da sociedade e fazer ou autorisar todos os actos e operações relativos ao seu objecto. Assiste-lhe principalmente os poderes seguintes, que são enunciativos e não limitativos:

Representa a sociedade perante terceiros.

Faz os regulamentos da sociedade.

Nomeia e demitte todos os agentes e empregados da sociedade, marca os seus ordenados, salarios, commissão e gratificações, assim como as outras condições da sua admissão e da sua sahida, principalmente no concernente a um director no Brazil.

Fixa as despesas geraes de administração, regula e prevê os sortimentos (ou abastecimentos) de toda a especie.

Percebe as quantias devidas á sociedade e satisfaz o pagamento das que ella deve.

Subscreve, endossa, acceita e paga todos os effeitos de commercio.

Estatue sobre todos os tratos e ajustes que estão incluídos no objectivo da sociedade.

Autorisa todas as acquisições, venda, permuta, locação de bens moveis e immoveis, assim como todos os levantamentos (*retraits*), transferencias, alienações de rendas e outros valores pertencentes á sociedade.

Determina a collocação dos capitães disponiveis e regula o emprego do fundo de reserva.

Contrahe todos os emprestimos com hypothecca ou sem ella, ou outras garantias sobre os bens sociaes, por meio de abertura de credito ou por outro qualquer expediente.

Entretanto, os emprestimos sob fórma de creações de obrigações devem ser autorizados pela assembléa geral dos accionistas.

Autorisa todas as acções judiciais, quer activas, quer passivas (quer seja autor, quer seja réo).

Autorisa todos os saques, transacções, compromissos, consentimentos ou desistencias, assim como todos os levantamentos de inscrições, penhoras e sequestros, embargos ou opposições e outros direitos antes e depois de pagamento.

Apura os estados de situação, os inventarios e contas que devem ser submittidos á assembléa geral dos accionistas.

Estatue sobre todas as propostas que se lhe façam e estabelece ou determina a ordem do dia.

Art. 24. O conselho pôde delegar os poderes que julgar convenientes a um ou a varios administradores, ainda que residam no Brazil, para a administração ordinaria da sociedade e execução das decisões do conselho de administração. Essa delegação tambem pôde ser dada a pessoas extranhas á sociedade. Pôde, principalmente, recahir em um director geral da empresa, no Brazil.

As attribuições e poderes dos administradores delegados e abonos (*allocations*) especiaes a lhes assignar são determinados pelo conselho de administração.

Art. 25. Todos os actos concernentes á sociedade, decididos pelo conselho, assim como os levantamentos de capitães e de valores, os cheques ou ordens sobre banqueiros, devedores e depositarios e as subscrições, endossos, acceites ou quitações de effeitos de commercio, são assignados por dous administradores, salvo delegação especial do conselho a um administrador só ou outro mandatario qualquer.

Art. 26. Os administradores, em razão da sua gestão, não



contrahem obrigação pessoal, nem solidaria alguma relativamente aos compromissos da sociedade. Só são responsáveis pela execução do mandato que receberam.

Art. 27. Os administradores teem direito a uma parte dos lucros da sociedade, assim como fica dito no art. 4<sup>o</sup>.

#### TITULO IV

##### *Commissarios*

Art. 28. A assembléa geral nomeia cada anno um ou varios commissarios, sejam socios ou não, encarregados de fazerem um relatório á assembléa geral do anno seguinte sobre a situação da sociedade, sobre o balanço e sobre as contas apresentadas pelo conselho de administração.

São reelegiveis.

Durante o trimestre que precede a época fixada para a reunião da assembléa geral, os commissarios teem o direito, todas as vezes que o julgarem conveniente, no interesse social, de pedir comunicação dos livros e examinar as operações da sociedade.

Podem, em caso de urgencia, convocar a assembléa geral.

Teem direito a uma remuneração, cuja importancia é fixada pela assembléa geral.

#### TITULO V

##### *Assembléas geraes*

Art. 29. Os accionistas reúnem-se, cada anno, em assembléa geral antes do fim do mez de maio, no dia, hora e lugar designados no annuncio de comunicação. A primeira assembléa geral terá logar aos 31 de maio de mil e novecentos (31 de maio de 1900), o mais tardar.

Podem convocar-se assembléas geraes, extraordinariamente, quer por pedido (ou indicação) dos administradores, quer dos commissarios, em caso de urgencia.

As convocações para as assembléas geraes ordinarias ou extraordinarias são feitas quinze dias antes (com antecedencia de quinze dias) pelo menos, por annuncio inserto em um dos jornaes designados para as declarações (annuncios) legais em Pariz. Esse prazo pôde ser reduzido a oito dias para as assembléas extraordinarias, ou convocadas extraordinariamente. Será mesmo reduzido a tres dias para a assembléa geral constitutiva.

As convocações devem indicar summariamente o objecto da reunião.

Art. 30. A assembléa geral compõe-se dos accionistas proprietarios de 20 acções, pelo menos.

Os proprietarios de menos de vinte acções poderão, todavia, reunir-se para formar esse numero e fazer-se representar por um delles.

Todos os proprietarios de acções ao portador e os titulares de acções nominaes, que, não tendo o numero necessario, querem usar do direito de reunião acima apontado, devem, para ter o direito de assistir á assembléa geral, depositar, cinco dias antes da reunião, os seus titulos e poderes na séde social ou nas caixas designadas pelo conselho de administração. A cada depositante se dará um bilhete de admissão nominal.

Os titulares de titulos nominaes ou de certificados de deposito de vinte acções, no maximo, desde cinco dias, pelo menos, antes da reunião, teem o direito de assistir á assembléa geral ou de nella fazer-se representar por mandatarios.

Ninguém pôde representar um accionista na assembléa, a não ser elle mesmo membro dessa assembléa, ou representante legal de um membro da assembléa.

A fórma dos poderes é determinada pelo conselho de administração.

Art. 31. A assembléa geral, regularmente convocada e constituída, representa a universalidade dos accionistas.

Art. 32. A assembléa é presidida pelo presidente do conselho de administração ou, na sua falta, por um administrador delegado pelo conselho.

As funções de escrutinadores são preenchidas pelos dous maiores accionistas presentes e, á recusa delles, pelos que se lhes seguem, até a acceitação.

A mesa designa o secretario.

Haverá uma folha de presença, que conterá os nomes e domicilios dos accionistas presentes e representados, e o numero das acções possuidas por cada um delles; essa folha é certificada (authenticated) pela mesa; é depositada na séde social e deve ser communicada a todo requerente.

Art. 33. A ordem do dia é designada pelo conselho de administração.

Só podem ser postas em deliberação as propostas que emanem do conselho e as que lhe forem submettidas 20 dias, pelo menos, antes da assembléa, com a assignatura de accionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Art. 34. As assembléas que teem de deliberar em casos que não sejam os previstos nos artigos trigesimo setimo e quadragesimo quinto, adeante designados, devem ser compostas de accionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Si essa condição não fôr preenchida, a assembléa geral será de novo convocada, segundo as fórmas prescriptas pelo art. 29.

Nessa segunda reunião, as deliberações são validas, seja qual fôr o numero de acções representadas; porém, ellas só podem referir-se a objectos postos na ordem do dia da primeira reunião.

Art. 35. As deliberações são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes; em caso de empate, o voto do presidente é preponderante.

Cada membro da assembléa tem tantos votos quantas vezes vinte acções possui ou representa, sem que possa, entretanto

reunir, tanto em seu nome quanto como mandatário, mais de duzentos votos.

Art. 36. A assembleia geral ouve o relatório dos administradores sobre os negócios sociais; ouve igualmente o relatório dos commissarios sobre a situação da sociedade, sobre o balanço e sobre as contas apresentadas pelos administradores. Discute, approva ou corrige as contas, fixa os dividendos que tem de ser repartidos. Nomeia os administradores e os commissarios.

Determina o abono (*allocation*) dos commissarios.

Autorisa todos os empréstimos hypothecarios ou outros, por meio de emissão de obrigações.

Delibera sobre todas as outras propostas trazidas ou dadas para a ordem do dia.

Emfim, pronuncia-se soberanamente sobre todos os interesses da sociedade e confere ao conselho as autorisações necessarias para todos os casos em que os poderes a elle attribuidos forem insufficientes.

A deliberação que contiver a approvação do balanço e das contas deve ser precedida do relatório dos commissarios, sob pena de nullidade.

Art. 37. A assembleia geral, convocada extraordinariamente, pôde, por indicação do conselho de administração, trazer para os estatutos as modificações cuja utilidade fôr por elle reconhecida.

Pôde decidir com especialidade sobre :

O augmento ou redução do capital social;

A amortização total ou parcial desse capital por meio de uma quantia tirada anticipadamente por deducção previa (*prélèvement*) sobre os lucros;

A prorrogação, a redução da duração ou a dissolução anticipada da sociedade;

A fusão total ou parcial ou a participação da sociedade com outras sociedades constituídas ou por se constituírem;

O traspasso ou a venda a terceiros, seja quem for, ou o transporte para qualquer sociedade do todo ou parte dos bens, direitos e obrigações da sociedade.

As modificações podem até referir-se ao objecto da sociedade; mas sem poder mudal-a completamente ou alteral-a em sua essencia.

Mas, nos casos previstos no presente artigo, a assembleia geral não pôde deliberar validamente, sinão tanto quanto reunir accionistas que representem a metade, pelo menos, do capital social.

A assembleia compõe-se e delibera como está consignado nos arts. 30 e 35.

Todavia, si em uma primeira convocação a assembleia não puder ficar regularmente constituída, de conformidade com o paragrapho antecedente (metade pelo menos do capital), pôde ser convocada uma segunda assembleia geral, para a qual, por derogação do que ficou dito no art. 30, são convidados todos os accionistas.

A segunda assembléa mesmo não fica regularmente constituida sem que os accionistas presentes representem a metade, pelo menos, do capital social.

Nesse caso especial, cada accionista tem, pelo menos, um voto e tantos votos quantas vezes acções que possua ou represente, sem poder em caso algum reunir mais de duzentos votos.

Art. 33. As deliberações da assembléa geral são verificadas por actas inscriptas em um registro especial e assignadas pelos membros que compõem a mesa.

As cópias ou certidões dessas actas a exhibirem-se em juizo ou fóra d'elle, são assignadas pelo presidente do conselho ou, na sua falta, por dous administradores.

Art. 39. As deliberações tomadas de conformidade com a lei e com os estatutos obrigam todos os accionistas, até e ainda mesmo os ausentes e os dissidentes.

#### TITULO SEXTO

##### *Inventario — Fundo de reserva — Repartição dos lucros*

Art. 40. O anno social começa no primeiro dia de abril e termina a 31 de março seguinte.

Por excepção, o primeiro exercicio comprehende o tempo decorrido desde a constituição da sociedade até trinta e um de março de mil e novecentos (31 de março de 1900).

Art. 41. Estabelece-se cada anno, de conformidade com o art. 9 do Código Commercial, um inventario contendo a indicação do activo e do passivo da sociedade.

O inventario, o balanço e a conta de lucros e perdas estão postos á disposição dos commissarios, no quadregésimo dia, o mais tardar, antes da assembléa geral. São apresentados a essa assembléa.

Quinze dias antes da assembléa geral, todo accionista pôde pedir, na sêde social, communicação do inventario e da lista dos accionistas e fazer que deem á sua custa cópia do balanço que dê a summa do inventario e do relatório dos commissarios.

Art. 42. Os productos liquidos da sociedade, verificados pelo relatório annual, feita a deducção das despezas geraes, e dos encargos sociaes, comprehendendo principalmente todas as amortizações, constituem os lucros liquidos.

Desses lucros liquidos deduz-se previamente :

1.º Cinco por cento (5 %) para constituir o fundo de reserva, previsto pela lei. Essa deducção cessa de ser obrigatoria quando o fundo de reserva attingir uma quantia igual á decima parte do capital social. Recomeça o seu curso, si vier a tocar-se na reserva.

2.º A quantia necessaria para pagar-se aos accionistas, a titulo de primeiro dividendo, seis por cento (6 %) das quantias

de que as suas acções se acham liberadas e não amortizadas, sem o que, si os lucros de um anno não permittirem esse pagamento, os accionistas podem reclamá-lo dos lucros dos annos subseqüentes.

O saldo é repartido successivamente da maneira seguinte :

Dous e meio por cento ( 2 1/2 % ) para a direcção no Brazil.

Sete e meio por cento ( 7 1/2 % ) ao conselho de administração.

Dez por cento ( 10 % ) do restante para um fundo de amortização.

Vinte por cento ( 20 % ) do novo resto para um fundo de previsão, que será facultativo e de que o conselho de administração fixará a dotação annual dentro desses limites.

O excedente para os accionistas.

Art. 43. O pagamento dos dividendos faz-se annualmente nas épocas e logares designados pelo conselho de administração.

O conselho de administração póde, no entanto, no decurso de cada anno social, proceder á repartição de uma quantia por conta do dividendo do anno corrente, si os lucros realizados o permittirem.

Os dividendos de qualquer acção nominal ou ao portador são validamente pagos ao portador do titulo ou da parte *divisoria* da acção ( *coupon* ).

Os que não forem reclamados nos cinco annos da sua exigibilidade são prescriptos em beneficio da sociedade.

Art. 44. O conselho de administração poderá em tempo opportuno affectar as reservas de amortização e de providencia pela substituição das acções de capital, por tantas acções de gozo ( *actions de jouissance* ).

As acções a reembolsarem serão determinadas por tiragem á sorte.

## TITULO VII

### *Dissolução — Liquidação*

Art. 45. Em caso de perda da metade do capital social, os administradores são obrigados a provocar a reunião da *assembléa geral* de todos os accionistas, a fim de estatuir-se sobre o saber-se si ha possibilidade de continuar a sociedade ou de pronunciar a sua dissolução.

A *assembléa geral* deve, para poder deliberar, reunir as condições estabelecidas no art. 37.

Art. 46. A' expiração da sociedade, ou no caso de dissolução antecipada, a *assembléa geral* regula, por proposta dos administradores, o modo de liquidação e nomeia um ou dous liquidantes, cujos poderes ella determina.

Os liquidantes podem em virtude de uma deliberação da assembléa geral fazer o transporte ou entrada de dinheiro, bens, etc. (*apport*) para outra sociedade, ou a cessão a outra sociedade ou a outra pessoa qualquer de todos ou de parte dos bens, direitos e obrigações da sociedade dissolvida.

A assembléa geral, regularmente constituída, conserva durante a liquidação as mesmas attribuições que tinha durante o curso da sociedade : tem especialmente o poder de a provar as contas da liquidação e de dar quitação.

A' expiração da sociedade e depois de pôr em ordem e regular os seus compromissos, o producto liquido da liquidação é empregado, antes de tudo, para amortizar completamente o capital das acções, si ainda não teve logar essa amortização, e o excedente é repartido entre os accionistas *pro rata* do numero das suas acções.

#### TITULO OITAVO

##### *Contestações*

Art. 47. Todas as contestações que se possam suscitar durante o curso da sociedade ou da liquidação, quer entre os accionistas e a sociedade, quer os accionistas mesmo, entre si, a respeito dos negocios sociaes, são julgados de conformidade com a lei e sujeitas á jurisdicção do Tribunal do Commercio do Sena.

Para esse fim, todo o accionista deve fazer eleição de domicilio em Pariz e todas as citações e notificações são feitas validamente nesse domicilio.

Na falta da eleição de domicilio, as citações e notificações são validamente intimadas no Forum onde dá audiencias o Sr. Procurador da Republica, proximo do Tribunal Civil do Sena.

Art. 48. As contestações concernentes ao interesse geral e colectivo da sociedade não podem ser dirigidas contra os seus representantes por um accionista, sinão depois que a petição for previamente submettida á assembléa geral dos accionistas, cujo juizo d'verá ser submettido aos tribunaes competentes, ao mesmo tempo que a petição.

Art. 49. Para fazer publicar os presentes estatutos e todos os actos e actas relativos á constituição da sociedade, são dados todos os poderes aos portadores de um traslado ou de uma certidão desses documentos.

Feito em Pariz, em dous exemplares, no primeiro dia de março de mil oitocentos e noventa e nove (1 de março de 1899).

Lido e approvedo. — (Assignado) *F. Doré*.

Em seguida se acha escripto :

Registrado em Pariz (quinto officio), volume quinhentos e trinta e dous (vol. 532), em um de abril de mil oitocentos

e noventa e nove ( 1 de abril de 1899). Folhas noventa, Casa-sesta (Fl. 90, C. 6). Recbi tres francos e setenta e cinco centesimos (Frs. 3,75). — (Assignado) *Joannet*.

## II

Estado (rol)

## DE SUBSCRIÇÃO E DE ENTRADAS

*Sociedade Anonyma Engenho de Assucar de Piracicaba*

Do capital de dous milhões e duzentos mil francos (Frs. 2.200.000), dividido em vinte e duas mil acções (22.000) de cem francos (frs. 100) cada uma, a serem subscriptas em numerario.

**Lista dos subscriptores das vinte e duas mil acções (22.000) e estado (rol)  
das entradas effectuadas por cada um delles**

NUMERO DE ORDEM	NOMES, PRENOMES, QUALIDADES E DOMICILIOS DOS SUBSCRIPTORES	NUMERO DE ACÇÕES SUBSCRIPTAS	CAPITAL SUBSCRIPTO	CAPITAL ENTRADO
			Frs.	Frs.
1	Durocher Henry, engenheiro, rua Vignon n. 20, Pariz.....	7.500	750.000	187.500
2	Allain Maurice, negociante, Boulevard Poissonnière n. 25, Pariz.....	4.000	400.000	100.000
3	Doré Fernand, industrial, rua Jeanne d'Arc n. 4, Troyes....	5.000	500.000	125.000
4	Acquié Marins, industrial, rua Auber n. 4, em Lille.....	1.000	100.000	25.000
5	Steinheil Edmond, engenheiro, rua da Tour d'Auvergne n. 50, Pariz.....	1.000	100.000	25.000
6	Greyenbiehl Ferdinand, rua Louis Blanc n. 60, Paris.....	1.000	100.000	25.000
7	Doré Gustave, zelador aposentado, de Pontoise.....	500	50.000	12.500
8	Conde de Bertier de Sauvigny, proprietario, rua do Faubourg Saint Honoré n. 102, Pariz.....	2.000	200.000	50.000
	Totál das acções subscriptas, vinte e duas mil, <i>nempé</i> .....	22.000		
	Do capital dessas acções, dous milhões e duzentos mil francos..		2.200.000	
	Das entradas effectuadas. Quinhentos e cincoenta mil francos, <i>nempé</i> .....			550.000



O presente estado (rol) é certificado como exacto e verdadeiro pelo Sr. Fernand Doré, abaixo assignado, fundador da referida sociedade.

Pariz, trinta e um de março de mil oitocentos e noventa e nove (31 de março de 1899).

Lido e approvado.— (Assignado) *Doré*.

Vem escripto em seguimento :

Registrado em Pariz, (Quinto officio), Volume quinhentos e trinta e dous (Vol. 532), no primeiro de abril de mil oitocentos e noventa e nove (1 de abril de 1899), Folhas noventa, Casa Sexta (Fl. 90; C. 6).

Recebi tres francos e setenta e cinco centesimos, (Fr.s. 3.75). (Assignado) *Joannet*.— Por cópia, conforme.— (Assignado) *G. Bazin*.

A' margem se lia a seguinte nota:

Traslado exarado em vinte folhas de papel, contendo duas chamadas com a ressalva de quatro palavras riscadas como sem valor e nullas.— (Assignado) *G. Bazin*.

Achava-se apposto o sello do Sr. Gaston Bazin, tabellião da Corte de Appellação de Pariz.

Visto por nós, o Sr. Gibon, juiz, para a legalisação da assignatura do Mestre G. Bazin:

No impedimento do presidente do tribunal de primeira instancia do Sena.

Paris, doze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (12 de abril de 1899).— (Assignado) *Henri Gibon*.

Ao lado se achava apposto o sello do tribunal de primeira instancia do Sena, Republica Franceza.

Visto para a legalisação da assignatura do Sr. Gibon, apposta da outra banda.

Pariz, treze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (13 de abril de 1899).— Por delegação do guarda dos sellos, Ministro da Justiça, o sub-chefe de secção (assignado) *F. Naissant*.

Ao lado se achava apposto o sello do Ministerio da Justiça da Republica Franceza.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica ser verdadeira a assignatura do Sr. Naissant.

Pariz, treze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (13 de abril de 1899).— Pelo Ministro, Pelo chefe de secção delegado— (assignado) *E. Corpel*.

Achavam-se affixados dous sellos do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza, dizendo um delles, o menor: «*Gratis*».

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Consulado dos Estados Unidos do Brasil em Pariz, treze de abril de mil oitocentos e noventa e nove.—O consul (assignado) *João Balduino Leoni*.

Sobre uma estampilha de cinco mil réis estava o sello do referido consulado. Em nota: Recebi quatorze francos e dez centesimos.— (Assignado) *Leoni*.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. João Belmiro Leoni, consul em Pariz.

Sobre cinco estampilhas, valendo juntas quinhentos e cinquenta réis, vinha escripto:

Rio de Janeiro, cinco de maio de mil oitocentos e noventa e nove.— Pelo director geral (assignado) *L. P. da Silva Rosa*.

Ao lado estava o sello da Secretaria das Relações Exteriores.

Sobre quatro estampilhas valendo juntas quatro mil e trescentos réis, vinha o carimbo da Recebedoria da Capital Federal, com a mesma data supra indicada, inutilizando-as devidamente.

Via-se o sello do Consulado do Brazil em Pariz, impresso sobre lacre vermelho, de sob o qual sahiam uns cordões que prendiam as vinte e uma folhas do documento original.

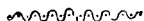
Nada mais continha nem declarava o documento supra, que litteral e fielmente verti do proprio original francez. Em fô do que passei a presente que assigno, appondo-lhe o sello do meu officio, nesta cidade, aos oito dias do mez de maio do anno de mil oitocentos e noventa e nove.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1899.— *Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico.

Emolumentos.....	135\$000
Estampilhas.....	13\$500
1/3 escripturação mercantil.....	45\$000

Recebi..... 193\$500

*Fernandes da Cunha Filho*.— (Firma do tabellião Dario.)



#### DECRETO N. 3331 — DE 4 DE JULHO DE 1899

Concede autorização á F. S. Hampshire & C., limited para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a F. S. Hampshire & C., limited, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorização á F. S. Hampshire & C., limited, para funcionar na Republica com os estatutos que apresentou, sob as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas e ficando obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 4 de julho de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3331 desta data**

1ª

A F. S. Hampshire & C., limited, é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela companhia.

2ª

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciaes ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos.

3ª

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcção no Brazil, si infringir esta clausula.

4ª

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco contos de réis (5:000\$); e, no caso do reincidencia, pela cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Capital Federal, 4 de julho de 1899. — *Severino Vieira.*

**PUBLICA-FÓRMA**

TRADUÇÃO — Sessenta mil oitocentos e quarenta e cinco, segundo (Sello). Registrada, nove mil novecentos e setenta e nove, vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove. Leis de mil oitocentos e sessenta e dous a mil oitocentos e noventa e oito, relativas a companhias. Companhia de responsabilidade limitada por acções. (Duas estampilhas cancelladas com a data.) Escripura social de F. S. Hampshire & Company, limited.

Primeiro. O nome da companhia é F. S. Hampshire & Company, limited.

Segundo. O domicilio social legal será situada na Inglaterra.

Terceiro. Os objectos para os quaes se estabelece a companhia são :

a) A aquisição dos negocios no Brazil e dos bens, navios e embarcações ou quinhões ou interesses em bens, navios e embarcações da firma de F. S. Hampshire & Company, de Santos, no Brazil, e a continuação ou andamento dos ditos negocios em todos ou quaesquer ou um dos seus departamentos.

b) Fazer no Brazil (a saber dentro da área do territorio dentro da Republica do Brazil nesta data): (Primeiro) negocios de negociantes em geral. (Segundo) negocios de contractadores ou negociadores de empréstimos, quer publicos, quer particulares e de compra e venda de valores e acções. (Terceiro) negocios de proprietarios ou agentes ou gerentes ou estivadores, relativamente a navios, barcas, lanchas ou outras embarcações.

c) Fazer tudo quanto for necessario ou conveniente para estabelecer domicilio brasileiro para a companhia.

d) Executar os varios objectos especializados nesta escriptura, quer por si só, quer juntamente com quaesquer outras companhias ou companhia e ou pessoas ou pessoa.

e) Fazer todas as outras cousas que a companhia de tempos a outros considerar incidentes ou conducentes á obtenção de qualquer dos objectos precitados ou de outra fôrma para o beneficio da companhia e quaesquer objectos adicionais ou alargados que determinar a resolver a companhia de tempos a outros por deliberação especial.

f) Fazer todas as outras cousas que forem incidentes ou conducentes aos objectos supra mencionados.

Quarto. E' limitada a responsabilidade dos accionistas.

Quinto. O capital nominal da companhia é libras trinta mil dividido em seis mil acções de libras cinco cada uma. Nessas varias pessoas cujos nomes e endereços vão subscriptos, desejamos constituir nós uma companhia de conformidade com esta escriptura social e respectivamente concordamos assignar o numero de acções do capital social lançado ao lado dos nossos nomes respectivos.

Nomes, endereços e descrições dos accionistas (numero de acções assignadas por cada accionista)-Francis Spencer Hampshire, de Bedford, Condado de Bedford, negociante, uma. Hugk Kinsman Brodie, trinta e seis, Line Street E. C. negociante, uma. Matthew George Megaw, trinta e seis, Line Street, E. C. negociante, uma. Robert, Norton, trinta e seis, Line Street, E. C. negociante, uma. Matthew Pattinson, trinta e seis, Line Street E. C. negociante, uma. Albert James Betts, trinta e seis, Line Street E. C. Thesoureiro, uma. Frederick Deverence Bawtree, trinta e seis, Line Street, E. C. caixeiro commercial, uma. Frederick Russel La Fargne, trinta e seis, Line Street E. C. guarda-livros, uma. Em data de vinte e quatro de janeiro de mil oitocentos e noventa e nove. Testemunhas da assignatura procedente de Francis Spencer Hampshire — Thes Warrington, Ecclesiastico. Reitona de Offord D'Arcey, Huntingdon. Testemunhas das assignaturas de Hugh Kinsman Brodie, Matthew Georg Megaw,

Robert Norton, Matthew, Patteson Albert James Betts, Frederick Deverence Bawtree e Frederick Russell La Fargne, G. Coxall, caixeiro de Megaw & Norton, trinta e seis, Line Street, Londres E. C. E' cópia conforme J. S. Purcel. (Estampilha) Registrador de sociedades anonymas, sessenta mil oitocentos e quarenta e cinco — terceiro (Sello). Registrados nove mil novecentos e oitenta, vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove. Leis de mil oitocentos e sessenta e dous a mil oitocentos e noventa e oito, relativas a companhias. Companhia de responsabilidade limitada por acções. (Estampilhas cancelladas com a data.) Estatutos sociaes de F. S. Hampshire Company, limited. (Primeiro) Constituição.

Primeiro. Os artigos do appenso A da « Lei de mil oitocentos e sessenta e dous, relativa a companhias » não serão applicaveis. Os seguintes serão os regulamentos da companhia, mas sujeitos á revogação e alteraração, segundo dispoem as leis e os presentes estatutos. — (Segundo) Negocios e Gerencia Geral.

Segundo. Os negocios da companhia poderão comprehender todos os objectos autorisados pela escriptura social e poderão começar ao tempo da incorporação da companhia ou em qualquer successivo.

Terceiro. Os negocios da companhia (sujeitos ás disposições abaixo consignadas) serão geridos e administrados por gerentes geraes, e todos os actos materiaes e assumptos relativos á companhia e seus negocios e gerencia, feitos ou mandados fazer pelos gerentes geraes, serão considerados como feitos pela companhia.

Quarto. A firma de Megaw and Norton, de Londres (segundo for constituída de tempos a tempos) serão os gerentes geraes (designados gerentes ás vezes, aqui) da companhia. Continuarão elles em exercicio até que a companhia nomeie outros gerentes, e qualquer mudança que se der na gerencia geral só será effectuada por deliberação votada em assembléa extraordinaria em que deverão achar-se pessoalmente presentes e votar accionistas possuidores de tres quartas partes do valor das acções emittidas em qualquer época.

Quinto. Os gerentes assentarão ou farão assentar contas exactas de todas as sommas de dinheiro recebido e gasto pela companhia e dos assumptos relativamente aos quaes se der o seu recibo ou gasto, bem como do capital e activos creditos e passivos da companhia e de todas as outras materias necessarias para demonstrar o verdadeiro estado e condição da companhia e dos seus negocios.

Sexto. Os gerentes escripturarão ou farão escripturar contas e livros proprios em que se assentarão bem e fiel e devidamente todos os negocios e transacções referentes á companhia, e todos os livros, contas e papeis, dinheiros e valores de garantias de dinheiros e outras cousas relativas ao andamento dos negocios da companhia, ou quaesquer delles poderão ser escripturados no Brazil, mas os gerentes transmittirão á séde legal da companhia cópias de todos estes documentos que forem necessarios para

demonstrar o estado actual dos negocios sociaes, e estas cópias e bem assim todos os mais livros, archivos, registros ou outros instrumentos ou documentos que os presentes estatutos ou as leis exijam que se escripturem serão conservados na sede social pelos gerentes.

Setimo. Os gerentes farão dar balanço aos livros da companhia até o dia 31 de dezembro de cada anno, e elaborar em Londres um balancete completo e justo.

Oitavo. Em todas as assembléas annuaes os gerentes prepararão e o conselho apresentará á assembléa o dito balancete, acompanhado de um relatorio quanto ao estado e condição da companhia e sobre a quantia que elles possam recommendar que se distribua dos lucros como dividendos para os accionistas, segundo abaixo se indica.

Nono. Os gerentes, além dos poderes e autorisações que lhes são expressamente dados ou conferidos pelas leis e por estes estatutos, poderão exercer todos os poderes, dar todos os consentimentos, fazer todos os arranjos e em geral praticar todos os actos e cousas que os presentes estatutos disponham ou autorizem que sejam exercidos, dados, praticados ou feitos pela companhia, tudo, porém, sujeito ás disposições das leis e destes estatutos, e bem assim sujeito a quaesquer regulamentos (havendo-os), que de tempos a outros prescrever a companhia em assembléa. Mas nenhum regulamento feito pela companhia em assembléa poderá invalidar qualquer acto anterior dos gerentes, que teria sido valido si não se tivesse feito tal regulamento.

Decimo. O conselho providenciará para a custodia segura do sello social. Não poderá empregar-se o sello sinão por autorisação do conselho, e sómente pela fôrma que dispuzer este. E todas as escripturas ou outros instrumentos em que for preciso o sello serão authenticados pela assignatura da firma dos gerentes.

Decimo primeiro. Poderão os gerentes, sem prececer qualquer outra faculdade ou autorisação dos accionistas, fazer as cousas seguintes, a saber:

a) Poderão, querendo-o, dar todos os passos ou taxar todos os documentos, celebrar todos os compromissos, e fazer todos os pagamentos que melhor entenderem, afim de obter o devido domicilio para a companhia no Brazil ou incorporal-a no Brazil, e da mesma fôrma nomearão (quer no Reino Unido, quer no Brazil ou em qualquer outra parte) banqueiros, advogados e gerentes ou superintendentes da companhia, e annullar as suas nomeações, e poderão nomear e admittir todos os outros officiaes, engenheiros, operarios, artifices, caixeiros e criados, quer para serviços temporaes, quer permanentes ou especiaes, segundo julgarem conveniente de tempos a outros para dar andamento aos negocios da companhia e poderão determinar as obrigações de taes pessoas, fixar as importancias de seus vencimentos ou emolumentos e pagal-os com os fundos sociaes. Poderão em todos ou em qualquer caso ou casos em que assim houverem por bem exigir que seja prestada fiança por todos os officiaes, caixeiros, criados ou empregados da companhia, pelo valor que

elles melhor entenderem, a fim de garantir a fiel execução de suas respectivas obrigações ou serviços.

b) Poderão empregar quaesquer agrimensores, avaliadores, agentes ou corretores e outras pessoas e em qualquer localidade ou localidades, segundo entenderem necessario para desenvolver os interesses da companhia e poderão pagar-lhe os honorarios, suas comissões ou outras remunerações que julgarem razoaveis.

c) Poderão passar, dar, aceitar, endossar, transferir, descontar e negociar as letras de cambio ou escriptos de divida, cheques e bancos ou outros, ou outras obrigações semelhantes que considerarem desejaveis para fazer os negocios da companhia.

d) Poderão construir, demolir, alterar, remover ou converter quaesquer armazens de trapiche, casas, ou edificios pertencentes á companhia e poderão erigir e edificar outros armazens de trapiche, casas e edificios em logar daquelles em quaesquer terras pertencentes ou compradas, alugadas ou arrendadas pela companhia e poderão de tempos a outros alterar ou converter quaesquer de taes armazens de trapiche, casas ou edificios, como dito fica, pela forma que considerarem necessaria ou conveniente, para dar andamento aos negocios sociaes.

e) Poderão comprar, adquirir, vender, arrendar, ou alugar terrenos, casas, immobiliarios, edificios, machinismos, material fixo, ou bens e efeitos moveis ou immoveis e outros requisitos, para os fins sociaes e quer por si sós, quer juntamente com outras companhias ou individuos.

f) Não poderão tomar emprestado em nome ou de outro modo em representação da companhia, somma alguma de dinheiro, mediante hypotheca de toda e qualquer parte dos bens da companhia, nem mediante obrigações ou *debentures*.

g) Poderão intentar, proseguir, defender, transigir, louvar em arbitros e desistir de pleitos e outros processos e reclamações pro e contra a companhia e que de outro modo possam dizer respeito aos negocios da companhia.

h) Sem prejuizo da generalidade de todos ou quaesquer ou qualquer dos poderes ou faculdades dos ditos gerentes, poderão elles de tempos a outros, para quaesquer fins ou fim da companhia, agir fóra do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda por intermedio de quaesquer procuradores ou procurador (ou subestabelecido seu) autorisados por escriptura de procuração passada sob o sello social, para agir fóra do Reino Unido já citado, com o fim e objecto de que os ditos gerentes possam em todos ou quaesquer ou qualquer dos negocios da companhia obrar por intermedio de taes procuradores ou procurador, tão plena e effectivamente, como podem ou qualquer socio ou socios da firma dos gerentes, poderiam agir mediante procurador em seus proprios negocios e quer no nome da companhia, ou no nome da dita firma.

Decimo segundo. Poderá a seu juizo o conselho passar e outorgar, sob o sello social, escripturas de procuração, com ou sem poderes de subestabelecer.

Decimo terceiro. Poderá o conselho determinar qual o sello social e poderá ser o sello social de tempos a tempos alterado, quebrado ou destruido por elle ou conforme resolver elle, e a seu juizo usar o sello social de tempos a outros.

Decimo quarto. Os gerentes receberão todos os numerarios e os conservarão quer como fundos em separado, quer como os seus proprios capitães, ou pagal-os-hão ou a parte delles que não seja reempregada immediatamente para os fins da companhia, aos banqueiros da companhia para o credito da companhia, e terão tambem a faculdade de fazer e autorisar qualquer pagamento em nome da companhia, e bem assim a de assignar ou autorisar a qualquer agente ou empregado da companhia para assignar qualquer recibo de dinheiro ou effeitos, o qual recibo constituirá quitação, a favor das pessoas que pagarem ou entregarem tal dinheiro ou effeitos, de toda responsabilidade relativamente á sua applicação, ou a propriedade ou regularidade de quaesquer operações ou transacções anteriores ou relativas a tal pagamento ou entrega, e bem assim a de transigir ou desistir de quaesquer dividas ou creditos da companhia e assignar ou entregar qualquer escriptura da composição, transferencia ou cessão de bens e effeitos passada por qualquer devedor a favor da companhia quer seja accionista ou não, e conceder moratorias a qualquer devedor para o pagamento de sua divida, quer com garantia ou sem ella, bem como em nome da companhia assignar a certidão ou outra rehabilitação de qualquer pessoa fallida ou insolvel, ou outra individada para com a companhia seja ou não accionista, e bem assim receber os rateios e agir em todos os assumptos oriundos ou relativos por qualquer forma a taes fallencias ou insolvabilidades e acceitar o cargo e agir como administradores da massa de qualquer fallencia ou dos bens de qualquer pessoa insolvel, em prol da companhia.

Decimo quinto. Os gerentes terão a faculdade de empregar ou emprestar qualquer dinheiro pertencente á companhia pela forma que elles julgarem mais vantajosa para os interesses da companhia.

Decimo sexto. Com a sancção do conselho poderão os gerentes adjudicar ou readjudicar acções a quaesquer accionistas, ou accionistas pretendentes, e em geral sujeito ás disposições constantes destes estatutos, terão elles a administração completa dos negocios da companhia, mas sujeitos ás regras e regulamentos aqui expressos e contidos ou que se exararem em época futura por deliberação especial.

Decimo setimo. Os gerentes farão e manterão toda a correspondencia da companhia e della conservarão archivos sufficientes para que a ella se faça qualquer referencia e se obtenha informações concernentes aos negocios da companhia e em geral farão elles tudo quanto é usualmente executado por companhias publicas de natureza identica á da companhia, necessario para gerencia e condução dos negocios da companhia.

Decimo oitavo. Os gerentes farão compras para a companhia e conduzirão em geral os negocios da companhia.



Decimo nono. Os gerentes, seus herdeiros, testamenteiros ou administradores não serão responsáveis por qualquer perda ou damno proveniente da fallencia, insolvabilidade ou acto irregular de qualquer pessoa em cujas mãos forem depositados quaesquer dinheiros, valores ou effeitos, nem por qualquer perda, damno ou infortunio que succeder na execução dos deveres de seu cargo ou em relação com elles, salvo succedendo por suas proprias faltas ou actos voluntarios.

Vigesimo. Os gerentes e cada uma das pessoas que constituirem a firma delles, seus testamenteiros e administradores serão indemnizados pela companhia contra todas as perdas e gastos soffridos por elles respectivamente no desempenho dos seus deveres, ou em relação com elles; excepto relativamente aos seus ou qualquer de seus actos ou faltas voluntarias respectivas.

Vigesimo primeiro. Os gerentes ficarão inhabilitados e deixarão de funcionar como taes si se constituirem em quebra, fizerem composição com credores, outorgarem escripturas e fiscalização ou accordo ou consignação para o beneficio dos seus credores ou declarando-se insolueis.

Vigesimo segundo. A retribuição dos gerentes será fixada pelo conselho segundo a base em que reciprocamente concordarem, não obstante serem os gerentes membros do conselho ou interessados. —(Terceiros)— Directores.

Vigesimo terceiro. Os primeiros directores serão Francis Spencer Hampshire, negociante residente em Bedford, no Condado de Bedford; Hugh Kinsman Brodu, negociante domiciliado em trinta e seis Line Street, Londres e Matthew Patteson, negociante domiciliado em trinta e seis Line Street, os quaes funcionarão respectivamente até que peçam demissão ou fiquem inhabilitados.

Vigesimo quarto. O numero de directores nunca será inferior a tres, nem superior a cinco.

Vigesimo quinto. A habilitação de director será a posse de cincoenta acções inscriptas. A remuneração dos directores, si alguma houver, será a que de tempos a outros for votada pela companhia em assemblea geral. Tal remuneração será distribuida entre elles pela forma que for concordada pela maioria dos directores. —(Quarto)— Poderes dos directores.

Vigesimo sexto. Os negocios da companhia serão administrados pelo conselho, sómente emquando for descripto para tal fim por estes estatutos. Poderão pagar todos os gastos feitos para registrar a companhia ou pelos gerentes.

Vigesimo setimo. Os directores que continuarem em exercicio poderão funcionar não obstante qualquer vacatura em seu gremio.

Vigesimo oitavo. Qualquer vacatura casual que se der no conselho administrativo poderá ser preenchida pelos gerentes com a confirmação dos directores, e, não preenchendo-se assim, poderão ellas ser preenchidas na assemblea geral ordinaria seguinte.

Vigesimo nono. Nenhum director ou gerente deverá vagar o

cargo nem terá a responsabilidade de assignar razões, pelo facto de ser membro ou de participar nos lucros de qualquer firma ou companhia que tenha celebrado ou possa celebrar contractos ou negocios com a companhia, si o facto de ser elle membro for antecedentemente declarado ou constar a cada um dos membros do conselho. —(Quinto)— Capital e augmento de capital.

Trigesimo. O capital social constará de libras trinta mil sterlingas e será dividido em seis mil acções de libras cinco cada uma, e será elle pago segundo for exigido pelo conselho. Poderá a companhia por deliberação especial augmentar o seu capital de tempos a tempos, mediante emissão de novas acções do valor e nas condições que melhor entender (quer com privilegios especiaes relativamente a dividendos ou juros prelatícios, garantidos ou outros, quer não); ou poderá reduzir o seu capital pela forma autorizada pelas leis, ou poderá consolidar, dividir ou subdividir o seu capital ou qualquer parte do mesmo em acções de maior ou menor valor ou converter em valores fraccionarios as acções, integralisadas ou quaesquer dellas.

Trigesimo primeiro. Si as prestações pagaveis relativamente a qualquer acção não forem pagas dentro de dez dias a contar da data fixada para o seu pagamento, o portador de uma acção tal a essa época ficará responsavel pelo pagamento de juros por conta della na razão de oito por cento ao anno, desde o dia designado para tal pagamento até que se verifique este.

Trigesimo segundo. Sujeito a quaesquer disposições em contrario que forem dadas pela assembléa que sancionar o augmento do capital social, os gerentes disporão das novas acções pela forma que entenderem mais vantajosa para a companhia.

Trigesimo terceiro. Qualquer capital angariado pela criação de novas acções será considerado como parte do capital inicial, e ficará sujeito ás mesmas disposições relativas á venda ou confiscação de acções por falta de pagamento de prestações ou por outro motivo como si tivesse feito parte do capital inicial. —(Sexto)— Acções.

Trigesimo quarto. Qualquer pedido assignado por ou em nome do pretendente de acções, seguido da adjudicação de quaesquer acções nessa conformidade constituirá acceitação de acções dentro do espirito dos presentes estatutos; e todas as pessoas que assim ou de outro modo acceitarem qualquer acção ou cujos nomes se inscreverem no registro, serão accionistas para os fins destes estatutos.

Trigesimo quinto. Cada accionista terá direito a um titulo especialisando a acção ou acções possuidas por elle, e a importância paga por sua conta.

Trigesimo sexto. Si um tal titulo vier a deteriorar-se ou perder-se, poderá ser elle renovado, contanto que se forneçam as provas que os gerentes considerem razoaveis, do direito da pessoa que requerer-lhe a renovação.

Trigesimo setimo. Terá a companhia um primeiro e principal direito de retenção sobre todas as acções de qualquer accionista relativamente a todo o dinheiro devido á companhia, quer por

elle só, quer juntamente com qualquer outra pessoa, e em qualquer caso em que uma acção for de propriedade de mais de uma pessoa, terá a companhia direito de retenção sobre ella, relativamente a todas as importancias que lhe forem assim devidas por todos ou qualquer de seus comproprietarios.

Trigesimo oitavo. No caso de achar-se inscripta qualquer acção em nome de uma firma ou nos de duas ou mais pessoas, será considerada sua unica proprietaria a pessoa cujo nome se achar primeiramente no registro, ou a seguinte, em sua ausencia, no que diz respeito á votação em quaesquer assembleas, recibos de dividendos, serviço de intimações e todos ou quaesquer outros assumptos connexos com a companhia (excepto a transferencia de acção).

Trigesimo nono. Não será subdividida acção alguma.

Quadragesimo. A companhia não ficará obrigada, nem reconhecerá qualquer interesse equitativo eventual, futuro ou parcial, em qualquer acção nem (excepto sómente emquanto providenciarem de outro modo os presentes estatutos) qualquer outro direito relativamente a uma acção sinão um direito absoluto á ella, de accordo com os presentes estatutos, a favor da pessoa inscripta de tempos a outro como sua proprietaria.

Quadragesimo primeiro. Nenhum accionista que mudar de nome ou domicilio, terá o direito de receber qualquer dividendo, nem de votar sinão depois que tiver dado á companhia aviso da mudança, por escripto, afim de que seja ella inscripta.

Quadragesimo segundo. Cada accionista deverá entregar por escripto na séde, legal da companhia, uma direcção a que sejam enviadas todas as notificações para elle, a qual direcção será para todos os fins considerada como o domicilio inscripto de tal accionista, e, no caso de deixar de fazel-o, a referida séde social será considerada seu endereço. —(Setimo)— Transferencia e transmissão de acções.

Quadragesimo terceiro. Os gerentes escripturarão um livro que se chamará : «Registro de transferencia» no qual serão assentados correcta e distinctamente os pormenores de cada transferencia ou transmissão de qualquer acção ou acções, e, por occasião de cada transmissão de uma acção ou acções, outra que não de Francis Spencer Hampshire e em todos as occasiões em que receberem os agentes uma escriptura de transferencia outra que não do dito Francis Spencer Hampshire os Senhores Matthew George Megaw e Robert Norton (assignados da escriptura social), juntamente, ou o sobrevivente delles terão a opção de comprar a acção ou acções ao par, e sujeito a isso, os gerentes terão a opção de comprar a acção ou acções ao par; cada exercicio de opção operará retroactivamente a data da origem da opção.

Quadragesimo quarto. Os gerentes poderão recusar registrar qualquer escriptura de transferencia de acções, emquanto o accionista que a outorgar estiver, quer por si só ou juntamente com qualquer outra pessoa, endividado para com a companhia, seja pelo motivo que for, e poderão tambem recusar registrar tal transferencia, si o cessionario não for approved pelos gerentes.

Quadragesimo quinto. Os testamenteiros ou administradores de um accionista finado serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como os que tenham qualquer direito á sua acção.

Quadragesimo sexto. Sujeita a quanto aqui se contém, qualquer pessoa que vier a ter direito a qualquer acção, por qualquer meio legitimo outro que não o de transferencia, de accordo com os presentes estatutos, poderá, dando as provas que adeante se prescrevem, ou que os gerentes considerem sufficientes, quer fazer-se inscrever como proprietario da acção, ou eleger alguma pessoa approvada que ella nomeie por escripto para que seja inscripta como tal proprietaria.

Quadragesimo setimo. As acções da companhia serão transferidas por escriptura de transferencia, outorgada tanto pelo cedente como pelo cessionario, e o cedente será considerado como proprietario de tal acção até que seja isento no Registro relativamente a ella o nome do cessionario.

Quadragesimo oitavo. Ao registrar-se assim a escriptura de transferencia, será e considerar-se-há o cessionario accionista, e a partir da data de tal registro terá direito aos mesmos privilegios e vantagens, e ficará sujeito ás mesmas responsabilidades relativamente a suas acções ou acção, como um accionista original.

Quadragesimo nono. Os paes ou tutores, curador, ou marido, de qualquer menor, interdito ou idiota, ou testamenteiro ou administrador de um accionista fallecido, ou administrador da massa de um fallido, ou o fideicommissario dos bens de um accionista insolvel, não serão, como taes, accionistas até que sejam inscriptos como taes.

Cincoenta. Quando houver qualquer transferencia de acções, o titulo ou titulos possuidos pelo cedente serão entregues para que sejam cancellados, e immediatamente serão cancellados nesta conformidade e será emitido um novo titulo ao novo proprietario, relativamente ás acções que lhe forem transferidas, e si quaesquer das acções comprehendidas no titulo ou titulos entregues assim, forem conservadas pelo cedente, emittir-se-lhe-ha um titulo ou titulos novos a respeito dellas, e a exhibição de quaesquer de taes titulos constituirá, a todo tempo, prova *prima facie* do direito do accionista, a quem foram emittidas as acções nelles comprehendidas.

Cincoenta e um. Antes que qualquer testamenteiro ou administrador de um accionista finado, o administrador da massa de um accionista fallido ou insolvel, ou qualquer pessoa que reclamar ou vier a ter direito a quaesquer acções, por operação da lei ou de outro modo, vendam ou transfiram qualquer acção que lhes tocar por um tal motivo qualquer, ou se constituam accionista da companhia relativamente ás mesmas acções, ou recebam qualquer dividendo a respeito dellas, deverão entregar, para exame, na séde social, em Londres, a escriptura de consignação, acto de homologação do testamento ou carta administrativa *ab intestato* ou outro documento que faça prova do direito,

segundo o qual reclamam ter direito ás mesmas acções, ou deverão de alguma outra forma provar o seu direito á satisfação dos gerentes.

Cincoenta e dous. Os gerentes terão o poder, os regulamentos de tempos a outros que lhes parecerem conveniente com relação ás escripturas de transferencias e provas de transmissão de acções e o outorgamento e custodia de taes escripturas e provas.

—(Oitavo)— Confiscação de acções.

Cincoenta e tres. Si qualquer accionista deixar de pagar a importancia de sua acção ou acções, dentro do prazo fixado para o pagamento, poderão os gerentes, em qualquer época successiva, durante o tempo em que ella continuar por pagar, expedir-lhe intimação, cobrando-lhe o pagamento de tal importancia, bem como o de quaesquer juros vencidos sobre ella em consequencia de tal falta de pagamento, como dito fica.

Cincoenta e quatro. A referida intimação designará um dia (não sendo menos de vinte e um dias, a contar da data do aviso) e uma localidade ou localidades em que deverão ser pagos a mesma importancia e juros, e intimará, tambem, o aviso que, no caso de falta de seu pagamento no dia e logar indicados, a acção ou acções por cuja conta estiverem a dever esses dinheiros, poderão ser confiscadas.

Cincoenta e cinco. Si não se cumprir a requisitoria de qualquer de taes avisos, todas ou quaesquer de taes acções poderão ser confiscadas pela companhia, em assembléa geral.

Cincoenta e seis. Quando se declarar confiscada assim qualquer acção, expedir-se-ha aviso da confiscção ao proprietario da acção, e lançar-se-ha immediatamente no Registro um assento relativo á confiscção, com a data da mesma.

Cincoenta e sete. Toda a acção que for confiscada ficará desde logo pertencendo a companhia e poderá ser vendida, readjudicada ou receber qualquer outra applicação e disposição, nos termos e pela fórma que melhor entenderem os gerentes.

Cincoenta e oito. Todos os accionistas cujas acções forem confiscadas continuarão, não obstante a confiscção, a ser responsaveis pelo pagamento de suas prestações e juros á companhia.

Cincoenta e nove. A confiscção de uma acção mostrará a extinção, ao tempo da confiscção, de todos os interesses e de todos os direitos e reclamações contra a companhia, relativamente á dita acção, bem como a de todos os outros direitos, excepto os que ficarem expressamente reservados pelos presentes estatutos.

Sessenta. Uma certidão por escripto e assignada pelos gerentes, estabelecendo que uma acção foi devidamente confiscada, de conformidade com estes estatutos, e declarando a data da confiscção, para prova terminante de tal confiscção, lançar-se-ha nas actas dos trabalhos dos gerentes um assento relativo a cada uma de tres certidões. —(Nono)— Assembléas de accionistas.

Sessenta e um. A primeira assembléa ordinaria dos accionistas da companhia, verificar-se-ha em Londres, em qualquer

dia, dentro de quatro mezes a contar da incorporação da companhia, que os gerentes designem por aviso.

Sessenta e dous. As assembleas ordinarias celebrar-se-hão em cada anno, ao tempo e no lugar que determinarem os gerentes de tempos a outros, mas taes assembleas terão lugar não mais tarde que o dia trinta de junho de cada anno.

Sessenta e tres. Não se fará nem se tratará de negocio algum em qualquer assemblea ordinaria, si não se acharem pessoalmente presentes dous ou mais accionistas.

Sessenta e quatro. Havendo menos de dous accionistas presentes por occasião de qualquer assemblea ordinaria, a reunião, depois de passada meia hora a partir da marcada para ella, ficará adiada para o dia seguinte, e assim por diante, de dia em dia, até que se ache presente o numero preciso de accionistas.

Sessenta e cinco. O conselho ou os gerentes poderão em qualquer época, segundo melhor entenderem, convocar a assemblea extraordinaria dos accionistas, afim de considerar e determinar quaesquer materias que considerem necessarias.

Sessenta e seis. O conselho ou os gerentes deverão convocar, tambem em qualquer tempo, a assemblea extraordinaria, a pedido por escripto de dez ou mais accionistas que possuam em conjunto não menos de mil acções.

Sessenta e sete. Qualquer pedido feito assim pelos accionistas, deverá expressar especificamente o objecto para o qual se propõe convocar a assemblea, e será entregue no escriptorio da sede social.

Sessenta e oito. Ao receber-se um tal pedido qualquer, a directoria ou os gerentes farão immediatamente convocar a assemblea extraordinaria, e si deixarem de fazel-o por um mez da data da entrega de tal pedido no escriptorio da companhia, poderão os requerentes por si mesmos convocar a assemblea, ficando, porém, entendido que nenhuma deliberação votada nella será obrigatoria para com a companhia, salvo estando presentes na assemblea sete ou mais accionistas possuidores ou representando o numero em conjunto de, pelo menos, mil acções, e até que seja a mesma confirmada por uma segunda assemblea extraordinaria, convocada para tal fim pelo presidente da assemblea extraordinaria anterior, na qual assemblea deverá achar-se presente pelo menos igual numero de sete ou mais accionistas proprietarios ou representando pelo menos igual numero de mil acções.

Sessenta e nove. Os avisos das assembleas convocadas pelos accionistas de accordo com os presentes estatutos deverão ser assignados pelos accionistas que as convocarem ou por quaesquer cinco ou mais delles.

Setenta. Si passada meia hora a contar da marcada para reunião da assemblea convocada por accionistas, não se achar presente o numero preciso de accionistas portadores ou representantes do numero necessario de acções, dissolver-se-ha a assemblea.

Setenta e um. O presidente, com o consentimento da assembléa, poderá adiar uma tal assembléa qualquer, de tempos a outros e de logares a outros, mas não se tratará de negocio algum em qualquer assembléa adiada senão dos negocios que ficarem por acabar na assembléa em que se der o adiamento.

Setenta e dous. Em todos os adiamentos de assembléa convocada por accionistas deverá achar-se presente o referido numero de sete ou mais accionistas que possuam ou representem pelo menos mil acções em conjuncto, conforme se dispõe relativamente a uma tal assembléa original.

Setenta e tres. Todas as propostas submettidas á assembléa serão em primeiro lugar decididas symbolicamente, e no caso de empate de votos, o presidente terá, tanto na votação symbolica como no escrutinio que deverá verificar-se pela fórma abaixo mencionada, um voto preponderante além do seu proprio.

Setenta e quatro. A declaração do presidente de qualquer assembléa de que foi nella approvada qualquer deliberação por votação symbolica fará prova terminante, e um assento em tal sentido lançado no livro dos trabalhos será evidencia sufficiente desse facto, sem ser necessario provar o numero ou proporção dos votos emittidos a favor ou em conta de tal deliberação, salvo si immediatamente depois de tal declaração for pedido um escrutinio pelo menos por dous accionistas presentes e com o direito de votar em tal assembléa, ou por um accionista portador de mil acções.

Setenta e cinco. No caso de pedir-se o escrutinio, verificar-se-ha elle ao tempo e no logar, e sendo a votação simples ou mediante emprego de espheras, segundo indicar o presidente, e o resultado do escrutinio será considerado a deliberação da assembléa em que for pedido o escrutinio.

Setenta e seis. Os trabalhos de qualquer assembléa devidamente convocada e constituida e todas as deliberações e decisões de tal assembléa serão validas e obrigatorias para a companhia.

Setenta e sete. O conselho ou os gerentes farão registrar actas, em livros fornecidos para o mesmo fim, dos trabalhos de todas as assembléas da companhia, as quaes serão assignadas pelo presidente da assembléa. (Decimo.) Votos dos accionistas.

Setenta e oito. Sujeito a estes regulamentos, cada accionista terá o direito de votar nas assembléas da companhia relativamente a cada acção de que for proprietario inscripto.

Setenta e nove. Si mais de uma pessoa tiver direito em conjuncto a uma acção ou acções, a pessoa cujo nome for o primeiro inscripto no registro de accionista, e nenhuma outra, terá o direito de representação ou de votação relativamente a tal acção ou acções.

Oitenta. Os votos poderão ser emittidos ou pessoalmente, por procuração devidamente passada e outorgada para tal fim, ou por mandato, porém, todo o mandato deverá ser por escripto e assignado pelo mandante ou authenticado com o sello

symbolico de qualquer corporação que faz o mandante e não poderá ser nomeado mandatario pessoa alguma que não for accionista da companhia.

Oitenta e um. A escriptura que nomear mandatario será depositada na sede social, não menos de tres dias antes do designado para a reunião da assembléa, em que o mandatario reclamar o direito de votar. — (Decimo primeiro.) — Avisos.

Oitenta e dous. Dar-se-ha aviso com a antecedencia de pelo menos dez dias, de cada assembléa a celebrar-se, especializando-se o lugar, data e hora da reunião, e os objectos e trabalhos da assembléa, a juizo da directoria ou dos gerentes, quer mediante annuncio, quer por intimação enviada pelo Correio, ou de outro modo ao domicilio registrado de cada accionista, ou, si assim entender o conselho ou os gerentes, tanto por annuncio como por intimação, como dito fica, e não se tratará nella de nenhum outro negocio senão os que forem especializados em taes avisos.

Oitenta e tres. Todos estes avisos serão expedidos pelos gerentes, excepto no caso de assembléa convocada pelos accionistas, de conformidade com a presente escriptura.

Oitenta e quatro. Todos os avisos ou outros documentos que a companhia necessitar expedir aos accionistas poderão ser expedidos, quer pessoalmente, ou deixando-os ou mandando-os em carta pelo Correio, dirigida aos accionistas em seus domicilios registrados, e todo o aviso que for expedido pelo correio será considerado como dado ao tempo de mandar-se ao Correio.

Oitenta e cinco. Todos os avisos que houverem de ser dados de parte dos accionistas serão entregues no escriptorio da sede social.

Oitenta e seis. Toda a pessoa que, por operação da lei, transferencia ou quaesquer outros meios, vier a ter direito a qualquer acção, ficará obrigada por todos e quaesquer avisos ou outros documentos que antes de inscrever-se no registro o seu nome e endereço relativamente a ella tenham sido expedidos á pessoa de quem derivar aquella o seu direito.

Oitenta e sete. Quando qualquer aviso ou documento for entregue ou enviado de conformidade com os presentes estatutos, no ou ao domicilio registrado de um accionista, então, não obstante ter elle fallecido a esse tempo, e quer conste ou não o seu fallecimento á companhia, tal expedição de aviso ou outro documento será considerada, para todos os fins dos presentes estatutos, como expedição do mesmo aos seus herdeiros, testamenteiros e administradores e a cada um delles.

Oitenta e oito. A omissão em expedir-se qualquer de taes avisos a qualquer dos accionistas, si houver sido annunciado antecedentemente o aviso, não invalidará deliberação alguma approvada por qualquer assembléa. — (Decimo segundo.) — Dividendos.

Oitenta e nove. O mais cedo que for conveniente depois do dia trinta e um de dezembro de cada anno, os negocios da



companhia serão investigados plenamente, e os gerentes farão ou mandarão fazer um calculo do valor dos lucros auferidos pela companhia e os gerentes declararão qual a parte delles que a seu juizo possa ser livremente destinada para dividendo, e si tal dividendo for approved pelo conselho e a assembléa ordinaria seguinte, será elle distribuido entre os accionistas.

Noventa. Nenhum dividendo não pago vencerá juros contra a companhia.

Noventa e um. A companhia terá direito de retenção sobre todos os dividendos e outros numerarios pagaveis pela companhia a qualquer accionista, por conta de prestações ou por qualquer outro motivo, as quaes importancias, mencionadas em ultimo logar, os gerentes poderão abater de taes dividendos e outros numerarios.

Noventa e dous. Dar-se-ha aviso de qualquer dividendo a pagar a cada accionista que a tal tenha direito, —Decimo terceiro.)— Dissolução da companhia.

Noventa e tres. No caso de que em qualquer tempo as perlas da companhia venham a reduzir pela metade o seu capital subscripto, o conselho ou os gerentes farão convocar immediatamente a assembléa geral extraordinaria e apresentarão á mesma assembléa uma exposição completa dos negocios da companhia.

Noventa e quatro. No caso de parecer a essa assembléa extraordinaria, que as perdas da companhia tenham sido pelo valor mencionado na clausula precedente, o presidente de tal assembléa declarará dissolvida a companhia, e então será ella dissolvida nessa conformidade, excepto para os fins de liquidar os seus negocios, salvo si por essa assembléa extraordinaria for deliberado por maioria, que represente tres quartas partes das acções da companhia, que é inconveniente a dissolução da companhia, em cujo caso os expedientes que a companhia deverá seguir serão decididos por essa assembléa extraordinaria, e si forem confirmados por outra assembléa extraordinaria, que para tal fim será convocada pela directoria ou pelos gerentes e será celebrada dentro de não menos de quatorze dias, nem mais de um mez civil, a contar da reunião da assembléa extraordinaria mencionada em primeiro logar, os expedientes assim resolvidos serão seguidos e serão definitivamente obrigatorios para com a companhia.

Noventa e cinco. No caso da dissolução da companhia, os gerentes com a moior brevidade liquidar-a-hão e levarão as suas contas e negocios a um encerramento e ajuste final e os poderes dos gerentes subsistirão e continuarão para os fins da mesma liquidação e ajuste, mas não para nenhuns outros fins.

Noventa e seis. Quando forem liquidados, encerrados e ajustados os negocios da companhia, a parte do capital que restar, depois de pagos todos os passivos, será distribuida por entre os accionistas, segundo a ella tenham direito, caducando então

os presentes estatutos, e tal dissolução operará, tanto em direito como em equidade, como quitação final e geral entre todas as partes nella interessadas.

Noventa e sete. Com o fim de promover a mesma liquidação, encerramento e ajuste de contas, como dito fica, será lícito que os gerentes declarem que quaesquer dividas más ou duvidosas não podem cobrar-se, e que vendem a qualquer pessoa quaesquer creditos ou direitos sobre os bens de fallidos e outras pessoas, ou sobre os activos de quaesquer pessoas que hajam fallecido, si taes direitos e creditos não podem fazer-se effectivos immediatamente. (Nomes, endereços e descripção dos accionistas.) Francis Spencer, Hampshire, De Bedford, no condado de Bedford, negociante, Hugh Kinsman Brodie, trinta e seis, Line Street. E. C., negociante. Matthew George Megaw. Trinta e seis, Line Street. E. C., negociante. Robert Norton. Trinta e seis, E. C., negociante. Matthew Patteson. Trinta e seis Line Street E. C., negociante. Albert James Betts. Trinta e seis. Line Street. E. C., thesoureiro. Frederick Devereme Bawtree. Trinta e seis, Line Street E. C., caixeiro de commercio. Frederick Russell La Fargue. Trinta e seis, Line Street. E. C., guarda-livros. Em data de vinte e quatro de janeiro de mil oitocentos noventa e nove. Testemunhas da assignatura antecedente, Francis Spencer, Hampshire, Thos Warrington. Ecclesiastico. Reitoria de Offord D'Arcy, Huntingdon, testemunha das assignaturas de Hugh Kinsman, Brodie, Matthew George Megaw, Robert Norton, Matthew Patteson, Albert James Betts, Frederick Devereme Bawtree e Frederick Russell La Fargue. G. Coxall, caixeiro de Megaw & Norton, trinta e seis, Line Street, Londres. E. C. E' cópia conforme. J. S. Purcell, registrador de sociedades anonyms. (Estampilha). Estava collado o imposto do sello, um schilling. Eu abaixo assignado, Wilmer Matthews Harris, tabellião publico da cidade de Londres, por nomeação real, devidamente ajuramentado e em exercicio, certifico que o documento em idioma portuguez aqui annexo, é versão fiel e conforme da cópia official da escriptura social e estatutos da sociedade anonyma ingleza designada *F. S. Hampshire & Company, Limited*, contidos no exemplar aqui tambem annexo, e que a dita cópia official, estando authenticada como a assignatura, que reconheço verdadeira, do senhor John Samuel Purcel, registrador das sociedades anonyms da Inglaterra, é digna, bem como o é a referida traducção, de toda fé e credito, tanto nos tribunaes de justiça, como fora delles. Em testemunho do que, para fazer constar onde convier e para todos os effeitos legais, passo o presente que assigno e sello com o sello do meu officio, em Londres, aos dias dez de março de mil oitocentos e noventa e nove. *Quod attesta.* Wilmer Matthews Harris, notario publico. Estava ao lado o sello do notario publico. Reconheço verdadeira a assignatura retro de Wilmer Matthews Harris, tabellião publico desta cidade, e, para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente e liguei com os documentos numeros uma

trez, rubricados por mim, e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos dez de março de mil oitocentos e noventa e nove. F. Alves Vieira, consul geral. Estava sellada e devidamente inutilisada, de conformidade com a lei, uma estampilha consular, representando o valor de cinco mil réis. Estavam colladas e devidamente inutilisadas com o sinete da Recebedoria da Capital Federal quatro estampilhas representando o valor total de onze mil e cem réis. Reconheço verdadeira a assignatura do senhor F. Alves Vieira, consul geral em Londres. Rio de Janeiro, onze de abril de mil oitocentos e noventa e nove. Pelo director geral, L. P. J. da Silva Rosa. Estavam colladas e devidamente inutilisadas, de conformidade com a lei, quatro estampilhas representando o valor total de quinhentos e cincoenta réis. Nada mais se continha e nem declarava em o dito e mencionado documento acima transcripto, do qual bem e fielmente fiz extrahir a presente publica-fôrma que conferei e, achando-a em tudo conforme e sem cousa alguma que duvida faça, subscrevo e assigno nesta cidade. Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, aos treze dias do mez de abril de mil oitocentos e noventa e nove. E eu, Evaristo Valle de Barros, tabellão que subscrevi e assigno em publico e raso.—*Evaristo Valle de Barros*.—Em testemunho da verdade, estava o signal publico.



# DECRETO N. 3332 — DE 4 DE JULHO DE 1899

Transfere a Fernando Moitinho, Luiz Moitinho, Domingos Moitinho e Bernardo de Magalhães a concessão da Estrada de Ferro do Bananal, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Fernando Moitinho, por si e como procurador dos demais herdeiros do finado Domingos Moitinho, cessionario da Estrada de Ferro do Bananal, decreta:

Artigo I — Fica transferida a Fernando Moitinho, Luiz Moitinho, Domingos Moitinho e Bernardo de Magalhães a Estrada de Ferro do Bananal, de que era cessionario Domingos Moitinho, por decreto n. 918, de 24 de outubro de 1890.

Artigo II — Os ditos cessionarios são obrigados a concorrer annualmente com a quantia de tres contos e seiscentos mil réis (3:600\$) recolhida ao Thesouro Federal, por semestres adiantados, para as despesas e fiscalização.

Capital Federal, 4 de julho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3333 — DE 4 DE JULHO DE 1899

Concede autorização á Société Anonyme de la Sucrerie Villa-Raffard para funcconar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Société Anonyme de la Sucrerie Villa-Raffard, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorização á Société Anonyme de la Sucrerie Villa-Raffard para funcconar na Republica com os estatutos que apresentou, sob as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas e ficando obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 4 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3333 desta data**

I

A Société Anonyme de la Sucrerie Villa-Raffard é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela companhia.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcconar no Brazil si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 1:000\$000

a 5:000\$000; e na reincidência pela cassação da autorização concedida pelo decreto, em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Capital Federal, 4 de julho de 1899.—*Severino Vieira.*

## DOCUMENTO N. 1.

Eu abaixo assignado Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola—Escriptorio rua Primeiro de março n. 41 sobrado.

Certifico pela presente que me foi apresentado um documento escripto na lingua franceza afim de o traduzir para o portuguez, o qual é do teor seguinte:

### TRADUÇÃO

Acta da assembléa geral constitutiva da S. A. Fabrica de Assucar «Villa Raffard» 13 de fevereiro de 1899

Em papel sellado com um sello de um franco e cincoenta centesimos, pagando a taxa de decimos dobrados, além de outro, impresso a secco, do registro de sellos e heranças, ambos da Republica Franceza.

### SOCIEDADE ANONYMA DA FABRICA DE ASSUCAR VILLA RAFFARD

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUTIVA DATADA DE TREZE DE FEVEREIRO DE MIL OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE (13 DE FEVEREIRO DE 1899)

#### *Ordem do dia*

#### Constituição definitiva da sociedade

No anno de mil oitocentos e noventa e nove, aos 13 de fevereiro, ás dez horas da manhã (13 de fevereiro de 1899, 10 horas da manhã), na séde social em Pariz, Boulevard Poissonnière, numero vinte e cinco (n. 25), os accionistas da Sociedade Anonyma chamada «Fabrica (ou Engenho) de assucar Villa Raffard», reuniram-se em assembléa geral constitutiva.

A assembléa elegeu como presidente o Sr. Henri Durocher e designou para assistil-a na qualidade de escrutinadores os Srs. Maurice Allain e Fernand Doré.

A mesa escolheu o Sr. Dubéry para preencher as funções (servir) de secretario.

O Sr. presidente deposita sobre a mesa um exemplar do jornal *Les Affiches Parisiennes*, da data de nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899), consignando convocação para a presente assembléa.

Depois, declara que a folha de presença, devendo ser annexada á presente acta após ser certificada verdadeira pela mesa, verifica a presença de sete membros que representam por si mesmos a totalidade das acções, de modo que a assembléa se acha validamente constituída.

Consequentemente, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

O Sr. presidente deposita sobre a mesa:

1.º O traslado entregue por mestre Fuchs, tabellião de Saint-Chamond (Loire), de um instrumento (ou acto) de escriptura por elle recebido a nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899), contendo os estatutos da presente sociedade fundada pelo Sr. Léon de Bertier de Sauvigny, tendo por objecto a compra da fabrica (ou engenho) de assucar de «Villa-Raffard», situada em Capivary, Estado de S. Paulo (Brazil), propriedades e plantações da mesma dependências, pelo capital de um milhão e seiscentos mil francos (frs. 1.600.000) dividido em dezeseis mil (16.000) acções de cem francos (frs. 100) cada uma, a emittir em especies e pela qual não foi feita entrada alguma para a massa social (por parte dos socios), em natura (socio algum trouxe dinheiro para a massa ou depositou o seu equivalente em dinheiro; — *nature*, nempé: *pro numis aut compensatione mercurii*) nem se estipulou vantagem particular alguma.

2.º O traslado entregue pelo mesmo tabellião de uma escriptura por elle recebida aos nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899), contendo a declaração feita pelo Sr. Léon de Bertier de Sauvigny, fundador, de que as dezeseis mil (16.000) acções foram integralmente subscriptas e que a entrada (ou realiação em dinheiro) da quarta parte ou vinte e cinco francos (frs. 25) foi effectuada relativamente a cada uma das acções, seja um total de quatrocentos mil francos (frs. 400.000) á qual escriptura se acha annexo o estado ou lista das subscripções com a indicação das entradas, nomes, prénomes, profissões e domicilios.

3.º Dous recibos do Sr. Maurice Allain e do Sr. Pierre Iliriart, banqueiros de Pariz, confirmando que os quatrocentos mil francos (frs. 400.000) entradas foram na totalidade depositados nas suas caixas.

Depois, por proposta feita pelo Sr. presidente, se tomaram as seguintes resoluções:

1.º A assembléa adopta os estatutos da sociedade taes como foram redigidos por acto sob assignatura privada, datada de Pariz do primeiro de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (1.º de fevereiro de 1899), um de cujos originaes foi depositado no cartorio de Mestre Fuchs, tabellião de Saint Chamond (Loire), aos nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899).

2.º A assembléa reconhece a sinceridade da subscripção do capital social e das entradas verificadas pela declaração do fundador e lista que á mesma está junta.

3.º Nomear membros do conselho de administração para seis (6) annos:

O Sr. Maurice Allain;

O Sr. Fernand Doré;

O Sr. Léon de Bertier de Sauvigny;

e fixa a somma das senhas ou tentos de presença em cincoenta francos (frs. 50).

Esses administradores estão presentes á reunião e aceitam as funcções que lhes são conferidas.

Elle nomeia commissarios para o primeiro anno, com ordenados de setecentos e cincoenta francos (frs. 750) por anno:

O Sr. Roger Nogués e o Sr. Ferdinand Greyenbiehl, que aceitam esse cargo.

A assembléa por uma consequencia natural consigna e verifica que a sociedade se acha definitivamente constituída a partir desse dia.

A assembléa deu autorização aos administradores para fazerem negocio com a sociedade.

O Sr. Maurice Allain não tendo tomado parte na votação, foi votado unanimemente pelos seis accionistas que o Sr. Allain ficará sendo agente de comissão da sociedade.

Todas essas resoluções foram tomadas por unanimidade dos suffragios.

Nada mais se achando na ordem do dia, levantou-se a sessão ás (11 1/2 hs.) onze horas e meia.

E os membros da mesa, os administradores e os commissarios assignaram depois de prévia leitura.— *T. S. V. P.*

Certificado conforme e verdadeiro.

Sociedade Anonyma da Fabrica (ou engenho) de Assucar Villara-Raffard.

O presidente do conselho de administração (Assignado) *Maurice Allain*.

Visto por nós, chefe municipal da Communa do Segundo Districto, para a legalização da assignatura do Sr. Maurice Allain.

Pariz, onze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (11 de abril de 1899).— (Assignado) *Guil. Wickham*.

Abaixo se achava apposto o sello da Communa do Segundo Districto de Pariz, Republica Franceza.

Numero quinhentos e trinta e dous (n. 532).

Visto para a legalização da assignatura do Sr. Wickham, adjunto do primeiro official ou chefe municipal da Communa do Segundo Districto apposta acima.

Pariz, treze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (13 de abril de 1899).— O Prefeito do Sena, pelo Prefeito.

(Achavam-se os mais dizeres tão apagados que é impossivel decifral-os).— (Assignado) *Lavallé*.

Ao lado estava o sello da Prefeitura do Sena, Republica Franceza.

Visto para a legalização da assignatura do Sr. Lavallé, conselheiro da sexta classe.

Pariz, quatorze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (14 de abril de 1899).— Pelo Ministro do Interior. Pelo chefe da Secretaria, delegado— (Assignado) *I. Coupal*.

Ao lado estava o sello do Ministerio do Interior da Republica Franceza.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica verdadeira a assignatura do Sr. Coupal.

Pariz, quatorze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (14 de abril de 1899). Pelo Ministro. Pelo chefe de secção delegado— (Assignado) *E. Corpel*.

Ao lado estavam dous sellos do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, ambos da França, trazendo o menor a palavra «*Gratis*».

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.— Consulado dos Estados Unidos do Brazil, em Pariz, quatorze de abril de mil oitocentos e noventa e nove (14 de abril de 1899).— (Assignado) *João Belmiro Leoni*.

Achava-se apposto o sello do referido Consulado, que inutilisava devidamente uma estampilha no valor de cinco mil réis (5\$000).

Recebi quatorze francos e cincoenta centesimos (frs. 14.50).— (Assignado) *Leoni*.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Belmiro Leoni, consul em Pariz.

Sobre cinco estampilhas, do valor colectivo de quinhentos e cincoenta réis (550), devidamente inutilisadas, estavam os seguintes dizeres : Rio de Janeiro, cinco de maio de mil oitocentos e noventa e nove (5 de maio de 1899).— Pelo director geral— (Assignado) *L. P. da Silva Rosa*.

Ao lado estava o sello da Secretaria das Relações Exteriores do Brazil.

Sobre tres estampilhas, valendo juntas novecentos réis (\$900), estava o carimbo da Recebedoria da Capital Federal, trazendo a data logo acima indicada.

*Via-se o sello do Consulado do Brazil, em Pariz, impresso sobre lacre vermelho, prendendo por um torçal as paginas do documento.*

Nada mais continha o documento supra, que do original francez verti litteral e fielmente. Em fé do que, passei a presente, que assigno, appondo-lhe o sello do meu officio, nesta cidade, aos cinco de maio de mil oitocentos e noventa e nove.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1899.—*Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico.

Emolumentos .....	30\$000
Estampilhas .....	3\$000
Recebi.....	33\$000

*Fernandes da Cunha Filho* ( firma no tabellião Dario ).

## DOCUMENTO N. 2

Eu, abaixo assignado, Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola — Escriptorio — Rua Primeiro de Março, n. 41 — so-brado.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua franceza, a fim de o traduzir para o portuguez, o qual é do teor seguinte :

### TRADUÇÃO

**Declaração de subscrição e de entradas de dinheiro — En-genho de Villa-Raffard**

Em papel, sellado com o sello de um franco e cincoenta centesimos, pagando a taxa de decimas dobradas e mais outro estampado a secco do Registro de sellos e heranças, ambos da Republica Franceza.

*Declaração de subscrição e de entradas de dinheiro — Engenho de assucar de Villa-Raffard*

E aos nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove ( 9 de fevereiro de 1899 ).

Perante mestre Fuchs e o seu collega, tabellião de Saint Chamond, (Loire), abaixo-assignados.

Compareceu :

O Sr. Léon de Bertier de Sauvigny, proprietario, residente em Pariz, no arrabalde de Saint-Honoré, numero cento e dous ( n. 102 ).

O qual, pela presente, declarou que o capital social de um milhão e seiscentos mil francos ( frs. 1.600 000 ), dividido em dezesseis mil ( 16.000 ) acções, cada uma de cem francos ( frs. 100 ), da sociedade anonyma, por elle fundada, sob o denominação de — Engenho ( de



assucar) de Villa-Raffard — segundo escriptura lavrada perante mestre Fuchs, um dos tabelliães abaixo assignados, no primeiro dia do corrente mez de fevereiro, cuja minuta precede, ficou inteiramente formada, em consequencia da subscrição da totalidade das dezesseis mil (16.000) acções.

E que a entrada da quarta parte, ou vinte e cinco francos (frs. 25), foi realizada por sobre cada uma das acções subscriptas.

O comparecente exhibiu aos tabelliães abaixo assignados um documento attestado verdadeiro e por elle assignado, contendo:

1.º A lista nominal dos subscriptores, com os seus nomes, prenomes, qualidades e residencias e o numero das acções subscriptas por cada um delles.

2.º O estado (ou rol) das entradas effectuadas por cada um dos subscriptores. Peça essa que ficou appensa, depois do comparecente tel-a certificado por verdadeira, em presença dos tabelliães abaixo assignados, que acima de tudo fizeram menção.

Consequentemente, haverá e dar-se-ha a oportunidade de convocar-se a assembléa geral dos accionistas para se nomearem os administradores, assim como o commissario, e de fazer constar como verificada a constituição definitiva da sociedade.

Escriptura essa que foi feita e passada em Saint-Chamond, em Cartorio.

E procedendo-se á sua leitura, o comparecente assignou com os tabelliães.

Assignado na minuta — *Léon de Bertier de Sauvigny. — J. Saubière. — E. Fuchs.*

Os dous ultimos, tabelliães.

Registrada em Saint-Chamond, aos nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899), folha sessenta e oito, casa dezesete (fl. 68, c. 17).

Recebidos tres francos e setenta e cinco centesimos (frs. 3,75). — (Assignado) *Bouyer.*

Segue-se o teor do annexo.

*Lista nominal dos subscriptores de acções da sociedade intitulada «Engenho (de assucar) de Villa Raffard» constituída sob a fórma anonyma, com o capital de um milhão e seiscentos mil francos (frs. 1.600.000).*

Senhores Léon de Bertier de Sauvigny, proprietario, domiciliado em Pariz, no arrabalde de Saint-Honoré, que subscreeveu mil acções e fez entrada de vinte e cinco mil francos, <i>nempé.</i> (Léon de Bertier de Sauvigny).....	25.000 francos
Fernand Doré, industrial em Troyes, que subscreeveu quatro mil acções e fez entrada de cem mil francos.....	100.000 »
Maurice Allain, negociante, domiciliado em Pariz, rua de Solferino numero seis (n. 6) que subscreeveu tres mil acções e fez entrada de setenta e cinco mil francos.....	75.000 »
Henri Durocher, engenheiro de artes e manufacturas, domiciliado no Rio de Janeiro e provisoriamente em Pariz, no Boulevard Poissonnière, numero vinte e cinco (n. 25), que subscreeveu sete mil acções e fez entrada de cento e setenta e cinco mil francos.....	175.000 »

Pierre Hiriart, banqueiro, domiciliado em Pariz, rua Quatre Septembre numero seis bis (n. 6 bis), que subscreeveu quinhentas acções e fez entrada de doze mil e quinhentos francos.....	12.500 francos
Raoul Noguès, legista, domiciliado em Pariz, no Boulevard des Filles du Calvaire, numero cinco (n. 5), que subscreeveu duzentas acções e fez entrada de cinco mil francos.....	5.000 »
Ferdinand Greyenbiehl, negociante, domiciliado em Pariz, á rua Louis Blanc, numero sessenta (n. 60), que subscreeveu trezentas acções e fez entrada de sete mil e quinhentos francos.....	7.500 »
Total realmente entrado: quatrocentos mil francos, representando a quarta parte do capital social..	400.000 »

Certificado sincero e verdadeiro.

Saint Chamond, nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899). — (Assignado) *Léon de Bertier de Sauvigny*.

Certificado verdadeiro e annexo a um acto de declaração de entradas de dinheiro e subscrição, lavrado por Mestre Fuchs e seu collega, tabelliães de Saint Chamond, aos nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899).

Segue-se a assignatura do Sr. Léon de Bertier de Sauvigny e as firmas com as le tras de Mestres Sablière e Fuchs, tabelliães.

Registrado em Saint Chamond, aos nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899), folha 68, casa dezeseite (fl. 68, c. 17).

Recebidos tres francos e de decimas setenta e cinco centesimos (frs. 3.75). — (Assignado) *Bouyer*.

Traslado — (Assignado) *E. Fuchs*.

Abaixo se achava apposto o sello do Senhor E. Fuchs, Tabellião de Saint Chamond, (Loire) Republica Franceza.

Visto por nós, Juiz de Paz do Cantão de Saint Chamond, para legalisação da assignatura de Mestre Fuchs, tabellião, apposta acima.

Saint Chamond, dezoito de abril de mil oitocentos e noventa e nove (18 de abril de 1899). — (Assignado) *Guétat*.

Achava-se apposto ao lado o sello do Senhor Guétat, juiz de paz do Cantão de Saint Chamond, no Loire, Republica Franceza.

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Guétat, apposta do outro lado.

Pariz, vinte de abril de mil oitocentos e noventa e nove (20 de abril de 1899).

Por delegação do Guarda dos Sellos, Ministro da Justiça. — O sub-chefe de secção — (Assignado) *F. Naissant*.

Ao lado se achava affixado o sello do Ministerio da Justiça da Republica Franceza.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica verdadeira a assignatura do Senhor Naissant.

Pariz, vinte de abril de mil oitocentos e noventa e nove (20 de abril de 1899). Pelo Ministro — Pelo chefe de secção delegado — (Assignado) *E. Corpelet*.

Ao lado se achava apposto um sello que trazia os seguintes dizeres :

Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza.

A terceira folha do documento original francez trazia impresso um sello do valor de um franco e cincoenta centesimos, pagando á mais a taxa de decimas dobradas, além de outro estampado a secco, do Registro do sellos e heranças, ambas da Republica Franceza.

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros desta Republica.

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Pariz.

Pariz, vinte de abril de mil oitocentos e noventa e nove (20 de abril de 1899). — O Consul — (Assignado) *João Belmiro Leoni*.

Ao lado estava collada uma estampilha do valor de cinco mil réis (5\$) devidamente inutilisada e sobre ella estampado se via o sello do referido Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil em Pariz.

Lia-se a nota transversalmente lançada á margem :

Recebi quatorze francos e cincoenta centesimos (frs. 14.50). — (Assignado) *Leoni*.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. João Belmiro Leoni, consul em Pariz.

Rio de Janeiro, nove de maio de mil oitocentos e noventa e nove (9 de maio de 1899). — Pela Directoria Geral — (Assignado) *L. P. da Silva Rosa*.

Achavam-se applicadas quatro estampilhas valendo collectivamente quinhentos e cincoenta réis (\$559), com a mesma data e assignatura logo acima declaradas, que as inutilisavam devilmente.

Achava-se affixado ao lado o sello da Secretaria das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Tambem vinham affixadas duas estampilhas do valor colectivo de um mil e duzentos réis (1\$200) devidamente inutilisadas pelo carimbo da Recebedoria da Capital Federal, que trazia a data de nove de maio de mil oitocentos noventa e nove (9 de maio de 1899).

Nada mais continha nem declarava o documento supra, que o mais litteral e fielmente possivel traduzi do proprio original, escripto em francez, ao qual aqui me reporto.

Em fé do que passei a presente que assigno, appondo-lhe o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos nove dias do mez de maio do anno de mil oitocentos e noventa e nove.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1899. — *Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico.

Emolumentos 33\$, estampilhas 3\$300, escripturação 11\$, recebi 47\$300. — *Fernandes da Cunha Filho*. (Firma no tabellião Dario.)

### DOCUMENTO N. 3

Eu abaixo assignado, Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola — Escriptorio rua Primeiro de Março n. 41, sobrado.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua franceza, afim de o traduzir para o portuguez, o qual é do theor seguinte :

### TRADUÇÃO

Sociedade Engenho de Assucar de «Villa Raffard» — Estatutos  
— 1 de fevereiro de 1899

Em papel que trazia um sello do valor de um franco e 50 centesimos, comprehendendo a taxa de decimas dobradas, e mais outro do registro dos sellos e heranças, ambos da Republica Franceza.

Perante Mestre Fuchs e o seu collega, tabellião de Saint Chamond, (Loire), abaixo assignado.

Compareceu :

O Sr. Léon de Bertier de Sauvigny, proprietario, residente em Pariz, Faubourg Saint Honoré, numero cento e dous (n. 102).

O qual estabeleceu do modo seguinte os estatutos de uma sociedade anonyma :

## ESTATUTOS

### TITULO PRIMEIRO

#### *Denominação, objecto, sede e duração*

Art. 1.º Forma-se uma sociedade anonyma, que existirá entre os proprietarios dos titulos creados, que adevante se especificam, e que será regida pelas leis de vinte e quatro de julho de mil oitocentos e sessenta e seta ( 24 de julho de 1867 ) e primeiro de agosto de mil oitocentos e noventa e tres ( 1º de agosto de 1893 ) e pelos presentes Estatutos.

Art. 2.º Esta sociedade será denominada — Engenho de Assucar de Villa-Raffard.

Art. 3.º Ella tem por objecto :

1º — A compra da Fabrica de Assucar de Villa-Raffard, situada em Capivary, Estado de S. Paulo, no Brazil, das propriedades e plantações dependentes da mesma;

2º — A exploração da cultura da canna e da industria assucareira e a de todas as demais industrias ou negocios que a isso se prendem, a compra, a construcção, a revenda dos terrenos, immoveis, material e machinas uteis á referida exploração, todas as operações moveis ou immoveis que se prendem directa ou indirectamente ao fim social.

Ella poderá, sob toda e qualquer fórma, seja qual for, comprar, tomar todas as participações em todas as sociedades similares, existentes ou futuras (por se crearem).

Art. 4.º A sede social é em Pariz, Boulevard Poissonnière, numero vinte e cinco (n. 25).

Poderá ser transferida para qualquer logar da mesma cidade, por simples decisão do conselho de administração.

Art. 5.º A duração da sociedade está fixada para trinta ( 30 ) annos, a contarem-se do dia da sua constituição definitiva, salvo o caso de dissolução anticipada, ou de prorogação, previstos pelos presentes estatutos.

### TITULO II

#### *Capital social — Acções*

Art. 6.º O capital social está fixado em *um milhão e seiscentos mil francos* (1.600.000 frs.) e dividido em *dezseis mil acções* (16.000) de *cem francos* (100 frs.) cada uma, pagaveis em numerario.

Art. 7.º O capital social pôde ser augmentado em uma ou varias vezes, pela creação de novas acções, em virtude de uma decisão da *assembléa geral convocada extraordinariamente, conforme o artigo trigesimo setimo* (art. 37), adevante.

A *assembléa geral*, por proposta do conselho de administração, fixa as condições das novas emissões.

A assembléa geral tambem póde, em virtude de uma deliberação tomada, como foi dito ha pouco, decidir, nas condições que determinar, a redução do capital social.

Art. 8.º A somma das dezeseis mil (16.000) acções a subscriverem-se é pagavel *ad libitum* dos subscriptores.

A. Quer em sua totalidade, ou cem francos ( frs. 100 ) por occasião da subscripção ;

B. Quer a quarta parte, ou vinte e cinco francos ( frs. 25 ) por occasião da subscripção, e o restante ao passo e medida das necessidades da sociedade, nas épocas e proporções que forem determinadas pelo conselho de administração.

As chamadas ( de fundos, para entrar com dinheiro ) são levadas ao conhecimento dos accionistas por um aviso, inserto um mez, pelo menos, antes da época fixada para cada entrada, em um jornal de annuncios legais de Pariz.

Os titulares, os cessionarios intermediarios e os subscriptores são obrigados solidariamente pela importancia da acção.

Todo subscriptor ou accionista que ceder o seu titulo, dous annos depois da cessão é que deixa de ser responsavel pelas entradas ( de dinheiro) ainda não chamadas.

Art. 9.º Na falta de pagamento das acções nas épocas determinadas, conforme o artigo precedente, são devidos juros por todos os dias ( cada dia) de demora, á razão de seis por cento ( 6 %) ao anno, sem haver mister de demanda em juizo.

A sociedade póde mandar vender as acções cujas entradas se achem em atraso. Para esse fim os numeros das acções serão publicados em um dos jornaes de annuncios legais de Pariz.

Quinze (15) dias depois dessa publicação, a sociedade, sem reclame formal e sem mais formalidade, tem o direito de mandar proceder á venda das acções, por junto ou por partes (a retalho), até successivamente por conta e risco dos retardatarios, na Bolsa de Pariz, por intermedio de um corretor ou agente de cambio, si as acções estão cotadas e no caso contrario em lances ou hasta publica por intermedio de um notario.

Os titulos das acções assim vendidas se tornam nullos de pleno direito e se entregarão aos adquirentes novos titulos, declarando os mesmos numeros de acções.

Consequentemente, toda a acção que não declarar a menção regular das entradas exigiveis deixa de ser negociavel.

Nenhum dividendo lhe será pago ; o producto liquido de venda das alludidas acções applica-se, nos termos de direito, ao que é devido á sociedade pelo accionista privado das mesmas (desaposado), o qual se torna devedor da differença para menos, ou aproveita o excesso.

A sociedade póde igualmente exercer a acção pessoal e de direito commum contra o accionista e os seus gerentes, quer antes, quer depois da venda das acções, quer concurrentemente com essa venda.

Art. 10. A primeira entrada é verificada por um recibo nominal, que no mez da constituição da sociedade será trocado por um titulo provisório de acção igualmente nominal.

Todas as entradas ultteriores, com excepção da ultima, são mencionadas neste titulo provisório.

A ultima entrada se fará, dando-se em troca o titulo definitivo. Semelhante titulo definitivo será entregue desde o começo aos que tiver m pago immediatamente o capital integral de cada acção.

Os titulos de acções inteiramente liberadas (remidas) são nominaes ou ao portador, á escolha do accionista.

Art. 11. Os títulos provisórios ou definitivos de acções são extraídos de um livro de talão (Registro) (*Livre à souche*), rubricados com um numero de ordem e com a assignatura de dous administradores.

Art. 12. A cessão dos títulos nominaes opera-se de conformidade com o artigo trinta e seis (art. 36) do Código Commercial, por uma declaração de transferencia assignada pelo cedente ou renunciante e pelo cessionario, ou pelo seu mandatario, e inscripta em um registro da sociedade.

A sociedade pôde exigir que a assignatura e a capacidade das partes sejam certificadas por um corretor (ou agente de cambio), ou por um notario.

A cessão das acções ao por'alor realiza-se pela simples tradição. Art. 13. As acções são indivisiveis, em consideração á sociedade, que não reconhece sinão um unico proprietario para cada acção.

Os proprietarios indivisos são obrigados a fazerem-se representar ante a sociedade por um só dentre elles, consideralo por ella como unico proprietario.

Art. 14. Cada acção dá direito, na propriedade do activo social, a uma parte proporcional ao numero das acções emitidas.

Dá direito além disso:

1º, a uma parte nos lucros, como se acha estipulado mais adiante ;

2º, aos juros de seis por cento (6%), do capital entrado ou liberado e (remido), é lançado na conta dos gastos ou despezas geraes da sociedade.

Art. 15. Os direitos e obrigações inherentes (ligados) á acção acompanham o titulo seja para que mãos passe ; a posse de uma acção acarreta, de pleno direito, adhesão aos estatutos da sociedade e ás resoluções tomadas pela assembléa geral.

Os herdeiros ou credores de um accionista não podem, por qualquer pretexto, seja elle qual for, requerer a apposição dos sellos sobre os bens e papeis da sociedade.

### TITULO III

#### *Administração da sociedade*

Art. 16. A sociedade é administrada por um conselho, composto de tres (3) membros, pelo menos, e de sete (7), no maximo, tirados dentre os socios, e nomeados pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 17. Os administradores devem ser proprietarios, cada um, de cem (100) acções, durante toda a duração das suas funções.

Essas acções são affectas, na sua totalidade, á garantia dos actos da administração, ainda daquelles que fossem exclusivamente pessoas a um dos administradores. Ellas são nominaes, inalienaveis, impressas com um sello ou carimbo indicativo da inalienabilidade, e depositadas na caixa social.

Art. 18. A duração das funções dos primeiros administradores é de seis (6) annos, salvo o effeito da renovação parcial, de que se vae tratar.

O conselho renova-se na razão de um ou dous membros cada anno, ou todos os dous annos (de dous em dous annos) alternando, sendo possivel, de maneira que a renovação esteja completa em cada periodo de seis (6) annos.

Para as primeiras applicações desta disposição, a sorte é que indica a ordem de sahida ; uma vez estabelecida a substituição, se fará a renovação por antiguidade.

Todo membro que sahe é reeligivel.

Art. 19. Si o conselho é composto de menos de sete (7) membros, os administradores tem a faculdade de completar-se, si elles o julgarem util para as necessidades do serviço e interesse da sociedade.

Neste caso, as nomeações, feitas a titulo provisório pelo conselho, ficam sujeitas, por occasião da sua primeira reunião, á confirmação da assemblea geral, que determina a duração do mandato.

Da mesma forma, si um lugar de administrador ficar vago no intervallo de duas assembleas geraes, os administradores restantes podem prover provisoriamente a substituição e a assemblea geral, por occasião da sua primeira reunião, procede á eleição definitiva.

O administrador nomeado em substituição do outro, só fica funcionando durante o tempo restante, contado do exercicio do seu predecessor.

Art. 20. Cada anno, o conselho nomeia, entre os seus membros, um presidente que pôde ser sempre reeleito.

Em caso de ausencia do presidente, o conselho designa para cada sessão, dos membros presentes, o que deve exercer as funções de presidente.

O conselho, tambem, designa a pessoa que deve exercer as funções de secretario e que pôde ser tomada mesmo fóra do conselho.

Art. 21. O conselho de administração reúne-se por convocação do presidente ou de dous de seus membros, tantas vezes quantas o interesse da sociedade o exigir.

E' necessaria a presença da metade do conselho, pelo menos, para a validade das deliberações.

As deliberações são tomadas pela maioria dos membros presentes.

Em caso de empate, o voto do presidente é preponderante.

As reuniões se farão em Pariz, na sede social, ou em qualquer outro lugar, designado pelos membros do conselho.

Nenhum administrador pôde votar por procuração.

Art. 22. As deliberações do conselho são verificadas (constarão) das actas inscriptas em um registro especial, e assignadas pelo presidente e pelo secretario.

As cópias ou extractos dessas actas, para serem apresentados em juizo ou fóra delle, são assignados pelo presidente do conselho ou por dous administradores.

Art. 23. O conselho de administração tem os poderes mais amplos para agir em nome da sociedade e praticar ou autorisar todos os actos ou operações relativas ao seu objecto.

Tem especialmente os seguintes poderes, os quaes são enunciativos e não limitativos :

Representa a sociedade perante terceiros.

Faz os regulamentos da sociedade.

Nomeia e demitte todos os agentes e empregados da sociedade, fixa os honorarios, salarios, comissões e gratificações, assim como as demais condições de sua admissão e de sua retirada, no tocante principalmente a um director no Brazil.

Fixa as despesas geraes de administração, regula os abastecimentos (ou provisões) de toda a especie.

Cobra as quantias devidas á sociedade e paga as que a mesma deve.

Subscrive, endossa, acceita e passa quitação a todos os effeitos commerciaes.

Estatue sobre todos os tratos e ajustes que fazem parte do objecto da sociedade.

Autorisa todas as acquisições, venda, permuta, locação de bens moveis e immoveis, assim como todas as reversões (*retraits*), transferencias, alienações de rendas e outros valores pertencentes á sociedade.

Determina a collocação dos capitães disponiveis e regula o emprego dos fundos de reserva.

Contrahе todos os empréstimos, com ou sem hypotheca, ou quaesquer garantias, sobre os bens sociaes, por meio de abertura de credito ou por outra fórma.

Todavia, os empréstimos sob fórma de obrigações devem ser autorisados pela assemblea geral dos accionistas.

Autoriza todas as acções judicarias, quer como autor, quer como réo.

Autoriza todos os tratos, transacções, compromissos, todas as approvações (aquiescencias) ou desistencias, assim como todos os levantamentos de inscripções, penhoras, embargos e outros direitos, antes e depois de pagamento.

Apura os estados de situação, os inventarios e as contas que devem ser sujeitas á assemblea geral dos accionistas, estatue sobre todas as propostas que se lhe façam e determina a ordem do dia.

Art. 24. O conselho pôde delegar os poderes que julgar convenientes a um ou a diversos administradores, residentes no Brazil, para a administração corrente da sociedade e execução das decisões do conselho de administração.

Essa delegação pôde, tambem, ser feita (lada) a pessoas extranhas á sociedade.

Poderá, principalmente, intervir em proveito ou beneficio de um director geral da empresa, no Brazil.

As attribuições e poderes dos administradores delegados e os abonos ou concessões especiaes a attribuir-lhes são determinados pelo conselho de administração.

Art. 25. Todos os actos concernentes á sociedade, decididos pelo conselho, assim como as reversões (*retraits*) de fundos e valores, as ordens a banqueiros, devedores e depositarios e as subscripções, endossos, accetes ou recibos de valores (effeitos) commerciaes, são assignados por dous administradores, salvo havendo delegação especial do conselho a um só administrador, ou a outro qualquer mandatario.

Art. 26. Os administradores, em razão da sua gestão, não contrahem obrigação alguma pessoal nem solidaria, relativamente aos compromissos da sociedade.

São unicamente responsaveis pela execução do mandato que receberam.

Art. 27. Os administradores teem direito a uma parte dos lucros da sociedade, assim como se acha dito no artigo quadragésimo segundo (art. 42).

#### TITULO IV

##### *Commissarios*

Art. 28. A assemblea geral nomeia cada anno um ou diversos commissarios, socios ou não, encarregados de fazer um relatorio á assemblea geral do anno seguinte, a respeito da situação da sociedade, sobre o balanço, e das contas apresentadas pelo conselho de administração.

São reelegiveis.

Durante o trimestre que precede a época fixada para a reunião da assemblea geral, os commissarios teem o direito, todas as vezes que o julguem conveniente ao interesse social, de tomar communicação dos livros e examinar as operações da sociedade.

Podem, em caso de urgencia, convocar a assemblea geral.

Teem direito a uma remuneração, cuja importancia é a fixada pela assemblea geral.



## TITULO V

*Assembléas geraes*

Art. 29. Os accionistas, cada anno, reúnem-se em assembléa geral, antes do fim do mez de maio, no dia, hora e logar designados no aviso da convocação.

A primeira assembléa geral se reunirá a trinta e um de maio de mil e novecentos (31 de maio de 1900), o mais tardar.

As assembléas geraes podem ser convocadas extraordinariamente, quer pelos administradores, quer pelos commissarios, em caso de urgencia.

As convocações ás assembléas geraes ordinarias ou extraordinarias são feitas quinze (15) dias pelo menos, com antecedencia, por um aviso inserto em um dos jornaes designados para os annuncios legais em Pariz.

Esse prazo póde ser reduzido a oito (8) dias para as assembléas extraordinarias ou convocadas extraordinariamente.

Será até reduzido a tres (3) dias para a primeira assembléa geral constitutiva:

As convocações devem indicar summariamente o objecto da reunião.

Art. 30. A assembléa geral compõe-se dos accionistas proprietarios de (20) vinte acções pelo menos.

Todavia, os proprietarios de menos de vinte (20) acções poderão reunir-se para formar esse numero e fazer-se representar por um delles.

Todos os proprietarios de acções ao portador, e os titulares de acções nominaes, que, não tendo o numero necessario, querem usar do direito das reuniões acima apontadas, devem, para ter o direito de assistir á assembléa geral, depositar, cinco (5) dias antes da reunião, os seus titulos e procurações na séde social, ou nas caixas designadas pelo conselho de administração.

Art. 31. E' entregue a cada depositante uma carta de admissão nominal.

Os titulares de titulos nominaes ou certificados de depositos de vinte (20) acções, ou mais, cinco (5) dias, pelo menos, antes da reunião, teem o direito de assistir á assembléa geral ou de fazer-se nella representar por procuradores (mandatarios).

Ninguém póde substituir um accionista na assembléa, si não for membro, tambem, dessa assembléa ou representante legal de um membro da assembléa.

A fórma dos poderes é determinada pelo conselho de administração.

Art. 31. A assembléa geral, regularmente convocada e constituida, representa a universalidade dos accionistas.

Art. 32. A assembléa é presidida pelo presidente do conselho de administração, ou, em sua falta, por um administrador delegado pelo conselho.

As funcções de escrutinadores são exercidas pelos dous maiores accionistas presentes, e em recusa delles, pelos que se lhes vão seguindo, até a acceitação.

O conselho (a mesa: *Bureau*) designa o secretario.

Haverá uma folha de presença. Ella conterá os nomes e domicilios dos accionistas presentes e representados e o numero das acções possuidas por todos, singularmente (cada um delles); esta folha é certificada pela mesa (*bureau*), é depositada na séde social e deve ser communicada a todo requerente.

Art. 33. A ordem do dia é designada pelo conselho de administração.

Só podem ser submettidas á deliberação as propostas que emanem do conselho e as que lhe forem sujeitas vinte (20) dias, pelo menos, antes da assembléa, com a assignatura de accionista que represente, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Art. 34. As assembléas que teem de deliberar em casos que não os previstos nos artigos trinta e sete e quarenta e cinco (arts 37 e 45), em seguida, devem ser compostas de accionistas que, pelo menos, representem a quarta parte do capital social.

Si esta condição não for satisfeita ou preenchida, a assembléa geral é convocada de novo, segundo as fórmias prescriptas pelo artigo vigesimo nono (art. 29).

Nessa segunda reunião, as deliberações são validas, seja qual for o numero de acções representadas; mas ellas não podem tratar sinão dos objectos apresentados ou postos em ordem do dia da primeira reunião.

Art. 35. As deliberações são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes; no caso de empate, o voto do presidente é preponderante.

Cada membro da assembléa tem tantos votos quantas vezes possuir ou representar vinte (20) acções, sem poder, todavia, reunir, tanto em seu nome, quanto como mandatario, mais de duzentos votos.

Art. 36. A assembléa geral ouve o relatório dos administradores sobre os negocios sociaes; ouve, igualmente, o relatório dos commissarios sobre a situação da sociedade, sobre o balanço e sobre as contas apresentadas pelos administradores.

Discute, approva ou corrige as contas, fixa os dividendos que devem ser repartidos.

Nomeia os administradores e os commissarios.

Determina o abono dos commissarios.

Autoriza todos os empréstimos hypothecarios ou outros, por via de emissão de obrigações.

Delibera sobre todas as outras propostas apresentadas ou offerecidas em ordem do dia.

Emfim, pronuncia soberanamente sobre todos os interessees da sociedade e confere ao conselho as autorizações necessarias para todos os casos em que os poderes a elle attribuidos forem insufficientes.

A deliberação que contém a approvação do balanço e das contas deve ser precedida do relatório dos commissarios, sob pena de nulidade.

Art. 37. A assembléa geral, convocada extraordinariamente, pôde, por iniciativa do conselho de administração, trazer aos estatutos as modificações cuja utilidade for por elle reconhecida.

Ella pôde decidir principalmente:

O augmento ou a redução do capital social.

A amortização total ou parcial desse capital, por meio de um desconto sobre os lucros.

A prorrogação, a redução de duração, ou dissolução antecipada da sociedade.

A fusão total ou parcial, ou a participação da sociedade com outras sociedades constituídas ou por se constituirem.

O traspasse ou a venda a quaesquer terceiros, ou a passagem para qualquer sociedade, de todos ou de parte dos bens, direitos e obrigações da sociedade.

As modificações podem até attingir o objecto da sociedade, mas sem poder mudal-o completamente, ou alteral-o na sua essencia.

Mas, nos casos previstos no presente artigo, a assembléa geral não

póde deliberar validamente enquanto não reunir accionistas que representem a metade, pelo menos, do capital social.

A assembléa compõe-se e delibera como fica especificado nos artigos trigesimo e trigesimo quinto (arts. 30 e 35).

Todavia, si em uma primeira convocação, a assembléa não póde ficar constituida regularmente, conforme o paragrapho antecedente, metade, pelo menos, do capital, póde convocar-se uma segunda assembléa geral, para a qual, por derogação do que fica dito no artigo trigesimo (art. 30), são chamados todos os accionistas.

A segunda assembléa, mesmo, não fica regularmente constituida sem que os accionistas presentes representem a metade, pelo menos, do capital social.

Nesse caso especial, cada accionista tem, pelo menos, um voto e tantos votos quantas vezes elle possuir ou representar vinte (20) acções, sem poder, em caso algum, reunir mais de duzentos votos.

Art. 38. As deliberações da assembléa geral são comprovadas por actas inscriptas em registro especial, e assignadas pelos membros que compoem a mesa (*bureau*).

As cópias ou extractos dessas actas, para serem produzidos em juizo ou fóra d'elle, são assignados pelo presidente do conselho ou, na sua falta, por dous administradores.

Art. 39. As deliberações tomadas de conformidade com a lei e com os estatutos, obrigam a todos os accionistas, até ausentes ou dissidentes.

#### TITULO VI

##### *Inventario, fundos de reserva e repartição dos beneficios*

Art. 40. O anno social começa a um (1) de abril e termina a trinta e um (31) de março seguinte.

Por excepção, o primeiro exercicio comprehende o tempo decorrido desde a constituição da sociedade até trinta e um (31) de março de mil e novecentos (1900).

Art. 41. Faz-se, cada anno, conforme o artigo nono do Codigo Commercial (art. 9º do Cod. Com.) um inventario contendo a indicação do activo e do passivo da sociedade.

O inventario, o balanço e a conta de lucros e perdas são postos á disposição dos commissarios no quadragésimo (40º) dia, o mais tardar, antes da assembléa geral.

Eles são apresentados a esta assembléa quinze dias antes da assembléa geral; todo o accionista póde tomar, na sêde social, comunicação do inventario e da lista dos accionistas, obter que lhe deem, á sua custa, cópia do balanço, resumindo o inventario, e do relatório dos commissarios.

Art. 42. Os productos liquidos da sociedade, verificados pelo inventario annual, feita a deducção das despezas geraes e dos encargos sociaes, comprehendendo principalmente todas as amortizações, constituem os lucros liquidos.

Sobre esses lucros liquidos se tiram:

1.º Cinco por cento (5 %) para constituir o fundo de reserva, previsto pela lei.

Esse desconto deixa de ser obrigatorio quando o fundo de reserva attingir a uma quantia igual á decima parte do capital social.

Retorna o seu curso, si se vier a tocar na reserva.

2.º A quantia necessaria para pagar aos accionistas, a titulo de primeiro dividendo, seis (6 %) por cento e das quantias de que estão remidas (ou liberadas) e não amortizadas, as suas acções, sem que, si os

lucros de um anno não permittirem esse pagamento, os accionistas possam reclamar-o dos lucros dos annos subsequentes.

O saldo é repartido do seguinte modo:

Dous e meio por cento (2 1/2 %) para o director geral da empresa no Brazil.

Sete e meio por cento (7 1/2 %) para o conselho de administração.

Dez por cento (10 %) do resto para um fundo de amortização.

Vinte por cento (20 %) do novo resto para um fundo de previsão, que será facultativo, e que o conselho de administração fixará a sua dotação annual nestes limites.

O que sobrar, pelos accionistas.

Art. 43. O pagamento dos dividendos faz-se annualmente, nas épocas e logares designados pelo conselho de administração.

O conselho de administração póde, todavia, no decurso de cada anno social, proceder á repartição de uma somma, por conta do dividendo do anno corrente, si os lucros realizados o permittirem.

Os dividendos de toda acção nominal ou ao portador, são validamente pagos ao portador do titulo ou do *coupon*.

Os que não forem reclamados dentro dos cinco (5) annos da sua exigibilidade são prescriptos em beneficio da sociedade.

Art. 44. O conselho de administração poderá, em tempo opportuno, applicar as reservas de amortização e de previsão á substituição das acções de capital, por tantas acções de gozo (*joissance*, que vencem juros em época determinada? *Joissance*, prazo fixado pelo Thesouro para esse pagamento).

As acções que tem de ser reembolsadas serão determinadas por tiragem á sorte.

#### TITULO VII

#### *Dissolução — Liquidação*

Art. 45. No caso de perda da metade do capital social os administradores são obrigados a provocar uma reunião da assembléa geral de todos os accionistas, afim de estatuir sobre saber si deverá continuar a sociedade, si não resolver a sua dissolução.

A assembléa geral, para poder deliberar, deve reunir as condições estabelecidas no artigo trigesimo setimo (art. 37).

Art. 46. A' expiração da sociedade, visto o caso de dissolução anticipada, a assembléa geral regula, por proposta dos administradores, o modo de liquidação e nomeia um dos liquidantes, cujos poderes determina.

Os liquidantes podem, em virtude de uma deliberação da assembléa geral, entrar para *fazer a passagem ou traspasso* para outra sociedade, ou fazer a cessão a uma sociedade ou a qualquer outra pessoa, de todos ou parte dos bens, direitos e obrigações da sociedade dissolvida.

A assembléa geral, regularmente constituida, conserva, durante a liquidação, as mesmas attribuições que durante o curso da sociedade; tem, principalmente, o poder de approvar as contas da liquidação e dar quitação.

A' expiração da sociedade e depois de regulados os seus compromissos, o producto liquido da liquidação é empregado primeiramente para amortizar completamente o capital das acções, si ainda não teve logar essa amortização. O excedente é repartido entre os accionistas *pro-rata* do numero das suas acções.

## TITULO VIII

*Contestações*

**Art. 47.** Todas as contestações que possam surgir durante o curso da sociedade, ou da sua liquidação, quer entre os accionistas e a sociedade, quer entre os mesmos accionistas, a respeito dos negocios sociaes, são julgadas na conformidade das leis e sujeitas á jurisdicção do Tribunal do Commercio do Sena.

Para esse fim, todo o accionista deve eleger domicilio em Pariz e todas as citações e notificações são validamente feitas nesse domicilio.

Na falta da escolha do domicilio, as citações e notificações são validamente feitas no *Forum* onde dá audiencia o Procurador da Republica ao pé do Tribunal Civil do Sena.

**Art. 48.** As contestações concernentes ao interesse geral e colectivo da sociedade não podem ser dirigidas contra os seus representantes por um accionista, sinão depois que a questão for previamente submittida á assembléa geral dos accionistas, cujo alvitre ou opinião deverá ser sujeito aos Tribunaes competentes ao mesmo tempo que a contestação.

**Art. 49.** Para fazer publicar os presentes estatutos e todos os actos e as actas, relativos á constituição da sociedade, são dados todos os poderes ao portador de um traslado ou de uma certidão.

Escriptura esta que foi feita e lavrada em Saint-Chamond em Cartorio.

Anno mil oitocentos e noventa e nove, primeiro de fevereiro.

(1 de fevereiro de 1899).

Depois da prévia leitura, o comparecente assignou com os tabelliães.

Assignado na minuta. — *Lion de Berthier de Sauvigny*. — *S. Sablière*. — *Fuchs*. — Os dous ultimos tabelliães.

Registrado em Saint-Chamond, aos nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (9 de fevereiro de 1899); folhas sessenta e oito) (fls. 68); casa treze (C. 13). Recebi tres mil e duzentos francos e decimas, oitocentos francos (frs. 3.800+800 2/10. (Assignado) — *Bauyer*.

Traslado. — (Assignado) — *E. Fuchs*.

Achava-se apposto o sello do tabellião de Saint-Chamond (Loire) o Sr. E. Fuchs.

Vinham oito folhas do documento original, selladas cada uma com um sello de um franco e cincoenta centesimos, pagando a mais a taxa correspondente de decimas dobradas e outro do registro de sellos e heranças, ambos da Republica Franceza, como ficou declarado na primeira folha desta traducção, relativamente, porém, á primeira pagina do original em francez.

Visto por nós, juiz de paz do Cantão de Saint-Chamond, para a legalisação da assignatura de mestre Fuch, tabellião, apposta ao lado.

Saint-Chamond, vinte de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (20 de fevereiro de 1899).

Pelo juiz de paz impedido, o 1º supplente (assignado) — *Freydier*.

Estava ao lado affixado o sello do juiz de paz de Saint-Chamond (Loire).

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Freydier acima.

Pariz, vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (25 de fevereiro de 1899).

Por delegação do guarda dos sellos — O Ministro da Justiça. — O sub-chefe de secção — (Assignado) *F. Naissant*.

Ao lado estava affixado o sello do Ministerio da Justiça da Republica Franceza.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica ser verdadeira a assignatura do Sr. Naissant.

Pariz, vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove.

Pelo Ministro.....

Pelo chefe de secção, delegado (assignado) — *E. Corpel*.

Achavam-se affixados dous carimbos do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza, sendo um delles pequeno, trazendo inscripta a palavra «*Gratis*».

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros desta Republica. — Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil em França.

Pariz, aos vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e noventa e nove (25 de fevereiro de 1899). — (Assignado) — O consul geral, *M. da Silva Pontes*.

No papel vinham impressas as armas emblematicas do Consulado referido.

Sobre um estampilha consular, do valor de cinco mil réis (5\$), estava apposto o sello do Consulado Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Pariz, o qual a inutilisava devidamente.

Transversalmente escripta, se achava a seguinte nota:

Recebi quatorze francos e cincoenta centesimos (frs. 14.50). (Assignado) — *Pontes*.

Uma fita de cores verde e amarella prendia á folha solta da attestação do consul brasileiro as oito folhas do documento original, sendo a dita fita segura por lacre vermelho sobre o qual estava estampado o sello do referido consul.

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. Manoel da Silva Pontes, ex-consul geral do Brazil em Pariz.

Rio de Janeiro, quatorze de março de mil oitocentos e noventa e nove (14 de março de 1899). — Pelo director geral (assignado) — *L. P. da Silva Rosa*.

Achava-se apposto o sello da Secretaria das Relações Exteriores da Republica do Brazil.

Viam-se quatro estampilhas, do valor colectivo de quinhentos e cincoenta réis (\$550), devidamente inutilisadas pela data e assignatura acima indicadas.

Sobre tres estampilhas, do valor colectivo de seis mil e quatrocentos réis (6\$400), devidamente inutilisando-as, achavam-se dous carimbos da Recebedoria da Capital Federal, em tudo iguaes, com a data de quatorze de março de mil oitocentos e noventa e nove (14 de março de 1899).

Nada mais continha, nem declarou o documento supra, que litteral e fielmente verti do proprio original, escripto em francez. Em fé do que, passei a presente, que assigno, appondo-lhe o sello do meu officio, nesta cidade, aos dezeseis de março de mil oitocentos e noventa e nove.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1899. — *Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico.



## DECRETO N. 3334 — DE 5 DE JULHO DE 1899

Approva o regulamento para as Capitánias dos Portos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe foi concedida pelo art. 15 (letra e) da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, resolve aprovar o regulamento, que a este acompanha, para as Capitánias dos Portos.

Capital Federal, 5 de julho de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balthazar da Silveira.*

Regulamento para as Capitánias dos Portos a que se refere o decreto n. 3334 de 5 de julho de 1899

## TITULO I

## DAS CAPITANIAS DOS PORTOS E SUA ORGANIZAÇÃO

## CAPITULO I

## DA FUNÇÃO DAS CAPITANIAS E SUAS DEPENDENCIAS

Art. 1.º As Capitánias dos portos são estabelecimentos navaes que teem a seu cargo a policia, regimen e conservação dos portos e rios navegaveis da Republica.

Art. 2.º Os encargos das capitánias, ligados entre si por immediata dependencia, se resumem no conjunto de medidas que asseguram a navegação das aguas interiores, regularisam o trafego dos portos e garantem a população maritima o livre exercicio de sua industria.

Art. 3.º O territorio da Republica comprehende tantas circumscripções para o serviço naval quantos são os Estados maritimos e fluviaes que compoem a União.

Art. 4.º Em cada uma das circumscripções funcionará uma capitania, tendo por sede a capital, ou outro porto qualquer do Estado, quando a capital não o possa ser, administrada exclusivamente por officiaes da Armada.

Art. 5.º As circumscripções por capitánias ficam demarcadas pelos limites dos Estados respectivos.

Art. 6.º Os Estados que, além de portos sobre o Oceano, os tiverem em fronteira fluvial, separada completamente do littoral e servida em todo o seu percurso pela navegação dos povos confinantes, terão mais de uma capitania.

Art. 7.º As capitánias dos portos, como instituição federal, exercem no dominio marítimo e fluvial da União a jurisdição compatível com a natureza de seus serviços, e dentro dos limites dessa jurisdição independem de quaesquer outras repartições.

Art. 8.º ~~As capitánias dos portos terão delegacias onde for necessario estabelecer-as~~ no interesse do commercio marítimo e da navegação, e serão divididas em tantas capatazias quantos forem os portos marítimos e fluviaes da circumscripção, accessíveis ás embarcações e por ellas frequentados.

Art. 9.º As capatazias podem ficar comprehendidas na jurisdição das delegacias, ou ser directamente subordinadas ás capitánias.

Art. 10. As delegacias são repartições que desempenham serviços identicos aos das capitánias, cujo regulamento executarão na parte que lhe for applicavel.

Art. 11. Fóra da séde das capitánias e delegacias, nos portos a que se refere o art. 8.º, haverá o serviço naval denominado capatazia para os encargos marítimos que dizem respeito á localidade, e que aquellas repartições não podem directamente superintender.

Art. 12. No interior dos portos haverá também capatazias, distribuidas por toda a extensão do littoral e margens dos rios navegaveis, comprehendendo cáes e praias existentes em suas enseadas, em geral, os logares que devam servir de para-douro ás embarcações empregadas no trafego dos mesmos portos.

Art. 13. Taes logares, que são pontos de embarque e desembarque, se denominarão estações de capatazia.

Art. 14. As estações de muita labutação marítima se subdividirão em secções, cada uma das quaes deve abranger apenas os pontos de embarque e desembarque que puderem ser policiados pelos agentes da capitania que a ella pertencam.

Art. 15. As divisões e subdivisões das capatazias estabelecidas dentro dos portos serão opportunamente levadas a effeito com approvação do Ministro da Marinha, observando-se nos portos que as admittam o plano seguido com relação ao Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro.

## CAPITULO II

### DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A CARGO DAS CAPITANIAS

Art. 16. Com os serviços relativos á policia marítima, regimen e conservação dos portos e rios navegaveis, mencionados no art. 1.º e que fazem o principal objecto da instituição das capitánias, se relacionam outros serviços, que também a ellas incumbe, a saber :

1.º A inspecção dos pharóes e o balisamento dos portos ;



2.º A matricula de todos os individuos empregados na vida do mar, inclusive o pessoal maritimo das alfandegas, policia, saúde e obras do porto ;

3.º O registro e matricula das embarcações de cabotagem ;

4.º O arrolamento das embarcações do trafego ;

5.º Os processos por infracção da policia maritima e outros ;

6.º As vistorias das embarcações ;

7.º Os soccorros navaes ;

8.º Os exames para obtenção da carta de arraes, machinista, piloto e pratico ;

9.º A collecta das taxas e multas que constituem a receita provavel e a eventual da repartição.

Art. 17. Além dos serviços enumerados no artigo anterior, outros ha que pertencem ás capitánias por força da investidura dos officiaes nomeados para as administrar, os quaes são :

1.º Os arsenaes de marinha, as escolas de aprendizes marinheiros, as flotilhas fluviaes ;

2.º A praticagem dos portos, barras, rios, lagôas e costas ;

3.º As linhas de navegação subvencionadas pela União.

### CAPITULO III

#### DO PESSOAL DAS CAPITANIAS E SUAS DEPENDENCIAS

Art. 18. As capitánias dos portos e delegacias terão o seguinte pessoal :

— Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro :

O chefe da capitania, capitão do porto, official general ou capitão de mar e guerra ; tres ajudantes, officiaes da Armada, devendo um ser official superior ; um secretario, um official, um amanuense, um porteiro-continuo, dous encarregados de diligencias e um servente.

Haverá mais para guarnecer as duas lanchas e os dous esca- leres da capitania, patrões e marinheiros, machinistas e foguistas.

— Delegacia em Nitheroy :

Será exercida pelo 3º ajudante da capitania com assento nella, encarregado exclusivamente de policiar o littoral, dentro da bahia do Rio de Janeiro, desde a enseada da Jurujuba até onde o Estado confina com o Districto Federal, na foz do Merity, para o que terá á sua disposição uma lancha equipada das do serviço da capitania, cujo patrão servirá tambem para fazer as diligencias policiaes, sendo o expediente da delegacia escripturado pelo proprio delegado.

— Delegacia de S. João da Barra :

O delegado do capitão do porto, official reformado da Armada; um escrevente, que fará tambem a escripturação da praticagem da barra; e os patrões, praticos e marinheiros necessarios para o serviço geral da delegacia.

— Delegacia de Angra dos Reis :

O delegado, official reformado da Armada, tendo um escrevente para fazer o expediente e as diligencias, e a gente do serviço marítimo.

Art. 19. Estado do Amazonas :

O capitão do porto servirá de commandante da flotilha ; e de ajudante, um official destacado da mesma flotilha.

Haverá um secretario e um encarregado das diligencias.

A gente do serviço marítimo será fornecida pela flotilha.

— Delegacia de Porto Alonso sobre o Acre, Alto Purús, acima de Caquetá :

O mesmo pessoal das outras delegacias, tendo á sua disposição uma lancha a vapor das do serviço da flotilha.

Art. 20. Estado do Pará :

O capitão do porto servirá de inspector do arsenal de marinha, tendo por ajudante um dos officiaes desse estabelecimento.

Um secretario e um encarregado de diligencias.

A gente do serviço marítimo será a do arsenal.

— Delegacia de Gurupí :

O delegado, official reformado da Armada, um escrevente, um patrão e marinheiros para o soccorro e mais serviço.

— Delegacia de Santarem :

Pessoal identico ao da outra delegacia.

Art. 21. Nos Estados do Maranhão, Ceará, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, os capitães dos portos, officiaes superiores, servirão de commandantes das escolas de aprendizes marinheiros, tendo por ajudantes officiaes tirados dentre os das mesmas escolas.

Haverá mais em cada uma dessas capitánias : um secretario, um encarregado das diligencias, um patrão-mór e o pessoal para o soccorro e mais serviço.

— As delegacias de Caxias, Camocim, Penedo, Cachoeira, Caravellas, Cannavieiras, Itajahy, Laguna, Porto Alegre e Pelotas terão o seguinte pessoal, cada uma :

O delegado do capitão do porto, official reformado da Armada, um escrevente, um patrão e os marinheiros necessarios para o soccorro e mais serviço.

Art. 22. Nos Estados do Piahy, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espirito Santo, S. Paulo e Paraná :

O capitão do porto será tambem official superior, podendo deixar de pertencer á classe activa.

Cada uma das capitánias terá ajudante, official da Armada, secretario, encarregado das diligencias, patrão-mór e gente para o serviço marítimo.

— As delegacias de Mossoró, Macão do Assú e Estancia terão pessoal identico ao das outras delegacias.

Art. 23. A capitania do porto do Alto-Uruguay será exercida pelo commandante da flotilha alli estacionada com séde em Itaquy, servindo de ajudante um official destacado da mesma flotilha.

O official de fazenda do estabelecimento naval de Itaquy ~~ac-~~  
cumulará as funções de secretario.

Um inferior ou escrevente fará as diligencias policiaes.

— As delegacias de Uruguayana e S. Borja serão exercidas por officiaes destacados da flotilha com residencia fixa naquellas cidades, tendo á sua disposição lancha equipada das do serviço da flotilha para o policiamento da zona fluvial abrangida pela jurisdicção de cada uma dellas. Os patrões das lanchas ~~farão~~ as diligencias policiaes e intimações. O expediente das delegacias ficará a cargo dos proprios delegados.

Art. 24. Estado de Matto Grosso:

O capitão do porto commandará a flotilha estacionada no ~~La-~~  
dario, de cujo arsenal será tambem o inspector.

Servirá de ajudante da capitania um official destacado da flotilha.

Haverá um secretario e um encarregado das diligencias.

A gente para o soccorro e mais serviço será fornecida pelo arsenal.

— A delegacia de Cuyabá ficará a cargo do commandante da escola de aprendizes marinheiros.

O expediente será feito pelo commissario da escola, e as diligencias policiaes por um inferior ou escrevente.

Si a escola não dispuzer de embarcações apropriadas ao policiamento que incumbe ás capitancias, a flotilha fornecerá uma lancha equipada para esse serviço.

Art. 25. Haverá capatazes de porto e capatazes de secção, os quaes serão os agentes da capitania encarregados das capatazias, distribuidas pelo littoral e margens dos rios navegaveis, no interior dos portos, as que competem aos segundos, e estabelecidas onde não funcionarem as sédes das capitancias e delegacias as que pertencem aos primeiros.

## CAPITULO IV

### DOS LOGARES DESIGNADOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS CAPITANIAS E SUAS DEPENDENCIAS

Art. 26. As capitancias com suas delegacias e capatazias serão estabelecidas nos portos mencionados nos artigos seguintes.

Art. 27. Capitania do Amazonas — séde no porto de Manaus — com delegacia em Porto Alonzo sobre o Acre (Alto Purús) acima de Caquetá; e com capatazias: em Santa Isabel Nova e Moura, no rio Negro; em Tabatinga, Tefé e Codajaz, no rio Solimões; em Santo Antonio, Manicoré e Borba, no rio Madeira; em Boa Vista, no rio Purús; e em Itacoatiara e Parintins, no rio Amazonas.

Art. 28. Capitania do Pará — séde no porto de Belem — com delegacia em Santarem, comprehendendo as seguintes capatazias: Faro, Obidos, Alemquer e Prainha; com delegacia em Gurupá, comprehendendo as capatazias em Porto de Móz, Macapá,

Bailique e Breves; e com as capatazias directamente subordinadas em Soure, Vigia, Salinas, Bragança, Vizeu, S. João de Guamã e Cametã.

Art. 29. Capitania do Maranhão — séde no porto de S. Luiz — com delegacia em Caxias, comprehendendo a capatazia de Itapicurú-Mirim; e com as capatazias directamente subordinadas em Carutapéra, no rio Gurupy, Turý-Assú, Guimarães, Cajapió, no rio Grajahú, Rosario, Miritiba, Barra das Preguiças, Barra da Tutoya, Carolina, no rio Tocantins, e as que se estabelecerem em pontos dos rios Anil e Bacanga.

Art. 30. Capitania do Piauí — séde no porto da Parnahyba — com capatazias em Pedra do Sal, Amarração, Barra Grande, Porto Alegre, Miguel Alves, União, Theresina, Belem, Amaranthe, Colonia e Nova-York.

Art. 31. Capitania do Ceará — séde no porto da Fortaleza — com delegacia em Camocim, comprehendendo as capatazias em Porto das Almas, Praia Formosa e Acarahú; e com capatazias directamente subordinadas em Pernambuco, Mundahú, Trahiry, Pecém, Soure, Mucuripe, Aquiraz, Barra do Choró, Barra do Pirangy, Barra do Aracaty, Apody e Aracaty.

Art. 32. Capitania do Rio Grande do Norte — séde no porto do Natal — com delegacia em Mossoró, comprehendendo a capatazia de Ponta Redonda; com delegacia em Macão, comprehendendo as capatazias em Assú, Aguamaré, Areia Branca, Caissara, Touros, Zumbi e Maracajahú; e com as capatazias directamente subordinadas: Genipabú, Ponta Negra, Barra do Pirangy, Tibão, Cunhaú e Bahia Formosa.

Art. 33. Capitania da Parahyba — séde no porto da Parahyba — com capatazias em Camaratuba, Bahia da Traição, Mamanguape, Cabedello, Nossa Senhora da Penha, Jucuman, Pitimbú e Ponta Guajirú.

Art. 34. Capitania de Pernambuco — séde no porto do Recife — com capatazias em Goyana, Carne de Vacca, Catuma, Itapissuma, Itamaracá, Olinda, Rio Formoso, S. José da Corôa Grande, Una, Tamandaré, Nazareth do Cabo, Maria Farinha, Rio Doce, Boa Viagem e Barra das Jangadas.

Art. 35. Capitania das Alagoas — séde no porto de Maceió — com delegacia no Penedo, comprehendendo as capatazias de Piassabussú, Pontal da Barra, Péba, Coruripe e Poxim; e com as capatazias directamente subordinadas em Gequiá da Praia, S. Miguel, cidade de Alagoas, Santa Luzia do Norte, Santo Antonio Grande, Barra do Camaragibe, Porto de Pedras, Japarutuba e Barra Grande.

Art. 36. Capitania de Sergipe — séde no porto de Aracajú — com delegacia na Estancia, comprehendendo a capatazia da Barra do Rio Real — e com as capitazias directamente subordinadas em Vasa-Barris, S. Christovão, Riachuelo, Maroim, Laranjeiras, Barra do Cotinguiba, Barra de S. Francisco, Propriá e Villa Nova.

Art. 37. Capitania da Bahia — séde no porto de S. Salvador — com delegacia na Cachoeira, comprehendendo as capatazias

de Maragogipe, Santo Amaro e Nazareth; com delegacia em Caravellas, comprehendendo as capatazias de Porto Alegre, Peruipe, Villa Viçosa, Alcobaça, Prado, Porto Seguro e Santa Cruz; com delegacia em Cannavieiras, comprehendendo as capatazias de Belmonte, Ilhéos, Rio de Contas, Camamú, Boipeba, Valença e Morro de S. Paulo; e com capatazias immediatamente subordinadas, no Rio Vermelho, Inhambupe, Villa do Conde e Abbadia.

Art. 38. Capitania do Espirito Santo — sede no porto da Victoria — com capatazias no Mucury, S. Matheus, Rio Doce, Riacho, Santa Cruz, Nova Almeida, Carapebús, Espirito Santo, Barra do Guarapary, Benevente, Piúma e Itapemirim.

Art. 39. Capitania do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro — sede no porto do Rio de Janeiro:

— Divisão exterior ao Norte da barra:

Estação do rio Imbuy a Maricá comprehendendo:

1ª secção — Rio Imbuy, Piratiranga e Praia Grande.

2ª » — Itaipú, Itacutiara e Itapuassú.

3ª » — Maricá.

Estação da Ponta Negra formando só uma capatazia.

Estação de Massambaba até a enseada do Cabo, formando também uma capatazia com assento naquelle ponto.

— Divisão exterior ao Sul da barra:

Estação da Praia de S. João a Guaratiba comprehendendo:

1ª secção — Praias de S. João e Copacabana.

2ª » — Lagôa de Rodrigo de Freitas ás Tijucas.

3ª » — Canto de Grumarim a Guaratiba.

— Divisão interior do porto:

Estação do Pão de Assucar ao Boqueirão — comprehendendo:

1ª secção — Pão de Assucar, Praia Vermelha, Praia de Botafogo.

2ª secção — Praia do Flamengo, Caes da Gloria e Boqueirão do Passeio.

Estação da Praia de Santa Luzia á de D. Mancel, uma capatazia.

Estação do Caes Pharoux, idem.

Estação do Caes das Marinhas, idem.

Estação do Caes dos Mineiros e Ilha das Cobras, comprehendendo:

1ª secção — Caes dos Mineiros.

2ª » — Ilha das Cobras (parte não occupada pelos estabelecimentos de marinha).

Estação do Caes da Prainha ao da Imperatriz, comprehendendo:

1ª secção — Caes da Prainha.

2ª » — » do Consulado.

3ª » — » da Imperatriz.

Estação do Caes da Harmonia á Gambôa, comprehendendo:

1ª secção — Caes da Harmonia.

2ª » — Praia da Gambôa.

**Estação do Sacco do Alferes e ilhas circumvizinhas :**

**Estação da Praia Formosa e Praia dos Lazaros, pertencendo cada praia a uma secção.**

**Estação do Caes da Igrejinha á Ponta do Cajú, sendo a :**

1ª secção — Caes da Igrejinha.

2ª » — Praia de S. Christovão e Ponta do Cajú.

**Estação do Sacco da Raposa á Praia de Bemfica, comprehendendo :**

1ª secção — Sacco da Raposa e Caldeireiros.

2ª » — Praia Pequena e Praia de Bemfica.

**Estação do Rio Inhaúma ao Rio Irajá, sendo a :**

1ª secção — Rio Inhaúma, Porto de Inhaúma, Porto do Thibão e Porto do Engenho.

2ª secção — Porto de Maria Angú e Rio Irajá.

**Estação de S. João de Merity, uma capatazia.**

**Ilha do Governador, comprehendendo as seguintes secções :**

1ª — Praias do Galeão, do Engenho Velho, de S. Bento e da Bica.

2ª — Pontas do Manguinho, do Mattoso, Jequiá e da Ribeira.

3ª — Praias do Zumby, da Olaria, da Freguezia, e do Sacco do Valente.

4ª. — Sacco do Pinhão, Praia Grande, Gallego e Praia da Pelonia.

5ª. — Sacco do Toledo, Tubiacanga, Itacolumi, Porto dos Santos, Mãe Maria e Praia das Flecheiras.

**Ilha de Paqueta e adjacentes — formam uma estação que poderá ser subdividida em secções para seu melhor policiamento.**

**Delegacia em Nitheroy :**

**— Divisão do littoral :**

**Estação de S. João de Merity, uma capatazia.**

**Estação da Estrella, Inhomirim e Nossa Senhora da Guia, idem.**

**Estação do Porto de Mauá ao Rio Suruhy, tendo a**

1ª secção em Porto Mauá a S. Lourenço ; e a

2ª » no Porto de S. Francisco de Croará e Rio Suruhy.

**Estação do Rio Iriri, Piedade e Magé-mirim.**

**Estação do Rio Guapy, Macacú e Guaxindiba, tendo a**

1ª secção nos rios Guapy e Guarahy, e a

2ª » no rio Macacú, Porto das Caixas e Guaxindiba (lado do norte).

**Estação do rio Guaxindiba a S. Gonçalo com as seguintes secções :**

1ª — Rio Guaxindiba (lado do sul), Itaóca e Nossa Senhora da Luz.

2ª — Rio Imbuassú e Porto do Roso.

3ª — Porto da Pedra ao de S. Gonçalo.

Estação do Porto do Velho á Ponta d'Areia com as seguintes secções :

1ª — Porto do Velho ao Barreto.

2ª — Maruhy, Sant'Anna e S. Lourenço.

3ª — Ponta d'Areia, Mucanguê e ilhas adjacentes.

Estação da Armação ao Sacco da Jurujuba com as seguintes secções :

1ª — Armação até o Mercado.

2ª — Do Mercado ao Gragoatá.

3ª — Praia das Flexas e Boa Viagem.

4ª — Praia de Icarahy e Sacco da Jurujuba.

Delegacia de S. João da Barra com capatazias em Cabo Frio, Buzios, Macahê, Ponta da Galera e Itabapoana.

Delegacia em Angra dos Reis com capatazias na Marambaia, Sepetiba, Enseada do Abrahão, Itacurussá, Mangaratiba, Jerumirim, Jacuacanga, Mambucaba e Paraty.

Art. 40. Capitania de S. Paulo — séde no porto de Santos — com capatazias em Ubatuba, Caraguatatuba, Villa Bella, S. Sebastião, Iguape e Cananéa.

Art. 41. Capitania do Paraná — séde no porto de Paranaguá, com capatazias em Antonina, Pedro Segundo, Morretes, Rio Me-deiros, Itaquí, Guarakissaba, Guaratuba e Conchas.

Art. 42. Capitania de Santa Catharina — séde no porto do Desterro, com delegacias em : Itajahy, comprehendendo as capatazias de Itapocoroy, S. Francisco, Cambriú, Porto Bello, Tijucas Grandes e Ganchos ; com delegacia na Laguna, comprehendendo as capatazias de Imbituba e Araranguá ; e com as capatazias directamente subordinadas na Ponta da Armação, Cannavieiras, Anhato-mirim, Sambaqui, Coqueiros, Enseada do Brito, Ribeirão, Praia da Lagóa e Lagoinhas.

Art. 43. Capitania do Rio Grande do Sul — séde no porto do Rio Grande, com delegacia em Pelotas, comprehendendo as capatazias no Arroio de Pelotas, Santa Isabel, Jaguarão, Santa Victoria do Palmar ; com delegacia em Porto Alegre, comprehendendo as capatazias em S. Leopoldo, Margem, Taquary, Rio Pardo, Cachoeira da Estrella, Palmares, Belém Novo e Barra ; e com as capatazias immediatamente subordinadas na Mangueira, S. José do Norte, S. Lourenço, Camaquã, Tapes, Velhaco, Estreito, Bojurú e Mostardas.

Art. 44. Capitania do Alto-Uruguay — séde no porto de Itaquy, com jurisdicção no rio Alto-Uruguay, desde o Quarahim até o Camaquã. Delegacia em S. Borja, desde o Camaquã até o Butuhy, é a zona por ella policiada. Delegacia em Uruguayana, desde o Quarahim até o Ibicuhy, é a zona por ella policiada.

Art. 45. Capitania de Matto Grosso — séde no porto do Ladario, com delegacia em Cuyabá, comprehendendo os rios Cuyabá e S. Lourenço, este desde a confluencia com aquelle até desaguar

no Paraguay. Capatazias em Miranda, Corumbá, S. Luiz de Cáceres e Coxim.

Art. 46. Os capitães dos portos, não obstante a divisão das capatazias, poderão diminuir o numero dellas, transferil-as de uns para outros logares na zona de sua jurisdicção, e estabelecer novas em pontos que as reclamem, dando conhecimento ao Ministro da Marinha das alterações, que motivaram.

Art. 47. Na sala do expediente das capitánias haverá em quadro a divisão das capatazias de cada uma com a designação dos respectivos serventuários pelo nome e profissão.

## CAPITULO V

### DO MATERIAL DAS CAPITANIAS E SUAS DEPENDENCIAS

Art. 48. As capitánias terão as embarcações a vapor e a remos que forem necessarias para o serviço geral do porto, o material naval para soccorros no mar, bombas e demais appparelhos para a extinção de incendio.

Art. 49. As delegacias terão embarcações apropriadas á navegação dos portos onde funcionarem, e á praticagem que nelles houver por administração.

Serão também providas do material indispensavel ao serviço de soccorros.

Art. 50. As capitánias e delegacias occuparão edificio proprio com accommodações para aquartelamento de seus empregados militares, e para acondicionamento de todo o material nautico e de incendio. Terão também carreiras com cobertura para a conservação e limpeza das embarcações a remos e lanchas a vapor.

As salas do expediente publico das capitánias, além de comunicação livre com a zona commercial dos portos, abrirão sobre o mar ou rio para o accesso das embarcações miudas da marinha mercante.

## TITULO II

### DOS DEVERES DO PESSOAL DAS CAPITANIAS E SUAS DEPENDENCIAS

#### CAPITULO I

##### DO CAPITÃO DO PORTO

Art. 51. O capitão do porto como chefe da capitania exerce autoridade sobre o pessoal nella empregado, e tem por superior immediato o Ministro da Marinha.



**Art. 52.** O capitão do porto é de direito, por força de seu cargo :

1º, inspector do arsenal de marinha, e commandante da escola de aprendizes marinheiros existente na séde da capitania, exceptuando no Districto Federal ;

2º, director da praticagem das barras, rios e costas, exceptuando a da barra do Rio Grande do Sul ;

3º, commandante da flotilha fluvial estacionada na séde da capitania, exceptuando no Estado do Rio Grande do Sul a flotilha deste nome ;

4º, inspector das linhas de navegação subvencionadas pela União, excepto no Districto Federal ;

5º, commandante do porto, quando este não for estação da marinha de guerra nacional.

**Art. 53.** Ao capitão do porto compete :

1º, a policia maritima, cujo fim é

2º, a conservação do porto, e

3º, o regimen deste por meio da policia maritima.

**Art. 54.** Consequentemente aos arts. 51, 52, e 53, incumbe ao capitão do porto :

1.º Administrar os serviços da capitania com o auxilio do pessoal desta, cumprindo e fazendo cumprir quanto se contém no presente regulamento.

2.º Manter a boa ordem nos trabalhos da capitania, e a disciplina entre os seus empregados.

3.º Responder perante o Ministro da Marinha pela fiel execução dos serviços que administra.

4.º Executar e fazer executar as ordens do Ministro da Marinha.

5.º Observar e fazer observar as leis geraes em vigor na Marinha que por este regulamento são applicaveis aos serviços da capitania.

6.º Detalhar o serviço de seus subordinados que não tenham funções especiaes.

7.º Corresponder-se directamente com todas as autoridades.

8.º Processar e decidir as questões relativas à policia maritima, e outras que occurram dentro de sua jurisdição.

9.º Percorrer as capatazias em correição, pelo menos duas vezes por anno.

10. Presidir as vistorias e as mesas de exame.

11. Presidir o conselho da capitania, o inquerito pollicial e os inqueritos em geral sobre sinistros no mar.

12. Providenciar sobre o destino dos dinheiros arrecadados pela capitania, e sobre os inventarios dos responsaveis da Fazenda Nacional ; ordenando que, no fim de cada exercicio, os respectivos livros de receita e despesa e seus auxiliares sejam remettidos, na Capital Federal—à Contadoria da Marinha, e nos Estados às Delegacias do Thesouro Federal.

13. Empossar os empregados, e tomar delles o compromisso de bem servirem.

14. Dar licença aos empregados por motivo justificado, não excedendo de trinta dias em cada anno.

15. Prover as faltas ou impedimentos temporarios dos empregados que não tiverem substituto legal.

16. Propor pessoal idoneo para o serviço da capitania, cuja nomeação dependa do Ministro da Marinha.

17. Nomear e contractar o pessoal, cujo provimento lhe compete.

18. Autorisar a aquisição dos artigos de expediente e dos objectos de consumo e custeio das embarcações.

19. Convocar e presidir o conselho de compras.

20. Ordenar os gastos da repartição dentro das restricções orçamentarias, sem exceder em cada mez a duodecima parte da verba decretada para elles, podendo, no caso de urgencia, sendo a despesa inadiavel, autorizar que seja feita pelo cofre da capitania, com approvação do Ministro da Marinha, a quem sujeitará seu acto.

21. Rubricar os livros do expediente e os da escripturação dos navios mercantes nacionaes.

22. Authenticar os documentos que dependem da capitania para a arrecadação de impostos federaes.

23. Organisar tabellas de fretes para as embarcações do trafego do porto, comprehendidos os rebocadores de barra-fôra.

24. Conceder matricula de mestre aos individuos que comprovem pratica de navegação por documento passado por outras capitánias, ou attestada por armadores de navio, com character provisorio, sómente para a pequena cabotagem, de uma só escala.

25. Propôr a adopção de melhoramentos aconselhados pela experiencia, e dos já applicados em repartições semelhantes de outras marinhas com bom exito, devendo por isso ser utilizados ou submettidos á prova.

26. Impor multas pelas infracções deste regulamento.

27. Requisitar o auxilio das autoridades civis e militares, e da policia, quando lhe for preciso para fazer effectivas as disposições regulamentares, prender e punir os que as infringirem.

28. Apresentar annualmente ao Ministro da Marinha, até fim de dezembro, um relatorio, do qual conste o estado dos serviços, com indicação de medidas que os tornem mais efficazes, ou sanem os defeitos ou lacunas do regulamento.

29. Manter em todas as circumstancias a autonomia dos encargos da capitania.

30. E, finalmente, resolver sob sua responsabilidade, usando de prudente arbitrio, os casos de que o regulamento não faça particular menção, sobretudo nos conflictos de jurisdicção, si não houver tempo de consultar o Ministro da Marinha e de aguardar suas ordens.

Art. 55. O capitão do porto sómente delegará poderes no 1º ajudante, fóra dos casos previstos neste regulamento, quando estiver effectivamente impedido.

Art. 56. O capitão do porto, nas compras miudas para o expediente da capitania e consumo das embarcações, e nos casos em que tenha de acudir de prompto a qualquer necessi-

dade do serviço, ordenará que a aquisição seja feita directamente por empregado de sua confiança, segundo os preços correntes do mercado.

Ordinariamente, porém, convocará o conselho de compras, e chamará concorrência para o fornecimento, procedendo de accordo com o decreto n. 3258 de 11 de abril de 1899, que regula a especie.

Art. 57. O capitão do porto, como inspector da navegação subvencionada, além das condições de navegabilidade verificadas pela commissão de vistorias, examinará, fóra do Districto Federal, si os vapores se acham em bom estado de ordem e asseio, e apercebidos de sobressalentes e virtualhas para viagem, entrando nesse exame a fiscalização da qualidade dos generos nos paio's e despensas. Verificará mais, si o serviço da mesa e camarotes, e si as cozinhas e outros compartimentos do navio garantem o conforto e bem-estar dos passageiros; apressando-se em informar do que occorrer ao Ministro da Viação, sem embargo das providencias que puder tomar, nos casos de infracção dos contractos por parte das companhias ou empresas.

Art. 58. Deve prestar ao Ministro da Viação informações sobre os contractos de subvenção, antes de serem negociados, na parte relativa aos portos de escala dos paquetes.

Art. 59. Para as correições a que são obrigados, os capitães dos portos, que não dispuzerem de avisos da marinha de guerra para as levar a effeito, devem requisitar do Ministro da Marinha os meios de transporte e a indemnidade de viagem.

Art. 60. A insignia do capitão do porto, si este for official general, será o pavilhão de commando correspondente ao seu posto; e, si for official superior, qualquer que seja a patente, o de capitão de mar e guerra commandando força.

A insignia será usada a bordo e nos escaleres, e arvorada em logar conspicuo da capitania.

Art. 61. Nas faltas ou impedimentos temporarios, o capitão do porto será substituido pelo mais graduado ou antigo de seus ajudantes; na falta de ajudante, pelo official do arsenal ou da escola, que como tal esteja servindo, e em ultimo logar pelo patrão-mór.

Si o capitão do porto accumular o commando de flotilha, será substituido pelo commandante mais antigo dos que servirem sob suas ordens.

Art. 62. Em geral, nas capitancias, a successão dos cargos se fará pela hierarchia militar, prevalecendo sempre a função profissional á função civil, qualquer que seja o grão hierarchico dos que esta exercerem.

## CAPITULO II

### DOS AJUDANTES

Art. 63. O primeiro ajudante, ou o mais graduado ou antigo dentre os officiaes que servirem esse cargo, é o substituto legal do capitão do porto, e terá como principal obrigação a policia

marítima, fiscalizando por si, e pelo serviço de vigilância que estabelecer com os varios agentes da capitania postos á sua disposição, a observancia das regras do porto nos ancoradouros, e nos logares de embarque e desembarque que nelles existirem, para que sejam rigorosamente executadas.

Art. 64. Incumbe mais ao primeiro ajudante:

1.º Dirigir o serviço nos casos de incendio, naufragio, encalhe, ou qualquer outro sinistro no mar, sempre que o capitão do porto não se ponha á testa delle.

2.º Presidir as vistorias por delegação do capitão do porto.

3.º Fazer o inquerito policial da capitania quando o capitão do porto for parte no facto que se tiver de averiguar.

4.º Estudar as concessões de terrenos de marinha ou de curraes de peixe, indo ao local para onde forem destinadas proceder aos exames convenientes, quando o capitão do porto, por motivo de força maior, não puder pessoalmente executal-os.

5.º Pôr o *visto* nas matriculas e licenças, e dar o *passo* aos navios, quando houver affluencia de expediente, para auxiliar o capitão do porto a despachal-o.

6.º Funcionar como fiscal da Fazenda Nacional, inspecionando amiudadamente a carga dos responsaveis, o acondicionamento de todo o material e seu estado de conservação, e a despesa com o custeio das embarcações.

Art. 65. Ao segundo ajudante compete: ser encarregado de todas as embarcações da capitania e do pessoal correspondente para que o material esteja bem cuidado e prompto, e para que os patrões e marinheiros, assim como os machinistas e foguistas, conheçam bem as obrigações que teem a cumprir.

Terá tambem a seu cargo o material de incendio.

Art. 66. Ao terceiro ajudante, que será o menos graduado ou antigo dos officiaes da capitania, é destinado, em geral, o serviço exterior mais remoto, como seja nas delegacias não providas de serventuario privativo, ou nas correições pelas capatazias, representar a pessoa do capitão do porto para todos os effeitos.

Art. 67. Incumbencias communs aos ajudantes:

1. Coadjuvar o capitão do porto no desempenho de suas attribuições, cumprir e fazer cumprir as ordens que delle receber.

2.º Manter a boa ordem no recinto da capitania, e a disciplina do pessoal em todas as occasiões.

3.º Rondar os ancoradouros uma ou mais vezes por dia, conforme o movimento do porto.

4.º Inspeccionar o serviço dos capatazes de secção.

5.º Permanecer durante o dia na sala do expediente, quando não tiver serviço exterior, de modo que, na ausencia do capitão do porto, haja quem por elle responda.

6.º Pernoitar um por dia na repartição.

7.º Acudir aos soccorros que a capitania tiver de prestar, ainda que não resida no recinto della.

8.º Permittir que, fóra das horas do expediente, atraquem ao caes da capitania as embarcações miudas dos navios mer-

cantes e do tráfego do porto que tiverem de fazer communicações urgentes ou de pedir providencias, no caso de sinistro no porto.

9.º Attender ás reclamações sobre assumpto marítimo, e, si o não pudêr fazer, por ser a capitania incompetente, encaminhar os reclamantes, sobretudo estrangeiros, para a repartição ou estabelecimento que possa providenciar a respeito.

10. Participar ao capitão do porto qualquer irregularidade no regimen do porto, da qual resulte infracção da policia maritima, que tenha chegado ao seu conhecimento por observação propria, por denuncia da imprensa, ou por informação de pessoa fidedigna.

Art. 68. Os ajudantes se substituirão, em todas as circumstancias, segundo a ordem de successão natural, do mais graduado para o menos, do mais antigo para o mais moderno.

Art. 69. Os ajudantes não estão sujeitos ao ponto da repartição por serem considerados sempre em serviço como funcionarios militares.

### CAPITULO III

#### DOS DELEGADOS

Art. 70. O delegado do capitão do porto, subordinado a este, cumpre e faz cumprir as ordens que delle receber pelo pessoal da delegacia.

§ 1.º Exerce por delegação as funcções de capitão do porto, com responsabilidade propria, onde estiver estabelecida a delegacia, fazendo nella executar todas as disposições do presente regulamento que lhe forem applicaveis.

§ 2.º Corresponde-se directamente com o capitão do porto, e com as autoridades locais, sempre que for preciso a bem do serviço da delegacia.

§ 3.º Nos seus impedimentos temporarios será substituido pelo patrão-mór, ou por quem suas vezes fizer.

§ 4.º Deve ser do preferencia official reformado, de gradação inferior, ou pelo menos igual á do capitão do porto.

Art. 71. Os empregados da delegacia exercitam as mesmas funcções que os que lhes correspondam na capitania.

### CAPITULO IV

#### DO PESSOAL DA SECRETARIA

Art. 72. O secretario é o responsavel pela boa ordem e regularidade dos trabalhos da secretaria, cujo expediente dirige, distribue e executa de conformidade com o que dispõe este regulamento, que cumprirá e fará cumprir exactamente pelos empregados da secretaria. Immediatamente subordinado ao capitão do porto, as ordens deste são para elle obrigatorias,

§ 1.º Compete-lhe escripturar o conselho da capitania e o inquerito policial, e os inqueritos em geral sobre sinistro no mar.

§ 2.º Tem a responsabilidade dos dinheiros arrecadados pela capitania.

§ 3.º Incumbe mais ao secretario :

1.º A correspondencia official da capitania, em geral, todos os actos expedidos pela secretaria com a assignatura do capitão do porto.

2.º Lavrar termo, em livros ou fóra d'elle, e fazel-os registrar.

3.º Lançar os despachos nos requerimentos ao capitão do porto, e assignar as certidões que em virtude daquelles se passarem.

4.º Escripitar os processos que tenham de ser decididos pelo capitão do porto, e tomar por termo os recursos interpostos pelas partes.

5.º Colligir dados para o relatorio annual da repartição, que fará acompanhar de mappas por elle organisados, contendo o numero de navios entrados e sahidos com declaração das tripulações, tonelagem, portos de procedencia e destino, e de todos os individuos empregados na vida do mar segundo a profissão de cada um.

6.º Propôr ao capitão do porto as providencias conducentes ao melhor andamento do serviço.

7.º Fazer os registros, arrolamentos e matriculas das embarcações em geral.

8.º Effectuar a matricula da gente do mar.

9.º Organisar semestralmente a lista dos navios mercantes à vela e a vapor da marinha brasileira, e a estatistica dos naufragios cecorridos em igual periodo nas costas comprehendidas na circumscripção da capitania, para serem remettidas à repartição da Carta Maritima.

10. Arrecadar as taxas e multas cobradas pela capitania, e fazer entrega da importancia dellas ao Thesouro Federal, e às delegacias fiscaes deste, nos Estados.

11. Fazer as folhas de pagamento dos empregados civis e do demais pessoal da capitania.

Art. 73. A escripturação do secretario é feita em livros das seguintes denominações:

Livros de conta-corrente :

1.º De taxas.

2.º De multas.

Livros-talões :

1.º Para cobrança das taxas.

2.º » » » multas.

3.º » » dos tiros de signal.

4.º De remessas de dinheiro (taxas).

5.º » » » » (multas).

Livros de licenças :

1.º Para as embarcações do trafego.

- 2.º Para descarregar cinzas.
- 3.º » carregar e descarregar lastro.
- 4.º » obras.
- 5.º » amarrações fixas nos ancoradouros.

**Livros de matricula :**

- 1.º Das tripulações dos navios de cabotagem.
- 2.º » » empregadas no trafego.
- 3.º Dos individuos que se empregam em geral na vida do mar.

**Livros concernentes á navegação de cabotagem :**

- 1.º Do registro dos navios.
- 2.º Da matricula dos navios.

**Livro das entradas dos navios estrangeiros.**

- » » sahidas dos mesmos navios.
- » » entradas dos navios nacionaes (conferencia do rol de equipagem).

**Livro das sahidas dos navios nacionaes (ajuste de soldadas).**

**Livro do arrolamento das embarcações do trafego, inclusive as empregadas nas associações de praticagem.**

**Livros de registro :**

- 1.º Das cartas de piloto.
- 2.º » » » machinista.
- 3.º » » » arraes.
- 4.º » » » pratico.
- 5.º » cercadas ou curraes de peixe.
- 6.º » lotações dos navios, etc.

**Livros de vistorias das embarcações do trafego e navios de cabotagem.**

**Livros de termos :**

- 1.º De termos diversos.
- 2.º » exames de pilotos e machinistas.
- 3.º » arraes e praticos.

**Livro de ponto.**

**Protocollo.**

**Livro de soccorros.**

**Indices diversos.**

**Copiadores.**

**Art. 74.** O official e o amanuense desempenharão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelo secretario, sendo o primeiro especialmente encarregado da secção dos despachos e o segundo da secção de entradas e sahidas.

§ 1.º O official substitue o secretario nos seus impedimentos.

§ 2.º O amanuense será o archivista da repartição.

**Art. 75.** Nas capitancias de muito expediente, o serviço da secretaria será repartido por secções, classificadas conforme o artigo anterior, mas comprehendendo cada uma, além dos tra-

balhos indicados por sua denominação, outros que com elles se relacionem e dos quaes o secretario fará o detalhe.

Art. 76. Os livros e documentos recolhidos ao archivo serão methodicamente classificados, devendo o amanuense organizar o inventario delles para facilitar as buscas.

Art. 77. Os escreventes das delegacias funcionam nestas como os secretarios nas capitania, fazendo do presente regulamento a possivel applicação na parte relativa ao expediente, que são encarregados de preparar.

Art. 78. Ao porteiro-continuo da secretaria incumbe:

1.º Cuidar na conservação e boa guarda da mobilia, utensilios e quaesquer outros objectos das salas do expediente, pelos quaes será responsavel por inventario.

2.º Ter sempre providas do necessario as mesas dos empregados.

3.º Velar na policia e ordem das ante-salas, e facilitar a entrada e sahida das pessoas que tiverem negocios na capitania.

4.º Fechar, sellar e expedir a correspondencia.

5.º Trasmittir aos empregados os recados, papeis e ordens.

6.º Abrir a repartição nos dias de serviço uma hora antes da marcada para o começo dos trabalhos, e, extraordinariamente, quando ordenar o capitão do porto.

Art. 79. Os serventes devem cuidar no asseio das salas e gabinetes da secretaria, coadjuvar o porteiro-continuo e comparecer com elle á repartição nos dias de serviço e naquelles que forem destinados para a limpeza geral.

## CAPITULO V

### DO ENCARREGADO DAS DILIGENCIAS

Art. 80. O encarregado das diligencias exerce as funcções de official de justiça da capitania para fazer as intimações que lhe forem ordenadas, proceder á cobrança das multas por infracções do regulamento, e ainda executar todas as diligencias policiaes que tenham por objecto auxiliar a inspecção da capitania sobre os individuos de profissão maritima e as embarcações em que elles forem empregados.

§ 1.º E' immediatamente subordinado ao secretario, de quem recebe as ordens para effectuar as intimações sobre pagamentos de multas, e outras que dizem respeito ao comparecimento dos individuos implicados nos processos por infracção da policia maritima.

§ 2.º Sobre as diligencias policiaes a que tenham de proceder deve receber as instrucções do primeiro ajudante.

Art. 81. Todas as intimações serão por escripto expedidas em nome do capitão do porto, que as rubricará, e assignadas pelo secretario.

Art. 82. Feita a intimação, na qual o encarregado das diligencias porta por fé, as partes serão obrigadas a entrar com



a importancia das multas para o cofre da capitania no prazo de vinte e quatro horas.

Art. 83. Nos casos de prisão, será esta também intimada pelo encarregado das diligencias.

Art. 84. A pessoa a quem for intimada a prisão será obrigada a apresentar-se immediatamente na capitania; e, si não o fizer no prazo marcado na intimação, o capitão do porto recorrerá á policia local para a compellir a obedecer.

Art. 85. O encarregado das diligencias pôde ser incumbido pelo primeiro ajudante de rondar por terra as secções, afim de auxiliar os respectivos capatazes.

Art. 86. Nas capitánias em que os secretarios não tiverem empregados para os auxiliar nos trabalhos de escripta, os encarregados das diligencias, sem prejuizo de suas obrigações especiaes, lhes prestarão esse auxilio, sempre que houver muita affluencia de expediente a despachar.

§ 1.º Nos Estados elles poderão substituir os secretarios em seus impedimentos temporarios.

§ 2.º Nas mesmas capitánias são os responsaveis da Fazenda Nacional pela mobilia, utensilios e outros objectos das salas do expediente.

Art. 87. O encarregado das diligencias será considerado sempre em serviço, posto que sujeito ao ponto, mas dispensado de pernoitar na capitania.

Terá direito a uma porcentagem de vinte e cinco por cento sobre as multas que cobrar, além da diaria que perceber.

## CAPITULO VI

### DOS CAPATAZES

Art. 88. Os capatazes são os agentes da capitania encarregados das capatazias. Nos portos onde estas funcionarem, elles farão com que sejam arroladas as embarcações do trafego, quer as já existentes que o não tenham ainda sido, quer as que se construirem de novo, impedindo que os donos as substituam no arrolamento das que forem retiradas do trafego. Obriga-as-hão a tirar licença e a renovar-a cada anno para que possam navegar.

Art. 89. Os capatazes vigiarão que no serviço do porto e na pesca não se empregue individuo algum sem estar matriculado.

Art. 90. A'quelles que não puderem pessoalmente comparecer na capitania, os capatazes tomarão os nomes e moradias, filiações e signaes, occupação que tiverem, e as dimensões das embarcações, para entregar ou remetter á capitania, ou para apresentar ao official desta, que for ao porto em visita de correição, afim de se effectuarem as matriculas dos individuos e o arrolamento das embarcações.

Art. 91. Os capatazes procurarão obstar que se entulhem os fundeadouros, não consentindo que os moradores do logar façam nelles despejos que possam prejudicar o porto; e reclamarão das autoridades providencias para que se não levantem construcções que obstruam as barras. Terão sob sua guarda as boias, balisas e outras marcas de praticagem onde esta se não puder encarregar dellas.

Art. 92. Os capatazes se apressarão em dar conhecimento á capitania de todas as occurrencias attinentes a seus encargos para que o capitão do porto possa em tempo providenciar. Igualmente darão conta das infracções commettidas, indicando a natureza e autoria dellas, para serem punidos os infractores.

Art. 93. Cada secção das capatazias estabelecidas no interior dos portos terá um capataz, sob cuja jurisdicção ficam as embarcações do trafego e pesca, que, conforme o detalhe geral da capitania, nella estacionarem, sujeitas ás regras do porto no interesse de sua propria industria, e com segurança para os que lhes procurarem os serviços.

Art. 94. O capataz da secção applicará a seus jurisdicionados todas as disposições de que tratam os precedentes artigos, relativamente ao arrolamento, matricula e licença. Responderá pela limpeza e policia de sua secção, e fará por que haja a maior subordinação no pessoal maritimo della.

Art. 95. O capataz de secção terá muita attenção em que seja executada a tabella dos fretes das embarcações miudas.

Fará com que os passageiros sejam nellas bem tratados e que não soffram prejuizos em suas bagagens, providenciando mesmo para que se lhes restituam os objectos que por esquecimento tenham deixado nas embarcações.

Art. 96. Os capatazes que tiverem praias em suas secções não consentirão que sejam ellas excavadas, nem que sirvam para deposito de quaesquer materias susceptiveis de se putrefazerem.

Art. 97. Nos casos de conflictos, ferimentos, roubos, etc., entre o pessoal maritimo das secções, ou nas embarcações entre os tripulantes, ou entre estes e os passageiros, os capatazes farão immediatamente intervir a policia local para restabelecer a ordem e prender os delinquentes.

Art. 98. Nos logares de muita labutação maritima, os capatazes poderão ter ajudantes com a denominação de sub-capataz.

Art. 99. Nos casos de incendio ou riscos maritimos, os capatazes se apresentarão na capitania para receber as ordens relativas ao soccorro naval.

Art. 100. Os capatazes vigiarão para que não haja descaminho dos objectos pertencentes ás embarcações em perigo que forem ter ás praias, e entregarão á repartição competente aquelles cujos donos não forem conhecidos, ou não se lhes conhecer o paradeiro, afim de serem alli arrecadados.

Art. 101. Os capatazes e sub-capatazes serão nomeados pelo capitão do porto dentre os maritimos de boa nota, com residencia no logar, que se queiram prestar a servir como taes.

Receberão em remuneração de seu trabalho *vinde e cinco por cento* das multas cuja cobrança promoverem, e, onde exercerem vigilancia activa sobre o balisamento do porto, perceberão gratificação fixa, si aquella porcentagem for diminuta.

Art. 102. Os capatazes de secção serão immediatamente subordinados ao primeiro ajudante, e os de porto receberão as ordens directas do capitão do porto, ou do delegado deste em cuja circumscripção se acharem.

## CAPITULO VII

### DO PATRÃO-MÓR

Art. 103. Em todas as capitánias, com excepção da do Districto Federal, haverá um patrão-mór directamente subordinado ao capitão do porto.

§ 1.º Onde houver arsenal de marinha, o patrão-mór pertence ao pessoal daquelle estabelecimento.

§ 2.º Nos Estados onde os capitães dos portos accumularem as funcções de commandante de flotilha, servirá de patrão-mór o mestre do navio-chefe, para os effeitos deste regulamento, si a flotilha for estacionaria na séde da capitania.

Art. 104. O patrão-mór tem sob sua direcção todas as embarcações a remos e a vapor da capitania, pelas quaes é responsavel, por inventario, assim como pelo material destinado ao serviço geral do porto e a soccorros no mar.

Art. 105. A gente do serviço maritimo da capitania fica subordinada ao patrão-mór, quando este pertencer ao pessoal della. Fóra deste caso só receberá suas ordens adventiciamente, por occasião de sinistros no mar.

Art. 106. Compete ao patrão-mór:

1.º Dirigir todos os trabalhos da arte do marinheiro, que tiverem de ser executados pela capitania, e, em geral, todos os serviços de igual natureza ordenados pelo capitão do porto.

2.º Prestar soccorros, dentro ou fóra do porto, aos navios em perigo.

3.º Fazer, dentro do porto, no ancoradouro proprio, as amarrações fixas para os navios de guerra nacionaes.

4.º Ter sempre promptas as embarcações da capitania, safos e claros todos os appparelhos do serviço maritimo e de soccorro naval, observando neste detalhe as instrucções do segundo ajudante.

5.º Auxiliar a policia maritima, cooperando nas rondas pelos ancoradouros e caes, segundo as ordens do primeiro ajudante, sempre que a isso se não oppuzerem as occupações principaes de seu cargo.

6.º Cumprir as ordens do capitão do porto, e as que lhe forem dadas pelo ajudante do serviço, em qualquer circumstancia, fóra dos casos aqui especificados.

Art. 107. O patrão-mór deve acondicionar todo o material de sua responsabilidade nos depositos da capitania, arrumando e rotulando osapparelhos que não forem de uso diario. As embarcações que não estiverem nas carreiras sob coberta, deve conservar-as em amarrações proximas da capitania, e de preferencia na doca que a esta pertencer.

## CAPITULO VIII

### DA GENTE DO SERVIÇO MARITIMO

Art. 108. Os patrões ao serviço da capitania, subordinados ao pessoal dirigente desta, teem por especial incumbencia zelar na conservação das embarcações que lhes são confiadas. Pertencem à direcção geral do patrão-mór, mas respondem perante o segundo ajudante pelo estado das embarcações e pela disciplina de seus tripulantes.

Art. 109. Nas fainas da capitania, os patrões devem manter a todo transe a ordem e a subordinação do troço que dirigirem.

São encarregados de rondar os ancoradouros e câes, conforme o detalhe desse serviço organizado pelo primeiro ajudante, de quem receberão as necessarias instrucções, e podem ser empregados em quaesquer diligencias quando lhes for ordenado.

Art. 110. Os patrões, por occasião de soccorro naval, acodem com a gente do serviço marítimo sob as ordens do patrão-mór.

Art. 111. Devem dar parte ao ajudante de serviço de todas as occurrencias havidas durante as rondas, e por occasião das diligencias policiaes de que tiverem tomado a direcção.

Art. 112. Os patrões devem ter carta de arraes, e possuir as habilitações precisas para pilotear as embarcações da capitania em qualquer expedição no interior do porto, podendo nessa qualidade ser chamados para fazerem parte da commissão de exame dos candidatos a carta de arraes.

Em igualdade de circumstancias, devem ser preferidos para patrões os officiaes-marinheiros reformados por haverem completado o seu tempo de serviço na marinha de guerra.

Art. 113. A marinhagem para o serviço da capitania deve ser contractada entre os individuos de profissão marítima, de preferencia os que tiverem sido praças do corpo de marinheiros nacionaes com baixa por conclusão de tempo.

Nos contractos devem ser especificadas as obrigações de cada um, as soldadas, o tempo de serviço, e o premio de reengajamento, si houver essa clausula.

Art. 114. A marinhagem pertence à direcção geral do patrão-mór, mas, pelo detalhe das incumbencias, cabe ao segundo ajudante tel-a sob suas immediatas ordens.

Incumbe especialmente á marinhagem ter as embarcações aprestadas e no maior estado de asseio, assim como conservar o seu aquartelamento e rancho limpos e arranjados.

Art. 115. Dentre os marinheiros serão tirados pelo segundo ajudante os patrões das embarcações a remos.

Art. 116. Os bombeiros também serão contractados. O capitão do porto escolherá pessoal idoneo, de preferencia entre os individuos que tenham servido nos corpos de bombeiros com boas informações dos respectivos chefes, para o encarregar do serviço de extinção de incendio no soccorro naval.

Art. 117. Os bombeiros das capitánias serão responsaveis pelas bombas de incendio e seus accessorios, cuja guarda e conservação devem zelar, para o que terão arrecadação propria no estabelecimento. Ficarão immediatamente subordinados ao segundo ajudante como official incumbido da gente do serviço marítimo e do material correspondente.

Art. 118. Os bombeiros aquartelarão o mais proximo possivel da arrecadação das bombas, e terão rancho com o demais pessoal da capitania.

Art. 119. Por ocasião de incendio no mar ou no recinto da capitania, serão postos á disposição dos bombeiros contingentes de marinheiros para manejar com as bombas. Poderão ser utilizados, por ordem do capitão do porto, na extinção de incendio fóra do recinto da capitania, si não houver no lugar serviço organizado para soccorros dessa natureza.

Art. 120. Os machinistas e foguistas, contractados para servir nas embarcações da capitania, desempenharão as obrigações que lhes são marcadas no regulamento do corpo de machinistas navaes, com a responsabilidade peculiar a cada uma das classes. Pertencem á direcção do patrão-mór como pessoal do serviço marítimo, mas são immediatamente subordinados ao segundo ajudante, perante quem respondem pela limpeza, conservação e funcionamento das machinas das lanchas, assim como pelo consumo do combustivel e sobresalentes.

Devem obedecer aos patrões das embarcações em que servirem.

## CAPITULO IX

### DO PESSOAL DA PRATICAGEM

Art. 121. Nos portos onde não houver praticagem organizada, e os patrões da capitania não conhecerem bem a navegação interior do porto até os logares mais reconditos, poderá ser admittido um pratico nessas condições para o serviço privativo da capitania, a cujo regulamento ficará sujeito.

§ 1.º Será encarregado de pilotear as lanchas e rebocadores nas inspecções e rondas do porto, e terá voto profissional nas questões relativas á concessão de marinhas e de curraes de peixe, acompanhando os estudos do capitão do porto sobre o terreno.

§ 2.º Para o serviço da ronda que lhe couber por detalhe, o pratico da capitania receberá as ordens do primeiro ajudante.

§ 3.º Por occasião de soccorro naval, ficará á disposição do official que dirigir o serviço.

Art. 122. Faz parte da commissão examinadora dos candidatos á carta de arraes.

Art. 123. E' considerado sempre em serviço; póde ter quartel fóra da capitania, mas nas immedições della.

Art. 124. O pratico-mór, os praticos e os atalaiadores são sujeitos á jurisdicção da capitania, mas regidos na parte profissional pelo regulamento geral da praticagem, publicado com o decreto n. 79, de 23 de dezembro de 1889, ou por outro que se vier a publicar.

Art. 125. Os estacionarios dos postos meteorologicos e os pharoleiros são empregados da repartição da Carta Maritima, mas podem ser nomeados pelo capitão do porto, provisoriamente, quando houver necessidade de preencher vaga de taes empregos que não possam ficar em aberto.

### TITULO III

#### DA ESCRIPTURAÇÃO DOS DINHEIROS ARRECADADOS PELA CAPITANIA

##### CAPITULO I

###### DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA EM GERAL

Art. 126. Todo o expediente deverá ser feito com simplicidade e clareza, observando-se, quanto possivel, a maior uniformidade em seus detalhes, por maneira que os assumptos que guardarem analogia sejam tratados segundo as mesmas regras.

Art. 127. O modo de escripturar os livros a que se refere o art. 73, impressos pelos modelos actuaes, é indicado pela denominação de cada um delles.

Art. 128. Os actos officiaes serão registrados em livros, e a correspondencia recebida constará do protocollo, no qual se lançarão as datas de entrada e sahida dos papeis, e a solução e destino que tenham tido os assumptos sobre que versarem.

##### CAPITULO II

###### DA RECEITA E DESPEZA

Art. 129. Haverá em todas as capitancias um cofre do qual serão clavicularios o capitão do porto, o primeiro ajudante e o secretario, para ser nelle recolhida a importancia das taxas relativas aos serviços da navegação mercante, das multas por infracção

da policia maritima, que ellas cobrarem, assim como a de qualquer outra procedencia.

Art. 130. O secretario, que é o competente para receber os dinheiros que tenham de ser arrecadados, assume a responsabilidade delles.

Art. 131. O movimento de dinheiros é iniciado nos livros-talões, continuado nos de remessa, e concluido nos de conta corrente.

Art. 132. Só serão validos os lançamentos que forem autenticados pelo capitão do porto ou, por comissão deste, pelo primeiro ajudante.

Art. 133. Os livros-talões constam do recibo, que é a parte que se corta ou destaca do livro, e do talão, que é a parte que fica e na qual se registram resumidamente os dizeres do recibo.

Art. 134. Haverá livros-talões conforme a classificação da receita.

Art. 135. Nos livros de remessa, o talão é o registro do dinheiro remettido para o Thesouro Federal ou para as delegacias fiscaes, e a parte que se destaca, é a guia de remessa que acompanha o mesmo dinheiro.

Art. 136. Por meio do recibos destacados dos livros-talões, numerados e rubricados, é que se effectuará a cobrança em especie das taxas e multas que constituem a receita da capitania.

Art. 137. Os talões, tambem numerados e rubricados, effectuado o seu lançamento no livro de conta-corrente, comprovarão a responsabilidade do secretario.

Art. 138. Os talões das taxas serão encerrados cada mez, e os das multas por trimestres, constando do encerramento a importancia recolhida ao cofre e o numero de recibos destacados; e em seguida se procederá ao balanço do cofre na presença dos tres clavicularios.

Art. 139. Quando algum recibo deixar de ser destacado do talão, ou, já destacado, deixar de ser entregue á parte, será inutilisado e collado ao talão respectivo, no qual se fará a declaração do facto.

Art. 140. A falta de entrega do recibo á parte de quem houver sido cobrada a importancia em dinheiro, a não correspondencia desta com a quantia inscripta no talão, e o desentranhamento de qualquer dos talões interrompendo a sua numeração, implicarão a immediata responsabilidade do secretario.

Art. 141. As partes teem o direito de reclamar que lhe seja entregue o recibo numerado e rubricado, e que corresponda com a quantia inscripta no talão competente.

Art. 142. Nos primeiros dias de cada mez ou do trimestre, o secretario fará entrega ao Thesouro Federal, ou ás delegacias fiscaes nos Estados, do dinheiro existente no cofre por meio de guia de remessa destacada do livro-talão, a qual será resgatada pelo recibo ou conhecimento em forma passado por aquellas repartições.

Art. 143. Os conhecimentos passados pelas repartições fiscaes, levados ao livro de conta-corrente pelo numero e importancia de cada um, comprovarão a despesa.

Art. 144. Si o capitão do porto tiver autorizado quaesquer gastos pelo cofre da capitania, a factura em duplicata do fornecimento, devidamente processada, será levada ao livro de conta-corrente para descarga do secretario, consignando-se apenas no lançamento o numero da ordem que tiver a factura e a sua importancia.

Art. 145. A 1ª via da factura ficará em poder do secretario como documento para sua resalva, e a 2ª será remettida ao Ministro da Marinha, quando o capitão do porto tiver de dar conta do seu acto.

Art. 146. Os livros da escripturação, sob a responsabilidade do secretario, serão remettidos, depois de examinados pelo conselho da capitania, em cada exercicio, na Capital Federal, á Contadoria da Marinha, e nos Estados ás delegacias do Thesouro Federal para o processo inicial da revisão de contas.

### CAPITULO III

#### DO CONSELHO DA CAPITANIA

Art. 147. A conta do secretario, como responsavel pelos dinheiros collectados pela capitania, deve ser encerrada no fim de cada exercicio, constando o encerramento de um termo lavrado no livro de conta-corrente, no qual serão relatados circumstanciadamente os trabalhos da comissão de tomada de contas.

Art. 148. Para a tomada das contas do secretario fica instituida uma comissão, denominada conselho da capitania, composta do capitão do porto, como presidente, de um official-general ou superior designado pelo Quartel-General á requisição daquelle, e do contador da marinha, como membros.

Art. 149. Nos primeiros dias de janeiro de cada anno, o capitão do porto convocará o conselho da capitania, o qual reunindo-se em uma das salas do estabelecimento, passará a examinar a receita e despesa no decurso do exercicio financeiro transacto, confrontando os lançamentos do livro de conta-corrente com os talões, facturas e conhecimentos que representam a responsabilidade do secretario.

Todos esses documentos devem estar recolhidos ao cofre.

Art. 150. Na mesma occasião o conselho verificará tambem si a escripturação tem sido feita com nitidez e clareza, e segundo os modelos e preceitos legais.

Art. 151. Findo o exame, do qual o contador da marinha fará relatorio verbal, mandará o conselho que o secretario lavre termo, summariando o resultado obtido, com declaração si as contas merecem ou não ser approvadas, e qual o parecer a respeito da escripturação.



Com o secretario, assignarão os membros do conselho o referido termo, do qual serão extrahidas cópias, uma para ficar em mão do responsavel como documento para sua quitação, e outra destinada ao Ministro da Marinha; dissolvendo-se então o conselho.

Art. 152. No caso de ser substituido o secretario, o capitão do porto reunirá tambem o conselho da capitania para identico exame e verificação ao de que trata o artigo anterior, procedendo-se então ao balanço do cofre, afim de poder ser encerrada a responsabilidade do funcionario substituido.

Art. 153. Si o conselho da capitania não approvar as contas do secretario por motivo de irregularidades, quaes as referidas no art. 140, e outras que provem desidia habitual, erro de officio ou dolo na gestão do mesmo funcionario, o capitão do porto o suspenderá immediatamente, dando parte circumstanciada ao Ministro da Marinha dos motivos que a isso o levaram.

Art. 154. Nos Estados, o capitão do porto requisitará, para compor o conselho, a presença do official da Armada mais graduado, residente no lugar, em serviço ou não, que possa servir sob sua presidencia. Na falta, recorrerá aos reformados sem emprego, e, si os não houver, pedirá providencias ao Ministro da Marinha, indicando o estabelecimento naval mais proximo, de outra circumscripção, onde haja officiaes disponiveis.

O contador da marinha será substituido pelo delegado do Thesouro Federal, ou pelo inspector da Alfandega ou administrador da Mesa de Rendas, aos quaes o capitão do porto officiará, na ordem de successão que fica indicula, para que a reunião do conselho se effectue sempre na época propria.

Art. 155. O termo do exame das contas será escripturado pelo modelo seguinte :

« Aos.....dias do mez de janeiro de....., reunido na sala principal da capitania do porto de....., o respectivo conselho, composto dos senhores..... (nome, posto e emprego do presidente e dos outros membros), para examinar a receita e despesa dos dinheiros que a capitania arrecadou durante o anno findo, achou (ou não) que tudo estava em ordem, as contas de accordo com os conhecimentos (os numeros delles), passados pelo Thesouro Federal ou delegacia de....., onde foram recolhidas as quantias arrecadadas, e a escripturação conforme os modelos. E nada mais constando, deu o conselho por approvadas (ou não) as mesmas contas e mandou por mim, secretario, lavrar o presente termo, que assigno juntamente com os membros do conselho.

(Assignado) O secretario da capitania.....

(Assignados) O presidente e membros do conselho.....»

Art. 156. Nas delegacias, de accordo com o art. 77, seguir-se-ha na tomada de contas dos dinheiros annualmente arrecadados por ellas processo identico ao que fica estabelecido

para as capitánias, com as modificações racionalmente indicadas pela natureza de taes repartições; sendo que o producto das taxas e multas deve ser remettido para as mesas de rendas da sede da delegacia, e o conselho, encarregado de examinar as contas do escrevente, será composto do delegado, de qualquer official da marinha de guerra ou mercante que resida no lugar, e do administrador daquelle repartição fiscal.

## TITULO IV

### DA POLICIA MARITIMA, REGIMEN E CONSERVAÇÃO DOS PORTOS

#### CAPITULO I

##### DOS PORTOS, CAES, PRAIAS OU MARGENS

Art. 157. O capitão do porto cuidará constantemente na conservação do porto, estabelecendo a policia activa dos ancoradouros, caes, praias do littoral, rios, lagóas e outras aguas navegaveis que communiquem com o porto, para que este esteja sempre em boas condições de limpeza, profundidade e segurança.

Art. 158. Para fazer a policia maritima haverá rondas, distribuidas por detalhe do capitão do porto, o qual nellas empregará o pessoal da capitania que não exerça funcções especiaes na secretaria da repartição.

Art. 159. Os serviços de policia ou quacsquer outros que as repartições federaes mantiverem no porto serão directamente sujeitos ás autoridades respectivas, não cabendo aos funcionarios da capitania sinão auxiliar-as na execução dos regulamentos que regem os mesmos serviços, quando o auxilio for reclamado, e a elle se não oppoñham na occasião as obrigações privativas da capitania.

Art. 160. O capitão do porto não intervirá nas visitas, buscas, detenção, apprehensão ou captura de individuos, mercadorias ou objectos, em geral, nas diligencias que realizarem no mar agentes das repartições federaes que tenham nellas jurisdicção definitiva, ou nos casos de contravenção de seus regulamentos; mas não deve consentir, por pretexto algum, que em taes diligencias ou em qualquer circumstancia, os referidos agentes lancem mão de medidas que attentem contra as prerogativas de seu cargo, como chefe da capitania, ou que lhe invadam attribuições, a cujo cerceamento, aliás, é de sua obrigação oppôr toda resistencia legal.

Art. 161. É prohibido fazer quacsquer construcções, aterros e obras sobre o mar, rios navegaveis e seus braços, sobre os terrenos de marinha e reservados para a servidão publica, sem

que seja declarado, pelas capitánias, que taes obras não prejudicam os portos e sua navegação, nem damnicam os estabelecimentos navaes da marinha de guerra, e os logradouros publicos; para o que a repartição competente lhes remetterá a informar os requerimentos pedindo autorização para construil-as.

§ 1.º As declarações das capitánias serão sempre baseadas em estudos sobre o terreno.

§ 2.º Todos aquelles que houverem levantado construcções ou feito aterros sem autorização legalmente concedida segundo os preceitos que ficam estabelecidos, serão compellidos a demolir as obras, pagarão uma multa de 100\$000 a 500\$000, e indemnizarão o damno que por ventura causarem com a obstrucção do porto.

Art. 162. Os terrenos de marinha a que se refere o artigo anterior, são os que, banhados pelo mar ou rios navegaveis, vão até a distancia de *trinta e tres metros* para a parte de terra, contados do ponto a que chega o preamar medio.

Art. 163. Os terrenos reservados para a servidão publica a que se refere o mesmo art. 161, são os que existem nas margens dos rios navegaveis e dos que se fazem navegaveis, e que, banhados pelos ditos rios, fóra do alcance das marés, vão até a distancia de *quinze metros* para a parte de terra, contados do ponto medio das enchentes ordinarias.

Art. 164. Terrenos accrescidos aos de marinha de que este regulamento faz particular menção, são os que, natural ou artificialmente, se tiverem formado ou formarem além do ponto determinado nos artigos anteriores para a parte do mar ou das aguas dos rios.

Art. 165. O limite, que separa o dominio maritimo do dominio fluvial, para o effeito de medirem-se e demarcarem-se *trinta e tres* ou *quinze metros* conforme os terrenos estiverem dentro ou fóra do alcance das marés, será indicado pelo ponto onde as aguas deixarem de ser salgadas.

Art. 166. Como complemento do disposto no art. 161, compete ás capitánias informar sobre quaesquer concessões de marinhas e accrescidos, tendo em muita attenção que, com o deferimento dellas, não só sejam satisfeitos por completo os requisitos do sobredito artigo, como não venha a soffrer a belleza natural do porto, o alinhamento e regularidade de seus caes e edificações.

Art. 167. Tambem compete ás capitánias dizer sobre as licenças para construcção de viveiros, cercados ou curraes de peixe nos portos, rios, lagoas e canaes navegaveis ao longo da costa. Para conhecer si ha ou não conveniencia em autorizar taes licenças, devem os officiaes das capitánias transportar-se ao local destinado pelos peticionarios ás construcções projectadas, e alli procederem a exames minuciosos, cuja preliminar seja a conservação dos portos em todas as condições de navegabilidade.

Art. 168. Posto que não seja directa e effectiva a acção das capitánias sobre as concessões de marinhas e outras semelhantes, devem os capitães dos portos, sempre que as impugnarem por

contrarias aos interesses da navegação, representar ao Ministro da Marinha, pondo-o ao corrente dos fundamentos da impugnação.

Art. 169. A extracção de areia das praias, e em geral quaisquer excavações no littoral interior dos portos e suas enseadas sendo prohibidas, as capitánias devem cooperar com os agentes municipaes na conservação das praias em beneficio da hygiene e dos pontos de embarque e desembarque que ellas offerecem.

Paragrapho unico. Nas praias longinquoas ou fóra dos portos, ou naquellas em que as excavações não possam por modo algum influir no regimen das aguas, as capitánias por seus agentes nesses logares as não impedirão.

Art. 170. Sempre que lhes for requisitado pelas municipalidades devem as capitánias, com approvação do Governo Federal, por intermedio do Ministro da Marinha, designar e marcar, dentro dos portos, nos logares reservados para logradouros publicos, os terrenos sobre os quaes se possam assentar estaleiros, mortonas, pontes, trapiches, mercados, estancias de lenha, depósitos de carvão e outros usados nos portos.

Art. 171. Ninguem poderá construir embarcações dentro dos portos, ou encalhal-as para fabricar, quer na parte reservada para logradouro publico, quer na parte aforada, sem que, depois da licença municipal, as capitánias se tenham pronunciado a respeito, dizendo si dahi resultam ou não prejuizos á conservação dos portos.

Art. 172. Toda a embarcação que estiver com agua aberta e for a pique por descuido de seu proprietario, será este obrigado a suspender-a e a encalhal-a para concerto ou desmancho, marcando-lhe a capitania prazo para isso. Si, expirado o prazo, não for levantada a embarcação, será considerada em abandono, passando ao dominio da capitania, que poderá fazer arrastar o desmancho, ou tomar-o a si. Em todo caso, o proprietario não ficará isento de uma multa, que cubra as despesas do trabalho, si houver deficit.

Art. 173. É prohibido lançar entulhos, cinzas, varreduras ou quaisquer immundicies nos cães ou praias dos portos, fóra dos logares para isso destinados pelas camaras municipaes, de accordo com as capitánias.

Os infractores serão obrigados, além da multa de 50\$ a 100\$, a remover o entulho, si for possivel fazel-o; mas quando não seja, ou se ignore quem praticou o despejo, os agentes da capitania na secção respectiva mandarão intimar os encarregados da limpeza publica para que estes effectuem immediatamente a remoção.

Art. 174. Ninguem poderá depositar madeiras nas praias, nem conservar nellas ou nos cães quaesquer objectos que embaracem a servidão publica por mais de tres dias, sem licença municipal, devendo a capitania ser ouvida para dizer si, durante aquelle tempo ou além d'elle, o deposito ou demora de taes objectos é ou não prejudicial ao embarque e desembarque de pessoas e bagagens, em geral, ao trafego da secção. Em

todo caso, a capitania não consentirá quaesquer depositos nos cáes, principalmente de objectos de muito peso; e, quanto ás praias, sómente os autorizará além do ponto a que chegue a maré no preamar de aguas-vivas para evitar o accumulo de areias em prejuizo do porto.

Os infractores pagarão uma multa de 50\$ e serão obrigados a remover as areias amontoadas; pagando mais a despeza da remoção si esta for feita pela capitania.

Art. 175. As embarcações que se amarrarem a quatro cabos junto de praias não lançarão ancoras que no preamar fiquem cobertas; mas fal-o-hão em logar onde estejam sempre á vista, para evitar o damno que disso possa resultar ás embarcações do trafego.

Os infractores pagarão a multa de 12\$ a 36\$ e ficam obrigados a reparar o damno.

Art. 176. E' prohibido lançar ao mar ou rio, de bordo dos navios ou de quaesquer embarcações, lixo, cinzas, varreduras do porão, etc., para o que as capitánias, de accordo com a repartição sanitaria ou com a camara municipal, designarão em ilhas situadas a sotavento dos ventos reinantes nos portos local adequado para vasadouro.

Os infractores pagarão a multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 177. Os capitães dos portos proporão ao Ministro da Marinha todas as medidas relativas á conservação dos portos, rios, ancoradouros e canaes, que possam ser levadas a effeito sem embargo das obras de melhoramento a cargo do Ministerio da Viação, ouvindo sempre o engenheiro naval hydraulico affecto ao serviço da capitania para a conservação dos portos, ou da direct ria technica competente do arsenal annexo á capitania. Na falta de engenheiro naval, os capitães dos portos indicarão apenas os melhoramentos que a experiencia do serviço lhes suggerir.

Art. 178. Todas as vezes que o regimen ou conservação dos portos venha a ser perturbado por obras publicas ou particulares, ou por outras causas, os capitães dos portos se apressarão em dar disso conhecimento ao Ministro da Marinha; podendo, desde logo, embargar as que não forem mandadas effectuar pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, ou pela Inspectoria de Melhoramentos dos Portos.

Art. 179. Os capitães dos portos representarão igualmente todas as vezes que o fundeadouro dos navios mercantes ou logares designados para a carga e descarga de mercadorias offereçam inconvenientes ao trafego, e sejam prejudiciaes ás embarcações e ao regimen do porto.

## CAPITULO II

### DOS ANCORADOUROS

Art. 180. E' da competencia das capitánias designarem nos ancoradouros o logar mais proprio para os navios que tenham de fazer quarentena ou ficar de observação, para franquia

e para carga e descarga, sendo estes ultimos ancoradouros subdivididos para navios que tenham de carregar ou descarregar generos de facil combustão, e para aquelles cuja carga não for sujeita a direitos da alfandega.

§ 1.º Tambem as capitánias designarão ancoradouro para os navios velhos, para os que tenham de fabricar e para aquelles que não tiverem destino.

§ 2.º As cabreas, alvarengas, barçaças, saveiros, depositos fluctuantes, dragas e as embarcações do trafego dos portos amarrar-se-hão onde lhes for indicado pelas capitánias e do modo prescripto por estas.

Art. 181. O ancoradouro dos navios sujeitos á fiscalização da alfandega deve ser marcado de accordo com esta.

Art. 182. Os navios de guerra terão ancoradouro especial, fóra dos destinados aos navios mercantes, nos portos onde para isso houver espaço; e naquelles em que assim não possa ser, occuparão o ancoradouro de franquia, ficando em distancia conveniente de um a outro navio.

Art. 183. Não é permittido aos navios de guerra conservarem durante a noite embarcações mindas amarradas na pópa; fazerem exercicio; o alvo no ancoradouro; salvar e dar os tiros da ordenança no ancoradouro de fabrico; e lançarem dentro do porto cinzas das fernalhas e mantimentos deteriorados.

Art. 184. Nenhum navio mercante, tendo a bordo materias explosivas, poderá transpor o ancoradouro de franquia sem as descarregar; effectuando essa operação para logar expressamente designado pela capitania nos portos onde não houver deposito especial para taes artigos, em embarcações fechadas ou cobertas com encerados, as quaes deverão arvorar bandeira encarnada e ser acompanhadas por ágentes da alfandega, quando largarem de bordo.

Art. 185. Todo o navio de guerra que tenha de ir para o ancoradouro de fabrico não o fará sem remover de bordo a pólvora e artificios de guerra para o competente deposito, que lhe será indicado, si for estrangeiro, pelo commandante do porto; effectuando a remoção com as mesmas precauções do artigo anterior sob a vigilancia do pessoal de bordo.

Semelhantermente procederá quando tenha de ir receber carvão nos depositos a beira-mar do interior do porto.

Art. 186. Todo o navio mercante em carga ou descarga deve ter dentro os páos de bujarroua e gila; e, quando estiver amarrado de pópa e prôa, terá tambem a retranca dentro e as vergas desamantilhadas. Só na vespera da sahida para o ancoradouro de franquia, afim de envergar o panno, poderá amantillar as vergas e deitar fóra os páos, menos o da giba, que só o porá quando se achar no referido ancoradouro.

Art. 187. As capitánias prestarão o auxilio requisitado pelas repartições felleas para qualquer diligencia no mar, ou para a designação e demarcação dos ancoradouros de franquia, carga, descarga e quarentena. Si as providencias reclamadas parecerem inconvenientes, ou que outras devam ser, e mais consenta-

neas com o serviço que incumbe ás capitánias, os capitães dos portos recorrerão ao Ministro da Marinha para que este delibere.

Art. 188. As capitánias empregarão todos os esforços para que sejam rigorosamente observadas as medidas aconselhadas pela repartição sanitaria, considerando-as obrigatorias para todos os effeitos.

Art. 189. Todos os navios nos differentes ancoradouros são obrigados a auxiliarem-se mutuamente no acto de amarrar e desamarrar, recebendo espias, arriando amarra, praticando quaesquer manobras indicadas pelas necessidades do momento.

Art. 190. E' prohibido a todo e qualquer navio dar tiros ou salvar não estando no ancoradouro de franquia.

Art. 191. E' prohibido nos ancoradouros de carga e descarga conservar fogo a bordo depois do toque de recolher, a não serem as luzes indispensaveis.

Art. 192. O serviço de carga e descarga á noite somente poderá ser feito com licença da alfandega, não podendo ser nelle empregadas luzes descobertas que ponham em risco as embarcações.

Os infractores serão multados em 12\$ a 36\$, além da obrigação de indemnizarem o damno.

Art. 193. Nenhum navio mercante poderá ter suas embarcações miudas amarradas sinão aos portalós nos ancoradouros de carga e descarga. No de franquia, lhe será permittido ter a lancha pela pópa.

Os infractores serão multados no minimo si da infracção não houver resultado prejuizos ás embarcações do trafego.

Art. 194. Somente aos es aleres dos navios de guerra, aos das capitánias, alfandega, policia e saude, no serviço de ronda ou em qualquer outro, será permittido andar pelos ancoradouros de carga e descarga depois do toque de recolher. Qualquer bote ou escaler encontrado sem licença da alfandega depois daquelle hora, será apprehendido, e o dono ou patrão multado pela capitania no minimo, além da pena em que incorrer pelo regulamento da alfandega.

Art. 195. Tambem será prohibido, incorrendo os infractores na multa de 12\$ a 36\$, aos botes, canoas ou quaesquer outras embarcações pescarem entre os navios nos ancoradouros, principalmente á noite, com fachos, ou commerciareem com elles sem licença.

Art. 196. As embarcações do trafego dos portos, empregadas na carga e descarga, não poderão carregar além da linha d'agua que estiver marcada, e estando estanques.

O patrão que contravier será multado de 12\$ a 36\$000.

Art. 197. As embarcações encontradas sem tripulação nos ancoradouros são consideradas em abandono, devendo as capitánias apprehendel-as, e annunciar por editaes durante tres dias. Um mez depois, não apparecendo os donos das embarcações, serão estas vendidas em hasta publica e recolhido ao

cofre, como receita eventual, o producto da venda, deduzidas as despesas com a apprehensão.

Art. 198. Nenhum navio poderá dar ás ancoras, no acto de amarrar, outra direcção que não seja a adoptada pelo uso do porto.

Os infractores, além da obrigação de desamarrarem para dar ás suas ancoras a direcção conveniente, incorrerão na multa de 12\$ a 36\$000.

Art. 199. Todo o navio será obrigado a ter boias nas ancoras com que se amarrar, as quaes em caso algum servirão para nellas se darem espias.

Os infractores, além da multa de 12\$ a 36\$, terão de reparar o damno que provenha da infracção.

Art. 200. Os navios mercantes não poderão ter fóra suas embarcações miudas depois do tiro de recolher, salvo por motivo extraordinario, que justificarão, ou com licença da alfandega, da qual tenham conhecimento as capitánias.

Os infractores pagarão o minimo da multa estabelecida.

Art. 201. Ninguém poderá rocegar ancoras perdidas sem licença da capitania, e esta só a concederá durante 15 dias. A ancóra encontrada deve ser examinada para se conhecer si realmente pertence a quem a rocega. No caso negativo, ficará depositada na capitania para ser entregue a seu legitimo dono, pagas as despesas com o trabalho da rocéga.

Art. 202. E' prohibido aos navios conservarem espias amarradas a outros navios, boias e molhes, salvo com licença da capitania e onde não embarce o transito das embarcações.

Os infractores serão multados no minimo.

Art. 203. Todo aquelle que pretender desmanchar ou arrasar o seu navio, deverá requerer á capitania que lhe seja marcado o logar onde o possa fazer. A capitania, deferindo, mandará lavrar termo no qual se obrigue o proprietario, dentro do prazo estritamente necessario, a effectuar o desmancho ou arrasamento sem deixar objecto algum que arruine o porto, depositando no cofre da capitania quantia arbitrada pelo capitão do porto correspondente á tonelagem da embarcação. Concluido o desmancho ou arrasamento, e preenchidas as condições estipuladas no termo, a quantia depositada como garantia deste será restituída. No caso contrario, sómente será restituído o excedente da despesa realizada com a remoção dos destroços por conta da capitania.

Art. 204. E' prohibido aos calafates, por occasião do fabrico dos navios, accenderem fogo nas lanchas ou pranchas do calafeto para derreter breu ou pixe, e não as terem em distancia delles pelo menos o comprimento de uma amarra. Os infractores serão multados em 12\$ a 36\$000.

Art. 205. O dono ou consignatario, cujo navio, por motivo de sahida urgente e precipitada ou por qualquer outro motivo, tiver deixado no ancoradouro ancoras e amarras, será obrigado a suspendel-as no prazo de *quarenta e oito horas*, sob pena de multa, se o não fizer, além de indemnizar a despesa realizada



pela capitania com o trabalho de verificação do logar onde ficaram as ancoras e amarras e a consequente suspensão dellas.

Art. 206. Nos ancoradouros, todos os navios de guerra e mercantes conservarão içada á proa, desde o pôr até ao nascer do sol, em altura que não exceda de *seis metros* acima da borda, uma luz branca e trilhante que projecte sua claridade sobre todo o espaço de roda dos mesmos navios.

Esta luz obrigatoria é independente de outras luzes regulamentares dos navios de guerra.

Art. 207. A decencia no traje é obrigatoria para quantos frequentarem os ancoradouros, quer sejam ou não tripulantes dos navios e embarcações do trafego.

Paragrapho unico. Os que infringirem esta disposição ao ponto de se apresentarem em estado de nudez, o capitão do porto os mandará entregar á policia local, multando ainda os que aggravar m a acção deshonesta com a perturbação da ordem nos mesmos ancoradouros.

Art. 208. As embarcações nacionaes e estrangeiras deverão observar com toda a exactidão as regras do porto. Para não allegarem ignorancia, as encontrarão nas capitancias, não só em portuguez, como traduzidas em varias linguas, afixadas em quadros ao alcance do publico.

### CAPITULO III

#### DAS REGRAS PARA AS EMBARCAÇÕES DO TRAFEGO

Art. 209. Os tiros de recolher e de alvorada indicam aos que trafegam nos portos, o 1º a interrupção das communicações, o 2º o restabelecimento dellas.

Exceptua-se no primeiro caso, a licença da alfandega ou causa extraordinaria, como perigo no mar, para justificar a infracção.

Art. 210. As embarcações para as quaes se consignam regras neste capitulo são as classificadas em botes, lanchas (a vapor ou a remos), catraias, baleeiras, canôas e outras semelhantes.

Art. 211. Depois do sol posto não é permittido embarcar e desembarcar sinão nos cães principaes do porto, onde a policia tenha estabelecido postos de vigilancia, aos quaes os capitazes de secção prestarão auxilio na manutenção da ordem entre os embarcações e passageiros.

Onde não houver cães, as praias servirão de embarcadouro e desembarcadouro com as mesmas restricções.

Art. 212. Quer de dia, quer á noite, as embarcações mindas dos navios mercantes e as que andam a frete não poderão conservar-se amarradas ou atracadas aos cães sinão o tempo indispensavel para embarcar e desembarcar passageiros e bagagens; e as que tenham de esperar, ficarão ao largo, em distancia que não estorve a passagem das outras.

Art. 213. As mesmas embarcações não poderão sahir fóra dos limites do ancoradouro sem licença da alfândega.

Art. 214. Ao pôr do sol, todas as embarcações a frete irão estacionar no ancoradouro de sua secção.

Art. 215. As lanchas a vapor e rebocadores que trafegam entre os ancoradouros deverão moderar a marcha ao appproximar dos navios, cães, pontes ou molhes onde tenham de atracar ou de largar os reboques, e não fazer uso de apitos estridentes e prolongados.

Tambem deverão diminuir de força nas passagens estreitas e frequentadas ou de muita agglomeração para não pôrem em risco as embarcações menores.

Os infractores serão multados em 50\$ a 100\$, podendo a capitania, conforme a gravidade das circumstancias, suspender ou cassar a matricula dos patrões ou mestres, os quaes ficarão ainda sujeitos á prisão, si reincidirem acintosamente.

Art. 216. Todas as embarcações miudas, licenciadas para conduzir passageiros, deverão apresentar-se nas capitánias, para serem inspecionadas, logo que receberem ordem.

Art. 217. O capitão do porto, sempre que considerar em más condições qualquer embarcação miuda, deverá cancelar a licença que ella tiver para conduzir passageiros, ordenando que se lhe façam os reparos de que carecer; e a mesma embarcação não poderá voltar ao trafego sem estar prompta, o que o capitão do porto mandará verificar por peritos de sua confiança, retribuidos pelo dono da embarcação, si os não tiver no serviço da capitania.

Art. 218. Todas as embarcações a frete terão o numero de tripulantes determinado nas licenças, nas quaes tambem se especificarão os passageiros e cargas que puderem conduzir, de accordo com as lotações marcadas por ocasião do arrolamento.

Art. 219. Nenhuma embarcação será deixada no cães, ou em outro qualquer ponto de embarque e desembarque, sem ter a bordo pelo menos um individuo de sua tripulação; e, si a embarcação for a vapor, estacionará ao largo.

Art. 220. Nenhuma embarcação conduzindo passageiros e bagagens permanecerá atracada ao costado dos navios, principalmente ás escadas de bota-fôra, por menor que seja a affluencia de outras embarcações do mesmo genero, mais tempo do que o preciso para embarcar ou desembarcar os passageiros, carregar ou descarregar as bagagens.

Art. 221. O patrão que sobrecarregar sua embarcação com outras bagagens, quando esteja com a carga completa dos passageiros que conduzir, incorre em multa.

Art. 222. Nenhuma embarcação miuda atracará aos navios em franquia, ou nos outros ancoradouros, sem licença da alfândega.

Art. 223. Qualquer reclamação ou disputa entre passageiros e tripulantes, ou entre os individuos de cada uma destas classes, será levada ao conhecimento da capitania pela parte quei-

xosa ou pelo capitaz da secção para ser decidida summariamente pelo capitão do porto.

Art. 224. Os patrões das embarcações do trafego são obrigados a dar parte á capitania de qualquer incidente que occorra com os passageiros ou com os tripulantes, ou entre uns e outros, e procurar a estação policial mais proxima de suas secções para entregarem quesquer objectos esquecidos pelos passageiros que conduziram.

Art. 225. As embarcações miudas, á noite, movendo se a remos ou a vela, deverão ter sempre prompta, á mão, uma lanterna de luz branca para ser mostrada a tempo de evitar o abalroamento de algum navio que vá sobre ellas.

Art. 226. As lanchas a vapor e os rebocadores, quando andarem pelos ancoradouros á noite, mostrarão as tres luzes regulamentares.

Art. 227. As lanchas que pela pequenez de suas dimensões não puderem ter fixas as luzes dos lados, usarão, abaixo da luz branca á prôa, uma lanterna de duas côres, que apresente para ré da linha do travéz de boreste a luz verde, e para o outro bordo, na mesma posição, a luz vermelha.

Art. 228. As embarcações miudas, debaixo de cerração, nevoeiro ou fortes aguaceiros, quer de dia, quer á noite, devem dar signal de sua passagem ou presença por meio do sino, busina ou apito.

Art. 229. Aquelles que infringirem as regras estabelecidas nos artigos anteriores ficam sujeitos á multa de 50\$ a 100\$, quando o capitão do porto imporá no minimo, no medio e no maximo, conforme a natureza e intensidade da infracção; sendo todas as reincidencias multadas no dobro.

## CAPITULO IV

### DA TABELLA DOS FRETES

Art. 230. A tabella de fretes para as embarcações do trafego, especialmente empregadas na conducção de passageiros e bagagens, será organizada pelas capitancias, entrando o capitão do porto em accordo com os proprietarios de taes embarcações; e posta em pratica depois de approvada pelo Ministro da Marinha.

Paragrapho unico. A tabella será calculada tendo por base o preço da milha ou fracção de milha a percorrer, o qual, durante o dia ou com bom tempo, não deve exceder de 3\$, em viagem simples, para cada passageiro e uma bagagem de 30 kilos, e de outro tanto e mais metade, á noite ou com máo tempo; havendo abatimento proporcional ao numero de passageiros que se associarem ou reunirem na mesma viagem da embarcação.

Art. 231. A lotação de passageiros deve ser tal que em caso algum elles possam atravancar a embarcação, impedindo-lhe as manobras, nem sobrecarregal-a com bagagens que a ponham em risco de sossobrar.

Art. 232. Os fretes dos rebocadores também serão regulados pelas capitánias, convocando o capitão do porto os proprietarios para de accordo com elles, ou quem os represente, organisar uma tabella de preços pelos quaes se faça o serviço de rebuques em condições normaes.

Paragrapho unico. A tabella será calculada tendo por base a distancia a percorrer pelo rebocador, dentro do porto ou fóra delle; si entre os ancoradouros sómente, si de barra fóra, por entrada e sahida, etc.; tudo de combinação com a tonelagem do navio a rebocar.

Art. 233. Nas barras perigosas ou naquellas em que o serviço de rebuques pertença á associação de praticagem, tabellas especiaes para cada localidade marcarão as taxas que se devam pagar.

Art. 234. Em occasião de temporal, ou no caso de sinistro no mar, quando seja preciso o serviço dos rebocadores, será este feito mediante ajuste.

Art. 235. A tabella de fretes dos rebocadores será também submettida á approvação do Ministro da Marinha.

## CAPITULO V

### DOS LASTROS DOS NAVIOS

Art. 236. Toda a embarcação que quizer metter lastro, alliviar ou descarregar o que tiver, requererá á capitania licença para o fazer, a qual a concederá indicando ao mesmo tempo o lugar para esse fim.

Art. 237. A carga e descarga de pedras, tijolos ou areia para lastro será effectuada, estendendo-se encerados ou velas ao longo do costado da embarcação até ao fundo da lancha que os for entregar ou receber, afin de não cahirem ao mar ou rio.

Art. 238. E' prohibido embarcar ou desembarcar lastro durante a noite, e igualmente lançal-o ao mar ou no rio, em qualquer lugar do ancoradouro, e da mesma fôrma a varredura do porão após a descarga do lastro.

Os infractores, no primeiro caso, ficarão sujeitos á multa de 200\$, e, no segundo, além da multa de 500\$ a 1:000\$, poderão ser presos á requisição do capitão do porto, conforme as circumstancias occurrentes.

Art. 239. Será permittido ás embarcações baldearem entre si os lastros, precedendo licença da capitania, e tomando-se as cautelas que esta ordenar para se não danificar o porto.

Art. 240. A capitania dará licença ás embarcações para irem fóra dos ancoradouros metter lastro.

Art. 241. As lanchas do tráfego que carregarem pedras, tijolos, telhas, ladrilhos e outros objectos submersiveis, e os deixarem cair ao mar ou no rio, quer seja por falta de precauções na carga ou descarga, ou no transporte delles, ficarão sujeitas á multa de 200\$ a 500\$, conforme a quantidade lançada ao funlo, si não justificarem que os alijaram por accidente imprevisito.

Art. 242. Os agentes da capitania, que presenciarem ou tiverem noticia de qualquer das infracções especificadas nos artigos anteriores, devem participar immediatamente ao capitão do porto ou ao ajudante de serviço.

Por igual devem fazel-o todos os marítimos como interessados na conservação do porto.

## CAPITULO VI

### DAS ENTRADAS E SAHIDAS DOS NAVIOS

Art. 243. Os navios mercantes, nacionaes e estrangeiros, não poderão entrar nos portos ou sair delles, ancorar ou mudar de ancoradouro, em geral, operar qualquer movimento nas aguas territoriaes, sinão de conformidade com o regulamento das capitánias.

Art. 244. A todo navio mercante que entrar pela primeira vez no porto, ou aquelle cujo capitão ou mestre não conhecer as regras pelas quaes se deva dirigir durante a estada do navio, o official do registro do porto entregara, no acto da visita, um exemplar do presente regulamento traduzido para idioma que seja entendido pelo respectivo capitão ou mestre.

§ 1.º Affim de ser observada esta disposição, a capitania deverá fornecer á repartição da policia exemplares do regulamento em francez, inglez, allemão, italiano e hespanhol.

§ 2.º O capitão ou mestre, á sahida do navio, restituirá o exemplar que houver recebido. Si o não fizer, ou entregal-o em mão estado, a capitania mandará intinar o consignatario do navio para que o pague.

Art. 245. Os capitães ou mestres dos navios brasileiros são obrigados a ter a bordo este regulamento.

Art. 246. Logo depois de ser o navio visitado, e posto em livre pratica, o capitão ou mestre irá á capitania dar entrada delle, formalidade que consiste em alli declarar o nome do navio (si é a vapor ou á vela, e neste caso qual o seu aparelho), o do capitão ou mestre e o do dono ou consignatario, a praça e nação a que pertence, o signal doCodigo, o numero das pessoas da tripulação, porto de onde vem, quaes os passageiros, qualidade e quantidade da carga ou lastro, e a tonelagem.

§ 1.º Si o capitão ou mestre não puder ir á capitania, mandará as declarações por escripto, assignadas por elle ou por algum official do navio.

§ 2.º O consignatario deste, por si ou por preposto, poderá então lançar as ditas declarações no livro competente, e assignal-as pelo capitão ou mestre.

Art. 247. Os navios entrados depois do pôr do sol fundearão em franquia.

Art. 248. O capitão ou mestre, cujo navio tenha de sahir, deve comparecer á capitania, na vespera do dia em que o pretenda fazer, com os seus despachos para serem alli examinados. Estando estes correntes, isto é, achando-se o navio completamente desembaraçado pelas repartições fiscaes, se lançarão em um livro de registro declarações identicas ás do art. 246, accrescentadas do porto a que se destina o navio, com as quaes se observará o mesmo processo que á entrada, si o capitão ou mestre não comparecer, e for representado pelo seu consignatario. Cumprida essa formalidade, o capitão ou mestre, ou quem o representar, receberá o *paspe*, documento assignado pelo capitão do porto, para ser entregue ao official da visita, afim de que o navio possa sahir (modelo n. 1).

Art. 249. O official da visita do porto, tendo notado no *paspe* o dia da sahida e os nomes dos passageiros, o devolverá á capitania para ser alli archivado.

Paragrapho unico. O *paspe* servirá tambem para a capitania confrontar a relação de passageiros nelle transcripta com a que as empresas de navegação devem apresentar ao capitão do porto para este authenticar, afim de por ella se effectuar a cobrança do imposto de transporte.

Art. 250. Todo capitão ou mestre que deixar de cumprir o que fica determinado no art. 243, não poderá sahir e pagará multa de 50\$ a 100\$, que o capitão do porto arbitrará no minimo ou no maximo, conforme a infracção for por desidia ou fraude, negando-lhe o *paspe* si a não satisfizer de prompto.

Art. 251. Nenhum navio poderá sahir do porto, depois de entrar o sol ou antes d'elle nascer; contudo será permittida a sahida toda vez que, precedendo pedido dos capitães ou mestres, possa este ser deferido sem prejuizo do serviço de fiscalização e policia do porto, principalmente onde todo o movimento dos navios for subordinado ás marés.

Art. 252. Os vapores das linhas regulares de navegação, que na qualidade de paquetes gosam de privilegios inherentes aos navios de guerra, poderão sahir a qualquer hora do dia ou da noite, observando o regulamento da policia do porto. Si não forem desembaraçados por esta, a fortaleza da barra encarregada do registro lhes impedirá a sahida, fazendo signaes com tiros de peça até que deem fundo debaixo de suas baterias, onde esperarão que cheguem as communicações necessarias á fortaleza, que só então lhes facultará a sahida.

Paragrapho unico. Os commandantes, capitães e mestres são responsaveis pela despesa dos signaes.

Art. 253. Os navios de guerra podem sahir a qualquer hora, devendo, porém, avisar a fortaleza da barra encarregada do registro do porto quando o pretendam fazer depois do pôr do sol.

## TITULO V

## DA MARINHA MERCANTE NACIONAL

## CAPITULO I

## DO REGISTRO E MATRICULA DAS EMBARCAÇÕES DE CABOTAGEM

Art. 254. A navegação de cabotagem só poderá ser feita por navios nacionaes previamente registrados.

Art. 255. Navegação de cabotagem é a que tem por fim a comunicação e o commercio directo entre os portos nacionaes dentro das aguas deste e dos rios que percorrem o territorio da Republica.

Art. 256. A navegação de cabotagem é executada ao longo da costa ; si é de cabo a cabo, de porto a porto, sem perder terra de vista, resumindo-se a derrota de viagem na estima mais rudimentar, chama-se de pequena cabotagem ou costeira ; si depende de observações astronomicas, calculos de pilotagem, marcações, tal qual na navegação alta, recebe o nome de grande cabotagem.

Art. 257. Aos navios das nações limitrophes é permittida a navegação dos rios e aguas interiores nos termos das convenções e tratados existentes.

Art. 258. Para um navio ser considerado nacional é preciso:

1.º Que seja propriedade de cidadão brasileiro, residente ou não no territorio da Republica, ou de sociedade ou empresa com sede no mesmo territorio e gerida exclusivamente por cidadão brasileiro ;

2.º Que tenha capitão ou mestre brasileiro ;

3.º Que tenha, pelo menos, dous terços de sua equipagem formados por brasileiros.

Art. 259. Quando, por qualquer motivo, o proprietario do navio deixar de ser cidadão brasileiro, será cassada a carta de nacionalidade do navio e cancellado o seu registro.

Paragrapho unico. O cancellamento deverá ser requerido dentro de seis mezes da data em que o navio deixou de ser nacional, e, decorrido o prazo, ficará este sujeito á apprehensão como contrabando.

Art. 260. Todas as embarcações de cabotagem farão o competente registro nas capitancias em cuja circumscripção tiver domicilio o proprietario.

Na capitania do porto do Districto Federal não só se registrarão os navios cujos proprietarios nelle residam, como no Estado do Rio de Janeiro e fóra da Republica.

Art. 261. O registro deverá conter :

1.º A declaração do logar onde a embarcação foi construida, e nome dos constructores e a qualidade dos principaes materiaes empregados ;

2.º As dimensões da embarcação em metros e decímetros, e a sua capacidade em toneladas metricas, comprovadas por certidão de arqueação com referencia á sua data ;

3.º A armação que tem e o numero de cobertas ;

4.º O dia em que foi lançado ao mar ;

5.º O nome de cada um dos donos ou associados, e os respectivos domicilios ;

6.º Qual a parte de cada associado, si for de mais de um dono, e a época da sua aquisição, com referencia á natureza e data do titulo, que deverá acompanhar a petição para o registro, que é a inscripção civil de propriedade da embarcação (modelo n. 2).

Art. 262. Si a embarcação for de construcção estrangeira, dever-se-ha declarar no registro a nação a que pertencia, o nome que tinha e o que tomou, e o titulo por força do qual passou a ser de propriedade brasileira, podendo omitir-se, quando não conste dos documentos, o nome do constructor.

Art. 263. O auto de vistoria, a certidão de arqueação e todos os titulos justificativos do registro ficarão archivados na capitania do porto.

Art. 264. Nenhum navio será admittido ao registro, nem poderá se apparellhar, sem que tenha sido julgado em condições de navegar pela commissão de vistorias, e verificada a sua arqueação pela alfandega.

Art. 265. Provando-se que alguma embarcação registrada como nacional, não o é e que obteve o registro fraudulentamente, ou perdeu, ha mais de seis mezes, as condições precisas para a sua nacionalisação, o capitão do porto procederá á apprehensão della e pol-a-ha á disposição do juiz seccional do districto, tomando provisoriamente conta até ser nomeado o depositario definitivo.

Paragrapho unico. Os agentes da capitania, praticos das barras e costas, e outros, são obrigados a denunciar ao capitão do porto as embarcações que incidirem nessas disposições.

Art. 266. Os registros de to los os actos e contractos referentes aos navios de cabotagem, inclusive os de fretamento (Codigo Commercial, art. 566), ficarão a cargo das capitancias dos portos onde os mesmos navios tiverem sido registrados.

Art. 267. Nenhum navio registrado poderá ser desmanchado sem que seja cancellado o seu registro.

Art. 268. Será cancellado o registro do navio de que não houver noticia por mais de dous annos.

Art. 269. O titulo de nacionalisação do navio deve ser passado em nome do Governo e assignado pelo Ministro da Fazenda ; mas o capitão do porto pôde dar titulo provisório por quatro mezes para não prejudicar a embarcação enquanto o dono promover o titulo definitivo (modelo n. 3) perante a autoridade competente.

Paragrapho unico. A capitania facultará, por certidão, a requerimento dos interessados os documentos justificativos do



registro e do titulo provisorio assim de que o dono possa obter o definitivo.

Art. 270. O titulo provisorio a que se refere o artigo anterior será expedido á vista do registro.

Paragrapho unico. Si o navio perder a qualidade de brasileiro ou for desmanchado, será elle archivado na capitania que o expediu, si a desnacionalisação ou o desmancho se verificar durante os quatro mezes em que elle subsiste.

Art. 271. Compete ás capitánias tomarem conhecimento da transferencia ou transmissão de propriedade das embarcações, a qual será requerida pelos interessados para nova inscripção, sob pena de não valer contra terceiros.

Paragrapho unico. Tambem a mudança de nome será communicada ás capitánias, assim como a do capitão ou mestre, para as necessarias rectificações nos titulos de nacionalisação.

Art. 272. No caso de serem as embarcações vendidas a estrangeiro, deverá, á retirada da bandeira, preceder requerimento dos donos á capitania.

Art. 273. O capitão do porto não consentirá na transferencia ou baixa do registro sem que tenha sido realizado, no cofre da capitania, o deposito de quantia sufficiente para o pagamento das soldadas da equipagem, calculadas conforme os respectivos contractos de engajamento, e, na falta destes, conforme os preços em vigor para taes serviços no porto de procedencia.

Art. 274. A matricula das embarcações de cabotagem será feita na capitania do porto de sua navegação, parada ou estadia, e renovada de seis em seis mezes.

Art. 275. Consiste a matricula no lançamento em livro do nome do navio, seu numero e signal do Codigo, nome do proprietario, logar da construcção e quando, material do casco, dimensões, mastreação, tonelagem, si á vela ou a vapor, e neste caso o propulsor e o numero de caldeiras e carvoeiras, e quantas pessoas de tripulação, conforme o modelo n. 4, o qual é a certidão extrahida do livro, e que deve estar a bordo da embarcação.

Art. 276. A matricula servirá de licença para as embarcações de cabotagem poderem navegar, e o prazo para a sua renovação terminará sempre no fim de cada semestre do anno civil.

Art. 277. Nenhuma embarcação será admittida á matricula sem estar aprestada dos recursos indispensaveis á segurança da navegação nos mares e rios, assim como de todos osapparelhos para a salvção de passageiros e carregamentos; devendo os capitães dos portos, como fiscaes das linhas de navegação subvencionadas, exercer a mais severa investigação sobre estas particularidades nos paquetes a ellas pertencentes.

Art. 278. As embarcações de cabotagem devem ter a bordo o seu titulo de nacionalisação, a matricula do navio, as matrioulas do pessoal, o rol de equipagem, os manifestos ou relações de carga, os despachos ou conhecimentos das mercadorias.

Art. 279. As embarcações que se empregarem na navegação de longo curso ou de grande cabotagem não poderão ser commandadas sinão por officiaes de nautica com carta de 1.<sup>o</sup> piloto, ou por officiaes da marinha de guerra licenciados pelo Governo; e as que se empregarem na navegação fluvial ou costeira, ou de pequena cabotagem, não serão confiadas sinão a official de nautica com carta de 2.<sup>o</sup> piloto, a pratico da costa, ou a mestre habilitado para a navegação de uma só escala em que a embarcação estiver encarreirada.

Art. 280. Todas as embarcações a vapor, qualquer que seja a navegação em que se empreguem, terão a bordo machinistas de carta para o serviço e direcção das machinas, cujo numero e classe serão fixados segundo a categoria da embarcação e a importancia do seu apparelho motor.

Art. 281. As embarcações do serviço exterior das alfândegas, quando não pertencerem à marinha de guerra, serão como taes consideradas, devendo ter por commandantes officiaes da Armada.

Parapho unico. Usarão, por esse motivo, com o distinctivo especial da alfandega, a flammula de navio de guerra.

Art. 282. Todos os navios deverão ter a linha d'agua traçada distinctamente no costado, e o nome na pópa, assim como a praça a que pertencerem, em caracteres bem visiveis, ficando esta logo abaixo daquelle.

Art. 283. Não poderá sahir barra fóra embarcação alguma carregada além da linha d'agua, ou que leve no convez carregamento que a exponha ao risco de incendio, como fardos de algodão, lã, paina, alfafa e outros artigos de facil combustibilidade.

§ 1.<sup>o</sup> Também não poderá sahir nenhuma sobrecarregada de passageiros, além de sua lotação, ou que os conduza sem accomodações debaixo de coberta.

§ 2.<sup>o</sup> A capitania lhes negará o *passe*, e avisará a policia do porto para que esta faça effectiva a prohibição de sahir em taes condições, sem embargo de outras providencias de que possa lançar mão.

Art. 284. A capitania negará *passe* a toda a embarcação julgada incapaz de navegar, ou que intimada para requerer vistoria se recuse a obedeecer à intimação.

Art. 285. As capitancias organizarão, para remetter de seis em seis mezes à repartição da Carta Maritima, a lista geral dos navios mercantes nacionaes, à vela e a vapor matriculados em cada uma dellas, com os dizeres e esclarecimentos do modelo n. 5.

§ 1.<sup>o</sup> Os navios exclusivamente empregados na navegação fluvial serão mencionados em mappa especial.

§ 2.<sup>o</sup> As embarcações da pesca e do pequeno trafego dos portos e rios, cuja matricula se effectua por arrolamento permanente, não serão tambem incluídas na sobredita lista.

Art. 286. As capitancias organizarão igualmente em cada semestre, para ter o mesmo destino, a estatistica dos navios

naufragados nas respectivas circumscripções, por nomes e nacionalidades dos navios e dos capitães ou mestres, com a indicação do logar e circumstancias do sinistro e do numero das victimas, contendo ainda quaesquer esclarecimentos que interessem á navegação.

Art. 287. Em geral, com referencia á navegação de cabotagem, os capitães dos portos se guiarão pelo regulamento mandado executar pelo decreto n. 2304, de 2 de julho de 1896, resalvando a parte contraria ás disposições ora estabelecidas, pelas quaes se devem reger os serviços da mesma navegação que são da competencia exclusiva das capitánias.

## CAPITULO II

### DA MATRICULA DE TODOS OS INDIVDUOS EMPREGADOS NA VIDA DO MAR

Art. 288. A matricula instaurada nas capitánias para os individuos empregados na vida do mar comprehende tres categorias :

- 1.<sup>a</sup> As tripulações dos navios da cabotagem ;
- 2.<sup>a</sup> As tripulações dos barcos do trafego do porto, inclusive o pessoal maritimo empregado nas alfandegas, policia, saude e obras do porto.
- 3.<sup>a</sup> Os pescadores, praticos, estivadores, pharoleiros e atalaia-dores.

Art. 289. Outros individuos poderão ser accidentalmente matriculados como agentes das capitánias nos portos e secções, sempre que, por falta de pessoal idoneo entre os matriculados, os capitães dos portos utilisem os serviços de individuos que não pertençam a qualquer das categorias de matricula.

Art. 290. Matricula é a inscripção do individuo nos livros da capitania, para que esta lhe forneça um documento com o qual elle possa exercer sua profissão no mar.

Art. 291. A matricula se effectua por declarações do proprio, e á vista de certidão authentica ou documento equivalente nos casos em que é exigida esta prova, contendo o nome, filiação e signaes, idade e estado, naturalidade e nacionalidade, moradia e ramo de vida.

Parapho unico. Do lançamento de taes declarações em livro especial para cada categoria de matricula se extrahirá o documento, a que se refere o artigo anterior, denominado matricula pessoal (modelo n. 6).

Art. 292. Nas capitánias onde não seja avultado o pessoal sujeito á matricula, poderá um só livro servir para a inscripção dos individuos comprehendidos na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> categoria.

Art. 293. As matriculas pessoaes das tripulações dos navios da cabotagem estão sujeitas á reforma semestral, sob pena de multa.

As outras matriculas pessoaes estão sujeitas ao visto mensal, tambem sob pena de multa.

## CAPITULO III

## DOS CAPITÃES OU MESTRES DOS NAVIOS DA CABOTAGEM

Art. 294. Todo o capitão ou mestre, á entrada no porto, logo que o seu navio seja visitado e declarado em livre pratica, se dirigirá á capitania com o rol de equipagem (modelo n. 7) e as matriculas pessoases da tripulação para a conferencia, que será feita pelo secretario, cotejando estas com aquelle, afim de verificar si estão conformes ou si houve qualquer alteração durante a viagem e qual fosse ella, para ser explicada pelo capitão ou mestre como principal responsavel.

Em seguida o secretario lavrará o *termo de entrada*, assignado por elle, pelo capitão do porto e pelo capitão ou mestre, no qual deve constar fielmente o resultado da conferencia.

O rol de equipagem ficará archivado na capitania.

Art. 295. As matriculas pessoases, até á sahida do navio, se conservarão depositadas na capitania, sob a guarda do secretario, para serem entregues com o novo rol de equipagem ao capitão ou mestre.

Art. 296. Durante o deposito das sobreditas matriculas, poderão ellas ser retiradas pelos proprios, á medida que as reclamarem, uma vez que provem o seu desligamento do navio, mediante guia de desembarque ou documento equivalente.

Art. 297. O capitão ou mestre, cujo navio tiver de emprender viagem, deve dirigir-se á capitania do porto com sua tripulação para alli fazer a declaração do trato e ajuste da soldada que cada um dos individuos for ganhar durante a viagem da embarcação.

O secretario, depois de fazer a chamada da tripulação pela respectiva lista (modelo n. 8), organizada pelo capitão ou mestre e por elle apresentada, achando-a conforme, passará a lavrar o *termo de sahida* em que se declarem com clareza e minuciosidade quaesquer condições que houverem sido estipuladas entre o capitão ou mestre e a respectiva tripulação, bem como a soldada ajustada e mais particularidades que devem constar da sobredita lista. Este termo será assignado pelo capitão do porto, secretario, capitão ou mestre; e delle o secretario extrahirá o rol de equipagem (modelo n. 7) para ser entregue com o competente *passé* ao referido capitão ou mestre. O *passé* será por este apresentado ao official da visita do porto para os fins especificados no art. 249.

Art. 298. O capitão do porto poderá dispensar o comparecimento da tripulação na capitania para se confeccionar o rol de equipagem, quando a viagem não for de longo curso.

Neste caso o secretario fará a conferencia da lista da tripulação com as matriculas pessoases.

Art. 299. O rol da equipagem será renovado em cada viagem; comtudo, o capitão do porto poderá permittir que continue o da viagem anterior, si esta pela sua curteza não tiver dado logar

a alterações no pessoal, que de qualquer modo o tornem inser-vível.

Paragrapho unico. Em caso algum, porém, se permittirá rol de equipagem com appendiculos.

Art. 300. Os capitães ou mestres poderão contractar livremente os individuos que devem compor suas tripulações, com-tanto que as formem, pelo menos, com dous terços de bra-zileiros.

Art. 301. Os capitães dos portos não conhecerão dos con-tractos a que se refere o artigo anterior sinão na parte relativa á nacionalidade das tripulações ; devendo, para isso, estar de-clarado nas matriculas pessoas dos naturalisados que o são em vista do documento competente.

Art. 302. As questões que se suscitam sobre taes contractos entre as partes interessadas, deverão estas levar-as ao conheci-mento do juiz seccional do districto, a quem compete processar o julgar os casos relativos ao ajuste e soldada dos officiaes e gente da tripulação dos navios mercantes.

Art. 303. Não obstante essa disposição, si as partes prefe-rirem, ao pleito em juizo, o recurso conciliatorio da autoridade dos capitães dos portos para dirimir as sobreditas questões, po-derão estes intervir nellas, preferindo julgamento definitivo.

Art. 304. O capitão ou mestre que seduzir ou desencaminhar marinheiro matriculado em outra embarcação, será punido com a multa de 200\$ por marinheiro que desencaminhar, e obriga-do a entregal-os ; ficando ainda responsavel pelos prejuizos que causar á embarcação, si por tal motivo ella retardar sua viagem.

Art. 305. Nenhum capitão ou mestre, depois de matriculado qualquer individuo de sua tripulação, poderá despedil-o antes de concluida a viagem, salvo pagando-lhe por inteiro a soldada ajustada, ou como houver sido convencionado entre partes.

Art. 306. Nenhum individuo, depois de matriculado, poderá exonerar-se de seguir viagem na embarcação de sua matricula ; cabendo ao capitão ou mestre o recurso ao capitão do porto para que este interponha sua autoridade no sentido de obrigar o tripulante a cumprir o trato.

Art. 307. O individuo que pretender desligar-se do navio de sua matricula, pôde dar outro em seu lugar, si nisso convier o capitão ou mestre ; devendo fazer-se disso sabedor o capitão do porto, afim de mandar pôr a conveniente nota na matricula.

Art. 308. Nenhum capitão ou mestre poderá admittir em sua tripulação individuo algum que não esteja matriculado na capitania do porto.

Art. 309. As capitancias não darão matricula a quem não esteja desembaraçado do serviço da marinha de guerra, ou de engajamento em outro navio ; devendo o individuo, que pre-tender a matricula, provar pela apresentação da guia de des-embarque, baixa do serviço, ou qualquer outro documento que faça fé, não ter compromissos que lhe tolham a liberdade de empregar-se.

Paragrapho unico. Si o individuo for estrangeiro, não poderá ser matriculado sem apresentar documento firmado pelo consul de sua nação declarando estar desembaraçado.

Art. 310. Os capitães ou mestres são obrigados a pagar aos individuos de suas tripulações a despeza da passagem delles do porto em que os despedirem para aquelle onde ou para onde se ajustaram, cessando esta obrigação si encontrarem soldada no porto da despedida.

Art. 311. Quando nas capitánias pretender matricula individuo nacional para navio estrangeiro, com destino a porto tambem estrangeiro, se deverá estipular a obrigatoriedade da repatriação, a expensas do capitão ou mestre, no termo do contracto, sendo transcripta no verso da matricula e authenticada pelo capitão do porto para, no caso de não ser satisfeita a clausula, o prejudicado poder apresentar sua matricula pessoal ao consul brasileiro no porto em que se effectuar o desembarque, afim de tornal-a effectiva.

Art. 312. As condições do ajuste entre o capitão ou o mestre e a gente da tripulação, na falta de outro titulo do contracto, provam-se pelo rol de equipagem e pela matricula pessoal. Não sendo estipulado de outro modo, entende-se que o tempo do ajuste foi por viagem redonda, ou por ida e volta ao porto da capitania que fez a matricula.

Art. 313. O capitão ou mestre que não apresentar todos os individuos matriculados, ou não fizer constar devidamente a razão da falta, será multado em 200\$ por pessoa que apresentar de menos.

Art. 314. O capitão ou mestre que desembarcar tripulantes nos portos de escala de seu navio, deixando-os ao desamparo, será multado em igual quantia, além de ser obrigado a cumprir o art. 310.

Art. 315. Fica sujeito á multa de 500\$ o capitão ou mestre, cuja embarcação navegar ou empregar-se no serviço a que se destina :

1º, sem pessoal legalmente habilitado ;

2º, sem ter a bordo o numero de tripulantes, escaleres, boias de salvação, ancoras, amarras, ancorotes, etc., correspondentes á sua lotação e porte ;

3º, sem as luzes regulamentares e signaes do Codigo.

Art. 316. A escripturação dos navios mercantes será feita em tres livros distinctos, encadernados, e rubricados pelo capitão do porto, ficando os capitães ou mestres responsaveis por perdas e damnos que resultarem da falta delles. O primeiro dos livros se denominará *Livro de carga*, o segundo será o de *Receita e despeza* e o terceiro o *Diario da navegação*, nos quaes o secretario lavrará os termos de abertura e encerramento, assignados pelo capitão do porto.

Art. 317. Os barcos da navegação costeira, que não fazem derrota, são dispensados de ter a escripturação de que trata o artigo anterior, supprindo os livros nelle mencionados por cadernos de notas.

Art. 318. Aos capitães ou mestres que se obstinarem em não cumprir as ordens e intimações da capitania, esta lhes negará o *passse*, impedindo a sahida das embarcações, do que dará conhecimento ao Ministro da Marinha.

Art. 319. Os capitães ou mestres não consentirão que individuos de suas tripulações desembarquem em passeio ou serviço com faca de ponta, punhal, estoque ou armas de fogo, sob pena de serem detidos nos postos de vigilancia policial dos logares de serventia das embarcações miudas, si, advertidos pelo capataz da secção, não depositarem em mão deste as armas até seu regresso para bordo.

Art. 320. Os capitães ou mestres não são obrigados a apresentar nas capitánias os titulos de nomeação que por ventura tenham dos proprietarios dos navios.

Art. 321. No interesse da navegação, e sempre que lhes for requisitado pelcs capitães dos portos, deverão os capitães ou mestres fornecer as derrotas de viagem e todos os esclarecimentos que possam servir para a organização da carta geral da costa do Brazil e roteiros a cargo da repartição da Carta Maritima.

Art. 322. Os capitães ou mestres, em cujos navios em viagem occorrerem nascimentos e obitos, lavrarão os termos respectivos nas 24 horas que se seguirem ao nascimento ou obito, em presença dos paes ou de quaesquer outros parentes e de duas testemunhas, nos quaes serão declarados o nome e o sexo do recém-nascido, o nome, sexo e idade do fallecido, o ponto do mar, a hora, dia, mez e anno em que o facto se der e suas circunstancias.

Pasagrapho unico. Quanto aos recém-nascidos declararão mais os nomes, estado, profissão e patria dos paes e avós ; devendo os capitães dos portos, por occasião de receberem taes termos, verificar si estão de accordo com os decretos n. 1886 de 7 de março de 1888 e n. 4968 de 24 de maio de 1872.

Art. 323. No que diz respeito á propriedade, administração, carregamento, navegação, seguro, embargos e outras exigencias a que são obrigados os capitães ou mestres pelo Codigo Commercial, ficam elles sujeitos aos juizes seccionaes. Quanto ás vistorias, condições de navegabilidade e outras de que trata em detalhe o presente regulamento, são directamente subordinados aos capitães dos portos.

Art. 324. Das decisões proferidas pelas capitánias contra os capitães ou mestres, em virtude das quaes sejam elles multados, poderão, qualquer que seja a importancia da multa, recorrer para o juiz seccional do districto.

## CAPITULO IV

### DO MODO DE INTERPOR E PROCESSAR OS RECURSOS

Art. 325. O recurso de que podem usar os capitães ou mestres, quando se não conformarem com as decisões dos capitães

dos portos, será apresentado dentro de *cinco dias*, contados da data da intimação para pagamento da multa, feita á parte pelo encarregado das diligencias, sob pena de se tornar a decisão immediatamente exequível.

Art. 326. A petição para o recurso deverá especificar tolas as peças de que se pretenda traslado para documental-o.

Art. 327. Tomado o termo do recurso pelo secretario da capitania, e entregue por elle ao recorrente o traslado e mais documentos pedidos, deverá este dentro dos *cinco dias*, contados dos da interposição do recurso, apresentar suas razões, instruídas com o dito traslado e mais documentos que tiver.

Art. 328. Autoadas pelo secretario as ditas razões, traslados e documentos, e por certidão o termo de recurso, e a entrega da decisão (si não constar do traslado), será o recurso concluso ao capitão do porto, que, dentro de outros *cinco dias*, poderá reformar a decisão, ou mandar juntar ao recurso os traslados que julgar convenientes e fundamentar o seu despacho.

Art. 329. Os prazos concedidos ao recorrente (arts. 325 e 327) poderão ser ampliados até ao dobro pelo capitão do porto, si entender que assim o exige a qualidade e quantidade dos traslados, ou a affluencia do serviço a cargo do secretario.

Art. 330. Si o capitão do porto denegar o recurso, ainda mesmo pelo fundamento de ter sido interposto fóra dos *cinco dias*, nem por isso deixará o recurso de ser processado e expedido, si o recorrente depositar no cofre da capitania a importância da multa, que levantará, no caso de provimento apresentado em tempo.

Art. 331. O recurso deve ser apresentado em Juizo dentro dos *cinco dias* seguintes ao da entrega do processo pelo secretario com a resposta do capitão do porto.

Art. 332. Para apresentação do provimento do recurso ao capitão do porto é concedido o mesmo tempo que se gasta para sua apresentação em juizo, contando-se da publicação do mesmo provimento.

Art. 333. Para esse fim se dará conhecimento ao secretario da capitania do dia em que for lavrado o termo de apresentação em juizo, para em caso de não provimento, ou de ser esto apresentado fóra de tempo, ser a multa cobrada executivamente pelos meios judiciais, quando o recorrente a não pague amigavelmente, ou não haja sido depositada no cofre da capitania (art. 330).

## CAPITULO V

### DO ARROLAMENTO DAS EMBARCAÇÕES DO TRAFEGO DO PORTO

Art. 334. Não são sujeitos ao registro (art. 260):

- 1.º Os navios empregados na pescaria das costas;
- 2.º Os vapores de reboque, de coberta ou não, empregados no serviço dos portos ou rios navegaveis;



3.º As embarcações, á vela e a vapor, destinadas no interior dos portos ao transporte de passageiros e bagagens, ao serviço de carga e descarga, e ao transporte de mercadorias ;

4.º As embarcações ao serviço das associações de praticagem e as de recreio ;

5.º As canoas, botes, catraias, igarités, chalanas e outras semelhantes.

Art. 335. Todas as embarcações do tráfego, classificadas no artigo anterior, ainda que não sejam de propriedade brasileira, considerar-se-hão brasileiras e não poderão em caso algum içar outra bandeira que não seja a da Republica .

Art. 336. Todas as embarcações não sujeitas ao registro serão arroladas nas capitánias dos portos onde exercerem sua industria.

Art 337. O arrolamento se realizará por declarações do proprietario da embarcação, feitas por elle pessoalmente ou por preposto perante o secretario da capitania, de seu nome e moradia, das dimensões da embarcação e do serviço a que a destina, conforme o modelo n. 9, que é a certidão extrahida do livro em que o secretario lançar as declarações.

Art. 338. O arrolamento para as embarcações do tráfego corresponde á matricula para as embarcações de cabotagem.

Art. 339. Por occasião do arrolamento, deverão as capitánias dos portos lotar as embarcações do tráfego, marcando-lhes o numero de passageiros e a carga que podem comportar.

Art. 340. O arrolamento deve ser feito quando as embarcações entrarem em serviço.

Art. 341. O arrolamento é permanente, e a sua baixa nos livros da capitania só se verificará, a requerimento do proprietario da embarcação, quando esta pïssar a outro dono, si não puder mais servir ou navegar, ou si tiver soffrido transformação por força da qual venha a ter novo destino.

Art. 342. Todas as embarcações arroladas, além da matricula pessoal dos seus tripulantes (art. 288 ), a qual deve estar em poder de cada um destes ou sob a guarda do patrão ou armaes, terão a bordo a licença da capitania ( modelo n. 10 ), documento sem o qual não poderão empregar-se no tráfego do porto e rios navegaveis.

Art. 343. Estas licenças, que ficam registradas na capitania, deverão ser solicitadas nos primeiros dias de janeiro e reformadas no fim do anno civil ; mas em qualquer época que sejam concedidas não perduram além deste termo, nem poderão passar de umas para outras embarcações, sendo multados os infractores em 12\$ a 36\$000.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as licenças para os navios possuirem amarração fixa nos ancoradouros proprios, uma vez que seus proprietarios se obriguem, por termo, a desfazer-a quando as capitánias julgarem conveniente.

Art. 344. As capitánias, no interior dos portos, distribuirão as embarcações pelas estações ou secções, designando a cada uma o lugar onde devam estacionar sob a jurisdição do capa-

ta z respectivo, conforme as conveniencias do serviço geral do porto e as do trafego em que se empregarem.

Art. 345. As embarcações do trafego terão o seu numero de ordem no arrolamento assignalado em um dos bordos, e no outro a letra do alphabeto que designar a estação ou secção a que pertencerem, sob pena de multa.

Art. 346. Os patrões ou mestres dos vapores de reboque devem ter carta de arraes si não forem matriculados como officiaes de nautica.

Art. 347. Os patrões das lanchas a vapor dos estabelecimentos publicos, qualquer que seja o Ministerio a que pertençam, também devem ter carta de arraes de porto, ainda que classificados no quadro dos officiaes marinhos da Armada.

Art. 348. As embarcações a vapor do trafego do porto, quer andem a frete, quer sirvam tão somente para recreio, não poderão empregar-se em taes serviços sem ter a bordo machinista approved, e patrão habilitado com carta de arraes.

Art. 349. As embarcações pequenas à vela, classificadas em hiates, lanchas, barcaças e outras destinadas nos portos ao transporte de mercadorias, e cuja arqueação não exceda de 20 toneladas metricas, ainda que saiam barra-fôra, não são obrigadas a ter official de nautica, mas serão dirigidas por um arraes do porto.

## CAPITULO VI

### DAS VISTORIAS

Art. 350. Haverá em cada capitania uma commissão presidida pelo capitão do porto ou algum de seus ajudantes, e composta de engenheiros navaes da especialidade de machinas e da de construcção naval, para fazer a vistoria do casco e machina a que são obrigadas, de seis em seis mezes, todas as embarcações mercantes nacionaes, comprehendidas as do trafego do porto empregadas no serviço de transporte de passageiros, cargas ou materiaes, assim como as de reboque, pesca e recreio.

Paragrapho unico. Si a embarcação for de vela, o mestre da officina de apparelho e velas do arsenal, ou o patrão-mór da capitania, na falta daquelle, substituirá na commissão o engenheiro de machinas.

Art. 351. Os engenheiros navaes que devem compor a commissão de vistorias serão tirados dentre os que servirem nos arsenaes e ficarão à disposição do capitão do porto, sem prejuizo de suas funções naquelles estabelecimentos.

Paragrapho unico. No Districto Federal serão de preferencia empregados na referida commissão os engenheiros navaes addidos ao Quartel General da Marinha que pertencerem às especialidades requeridas.

Art. 352. Onde não houver arsenal, comporão a commissão de vistorias profissionais da marinha de guerra nacional, si

na occasião se achar no porto algum navio; e, na falta, será formada por pessoal competente da embarcação a vapor do serviço exterior da alfandega ou mesa de rendas de passagem no logar.

Paragrapho unico. Quando não houver profissionaes, nem da marinha de guerra, nem da alfandega, o capitão do porto recorrerá ás pessoas competentes da localidade, antigos officiaes da marinha mercante ou outros, convidando-as para fazer a vistoria, que neste caso será retribuida por quem a tiver requerido.

Art. 353. As capitánias empregarão toda a solicitude para que as embarcações sujeitas á vistoria semestral não se esquivem a ella.

Art. 354. As vistorias deverão ser requeridas ao capitão do porto pelos proprietarios das embarcações, por si ou por prepostos, em qualquer tempo, para o caso da primeira vistoria ou inspecção extraordinaria; e, fóra disso, oito dias antes de esgotado o prazo durante o qual a embarcação tiver sido julgada em estado de poder navegar.

§ 1.º Em documento appenso ao requerimento o 1º machinista deve declarar que a machina e caldeiras estão preparadas para a vistoria.

§ 2.º Si a commissão assim as não encontrar, a capitania multará o machinista em 100\$ e marcará outro dia para vistoria.

Art. 355. *Vinte e quatro horas* depois de despachado o requerimento para vistoria, a commissão se reunirá a bordo da embarcação para proceder aos exames requeridos no casco e machina.

§ 1.º A vistoria será feita tendo a embarcação os porões varridos e safos, e as caldeiras completâmente frias.

§ 2.º Pelo menos uma vez por anno a embarcação deverá ser vistoriada em secco, ou no dique.

Art. 356. O presidente da commissão examinará o apparelho, velame, amarras, ancoras, etc., e verificará si as embarcações estão providas dos escaleres, boias de salvação, pharões, agullhas, prumos, odometros, chronometros, instrumentos de reflexão, cartas e roteiros, que devem ter conforme o seu porte e a navegação em que se empregam. Inspeccionará muito particularmente si as embarcações do trafego, encarreiradas na condução de passageiros, dispoem dos meios de acudir a qualquer sinistro que ponha em perigo a vida dos mesmos passageiros.

Paragrapho unico. Si a embarcação for de vela, o exame do apparelho e velame compete ao mestre da officina de apparelho e velas do arsenal, ou ao patrão-mór da capitania na falta daquelle.

Art. 357. O perito de machinas fará minucioso exame nas machinas, caldeiras, bombas e carvoeiras.

§ 1.º As caldeiras, quando não baste a percussão, serão submettidas á pressão hydraulica, ou á de vapor, a juízo do perito.

§ 2.º Haverá em tolas as caldeiras, além da valvula de segurança ordinaria, outra, que será graduada e sellada pela commissão, afim de não ser alterada pelo pessoal de bordo.

Art. 358. Ao perito de construcção naval incumbe examinar o casco, mastreação, leme, escaleres e mais accessorios relativos á sua especialidade.

Art. 359. A commissão de vistorias se fará acompanhar de caldeireiros, ajustadores, cravadores, calafates e carpinteiros, para auxiliar-a, si forem precisos, no exame das embarcações.

Parapho unico. Estes operarios serão pagos dos respectivos salarios de um dia, segundo a classe de cada um, pelos individuos que houverem requerido a vistoria.

Art. 360. Concluidos os exames, o presidente da commissão mencionará no livro de bordo, rubricado pelo capitão do porto, a data e o resultado da vistoria.

Em seguida a commissão se dirigirá á capitania, cujo secretario lavrará em livro proprio o termo da vistoria, o qual deve resumidamente conter os fundamentos do parecer sobre o estado da embarcação vistoriada e suas condições de navegabilidade, assignando-o com todos os membros da commissão.

Art. 361. Si algum dos membros da commissão discordar do parecer da maioria, assignará *vencido* declarando no termo as razões da divergencia.

Art. 362. Do livro de termos se extrahirá certidão, que será entregue á parte, para que esta a apresente na secção dos despachos, afim de ser desembaraçada a embarcação e poder navegar.

Art. 363. A certidão do termo da vistoria não será entregue á parte sem que esta, além do sello por estampilha, tenha pago as taxas correspondentes.

Art. 364. Os navios da cabotagem, além do livro a que se refere o art. 360, terão outro, tambem rubricado pelo capitão do porto, no qual o machinista de quarto consigne todas as occurrencias que se derem na machina durante as horas de serviço.

Art. 365. Os vapores das linhas subvencionadas serão vistoriados, sempre que for possivel, na presença do respectivo fiscal.

Art. 366. Quando qualquer embarcação houver excedido o prazo durante o qual deveria requerer a vistoria, mandará a capitania intimar a quem seja por ella responsavel para que requiera no prazo de  *vinte e quatro horas* , sob pena de ficar a embarcação impedida de navegar, e quem por ella responda sujeito á multa de 50\$, 100\$, 200\$, conforme pertencer ao trafego do porto, á cabotagem ou á navegação de longo curso.

Art. 367. Todo o capitão ou mestre, patrão ou arraes, que, intimado para requerer vistoria ou depois de haver sido sua embarcação julgada incapaz de navegar, tentar sahir do porto ou continuar no trafego, sem obedecer á intimação, incorrerá na multa de 200\$, 300\$, 500\$, conforme for empregada na navegação interior do porto, na de pequena ou grande cabotagem.

Art. 368. Será passível da igual multa o capitão ou mestre, patrão ou arraes, cuja embarcação emprehenda viagem de duração média excedente ao prazo arbitrado para ella navegar com segurança pela ultima vistoria, ou que continue a trafegar entre pontos longinquos do interior do porto, quando tenha expirado o prazo que se lhe marcou para cessar o serviço.

Art. 369. Quando o capitão ou mestre, patrão ou arraes, não se conformar com o julgamento da commissão de vistoria, poderá recorrer d'elle por intermedio do capitão do porto, para o Ministro da Marinha, o qual, si entender conveniente, mandará proceder a nova vistoria por commissão nomeada *ad hoc* e formada de pessoal alheio á questão, para a decidir.

§ 1.º A cópia do termo da segunda vistoria subirá ao Ministro, ainda por intermedio do capitão do porto, que prestará informação sobre os fundamentos do julgado na primeira vistoria, cabendo ao Ministro a decisão definitiva.

§ 2.º Até que se verifique esta decisão é suspensivo o effeito do julgamento da vistoria appellada, mas a embarcação aguardará no porto de sua navegação, parada ou estadia.

Art. 370. Além das vistorias periodicas, todas as embarcações a ellas sujeitas, si tiverem feito concertos, dos quaes resultem alterações no casco, machinismo, mastreação, etc., serão vistoriadas por esta occasião.

Art. 371. Sempre que tiverem encalhado ou batido de modo a receiar-se avaria de importancia, as embarcações serão vistoriadas em secco.

Art. 372. Outras vistorias poderão ser feitas quando a commissão entender que são indispensaveis para as embarcações poderem navegar com segurança.

Art. 373. Haverá tambem vistorias especiaes, requeridas para quaesquer effeitos não previstos neste regulamento; ficando os que as requererem obrigados, não só ao pagamento do sello por estampilha, como ao de taxas extraordinarias.

Art. 374. Das multas por infracção das disposições sobre vistorias, poderão os interessados recorrer, utilizando o recurso estabelecido neste regulamento (art. 325).

Art. 375. Modelo do termo de vistoria a que se refere o art. 360:

« Aos .... dias do mez de ..... de 18.. a commissão de vistorias compareceu a bordo da ..... e, após minuciosos exames no casco, leme, machinas, caldeiras, carvoeiras, mastreação, etc., reconheceu que tudo se acha (ou não) em bom estado, na conformidade do regulamento das capitancias, consequentemente, é de parecer que a ..... está (ou não) em condições de poder navegar com segurança, ou de empregar-se no serviço a que se destina. Em firmeza do que lavrei o presente termo, que assignam, commigo, secretario, todos os membros da commissão. (Seguem-se as assignaturas.) »

## CAPITULO VII

## DAS LOTAÇÕES

Art. 376. A lotação das embarcações mercantes a vapor e à vela, empregadas no tráfego do porto, na pequena e grande cabotagem, ou na navegação de longo curso, será fixada na primeira vistoria por que passar a embarcação, quer seja para o arrolamento, matrícula ou registro, quer para ser aceita pelo Governo, si pertencer á companhia por elle subvencionada.

§ 1.º As embarcações a vapor da pequena cabotagem comprehendem os rebocadores.

§ 2.º As do tráfego do porto, tambem a vapor, comprehendem as embarcações postas a frete, as de recreio, as barcas d'agua, as barcas sujeitas a horario em linha certa para condução de passageiros, as dragas, os guinchos, as cabreas, e os bate-estacas fluctuantes que se movam ou funcionem a vapor.

Art. 377. O pessoal encarregado da direcção e serviço das machinas nas embarcações mencionadas no artigo anterior será o seguinte :

## TRAFEGO DO PORTO

Barcas a helice ou de rodas — 2 machinistas e 4 foguistas ;  
Lanchas a helice — 1 machinista e 1 foguista ;  
Guinchos — 1 machinista e 1 foguista ;  
Cabreas e bate-estacas e outros — 1 machinista e 2 foguistas.

## CABOTAGEM E LONGO CURSO

Até a força indicada de 400 cavallos — 3 machinistas, os praticantes que for preciso embarcar, 9 a 15 foguistas ;

De 400 cavallos até 2.500 — 4 machinistas, os praticantes que for preciso embarcar, 16 a 20 foguistas ;

Acima de 2.500 cavallos — 6 machinistas, os praticantes que for preciso embarcar, 30 a 40 foguistas.

Art. 378. A falta de machinistas de 1ª classe para chefe de machinas nos vapores de mais de 400 cavallos poderá ser supprida por machinista de 2ª classe.

§ 1.º Os machinistas de 4ª classe não poderão exercer funções diversas das que lhes conferem os proprios titulos.

§ 2.º Os praticantes embarcam para fazer sua instrucção pratica como auxiliares dos machinistas, e são como taes matriculados.

Art. 379. A commissão de vistorias, ao lotar as embarcações em pessoal de machina, poderá, si entender conveniente, alterar o pessoal aqui fixado, de accordo com os capitães ou mestres, patrões ou arraos, chefes ou encarregados de machinas, sem prejuizo do funcionamento destas, sobretudo em viagem.

Art. 380. A lotação de convez das sobreditas embarcações será calculada tomando-se por base que em cada embarcação ou navio sob a vela haja, além do capitão ou mestre e pilotos neste, e do arraes ou patrão naquella, um homem ao leme, outro de vigia, um sobre o convez por cada mastro (inclusive o gurupés), um carpinteiro e um cozinheiro, para poder formar a divisão da equipagem em dous quartos, pelo menos na grande cabotagem ou navegação alta.

Art. 381. Os cascos fluctuantes não comprehendidos no quadro (art. 377) serão lotados segundo a natureza do serviço em que se empregarem.

Art. 382. A commissão de vistorias, ao fixar a lotação de convez, poderá fazel-o de accordo com o capitão ou mestre, patrão ou arraes, alterando o pessoal como for melhor e segundo osapparelhos de que disponha a embarcação para facilitar a manobra.

Art. 383. As lotações, uma vez fixadas, passarão ao registro do livro especial da capitania e não poderão ser alteradas senão por ordem do capitão do porto, precedendo requerimento da parte, com audiência da commissão de vistorias.

## TITULO VI

### DOS PREJUIZOS OU DAMNOS CAUSADOS PELOS NAVIOS ENTRE SI DENTRO DO PORTO

#### CAPITULO I

##### DOS DAMNOS CAUSADOS POR NAVIOS EM MOVIMENTO

Art. 384. Para evitar os abalroamentos no mar, dentro do porto ou fóra delle, á entrada ou sahida da barra, mas ainda entre pontas, deverão os capitães ou mestres observar as regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington, que o decreto n. 1938 de 14 de março de 1895 mandou executar para os navios em movimento.

#### CAPITULO II

##### DOS DAMNOS CAUSADOS POR NAVIOS FUNDEADOS

Art. 385. Achando-se um navio em pouco fundo, o capitão ou mestre terá direito, em caso de perigo, de exigir que o navio

proximo suspenda ou ponha sua ancora a pique para lhe dar passagem, uma vez que este o possa fazer sem risco.

Parapho unico. O navio ancorado deve ser indemnizado pelo outro da avaria que tiver soffrido para lhe evitar o perigo imminente.

Art. 386. Todo o navio fundeado, logo que delle se approxime outro velejado, deverá prolongar com o costado as embarcações miudas que estiverem amarradas na popa. Não o fazendo, perderá o direito á indemnização do damno, no caso de havel-o; e será obrigado a reparar a avaria que o velejado possa soffrer por semelhante falta.

Art. 387. Todo o navio fundeado é responsavel pelo damno causado por falta de boas nas ancoras de sua amarração, salvo si as houver perdido porque arreentassem os arinques, e provando não ter sido possivel pôr-lhe outras.

Art. 388. Todo o navio mal fundeado ou amarrado é responsavel pelo damno que causar aquelle com o qual abalroar.

### CAPITULO III

#### DOS DAMNOS CAUSADOS POR OCCASIÃO DE TEMPORAL, OU POR CIRCUMSTANCIAS EXTRAORDINARIAS

Art. 389. Toda a vez que o navio garrar para cima de outro em occasião de temporal ou de muita correnteza, no caso de ter sido por descuido, ou porque as ancoras não sejam proporcionaes ao navio, será elle obrigado á reparação do damno.

Art. 390. Si um navio, nas mesmas circumstancias, abalroar outro, impellido por terceiro, será este obrigado á reparação do damno, si tiver garrado por descuido ou por falta de ancoras que o aguentem. Verificando-se, porém, que o navio, não obstante haver lançado ao mar todas as suas ancoras, ainda continuou a garrar, ou lhe faltasse alguma das ancoras, não haverá direito á reparação do damno. Todavia, poderão haver circumstancias em que o damno seja rateado pelos dous.

Art. 391. Toda a vez que um navio, ao amarrar ou desamarrar, abalroar outro, porque um terceiro se negasse a prestar os auxilios reciprocos a que são obrigadas todas as embarcações no ancoradouro, não haverá direito a haver delle reparação do damno, mas, sim, daqu'elle que lhe negou o auxilio.

Art. 392. Nos casos de damno por abalroamento, quer estejam os navios em movimento, quer fundeados, ou em occasião de mão tem o, ainda que não sujeitos á immediata jurisdição das capitarias, podem os capitães dos portos interpôr sua autoridade e bons officios, por accordo e solicitação das partes, mesmo na intercurrença da acção judiciaria.



## TITULO VII

## DO BALISAMENTO E ILLUMINAÇÃO

## CAPITULO UNICO

Art. 393. Nos portos, rios ou lagôas em que para segurança da navegação forem necessarias boias, balisas ou outros quaesquer signaes que indiquem perigo submerso, os capitães dos portos os mandarão collocar de accordo com as instrucções da repartição da Carta Maritima, á qual compete assignalar o balisamento nos mappas e cartas destinados á navegação; e exercerão sobre este serviço a maior vigilancia.

Art. 394. Os capitães dos portos também inspecionarão as boias que assignalam encanamentos e cabos submarinos, e as que demarcam o quadro em que são rectificadas as agulhas dos navios de guerra, ou os pontos pelos quaes estes medem a velocidade nas experiencias officiaes de marcha.

Art. 395. Todo o navio que tomar alguma boia não destinada á amarração fica sujeito á multa de 100\$ por hora ou fracção de hora que nella se demorar. Em caso de força maior, que justificará, lhe será relevada a multa com a obrigação de desamarrar immediatamente.

Art. 396. Todo aquelle que damnificar as boias e balisas ou concorrer para mudar a posição dellas será obrigado a reparar o damno ou a repô-las em seus logares, ficando ainda sujeito á multa de 50\$ a 100\$ pela infracção.

§ 1.º Si o trabalho de collocação e rectificação das boias for feito pela capitania, será esta indemnizada pelo infractor, segundo a avaliação dos peritos.

§ 2.º Si do desvio das boias ou balizas resultar encalho ou perda de navio, ou qualquer outro sinistro maritimo, aquelle que o houver causado, além da multa e reparação do damno, ficará sujeito á acção penal pelo juizo competente.

Art. 397. Fora da séde da capitania ou delegacia, os capatazes de porto vigiarão na conservação das boias e balisas.

Art. 398. Os postos mete-rológicos, atalaías e todos os signaes ou marcas de praticagem dos portos e barras também ficarão sob a immediata inspecção das capitánias, as quaes, quanto á conservação dos postos, procederão de accordo com as instrucções da repartição da Carta Maritima.

Art. 399. A inspecção dos pharóes da costa, portos e barras ficará a cargo dos capitães dos portos, excepto no Distrito Federal ou onde a repartição da Carta Maritima tenha a sua sede, os quaes os administrarão fiscalizando os serviços pertinentes á illuminação e o respectivo pessoal por maneira que sejam de real utilidade para a navegação.

Art. 400. Os capitães dos portos providenciarão, nos casos urgentes, sobre o aprovisionamento dos pharóes; ordenarão os

reparos inadiáveis nas torres eapparelhos de luz ; contractarão pharoleiros e demittirão os que mal servirem ; mantendo em tudo as instrucções que lhes forem ministradas pela repartição da Carta Maritima, a cujo chefe darão conhecimento de quanto houverem resolvido e executado.

Não obstante, se absterão de fazer alterações ou modificações nos pharões sem annuencia prévia daquelle repartição.

Art. 401. Não é permittido estabelecer, dentro ou fóra dos portos, luzes, pharões, boias ou quaesquer signaes que possam interessar á navegação, sem consentimento expresso da repartição da Carta Maritima, nem autorização das capitánias.

Art. 402. O capitão do porto providenciará sobre o acondicionamento e conservação dos apparelhos de luz e mais materiaes de construcção ou consumo destinados aos pharões de sua circumscripção.

Art. 403. Os capitães dos portos communicarão ao Ministro da Marinha todas as informações concernentes á illuminação e balisamento, bem assim os que forem de interesse geral para a navegação, além de serem transmittidas á repartição da Carta Maritima, no caso de haver necessidade de as publicar. Quando esta necessidade for de character urgente, os capitães dos portos farão as communicações depois de dar publicidade á noticia maritima.

Art. 404. Os capitães dos portos, na circumscripção de cada um, administram os serviços de illuminação e balisamento como auxiliares da repartição da Carta Maritima, mas não dependem della, nem lhes são subordinados, por mais graduado que seja o respectivo chefe (art. 7°).

## TITULO VIII

### DOS SOCCORROS EM OCCASIÃO DE INCENDIO E PERIGO NAVAL.

#### CAPITULO UNICO

Art. 405. Por occasião de incendio no mar, as embarcações que estiverem proximas daquelle em que se tiver manifestado o incendio deverão afastar-se, e as que ficarem fóra do alcance, deixando a bordo a gente necessaria para sua guarda e segurança, prestarão logo todo o auxilio de que puderem dispor.

Art. 406. Os capitães ou mestres, apenas observarem o signal de incendio, estando em terra, recolher-se-hão immediatamente a seus navios, onde permanecerão até cessar o perigo.

Art. 407. Todas as vezes que algum navio se achar em perigo, e tiver de pedir auxilio de outros navios ou de terra, fará uso dos seguintes signaes, junta ou separadamente, a saber:

*De dia :*

1. Um tiro de peça ou outro signal explosivo, disparado de minuto em minuto, pouco mais ou menos.

2. O signal de soccorro do Codigo Internacional representado pelas bandeiras NC.

3. O signal de soccorro para grande distancia, formado por uma bandeira quadrada, tendo por cima ou por baixo uma esphera ou qualquer objecto apresentando a fórma de uma esphera.

4. Sons continuados, produzidos por meio de qualquer dos instrumentos com que se fazem os signaes de cerração.

*De noite :*

1. Um tiro de peça ou outro signal explosivo, disparado de minuto em minuto, pouco mais ou menos.

2. Chammas a bordo do navio, como as que, por exemplo, podem ser produzidas por um barril de azeite ou de alcatrão ardendo.

3. Foguetes ou bombas, lançando lagrimas de qualquer côr ou especie, atirados um ou uma de cada vez e com pequenos intervallos.

4. Sons continuados, produzidos por meio de qualquer dos instrumentos com que se fazem os signaes de cerração.

Art. 408. O capitão do porto, logo que chegar a bordo do navio incendiado com os seus ajudantes, patrão-mór, bombeiros, patrões e marinagem, e o material preciso, ao mesmo tempo que lhe applicar as bombas, empregará todos os meios de o tirar dentre os outros, mandando rebocal-o para logar onde os não prejudique; e, quando não haja probabilidade de o salvar, dará suas ordens para encalhar-o em praia ou corôa proxima. Si a rapidez do incendio não permittir que isso se faça, e correr o risco de propagar-se, ameaçando os outros navios, o capitão do porto o mandará metter a pique, tomando, porém, as providencias para ser posto a nado, extinto que seja o incendio.

Art. 409. No caso de achar-se uma embarcação em perigo ou pelindo soccorro, além das providencias directamente a seu cargo, poderão os capitães dos portos dispôr de quaesquer embarcações miudas do trafego e do pessoal nellas empregado para a soccorrer, sendo posteriormente indemnizadas as despesas pela embarcação soccorrida.

Art. 410. Os navios mercantes devem ter a bordo, em numero correspondente á sua tonelagem, baldes de lona, sola ou madeira, alceados e com seus fieis, e machados sempre promptos para alguma emergencia, sob pena de serem multados os que assim se não acautelarem.

Art. 411. Os praticos e capatazes deverão apresentar-se ao capitão do porto com as embarcações e a gente de que puderem dispôr para acudir ao incendio.

Paragrapho unico. Os que assim não praticarem, podendo fazel-o, serão reprehendidos severamente pelo capitão do porto, e incorrerão mais — os praticos, nas penas do seu regulamento, e os capatazes, na de demissão immediata, conforme as circumstancias.

Art. 412. Por occasião de mão tempo, logo que se observar alguma embarcação em perigo, ou com signal pedindo soccorro,

o capitão do porto mandará aprestar rebocadores e lanchas providas de todo o material naval reclamado pela natureza do sinistro, para irem, sob sua direcção ou de seus ajudantes, com o patrão-mór e toda gente do serviço marítimo prestar soccorro ao navio que o houver pedido.

§ 1.º Os praticos e os capatazes, sempre que seja possível, se apresentarão para receber as ordens do capitão do porto.

§ 2.º A gente que for mandada a soccorro será paga pelo navio em perigo.

§ 3.º O aluguel do material naval que se lhe prestar será igualmente pago por elle, conforme a tabella dos arsenaes.

Art. 413. Os capitães dos portos convidarão os navios nacionaes surtos no porto a fazer entre si o detalhe do que deva, cada dia, ser o primeiro, em o caso de incendio ou perigo naval, a ter prompta sua lancha, regularmente guarnecida, para prestar soccorro.

Paragrapho unico. O navio que estiver de dia será assignalado por uma bandeira azul no tope da prôa.

Art. 414. Quando, nos casos de incendio ou naufragio, não intervierem as autoridades civis competentes, os capitães dos portos providenciarão sobre a guarda dos salvados, que ficarão á disposição das mesmas autoridades.

Art. 415. No Districto Federal, compete ao arsenal de marinha, e não á capitania do porto, o serviço relativo ao soccorro naval.

## TITULO IX

### DA PRATICAGEM

#### CAPITULO UNICO

Art. 416. O serviço da praticagem dos portos, costas e rios navegaveis da Republica será regido pelo decreto n. 79, de 23 de dezembro de 1889, sob a direcção exclusiva dos capitães dos portos, os quaes, no exercicio das attribuições e deveres que lhes competem como directores da praticagem nas respectivas circumscripções, não admittirão a interferencia dos poderes estaduais nos casos em que é invocada no referido decreto de 1889.

Art. 417. As circumscripções por capitánias comprehendem o serviço da praticagem organizada de qualquer fôrma na zona por ellas demarcada.

Art. 418. A praticagem da barra do Rio Grande, a do Rio da Prata e seus afluentes, e a de S. João da Barra são feitas por administração, e sómente a ultima está comprehendida na jurisdicção da capitania respectiva.

Paragrapho unico. A praticagem de todas as outras barras, portos e rios é exercida por associação.

Art. 419. Os praticos e mais empregados na praticagem pertencem á classe dos individuos obrigados á matricula nas capitánias dos portos.

Art. 420. O capitão do porto preside de direito á mesa de exames para admissão de praticos.

Art. 421. Para a praticagem dos navios de guerra nacionaes que tenham de navegar nas costas, os capitães dos portos contractarão, á requisição dos commandantes ou chefes de força, ou por ordem do Ministro da Marinha, praticos de carta registrada na capitania onde forem matriculados.

Art. 422. Os capitães dos portos farão observar o Codigo de signaes commum a todos os portos e barras, e usarão d'elle para se communicarem com as praticagens e atalias das barras.

Art. 423. O regulamento da praticagem em geral, na parte relativa ás penas a que ficam sujeitos os praticos e mais empregados, só será executado com modificações compatíveis com as praxes do presente regulamento, que de ora avante regerá á especie.

Art. 424. Todo e qualquer pratico ou empregado da praticagem, que transgredir o regulamento das capitánias e os das outras repartições com jurisdicção no mar, ficará sujeito, além das penas nelles estatuidas, á suspensão por tres a 15 dias, imposta pelo capitão do porto como director da associação, e, quando a falta for grave, será demittido ou eliminado do quadro.

Art. 425. Todo e qualquer pratico ou empregado da praticagem que, sem causa justificada, recusar-se ao serviço que lhe for detalhado, será punido — a primeira vez, com suspensão por 15 dias — a segunda, com suspensão por 30 dias — a terceira, finalmente, com demissão.

Art. 426. O pratico ou praticante que se apresentar a bordo embriagado, ou maltratar por palavras o capitão ou mestre da embarcação que for dirigir, ou saltar-lhe com o respeito e attenção devida, será punido com as mesmas penas do artigo anterior. Si a falta commettida for até a offensa physica, será preso o delinquente e entregue á autoridade competente para o punir.

Art. 427. Nas faltas graves, passíveis de suspensão por mais de 15 dias ou de demissão por eliminação do quadro, e consequente baixa na matricula como pratico, serão os individuos desta classe submettidos ao processo pela capitania na forma indicada no art. 436. Sómente depois da decisão do capitão do porto, si esta confirmar a accusação feita aos mesmos individuos, serão elles considerados em falta e suspensos do exercicio de suas funcções para aguardar as ordens do Ministro da Marinha, a quem compete fazer ou não effectivas aquellas penas. Para este fim lhe enviará o capitão do porto as peças do processo.

Art. 428. O pratico ou praticante, incumbido de dirigir qualquer embarcação, si a encalhar ou perder, entrará tambem em processo, a fim de reconhecer-se:

1.º, si o sinistro deu-se por força maior, ou por causas alheias á vontade d'elle;

2º, si por erro de officio ;

3º, si de proposito ou por qualquer outro motivo reprovado.

Art. 429. Verificando-se que o sinistro foi devido a força maior, será o pratico ou praticante restituído ao livre exercicio de suas funcções ; si houve erro de officio, será elle sujeito, conforme a gravidade do caso, á suspensão por um mez ou mais até a demissão ; e, finalmente, si a causa do sinistro foi proposital, será entregue á autoridade criminal para proceder na fôrma da lei.

Art. 430. Fica salvo ás partes o direito de haverem do pratico ou praticante indemnização por prejuizos que lhes possam advir do sinistro no caso de não ser este devido a força maior.

Art. 431. Si encalhar ou perder-se alguma embarcação, e provar-se que o encalho ou perda proveio de haver cessado o auxilio da praticagem extemporaneamente, será submettido a processo o pratico que a houver pilotado, quer directamente, quer por meio de signaes.

Art. 432. Da mesma fôrma se procederá quando alguma embarcação encalhar ou perder-se depois que o pratico a houver fundeado, uma vez provado que o sinistro resultou da circumstancia de não havel-o feito em posição conveniente, sem a intercurrença de motivos de força maior.

Art. 433. A suspensão de qualquer pratico ou empregado da praticagem importa para este na perda da gratificação durante os dias em que estiver cumprindo a pena. Si a suspensão não for applicada como pena, mas simplesmente como medida preventiva (art. 427), até ulterior decisão do Ministro da Marinha, haverá indemnização do desconto que porventura haja soffrido o pratico, si, definitivamente, não for incriminado.

## TITULO X

### DA FORMA DO PROCESSO

#### CAPITULO UNICO

Art. 434. Será summario todo o processo para dirimir questões de policia maritima, e outras que se suscitarem perante as capitancias dos portos de valor estimativo não excedente de *um conto de réis*.

Art. 435. Constará o processo de um termo inicial que relate resumidamente, mas com clareza, o facto e suas circumstancias, não omitindo pormenores que o deixem patente e bem demonstrado. Seguir-se-ha a inquirição de testemunhas, si forem precisas, allegação da parte, parecer de peritos, si os houver, contradição e repurgunta, encerrando o processo a decisão do capitão do porto.

Paragrapho unico. Todas estas peças serão escriptas pelo secretario, e assignadas pelo capitão do porto, testemunhas, peritos e partes.

Art. 436. Será formulado do mesmo modo o processo a que respondem perante as capitancias os praticos por erro de officio, ou falta grave commettida no exercicio de suas funcções.

Paragrapho unico. Por igual se procederá quando se tenha de investigar de qualquer sinistro maritimo.

Art. 437. Quando, por qualquer maneira, chegar ao conhecimento do capitão do porto alguma contravenção da policia maritima, mandará lavrar pelo secretario o auto de infracção, contendo a narração do facto, o nome do infractor, o tempo e o lugar em que foi commettida a infracção, o rol das testemunhas, e o nome do queixoso, si houver. Fará então que compareçam todos os individuos constantes do auto. Recebendo as allegações ou queixas, verbaes ou por escripto, com que as partes expliquem o facto, passará a inquirir as testemunhas, cujos depoimentos serão fielmente tomados, e, si houver contradicta, as poderá reperguntar ou acarear. Em seguida, decidirá si houve ou não a infracção, e qual ella seja, si alguem é por ella responsavel, e a pena em que se acha incurso.

Paragrapho unico. *Mutatis mutandis* será o processo a que se refere o artigo anterior em seu paragrapho unico.

Art. 438. Si o individuo a quem for attribuida a infracção não comparecer, não obstante haver recebido a intimação, quer esteja ou não presente o queixoso, si houver, ou for caso disso, o capitão do porto procederá á revelia; e, sòmente por motivo attendivel e justificado, poderá differir o seguimento o ultimação do processo para outro dia.

Art. 439. Si durante o processo se reconhecer que, além da infracção da policia maritima, o caso é tambem de indemnização pecuniaria por avarias ou prejuizos emergentes de collisão no mar, o capitão do porto, na decisão que proferir, se absterá de intervir no caso, nesta parte, por ser da competencia dos juizes seccionaes processarem e julgarem as questões sobre naufragios, arribadas, damnos por abalroamento, abandono e avarias.

§ 1.º Comtudo, si os interessados requererem declarando que desistem de pleitear seus direitos em juizo e preferem que o capitão do porto decida a respeito como entender de justiça, poderá elle attende si o valor estimativo da causa não exceder de um conto de réis.

§ 2.º Si deferir a petição, nomeará peritos para vistoriarem o navio ou embarcação damnificada, e arbitram a indemnização devida, segundo a importancia do damno.

§ 3.º Não se conformando os interessados com o parecer da vistoria, si pedirem outra por novos peritos, o capitão do porto, no interesse da conciliação, admittirá que assim se faça por uma só vez.

§ 4.º Realizados os exames requeridos, o capitão do porto decidirá definitivamente si houve ou não culpado e qual este seja, condemnando-o a pagar as avarias pelo laudo dos peritos.

que desempatará, dada a contrariedade das vistorias ; ou, conforme as circumstancias, mandando ratear a importancia em que ellas foram orçadas, pelo damnificante e damnificado.

Art. 440. Em geral, nos casos de damno por abalroamento, não procederá o capitão do porto *ex-officio* sinão para averiguar si houve infracção da policia maritima ; fóra disto, só intervirá a requerimento ou queixa da parte ; mas, si pertencer á marinha de guerra nacional o navio ou embarcação que tenha soffrido o damno, fará tambem o processo de indemnização, começando pelo inquerito na capitania, indo a bordo com peritos examinar as avarias e avaliar a importancia do damno, na presença dos officiaes das embarcações damnificante e damnificada, e decidindo qual a causa do accidente, e sobre quem recae a culpabilidade della, si houver responsavel.

§ 1.º De tudo dará o capitão do porto conhecimento ao Ministro da Marinha para ser promovida a acção de indemnização pelo juizo competente, si a parte damnificante, reconhecida culpada, recusar-se a satisfazer amigavelmente a importancia do damno.

§ 2.º Si o navio damnificante tiver sahido do porto, será citado para assistir á vistoria o consignatario, por si ou por preposto, ou o consul da nação a que pertencer o navio, si fór estrangeiro, na falta daquelle.

§ 3.º Não existindo no lugar nenhuma dessas pessoas, ou si ellas não comparecerem, o capitão do porto procederá á revelia em todos os actos precisos para prova do damno.

Art. 441. Nos casos de damno por abalroamento entre os navios de guerra nacionaes ou estrangeiros, ou entre estes e aquelles, o capitão do porto se absterá de intervir.

Art. 442. Quando se der abalroamento, encalho, naufragio ou qualquer outro sinistro maritimo em que caiba a intervenção das capitancias para averiguação da causa ou causas do desastre, e delle resultem mortes ou ferimentos, devem os capitães dos portos, si taes factos tiverem origem criminosa, mandar prender os delinquentes ou indiciados, e remetter os para a policia local, si esta não tiver comparecido ou não puder realizar a prisão.

Art. 443. Os peritos que os capitães dos portos devem nomear para servir nas vistorias de que tratam os artigos anteriores serão engenheiros navaes das especialidades requeridas, os quaes se farão acompanhar dos officiaes mecanicos que forem precisos do quadro dos arsenaes ; e onde os não houver, serão os peritos tirados, com audiencia das partes, dentre os profissionais de notoria idoneidade residentes no lugar, ou embarcados em navio de guerra ou mercante surto no porto.

Paragrapho unico. Tambem os capitães dos portos nomearão peritos quando os juizes seccionaes declinarem na competencia profissional delles essa faculdade nos casos de damno por abalroamento.

Art. 444. Todos os papeis que se processarem e expedirem pelas capitancias pagarão sello por estampilha, na forma da lei.



Art. 445. As infracções da policia maritima, para as quaes não haja multa estipulada, ficam sujeitas á de 12\$ a 36\$. Imposta a juizo dos capitães dos portos.

Art. 446. As multas que não forem satisfeitas no prazo de  *vinte e quatro horas*  uteis, contadas da intimação, serão cobradas executivamente pelos melos judiciais.

Art. 447. Das decisões dos capitães dos portos, no que diz respeito a imposição de multas por infracção da policia maritima, podem as partes recorrer para os juizes seccionaes, quando o valor dellas for de  *um conto de réis ou mais* , depositando no cofre da capitania a respectiva importancia, que lhes será restituida no caso de provimento.

Art. 448. O processo para taes recursos será o estabelecido no titulo 5º, capitulo 4º, deste regulamento.

## TITULO XI

### DA PESCA

#### CAPITULO I

##### DOS PESCADORES

Art. 449. E' livre o exercicio da pesca para os individuos matriculados como pescadores e que a exerçam nos portos, rios e lagos com licença da capitania.

Art. 450. Os pescadores pertencem ás estações em cujas proximidades teem domicilio, e que servem de paradioiro ás embarcações por elles empregadas. Formam, com o demais pessoal do trafego da secção, um troço de gente do mar, cujo chefe é o capataz.

Art. 451. Logo que este regulamento entre em execução, e depois, no principio de cada anno, os capitães dos portos mandarão proceder ao recenseamento geral dos barcos de pesca e seus tripulantes para saberem si estes estão matriculados e aquelles arrolados, e com suas licenças em dia, afim de que o sejam todos quantos estiverem em falta.

§ 1.º Si depois da primeira revisão geral houverem de se matricular quaesquer individuos, procurarão estes o capataz de sua secção, o qual, procedendo conforme determina o art. 90, enviará á capitania uma relação nominal dos individuos que pretendam matricula e um mappa das embarcações ainda não arroladas ou que accrescerem ao arrolamento feito.

§ 2.º Pela capitania, effectuados os competentes assentamentos, se remetterão ao capataz as certidões de matricula e arrolamento para este as entregar a cada individuo.

Art. 452. Todos os pescadores serão obrigados a deixar que os agentes da capitania inspeccionem as embarcações em que

estiverem pescando ou em que transportarem o producto da pesca, á primeira intimação que receberem.

Art. 453. E' prohibido usar na pesca de dynamite ou qualquer outro explosivo, bem como empregar substancias toxicas, electricidade,apparelhos ou instrumentos destinados á destruição do peixe. O infractor será multado de 100\$ a 200\$000.

Art. 454. Os pescadores que recolherem sobre as praias ou costas destroços ou salvados das embarcações de pesca perdidas ou naufragadas deverão entregal-os aos agentes da capitania, ou ás autoridades competentes.

Art. 455. Nenhuma embarcação de pesca poderá amarrar ou fundear sobre as redes ou instrumentos de pesca de outras embarcações, nem suspender os apparelhos que lhe não pertencerem.

Art. 456. As embarcações que pescarem á noite deverão pairar ou fundear indicando as respectivas posições por meio de uma luz branca.

Art. 457. E' prohibido ás embarcações de pesca usarem de fogos que atraiam o peixe, empregarem businas, ou turvarem as aguas com o fim de atordoar o peixe e faz-lo affluir ás redes.

Art. 458. Os pescadores, quando sobre as praias colherem as redes ou outros instrumentos de pesca, serão obrigados a lançar ao mar, immediatamente depois daquella operação, o peixe miúdo não aproveitavel, as algas ou detritos maritimos trazidos pelas mesmas redes, para que não apodreçam, expostos aos raios solares, sob pena, si o não fizerem, de serem multados de 50\$ a 100\$ e no dobro, si reincidirem.

Art. 459. As redes de pescar devem ter a malha de *vinete a trinta* millimetros, conforme a *pesca* em que as applicarem; sendo prohibido aos pescadores empregar as redes de arrastar, rastro ou arrastão para que com os detritos trazidos por ellas não se infeccionem as praias.

Os infractores serão multados e perderão o seu material, que será apprehendido e inutilisado, por ser tambem prejudicial á procriação do peixe.

Art. 460. As embarcações que concorrerem á pesca em um mesmo logar não poderão lançar as redes de maneira que se prejudiquem umas ás outras.

Art. 461. Os pescadores não poderão lançar suas redes ou apparelhos de pesca em logares destinados ao trafego do porto.

Art. 462. E' prohibido ás fabricas ou estabelecimentos industriaes despejarem nos portos, rios, lagoas, etc. os detritos delles provenientes, ainda que não sejam nocivos á conservação do peixe.

Art. 463. Sempre que os pescadores empregarem apparelhos ou instrumentos de pesca fixos deverão assignalal-os para que os possam evitar as embarcações em transito.

Art. 464. Os pescadores não poderão lançar apparelhos de pesca em distancia menor de *vinete metros* dos curraes ou cercadas de peixe existentes por concessão regularmente feita.

Art. 465. Os dados que as capitanias puderem reunir sobre a pesca, dentro dos limites de cada circumscrição, serão colligidos por ellas, afim de servirem á organização da estatística que deve ser remettida no fim de cada anno ao Ministro da Marinha.

## CAPITULO II

### DOS CURRAES DE PEIXE

Art. 466. Logo que entre em execução o presente regulamento, os capitães dos portos mandarão proceder ao recenseamento geral dos curraes de peixe para saberem quaes as condições em que elles se acham relativamente á navegação, regimen e conservação dos portos e rios, afim de serem demolidos os que, apesar de funcionarem competentemente autorisaos, forem contrarios áquelles requisitos.

Art. 467. A's demolições de que trata o artigo anterior e o de n. 181, precederão sempre editaes que as capitanias farão publicar marcando um prazo razoavel para serem levadas a effeito, findo o qual, as capitanias, não sendo attendida a intimação, resolverão como melhor convenha á conservação dos portos.

Art. 468. Os capitães dos portos, sempre que tiverem de autorizar a construcção de curraes de peixe por meio das informações ministradas sobre requerimentos para esse fim remettidos pelo executivo municipal, devem considerar como preliminar taes construcções sempre prejudiciaes aos portos, por concorrerem para a obstrucção delles, e por constituirem outros tantos empecilhos á franca navegação por suas enseadas, passagens e canaes; partindo desse principio para as denegar quando as concessões requeridas não satisfizerem inteiramente os requisitos a que são obrigadas de conformidade com este regulamento.

Art. 469. As capitanias dos portos, informando, não darão a sua approvação ao levantamento ou construcção de curraes ou cercadas de peixe, ainda que não embarcem a navegação de qualquer especie, ponto este que deve ser averiguado preliminarmente em explorações sobre o terreno (art. 468):

1.º Quando forem construidos ou conservados em logares que na baixa-mar fiquem em secco, ou com menos de 66 centimetros de profundidade na baixa-mar de aguas vivas, ou ainda nas proximidades dos encanamentos de esgoto, principalmente dos hospitaes, ou dos depositos de lixo ou de outros logares em que se amontoem materias em decomposição;

2.º Quando forem construidos ou conservados onde possam causar muita accumulacção de areia ou lodo;

3.º Quando ficarem em distancia menor de 50 metros, uns dos outros;

4.º Quando ficarem em distancia menor de 150 metros das embocaduras das barras, bahias, rios, e outras aguas navegaveis, e fóra das embocaduras em distancia menor de 450 metros.

**Art. 470.** Os curraes serão de madeira e de fôrma que não offereça resistencia á correnteza, e a altura das estacas de que se formar o engradamento excederá de 66 centímetros a superficie das aguas nas mais altas marés.

§ 1.º As estacas não serão fincadas mais de 66 centímetros na areia ou lodo, ou de 44 em funão mais firme.

§ 2.º O engradamento, qualquer que seja o seu feitio, terá interstícios para dar saída facil ao peixe miúdo.

**Art. 471.** Os proprietarios dos curraes serão obrigados a remover em cada maré as algas ou outras plantas levadas pela enchente para dentro d'elles, e, mensalmente, na baixa das grandes marés, a areia ou lodo que ficar accumulado ao redor.

Parapho unico. A remoção será effectuada para lugar em terra firme que a capitania tenha designado no acto de informar o requerimento pedindo a construcção do curral.

**Art. 472.** Na mesma informação a que se refere o artigo anterior se determinará com particular individuação o local em que o curral deverá ter assento, bem assim a sua direcção e limites.

**Art. 473.** Nos vinhados e alagadiços dos rios e aguas navegaveis póe-se permittir a construcção de curraes, si ficarem em distancia de quinze metros, pelo menos, das margens; mas as capitánias os deverão prohibir si, por circumstaicias especiaes, forem prejudiciaes á navegação, aos estabelecimentos de marinha e aos logradouros publicos.

**Art. 474.** São permittidos os curraes moveis em qualquer parte das aguas navegaveis, comtanto que não embaracem a navegação, devendo seus proprietarios removel-os, de tres em tres mezes, de uns para outros logares.

§ 1.º Serão fundeados por meio de ancoras ou pesos em dez metros, e assignalados por bôias.

§ 2.º A sua construcção será de taquara ou vime com engradamento que offereça saída ao peixe ainda pequeno.

**Art. 475.** Si algum curral movei garrar ou soffrer avarias que dixerem no fundo qualquer parte d'elle, o proprietario será obrigado a retirá-lo, extrahindo o material que estiver submergido.

Parapho unico. Si o não fizer, a capitania procederá á apprehensão do curral e á sua arrematação em beneficio do cofre das multas, si dentro de trinta dias o infractor não resgatal-o pagando as despezas de sua extracção.

**Art. 476.** Todo aquelle que construir ou conservar curral fixo, sem licença ou com ella, mas sem que a capitania a tenha autorizado, incorrerá na multa de 100\$ a 500\$, sendo, além disso, demolido o curral a sua custa (art. 161).

**Art. 477.** Todo aquelle que, tendo a licença, infringir algumas das disposições sobre curraes fixos incorrerá na multa de 100\$ a 200\$, si da infracção não resultar danno para o porto ou embarço para a navegação; mas, si assim for, terá de o demolir si, dentro de dous mezes, não corrigir o preceito infringido.

Art. 478. As capitánias terão muito em vista nas suas declarações ou informações ás camaras municipaes, sobre a construção de novos curraes de peixe, a conservação dos já existentes ao tempo do recenseamento geral (art. 486), que as respectivas concessões não excedam do prazo de dous annos, e recaiam de preferencia em pescadores de profissão, como taes matriculados.

Art. 479. As concessões que não forem seguidas de trabalhos para sua appropriação dentro de tres mezes, ficarão nullas.

Art. 480. A maior dimensão dos curraes ao longo da costa, nos canaes de navegação, será de duzentos metros, correspondendo a uma extensão igual pelo lado de terra, e não poderão ser estabelecidos com intervallo menor tambem de duzentos metros, uns dos outros.

Art. 481. Os curraes situados em terrenos particulares que communicem com as aguas dos portos serão sujeitos á policia maritima.

Art. 482. Os concessionarios ou proprietarios de curraes de peixe não poderão dar-lhes direcção differente da que lhes for determinada, nem alterar a fórma que devam ter, sem autorização da capitania.

Art. 483. Todos os curraes fixos terão um numero de ordem collocado do lado do mar, bem visivel, e não exposto a ser coberto pelas marés altas.

Art. 484. O concessionario que, por espaço de seis mezes, abandonar o seu curral, perderá o direito a elle, não lhe sendo licito vender, arrendar ou transferir a concessão.

## TITULO XII

### DOS EXAMES NAS CAPITANIAS

#### CAPITULO I

##### DOS MACHINISTAS E PILOTOS

Art. 485. Nos Estados onde não houver escola de machinistas ou de pilotagem, livre ou official, os candidatos á carta de 4º machinista ou de 2º piloto, para a marinha mercante, poderão requerer exame aos capitães dos portos, os quaes, si reconhecerem a necessidade de matricular pessoal daquellas classes no interesse da navegação, os farão sub metter ás provas necessarias por commissão de profissionaes sob a sua presidencia.

Art. 486. Os profissionaes que devem compor as mesas de exame serão nomeados *ad hoc* pelo capitão do porto dentre os officiaes da Armada, engenheiros navaes ou machinistas que tenham exercicio na capitania ou no arsenal a ella annexo, ou que estejam embarcados em navio de guerra nacional surto no porto.

Paragrapho unico. Na falta destes e da mostrança technica dos arsenaes, o capitão do porto recorrerá aos profissionais da classe civil residentes na localidade.

Art. 487. Os requerimentos devem ser escriptos e assignados pelos candidatos perante o secretario da capitania.

§ 1.º Deferidos os requerimentos, o capitão do porto expedirá portaria concedendo o exame, pela qual os candidatos pagarão sello, por estampilhas, do valor de 20\$000.

§ 2.º As portarias só valerão por seis mezes.

Art. 488. Os exames devem constar de prova oral e prova pratica.

Art. 489. Os examinandos, que pretenderem a carta de 4º machinista, provarão com documentos que trabalharam com assiduidade em machinas de navios durante seis mezes pelo menos.

Paragrapho unico. Sempre que for possivel, o exame será feito a bordo de um vapor, ou em uma officina de machinas, ou em um e outro logar successivamente, a juizo da commissão examinadora, observando-se o programma da Escola Naval para os machinistas de 4ª classe em todas as suas partes.

Art. 490. Os 4.º machinistas estrangeiros, que fallarem portuguez, poderão revalidar suas cartas, authenticadas pelo consul respectivo, sujeitando-se aos exames das materias exigidas no mencionado programma.

Art. 491. Os examinandos, que pretenderem carta de 2º piloto, devem provar, por diarios nauticos e attestações de capitães de navio, que tem pratica da vida do mar e que contam, pelo menos, seis mezes de viagem em navio de vela.

Art. 492. O exame versará sobre questões de navegação estimada, uso das cartas e das tateas de Norie, sondagens e marcações, manobras à vela e a vapor.

Art. 493. O presidente da commissão examinadora, si for approvado o candidato, lhe mandará passar a carta de machinista ou de piloto, da qual conste o exame e approvação, e a enviará ao Ministro da Marinha para assignar.

Art. 494. O candidato, que for reprovado, só poderá ser admitido a novo exame passados seis mezes.

Art. 495. Os capitães dos portos, sempre que for possivel, sem inconveniente para a navegação costeira, evitarão de matricular como mestre das embarcações nella empregadas individuos cujas habilitações profissionais sejam apenas attestadas por armadores de navio ( arts. 52 e 279 ).

## CAPITULO II

### DOS ARRAES DE PORTO OU PATRÕES

Art. 496. Para que possam ser devidamente executados os arts. 346 e 349, fica instituida nas capitancias uma commissão de exames, sob a presidencia do capitão do porto, perante a qual os

que pretendam carta de arraes devem exhibir provas de habilitação profissional.

Os outros membros da commissão serão o patrão-mór e o practico-mór, servindo, na falta deste, individuos designados nos arts. 112 e 122.

Art. 497. As provas de habilitação profissional versarão sobre o seguinte:

1º, conhecimento da arte do marinheiro;

2º, atracar e desatracar em todas as circumstancias de vento e mar;

3º, conhecimento dos rumos da agulha, sua nomenclatura e valores, e da maneira de dirigir por elles a embarcação;

4º, noções praticas da direcção e velocidade das correntes e movimento das marés;

5º, ventos reinantes, conforme as estações, sua influencia sobre as marés, phenomenos que mais communmente se observam no porto, precauções para evitar ou aproveitar seus effectos na navegação;

6º, pedras occultas e perigosas, sua posição; baixios, canaes, barras dos rios, sua profundidade; pontos de abrigo, ou de espera;

7º, nomenclatura das pontas de terra, ilhas e enseadas, profundidade destas e ao redor daquellas;

8º, modo de salvar qualquer pessoa ou cousa que caia ao mar, e prestar soccorros;

9º, conhecer as luzes regulamentares de bordo, e saber manobrar com a embarcação para evitar collisões.

Art. 498. Para este exame precederá despacho do capitão do porto em requerimento que lhe apresente o candidato, a quem, si for approvado, será passada pela secretaria da Capitania a carta competente, pagando em sellos, por estampilha, a taxa de dez mil réis.

Art. 499. Nas delegacias as cartas de arraes serão conferidas pelo delegado, que presidirá a commissão examinadora, composta de profissionaes residentes no logar, si a delegacia não tiver pessoal competente (art. 496).

Art. 500. As cartas de arraes ficarão registradas nas capitancias ou delegacias.

## TITULO XIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAES

#### CAPITULO UNICO

Art. 501. Os officiaes da Armada empregados nas capitancias serão tirados da classe activa, ou dentre os reformados que o não tenham sido por incapacidade physica ou moral.

Art. 502. Nenhum official da classe activa poderá permanecer por mais de tres annos na mesma capitania, nem esse tempo lhe poderá, em caso algum, ser contado como de embarque para os effeitos legais.

Art. 503. E' condição indispensavel para que os officiaes da classe activa possam desempenhar empregos nas capitancias, haverem, por completo, o tempo de embarque no mar exigido para as promoções.

Art. 504. Os machinistas ao serviço das capitancias, que não forem contractados, poderão ser tirados dentre os machinistas navaes reformados, que o não tenham sido por incapacidade physica ou moral. Sómente na falta absoluta de uns e outros, será utilizado o pessoal do quadro do corpo de machinistas.

Art. 505. Terão direito á casa no recinto da capitania, com accomodações correspondentes á categoria de cada um, os capitães dos portos e seus ajudantes, o patrão-mór e os machinistas; não podendo, em caso algum, tal direito ser convertido em abono em dinheiro para aluguel de casa.

Art. 506. Terão quartel no mesmo recinto os patrões, foguistas, marinheiros e bombeiros, estes nas condições do art. 118.

Art. 507. Todos os funcionarios das capitancias devem cumprir rigorosamente os deveres que lhes impõe o presente regulamento, não podendo desconhecer nenhuma de suas disposições; e, no desempenho dos cargos de que são investidos, usarão uns para com os outros o trato inherente á categoria de cada um.

Paraphrasis unico. E' lhes vedado dirigir reclamações ou petições collectivas, e, ainda que o não sejam, não poderão fazel-as sinão por intermedio do capitão do porto.

Art. 508. As capitancias dos portos devem possuir as seguintes colleções encadernadas para a consulta diaria de seus empregados :

- 1.º O regulamento das capitancias ;
- 2.º O Código Commercial (parte segunda) ;
- 3.º O decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890 (organização da justiça federal) ;
- 4.º O regulamento da praticagem em geral, e o especial da sua circumscripção ;
- 5.º O decreto n. 5036, de 1 de agosto de 1872 (instruções para a fiscalização da navegação subvencionada) ;
- 6.º Regulamento de 1895 para evitar abalroamentos no mar ;
- 7.º Regulamento de 1897 para a cobrança do sello ;
- 8.º Regulamento processual criminal militar e os respectivos formularios ;
- 9.º Código de signaes internacional ;
10. Código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica ;
11. O decreto n. 3749, de 7 de dezembro de 1866 ( franqueia a navegação do Amazonas e seus afluentes ás bandeiras mercantes de todas as nações) ;



12. O regulamento de 1896 sobre a cabotagem ;
13. O regulamento das alfandegas ;
14. A organização municipal de cada circumscrição ;
15. O regulamento do serviço sanitario no mar ;
16. Os avisos e circulares que receberem da Secretaria de Estado.

## TITULO XIV

### DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

#### CAPITULO I

##### DAS NOMEAÇÕES E ADMISSÕES

Art. 509. Os capitães dos portos serão nomeados por decreto dentre os officiaes generaes ou superiores, e servirão durante tres annos, não podendo ser reconduzidos.

Paragrapho unico. Os que forem reformados poderão ser conservados emquanto bem servirem.

Art. 510. Os ajudantes e delegados serão nomeados pelo Ministro da Marinha, em commissão por tres annos, não podendo ser reconduzidos si pertencerem ao quadro.

Paragrapho unico. No caso contrario, poderão continuar nas mesmas condições dos capitães dos portos.

Art. 511. Os secretarios das capitánias e o official da secretaria na do Districto Federal serão nomeados por decreto ; o amanuense desta e os escreventes das delegacias por portaria do Ministro da Marinha.

Art. 512. A nomeação do secretario no Districto Federal é da escolha do Governo dentre os empregados das capitánias que tenham sido admittidos originariamente por concurso, ou dentre officiaes reformados da Armada ou do corpo de fazenda, independente d'elle.

Paragrapho unico. A nomeação do official da secretaria no mesmo Districto far-se-ha por accesso.

Art. 513. O logar de secretario nos Estados, quando não haja pessoal idoneo para o seu provimento, de accordo com o artigo anterior, e o de amanuense no Districto Federal serão preenchidos mediante concurso, preferindo-se, em igualdade de circumstancias, os que tiverem servido como escreventes nas delegacias.

Art. 514. Ninguém poderá ser nomeado escrevente de delegacia sem provar que é brasileiro, que tem bom comportamento civil e moral, a idade, pelo menos, de 18 annos ; mostrando em concurso boa lettra, conhecimento da grammatica e lingua portugueza, assim como da arithmetica elementar.

Art. 515. O candidato ao logar de secretario ou ao de amanuense (art. 513) deve provar que é brasileiro, que procede

bem, e que é maior de 18 annos e menor de 30 ; sendo examinado em concurso nas seguintes materias : orthographia da lingua portugueza, versão da franceza, chorographia do Brazil, composição em portuguez, redacção e estylo de actos officiaes, arithmetica e suas applicações ao commercio.

Art. 516. Nenhum empregado aposentado ou professor jubilado poderá ser nomeado para servir nas capitánias. Os officiaes reformados da Armada e classes annexas, que o não tenham sido administrativamente, poderão ser nomeados.

Art. 517. O secretario da capitania corresponde em categoria ao 1º escripturario da contadoria de marinha, o official ao 2º escripturario, o amanuense ao 3º e o escrevente de delegacia ao praticante da mesma repartição.

Art. 518. As provas de habilitação para escrevente de delegacia serão prestadas perante uma commissão presidida pelo capitão do porto, a cuja jurisdicção pertença a delegacia, excepto no Districto Federal, e composta de dous professores de ensino secundario que o capitão do porto convidará para esse fim.

Art. 519. Os concursos no Districto Federal para amanuense e escrevente serão feitos perante uma commissão de professores da escola naval nomeados *ad hoc* pelo Ministro da Marinha.

Art. 520. Nos Estados, o concurso para secretario se effectuará tambem perante professores convidados pelo capitão do porto e por elle presididos, mas que pertençam a lyceos ou gymnasios, entretidos pelos poderes federaes ou estadoaes, tendo curso regular de humanidades.

Art. 521. A inscripção para taes concursos estará aberta durante trinta dias e será annunciada, por editaes, nos jornaes do lugar.

Art. 522. O capitão do porto remetterá ao Ministro da Marinha a lista dos candidatos, classificados pela ordem das approvações, acompanhada de esclarecimentos sobre a idoneidade delles.

Art. 523. O patrão-mór e o pratico-mór serão nomeados pelo Ministro da Marinha por proposta do capitão do porto, excepto no Districto Federal.

Paragrapho unico. Sahirá o primeiro dentre os mestres ou contra-mestres da classe activa ou reformados, ou dentre antigos officiaes da marinha mercante ; e o segundo dentre os primeiros praticos da associação respectiva.

Art. 524. Serão nomeados pelo capitão do porto: os patrões das lanchas e rebocadores ; os officiaes ou encarregados das diligencias ; os continuos, serventes e ataladores ; os capatazes e sub-capatazes ; e os pharoleiros e estacionarios dos postos meteorologicos, os dous ultimos provisoriamente, nos casos occurrentes de vaga por abandono, demissão ou fallecimento.

Art. 525. As nomeações por acto directo do capitão do porto conferem ao funcionario o direito de ser conservado emquanto bem servir.

**Art. 526.** Serão admittidos pelo capitão do porto, mediante contracto, os machinistas e foguistas, a marinhagem e os bombeiros.

## CAPITULO II

### DOS UNIFORMES

**Art. 527.** Em todos os actos de serviço, os officiaes empregados nas capitánias se apresentarão rigorosamente uniformizados, exceptuando os reformados que exercerem empregos nas secretarias.

**Art. 528.** O patrão-mór e pratico-mór, que tiverem honras militares de official em razão de seus cargos ou serviços, usarão os uniformes marcados para os honorarios no plano mandado adoptar pelo decreto n. 2036, de 4 de julho de 1895.

**Paragrapho unico.** Os que forem equiparados a officiaes inferiores do corpo de marinheiros nacionaes usarão os uniformes respectivos sem divisas.

**Art. 529.** Os patrões, capatazes e sub-capatazes terão o uniforme de guardião do corpo de officiaes-marinheiros sem divisas.

**Art. 530.** O uniforme dos marinheiros ao serviço das capitánias será igual ao dos marinheiros nacionaes, sem distinctivos na gola (que terá dous cadarços brancos) e no braço.

§ 1.º Conforme a estação, usarão chapéo de palha ou bonnet, sendo este segundo o modelo daquelle uniforme com tope branco.

§ 2.º A fita do chapéo ou do bonnet terá o distico em lettras douradas — Capitania do porto.

**Art. 531.** Os praticos, machinistas e foguistas observarão, quanto a uniformes, o plano de 1895.

## CAPITULO III

### DA DISCIPLINA GERAL

**Art. 532.** Todos os empregados das capitánias são responsáveis pelas faltas que commetterem no desempenho de suas obrigações e deveres.

**Paragrapho unico.** Os que perturbarem a boa ordem do serviço, praticarem actos de desobediencia, ou de qualquer modo incorrerem em falta, serão, conforme a gravidade desta, admoestados, reprehendidos, suspensos ou demittidos.

**Art. 533.** O capitão do porto é competente para impôr as penas de admoestação, reprehensão, suspensão até oito dias, e demissão aos por elle nomeados.

**Paragrapho unico.** Poderá mandar prender até tres dias os marinheiros e assemelhados.

Art. 546. Compete ao capitão do porto o julgamento sobre a justificação das faltas.

Art. 547. Não soffrerá desconto algum aquelle que faltar por ter sido encarregado de trabalhos fóra da repartição pelo capitão do porto ou por quem suas vezes fizer, ou por ter sido sorteado para o jury ou serviço eleitoral obrigatorio por lei.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 548. Os actuaes empregados civis, effectivos, serão conservados si não tiverem nota que os desabone.

Art. 549. Para as primeiras nomeações dos empregos civis, ora creados, poderão ser aproveitados, interinamente, os individuos de notoria aptidão, com pratica do serviço de capitania, admittidos como auxiliares de escripta, para attenderem ás necessidades do expediente nas secretarias das mesmas repartições.

Art. 550. O logar de pratico do porto no Districto Federal, logo que vagar, ficará extinto.

Art. 551. A tabella de vencimentos, na parte relativa aos empregos ora creados, entrará em vigor depois de sua inclusão no orçamento.

Art. 552. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Secretaria de Estado da Marinha, 5 de julho de 1899.—  
*Carlos Balthazar da Silveira.*

## Tabella das taxas que devem ser cobradas pelas capitánias dos portos

Pela inclusão da matrícula no rol de equipagem, por pessoa.	\$500
Pela matrícula dos empregados na vida do mar, por pessoa.	1\$000
Pelo arrolamento de cada bote, escaler, canôa ou embarcação miuda de qualquer especie, a remos . . . . .	2\$000
Pela matrícula de uma embarcação qualquer até 10 toneladas de arqueação ou lancha a vapor . . . . .	10\$000
Pela matrícula de uma embarcação de 10 até 25 toneladas.	10\$000
» » » » » » 25 » 50 » . . . . .	20\$000
» » » » » » 50 » 75 » . . . . .	40\$000
» » » » » » 75 » 100 » . . . . .	60\$000
(Acima de 100 toneladas cobrar-se-ha á razão de 50 réis por tonelada.)	
Por uma licença de qualquer natureza . . . . .	1\$000
Por um termo qualquer, em livro ou fóra delle . . . . .	2\$000
De busca por anno, conforme a tabella B, decreto n. 2573 de 3 de agosto de 1897. . . . .	\$550
Por vistoria especial de 50\$000 a . . . . .	100\$000
Por titulo provisório de nacionalisação das embarcações de cabotagem, em estampilhas . . . . .	11\$600
Por carta de arraes, idem . . . . .	10\$000
Por termo de vistoria das embarcações a vapor, ou á vela, idem. . . . .	11\$000
Por carta de 4º machinista ou 2º piloto, idem. . . . .	20\$000
A certidão é cobrada na razão de 55 réis por linha, não se recebendo menos de 1\$100. (Reg. do sello, Decr. n. 2573 de 3 de agosto de 1897.)	

### OBSERVAÇÕES

1.ª A gratuidade das matrículas das embarcações de cabotagem e suas tripulações, a que se refere o art. 28 do regulamento anexo ao decreto n. 2304 de 2 de julho de 1896, expira a 10 de dezembro do corrente anno.

2.ª A gratuidade das matrículas não exclue o pagamento de outras taxas, nem o do sello na fórmula da lei.

3.ª As taxas serão pagas annualmente, independente do sello, por estampilhas.

4.ª Os titulos provisórios de nacionalisação serão pagos no acto de serem realzados, assim como os arrolamentos.

5.ª As matrículas pessoasas serão *visadas* mensalmente se pertencerem os individuos ás embarcações do trafego, e *reformadas* semestralmente as das tripulações empregadas na cabotagem.

6.ª As licenças para navegar serão renovadas annualmente.

7.ª As matrículas das embarcações de cabotagem serão renovadas semestralmente.

8.ª As embarcações de recreio ficam comprehendidas no arrolamento e são obrigadas a tirar licença.

f Secretaria de Estado da Marinha, 5 de julho de 1899.— *Carlos Belthazar da Silveira.*

N. 1 — Tabellas do pessoal das capitánias dos portos e respectivos vencimentos, calculados annualmente, pela respectiva verba.

**AMAZONAS**

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICACÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspeccoria do arsenal.....	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.....	1	—	600\$000
Accumulando o commando da flotilha e a inspeccoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	—	—	—
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	—	—	—
Patrão.....	—	—	—
Primeiros marinheiros.....	—	—	—
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinistas.....	—	—	—
Foguistas.....	—	—	—
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	—	—	—
Total.....	3	—	—

**PARA**

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspectoría do arsenal.	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	600\$000
Secretario.....	1	1:463\$000	733\$334
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	—	—	—
Patrão....	—	—	—
Primeiros marinheiros.....	—	—	—
Segundos ditos....	—	—	—
Machinistas.....	—	—	—
Foguistas.....	—	—	—
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	—	—	—
Total.....	4	—	—

**MARANHÃO**

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspeccoria do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspeccoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	600\$000
Secretario.....	1	1:460\$666	733\$334
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	8	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinistas.....	1	—	2:600\$000
Foguistas.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	1	—	360\$000
Prático do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	18	—	—



**CEARÁ**

CATEGORIAS	NÚMERO DO PESSOAL	ORDENADO	ORATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspeccoria do arsenal..	—	—	—
Accumulando o commando da escola...	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspeccoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	600\$000
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente .....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....,.....	6	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinistas.....	1	—	2:600\$000
Foguitas.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	1	—	240\$000
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	16	—	—

**PIAUHY**

CATEGORIAS	NÚMERO DO PESSOAL	ORDENADO	QUALIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	1	—	3:000\$000
Accumulando a inspeccoria do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspeccoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	1:200\$000
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	4	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinistas.....	1	—	2:600\$000
Foguistas.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	13	—	—

**RIO GRANDE DO NORTE**

CATEGORIAS	NÚMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto .....	1	—	3:000\$000
Accumulando a inspectoría do arsenal	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	1:200\$000
Secretario .....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	4	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinistas.....	1	—	2:600\$000
Foguistas.....	1	—	720\$000
Carvoeiros .....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	13	—	—

**PARAHYBA**

CATEGORIAS	NÚMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspeccoria do arsenal.....	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da flotilha.....	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspeccoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	1:200\$000
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Contínuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	720\$000
Carvoeiro.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	15	—	—

**PERNAMBUCO**

CATEGORIAS	NUNERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspectoría do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	600\$000
Secretario.....	1	1:466\$695	733\$334
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	3:000\$000
Patrões.....	2	—	1:825\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	720\$000
Segundos ditos.....	6	—	540\$000
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	1:080\$000
Carvoeiro.....	1	—	600\$000
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	23		

**ALAGÓAS**

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspectoría do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da flotilha	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	600\$000
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	15	—	—

**SERGIPE**

CATEGORIA	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	1	—	3:000\$000
Accumulando a inspectoría do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	1:200\$000
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	15	—	—

**BAHIA**

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspectoría do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da flotilha..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	600\$000
Secretario .....	1	1:466\$666	733\$334
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	3:000\$000
Patrões .....	2	—	1:825\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	720\$000
Segundos ditos.....	6	—	540\$000
Machinistas .....	2	—	2:600\$000
Foguistas.....	2	—	1:080\$000
Carvoeiros.....	2	—	600\$000
Pratico mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	26	—	—



**ESPIRITO SANTO**

CATEGORIAS	NÚMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	1	—	3:000\$000
Accumulando a inspectoría do arsenal	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal .....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	1:200\$000
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Contínuo .....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	15	—	—

**DISTRICTO FEDERAL**

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	1	—	6:000\$000
Accumulando a inspeçtoria do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspeçtoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudantes.....	3	—	2:400\$000
Secretario.....	1	3:333\$332	1:666\$668
Official.....	1	2:000\$000	1:000\$000
Amanuense.....	1	1:333\$332	666\$668
Continuo.....	1	640\$000	320\$000
Servente.....	1	—	840\$000
Encarregados das diligencias.....	2	—	1:095\$000
Patrão-mór .....	—	—	—
Patrões .....	2	—	1:825\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	720\$000
Segundos ditos.....	6	—	540\$000
Machinistas .....	2	—	2:600\$000
Foguistas .....	2	—	1:080\$000
Carvoeiros.....	2	—	600\$000
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	1	—	3:000\$000
Bombeiro.....	—	—	—
Total.....	32	—	—

## S. PAULO

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	1	—	3:000\$000
Accumulando a inspeccoria do arsenal	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspeccoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	1:200\$000
Secretario.....	1	1:406\$966	733\$334
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	15	—	—

**PARANÁ**

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSO AL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	1	—	3:000\$000
Accumulando a inspeçtoria do arsenal	—	—	—
Accumulando o commando da escola.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspeçtoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	1:200\$000
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão.....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	15	—	—

**SANTA CATHARINA**

CATEGORIAS	NÚMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspectoría do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	600\$000
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense .....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrão .....	1	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	6	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Prático-mór.....	—	—	—
Prático do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	15	—	—

## RIO GRANDE DO SUL

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspectoría do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	1	—	1:200\$000
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	1	—	1:200\$000
Secretario.....	1	1:466\$666	733\$334
Official.....	1	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	1	—	600\$000
Patrões.....	2	—	540\$000
Primeiros marinheiros.....	12	—	480\$000
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinista.....	1	—	2:600\$000
Foguista.....	1	—	720\$000
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	1	—	600\$000
Total.....	22	—	—

**MATTO GROSSO**

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspectoría do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha e a inspectoría do arsenal.....	1	—	1:200\$000
Ajudante.....	—	—	—
Secretario.....	1	1:000\$000	500\$000
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Serrente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	1	—	730\$000
Patrão-mór.....	—	—	—
Patrão.....	—	—	—
Primeiros marinheiros.....	—	—	—
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinistas.....	—	—	—
Foguistas.....	—	—	—
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	—	—	—
Total.....	3	—	—

## ALTO URUGUAY

CATEGORIAS	NUMERO DO PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Capitão do porto.....	—	—	—
Accumulando a inspeçtoria do arsenal.	—	—	—
Accumulando o commando da escola..	—	—	—
Accumulando o commando da flotilha.	1	—	600\$000
Accumulando o commando da flotilha e a inspeçtoria do arsenal.....	—	—	—
Ajudante.....	—	—	—
Secretario.....	—	—	—
Official.....	—	—	—
Amanuense.....	—	—	—
Continuo.....	—	—	—
Servente.....	—	—	—
Encarregado das diligencias.....	—	—	—
Patrão-mór.....	—	—	—
Patrão.....	—	—	—
Primeiros marinheiros.....	—	—	—
Segundos ditos.....	—	—	—
Machinistas.....	—	—	—
Foguistas.....	—	—	—
Carvoeiros.....	—	—	—
Pratico-mór.....	—	—	—
Pratico do porto.....	—	—	—
Bombeiro.....	—	—	—
Total.....	1	—	—



## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> Os officiaes em serviço nas capitánias, além das gratificações marcadas nas tabellas respectivas, perceberão o soldo, as etapas e o quantitativo para criado. Os que não forem da classe activa vencerão mais a differença entre o soldo actual e o da reforma, si este com as quotas additionaes não perizer aquelle.

2.<sup>a</sup> Aos officiaes que accumulam se abonará, além da gratificação marcada nas tabellas respectivas, o vencimento que lhes competir pelo cargo accumulado, ou o maior vencimento, si o exercicio fôr de mais de um cargo.

3.<sup>a</sup> Os capitães dos portos teem direito a 100\$, de tres em tres mezes, pela inspecção que fizerem nos pharões de suas circumscripções.

4.<sup>a</sup> Os patrões e marinheiros, os machinistas e foguistas, e os bombeiros teem direito á ração diaria tal qual as demais praças da Armada, podendo a mesma ração ser em dinheiro, e neste caso calculada pelo valor estipulado no orçamento.

5.<sup>a</sup> Os ajudantes que não percebem gratificação pela tabella são officiaes destacados das flotilhas, e vencem por bordo.

Os que só percebem a metade da gratificação marcada para o ajudante, são officiaes das escolas ou dos arsenaes no exercicio cumulativo dos dous cargos.

6.<sup>a</sup> Para os empregados não militares, os respectivos vencimentos serão considerados como divididos em dous terços para ordenallo e um terço para gratificação, observando-se esta proporção nas diferentes situações do empregado.

7.<sup>a</sup> As ajudas de custo para os empregados civis e militares das capitánias são reguladas pelo decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890.

Secretaria da Marinha, 5 de julho de 1899.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 2 — Tabella do pessoal da delegacia de S. João da Barra e respectivos vencimentos

NUMERO DO PESSOAL	CATEGORIAS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
1	Delegado do capitão do porto . . . . .		1:200\$000
1	Escrevente da delegacia e da praticagem . . . . .		1:080\$000
1	Patrão . . . . .		1:080\$000
6	Remadores ou marinheiros . . . . .		720\$000
	<i>Praticagem</i>		
1	Pratico-mór . . . . .		1:200\$000
1	Sota-patrão . . . . .		840\$000
10	Remadores ou marinheiros . . . . .		720\$000
1	Atalaiador . . . . .		600\$000

## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> A gratificação do delegado é independente do soldo, etapas e criado. Si for official reformado, perceberá mais a differença entre o soldo actual e o da reforma, si este com as quotas adicinaes não perfizer aquelle.

2.<sup>a</sup> Os patrões e marinheiros serão contemplados com ração em generos ou em dinheiro e neste caso calculada pelo valor estipulado no orçamento.

Secretaria de Estado da Marinha, 5 de julho de 1899.— *Carlos Balthazar da Silveira.*

N. 3 — Tabella do pessoal das delegacias do Porto Alonzo, sobre o rio Acre, acima de Caquetá; Santarém e Gurupá, Caxias, Camocim, Mossoró e Macão, Penelo, Cuchoeira, Caravellas, Cannavieiras e Estancia sobre o rio Real; Angra dos Reis, Itajahy e Laguna, Porto Alegre e Pelotas, e dos respectivos vencimentos

NUMERO	CATEGORIAS	ANNUALMENTE	
		Ordenado	Gratificação
1	Delegado do capitão do porto . . . . .		1:200\$000
1	Escrevente servindo de official das diligencias . . . . .		1:080\$000
1	Patrão . . . . .		540\$000
4	Marinheiros. . . . .		480\$000

## OBSERVAÇÕES

1.ª Os delegados, além da gratificação de exercício, perceberão o soldo, as etapas e o quantitativo fixado para criado. Si não pertencerem á classe activa, se lhes abonará mais a differença entre o soldo actual e o da reforma, si este com as quotas addicionaes não perлизer aquelle.

2.ª Os patrões e marinheiros teem direito á ração em generos ou em dinheiro, e neste caso calculada pelo valor estipulado no orçamento.

3.ª Não figuram nesta tabella as delegacias da Nitheroy, Uruguayana, S. Borja e Cuyabá, porque não teem pessoal privativo. A delegacia de S. João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, faz parte de uma tabella especial.

Secretaria de Estado, 5 de julho de 1899. — *Carlos Balthazar da Silveira.*





(MODELO N. 3)

## CAPITANIA DO PORTO DE.....

TITULO PROVISORIO DE NACIONALISAÇÃO DO NAVIO.....

PROPRIEDADE DE.....

N. do Registro.....Porto de.....

O capitão do porto de....., autorizado pelo disposto no  
art. 269 do regulamento n. 3334 de 5 de julho de 1899, declara :

Nome do navio.....

Especie.....

Genero.....

Logar.....

Data.....

} da construção.....

Comprimento..... Bocca..... Pontal.....

Numero de cobertas.....

Altura das cobertas.....

Capacidade em toneladas metricas.....

Nome do proprietario.....

Secretaria da Capitania do porto de....., em.....

de .....

O capitão do porto,

O secretario,

.....

.....

(MODELO N. 4)

## MATRICULA DO

1	Numero do navio	Signal do código	Nome do navio	Nome do proprietario	Onde matriculado	<table border="1"> <tr> <td>Mat. do casco</td> <td>Anno</td> <td>Logar</td> </tr> </table>	Mat. do casco	Anno	Logar	<table border="1"> <tr> <td>MASTRUAÇÃO</td> <td> <table border="1"> <tr> <td>Comprimento</td> <td>Boca</td> <td>Pontal</td> <td>Calado médio</td> <td>Total</td> <td>Registrada</td> </tr> </table> </td> <td> <table border="1"> <tr> <td colspan="2">DIMENSOES TONELAO.</td> </tr> </table> </td> <td> <table border="1"> <tr> <td colspan="2">PROPULSOR</td> </tr> </table> </td> <td> <table border="1"> <tr> <td rowspan="3">Qualidade</td> <td rowspan="3">Cavallos</td> <td rowspan="3">Indicados</td> <td rowspan="3">N. de cubileira</td> <td rowspan="3">Capac. das carvoeiras</td> <td rowspan="3">MACHINAS</td> <td rowspan="3">NUMERO DA TRIPULAÇÃO</td> </tr> </table> </td> </tr> </table>	MASTRUAÇÃO	<table border="1"> <tr> <td>Comprimento</td> <td>Boca</td> <td>Pontal</td> <td>Calado médio</td> <td>Total</td> <td>Registrada</td> </tr> </table>	Comprimento	Boca	Pontal	Calado médio	Total	Registrada	<table border="1"> <tr> <td colspan="2">DIMENSOES TONELAO.</td> </tr> </table>	DIMENSOES TONELAO.		<table border="1"> <tr> <td colspan="2">PROPULSOR</td> </tr> </table>	PROPULSOR		<table border="1"> <tr> <td rowspan="3">Qualidade</td> <td rowspan="3">Cavallos</td> <td rowspan="3">Indicados</td> <td rowspan="3">N. de cubileira</td> <td rowspan="3">Capac. das carvoeiras</td> <td rowspan="3">MACHINAS</td> <td rowspan="3">NUMERO DA TRIPULAÇÃO</td> </tr> </table>	Qualidade	Cavallos	Indicados	N. de cubileira	Capac. das carvoeiras	MACHINAS	NUMERO DA TRIPULAÇÃO
Mat. do casco	Anno	Logar																														
MASTRUAÇÃO	<table border="1"> <tr> <td>Comprimento</td> <td>Boca</td> <td>Pontal</td> <td>Calado médio</td> <td>Total</td> <td>Registrada</td> </tr> </table>	Comprimento	Boca	Pontal	Calado médio	Total	Registrada	<table border="1"> <tr> <td colspan="2">DIMENSOES TONELAO.</td> </tr> </table>	DIMENSOES TONELAO.		<table border="1"> <tr> <td colspan="2">PROPULSOR</td> </tr> </table>	PROPULSOR		<table border="1"> <tr> <td rowspan="3">Qualidade</td> <td rowspan="3">Cavallos</td> <td rowspan="3">Indicados</td> <td rowspan="3">N. de cubileira</td> <td rowspan="3">Capac. das carvoeiras</td> <td rowspan="3">MACHINAS</td> <td rowspan="3">NUMERO DA TRIPULAÇÃO</td> </tr> </table>	Qualidade	Cavallos	Indicados	N. de cubileira	Capac. das carvoeiras	MACHINAS	NUMERO DA TRIPULAÇÃO											
Comprimento	Boca	Pontal	Calado médio	Total	Registrada																											
DIMENSOES TONELAO.																																
PROPULSOR																																
Qualidade	Cavallos	Indicados	N. de cubileira	Capac. das carvoeiras	MACHINAS	NUMERO DA TRIPULAÇÃO																										

## OBSERVAÇÕES

Esta matricula é valida por seis mezes,

Secretaria da Capitania do porto da

de ..... de 189 .....

O capitão do porto

O secretario





## (MODELO N. 6)

Busca.....\$. ....

Certidão.....\$. ....

Matricula.....\$. ....

## CAPITANIA DO PORTO DE.....

## CADETAGEM OU TRAFEGO DO PORTO

L.....f.....

N.....

Certidão da matricula passada em...de.....de... na forma do  
art. 288 do regulamento n. 3334 de 5 de julho de 1899:

Nome.....

## FILIAÇÃO E SIGNAES

Filho de.....	Cabellos.....
Nacionalidade .....	Olhos.....
Naturalidade.....	Barba.....
Idade.....	Estatura.....
Côr.....	Estado.....
Rosto.....	Residencia.....
Nariz.....	Ramo de vida.....

Este documento é sujeito á *Reforma se nautral* (cadetagem) ou ao  
*Visto mensal* (trafego do porto), sob pena de multa.

Secretaria da Capitania de.....em...de.....de...

O capitão do porto,

O secretario,

.....

.....



( MODELO N. 8 )

## LISTA DE TRIPULAÇÃO

Vapor ou navio de vela..... Tonelagem.....

Destino.....

NUMERO	NOMES	EMPREGO	NACIONALIDADE	SOLDADA

Apresentada pelo capitão ou mestre abaixo assignado.

(Logar onde), em. .. de..... de 18...

O capitão ou mestre,

.....

( MODELO N. 9 )

## Sección

CAPITANIA



DO PORTO

Certidão do arrolamento passado em

Livro		Fls.		N.			
DIMENSÕES							
Quilha limpa		Roda a roda		Boca		Pontal	
Metros	Centímetros	Metros	Centímetros	Metros	Centímetros	Metros	Centímetros

ARQUEAÇÃO			
N. de kilos de carga		N. de passageiros	
Metros	Centímetros	Metros	Centímetros

LINHA D'AGUA			
A ré		A vante	
Metros	Centímetros	Metros	Centímetros

N. de pessoas de equipagem		Letra do alphi-beto que designa a estação	
Metros	Centímetros	Metros	Centímetros

Est. \_\_\_\_\_ é propriedade de \_\_\_\_\_

Secretaria da Capitania de \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ de 189 \_\_\_\_\_

O capitão do porto \_\_\_\_\_

Secretario \_\_\_\_\_

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO



**DECRETO N. 3335 — DE 5 DE JULHO DE 1899**

Crea um Consulado em Berlim

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorização que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322 de 8 de novembro de 1895 ;

Decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Berlim.

Capital Federal, 5 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*

**DECRETO N. 3336 — DE 5 DE JULHO DE 1899**

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 260:000\$, suplementar ás verbas 6ª e 7ª do art. 12 da lei n. 560 de 31 de dezembro de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 575 desta data;

Decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 260:000\$, suplementar ás verbas 6ª e 7ª do art. 12 da lei n. 560 de 31 de dezembro de 1898, sendo : á 6ª, moeda corrente 60:000\$; á 7ª, moeda corrente 100:000\$000.

Capital Federal, 5 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*



## DECRETO N. 3337 — DE 8 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ituaçu, ex-Brejo Grande, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para a execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Ituaçu, ex-Brejo Grande, no Estado da Bahia, uma brigada de cavallaria, com a designação de 14<sup>a</sup>, que se constituirá de dous regimentos sob ns. 27 e 28, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3338 — DE 8 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Brotas, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Brotas, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, aquella com a designação de 35<sup>a</sup>, que se constituirá dos batalhões do serviço activo ns. 103, 104 e 105, e um do da reserva, n. 35<sup>a</sup>, e esta com a de 15<sup>a</sup>, que se comporá de dous regimentos, sob ns. 29 e 30, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3339 — DE 8 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia de Guardas Nacionais na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1899, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria e uma de artilharia, aquella com a designação de 85<sup>a</sup>, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 253, 254 e 255, e um do da reserva, n. 85, e esta com a de 2<sup>a</sup>, que será constituída de um batalhão de artilharia de posição, sob n. 2, e um regimento de artilharia de campanha n. 2, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3340 — DE 8 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1899, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria, com a designação de 22<sup>a</sup>, que se constituirá de dous regimentos, sob ns. 43 e 44, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*





## DECRETO N. 3341 — DE 8 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Guarapary, no Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1897, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Guarapary, no Estado do Espirito Santo, uma brigada de infantaria, com a designação de 21ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 61, 62 e 63, e um do da reserva n. 21, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3342 — DE 10 DE JULHO DE 1899

Approva o novo projecto e orçamento das officinas de reparação da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo—Rio Grande, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o novo projecto e orçamento das officinas de reparação da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral de Obras e Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 10 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3343 — DE 10 DE JULHO DE 1899

Approva as modificações feitas nos seus estatutos por *The Pará Gas Company, limited*, e com as modificações approvadas autorisa a mesma companhia a funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Pará Gas Company, limited* devidamente representada, decreta:

Artigo unico. São approvadas as modificações feitas nos estatutos da *The Pará Gas Company, limited*, constantes dos documentos apresentados, continuando em vigor a autorização que para funcionar na Republica lhe foi concedida pelo decreto n. 3630, de 27 de março de 1866, cujas clausulas é a mesma companhia obrigada a observar, bem como a cumprir as formalidades estatuidas na legislação vigente.

Capital Federal, 10 de julho de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

## TRADUÇÃO

**Relação das alterações do memorandum  
e artigos da Associação « The Pará, Gas  
Company, limited »**

Considerando que a *Pará Gas Company, limited*, uma companhia por acções, incorporada em Londres e presentemente funcionando no Pará sob o titulo acima, pelo decreto de sanção do Governo Imperial do Brazil, n. 3630, datado de 27 de maio de 1866, resolveu continuar as operações por um periodo ulterior de 50 annos, sob o mesmo titulo; e considerando que o escriptorio da séde da companhia foi transferido da Inglaterra para a Escossia, e o capital da companhia reduzido a £ 49.000, em consequencia de ter cessado o contracto primitivo da illuminação publica, e da depreciação de trabalhos, utensilios e plantas, e está presentemente funcionando por uma concessão feita pelo Conselho Municipal do Pará, datada de 16 de janeiro de 1897; e considerando que a companhia recentemente emprehendeu os reparos e renovações necessarias dos seus trabalhos e plantas que estão agora em estado efficiente, e está presentemente empenhada nos necessarios reparos e renovações dos seus utensilios e planta distribuidora, e tem dous terços do seu capital agora representados no dito paiz, pelos seus trabalhos, utensilios e plantas, e deseja aguardar as leis do paiz, concernentes ás re-

lações, direitos e obrigações, entre a companhia e seus accionistas e credores e outras partes interessadas, quer residentes no paiz, quer de outra maneira, e aguardar as formalidades prescriptas pelo acima referido decreto de sanção n. 3630, e também pelas requeridas no decreto federal n. 494, de 4 de julho de 1891.

Agora, por conseguinte, foi resolvido remodelar o *Memorandum* e artigos da associação, e uma cópia será aqui annexada.

A seguinte é uma lista dos accionistas da *Paré Gas Company, limited*, da qual o *memorandum* e artigos da associação estão a esta annexados, com o numero das acções possuidas e as importancias pagas sobre ellas.

Nome, endereço e descripção	Numero de acções possuidas	Importancias pagas em libras (ouro)
International Lighting Association, limited, 8 Hill Street, Edinburgh.....	7.588	37.940
Joseph Hepworth, 4 Priestfield Road, Edinburgh CE.....	50	250
John Hempster, Newton Heat, Manchester, Gas Plant Manufacturer.....	50	250
William Henry Towan, Smith Square works, Westminster, London SW Gas Meter Manufacturer.....	50	250
William Stowell Haldane, 59 Queen street, Edinburgh, Writer to the Silnet.....	50	250
Alfred Parker Ingrams, Clovelly, Alexandra Road, Upper Norcod, London, S E, Gas Engineer.....	50	250
James Adam Patullo, 8 Hill Street, Edinburgh, solicitor Supreme Courts.....	1	5
Henry Vetch, 8 Hill Street, Edinburgh, solicitor Supreme Courts.....	1	5
Eduard Tlark, Stock Exchange, London...	1.351	6.755
George Ferguson, Stock Exchange, London	245	1.225
Sophus Simmelkjaer, 3 Lothbury, London, E C.....	245	1.225
Joseph Watson Overbury, 2 Capel Court, London .....	119	595
	<hr/> 9.800	<hr/> 49.000

Assignado — *J. Hepworth*, presidente. — *W. S. Haldane*, director. — *J. A. Patullo*, secretario.

4 de janeiro de 1899.

Certifico que um documento, do qual o precedente é uma cópia fiel, foi escripto no Registro do « Joint Stock Companies » na Escossia.

(Assignado) — *Reginald MacLeod*, registrador do « Joint Stock Company ».

Attesto serem verdadeiras as assignaturas dos nomes de J. Hepwort, W. S. Haldane e J. A. Patullo e deste modo o faço saber em qualquer parte onde seja preciso. Passei a presente declaração, a pedido da *Pará Gas Company, limited*, cujo escriptorio de sede é na cidade de Edinburgo, e a fiz sellar com o sello deste Vice-Consulado dos Estados Unidos do Brazil, em Leith, aos 5 dias de janeiro de 1899.— (Assignado) *Edward Q. Buchanan*.

Estava sellada com o sello da *Pará Gas Company, limited*, e com sello vermelho e duas estampilhas consulares, no valor de quinze mil réis, devidamente inutilisadas, do Vice-Consulado dos Estados Unidos do Brazil, em Leith.

## Actas da companhia — 1862 a 1890

### COMPANHIA LIMITADA POR ACÇÕES

#### MEMORANDUM DE ASSOCIAÇÃO DA « PARÁ GAS COMPANY LIMITED »

1.º O nome da companhia é *Pará Gas Company, limited*.

2.º O escriptorio da sede da companhia será situado na *Essocia*.

3.º Os fins para que foi organizada a companhia são:

a) Fazer os negocios de uma companhia de gaz, em todos os seus ramos, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, na Republica do Brazil, sob uma concessão feita pelo conselho municipal da dita cidade, datada de 16 de janeiro de 1897, para produzir e vender gaz hydrogeno cartonetado para consumo publico e particular, e bem assim supprir e vender gaz ou outro qualquer illuminante ao Governo e particulares na dita citada de Belém e em outra qualquer cidade ou villa do dito Estado do Pará, sob outro qualquer contracto ou concessão, que já tenha ou possa vir a obter de autoridades com poderes para fazerem taes contractos ou concessões;

b) Fazer qualquer contracto ou contractos de illuminação, ou supprir com gaz ou outro illuminante, qualquer cidade ou cidades no predito Estado, ou qualquer edificio publico ou particular, ou logar dentro d'elle, e prover e supprir todo o material necessario, que for requisitado para este ramo e para os devidos reparos;

c) A manufactura e venda de gaz ou de outro qualquer illuminante, e dos residuos e outros productos obtidos de tal manufactura e de tudo o mais que for necessario para os fins a que se propõe;

d) A compra, arrendamento, ou de outro modo a aquisição de terras com seus pertences para qualquer um dos fins da companhia, e levantar e edificar nellas quaesquer obras, gazometros, edificios, machinismos ou dependencias; ou a compra, arrendamento, ou de outro modo, a aquisição de qualquer negocio ou empreitada a seu cargo, ou quaesquer edificios, dependencias,

obras, depositos, plantas ou machinismos usados ou capazes de serem usados para os ditos fins; e como pagamento para o todo ou parte de tal aquisição, tomar a seu cargo todas ou quaesquer das obrigações do arrendatario ou vendedor de taes bens, ou emittir acções, *debentures*, ou outras obrigações da companhia, e a venda, arrendamento ou alienação de outro modo dos negocios da companhia, hypothecando edificios, dependencias, obras, deposito, plantas, ou machinismos ou qualquer delles, quer juntos, quer em partes, como a companhia julgar mais conveniente; e em particular por acções, *debentures*, ou obrigações de qualquer companhia, comprando os mesmos;

e) Pedir emprestado ou levantar dinheiro, da maneira que a companhia julgar conveniente e em particular pela emissão de *debentures*, ou *debentures stock*, perpetuas ou de outro modo, e garantir o repagamento de qualquer dinheiro pedido emprestado ou levantado, por hypotheca, penhor ou retenção sobre o todo ou qualquer parte das propriedades ou bens da companhia, quer no presente, quer no futuro, incluindo o seu capital que ainda não foi chamado, e tambem por uma igual hypotheca, penhor ou retenção, segurar e garantir a reforma pela companhia de qualquer obrigação ou responsabilidade que ella tenha contrahido;

f) Saccar, fazer, endossar, acceitar, descontar, executar e emittir notas provisórias, letras de cambio, conhecimentos, ordens, *debentures* e outros instrumentos negociaveis ou transferiveis;

g) Fazer todas estas cousas incidentaes ou conducentes ao cumprimento dos fins acima mencionados ou a quaesquer delles.

4. A responsabilidade dos accionistas é limitada.

5. O capital da companhia é de £ 40.000, dividido em 9.800 acções de £ 5 cada uma.

A companhia tem poderes para de tempos a tempos augmentar o seu capital, e para emittir quaesquer acções ao capital original ou augmentado, como acções ordinarias, preferenciaes, deferenciaes ou garantidas, e conceder a qualquer classe ou classes de taes acções quaesquer preferencias, direitos, privilegios ou condições, ou sujeitar as mesmas a quaesquer restricções ou limites, que possam ser determinados por qualquer resolução especial da companhia, passada antes da emissão das acções e que affecte a estas.

Actas da companhia, de 1862 a 1890

## COMPANHIA LIMITADA POR ACÇÕES

ARTIGOS DA ASSOCIAÇÃO « PARÁ GAS COMPANY LIMITED »

### *Preliminares*

1. Os regulamentos contidos na tabella marcada A na primeira parte das actas da companhia, 1862, não devem applicar-se a companhia.

¶ 2. Nestes artigos, a não ser que a contextura ou assumpto requeiram um significado differente, a companhia significa—*The Pará Gas Company, limited*.

Os estatutos devem significar as actas da companhia, de 1862 a 1890, e quaesquer outras actas incorporadas a estas.

O « Registro » significa o « Registro dos Accionistas » para ser guardado, como preceitua a secção 25 das actas da companhia, do anno de 1862.

« Mez » significa o mez Calendario.

« Resolução Especial » e « Resolução Extraordinaria » teem os significados assignalados para ellas, respectivamente, pelas actas da companhia, 18 2.

Palavras que teem um significado especial para ellas nos estatutos, terão o mesmo significado nestes.

Palavras referentes ao numero singular sómente incluirão plural e a contextura applicar-se-ha a um e outro caso.

Palavras referentes a homens teem o mesmo valor para mulheres.

Palavras referentes a individuos tambem comprehendem corporações.

3. Como a companhia está organizada em consequencia do projecto de reconstrucção da *Pará Gas Company, limited*, o primeiro negocio da companhia será continuar com os negocios e tomar a seu cargo a *Pará Gas Company, limited*.

4. Os directores não poderão empregar os fundos da companhia, ou qualquer parte delles, na compra de acções da companhia.

5. A companhia póde iniciar os seus negocios, ainda que o total do seu capital nominal não esteja subscripto.

#### ACÇÕES E CERTIFICADOS

6. As acções estarão sob a dependencia dos directores, que as pederão distribuir ou dispor dellas ás pessoas e em termos e modos, que elles julgarem mais convenientes.

As acções serão emittidas ao par ou com premio, porém, nunca com desconto.

7. A companhia póde fazer concessões na emissão de acções, de uma differença entre os possuidores de taes acções, nas importancias das chamadas a pagar e no tempo do pagamento de taes chamadas.

8. A companhia ficará autorisada a reconhecer como unico proprietario, ou dono de qualquer acção, o nome da pessoa que constar do registro, e não ficará de fórma alguma sujeita a reconhecer qualquer attestado, equidade, reclamação ou interesse, quer venha declarado na propria acção, quer não.

9. Si diversas pessoas estiverem registradas como co-proprietarias de qualquer acção, qualquer uma dessas pessoas póde passar recibo efficaz por qualquer dividendo que se tiver de pagar, relativo áquella acção, porém, a pessoa que primeiro

figurar no registro estará autorizada á entrega do certificado de tal acção.

10. Qualquer accionista tem direito a um certificado sellado com o sello commum da companhia e assignado por dous directores e o secretario, especificando a acção ou acções que elle possui, com o respectivo numero dellas e a quantia com que ella já tenha entrado.

11. Qualquer certificado perdido ou estragado pôde ser renovado pelo pagamento de um shilling, ou por menor quantia, si os directores assim o prescreverem, exigindo-se da pessoa que requereu o novo certificado o certificado que estiver estragado, ou a apresentação da prova evidente de sua perda ou destruição, ou taes garantias para a companhia, que possam satisfazer os directores.

#### CHAMADAS SOBRE ACÇÕES

12. Os directores podem de tempos a tempos fazer taes chamadas relativas ás quantias que faltarem para a integralisação de suas acções, como julgarem mais conveniente, comtanto que as annunciem com vinte e um dias de antecedencia pelo menos, especificando o tempo e o logar para o pagamento de cada chamada, e os accionistas são obrigados a pagar as importancias das chamadas ás pessoas, nas horas e logares designados pelos directores.

13. Uma chamada pôde ser paga por prestações.

14. Uma chamada deve ser considerada como tendo sido feita na occasião em que os directores resolverem passar autorização para tal chamada.

15. Si a chamada de qualquer acção não foi paga antes ou até o ultimo dia designado para isso, o possuidor de tal acção estará sujeito a pagar os juros á razão de 10 % ao anno, desde o dia em que terminou aquelle prazo, até ao dia em que effectuar o pagamento.

16. Si pelos termos do prospecto ou pelas condições da distribuição, qualquer quantia for paga, relativa ás acções por prestações, todas essas prestações serão pagaveis, como si fossem uma chamada devidamente feita pelos directores, com os devidos annuncios; e todas as clausulas aqui descriptas para o pagamento das chamadas, ou para o confisco das acções pelo não pagamento das chamadas, devem applicar-se ás prestações e acções, em respeito das quaes ellas são pagaveis.

17. Os co-proprietarios de uma acção são de per si severa e juntamente obrigados a todos os pagamentos, que devam ser feitos relativos a tal acção.

18. Os directores podem, si o julgarem conveniente, receber do accionista, que o deseje, o total ou parte da quantia que faltar para a integralisação das suas acções, além das chamadas já feitas; e sobre quantia assim paga adeantadamente, ou sobre a que for excedendo, á proporção que as chamadas forem sendo

feitas, sobre as acções a que diz respeito tal adiantamento, a companhia pagará ao accionista que adiantar esse dinheiro o juro que for combinado, ou em falta de accordo, o que os directores julgarem conveniente.

#### TRANSFERENCIA DE ACÇÕES

19. O instrumento de transferencia de qualquer acção da companhia deve ser feito por escripto e assignado, não só pela pessoa que transfere, como pela pessoa em favor de quem se transfere, e aquella será considerada como possuidora de tal acção, até que o nome desta conste do livro de registros, como novo proprietario della.

20. As acções da companhia podem ser transferidas na forma communmente usada, ou da seguinte forma, ou tão approximadamente a ella quanto as circumstancias o permittam:

Eu A. B. de..... pelo pagamento da quantia de..... que me foi feito pelo Sr. C. D. de..... por este meio transiro ao dito C. D. a acção (ou acções) numero..... que estão em meu nome nos livros da *Pará Gas Company, Limited*, contrahindo o dito C. D., seus testamenteiros, administradores e procuradores as mesmas obrigações que eu contrahi no tempo da execução da mesma; e eu, o dito C. D. por este meio declaro tomar a dita acção (ou acções), sujeita ás mesmas condições.

Em fé do que datamos e assignamos aos..... de..... de 18.....

21. Os directores podem negar-se a registrar qualquer transferencia de acções sobre as quaes a companhia tenha o direito de retenção, ou no caso em que as acções não estejam integralizadas podem negar o registro de transferencia para qualquer pessoa que em sua opinião mostre não estar nos casos de assumir a responsabilidade.

22. Um emolumento não excedente a dous shillings e seis pences será cobrado pelo registro de cada transferencia.

23. Todos os instrumentos de transferencia devem ser deixados no escriptorio, para se fazer o registro, e juntamente o certificado das acções, que se deseje transferir, e outras quaesquer garantias que os directores possam exigir para provar o direito da pessoa que transfere em fazer a transferencia.

24. Os livros de transferencia estarão fechados nos quatorze dias immediatamente anteriores á assembléa geral ordinaria de cada anno.

#### TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

25. Por morte de qualquer accionista que for co-proprietario de acções, o sobrevivente ou sobreviventes de tal co-proprietario serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo direito a taes acções; e por morte de qualquer accionista



possuindo acções em seu unico nome, os testamenteiros ou administradores do fallecido accionista serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo qualquer direito a taes acções.

26. Qualquer possoa que representar acções em consequencia de morte, quebra ou insolvencia de accionista (e o mesmo se refere á pessoa que tiver adquirido esse direito por transmissão) deverá, dentro de tres mezes de se achar com esse direito, apresentar á companhia a evidencia das provas que razoavelmente forem exigidas pelos directores, para demonstrar os seus direitos e declarar por escripto a sua escolha, quer para ser ella mesma registrada como accionista, quer para ter outra pessoa nomeada por ella, registrada como a pessoa a quem transferisse taes acções.

27. Si qualquer pessoa, representando quaesquer acções por transmissão, apresentar a prova requerida do seu titulo e declarar a sua vontade della mesma ser registrada como accionista da companhia, os directores podem immediatamente lançar o seu nome no registro, como possuidor das ditas acções; e si qualquer pessoa, como acima fica dito, apresentar a prova requerida e nomear uma outra pessoa para ser registrada, a pessoa nomeante e a pessoa nomeada devem, respectivamente, como pessoa transferente e pessoa a quem se transfere, lavrar um instrumento de transferencia, e o nome da pessoa a quem se transfere póde immediatamente ser lançado no livro de registros, como possuidora das acções em questão.

28. Até que qualquer pessoa considerada como possuidora de acções por transmissão tenha cumprido os termos do art. 26, já declarado, os directores podem reter qualquer dividendo ou *bonus* correspondentes a taes acções; e si tal pessoa não cumprir com os termos desse artigo, no periodo de tres mezes em que se tornar possuidora de taes acções, os directores podem enviar-lhe um aviso, chamando-a a cumprir taes obrigações, dentro de um prazo nunca inferior a um mez da data de tal aviso, estabelecendo que, si elle não cumprir com as exigencias para que foi notificado, as acções relativas a tal aviso ficarão sujeitas a confisco; e, si por qualquer motivo essa pessoa ainda não cumprir essas obrigações no tempo indicado no aviso, essas acções serão confiscadas por uma resolução dos directores, passada em qualquer tempo antes do momento em que ella cumpra taes obrigações.

29. Os tutores de um accionista menor e o *curator bonis* ou conselho de um accionista, soffrendo das faculdades mentaes, podem, depois de apresentar aos directores todas as provas da posição de que estão investidos e razoavelmente lhes possam ser pedidas, ser registra-los no respectivo livro, relativamente ás acções possuidas por taes menores ou accionistas soffrendo das faculdades mentaes, conforme o caso.

30. Os directores terão o mesmo direito de recusar registrar a pessoa, representando quaesquer acções em razão de morte, bancarota, insolvencia, alienação mental ou menoridade de

qualquer accionista ou seu nomeado, como si fosse a pessoa a quem se transfere acções em uma transferencia ordinaria apresentada para registro.

#### CONFISCO DE ACÇÕES

31. Si qualquer accionista deixar de pagar no dia indicado para pagamento qualquer chamada, os directores podem enviar-lhe em qualquer tempo um aviso para a realização de tal pagamento, sobrecarregando-o com os juros e quaesquer outras despesas por esse não pagamento.

32. O aviso deve indicar o dia ulterior ou anterior em que tal chamada e todos os juros e despesas accrescidas pela falta de tal pagamento devem ser pagos.

Deve tambem indicar o logar em que tal pagamento deve ser feito, quer seja na sede da companhia, quer em outro qualquer logar em que taes chamadas da companhia são usualmente pagaveis.

O aviso deve tambem estabelecer que, no caso de não pagamento em ou antes do tempo e no logar indicado, as acções a respeito das quaes taes chamadas foram feitas ficarão sujeitas a confisco.

33. Si as requisições de quaesquer desses avisos acima ditos não forem cumpridas, as acções a respeito das quaes taes avisos foram dados, podem, em qualquer tempo após isso e antes do pagamento de todas as chamadas, juros e despesas devidas, ser confiscadas por uma resolução dos directores para esse fim.

34. Quaesquer acções assim confiscadas serão consideradas como sendo propriedade da companhia e neste character os directores podem dispor dellas como julgarem conveniente; ou os directores podem, em qualquer tempo, antes de dispor dellas, annullar o confisco nos termos que approvarem.

35. Qualquer accionista cujas acções tenham sido confiscadas deve, não obstante is-o, ficar sujeito a pagar á companhia todas chamadas devidas sobre taes acções no tempo do confisco, juntamente com os juros calculados sobre ellas, á razão de dez por cento ao anno, até a data do pagamento.

36. Quando quaesquer acções tenham sido confiscadas, uma entrada deve immediatamente ser feita no registro dos accionistas da companhia, estabelecendo confisco e a data d'elle, e, logo que se tenha disposto das acções assim confiscadas, uma entrada deve tambem ser feita na data e do modo por que se dispoz dellas.

37. A companhia terá um primeiro e soberano direito de retenção para todas as dividas, obrigações e responsabilidades de qualquer accionista da companhia sobre todas as acções (que não estejam integralizadas) possuidas por qualquer accionista, quer só, quer juntamente com outras pessoas, e sobre todos os dividendos e *bonus* relativos a taes acções.

Previsto sempre que, si a companhia registrar ou concordar em registrar uma transferencia de quaesquer acções sobre as

quaes houver tal direito de retenção, como acima ficou dito, sem dar á pessoa a quem se transfere noticia daquelle retenção, as ditas acções ficarão livres e isentas do direito de retenção da companhia.

38. Os directores podem enviar a qualquer accionista que esteja em debito com a companhia, ou sob uma obrigação, um aviso requerendo o pagamento da quantia devida á companhia, ou satisfazer a dita obrigação, estabelecendo que si o pagamento não for feito, ou a obrigação não for satisfeita dentro de um tempo (nunca inferior a quatorze dias) especificado em tal aviso, as acções possuidas por tal accionista ficarão sujeitas a serem vendidas; e si tal accionista não cumprir o aviso dentro do tempo predito, os directores podem vender taes acções sem ulterior aviso.

39. Sobre qualquer venda de taes acções, feita pelos directores, o resultado será applicado: primeiro, no pagamento das custas de tal venda; em seguida, em satisfazer o debito ou obrigação que o accionista tiver para com a companhia, e o resto (si houver) será pago ao dito accionista ou a quem o represente.

40. Uma declaração no livro de minuta da companhia do confisco de quaesquer acções, ou que quaesquer acções tenham sido vendidas para satisfazer um direito de retenção da companhia, deve constituir uma prova evidente contra todas as pessoas julgadas com direito a taes acções, que as ditas acções foram devidamente confiscadas e vendidas, e tal declaração e o recibo da companhia pelo preço de taes acções constituem um bom titulo a ellas, e o nome do comprador deverá entrar no registro, como accionista da companhia, sendo-lhe passado um certificado de possuidor das mesmas, e não será obrigado a ver a applicação do dinheiro da compra.

O recurso do anterior possuidor ou de quem o represente será de reclamar contra a companhia e somente por damnos.

#### CEDENCIA DE ACÇÕES

41. Qualquer accionista póde fazer e a companhia póde aceitar uma cedencia de suas acções ou de parte dellas, nos termos que forem mutuamente concordados entre o tal accionista e os directores; em particular, quando o capital da companhia ou está para ser dividido em acções de diferentes classes, acções de quaesquer classes, podem ser cedidas com o fim de serem trocadas por acções de classe sobre os termos que se tenha concordado, contanto que o capital da companhia não seja reduzido por outro qualquer modo que não seja o indicado nos estatutos.

#### AUGMENTO DE CAPITAL

42. Os directores podem com a sanção de uma resolução especial da companhia, previamente concedida em assembléa geral, augmentar o seu capital pela emissão de novas acções,

cujo augmento será dividido pelas acções representando as quantias designadas pela assembléa geral, ou em falta dessa designação, pelas quantias que os directores julgarem mais viáveis.

43. As novas acções serão emitidas nos termos e condições, e com taes direitos, privilegios ou propriedades, que a companhia em assemblea geral determine, ou na falta dessa determinação, segundo a resolução dos directores.

44. A menos que a companhia em assemblea geral determine o contrario, todas as acções (seja parte do capital original ou do augmentado) além da original emissão das 9.800 acções, devem ser offerecidas aos accionistas em proporção ás acções possuidas por elles, e tal offerta deve ser feita por annuncio, especificando o numero de acções a que teem direito e limitando um tempo para a offerta, que si não for aceita será julgada como declinada, e neste caso os directores podem dispor dellas como julgarem mais conveniente á companhia.

45. Qualquer capital levantado pela creação de novas acções deve, a menos que as condições da emissão determinem de outro modo, ser considerado como parte do capital original, e ficar sujeito ás mesmas provisões com referencia ao pagamento de chamadas, e ao confisco de acções pelo não pagamento das chamadas, transferencia e transmissão de acções, direito de retenção, ou de outra qualquer fórma, como si fosse parte do capital primitivo.

#### REDUÇÃO DO CAPITAL

46. A companhia pôde de tempos a tempos reduzir o seu capital por especial resolução e de accordo com a lei.

#### CONSOLIDAÇÃO E SUBDIVISÃO DE ACÇÕES

47. A companhia pôde subdividir ou consolidar as suas acções ou quaesquer dellas.

48. Na subdivisão de qualquer acção em duas ou mais acções de menor quantia ao possuidor de uma ou mais de taes resultantes acções pôde ser dada uma preferencia ou prioridade sobre o possuidor de outra ou outras de taes acções em razão do pagamento dos dividendos ou da distribuição dos credits remanescentes.

Porém, nenhuma preferencia ou prioridade deve ser dada por isto ao possuidor de qualquer outra ou outras acções.

#### ALTERAÇÕES DOS DIREITOS DOS ACCIONISTAS

49. Si em qualquer tempo o capital for dividido em acções de varias classes, os direitos e privilegios dos possuidores de cada classe podem ser variados e modificados por qualquer convenio que for sancionado, tanto por uma especial resolução dos pos-

suidores de acções de tal classe, como também por uma igual resolução dos possuidores das restantes acções da companhia, sendo cada resolução votada em separadas assembleas de accionistas, com direito a votar nellas. Reuniões de possuidores de uma classe de acções devem ser sujeitas, tanto quanto possível, ás mesmas regras e provisões das reuniões da companhia.

#### PODERES PARA EMPRESTIMO

50. A companhia pôde levantar ou pedir emprestado dinheiro para os fins do seu negocio, e pôde garantir o repagamento do mesmo por meio de hypotheca ou penhor sobre todos ou parte dos bens e propriedade da companhia ( presentes ou futuros ), incluindo o seu capital não chamado ou não emitto, e pôde emittir *bonus*, *debentures* ou *debentures-stock*, e, quer seja ou não por meio de hypotheca sobre o todo ou parte dos bens da companhia, não pôde pedir emprestimo ou levantar dinheiro de quantia superior a £ 20.000 de uma só vez, e com a sancção da resolução dos accionistas passada em assemblea geral extraordinaria qualquer ou quaesquer outras quantias, comtanto que as sommas levantadas em virtude desta ultima resolução não ultrapassem de uma só vez £ 30.000, e tal somma ou sommas devem ser pedidas emprestadas em taes termos e condições e o repagamento dellas garantido da maneira que a companhia julgar mais conveniente ; não obstante isso, nenhuma pessoa que empreste ou esteja negociando com a companhia tem o direito de ver e inquirir si este limite tem ou está sendo observado.

51. Quaesquer *bonus*, *debentures* ou *debentures-stock*, ou outras seguranças emittidas ou para emittir pela companhia, estão sob a dependencia dos directores, que podem emittilas nos termos e condições e da maneira que julguem mais favoraveis aos interesses da companhia.

52. A companhia pôde, sobre a emissão de qualquer *bonus*, *debenture*, *debenture-stock* ou segurança, dar aos credores da companhia, que possuirem os mesmos, ou a quaesquer pessoas que os representem, um voto na direcção da companhia, quer para dar-lhes o direito de assistir e votar nas assembleas geraes, quer para conferir-lhes poderes de nomearem um ou mais dos directores da companhia, ou de outro modo que seja combinado; e si qualquer capital da companhia não integralizado estiver incluído ou servindo de penhor em qualquer hypotheca ou outra segurança, os directores podem, por documento sellado, autorizar tal credor ou tal curador a fazer chamadas aos accionistas, a que se referir o capital não integralizado, quer com exclusão dos poderes dos directores, quer de outra qualquer fórma; e as provisões para as chamadas, aqui anteriormente contidas, devem, *mutatis mutandis*, applicar-se a chamadas feitas sob tal autoridade, e tal autoridade deve ser assignalada, si isto for determinado.

53. Si os directores ou qualquer delles, ou outra qualquer pessoa, tornar-se responsavel pelo pagamento de qualquer somma, primeiramente devida pela companhia, os directores podem executar ou fazer executar qualquer hypotheca, penhor ou garantia, sobre ou affectando o todo ou parte dos bens da companhia, como indemnização para garantir as pessoas ou directores tornados responsaveis, como acima fica dito, de qualquer perda relativa a tal obrigação.

54. Um registro apropriado será organizado para todas as hypothecas e penhores, especialmente affectando qualquer propriedade da companhia, e estará patente á inspecção de qualquer credor ou accionista da companhia, conforme preceitua o art. 43 das actas da companhia 1862.

#### ASSEMBLÉAS GERAES

55. A primeira assembléa geral terá logar no tempo (nunca após quatro mezes da incorporação da companhia) e no logar que os directores determinarem.

56. Subsequentes assembléas geraes terão logar uma vez por anno no tempo e logares designados pelos directores.

57. As acima mencionadas reuniões geraes serão chamadas assembléas geraes ordinarias, e quaesquer outras chamar-se-hão assembléas geraes extraordinarias.

58. Os directores podem em qualquer tempo que o julguem conveniente, e á requisição por escripto de um accionista ou accionistas, representando nunca menos de um quinto do capital emittido, convocar uma assembléa geral extraordinaria da companhia.

59. Qualquer requisição feita pelos accionistas deve ser assignada por elles, e determinar o fim da reunião que se vae convocar, e será cancellada no escriptorio da séde da companhia.

60. Com o recibo de tal requisição os directores devem immediatamente proceder á convocação de uma assembléa geral extraordinaria.

Si elles não procederem á convocação da mesma dentro dos 28 dias da data do deposito da requisição, os requisitarios ou quaesquer outros accionistas, que representem o capital requerido, podem por si mesmos convocar uma assembléa geral extraordinaria.

61. No caso de uma assembléa extraordinaria, em consequencia de uma requisição, o aviso deve mencionar os fins determinados em tal requisição, e a menos que ella seja convocada pelos directores, não se poderá tratar de outro assumpto além do determinado na requisição, e do qual se deu aviso.

#### PROCESSOS NAS ASSEMBLÉAS GERAES

62. Sete dias de aviso, pelo menos, especificando o logar, o dia e hora da reunião, e, em caso de negocio especial, a na-

t

aureza de tal negocio, deve ser dado aos accionistas da maneira vqui mencionada ou de outra qualquer (si houver) que penha a ser determinada pela companhia em assembléa geral, porém, a accidental cmissão de dar aviso a qualquer accionista ou a não recepção por qualquer accionista de tal negocio, não invalida as consequencias de qualquer assembléa geral.

63. Os fins de uma assembléa geral são receber e examinar folhas de balanço e os relatorios dos directores e peritos, eleger directores para os logares vagos, votar remunerações aos directores, eleger peritos e sancionar um dividendo. Todos os outros negocios tratados em uma assembléa ordinaria e em assembléa geral extraordinaria serão julgados como especiaes.

64. Nenhum negocio será tratado em qualquer assembléa geral, excepto a declaração de um dividendo, a menos que um *quorum* de accionistas esteja presente na occasião em que se de-seje tratar de tal negocio; e tal *quorum* deve consistir de nunca menos de dous accionistas presentes e possuindo ou representando por procuração nunca menos de um decimo do capital emittido pela companhia.

65. Si dentro de uma meia hora após o tempo marcado para a reunião não estiver presente numero sufficiente, a assembléa, si tiver sido convocada, á requisição de accionistas, será dissolvida.

Em qualquer outro caso ella será transferida para o mesmo dia da proxima semana, á mesma hora e no mesmo lugar; e si ainda nesse dia não houver numero sufficiente, os accionistas presentes deliberarão como si houvesse o numero exigido, e tomarão todas as resoluções como si prefizessem tal *quorum*.

66. O presidente (si estiver) da directoria presidirá qualquer assembléa geral da companhia.

Si não estiver presente o presidente, ou si elle não chegar á assembléa no prazo de quinze minutos após a hora marcada para ter logar a reunião, os accionistas presentes escolherão um dos directores presentes para presidente; si não estiver presente nenhum dos directores, ou não quizer presidir, os accionistas presentes escolherão um dentre elles para ser o presidente.

67. O presidente pôde com consentimento da assembléa adiar qualquer reunião de hora para hora, ou de logar para logar; porém, nenhum outro assumpto será tratado em qualquer assembléa adiada, além do que ficou por terminar na assembléa em que teve logar o adiamento.

68. Em qualquer assembléa geral cada questão deve ser decidida em primeira instancia por uma indicação de mãos, e a menos que uma eleição seja pedida por nunca menos de cinco accionistas ou por um accionista ou accionistas possuindo ou representando como procurador, ou com direito a votar em respeito a nunca menos de um quinto da importancia nominal do capital representado na assembléa, bastará uma declaração do presidente de que uma resolução foi ou não approvada, ou approvada ou não approvada por uma maioria particular, e que uma declaração para esse fim vae ser feita no livro da

companhia, para ser uma evidencia concludente do facto sem prova do numero ou proporção dos votos recolhidos em favor ou contra tal resolução.

69. Si uma eleição for requisitada, como atrás fica dito, se procederá a ella da maneira que o presidente designar, e o resultado de tal eleição deve ser considerado como a resolução da companhia em assembléa geral.

No caso de empate de votos em qualquer assembléa geral, quer por meio de indicação de mãos, quer por uma eleição, o presidente tem direito a um segundo e decisivo voto.

70. Uma eleição póde ser requisitada para a eleição de um presidente ou para uma questão de adiamento, porém, tal eleição deve ter logar immediatamente sem adiamento.

Póde-se proseguir sobre qualquer assumpto alheio ao sobre que foi requisitada a eleição, estando ella pendente.

#### VOTO DOS ACCIONISTAS

71. Cada accionista terá um voto por cada acção possuida por elle.

72. Si qualquer accionista soffrer das faculdades mentaes, póde votar por intermedio do seu conselho *curator bonis* ou outro curador legal.

73. Si duas ou mais pessoas tem juntamente direito a uma ou mais acções, o accionista cujo nome figura em primeiro logar no registro dos accionistas, como um dos possuidores de tal acção ou acções, e nenhum outro terá o direito a votar em respeito ás mesmas.

Si ha dous ou mais testamenteiros ou administradores de um accionista fallecido, elles serão considerados como co-possuidores, e como taes ser-lhes-ha observada a mesma norma para as acções registradas em nome de tal fallecido accionista.

74. Nenhum accionista terá direito a votar em qualquer assembléa geral sinão depois de pagas todas as chamadas devidas por elle, e nenhum accionista terá direito a votar em respeito de qualquer acção que tenha adquirido por transferencia, em qualquer assembléa havida depois de findos tres mezes da incorporação da companhia, a menos que elle possua a acção em respeito da qual elle reclama o direito de voto, tres mezes previamente ao tempo em que tem logar a assembléa, na qual elle se propõe a votar.

75. Os votos podem ser dados, quer pessoalmente, quer por procuração.

76. O instrumento nomeando um procurador deve ser escripto pelo punho do proprio nomeante, ou si tal nomeante foi uma corporação, sob seu sello common, e attestado por uma ou mais testemunhas.

Nenhuma pessoa deve ser nomeada procurador, não sendo accionista da companhia e qualificada para votar.

77. O instrumento nomeando um procurador deve ser deposi-



tado no escriptorio da séde da companhia, quarenta e oito horas antes do tempo em que terá logar a assembléa, na que elle vae votar.

78. Qualquer instrumento nomeando um procurador deve approximar-se, tanto quanto as circumstancias o permittam, da seguinte fórmula:

*The Pará Gas Company, limited*

Eu... de... no Condado de... sendo accionista da *Pará Gas Company, limited*, e com direito a... voto (ou votos) por este meio nomeio... de... ou na falta delle... de... como meu procurador para votar por mim e por minha parte na assembléa ordinaria (ou extraordinaria, conforme ella seja) que terá logar aos... dias de... de 18... e em qualquer adeantamento della.

Em fé do que assignei este aos... dias de... de 18...

79. O numero dos directores não será inferior a tres nem superior a sete.

80. As seguintes pessoas serão os primeiros directores da companhia, a saber:

Joseph Hopworth, M. Frist. C. E. Edinburgh, John Dempster, Gas Plant Manufacturer, Newton Heath, Manchester William Henry Cowan Gas Meter Manufacturer, London, e William Stowell Haldane U'riter to the Signet, Edinburg; e Alfredo Parker Ingrams, Gaz Engineer, Clovelly Alex. Road, U. Nowood London.

81. Os directores terão poderes para nomear quaesquer outras pessoas para directores em qualquer tempo antes da assembléa geral ordinaria, que terá logar no anno de 1900, comtanto que o numero total dos directores não exceda em qualquer tempo o maximo prescripto pelo art. 79.

82. A qualificação de cada director será possuir accções ou *stock* da companhia no valor nominal não inferior a £ 250.

Um director pôde assumir as suas funcções antes de adquirir a sua qualificação, porém, deve adquiril-a dentro de seis mezes de ser nomeado director.

83. A remuneração dos directores será determinada pela companhia em assembléa geral.

PODERES DOS DIRECTORES

84. Os negocios da companhia devem ser geridos pelos directores, que podem pagar todas as despesas concernentes á companhia, e podem exercer todos os poderes da companhia, que por estes artigos ou pelos estatutos não tenham sido requisitados á companhia em assembléa geral, sujeitos, não obstante, a quaesquer regulamentações destes artigos, ás provisões dos estatutos e a quaesquer regulamentações que não forem incompativeis com as regulamentações e provisões, anteriormente

ditas, como pôde ser determinado pela companhia em assembléa geral; porém, nenhuma regulamentação feita pela companhia em assembléa geral invalidará qualquer acto dos directores que teria sido valido si tal regulamentação não tivesse sido feita.

85. Sem prejuizo de qualquer dos poderes por estes artigos ou por lei conferidos aos directores, é por este meio declarado, que elles terão os seguintes poderes, a saber:

a) Comprar, ou de outra fôrma adquirir por parte da companhia qualquer propriedade, direitos ou cousas que a companhia possa comprar ou adquirir;

b) Exercer os poderes de fazer empréstimos para a companhia e garantir o pagamento de qualquer dinheiro pedido emprestado ou levantado de qualquer maneira que a companhia o possa ter feito;

c) Fazer emittir e dar hypothecas, direitos de retenção ou penhores sobre propriedades e bens da companhia ou parte delles, incluindo o seu capital não integralizado ou não subscrito, para qualquer fim que a companhia necessite, e fazer emittir *debentures* ou *stock-debentures*, quer garantidos por uma hypotheca ou valores de credito, ou contendo um penhor sobre qualquer propriedade e bens da companhia ou sobre o todo, como acima dito ou não, e pagar por qualquer propriedade, direitos ou cousas adquiridas pela companhia, com a emissão de taes *debentures* ou *stock-debentures*, ou de outro modo participar delles por qualquer valiosa consideração;

d) Nomear, remover e suspender quaesquer gerentes, secretarios, officiaes, caixeiros, agentes ou serventes e dirigil-os, superintendel-os, fixar e pagar-lhes os seus ordenados;

e) Aceitar renuncias de acções ou *stock* de accionistas, quer por via de compromisso em qualquer disputa, ou de accordo com os direitos de qualquer accionista ou em beneficio da companhia;

f) Entrar em negociações, accordos ou contractos, preliminares, condicionaes ou finaes e modificar, variar, pôr em effeito ou rescindir os mesmos;

g) Nomear agentes e procuradores da companhia no Reino Unido, no Brazil, ou em outra qualquer parte, com taes poderes (incluindo os desubstabelecer) como forem julgados convenientes, e providenciar, si for necessario, sob a gerencia dos negocios da companhia fóra do Reino Unido por outra qualquer companhia ou por outra qualquer firma ou pessoa;

h) Entrar em qualquer accordo com qualquer companhia, firma ou pessoa que tenha negocio identico ao desta companhia para mutuas concessões, ou para qualquer combinação ou trabalho commum, ou para qualquer restricção sobre competencia, ou para qualquer jogo de negocios ou lucros que possam parecer desejaveis e levar os mesmos a effeito;

i) Dar sentença ou conceder qualquer pensão, gratificação ou compensação a qualquer empregado da companhia ou sua viuva ou filhos, que possa parecer justa, ou propria aos directores,

quer tal empregado, sua viuva ou filhos tenham ou não uma reclamação legal contra a companhia, contanto que a importância do pagamento a qualquer empregado ou a viuva ou filhos de qualquer um empregado não exceda de £ 100 sem a sanção da companhia em assembléa geral ;

j) Começar, levar avante, ou defender, e abandonar ou compor qualquer processo legal, seja qual for, incluindo processos, bancarota por parte da companhia, ou para sujeitar quaesquer reclamações ou demandas pró ou contra a companhia a arbitramento, e observar e executar os arbitramentos, e acceitar composição delles, ou dar tempo a qualquer devedor ou contribuidor, que deva dinheiro, ou que se allegue dever dinheiro á companhia ;

k) Dar recibos, quitação e resgates por parte da companhia ;

l) Empregar e negociar com quaesquer dos dinheiros da companhia, não immediatamente requeridos para os fins dos seus negocios em e sobre taes acções e garantias e da maneira que julgarem conveniente, e variar esses empregos ou realizar a somma por este modo empregada ;

m) Crear um fundo de reserva, pondo de parte um tanto dos lucros da companhia, que elles julgarem conveniente, e empregar o mesmo, quer nos negocios da companhia, quer em taes acções e garantias (não sendo as acções da companhia) que elles possam julgar conveniente e applicar o rendimento resultante de tal fundo de reserva, como parte dos lucros da companhia, e usar o capital dello para manter a propriedade, renovar os bens estragados da companhia, ou para fazer face a contingencias, ou para creação de um fundo de seguro, ou igualar dividendos ou para outro qualquer fim em que os lucros da companhia possam ser usados ;

n) Dar indemnizações a qualquer director ou outra pessoa que tenha assumido ou esteja para assumir qualquer responsabilidade por parte da companhia e para garantir tal director ou outra pessoa contra perda, dando-lhe uma hypotheca ou penhor sobre o todo ou qualquer das propriedades da companhia, para fins de garantia ;

o) Remunerar qualquer pessoa que preste serviços á companhia, tanto em seu emprego regular ou não, da maneira que pareça mais conveniente, quer por caixa, salario, *bonus*, ou acções ou *debentures*, ou por uma commissão ou parte de lucros, quer em qualquer transacção particular, ou geral, ou como possa ser de outro modo ;

p) Vender, cambiar, conceder, transmittir ou arrendar por taes considerações, sobre taes termos e de tal maneira que possam approvar, qualquer parte ou partes da propriedade da companhia ou quaesquer direitos, herdaveis, ou bens moveis, constantes della ou fóra della ;

q) Determinar quem ficará autorizado a assignar por parte da companhia lettras, notas, recibos, acceites, endossos, cheques, quitações, contractos e documentos, por parte da companhia.

## DESQUALIFICAÇÃO DE DIRECTORES

86. O cargo de um director vagará :

- a) Si elle occupar qualquer logar ou cargo remunerado na companhia, excepto o de gerente;
- b) Si vier a soffrer bancarota, ficar insolvente ou fizer concordata com os credores;
- c) Si não estiver em seu juizo perfeito ou doudo;
- d) Si elle incorrer em qualquer processo;
- e) Si cessar de possuir a necessaria qualificação em acções ou *stock*, ou não adquirir a mesma dentro de seis mezes, depois da sua eleição ou nomeação;
- f) Si der á companhia uma nota por escripto, um mez antes, de que resigna o seu cargo.

Porém, um director não será desqualificado do seu cargo por entrar em contractos, accordos ou negociações com a companhia, nem qualquer contracto, accordo ou negociação será evitado, nem um director será obrigado a dividir com a companhia qualquer lucro resultante de qualquer contracto, accordo ou negocio com a companhia, sob pretexto de tal director ser parte ou interessado no lucro proveniente de tal contracto, accordo ou negociação, e ser ao mesmo tempo director da companhia; comtante que tal director descubra ao directorio no. ou antes do tempo em que tal contracto, accordo ou negociação seja determinado, qual o interesse que tem nella ou, si o seu interesse for subsequentemente adquirido, comtante que na primeira occasião possível descubra ao directorio o facto de ter adquirido tal interesse.

Porém, nenhum director votará como director relativamente a qualquer contracto, accordo ou negociação, em que seja parte interessada, ou sobre qualquer materia a isso concernente.

87. Os restantes directores podem continuar a gerir a companhia, não obstante qualquer vaga em seu corpo, porém de fórma que, si o numero dos directores for menor que o numero minimo especificado acima, elles não poderão continuar a gerir sem nomearem um director ou directores, ou convocar uma assembléa geral da companhia, até que o numero dos directores perfaça o dito *minimum*.

## REVESAMENTO DE DIRECTORES

88. Na assembléa geral ordinaria, no anno de 1900, e na assembléa geral ordinaria de cada anno subsequente, um terço dos directores do tempo decorrido, ou si o seu numero não for um multiplo de tres, então o numero mais approximado, porém, não excedendo de um terço, será revezado no cargo.

89. O terço, ou outro numero mais approximado ao numero a deixar o cargo no anno de 1900 e no primeiro e segundo annos seguintes a 1900, será determinado por eleição, a menos que os directores concordem entre si. Nas occasiões em que diversos

directores tenham occupado o cargo por igualdade de tempo, e alguns ou um sómente de taes directores deva retirar-se, o director ou directores a retirarem-se devem ser determinados por votação, em falta de accordo.

Para os fins da retirada por um revesamento, um termo de cargo de director deve ser computado da sua mais recente nomeação.

90. Um director revesado pôde ser reelegivel.

91. A companhia, na assembléa geral em que quaesquer directores se retirarem da maneira acima dita, preencherá os cargos vagos e quaesquer outros que então possam vagar, elegendo o numero de pessoas necessarias, a menos que a companhia determine reduzir o numero de directores.

92. Si em qualquer assembléa na qual uma eleição de directores tenha lugar, os logares vagos de directores não forem preenchidos, os directores vagos, ou os delles cujos logares não tenham sido preenchidos, continuarão no cargo até a assembléa ordinaria no proximo anno, e continuarão assim até que seus logares sejam preenchidos. Um director revesado é considerado como occupando ainda o cargo até a dissolução da reunião em que elle é revesado.

93. A companhia pôde, de tempos a tempos, em assembléa geral, augmentar ou reduzir o numero de directores e pôde tambem determinar em que revesamento tal numero augmentado ou reduzido tem de deixar o cargo.

94. Qualquer vaga casual que occorrer na directoria deve ser preenchida pelos directores, porém, qualquer pessoa assim escolhida occupará o seu cargo unicamente pelo tempo que o director que vaga o occuparia si não occorresse tal vaga.

95. A companhia pôde, em assembléa geral, por uma resolução especial ou extraordinaria, remover qualquer director antes de expirado o periodo do seu cargo e pôde, por uma resolução ordinaria, nomear um outro para substituil-o. A pessoa assim nomeada occupará o cargo sómente pelo tempo que o occuparia o director em cujo logar elle foi nomeado, si não tivesse sido removido.

96. Sete dias de noticia prévia por escripto deve ser dada á companhia da intenção de qualquer accionista em propôr qualquer pessoa que não seja um director revesado, para a eleição do cargo de director, previsto sempre que consentindo unanimemente os accionistas presentes, o presidente de tal assembléa pôde abandonar a dita noticia e pôde submeter á assembléa o nome de qualquer pessoa devidamente qualificada.

#### DIRECTOR GERENTE

97. Os directores podem, de tempos a tempos, nomear um ou mais de um de entre si para ser director gerente ou directores gerentes da companhia e podem fixar a sua remuneração, quer por meio de salario ou commissão, ou por dar-lhes um direito á

participação nos lucros da companhia, ou por uma combinação de dous ou mais desses modos.

98. Todo director gerente está sujeito a ser demittido ou removido pelo directorio, e ser uma outra pessoa nomeada para o seu lugar; porém, o directorio pôde entrar em qualquer accordo com qualquer pessoa que é ou está para ser director gerente, com vistas á duração e termos do seu emprego, porém, de fôrma que o recurso de tal pessoa pelo rompimento de tal accordo seja sómente por damnos, e não terá direito eu reclamação para continuar em tal cargo, contrario á vontade dos directores da companhia, ou da assembléa geral.

99. Um director gerente não estará, enquanto continuar a occupar aquelle cargo, sujeito a retirar-se pelo revessamento, e não entrará em conta para determinar o revessamento em que os outros directores entrarão (excepto para o fim de fixar o numero a retirar-se em cada anno), porém estará sujeito ás mesmas provisões com vistas á resignação, remoção e de qualificação como os outros directores, e si cessar de occupar o lugar de director por qualquer causa, elle cessará, *ipso facto*, de ser director gerente.

100. Os directores podem, de tempos a tempos, confiar ou conferir ao director ou directores gerentes, todos ou quaesquer dos poderes dos directores (não incluindo o poder de fazer chamadas, confiscar acções, levantar emprestimo ou emittir *debentures*) que elles julgarem conveniente.

Porém, o exercicio de todos os poderes pelo director ou directores gerentes estará sujeito a todas as regulações ou restricções que os directores queiram, de tempos a tempos, fazer e impor, e os ditos podem, em qualquer tempo, ser retirados, revogados ou variados.

#### DIRECTORIO DO CONSELHO LOCAL

101. Os directores podem nomear, para o fim de gerir os negocios da companhia no Pará ou em qualquer outra parte, um directorio do conselho local.

Os membros de tal directorio não necessitam de ser accionistas da companhia.

102. O directorio do conselho estará sujeito em tudo á superintendencia dos directores.

#### PROCESSOS DOS DIRECTORES

103. Os directores podem reunir-se para a decisão de negocios, adiar e de qualquer fôrma regular as suas reuniões, como julguem conveniente a determinar o *quorum* necessario para a transacção de negocios.

Até que se determine de outra fôrma, dous directores formarão *quorum*.

Questões suggeridas em qualquer reunião serão decididas por maioria de votos.

No caso de empate de votos, o presidente terá uma segundo e decisivo voto.

Um director pôde em qualquer tempo convocar uma reunião de directores.

104. Os directores podem eloger um presidente para as suas reuniões e determinar o periodo que durará este cargo, porém si nenhum presidente for eleito ou si em qualquer reunião o presidente não estiver presente á hora marcada para a mesma, os directores presentes escolherão um dentre elles para ser o presidente de tal reunião.

105. Os directores podem delegar qualquer dos seus poderes a comissões, consistindo de tal ou taes membros do seu corpo, como julgarem conveniente.

Qualquer comissão, assim formada, no exercicio dos poderes que lhes forem delegados, se confirmarão com quaesquer resoluções ou regulações que lhes possam ser impostas pelos directores.

As regulações aqui contidas para as reuniões e processos dos directores, applicar-se-hão tambem ás reuniões e processos de qualquer comissão, si não forem alteradas pelos directores.

106. Todos os actos feitos por uma reunião de directores, ou por uma comissão de directores ou por qualquer director interino, serão, ainda que depois se descubra algum defeito na nomeação de qualquer director ou pessoa interina, como acima dito, ou que elles ou alguns estejam desqualificados, tão validos como si tal pessoa tivesse sido devidamente nomeada e fosse qualificada para director.

107. Os directores podem arbitrar especial remuneração fóra dos funtos da companhia, a qualquer director indo ou residindo fóra da terra nos interesses da companhia, ou tomando a seu cargo qualquer adicional trabalho ao usualmente incumbido aos directores de uma companhia identica a esta.

#### SELLOS

108. Os directores usarão um sello no serviço da companhia.

Qualquer documento em que se affixar o sello, será assignado por dous directores e contrassignado pelo secretario, ou outro official, nomeado pelos directores, ou será assignado e contrassignado da maneira indicada pelos directores.

109. Os directores podem mandar preparar sellos officiaes de accordo com as actas de sello da companhia, 1864, para serem usados em logares fóra do Reino Unido e podem dar poderes ao Director Local do Conselho ou a qualquer agente ou agentes, especialmente nomeados para o fim de affixar e usar sellos officiaes da maneira concedida pela dita acta.

110. Os directores podem de tempos a tempos fazer cessar o sello commun ou qualquer sello ou sellos officiaes da companhia, e podem renovar os mesmos ou substitui-los por outros.

## DIVIDENDOS

111. Sujeitos aos direitos dos possuidores de quaesquer acções com direito a qualquer prioridade, preferencia ou privilegio especial, os lucros liquidos da companhia serão divididos por meio de dividendos entre os accionistas em proporção da quantia paga por elles respectivamente sobre suas acções.

112. Os directores apresentarão á companhia em assembléa geral uma recommendação da somma que elles consideram dever ser paga por meio de dividendo e a companhia declarará o dividendo a pagar-se, porém tal dividendo não excederá a somma recommendada pelos directores.

113. Nenhum dividendo se pagará por fóra dos lucros provenientes dos negocios da companhia.

114. Os directores podem de tempos a tempos distribuir aos accionistas dividendos provisórios, caso pareça aos directores que elles estão justificados pelos lucros da companhia.

115. Os directores podem deduzir dos dividendos a pagar a qualquer accionista todas as sommas que elle dever á companhia por conta de chamadas ou por outra qualquer cousa.

116. Noticia de qualquer dividendo que tenha sido declarado deve ser dada a cada accionista e da maneira que taes noticias são dadas aos accionistas.

117. A companhia poderá remetter qualquer *bonus* ou dividendo pagavel em respeito de qualquer acção pela mala do correio ao endereço registrado do possuidor de tal acção (a menos que elle tenha dado por escripto instrucções em sentido contrario) e não será responsavel por qualquer perda que disso possa advir.

118. Nenhum dividendo ganhará juros da companhia.

## CONTAS

119. Os directores considerarão verdadeiras contas para serem archivadas:

A — Dos bens da companhia;

B — Das sommas de dinheiro recebidas e gastas pela companhia, e os documentos das razões por que taes recebimentos e pagamentos tiveram logar;

C — Dos creditos e obrigações da companhia.

120. Os livros de contas serão guardados no escriptorio da séde da companhia, ou em qualquer outro logar determinado pelos directores.

Os directores podem por qualquer resolução determinar até que ponto e em condições os livros e contas da companhia serão patentes á inspecção dos accionistas; e os accionistas terão sómente taes direitos de inspecção, como os concedidos nos estatutos pelos estatutos ou pela resolução precedente.



Provedo sempre que a companhia em assembléa geral pôde conferir a qualquer pessoa ou pessoas o direito de inspecção ou fazer extractos de quaesquer livros da companhia.

121. Na assembléa geral ordinaria de cada anno os directores apresentarão á companhia uma relação da renda e gastos do anno passado, feita até uma data nunca superior a quatro mezes antes de tal assembléa.

122. Um extracto do balanço será apresentado á companhia em assembléa geral ordinaria de cada anno, e tal extracto deve conter um summario das propriedades e obrigações da companhia, e deve ser acompanhado de um relatorio da directoria sobre o estado da companhia, e de uma recommendação a somma (si houver) que os directores julgam dever ser paga por meio de dividendo, e da somma (si houver) que elles propõem para ser levada ao fundo de reserva.

123. Uma cópia do extracto do balanço, relação e relatorio, devem ser distribuidos a cada accionista, sete dias antes de ter lugar a assembléa, da maneira por que mais tarde serão lidos naquella assembléa.

#### EXAME DE CONTAS

124. Uma vez pelo menos, em cada anno, as contas da companhia serão examinadas e a exactidão do extracto do balanço e relação, attestada por um ou mais membros da commissão de contas.

125. O primeiro perito das contas deve ser nomeado pelos directores.

Outros peritos podem ser nomeados pela companhia, em assembléa geral.

126. Si um perito for sómente nomeado, todas as provisões aqui contidas em relação aos peritos applicam-se a elle.

127. Os peritos das contas podem ser accionistas da companhia, porém, nenhuma pessoa é elegivel perito, sendo interessado de outro modo além do de accionista, em qualquer transacção da companhia, e nenhum director ou outro official da companhia é elegivel durante a sua permanencia no cargo.

128. A eleição dos peritos das contas será feita pela companhia em sua assembléa ordinaria de cada anno.

129. A remuneração dos primeiros peritos será fixada pelos directores; a dos subsequentes será fixada pela companhia em assembléa geral.

130. Qualquer perito das contas pôde ser reeleito ao deixar o seu cargo.

131. Si qualquer vaga casual occorrer no cargo de peritos das contas, nomeados pela companhia, os directores devem preencher-a immediatamente.

132. Si não se fizer nenhuma eleição da maneira acima dita, o directorio commercial pôde, á requisição de nunca menos de cinco accionistas da companhia, nomear um perito para o cor-

rente anno e fixar a remuneração que pelos seus serviços lhe deve pagar a companhia.

133. A cada perito das contas será fornecido um extracto do balanço e relação, nunca menos de quatorze dias antes da assembléa a que elles serão submettidos, e será dever seu examinar os mesmos com as contas e documentos parciaes que forem relativos.

134. A cada perito das contas ser-lhe-ha entregue uma lista de todos os livros guardados pela companhia, e terá em todas as occasiões razoaveis accesso para ver os livros e contas da companhia.

Elle pôde a expensas da companhia empregar contadores ou outras pessoas para ajudal-o na inspecção de taes contas e pôde, em relação a essas contas, consultar os directores ou qualquer official da companhia.

135. Os peritos das contas farão na assembléa geral a que são submettidos tal balanço e relação um relatorio delles á companhia.

#### NOTÍCIAS

136. Um aviso pôde ser enviado pela companhia a qualquer accionista, quer pessoalmente, quer pelo correio, em carta franqueada, dirigida ao accionista com o seu endereço registrado.

137. Nenhum accionista terá direito a ser-lhe enviado um aviso não habitando dentro do Reino Unido, e qualquer accionista, cujo endereço registrado não for dentro do Reino Unido, pôde, por aviso escripto, requerer á companhia o registro de um endereço dentro do Reino Unido, o qual será julgado como o seu endereço registrado para o fim de remessa de avisos.

Qualquer pessoa que não tenha um endereço registrado dentro do Reino Unido e não tenha dado o aviso acima dito será julgada como tendo recebido o aviso pelos devidos meios, logo que tal noticia já tenha sido sabida no escriptorio da companhia, decorrido o prazo de vinte e quatro horas.

138. Todos os avisos que se determinar serem dados aos accionistas deverão, com respeito a quaesquer acções, que tenham direito mais de uma pessoa, ser enviados á pessoa que figurar em primeiro lugar no livro de registros dos accionistas, e o aviso assim dado será considerado como aviso sufficiente para todos os possuidores de taes acções.

139. Qualquer aviso enviado pelo correio será julgado como tendo sido enviado, quando a carta contendo o mesmo seria entregue pelo correio na forma do costume; e para provar tal remessa será sufficiente provar que o aviso foi devidamente endereçado e posto no correio.

O dia da remessa será contado para a contagem estimativa dos dias em que a noticia foi dada.

140. Nenhuma pessoa, a não ser as que figuram no livro de registros, como possuidoras de acções, terá direito a qualquer aviso.

141. Qualquer aviso que se necessite dar pela companhia aos accionistas ou a qualquer delles, serão sufficientemente dados si forem por meio de annuncios, e tal aviso requisitalo para ser, ou que possa ser dado por annuncio, será publicado por uma só vez no *Times*, ou, si os directores julgarem melhor, em qualquer outro jornal diário que circule em Elinburgh.

#### EXECUÇÃO DE ESCRIPTURAS E DOCUMENTOS

142. Todas as disposições, transmissões, documentos de cessão, transferecias, arrendamentos ou sub-arrendamentos, procurações, plantas e commissões, mandatos, bonds, hypothecas de debentures, resgates, quitações, novas transmissões, renuncias, contractos, accordos e outras escripturas formaes e documentos de qualquer natureza e que se intentar usar e ter effeito dentro do Reino Unido ou fóra d'elle, serão com valor e effeito executados por e de parte da companhia, si estiverem assignados por dous directores e pelo gerente, director gerente, secretario, ou secretarios, ou outro official da companhia, e sellados com o sello da companhia, e taes escriptos assim assignados e sellados terão valor e effeito a tolos os respeitoes e adstrictos á companhia.

#### LIQUIDAÇÃO

143. Si a companhia for liquidada os bens remanescentes serão applicados primeiro no repagamento aos accionistas das quantias pagas por elles sobre suas acções respectivamente, e si taes bens forem insufficientes para repagar as ditas quantias no todo, elles serão applicados em rateio, de fórma que o prejuizo recaia sobre os accionistas na proporção da somma chamada sobre suas respectivas acções.

Si os bens remanescentes forem mais do que sufficientes para repagar aos accionistas o total da quantia paga por elles sobre suas acções, o balanço será distribuido em proporção da quantia actualmente paga sobre suas respectivas acções.

Tendo sempre em vista que estas provisões estarão sujeitas aos direitos dos possuidores de acções emittidas em condições especiaes.

144. Si em qualquer tempo, qualquer projecto para a reconstrucção da companhia, ou para qualquer venda ou accordo em consequencia da secção 161 das actas da companhia, 1862, for proposto, e o capital da companhia estiver ou dever ser em tal tempo dividido em acções de varias classes, tal projecto deve ser submettido em separadas assembléas de possuidores de acções de cada classe, respectivamente, e si for sancionado por uma resolução extraordinaria dos possuidores de cada classe de acções, as mesmas serão astrictas a tolos os accionistas da companhia, tendo em attenção todas as provisões do dito pro-

jecto, incluindo a maneira em que as acções ou apoliceas recebidas devem ser distribuidas.

145. Si em qualquer tempo uma venda ou accordo forem feitos em consequencia da secção 161 das actas das companhias, 1862, o dinheiro da compra a pagar-se pelo interesse de qualquer accionista dissidente será a quantia que o liquidatario podia obter pela venda das acções, *stock* ou outra propriedade sobre que tal accionista dissidente tem direitos, na realização da venda ou accordo si elle não tivesse manifestado a sua dissidencia.

146. Com a sancção de uma resolução extraordinaria dos accionistas, qualquer parte dos bens da companhia, incluindo quaesquer acções de outras companhias, podem ser divididos entre os accionistas da companhia, em dinheiro, ou podem ser revestidos de garantias em beneficio de taes accionistas, e a liquidação da companhia pôde ser encerrada, e a companhia dissolvida, porém de forma que nenhum accionista seja compelido a aceitar acções sobre as quaes haja quaesquer obrigações.

#### INDEMNISAÇÃO

147. A companhia será obrigada a pagar a cada director, gerente, secretario, ou outro official ou servente da companhia, e este será um dever dos directores, todas as perdas, custas e despesas em que tal official ou servente possa incorrer ou tornar-se responsavel em razão de qualquer contracto feito, ou acto ou escriptura feita por elle, como tal official ou servente, ou de qualquer forma no desempenho dos seus deveres.

148. Nenhum director ou outro official da companhia será responsavel pelos actos, recibos, negligencia ou defeitos de qualquer outro director ou official, ou por co-participar com elle de qualquer recibo ou outro acto de conformidade, ou por quaesquer perdas ou custas que soffrer a companhia por insufficiencia ou deficiencia de quaesquer garantias em ou sobre quaesquer dos dinheiros que elle tivesse empregado, ou por quaesquer perdas ou danos provenientes de bancarota, insolvencia ou actos tortuosos de qualquer pessoa, em quem quaesquer dinheiros, garantias ou effeitos tenham sido depositados, ou por qualquer perda, damno ou infelicidade, que possa acontecer na execução dos deveres do seu respectivo cargo, ou em relação a isso, a menos que isso aconteça pelo seu proprio máo proceder ou defeito.

#### *Nomes, endereços e descripção dos subscriptores*

J. Hepworth—4 Priestfield Road, Elinburgh, Civil Engineer.  
Jno. Dempster—Park Lea, Higher Broughton, Manchester, Engineer.

Robert Dapster—Norwood, Broughton Park, Higher Broughton, Manchester, Engineer.

W. H. Cowan—Smith Square Works, Westminster, London, Manufacturer.

W. S. Haldane—59 Queen Street, Edinburgh, Writer to the Sig et.

Henry Vetch—8 Hill Street, Edinburgh, S. S. C.

J. A. Patullo—8 Hill Street, Edinburgh, S. S. C.

Datado no dia 1 de dezembro de 1898.

Em testemunho das assignaturas dos srs. R. & J. Hampster.  
— John Williams Bowers.— Clerc, Newton Tooth, Manchester.

Em testemunho da assignatura de W. H. Cowan.— A. E. Dent, Smith Square Works — Westminster, London, S. S. C.

Em testemunho das assignaturas acima dos supra mencionados  
J. Hepworth.— W. S. Haldane.— Henry Vetch.— J. A. Patullo.  
E. J. Tyse of Number 8 Hill Street.— Edinburgh, Law Clerc.

Certifico que um documento do qual o precedente é uma cópia fiel, foi escripto no registro do *Joint Stock Companies*, na Escoccia.

Thesouraria de Edinburgh, 5 de janeiro de 1899 (Assignado)  
— Reginald Mac Leod, registrador da *Joint Stock Companies*.

Eu por este meio certifico que o que está contido nesta e nas vinte precedentes paginas são os artigos da Associação *The Parà Gas Company, Limited*, referida na declaração do prefacio, sobre que está subscripto meu sello de attestado.

Passei a presente declaração a pedido da *Parà Gas Company Limited*, e fiz sellar a presente com o sello do Vice-Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Leith, aos 5 de janeiro de 1899.  
— Edward Buchanan, vice-consul.

Estava sellado com sello vermelho e estampilha consular de cinco mil réis devidamente inutilizada.

#### N. 4073 — CERTIFICADO DE INCORPORAÇÃO

Eu, por este meio, certifico que a *The Parà Gas Company, Limited*, foi hoje incorporada sob as actas da companhia de 1862 a 1898, e que esta companhia é limitada.

Passado pelo meu punho, em Edinburg, no primeiro dia de dezembro de mil oitocentos noventa e oito. — Reginald Mac Leod, registrador da *Joint Stock Companies*.

Emolumentos e sellos da escriptura £ 17.5<sup>s</sup>.

Imposto de sello sobre o capital, £ 49.

#### CERTIFICADO DE INCORPORAÇÃO DE UMA COMPANHIA

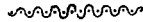
Eu, por este meio, certifico que a *The Parà Gas Company, Limited* foi incorporada sob as actas da companhia de 1862 a 1898, no primeiro dia de dezembro de mil oitocentos noventa e oito.

Passado por meu punho, em Edinburg, aos cinco dias de janeiro de mil oitocentos noventa e nove. — (Assignado) — Reginald Mac Leod, registrador da *Joint Stock Companies for Scotland*.

Estava sellado com um sello de cinco shillings devidamente inutilizado.

Certifico ser esta a traducção fiel e exacta da cópia dos estatutos da *Pará Gas Company, Limited*, que me foi apresentada para traduzir para lingua vernacula.

Pará, 9 de março de 1898. — *Felippe de La Roque*, traductor juramentado.



DECRETO N. 3344 — DE 11 DE JULHO DE 1899

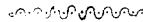
Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 505\$554, para occorrer ao pagamento ao major Felisberto José de Menezes, professor do Collegio Militar da Capital, da gratificação que venceu e não recebeu em tempo opportuno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 577, de 7 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 505\$554, para occorrer ao pagamento do professor do Collegio Militar desta Capital, major Felisberto José de Menezes, da quantia de 505\$554, proveniente da gratificação que venceu e não recebeu de 1 de janeiro a 2 de abril de 1895.

Capital Federal, 11 de julho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



DECRETO N. 3345 — DE 11 DE JULHO DE 1899

Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 51:820\$150, supplementar ás verbas 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 578, de 7 deste mez, resolve abrir ao Ministerio da Guerra, no corrente exercicio, o credito da quantia de 51:820\$150, supplementar ás verbas 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> do art. 19 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, sendo:

Ao § 10 — Saldo e gratificações:	
Para 23 alferes alumnos.....	27:283\$750
Ao § 11 — Etapas:	
Idem.....	24:536\$400

Capital Federal, 11 de julho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3346 — DE 13 DE JULHO DE 1899

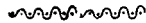
Altera o decreto n. 1729 A, de 11 de junho de 1894, na parte relativa aos uniformes dos officiaes generaes reformados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que os officiaes generaes reformados continuem a usar os mesmos uniformes adoptados para os effectivos, ficando nesta parte alterado o plano approved pelo decreto n. 1729 A, de 11 de junho de 1894.

Capital Federal, 13 de julho de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*J. N. de Medeiros Mallet.*



## DECRETO N. 3347 — DE 15 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1898, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional do municipio do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria com a numeração de 16<sup>a</sup>, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo ns. 46, 47 e 48, e de um do da reserva sob o n. 16, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de julho de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3348 — DE 17 DE JULHO DE 1899

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Antartica Paulista

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Antartica Paulista, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. Fica approved a reforma dos estatutos da Companhia Antartica Paulista, de accordo com as alterações

votadas em assembléa geral de accionistas, de 16 de junho proximo passado e mediante o cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 17 de julho de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

**Acta da assembléa geral extraordinaria da Companhia Antarectica Paulista, realisada em 16 de junho de 1899**

Aos 16 dias do mez de junho do anno de 1899, ás 2 horas da tarde, reunidos no escriptorio da companhia, á rua Formosa n. 1, 14 accionistas, representando 16.031 acções, no valor de 1.609:100\$, conforme as assignaturas no livro de presenças, o presidente da directoria declara legalmente constituída a assembléa e convida os senhores accionistas a aclamarem o presidente da assembléa, conforme determina o art. 26 dos estatutos.

Acclamado presidente o accionista Adam von Bülow, que toma assento na respectiva cadeira, convida para secretarios os accionistas Srs. Gabriel Rebouças e Pedro Hardt que tomam assento á mesa. O Sr. presidente diz que o fim da presente reunião de assembléa geral extraordinaria, conforme a convocação feita pela imprensa, é para os senhores accionistas tomarem conhecimento e resolverem sobre as propostas da directoria, para augmento do capital social e reforma dos estatutos da companhia e que, achando-se sobre a mesa estes documentos acompanhados do parecer do conselho fiscal, vai mandar proceder á leitura dos mesmos.

O Sr. secretario lê: — Proposta para augmento do capital — Senhores accionistas: Pelo balanço e relatoria do anno findo em 31 de dezembro proximo passado e que foi por vós approvado na assembléa geral ordinaria realisada em 27 de abril do corrente anno, tivestes occasião de verificar a necessidade de augmentar o capital da companhia, lembrado pela directoria naquelles documentos.

Julgando imprescindivel aquella medida pela insufficiencia do capital, não só para acudir de prompto aos seus compromissos, como tambem para attender ao movimento crescente de nossa industria, augmento da fabrica e para ampliar as operações commerciaes da companhia.

Assim, a directoria de accordo com a lei que rege as sociedades anonymas (art. 93 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891) apresenta á vossa approvação a seguinte

**PROPOSTA**

Fica elevado a 2.500:000\$ o capital da companhia, dividido em 35.000 acções do valor nominal de cem mil réis cada uma



integralizada. A emissão das 17.900 acções para completar o capital augmentado, serão de preferencia distribuidas pelos actuaes accionistas, na proporção das que actualmente possuem.

As chamadas, ou entradas de capital para integralisação destas acções, serão feitas pela directoria quando ella achar conveniente, não só quanto á época como tambem quanto á percentagem, sendo facultativa a sua integralisação antecipada. A primeira entrada de 30 % ou 30\$ por acção será feita dentro de 30 dias a contar desta data e a terminar em 16 de julho proximo futuro, devendo os senhores accionistas, dentro deste prazo, realizarem suas entradas, sob pena de, na falta, serem as acções dadas a quem quer que seja.

S. Paulo, 12 de julho de 1899.— *Asdrubal Augusto do Nascimento*.— *Antonio Queiroz dos Santos*.— *A. v. Bülow*.

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores accionistas :

Examinando a proposta da directoria para augmento de capital e verificando a necessidade de tal augmento, pelas razões dadas na mesma proposta, somos de parecer que deve ella ser approvada pelos senhores accionistas.

S. Paulo, 12 de junho de 1899.— *G. Delmare*.— *Emil Lenche*.— *Theodoro Sampião*.

#### PROPOSTA PARA REFORMA DOS ESTATUTOS

Senhores accionistas :

Julgando necessarias algumas alterações nos estatutos da companhia, a directoria sujeita á vossa approvação o seguinte

#### PROJECTO DE REFORMA DOS ESTATUTOS

Ao art. 2º. Acrescente-se: VI Fabricar garrafas para uso da fabrica e para venda.

### CAPITULO II

#### DO CAPITAL E DAS ACÇÕES

O art. 5.º Fique assim redigido : O capital social fica elevado a 3.500.000\$ divididos em 35.000 acções integralizadas com o valor de 100\$ cada uma.

Ao art. 18—No final—em vez de 700\$ mensaes, diga-se—um conto e quinhentos mensaes.

Fica a directoria autorizada a requerer do Governo a approvação destas emendas.

S. Paulo, 12 de junho de 1899. — *Asdrubal Augusto do Nascimento*.— *Antonio Queiroz dos Santos*.— *A. v. Bülow*.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores accionistas :

Examinando a proposta apresentada pela directoria para reforma dos estatutos, o conselho fiscal achando justa a reforma e imprescindivel o augmento do capital, é de parecer que seja ella approvada pelos senhores accionistas.

S. Paulo, 12 de junho de 1899.—*G. Delamare.*—*Emil Lenche.*—*Theodoro Sampaio.*

Terminada a leitura das propostas, o Sr. presidente declara que está em discussão a primeira das propostas lidas, isto é, a que trata do augmento do capital; ninguém pedindo a palavra o Sr. presidente encerra a discussão e, posta a votos é unanimemente approvada. O Sr. presidente declara que está em discussão a segunda proposta, que trata da reforma dos estatutos, ninguém pedindo a palavra, é pelo presidente encerrada a discussão e em seguida, posta a votos, é unanimemente approvada.

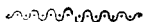
O Sr. presidente declara findos os trabalhos para cujo fim havia-se reunido a presente assembléa geral extraordinaria e suspende a sessão para ser lavrada esta acta.

Reaberta a sessão, é lida e sem discussão approvada a presente acta, que é assignada por mim secretario e todos os accionistas presentes.

Terminando a sessão ás 3 horas da tarde com a declaração do Sr. presidente: estão encerrados os trabalhos da assembléa geral extraordinaria da Companhia Antartica Paulista.

S. Paulo, 15 de junho de 1899.—*A. v. Bülow.*—*Gabriel Rebouças.*—*Pedro Hardt.*—*E. Rietz.*—*Emil Lenche.*—*A. Zerrenner.*—*Zerrenner Bülow & Comp.*—*G. Delamare.*—*Theodoro Sampaio.*—*Antonio Queiroz dos Santos.*—*Januario Guimarães,* por seus filhos Maria e Mario.—*Asdrubal Augusto do Nascimento.*

Copiado e conferido do original.—*Pedro Hardt*, 2º secretario.



## DECRETO N. 3349 — DE 17 DE JULHO DE 1900

Concede autorização á *The S. Paulo Railway Light and Power Company, Limited* para funcionar na Republica dos Estados Unidos do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil attendendo ao que requereu a *The S. Paulo Railway Light and Power Company, limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorização á *The S. Paulo Railway Light and Power Company, limited* para funcionar na

Republica, com os estatutos que apresentou, sob as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 17 de julho de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3319 desta data**

1<sup>a</sup>

A *The S. Paulo Railway Light and Power Company, limited* é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar definitivamente e resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela companhia.

2<sup>a</sup>

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciais ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

3<sup>a</sup>

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcionar no Brazil, si infringir esta clausula.

4<sup>a</sup>

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco contos de réis (5:000\$); e no caso de reincidencia, pela cassação da autorização concedida pelo decreto, em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Capital Federal, 17 de julho de 1899. — *Severino Vieira.*

Eu, Eugéno Jules Jacques Hollender do Jonge, traductor e interprete commercial juramentado da praça de S. Paulo, certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez e a

pedido da parte o traduzi litteralmente para o idioma nacional: a respectiva traducção diz o seguinte, a saber:

Grão sello em branco, tendo no centro as armas do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e as do Canadá e o seguinte dizer: o grão sello da provincia de Ontario. Este sello prendia uma fita de cor roxa, sendo esta mantida com um sello vermelho, tendo no centro as armas da Republica do Brazil, com o seguinte dizer: Republica dos Estados Unidos do Brazil — Vice-Consulado em Toronto.— (Assignado), Mowat, governador.

Canadá. Provincia de Ontario. Victoria, pela graça de Deus, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Rainha defensora da fé, etc., etc., etc.

A todos que estes presentes virem comprimentamos.

Estes presentes attestam que Charles Clarke é o escrivão da nossa assembléa legislativa de nossa provincia de Ontario e que na dita qualidade elle está de posse dos registros e decretos da nossa dita assembléa.

E estes presentes certificam mais que o sello apposto na certidão a esta annexa é o sello official do escrivão da nossa dita assembléa, que a assignatura Charles Clark, collocada na mesma é do proprio punho e letra do dito escrivão. Dado debaixo do nosso grão sello da provincia de Ontario. Testemunha: o mui nobre Sr. Oliver Mowat, cavalheiro grã-cruz de nossa ordem mui distincta de S. Miguel e S. George, membro do nosso conselho particular para Canadá e governador geral da nossa provincia de Ontario. Dado em nosso palacio governamental na nossa cidade de Toronto, na nossa dita provincia, neste segundo dia de junho do anno mil oitocentos e noventa e nove de Nosso Senhor Jesus Christo e no sexagesimo segundo anno de nosso Reino.

Por ordem:

(Assignado) E. J. Davis, E. J. S. secretario da provincia de Ontario.

Provincia de Ontario.— Saibam todos que estes presentes virem que entre os decretos e registros dos actos da assembléa legislativa da provincia de Ontario, agora em meu poder, actos estes reforçados e em vigor, encontrei o seguinte: Sociedades anonyms.

## CAPITULO XXVIII

Um acto relativo á incorporação e regulamento das sociedades anonyms.

Passado em 13 de abril de 1897.— Sua Magestade, por e com o conselho e consentimento da assembléa legislativa da provincia de Ontario, decreta o seguinte:

1. Este acto pederá ser citado como o acto das sociedades de Ontario.

2. Onde as palavras seguintes appareçam nesse acto, ou em quaesquer cartas patentes e em quasquer cartas patentes sup-

plementarias passadas debaixo desse acto, ellas deverão ser comprehendidas do modo mais adeante mencionado, salvo si apparecer intenção contraria:

a) A «gazeta» significará a *Ontario Gazette*.

b) «As cartas patentes» significam as cartas patentes debaixo do grão-sello de Ontario, incorporando ou tornando a incorporar a companhia, segundo for o caso: para qualquer objecto dentro da intenção esse acto.

c) As cartas patentes supplementares significarão quaesquer cartas patentes, debaixo do grão-sello de Ontario, concedidas a uma companhia em seguida ás cartas patentes incorporando ou tornando a se incorporar á companhia.

d) «Propriedade real» comprehenderá bens immoveis e de raiz, terras, contractos de aluguel e de arrendamento de terras de qualquer genero, casas e terrenos a estes pertencentes e finalmente toda e qualquer propriedade immovel de qualquer natureza.

e) «Accionista» significará qualquer pessoa que terá assignado para esse fim, ou proprietario de accções da companhia, e estender-se-ha a dita significação aos representantes pessoas do accionista. R. S. O. 1877 c 157 — 2.

f) «Procurador» significará qualquer pessoa representando um accionista ausente e devidamente autorizada por escripto de agir para elle em uma assembléa da companhia.

g) «Juiz» significará um dos juizes do Supremo Tribunal de Justiça.

#### *Appliação desse acto*

3. De hoje em deante nenhuma companhia será incorporada debaixo do Acto de Cartas Patentes das Sociedades Anonymas de Ontario, sendo o Cap. 157 dos Estatutos revisados do Ontario 1887 e suas emendas pelo que aquelle acto e por meio deste substituido, porém, a incorporação futura de qualquer companhia por cartas patentes sera regida por este acto, e todas as provisões deste acto applicar-se-hão a cada tal companhia, sendo submettido, porém, ás provisões de qualquer acto geral applicando-se á companhia, outro que o do dito cap. 157 e de suas emendas.

4. As provisões das secções quinze até cento e duas, inclusive, applicar-se-hão a cada companhia antigamente formada por cartas patentes emittidas debaixo da autoridade de um Acto da Legislatura de Ontario, submettidas, porém, as provisões de qualquer acto especial ou acto geral applicando-se á companhia outro que a especificada no dito cap. 157 e emendas.

5. As provisões das secções quinze até noventa e seis, inclusive, e secções cento e duas e cento e tres applicar-se-hão a cada companhia antigamente ou nesta presente sessão incorporada por Acto especial da Legislatura de Ontario para fins ou objecto dentro do alvo desse Acto, salvo si taes provisões são incompatíveis com as provisões do Acto especial ou Acto de emendas, ou quaesquer outros Actos relativos á Companhia.

- e) O numero das acções e o total de cada acção;
- f) O nome por inteiro, logar de residencia e a denominação e profissão do cada um dos requerentes. Estatutos revisados, Ontario, 1887, cap. 157, secção 6;
- g) O numero, nunca menor de tres, da mesa dos directores e os nomes dos requerentes, nunca menor de tres, que deverão ser os directores provisionados da companhia;
- h) O requerimento poderá ser semelhante, porém, deverá obedecer, em quasi todo o seu teor, á cedula «B» desse acto, e deverá ser acompanhado de um *Memorandum de contracto*, passado em duplicata, que poderá ser semelhante; porém, nos seus traços essenciaes, deverá ser conforme a cedula «A» desse Acto;
- i) Caso qualquer quantia tiver sido paga, sobre as acções tomadas por transferencia de propriedade a um fidei-commisario, o secretario provincial poderá exigir tal evidencia que a elle for satisfactoria sobre a dita transferencia, quanto á natureza, genero e valor da propriedade, e de que maneira, e da pessoa ou das pessoas, e da corporação por quem foi transferida a propriedade, ou qualquer outro pagamento, dado pela companhia ao fidei-commisario para guardal-o até incorporação;
- j) Cada requerente será o possuidor *bona fide* de sua legitima parte na acção ou nas acções que elle subscreveu no *Memorandum de contracto*;
- k) A petição ou requerimento poderá conter o pedido de incorporação nas cartas-patentes de qualquer provisão, que de outra forma, debaixo desse acto, podia ser incorporado em qualquer estatuto adicional da companhia, quando esta for incorporada.

Estatutos revisados em Ontario, 1887, cap. 157, secção 7.

10). O tenente governador geral em conselho poderá, de tempo em tempo, estabelecer regulamentos em relação aos seguintes pontos, isto é:

- a) Os casos em que avisos de pedido para cartas-patentes, ou cartas-patentes supplementares debaixo deste acto, deverão ser dados;
- b) A concessão de poderes a uma companhia para ter mais de uma empreza;
- c) As formas das cartas-patentes, cartas-patentes supplementares, licenças, avisos e outros instrumentos, documentos relativos a pedido e outros dependentes desse acto;
- d) A forma e a maneira de dar uma noticia qualquer exigida por esse acto e taes regulamentos serão publicados no jornal *The Gazette*.

11. Antes que as cartas-patentes sejam passadas, os requerentes deverão provar a contento do secretario provincial, ou a contento de qualquer outro official encarregado de fazer um relatorio sobre isso, a sufficiencia de seu *Memorandum de contracto* e petição e mostrar que o nome da sociedade proposta não está sujeito a objecções, segundo resa a nona secção deste Acto. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 187, secção 10.

12. O secretario provincial, o secretario provincial ajudante ou tal outro-official, poderá, para os fins acima, ou para qualquer outro fim, cahindo sob a applicação deste Acto, tomar qualquer evidencia exigida, seja debaixo de juramento verbal ou por escripto. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção II.

(a) Quaesquer provas, que poderão ser exigidas segundo os termos desse Acto, poderão ser feitas, seja por meio de declaração legal, seja debaixo de depoimento juramentado, ou por meio de depoimento diante do secretario provincial ou do secretario provincial ajudante, ou de outro official como acima vem especificado, ou diante de qualquer juiz de paz, ou de escriptão qualificado, para receber depoimentos juramentados, ou de tabellião publico, os quaes estão para esse fim autorizados e com poderes para prestar ou deferir juramentos. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção II, secção 2.

13. O tenente governador pôde dar a uma companhia um nome de sociedade parcialmente ou totalmente differente do nome proposto pelos requerentes na sua petição, e elle poderá nas cartas-patentes variar os poderes da companhia de aquelles que estão mencionados na dita petição. Estatutos revisados de Ontario, cap. 157, secção 12, 1887.

14. O aviso da concessão das ditas cartas-patentes será dado immediatamente na *The Gazette* pelo secretario provincial e a partir da data das cartas-patentes, os requerentes e as pessoas que assignaram o *Memorandum* de contracto e os seus successores, respectivamente, formarão uma corporação respondendo ao nome mencionado nas cartas-patentes e ficarão investidos com todos os poderes, provisões e immunidades que dependem do tal corporação, ou indicados ou incluídos nas cartas-patentes no acto da interpretação, e que são necessarios para levar a effeito a intenção e os fins das cartas-patentes e as taes das provisões deste acto que são applicaveis á companhia.

#### *Capital, acções, etc.*

15. A companhia poderá, depois que estiverem subscriptos novo decimos do capital acção e tiverem sido pagos dez por cento sobre o mesmo, porém, não antes, por meio de estatuto additional, providenciar sobre o augmento do fundo capital da companhia, até qualquer importancia que ella julgar necessaria para levar a bom fim a empreza da companhia.

A) O estatuto additional declarará o numero e valor das acções do novo capital e poderá prescrever a maneira com que as mesmas serão distribuidas; sinão a fiscalização de tal repartição pertencerá em absoluto aos directores. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção 18.

16. Si em qualquer tempo a companhia assim julgar necessario, ella poderá, por meio de estatuto additional, providenciar para a diminuição do fundo capital da companhia, até qualquer quantia

que ella julgar sufficiente para levar a bom fim a empreza da companhia, e si achar proveito nisso.

11. O estatuto adicional declarará o numero e o valor das acções, quando assim diminuido; assim como a repartição dos mesmos ou o modo e os modos com os quaes a mesma foi feita.

2). A responsabilidade dos accionistas para com as pessoas que no momento da diminuição do capital são credoras da companhia, ficará sendo a mesma e como si não tivesse diminuição. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção 20.

17. A companhia poderá em qualquer tempo, por meio de estatuto adicional, providenciar para a nova repartição das acções de menor ou maior valor. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção 20.

18. Nenhum estatuto adicional para augmento ou diminuição do capital acção da companhia, ou nova repartição de acções, entrará em vigor ou terá effeito algum, sem que e até que for sancionado por meio de um voto nunca maior das duas terças do valor em possessão dos accionistas em um assembleia geral da companhia, devidamente chamada para dar parecer sobre o estatuto adicional, e depois de ter sido informado por meio de carta-patente supplementaria. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção 21.

19. Em qualquer tempo, nunca maior de seis mezes, depois da sancção do estatuto adicional, a companhia poderá requerer ao tenente governador, por intermedio do secretario provincial, para a emissão de cartas-patentes supplementarias para a confirmação da mesma.

1) Com o requerimento a companhia apresentará o estatuto adicional e provará a satisfação do secretario provincial ou na de tal outro official encarregado de dar o seu parecer sobre a mesma, a devida passagem e sancção do estatuto adicional, e si o requerimento for relativo ao augmento ou diminuição do capital, o caracter *bona fide* do augmento ou diminuição do capital assim providenciado.

2) Depois de assim provado, o tenente governador em conselho poderá por meio de cartas-patentes supplementarias confirmar o estatuto adicional, e em relação ao augmento ou diminuição do capital, elle poderá com o consentimento da companhia, por meio de cartas-patentes supplementarias, fixar o total de tal augmento ou diminuição até tal quantia que julgar conveniente, e aviso disso será dado immediatamente na *The Gazette* pelo secretario provincial; e sobre isso, a partir da data das cartas-patentes supplementarias, proceder-se-ha á nova repartição das acções ou então o capital acção da companhia será e ficará augmentado ou diminuido, segundo for o caso, ao valor na maneira e submettido ás condições declaradas em tal estatuto adicional e cartas-patentes supplementarias: e tudo do fundo assim augmentado ou diminuido, submetter-se-ha ás provisões do acto em identica maneira (em tanto que for possivel) como si cada parte do mesmo tiver formado originalmente parte do fundo da companhia.



R. Estatutos revisados. Ontario, 1887. Cap. 157. Secção 23.

20. Os directores de qualquer companhia poderão fazer um estatuto adicional para a criação e emissão de qualquer parte do capital em acções como acções de preferencia, dando às mesmas tal preferencia e prioridade em relação a dividendos e outras vantagens sobre as acções ordinarias, conforme pôdo ser declarado pelo estatuto adicional.

a) O estatuto adicional poderá providenciar para que os possuidores de taes acções de preferencia tenham o direito de escolher uma certa proporção de directores para a mesa directora, ou dar-lhes tal outra fiscalização sobre os negocios da companhia, segundo julgar conveniente.

b) Nenhum tal estatuto adicional terá valor ou offeito algum sinão depois de ter sido sancionado unanimemente por um voto dos accionistas, presentes pessoalmente ou representados por procurador em uma assembléa geral da companhia devidamente chamada para dar seu parecer sobre o mesmo, ou unanimemente sancionado por escripto pelos accionistas da companhia: previsto, todavia, que si o estatuto adicional seja sancionado por tres quartos dos accionistas da companhia, a companhia poderá, pelo intermediario do secretario provincial, requerer ao tenente governador em conselho para uma ordem approvando o dito estatuto adicional, e o tenente governador poderá, si assim o julgar conveniente, approvar o mesmo e a partir da data de tal approvação, o estatuto adicional será valido e servirá de base para as transacções;

c) Os possuidores de taes acções de preferencia serão accionistas, de accordo com os termos e o sentido desta acto, e em todos os sentidos possuem os direitos e serão submettidos às responsabilidades dos accionistas, sempre de accordo com os termos desse acto, previsto, todavia, que a respeito dos dividendos e outras vantagens, elles terão sobre os accionistas ordinarios as preferencias e direitos dados por tal estatuto adicional;

d) Nada do que contém a presente secção ou feito em obediencia á mesma poderá affectar ou prejudicar os direitos dos credores de qualquer companhia. Estatutos revisados de Ontario, 1887. Cap. 157, secção 25.

#### *Primeira assembléa*

21. Os directores provisionados de cada companhia deverão, por meio de uma carta registrada dirigida a cada accionista, convocar uma assembléa geral da companhia, a qual terá lugar dentro de dous mezes da data das cartas patentes, com o fim de organizar a companhia para dar começo aos negocios da mesma.

A primeira assembléa geral terá lugar em lugar conveniente tal segundo for determinado pelos directores.

a) Si a tal assembléa não for convocada pelos directores provisionados dentro do tempo exigido por esta secção, quaesquer tres accionistas ou mais da companhia terão o direito de convocar a assembléa e de proceder á organização da companhia.

*Uso da palavra «limited»*

22. Cada companhia deverá ter pintado ou affixado o seu nome com a palavra não abreviada «limited» com a ultima palavra do mesmo, fóra do seu ou seus escriptorios ou no lugar onde forem effectuados os negocios da companhia, em lugar visível e em letras facilmente legíveis, e ella terá o seu nome com a mesma palavra não abreviada no seu sello, e terá o seu nome com a mesma palavra não abreviada em caracteres legíveis em todos os seus annuncios, avisos e outras publicações officiaes da companhia e em todas as suas letras de cambio, notas promissórias, endossos, cheques e ordens para dinheiro ou mercadorias que tem de ser assignados para e em nome da companhia, e em todas as suas facturas, contas, conhecimentos e recibos da companhia, 52 v. cap. 26, secção 3.

1) Os directores da companhia, juntos e separadamente, são responsaveis para todos e quaesquer contractos ou emprezas da companhia onde não houver escripto ou impresso de um modo visível a palavra não abreviada «limited» que é a ultima palavra do nome da companhia e isso em lugar principal de tal documento.

2) Cada companhia que não tiver o seu nome pintado ou affixado fóra com a palavra não abreviada «limited» como ultima palavra do mesmo, e do modo indicado nesta secção, incorrerá em uma multa de vinte dollars por cada dia durante que tal nome não for assim pintado ou affixado, 52 v., cap. 23, secção 4.

3) Cada director e gerente de companhia que voluntariamente e scientemente autorize e permitta tal falta, incorrerá em penalidade igual, 52 v., cap. 26, secção 5.

4) Cada director, gerente ou official da companhia ou cada pessoa por parte da mesma, que fizer uso ou autorizar o uso de qualquer sello, devendo servir para fins da companhia, e sobre o qual não for achada a palavra não abreviada «limited» como sendo a ultima palavra do seu nome, ou que emittir ou autorizar a emissão de qualquer aviso, annuncio ou outra publicação official da companhia, ou que assigne ou autorize a ser assignado por parte de tal companhia, quaesquer letras de cambio, notas promissórias, endossos, cheques, ordem para dinheiro ou mercadorias, ou que emittir ou autorizar a emissão de taes conhecimentos, facturas, ou recibos da companhia, onde o seu nome com a ultima palavra da mesma não for mencionado no modo acima indicado, incorrerá em uma penalidade de duzentos dollars e será tambem pessoalmente responsavel para com qualquer detentor de qualquer letra de cambio, nota promissória, cheque ou ordem para dinheiro ou mercadorias e para a importância dos mesmos, salvo si as mesmas forem devidamente pagas pela companhia e si a palavra não abreviada «limited» achar-se nas mesmas, 52 v., cap. 26, secção 6.

Fica sempre entendido que esta secção não será applicavel a companhia alguma não incorporada para fins ou objectos commerciaes, mercantis, fabris, e onde tal companhia pela sua con-

essão de incorporação for declarada isenta de taes provisões, ou a qualquer companhia que não tiver sido incorporada para taes fins, e a qual depois de ter exhibido prova de assim se achar, ao tenente governador em conselho, será, a partir e depois da data marcada na ordem do tenente governador em conselho, nesse sentido, declarada isenta. Cap. 32, secção 254, v.

23. Caso for provado satisfactoriamente ao tenente governador em conselho que qualquer companhia tiver sido incorporada debaixo do mesmo nome que ou de modo semelhante a uma companhia já existente, ou semelhante a de uma sociedade ou individualidade, ou semelhante a qualquer nome ou firma já negociando, de modo a permittir enganos, ficará lícito ao dito tenente governador, por uma ordem em conselho, de modificar o nome da companhia em outro nome que será indicado na ordem, e nenhuma tal alteração de nome poderá affectar os direitos e obrigações da companhia; e todas as diligencias legais poderão ser continuadas e começadas por ou contra a companhia, com o seu nome novo que teriam sido começadas ou continuadas contra ou a favor da companhia com o seu antigo nome. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção 14.

*Poderes incidentaes da companhia*

24. A companhia terá, em addição aos seus outros poderes, os de:

a) Alterar ou mudar o seu sello commum, quando assim lhe convier;

b) Tomar a si, adquirir, ter, gozar, vender e transferir taes propriedades reaes, bens de raiz, bens moveis, machinismo, mareas de fabrica, patentes, licenças, immunidades e privilegios ou direitos a estes pertencentes, segundo for julgado necessario e proveitoso para os fins pelos quaes a companhia foi incorporada;

c) Exigir em suas propriedades taes officinas, armazens, lojas, moinhos, edificações, casas e outras construcções e fazer taes melhoramentos e bemfeitorias de qualquer natureza, segundo for julgado conveniente e necessario para levar a bom fim a sua empresa;

d) Construir, manter ou auxiliar na construcção, manutenção de taes obras e melhoramentos, segundo for julgado proveitoso e vantajoso para a companhia poder levar a bom fim a sua empresa;

e) Exercitar e gozar de todos os privilegios e immunidades e passar e outorgar todos os actos necessarios ou incidentaes, para levar a bom fim a sua empresa;

f) Explorar qualquer ramificação ou ramificações de negocios incidentaes que contribuem a levar a effeito os fins para os quaes a companhia foi incorporada, e subsidiarias á mesma, e necessarios para que a companhia possa levar a effeito a sua empresa;

g) Adquirir por meio de compra, aluguel, arrendamento ou por qualquer outro titulo e para ter, usar, gozar, vender, alienar, transferir qualquer bem immovel ou de raiz, necessario para os fins da companhia e a companhia ficará sendo no momento de sua incorporação investida com todos os poderes, propriedade e direitos reaes e pessoaes depositados entre mãos de curador ou curadores para lhe ser entregue no momento de sua incorporação.

Fica estipulado, todavia, que, salvo haja outro requerimento para a decretação de estatutos especiaes, nenhuma parcella de terreno, ou lucro na mesma adquirido em tempo algum pela companhia e não necessaria para o seu uso e occupação actual, ou não em seu poder a titulo de garantia, ou não situada dentro dos limites, ou dentro de uma milha dos limites de qualquer cidade ou villa desta provincia, ou em mãos de curador por sua conta, para um prazo maior que sete annos depois de sua aquisição, dispor-se-ha e vender-se-ha a mesma, de tal maneira que a companhia não terá mais interesse nella, salvo a titulo de garantia; e prevista, mais, que tal dita ou ditas parcellas de terra, ou quaesquer interesses que não são os acima mencionados, e que terão sido em poder da companhia por um prazo de mais de sete annos sem ter sido vendidas, pertencerão *ipso facto* a Sua Magestade para o uso desta provincia; previsto tambem que o tenente governador em conselho venha a prorogar o dito periodo de tempo em tempo para um prazo não excedente em tudo doze annos; e ficando previsto mais, que nenhuma perda de terreno terá vigor ou será enforcada até a expiração de, ao menos, seis mezes calendarios depois do aviso, por escripto, á companhia, da intenção que tem a Sua Magestade de reclamar tal perda de terreno, e ficará sendo o dever da companhia de dar ao tenente governador em conselho, quando for exigido, uma exposição plena e correcta de todos os terrenos (no momento de tal relatorio) possuidos pela companhia ou depositados entre as mãos de curadores para a companhia, e submittidos a essas provisões.

*Ações. Chamadas, etc.*

25. Si não houver nas cartas-patentes ou no acto especial outras provisões definidas, as acções do fundo da companhia, si não forem por ellas repartidas, serão repartidas quando e como os directores por meio de estatuto adicional ou outro poderão ordenar. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção 42.

26. As acções do fundo da companhia serão consideradas propriedade pessoal, e como tal, só poderão ser transferidas nos livros da companhia, e serão submittidas a todas as taes condições e restricções especificadas neste acto, ou por acto especial, ou por cartas-patentes ou por estatutos additionaes da companhia poderão ser prescriptos. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 157, secção 41.

27. Os directores poderão recusar a permissão de ser lançada em qualquer dos taes registros, a transferencia de acções do fundo capital si a importancia das mesmas não tiver sido totalmente paga; e quando assim em taes livros for feita a entrada de transferencia de acções não integralizadas, em nome de uma pessoa cujos meios não serão sufficientemente provados, os directores presentes quando tal lançamento for feito e por elles autorizado serão junta e separadamente responsaveis para com os credores da companhia da mesma maneira e para a mesma quantia que o accionista transferente o teria sido por tal entrada; porém, si qualquer director no momento que tal lançamento for permitido, dirija um protesto por escripto contra o mesmo e faça avisar o mesmo dentro de oito dias e por meio de carta registrada ao secretario provincial, o tal director poderá por causa disso e por nenhuma outra fórma, exonerar-se de tal responsabilidade. Estatutos revisados de 1887. Ontario, capitulo 157, secção 51. Estatuto revisado de Ontario 1887. Capitulo 156, secção 27.

28. Nenhuma transferencia de acções, salvo si forem vendidas por causa de execução, ou debaixo de ordem ou julgamento de qualquer tribunal competente, será valida por fim algum, salvo tambem quando forem exhibidos os direitos de partes de uma para com a outra, ou tornando o transferido responsavel *ad interim* junta e separadamente com o transferidor, para a companhia e os seus credores até que tal lançamento for devidamente feito nos registros da companhia. Estatutos revisados Ontario 1887, capitulo 157, secção 52.

29. Nenhuma acção será transferivel até que todas as prévias chamadas de pagamento terão sido cumpridas ou até que seja declarada perdida por não terem sido feitos os pagamentos dos mesmos. Estatutos revisados de Ontario, capitulo 157, secção 48.

30. A companhia não terá obrigação de averiguar a execução de qualquer deposito, seja expresso ou por facto implicito, ou por declaração de qualquer acção; e o recibo do accionista em cujo nome estão as ditas acções registradas nos registros da companhia será um descargo valido e obrigatorio para a companhia, de qualquer dividendo ou dinheiro a ser pago em relação a tal acção, seja ou não noticia do deposito dado á companhia; e a companhia não terá por obrigação de ver a applicação do dinheiro pago sobre tal recibo. Estatutos revisados Ontario, 1887, capitulo 157, secção 58.

31. Os directores da companhia poderão fazer as chamadas e pedir aos accionistas, respectivamente, o dinheiro ainda não pago sobre as acções por elles subscriptas ou possuidas, em taes tempos e logares e em taes pagamentos ou pagamentos por termos, segundo as cartas-patentes, ou esse acto ou os estatutos additionaes permittirem ou exigirem; contar-se-hão os juros a taxa legal para o tempo presente, sobre o total de quaesquer acções ainda não integralizadas, a partir do dia marcado para o pagamento de tal chamada. Estatutos revisados Ontario, capitulo 157, secção 44.

32. Não se poderá fazer chamada de menos de dez por cento sobre as acções repartidas do capital da companhia; estas chamadas poderão ser feitas uma ou varias vezes, porém, formalmente; e os pagamentos deverão então ser feitos dentro de um anno da formação da companhia, o resto quando e segundo for ordenado pelos estatutos addicionaes da Companhia. Estatutos revisados Ontario, 1887, capitulo 157, secção 45.

33. A companhia poderá obrigar o pagamento de todas as chamadas e os respectivos juros sobre as mesmas, por meio de acção, deante de qualquer côrte juridica competente; e em tal acção não será preciso expôr o motivo especial, bastará expôr que o réo é possuidor de uma ou varias acções, expondo-se o numero das acções, e que elle devedor de uma quantia dinheiro do valor das chamadas já feitas, tanto relativamente a uma chamada que como a varias para uma acção ou varias, expondo-se o numero das chamadas e o total de cada uma, pelo que foi motivada uma acção por parte da companhia debaixo e de accordo sempre desse acto; e uma certidão sellada com o sello da companhia e devendo ser assignada por qualquer official da companhia, mostrando como que o réo é accionista, que a tal chamada ou taes chamadas foram feitas e que elle deve tanto e que deixou de pagar tanto, será recebida em todos os tribunaes como *prima facie* eviencia para esse fim. Estatutos revisados Ontario, capitulo 157, secção 46.

34. Si depois de tal pedido ou aviso, segundo está prescripto no acto especial ou nas cartas-patentes ou nos estatutos addicionaes da companhia, a chamada sobre qualquer acção ou quaesquer acções não for paga dentro do tempo marcado em tal acto ou em taes cartas-patentes no em taes estatutos addicionaes, os directores, á sua discrição, e por uma resolução nesse sentido, recapitulando os factos e registrando-os devidamente em suas minutas poderão summariamente declarar perdidas quaesquer acções cujo pagamento não tiver sido effectuado; e as mesmas tornar-se-hão sobre isso a propriedade da companhia e poderá se dispor das mesmas, segundo a companhia por meio de estatuto adicional ou outro poderá ordenar. Estatutos revisados Ontario, 1887, capitulo 157, secção 47.

35. Cada executor testamentario, administrador, custodio ou curador representará o numero de acções que tem em mão, em todas as assembleas da companhia, e poderá votar em consequencia como um accionista e qualquer pessoa que tiver penhorado as suas acções poderá entretanto representar as mesmas em taes assembleas e votar em consequencia como accionista. Estatutos revisados de Ontario 1887, capitulo 157, secção 65. Vide estatutos revisados de Ontario, capitulo 156, secção 41.

A) Si as acções forem possuidas por duas ou mais pessoas, qualquer dellas presente a uma assemblea poderá, na ausencia da outra, ou outras, votar nella, porém, si mais de um possuidor de acções juntos com outrem, estejam presentes ou representados por procurador, elles deverão votar juntos em relação ás acções que juntas tem.

*Responsabilidade « limited »*

36. Cada accionista, até que tiver sido paga a totalidade de suas acções, será individualmente responsável com os credores da companhia para uma quantia igual áquella que elle não tiver pago, porém não poderá ser chamado em juiz por isso, o por um credor qualquer, antes que uma execução movida contra a companhia tenha sido repellida ou não; e a quantia devida por tal execução, que não irá além da quantia que elle não tiver pago sobre as suas ditas acções, será aquella que poderá ser cobrada, com custas, de tal accionista.

A) Qualquer accionista poderá invocar como meio de defesa qualquer justo motivo que poderá allegar contra a companhia, com a excepção de uma reclamação para dividendos não pagos, ou de um salario ou allocação como presidente ou director de uma companhia. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 157, secção 61.

B) Os accionistas da companhia não serão como taes tidos como responsáveis por qualquer acto, falta, divida alguma da companhia ou por qualquer compromisso, pretensão, pagamento, perda, accidente, transacção, materia ou cousa de qualquer natureza, relativa ou com conexão com a companhia, além da quantia ainda não paga de suas respectivas acções no capital accção da companhia. Estatutos revisados 1887, capitulo 157, secção 62.

37. Nenhuma pessoa possuidora de acções da companhia em qualidade de executor testamentario, administrador, tutor ou curador, será considerada pessoalmente responsável como accionista; porém as propriedades e fundos em mãos de taes pessoas serão sujeitos á responsabilidade na mesma maneira e para a mesma quantia, como o testador ou intestado ou menores, pupillis ou pessoas interessadas no fundo depositado o seriam, si vivos e competentes para agir e ter taes acções em seu nome. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 127, secção 63.

38. Pessoa alguma, tendo em seu poder acções do fundo capital a titulo de garantia collateral, será pessoalmente sujeita á responsabilidade como accionista; porém a pessoa que transferir taes acções a titulo de garantia collateral será considerada como possuidora das mesmas e será tida como responsável como accionista a respeito das mesmas. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 157, secção 64.

*Os directores e os seus poderes, etc.*

39. Os negocios de qualquer companhia serão dirigidos por uma mesa nunca menor de tres directores que serão eleitos pelos accionistas reunidos em assemblea geral da companhia convocada em qualquer lugar dentro desta provincia. Estatutos revisados de Ontario, 1867, capitulo 157, assignado 298 § 2.

40. As pessoas nomeadas como directores provisionados no acto especial ou nas cartas-patentes serão os directores da com-

panhia até que sejam substituídos por outros devidamente eleitos em nas logar. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 157, secção 30.

41. Nenhuma pessoa poderá occupar o logar de director si não for um accionista proprietario em absoluto de suas acções, ser em dia com as respectivas chamadas, e toda e qualquer pessoa que é director e que deixar de ser possuidor *bona fide* de suas acções na companhia, deixará no mesmo tempo de ser o director. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 157, secção 31.

1) A eleição dos directores, terá logar annualmente na assemblea annual, retirando-se todos os membros da mesa directora e (si de outra fórma qualificados) são elegiveis para serem re-eleitos.

2) As eleições dos directores serão por ballotagem.

3) As vagas que se apresentarem na mesa directora poderão, salvo si for indicado em contrario pelo estatuto adicional, ser preenchidas, para o resto do tempo, pela mesa, escolhendo dentre os accionistas qualificados da companhia.

4) Os directores, de tempo em tempo, eleição entre elles um presidente da companhia; e elles nomearão e revogarão á vontade quaesquer outros officiaes da mesma. Estatutos revisados de Ontario 1887, capitulo 157, secção 33.

42. Si em qualquer tempo uma eleição de directores não for feita, ou não for effectuada em tempo apropriado, a companhia por isso não será dissolvida; porém tal eleição poderá ser effectuada em qualquer assemblea geral da companhia devidamente convocada para esse fim; e os directores continuarão em seus logares até que os seus successores sejam devidamente eleitos. Estatutos de Ontario revisados, capitulo 157, secção 34.

43. Uma companhia poderá por meio de estatuto adicional augmentar ou diminuir o numero dos seus directores, ou mudar o escriptorio central em Ontario.

1) Nenhum estatuto adicional, para ambos esses fins será valido ou poderá servir de base, salvo si tiver sido sancionado por um voto nunca menor dos dous terços do valor em mão dos accionistas em uma assemblea da companhia devidamente convocada para considerar o assumpto do estatuto adicional, ou até que uma cópia do estatuto adicional, certificada debaixo do selo da companhia, tiver sido transmittida ao secretario provincial, e tiver tambem sido publicada pela companhia ao menos uma vez na *The Gazette*. Estatutos revisados de Ontario 1887, capitulo 157, secção 35.

2) Em caso que for mudado o escriptorio central como acima fica mencionado, a companhia dará então immediatamente aviso deste facto em tres jornaes e para tal tempo, e de conformidade com o que reza na secção 10 do presente.

44. Os directores da companhia terão plenos poderes em tudo para administrar os negocios da companhia e podem fazer ou mandar fazer para a companhia todo e qualquer genero de contracto que por lei a companhia terá de aceitar. Estatutos revisados de Ontario 1877, capitulo 157, secção 36.



45. Os directores poderão de tempo em tempo fazer estatutos addicionaes não contrarios ás leis, nem ás cartas-patentes da companhia nem a esse acto, para regular quando preciso:

a) a repartição das acções, as chamadas para o pagamento das mesmas, o pagamento das mesmas, a emissão e o registro de certidões de acções, a perda das acções por falta de pagamento, a disposição das acções não resgatadas e do producto das mesmas a transferencia das acções;

b) a declaração e pagamento dos dividendos;

c) o termo do serviço não excedendo de dous annos, e o total das acções que qualificam para o titulo de director;

d) a nomeação, funcções, deveres e remoção dos agentes, officiaes e servidores da companhia, a fiança que deverão prestar a companhia e a sua remuneração;

e) o momento em que e o lugar onde as assembléas terão lugar, a convocação das assembléas, regulares, especiaes da mesa dos directores e as da companhia, o *quorum*, as exigencias em relação aos procuradores, e a procedencia em todas as materias e cousas;

f) a imposição e cobrança de todas as penalidades e multas admittidas pelo estatuto addicional;

g) a direcção em todos os outros negocios particulares da sociedade.

E elles poderão de tempo em tempo repellar, emendar, decretar as mesmas; porém tal cada estatuto addicional, e cada revogação, emenda ou redecretação das mesmas, salvo si no mesmo tempo confirmado em uma assembléa geral da companhia devidamente convocada para esse fim, terá sómente força até a outra assembléa annual da companhia; e na falta desta de confirmação, cessará, e então sómente, de estar em vigor. E em aquelle caso nenhum estatuto addicional novo para fim identico ou igual estará em vigor até que for confirmado em uma assembléa geral da companhia; previsto, todavia, que a companhia terá poder seja na assembléa geral convocada como acima vem declarado, seja na assembléa annual da companhia, de revogar, emendar, variar ou de outra forma tratar com quaesquer estatutos addicionaes que poderão ter sido passados pelos directores, porém nenhum acto, passado ou direito adquirido debaixo de qualquer estatuto addicional poderá ser affectado prejudicialmente por qualquer tal revogação, emenda, variação ou outra transacção. Estatutos revisados de Ontario 1887, capitulo 157, secção 37.

46. Nenhum estatuto addicional para o pagamento do presidente ou de qualquer director será valido até que o mesmo tiver sido confirmado em uma assembléa geral.

47. Os directores da companhia poderão, si autorizados por estatuto addicional passado pelos directores e sancionados por um voto nunca menor de dous terços do valor entre as mãos dos accionistas presentes pessoalmente ou por procuradores, em uma assembléa geral da companhia devidamente convo-

cada para tomar em consideração o assumpto de tal estatuto adicional:

- a) emprestar dinheiro sobre o credito da companhia;
- b) limitar ou augmentar a quantia que deverá ser emprestada;
- c) emittir os *bonds* ou *debentures*, ou outras garantias da companhia para os fins legaes da companhia, e nenhum outro, e poderão penhorar ou vender as mesmas para taes quantias e para taes preços que julgarão convenientes e necessarios, porém nenhum de taes *bonds*, *debentures* ou outras garantias serão para uma quantia de menos de cem dollars cada uma;
- d) hypothecar, empenhar ou penhorar tudo ou qualquer parte da propriedade real e pessoal da sociedade, direitos e poderes da companhia de taes *bonds*, *debentures* ou outras garantias, da divida ou quantia ou quantias assim emprestadas para os fins da companhia. Estatutos revisados do Ontario 1887, capitulo 157, secção 38.

*Assembléas geraes, annuaes e especiaes*

48. Salvo sómente na falta de outras expressas provisões nesse sentido, no acto especial, nas cartas-patentes da companhia ou nos seus estatutos additionaes, dar-se-ha, ao menos dez dias antes em qualquer jornal publicado na vizinhança a mais proxima do escriptorio central e do lugar mais proximo dos negocios da companhia, si não foram no mesmo lugar, aviso do momento e lugar para as assembléas annuaes, geraes e especiaes, e tambem no caso que as companhias teem um capital excedente \$ 3.000, publicar-se-ha a mesma cousa na *The Gazette* e, então expedir-se-ha a cada accionista no seu ultimo endereço postal, ao menos dez dias antes de tal reunião, uma carta registrada avisando-o. Estatutos revisados do Ontario 1887, capitulo 157, secção 33.

49. Uma assembléa geral, conhecida como assembléa geral da companhia, terá logar em tal tempo e tal logar cada anno, que houver sido marcado pelas cartas-patentes e os estatutos additionaes da companhia; e na falta de taes provisões nesse sentido, a assembléa annual terá logar na quarta quarta-feira de janeiro de cada anno, em tal logar que será determinado pelos directores.

50. Os directores poderão, quando assim o julgar conveniente, convocar uma assembléa geral e especial da companhia, quando assim lhes for pedido por escripto pelos possuidores de não menos de um decimo do capital — accões da companhia.

51. Qualquer requisição feita pelos accionistas conterà o objecto da assembléa geral especial que se propõe chamar e ella será deixada no escriptorio central da companhia.

52. A recepção de tal requisição, os directores deverão immediatamente proceder a convocação da assembléa geral especial. Si não fizerem com que esta seja effectuada dentro vinte dias da data em que a requisição foi deixada no escri

central da companhia, os requerentes ou quaesquer outros accionistas, representando o valor exigido da decima parte do capital subscripto, poderão por si mesmos convocar tal assembléa geral especial.

53. Dar-se-ha ao menos dez dias de aviso, especificando-se qual o lugar, dia e hora da assembléa, e a natureza geral do negocio a ser tratado, por parte dos directores aos accionistas, ou pelos requerentes, segundo for o caso, na maneira indicada na secção quarenta e oito desse acto, ou de qualquer outra maneira, si houver, segundo poderão prescrever os estatutos addicionaes da companhia.

54. Não será tratado negocio algum em nenhuma tal assembléa geral especial assim convocada, ou convocada por meio de requisição. Si não for presente um numero sufficiente de accionistas, pessoalmente presentes ou representados por procuração, quando tratar-se-ha de negocios; e verificar-se-ha o tal *quorum* da seguinte maneira, isto é, si os accionistas no momento da assembléa não forem mais do que dez em numero, o *quorum* será de dez, si forem mais do que dez, adicionar-se-ha ao *quorum* supra um por cada quatro accionistas addicionaes até cincoenta, e um para cada dez accionistas addicionaes até cincoenta com esse limite que nenhum *quorum* exceder-se-ha de vinte.

55. Si dentro de uma hora de tempo marcado para tal assembléa geral especial, ehamada ou convocada em virtude da requisição acima indicada, o *quorum* não for presente, a assembléa será dissolvida.

56. O presidente da companhia presidirá cada assembléa geral da companhia.

57. Si não houver presidente, ou si em qualquer assembléa elle não estiver presente quinze minutos depois do tempo marcado para a sessão de tal assembléa, os accionistas poderão escolher entre elles um membro para presidir a reunião.

58. O presidente da reunião poderá, com o consentimento da companhia e submettendo-se a taes condições e restricções que a assembléa poderá decidir, adiar a assembléa de tempo em tempo e de lugar em lugar.

59. Si uma lista dos votantes não for pedida em qualquer assembléa geral, uma declaração dada pelo presidente da reunião que uma resolução foi tomada (lançando-se a mesma nos livros da acta da companhia) será a *prima facie* evidencia desse facto, sem precisar de provas do numero ou proporção dos votos havidos em favor ou contra tal resolução.

60. Si a lista dos votantes for pedida, publicar-se-ha a mesma de conformidade com os estatutos addicionaes, e na falta conforme determinar o presidente da reunião. Em caso de igualdade de votos em uma assembléa geral, o presidente da reunião terá direito a um voto duplo ou voto decisivo.

61. Em todas as assembléas geraes da companhia, cada accionista terá direito a um numero de votos igual ao numero de accções que possui, e poderá fazer votar por meio de procurador.

A) Nenhum accionista atrasado relativamente á chamada para

pagamento terá o direito de votar em assembléa qualquer da companhia. Estatutos revisados Ontario 1887, capitulo 157, secção 49, avisos, citações, acções, etc.

62. Em caso de acção ou de outro procedimento legal, não tornar-se-ha preciso expor o modo de incorporação da companhia, de outra forma que pela menção do seu nome de corporação, visto ter sido incorporada em virtude de um act especial, ou por meio de cartas-patentes, ou por meio de carta patente e de cartas-patentes supplementarias, segundo for o caso; e as cartas patentes ou mesmo as cartas-patentes supplementarias, ou qualquer traslado, ou cópia authenticada pelo grão-sello, serão provas conclusivas de todas as materias nellas contidas. Estatutos revisados de Ontario 1887, capitulo 157, secção 69.

63. Uma cópia de quaesquer estatutos additionaes da companhia, debaixo do seu sello e sendo assignada por qualquer official da companhia, será recebida como *prima facie* evidencia do estatuto additional em todas as côrtes de Ontario. Estatutos revisados de Ontario, capitulo 157, secção 40.

64. Qualquer citação, aviso, ordem ou procedimento precisando de authenticação por parte da companhia, poderá ser assignado pelo director, gerente ou outro official autorizado da companhia, e não precisará do sello da companhia.

65. O aviso a ser expedido pela companhia a um accionista poderá ser enviado por portador ou pelo correio, por meio de carta registrada, dirigida ao accionista á sua residencia, segundo consta nos livros da companhia.

66. Um aviso ou outro documento expedido pelo correio e pela companhia a um accionista será considerado entregue; e para provar o facto e tempo de serviço bastará provar que tal carta foi postada e quando, e ao seu devido endereço pelo recibo passado pelo correio.

67. Poderá haver quaesquer demandas entre a companhia e quaesquer accionistas da mesma, e nenhum accionista pelo motivo de sel-o poderá ser declarado incapacitado de servir como testemunha.

*Os livros precisos e o que elles deverão conter*

68. A companhia obrigará o secretario ou qualquer outro official encarregado daquelle serviço de ter um livro ou livros onde serão registrados:

- a) uma cópia das cartas-patentes incorporando a companhia e a de quaesquer cartas patentes supplementarias, passadas em favor da companhia; e si incorporada por acto especial, o capitulo e o anno de tal acto;
- b) os nomes por ordem alphabetica de todas as pessoas que são ou que foram accionistas da companhia;
- c) o endereço postal e a profissão de cada tal pessoa emquanto for accionista;
- d) o numero de acções possuidas por cada accionista;
- e) as quantias pagas e que ficam ainda a ser pagas respectivamente sobre as acções de cada accionista;

f) a data e outros particulares de todas e quaesquer transferencias de acções em sua respectiva ordem ;

g) os nomes, endereços postaes e profissões de todas as pessoas que são ou que foram directores da companhia, com as varias datas em que cada pessoa tomou e deixou de ser director. Estatutos revisados de Ontario, capitulo 157, secção 50.

69. Nenhum director, official ou criado da companhia mandará scientemente lançar ou ajudar a lançar uma entrada falsa em quaesquer dos taes livros, ou recusar-se, ou deixar de fazer quaesquer taes entradas nos mesmos livros ; e qualquer pessoa violando voluntariamente as provisões desta secção, além da responsabilidade criminal em que ocorrerá, será ainda responsável para quaesquer danos ou perdas para com qualquer pessoa interessada nesse sentido. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 127, secção 55.

70. Si o nome de qualquer pessoa for, sem razão justificativa, entrado ou omitido em tal livro ou em taes livros da companhia, ou si houver falta e demora desnecessaria em fazer a dita entrada, o facto de qualquer pessoa ter deixado de ser um accionista da companhia, a pessoa ou accionista lesado, ou qualquer accionista da companhia, ou a companhia por si mesma, poderá requerer a um juiz a ordem que o livro ou livros sejam rectificados, e o juiz poderá ou recusar tal pedido com ou sem custas e serem pagos pelo supplicante, ou elle poderá, si a justiça for satisfeita, ordenar a rectificação de tal livro ou de taes livros, e tambem ordenar que a companhia pague as custas de tal mocção ou pedido e quaesquer danos que a parte lesada poderá ter soffrido. O juiz poderá em qualquer assumpto, de baixo dessa secção, decidir em qualquer questão relativa ao titulo de qualquer pessoa que é parte em taes procedimentos por ter tido o seu nome lançado ou omitido nos ditos livros da companhia, seja, que esta questão seja levantada entre dous ou mais accionistas ou allegados accionistas e a companhia, e, geralmente, o juiz em quaesquer taes procedimentos poderá decidir qualquer questão que for necessaria e expediente a ser decidido para a rectificação dos ditos livros ; previsto todavia que o juiz procurará primeiro arbitrar a questão ; previsto tambem que se poderá appellar deante do mesmo juiz, em acções ordinarias ; e previsto mais que essa secção não tirará de tribunal algum o direito de julgar.

71. Taes livros deverão durante quaesquer horas negociaveis do dia, com excepção dos domingos e dias feriados, ser abertos para a inspecção dos accionistas e credores da companhia, e os seus representantes pessoas ou agentes no Escriptorio Central e quaesquer taes credores, accionistas, agentes ou representantes poderão tirar dos mesmos quaesquer extractos. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 157, secção 53.

72. Qualquer director ou official que recusar-se a deixar qualquer pessoa, para isso habilitada, a enumerar tal livro ou taes livros, ou tirar extractos dos mesmos, serão multados e pagarão á parte a quantia de cem dollars ; e caso esta

quantia não for paga dentro de sete dias depois da obtenção do julgamento, o tribunal onde for dado o julgamento, ou um juiz do mesmo, poderá infligir ao delinquente uma pena de prisão não excedente de tres mezes, salvo si a importancia junto com as custas tiver sido paga mais cedo. Estatutos revisados, Ontario, capitulo 157, secção 56.

73. Taes livros servirão de evidencia *prima facie* para todos os factos expostos em qualquer acção ou procedimento legal iniciado contra a companhia ou contra qualquer dos accionistas. Estatutos revisados, Ontario 1887, capitulo 157, secção 54.

74. Os directores mandarão manter os livros necessarios para a contadoria. livros que deverão ser mantidos em dia e em ordem:

- a) das transacções financeiras e commerciaes da companhia ;
- b) das acções da companhia ;
- c) das quantias de dinheiro recebidas e pagas pela companhia e os motivos e as razões pelos quaes gastam e recebem ;
- d) do activo e passivo da companhia ;
- e) e tambem um livro onde estão registradas todas as minutas dos procedimentos e votos da companhia ou os da mesa directora e os estatutos additionaes da companhia, devidamente authenticados, e taes minutas deverão ser legalisadas pela assignatura do presidente, ou de outro official presidindo na companhia. Relatorio Annual e Summario, etc.

75. Em cada assemblea annual, ou ao menos uma vez por anno e a in tervallos nunca maiores de quinze mezes, os directores deverão, em assemblea devidamente convocada, exporem deante da companhia um relatorio dos rendimentos e despesas da companhia para o anno findo, fechado e em uma data nunca maior de tres mezes, antes de tal assemblea annual ou especial, e elles exporão deante da companhia, igualmente tal outra informação relativa á posição financeira da companhia e a conta de lucros e perdas que, segundo os estatutos additionaes da concessão da companhia, poderão ser exigidos.

76. A companhia deverá, no ou antes do primeiro dia de fevereiro de cada anno, fazer um relatorio em duplicata, verificado conforme mais adeante for exigido, contendo, conforme foi fechado em 31 de dezembro passado, os seguintes detalhes. Estatutos revisados de Ontario, capitulo 157, secção 57:

- a) o nome encorporado da sociedade ;
- b) o modo pelo qual a companhia foi encorporada, si por acto especial, ou por cartas patente ;
- c) o lugar onde se acha o escriptorio central da companhia ;
- d) o lugar ou lugares, onde são feitos os trabalhos da empresa ;
- e) o nome, residencia e endereço postal do presidente, do secretario e do thesoureiro da companhia ;
- f) o nome, residencia e endereço postal de cada um dos directores da companhia ;
- g) a data em que houve lugar a ultima assemblea geral annual da companhia ;

h) o total do capital da companhia e o numero de acções em que for esta dividida ;

i) o numero de acções assignadas e repartidas ;

f) o total das acções (si houveram) livre de serem integralizadas : si nenhuma forem emittidas, isso deverá ser estipulado tambem ;

k) o total das acções emittidas sujeitas a chamada ;

l) o total de chamadas feitas sobre cada acção ;

m) a importancia total das chamadas recebidas ;

n) a importancia total das chamadas não pagas ;

o) a importancia total das acções perdidas por falta de pagamento ;

p) a importancia total das acções que não foram repartidas ou assignadas ;

q) a importancia total pela qual os accionistas são responsaveis em relação ás acções por elles ainda não pagas ;

r) o mesmo relatorio poderá tambem, depois de ter sido dada a informação aqui exigida, dar em modo conciso tal outra informação relativa aos negocios da companhia, segundo os directores o julgar conveniente ;

s) o relatorio deverá conter tambem uma lista de pessoas que até o dia 31 de dezembro proximo passado eram accionistas e tal lista deverá ser feita por ordem alphabetica, deverá conter o endereço e profissão de cada tal pessoa, quantas acções possuem, a importancia que deixaram de pagar ainda e a quantio devida por cada uma dellas.

a) toda e qualquer companhia emquanto negociar em kerozene ou armazenando kerozene, deverá accrescentar nos seus relatorios os seguintes detalhes:

i) a quantidade total de kerozene bruto actualmente em poder da companhia para o fim de responder ao transporte e recibos de armazenagem, ordens acceitas e certidões de kerozene bruto :

ii) a quantia total de kerozene bruto que a companhia em sua qualidade armazenadeira e transportadora poderá entregar a outrem (vide estatutos revisados Ontario, capitulo 122, secção 21) ;

b) o relatorio e cada duplicata do mesmo, exigido por esse acto, será escripto ou impresso de um lado só da folha ou das folhas contendo o mesmo ;

c) o relatorio será examinado e legalisado por juramento escripto do presidente e do secretario, e si não houver taes officiaes, ou elles ou um ou outro, que é ou que são, naquello momento fóra da provincia, ou por outra forma incapacitados de fazer o mesmo por causa de ausencia, serão então os relatorios legalisados pelo attestado juramentados do presidente ou secretario e de um dos directores ou dous dos directores, segundo for necessario, e si o presidente ou secretario não fizer nem quizer associar-se á declaração juramentada, dar-se-ha o motivo na deposição juramentada substituida ;

d) um dos relatorios duplicados com a sua competente declaração juramentada, será affixado de modo visivel no escriptorio

central da companhia em contrario no ou antes do segundo dia de fevereiro, e a companhia assim o guardará affixado até que outro relatorio seja collocado de accordo com as provisões desse acto, e o outro relatorio juramentado, legalisado conforme supra vem exarado, será no e antes do dia 8 de fevereiro seguintes, depois do tempo neste marcado para a transmissão do mesmo, enviado por carta registrada ao secretario provincial e lhe será dirigido no Palacio Legislativo, Taranto;

e) si a companhia faltar ao cumprimento das provisões desta secção, ella incorrerá em uma multa de vinte dollars por cada dia que durar esta falta e cada director, gerente ou secretario da companhia, que scientemente e voluntariamente autorisa e permite tal falta, incorrerá em multa igual;

f) ficando entendido sempre que essa secção não applicar-se-ha a qualquer companhia até o primeiro dia de fevereiro, vindo depois do trigesimo primeiro dia de dezembro, depois que foi organizada a companhia, ou que ella entrar em acção, conforme o que primeiro acontecer, e não será applicavel a companhia alguma que terá deixado de funccionar, e depois de ter sido provado que companhia alguma, a quem se refere este acto, fez negocio (entre que o pagamento das taxas, ou o fornecimento de qualquer lista, relatorio ou outra informação ao Governo de Ontario ou a qualquer official ou departamento do mesmo) durante o anno em que a companhia não pagar dividendos de accordo com tal lei, tal companhia será considerada como se tinha deixado de fazer negocios dentro da significação desta sub-secção. Estatutos revisados de Ontario, capitulo 157, secção 57;

g) fica entendido mais, que esta secção não applicar-se-ha a companhia alguma não incorporada com fins commercial, mercantil, fabril ou de negocios, quando taes companhias pela sua concessão de corporação fica declarado como isenta das ditas provisões, ou a companhia qualquer não incorporada por quaesquer dos ditos fins, depois de ter provado isso plenamente ao tenente governador em conselho, ficará a partir da data da ordem expedida pelo tenente governador em conselho isenta de taes provisões, 54 T. capitulo de 32, secção 1.

*Poderão ser nomeados inspectores*

77. A pedido de não menos de um quinto dos accionistas da companhia, o juiz poderá, si assim o julgar conveniente, nomear um inspector para investigar os negocios e direcção da companhia, o qual dará conta ao juiz de sua inspecção, e as despesas de tal investigação serão á discreção do juiz pagas pela companhia ou pelos requerentes, ou em parte pela companhia ou em parte pelos requerentes, conforme elle decidir, e si elle assim julgar necessario, o juiz poderá ordenar aos requerentes de darem garantias para cobrir o custeio provavel da investigação e o juiz poderá mandar passar as ordens competentes e



prescrever o modo com que será feita a investigação e o juiz poderá, si assim o julgar necessario, examinar debaixo de juramento os officiaes e directores da companhia em relação a quaesquer pontos litigiosos.

a) a companhia poderá, por uma resolução passada em assembléa annual, ou em uma assembléa especial chamada para esse fim, nomear um inspector para examinar os negocios da companhia. O inspector assim nomeado terá os mesmos poderes e poderá cumprir com as mesmas funções que aquelle nomeado por um juiz, com esta excepção, que em lugar de dirigir o seu relatório ao juizo, elle fará o mesmo aquellas pessoas que a dita companhia por tal resolução poderá designar;

b) todos os officiaes e agentes da companhia terão por dever de apresentar a exame de qualquer tal inspector todos os livros e documentos em seu poder ou a elles confiados.

Todo e qualquer assim nomeado inspector poderá examinar debaixo de juramento os officiaes e agentes da companhia em relação ao seu negocio, e poderão deferir o juramento em consequencia.

Si qualquer official ou agente recusar-se a apresentar qualquer livro ou documento que lhe for, em virtude da presente providão, pedido, ou que deixar de responder a qualquer pergunta relativa aos negocios da companhia, elle ou elles incorrerão em uma multa nunca excedente de vinte dollars, a respeito de qualquer offensa.

*Contractos, dividendos, etc.*

78. Cada contracto, accordo, compromisso ou negocio feito, e cada nota promissoria e cheque passado, sacado e endossado em proveito da companhia por qualquer agente, official ou empregado da companhia, de accordo geral com os seus poderes como taes debaixo e de accordo com os estatutos addicionaes ou resoluções da companhia, obrigarão a companhia, e em caso algum tornar-se-ha necessario que sejam os ditos taes contractos, accordos, compromissos, negocios, letras de cambio, notas promissorias ou cheques munidos do sello da companhia; nem será preciso provar que os mesmos foram feitos, sacados, aceitos ou endossados, segundo for o caso, em obediencia a qualquer estatuto addicional, resolução ou voto especial ou ordem; nem a parte assim agindo como agente, official ou empregado da companhia, submettido individualmente a qualquer responsabilidade por causa disso.

79. Em caso algum poderá a companhia fazer uso dos seus fundos para a compra de acções em outras sociedades, salvo e até que assim tiver sido autorizado expressamente pelos directores por meio de um estatuto addicional passado por elles para esse fim e sancionado por não menos de dous terços do valor entre as mãos dos accionistas pessoalmente presentes ou representados por procuradores em uma assembléa geral da

companhia, devidamente chamada 'para a consideração do assumpto de tal estatuto adicional para esse fim. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 157, secção 60.

80. Os directores da companhia não declararão nem pagarão dividendo algum quando a companhia for insolvente, ou qualquer dividendo cujo pagamento tornaria a companhia insolvente, porém, si qualquer director presente quando tal dividendo for declarado, ou si qualquer director, então ausente, vinte e quatro horas depois que ficou sciente e apto a assim fazer, envia o seu protesto por escripto contra taes factos, e envia-o dentro de oito dias, por meio de carta registrada ao secretario provincial, tal director poderá assim, e de nenhum outro modo, exonerar-se de qualquer responsabilidade. Estatutos revisados Ontario, capitulo 157, secção 66.

81. A companhia não poderá fazer emprestimo algum a accionista algum, e, si tal emprestimo for feito, todos os directores e outros officiaes effectuando o mesmo, ou de outra forma consentindo nisso, serão junta e separadamente responsaveis á companhia pela importancia do mesmo, e tambem a terceiros para o valor de tal emprestimo com o juro legal, para todas as dividas da companhia contrahidas desde o tempo em que se effectuou o emprestimo até o momento de tornar-se a pagar o mesmo. Estatutos revisados de Ontario, 1887, capitulo 157, secção 68.

82. Os directores da companhia serão junta e separadamente responsaveis aos operarios, criados e aprendizes da mesma, não excedendo um anno de salarios devidos por serviços prestados por elles á companhia, quando elles são directores respectivamente; porém nenhum director poderá ser chamado a juizo, salvo si a companhia tiver sido citada para isso dentro de um anno depois que se tornou devida a tal quantia, nem tão pouco si o tal director for citado dentro de um anno a partir do tempo em que elle deixou de ser director, nem tão pouco antes que uma execução contra a companhia terá sido nulla em tudo ou parte, e a importancia devida por causa de tal execução será a importancia cobravel com as custas contra os taes directores. Estatutos revisados Ontario, 1887, capitulo 157, secção 68.

83. A companhia ficará submettida ás provisões de qualquer acto da Legislatura para a suspensão definitiva das sociedades anonymas. Estatutos revisados Ontario, 1887, capitulo 157, secção 79.

#### *Auditores e seus deveres*

84. Si o acto especial, as cartas patentes ou os estatutos additionaes assim o mandarem, as contas da companhia serão examinadas ao menos uma vez no anno, e a correccão do balanceto averiguada por meio de perito.

85. Tal perito poderá ser nomeado em virtude de resolução passada em assembléa geral da companhia; assim nomeado,

elle ficará em officio até a seguinte assembléa annual geral, salvo si previamente removido por uma resolução dos accionistas em assembléa geral e outros peritos poderão ser nomeados em seguida a uma resolução da companhia em assembléa geral.

86. O dito perito poderá ser um accionista da companhia, porém ninguém será elegivel como contador si for interessado de outra forma que como accionista, em qualquer transacção da companhia, e nenhum director ou outro official da companhia será elegivel enquanto continuar em officio.

87. A remuneração do contador será fixada pela companhia em assembléa geral.

88. Qualquer contador será elegivel para reeleição.

89. Cada contador receberá uma cópia do balancete, e elles terão por dever examinar a mesma com as contas e talões relativos ao mesmo.

90. Cada contador terá uma lista a elle fornecida de todos os livros mantidos pela companhia; e terá em tempo opportuno accesso nos livros e nas contas da companhia.

91. O contador fará aos accionistas um relatorio dos balancetes e contas, e em cada tal circumstancia elle exporá si na sua opinião o balancete é bem feito, bem de accordo, de modo a permittir uma idéa exacta da situação dos negocios da companhia, e si em caso que pediu explicações ou informações aos directores ou officiaes da companhia elle tem recebido dos directores taes explicações ou informações e de modo satisfactorio.

*Emolumentos, etc.*

92. O tenente governador em conselho poderá de tempo em tempo estabelecer, alterar e regular a tarifa dos emolumentos que serão pagos por applicações sobre esse actos, elles poderão designar o departamento ou departamentos que emittem as patentes ou carta-patente supplementares, ou licenças, e poderá prescrever as formas e o modo das mesmas e mais tudo quanto disser respeito aos fins desso acto. Estatutos revisados, 1887, capitulo 157, secção 71.

a) Taes emolumentos poderão variar na importancia, debaixo de qualquer regra ou quaesquer regras segundo a natureza da companhia, importancia, capital e outro segundo for julgado conveniente;

b) passo algum será tomado em quaesquer dos departamentos para a emissão das cartas-patentes ou cartas patentes supplementares, ou licenças segundo esse acto, sem que tivessem sido previamente pagos todos os emolumentos.

93. As provisões deste e de todo e qualquer outro acto relativo á materia preliminar á emissão das cartas-patentes serão de competencia exclusiva da directoria e nenhuma carta-patente, ou carta-patente supplementar, ou licença ou aviso, ordem e outro documento e por conta do tenente governador em conselho, secretario provincial, ou outro official governamental ou depar-

tamental debaixo deste ou de qualquer outro acto será tido por nullo por conta de qualquer irregularidade ou outra, respectivamente qualquer negocio preliminar á emissão de cartapendente, licença, aviso, ordem ou outra formalidade ou de quaesquer alterações em quaesquer petições ou papeis submittidos em ordem de fazel-os cumprir com este ou com aquelle acto, ou com a pratica departamental a esse respeito. Estatuto revisado, Ontario, 1887, capitulo 157, secção 15.

*Responsabilidade por declaração falsa*

94. Si qualquer pessoa em qualquer relatorio, conta, certidão, balancete ou outro documento exigido para ou pelos fins desse acto, para uma declaração falsa em qualquer particular materia incorrerá em uma condemnação por prevaricação para um termo não excedente de seis mezes com ou sem trabalhos forçados, e sobre condemnação summaria uma pena de prisão não excedente de dez mezes com ou sem trabalhos forçados, e em ambos os casos uma multa de cem dollars em logar ou em addição a tal encarceração, ficando entendido que uma pessoa accusada de tal offensa debaixo dessa secção, poderá, si assim o julgar conveniente, pedir que seja ouvida e então fornecer evidencia do mesmo modo e para o mesmo effeito e consequencia que como quaesquer outras testemunhas.

95. 1) Quando houver um prospecto ou aviso convidando pessoas a subscrever ou a pedir acções, debentures, annuidades e apolices sobre a vida ou outras garantias como companhia encorporada debaixo desse acto, qualquer pessoa que for um director da companhia ao momento da emissão de tal prospecto ou aviso, e qualquer pessoa que, tendo autorizado o seu nome, ou que for nomeado no prospecto como director de uma companhia ou que tenha concordado em tornar-se o director de uma companhia seja immediatamente, seja logo, e cada promotor de cada tal companhia, e cada pessoa que tiver autorizado a emissão do prospecto ou aviso, terá por obrigação de pagar a todas as pessoas assim subscrevendo ou pedindo, baseados sobre a fé de tal prospecto ou aviso, compensação para a perda ou damno que soffreram pelo facto de qualquer declaração falsa no prospecto ou aviso, ou em qualquer relatorio ou memorandum nos mesmos contidos, ou por via de referencia incorporado nelles ou emitto com elles, salvo si for provado :

a) em relação a cada tal falsa declaração que não tenha sido feita sob a autoridade de um perito ou de um documento official ou relatorio, e para o qual não tinha motivos de acreditar, e até o tempo da repartição e emissão das acções, debentures, apolices sobre a vida ou outros titulos, conforme o caso, acreditou ser verdadeiro o mesmo ; e

b) em relação a cada tal disposição falsa, e acreditando ser ou conter um relatorio ou avaliação passada por engenheiro ou cópia ou extracto do mesmo e de um avaliador, contador ou

outro perito, e que realmente representava o relatório feito por tal engenheiro, avaliador, contador, ou outro perito ou que era uma cópia correcta e exacta de um relatório ou avaliação. Ficando entendido que embora tal relatório representasse mais ou menos o relatório feito por tal engenheiro, avaliador, contador ou outro perito, ou que era uma cópia exacta e correcta de um extracto de um relatório de avaliação, tal director, pessoa nomeada promotor, ou outra pessoa que autorizasse a emissão do prospecto ou aviso como acima vem declarada, ficavam obrigados de pagar compensação, como acima vem declarado, si ficar que elles não tinham razão de acreditar que a pessoa, fazendo o relatório, extracto ou avaliação, era competente para assim fazer; e

1) A respeito de cada uma tal declaração falsa, parecendo ser feita por pessoa official ou contida naquillo que parece ser uma cópia ou um extracto, de um documento publico official, que era uma representação correcta e boa de tal relatório ou copia ou extracto de tal documento, ou salvo si for provado que, tendo consentido a ser o director da companhia, elle retirou o seu consentimento antes de a emissão de tal prospecto ou aviso, e que o prospecto ou aviso foi emittido sem a sua autoridade ou consentimento, e que quando soube disso elle immediatamente deu aviso publico razoavel que foi emittido sem o seu conhecimento ou o seu consentimento; ou que depois da emissão de tal prospecto e aviso e antes da repartição e emissão das acções, debentures, apolices sobre a vida ou outras garantias nelles mencionadas, elle, sabedor do conteúdo menos verdadeiro dos mesmos, retirou, o seu consentimento e mandou dar publico aviso que retirava o seu consentimento e porque. 52 v. capitulo 34, secção 4.

2) Quando o qualquer companhia incorporada ou si incorporada debaixo deste acto desejar obter mais capital para a subscripção de acções, bonds-debentures, debentures ou outras garantias, e que emittir para esse fim um prospecto ou aviso, nenhum director de tal companhia será responsavel a respeito de qualquer declaração nelles contida, salvo si elle tiver autorizado a emissão de tal prospecto ou aviso, ou tiver adoptado ou ratificado o mesmo. 54 v. cap. 34, secção 4 (\*).

3) Quando tal prospecto ou aviso acima declarado contiver o nome de uma pessoa como a de um director da companhia, ou que tiver concordado acceitar ser director da mesma, e que tal pessoa não tiver concordado tornar-se director da mesma, ou que retirou o seu consentimento antes da emissão de tal prospecto ou aviso, e que não tiver autorizado ou consentido a emissão do mesmo, os directores da companhia, com a excepção de qualquer sem cujo conhecimento o prospecto ou aviso foi emittido, e qualquer outra pessoa que autorizou a emissão de tal prospecto ou aviso será obrigada de indemnizar a pessoa nomeada como director da companhia, ou que terá concordado a acceitar o logar de director da mesma, como acima vem exarado para todos os danos, custas, causas e despesas que poderia in-

correr por causa de ter tido o seu nome posto no prospecto ou aviso, ou por defender-se contra qualquer acção ou procedimento legal que contra elle for tomado por causa disso. 54 v. cap. 34, secção 5.

4) Cada pessoa que pela razão de ser director, ou nomeada como director ou que terá concordado em acceitar o lugar de director, ou que terá autorizado a emissão do prospecto ou aviso tornou-se responsavel para fazer qualquer pagamento sob as previsões dessa secção, terá direito a cobrar essa contribuição de qualquer outra pessoa que, citada separadamente, teria sido feita responsavel para fazer o mesmo pagamento. 54 v. cap. 34, secção 6.

5) Para os fins desta secção, salvo si o seu conteúdo dispor de outra forma:

1) « Declaração falsa » comprehende uma intenção secreta ou intencional de não revelar um facto material conhecido do director ou do promotor, que pôde razoavelmente influir sobre uma pessoa, fazendo-a pedir ou não, por acções, debentures ou outros titulos da companhia para a qual o convite foi passado.

2) « Garantias » quer dizer bonds — debentures, bonds — garantidos; tambem apolices, certidões ou outros instrumentos de garantias, ou instrumentos provando contractos desta natureza.

3) « Directores » designa-se os officiaes, conhecidos por qualquer nome, e nomeados para gerir os negocios de corporação.

4) « Promotor » quer dizer um promotor que era uma parte para a preparação do prospecto ou aviso, ou uma porção do mesmo contendo tal declaração falsa, porém não comprehenderá tal pessoa por motivo que haja em qualidade de profissional para pessoas occupadas em procurar a formação da companhia.

5) « Perito » comprehende qualquer pessoa, cuja profissão dá autoridade a um parecer passallo por elle. 54. v. cap. 34, secção 2.

93. Quando houver annuncio, papel marcado, bilhete postal, conta ou documento emitido, publicado ou posto em circulação por qualquer companhia registrada debaixo desse acto, ou qualquer official, agente ou empregado de tal companhia encorregase de dizer o capital da companhia, o capital então declarado e acceito de boa fé, e qualquer tal companhia, official, agente ou empregado, que mandará pôr e annunciar em qualquer jornal ou que publicar, emite, põe em circulação ou mandará publicar, emittir, ou circular qualquer annuncio, papel marcado, bilhete postal, conta ou documento estabelecendo como sendo o capital da companhia, qualquer quantia maior que a importancia de tal capital assim subscripto em boa fé, ou que contenha qualquer declaração falsa e menos verdadeira relativa a incorporação, fiscalização, supervisão, direcção e estado financeiro de tal companhia, e cuja declaração é calculada ou pretende enganar a qualquer pessoa negociando ou tendo algum negocio ou transacção com a dita companhia, ou com qualquer official, agente ou empregado da companhia, será sobre condemnação summaria, condemnado mais a uma pena não excedente de

duzentos dollars e custas e nunca menos de cincoenta dollars e custas, ou na falta de pagamento por parte do réo, sendo elle official, agente ou empregado, a uma pena não excedente de seis mezes de prisão com trabalhos forçados e nunca menor de um mez. Perda ou denuncia de — Concessão, etc.

97. Si uma companhia incorporada por cartas patentes não entrar em operação dentro de dous annos de sua incorporação, ou si depois de dous annos consecutivos não fizer uso dos seus poderes, taes poderes, com excepção daquelles necessários para dissolver a companhia, ficarão sem valor, e o seu nome, em tudo ou em parte, poderá ser concedido a uma outra companhia, apezar de todo o conteúdo da secção nona desse acto; e em qualquer acção ou procedimento onde for citado que não fizer uso dos poderes, a prova de existencia será sempre tomada em conta, si todavia a dita renuncia não affectar os direitos dos credores conforme esses existem no momento da perda. Estatutos revisados: Ontario 1837, capitulo 157, secção 70.

a) a concessão de uma companhia incorporada por carta patente poderá em qualquer tempo ser declarada sem effeito; e poderá ser revogada e annullada por uma ordem do tenente governador em conselho, depois de ter sido provado ao governador em conselho que tal revogação, annullação e perda foram convenientes.

98. Si uma companhia fizer negocios quando o numero dos seus accionistas for menor que cinco para um prazo de seis mezes, depois que o numero ficou assim reduzido, cada pessoa que for accionista na sociedade durante o tempo que assim negociar depois de um periodo de seis mezes e que tiver conhecimento que ella assim negocia com menos de cinco accionistas, será separadamente responsavel para o pagamento de todas as dividas da companhia, contrahidas durante esse tempo, e elles poderão ser citados pelos mesmos sem os companheiros de associação; exceptuado, todavia, si qualquer accionista tiver tido conhecimento que a companhia estava negociando com um numero de accionistas menor de cinco, e que elle tiver protestado por escripto e que tiver enviado, por meio de carta registrada, ao secretario provincial, o seu protesto sobre tal facto, o o tal accionista, por isto e a partir da data do seu protesto e notificação, exonerar-se de qualquer responsabilidade e si depois do aviso do secretario provincial a companhia recusa ou descuida de levar até cinco o numero de seus accionistas, tal recusa ou descuido poderá, depois do parecer do secretario provincial, ser considerada pelo governador em conselho como motivo sufficiente para a revogação da concessão da companhia.

99. A concessão de uma companhia incorporada por carta patente poderá ser denunciada si a companhia provar satisfactoriamente ao tenente governador em conselho:

- a) que não tem dividas, ou outros direitos duvidosos; ou
- b) que separou-se dos seus bens, dividiu o activo e passivo entre os seus accionistas por meio de rateio, que não tem nem dividas nem compromissos;

c) que as dividas e obrigações da companhia teem sido pagas e providenciadas, ou que os credores da companhia ou outras pessoas dão o seu consentimento, e que a companhia deu aviso que requereu denuncia de conformidade com os artigos dessa secção dez do presente Acto, e o tenente governador em conselho, depois do devido cumprimento com as provisões desta Secção, poderá acceitar e ordenar a radiação da concessão e poderá, por sua ordem, fixar uma data na qual a companhia será considerada dissolvida, e a companhia por e sobre isso será de facto dissolvida.

100. Uma companhia incorporada por cartas patentes para a fabricação do queijo, pôde, sem obter cartas patentes supplementares, effectuar a fabricação e venda de manteiga, todavia, si os accionistas determinarem por lei estender o negocio de modo a induzir a fabricação e venda de manteiga. 55 v. cap. 35, secção 1<sup>a</sup>.

#### *Extensão de poderes*

101. Em caso de uma resolução, autorizando um requerimento ao tenente governador, ser passada por um voto não menor de dous terços do valor dos accionistas presentes pessoalmente ou representados por procurador em uma assembléa geral da companhia, devidamente convocada para deliberar sobre o assumpto de tal resolução, o tenente governador em conselho poderá, de tempo em tempo, ordenar a emissão de cartas patentes supplementares á companhia abrangendo tudo ou parte das seguintes materias:

a) extensão dos poderes da companhia para quaesquer fins dentro das intenções desse acto, conforme a companhia pedir;

b) providenciando para a formação de um fundo de reserva;

c) mudando quaesquer provisões contidas nas cartas patentes em tanto que a alteração desejada não for contraria ás provisões desse acto;

d) providenciando para qualquer outra materia ou cousa a respeito das quaes provisões poderiam ter sido feitas por meio de cartas patentes originaes. Estatutos Revisados de Ontario 1887, capitulo 157, secção 46.

#### *Fusão de companhias*

Quaesquer duas ou mais companhias incorporadas debaixo das leis desta provincia e tendo os seus fins de accordo com as intenções deste acto, poderão de accordo com as disposições nelle contidas providenciar para a união, fusão e consolidação do seu capital, propriedade, negocios e immunidades, fazer quaesquer contractos e accordes necessarios para tal união e fusão. Estatutos Revisados de Ontario 1887, cap. 169, secção 76.

1) Os directores das companhias propondo assim fundir-se e consolidar-se como acima vem declarado, poderão entrar em



acordo junto a ser executado debaixo do sello de sociedade de cada uma das ditas companhias, para a fusão e consolidação das ditas companhias, prescrevendo os termos e condições da mesma, o modo de levar isso a effeito, o nome da nova companhia cuja ultima palavra será a palavra « Limitei », o numero dos seus directores, e quem serão os seus primeiros directores e suas residencias, o numero de acções formando o capital, o valor ao par de cada acção, e o modo de converter o capital em acções de cada uma das ditas corporações na sociedade nova, e como e quando os directores novos da corporação nova serão eleitos com taes outros detalhes que julgarem necesarios para aperfeiçoar a nova organização e consolidação e fusão das ditas companhias e como será a nova gerencia e andamento da nova sociedade. Estatutos revisados, 1887, cap. 169, secção 77.

2) O accordo submitter-se-ha aos accionistas de cada uma das companhias em uma assembléa de accordo com os estatutos additionaes, e havidos separadamente para o fim de tomar o mesmo em consideração. Estatutos revisados, Ontario 1887, cap. 164, secção 78.

3) Em taes assembléas de accionistas, considerar-se-ha o accordo, e um voto por escripto para a adopção e rejeição do mesmo será tomado, e cada acção dará direito de um voto ao seu possuidor, e os votos serão entregues pessoalmente ou por procurador; e si dous terços dos votos de todos os accionistas de cada uma das companhias são em favor do accordo, então este facto será certificado sobre o accordo pelo secretario de cada uma das companhias debaixo do sello da companhia de cada uma. Si o accordo for assim adoptado ás assembléas respectivas dos accionistas de cada uma das companhias, as companhias, juntando sua petição, poderão pelo intermediario do secretario provincial pedir ao tenente governador em conselho a concessão de cartas patentes, confirmando tal accordo.

4) Com a sua petição, ainda as companhias depositarão com o secretario provincial uma cópia original do accordo, e fornecerá taes outros documentos, e evidencia nesse sentido que poderá exigir o secretario provincial e o tenente governador em conselho poderá pôr cartas patentes confirmando tal accordo, e a partir da data de taes cartas patentes, confirmando tal accordo, e daquella data sómente, as ditas companhias serão reputadas fundidas e consolidadas e formar uma só companhia pelo nome estipulado no dito accordo e cartas patentes, e a companhia consolidada possuirá todas as propriedades reaes, pessoas e misturadas, direitos, privilegios e immunidades e serão sujeitas a todas as obrigações, contractos, responsabilidades e deveres de cada uma das companhias assim consolidadas. Estatutos revisados, Ontario 1887, cap. (169, secção 80.

5) Todos os direitos dos credores para obter pagamento serão pagos da propriedade, direitos e obrigações da companhia responsavel e todos os direitos sobre a propriedade, direitos e haveres de cada uma das companhias ficarão unidos por tal

consolidação, e todas as dividas, contractos, obrigações de cada sociedade respectiva passarão á sociedade nova, e serão verificados como si as taes dividas, contractos e obrigações tivessem sido contrahidos ou incorridos pela nova companhia.

6) Nenhuma acção ou procedimento por ou contra tal corporação assim consolidada, ou ambas, diminuirão ou serão affectados por tal consolidação, porém para todos os fins de tal acção ou procedimento legal, tal corporação poderá ser considerada como ainda existente, ou a nova corporação poderá ser substituída em tal acção ou procedimento legal em seu lugar. Estatutos revisados de Ontario, 1887, cap. 169, secção 81.

7) O secretario provincial dará tal noticia a respeito da fusão das ditas companhias segundo o regulamento da secção lhe prescreva.

103. Quando qualquer companhia tiver sido incorporada por um acto especial com fins ou intenções dentro do espirito da lei desse acto, então, em caso de haver uma resolução autorizando o pedido ao tenente governador, e passada em seguida a um voto de não menos de dous terços do valor de acções entre as mãos dos accionistas presentes em pessoa ou representados por procuradores, em uma assembléa geral da companhia devidamente convocada para deliberar sobre tal assumpto, o tenente governador em conselho poderá, de tempo em tempo, ordenar a emissão de cartas patentes á companhia, e contendo mais ou menos os seguintes assumptos:

- a) estendendo os poderes da companhia, a quaesquer fins, dentro dos terminos desse acto e segundo a companhia desejar;
- b) limitando ou augmentando a quantia, que a companhia desejar emprestar sobre *debentures* ou outros titulos;
- c) providenciando para um fundo de reserva;
- d) mudando qualquer provisão contida nesse acto especial, emtanto que a alteração não for contraria ás provisões desse acto;
- e) fazendo provisões para quaesquer outros assumptos e causas a respeito da provisão sob a qual a companhia foi incorporada debaixo desse acto. Estatutos revisados de 1877, cap. 157, secção 78.

#### *Companhias extra-provinciaes*

Cada companhia não incorporada por ou debaixo da autoridade de um acto da legislatura de Ontario, que agora ou antes do primeiro dia do anno de Nosso Senhor de 1897 negocia em Ontario, sendo o lucro com o fim ou objecto para poder ser incorporada debaixo deste acto, deverá, no ou antes do primeiro dia de novembro do anno de 1897 de Nosso Senhor, fazer e transmittir ao secretario provincial, debaixo de juramento, um relatório mostrando :

- a) o nome social da companhia ;
- b) quando e como e debaixo de que acto especial a companhia foi incorporada; e os actos emendando tal acto especial ou geral ;

- c) onde está situado o escriptorio central da companhia
- d) a importancia do capital em accções autorizada;
- e) o total das accções subscriptas e emitidas e as quantias sobre ellas já pagas;
- f) a natureza de cada genero de negocio que a companhia fica autorizada a fazer, e que especie ou especies de negocios ella explora em Ontario.

1) Si uma companhia faltar ao cumprimento dos artigos desta secção ella incorrerá em uma multa de vinte dollars por dia para cada dia da infracção, e cada director, gerente, secretario, agente, viajante ou vendedor de cada companhia que, sciente deste aviso pela presente, fizer dentro de Ontario algum negocio para a companhia será para cada dia que assim negociar sujeito a uma multa de vinte dollars.

2) Tal parte ou tudo das provisões desta secção serão publicadas pelo secretario provincial, segundo julgar o tenente-governador em conselho conveniente para o publico.

3) O tenente-governador em conselho poderá, depois que o secretario provincial tiver recebido o relatorio exigido por essa secção, relevar qualquer companhia de tudo ou parte da multa que lhe foi imposta pela razão de falta de transmissão de tal relatorio.

105. Qualquer companhia, incorporada de outra fôrma que pela ou debaixo da autoridade de um acto da legislatura de Ontario e desejando continuar os seus negocios de accordo com o alvo desse acto, dentro da provincia de Ontario, poderá, por intermedio do secretario provincial, requerer ao tenente-governador em conselho licença de assim fazer, e o tenente-governador em conselho poderá assim autorizar tal companhia a usar, gozar e valer-se dos poderes, privilegios e direito especificados em tal licença. Estatutos revisados, Ontario, 1887, cap. 157, secção 3.

1) Nenhuma tal licença será passada até que tal companhia tiver depositado na secretaria do secretario provincial uma cópia verdadeira do acto, concessão ou outro instrumento incorporando a companhia, legalizado de modo satisfactorio para o tenente-governador em conselho, junto com uma procuração bastante, debaixo do seu sello commum, autorizando qualquer pessoa nella nomeada e residindo nesta provincia de Ontario como seu procurador, outorgando-lhe poderes para citar, defender, em prol de tal companhia deante de todos os tribunaes desta provincia, acceitar citações e dar as mesmas, e para os fins acima especificados passar quaesquer actos e escripturas relativos a esses fins e dentro das attribuições de um pccurador, e tal companhia poderá de tempo em tempo nomear outro procurador com os mesmos poderes, devidamente depositados, que substitua vantajosamente o procurador primeiramente nomeado.

2) O aviso de concessão de tal licença será publicado immediatamente pelo secretario provincial na *The Gazette* e de accordo com os termos da secção 10.

3) A licença, ou qualquer traslado da mesma debaixo do grão sello da provincia de Ontario, será evidência sufficiente em qualquer procedimento legal deante de qualquer tribunal dessa provincia que a companhia está legalmente autorizada a funcionar.

4) A companhia, assim autorizada, deverá, no ou antes do dia 8 de fevereiro em cada anno durante a sua existencia debaixo de tal autorização enviar ao secretario provincial uma declaração cuja forma será approvada pelo tenente-governador em conselho, contendo informação igual áquella exigida na secção 76 deste acto, ou outro tanto, quanto for pedido.

5) Si uma companhia faltar ao cumprimento das pensões desta secção, ella incorrerá em uma multa de vinte dollars para cada dia, e si durante a qual ella continuar a faltar, cada director, gerente, secretario da companhia que sciente e voluntariamente autorizar ou permittir tal falta incorrerá na mesma multa.

6) O tenente-governador, em conselho, poderá por meio de uma ordem em conselho, que será publicada pelo secretario provincial na *The Gazette* ou de outra forma, segundo for estipulado pelos ditos regulamentos, suspender, revogar, annullar e cassar qualquer autorização concedida, debaixo dessa secção, a qualquer companhia, que recusar ou deixar de cumprir quaesquer das provisões dessa secção, e apezar de tal suspensão ou revogação os direitos dos credores da companhia ficarão como no momento de tal suspensão ou revogação.

A ser executado em duplicata: uma duplicata a ser depositada na secretaria do secretario provincial.

#### CEDULA A

The..... Company, Limited

*Contractos de accordos, etc.*

#### Livro de acções

Nós, os abaixo assignados, por meio desta, separadamente, concordamos com os outros de incorporarmos em uma companhia debaixo das provisões do acto de companhias de Ontario, debaixo do nome «The..... Company de..... Limited» ou tal outro nome que o tenente-governador, em conselho, poderá dar á companhia, com o capital de ..... dollars, dividido em ..... tantas acções de ..... dollars cada uma.

E nós, por meio desta, separadamente e ninguém para outro, subscrevemos e concordamos em tomar as respectivas quantias de acção da dita companhia, mais adeante assignadas, pondo o nosso nome assignado em frente, e declaramos sermos accionistas em tal companhia para as ditas quantias.

Em fé do que, assignamos.

NOME DO ACCIONISTA	SELLO	TOTAL DA SUBSCRIÇÃO	DATA E LOGAR DA SUBSCRIÇÃO		RESIDENCIA DO ACCIONISTA	NOME DA TESTEIMUNHA
			DATA	LOGAR		

## CEDULA B

A Sua Excellencia.....

etc. etc. etc.

Tenente-Governador em conselho.

A Petição.....

1) que os supplicantes desejam obter por cartas patente, de-  
baixo do grande sello, uma concessão sob as provisões do *The*  
*Ontario Companies etc.*, constituindo os requerentes e taes outros  
que poderão vir a ser accionistas na companhia assim formada,  
uma sociedade com direitos sociaes e juridicos debaixo do nome  
de *The*.....

2) que os supplicantes satisfizeram-se e asseguraram-se que o  
nome social debaixo do qual procura-se incorporação não en-

controu objecções algumas, e que não é o de nenhuma companhia, associação, individuo nem de nenhum negocio actualmente em pé, ou tão semelhante que possa haver engano;

3) que os supplicantes satisfizeram-se e assignaram-se que nenhum interesse publico ou particular ficam lesados pela incorporação pedida;

4) que os requerentes são de maior idade;

5) que o fim de tal incorporação pedido pelos supplicantes é

6) que os negocios da companhia serão em ..... dentro (ou fóra) da Provincia de Ontario.

7) que o escriptorio central será em .....

8) que o total do capital acção da companhia é de ..... dollars.

9) que o dito capital acções será dividido em ..... acções de ..... dollars cada uma.

10) que o dito numero da Mesa Directora da companhia será de .....

11) que o dito .....

serão os directores provisionados da companhia.

12) que assignando por isso um contracto de accordo, devidamente executado em duplicata, tendo em vista a incorporação da companhia, os supplicantes tomarão o numero de acções collocado em frente do seu nome como segue.

Supplicants	Total de acções subscriptas

Nota — Si algum pagamento tiver sido feito, á vista ou de outra forma, pelo assignante por conta de suas acções, o mesmo deverá ser explicado aqui.

Os seus requerentes por isso supplicam a V. Ex. dignar-se, por carta-patente debaixo do grão sello, conceder a concessão aos supplicantes e a taes outros que virão a ser accionistas e

àquelles que assignaram o *Memorandum* de accordo e o livro de acções que por ella foi formado, de estabelecer-se como companhia com direitos sociaes e juridicos para levar assim a effeito o motivo de sua incorporação.

Nesses termos.

E. R. M.

Assignaturas dos

Accionistas

.....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....

61. Vict. Capitulo 19 «Um acto emenda ao acto». «O Acto das Companhias de Ontario».

Assenta 17 janeiro 1898 — Sua Magestade, por e com conselho da Assembléa Legislativa da Provincia de Ontario, decreta quanto segue:

N. 1 — A secção 10 do Acto das Companhias de Ontario fica por meio desta emendada riscando-se com artigo (g) as palavras «não menos de tres na mesa dos Directores» nas primeiras e segundas linhas da mesma.

2 — Sub-secção I da sessão 23 do dito acto fica por esta emendada, accrescentando-se ao fim da mesma a seguinte provisão:

«Si todavia, que nada nella contida será comprehendido de modo a tornar obrigatorio a qualquer companhia o uso da palavra não abreviada «Limited» impresso, escripto, estampado ou de outra fôrma marcando o mesmo nome da dita companhia, sobre fardos, pacotes, gigos ou caixas contendo mercadorias, ou sobre mercadorias productos da companhia, e que nenhuma tal marca será considerada como annuncio no sentido dessa sub-secção.

3 — A sub-secção 6 da secção 23 do dito acto fica por meio desta emendada riscando-se as palavras «incorporada para fins ou intenções commercial, mercantil, fabril ou de negocio» nas segundas e terceiras linhas da mesma, e substituindo as mesmas as palavras «tendo lucro por objecto» e riscando-se incorporada por quaesquer dos ditos fins, na sexta linha da mesma e substituindo-lhes as palavras «tendo o lucro como fim ou objecto».

As emendas aqui estipuladas foram feitas no Acto das Companhias de Ontario.

4 — A dita secção 23 fica por esta emendada, accrescentando-se a ella esta sub-secção :

7) No caso das companhias incorporadas deante do decimo terceiro dia de abril de 1897, esta secção não terá effeito de modo a tornar tal companhia ou o director ou officiaes da mesma sujeitos a multas e a responsabilidades por meio deste impostas pelo facto de tal companhia usar a abreviação « limited » ou qualquer outra abreviação da palavra « limited », ou as companhias legalmente incorporadas, sem a palavra « limited » formando parte do nome da mesma, até o primeiro de janeiro de 1900; porém, isso de fôrma alguma não relevará a tal companhia qualquer multa em que tiver incorrido antes da decretação do acto, passado no sexagesimo segundo anno do Reino de Sua Magestade, capitulo 26.

5 — A sub-secção 7 da secção 23 do Acto das Companhias de Ontario (ou accrescentando e o § 61, capitulo 19 da lei Victoria), secção 41, applicar-se-ha e ficou desde que passou e será applicavel tambem aos futuros casos e transacções, exceptuado em qualquer caso em que fôr passado julgamento).

6 — A sub-secção 6, da secção 107 do dito acto, fica por esta emendada, substituidas as palavras « essa secção na segunda linha das mesmas as palavras » a sub secção precedente.

7 — A cedula B, em appendice ao dito acto, fica por meio deste emendada, riscando-se o decimo pagrapho da mesma.

8 — As multas impostas pelo dito acto serão cobradas sómente por meio de acção, ou então por consentimento escripto do procurador geral da Provincia de Ontario.

9 — Em addicção ao poder passado pelo capitulo 108 destes estatutos revisados para a relevação das multas, o tenente governador em conselho poderá relevar as custas de qualquer acção já iniciada para a cobrança das multas de accordo com o acto das companhias de Ontario, e em caso de tal relevação, a pessoa iniciando tal acção não poderá cobrar custas algumas.

---

E eu certifico que os documentos supra são cópias verdadeiras e fieis dos originaes em meu poder, em fé do que assignei e sellei a presente do meu proprio punho e com o sello do meu officio neste segundo dia de junho do anno de mil e oitocentos e noventa e nove, de Nosso Senhor Jesus Christo e no sexagesimo segundo anno do reino de Sua Magestade (assignado). — *Charles Aveke*, escrivão juramentado da assembléa de Ontario. Tinha mais o sello em tinta vermelha da legislatura de Ontario, tendo no centro as armas de Ontario com o seguinte dizer: Escriptorio Central da Legislatura de Ontario. Tinha mais a seguinte declaração: Eu certifico que os documentos estabelecidos nas paginas precedentes e amarradas debaixo do grão sello da Provincia de Ontario, são revestidas de todas as formalidades exigidas por lei desse paiz, e para constar, onde convier, passei a presente declaração a pedido da « The São Paulo Railway



Light and Tower Company, limited », e da sociedade « National Nust Company, limited », e mandei sellal-o com o sello deste Vice-Consulado da Republica do Brazil, no segundo dia do mez de junho do anno de Nosso Senhor Jesus Christo, 1899, (assignado). — *Georg Nlsson*, Vice-Consul Brasileiro em Ontario. Honorarios, 5\$000, pagou (assignado). — *Georges N. Lussion*. Tinha mais um carimbo em tinta roxa e um em tinta vermelha com os seguintes dizeres: Republica dos Estados Unidos do Brazil. Vice-Consulado em Ontario; tendo tambem no centro as armas desta Republica. Tinha mais uma estampilha federal no valor de mil réis, devidamente inutilisada com os seguintes dizeres: Delegacia Fiscal, 27 de junho de 1899, o escripturario (assignado). — *Carneiro da Cunha*.

Tinha mais duas estampilhas federaes no valor de quinhentos e cinquenta réis, devidamente inutilisadas com a seguinte declaração: reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. N. Lussion, consul do Brazil em Toronto, Canadá.

S. Paulo, 27 de junho de 1899. — O delegado fiscal (assignado) *Manoel Kosciushko Pereira da Silva*.

Tinha mais um carimbo em tinta roxa, tendo no centro as armas da dita Republica com o seguinte dizer: S. Paulo, Inspector da Alfandega. — O traductor publico, *E. Hollender*.

Reconheço a firma supra.

S. Paulo, 8 de julho de 1899. — Em testemunho, *J. Lacerda*. — *João Tiburcio da Silveira*, 5º tabellião.

Nada mais continha ou declarava o documento escripto em inglez e que bem e fielmente traduzi do proprio original ao qual me reporto, e que depois com este conferido e achado exacto tornei a entregar a quem m'o havia apresentado. Em fé de que, passei o presente que assignei e sellei com o sello de meu officio, nesta cidade de S. Paulo, aos 3 de julho de 1899. — *Eugène Jules Jacques Hollender de Jonge*, traductor publico, interprete commercial juramentado.

O referido é verdade, o que juro á fé do meu officio. — *Eugène J. J. Hollender*.

Reconheço a firma supra.

S. Paulo, 8 de julho de 1899. — Em testemunho, *J. Lacerda*. — *João Tiburcio da Silveira*, 5º tabellião.

Eu, *Eugène Jules Jacques Hollender de Jonge*, traductor e interprete commercial juramentado da praça de S. Paulo, certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez e a pedido da parte o traduzi litteralmente para o idioma nacional, a respectiva traducção diz o seguinte, a saber:

Data 7 de abril do anno de 1899 do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo. Traslado da patente de concessão debaixo da

acta, regendo as companhias de Ontario, autorizando a incorporação da *The São Paulo Railway Light and Power company, Limited*.

**Registro provincial :**

Secretaria do Departamento Provincial do Toronto, Ontario. Grande sello official da Provincia de Ontario, Canadá, tendo no centro as reaes armas inglezas e com o seguinte dizer : O sello da Provincia de Ontario.— (Assignado) *Arthur S. Aordy*, procurador geral.

Registrado em 22 de maio de 1899 de nosso Senhor Jesus Christo, sob n. 47.— (Assignado) *John T. C. Ussher*, official do registro, Provincia de Ontario.

Victoria, pela graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Defensora da Fé, etc., etc. :

A todos que estes presentes virem comprimentamos. Saibam todos que nos registros officiaes dos accordãos e concessões da Provincia de Ontario, no registro n. 57 sob o n. 47 acha-se o seguinte lançamento cujo theor é : Armas impressas do Reino Unido da Grã-Bretanha — Canadá — Provincia de Ontario.— (Assignado) *O. Movat*.

Victoria, pela graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Defensora da Fé etc., etc., etc.

A todos que estes presentes virem, comprimentamos.

Visto que fica estipulado na acta regendo as companhias de Ontario, e de accordo com as excepções nella contidas que o tenente-governador de nossa provincia de Ontario pôde debaixo do grão sello conceder cartas patente para a criação e formação de corporações, sejam politicas (1), sejam para quaesquer outros fins, corporações estas formadas sempre de accordo com o Poder Legislativo da Legislatura de Ontario.

7. Visto que pelo seu requerimento neste sentido as pessoas cujos nomes estão nesta contidos, pediram a concessão, de um decreto auctorisando-as a formar uma sociedade gosando de todos os direitos civis, para os fins mais adiante estipulados.

8. Visto que ficou provado satisfactoriamente ao nosso tenente-governador, em Conselho que as ditas pessoas cumpriram as exigencias legais precedentes á concessão das cartas patente e que a dita empresa está de accordo com os termos da dita acta.

Saibão pois todos que de accordo e com o conselho do Conselho Executivo de nossa provincia de Ontario e debaixo da autoridade mencionada por parte no presente estatuto e por parte de todo e qualquer outra auctoridade da qual andamos

---

(1) O sentido «politicas» quer dizer gozando de todos os direitos civis.

revestido e á vista do requerido, nós por estas presentes cartas-patente, creamos e constituímos as pessoas adiante mencionadas isso é James Gunn, Superintendente da Companhia. John-Maitland Smith, Herbert Evelyn Harcourt Vernon e Archibald James Sinclair, Contadores Richard Selby Gosset tachygrapho, Alexander William Mackenzie, proprietarios Ernest William Mac Neill empregado de Solicitador, todos da Cidade de Toronto no Condado de York e provincia de Ontario a quaesquer outros que assignaram o *Memorandum* de accordo e Contracto da Sociedade e os seus successores respectivamente, sendo esta Corporação para os fins e objecto que seguem, isso é :

a) estabelecer, construir, completar, manter e executar obras para a producção, utilização e venda e produzir e vender vapor, gaz e electricidade e força motora electrica, a vapor, a gaz, pneumatica, mecanica, hydraulica e outra força motora qualquer, para todos os fins convenientes.

b) Em qualquer outro logar fóra de nosso dominio de Canadá, obter dos poderes legislativos, governamentais ou municipaes concessões ou poderes para ahi levantar plantas, assentar e construir, completar, manter e explorar e de tempo em tempo collocar, remover e mudar segundo for necessario linhas duplas ou simples de estrada de ferro, com trilhos de aço ou de ferro, assim como desvios, aterro para a passagem dos carros, carroças e outros vehiculos adaptados a mesma estrada de ferro que passará por ruas e estradas publicas, largos e praças e passando a lado ou atravessando terras compradas ou alugadas ou de outra forma adquirida pela companhia, assentar tambem linhas telegraphicas, telephonicas e quaesquer obras correspondentes as mesmas, e permittir o uso das ditas linhas de estradas de ferro e obras por meio de licença, arrendamento ou de outra forma remunerativa ; e aceitar mediante retribuição a transmissão e a distribuição de telegrammas e mensagens ; o transporte de passageiros e fretes incluindo-se o transporte de malas expressas e outras mercadorias, tudo por meio de força ou tracção animal ou por meio de força motora a vapor, pneumatica electrica ou mechanica ou por meio de combinação dellas todos ou por meio de qualquer dellas, e tambem para ahi adquirir por meio de compra arrendamento ou de outra forma, de taes modos ou em taes condições que poderão ser estipuladas e de manter e explorar por remuneração quaesquer linhas existentes futuras, ou qualquer linhas existentes de estradas de ferro, telegrapho e telephonica, gazometros e conductos, fabricas de luz electrica e suas linhas ou de quaesquer fabricas de força motora a vapor, gaz, electrica, pneumatica, mecanica, hydraulica, ou de quaesquer outras forças motoras e suas linhas, e as dividas activas e passivas, direitos, propriedades, poderes, concessões e privilegios relativos as mesmas linhas, e tambem as acções do fundo capital e os bonus, debentures e outras garantias de qualquer companhia proprietaria ou explorando a dita linha ou quaesquer das mesmas, e assumir as dividas activas e passivas das mesmas ou relativas as mesmas ou taes partes das dividas activas e pas-

sivas das mesmas e assumir as dividas activas e passivas em relação ás mesmas ou taes partes das dividas activas e passivas segundo for estipulado.

### C

Para os ditos fins :

1.º Adquirir por compra ou arrendamento ou por outra fôrma e em taes termos e a taes condições que poderão ser estipuladas e ajustadas quaesquer bens moveis ou de raiz, immoveis, terrenos e cargos inherentes aos mesmos, inclusive forças motoras hydraulicas, lagos, tanques, rios e correntes de agua.

2.º Adquirir por arrendamento, compra ou por outra fôrma e em taes termos e em taes condições que poderão ser ajustadas e estipuladas, direitos, poderes, concessões, privilegios e immuni-  
dades que permittirão a companhia de gozar e explorar sem impedimento algum todos os direitos, poderes, concessões, privilegios, immuni-  
dades e fins da companhia.

3.º Fazer quaesquer contractos e accordos com qualquer ou quaesquer autoridades legislativas, governamentaes, municipaes ou outras, conselhos, corporações, sociedades ou particulares em relação ao exercicio por parte da companhia de qualquer ou de quaesquer dos seus direitos, concessões, privilegios, immuni-  
dades e poderes, e relativamente ás compras e aquisições feitas pela companhia de direitos, concessões, privilegios, immuni-  
dades e poderes em relação a esta.

4.º Requerer e obter de qualquer ou quaesquer poderes legis-  
lativos, governamentaes, municipaes ou de outras autoridades poderes e sociedades constituídas a confirmação, o registro e o reconhecimento da companhia e dos seus direitos, poderes, concessões, privilegios e immuni-  
dades e fins em qualquer logar forá de nosso dito dominio de Canadá, e tambem requerer e obter taes direitos, poderes, concessões, privilegios, immuni-  
dades e cousas additionaes que serão julgados convenientes e fazer tudo quanto for considerado necessario ou conveniente para cumprir de tempo em tempo com toda e qualquer lei, ordenação, decreto, regulamento ou com quaesquer leis, ordenações, decretos, regulamentos e outros requisitos actualmente existentes ou que poderão ser decretados no futuro em quaesquer dos taes logares.

5.º Vender, assignar, transferir e substabelecer a quaesquer pessoas ou corporações autorizadas, adquirir estas em taes termos e condições e para taes considerações que poderão ser ajustadas e estipuladas, de tempo em tempo ou tudo ou parte das obras, emprezas, bens moveis e immoveis e de raiz, propriedades reaes e pessoaes, direitos, poderes, concessões, privilegios e immuni-  
dades da companhia.

6.º Passar quaesquer actas e escripturas, exercitar quaesquer poderes, fazer quaesquer negocios incidentaes, tudo para o bom desempenho dos fins para os quaes a companhia foi incorporada e necessarios para permittir a companhia levar a bom fim e

proveitosamente todas e quaesquer das suas emprezas. O nome legal da companhia será « The S. Paulo Railway Light and Power Company Limited ». O capital por acções da Companhia será de seis milhões de dollars, dividido em sessenta mil acções de cem dollars cada uma. O escriptorio central da companhia será na dita cidade de Toronto, e os directores provisionaes da companhia serão: James Gunn, John Maitland Smith, Herbe Evelyn Harcourt Vernon, Archibald James Sinclair, Richard Sellry Gosset, Alexander William Mackenzie, Ernest William Mac Neil, aqui mencionados.

Em fé do que mandamos passar estas Cartas-patente que mandamos sellar com o grão sello de nossa Provincia de Ontario; testemunha o muito honrado Sr. Oliver Mowat, cavalheiro grão-cruz da nossa mui distincta ordem de São Miguel e São Jorge, membro de nosso conselho privado para o Canadá, e tenente governador de nossa Provincia de Ontario. Dado em nosso palacio do governo em nossa cidade de Toronto na nossa dita provincia neste setimo dia de abril no anno de mil oitocentos e noventa e nove de Nosso Senhor e no anno sexagesimo segundo do nosso Reino. Por ordem G. E. Lumsden, secretario provincial ajudante. Mandamos trasladar tudo, em fé do que mandamos passar estas cartas-patente que mandamos sellar com o grão sello da nossa provincia. Testemunha: o muito honrado Sr. Oliver Mowat, cavalheiro grão-cruz da nossa ordem mui distincta de S. Miguel, e S. Jorge, membro de nosso conselho particular para o Canadá, tenente governador de nossa provincia de Ontario, em Toronto, neste vigesimo segundo dia de maio de mil oitocentos e noventa e nove no sexagesimo segundo anno de nosso Reino. Por ordem (assignado) G. A. Lumsden, secretario presidencial. Tinha mais a seguinte declaração: Eu certifico que o documento infra está munido de todos os requisitos legaes exigidos pelas leis deste paiz e para constar onde convier passei a presente declaração a pedido da « The S. Paulo Railway Light and Power Company, limited » e mandei sellal-o com o sello deste Vice-Consulado da Republica do Brazil no segundo dia do mez de junho do anno de mil oitocentos e noventa e nove do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo— (Assignado) *Georges N. Lusson*, vice-consul do Brazil para Ontario. Pagou honorario 5\$. (assignado) G. N. Observações do traductor — tinha mais um sello em tinta vermelha onde tinham as armas da Republica dos Estados Unidos do Brazil com o seguinte dizer: Republica dos Estados Unidos do Brazil, Vice-Consulado em Ontario. Tinha mais uma estampilha federal no valor de mil réis devidamente inutilisada com o seguinte dizer: Delegacia Fiscal — 27 — 6 — 99, o escripturario (assignado), *Carneiro da Cunha*, tinha mais duas estampilhas federaes no valor de quinhentos réis, devidamente inutilisadas com o seguinte dizer: Reconheço verdadeira a firma do Sr. N. Lusson, consul do Brazil em Toronto. Canadá, S. Paulo, 27 de junho de 1899. O delegado fiscal *Manoel Kosciushko Pereira da Silva*; tinha mais um carimbo em tinta roxa com o seguinte dizer: S. Paulo, Inspectoria da Alfandega

e tendo no centro as armas da Republica do Brazil. — O traductor, *E. M. Mendes*.

Reconheço a firma supra. S. Paulo, 8 de julho de 1899. Em testemunho da verdade. *João Tiburcio da Silva Soledade*, 5º tabellião.

Nada mais continha ou declarava o dito documento, escripto em inglez, e que bem e fielmente traduzi do proprio original ao qual me reporto, e que depois com este conferido e achado exacto tornei a entregar a quem m'o havia apresentado. Em fé do que passei o presente que assignei e sellei com o sello de meu officio, nesta cidade de S. Paulo, aos 28 de junho do anno de 1894. — *Eugène J. J. Hollander*, traductor publico, interprete commercial juramentado.

O referido é veridade, o que juro sob a fé do meu officio. — *Eugène J. J. Hollander*.

Resonheço a firma supra.

S. Paulo, 8 de junho de 1899. — Em testemunho da verdade. — *João Tiburcio Leite Penteado*, 5º tabellião.

Eu, *Eugène Jules Jacques Hollander de Jonge*, traductor e interprete commercial juramentado da praça de S. Paulo, certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez e a pedido da parte o traduzi litteralmente para o idioma nacional; a respectiva traducção diz o seguinte, a saber :

« The São Paulo Railway Light and Power Company, limited. Cópia dos Estatutos adiconaes, assignada pelos accionistas. Blak Lash Hassels, tabelião. Toronto. Canadá.

Sello em branco com o seguinte dizer: «The São Paulo Railway Light and Power Company, limited».

#### *Estatuto adicional n. 1*

Estatuto adicional, tratando geralmente da transacção dos negocios e affazeres da « The São Paulo Railway Light and Power Company, limited».

Ficou decretado pelos directores da « The São Paulo Railway Light and Power Company, limited», como sendo estatuto adicional da dita companhia, o que segue :

1.º O escriptorio central da companhia terá a sua sêde na cidade de Toronto, e em tal lugar que os directores da companhia poderão de tempo em tempo determinar.

2.º O sello, do qual se vê uma impressão aqui em margem, será o sello da companhia.

3.º Os negocios da companhia serão regidos por uma mesa de sete directores.

4.º Haverá um presidente, um primeiro vice-presidente e (si os directores assim julgarem conveniente) um segundo vice-presidente, um secretario, um thesoureiro, um gerente e taes outros officiaes segundo for determinado pela mesa dos directores. Uma pessoa poderá occupar mais de um emprego, os termos de emprego e remuneração dos officiaes serão fixados de tempo em tempo pela mesa; porém, na ausencia do contracto em contrario com a companhia, a duração do emprego de todos os officiaes ficará submittida á vontade da mesa.

5.º O presidente terá a supervisão dos negocios e transacções da companhia. Quando elle estiver presente, presidirá todas as reuniões da companhia e nas da mesa de directores. Em caso de ausencia do presidente, os seus deveres caberão a um vice-presidente.

6.º Contractos e compromissos poderão ser feitos e tomados em nome e por parte da companhia, e letras de cambio e notas promissorias poderão ser sacadas em proveito da companhia, devendo ser endossadas pelo presidente ou por um vice-presidente, ou taes outros officiaes ou pessoas de tempo em tempo designadas pela mesa. As contas bancarias da companhia serão abertas em o banco que a mesa dos directores de tempo em tempo poderá determinar, e os cheques sobre as mesmas contas ou quaesquer outros saques serão assignados, por parte da companhia, pelo presidente ou por um vice-presidente e o secretario, ou por taes outros officiaes ou pessoas que a mesa de tempo em tempo determinará.

7.º Os deveres do secretario serão os de manter os livros da companhia de conformidade com as exigencias da lei e de cumprir taes outros deveres indicados nos termos do seu contracto e os que lhe forem pedidos pela mesa.

8.º Os deveres do thesouro e do gerente serão os indicados no seu contracto ou os que lhe pedir a mesa.

10. Manter-se-ha de conformidade com as indicações da mesa aos directores um livro de transferencia de acções e todas as transferencias de titulos do fundo capital da companhia serão lançadas em tal livro e serão assignadas pelo transferidor ou pelo seu procurador, devidamente autorizado por escripto.

As certidões de acções e os endossos em branco nas mesmas serão feitos na fôrma determinada e approvada pela mesa e as taes certidões terão o sello da companhia e serão assignadas pelo presidente ou por um vice presidente e pelo secretario.

11. O prazo de cargo dos directores será de um anno, a partir da data da reunião geral, na qual terão sido eleitos, ou até o momento em que serão designados os seus successores. A mesa inteira retirar-se-ha na reunião annual onde será procedida a eleição dos novos directores; poderão, todavia, ser reeleitos si assim qualificados.

Fica, entretanto, *sempre estipulado* que qualquer director ou quaesquer dos directores poderão ser removidos de seu cargo e um director novo ou directores novos collocados em seu ou seus logares pelos accionistas reunidos para esse fim em uma

assembléa geral e especial. Tres directores formarão numero sufficiente para a transacção dos negocios. Os directores poderão reunir-se de tempo em tempo sem aviso formal, si todos os directores forem presentes, ou si aquelles que forem ausentes tiverem dado o seu consentimento para taes assembléas e justificados da impossibilidade em que estão de assistir ás mesmas. Assembléa de directores poderá ser formalmente convocada pelo presidente ou pelo vice-presidente, ou por dous quaesquer directores. O aviso de tal convocação será entregue pessoalmente, ou pelo correio, ou telegraphado a cada director, em um prazo nunca menor de dous dias antes que tal assembléa deva ser effectuada.

12. A assembléa annual dos accionistas effectuar-se-ha no escriptorio da companhia ou em qualquer outro lugar designado pela mesa, e isso em tal dia de cada anno segundo for designado pelos directores. Aviso publico ou annuncio não será necessario para marcar as assembléas annuaes ou especiaes de accionistas, porém, expedir-se-ha pelo correio a cada accionista ao seu ultimo endereço postal o aviso do momento e do lugar em que effectuar-se-ha tal assembléa e esse aviso será lançado no correio, ao menos dez dias antes da data marcada para tal convocação.

Fica, entretanto, sempre estipulado que a assembléa geral de accionistas poderá ser effectuada em qualquer tempo e em qualquer lugar, si todos os accionistas da companhia estiverem presentes na mesma ou representados por procuradores devidamente autorizados, e nessas assembléas poderão ser effectuados quaesquer negocios que a companhia poderia effectuar em assembléas geraes ou especiaes.

13. A mesa poderá escolher dentre os seus membros uma commissão executiva que será munida com taes poderes que a mesa de tempos em tempos poderá designar.

Passado pelos directores neste decimo nono dia de maio de 1899.

Em fé do que appuzeram o sello da companhia (assignados) : — James Gunn, presidente. — John M. Smith. — H. E. Harcourt Vernon. — R. S. Gosset. — A. J. Sinclair. — E. W. Mac Neill. — A. W. Mackenzie. Testemunhas (assignados) : — Alexander Mackenzie — D. Malghen Walter Gov.

#### *Estatuto adicional n. 2*

Um estatuto adicional a respeito do emprestimo de dinheiro e da emissão dos bonds, etc., pela *The S. Paulo Railway Light and Power Company, limited*.

Ficou decretado pelos directores da *The S. Paulo Railway Light and Power Company, Limited*, como sendo estatutos additionaes da dita companhia quanto segue :

*Os directores da dita companhia poderão de tempo em tempo :*

a) emprestar dinheiro sobre o credito da companhia em taes quantias e em taes condições por elles julgadas conveniente ;



b) emittir os *bonds*, *debentures* ou outros titulos de garantia da companhia para os fins legaes da companhia, e nenhum outro para taes quantias e em taes condições que forem julgadas convenientes; porém, nenhum tal *bond*, *debenture* ou outro titulo de garantia terá menos do valor de cem dollars, e elles poderão penhorar ou vender os mesmos para taes quantias e para taes preços que poderão julgar necessario ou conveniente;

c) hypothecar, empenhar, penhorar o tudo ou parte de qualquer immovel ou bem de raiz pertencendo á companhia, direitos e poderes da companhia garantindo taes *bonds*, *debentures* ou outros titulos de garantia ou quaesquer obrigações da companhia ou quantias emprestadas para o fim da companhia e todos os taes instrumentos de hypotheca, empenho e penhora deverão conter taes convenções, provisões, poderes e accordos que os directores julgarem convenientes.

Passado pelos directores neste decimo nono dia de maio de 1899. — (Assignado) *James Gunn*, presidente.

Em fé do que appuzeram o sello da Companhia. — (Assignado) *James Gunn*. — *J. M. Smith*. — *A. E. Harcourt Vernon*. — *E. S. Gosset*. — *A. J. Sinclair*. — *E. W. M. Neill*. — *A. W. Mackenzie*. — *Alexander Mackenzie*.

Testemunhas: — (Assignados) *D. Walgren*. — *Walter Gow*.

Provincia do Ontario — Eu, o abaixo assignado, um tabellião publico devidamente nomeado, por autoridade real, certifico por meio desta que *James Gunn*, *John Maetland Smith*, *Herbert Evelyn Harcourt Vernon*, *Archibaldo James Sinclair*, *Richard Selbly Gosset*, *Alexander William Mackenzie*, *Ernest William McNeill*, *Alexander Mackenzie*, todos elles, os accionistas da *The S. Paulo Railway Light and Power Company, Limited*, assignaram a cópia annexa de estatutos addicionaes da dita companhia assim como a certidão annexa á mesma, em minha presença neste decimo terceiro dia de maio de 1899. (Assignado) *Walter Gow*. — Observações do traductor: Tinha mais um sello em tinta vermelha, com o seguinte dizer: « *Walter Gow*, tabellião publico em Ontario. »

Nós, os abaixo assignados, accionistas da *The S. Paulo Railway Light and Power Company, limited*, pela presente certificamos e declaramos que a presente certidão a essa annexa legalizada por nossas firmas, é uma cópia verdadeira de todos os estatutos addicionaes passados pela *The S. Paulo Railway Light and Power Company, limited*, e que taes estatutos addicionaes foram passados de accordo com a lei, em assembleias onde todos os directores e accionistas da dita companhia estavam presentes e que os mesmos foram passados por unanimidade de votos.

Em fédo que assignamos a presente certidão na cidade de Toronto, Canadá, neste decimo terceiro dia de maio de 1899.

(Assignados): *James Gunn*. — *J. M. Smith*. *A. E. Harcourt*

*Vernon. — R. S. Gosset. — A. J. Sinclair. — E. W. Mac Neill. — A. W. Mackenzie. — Alexander Mackenzie.*

Testemunhas (Assignadas): — *D. Walgren. — Walter Gow.*

Eu, John M. Smith, da cidade de Toronto, Secretario da *São Paulo Railway Light and Power Company, limited*, pelo presente certifico e declaro que o documento á essa annexa devidamente legalizado pela minha assignatura e pelo sello da dita Companhia, é uma cópia verdadeira de todos os estatutos addicionaes passados pela *The São Paulo Railway Light and Power Company, limited*, e que a tal cópia foi devidamente assignada pelos accionistas da dita companhia.

Em fô do que foi collocada nesta o sello da dita companhia, e assignei a presente certidão, em Toronto. Canadá, nesste decimo terceiro dia de maio de 1899. — (Assignado) *J. M. Smith*, secretario.

Observações do traductor. — Tinha mais um sello em tinta vermelha, com o seguinte dizer: *The São Paulo Railway Light and Power Company, limited*. Tinha mais a seguinte declaração consular: Certifico por meio desta que os documentos estabelecidos nesta folha e as seguintes são revestidos com todas as formalidades requeridas pelas leis do paiz; e para constar onde convier passei a presente declaração a pedido das partes que passaram os mesmos e mandei sellal-os com o sello deste Vice-Consulado da Republica do Brazil neste segundo dia do mez de junho no anno de 1899 do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo. — (Assignado) *Georges N. Lussou*, vice-consul brasileiro para Ontario. Pagou 5\$ (assignado) *N. Lussou*. Tinha mais tres sellos em tinta roxa e vermelha, tendo no centro as armas da Republica do Brazil e com o seguinte dizer: Republica dos Estados Unidos do Brazil, Vice-Consulado em Toronto. Um destes sellos prendia uma fita côr verde que atravessava todos as documentos. Tinha mais uma estampilha federal no valor de mil réis devidamente inutilizada por meio da seguinte declaração: Delegacia Fiscal em S. Paulo, 27 de junho de 1899, o escripturario, (assignado) *Carneiro da Cunha*. Tinha mais duas estampilhas federaes, no valor de seiscentos réis devidamente inutilizadas com o seguinte dizer: Reconheço verdadeira a firma supra do Sr. *N. Lussou*, consul do Brazil em Toronto. S. Paulo, 27 de junho de 1899. — O delegado fiscal, (assignado) *Manoel Kosciusko Pereira da Silva*. Tinha mais um carimbo em tinta roxa, tendo no centro as armas da Republica do Brazil, e com o seguinte dizer: S. Paulo. Inspectoria da Alfandega.

O traductor publico, *E. Hollender*.

Reconheço a firma em frente — S. Paulo, 8 de julho de 1899. — Em testemunho da verdade, *João Tiburcio Leite Penteado*, 5º tabellião.

Nada mais continha ou declarava o dito documento escripto em inglez e que bem e fielmente traduzi do proprio original ao

qual me reporto, e que depois com este conferido e achado exacto tornei a entregar a quem o havia apresentado. Em fé do que, passei o presente que assignei e sellei com o sello de meu officio, nesta cidade de S. Paulo, aos 28 de junho do anno de 1899. — *Eugene Jules Jacques Hollender de Jonge*, traductor publico, interprete commercial juramentado.

O referido é verdade, o que juro sob a fé do meu officio. — *Eugene Hollender*.

Reconheço a firma supra — S. Paulo, 8 de julho de 1899. — Em testemunho da verdade, *João Tiburcio Leite Penteado*, 5º tabellião.

Eu, Eugéne Jules Jacques Hollender de Jonge, traductor e interprete commercial juramentado da praça de S. Paulo, certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez, e a pedido da parte o traduzi litteralmente para o idioma nacional; a respectiva traducção diz o seguinte, a saber:

Datado 1899. — *São Paulo Railway, Light & Power Company, limitada*. Certidão do secretario em relação aos nomes dos accionistas, etc. *Blak Lask Hassels*. Eu, *John M. Smith*, da cidade de Toronto, secretario da companhia *São Paulo Railway Light and Power Company, limitada*, por meio desta certifico e declaro:

1.º Que os seguintes nomes e endereços são os dos accionistas da dita companhia, assim como o numero e a importancia das acções possuidas por cada um delles respectivamente:

Nomes	Endereço	Numero de acções	Importancia das acções
James Gunn.....	Toronto	48.000	\$ 4.800.000
John M. Smith.....	»	1.000	\$ 100.000
E. Marcourt Vernon...	»	1.000	\$ 100.000
A. J. Sinclair.....	»	1.000	\$ 100.000
R. S. Gosset.....	»	1.000	\$ 100.000
A. W. Mackenzie.....	»	1.000	\$ 100.000
E. W. Mac Neil.....	»	1.000	\$ 100.000
Alexandre Mackenzie..	»	6.000	\$ 600.000
Total.....		60.000	\$ 6.000.000

Certifico mais que a importancia total das acções foi totalmente paga.

2.º Eu certifico mais que o capital em acções, autorizado, da dita companhia é de seis milhões de dollars, dividido em sessenta mil acções de cem dollars cada uma, e que as acções possuidas pelos accionistas, conforme se vê no quadro acima, são todas as acções que foram emittidas pela dita companhia. Em fé do que, foi collocado na presente o sello da dita companhia e eu assignei esta certidão. Publicada em Toronto, Canada, neste decimo terceiro dia de maio do anno de 1899 de Nosso Senhor Jesus Christo. — (Assignado) *J. M. Smith*, Secretario.

Observações do traductor — Tinha mais (assignado) *D. N. Naceve*, Testemunha. — *Walter Gov.*

Tinha mais, junto á assignatura do secretario, um sello em tinta vermelha com o seguinte dizer: *A S. Paulo Railway Light and Power Company, limited*. Tinha a mais a seguinte declaração: Eu certifico que o documento estabelecido na pagina em frente vem munido com todos os requisitos legais exigidos pelas leis deste paiz e, para constar onde quizer, passei a presente declaração, a pedido da parte, que passou o mesmo documento e mandei sellal-o com o sello das armas deste Vice-Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil, neste segundo dia do mez de junho do anno de 1899 de Nosso Senhor Jesus Christo. (Assignado) *George N. Luson*, vice-consul do Brazil em Toronto. Pagou 5\$ de honorarios, (assignado) *Luson*. Tinha mais um sello em tinta vermelha onde tinha as armas da Republica do Brazil com o seguinte dizer: Vice-Consulado dos Estados Unidos do Brazil. Tinha uma estampilha federal no valor de um mil réis, devidamente inutilisada com o seguinte dizer: Delegacia Federal, 27 de junho de 1899. — O escripturario (assignado) — *Carneiro da Cunha*. Tinha mais duas estampilhas federaes, no valor de seiscentos réis, devidamente inutilisadas com a seguinte declaração: Reconheço verdadeira a firma supra do Sr. Nussom, consul do Brasil em Toronto. Canadá. S. Paulo, 27 de junho de 1898. — O delegado fiscal (assignado), *Manoel Kosciushko Pereira da Silva*. Tinha mais um carimbo em tinta vermelha com o seguinte dizer: Inspectoria da Alfandega de S. Paulo; e tinha no centro as armas desta Republica. — O traductor publico, *E. Hollender*.

Reconheço a firma em frente. S. Paulo, 8 de julho de 1899. — Em testemunho da verdade — *Jodo Tiburço Leite Penteado*, 5º tabellião.

Nada mais continha ou declarava o dito documento, escripto em inglez, e que bem e fielmente traduzi do proprio original, ao qual me reporto, e que depois, com este conferido e achado exacto, tornei a entregar a quem m' o havia apresentado. Em fé do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade de S. Paulo, aos 27 de junho do anno de 1899. — *Eugène Jules Jacques Hollender de Jonge*, traductor publico, interprete commercial juramentado.

O referido é verdade, o que juro sob a fé do meu officio. — *Eugene Hollender*.

Reconheço a firma supra. S. Paulo, 8 de julho de 1899. Em testemunho da verdade — *Jodo Tiburço Leite Penteado*, 5º tabellião.



## DECRETO N. 3350 — DE 22 DE JULHO DE 1899

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional do municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria, com a designação de 17ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo ns. 49, 50 e 51, e um do da reserva sob n. 17, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos do referido municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de julho de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3351 — DE 22 DE JULHO DE 1899

Deroga o decreto n. 3311, de 10 de junho ultimo, sobre a Guarda Nacional no Estado da Parahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, na reorganização da Guarda Nacional do Estado da Parahyba, feita pelo decreto n. 3311, de 10 de junho ultimo, serviram de base para a criação das necessarias brigadas os districtos comprehendidos nos limites das respectivas comarcas e verificando-se que fôra extinta a de Misericordia, sendo annexado o seu municipio e termo á de Piancó:

Decreta:

Art. 1.º A 14ª brigada de infantaria, creada na extinta comarca de Misericordia, passará a pertencer á de Piancó, e os respectivos corpos serão organizados nos districtos pertencentes ao territorio da comarca extinta.

Art. 2.º Fica derogado o art. 1º de mencionado decreto n. 3311, de 10 de junho do corrente anno.

Capital Federal, 22 de julho de 1899, 11ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3352 — DE 22 DE JULHO DE 1899

Limita o maximo da percentagem do curador das massas fallidas nos processos de fallencia e determina o modo por que deve ella ser calculada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe confere o art. 11, paragrapho unico, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, decreta:

Art. 1.º O curador das massas fallidas, no Districto Federal, além das custas que lhe forem contadas nos processos de fallencia, terá a seguinte comissão, que o juiz arbitrarã tendo em vista a importancia da massa, sua conservação, administração, segurança e defesa:

a ) de  $\frac{1}{2}$  % a 1 % sobre a importancia da massa até o valor de 500:000\$000 ;

b ) de  $\frac{1}{10}$  % a  $\frac{1}{3}$  % sobre o que exceder de 500:000\$000.

Art. 2.º A comissão será calculada sobre o valor do activo, acceto para a formação da concordata, ou o apurado para a distribuição e rateio da massa fallida.

§ 1.º No primeiro caso, a comissão será percebida depois de haver passado em julgado a homologação da concordata. (Decreto n. 917, de 1890, art. 51.)

§ 2.º No segundo caso, por occasião de ser determinado o pagamento da percentagem arbitrada aos syndicos e á comissão fiscal. (Decreto cit., art. 63, § 2º.)

Art. 3.º A comissão será percebida por uma só vez, ainda nos casos de proseguir a fallencia pela rescisão da concordata. (Decreto cit., art. 50.)

Art. 4.º A comissão, em nenhum caso, poderá exceder o limite maximo de 10:000\$000, qualquer que seja o valor estimativo ou liquidado do activo social.

Art. 5.º Nas causas pendentes serão observadas as disposições deste decreto, salvo o caso de já haver o curador percebido a respectiva comissão.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3353 — DE 24 DE JULHO DE 1899

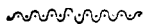
Approva a planta, perfil longitudinal perfis transversaes, projectos de obras de arte, tabellas de preços e orçamento para a construção do trecho de S. Sebastião a S. Gabriel, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar a planta, perfil longitudinal, perfis transversaes, projectos de obras de arte, tabella de preços e orçamento para a construção do trecho de S. Sebastião a S. Gabriel, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, apresentado pela *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*, que com este baixam rubricados pelo director geral de obras e viação da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, sendo, porém, fixado em dous mil novecentos e noventa contos de réis (2.990:000\$) o capital maximo que terá direito á garantia de juros de seis por cento (6%) durante o prazo de 30 annos, nos termos do decreto n. 3184, de 31 de dezembro de 1898.

Capital Federal, 24 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3354 — DE 24 DE JULHO DE 1899

Concede autorização a Geraldo Barbosa Lima e outros para organizarem uma companhia de seguros mutuos sobre a vida dos annuaes de trabalho, com a denominação—Santa Cruz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Geraldo Barbosa Lima e outros, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorização a Geraldo Barbosa Lima, Asclepiades Jambeiro e Estacio Pelica Pessoa para organizarem uma companhia de seguros mutuos sobre a vida dos annuaes de trabalho, com a denominação—Santa Cruz—mediante a eliminação da ultima clausula do art. 31 dos estatutos apresentados e que a este acompanham; ficando a companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 24 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

## Estatutos da Companhia « Santa Cruz » de seguros mutuos sobre a vida dos animaes de trabalho

### CAPITULO I

#### ORGANIZAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 1.º Estabelece-se, sob a denominação de « Santa Cruz », uma companhia de seguros mutuos sobre a vida dos animaes de trabalho, sendo formado o fundo social pelas contribuições dos socios que subscreverem os presentes estatutos e condições do seguro.

Paragrapho unico. Póde ser socio todo o possuidor de animaes de trabalho, que os segure na companhia, e a apolice do seguro lhe confere o titulo legal de socio.

Art. 2.º A séde da companhia é na Capital Federal e as suas operações se estenderão por toda a Republica do Brazil, por intermedio de agencias, que creará opportunamente.

Art. 3.º A duração da companhia será de 15 annos, contados do dia em que, pelo Governo Federal, forem approvados os presentes estatutos.

Art. 4.º A companhia será administrada por uma directoria, composta de tres membros, sob a inspecção immediata do conselho fiscal.

### CAPITULO II

#### OPERAÇÕES, BASES E APOLICE

Art. 5.º As operações da companhia consistirão :

1º, em segurar contra o risco de morte, por desastre ou enfermidade, os animaes, obrigando-se a companhia a pagar aos mutuarios a importancia constante da apolice do seguro feito ;

2º, em segurar contra o risco de prejuizo, na forma dos capitulos 7º e 8º, que ao segurador causem as despesas com a enfermidade e consequente inactividade do animal.

Art. 6.º Effectualo o seguro, o mutuario receberá uma apolice assignada pelos membros da directoria e averbada em livro especial da companhia, a qual deverá conter :

1º, o nome do mutuario ;

2º, a descripção e numero dos animaes segurados ;

3º, o valor do seguro de cada um ;

4º, o tempo pelo qual é feito o seguro ;

5º, a importancia do premio annual ;

6º, os sellos correspondentes á importancia do seguro.

Art. 7.º As clausulas da apolice são consideradas parte integrante dos presentes estatutos e igualmente obrigatorias para a companhia e o mutuario.



## CAPITULO III

## CONSTITUIÇÃO E EMPREGO DO CAPITAL

Art. 8.º O capital social da companhia, na importância de 500:000\$, é constituído pelas contribuições dos socios que subscreverem os presentes estatutos, além dos premios de seguros, pagos pelos mutuarios.

Art. 9.º Os valores, pertencentes á companhia, serão depositados, a juizo e disposição da directoria, em um banco, onde serão conservados para todas as transacções da companhia, do que a directoria em occasião opportuna prestará contas.

## CAPITULO IV

## DA DIRECTORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10. A administração da companhia é exercida por uma directoria, composta de tres membros, eleitos pela assembléa geral, e são: um director-presidente, um director-thesoureiro e um director-secretario.

Paragrapho unico. A primeira directoria da companhia será composta dos Srs. incorporadores e a sua gestão será pelo prazo de cinco annos, salvo deliberação contraria da assembléa geral.

Art. 11. Compete ao director-presidente:

1º, nomear e demittir os empregados e agentes da companhia, arbitrar-lhes ordenados e comissões, segundo as exigencias do serviço;

2º, dar instrucções e ordens, autorizar pagamentos, assignar as apolices e actas e organizar o regulamento necessario ao serviço da companhia;

3º, representar a companhia para com qualquer terceiro e, nesta conformidade, demandar ou ser demandada, constituir advogados, procuradores judiciaes e extra-judiciaes, requerer e allegar tudo o que convier á companhia, em nome desta e perante quaesquer autoridades, tribunaes e juizes;

4º, velar, emfim, pelo fiel cumprimento dos presentes estatutos.

Art. 12. Compete ao director-thesoureiro:

1º, assignar com o presidente as apolices e as actas;

2º, receber e fazer pagamentos autorizados pelo director-presidente e ter a seu cargo os fundos da companhia;

3º, escripturar devidamente e com clareza o movimento dos fundos da companhia, de modo a prestar, com facilidade, as informações que lhe sejam pedidas.

Art. 13. Compete ao director-secretario:

1º, organizar e dirigir o serviço de contabilidade da companhia, escripturando os seus livros com clareza;

2º, propôr a nomeação e demissão dos empregados affectos a este serviço;

3º, confeccionar os relatorios annuaes da companhia, de accordo com os demais directores.

Art. 14. Compete ainda á directoria: convocar a assembléa geral ordinaria e extraordinaria, quando entender necessario, e propôr qualquer reforma nos presentes estatutos.

## CAPITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 15. O conselho fiscal será composto de tres membros eleitos pela assembléa geral de entre os socios da companhia.

Art. 16. O conselho fiscal só receberá vencimentos quando as condições da companhia o permittam.

Art. 17. As funcções do conselho fiscal durarão por um anno, podendo ser reeleito.

Art. 18. O conselho fiscal deverá reunir-se toda a vez que for necessario.

Art. 19. São suas attribuições:

1ª, tomar conhecimento das operações da companhia;

2ª, examinar e julgar os relatorios que a directoria houver de apresentar á assembléa geral;

3ª, propôr á directoria quaesquer providencias que julgar necessarias em beneficio da companhia.

Art. 20. Só poderão ser membros do conselho fiscal os subscriptores e os mutuarios da companhia.

## CAPITULO VI

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 21. A assembléa geral da companhia é constituida pelos socios subscriptores e mutuarios e será regulada pelas disposições seguintes:

1ª, reputar-se-ha constituida a assembléa geral para todos os effeitos legais achando-se representado, pelos socios presentes ou por procuração, pelo menos, um terço do capital e, em caso de não estar representado esse capital, far-se-ha nova convocação, deliberando, na segunda reunião, os que estiverem presentes;

2ª, os socios podem fazer-se representar por outro socio com poderes especiaes, excepto nos casos de eleição da directoria e do conselho fiscal;

3ª, a assembléa geral será aberta pelo director-presidente da companhia, o qual convidará um dos socios para presidil-a e este o secretario.

Art. 22. A assembléa geral compete:

1º, julgar as contas, balanços e relatorios, acompanhados do parecer do conselho fiscal, o qual, depois de discutido, será submettido á votação;

2º, eleger a directoria e o conselho fiscal;

3º, proceder, de accordo com a directoria, á reforma dos presentes estatutos, desde que não sejam alteradas as condições dos contractos celebrados.

Art. 23. Na assembléa geral extraordinaria não se poderá tratar de cousas alheias ao motivo da convocação.

Art. 24. A assembléa geral poderá resolver as questões que lhe forem apresentadas pela directoria, quando para tal fim seja convocada.

Art. 25. Vigorarão para a assembléa geral as mesmas disposições do art. 20.

## CAPITULO VII

### CONDIÇÕES DO SEGURO

Art. 26. A companhia faz seguro sobre a vida dos animaes de trabalho, sob as condições geraes e particulares que se seguem :

1ª, pelo seguro de cada animal pagará o segurador um premio snnual antecipado de 4 % (quatro por cento) sobre o valor do seguro para o fundo de indemnização ;

2ª, aos mutuarios que segurarem muitos animaes será feito um abatimento que se convencionará na occasião do seguro ;

3ª, o valor de cada animal será determinado por avaliação, de accordo com a directoria, e a companhia não segurará mais do que as quatro quintas partes do valor avaliado ;

4ª, só será feito o seguro depois de exame procedido, por peritos, no animal a segurar ;

5ª, a directoria terá o direito de não acceitar o seguro sem declarar o motivo da sua recusa.

Art. 27. A companhia indemnizará o valor dos animaes segurados, na forma do art. 5º.

Art. 28. As indemnizações serão pagas pela companhia, depois de verificada, por seus peritos, a morte do animal segurado.

Art. 29. Os seguradores são obrigados a dar parte, por escripto, á séde da companhia ou suas agencias, da morte do animal segurado : os que residirem junto a estas, no prazo de 24 horas e os que residirem fóra dellas, no prazo de cinco dias após a morte do animal. O segurado que não cumprir esta disposição perderá 20 % da quantia segurada e, passados trinta dias depois da morte do animal segurado, perderá o direito ao seguro.

Art. 30. Verificada a morte do animal segurado e pago o respectivo seguro, passará o cadaver do animal á propriedade da companhia.

Art. 31. A companhia não pagará as indemnizações nos casos seguintes :

Morte do animal em consequencia de traumatismo proposital ;

morte do animal estando fugido ;

morte do animal em consequencia do máo trato ;

morte do animal em consequencia de molestia epizootica, em caracter epidemico, attendendo á falta de recursos scientificos.

Art. 32. Além do prémio annual, estipulado no art. 26, a companhia cobrará a apolice e o sello e mais a quantia de 1\$800 annuaes por cada animal segurado. quando se trate de um, ou quantia menor, que se convencionará na occasião de effectuar-se o seguro, quando se trate de muitos animaes cujo seguro seja feito por um só mutuário.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 33. Em caso de molestia no animal segurado, o mutuário poderá, de accordo com a directoria, receber a importância do seguro, passando o animal á propriedade da companhia.

Art. 34. A companhia distribuirá um dividendo annual, proveniente do resultado verificado por balanço annual, depois de pagas as indemnizações e deduzida a porcentagem de que adiante se trata e que constituirá o fundo de reserva.

Art. 35. Perdida ou inutilizada a apolice, o mutuário poderá reclamar a expedição de outra, pagando, neste caso, as despesas que se fizerem.

Art. 36. A companhia terá uma marca, segundo o desenho annexo, devidamente registrada, a qual servirá para marcar o animal segurado.

Art. 37. Dos lucros liquidos da companhia se deduzirão annualmente (15 %) quinze por cento para a criação de um fundo de reserva.

Art. 38. As contestações que possam ocorrer na companhia e com a mesma, relativamente ao seguro e seu pagamento, serão resolvidas segundo as regras de direito.

## CAPITULO IX

### DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 39. A Companhia Santa Cruz de seguros mutuos sobre a vida dos animaes de trabalho se julgará installada e constituida para funcionar depois de approvados os presentes estatutos pelo Governo Federal.

Rio, 14 de abril de 1899.—*Geraldo Barbosa Lima.*—*Asclepiades Jambeiro.*—*Estacio Pelice Pessoa.*

Reconheço as firmas supra de G. B. Lima e E. P. Pessoa. — Rio, 17 de abril de 1899. Em testemunho de verdade, *Herculano Carneiro da Cruz Machado.*

Reconheço verdadeira a firma supra de Jambeiro. — Rio, 17 de abril de 1899. Em testemunho de verdade, *Antonio Herculano da Silva Brito.*



**DECRETO N. 3355 — DE 24 DE JULHO DE 1899**

Approva o abatimento da tarifa de transporte de lenha pela Estrada de Ferro Conde d'Eu.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que requereu a Companhia da Estrada de Ferro Conde d'Eu, resolve approvar o abatimento da tarifa de transporte de lenha pela dita estrada, para o minimo de 80 vagões e para o mesmo destino, de accordo com as bases que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 24 de julho de 1899, 11<sup>a</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

Bases do abatimento do transporte de lenha pela Estrada de Ferro Conde d'Eu, para o minimo de 80 vagões e para o mesmo destino, a que se refere o decreto n. 3355, desta data

	Tarifa proposta
10 kilos, e menos.....	5\$000
15 » .....	7\$100
20 » .....	9\$000
25 » .....	10\$600
30 » .....	12\$000
35 » .....	13\$100
40 » .....	14\$000
45 » .....	14\$600
50 » .....	15\$000

Capital Federal, 24 de julho de 1899. — *Severino Vieira.*



**DECRETO N. 3356 — DE 24 DE JULHO DE 1899**

Approva estudos e orçamento para captação das vertentes e obras do abastecimento de agua dos novos planos inclinados da *S. Paulo Railway Company, limited.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os planos apresentados pela *S. Paulo Railway Company, limited*, para as obras de captação

das vertentes e abastecimento de agua ás machinas dos novos planos inclinados e á Villa Operaria do Alto da Serra, pertencente á mesma estrada, de conformidade com as plantas de ns. 1 a 10 e respectivo orçamento que com este baixam devidamente rubricados; sendo aquelle, na importancia de £ 8.924—13—0 por materiaes do estrangeiro e de 520:527\$740 por materiaes e obras no Brazil, levado á conta do capital da referida estrada.

Capital Federal, 24 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



DECRETO N. 3357 — DE 25 DE JULHO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:061\$812, complementar á verba — Exercícios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 583, desta data:

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:061\$812, complementar á verba — Exercícios findos — do corrente exercício, para occorrer ao pagamento do aluguel do predio onde funcionou a Inspectoria Geral de Terras e Colonisação, de janeiro a março de 1898; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



DECRETO N. 3358 — DE 29 DE JULHO DE 1899

Applica ás successões dos subditos allemães as disposições do decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851, a que se refere o seu art. 24.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, aceitando a proposta do Governo allemão, feita com a clausula de reciprocidade,

Decreta:

Art. 1.º As successões dos subditos allemães fallecidos no Brazil, que se abrirem de 1 de outubro em diante, serão regidas pelas disposições a que se refere o art. 24 do decreto n. 855, de 8 de novembro de 1851.

Art. 2.º Logo que cessar o accordo que motiva o presente decreto, as successões que estiverem em liquidação passarão a ser regidas pelo decreto n. 2433, de 15 de junho de 1859, ou pelo que então estiver em vigor.

Capital Federal, 29 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Olyntho de Magalhães.*



# DECRETO N. 3359 — DE 31 DE JULHO DE 1899

Approva provisoriamente as novas tarifas para passageiros, bagagens, encomendas e mercadorias da Estrada de Ferro do Bananal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Fernando Moitinho e outros, cessionarios da Estrada de Ferro do Bananal, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas provisoriamente as novas tarifas para passageiros, bagagens, encomendas e mercadorias da Estrada de Ferro do Bananal, de accordo com as bases que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 31 de julho de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

Bases das tarifas para passageiros, bagagens, encomendas e mercadorias da Estrada de Ferro do Bananal, a que se refere o decreto n. 3359 desta data:

## PASSAGEIROS

Primeira classe por kilometro....	120 réis
Segunda » » » ....	90 »

## BAGAGENS, ENCOMENDAS E MERCADORIAS

Por tonelada e kilometro.....	1\$000
-------------------------------	--------

Observações — As tarifas 4ª, 5ª e 6ª continuam em vigor, podendo a estrada receber ou entregar mercadorias, em pontos determinados entre as actuaes estações, embora sem edificio e podendo o conductor do trem fazer o respectivo despacho.

Capital Federal, 31 de julho de 1899.— *Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3330 — DE 31 DE JULHO DE 1899

Approva o novo projecto e respectivo orçamento para as obras de melhoramento do porto de Jaraguá, contractadas com a Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The National Brazilian Harbour Company, limited*, cessionaria da Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas, decreta:

Art. 1.º Ficam approvados, não só os planos substitutivos apresentados pela cessionaria, de accordo com o disposto no decreto n. 808, de 4 de maio de 1892, como o respectivo orçamento, na importancia de dezeseite mil quatrocentos e quinze contos tresentos e dez mil tresentos trinta e sete réis (17.415:310\$337), capital maximo fixado no referido decreto, os quaes com este baixam, devidamente rubricados, para as obras de melhoramentos do porto de Jaraguá, no Estado das Alagoas.

Art. 2.º Os juros garantidos pela União serão pagos em moeda-papel, fixado o valor deste, para os devidos effeitos, em vinte e sete dinheiros por mil réis, de conformidade com a clausula decima setima do decreto n. 6995, de 10 de agosto de 1878, a que se refere o de n. 904, de 18 de outubro de 1890.

Capital Federal, 31 de julho de 1899, 11.º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*



## DECRETO N. 3361 — DE 1 DE AGOSTO DE 1899

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 45:000\$, para pagamento do aluguel de armazens ao serviço da Alfandega de Maceió, Estado de Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 54, n. 3, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, e tendo previamente ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o disposto no



art. 2º, § 2º, n. 2, letra C do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896 :

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 45:000\$, para occorrer ao pagamento devido a Browell Williams & Comp. pelo arrendamento, relativo ao periodo de 1 de janeiro de 1897 a 30 de junho do corrente anno, de coxias para deposito de mercadorias sujeitas a direitos de consumo na Alfandega de Maceió, Estado de Alagoas.

Capital Federal, 1 de agosto de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Joaquim D. Murtinho.*



DECRETO N. 3362 — DE 2 DE AGOSTO DE 1899

Torna extensivo á Armada o decreto n. 3320 de 19 de junho de 1899

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a lei n. 533 de 7 de dezembro de 1898, supprimindo para todos os effeitos, excepto no que respeita a vencimentos e promoções effectivas já decretadas, as restricções impostas por actos do Poder Legislativo ou Executivo á amnistia concedida pela lei n. 310 de 21 de outubro de 1895, restituiu aos officiaes do Exercito e Armada, attingidos por esta lei, as antiguidades que lhes competiam antes de sua promulgação:

Resolve tornar extensivo á Armada o decreto n. 3320 de 19 de junho proximo passado, que declara que os officiaes do Exercito comprehendidos na referida lei n. 533 de 7 de dezembro de 1898 deverão occupar na escala de antiguidade os logares que lhes competirem nas respectivas classes, mantendo-se os actualmente graduados que forem mais modernos, annullando-se, porém, os effeitos dessa gradação até que se tornem mais antigos de suas classes.

Capital Federal, 2 de agosto de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Carlos Balhazar da Silveira.*



## DECRETO N. 3363 — DE 5 DE AGOSTO DE 1899

Approva o regimento das custas judicíarias da justiça local do  
Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe é conferida pelo art. 2º da lei n. 539, de 19 de dezembro de 1898, resolve approvar o regimento das custas judicíarias da justiça local do Districto Federal, que este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 5 de agosto de 1899, 11º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*

Regimento das custas judicíarias da justiça local do Districto Federal a que se refere o decreto n. 3363 desta data

## CAPITULO I

## DAS CUSTAS

As custas dos juizes, membros do Ministerio Publico, officiaes e procuradores judicíaes da justiça local do Districto Federal serão pagas de conformidade com as seguintes tabellas, cujas taxas não terão applicação, por analogia ou qualquer outro fundamento, a casos não comprehendidos nas respectivas rubricas.

## TABELLA I

## ACTOS DOS JUIZES

## SECÇÃO I

## NO CIVEL

- |   |        |
|---|--------|
| N. 1. <b>Abertura</b> , numeração e rubrica de livros dos officiaes do registro de hypothecas, tabelliães e de outros quaesquer, excepto os dos escrivães do Juizo, de cada folha.... | \$100  |
| N. 2. <b>Abertura</b> e «cumpra-se» dos testamentos e codicillos, inclusive, quando haja.....   | 2\$000 |

**N. 3. Alvarás :**

- a) de supplemento de licença para casamento. 5\$000
- b) de autorização para qualquer outro fim.... \$500

**N. 4. Assignatura :**

- a) de cartas de emancipação ou supplemento de idade..... 5\$000
- b) de carta de insinuação de doação, legitimação ou adopção..... 10\$000
- c) de cartas de sentença, comprehendido o respectivo exame..... 2\$000
- d) de mandados de qualquer natureza..... \$400
- e) de precatorias, editaes ou instrumentos... \$500
- f) de provisão de *opere demoliendo*..... 5\$000
- g) de provisão para prorrogação de prazo de inventario..... 2\$000
- h) de provisão para solicitador..... 10\$000
- i) de qualquer outra provisão..... 2\$000
- j) de qualquer portaria de nomeação..... 10\$000

**N. 5. Decisão de agravo ou carta testemunhavel :**

- a) pelo Conselho do Tribunal Civil e Criminal. 3\$000
- b) pela Corte de Appellação..... 5\$000

**N. 6. Decisão :**

- a) sobre artigos de suspeição..... 3\$000
- b) sobre conflictos de jurisdicção ou attribuição..... 5\$000

**N. 7. Depoimento de parte e inquirição de cada testemunha ou informante, inclusive o juramento ou affirmacção.....**

1\$000

**N. 8. Diligencias, nas causas contenciosas e quando requeridas por qualquer das partes contendoras, a saber : arbitramentos e vistorias, por uma só vez, e até terminação da diligencia :**

- a) dentro de seis kilometros da sede do Juizo.. 10\$000
- b) além desse limite..... 30\$000

As mesmas custas serão devidas pelos casamentos fóra do pretorio.

Nas causas de demarcação e divisão de terras perceberão os juizes os mesmos emolumentos acima pelas diligencias a que assistirem no local do immovel demarcando ou dividindo.

Nos emolumentos estabelecidos neste numero comprehendem-se os compromissos ou juramentos deferidos aos louvados ou informantes, e mais actos que os juizes pra-

ticarem por occasião e causa da diligencia ou que nella se envolverem.

Será prestada aos juizes condução por quem maior interesse tiver no andamento da causa, sendo a respectiva despesa contada como custas, nos autos, á vista dos documentos que delles constarem.

Sempre que o juiz e o escrivão sahirem para a diligencia, embora esta não se realize, são devidas as custas, salvo si a falta provier de acto ou omissão de qualquer daquelles funcionarios.

Quando o juiz se transportar ao mesmo lugar para praticar mais de uma diligencia relativas a diversas causas, as custas da condução serão por ellas rateiadas, e as da diligencia tambem se dividirão em proporção da demora desta.

**N. 9. Exame**, nas causas contenciosas e quando requerido por qualquer dos litigantes, de papeis, livros e autos, por uma só vez, e até terminar o exame :

a) na casa das audiencias ou na do juiz.....	3\$000
b) fóra della.....	6\$000

Si a diligencia ou exame (ns. 8 e 9), podendo fazer-se em casa do juiz ou na audiencia, se praticar em outro qualquer lugar a requerimento especial de uma das partes, o excesso de emolumentos será á custa do requerente.

<b>N. 10. Juramento</b> , affirmação ou compromisso que deferirem.....	\$400
--	-------

<b>N. 11. Partilhas</b> ou sobrepartilhas judiciaes, ou calculos de adjudicação, quando houver um unico herdeiro, ou de liquidação de herança nas arrecadações de bens de defuntos e ausentes, ou quando a herança for absorvida pelas dividas.	
até 1:000\$.....	2\$000
e dali para cima mais 1\$ sobre cada conto de réis ou fracção de conto, até o maximo de.....	50\$000

Estas custas são calculadas sobre o valor do acervo principal, e não soffrerão augmento, nem se repetirão, ainda que o mesmo inventario comprehenda ou nelle se partilhe a successão de dous conjuges, ou a de herdeiro ou herdeiros que venham a fallecer durante o curso do processo.

Não são devidas custas pela reforma ou emenda da partilha, sobrepartilha, calculo de adjudicação ou de liquidação.

Quando ao juiz que presidir ao calculo de adjudicação ou liquidação da herança não couber o julgamento perceberá elle somente a metade das custas estabelecidas, pertencendo a outra metade ao julgador. Tratando-se, porém, de partilhas, o juiz preparador perceberá a totalidade dos emolumentos marcados, e as custas do julgador serão calculadas na razão de um terço das que houver o preparador recebido. Pelas partilhas e calculos feitos nos processos de liquidação commercial o preparador terá metade dos emolumentos e o julgador a outra metade.

N. 12. **Prorrogação** de prazo para inventario: pelo processo e julgamento do pedido..... 15\$000

N. 13. **Reuniões** presididas pelo juiz, dos credores da massa nos processos de fallencia ou liquidação forçada de sociedades anonymas, para concordatas, moratorias ou prestação de contas:

a) sendo até 10 credores presentes.....	5\$000
b) sendo até 20 credores presentes.....	10\$000
c) sendo mais de 20 credores presentes.....	20\$000

Quando a reunião dos credores destinar-se a outro fim, perceberão os juizes a metade destes emolumentos.

N. 14. **Sentenças:**

a) definitivas sobre o ponto principal de causa contenciosa, quer esta seja ordinaria, summaria, especial ou executiva, ou sobre excepção peremptoria, — conforme o valor da causa:	
até 500\$.....	2\$000
de mais de 500\$ a 1:000\$.....	3\$000
» » » 1:000\$ a 2:000\$.....	4\$000
» » » 2:000\$ a 4:000\$.....	5\$000
» » » 4:000\$ a 8:000\$.....	6\$000
» » » 8:000\$ a 16:000\$.....	10\$000
» » » 16:000\$ para cima.....	20\$000

Si o processo não terminar com o julgamento da excepção peremptoria, não serão devidos novos emolumentos pelo julgamento final da causa, cujos autos se farão conclusos com o preparo feito para a dita excepção, mesmo no caso de substituição do juiz.

Havendo reconvenção, o pedido desta se juntará ao da acção para calculo dos emolumentos; estes, porém, não serão augmentados pelo facto de haver no processo assistentes ou oppoentes;

- b) definitivas sobre o ponto principal de causa contenciosa de valor inestimavel, como o divorcio litigioso, annullação ou nullidade de casamento, etc., ou sobre a excepção peremptoria, observado o disposto na segunda alinea da lettra a .....

10\$000

Os mesmos emolumentos serão devidos pelo julgamento da reconvenção.

- c) definitivas proferidas sobre embargos de terceiro senhor e possuidor, ou prejudicado, conforme o valor dado ao objecto dos embargos, e sobre artigos de preferencia ou rateio, conforme o producto liquido da arrematação ou remissão, ou valor do objecto adjudicado, ácerca do qual se tenha disputado a preferencia ou rateio — as mesmas custas da lettra a;

- d) definitivas sobre embargos oppostos á sentença ou sua execução, qualquer que seja a natureza delles, e sobre artigos de liquidação, ou liquidação por arbitros — a metade das custas da lettra a;

- e) definitivas que condemnarem de preceito, absolverem de instancia, julgarem fiança, desistencias, composições amigaveis, accordos, cessões, excepções dilatorias, dissolução de sociedades nos casos do art. 335 do codigo commercial, artigos de attendado ou habilitação, justificações e vistorias requeridas para resalva de direitos e que são entregues ás partes, emancipação, divorcio por mutuo consentimento, confirmação de adopção, legitimação ou doação, rectificação de registro civil, abertura de fallencia ou liquidação forçala, reabilitação de fallido — qualquer que seja o valor da causa e sua natureza, ou tenha ou não valor designado o procedimento requerido .....

2\$000

- f) sobre justificações para embargos, sequestro ou detenção pessoal, ou definitivas sobre a subsistencia ou não de qualquer desses procedimentos, exhibições e deposito em pagamento — seja qual for o valor da causa .....

3\$000

g) definitivas que julgarem a interdicção ou levantamento de interdicção, supplemento de licença para casamento, subrogação de bens inalienaveis, cessão de bens e classificação de creditos.....	5\$000
h) definitivas que julgarem contas de tutela ou curatela, conforme a importancia total dos rendimentos dos bens administrados no periodo comprehendido pelas contas prestadas :	
até 500\$.....	1\$000
de 500\$ até 2:000\$.....	2\$000
» 2:000\$ até 4:000\$.....	3\$000
» 4:000\$ » 8:000\$.....	5\$000
» 8:000\$ » 12:000\$.....	8\$000
» 12:000\$ » 20:000\$.....	12\$000
dahi para cima, qualquer que seja o excesso.....	20\$000
Não havendo bens ou rendimentos, nada perceberão os juizes ;	
i) definitivas que julgarem contas de testamentaria, além do 1 % do residuo, quando o houver.....	5\$000
j) definitivas sobre redução de testamento a publica forma, qualquer que seja o valor da causa.....	10\$000
k) definitivas que julgarem partilhas e sobrepartilhas judiciaes, ou calculos de adjudicação quando houver um só herdeiro, ou de liquidação da herança nas arrecadações de bens de defuntos e ausentes, ou quando a herança for absorvida pelas dividas — as custas já determinadas em a ultima alinea do n. 11.	
O juiz preparador nada perceberá pelo julgamento do calculo ou partilhas a que tiver presidido, salvo si julgar em juizo colectivo;	
l) definitivas que homologarem partilhas amigaveis — qualquer que seja o valor do montoe.....	5\$000
m) em appellações :	
I) sendo <i>ex-officio</i> — qualquer que seja o valor da causa.....	5\$000
II) sendo voluntarias — conforme o valor da causa ou processo :	
— de mais de 1:000\$ até 5:000\$.....	5\$000
— e dahi para cima mais 1\$ por conto de réis ou fracção de conto de réis até o maximo de.	20\$000

—nas causas de valor inestimavel e processos da mesma natureza.....	10\$000
—nos processos administrativos de valor estimavel, como insinuação de doação, redução de testamento a publica-forma, sub-rogação de bens inalienaveis, etc.....	5\$000
n) em embargos ao accordam, qualquer que seja o numero dos embargantes — a metade das custas da letra m.	
<b>N. 15. Vendas</b> judiciais, adjudicação ou remissão de bens — de cada lote arrematado em praça ou do valor total da adjudicação ou remissão:	
1) até 500\$.....	1\$000
II) de mais de 500\$ até 1:000\$.....	2\$000
e dahi para cima mais 1\$ sobre cada conto de réis, ou fracção de conto, até o maximo de.....	50\$000
Quando um mesmo arrematante arrematar diversos ou todos os lotes, as custas serão calculadas sobre a importancia da venda, e não sobre cada lote.	

## SECÇÃO II

## NO CRIME

<b>N. 16. Assignatura:</b>	
a) de mandados.....	\$400
b) de alvarás, precatorias e editaes.....	\$500
Será gratuita a assignatura de alvará de folha corrida ou mandado de soltura.	
<b>N. 17. Assistencia pessoal</b> a buscas, não sendo <i>ex-officio</i> , á formação de corpo de delicto ou a qualquer outro exame, inclusive o julgamento:	
a) na sede do Juizo.....	5\$000
b) dentro de seis kilometros da sede do Juizo	10\$000
c) além desse limite.....	30\$000
São applicaveis a este numero as disposições das alíneas 3ª, 4ª, 5ª e 6ª do n. 8.	
<b>N. 18. Auto</b> de qualificação do réo.....	\$500
<b>N. 19. Despacho</b> de pronuncia ou não pronuncia	3\$000
<b>N. 20. Despacho</b> ou decisão que ponha termo ao processo, ou sobre prescripção ou preempção.....	3\$000



N. 21. <b>Despacho</b> que sómente julgar o lançamento, tendo de continuar a accusação por parte do Ministerio Publico.....	1\$000
N. 22. <b>Inquirição</b> de cada testemunha, informante, ou interrogatorio do réo, inclusive o juramento ou compromisso que deferirem..	1\$000
N. 23. <b>Julgamento :</b>	
a) de fianças definitivas ou suspeições.....	3\$000
b) proferido em primeira instancia pela Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal .....	9\$000
c) proferido pelas Camaras reunidas da Côte de Appellação.....	20\$000
d) final, por juiz singular.....	3\$000
e) obrigando ou não a termo de bem viver, ou de segurança, de cada obrigado ou parte contraria.....	2\$000
f) de recursos.....	5\$000
g) de appellações :	
I) pela Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal ou Conselho deste Tribunal.....	6\$000
II) pela Camara Criminal da Côte de Appellação.....	10\$000
N. 24. <b>Juramento</b> , affirmação ou compromisso que deferirem.....	\$400
N. 25. <b>Presidencia :</b>	
a) do Jury, de cada julgamento, inclusive todos os actos que nelle e para elle praticarem..	15\$000
Prolongando-se a sessão do Jury além de seis horas da tarde, de cada noite ou dia que accrescer, mais.....	10\$000
b) da Junta Correccional, de cada julgamento.	3\$000

## OBSERVAÇÕES

1.ª As custas devidas pelos actos praticados no Juizo collectivo (Junta de pretores, Camara, Conselho, e Camaras reunidas) serão rateiadas entre os respectivos julgadores.

Estas custas só serão pagas depois de designado dia para os julgamentos, exceptuados aquelles que se verificam em mesa, independentemente de revisão ou passagem de autos.

2.ª Os juizes, nas causas ou quaesquer procedimentos em que por qualquer titulo lhes couberem porcentagens, só terão direito á metade das custas taxadas na secção I.

## TABELLA II

## ACTOS DO MINISTERIO PUBLICO

## SECÇÃO I

ACTOS DO PROCURADOR GERAL, DO SUB-PROCURADOR DO DISTRICTO, DOS  
PROMOTORES PUBLICOS E SEUS ADJUNTOS

N. 26. <b>Accusação</b> perante o Jury, haja ou não accusador particular.....	10\$000
N. 27. <b>Addição</b> á queixa ou libello.....	5\$000
N. 28. <b>Assistencia:</b>	
a) a julgamento final de p. ocesso crime, façam ou não uso da palavra.....	5\$000
b) á inteira e completa formação da culpa...	6\$000
N. 29. <b>Libello</b> de accusação.....	6\$000
N. 30. <b>Officio</b> ou parecer em processos civeis ou criminaes, por uma só vez sobre o mesmo assumpto, incidente ou principal, ou resultado de exigencias feitas.....	4\$000
N. 31. <b>Petição</b> de queixa ou denuncia.....	9\$000
N. 32. <b>Razões</b> de recursos ou appellação que in- terpuzerem.....	10\$000

## OBSERVAÇÃO

Quando officarem em processos civeis ou commerciaes, em  
que a parte que se defender for orphão, ausente ou interdito,  
terão as mesmas custas do n. 30 c, si afinal vencerem as pes-  
soas por ellos defendidas, perceberão ainda as custas devidas pelos  
actos que praticarem como advogados, de accordo com a res-  
pectiva tabella, descontado, porém, o que já houverem recebido.

## SECÇÃO II

ACTOS DO CURADOR DOS ORPHÃOS

N. 33. <b>Diligencia</b> : por assistir a qualquer acto judicial, não sendo de audiência no audi- torio costumado, nem derivado de qualquer exigencia que haja feito ou complemento de outro acto ou facto sobre que tenha offi- ciado,— cada dia:	
a) no auditorio costumado.....	6\$000
b) dentro de seis kilometros do auditorio....	12\$000
c) fóra de seis kilometros ou no mar.....	18\$000

**N. 34. Offício :**

a) sobre avaliação, arbitramento, vistoria ou exame.....	5\$000
b) sobre contas de tutela ou de curatela :	
I) sendo o valor dos bens até 50:000\$000.....	6\$000
II) sendo o valor dos bens de mais de 50:000\$000	8\$000
c) sobre dividas reclamadas por credores, no inventario :	
I) sendo até 50:000\$000.....	5\$000
II) sendo de mais de 50:000\$000.....	8\$000
d) sobre declarações para encerramento de inventario :	
I) sendo o valor do monte-mór até 50:000\$000	6\$000
II) sendo de mais de 50:000\$000.....	10\$000
e) sobre emancipação, interdicção e levantamento desta.....	5\$000

**N. 35. Petição :**

a) para iniciar inventario, quando a pessoa obrigada deixar de fazel-o no prazo legal..	12\$000
b) para iniciar prestação de contas de tutela ou curatela, quando o tutor ou o curador não o fizer nas épocas devidas, ou se tornar suspeito .....	10\$000
c) para nomeação ou remoção do tutor ou curador, entrega do menor por soldada ou destituição do responsavel.....	6\$000

**N. 36. Respostas :**

a) em petição da parte para louvação em peritos, avaliadores ou partidores, ou para qualquer outro fim.....	4\$000
b) nos autos.....	5\$000

## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> As custas desta secção não podem ser repetidas, embora o curador diga mais de uma vez sobre o mesmo ponto.

2.<sup>a</sup> As custas do n. 34 letra b) se pagarão por biennio ou quadriennio de que se prestem as contas.

3.<sup>a</sup> Pelos actos que praticar como advogado legitimo dos menores e interdictos, nas demandas em que elles forem interessados, terá o curador dos orphãos, de cada vez que officiar, as custas do n. 36 letra b) e, si afinal os seus curatelados vencerem, perceberá as custas da tabella IV, secção I, feita a deducção do que já houver recebido.

4.<sup>a</sup> O curador de ausentes terá direito ás custas dos ns. 33, 34 letras a), c) e d) e 36, sempre que officiar na conformidade do determinado no art. 166 § 6º do decreto n. 1030, de 14 de

novembro de 1890. Nos processos de arrecadação de bens de defuntos e ausentes perceberá a percentagem marcada no art. 82 do regulamento de 15 de junho de 1859 e 5 % do rendimento liquido dos immoveis arrecadados. Sómente terá as custas do n. 34 letra c), quando praticar os actos ahí referidos.

## SECÇÃO III

## ACTOS DO CURADOR DE RESIDUOS

N. 37. <b>Officio</b> ou parecer nos autos, por uma só vez, sobre o mesmo assumpto, ou resultado de exigencias feitas .....	4\$000
N. 38. <b>Petição</b> para inicio de prestação de contas testamentarias.....	3\$000
N. 39. <b>Resposta</b> em requerimento de parte...	3\$000

## SECÇÃO IV

## ACTOS DO CURADOR DAS MASSAS FALLIDAS

N. 40. <b>Officio</b> ou parecer nos autos, por uma só vez, sobre o mesmo assumpto ou sobre o resultado de exigencias feitas.. .....	4\$000
N. 41. <b>Resposta</b> em requerimento de parte....	3\$000

## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> Pelos actos que praticar como advogado, nas causas contentiosas, terá as custas marcadas na tabella IV secção I, si a massa fallida for vencedora.

2.<sup>a</sup> Quando funcionar em processo crime perceberá as mesmas custas da secção I desta tabella, em razão dos actos praticados.

3.<sup>a</sup> Perceberá tambem a commissão de que trata o decreto n. 3352, de 22 de julho de 1899, calculada sobre o *quantum* a pagar aos credores na concordata ou o apurado para a distribuição e rateio da massa fallida (art. 2.<sup>o</sup> do cit. Dec.)

## TABELLA III

## ACTOS DOS OFFICIAES JUDICIAES

## SECÇÃO I

## ACTOS DOS TABELLIÃES

N. 42. **Busca** nos livros findos ou papeis archivados no cartorio:

a) de mais de seis mezes até um anno.....	2\$000
b) de mais de um anno até 10 annos.....	4\$000
c) de mais de 10 annos até 20 annos.....	8\$000
d) de mais de 20 annos até 30 annos.....	10\$000
e) Passados 30 annos :	
— si a parte indicar o anno :	
I) de mais de 30 annos até 50 annos.....	20\$000
II) de mais de 50 annos.....	30\$000
— si a parte não indicar o anno :	
III) de mais de 30 annos até 50 annos.....	40\$000
IV) de mais de 50 annos.....	100\$000
V) não sendo achado o documento, em qual- quer dos casos previstos, se pagará 1/5 das custas taxadas.	

N. 43. **Certidão** :

a) narrativa de facto conhecida em razão do officio, ou constante dos livros, ou dos papeis archivados.....	2\$000
b) de theor, — além da rasa.....	1\$000

N. 44. **Concerto e conferencia de publica-fôrma**  
ou traslado — a 4ª parte da rasa a que  
tiver direito o official que tiver escripto  
o documento.N. 45. **Diligencia**, quando sahirem para actos  
do officio, — além do que para os mesmos  
actos estiver taxado :

a) dentro de 6 kilometros do cartorio.....	8\$000
b) fóra de 6 kilometros.....	16\$000
c) sendo de noite, para escrever e approvar ou sômente approvar testamento ou codicillo :	
I) até 9 horas, mais.....	20\$000
II) depois das 9 horas, mais.....	40\$000
d) além das custas taxadas, se pagará a conducção, que será a do costume, prefe- rido o meio de transporte mais barato ; nos vehiculos publicos, porém, a 1ª classe.	

**N. 46. Escripta feita nos livros, ou em avulso :**

- a) si o livro ou papel avulso tiver 22 centímetros de largura, por cada linha de 25 letras, pelo menos..... \$026
- b) si tiver maior largura, por cada linha de 50 letras, pelo menos..... \$052

**N. 47. Escriptura, incluído o primeiro traslado, — além da rasa :**

- a) sendo o valor do contracto até 2:000\$000.. 10\$000
- b) de mais de 2:000\$ até 10:000\$, — mais 2\$ por conto ou fracção de conto de réis até.. 26\$000
- c) de mais de 10:000\$, — mais 1\$ por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de..... 100\$000
- d) de adopção, perfilhação, reconhecimento de filiação, autorisação para mulher casada commerciar, ou outra qualquer, que não tenha valor determinado..... 15\$000
- e) si a escriptura contiver varias estipulações independentes umas das outras, não sendo consequencia do acto ou contracto, de sorte que, por si sós, constituam convenções distinctas, ainda que se refiram aos mesmos contractantes — além das custas daquella para a qual maiores estiverem taxadas, mais a metade das custas das outras.

**N. 48. Exame em livros, documentos ou firmas, para verificação de falsidade ou de qualquer outro facto, ainda que fóra do cartorio...** 15\$000**N. 49. Guia para o pagamento de imposto.....** \$500**N. 50. Instrumento :**

- a) de posse, — além da rasa..... 10\$000
- b) fóra das notas, não sendo de acto especificado nesta secção..... 4\$000

**N. 51. Procuração, incluído o primeiro traslado, impresso ou manuscrito :**

- a) em livro especial, com folhas impressas e os claros necessarios..... 3\$000
- b) no livro das notas, em manuscrito..... 5\$000
- c) si houver mais de um outorgante, — mais 1\$ por cada um dos excedentes até o numero de 5; serão, porém, reputados um só outorgante : o marido e a mulher; os co-interessados em inventario, partilha, demarcação e divisão; qualquer collectividade, que constitua pessoa juridica, como sociedades, irmandades, etc. ;

- d) sendo procuração em causa própria, que opere desde logo a transmissão de propriedade, do mandante para o mandatário, — as custas (10\$ a 100\$) do n. 47, letras a), b), c) e e).
- N. 52. **Reconhecimento** de letra e firma, ou somente de letra ou de firma..... \$500
- a) sendo mais de uma firma, — as mesmas custas por cada uma, até o maximo, qual-quer que seja o numero, de..... 50\$000
- N. 53. **Substabelecimento** de procuração, incluído o primeiro traslado, — as custas (3\$ e 5\$) do n. 51, letras a) e b), com o acrescimo da letra c).
- N. 54. **Testamento** ou codicillo no livro das notas, ou cerrado, escripto a rogo do testador..... 20\$000
- a) sendo somente a approvação..... 15\$000

## OBSERVAÇÃO

Na somma das rasas (n. 46) não poderá ser carregada qualquer fracção de 100 réis (art. 2º paragrapho unico da lei n. 539, de 19 de dezembro de 1898).

## SECÇÃO II

## ACTOS DO ESCRIVÃO PRIVATIVO DOS PROTESTOS DE LETRAS

- N. 55. **Apontamento** e protesto de letra de cambio ou da terra, nota promissoria ou outro qualquer titulo, inclusive o instrumento e o registro :
- a) sendo o valor do titulo até 1:000\$000..... 5\$000
- b) de mais de 1:000\$ até 2:000\$000..... 10\$000
- c) de mais de 2:000\$ até 10:000\$, — mais 1\$ por cada conto ou fracção de conto de réis, até ..... 18\$000
- d) de mais de 10:000\$, — 500 réis por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de..... 50\$000
- N. 56. **Intimação**, notificação ou certidão negativa, por ser desconhecida ou não ter sido encontrada a pessoa a quem se tem de intimar ou notificar..... 2\$000
- a) sendo feita pela imprensa, — além das custas taxadas, a despeza da impressão.

## SECÇÃO III

## ACTOS DOS OFFICIAES DO REGISTRO GERAL

- N. 57. **Archivamento** : de jornaes em que tiverem sido publicados os documentos relativos á constituição de sociedades anonymas, em commandita por acções, e outras; de documentos comprobatorios da inscripção de emprestimo por debentures; ou de contracto social, compromisso ou estatutos de sociedades para fins religiosos, moraes, scientificos, artisticos, politicos ou de simples recreio..... 10\$000
- N. 58. **Averbação**..... 2\$000
- N. 59. **Busca** nos livros findos ou papeis archivados, — as custas ( 2\$ a 100\$) do n. 42.
- N. 60. **Certidão** :
- a) narrativa..... 2\$000
  - b) de teor, além da rasa..... 1\$000
  - c) negativa, de hypothecas e censuarias, comprehendendo as buscas dos respectivos livros :
    - até um anno..... 3\$000
    - de mais de 1 anno até 3 annos..... 4\$000
    - » » » 3 annos » 5 » ..... 5\$000
    - » » » 5 » » 8 » ..... 6\$000
    - » » » 8 » » 12 » ..... 8\$000
    - » » » 12 » » 20 » ..... 10\$000
    - » » » 20 » » 25 » ..... 12\$000
    - » » » 25 » » 30 » ..... 15\$000
    - » » » 30 » » 50 » ..... 40\$000
    - » » » 50..... 100\$000
- N. 61. **Guia** para pagamento de imposto..... 5\$00
- N. 62. **Indicação** no indicador real ou no pessoal, comprehendidas as referencias..... 2\$000
- N. 63. **Inscripção** :
- a) sendo o valor do acto ou contracto até 5:000\$000..... 3\$000
  - b) de mais de 5:000\$000 até 10:000\$000..... 4\$000
  - c) de mais de 10:000\$000 até 20:000\$000..... 5\$000
  - d) de mais de 20:000\$000..... 6\$000
- N. 64. **Referencia** :
- a) aos numeros de ordem e paginas do mesmo livro em que for feita a inscripção, transcripção ou averbação..... 1\$500
  - b) aos numeros de ordem e paginas de outros livros..... 2\$000



- N. 65. **Rubrica** das folhas dos títulos apresentados, por cada folha..... \$100
- N. 66. **Transcrição**, — as custas (3\$ a 6\$) do n. 63 ; sendo, porém, duplicadas, quando a parte, além da inscrição por extracto, quizer a transcrição *de verbo ad verbum*.

## OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> Na somma das rasas não poderá ser carregada qualquer fracção de 100 rs. (Art. 2.<sup>o</sup>, paragrapho unico da lei n. 539 de 19 de dezembro de 1898.)

2.<sup>a</sup> Para cobrança das custas referentes a — Averbação — Busca — Certidão negativa — Indicação, transcrição e referencia — serão reputadas uma só pessoa: os conjuges, os co-interesados no acto ou contracto, activa ou passivamente, o mandante e o mandatario, o representante e o representado e qualquer collectividade que constituir pessoa juridica, como sociedades, irmandades, etc.

## SECÇÃO IV

## ACTOS DOS ESCRIVÃES NO CIVEL E NO CRIME

N. 67. **Acta:**

- a) de reunião de credores para concordata, moratoria ou prestação de contas — além da rasa..... 10\$000
- b) de reunião de credores para qualquer outro fim — além da rasa..... 4\$000
- c) de sessão do Jury — além da rasa..... 8\$000
- d) de sessão da Junta Correccional — além da rasa..... 6\$000

N. 68. **Alvará:**

- a) de soltura..... 5\$000
- b) de supprimento de licença para casamento. 8\$000
- c) para qualquer outro fim..... 3\$000

N. 69. **Auto:** de penhora, embargo, sequestro, inventario, partilha, prisão, detenção, ou qualquer outro não especificado, nas causas civeis, inclusive a affirmação ou juramento, tomados :

- a) sendo o valor da causa até 500\$000..... 2\$000
- b) de mais de 500\$ até 50:000\$000..... 4\$000
- c) de mais de 50:000\$000..... 6\$000

de vistoria, exame, posse ou arrolamento :

d) nas causas de valor até 500\$000.....	3\$000
e) de mais de 500\$ até 50:000\$000.....	6\$000
f) de mais de 50:000\$000.....	9\$000
g) de qualificação, perguntas, corpo de delicto, sanidade, ou outro qualquer, nos processos criminaes.....	5\$000

**N. 70. Autuação :**

a) nas causas de valor até 500\$000.....	\$500
b) de mais de 500\$ até 50:000\$000.....	1\$000
c) de mais de 50:000\$000.....	1\$500

**N. 71. Arrematação, adjudicação, ou remissão de bens immoveis, moveis ou semoventes, de cada auto ou termo:**

a) sendo os bens de valor até 500\$000.....	2\$000
b) de mais de 500\$ até 1:000\$000.....	4\$000
c) de mais de 1:000\$ até 10:000\$, — mais 1\$, por cada conto ou fracção de conto de réis, até.....	13\$000
d) de mais de 10:000\$, — mais 500 réis, por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de.....	50\$000

**N. 72. Busca :**

a) de processos findos ou parados, ou de livros findos, — as custas (2\$ a 100\$) do n. 42.	
b) de livros findos do registro civil, de mais de seis mezes, — 500 réis, por cada anno, até o maximo de.....	10\$000
c) si a parte indicar o anno, no caso da letira antecedente, — a metade das custas taxadas.	

**N. 73. Calculo :**

- a) final em inventario :
- I) de herança, para adjudicação, quando ha um só herdeiro, inclusive o calculo para pagamento do imposto ;
- II) para o pagamento do imposto de transmissão *causa mortis*, quando os herdeiros não forem necessarios ;
- b) para verificação do excesso do passivo sobre o activo, incluindo o rateio :  
as custas (2\$ a 50\$) do n. 71, reguladas pelo valor do monte-mór dos bens do *de cujus*, por uma só vez, qualquer que seja o numero do herdeiros ou credores, ou especies ou natureza dos bens transmittidos.

e) de liquidação de bens de defuntos ou ausentes, ou do evento:

I) sendo o producto bruto da arrecadação até 500\$000.....	1\$000
II) de mais de 500\$ até 1:000\$000.....	2\$000
III) de mais de 1:000\$ até 10:000\$,— mais 500 réis por cada conto ou fracção de conto de réis, até.....	6\$500
IV) de mais de 10:000\$,— mais 250 réis por cada conto ou fracção de conto de réis até o maximo de.....	25\$000

c) de partilha:

I) sendo o monte-mór até 500\$000.....	4\$000
II) de mais de 500\$ até 1:000\$000.....	5\$000
III) de mais de 1:000\$ até 10:000\$,— mais 2\$ por cada conto ou fracção de conto de réis, até.....	23\$000
IV) de mais de 10:000\$,— mais 1\$ por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de.....	60\$000

Nas custas deste numero estão comprehendidas as de todos e quaesquer actos, contas, inclusive as do n. 78, operações, rateios e calculos preliminares ou subsidiarios, necessarios para verificar-se o liquido a adjudicar, pagar, rateiar ou partilhar effectivamente.

N. 74. Carta de emancipação, supplemento de idade, perfilhação, adopção, ou insinuação de doação.....	10\$000
---	---------

N. 75. Certidão :

a) passada nos autos, do desentranhamento de papeis, inclusive a nota lançada nos mesmos papeis,—além da rasa do traslado....	2\$000
b) narrativa, a requerimento da parte, as custas (2\$) do n. 43, lettra a);	
c) de teor, — as custas (raza e 1\$) do n. 43, lettra b);	
d) de folha corrida, sem direito a busca.....	1\$000

N. 76. Citação ou notificação :

a) sendo em audiencia ou em cartorio, — as custas (\$500 a 1\$500) do n. 70, lettras a), b), c);	
b) sendo fóra da audiencia ou do cartorio (inclusive a certidão) :	
I) nas causas de valor até 500\$000.....	1\$000
II) de mais de 500\$ até 50:000\$000.....	2\$000
III) de mais de 50:000\$000.....	3\$000

**N. 77. Concerto ou conferencia de traslado, — as custas (4ª parte da rasa) do n. 44.**

**N. 78. Contas :**

- a) de capital liquido, — as custas (1\$ a 3\$) do n. 76, letra b), conforme a importancia do capital;
- b) não sendo liquido, as custas (2\$ a 6\$) do n. 69, letras a), b), c);
- c) de juros, premios ou rendimentos de cada anno, comprehendido o rateio, si tiver logar, — as custas (1\$ a 3\$) do n. 76, letra b);
- d) de redução de papeis de credito ou titulos da divida publica a moeda corrente ou vice-versa, — as custas (3\$ a 9\$) do n. 69, letras d), e), f);
- e) si a conta envolver redução de moeda estrangeira á nacional ou vice-versa :

I) sendo até 500\$000.....	4\$000
II) de mais de 500\$ até 50:000\$000.....	8\$000
III) de mais de 50:000\$000.....	12\$000

f) de custas, incluido o rateio:

- I) em acção ordinaria, havendo discussão, — as custas (4\$ a 12\$) deste numero, letra e), regulados pelo valor da causa ;
- II) em acção ordinaria, não havendo discussão, ou acção summaria, havendo discussão, assim como nos autos de inventario e partilha, — as custas (3\$ a 9\$) do n. 69, letras d), e), f);
- III) em acção summaria, não havendo discussão, assim como em qualquer incidente de acção ordinaria ou summaria, e nos processos criminaes, ou outros actos judiciaes, — as custas (2\$ a 6\$) do n. 69, letras a), b), c).

**N. 79. Diligencia para acto praticado fóra do cartorio, exceptuados os de audiencia, praça á porta do auditorio, citação ou notificação, e aquelles a que são obrigados *ex-officio* :**

- a) sendo dentro de seis kilometros do auditorio: — as custas (4\$ a 12\$) do n. 78, letra e);
  - b) sendo fóra dos seis kilometros ou no mar :
- |   |         |
|---|---------|
| I) nas causas de valor até 500\$000.....  | 8\$000  |
| II) de mais de 500\$ até 50:000\$000..... | 16\$000 |

- III) de mais de 50:000\$000..... 24\$000
- c) não sendo concluída a diligencia no mesmo dia, por cada dia que accrescer, a metade das custas acima, sob as letras a) e b);
- d) além dos salarios taxados, se pagará a condução, que será a do costume, preferido o meio de transporte mais barato; nos vehiculos publicos, porém, a 1.<sup>a</sup> classe.
- N. 80. **Escripta**: de traslado; carta precatoria ou rogatoria; carta de editos; editaes de praça; carta de arrematação, de adjudicação ou de remissão; lançamento de avaliações, partilha ou sobrepartilha; diligencia para medição, ou aviventação de marcos e limites; mandatos executivos; certidões *de verbo ad verbum*, não computado o preambulo declarativo do nome ou titulo do escrivão; e quaesquer outros instrumentos extrahidos de autos: por cada linha, contendo, pelo menos, 25 letras \$026
- N. 81. **Guia**:
- a) passada nos autos ou fóra delles, para pagamento de imposto, ou para deposito, excluidas as notas referentes ao sello dos autos e à taxa judiciaria..... \$500
- b) si contiver a transcrição do calculo feito nos autos para pagamento de imposto sobre heranças e legados, e mais as declarações do decreto n. 2708 de 15 de dezembro de 1860, art. 43, inclusive a duplicata..... 2\$000
- N. 82. **Informação a requerimento das partes**, — as custas (\$500 a 1\$500) do n. 70, letras a), b), c).
- N. 83. **Inquirição** de cada testemunha ou depoimento de parte. — as custas (2\$ a 6\$) do n. 69, letras a), b), c).
- N. 84. **Leitura de processo**:
- a) no Jury..... 10\$000
- b) na Corte de Appellação ou no Tribunal Civil e Criminal..... 8\$000
- N. 85. **Mandado**:
- a) executivo, ou de condemnação de preceito, além da rasa — as custas (1\$ a 3\$) do n. 76, letra b).
- b) qualquer outro mandado, além da rasa, — as custas (\$500 a 1\$500) do n. 70, letras a), b), c).

<b>N. 86. Precatoria ou requisitoria, além da raza,—as custas (1\$ a 3\$) do n. 76, letra b).</b>	
<b>N. 87. Procuração ou substabelecimento <i>apud acta</i>.....</b>	<b>3\$000</b>
a) si houver mais de um outorgante, — mais 500 réis, por cada um dos excedentes até o numero de 5; serão, porém, reputados um só outorgante: o marido e a mulher; os co-interessados em inventario, partilha, demarcação e divisão; qualquer collectivi- dade, que constitua pessoa juridica, como sociedades, irmandades, etc.	
<b>N. 88. Provisões em geral.....</b>	<b>5\$000</b>
<b>N. 89. Reconhecimento, em razão do officio, nos documentos das contas dos testamen- teiros, por cada um,— as custas (\$500) do n. 52, com a mesma limitação.</b>	
<b>N. 90. Registro de testamento, por cada lauda do testamento registrado, além da raza...</b>	<b>1\$000</b>
<b>N. 91. Revisão da numeração das folhas dos autos apresentados na 2ª instancia,—40 réis por folha, não excedendo o maximo de.....</b>	<b>20\$000</b>
<b>N. 92. Termo :</b>	
a) de affirmação ou juramento, no crime....	3\$000
b) de tutela ou curatela.....	4\$000
c) de vista, data, juntada, conclusão, publi- cação, remessa, recebimento, appensação, ou qualquer outro não especificado :	
I — nas causas de valor até 500\$000.....	\$200
II — nas de mais de 500\$ até 50:000\$000.....	\$300
III — nas de mais de 50:000\$000.....	\$400
d) de audiencia, assentada, agravo, appel- lação, protesto, desistencia, caução <i>de rato</i> , caução <i>de opere demoliendo</i> e todos os demais que são assignados e não se achem especificados neste numero,— as custas (\$500 a 1\$500) do n. 70, letras a), b), c).	
e) de perdão ou quitação, — as custas (1\$ a 3\$) do n. 76, letra b).	
f) de transacção, fiança, cessão ou subrogação, — as custas (2\$ a 50\$) do n. 71, letras a) a d).	
g) de assento de nascimento ou obito.....	1\$000
h) de rectificação de termo de assento de naci- mento ou obito.....	\$500

## OBSERVAÇÕES

- 1.<sup>a</sup> As custas dos ns. 73, letras a) e b) e 78, no que for applicavel, competem ao actual contador, o qual continúa a servir perante os tribunaes, nos termos do art. 216 do decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890. Além dessas custas, se pagará por cada glosa..... 2\$000
  - 2.<sup>a</sup> As custas do n. 73, letra c), competem aos partidores, que continuam a servir nos termos do citado art. 216, e assim também aos partidores nomeados pelas partes.
  - 3.<sup>a</sup> As custas dos ns. 72 e 75, letras b) e c), competem ao distribuidor, pelas buscas que derem nos livros do seu archivo, e certidões que passarem. Além dessas custas, se pagará, por cada distribuição..... 2\$000
- Ao distribuidor são applicaveis, no tocante ás certidões negativas, as regras do n. 60, letra c, secção III, e 2.<sup>a</sup> observação dessa secção.
- 4.<sup>a</sup> Nos processos criminaes, e em geral, sempre que não for conhecido o valor da causa, ou do acto, as custas proporcionaes desta secção serão fixadas no termo médio.
  - 5.<sup>a</sup> Além das custas taxadas, teem os escriptvões a percentagem de 1 % do residuo, quando o testamenteiro perde o premio, e igualmente do producto liquido dos bens de defuntos e ausentes e do evento.
  - 6.<sup>a</sup> O assento do casamento civil é gratuito. Si, porém as partes obtiverem do juiz a celebração do acto fóra do pretorio, o escriptvão vencerá as custas do n. 79, grão medio, pela diligencia.
  - 7.<sup>a</sup> Os escriptvões das delegacias de policia, emquanto não for expedido regimento especial das custas policiaes, perceberão, no que for applicavel, o que vae taxado nos ns. 68, 69, 70, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87 e 92.
  - 8.<sup>a</sup> Na somma das razas não poderá ser carregada qualquer fracção de 100 réis (art. 2.<sup>o</sup> paragrapho unico da lei n. 539 de 19 de dezembro de 1898).

## SECÇÃO V

## ACTOS DOS SECRETARIOS DO TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL E DA CÔRTE DE APPELLAÇÃO

- N. 93. Lançamento** nos livros e notas da distribuição de cada processo, que for apresentado, incluído o termo de apresentação ou recebimento:
- |   |        |
|---|--------|
| a) nas causas de valor até 20:000\$000.....     | 3\$000 |
| b) nas de mais de 20:000\$000 até 100:000\$000. | 6\$000 |
| c) nas de mais de 100:000\$000.....             | 9\$000 |
- N. 94. Registro** de carta de doutor ou bacharel em sciencias juridicas, provisão, ou outro qualquer titulo que habilitei para a advocacia, procuratorio judicial ou officio de justiça. 5\$000
- N. 95. Provisão:**
- |   |         |
|---|---------|
| a) de solicitador ou outro qualquer officio.... | 10\$000 |
| b) de prorrogação de prazo para inventario...   | 5\$000  |

## OBSERVAÇÕES

- 1.<sup>a</sup> Competem aos secretarios do Tribunal Civil e Criminal e da Côrte de Appellação, no que forem applicaveis, as custas da secção IV, ns. 68, 69, 70, 72, 75, 80, 82, 84, 85, 91 e 92.
- 2.<sup>a</sup> As custas proporcionaes desta tabella, nos processos criminaes, e sempre que não for conhecido o valor da causa ou do acto, serão fixadas no mélio.

## SECÇÃO VI

## ACTOS DO PORTEIRO DOS AUDITORIOS

- N. 96. Certidão** da affixação de editaes e outras que passarem em razão do seu officio — as custas (1\$ a 3\$) no n. 76 letra b.
- N. 97. Diligencia** fóra de seis kilometros ou no mar — as custas (8\$ a 24\$) e condução do n. 79 letra b.
- N. 98. Praça** de bens — 1 % sobre o valor dos objectos arrematados até 10:000\$; dahi para cima 1/2 %, até o maximo de..... 400\$000
- a) si na praça, ou depois della, occorrer a remissão ou a adjudicação — a mesma percentagem.



N. 99. **Prégão :**

- a) em audiência.....
- b) nas posses — as custas (2\$ a 6\$) do n. 69, letras a), b), c).

\$500

## SECÇÃO VII

## ACTOS DOS OFFICIAES DE JUSTIÇA

N. 100. **Auto** de penhora, embargo, sequestro, deposito, levantamento, arrombamento, prisão, detenção pessoal, e outros não especificados, além do que for devido pelas citações — as custas (3\$ a 9\$) do n. 69, letras d), e), f).

- a) sendo lavrados dous ou mais autos, os posteriores ao primeiro, resultantes deste, como o de deposito depois do de arrombamento ou da penhora ; pelos posteriores ao primeiro, — as custas (1\$ a 3\$) do n. 76, letra b).

N. 101. **Certidão** de não ter sido encontrada a pessoa que devia ser citada ou notificada, de occultação proposital ou de outra diligencia não effectuada — as custas (1\$ a 3\$) do n. 76, letra b).

N. 102. **Citação** ou notificação, incluída a contra-fé — as custas (2\$ a 6\$) do n. 69, letra a).

- a) si a citação ou notificação for feita a dous ou mais *litis emsortes*, por cada um dos excedentes — as custas (1\$ a 3\$) do n. 76, letra b).

N. 103. **Diligencia** fóra de seis kilometros ou no mar — as custas (8\$ a 24\$) e condução do n. 79, letra b).

## OBSERVAÇÃO

As custas proporcionaes desta tabella nos processos criminaes, e sempre que não for conhecido o valor da causa ou do acto, serão fixadas no médio.

## SECÇÃO VIII

## ACTOS DOS AVALIADORES

N. 104. **Avaliação:**

a) de casa, compreendendo quintal, chacara, muros, cercas e todas as suas dependencias e bemfeitorias:	
I — sendo terrea, com sótão ou sem sótão,	
— de 10\$ a.....	20\$000
II — sendo assobradada ou de sobrado, com um ou mais andares,— de 20\$ a.....	30\$000
III — sendo grupo de pequenas casas, denominadas vulgarmente avenidas e estalagens,	
— de 20\$ a.....	100\$000
b) de bemfeitorias,— de 5\$ a.....	25\$000
c) de embarcações, por cada uma :	
I — sendo miudas (canôas, botes, saveiros, pranchas, barcos, lanchas, felúas e outras),	
— de 5\$ a.....	10\$000
II — sendo de alto bordo, de navegação barra fóra, com todos os seus pertences, como botes, ancoras, amarras, etc.,— de 15\$ a.....	25\$000
d) de estradas de ferro ou carris urbanos, compreendendo os semoventes, todo material fixo e rodante, estações, armazens, officinas, telegrapho, combustivel, etc.,	
— de 25\$ a.....	500\$000
e) de fabrica com seus motores, appparelhos, utensilios e pertences,— de 10\$ a.....	200\$000
f) de fazenda ou de sítio de cultura, compreendendo casas, terras, moveis, semoventes, plantações, machinismos e outras bemfeitorias,— de 20\$ a.....	200\$000
g) de generos de negocio :	
I — sendo a varejo, — de 5\$ a.....	100\$000
II — sendo por atacado, — de 10\$ a.....	200\$000
h) de moveis fóra dos previstos acima,— de 5\$ a.....	10\$000
i) de ouro, prata, joias, brilhantes e outras pedras ou objectos preciosos, inclusive relogios, 1 % até o valor de 10:000\$; dahi para cima 1/2 % até o maximo de.....	200\$000
j) de pedreiras, caleiras e outras minas em exploração,— de 5\$ a.....	50\$000
k) de rendimento ou aluguel,— de 5\$ a....	10\$000
l) de semoventes fóra dos casos previstos acima, cada um, até o maximo de 25,— de 5\$ a.....	10\$000

direito, dirigiu-se a este Ministerio em petição de 19 de dezembro corrente, e, allegando não só que o seu capital realizava-se de 12.000:000\$, conforme verificação feita pelo fiscal do Governo, mas também que o mesmo Governo, nas razões de uma opposto em 29 de outubro de 1896 á resolução do Senado approvando o projecto de lei da Camara dos Deputados, que revellidava a concessão, confessou a sua divida para com a companhia, na importancia de 4.111:047\$745, de juros vencidos até 1897, o que elevava o prejuizo real a 16.111:047\$745, propoz novo accordo no sentido de receber sómente a importancia de 3.000:000\$000.

Acceita a proposta por despacho de 28 do referido mez de dezembro, foi assignado na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal o competente termo, pelo qual a companhia se obriga a, mediante o recebimento da mencionada quantia de 3.000:000\$ dar plena e geral quitação á Fazenda Nacional, renunciando a todos os privilegios, direitos e concessões que lhe foram reconhecidos pelo referido accordo, e obrigando-se a nada mais reclamar a respeito, por si ou por seus successores.

Nestas condições, foi o Tribunal de Contas consultado sobre a abertura do credito preciso, e havendo elle opinado pela legalidade desse acto, á vista da autorização contida no decreto n. 597, de 29 de agosto do corrente anno, tenho a honra de submeter á vossa assignatura o incluso decreto n. 597, de 29 de agosto do corrente anno, abrindo o credito de 3.000:000\$, para pagamento da indemnização de que se trata.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1899.— *Joaquim Martins*.



#### DECRETO N. 3543 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1899

Concede ao Collegio Pio Americano as vantagens de que goza o ~~Gym~~nasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo delegado do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que são executados no Collegio Pio Americano, resolve, á vista do disposto nos arts. 481. do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891, e 38, paragrapho unico, do de n. 981, de 8 de novembro de 1890, conceder a este estabelecimento de instrucção, conforme requerer, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1899, 11<sup>o</sup> da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Epitacio da Silva Pessoa.*



## DECRETO N. 3344 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1899

Concede á «*Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua*»  
autorisação para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao requereu a *Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua*, que se organisou em Milão, segundo a legislação pela qual se regem taes associações na Italia, decreta :

Artigo unico. E' concedida á *Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua*, cujos estatutos vão abaixo publicados, autorização para funcionar na Republica, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro da Industria, Viagem e Obras Publicas.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1899, 11.ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

*Severino Vieira.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 3344 desta data**

I

A *Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua* fica sujeita ás disposições do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, submettendo-se a sua administração no Brazil ás leis e regulamentos que de futuro forem expedidos e aos arts. 3.º, 5.º e 4.º das leis ns. 25,359 e 489, de 3.º de dezembro de 1891, 30 de dezembro de 1895 e 15 de dezembro de 1897.

II

Todos os actos que a sociedade por suas succursaes ou agencia praticar na Republica ficarão exclusivamente sob a jurisdicção dos competentes tribunaes brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a mesma sociedade reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

Obriga-se a sociedade a ter na Republica um representante com plenos e illimitados poderes para tratar e resolver definitivamente.

mente perante o administrativo ou o judiciário brasileiros quaesquer questões que com ella se suscitarem no paiz, podendo o dito representante ser demandado e receber a citação inicial.

## IV

A duração da *Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua* será de 30 annos, si o Governo Federal não autorizar a prorrogação desse prazo, durante o qual nenhuma modificação dos actuaes estatutos poderá ser executada na Republica sem que preceda autorização daquelle Governo.

## V

A sociedade não dará começo ás suas operações antes de provar ao Governo, por meio de certidão da Junta Commercial, ter preenchido todas as formalidades de que pelas leis em vigor depende o inicio das suas funcções no paiz, taes como as exigencias do art. 47, § 3º, do citado decreto n. 434, de 1891, e fará publicar nos jornaes de maior circulação da Capital Federal as instrucções regulamentares que expedir para as suas succursaes ou agencia no Brazil, repelindo-se esta publicação todas as vezes que as instrucções forem alteradas.

## VI

No prazo de dous annos, contados desta data, deverá a *Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua* ter realizado dous terços, pelo menos, do seu capital de 10.000.000 de libras a empregar na Republica, e de todas as suas operações deverá tambem publicar nos jornaes já indicados o balancete mensal e o balanço geral de cada anno, ficando entendido que, si os negocios financeiros comprehendidos nos fins a que se propõe a sociedade forem de natureza bancaria, não poderão ser realizados no paiz sem a autorização do Ministerio da Fazenda.

## VII

A's expensas da sociedade, poderá o Governo da União nomear, quando julgar preciso, um ou mais commissarios para examinar, os livros e o estado dos negocios da mesma sociedade, reservando-se o direito de lhe impôr multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco centos de réis (5:000\$), bem como de ordenar a sua liquidação e de declarar-a dissolvida no Brazil, si verificar a violação de qualquer das clausulas acima formuladas ou outros inconvenientes de ordem geral.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1899. — *Severino Vieira*.

## DOCUMENTO N. 2 (TRADUÇÃO DA PROCURAÇÃO)

Eugène Jules Jacques Hollender de Jonge, traductor publico e interprete commercial juramentado, traductor da Alfandega de S. Paulo, da Associação Commercial e traductor official dos Consulados da França, Russia, Italia, Inglaterra, Suecia e Noruega, rua Benjamin Constant n. 6, S. Paulo, 2.202/204.

Eu, Eugène Jules Jacques Hollender de Jonge, traductor e interprete commercial juramentado da praça de S. Paulo, certifico que me foi apresentado um documento escripto em italiano e a pedido da parte o traduzi litteralmente para o idioma nacional; a respectiva traducção diz o seguinte, a saber:

Cartorio dos tabelliães doutores Allochio & Serino, Gesù, 7, Milão, numero 18.034, do Repertorio — Cópia authentica do instrumento, em data de 11 de agosto de 1899. Procuração geral passada pela Sociedade Italiana de Exportações de Enrico Dell'Acqua aos Srs. Jorge Genin e Pier Luigi Caldirola, para que a representem na filial de S. Paulo. Lavrado pelo Dr. Stefano Allochio, tabellião residente em Milão.

Sello em tinta preta, tendo no centro as reaes armas italianas com o seguinte dizer: D. D. Liras 2.

N. 18.034 — 12.736 do Repertorio.

## PROCURAÇÕES

Reinando Sua Magestade Humberto Primeiro, pela graça de Deus e por vontade da nação Rei da Italia. Neste dia de sexta-feira, onze (11) do mez de agosto do anno de mil oitocentos e noventa e nove (1899), em Milão, na casa situada via Gesù 7, diante de mim doutor Stefano Allochio, filho do fallecido Gaetano, tabellião residente em Milão, registrado no Conselho Notarial desta cidade e na presença das testemunhas mais adiante designadas, comparecem, pessoalmente, o honrado cavalheiro nobiliár Antonio de Jinetti, filho do nobiliár Giuseppe, nascido em Gradisca, domiciliado em Milão, em sua qualidade de presidente do Conselho de Administração da sociedade anonyma Sociedade Italiana de Exportações Enrico Dell'Acqua, com sede em Milão e com capital integralizado de 10.000.000 de liras, agindo em relação á deliberação do conselho de administração tomada no dia 13 de julho do corrente anno, cujo extracto authenticico vem allegado aqui adiante a letra A. « Declara nomear, como nomea, os procuradores da dita sociedade para a filial de S. Paulo e para os Estados de S. Paulo, Minas Geraes e Paraná, no Brazil, os Srs. Jorge Genin e Pier Luigi Caldirola, para que, independentemente do outro, ajam em nome e em beneficio da dita sociedade.

Conferindo-lhes para esse fim todos e quaesquer poderes para iniciar e concluir quaesquer negocios inherentes aos fins sociais, conforme melhor entenderem e julgarem exigir quaesquer quantias em dinheiro, quitações e deliberações; fazer pagamentos, sacar, endossar, exigir, porém *não aceitar cambias*, exigir, porém *não emitir* vales cambiaes ou cartas de pagamento; providenciar expedições, intervir em contractos de transportes, de fretes e de seguros, intervir em quaesquer situações, liquidações e ajustes de contas e partilhas; propor recursos e reclamações por quaesquer titulos ou causa, fazer transações, nomear peritos e avaliadores, louvar em arbitros, representar em Juizo a sociedade outorgante; e deante de quaesquer autoridades judicias, administrativas ou politicas, com todas as maiores e melhores prerogativas necessarias, nomear para esse fim advogados e procuradores, representar a sociedade outorgante em quaesquer proceduras de fallimento, declarar os creditos da sociedade, jurar-os na sua alma verdadeiros e sinceros, votar nos pedidos de moratoria; receber da Alfandega todos os effeitos, volumes e mercadorias que ali se acharem em deposito ou que forem remettidos em nome da sociedade ou outorgante, assignando os requerimentos e os documentos aduaneiros o quaesquer actos referentes ás operações de desembarço (depacho) ou maritimas; tirar de quaesquer escriptorios publicos ou particulares, secretarias, agencias ou institutos da Republica dos Estados Unidos do Brazil ou de particulares, cartas ordinarias registradas ou outras, valores, dinheiros, mercadorias e quaesquer outros objectos, receber o importe dos vales postaes ou outros, bem assim como quaesquer outros titulos e effeitos, tirar de quaesquer repartições, thesouros, bancos ou de particulares que em nome da sociedade achar-se-hão disponiveis, servindo-se para isso de cheques, saques, mandados ou outros effeitos.

Para todas as operações acima referidas e em geral para todas aquellas que dizem respeito aos actos de administração ordinaria commercial da firma outorgante, cada um dos Srs. Jorge Genin e Pier Luigi Callirola assignará com o nome da firma, accrescentando por procuração.

Além disso, fica facultado aos ditos procuradores de nomearem outros procuradores, gozando estes dos mesmos poderes para tudo que diz respeito ás filiaes da sociedade outorgante, no territorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ficando estipulado que para passar-se tal procuração tornar-se-ha necessaria a firma de ambos os acima referidos procuradores.

Igualmente, tratando-se de assumir obrigações de compra e venda de ouro para operações commerciaes e para segurar contractos, tornar-se-ha preciso a firma collectiva dos dous procuradores, conferindo-se taxativamente, para estas operações especiaes, procuração ao Sr. Eurico Ruelli, o qual fica consequentemente autorizado a assinar os ditos contractos de ouro collectivamente com um dos dous procuradores acima referidos.

A sociedade outorgante promtete haver por firme e valioso

tudo quanto fizerem os ditos seus procuradores em virtude e nos limites desta procuração. E por me ter sido pedida, eu tabellião das partes outorgantes, passei o presente acto, que foi escripto por pessoa de minha confiança, conservando-se o original no meu protocollo notarial, prévia leitura por mim dada à parte outorgante, que a achou conforme à sua vontade e a approvou, na presença dos Srs. Seregini Achille, filho do fallecido Antonio, nascido e domiciliado em Milão, fabricante de luvas, e de Conti Francisco, filho do fallecido Giacomo, nascido em Sovero, domiciliado em Milão, criados, testemunhas conhecidas e idoneas, as quaes assignaram conmigo tabellião aqui deante assignado. — *Antonio de Finetti*. — (Assignado) *Seregini Achille*, testemunha. — (Assignado) *Conti Francisco*, testemunha. — (Assignado) *Dr. Stephano Allochio*, tabellião em Milão.

Allegado A do n. 18.034, do repertorio da acta da sessão que teve logar em 13 de julho de 1899, do conselho de administração da sociedade anonyma por acções « *Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua* » em uma das salas da sociedade de explorações commerciaes em Milão, e situada na dita cidade, n. 15, rua Dante — A's 12 horas e 30 minutos, estavam reunidos os Srs. Braendli Wilz, Enrico Dell'Acqua, Antonio de Finetti, Felice Fassati, Annibal Rag. Ghisalberty, e Achille Venzaghi. Motivaram a sua ausencia os Srs. G. B. Figari. — (Assignado) *J. E. Marcello*. — (Assignado) *Pedro Ubertellis*.

Estão presentes os syndicos, Srs. Brivio, Domi e Ferrari, e o tabellião da sociedade, Dr. commendador Stephano Allochio.

Fim da reunião — Conferir procurações aos Srs. Giacomo Gripe e Cesare Bossi, pela casa de Buenos Aires, na Argentina, aos Srs. Jorge Geniu e Pier Luigi Caldirola, para a casa de S. Paulo, no Brazil; aos Srs. Eduardo Prandoni e Victor Marchesini, para a casa da Bahia, no Brazil tambem. Para todas estas tres casas da America dar-se-ha procuração a um empregado de cada uma dellas, que o administrador delegado poderá designar, para que na falta ou ausencia de um dos procuradores assigne juntamente com o socio presente as guias que dizem respeito ás operações de cambio. — (Assignado) O presidente, *Francisco A. Finetti*. — (Assignado) O secretario, *Francisco Giuseppe Varese*.

O presente extracto na parte aqui transcripta está conforme o original no livro das actas do conselho de administração da sociedade anonyma « *Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua* », com sede em Milão, devidamente registrada e legalisada, de conformidade com as exigencias da lei. Milão, 11 de agosto de 1899. — (Assignado) *Dr. Stephano Allochio*, tabellião em Milão.

Cópia conforme o original nos meus autos e devidamente. Milão, 27 de agosto de 1899. — (Assignado) *Dr. Stephano Allochio*, tabellião em Milão.



Observações do tradutor — Tinha mais um carimbo em tinta preta, tendo no centro as reaes armas italianas, com o dizer : Tabellião Stephano Allochio, Milão.

Tinha mais a seguinte declaração : Registrado em Milão aos 26 de agosto de 1899, n. 944, volume 250. Actas publicas com liras dez e oitenta centesimos. — O collector ( assignado ) Francisco Villa. — ( Assignado ) Tabellião, Stephano Allochio.

Tinha mais a seguinte declaração : Visto para a legalização da assignatura do Sr. Dr. Stephano Allochio, pelo Tribunal Civil e Penal de Milão, aos 27 de agosto de 1899. — Pelo presidente, ( assignado ) Monteverde, escrivão. Tinha um carimbo em tinta preta, tendo no centro as reaes armas italianas, com o seguinte dizer : Tribunal Civil e Penal. Milão. E tinha uma estampilha commercial italiana devidamente inutilisada. Tinha mais a seguinte declaração : N. 50. Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Milão. Reconheço verdadeira a assignatura supra do Ilm. Sr. advogado Luiz Monteverde, juiz deste Tribunal Civil e Penal, que firmou pelo Ilm. Sr. presidente do mesmo Tribunal, e para constar onde convier, passei a presente, que assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil, prevenindo aos interessados que a minha assignatura deverá ser legalisada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou pelo inspector da Alfandega ou da Delegacia Fiscal. — Milão, aos 28 de agosto de 1899. — O consul, ( assignado ) Joaquim da Silva Lessa Paranhos.

Observações do tradutor : tinha mais uma estampilha consular no valor de cinco mil réis devidamente inutilizada ; tinha mais a seguinte declaração : Rs. 5\$000. Pagou cinco mil réis ouro. — ( Assignado ) Lessa Paranhos.

Tinha mais um carimbo em tinta roxa com o seguinte dizer : Republica dos Estados Unidos do Brazil. Consulado em Milão, e tinha no centro as armas desta Republica.

No verso tinha mais uma estampilha federal no valor de mil réis, devidamente inutilisada com a seguinte declaração :

Delegacia Fiscal 10-10-99. — O escripturario, Carneiro da Cunha. Tinha mais quatro estampilhas no valor de quinhentos e cinquenta réis, devidamente inutilisadas com a seguinte declaração : Reconheço verdadeira a firma supra do Sr. Joaquim da Silva Lessa Paranhos, consul do Brazil em Milão. S. Paulo, 10 de outubro de 1899. — O delegado fiscal, Manoel Kosciusho Pereira da Silva. — O tradutor publico, E. J. Hollender.

Nada mais continha ou declarava o dito documento, escripto em italiano, e que bem e fielmente traduzi do proprio original ao qual me reporto, e que depois com este conferido e achado exacto, tornei a entregar a quem m'o havia apresentado. Em fé do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade de S. Paulo, aos 8 de outubro de 1899. — Eugène Jules Jacques Hollender de Jonge, tradutor publico, interprete commercial juramentado,

O referido é verdade, o que juro sob a fé de meu officio.— *Eugène Hollender*.

Reconheço a firma supra. S. Paulo, 13 de outubro de 1899. Em testemunho da verdade.— O 2º tabellião, *Olavo Liberato de Macedo*.

Eugène Jules Jacques Hollender de Jonge, traductor publico e interprete commercial juramentado, traductor da Alfandega de S. Paulo, da Associação Commercial e traductor official dos Consulados da França, Russia, Italia, Inglaterra, Suecia e Noruega, rua Benjamin Constant n. 6, S. Paulo, 4.243/206.

Eu, Eugène Jacques Hollender de Jonge, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça de S. Paulo, certifico que me foi apresentado um documento escripto em italiano e a pedido da parte o traduzi litteralmente para o idioma nacional. A respectiva traducção diz o seguinte, a saber:

Cartorio dos tabelliães Dr. Allochio e Dr. Serino. N. 1.302 do Repertorio.

Cópia authentica do instrumento de 6 de julho de 1899.

Constituição da sociedade anonyma denominada «Sociedade Italiana de Exportações Enrico Dell'Acqua», havendo como objecto o commercio de exportação dos productos especialmente italianos na America do Sul e a exploração da industria tecedora na Argentina e no Brazil, com séde em Milão e com o capital de liras 10.000.000.

Nos actos do tabellião Dr. Gerolano Serino, passado a pedido da sociedade.

Sello em tinta preta, tendo no centro as armas do Reino da Italia e com o seguinte dizer: D. D. Liras 2.

Registrado em Gorjonzola, aos 7 de julho de 1899, n. 14, volume 20, pagina 97. Actos publicos. Recebidas liras italianas 12.000.— (Assignado) *T. Badoglio*. — Visto — Dr. *L. Serino*.

N. 1.302 do Repertorio. Constituição da sociedade.

Reinando Sua Magestade Humberto Primeiro, pela graça de Deus e por vontade da nação Rei de Italia, nesta quinta-feira, seis (6) do mez de julho do anno de mil oitocentos e noventa e nove (1899), em Milão, nos escriptorios de Banco Commercial Italiano, praça de Scala n. 3.

Em beneficio da industria e do commercio italiano, ficou patente a conveniencia da formação de uma sociedade anonyma, a qual especialmente occupar-se-hia do commercio de exportação dos productos italianos na America do Sul, e para tal fim os promotores recorreram ao auxilio do honrado cavalheiro Enrico Dell'Acqua, o qual acceitou fazer parte della e ser director por alguns annos, ficando estabelecido que a sociedade denominar-se-hia «*Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua*»,

tambem para assim attestar os grandes titulos de benemerencia adquiridos pelo cavalheiro Dell'Acqua em desenvolver o commercio italiano na America do Sul.

Tendo sido facilmente recolhido o capital necessario, e querendo-se agora que a formação legal da sociedade conste de um acto publico, compareceram pessoalmente doante de mim Dr. Gerolamo Serino, filho do fallecido Francisco, tabellião residente em Cernusco Sul Haviglio, registrado no conselho notarial de Milão e na presença das testemunhas infra inscriptas, os senhores:

Commendador Otto Jael, filho do fallecido Ludovico, nascido em Danzico, domiciliado em Milão; o cavalheiro Comelli Adolpho, filho do fallecido Giuseppe, nascido em Lodi, domiciliado em Milão, na sua qualidade respectiva, o primeiro de director e o segundo de procurador, representando o Banco Commercial Italiano, sociedade anonyma, tendo sua sede em Milão.

O cavalheiro Enrico Dell'Acqua, filho do fallecido Francisco, nascido em Abbiategrosso e domiciliado em Busto Arzizio.

Antonio Abnate, filho do fallecido Sebastião, nascido em Brá e domiciliado em Torino.

Rodolpho Brivio, filho do fallecido Saturnino, nascido em Cascina Buon Gétù (Olgiate Olona) e domiciliado em Milão.

Ubertolli Pedro, filho do fallecido Carlos, nascido em Portola e domiciliado em Torino (Turim), em sua qualidade de gerente assignando para a propria firma Ubertalli Ticho & Filho, de Turim.

O engenheiro Gaspar Così, filho do fallecido Carlos, nascido e domiciliado em Milão, por conta propria e como representante do Sr. Giovanni Dell'Acqua, segundo procuração outorgada em 5 de julho de 1899 allegada no paragrapho A.

Achille Venzaghi, filho do fallecido Giuseppe, nascido e domiciliado em Busto Arzizio, por conta propria e como procurador da firma Volonteri & Comerio, segundo procuração outorgada em 4 de julho de 1899, allegada no paragrapho B.

Rivie Giovanni, filho do fallecido Francisco, nascido e domiciliado em Ubaldo (Sarrano).

Carlos Perego, filho do fallecido Giovanni, nascido em Ravelino, domiciliado em Corate, Brianza.

Arturo Mosterts, filho do ainda vivo Ermano, nascido em Milão, domiciliado em Somma Lombardo, por conta propria e na qualidade de procurador geral da firma Ermann Mosterts, segundo mandato outorgado em 22 de abril de 1899 e passado pelo tabellião Dr. Durini.

Reich Giovanni, filho de Giacomo, nascido em Wildhans (Cantão de S. Gallo), domiciliado em Bergamo.

Ernesto Gallazi, filho do fallecido Giovanni, nascido e domiciliado em Busto Arzizio.

Mulins Cavalheiro Giorgio, filho do fallecido Federico, nascido e domiciliado em Milão, em sua qualidade de gerente com assignatura e para a firma J. E. Muling, de Milão, e na qualidade de

procurador do Sr. Ricardo Julio, segundo procuração outorgada em 5 de julho de 1899, allegada no paragrapho C.

De Finetti *nobiliter* Antonio de Giuseppe, nascido em Guadisca, domiciliado em Milão e na sua qualidade de procurador do Sr. Conrado Cramer Pourtates, segundo mandato passado em 30 de junho de 1899, allegado no paragrapho D.

Villa Ercole Francisco, filho do ainda vivo Antonio, nascido em Albiato Brianza e ali domiciliado, na qualidade de procurador geral do proprio pae Villa Antonio, segundo procuração em data de 15 de fevereiro de 1899, lavrada pelo tabellião Dr. Sirtori.

Giuseppi Varete, filho do fallecido Antonio, nascido em Minervino Murge, domiciliado em Busto Artizio, para si e na qualidade de procurador dos Srs. Cesana Giovanni, Cesana Giuseppe, Carlo Bersagri, Paulo Cermenati, Meregalli Luiz, segundo procurações outorgadas em data de 28 de junho de 1899, as quaes se acham allegadas nos paragraphos E, F, G, H, I.

Ettori Sala, filho do fallecido Arturo, nascido e domiciliado em Busto Artizio, para si proprio e na qualidade de procurador especial da firma J. Muller Stanle, segundo mandato de 3 de julho de 1899, que se acha allegado no paragrapho L.

Giovanni Gagliardi, filho do fallecido Andréa, nascido e domiciliado em Sacconago, onde é domiciliado, e na qualidade de representante da propria firma Andréa Gagliardi, de Sacconago.

Rossi Giacomo, filho do fallecido Tomaso, nascido e domiciliado em Carote Brianza, e na qualidade de representante da propria firma Rossi Giovanni.

Cesana Giochino, filho do fallecido Pietro, nascido e domiciliado em Carote Brianza.

Vittorio della Torre, filho do ainda vivo Giuseppe, nascido em Busto Arzizio, domiciliado em S. Rocco.

Gagliardi Angelo, filho do ainda vivo Gerolamo, nascido em Rescaldino e domiciliado em Buenos Aires.

Brambilla Giosué, filho do fallecido Giuseppe, nascido e domiciliado em Carote Brianza, para a propria firma G. Brambilla, de Carote Brianza.

Zanzi Angelo, filho do fallecido Gaetano, nascido em Besana Brianza, domiciliado em Albiato, em sua qualidade de unico proprietario da firma Colombo Amedeo, de Albiato.

Dell'Acqua Carlo, filho do fallecido Giuseppe, nascido e domiciliado em Legnano.

Baldi Clement, filho do fallecido Giuseppe, nascido em Zelva e domiciliado em Milão.

Mazzotto Vittorio, filho do ainda vivo Gaetano, nascido e domiciliado em Valdagna.

Dr. Provasoli Julio, filho de João Baptista, nascido em Asano Maderno, domiciliado em Busto Arzizio.

Antonio Introini, filho do fallecido João, nascido e domiciliado em Busto Arzizio.

Virginio Vita, filho do fallecido Guglielmo, nascido em Tesaro, domiciliado em Milão, na sua qualidade de gerente, assignando para a firma Eurico Vita & Fratelli.